868.09
F76h
v.1

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

Q.

HISTORIA DA LITERATURA PORTUGUESA ILUSTRADA

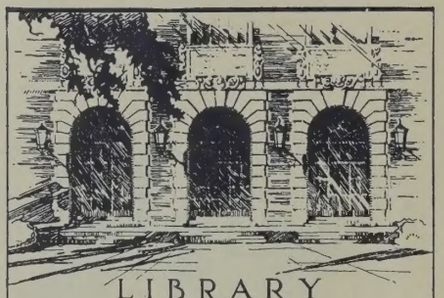
I

Return this book on or before the
Latest Date stamped below.

University of Illinois Library

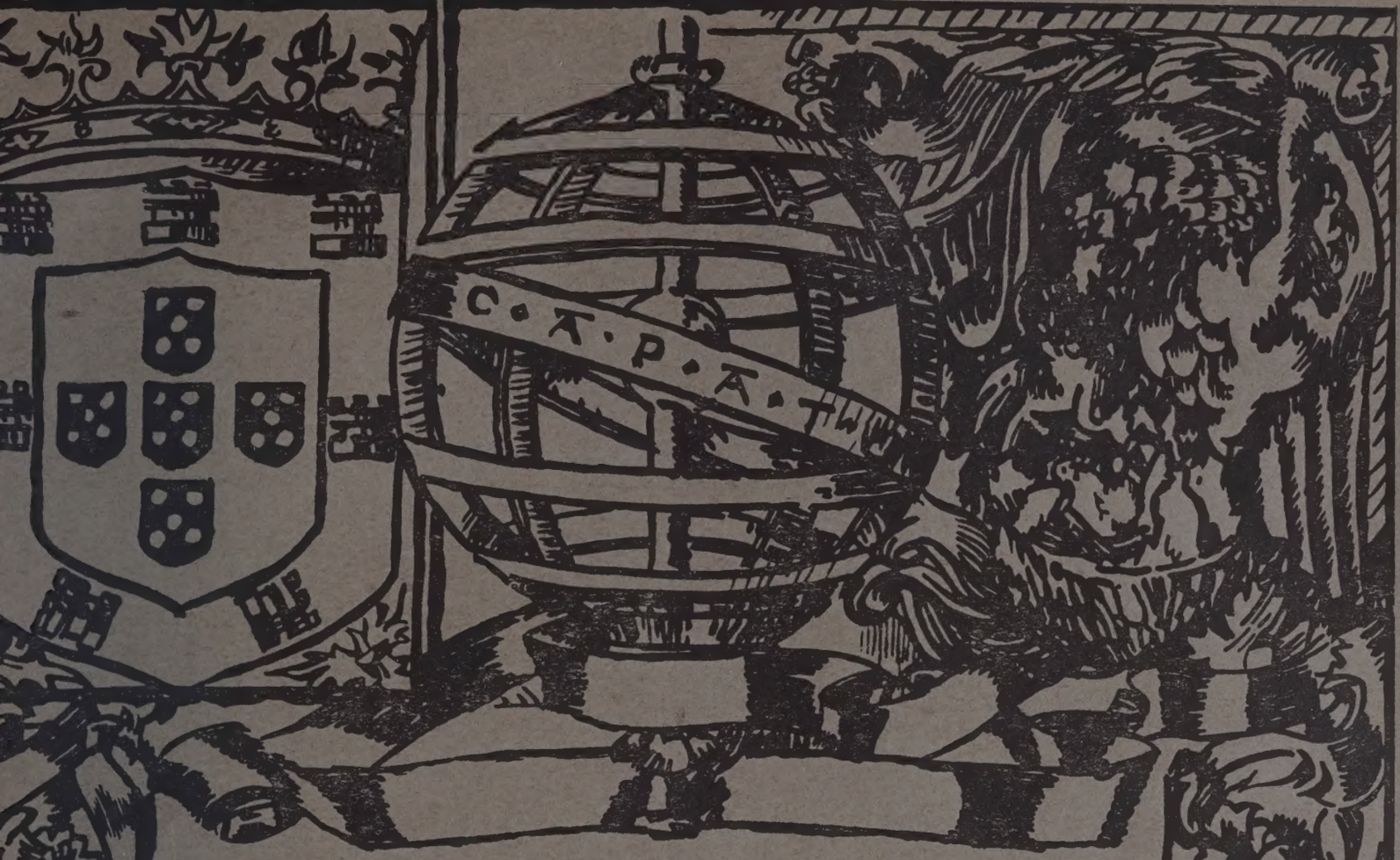
MAR -4 1964

L161—H41



LIBRARY
OF THE
UNIVERSITY
OF ILLINOIS

868.09
F76h
v. 1



ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

HISTORIA DA LITERATURA PORTUGUESA ILUSTRADA

Livrarias Aillaud & Bertrand

HISTORIA
DA
LITERATURA
PORTUGUESA
ILUSTRADA

HISTORIA DA
LITERATURA PORTUGUESA
ILUSTRADA

Publicada sob a direcção

DE

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

da Academia das Sciências de Lisboa

COM A COLABORAÇÃO DOS SENHORES

DR. AFONSO LOPES VIEIRA, escritor; — DR. AGOSTINHO DE CAMPOS, da Academia das Sciências e professor; — DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO, da Academia das Sciências, professor da Universidade de Madrid; — DR. FORTUNATO DE ALMEIDA, da Academia das Sciências e professor; — HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA, da Academia das Sciências; — DR. JOAQUIM DE CARVALHO, da Academia das Sciências, director da Biblioteca, administrador da Imprensa e professor da Universidade de Coimbra; — DR. JOSÉ DE FIGUEIREDO, da Academia das Sciências, director do Museu Nacional de Arte Antiga; — DR. JOSÉ JOAQUIM NUNES, da Academia das Sciências, reitor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; — DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, da Academia das Sciências de Lisboa; — DR. JOSÉ PEREIRA TAVARES, reitor do Liceu José Estêvão, de Aveiro; — DR. MANUEL DE OLIVEIRA RAMOS, prof. da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa; — DR. MOSÉS BENSABAT AMZALAK, da Academia das Sciências de Lisboa, professor; — DR. REINALDO DOS SANTOS, prof. da Faculdade de Medicina da Univ. de Lisboa e escritor

VOLUME PRIMEIRO

AILLAUD E BERTRAND

PARIS — LISBOA

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS
EM CONFORMIDADE DA LEI

Cabeça da portada da primeira edição dos «Lusíadas»

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA, ILUSTRADA

Inicial ornada das Obras completas de Gil Vicente, edição de 1562

Entre nós não existe nenhuma História da Literatura, em que, à semelhança das Histórias ilustradas da literatura francesa de Gustave Lanson, publicada pela casa Hachette e a de Joseph Bédier e Paul Hazard que a livraria Larousse deu à estampa, a ilustração tenha um papel importante. Dêste modo, o leitor, que não seja um erudito, freqüentador de bibliotecas e arquivos, conhece apenas, da nossa história literária, nomes, datas, teorias e um ou outro retrato de luminar que, por andar velho nas mãos da turba, todo o mundo sabe de cor. E no entanto a iconografia da História da nossa literatura é um prodigioso álbum, de uma variedade e uma riqueza que deslumbram. Literatura que vem do século XII, em que reis foram poetas e escritores, e que tem no conclave universal o nome de Camões; que mostra ao mundo orgulhosamente o génio de seus cultores em tôdas as modalidades da sciência e da arte, essa falta, a ausência dêsse recenceio de património glorioso é quási um crime.

Propuseram-se os editores resgatar essa falta, cônscios de que praticam uma boa, sã e patriótica acção. Para isso não se pouparam a esforços, não regatearam quantiosas tarefas, trabalhos grandes, devotadas vigílias. Rebuscaram-se velhos pergaminhos, fotografaram-se antigos códices, exumaram-se esquecidos retratos, reüniram-se amorosamente dispersas gravuras, portadas de livros

ou capitéis de igreja, vistas antigas ou autógrafos célebres. E tudo isso deu a presente obra que o leitor julgará.

Também na escolha dos colaboradores houve o cuidado de dar ao assunto o seu tratadista mais competente, o nome que melhor o tem estudado ou que, pelas predilecções do seu espírito, melhor o conhece ou saberá escrever. E falando em colaboradores não queremos deixar de prestar homenagem, lamentando a falta, de três historiadores eminentes que a morte levou: Teófilo Braga, D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos e Anselmo Braamcamp Freire. Tê-los-hiamos ao nosso lado, cheios de fé, cheios de entusiasmo se seus olhos pousassem em cousas terrenas e se suas mãos se consumissem ainda na faina de minerar luz e glória sôbre o papel.

A HISTÓRIA ILUSTRADA DA LITERATURA PORTUGUESA, vai seguir-se. Mais do que as nossas palavras ela mostrará que o nosso desejo de vulgarizar as cousas belas que as bibliotecas e arquivos guardam, ou opulentam a nossa terra, era mais do que um desejo, constituia um dever. Efectivamente. E o público ao fechar a derradeira página da obra, dando-nos razão, ter-nos há dado o nosso maior triunfo.

Divisa do rei D. João II, pub.ª na *Vita Christi*, Lisboa, 1495

A Literatura portuguesa e brasileira. Alegoria de Alberto Sousa. (Da *Bibliografia da Literatura Clássica luso-brasilica*, Lx.ª 1916)

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DA LITERATURA. O POVO E A LÍNGUA. ÉPOCAS LITERÁRIAS.

Inicial dos séculos XIII-XIV. Códice n.º 15 de Alcobaça

IBLIOGRAFIA: — Histórias da Literatura — Theophilo Braga — *Historia da litteratura portuguesa.* Introdução. Pôrto. 1870; id—*Os criticos da Historia da Litteratura Portugueza. Exame das afirmações dos srs. Oliveira Martins, Antero do Quental e Pinheiro Chagas.* Pôrto 1872; id — *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza.* Pôrto 1872; id — *Historia da poesia portugueza (Escola Nacional). Epopeias da raça mosarabe.* Pôrto, 1871. *(Escola provençal). Século* XII *a* XIV, *Trovadores galécio-portuguezes.* Pôrto. 1871. *(Escola hespanhola) Século* XV. *Poetas Palacianos.* Pôrto. 1871. *(Escola hispano-itálica). Século* XVI. *Bernardim Ribeiro e os buçolistas.* Pôrto. 1872. *(Escola italiana* II*). Século* XVI. *Historia de Camões.* Pôrto. 1872-75; id — *Historia dos Quinhentistas. Vida de Sá de Miranda e sua escola.* Pôrto 1871; id — *Bocage, sua vida e epocha litteraria.* Pôrto. 1876; id. — *Historia do Romantismo em Portugal. Ideia geral do romantismo. Garrett. Herculano. Castilho.* Lisboa 1880; id — *Manual da historia da litteraura portugueza desde as suas origens até ao presente.* Pôrto 1875; id — *Curso de Historia da litteratura portugueza.* Lisboa. 1885.

Theophilo Braga (Obra refundida e definitiva) — I — *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura portugueza.* Pôrto. 1896. VI — *Bernardim Ribeiro e o bucolismo.* Pôrto. 1897. VII — *Gil Vicente e as origens do theatro Nacional.* Pôrto. 1898. VIII — *A Eschola de Gil Vicente e o desenvolvimento do theatro nacional.* Pôrto. 1898. IX — *Sá de Miranda e a Eschola italiana.* Pôrto 1896. XIII — *Camões. A obra lyrica e epica.* Pôrto. 1911. XIX — *A Arcadia Lusitana.* Pôrto 1899. XX — *Filinto Elysio e os dissidentes da Arcadia. A Arcadia brazileira.* Pôrto 1901. XXII — *Bocage.* Sua vida e epocha litteraria. Pôrto. 1902. XXIV — *Garrett e o romantismo.* Pôrto 1904. XXV — *Garrett e os dramas romanticos.* Pôrto 1905. XXVI — *Camões. Epocha e vida.* Pôrto 1907; Theophilo Braga — *Recapitulação da Historia da Litteratura Portugueza.* I — *Idade Media.* Pôrto 1909. II — *Renascença.* Pôrto 1914. III — *Os seiscentistas.* Pôrto 1916 IV — *Os Arcades.* Pôrto 1918.

J. Silvestre Ribeiro — *Primeiros traços duma resenha da litteratura portugueza.* Lisboa 1853; Andrade Ferreira e Camilo Castelo Branco — *Curso de litteratura portugueza.* Lisboa 1875-1876; Mendes dos Remédios — *Introdução à História da Literatura Portuguesa.* 3.ª ed. Coimbra 1911; id — *Literatura portuguesa* (Esbôço histórico). Coimbra 1898. É a 1.ª ed. da *História da Literatura portuguesa desde as origens até à actualidade.* 5.ª ed. Coimbra 1921; Fidelino Figueiredo — *História da literatura clássica* (1502-1580) Lisboa 1917; (2.ª epoca 1580-1756). Lisboa 1922; (2.ª epoca: 1580-1756. Continuação). 3.ª epoca (1756-1825) Lisboa s/d; id — *História da Literatura romântica portuguesa* (1825-1870). Lisboa. 1913; id — *História da literatura realista* (1871-1900) Lisboa 1914; id — *Caracteristicas da Literatura portuguesa.* 3.ª ed. Lisboa 1923. (trad. em inglês por Constantino José dos Santos. Coimbra 1916); id — *Historia da literatura portuguesa. Manual escolar.* 2.ª ed. melhorada. Lisboa. 1923.

J. Simões Dias — *Historia da litteratura portugueza.* 12.ª ed.; J. Barbosa de Bettencourt — *Historia comparativa da Litteratura portuguesa* — Lisboa 1923; António Figueirinhas — *Curso abreviado de literatura.* Pôrto. 1917; Alfredo Coelho de Magalhães — *Literatura nacional. Programa para o curso complementar.* Pôrto; Antonio Peixoto do Amaral — *Noções populares de Litteratura portugueza ao alcance de todos.* Pôrto. 1884; José Barros Lima Nobre — *Breve estudo da evolução dos generos litterarios.* Chaves. 1905; M. J. P. — *Apontamentos auxiliares para o estudo da Lingua e litteratura portugueza.* 4.ª ed. Pôrto; Fernandes Agudo — *Noções da História da Literatura portuguesa.* Lisboa 1925; José Agostinho — *História da literatura portuguesa.* Pôrto 1927. Berta Valente de Almeida — *Breves noções de História da Literatura portuguesa.* Lisboa; Delfim de Oliveira Maia — *História da literatura,* Pôrto; Albino Pereira Magno — *Sinopse da Historia da Litteratura portugueza.* Lisboa. 1924; Francisco Pedro Brou — *Atlas sinótico da História das literaturas.* Pôrto; F. A. Adolfo Coelho — *Curso de literatura nacional.* II — *Noções da litteratura antiga e medieval como introdução á litteratura portugueza.* Pôrto; A. C. Borges de Figueiredo — *Bosquejo historico da litteratura classica grega, latina e portugueza para uso das escholas.* Lisboa. 1882; id — *Synopse do Bosquejo historico...* 8.ª ed. Coimbra 1878; Alvaro Rodrigues de Azevedo — *Esboço critico do bosquejo historico da litteratura classica grega, latina e portugueza do sr. A. C. Bor-*

ges de Figueiredo. Funchal 1865; general J. Corrêa dos Santos — *Resumo da História da literatura antiga, medieval e moderna.* Pôrto. 1917.

A HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO: No estrangeiro a literatura portuguesa tem sido muito estudada. J. M. Pereira da Silva e Sotero dos Reis no Brasil; Boutewek na Alemanha; Sismonde de Sismondi, Ferdinand Denis, Lafranc, H. Faure, Loiseau, em França, escreveram sôbre a nossa História da literatura. Os livros de D. Carolina Michaëlis e Teófilo Braga — *Geschichte der Portugiesischeu Litteratur.* Hamburgo 1893, Aubrey F. G. Bell — *Portuguese Literature,* Oxford 1922 e Fidelino de Figueiredo — *Historia de la litteratura portuguesa* (Labor) são dignos de consulta. Bell é também autor de um lúcido opúsculo — *Alguns aspectos da litteratura portugueza.*

OS ALICERCES DA NACIONALIDADE. — O Castelo de Guimarães. — De *A Arte e a Natureza em Portugal.* (*Cliché* de E. Biel)

Capital filigranada do Missal antigo de Lorvão

A linguagem e a literatura

A treva caliginosa dos tempos, apraz-nos imaginar a primeira faísca crepitante, gerada entre as mãos do homem das cavernas pela fricção inopinada de duas lascas de sílex. Fantasiamos o espanto do nosso bruto avoengo, quando a faúlha, lavrando por folhagem sêca, se foi avolumando em chama, e lambeu, convulsa, a França do arvoredo. E escutamos, à distância de muitos milénios, o urro tremebundo do troglodita, cheio de pavor sagrado pela manifestação clara da divindade, que repartia com a terra o seu fulgor celeste.

Não era articulado ainda êsse vozear, que equivalia a uma prece, mescla de acção de graças e de esconjuro. Embrionária expressão de enlêvo, que, pelo tempo adiante, assumindo fórmulas rituais mais nobres, se tornaria digna de ascender aos divinos ouvidos.

Apenas houve um vocabulário, certo se agregavam as plavras de modo que a prece ressoasse límpida e eufónica, através dos espaços etéreos. Foi a mais remota tentativa, queremos crê-lo, para a sábia ordenação do verbo, a qual constitui a essência do labor literário, tal como o entendemos hoje em dia, após séculos inúmeros de refinamento intelectual.

Criaram-se as ferramentas com as quais, descoberto o metal, se afeiçoaram os materiais em que se desentranhava a natureza pródiga. Aguçou-se o estilete que rasgou na pedra e no osso os contornos dos animais, companheiros do homem na vida obscura da selva. Contra a sua voracidade e contra a hostilidade dos elementos se inventaram armas que defendiam a vida humana. E durante todos êsses largos períodos seculares, os sons vocais foram-se articulando com maior nitidez, a linguagem foi-se concatenando, a capacidade artística foi-se desenvolvendo, e cada vez mais belas, de harmonia e clareza, seriam as invocações aos deuses que davam à terra a fertilidade e a luz.

Mas ainda longas eras passaram, antes que para a idea, como para a imagem das cousas, se descobrissem meios de perpetuação. Foi só quando — onde? na China misteriosa? no vetusto Egipto? na soturna Caldea? — foi só quando se inventaram os símbolos representativos de imagens ou de sons que a humanidade entrou definitivamente na História. E foi desde então que ao desenho e à escultura sucedeu uma nova forma de arte, a mais perfeita e a mais concreta para a expressão do pensamento. A linguagem escrita foi o claro espelho da vida mental e da vida social dos homens, e tornou perdurável, para não dizermos eterno, cada passo dêles na senda da civilização.

No campo do saber, a experiência das gerações sucessivas deixou de ser estéril. Libertas das flutuações e das lacunas da tradição oral, as noções adquiridas foram base e estímulo de novas conquistas, especulativas ou práticas. Para a eficiência do legado moral contribuiu a disciplina da linguagem, sujeita às leis da gramática. Essas leis não satisfizeram contudo as ânsias crescentes do sentimento e da imaginação. Os idiomas foram-se pulindo, criando alores idealistas, que, muito mais tarde, já num período alto de civilização, se codificaram nos tratados de retórica e de poética.

Influência recíproca da literatura e do meio social.

A literatura passou a reflectir com pureza a alma dos povos, a par das outras artes, cuja forma de expressão não alcança todavia a precisão e a dutilidade da palavra. Quando hàbilmente manejada, esta reproduz a côr como o pincel, releva as formas como o escopro, encanta os ouvidos como a orquestra, suscita visões de grandeza como os monumentos arquitectónicos. Mas chega a extremos de concreção sintética e de subtileza analítica a que não podem aspirar nem as artes plásticas com todo o seu poder de imitação, nem a música com tôda a sua espiritualidade, nem a arquitectura com tôda a sua potência sugestiva.

Assim, pois, invertendo a conhecida lei, segundo a qual a obra de arte é determinada pelas condições do meio em que se produziu, também se pode dizer que a mentalidade e o estado social de um povo ou de uma época se revelam pela florescência artística, particularmente a literária, que aí se enraizou.

Não nos parece arrojado estender a todos os grandes artistas da palavra escrita a definição alegórica que Vítor Hugo inventou para o poeta lírico: o eco sonoro colocado no centro do mundo. Para o historiador não há portanto mais seguro meio de conhecer o organismo íntimo de uma sociedade do que auscultar, na obra literária, as pulsações do seu coração e as vibrações do seu cérebro.

COIMBRA. — Sé Velha. — O mais completo monumento da arte românica em Portugal — (De *A Arte e a Natureza em Portugal*). — *Cliché* de E. Biel

Crenças, tradições, pensamentos, ambições, esperanças, ilusões, costumes, práticas, máximas, labutas, tudo é lançado em colossal retorta, tudo passa pelo crivo do génio, para se sublimar nas emanações cujo conjunto constitui a literatura de um povo. Dá-se o caso, às vezes, que uma idea nova, brotada de cérebros privilegiados, pretenda expandir-se para fora da atmosfera serena da Sciência. Não se disseminará, pelo mundo, se acaso se esquivar à ebulição depuradora.

Por outras palavras, a literatura é a grande divulgadora da moral, da filosofia, da sciência. É a poderosa alavanca com que os pensadores abalam o mundo. Não foi, por exemplo, a *Enciclopédia* que fez a Revolução Francesa. Suprimissem-se as obras literárias de Voltaire, de Diderot, de Rousseau, de Beaumarchais, e as ideas revolucionárias ficariam abafadas em calhamaços tremendos.

Em contraposição, são incidentalmente desastrosos os efeitos, insalubres as emanações, quando o ambiente espiritual não está adaptado para as receber. Assim, por exemplo, uma das obras-primas de Goethe, o *Werther*, romance cujo herói, alma inquieta e apaixonada, se abriga voluntàriamente no túmulo para encontrar a paz, alastrou pela Alemanha uma epidemia devastadora de suicídios. Para lhe pôr côbro, foi mister que o próprio poeta espalhasse, à laia de antídoto, um livro de propaganda intitulado *Mania do sentimentalismo*.

Exerce-se, pois, uma troca de influências entre o povo, que fornece em geral a matéria-prima para o trabalho do pensamento, e os pensadores, que no seu laboratório cerebral a distilam e transformam. E, como se vê, sucede que nem sempre os povos ganham no câmbio espiritual.

Um conceituoso adágio, que mais parece uma máxima filosófica, encontrado numa colectânea portuguesa do século XVIII, fornece-nos mais uma luminosa alegoria. «Quanto chupa a abelha, mel torna; e quanto a aranha, peçonha.» Raras vezes o génio literário se pode comparar à aranha, que, segundo a entomologia metafórica do moralista, transmuda o alimento em peçonha. Mas seguramente a qualidade do mel, segregado pela abelha, depende dos nectários onde ela se abasteceu de sucos nutritivos.

Encontrou-os, acaso, em jardim fidalgo? em vergel cuidado? em charneca? em mata bravia? Só paladares experimentados poderão determinar, pelo agri-dôce do mel, pelo seu perfume, pelos ressaibos peculiares, a natureza das essências que o insecto utilizou para o seu fabrico. Ora assim também, no campo psicológico, são variados os elementos que uma colectividade humana oferece para a elaboração da obra literária. Os que predominam, destrinça-os com mais ou menos facilidade o perito, que é o filósofo ou o sociólogo. Constituem, no seu conjunto, carácter essencial da raça; ou, em casos concretos, o estado moral de uma sociedade num determinado período histórico.

História da literatura. Sua importância. Paralelismo com a história política. Exemplos.

Por aqui se vê, pois, o transcendente alcance da história da literatura. A sua curva segue passo a passo a evolução social de um povo. As ideas que nela dominam são as que produziram os fenómenos políticos, as que conduziram a nação à prosperidade ou à decadência. Com raras excepções, pode afirmar-se que a grandeza nacional se avalia pela exuberância e pelo primor da obra literária.

A Grécia liberta-se do pesadelo oriental que a ameaçava, e logo dos flancos de Homero, como de uma montanha sagrada, jorra o manancial que vai alimentar o génio de Ésquilo e de Sófocles, e fertilizar os campos da grande arte verbal, que se estendem até Demóstenes.

O forte pulso de Octávio estanca as feridas por onde Roma ia perdendo o generoso sangue, estende o manto de paz sôbre o colossal império, e pelos campos lavrados paira a melodia das *Geórgicas,* borboleteia a ironia de Horácio, ressoa a tuba épica, tanto como nos cantos da *Enêida,* nos capítulos retumbantes de Tito Lívio. É o século de ouro da literatura latina, momento supremo da história, ápice de uma civilização que dentro em breve começará a desmoronar-se, ao bafejo mortal do Crucificado.

Mas, antecipando o que penas mais eruditas farão notar no decurso da presente obra, apontemos um exemplo caseiro, que é certamente dos mais frisantes na história do pensamento.

O século XII viu romper uma nova nacionalidade nos confins ocidentais da Península Hispânica. O povo de montanheses e mareantes, que a compunha, afeiçoou da ganga filológica, legada pelos conquistadores romanos, um idioma rude que se impregnou de fortes rescendências arábicas.

Começou a balbuciá-lo em cantigas de amor, moduladas conforme os ecos provindos de Além-Pirinéus. Bem adequadas as sentia ao culto místico da mulher, aliado ao enlêvo contemplativo dos orientais. Ao mesmo tempo, a língua incipiente ia-se forjando nos romances de cavalaria, particularmente dilectos ao sentimento da raça. Assim devera ser, pois que, empenhada na renhida luta contra os inimigos da sua independência e da sua fé, nessas maravilhosas ficções se idealizava o drama secular em que ela era protagonista.

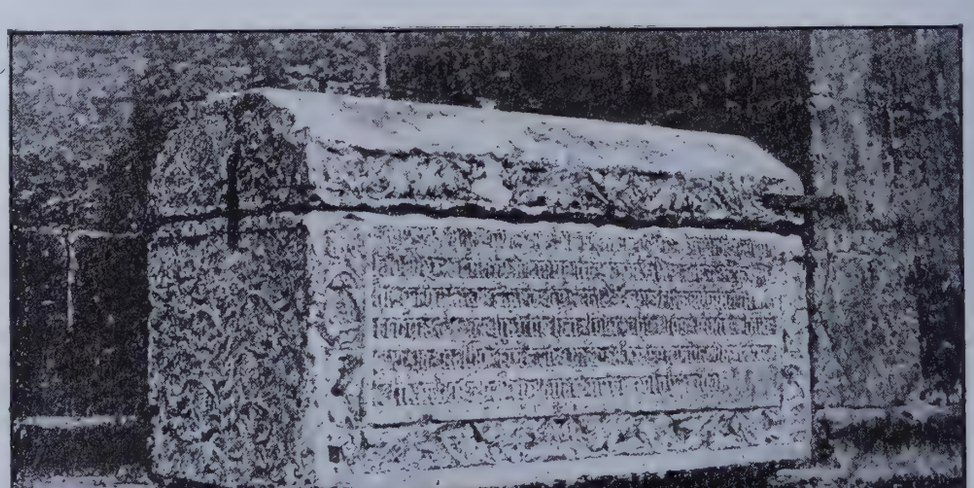
Quando a grei adquire a consciência da integridade nacional, sobrelevam a essas ficções as suas reminiscências heróicas. Elas surgem, na língua já máscula de Fernão Lopes, firmando, ao mesmo tempo que a autonomia política, a emancipação idiomática, já de resto, decisivamente iniciada pelos próprios príncipes (1).

Mas, conquistada a nesga de território continental que lhe coube em partilha, a actividade incoercível da raça leva-a a alargar pelos páramos do Oceano, à semelhança dos antigos Fenícios, o seu campo de expansão. Ei-la que arrosta com todos os terrores que desde remota antiguidade a fantasia do homem acumulara sôbre mares inviolados e terras ignotas. Procura a região das maravilhas, vagamente anunciada por cosmógrafos e mercadores. E nessa pesquiza porfiada e metódica, clareia aos olhos da Humanidade deslumbrada cêrca de dois terços do planeta. Durante a jornada quási bi-secular, as suas faculdades inventivas desenvolvem-se ao sol da Renascença, que o seu mesmo esfôrço fez ascender ao zenite, enriquecem-se no enxêrto de civilizações exóticas, exaltam-se no ambiente de epopeia criado pelas próprias façanhas. E tudo isso transluz na literatura quinhentista, cuja opulência e exuberância reflectem a grandeza política, que traz à nacionalidade o seu vasto poder marítimo. Tal florescência intelectual só encontra paralelo, ambicioso embora, na Grécia vitoriosa de Péricles.

Duas correntes de carácter antagónico latejam sob a compleição magnífica : o mercantilismo reflexivo e sagaz, o idealismo contemplativo e sonhador. No campo literário, a agudeza de visão analítica, apanágio da primeira, produz a representação realista da vida nos seus múltiplos aspectos ; o arroubamento espiritual, inerente à segunda, gera a amplificação, nobilitante e harmónica, da natureza. Ambas as influências se exercem alternada ou sincrónicamente, bafejando o mesmo género literário e muitas vezes o mesmo escritor. Daí a complexidade das determinantes mentais, e a dificuldade conseqüente da destrinça.

Dois génios culminantes avultam na falange ilustre, representativos das tendências a que acima aludimos : Gil Vicente, o precursor do teatro moderno ; Luís de Camões, o derradeiro épico do ciclo homérico. São focos de luz mais intensa, na rubescente claridade que a irradiação da vida social difunde de um a outro extremo do horizonte literário, comparável à reverberação celeste, que aos olhos do viajante nocturno denuncia a vizinhança de uma poderosa metrópole.

Poderíamos alongar-nos neste exemplo caseiro — que não é mais que um exemplo —



Túmulo do Conde Sesnando na Sé Velha de Coimbra

(1) D. João I, autor do *Livro de Montaria;* Infante D. Pedro, autor da *Virtuosa Benfeitoria;* Rei D. Duarte, autor do *Leal Conselheiro.*

A IGREJA DE CETTE. — Antigo mosteiro dos ermitas de Santo Agostinho, fundado em 882 pelos mouros. — Dos primeiros mosteiros que se erigiram em Portugal. — (Concelho de Paredes, distrito do Porto). — Vista exterior

A IGREJA DE POMBEIRO (Pombeiro de Riba de Vizela). — Antigo mosteiro dos benedictinos. Um dos nossos mais antigos mosteiros. Já existia em 853. — (Concelho de Felgueiras, distrito do Porto). — Vista exterior

OS VELHOS CARTÓRIOS

(Da *Arte românica em Portugal*). — *Clichés* de Marques Abreu

para mostrar como as flutuações subseqüentes da vitalidade literária reflectiram sem discrepâncias sensíveis as vicissitudes do organismo nacional. Mas é preferível deter-nos por agora no cotejo dos dois colossos que acabamos de evocar; porque êsse cotejo sugere algumas considerações sôbre o fenómeno, que aliás não é raro, da instabilidade dos valores literários.

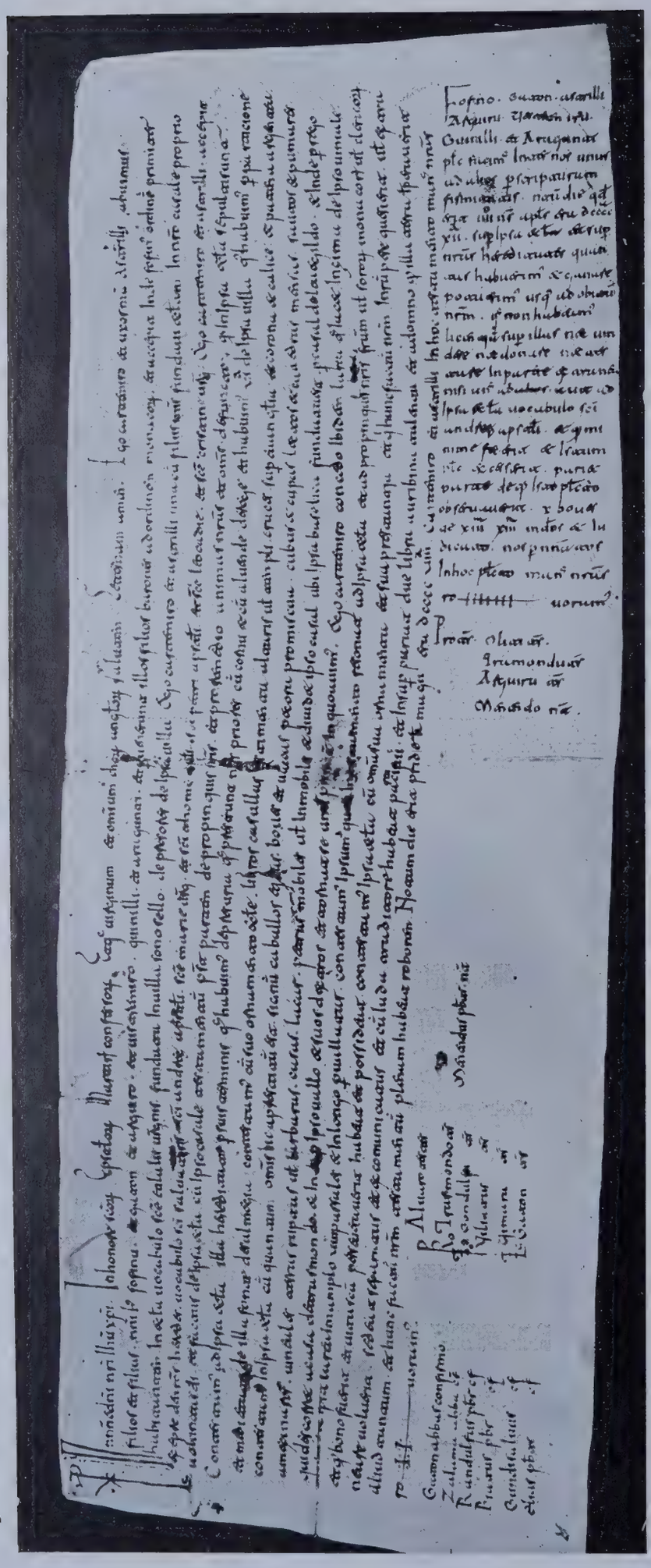
Efectivamente, a fama dos escritores varia de século para século, e às vezes em cada década, segundo a correlação da sua obra com as ideas que vogam no espírito público, e até não raro, embora passageiramente, segundo o capricho de um crítico audaz que consegue tiranizar a opinião. Assim a curva que traduz a reputação do escritor — ou do artista — terá ondulações por vezes consideráveis.

A de Camões sempre se manteve numa graduação eminente, com insignificantes quebras, no decurso de mais de três séculos que dêle nos apartam. Os detractores — e entre êles podem-se apontar génios da envergadura de Voltaire, talentos acerados como José Agostinho de Macedo — nunca lograram diminuir-lhe a fama. De há muitas décadas que a quási totalidade dos intelectuais, em Portugal e Brasil, anda empenhada em engrandecê-la cada vez mais. Compreende-se que assim suceda. Camões é, por excelência, o poeta da pátria. E a noção de pátria tende a arreigar-se cada vez mais na consciência dos povos, como reacção natural contra as doutrinas deletérias do internacionalismo. Por isso, o grande épico continua a corresponder ao sentimento geral de tôdas as colectividades, aglutinadas por aquele ideal. E muito especialmente se impõe ao culto fervente de portugueses e brasileiros, pois que é comum aos dois povos a pátria espiritual, determinada, ainda mais que pelos laços do sangue, pela identidade do idioma.

Além disso, o vago messianismo, que sempre tem clareado em almas portuguesas, é chama votiva adequada ao altar do épico. A sua glória, robustecida com mais de três séculos de glossas e panegíricos, levanta-se eterna no céu dos dois hemisférios, Estrêla do Norte para os luso-europeus, Cruzeiro do Sul para os luso-americanos.

Menos bem fadado foi o destino literário de Gil Vicente. E no entanto, o seu génio avulta sobranceiro, como lídimo representante da visão objectiva e analítica, aguçada em olhos portugueses pela vastidão inopinada do comércio oriental. Talvez ainda contribuisse para a clareza dessa visão o contacto, originado nas relações mercantis, do prático espírito neerlandês. Com efeito, o humanismo meridional, reagindo sôbre cérebros pouco propensos a especulações idealistas, produz talentos satíricos como o de Erasmo. Ora, sem dar grande crédito à lenda que atribúi ao grande ironista da Holanda o desejo de apreciar Gil Vicente no idioma nativo, não é temerário acentuar a afinidade entre os dois egrégios espíritos quinhentistas, tão apartados um do outro pelas condições geográficas e sociais.

Igualmente audaciosos, ambos se adiantaram à sua época. Mas a veia mordaz do holandês, amigo de Lutero e afagado por Leão X, encontrou favor num ambiente



O mais antigo documento latino-português

DOAÇÃO À IGREJA DE SOZELLO

(870)

Documento em latim bárbaro do mosteiro de Pendorada (Entre Douro e Minho) hoje no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Pergaminho.

Publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et chartae* pág. 4 e 5; a 2.ª parte nos *Textos archaicos* do Dr. J. Leite de Vasconcelos, 3.ª ed., Lisboa 1923, e na *Chrestomathia Archaica* de J. J. Nunes. Lisboa, 1906.

Christus. In nomine domini nostri Jhesu chisti. In honore sanctorum Apostolorum Martirum confessorum Atque uirginum et omnium chorum angelorum salutem Aeternam amen. Ego cartemiro et uxor mea Astrilli abuimus filios et filias nominibus fofinu et gaton et arguiro et uistremiro quinilli et aragunti. et peruenerunt illos filios barones ad ordinem monacorum. et accepit inde fofinus ordinem primiter habitantem in eclesia uocabulo sancte eolalie uirginis fundata in uilla sonosello de presores de ipsa uilla. Ego cartemiro et astrilli una cum filiis meis fundaui eclesiam in nostro casale proprio exepre de nostros heredes uocabulo sancti saluatoris sancti andree apostoli sancte marie uirginis et sancti thome apostoli sancti petri apostoli et sancte leocadie et sancte cristine uirginis. Ego cartemiro et astrilli accepit uoluntas dei. et factus de ipsa eclesia cum ipso casale testamentum post partem de propinquis nostris. et pro remedio animas nostras et omnes defunctorum que in ipsa eclesia sepulti sunt. Contestamus ad ipsa eclesia illa hereditate per suis terminis que habuimus de presuria que preserunt nostros priores cum cornu et cum aluende de rege et habuimus VI[a] de ipsa uilla que habuimus per particione et medietate de illa fonte de salmegia. contestamus cum suo ornamento eclesie libros casullas uestimenta altaris uel templi cruces super euangelia et corona et calice et patena argentea. contestamus in ipsa eclesia cum quantum ominis hic aprestitum est. signum caballos equas boues et uaccas pecora promiscua cubus et cupas lectos et catedras mensas sautos et pumares amexinares uineales terras ruptas uel barbaras casas lacar petras mobiles uel inmobiles. et diuidet ipso casal ubi ipsa baselica fundata est per casal de louegildo. et inde per rego qui descorret a casa de trasmondo. et inde per ipso uallo et suos dextros et tornat se unde primitus inquoauimus. Ego cartemiro concedo ibidem larea que iacet in çima de ipso uiniale. et habet ipsa larea im amplo VIII° passales et in longo peruallatur. contestamus ipsum quod in testamento resonat ad ipsa eclesia et ad propinquis nostris fratrum uel sororum monacorum uel clericorum. et qui bono fuerit et uita sancta perseuerauerit habeat et possideat. contestamus ipsa eclesia cum omnia sua ornamenta et sua prestantia. et qui hunc factum nostrum inrumpere quesierit uel extraneare noluerit sedeat separatus et excomunicatus et cum iuda traditore habeat participium. et insuper pariat due libra auri bina talenta et a domno qui illa terra imperauerit aliud tantum. et hunc factum nostrum testamentum plenam habeat roborem. Notum die erit pridie kalendas magii era DCCCC VIII.ª Cartemiro et astrilli in hoc testamento manus nostras ro++uoramus.

Gaton abbas confirmo — Zalama abba conf. — Randulfus presbiter conf. — Biatus presbiter conf. — Gundisaluus conf. — Elias presbiter conf.

Pro testes — Aluaro testes — Trasmondo test. — Gondulfo test. — Viliatus test. — Vimara test. — Gaton test.

Menendus presbiter notuit.

O mais antigo documento português

AUTO DE PARTILHAS

(1192)

Documento do mosteiro de Vairão (Entre Douro-e-Minho) hoje no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

Publicado nas *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal* por João Pedro Ribeiro, vol. I, Lx.ª 1810, pág. 275, e na *Chrestomathia Archaica* de J. Joaquim Nunes. Lx.ª 1905, pág. 11.

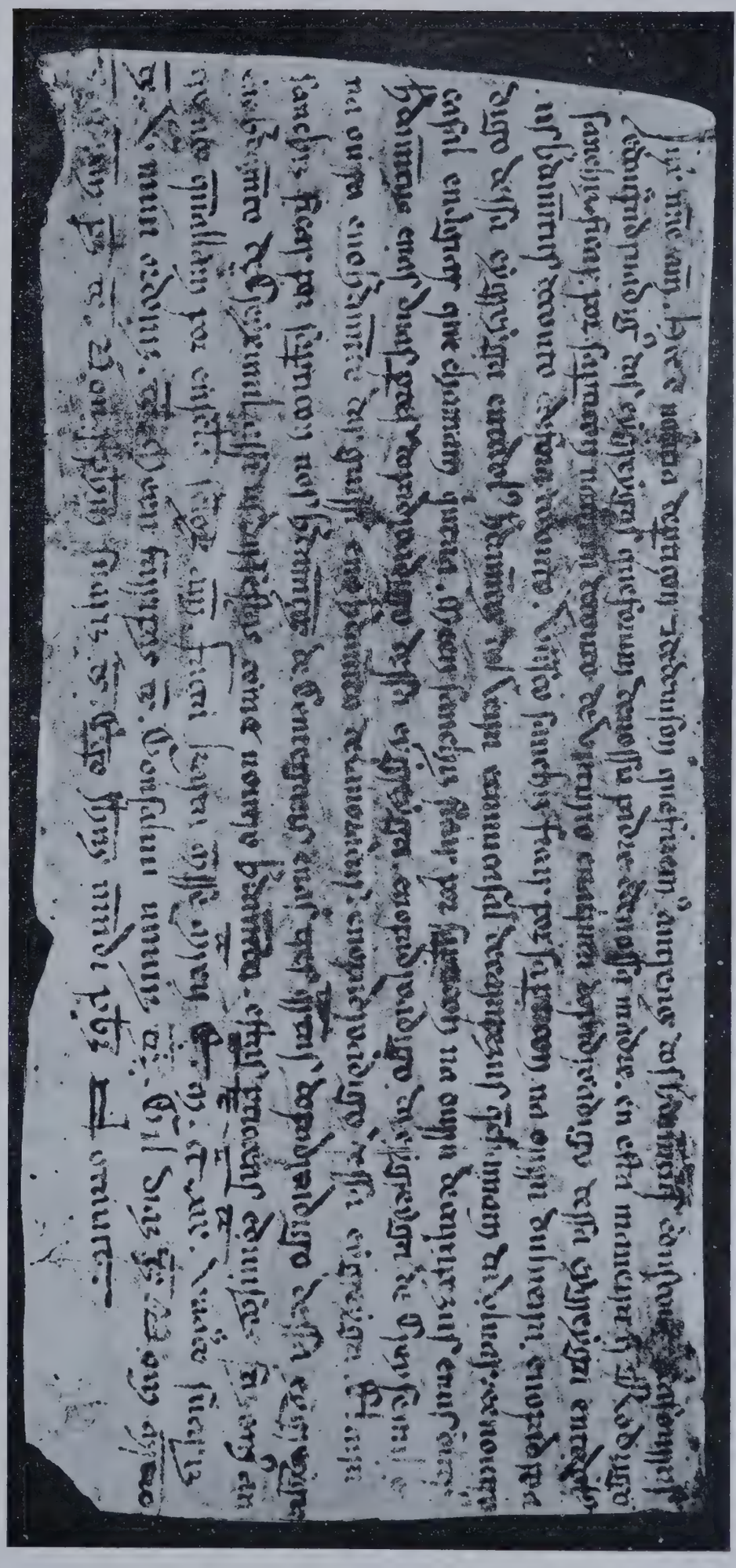
In Christi nomine. Amen. Hec est notitia de partiçon e de devison que fazemos antre nos dos erdamentos e dos cout[os] e das onras e dos padroadigos dos eigreijas que foron de nosso padre e de nossa madre en esta maneira : Rodrigo Sanchiz ficar por sa partiçon na quinta do couto de Viiturio, ena quinta do padroadigo dessa eigreija, en todolos erdamentos do couto e de fóra do couto ; Vaasco Sanchiz ficar por sa partiçon na onra d'Olveira, eno padroadigo dessa eigreija, en todolos erdamentos d'Olveira e enuu casal de Carapeços que chaman de Olvar e enoutro casal en Ag[u]iar, que chaman Quintãa ; Meen Sanchiz ficar por sa partiçon na onra de Carapeços, enos outros erdamentos, enas duas partes do padroadigo dessa eigreija, eno padroadigo da eigreija de Creisemil, ena onra, eno erdamento d'Argúifi, eno erdamento de Lavoradas, eno padroadigo dessa eigreija ; Elvira Sanchiz ficar por sa partiçon nos erdamentos de Centegãos, enas tres quartas do padroadigo dessa eigreija, eno erdamento de Creixemil, assi os das sestas come noutro erdamento. Estas partições e divisões fazemos antre nos. Que valham por *en secula seculorum. Amen. Facta karta mense Marcii e.m.ª cc.ª xxx.ª.* Vaasco Suariz *testis.* Vermuu Ordoniz *testis.* Meen Farripas *testis.* Gonsaluu Vermuiz *testis.* Gil Diaz *testis.* Don Martio *testis.* Martin Periz *testis.* Don Stephan Suariz *testis.* Ego Johanes Meuendi presbyter notavit.

(Apostila ao documento publicado a pg. 8).

(874)

Fofino. Gaton. astrilli. Arguiru. Vestremiru. Guinilli. et Aragunti placitum facimus inter nos unus ad per scripturam firmitatis notum die quod erit IIII.º nonas aprilis era DCCCC.ª XII.ª super ipsa eclesia et super nostras hereditates quantas habuerimus et ganare potuerimus usque ad obitum nostrum. que non habeamus licentiam super illas nec uindere nec donare nec testare in parte extranea nisi unus ad allios. aut ad ipsa eclesia uocabulo sancti andree apostoli et qui minima facerit et istum placitum excesserit pariet parte de que isto placito obseruauerit X boues de XIII.m XIII.m modios et iudicato. nos pernominatos in hoc placito manus nostras ro +++++++ uoramus.

Pro test. : Oliti testa., Tramondu test., Arguiru test. — Menendo notuit.



em que se iniciava a revolta dos espíritos contra a tirania do dogma. Ao passo que o cómico português, se bem que festejado na côrte, não era fácil que respirasse à vontade numa atmosfera que começava a viciar a fumarada do Santo Ofício. E, como é sorte comum dos inovadores, furtavam-se naturalmente à sua influência as multidões rotineiras, e acolhiam-na com má sombra

Arcadas do claustro do primitivo Paço das Escolas. (Removido no século XVI para Celas, Coimbra). — (De *A Arte e a Natureza em Portugal*).

Igreja de Lourosa. (Concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra). — (De *A Arte românica em Portugal*). — *Cliché* de Marques Abreu

os eruditos, impregnados da antiga cultura cujo renascimento lhes acrescia o fervor.

Por isso, Gil Vicente, a pesar do carácter popular da sua obra, nunca logrou fama que de pronto lhe sobrevivesse, nem discípulos de polpa que lhe perpetuassem a escola. Êsse promissório arrebol, surgido sôbre terra portuguesa, só em terra estranha alcançou o deslumbrante meio dia. Ao passo que dentro das fronteiras, a planta definhava nas peças confusas e difusas que se arrastavam pelos palcos nos séculos XVI e XVII, a florescência exuberante do teatro espanhol atestava a riqueza da sementeira.

Mas o renome de Gil Vicente, entretanto, apagava-se quási de todo na gama dos valores intelectuais. Só mais de três séculos volvidos é que êle começou a ressurgir aos olhos da crítica moderna; mas ainda até hoje não ascendeu ao lugar que lhe compete, à ilharga do mais glorificado dos seus compatriotas.

Apraz-nos aproveitar o ensejo para entoar êste hosana, que porventura alguns julgarão, se não descabido, pelo menos hiperbólico. Queremos contribuir, quanto em nós caiba, para reparar a injustiça longamente sofrida por uma das mais excelsas memórias da literatura universal. Cabouqueiro hercúleo, êle lançou sôbre os informes pedregulhos que lhe deixara a Idade Média, desdenhando puli-los com a lima convencional de Menandro ou Terêncio, os alicerces do teatro moderno, tal como o edificariam no fim do século os gigantescos obreiros que na Inglaterra precederam Shakespeare, no século seguinte a prodigiosa pléiade que na Espanha teve como sumos luzeiros Vega, Calderon e Tirso. Não era possível que o mais admirável émulo de Aristófanes, implícito propugnador do livre exame, fôsse bafejado em vida pelas auras da popularidade, num país em que dominava a intolerância católica. A pouca expansão do idioma não lhe permitiu o alargamento da nomeada. Bem gloriosa a merecia êle, no entanto, aos olhos do mundo culto. Não é temerário comparar-se a sua obra a um viveiro opulento de vergônteas, das quais desabrochará tôda a flora dramática do futuro, desde o drama à farça, desde a comédia de caracteres à revista de costumes,

IGREJA DE RORIZ. (Concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. Já existia em 887. — Vista exterior. — (De *A Arte românica em Portugal*). — *Cliché* de Marques Abreu

desde a tragi-comédia à opereta e à mágica, desde a oratória à paródia burlesca.

Desafortunado iniciador! Três séculos de cultura clássica pesaram sôbre a sua cova para lhe vedar a imortalidade. Demonstração bem clara desta resistência passiva foi sem dúvida o reconhecimento tardio do máximo entre os dramaturgos de todos os tempos; Shakespeare, cujo nome só a onda do Romantismo trouxe à zona da História. Que admira que, num restrito mundo literário, o vulto de Luís de Camões ofuscasse com a sombra formidável a figura, também desmesurada, de Gil Vicente.

Não é êste, porém, o ensejo de urdir o panegírico, que incidentalmente aflorou neste preâmbulo. A seu tempo, e com mais autoridade crítica, êle terá cabimento no presente livro. Apenas pretendemos aduzir um dos exemplos mais frizante, que nos apresentam as letras pátrias, da instabilidade das reputações literárias. A seu respeito, não há que apelar para a justiça imanente. Raras são as que se esquivam às flutuações do sentimento geral, tão caprichosas às vezes como as da moda feminina.

A literatura e o gôsto público

No mesmo período histórico e no mesmo género literário, encontra-

PORTA DA IGREJA DE RORIZ. — (De *A Arte românica em Portugal*). — *Cliché* de Marques Abreu

LEÇA DO BAILIO (Concelho de Matosinhos, distrito do Porto). — IGREJA DE SANTA MARIA (Antigo mosteiro beneditino). Já existia em fins do século X. — (De *A Arte e a Natureza em Portugal*). — *Cliché* de E. Biel

mos o exemplo inverso da inconsistência apontada. À menção do seu nome numas linhas de Camões e ao acaso da toponímia urbana, deveu o poeta Chiado uma popularidade póstuma que a sua obra está longe de justificar.

Não demandam prazos dilatados as alterações na escala dos valores literários. Em nossos dias as notamos com freqüência. Fácil explicação encontram na sugestão, exercida sôbre o gôsto geral pelos prosélitos de novas escolas. Por isso poesias românticas, que ainda faziam as delícias do público ledor há cincoenta ou sessenta anos, são hoje,

com raras excepções, relegadas à arqueologia ou ao caruncho. Não é raro até, nesta época de furiosa efervescência crítica, que os demolidores de reputações se adiantem aos gusanos devoradores dos cadáveres. Nem é preciso saírmos de nós mesmos para compreender o fenómeno. A nossa visão espiritual evolve-se no decurso da vida, modificando constantemente a perspectiva da produção literária.

A noção da beleza não é absoluta, todos o sabem. Nem a da bondade, sequer. Uma e outra sofrem transformações mais ou menos perceptíveis a nossos olhos, à semelhança de chapas metálicas, que se embaciam, se oxidam, relustram, conforme o estado da atmosfera. Assim, inconscientemente, se vai alterando o sentimento estético e o estalão moral. E o resultado é óbvio.

Livros que encantaram a nossa mocidade surgem fastidiosos ou disformes, quando os relemos na idade adulta ou na velhice. E vice-versa: alguns há — raros por certo — em cujas páginas cada quadra da existência nos depara novos encantamentos. Assim como aos vinhos generosos, a poesia de que se impregnam parece enobrecer-lhes o aroma e perpetuar-lhes a juventude.

Pondere-se, contudo, que não é só pelo seu valor intrínseco e actual que a obra dos escritores alcança relêvo na evolução das literaturas. É, muito frequente, pelo seu ocasional interêsse scientífico, como sintoma da ambiência intelectual em que foi gerada. Assim se explica a menção, por exemplo, da *Fenix Renascida*, indigesta recopilação métrica que ninguém lê hoje para se deleitar, se não para bem avaliar os estragos feitos na mentalidade seiscentista pela teimosa lepra do gongorismo.

Provinda da vizinha Espanha, tendo alastrado pela Itália, pela França, pela Inglaterra, essa epidemia mostra bem a fôrça com que se exerce o contágio mútuo das literaturas. A sua evolução sugere, pois, algumas considerações sôbre tal facto, revelador de uma osmose mental que zomba das anteparas fronteiriças, até, às vezes, quando revigoradas por belicosos rancores. É por isso impossível chegar-se ao conhecimento cabal de uma literatura, considerando-a isoladamente, sequestrada do convívio externo, alheia a tôdas as acções e reacções do mundo intelectual. Como as nacionalidades, as literaturas teem uma genealogia. O génio, que produz uma obra-prima, bebeu a seiva de outros génios extintos, através de miríades de radículas que se alongam pelo passado remoto, e renovou-a, quási sempre inconscientemente, com os háustos do pensamento universalizado na sua época.

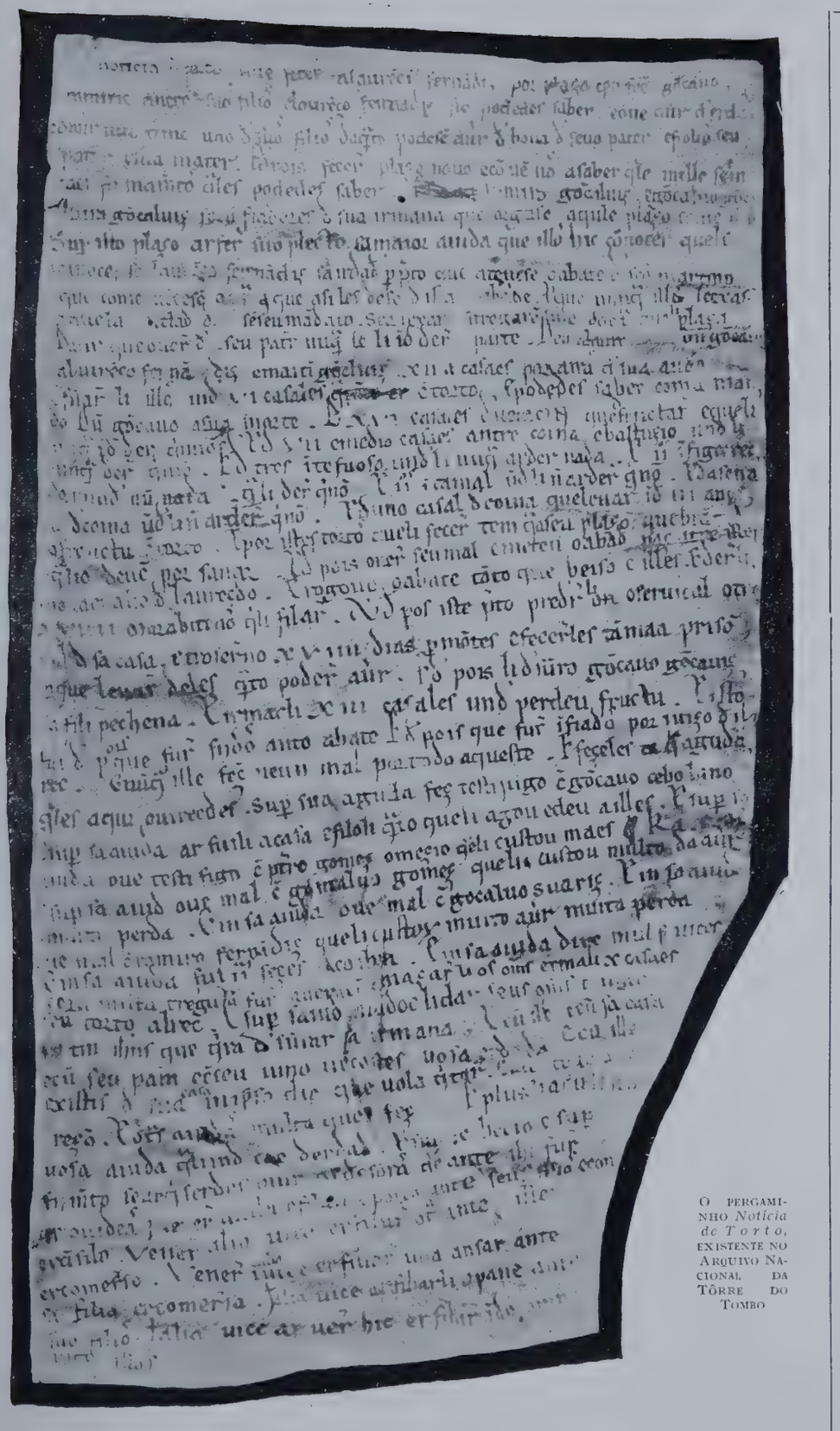
Mas, passando da generalidade à hipótese, vemos como, na aparência pelo menos, são caprichosas estas permutas de influência intelectual. Verificam-se, com quanto não sejam sempre fáceis de explicar, alternativas de intensidade e enfraquecimento, por exemplo, na mútua penetração intelectual dos dois povos da Península. E é singular, como se percebe no século XVII, o contraste entre a fascinação produzida pelo lirismo alambicado de Gôngora e a cegueira manifesta do pensamento português perante a fogueira deslumbrante do teatro espanhol.

E no entanto — se é lícito entrar nêste campo resvaladiço das possibilidades — como se manteriam porventura sempre altas as letras portuguesas, se a fatalidade das leis históricas ou o arbítrio dos homens não as furtasse a uma réstea do sol castelhano! Porque nenhuma existe entre as literaturas modernas que, em pujança, originalidade e fôrça difusiva, se avantaje à espanhola. Vemos como ela aviventa com seus reflexos o teatro, a novela, o lirismo, da França, da Inglaterra, da Alemanha, da própria Itália. E, se para demonstrarmos a expansão do espírito hispânico quisermos remontar aos tempos antigos, bastará relembrar a sua inoculação nas letras romanas, com Séneca, Lucano, Marcial, Quintiliano, Marco Aurélio, para apenas citar os proeminentes. Mal pensa o português dos últimos séculos, na sua exclusiva predilecção pelos donaires do espírito gaulês, que, coadas no filtro de Corneille e de Hugo, de Le Sage e de Beaumarchais, de Voltaire e de Balzac, de dezenas de outros escritores de Além-Pirinéus, são a miúdo as emanações do génio peninsular que o estão embriagando. Se o percebesse, possível é que não contivesse um movimento de orgulho racial. Talvez lamentasse que os acidentes da política, no receio de prejudicar a independência mútua dos dois povos da Península, estorvassem durante longas épocas as suas relações intelectuais. Com poucas excepções, coïncidem com essas épocas a esterilidade ou o debotamento das letras em Portugal. Porque é na fonte vivaz do génio espanhol, afim do seu, que o génio português se tempera e se exalta. E não será temerário afirmar, de uma maneira geral, a reciprocidade dêste princípio.

Com efeito, as duas correntes literárias, oriundas das mesmas fontes linguísticas, brotaram ambas quási simultâneamente, sob os auspícios de príncipes consanguíneos, naquele róseo arrebol da Renascença que aclarou o sul da Europa, dos fins do século XIII para o início do XIV. A exemplo das literaturas escandinavas, podem talvez comparar-se a certos rios que, embora autónomos no seu curso, enriquecem mutuamente os caudais, sem por isso desnaturarem as águas, nem alterarem o aspecto característico das margens. Tem, portanto, tudo a ganhar nas intermitências do contacto.

Não quere isto dizer que se desdenhe o intercâmbio intelectual com outras nacionalidades e com outras raças. Mas sob cláusula de não deformar, pela fôrça de percussões exóticas, os contornos típicos da produção nacional. Êsse perigo se não é anulado, é consideravelmente reduzido ou compensado, quando a origem da potência transformadora se encontra dentro da Península. É a literatura espanhola, menos maleável acaso do que a portuguesa, que lhe estimulará a reacção contra as fôrças deformadoras, e contribuirá para manter íntegras as feições de família que distinguem as duas no concêrto da cultura universal.

Repetimos. Nem a individualidade política, nem a individualidade literária, normas incontroversas das duas nacionalidades peninsulares, sofrem quebra, antes se robustecem, com a permuta de influxos espirituais. O passado histórico o está proclamando. Foi a inspiração portuguesa que conduziu os navegadores da Espanha na rota gloriosa dos Oceanos. No campo literário, já notámos como de um génio português germinou a magnífica florescência do teatro espanhol. E não se limitou ao teatro a sementeira fecundante, digamo-lo de passagem. Um exemplo nos ocorre. Quem encarar atentamente a figura grotesca de Sancho Pança, sem dificuldade lhe descubrirá na fisionomia rude e solerte traços atávicos daquele Pero Marques, vivificado por Gil Vicente em duas farças célebres, *Inês Pereira* e *Juiz da Beira*. Mas, como possa haver quem tome à conta de devaneio esta observação que supomos inédita, outros factos indiscutíveis se



O PERGAMINHO *Notícia de Torto*, EXISTENTE NO ARQUIVO NACIONAL DA TÔRRE DO TOMBO

"Notícia de Torto"

Publicada pela primeira vez nas *Dissertações* de João Pedro Ribeiro, foi novamente publicada na sua leitura exacta na *Revista Lusitana*, vol. XVII, pág. 203 e seg. Também os *Textos arcaicos* do Dr. J. Leite de Vasconcelos reproduzem um excerpto. «A *notícia* é uma minuta ou borrão tomado no decorrer de uma conferência, borrrão que depois o notário ou escrivão no remanso do seu gabinete desenvolveria no latim mais ou menos elegante que estava ao seu dispor».

É um bocado de pergaminho, «escrito dos dois lados, sendo difícil a leitura de algumas palavras das poucas linhas que passaram para o reverso em virtude da tinta estar apagada». É em português e latim, vendo-se por êle como as duas línguas andavam juntas. Veio do mosteiro feminino de Vairão e está hoje no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. A lição que se segue é a de Pedro de Azevedo, que a publicou na *Revista Lusitana*. É um documento do século XIII, de seus princípios. A pesar de não ter data J. P. Ribeiro atribui-lhe «a era de 1244, com dúvida, ou sejam os anos de Cristo de 1206».

De noticia de torto que *fecerum* a *laurencius* fernãdiz por plazo que *fece* gõcauo ramiriz antre *suos* filios e lourenço ferrnãdiz *quale* podedes saber e oue auer de erdade e dauer tâto quome *uno* de *suos* filios daquanto podesen auer de *bona* de seus *pater* e fio li os seu *pater* e sua *mater*. E depois *fecerun* plazo nouo e cõuen *uero* a saber *quale in ille* seem taes firmamentos *quales* podedes saber. ramiro gõcaluiz e goncaluo gõca[luiz] elmira gõcaluiz forum fiadores de sua irmana que orgase aqu[e]le plazo come *illos Super isto* plazo ar ferum *suo plecto*. E a maior ainda que *illos hic* cõnocerum que les acanocese. laurenzo ferrnãdiz sa irdade per *plecto* que a teuese o *abate* de *sancto* martino que como uencesen que asi les dese de ista o abade. E que nunqua *illos* lecxasen daquela irdade sen seu *mãdato*. Se a lexaren intregaren *ille* de octra que li plaza E Dauer que ouereum de seu *pater* nu[n]qua li *inde* derun parte. Deu dun gõçauo a laurenco ferñadiz e martin gõcaluiz. xii. casaes por arras de sua auóó.

E filarun li *illos inde* vi *casales cun* torto. E podedes saber como mando Dun gõcano a sua morte. De XVI casa*les* de ueracier que fructarun e que li nunqua inde derun quinnõs. E de VII e *medio* casaes antre coina e bastuzio *unde* li nunqua derun quiniõ. Et de tres in teuosa *unde* li nu[n]qua ar derun nada. E ii^{os} in fige e recdo *unde* nunqua li derun quinõ. E ii^{os} *in* tamal *unde* li non ar derun quinõ. E da *senara* de coina unde li non ar derun quinõ. E de *uno* casal de coina que leuarun *inde* iii anos o *fructu cun* torto. E por *istes* tortos que li *fecerun* tem qua a (1) seu plazo quebrãtado e qua li o deuen por *sanar*. E de pois ouerun seu mal e meteu o abade paz a[n]tre *illes in* no carualio de laureado. E rogou o o *abate* tâto que beiso *cun illes*. E derun li XVIIII *Morabitinos* que li filarun. E de pos *iste plecto* pre[n]derun li o seruical otro om[éé] de sa casa. E troserun no XVIIII dias per montes e *fecerun* les tã máá prisõ per que leuarun deles quanto poderun auer. E de pois li desunro gõcauo gõcauiz sa fila pechena (2) E irmar [un] XIII *casales unde* perdeu *fructu*. E isto fui de pois que furun fiidos anto *abate*. E de pois que furun infiados por iuizo de *ilo rec*. (3) E nunca *ille* fez neu mal por todo aqueste. E feze les aguda *quales* aqui ouirecdes. *Super* sua aguda fez testiuigo *cun* goncavo cebolano. E *super* sa aiuda ar fu ili (4) a casa e filo li quanto que li agou e deu a *illes*. E *super* sa aiuda oue testifigo *cun petro* gomez omezio qve li custou maes ka. C. *Morabitinos* E *super* sa aiud[a] oue mal *cun* goncaluo gomez

(1) Ou *qua?*

(2) Em um documento do século XII (Vairão, m. 1 livro n.º 32) encontra-se *Chitáá* por *quitana*

(3) Num documento de Agosto de 1289 (1251), lê-se: *reenante rege alfonso in portugalia;* Maço 15 de Vairão, n.º 23.

(4) Ou *fui li?*

nos oferecem, como a enxertia da novela cavalheiresca em terras de Castela por agência de Vasco de Lobeira, e a invasão das ninfas pastoris, acaudilhadas pela portuguesa *Diana* de Montemór.

Demonstrados nos parecem os motivos de ordem filosófica, que em tese justificam o estudo histórico das literaturas. Restam, contudo, para cada povo, as razões de ordem sentimental que fortemente o determinam, com respeito às produções do espírito nacional.

A literatura e a língua nacional

É, com efeito, verdade axiomática, que numa agremiação humana não existe energia coesiva mais poderosa do que a língua comum.

Com raras excepções, das quais a mais notável é certamente a Suiça, às nacionalidades débil resistência oferecem às fôrças dissolutivas, em faltando às suas células o cimento da unidade idiomática.

O patriotismo perde o sentido quando se exprime num idioma estranho. É o interêsse material que o alenta, não é na consciência moral que se enraíza. Daí deriva, naturalmente, a íntima conexão da língua e do sentimento nacional.

IGREJA DE PAÇO DE SOUSA (Concelho de Penafiel, distrito do Porto) — Vista exterior

TÚMULO DE EGAS MONIZ NA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA — (Da *Arte Românica em Portugal*). — *Clichés* de Marques Abreu

A primeira palavra que, em tôdas as linguagens balbucia a criança ainda no bêrço é aquela que contém o significado do mais sublimado amor de que é susceptível a humanidade, a palavra *mãe*, nas suas múltiplas equivalências. À medida que se aproxima a idade da razão, amplia-se o objectivo da ternura filial, à mãe individual e perecível substitui-se a mãe colectiva e imortal, e é então o nome da pátria que comove e acende os corações viris.

Como não há de ser inseparável dêsse duplo afecto a música verbal em que é enunciado? Como não nos sentiremos irmanados aos homens que nas mesmas

que li custou *multo* da auer e muita perda. E *in* sa aiuda oue mal *cun* gõcaluo suariz. E *in* sa aiuda oue mal *cun* ramiro ferñadiz que li custov muito auer muita perda.

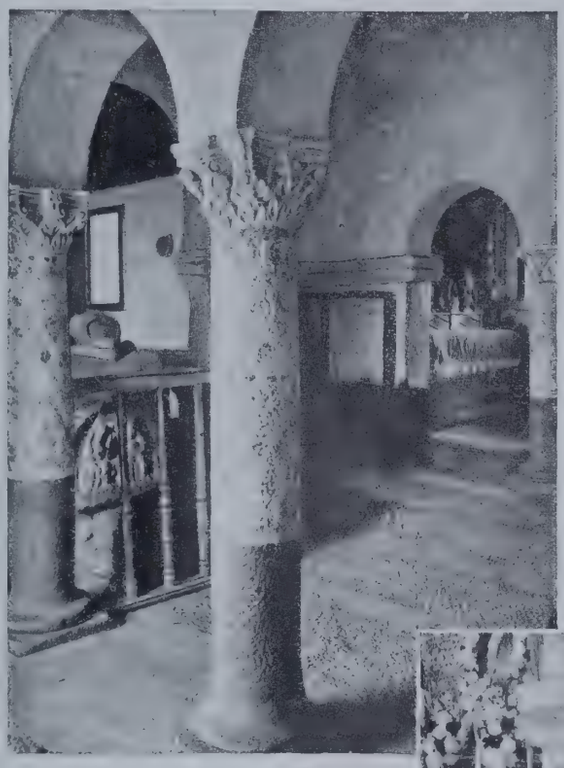
E *in* sa aiuda fui ii[as] *feces* a coinbra. E *in* sa aiuda dixe *mul*[*tas*] *uices* e ora *in ista* tregua furun a ueracin amazarun li os om[éés] erma[run] li x casaes seu (1) torto al *rec. super* saiud[a] mãdoe lidar seus om[e]s *cun* martin *iohanes* que quira (2) desunrar sa irmana. E *cun ille* e *cun* sa casa e *cun* seu pam e *cun* seu uino uencestes uosa erdade. E *cun ille* existis de su casa *in ipso die* que nola quitarun. E *ille* teue a uosa rezõ. E otras aiudas *multas* que fez. E *plus* li a custado uosa qual *unde* (3) cae derdade. E subre becio e *super* fümento se ar quiserdes ouir as desõras qve ante *ihc* furun. ar ouideas. *Venerun* a uila e filarun li o porco ante seus filios e comerunsilo. *Venerun alia uice* er filarun o t[riig] o antes *illes* er comerunso. *Venerun in alia uice* er filarun *una ansar* ante sa filia er comerunsa. *In alia uice* ar filiarun li o *pane* ante *suos* filios. *In alia uice* ar uerun *hic* er filiarum *inde* o uino ante *illos* (RECTO) otro inhc (4) *uenerunli* filar ante seus filios quanto qve li azarun in quele casal. E furun li ou ueriar e prenderun *inde* o cõlazo *unde* mamou o *lecte (?)* e gacarun no e getarun *in* terra polo cecar e le[ua] run delle quanto oue.

In alia uice ar furun a feracin e prenderun ii[os] om[éé]s e gacarun nos e levarun deles quanto que ouerun. *In* otra *fice* ar prenderun otros ii[os] a se[u] irmano *pelagio* ferñadiz e iagarun nos. *In* otra uerun a..ge...tros (5) e leuarunso... (6) ante *pelagio fernandiz.*

(1) Ailás *sen?*
(2) Aliás *queria.*
(3) Ou *quali inde?*
(4) Ou *uice?*
(5) Será o nome da povoação *Pegeiros?*
(6) João Pedro Ribeiro lê aqui *levar* IV; ou melhor: *levarun iiii... ante.* Também proponho a leitura: *levarun iii om(e)s... ante...*

compreensíveis palavras evocam as imagens que nos são queridas?

Para as maravilhas do mundo físico se abriram nossos olhos, e logo o espectáculo nos pôs em comunhão com a natureza ambiente. Para as do mundo moral, foi necessário que a língua nos descerrasse a luz do entendimento. Bem forte deverá ser o nosso grato amor a êsse instrumento precioso, sem o qual não passaríamos da quási cegueira mental dos irracionais!



Igreja de Balsemão (Concelho de Lamego, distrito de Viseu) — Vista interior tirada da capela lateral

Mais do que outro factor social, é a língua que nacionaliza. O seu conhecimento é o princípio essencial da educação cívica. Assim o reconhecem filósofos e estadistas. O recente conflito entre a Itália e a Áustria, por causa da língua alemã no Tirol, claro manifesta a importância vital do elemento filológico na distribuição política dos povos.

Mas, abstraindo destas razões inatas e genéricas, por outras peculiares se impõe a língua portuguesa ao orgulho dos seus naturais. Foi ela o primeiro veículo da civilização ocidental na sua difusão pelo globo. Ao mapa-mundi ficou desde então adstrita por centenas de vínculos toponímicos. Modernamente, é ela, pelo mundo fora, uma das quatro línguas europeias de mais prometedora expansibilidade.

Não andará muito remoto o futuro em que mais duma centena de milhões de homens povoará os vastíssimos territórios da América e da África por onde ela estende o seu domínio.

E é tão duradouro e capitoso o seu perfume que ainda hoje trescala em idiomas e dialectos, dos quais há séculos anda apartada, desde Ceilão à Polinésia, desde Malaca ao Japão.

Urge amá-la e dignificá-la, não permitindo que ela se corrompa ou se esfacele nos vários climas para onde o génio português a projectou. Nessa meritória tarefa andam empenhadas as duas grandes nacionalidades que dela revestem seu pensamento. Prova manifesta do apêgo à língua nativa, omissa ou corrompida a qual a sua pátria arriscaria a unidade política, é a recente e altiva decisão do Ministro dos Estrangeiros do Brasil, determinando que em futuros congressos ela não fôsse suplantada por línguas estranhas.

Igreja de Balsemão. — Túmulo do Bispo D. Afonso Pires. — (Da *Arte Românica em Portugal*) — *Clichés* Marques de Abreu

Vem a pêlo parafrasear um passo significativo do discurso do escritor Abel Hermant, ao tomar há pouco assento na Academia Francesa: «Pour nous, Français, bien parler est encore un devoir patriotique, car de langage français est la province la plus meurtrie de la France». Também, e talvez por mais instantes motivos, é para nós outros, portugueses, um dever patriótico o falar com pureza a nossa língua. E não será ela igualmente a província menos desvalida da pátria portuguesa, hoje que a intentada proscrição dos estudos humanistas ameaça enfraquecer êsse elemento, sôbre todos coesivo, do organismo nacional.

Mas, para acrisolar o nosso amor, nada mais eficaz do que seguir a sua ascensão evolutiva desde os alvores da nossa independência, em procura do Belo e da Verdade.

Admirável matéria plástica que pelo correr dos séculos se foi transformando, para corresponder a todos os cambiantes e a tôdas as gradações da progressão intelectual! Argila mole a princípio, comparável àquela em que os coroplastas da Beócia modelavam as suas figurinhas ingénuas, insuflou-lhe vida o estro enamorado dos troveiros medievos. Refractária a tornou a chama do génio, nos soberbos frisos históricos de Fernão Lopes e nas criações admiráveis de Gil Vicente. Depois, ao sôpro da erudição humanista, ei-la passando por metamorfoses prodigiosas, que lhe modulam e lhe alteram o sonido. Faz-se bronze nas estâncias dos *Lusíadas* e na prosa de Herculano; mármore nos sermões de Vieira e nos livros de Garrett; puro cristal na lírica de Camões e na prosa de Frei Luís de Sousa; filigrana de ouro nos versos de Gonzaga e de João de Deus; lavor de prata nas estrofes dos culteranistas; esmalte e pedrarias ao passar entre os dedos taumatúrgicos de Bilac e dos parnasianos brasileiros. Mas, através de tão variadas transubstanciações, persiste o seu carácter primordial, como sucede às delicadas viandas que nos mais diversos preparados da culinária conservam e até refinam o saibo específico.

Bem se revela essa persistência, ao confrontarmos a linguagem aristocrática dos letrados com o rústico versejar,

tão parelho do trovar medievo, em que ainda hoje o vulgo modula seus queixumes e júbilos, suas máguas e paixões. As torrentes superficiais, que carreiam germes de polução ou de degenerescência, não são, portanto, as mais adequadas para abastecimento do caudal. É antes no sub-solo que se deve procurar a nascente estremé da vernaculidade, o mais enérgico preservativo contra o vírus da desnacionalização. Assim o têm sentido os eruditos que, sobretudo desde Garrett, se consagram ao estudo do folk-lore lusitano. Assim o reconhecem as modernas gerações, enriquecendo com o falar regionalista a língua literária e avigorando por esta forma o impulso regenerador do nacionalismo. A intromissão dêsse fermento nativo é tão benéfica para as letras como, não raro, o cruzamento do sangue plebeu para as raças depauperadas da fidalguia.

Ocorre transladar alguns períodos de um eminente crítico estrangeiro, a quem a nossa literatura deve um devotado e luminoso desvêlo:

> Os escritores que a essa fonte de inspiração popular recorreram nunca de lá voltaram despremiados. A sua obra adquiriu uma frescura e um encanto com que debalde tentaram competir os mais abalizados adeptos da erudição e da latinidade... E a razão é porventura manter ainda o povo português um elemento pre-cristão, até pre-romano, elemento que remonta aos mitos solares e às crenças pagãs, e em tôrno do qual paira um mistério e um prodígio primevos, um feitiço e uma fascinação provindos do contacto directo com as fôrças da natureza, e da adoração, terror e propiciação de invisíveis e inúmeras potências e divindades (1).

Nestes termos, que por calorosos chegam a destoar do proverbial fleuma britânico, judiciosamente insinua o sr. Aubrey Bell o perigo mortal, em que incorreu a literatura portuguesa, na vigorosa assomada da adolescência, quando os prosélitos do Renascimento nela vieram de improviso enxertar a vergôntea clássica. Não se estiolou então; muito pelo contrário, adveio-lhe renovada seiva das fontes longínquas do Lácio. Mas perdeu talvez em originalidade quanto ganhou em robustez e alinho. E não parece temerário afirmar que ao impulso do Romantismo ela deveu, principalmente, o reentrar na senda da nacionalização, da qual durante cêrca de dois séculos se ia transviando. Assim, pois, por paradoxal influxo, análogo ao que retempera as linhagens aristocráticas, foi graças à infiltração do elemento popular que a literatura portuguesa se salvou do definhamento e volveu a dar ao mundo testemunhos do seu patriciado.

Porque, compreenda-se, as obras primas da literatura são para um idioma os seus títulos de nobreza. Dêles aufere o dom da imortalidade. Que seria dos desusados dialectos da Hélada, do obsoleto falar latino, se os monumentos literários os não perpetuassem pelas eras em fora! Como sucedeu a essas antigas elocuções, assegura a perpetuidade da língua portuguesa, porventura mais do que a expansão prolífica da raça, a disciplinada beleza de seus dizeres. É mister que os seus cultores não cessem de amimá-la e depurá-la. Mas essa chama de amor corre o perigo de amortecer, se não a envolver uma atmosfera oxigenada de carinho.

Compenetrem-se todos os portugueses de que a língua é como a epiderme vulnerável da pátria. Farpada, lacerada, chagada, ela dará fácil ingresso a todos os micróbios da decomposição. Por isso, o primeiro dever do cidadão é defendê-la contra os solecismos que rasgam, os plebeismos que arrugam, os estrangeirismos que infectam, os barbarismos que ensangüentam. E quando idealmente se debruçar sôbre a fronte da pátria, para nela depôr o seu ósculo de veneração e de ternura, folgará de a ver nobremente encanecida, mas perpetuamente formosa. Formosura e nobreza, só verdadeiramente as avaliará, porém, quando o ofuscar a reverberação das jóias, com que o engenho de seus filhos a engalanou. Mas, visto não ser possível abrangê-las em breves miradas, o presente livro é como o lúcido inventário dêsse vasto tesouro patrimonial, dando a todos os portugueses circunstanciada notícia de quantos artífices concorreram para a perfeição dos lavores e para a riqueza da joalharia, guiando-os na escolha das espécies a cujo exame mais se lhes afeiçoar o espírito, e sobretudo fortalecendo-os no amor da pátria, pela contemplação dos prodígios com que o seu génio se revelou ao mundo culto, reflexo daqueles com que, nas culminâncias da História, assombrou a Humanidade.

Ao descobrimento da Terra corresponde, no céu da arte, a alvorada irradiante do teatro universal, o rutilar da maior epopeia dos tempos modernos.

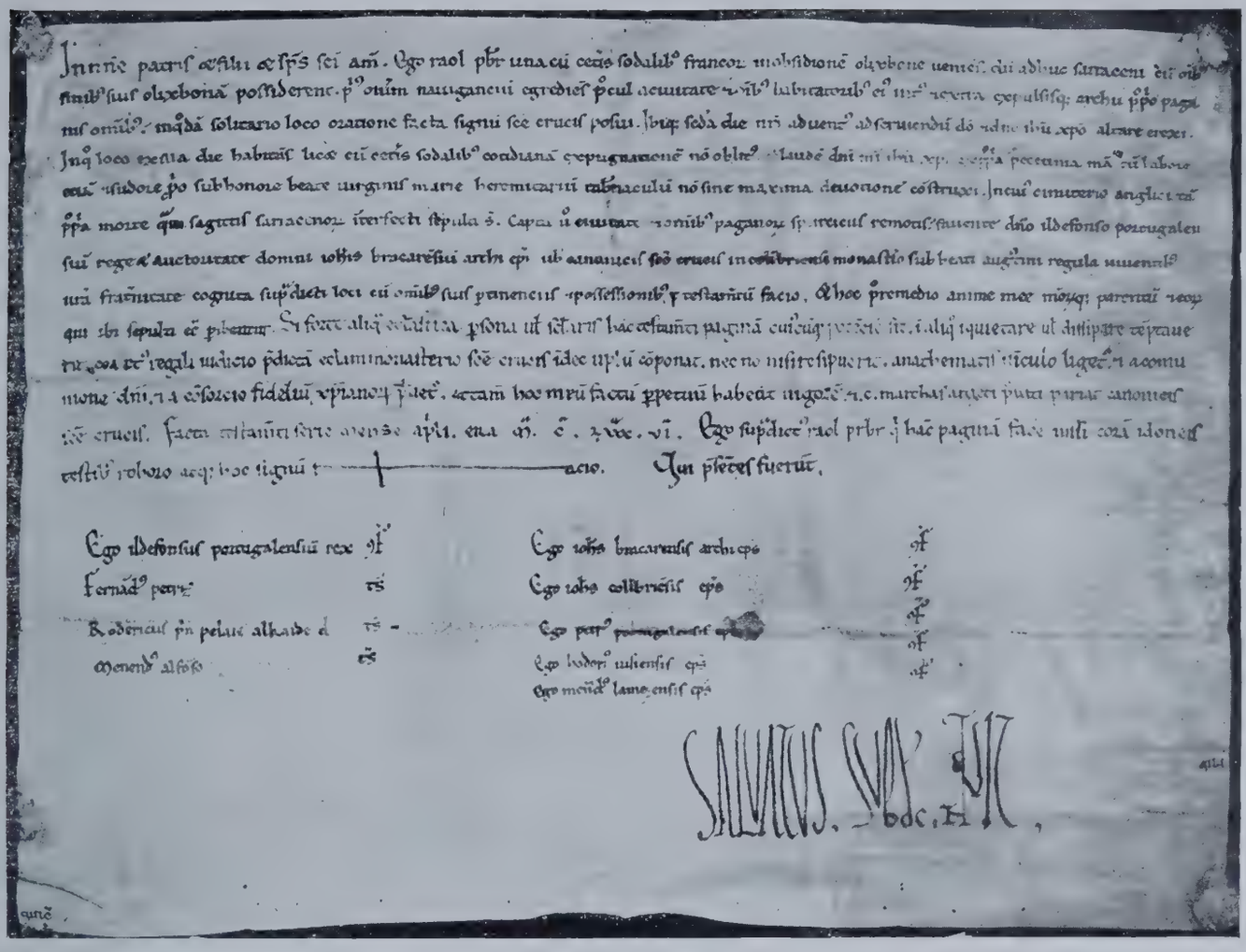
(1) Aubrey Bell, *Portuguese Literature* — Oxford, 1922 — apêndice, pg. 341.

II — A TERRA E O POVO

Habitantes antigos da Lusitânia

BIBLIOGRAFIA: A TERRA E O POVO: André de Resende — *De antiquitatibus Lusitaniae*. Evora 1593; id — *Historia da antiguidade da cidade d'Evora*. Evora 1553; Gaspar Barreiros — *Chorographia*... 1561; Bernardo de Brito — *Geographia antiga da Lusitania*, 1597; Luiz Antonio de Azevedo — *Dissertação... sobre... a ereção do tablado e orquestra do antigo theatro romano*. Lx.ª 1815; José Leite de Vasconcellos — *Religiões da Lusitania*. Lx.ª 1897, 3 vols.; Augusto Filippe Simões — *Introducção á archeologia da Peninsula iberica*. Lx.ª 1878; Estacio da Veiga — *Antiguidades monumentaes do Algarve*. Lx.ª 1887; J. M. Pereira de Lima — *Iberos e Bascos*. Paris-Lisboa 1902, e *Phenicios e Carthagineses*. Lx.ª 1903; Hubner — *Corpus incriptianum latinarum* e *Inscriptiones Hispaniae Christianae*. Berlim 1871, supp.º 1900; Theophilo Braga — *A Patria portuguesa. O territorio e a raça*, a que Silvio Romero respondeu com um vol. de egual titulo. A bibliografia mais desenvolvida e particularisada pode ver-se no 1.º vol. da *Historia de Portugal* de Fortunato de Almeida.

A LINGUA: As primeiras publicações sôbre a lingua portuguesa são as do século XVI *Grammatica da linguagem portuguesa* por Fernão de Oliveira em 1536, seguindo-se-lhe outras em 1539 e 1540 (a de João de Barros). Pero de Magalhães de Gandara publicou em 1574 as suas *Regras* (sôbre orthografia) que se reimprimiram em 1590 e 1592, e Duarte Nunes de Leão a *Orthographia da Lingua portuguesa* em 1576. São também importantes para o estudo da lingua entre outros a *Origem da lingua portuguesa* por D. Nunes de Leão, Lx.ª 1606; *Louvores da lingua portuguesa* por Ferreira de Vera, 1631; o *Dialogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros (Compilação. 1875); *Regras da lingua portuguesa* por Contador de Argete, 1721; *Infermidades da lingua* por Silvestre Silverio da Silveira e Silva (Manuel Joseph de Paiva), 1759; *Reflexões sobre a lingua portuguesa* por Francisco José Freire, 1842; *Origem da lingua portuguesa* por Augusto Soromenho, 1867; *A lingua portuguesa* por Adolpho Coelho, 1887; *Estudos de lingua portugueza* por Julio Moreira, 1907 e 1923; *Historia da lingua portuguesa* por José P. Tavares, 1923.



O PRIMEIRO DOCUMENTO QUE SE REFERE À RECONQUISTA DE LISBOA. (Abril, era de 1186, ano de 1148). Revelado pelo sr. J. Mendes da Cunha Saraiva na Associação dos Arqueólogos Portugueses. Publicado no *Elucidário Nobiliárquico* de Afonso de Dornelas. O original, pergaminho membranáceo, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, guarda-se no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo

(LIÇÃO DO DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES)

«Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo — Amen. — Eu Raol Presbítero (?), vindo para o cêrco de Lisboa, juntamente com os outros companheiros, quando ainda os sarracenos estavam de posse de Lisboa e de todo o seu termo, sendo de todos os que vinham, por mar, o primeiro que desembarquei, longe da cidade e de todos os seus moradores de dentro e de fora, expulsos pelo próprio cêrco todos os pagãos, em um lugar solitário, depois de feita oração, pus o sinal da Santa Cruz. E aí, ao segundo dia da nossa chegada, para servir a Deus e a Nosso Senhor Jesus Cristo, erigi um altar. E habitando desde aquele dia neste lugar, embora me não esquecesse de ir todos os dias combater a cidade com os outros companheiros; para louvor do meu Senhor Jesus Cristo, com o meu próprio dinheiro e também com o meu trabalho e suor, não sem a máxima devoção construi um eremitério — tabernáculo (capela)—em honra da *Beata Virgem Maria*, no cemitério do qual foram sepultados (os) Ingleses que morreram quer de morte natural ou quer às mãos dos sarracenos.

Tomada, porém, a cidade e removidas tôdas as imundícies dos pagãos, com o favor de D. Afonso, rei dos portugueses, e por autoridade de D. João, arcebispo de Braga, a vós os cónegos de Santa Cruz, que viveis no mosteiro de Coimbra, sob a regra de Santo Agostinho, conhecida a vossa fraternidade (caridade) — faço-vos testamento do supradito lugar, com tôdas as suas pretensas e possessões. E faço isto para remédio da minha alma e de meus parentes e dos que se diz que aí estão sepultados. Se por acaso alguma pessoa eclesiástica ou secular, qualquer que seja o lugar que exerça, tentar impugnar ou anular em alguma coisa êste documento de testamento, pague obrigado pelo tribunal do Rei o dôbro ao mosteiro de Santa Cruz, e se não se arrepender incorra em anátema e seja privado da Comunhão do Senhor e da sociedade dos fiéis cristãos. E êste meu acto tenha vigor perpétuo. E pague 100 marcos de prata aprovada (corrente) aos cónegos de Santa Cruz. Feito o testamento na *férie* do mês de Abril da era de 1186. Eu supradito Raol Presbítero (?) mandei fazer êste documento (página) perante testemunhas idóneas e roboro e faço o meu sinal. Eu Afonso Rei dos Portugueses, conf. João, arcebispo de Braga, conf. João, bispo de Coimbra, conf. Pedro, bispo do Porto, conf. Hodório, bispo de Vizeu, conf. Mendo, bispo de Lamego, conf. Fernando. Pedro. Rodrigo... Pelagio alcaide. Mendo Afonso. Test. Salvador subdiácono, notário.»

O CORVO

Do Livro das Aves. O mais interessante dos nossos códices iluminados do século XII, proveniente do cartório laurbanense e acabado de escrever em 1183 «dois anos antes da morte de Afonso Henriques, por um escriba iluminador anónimo, talvez monge de S. Mamede de Lorvão». (J. Dantas in. Anais das Bib. e Arquivos, 1920). Êste como o *Comentário do Apocalipse* «são exemplares notáveis da pintura membranácea proto-mudejar em Portugal». «O *Livro das aves*, que nos faz pensar na doirada *nephelococcygia* de Aristófanes, daria, quer pelo seu texto, quer pelas espécies reproduzidas na sua iluminura, um curioso estudo a um ornitologista.»

Os velhos cartórios. — Inscrição do mosteiro de Vairão, datada de 1035, reinado de Bermudo III, rei de Leão e Galiza. (Do *Arqueólogo Português*)

Gramáticas: *Historica da lingua portuguesa* do Dr. Ribeiro de Vasconcelos, Paris 1909; *Compendio da... historica portuguesa* por J. Joaquim Nunes, 1919; *Philosophica da lingua portugueza*, de Soares Barbosa, 1822; *Analytica* de Constancio, 1855; *Sintética*, de Candido de Figueiredo, 2.ª ed. 1916; e as de Epifânio da Silva Dias, 1884, e A. A. Cortesão, 1907.

Ortografias de João Franco Barreto, 1671; Bento Pereira, 1733; Madureira Feijó, 1734; Monte Carmelo, 1767; Cunha Portugal, 1837; Dr. José Barbosa Leão, 1878; Gonçalves Viana, 1904; Costa Leão, 2.ª ed., 1923, além dos já citados D. Nunes de Leão e Ferreira de Vera.

São também indispensáveis as *Lições de filologia Portuguesa* de José Leite de Vasconcelos, 1911 e 2.ª ed., 1926; as Palestras filológicas de Gonçalves Viana, 1910; os estudos de Adolfo Coelho, Manuel de Melo e Gonçalves Viana sôbre glothologia; os estudos de J. Leite de Vasconcelos, G. Viana, Morais Ferreira, Tomás Pires, Fonseca Lebre, Monsenhor Dalgado, sôbre dialectos; os trabalhos de Antonio Barradas, Candido de Figueiredo e Alberto Saavedra sôbre a linguagem médica; os de Alberto Bessa, etc., sôbre gíria; os de Delfim de Almeida, D. Carolina Michaëlis, Cortesão, etc., Leite de Vasconcelos e José Joaquim Nunes sôbre a linguagem arcaica; os de Fr. Francisco de S. Luiz, Fr. João de Sousa, Candido de Figueiredo, David Lopes, Pedro A. Ferreira, e outros entre nós, e João Ribeiro, Pires Ferreira, Laudelino Freire, Assis Cintra, Norberto de Sousa Silva, Xavier Fernandes, Said Ali, Pedro A. Pinto, Pacheco da Silva Junior, Mario Barreto e tantos mais no Brasil.

A Península Ibérica ou Hispânica é habitada desde os mais remotos tempos prehistóricos (período da pedra lascada ou período paleolítico), embora dos primitivos habitadores não saibamos o nome ou nomes, e só os conheçamos pelos restos da sua civilização, conservados *in loco*, e em museus. Descabido seria aqui discutir o problema das origens das populações da Península; basta observar que esta, por causa da vizinhança do mar, das suas grandes riquezas naturais, e do seu clima benigno, atraíu incessantemente os povos de diversas procedências, que vieram ou como colonizadores, ou como conquistadores. Na aurora dos tempos históricos os habitantes da Península aparecem-nos mencionados nos autores clássicos como *Iberos* ou *Hispanos*. O seu território invadiram-no na antiguidade, em diversas épocas, Fenícios, Ligures, Gregos, Celtas, Africanos, e por fim Romanos.

O açor e o pombo (Do *Livro das Aves*)

Quem diz *Iberos*, diz *Lusitanos*, e quem diz *Península Ibérica*, diz *Lusitânia*. Quando os Romanos entraram na Ibéria (séc. III a. C.), havia no território lusitânico muitas tríbus, conhecidas da literatura greco-romana e das inscrições latinas por nomes tais como: *Cunei*, no Algarve; *Turdetani*, no Algarve e Alentejo (êste povo dilatava-se pela Andaluzia); *Celtici*, entre Guadiana e Tejo; *Turduli veteres*, entre Tejo e Douro; *Transcudani* e *Igaeditani*, na mesma região, para o Nascente; *Paesuri* ou *Pœsures*, *Aravi*, e *Colarni*, ao Sul do Douro; *Callaeci* e outros *Celtici*, do Douro para o extremo Norte da Galiza. Entre os últimos distinguem-se os *Grovii*. Na região bracarense demoravam os *Bracari*; por Trás-os-Montes os *Zaelae*. Ao Norte do Minho, fora pois do território português, viviam os *Coelerni* (cfr. *Colarni* supra), os *Cileni*, os *Tamarci*, os *Neri*, os *Arrotrebae*. Havia ainda outras tríbus cuja menção por brevidade se omite; além disso, nem de tôdas as que deviam existir chegou notícia até nós.

O que sabemos da civilização da Lusitânia é-nos revelado por autores antigos e pela Arqueologia. Ela não era uniforme: umas tríbus parecem-nos mais civilizadas do que outras. As das regiões serranas, que são sobretudo o Minho, Trás-os-Montes e a Beira, habitavam em montes muralhados, onde as casas, agrupadas em bairros, eram por vezes redondas, como na Gália, no Norte de África e noutras regiões antigas, e com as ombreiras graciosamente esculturadas; mas as coberturas eram de colmo ou de pedra. Um monte desta espécie chamou-se na língua dos Celtas da Lusitânia *briga*, como se deduz de textos de Plínio e Ptolemeu. Com êste vocábulo concorria, com análoga significação, *dunon*, latinizado em *dunum*. Algumas gentes do extremo Norte (*Callaeci*, etc.) tinham costumes muito primitivos: dormiam no chão duro, fabricavam pão de landes torradas, e comiam em louça de pau.

Com esta barbarie contrasta a relativa civilização do Sul (Turdetanos), em que se fazia uso de escrita, como consta do Estrabão, e de espécimes lapidários conservados no Museu Etnológico, e noutros. De enfeite do corpo serviam, tanto no Norte, como no Centro e no Sul, braceletes e diademas de ouro e de prata, e fíbulas de bronze e de prata, e bem assim colares de contas de vidro lisas ou oculadas. Os guerreiros, no Norte, traziam escudo redondo, e espada curta ou punhal. Na mesa dos ricos, à hora das refeições, ou nas cerimónias cultuais não faltava

Avestruz

Açor

Águia

vasilhame de argila artístico, pintado ou gravado, e também de prata.

Na religião mais antiga descobrem-se elementos de carácter naturalístico, o que igualmente acontece noutras partes da Ibéria : veneração de águas, montes, etc., em que se reconhecem espíritos que depois se elevaram à categoria de deuses e deusas locais (rudimentares), com os nomes de *Mirobieus, Nabia, Endovellicus, Ataegina.*...

Praticava-se muito a agricultura ; enquanto os homens andavam na guerra, à caça, ou à pesca, as mulheres trabalhavam pacíficamente o campo, que produzia cevada, trigo, vinho. A par com a agricultura exerciam os Lusitanos o pastoreio, e tanto, que um dos seus heróis mais notáveis foi Viriato, pastor ou senhor de gados, e em actos de culto religioso sacrificavam um bode a um deus marcial.

Da língua ou línguas dos Lusitanos nos dá amostras (além do que fica mencionado), a Epigrafia, em nomes de pessoas, como : *Amminus, Arquius, Camala, Coronerus, Lovesus, Médamus, Tongius,* e a Geografia, em nomes de povoações e rios, como : *Abelterium, Aeminium, Balsa, Bracara, Caladunum, Cales, Conímbriga, Collipo, Equábona, Longóbriga, Miróbriga, Munda, Myrtilis, Ossónoba, Talábriga, Vácua.* O vocabulário usual continha, em comum com o resto da Ibéria, por exemplo (de várias origens) : *arrúgia, baca, barca, cantus,* ou *canthus, córrugus, cuniculus, lancea, láusia, páramus, sarna.* Os nomes próprios indígenas apresentam às vezes em inscrições mais de uma forma como : a) *Endovellicus,* já citado, que tem as variantes *Endovelicus, Endovollicus, Enobolicus, Indovelicus;* b) *Lovesus,* a par de *Lobessa* e de *Lobesa.*

Pelo que toca à organização social, já vimos que os Lusitanos estavam distribuidos em tríbus. Cada uma tinha verosimilmente seu régulo, e tôdas eram muito valentes e aguerridas.

Referindo-se quer à Lusitânia, quer à restante Península, onde havia tríbus semelhantes às dali, diz Herculano em seu estilo magestoso : «Ajudada pela superioridade da sciência militar, a

Perdiz

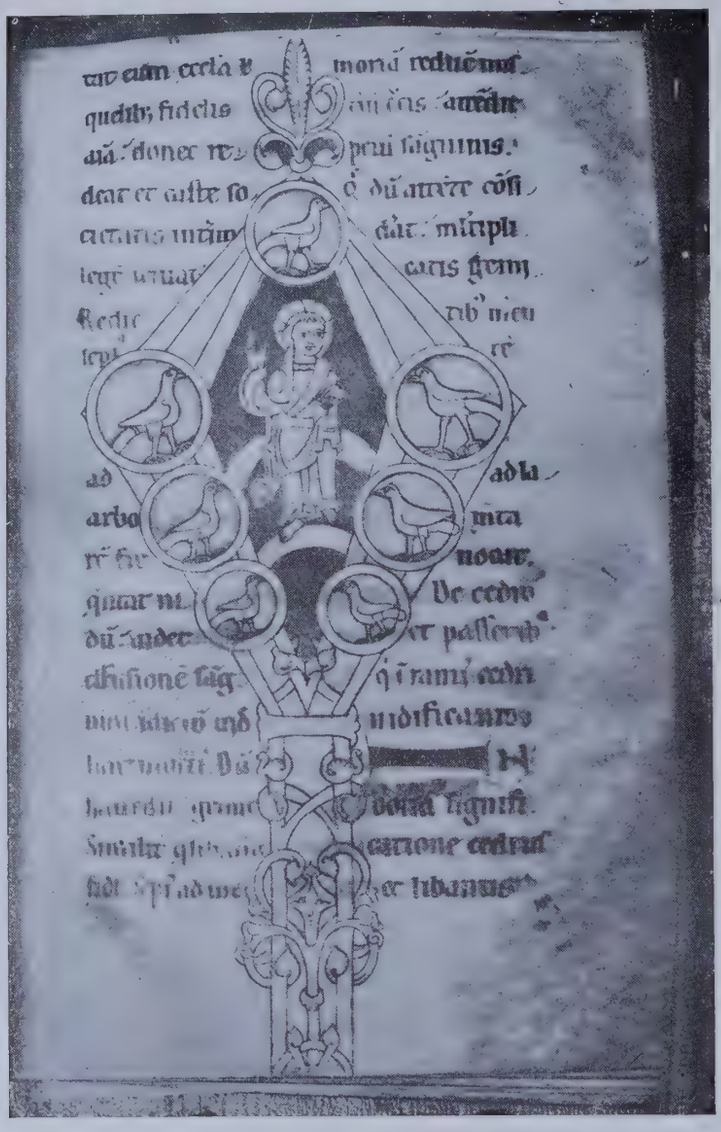
Poupa

Andorinha

Abutre
Cisne
Melro
Gralha
Fénix
Grou
Pavão

Pombo
Garça
Pato
Milhafre
Cegonha
Galo
Pelicano

A ORNITOLOGIA ILUMINADA DO SÉCULO XII
(Livro das Aves)



PÁGINA ILUMINADA do *Livro das Aves*

superioridade da civilização romana devia ter acção imensa nessas sociedades imperfeitíssimas dos indígenas, aos quais faltava o vínculo da unidade nacional, e que, misturados com as raças fenícia, grega e cartaginesa, tinham tomado costumes, vocábulos e ideas de cada um dêstes povos, sem que êsses elementos adventícios tivessem tempo suficiente para se incorporarem no elemento céltico e formar com êle um todo compacto e homogéneo, capaz de resistir à influência civilizadora de Roma.»

Consoante mostra a Arqueologia, as sociedades ibéricas, a pesar de imperfeitas, não o seriam tanto como Herculano supõe; o que havia, sim (por natureza), era falta de unidade, e isso já Estrabão o notára.

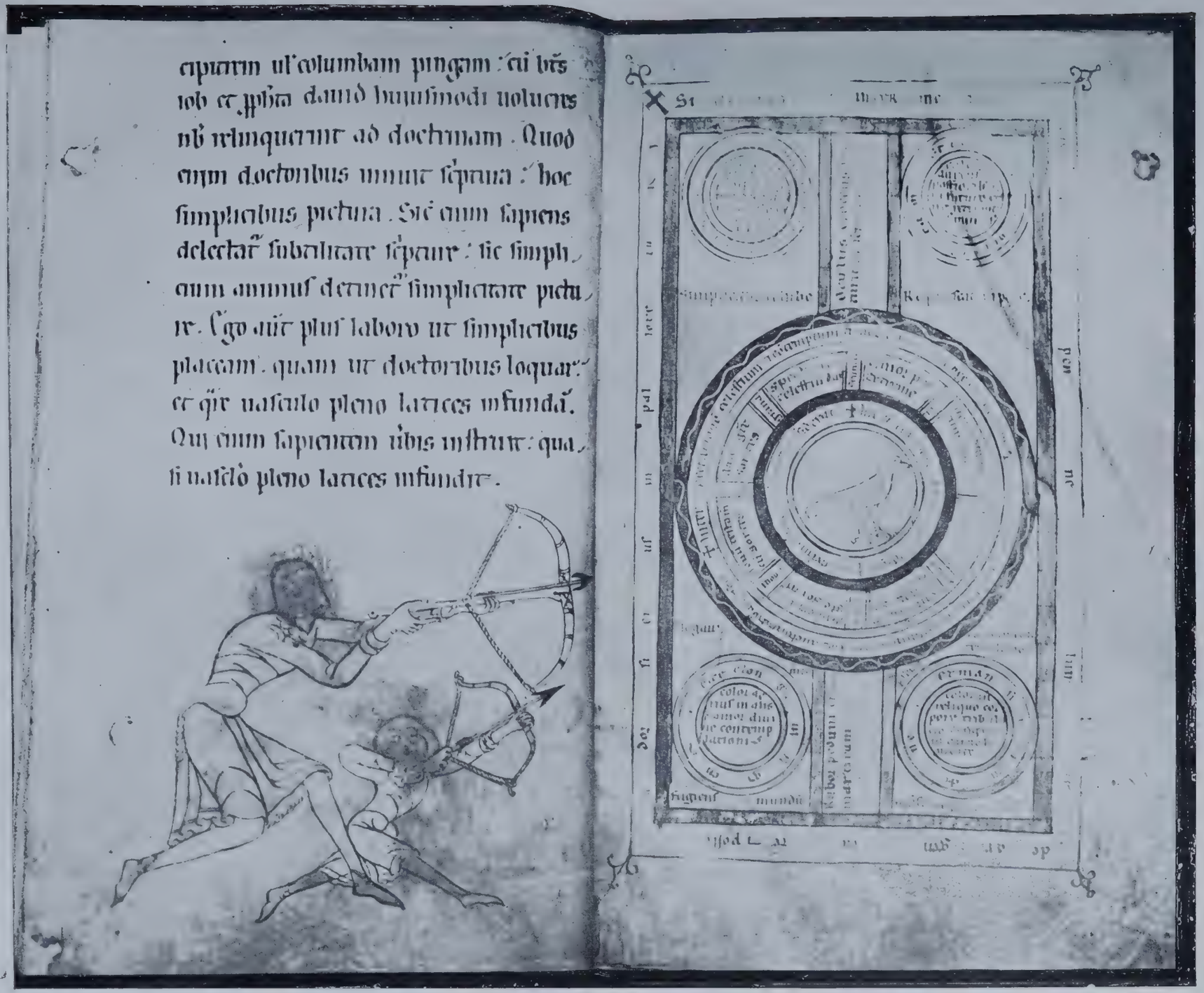
Conquista romana

Os últimos povos, em data, que vieram para a Península antes dos Romanos foram os Cartagineses. No ano de 226 a. C. fizeram os Romanos com os Cartagineses um tratado em que êstes se obrigavam a não passar o Ebro. Sagunto, cidade *Romanis amica*, foi, porém, no ano de 219 acometida por Aníbal, general cartaginês; a pesar de os Romanos o intimarem para que se abstivesse da guerra, e mandarem embaixadores a Cartago, a cidade foi tomada, e os Saguntinos receberam de Aníbal os maiores tormentos. Em virtude disto marchou para a Hispânia no ano de 218 Cn. Cornélio Scipião, a quem posteriormente veio juntar-se seu irmão Publio. A princípio, os Romanos derrotaram os seus inimigos, mas a final os dois Scipiões foram mortos, vindo para cá depois P. Cornélio Scipião-Júnior, que tomou Cartagena com ouro e muitos refens, prendeu o cartaginês Mágon, irmão de Hasdrubal, restituiu às famílias hispânicas os prisioneiros que estavam em poder dos Cartagineses, e venceu e afugentou Hasdrubal. É com êstes feitos de Scipião que propriamente começa na Península o domínio romano: «quare omnes fere Hispaniae uno animo ad eum transierunt».

Depois os Romanos continuaram na sua obra de conquista, que não se realizou de repente, mas lentamente, e às vezes com muita resistência dos povos de cá, a pesar do texto que há pouco se citou. Até 198 a Hispânia continuou em estado de guerra; então estava dividida em *Ulterior* e *Citerior*, cada uma governada por seu *pretor*. O território que hoje constitue Portugal e Galiza pertencia à Ulterior.

Em 150, por causa de uma perfídia do proconsul Sérvio Sulpicio Galba, foram mortos muitos mil Lusitanos: isto exaltou os ânimos dos povos, que, comandados por Viriato, começaram a guerrear grandemente os Romanos (150-140). Em 140 Viriato fêz as pazes com o proconsul

A CREAÇÃO DA MULHER DE UMA COSTELA DE ADÃO. (Página do *Livro das Aves*)



Duas das mais curiosas páginas do *Livro das Aves*. À esquerda encontram-se besteiros portugueses «com o seu perponte amarelo «quod loricae superinduebatur» e a sua terrível bésta tendida — a balestra que o concílio de Latrão proibiu em 1139, armada do virotão barbelado e prestes a despedir o tiro.» (Júlio Dantas in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 1920). Estes dois besteiros pelo movimento que os anima, provam no artista que os criou, qualidades extraordinárias de observação e poderosos dotes para as tresladar à realidade. Tem mais alguma coisa do que um cunho permitivo êstes soldados do tempo do nosso primeiro monarca.

LORVÃO. — Vista geral do Convento. (De *A Arte e a Natureza em Portugal*). — *Cliché* E. Biel

OS VELHOS CARTÓRIOS

O Mosteiro de Lorvão era um dos mais valiosos cartórios portugueses. Mas como êle outros muitos existiram de mais ou menos importância. Podem citar-se entre os mais antigos os dos Mosteiros de Pendorada, S. João de Tarouca, Vairão, Paço de Sousa, Moreira, Cete, Pedroso, S. Bento d'Ave Maria do Porto, Arouca, Refóios de Basto, Bostelo, Santo Tirso, Arnoia, Roriz e Pombeiro, e os das Colegiadas de S. Pedro, do Salvador, de S. Cristóvão, de S. João de Almedina, de S. Tiago, todos de Coimbra; S. Paulo, de Braga; da Câmara do Porto, dos Mosteiros de Alcobaça, da Batalha, dos Cabidos de Coimbra, Viseu, etc., na sua maioria encorporados no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Os mais antigos e valiosos documentos estão publicados nas *Dissertações* de João Pedro Ribeiro, nos *Portugaliae Monumenta Historica*, no *Corpus codicum latinorum et portugalensium lorum qui in archivo municipali portucalensi asservantur antiquissimorum*, no *Elucidário* de Viterbo, nos *Documentos inéditos dos séculos* XII-XV, de Oliveira Guimarães, Porto 1896; nos *Documentos históricos da cidade de Evora*, de Gabriel Pereira, Évora 1885-1891. Catálogos de cartórios há por exemplo o *Catálogo dos pergaminhos do cartório da Universidade de Coimbra*, 1881 (Por Gabriel Pereira), e os *Índices e Sumários dos livros e documentos mais antigos e importantes do Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra*. De Alcobaça são conhecidos o *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ. Olisip.* MDCCLXXV e o *Commentariorum de Alcobacensi mstorum bibliotheca* de Fr. Fortunato de S. Boaventura, Coimbra MDCCCXXVII, e do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo há vários índices publicados. Os códices portugueses de Alcobaça hoje na Biblioteca Nacional teem um belo índice publicado por António Anselmo, e os latinos um índice do mesmo autor que ainda se conserva manuscrito. Cartórios literários se pode ainda chamar, pela quantidade de valiosos documentos que publicam, ao *Arquivo histórico*, ao *Instituto*, à *História Genealógica*, à *Revista Lusitana*, ao *Arqueologo Português*, etc. Na pesquisa e publicação de velhos documentos foram grandes trabalhadores J. Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, Anselmo Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo, J. Leite de Vasconcelos, Gabriel Pereira, António Baião, etc.

Fabio Serviliano para salvar o exército dêste; mas no mesmo ano o proconsul Servílio Cepio, sucessor de Serviliano, recomeçou a guerra na Hispânia Ulterior, e fêz que Viriato fôsse assassinado à traição (139). Viriato, que, no dizer de Floro, passou de caçador a salteador e de salteador a general, tornou-se assim um símbolo da independência nacional, e da sua tradição heróica proveio, por influência da erudição da época do Renascimento, uma fonte de lendas, que teem, nos tempos posteriores, passado como verdades históricas.

Em 138-137 Decimo Junio Bruto venceu os Calaios; à memória dêste general andam ligadas várias tradições curiosas.

Em 134 Scipião o Africano-Junior foi nomeado para a Hispânia; tomou Numancia em 133, conquistando definitivamente o centro da Península.

Roma não deixou de continuar a mandar generais e funcionários. Por causa das contínuas opressões, os Lusitanos pediram o auxílio de Sertório, que já tinha estado na Península. De Sertório deixou-nos Plutarco valiosa biografia, que contribuiu para que depois do séc. XVI, sob o influxo dos nossos eruditos, se origi-

nassem algumas lendas, desta vez localizadas em Évora. Metelo Pio combateu Sertório com pouca felicidade. Em 77 veio Perperna com certo número de coortes combater às ordens de Sertório; a inveja, que é inseparável das acções humanas, e que às vezes corrói mesmo a alma dos mais fortes, foi a causa de que Perperna assassinasse Sertório (72), por ocasião de um festim; em breve, porém, Pompeio o venceu e matou.

Em 61-60 Júlio César submeteu os Lusitanos, ao Norte do Tagus, fazendo-os tributários. Em 55 Cn. Pompeio Magno obteve as duas Hispânias, e a Península tornou-se o teatro da luta entre César e Pompeio, luta formidável e longa, que só terminou com a batalha de Munda, em que César levou a palma aos filhos de Pompeio.

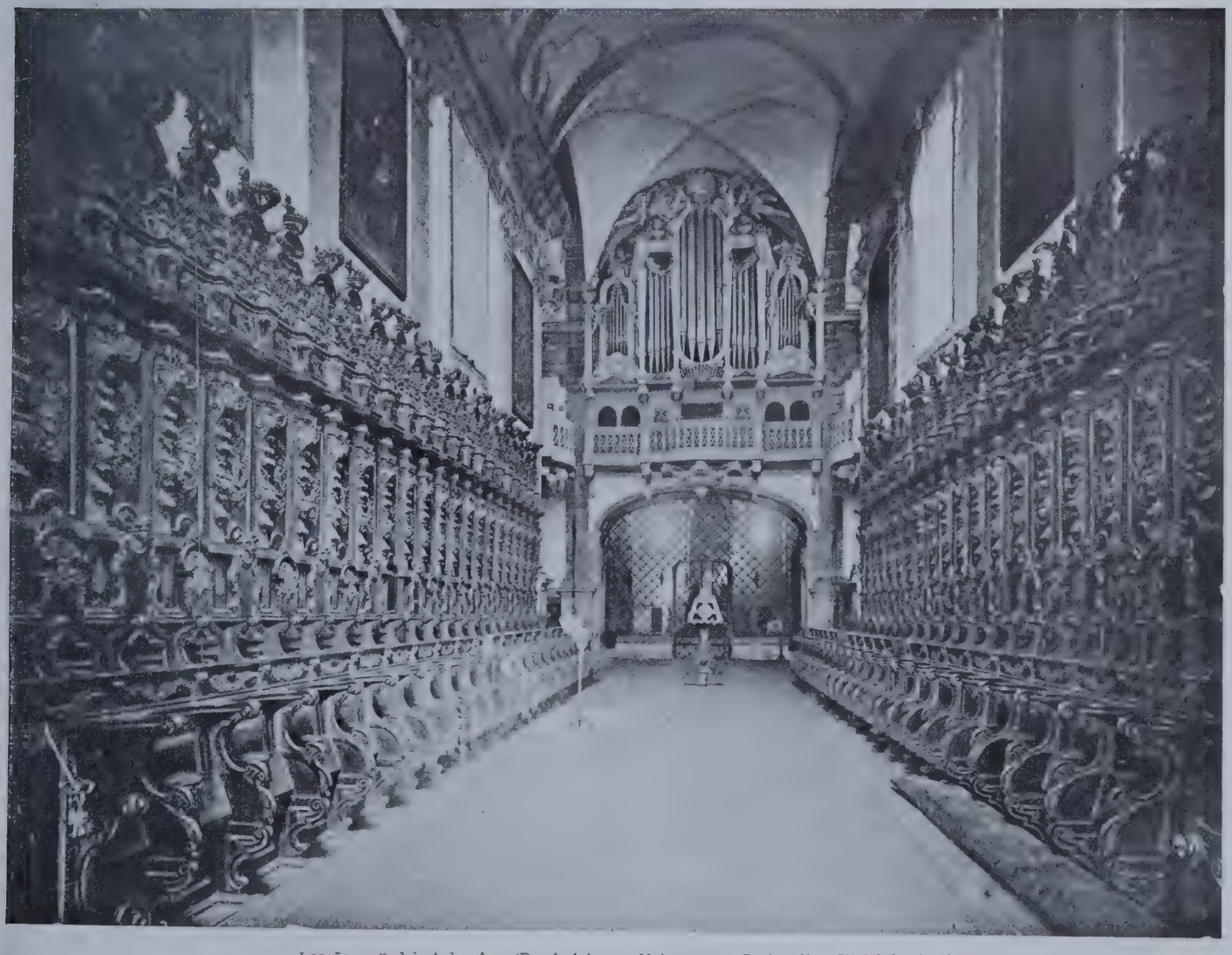
Com a vinda de Augusto, que subjugou os Cantabros (25), vitória a que Horácio alude, ficou assegurada a paz na Península durante muito tempo. Isto marca uma era notável na história das Hispânias.

Depois a Península foi dividida em três províncias: Tarraconense, Betica e Lusitânia; a primeira e a última a cargo do imperador, a segunda a cargo do senado. Os governadores das províncias senatoriais eram *proconsules;* os das imperiais *legati Augusti*. As províncias dividiam-se em certas circunscrições denominadas *conventus*. A Lusitânia romana compreendia os conventus emeritense (Emerita), pacense (Pax Julia), escalabitano (Scallabis, hoje Santarém). O território da nossa Bracara Augusta constituia também o *conventus bracaraugustanus*, mas êste pertencia à Tarraconense. Havia, além disso, colónias, municípios, etc. As formas da organização política variaram bastante, segundo as épocas.

Os Romanos impuseram a sua magnífica civilização à Península; dela inúmeros restos materiais existem ainda em tôda a parte, tanto em Portugal como na Espanha. Esta imposição foi lenta; um dos modos pelos quais ela se operou foi pela fusão com os indígenas. Tal fusão observa-se por exemplo: nos castros, onde a civilização romana coexiste a par da indígena; nas denominações das divindades e das terras, pois a um nome peninsular junta-se às vezes um latino, como em *Adaegina Proserpina, Bracara Augusta;* nas formas do culto religioso; nas inscrições bilingues dos cipos e das moedas, etc.

O Sul e o Oriente foram os pontos romanizados primeiro: assim, a Lusitânia meridional apresenta, já desde o séc. I, como vimos, aspecto inteiramente romano, ao passo que ainda nos séculos II e III o interior e o Norte da Península teem algum cunho indígena, revelado em muitas particularidades. A romanização completa, pelo menos para o Sul, pode datar-se do século II.

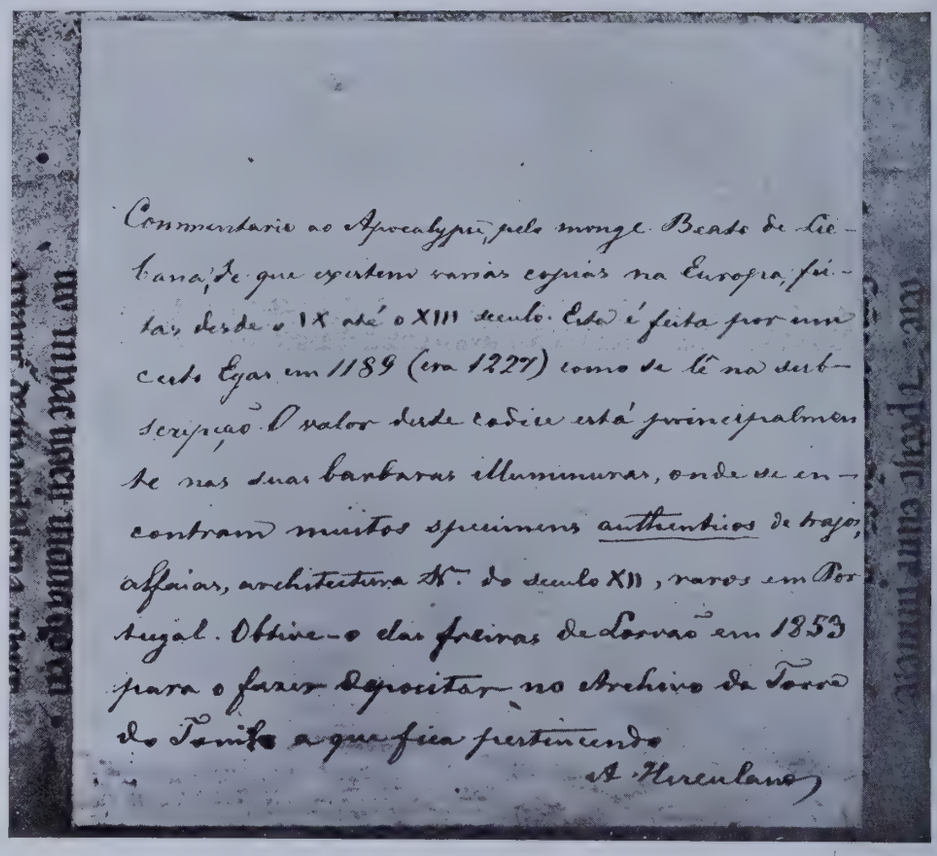
Ainda hoje o Norte e o Sul de Portugal divergem bastante: o Sul tem maior uniformidade entre si do que o Norte (Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes); a Beira constitue um meio-termo. Isto obedece principalmente a condições geográficas: o Norte, com as suas montanhas e



LORVÃO. — Cadeiral do côro. (De *A Arte e a Natureza em Portugal*) — *Cliché* de E. Biel

os seus vales fundos, delimitados por inúmeros rios, tem tendência para o *statu quo;* o Sul, com o seu clima suave, a sua boa posição à beira-mar, mais perto dos grandes centros civilizados da antiguidade, atraíu desde muito cedo viajantes e povos navegadores.

Foi sôbre o paganismo lusitano-romano que se implantou o cristianismo; a costumes romanos se ligam muitos dos nossos actuais. A acção de Roma foi grandiosa, profunda; mas nem tudo quanto havia antes dela se extinguiu: a toponimia, as tradições, o léxico, etc., aí estão constantemente a atestar persistências antigas.



Commentario ao Apocalypse, pelo monge Beato de Liebana, de que existem varias copias na Europa, feitas desde o IX até o XIII seculo. Esta é feita por um certo Egas em 1189 (era 1227) como se lê na subscripção. O valor deste codice está principalmente nas suas barbaras illuminuras, onde se encontram muitos specimens authenticos de trajos, alfaias, architectura &c. do seculo XII, raros em Portugal. Obtive-o das freiras de Lorvão em 1853 para o fazer depositar no Archivo da Torre do Tombo a que fica pertencendo

A. Herculano

NOTA AUTÓGRAFA DE ALEXANDRE HERCULANO, colada nas guardas do volume do *Comentário do Apocalipse de Lorvão*, escrito em 1189 (era 1227) no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Sôbre êste códice veja-se o art.º de J. Dantas in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Ano I, n.º 3 1920.

III — A LÍNGUA

Sua origem e formação

O latim — latim vulgar, latim literário, latim bárbaro

Como os povos pre-romanos eram muitos, várias deviam ser também as línguas indígenas cá faladas. Destas línguas temos notícias dadas pelos AA., e delas nos restam também alguns vestígios no onomástico. Sem falar do fenício e de outras línguas das colónias históricas, pode admitir-se que havia na Península pelo menos duas classes de línguas nacionais: a céltica, que tinha muita extensão; e o proto-basco, ou aquela de que o basco moderno é representante.

Com a implantação da civilização romana, desapareceram tôdas as línguas da Península, exceptuando a proto-basco. Seja qual fôr a explicação do fenómeno, êle é inegável. Existe a êste respeito um precioso texto de Estrabão, pelo qual sabemos que os Turdetanos, principalmente os da margem do rio Betis, hoje Guadalquivir, já no tempo em que escreveu o geógrafo, séc. I da era Cristã, estavam de tal modo identificados na civilização romana que até havia esquecido a sua linguagem, substituida, entende-se, pela latina. *(Os Turdetanos, e mórmente os ribeirinhos do Bétis, adoptaram de todo os costumes romanos, e até nem já se lembram da própria língua).* As legendas das moedas, a princípio com caracteres locais, vão também a pouco e pouco sendo escritas com caracteres romanos. As inscrições em língua latina enxameiam todo o território peninsular. Ora, se o latim toma tamanho predomínio, o que coincide com o predomínio da civilização geral romana, e se depois dos Romanos não veiu mais povo nenhum cuja língua pudesse ter produzido o português e o espanhol, bastavam as simples considerações históricas, para fazer suspeitar que estas línguas modernas teem origem no latim. Mas a Glotologia prova êsse facto como $2+2=4$.

O latim falado pelo povo romano tem na sciência, entre outros, o nome de *latim vulgar*. Êste latim é-nos conhecido pelas cacografias das inscrições, pelas informações dos gramáticos e outros AA., pela análise das línguas românicas. Há trabalhos scientíficos a respeito dêle, como os de Schuchardt, Corssen, Gröber, etc. Com o tempo, o latim vulgar diferença-se cada vez mais da língua escrita. Nas diversas províncias do império constituem-se assim variedades dialectas, que, conquanto sejam ainda a princípio latim própriamente dito, são, porém, a base das línguas românicas. É muito difícil dizer quando acaba uma língua e começa outra que provém daquela. As causas destas variedades do latim vulgar são, por exemplo: a tendência natural que teem todos os povos para alterar a linguagem; o novo ambiente; as línguas pre-latinas; a deminuição da cultura romana. Pelo que se observa na aquisição individual de uma língua pode compreender-se como é que um povo poderá também aprender uma nova: assim, os Portugueses, ao principiarem a estudar o francês, o espanhol e o italiano, substituem os sons *u, j,* e *ci* respectivamente por *iú, g* e *xi:* isto é, representam sons exóticos pelos que mais se lhes aproximam na língua materna. As alterações, que sem dúvida se davam ao primeiro contacto dos indígenas com os Romanos, em breve, ao fim de algumas gerações, por influência das crianças, que estão aptas para aprender qualquer língua, deixavam de se dar, e os povos indígenas achavam-se, por assim dizer, insensivelmente a falar latim.

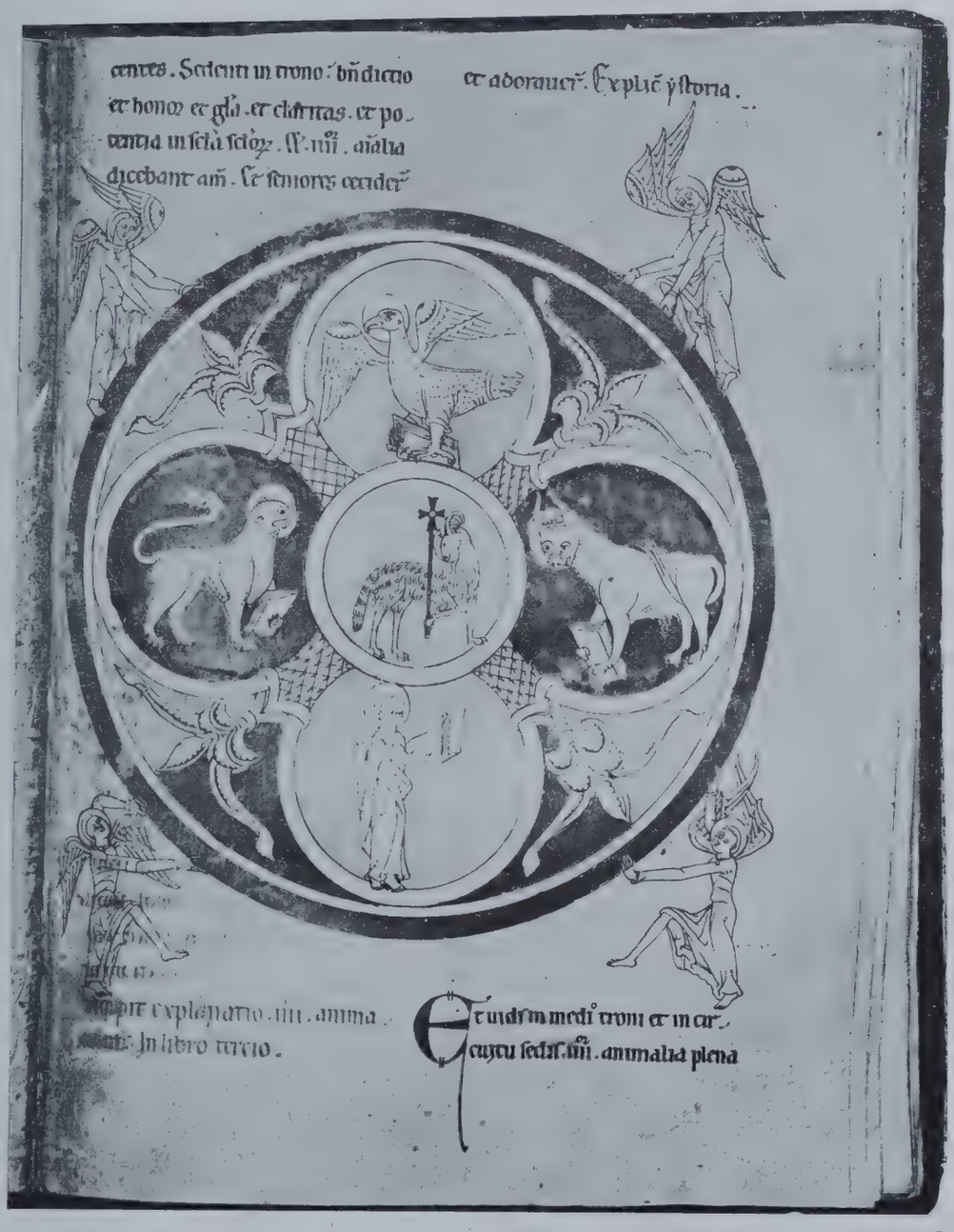
Os plebeismos ministrados pelas inscrições romanas da Lusitânia não são em geral próprios nossos, aparecem noutras partes; todavia, alguma particularidade podem ter. Eis alguns exemplos epigráficos para amostra: na fonética, — *olisiponesis, ara* (por *aram), votu* (por *votum), Claudius quot* (por *quod), Vernacla, Primitios*

(por *Primitivus*), *bivit*, *conlabsos*, *Ninpae*, (por *Nymphæe*); na morfologia, — *hic monimentus* (onde se vê o género neutro substituido pelo masculino, fenómeno que se generalizou) ; no léxico, — *lausa*, *acdeolum*. Quem elaborava as inscrições podia ter alguma cultura, por isso não está sempre nelas a língua genuina do povo ; assim como, na escrita, a um êrro de ortografia chamamos *lapsus calami*, podíamos dar nome semelhante aos descuidos e incorrecções dos canteiros. Quando a evolução do latim vulgar da Lusitânia se adiantou em extremo, tornou-se LATIM LUSITÂNICO propriamente dito.

Português pre-histórico e proto-histórico

O latim lusitânico é a base do PORTUGUÊS PRE-HISTÓRICO, que nós poderemos apreciar quási só por indução. As Inscrições cristãs-latinas do séc. V em diante, poucos elementos dão para a nossa glotologia.

A evolução do latim lusitânico e do português pre-histórico ou pre-literário, não se fêz entregue só a si mesma, e sob as causas que indiquei acima. Primeiro sentiu-se nela a influência das línguas dos Bárbaros e a influência literária da Igreja e das escolas ; depois, em seguida ao séc. VIII, a influência do vocabulário árabe. Outras influências se manifestaram posteriormente. É por isso que, na análise etimológica dos vocábulos, achamos uns que obedecem a umas leis, outros que obedecem a outras : isto resulta de que cada um dos grupos proveio de sua época ou de sua região, e não de que haja derogação das leis fonéticas. Assim o latim *macula* deu de um lado *malha* e *mancha*, e do outro *mágoa* e *macula*.

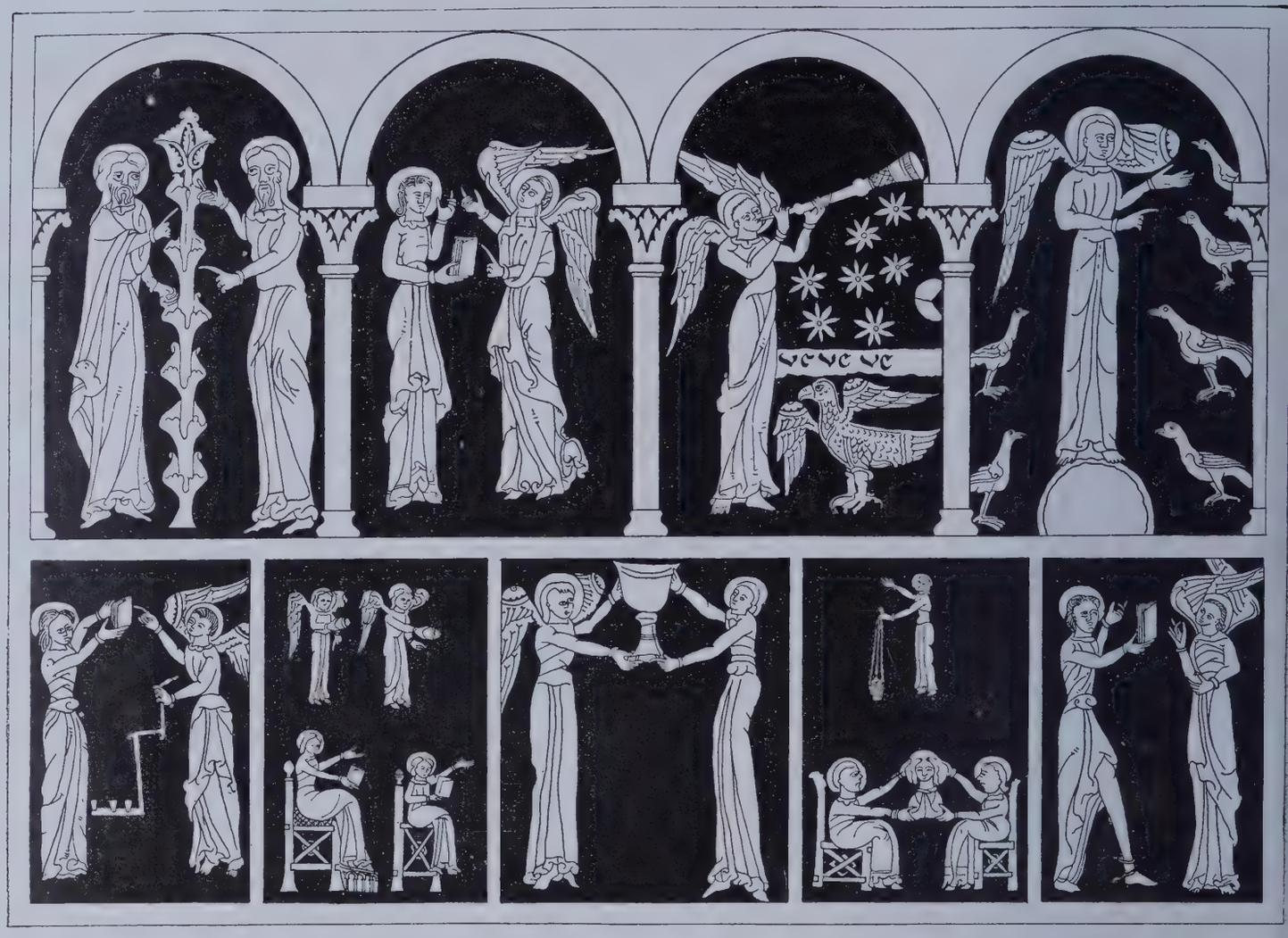


OS SÍMBOLOS DOS EVANGELISTAS. — Página completa do *Comentário do Apocalipse de Lorvão*

Do séc. IX em diante restam-nos muitos documentos em latim bárbaro, por intermédio dos quais podemos apreciar o estado da nossa língua. À língua, que vai dessa época até o séc. XII, ou um pouco para cá, chamo PORTUGUÊS PROTO-HISTÓRICO. Em latim bárbaro se escreviam os documentos forenses na idade média : mistura de formas latinas com formas romances, formas romances alatinadas, formas latinas romançadas. A sua barbarie ou a sua relativa correcção dependia do grau de instrução do clérigo, do notário ou do curioso que o escrevia. Nos documentos monásticos da Terra da Maia é que parece se encontram barbarismos em maior número. O latim bárbaro, a pesar da sua barbarie, não se deve ainda assim supor sempre língua completamente artificial e irregular. Êle não era um produto insulado : era obra de umas poucas de gerações ; portanto obedece, em parte, a algumas leis. Certas formas tornaram-se tradicionais, e, conquanto à primeira vista pareçam representar influência da fonética local, encontram-se não só no latim bárbaro de Portugal, mas no de outras nações.

Não se deve confundir *latim bárbaro* com *latim baixo* e *latim vulgar*. O latim bárbaro (empregado nos documentos), é língua puramente literária, não falada pelo povo, mas onde a influência românica é, como disse, muito manifesta, o que faz dêle uma língua *sui generis* ; o latim baixo é a última degeneração da língua literária, e serve ainda de instrumento à literatura da decadência ; o latim vulgar é língua viva, orgânica.

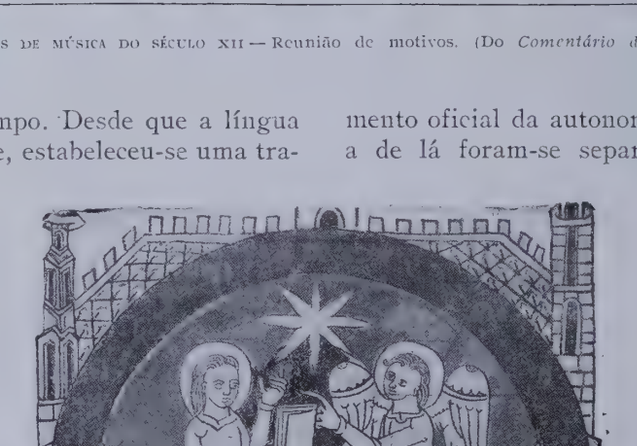
Do séc. XII temos já documentos escritos em português. Estão publicados alguns dêles. Eu descobri um, ainda



Vestuários e instrumentos de música do século XII — Reunião de motivos. (Do *Comentário do Apocalipse de Lorvão*)

inédito, que publicarei a seu tempo. Desde que a língua portuguesa começou a escrever-se, estabeleceu-se uma tradição literária, e distinguiram-se na língua duas correntes: a corrente popular, que existia já antes, e a corrente literária ou erudita, que apareceu então claramente pela primeira vez. Elevada à altura de língua nacional, e ao mesmo tempo de língua literária, o português recebeu da parte dos escritores a nobre qualificação de *língua ladinha*, como quem dissesse «língua derivada do latim», — expressão que encontrei, por exemplo, num manuscrito do séc. XV. Tenho, pois, de me ocupar separadamente dos dois aspectos ou fases da língua: *língua literária* (escrita), e *língua popular* (oral).

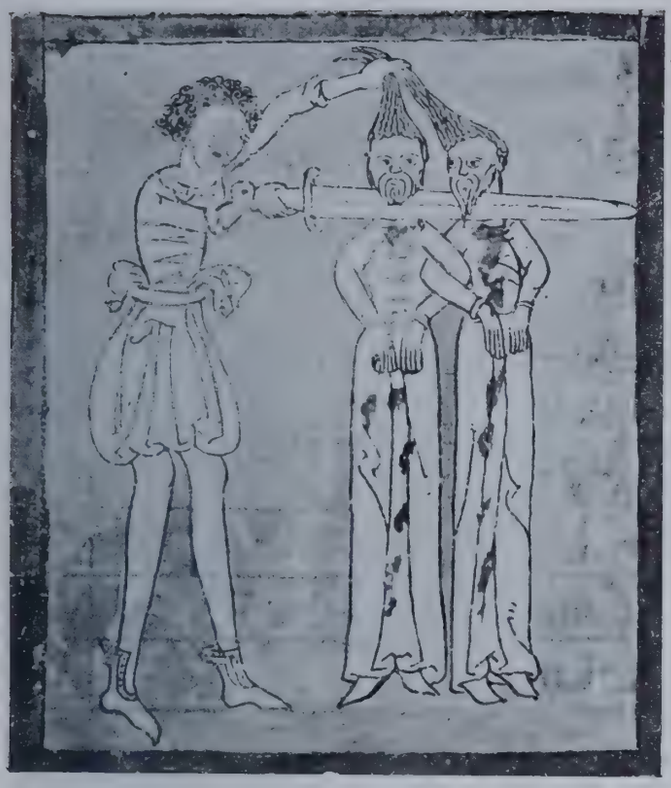
O galego e o português constituiam, a princípio, uma só língua, mais ou menos uniforme; depois do reconhecimento oficial da autonomia de Portugal, a língua de cá e a de lá foram-se separando gradualmente, não porém tanto, que o parentesco íntimo não seja ainda hoje reconhecido sem custo. O galego pode figurar na nossa carta dialectológica, senão como dialecto, ao menos como co-dialecto.



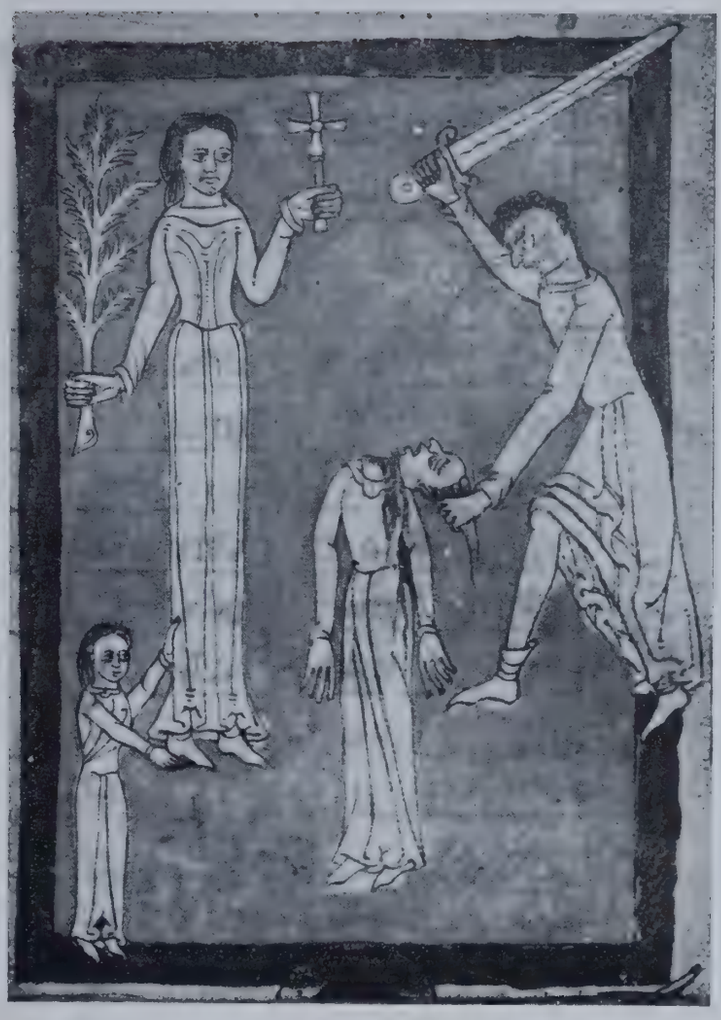
Vestuários do século XII. Do *Comentário do Apocalipse de Lorvão*

Língua literária

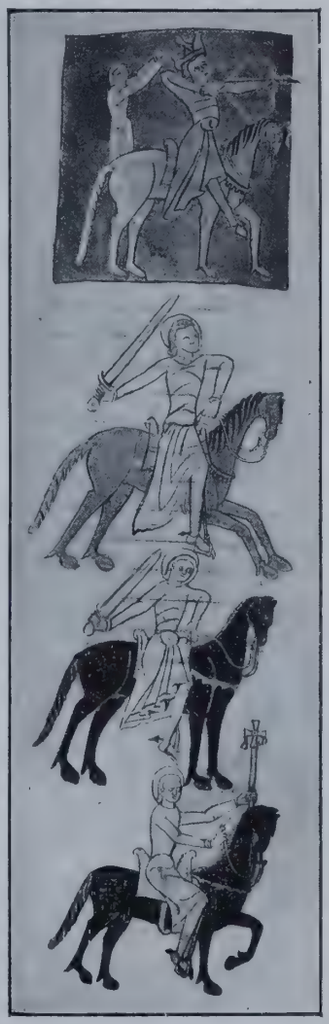
A nossa língua literária admite duas grandes divisões gerais: língua arcaica e língua moderna. A língua literária arcaica principia no séc. XII e dura até o séc. XVI, podendo Gil Vicente e Sá de Miranda, por exemplo, estabelecer a transição dela para a língua literária moderna, que dura, portanto, desde aquela data até hoje. A história da língua arcaica admite sub-divisões, conforme os períodos, contudo não me é possível agora indicá-las.



A VIDA PORTUGUESA NO SÉCULO XII. Scenas de justiça. (Do *Comentário*)



Muitos caracteres distinguem a língua arcaica da moderna, uns puramente gramaticais, outros de léxico, porque muitas palavras usadas outrora desapareceram da circulação. Como caracteres fonéticos temos, por exemplo: a distinção entre *s* e *ç*, e entre *s* intervocálico e *z*; a diferença entre *ch* e *x*; o uso de *-om*, a que hoje corresponde *-ão* em formas da terceira declinação, como *sermom*, e nas terminações verbais, como *amarom, quiserom*, onde em latim havia *-unt*; temos hiato entre vogais que depois se contraíram, como *caente, Bragaa, creer, poboo, geeral*, fenómeno de que ainda hoje às vezes se manteem vestígios na pronúncia vulgar; temos a manutenção de nasais em casos que posteriormente desapareceram ou deram origem a novos sons, como *põer, pessõa, vio, testemõya*,



CAVALEIROS DE AFONSO HENRIQUES. (Do *Comentário do Apocalipse de Lorvão*)

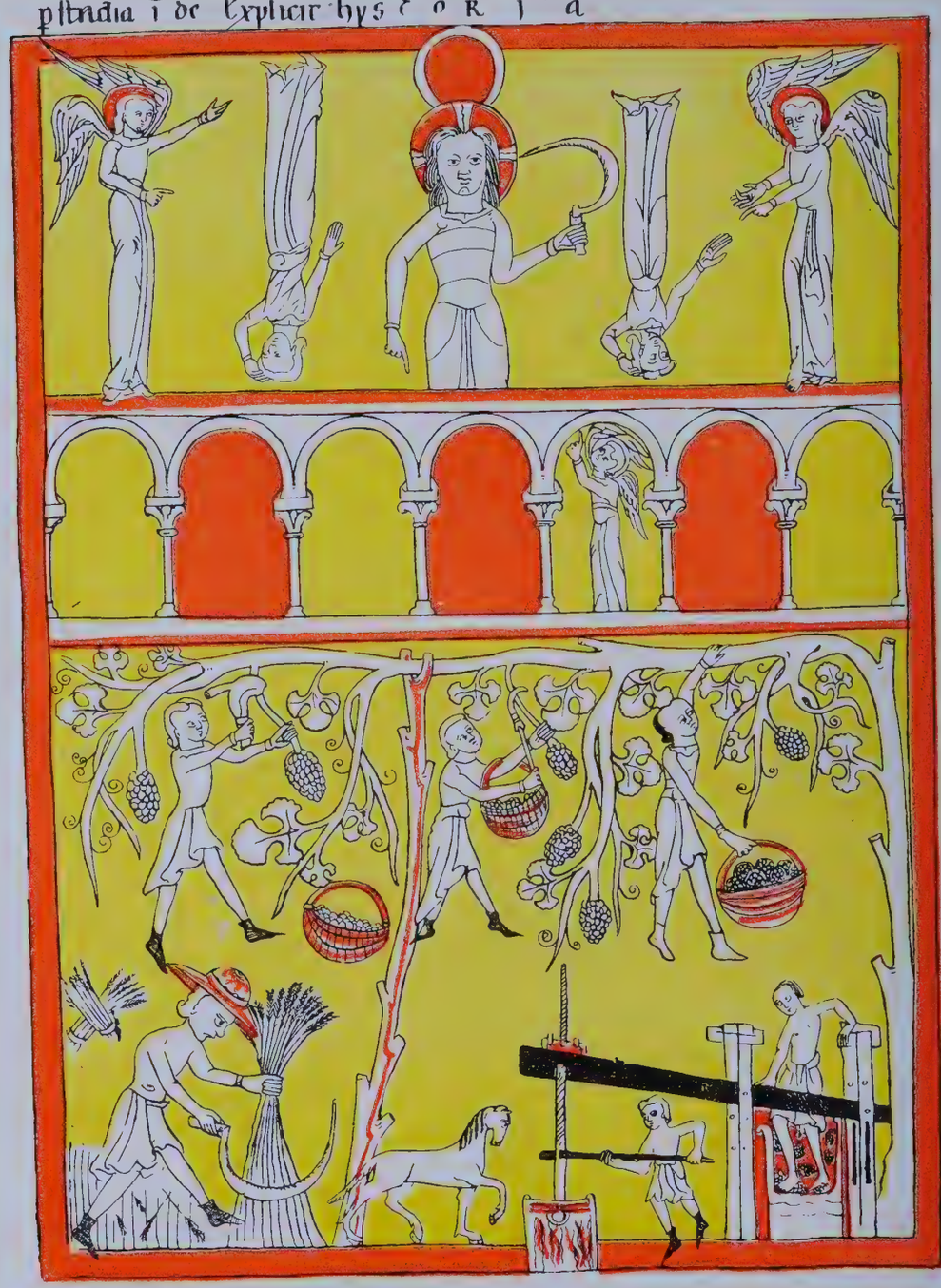
«As páginas, porém, de maior interêsse arqueológico que se encontram no códice laurbanense, são as que nos mostram alguns cavaleiros — naturalmente os homens-de-armas do tempo de Afonso Henriques e de Sancho I — montando os cavalos simbólicos da visão apocalíptica, *equus albus, equus pallidus, equus roseus, equus niger*...

Os quatro primeiros cavaleiros representados no códice de Lorvão — símbolos da justiça, da guerra, da morte e da vitória — vestem briais compridos com mangas justas (é a manga que distingue o *brial* do *loudel*), não fendidos lateralmente como os briais franceses do século XII (Ary Renan, 79), mas levantados à frente a descobrir os joelhos, pojando na cintura a parte sofraldada.

Uns enfiam-no sôbre a loriga ou lorigão (*«loriga aut lorigone, et genoleiras»* — codicilo de D. Sancho); outros trazem-no sôbre a camisa de ranzal, como o Cid (camisa de ranzal, tan blanca como el sol, sôbre ela um brial primo de ciclaton» — *Poem. castelh. ant. ao séc.* XV, p. 347). Nas pernas, que o brial arregaçado descobre, parece não haver vestígios de armas defensivas; os pés calçam balugas ponteagudas, ornadas e armadas de acicates lanceolares. O primeiro conduz um arco árabe: retesa a corda com os dedos indicador e médio da mão direita; a flecha caminha sôbre o polegar da mão esquerda, que segura o arco. O segundo e terceiro estão armados de montante, *«gladius magnus»*, dois gumes, o pomo furado para dar passagem à corrente que o prende à brafoneira, os quartões curvos, abatidos e fortes. O quarto cavaleiro (numa representação que não se harmoniza com o texto apocalíptico) conduz uma cruz procissional bizantina ladeada do *alfa* e do *omega*.

Todos êles montam em selas mouriscas «de bafordo», com peitoral ornado e abrochado de metais, cuja descrição se ajusta às palavras dum texto legal do século XII: *«et melior sella orpellada de roncino cum pectorali colgato et deaurato, et cum freno deaurato, valeat quindecim libras»*; a cabeçada mudéjar do século XII pouca diferença faz dos jaezes actuais, com o seu rosetão, a sua testeira, o seu frontal, a sua faceira, a sua sisgola, o seu freio possante.»

(J. DANTAS *in Anais das Bib. e Arq.os*, 1920).



A VIDA AGRÍCOLA EM PORTUGAL, NA IDADE MÉDIA

(Comentário do Apocalipse de Lorvão)

Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo

«A página representando a ceifa, a vindima e a lagaragem é verdadeiramente interessante para o estudo da agricultura em Portugal no século XII. Um segador, armado de foice moirisca, encapuzado dum grande sombreiro de palha, ceifa um campo de trigo; no andar inferior (as composições da iluminura proto-mudejar são, em geral, estratificadas) três camponezes vindimam uma parreira, em atitudes dionísicas, os saios grosseiros de Chardes flutuando ao vento, as podôas lampejando na mão, os cabazes cheios de uva; ao lado, no lagar, dois homens, nus até à cintura, fazem a pisagem da uva vindimada, um calcando-a aos pés, outro esmagando-a num engenho que nos mostra o grau de perfeição a que tinham chegado, no século XII, as máquinas de lagaragem. Esta página... dá-nos a impressão quanto possível perfeita, da vida rural portuguesa da Idade Média». (J. Dantas).

Página iluminada do *Comentário do Apocalipse de Lorvão*

«A figura de Abbadon, eqüestre, coroado e armado de arco árabe, constitui uma representação directa dos guerreiros portugueses do tempo de Afonso Henriques». (Do n.º 3, 1920, dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Art.º iluminura proto-mudejar portuguesa. O Apocalipse de Lorvão por Júlio Dantas)

A ARTE DA PEDRA LAVRADA NOS SÉCULOS XI E XII

Capitéis historiados do claustro Celas (Coimbra). Baptismo de Cristo no Jordão; Parábola das bodas nupciais, onde um convivа se apresentou sem a veste nupcial; Anunciação da Virgem e Visitação a sua prima Santa Isabel; O corpo de Cristo sepultado por José de Arimatheia. (De *A Arte românica em Portugal*). — *Clichés* de Marques Abreu

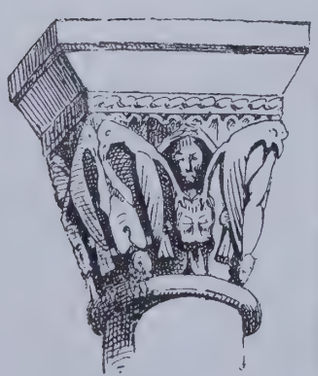
Eldãya (hoje Idanha); temos grupos de *co* e *ea* onde por o *e* ser tónico e pre-vocálico, se desenvolveu posteriormente um ditongo, como *creo, meo, cea*, hoje *creio, meio, ceia;* temos a terminação *-vil* ou *-bil*, por *-vel*, como *razoavil*, e em Camões ainda *terribil*, por influência do latim *-bilis*. Como caracteres morfológicos notarei: nos verbos, as terminações *-ades, edes, -ides, -ade, -ede, -ide*, como *amades, devedes, fugides, etc.*, terminações ainda conservadas hoje em formas em que o *d* é precedido de nasal, ou que, com a supressão do *d*, se confundiriam com outras, como *vindes, vêdes, sede, poude, ide* (não obstante ler-se *i-vos* nos quinhentistas); notarei um particípio em *-udo* da segunda conjugação, como *recebudo, teudo*, ainda hoje representado no substantivo comum *conteúdo* e no nome próprio *Temudo*, que é êrro escrever com *h*; notarei formas verbais avulsas, como *sia* (hoje *era*), *estê* (hoje *esteja*), *fezeste, púgi, quèrria* (quereria), particípios do presente em *-nte*, como *amante* (por *amando*), de que a expressão moderna «tirante isto», etc., conserva vestígio; notarei o género masculino dos nomes terminados em *agem*, como *linhagem, linguagem*, ainda mantido agora em *personagem*, palavra que também pode ser feminina; notarei os adjectivos uniformes em *-ês*, como *português*, ainda mantido no advérbio *portuguesmente*, em vez de *portuguesamente*, segundo a regra geral; notarei os nomes em *-or*, como *senhor*, também uniformes, como em *mia senhor*, no Cancioneiro da Vaticana; notarei o plural *razoavis* de *razoável*. Como caracteres sintáticos temos, por exemplo, a variabilidade do particípio na conjugação perifrástica, como em *aver jurada*, e o pleonasmo da negação em *ninguem não levar*. A menção do léxico arcaico não teria fim.

Em virtude de influências sociais, a língua é constantemente enriquecida de vocábulos, o que às vezes, porém, lhe altera a feição.

Tem-se atribuido grande importância à acção dos Franceses na ocasião da constituição da monarquia portuguesa; esta importância é exagerada, todavia na nossa língua há palavras de origem francesa muito antigas, como *chapeu, charrua, framboesa*, etc., e na literatura dos Cancioneiros também se notam palavras provençais.

Com as traduções do latim, que começaram muito cêdo, e que foram muito activas nos séc. XIV e XV, introduziram-se muitos latinismos no português: o que foi devido à necessidade de representar as novas ideas (por exemplo, certas ideas abstractas) por palavras novas, mas para o que também concorreu o luxo da erudição e a comodidade de quem escrevia. Palavras tais como *politica, theologal*, não podiam de modo algum ter origem popular. Aqui está uma razão de a língua apresentar formas que obedecem a leis diversas, e *formas divergentes:* assim em *nedeo* e *nitido*, ambas do latim *nitidus*, temos duas épocas da história da língua muito distantes uma da outra. Já acima se aludiu a isto.

No séc. XVI a influência dos eruditos, que como que alatinaram a língua, foi extraordinária. Esta influência manifestou-se de várias maneiras: introduzindo-se vocábulos e construções novas; dando-se aspecto mais latino a palavras que já o tinham perdido com a evolução natural da língua, do que resultou que, por



CAPITÉL DA IGREJA DE S. PEDRO DE RATES. (De *S. Pedro de Rates* por Manuel Monteiro)

CAPITÉIS DA SÉ VELHA DE COIMBRA (De *A Arte românica em Portugal*)

CAPITEL DA IGREJA DE S. PEDRO DE RATES. (De *S. Pedro de Rates* por Manuel Monteiro)

exemplo, em vez dos vocábulos arcaicos *zeo, iffante, meor,* etc., tenhamos hoje *zêlo, infante, menor,* etc.; alterando-se a ortografia, e não raro, concomitantemente a pronúncia, havendo, em virtude do primeiro facto, autores que em lugar de *esse, escrever, paciencia, constancia, reino,* escreviam *epse, escrepver, pacientia, constantia, regno!* Assim a Igreja e a literatura influiram muito. Quanto maior autoridade tinham os autores, mais profunda era a acção dêles. Do vocabulário camoniano e outros se fize-

Cálice românico. Século XII. Prata doirada. (Do convento de S. Miguel de Refojos, hoje no Tesouro da Sé de Coimbra). Reprod. em a *Notícia histórica e descritiva dos principais objectos de ourivesaria existentes no Tesouro da Sé de Coimbra* por A. A. Gonçalves e Eugénio de Castro. Coimbra 1911, na *Arte e a Natureza em Portugal* (cliché de E. Biel) e na *Arte religiosa em Portugal* de Joaquim de Vasconcelos

Cruz latina de D. Sancho, processional, 1214. Foi do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Passou para o Palácio da Ajuda.

Cruz latina de cobre. Estilo latino-bizantino, século IX

ram já listas. Ao mesmo tempo que a influência se dava na gramática e no léxico, dava-se também no estilo.

Uma língua que desde muito cêdo tem influido na nossa é a espanhola. Muitos vocábulos chegam cá por intermédio dos dialectos da raia. Também não há de esquecer-se a influência da literatura, do séc. XV ao XVII, visto que então a lemos muito, e até da nossa parte tivemos tantos autores que escreveram em espanhol.

Por causa das conquistas dos Portugueses em terras extra-europeias, a nossa língua enriqueceu-se igualmente. Com as novas raças, cujo sangue veio misturar-se ao nosso, e com os novos produtos artísticos e naturais, vieram também novos vocábulos.

No séc. XVI a língua aparece-nos quási como hoje: isto resulta, em parte, da evolução natural; em parte da influência dos eruditos, influência que não tem cessado até hoje, pois que, numa nação pequena como a nossa, a acção da língua literária na popular é muito sensível. Os gramáticos não exerceram acção evidente: basta notar que a primeira gramática, que é a de Fernão de Oliveira, nunca teve 2.ª edição senão no século XIX, e como curiosidade bibliográfica; da segunda gramática, que é a de João de Barros, só se fêz 2.ª edição no século passado. No séc. XVI há ainda formas como *lua, algua, bõa, mi, moura,* que tôda a gente conhece de Camões.

No séc. XVII a literatura esteve em grande decadência; porém, não devemos supor, por isso, que a língua sofreu muito, pois são coisas diferentes estilo e gramática. Neste século introduzem-se, por exemplo, bastantes galicismos, por causa das guerras de D. João IV, em que os Franceses lhe prestaram auxílio. Nos séculos seguintes, em que as nossas relações intelectuais com a França foram tão grandes, maior tem sido a acção do francês, o que tanto no séc. XVIII como no XIX tem motivado reparos e censuras da parte dos escritores vernáculos e dos patriotas. Efectivamente é falta de dignidade mascavar de propósito a língua com estrangeirismos desnecessários.

Cálice de D. Dulce, datada de 1187. (Da *História de Portugal* de A. Herculano), *Arte religiosa em Portugal* de Vasconcelos, etc. Museu de Arte Antiga

No séc. XVIII os escritores tentam, no estilo, imitar o classicismo quinhentístico; a língua propriamente dita é, com leve diferença, como a de hoje; a mesma ortografia se manteve quási igual à que antes da nova reforma se usava. Por influência do teatro introduziram-se no nosso

PORTVGALIAE

MONVMENTA

HISTORICA

A SAECVLO OCTAVO POST CHRISTVM VSQVE AD QVINTVMDECIMVM

IVSSV ACADEMIAE SCIENTIARVM OLISIPONENSIS

EDITA

LEGES ET CONSVETVDINES

VOLVMEN I

OLISIPONE

TYPIS ACADEMICIS

MDCCCLVI

Portugaliae monvmenta historica a saeculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponensis edita.

BIBLIOGRAFIA — *Dicionário bibliográfico português* — Estudos de Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha. Tomos XVIII pg. 3 e seg. e XXI pags. 631 e 632.

Esta monumental publicação («importantíssima para o conhecimento da história íntima da nossa idade média» J. Leite de Vasconcelos) compõe-se de 4 séries :

I — *Scriptores,* 1856-1861. Saíram 3 fascículos com 420 pag. Introdução em português e latim de Alexandre Herculano e Mendes Leal.

II — *Leges et consvetudines.* 1856-1868. Publicaram-se 7 fascículos do 1.º vol. com 980-4 pag. e 1 do II com 100 pg. (Legislação, direito antigo português e Foros ou direito consuetudinario municipal).

III — *Diplomata et chartæ.* 1868-1873. Publicaram-se 4 fascículos com 564 pag. (Documentos de 773 a 1.100).

IV — *Inquisitiones.* 1888-1891-1917. Publicaram-se 5 fascículos em 3 tomos com 752-2 pag. (D. Afonso II e III e D. Dinis). Em 1917 sob a direcção de A. Braamcamp Freire publicou-se o fascículo VI da II parte (pgs. 754 a 912).

Nestas quatro séries incluem-se 7 fac-similes, distribuidos : no 1.º fasc. dos *Scriptores;* no 2.º e 3.º das *Leges et consuetudines;* no 3.º dos *Diplomata et Chartae* e no 1.º, 4.º, 5.º e 6.º das *Inquisitiones.*

Nos *Scriptores* acha-se publicado o importante *Nobiliário do Conde D. Pedro,* além de vários trechos valiosos. A colecção tem, como dissemos, 7 fac-similes a côres e a negro. O prólogo dos *Scriptores,* em português, é original de Herculano, que, com José Manuel da Costa Basto, dirigiu a publicação. A tradução latina é do cónego Felix Manuel Plácido da Silva Negrão. Herculano dirigiu os *Portugaliæ* até 1873. Em 1883 foi nomeado para a dirigir João Pedro da Costa Basto que publicou as *Inquisitiones.* Morreu em 1898 e até hoje só um fascículo mais se publicou. É obra valiosa, rara e de difícil aquisição, tanto mais que muitas vezes aparece a colecção *Scriptores* com falta do fac-simile.

Publicação das que mais honram a nossa Academia, lembrará eternamente o nome dos que na sua efabulação intervieram. E entre todos Herculano, o historiador por excelência da nossa idade média, em primeiro lugar.

vocabulário alguns italianismos. O desenvolvimento das sciências físicas, naturais e matemáticas contribue para o aumento do léxico (grecismos, etc.) ; esta influência vinha, porém, já de longe, pois desde o séc. XVI que possuímos literatura scientífica.

No léxico da língua moderna é cada vez mais notável a influência do francês ; do inglês também recebemos certa quota ; as outras línguas modernas influem menos. Não se pode negar alguma acção do estilo francês no nosso ; sem falar dos exageros dos romancistas da escola realística, por tôda a parte se vê que a nossa língua vai perdendo aquela amplidão de frase, aquela complexidade sintática, que caracterizavam um Barros ou um Arráiz. Sem embargo, já no séc. XVII António Vieira usava e abusava do estilo cortado e simétrico. No verso tornaram-se hoje intoleráveis certos vocábulos que ainda nos árcades tinham voga, como *natura, impío,* e os adjectivos em *-ace, -oce (fugace, atroce),* etc. ; formas como *soidão* e *perla,* ainda usadas por Garrett, raro as empregará um poeta actual. O estilo poético adquire cada vez mais a naturalidade da prosa. O jornalismo, com a sua literatura fácil, e o teatro, com a sua pronúncia afectada, concorrem bastante para a alteração da língua. Aqui em Lisboa é freqüente ouvir dizer *êroi* (herói) e *ministro,* porque assim se diz no teatro de D. Maria, quando a pronúncia normal daquelas palavras é *irói* e *menistro.* Foi a ortografia que levou os cómicos àqueles erros. É também por influência da ortografia que se diz *Catarina* em vez de *Caterina (Cath'rina),* ortografia e pronúncia antigas, como bem o mostra o anagrama *Nathercia.*

Língua popular

A língua antiga constituia dialectos segundo as regiões. O nosso conhecimento dos dialectos antigos é restrito. Gil Vicente é o autor que melhor representa a língua popular do séc. XVI ; Sá de Miranda e outros autores ministram-nos também vários elementos para êsse conhecimento. Anteriormente ao séc. XVI podemos colher alguns nos documentos latino-bárbaros e noutros. Do século XVII em diante podemos utilizar os ortógrafos, que, ao passo que condenam as formas populares, as vão enumerando, e podemos utilizar a literatura de cordel e os diálogos populares introduzidos pelos autores dramáticos e outros nas suas obras. Já alguns autores antigos estabelecem dife-

Página do Nobiliário do Conde D. Pedro, códice do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. (Século XIII ou XIV adicionado até ao reinado de D. Fernando). O códice da Tôrre do Tombo é do século XV e foi publicado nos *Portugaliae Monvmenta Histórica. (Scriptores II)*. A página que damos é, dos *Portugaliae,* a 238. A lenda do rei Lear «é muito conhecida de todos por um drama de Shakespeare, e anda na tradição oral, tanto do nosso país, como de fora». (J. Leite de Vasconcelos). Foi reproduzido êste excerpto nos *Textos archaicos* de J. Leite de Vasconcelos e na *Chrestomathia archaica* de J. Joaquim Nunes.

«O Livro de Linhagens, chamado do Conde D. Pedro, é o Livro não de um homem, mas sim de um povo e de uma época: é uma espécie de registo aristocrático, cuja origem se vai perder nas trevas que cercam o berço da monarquia. Até o último quartel do século XV, tempo em que parece ser escrito o códice que hoje se considera como original, e que existe no Arquivo do Reino, cada geração aí foi lançar um memento da sua passagem na terra; cada uma delas o alterou segundo as opiniões que vogavam, e acrescentou com os acontecimentos mais notáveis recentemente ocorridos, e com as sucessões das famílias, cujas tradições históricas e cujos direitos êste livro era destinado a perpetuar. No estado, pois, em que a idade média no-lo herdou, êle continha, não só as linhagens das nobres famílias, mas também o espírito, a índole, dessa larga série de anos. A singeleza, a credulidade, os costumes de então surgem aí às vezes inesperadamente no meio do árido catálogo das gerações, que é, por assim dizer, o seu pensamento radical, a sua essência, e foi o seu primeiro destino. Nas suas páginas sente-se viver a idade média: ouve-se a anedota cortesã, de amor, de vingança ou de dissolução, como a contavam escudeiros e pagens por salas de armas, e as lendas como corriam de bôca em bôca, narradas pela velha cuvilheira junto do lar no inverno. Assistimos, por meio dêle, às façanhas dos cavaleiros em desagravo da própria honra, aos feitos de lealdade, às covardias dos fracos, às insolências dos fortes, e, enfim, a grande parte da vida íntima do solar do infanção, do rico-homem e do paço rial, que as crónicas raro nos revelam, e que a história, como o século XVI a reformou e puliu, achou indigna de ocupar os seus períodos brilhantes moldados pelos de Sallustio e de Lívio.»

Memória sôbre a origem provável dos Livros de Linhagens por A. Herculano. *Mem. da Acad.* (2.ª classe) T. I. P. 1.ª pag. 35.

(EPISÓDIO DO REI LEAR)

DE RREY LEIR FILHO DE RREY BALDUC O UOADOR, E DE SUAS FILHAS E DO QUE LHES AQUEÇEO.

Quamdo foi morto rrey Balduc o voador rreynou seu filho que ouue nome Leyr. E este rrey Leyr nom ouue filho, mas ouue tres filhas muy fermosas e amauaas muito. E huum dia ouue sas rrazoões com ellas e disselhes que lhe dissessem verdade quall dellas o amaua mais. Disse a mayor que nom auia cousa no mumdo que tanto amasse como elle, e disse a outra que o amaua tanto como ssy meesma, e disse a terçeira, que era a meor, que o amaua tanto como deue d'amar filha a padre. E elle quislhe mall porem, e por esto nom lhe quis dar parte no rreyno. E casou a filha mayor com o duque de Cornoalha, e casou a outra com rrey de Tostia, e nom curou da meor. Mas ella por sa vemtuira casousse melhor que nenhuma das outras; ca se pagou della elrrey de Framça e filhoua por molher. E depois seu padre della em sa velhiçe filharomlhe seus gemrros a terra e foy malladamte, e ouue a tornar aa merçee delrrey de Framça e de sa filha a meor a que nom quis dar parte do rreyno. E elles reçeberomno muy bem e deromlhe todas as cousas que lhe forom mester e homrraromno mentre foy uiuo, e morreo em seu poder. E depois se combateo elrrey de Framça com ambos os cunhados de sua molher, e tolheolhes a terra. Morreo elrrey de Framça e nom leixou filho uiuo. E os outros dous a que tolhera a terra ouuerom senhos filhos e apoderaromsse da terra toda e premderam aa tya, molher que fora delrrey de Framça, e meteromna em huum carçer, e alli a fezerom morrer.

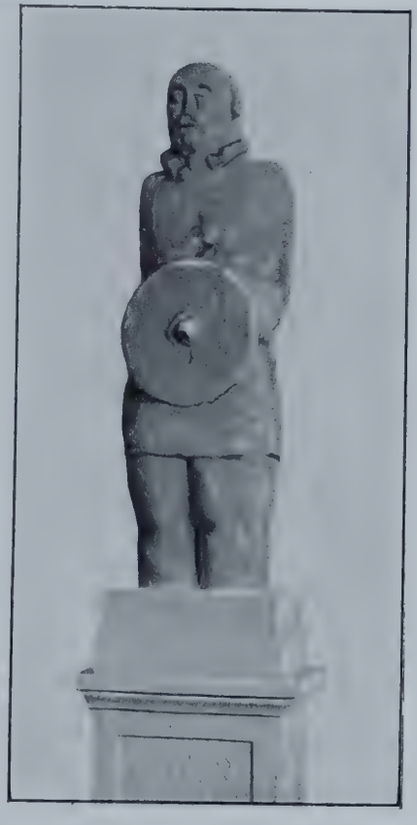
que auia cuydou de uoar ataa
lomdres ⁊ mamdou fazer aas
por uoar ⁊ falleçeo seu sem ⁊
caeo em terra ⁊ quebrou todo
⁊ assy morreo. De Rey leir
filho de Rey baldue o uoador
⁊ de suas filhas ⁊ do q̃ lhes
aqueçeo Quamdo foi
morto Rey baldue o uoador. ⁊
Reynou seu filho que ouue no
me Leyr. E este Rey leyr nõ
ouue filho mas ouue tres
filhas muy fermosas ⁊ ama
uaas muito E huũ dia ou
ue sas razoões com ellas ⁊
disselhes que lhe dissessem
uerdade quall dellas oamaua
mais. Disse a mayor que nõ
auia cousa no mumdo que tã
to amasse como elle E disse
aoutra queo amaua tanto ⁊
como ssy meesma E disse a
terçeira que era a meor queo
amaua tanto como deue da
mar filha a padre E elle q̃s
lhe mall porem ⁊ por esto nõ
lhe quis dar parte no Reyno
E casou a filha mayor
com o duque de cornoalha E
casou aoutra com Rey de tos
cia ⁊ nom curou da meor mas
ella por sa bemtura casousse
melhor que nẽhũa das outras

E a se pagou della elRey de
frança ⁊ filhoua por molher
E depois seu padre del
la em sa uelhiçe filharomlhe
seus genrros a terra ⁊ foy
malladamte ⁊ ouue a tornar
aa merçee delRey de frança
⁊ de sa filha a meor aque nõ
quis dar parte do Reyno
E elles reçeberonno muy bẽ
⁊ deromlhe todas as cousas
que lhe forom mester ⁊ hom
rarõno mentre foy uiuo ⁊
morreo em seu poder E de
pois se combateo elRey de
frança com ambos os cunha
dos de sua molher ⁊ tolheolhes
a terra Morreo elRey
de frança ⁊ nom leixou filho
biuo E os outros dous a
que tolhera a terra ouuerom
senhos filhos ⁊ apoderarõsse
da terra toda E premderã
aatya molher que fora delRey
de frança ⁊ meterõna ẽ huũ
carçer ⁊ alli afezerom morrer
De margat ⁊ gonedagos
p̃mos cõ Irmããos filhos
delRey de frança.
Estes dous p̃mos
co Irmããos que matarom
sa tia huũ ouue nome mar
gat ⁊ ho outro gouegagos

Espada de Ferro com restos de bainha, encontrada em Alcácer do Sal. *(Museu Etnológico Português)*

renciações dialectais, como Fernão de Oliveira no séc. XVI, Viterbo e Argote no séc. XVIII. Argote esboça, pela primeira vez, embora imperfeitamente, um quadro geral da dialectologia portuguesa. Rebuscando nos documentos, encontra-se, por exemplo, *tombro* e *ademas* como formas transmontana e estremenha do séc. XV; *chavádego* e *molete* como formas interamnenses do séc. XVI.

Do séc. XVI em diante a língua portuguesa experimentou notável expansão, indo constituir-se além-mar os dialectos insulanos e os ultramarinos (crioulos, etc.). No Brasil, a própria língua literária vai tomando algumas feições particulares, embora os escritores conscienciosos e apurados se esforcem continuando por não perderem a vernaculidade de cá.

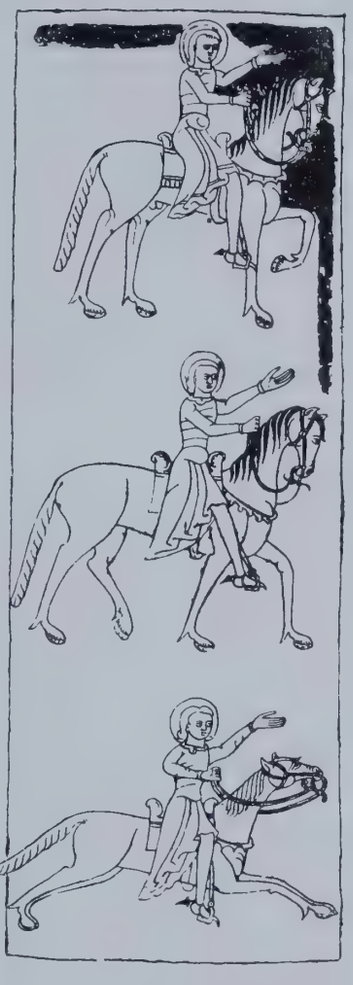


Estátua de um guerreiro lusitano *(Museu Etnológico Português)*

As relações dos dialectos continentais modernos com os antigos são muito difíceis de apreciar. Aqui referir-me hei, pois, sómente, aos dialectos modernos.

A linguagem que se fala em Portugal não é uniforme por todo êle. Já nos meus opúsculos dialectais, e na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* me tenho ocupado dos falares nacionais, que constituem dialectos, sub-dialectos e variedades. Os dialectos são, no Norte, o interamnense e trasmontano, no Centro o beirão, no Sul o constituido pelos falares da Estremadura, Alentejo (com Olivença, na Espanha) e Algarve. Os sub-dialectos e variedades são divisões dos dialectos. Na raia falam-se idiomas especiais: mirandês (o principal), granamintês e riodonorês. Ao galego, falado na Galiza, me referi acima.

Como noutras nações sucede, as variações dialectais da nossa língua correspondem às variações étnicas, geográficas, sociais, etc., sem que por ora se possa sempre precisar o grau de dependência em que as primeiras estão para com as segundas; assim, entre o Tâmega e o Corgo fala-se uma linguagem; para lá do Tua fala-se outra; o Douro separa, em certos pontos, o dialecto beirão do interamnense; no Alentejo, como houve talvez menos grupos étnicos primitivamente, e como há menos ondulações de terreno, e maior unidade de costumes do que, por exemplo, em Trás-os-Montes, não tenho encontrado tantas variações dialectais como nesta última província, exceptuando a zona compreendida entre o Fundão e Portalegre, zona que, aliás, geográficamente, também apresenta factos especiais; o vocabulário da gente baixa da capital é muito mais culto do que o de qualquer outra terra de Portugal.

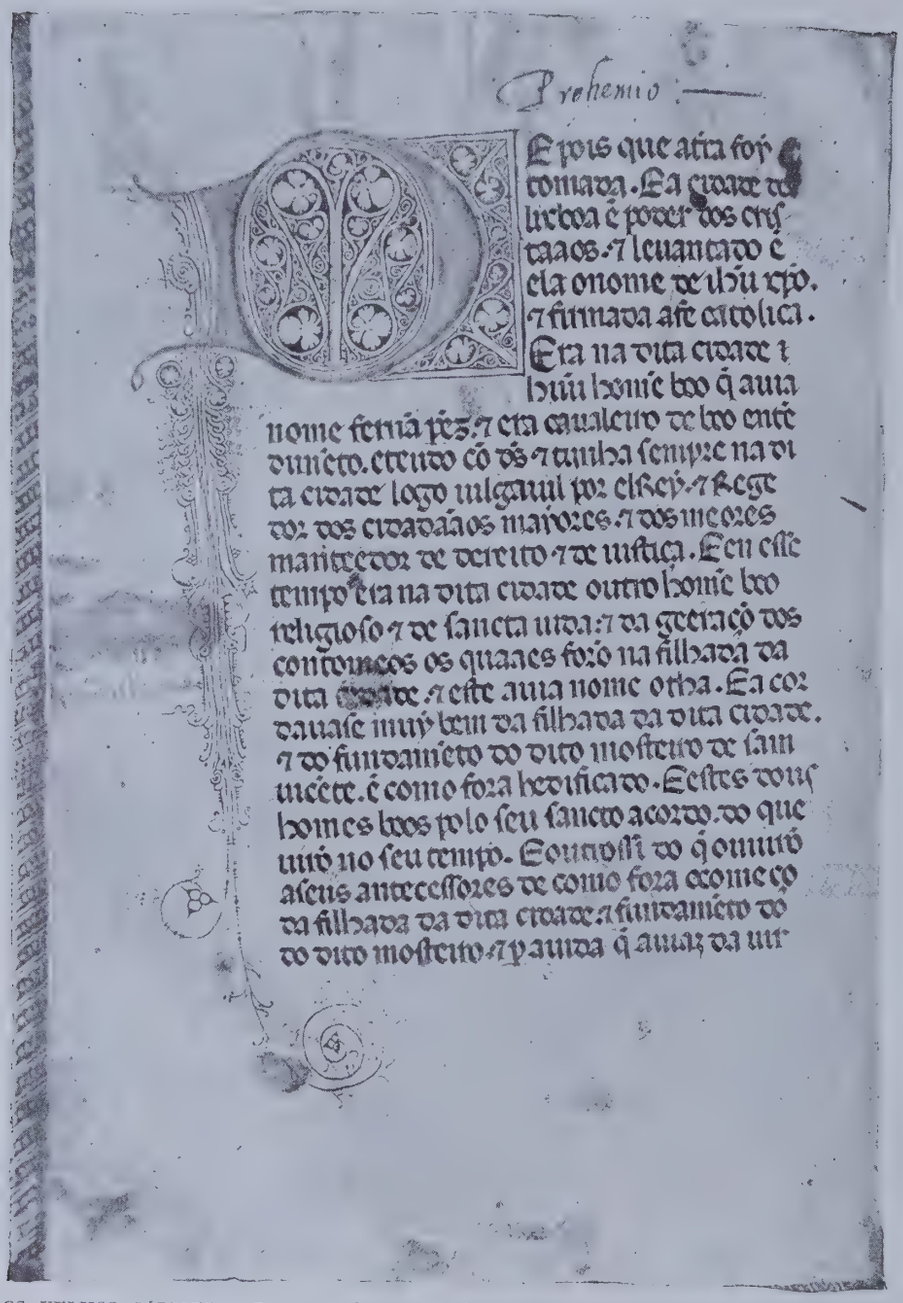


Cavaleiros de D. Afonso Henriques. (Do *Comentário do Apocalipse de* Lorvão)

Ânfora romana encontrada em Mértola. *(Museu Etnológico Português)*

Nunca se estabelece passagem brusca de um dialecto para outro; entre êles ficam linhas de transição, como se observa, por exemplo, na linguagem de Résende, que tem fenómenos da Beira e fenómenos do Entre-Douro-e-Minho.

Algumas pessoas podem admirar-se de se empregar aqui a palavra *dialectos* aplicada às variações da nossa língua, que são pequenas quando comparadas, por exemplo, com os *patois* franceses ou suiços e com os *dialetti* italianos; mas, em primeiro lugar, a palavra já foi usada por gramáticos do século XVIII; em segundo lugar, o grau não é o que importa, é a essência. Ora há diferenças essenciais na fala, de umas regiões para outras, diferenças que, embora às vezes possam escapar a certos observadores, são, no entanto, perfeitamente claras para o filólogo.



OS VELHOS CÓDICES. — «PRIMEIRA FÔLHA DA *Crónica da conquista de Lisboa*, códice membranáceo do século XIII, regrado a estilete, escrito em caracteres góticos, rosto e iniciais a vermelhão, D capitular ornado. Pertenceu à livraria de S. Vicente dos cónegos regrantes de Santo Agostinho.» Foi publicado nos *Portugaliae Monumenta Historiae, Scriptores, I*, 407 segundo um apógrafo do século XVI. Adquirida pelo rei D. Carlos para a livraria das Necessidades foi não há muito transferida para a Biblioteca Nacional de Lisboa onde actualmente se encontra. (Dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, série I, Julho de 1916)

Herculano publicou esta crónica e nos *Portugaliae* pode ver-se com o título *Chronica da fundação do moesteiro de São Vicente de Lisboa pello inuictissimo e christianissimo Dom Afonso Henriquez 1.º Rei de Portugal: e como tomou a dita çidade aos mouros*. No proémio declaram-se os autores: «Depois que a terra foi tomada, e a cidade de Lisboa em poder dos christãos, e levantado em ella o nome de Jesu Christo, e firmada a fé catholica, era na dita cidade hum homem boom, que auia nome Fernam Pirez, e era caualleiro de boom entendimento, e teudo com deus, e tinha sempre na dita cidade logo julgauil por elrey, e regedor dos cidadãos maiores e dos meores, mantedor de dereito e de justiça. E em esse tempo era na dita cidade outro homem boom religioso, e de sancta vida, e da geeraçom dos Contomeos, os quaes foram na filhada da dita cidade: e este auia nome Otha, e acordauase mui bem da filhada da dita cidade, e do fundamento do dito mosteiro de Sam Vicente, em com fora edificado. E estes dous homeens boos pelo seu sancto acordo do que virom no seu tempo, e outrosi do que ouuirom a seus antecessores de como fora o começo da filhada da dita cidade, e fundamento do dito mosteiro, e per ajuda que auião da virtude de deus, e dêsi seu acordo, e per são e verdadeiro entender escreuerom esta estoria que adiante he escrita, tornada de latim em linguajem, como ja de suso dito he.»

Também o vulgo confunde com freqüência duas rochas, dois metais ou duas doenças que para um geólogo, um mineralogista ou um médico diferem inteiramente entre si. Além destas considerações gerais, temos ainda os dialectos gregos, aos quais ninguém, desde a antiguidade, recusou ainda êsse nome, e que, tais como as conhecem dos *textos literários*, não se afastarão mais uns dos outros do que os dialectos portugueses.

IV — ÉPOCAS LITERÁRIAS

Como tem sido feita a divisão da literatura portuguesa

TODOS os historiadores literários teem dividido a nossa literatura em épocas ou períodos que melhor se coadunam com a sua maneira de vêr. Dividida primeiro simplesmente, os estudos do assunto fundamentaram divisões que são scientíficamente alicerçadas e que diferem apenas no critério pessoal dos seus autores. António C. Borges de Figueiredo é relembrado quando se lê a de José Agostinho. J. M. Andrade Ferreira é simplista na sua divisão. Teófilo Braga foi o primeiro que deu a essa divisão uma forma mais ou menos perdurável e scientífica. O seu critério já exposto em 1886 é, pelo erudito mestre, seguido ainda em 1909. Mendes dos Remédios e Fernandes Agudo seguem a divisão de Teófilo com poucas modificações. E por último o prof. Fidelino de Figueiredo dá-nos uma divisão sua que defende e que transcrevemos.

A. C. BORGES DE FIGUEIREDO (1846) *Bosquejo histórico...*

1.º período. Nascimento (Desde a fundação da monarquia até D. Denis) 1139--1279.
2.º período. Progresso (Desde D. Denis até D. João II) 1279 a 1500.
3.º período. Esplendor (Desde D. João II até ao II Filipe) ou de 1500 a 1625.
4.º Decadência (Desde o II Filipe até D. José I) ou de 1625 a 1750.
5.º Renascimento (Desde D. José I) 1750 a nossos dias.

JOSÉ AGOSTINHO (1927) *História da Literatura portuguesa*

1.ª — Época de formação (Escola Provençal). Dinastia Afonsina.
2.ª — Época de Consolidação (Escola dos poetas palatinos e cronistas). 1385 a 1521.
3.ª — Época de Perfeição (Escola italiana ou quinhentista). 1521 a 1580.
4.ª — Época da Decadência (Escola seiscentista ou gongórica). 1580 a 1700.
5.ª — Época de Reconstrução (Escola Arcádica ou francesa). 1700 a 1826.
6.ª — Época de Desorientação (O Romantismo) 1826 a 1860.
7.ª — Época de Desnacionalização. 1860 a 1915.
8.ª — Época A Novi-Reconstrução. 1915 a nossos dias.

JOSÉ MARIA DE ANDRADE FERREIRA (1875) *Curso de literatura portuguesa*

Primeira época (1139 a 1290).	Continuando Camilo Castelo
Segunda época (1290 até 1385).	Branco
Terceira época (1384 até 1495)	Quinta época (De 1580 a 1700).
Quarta época (1495 a 1580).	Sexta época (Século XVIII).

TEÓFILO BRAGA (1886-1909) *Curso de Historia da Litteratura portugueza* (Recapitulação)

1.ª epoca: EDADE MÉDIA. Preponderância dos elementos tradicionaes sob o influxo dos esbôços estheticos francezes; começo da transição para o estudo da Antiguidade classica.
- 1.º periodo (Seculo XII a XIV) Trovadores portuguezes.
- 2.º periodo (Seculo XV) Os poetas palacianos.

2.ª epoca: RENASCENÇA. Predomina a imitação da Antiguidade classica; é renegada a Edade media, chegando-se ao esquecimento das Tradições nacionaes.
- 1.º periodo (Os quinhentistas) Seculo XVI.
- 2.º periodo (Culteranistas) Seculo XVII.
- 3.º periodo (Arcadistas) Seculo XVIII.

3.ª epoca: ROMANTISMO. Revivescencia das Tradições nacionaes pela idealisação e rehabilitação da Edade media, reconhecendo a solidariedade historica da Antiguidade classica.

Teófilo fundamentou a sua teoria nas seguintes páginas que representam o primeiro estudo sério que se fez sôbre o assunto:

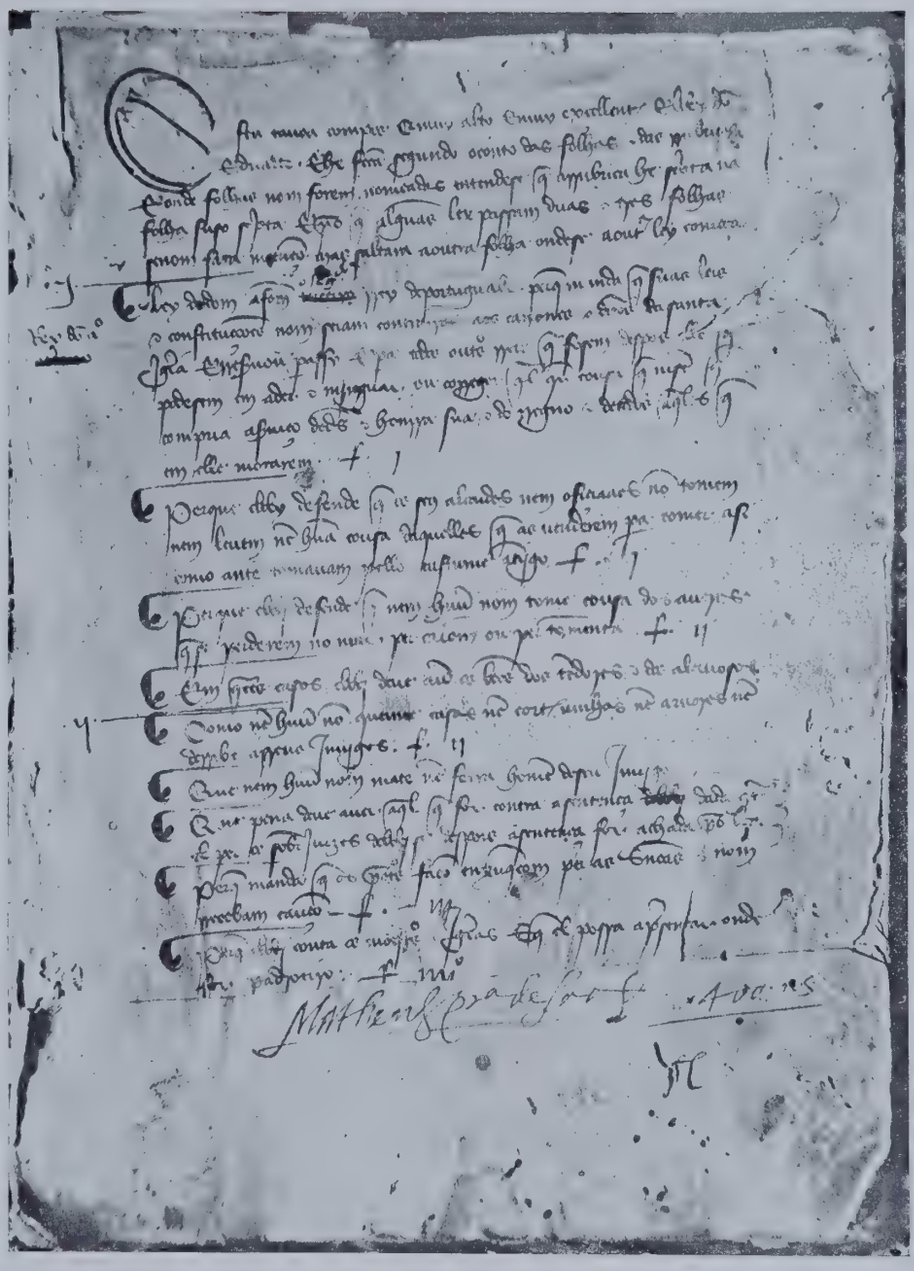
PRIMEIRA EPOCA

«1.º PERIODO. (SECULO XII A XIV).—Predomina o Lyrismo trobadoresco em todas as côrtes europêas, e essa corrente propaga-se a Portugal, principalmente, acordando os latentes germens populares, depois das relações da côrte portugueza com a de Leão, á qual convergiam os trovadores italianos, como Sordello e Bonifacio Calvo, referidos e imitados nos nossos Cancioneiros; e por fim, pela emigração de alguns fidalgos portuguezes, que acompanharam D. Afonso III, quando Conde de Bolonha, durante a sua permanencia na côrte de S. Luiz, que era então o meio activo da imitação da poesia provençalesca modificada pelo norte da França.

Uma phase nova de desenvolvimento lyrico começa com o rei D. Diniz, que imita directamente a poetica provençal, elaborando ao mesmo tempo as fórmas tradicionaes populares dos *Cantares de amigo*, das *Serranas* e *Dizeres gallezianos*. Por ultimo, a poesia provençalesca decae do gosto da côrte, sendo preferidos os Lais bretãos, que pelo seu desenvolvimento narrativo levaram á creação da Novella em prosa do *Amadis de Gaula*. Os Lais narrativos tinham dado thema aos poemas gallo-bretãos de *Tristão* e de *Flores* e *Brancaflor*, muito lidos na côrte portugueza, que tambem influia na côrte castelhana de Affonso XI, depois da batalha do Salado.

Na grande epoca da primeira Renascença, reflectiu-se em Portugal a cultura das Escholas de Paris, onde iam estudar os conegos de Santa Cruz de Coimbra. Figuram nessa época os grandes luminares Pedro Hispano, cujas *Summulas logicas* dominaram até ao seculo XVI em todas as escholas da Europa; o mystico S. Antonio de Padua, e Frei Gil de Santarem, que antes de entrar na ordem dominicana se entregou aos estudos medicos.

A cultura latina coadjuva o desenvolvimento da independencia do Poder real; cria-se a Universidade de Lisboa-Coimbra, e a lingua portugueza, que se mostra na sua belleza nas narrativas episodicas dos Nobiliarios, enriquece-se por um grande numero de traducções do latim da Biblia, dos Santos Padres e tratados dos Moralistas.



OS VELHOS CÓDICES. — «PRIMEIRA PÁGINA DAS *Ordenações del Rey D. Duarte*, códice de papel, século XV, letra meio-gótica, compilação das leis do reino feita pelo doutor Ruy Fernandes. Fez parte dos livros de uso do rei D. Duarte». Comprado pelo rei D. Luís ao conde de Farrobo passou da livraria do paço das Necessidades para a Biblioteca Nacional onde hoje se encontra. (Dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, série I, Julho de 1916)

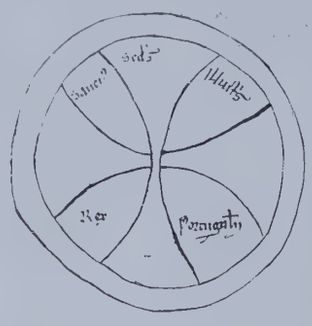
2.º PERIODO (SECULO XV). — Não se continúa o desenvolvimento da Poesia provençal, como succedeu na Italia, com Petrarcha, e na Hespanha já secundariamente por Micer Imperial. Quando sob a Regencia do Infante D. Pedro se reconciliam as Côrtes de Portugal e Castella, o lyrismo castelhano da eschola de Juan de Mena é imitado pelo proprio Infante D. Pedro, por seu filho o Condestavel de Portugal, e em Portugal são imitadas e por vezes traduzidas as poesias do Arcipreste de Hita, do Marquez de Santilhana, de Jorge Manrique e de Hernan Perez de Gusman, predominando essa fascinação do *castelhanismo* no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende. Ainda a influencia gallo-bretã se manifesta na predilecção das Novellas da Tavola-Redonda, na *Demanda do Santo Graal*, no *Joseph ab Arimathêa*, e em outras que o rei D. Duarte colligira na sua magnifica bibliotheca. A predilecção pelas obras da antiguidade classica, já se revela em obras compiladas ou traduzidas de livros latinos, com Seneca, Tito-Livio, tambem colligidas na bibliotheca do rei D. Duarte. A Historia recebe a sua fórma litteraria sob o influxo do poder real, nos chronistas Fernão Lopes, Gomes Eannes de Azurara e Ruy de Pina, através das tentativas da redacção latina definitiva da historia nacional. Introduz-se a Imprensa; a mocidade portugueza vae a Italia frequentar as

escholas dos humanistas da Renascença. Começa a Era dos grandes Descobrimentos.

SEGUNDA EPOCA

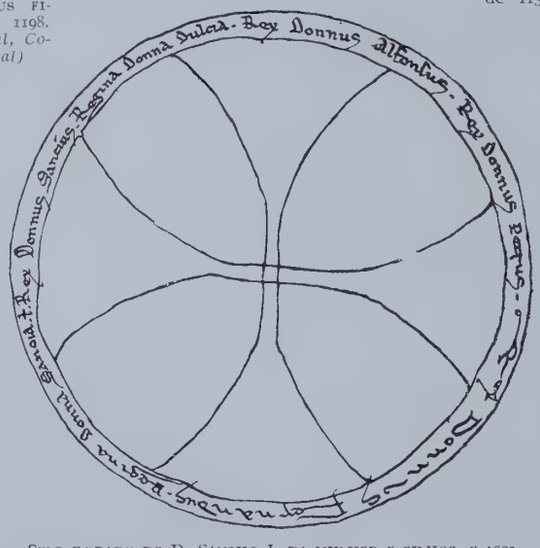
1.º PERIODO: Os QUINHENTISTAS (SECULO XVI). — Corresponde ao periodo de maior actividade da nação portugueza; a elaboração litteraria dos Quinhentistas é simultanea com as grandes navegações e descobrimentos da India e Brasil. Constitue-se a Grammatica da Lingua portugueza por Fernão de Oliveira e João de Barros; funda-se o theatro nacional, por Gil Vicente, sobre as fórmas hieraticas populares; a poesia lyrica mantém a forma medieval a par do *Dolce stil nuovo* da Italia, propagado por Sá de Miranda n'esse conflicto dos *Poetas da medida velha* com os Petrarchistas. A poesia épica, esboçada na outava castelhana em endechas, recebe a fórma italiana da *ottava rima* de Ariosto moldada sobre o poema virgiliano por Camões. A litteratura portugueza do seculo XVI deriva d'estes tres poetas por uma relação muito clara. Gil Vicente é o que representa de um modo completo e exclusivo as fórmas da litteratura medieval; é imitado por Antonio Prestes, por Antonio Ribeiro Chiado e até por Camões e outros na fórma do *Auto*. Sá de Miranda oppõe ás suas primeiras composições em *redondilhas*, os novos *endecasyllabos*, com que introduz a eschola italiana em Portugal, sendo imitado pelo Dr. Antonio Ferreira, Pedro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes, D. Manoel de Portugal, Falcão de Resende, Francisco de Sá de Menezes. Os seus versos em *redondilhas*, é que prevaleceram na imitação do seculo XVII; verdadeiramente a *medida velha* tinha a sustental-lhe o influxo as Eclogas apaixonadas de Bernardim Ribeiro e de Christovam Falcão, e a predilecção da côrte de Dom João III, no gosto feminino. Camões, pela superioridade do seu genio, funde, estes dois elementos medieval e classico nos *Lusiadas*, da mesma fórma que Shakespeare em Inglaterra; os seus versos lyricos foram largamente plagiados, nascendo tambem depois do seu impulso todas as Epopêas historicas. A justa relação entre os elementos medievaes e classicos foi quebrada pelo predominio dos Jesuitas no ensino publico, em Coimbra, em que a Universidade fica dependente do Collegio das Artes, e pela censura dos livros estabelecidos pelo execrando cardeal D. Henrique.

SELO RODADO DE D. SANCHO I E DE SEUS FILHOS, datado de 1198. *(Arquivo Nacional, Colecção Especial)*



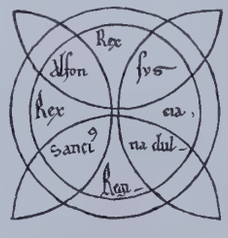
SELO RODADO DE D. SANCHO II tendo por baixo o nome do chanceler Durão Froyaz. *(Arquivo Nacional)*

SELO RODADO DE D. AFONSO HENRIQUES, datado de 1159. *(Arquivo Nacional)*



SELO RODADO DE D. SANCHO I, DA MULHER E FILHOS, E ASSINATURA DE JULIÃO, NOTÁRIO DA CÔRTE, datado de 1194. *(Arquivo Nacional, Colecção Especial)*

O *castelhanismo*, que tanto predominou na côrte portugueza, pelos casamentos dos reis D. Manoel, D. João III e principe D. João (pae de D. Sebastião), apparece escripto por todos os poetas quinhentistas, que transigiam com a moda palaciana, mesmo apesar do seu consciente nacionalismo, como Gil Vicente e Camões. Mas operava-se um esforço para mantêr o uso da lingua portugueza na literatura, como o proclama Ferreira na sua Carta III, accusando o esquecimento e desamor dos que mal o exercitavam. A bella prosa portugueza dá fórma á Historia, cultivada por João de Barros, Castanheda, Damião de Goes e Diogo do Couto, uns perseguidos, outros pobres, e todos elles sem a liberdade para exercerem a critica. Ao fim de trinta annos o ensino jesuitico exerceu nas novas gerações uma forte *desnacionalisação*, que augmentando o influxo castelhano, servido pela reacção catholica, de que era chefe Philippe II, levou ao espectaculo vergonhoso de os proprios Governadores do Reino em 1580 reconhecerem o direito do *Demonio do Meio dia* para incorporar Portugal na unidade iberica.



SELO RODADO DE D. AFONSO HENRIQUES, D. SANCHO E D. DULCE, datado de 1184. *(Arquivo Nacional, Colecção Especial)*

2.º PERIODO: CULTERANISTAS (SECULO XVII). — Portugal não acompanha o movimento scientifico que levou á creação das Academias na Europa. Sob a forte compressão catholica, estas corporações foram exclusivamente rhetoricas, á maneira das Tertulias hespanholas. Toda a actividade dos poetas dispende-se em engrandecer o reportorio castelhano com *Comedias famosas* de capa e espada. No emtanto brilham Francisco Rodrigues Lobo com as suas Novellas pastoraes e D. Francisco Manoel de Mello, como lyricos continuando o impulso de Sá de Miranda e de Camões. A Revolução de 1640 em que Portugal revindica a sua autonomia, como um movimento resultante do plano politico para a scisão da Casa de Austria da Hespanha, não inspirou o sentimento nacional, apesar das numerosas Epopêas historicas seiscentistas.

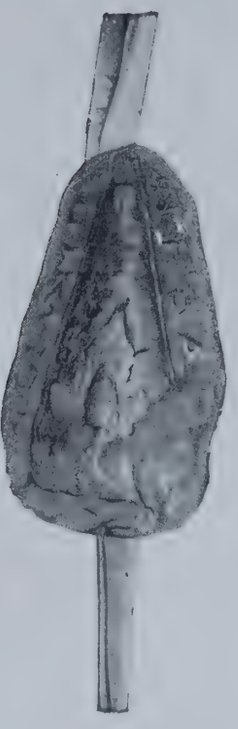
3.º PERIODO: ARCADISTAS. (SECULO XVIII). — O que fizeram os Jurisconsultos da Edade média para a emancipação da sociedade civil, continuaram-no os Litteratos, no seculo excepcional, procurando pelas emoções artisticas proclamar a liberdade politica. Em Portugal os escriptores estavam totalmente separados do povo, isto é, da nação, confinados nas suas Academias *(Arcadia lusitana, Nova Arcadia, Academia dos Occultos, Academia de Humanidades*, etc.), imitando desenfadadamente Horacio e promovendo o gosto da cultura latina e a auctoridade dos modelos quinhentistas, contra qualquer liberdade de elocução da phantasia culteranista. N'esta inconsciencia da missão das lettras, acceitavam o despotismo como uma ventura do governo paternal, e todas as suas idealisações eram panegyricos regios das mais emphaticas e inexpressivas exagerações. Destacam-se n'estes numerosos poetas, os quatro superiores arcadistas Garção, Diniz, Quita e Manoel de Figueiredo. O genio lyrico irrompe nos poetas portuguezes nascidos no Brazil; e as ideias revolucionarias do seculo XVIII, apparecem nos versos de José Anastacio da Cunha e de Bocage, que por isso se viram nas garras da Inquisição. O espirito scientifico do seculo entra em Portugal, pela iniciativa do Duque de Lafões e de Corrêa da Serra, fundando em 1779 a Academia das Sciencias de Lisboa, chegando-se ahi a lêr o Elogio de D'Alembert. Por essa obra se operou a fecunda tentativa do resurgimento de Portugal, relacionando-se este paiz com o movimento scientifico europeu.

TERCEIRA EPOCA

O contacto de Portugal com a civilisação, estabeleceu-se depois de um terrivel cêrco da Intendencia geral da Policia, em 1817, quando fugindo ao canibalismo de Beresford, se refugiaram em França o Morgado de Matheus, Mascarenhas Neto, Felix de Avellar Brotero, Domingos Antonio Sequeira, Do-

Sello de chumbo do rei D. Afonso II, de cera do rei D. Afonso III, do ano de 1261, e de chumbo do mesmo rei e ano. — Todos no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. J. P. Ribeiro tem, nas suas *Dissertações chronologicas* um valioso capitulo «Sobre Sfragistica Portugueza, ou Tratado sobre o uso dos Sellos no nosso Reino», e Sousa outro no tomo IV da sua *Historia genealogica*

mingos Bomtempo, e outros espiritos cultos subtrahindo-se á perseguição contra os inculpados de *jacobinos*. Sob a pressão do governo militar de Beresford mantido em Portugal pelo gabinete conservador inglez, rompeu a Revolução de 1820, em que se manifestou a força e a cultura da classe média. Todas as energias da nação foram acordadas, iniciadas todas as reformas da sociedade moderna nas suas Constituintes; é n'esse movimento, que surge o genio de Garrett, cuja obra seria a propria nacionalidade revivescendo. Pela reacção do absolutismo apostolico servido por Dom João VI, é rasgada a Constituição de 1822, e começa em 1823 a segunda emigração, seguindo-se a de 1824, e a de 1828 depois de abolida a Carta outorgada de 1826, fugindo aos carceres e forcas miguelinas. Assim se viu o espirito portuguez forçado a pôr-se em contacto com os progressos intellectuaes e artisticos da Europa. Depois do triumpho da causa liberal da *transição ingleza*, o regresso dos emigrados fez-se sentir na Litteratura, iniciando as normas do gosto romantico. Pela primeira vez, depois da época dos Quinhentistas, a Litteratura se ligou á elaboração das lendas nacionaes e nasceu o interesse pela poesia das tradições populares. Tal foi a missão de Garrett ensaiando todas as fórmas litterarias, lyricas, épicas e dramaticas, e realisando o mais bello estylo da prosa portugueza; Herculano, reconhecendo-se mais erudito do que artista, n'essa missão considerava-se junto de Garrett como Thierry junto de Victor Hugo. A época constitucional-parlamentar surgiu fecunda; as ambições politicas absorveram todos os talentos, que era preciso corromper em pró da simulação liberal, e a Litteratura cahiu em uma symptomatica innanidade, nessa esteril phase do Ultra-Romantismo, contra a qual reagiu indisciplinadamente a chamada *Eschola de Coimbra* (1).

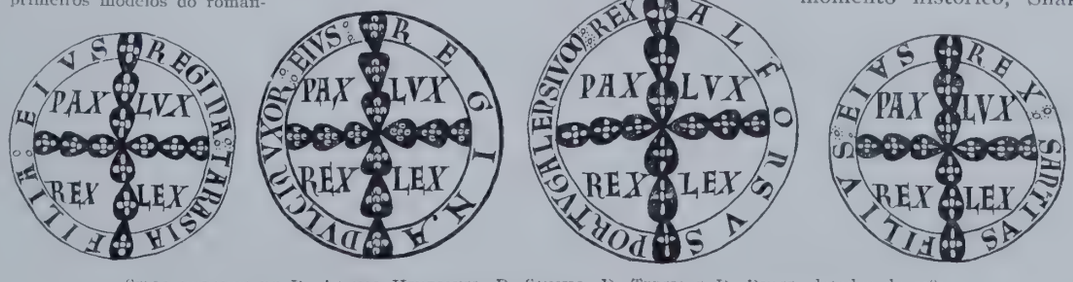


Sello pendente de D. Sancho I, datado de 1195. (*Arquivo Nacional, Colecção Especial*)

d) Inglaterra e Allemanha. — Resta-nos o grupo das Litteraturas do Norte nas suas relações com as Litteraturas meridionaes ou romanicas; sem o conhecimento d'estas relações não se avalia a acção reflexa exercida pelo Romantismo. Ainda aqui a França exerce a sua acção hegemonica; assim como os dialectos da França meridional, do Languedoc, da Provença, Delphinado, Leonez, Auvergne, Limousin e Gasconha pela latinisação facilitavam a communicação com o Occidente europeu, tambem os dialectos da França septentrional, como o normando, o picardo, o flamengo e o wallon tornavam a França communicavel a todos os povos que fallassem qualquer dialecto teutonico. A primeira influencia da França exerceu-se na civilisação da Inglaterra pela conquista normanda: ao passo que Guilherme o Bastardo promulgava as suas leis em francez, ordenando que n'esta lingua se fizessem as rezas e os sermões, em França sómente sob Francisco I é que os actos judiciarios deixaram de ser escriptos em latim. A lingua ingleza constituiu-se sobre um fundo anglo-saxão pelo vocabulario franko-normando, que era a linguagem da Côrte e do governo, fallada durante tres seculos, mesmo depois dos reis de Inglaterra terem perdido a Normandia. Os alumnos de Oxford, ainda em 1328 eram obrigados a fallarem latim ou francez. O emprego da lingua ingleza nas escholas (1350) e nos actos officiaes (1362) coadjuvou a independencia da nação ingleza nas suas luctas contra a França. Na litteratura preponderam estas duas correntes, a normanda, que representa o elemento latino ou classico, e a anglo-saxã, conservadora das tradições germanicas e medievaes.

Sello de D. Afonso Henriques e de seu filho D. Sancho, datado de 1184. (*Arquivo Nacional, Colecção Especial*)

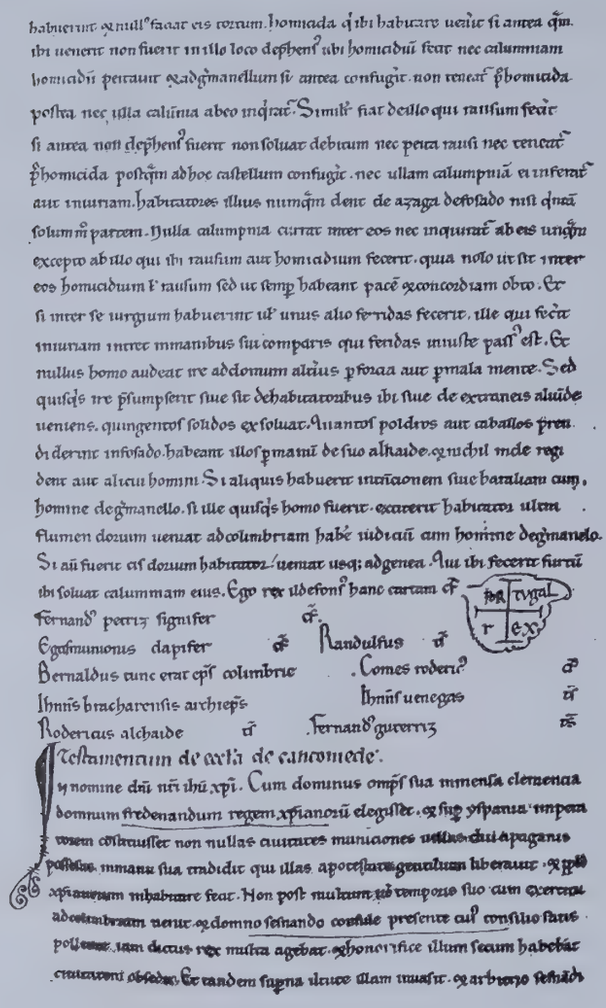
O vigor da nacionalidade ingleza affirmava-se no concurso de todas as suas energias sociaes; a propria dissidencia religiosa, sob Henrique VIII separando a Inglaterra da auctoridade de Roma, não se limitou á polemica theologica, foi a consciencia nacional manifestando o seu individualismo de raça; por que o Protestantismo foi na essencia um abalo germanico sob a pressão romana. Representante d'este momento historico, Shakespeare cria a tragedia moderna, na qual synthetisa o grande quadro de uma civilisação que decae em uma ruina inevitavel e outra que surge imponente pelas suas energias



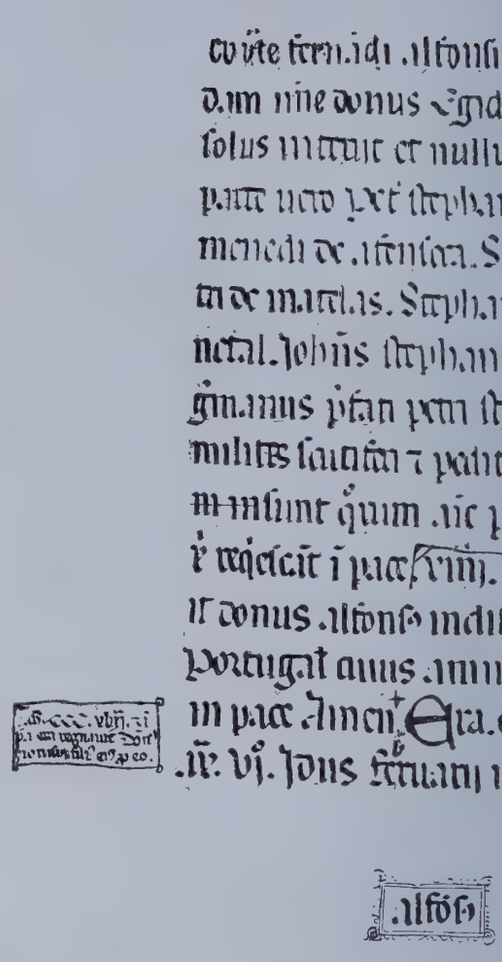
Selos rodados de D. Afonso Henriques, D. Sancho, D. Tereza e D. Dulce, datados de 1183 (*Arquivo Nacional, Colecção Especial*)

(1) «A litteratura portugueza, no seu conjuncto, tem uma physionomia á parte; posto que ella tenha por vezes imitado as litteraturas visinhas, por seu turno em certas épocas exerceu certa influencia sobre estas litteraturas. D'ahi a importancia que ella tem na história geral. O caracter essencial da litteratura portugueza original, é que é *lyrica*, inteiramente penetrada de doçura elegiaca, e de sentimentalidade enthusiasta. Em portuguez é que escreveram as Canções de amor não só os Portuguezes e os Gallegos, mas os poetas de toda a Hespanha, durante a primeira época da Litteratura. De Portugal é que proveiu o prototypo dos heroes dos romances de cavalleria em prosa, o virtuoso *Amadis*. Os primeiros modelos do romance pastoral, taes como a *Diana* de Monte-Mór são portuguezes.—Bastantes escriptores portuguezes, que se serviram da lingua de Cervantes, contribuiram para enriquecer-se o theatro e o romance castelhano».

D. Carolina Michaëlis, *La grande Encyclopedie moderne*, vb.° Portugal.



A FÔLHA 222 VERSO DO LIVRO PRETO, DA SÉ DE COIMBRA. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

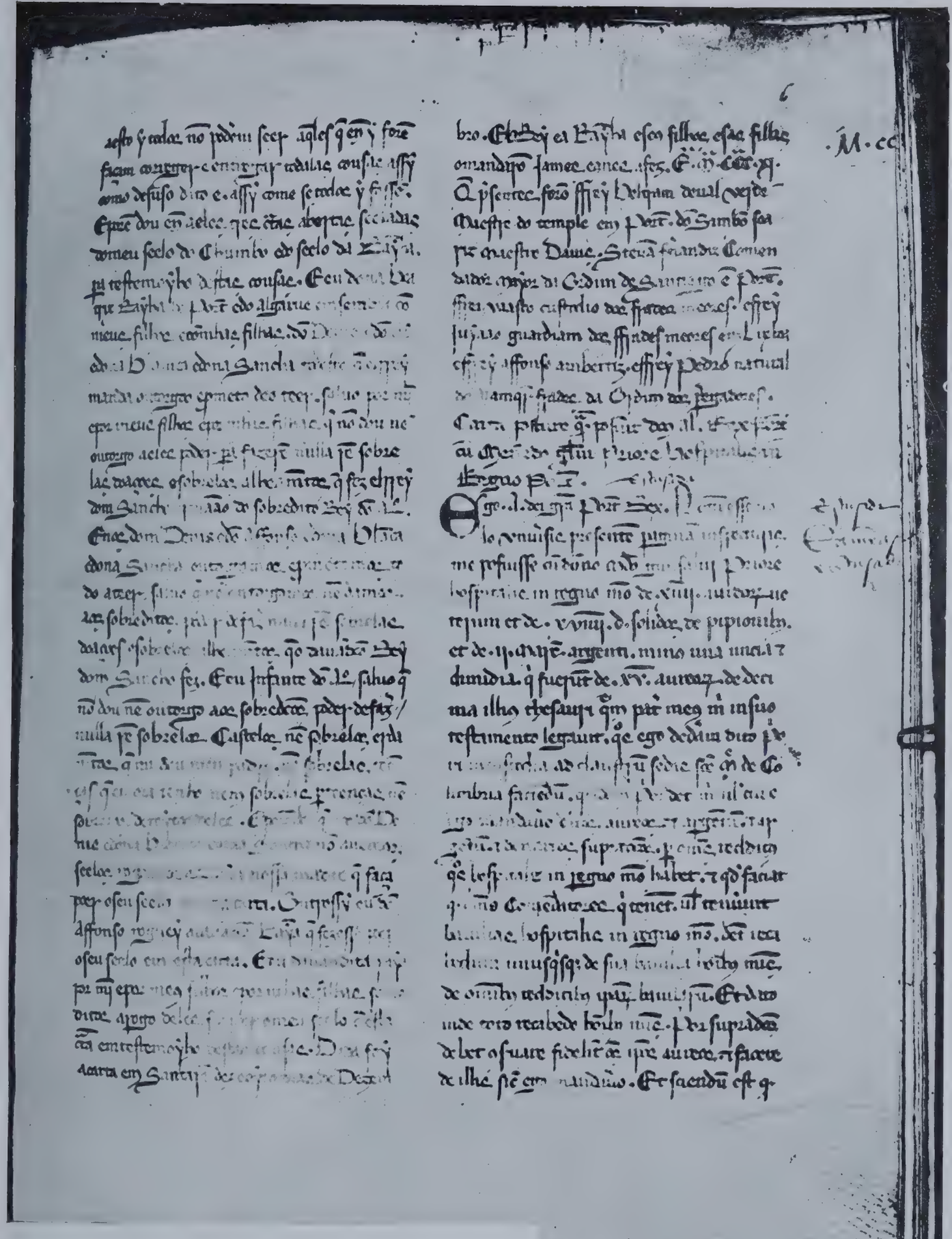


PÁGINA DA *Chronica Conimbricense* OU LIVRO DA NOA DE SANCTA CRUZ DE COIMBRA, que dá conta da morte de D. Afonso III. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

sociaes. As tragedias idealisando os vultos historicos de Roma, como Cesar e Coriolano, e as que vivificam os reis de Inglaterra, encerram a lição profunda d'este impressionante contraste. Fóra da Inglaterra Shakespeare, pelo seu extremo nacionalismo, não podia ser comprehendido senão em uma época remota, em que o espirito universal soubesse apreciar as suas revelações do drama subjectivo dos caracteres e estados de consciencia. Foi por isso que a comprehensão de Shakespeare, a sua rehabilitação esthetica moderna definiu um dos mais nitidos aspectos do Romantismo.

Mas a acção hegemonica da Litteratura ingleza sobre as litteraturas do seculo XVII não foi exercida pela obra d'aquelle genio incomparavel, e incomprehendido; escriptores burguezes, absorvidos nos conflictos da concorrencia social, industriaes e magistrados, fazendo d'essas situações vulgares da vida domestica quadros emocionantes, crearam a fórma do Romance moderno, em que a magestade da Epopêa ou a fatalidade tremenda da Tragedia antiga ficam abaixo das collisões sociaes e moraes em que figuram typos anonymos, até ao momento indifferentes para toda a gente. Não eram eruditos os creadores do Romance moderno: eram espiritos temperados pela dura realidade da vida, que a sabiam representar nas suas fatidicas cruezas: Daniel de Foë, Fielding, Smollett, Richardson, Goldsmith, e ainda Swift e Sterne, criam maravilhas em extraordinarios Romances lidos e imitados em todas as litteraturas. O *Robinson Crusoë* de Foë, é a idealisação da lucta do homem isolado diante da natureza, cujo realismo lhe foi suscitado pelo caso do marinheiro escossez Selkirk; o *Tom Jones* de Fielding, é o variadissimo quadro da vida accidentada de um filho natural. N'esses romances de Smollett, *Roderick Random, Humphry Clinker,* nos de Richardson, como *Pamela, Clarisse Harlow* e *Sir Charles Grandisson,* a minuciosidade descriptiva do meio e das circumstancias, que deviam produzir o enfado, chegam a representar tão viva a realidade, que a acção se torna de um interesse invencivel. Por isso dizia Diderot, que se estivesse em um carcere ou no exilio, bastavam trez livros para lhe occuparem o espirito: Homero, a Biblia e *Clarisse Harlow*. Goëthe, com o seu poder esthetico, realisou no poema *Herman e Dorothea* esta transformação de uma situação vulgar da vida popular em uma impressionante Epopêa. Os Romances inglezes foram traduzidos, e alguns ainda, passados dois seculos, exercem uma intensa fascinação. Além da hegemonia da litteratura ingleza, no seculo XVII, os seus escriptores fizeram valer a sua acção social, ascendendo á intervenção na vida publica; era um esboço do poder espiritual, que ainda não está normalisado. Póde tambem considerar-se como expressão d'esse influxo hegemonico, a creação das Revistas, de que Daniel Foë foi um dos iniciadores. Pelo seu caracter inteiramente nacional, a Litteratura ingleza foi acordar no genio germanico o sentimento individualista da raça, — dando-se o assombroso phenomeno da creação da Litteratura allemã com obras primas verdadeiramente geniaes, iniciando a época do Romantismo.

Pelo catholicismo e pelas Universidades, a Allemanha recebeu a cultura greco-romana, quando o Humanismo obedecia ao movimento do Protestantismo, não podendo o prestigio da auctoridade classica abafar o individualismo germanico que se revelava no sentimento da nacionalidade. A influencia do pseudo-classicismo francez sustentava-se pelo prestigio da moda nas côrtes absolutistas: e essa imitação deu á Allemanha uma série de escriptores banaes, inexpressivos, como Opitz, Gryphius, Kley, Lohenstein, e Gottsched. Essa influencia deleteria vinha desde o fim da Guerra dos Trinta anos (1646) até aos fins do seculo XVIII, quando por occasião da Guerra dos Sete annos, á Allemanha, pela communicação com a poesia ingleza antiga, se lhe revelou a tradição germanica obliterada, o elemento latente da vigorosa Edade média. A comprehensão d'este germen levou uma geração nova a dar-lhe forma artistica, como expressão do espirito nacional. A volta ao passado não era um retrocesso, mas uma orientação; foi iniciada essa nova corrente litteraria por Lessing, Wieland, Gleim, Haller, Mathisson, Voss



Um antigo e curioso códice do Arquivo N. da Tôrre do Tombo em que se mostra como a língua portuguesa correu paralela com a latina. — O *Liuro de direitos reaes de algunãas transaucões feitas entre elRey Dom aº conde de bolonha r bpo r cabido da se da cidade deuora.* O título é mais moderno que o códice, que é de meiados do século XIV e o volume contém doações e contractos de D. Afonso III. *(Doações de D. Afonso III, livro 3)*

e Hoelty; Goëthe e Shiller deram-lhe o nome de *Romantismo*, abrindo-se para a Allemanha a Era dos Genios, em que figuram Herder, João Paulo Richter, Uhland, os Schlegel e Tieck. E' no primeiro quartel do seculo XIX, que a Allemanha pela sua litteratura exerceu nas litteraturas meridionaes a sua hegemonia, pelo novo gosto e disciplina critica do *Romantismo*. Deram-se as fortes luctas doutrinarias entre *Classicos e Romanticos;* mas o problema foi complicado pelo antagonismo politico entre a reacção do partido catholico-feudal e o negativismo revolucionario, que se debatiam na transição ou alta provisoria das Cartas outorgadas. Mas o que era o Romantismo? Disse-o Stendhal com uma clara simplicidade: «Eis aqui a theoria do *Romantismo:* é preciso que cada povo tenha a sua litteratura propria e modelada sobre o seu caracter particular, como cada um de nós traz o fato talhado para o seu corpo». Não basta o sentimento nacional no seu exclusivismo, é preciso dar-lhe o relêvo da humanidade, para que uma litteratura passe além das fronteiras nacionaes e das edades; não por simples exotismo, mas pela consciencia philosophica da solidariedade humana. A renovação dos estudos da Historia, e a creação da philosophia da Arte, ou a Esthetica, em que a Allemanha foi uma iniciadora, vieram completar esta hegemonia litteraria, cuja direcção final presentiu Goëthe na phase universalista das litteraturas modernas, que Edgar Quinet definiu esplendidamente: «Racine, Molière e Shakespeare, Voltaire e Goëthe, Corneille e Calderon são irmãos. E' preciso elevar, ampliar as nossas theorias, para que haja ahi logar para todos... — Dominando as rivalidades, as inimizades, as antipathias dos climas, dos tempos, dos logares, aspiremos ao espirito universalmente uno, que está implicito nas obras inspiradas de cada povo. Até hoje o genero humano esteve em guerra comsigo mesmo, e n'estas regiões supremas da poesia, em que parece deveria reinar a paz perpetua, ahi foi o conflicto mais obstinado. — Se a época em que vivemos tem alguma valia, será seguramente por que ella acabará de pôr em plena luz esta unidade do genio dos modernos. Emquanto a critica continuava em tudo dividir, as *obras*, mais intelligentes, aproximavam já os instinctos dos povos». Por seu turno a critica tornou-se philosophica, alargando a comprehensão das litteraturas: relacionando-as com a *sociedade*, de que ellas são a expressão (Villemain); recompondo por ellas a *psychologia* do temperamento individual, cuja vida vale tanto ou mais do que a obra de arte (Saint Beuve); e determinando por ellas o *meio* em que actuam *as grandes correntes da civilisação* (Taine). Tudo converge para a integração actual das bases da critica na historia litteraria.

A divisão do Dr. Mendes dos Remédios (1111) *História da literatura portuguesa* pouco se afasta da de Teófilo Braga. Também se divide em 3 épocas: a MEDIEVAL (XII-XIV) que se subdivide em dois períodos: I — *Escola dos poetas palacianos e dos Cronistas* (1385-1521); a CLÁSSICA (XVI-XVIII) que se subdivide em *Escola quinhentista ou italiana* (1521-1580), *Seiscentista ou gongórica* (1580-1700), e *francesa ou arcádica* (1700-1825); e a ROMÂNTICA (XIX) que contém apenas a *Escola romântica*, desde 1825.

A de Fernandes Agudo (1925) *História da literatura portuguesa* é idêntica à de Mendes dos Remédios. Apenas divide a ÉPOCA ROMÂNTICA em «três escolas». A *Romântica* que vai até 1860 (de 1825), data aproximada do isolamento de Alexandre Herculano na sua Quinta de Val de Lobos. A *Ultra-Romântica* que aparece depois de 1845 com a geração criada durante as lutas liberais e vai até à Questão Coimbrã ou dos *Dissidentes de Coimbra*, em 1865, e a *Realista* que vem desde esta data até nossos dias.

FIDELINO DE FIGUEIREDO (1927) *História de la literatura portuguesa*

I — ÉPOCA MEDIEVAL (1189-1502): Desde os primeiros monumentos literários aos primeiros ensaios do teatro Gil Vicente.

A — PRIMEIRO PERÍODO (1189-1434): Desde as origens até à criação do cargo de cronista mor do reino, que marca o início da forma histórica superiormente cultivada e da erudição humanistica.

B — SEGUNDO PERÍODO (1439-1502): Da criação do cargo de cronista mor do Reino à recitação do *Monólogo do Vaqueiro*, de Gil Vicente, com que se inicia o teatro nacional.

II — ÉPOCA CLÁSSICA (1502-1825): De Gil Vicente, na sua estreia em 1502, até à aparição do *Camões* de Garrett, com que se inicia a escola romântica.

A — PRIMEIRO PERÍODO (1502-1580): Do *Monólogo do Vaqueiro* à perda da independência nacional que limitou nuns casos e exaltou noutros o carácter nacional da literatura, imprimindo-lhe um forte cunho de profetismo sebastianista e abrindo caminho à imitação espanhola, a gongórica especialmente.

B — SEGUNDO PERÍODO (1580-1756). Da perda da independência e morte de Camões até à fundação da *Arcádia Lusitana*, academia literária que tinha como fim, combater a influência espanhola, substituindo-a pela francesa, e promover o levantamento da poesia em plena decadência durante a época precedente.

C — TERCEIRO PERÍODO (1756-1825): Reinado das Academias, tipo da Arcádia, focos de influência francesa, origens da literatura brasileira, cultivo intenso da poesia, até ao aparecimento do *Camões* de Garrett.

III — ÉPOCA ROMÂNTICA 1825-1900): Da renovação promovida por Garrett até à morte de Eça de Queirós.

A — PRIMEIRO PERÍODO (1825-1871): Romanticismo propriamente dito, até às conferências críticas do Casino Lisbonense, precedidas já pela polémica entre os últimos românticos e os arautos da nova escola, conhecida pela *Questão de Coimbra* ou *Questão do Bom senso e do Bom gôsto.*

B — SEGUNDO PERÍODO (1871-1900): Das conferências do Casino à morte de Eça de Queirós.

Moedas de D. Afonso Henriques

Moeda de D. Afonso II

Moedas de D. Sancho I

LISBOA MEDIEVAL. — A MAIS ANTIGA VISTA DE LISBOA. — Iluminura da *Cronica delRey Dom Affomsso Hamrriques, primeiro rey destes regnos de Portugall*, por Duarte Galvão. (Do conde de Castro Guimarães, hoje na Bib. Municipal de Cascais). (Artigo de Vieira da Silva na *Arqueologia e História*, vol. V, 1928)

IDADE MÉDIA

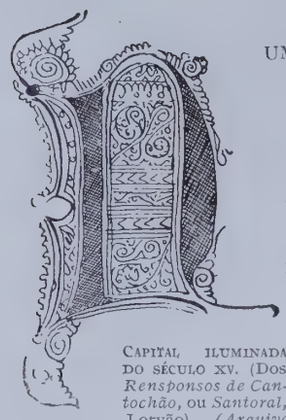
ASPECTOS GERAIS

A SOCIEDADE. A CULTURA. A ARTE.

INICIAL ORNADA DO *Comentario do Apocalipse* de Lorvão

BIBLIOGRAFIA: — Gama Barros — *Historia da administração publica em Portugal nos seculos* XII *a* XV. 1885-1922, 4 vols.; A. de S. Silva Costa Lobo — *Historia da Sociedade portugueza no seculo* XV. 1904, e *O Rei* nos *Anais das Bib. e Arquivos*, 1.ª série; Fortunato de Almeida — *Historia das instituições em Portugal* e *Historia da Igreja em Portugal*; Manuel Paulo Merêa — *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal*, 1912; *Alberto* Sampaio — *Estudos históricos e económicos*. 1923, 2 vols. *Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século* XIII, publicado por Pedro A. de Azevedo. 1906; D. Duarte-*Leal Conselheiro*; João de Lisboa — *Livro de marinharia*, 1903. Prólogo de Brito Rebelo; *Portugaliae Monumenta Historica*. 1856-1917; *Corpvs codicvm latinorvm et portugalensivm*, do Arquivo Municipal do Porto, 1891-1915; *Vimaranis Monumenta Historica*, 1908; E. F. de Oliveira — *Elem. para a Historia do Municipio de Lisboa; Chronicas* de Fernão Lopes, Ruy de Pina, Azurara, Acenheiro, Nunes de Leão e Resende; José Soares da Silva — *Memorias para a Historia de Portugal...* 1730; *Historias de Portugal* de Herculano, Schaeffer, Pinheiro Chagas e Fortunato de Almeida; D. A. Caetano de Sousa — *Historia genealogica da Casa Real*; Coelho de Carvalho — *D. Pedro, 8.º rei de Portugal*; Jaime Moreira — *D. Pedro I, o Cru*; Asdrubal de Aguiar — *O «Rei Formoso» e a «Flor de Altura»*. 1924; Julio Dantas — *Outros tempos*; M. Paulo Merêa — *Resumo das lições do Direito português* e *O Poder Real e as Côrtes*; T. Braga — *Historia do direito portuguez — Os foraes*; Viterbo — *Elucidario*; A. A. Cortesão — *Onomastico medieval português*. 1912; J. P. Ribeiro — *Dissertações chronologicas*; Roberto Alves — *Curso de Direito Industrial*. 1915; Esteves Pereira — *A industria portugueza (seculos* XII *a* XIX). 1900; A. Braamcamp Freire — *Brasões da Sala de Cintra*, 3 vols.; *Critica e Historia*; Cardeal Saraiva — *Obras Completas*; Conde de Sabugosa — *Gente de algo*. 1915; Oliveira Martins — *A vida de Nun'Alvares*; Herculano — *Opusculos*; Sousa Viterbo e Vieira da Silva — Obras; A. R. Vasconcelos — *Evol. culto D. Isabel Aragão e Inês de Castro. Arquivo Histórico português, Revista Lusitana*, etc.

Vida política e social. A Idade Média portuguesa.



CAPITAL ILUMINADA DO SÉCULO XV. (Dos *Rensponsos de Cantochão*, ou *Santoral*, Lorvão). *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

UMA das mais interessantes monografias históricas de Herculano, os «*Apontamentos para a história dos bens da corôa e dos forais*», de 1834-44, monografia mais tarde integrada na admirável série dos «*Opúsculos*», ao tracejar ràpidamente o motim popular que se levantou contra o bispo do Porto e era capitaneado por Pedro *Feudo-tirou*, insere o grande escritor a seguinte nota:

«A história dêste drama popular, que não cabe aqui, reservamo-la para um trabalho mais vasto, a que hoje exclusivamente consagramos as nossas vigílias — os *Estudos sôbre a Idade-Média portuguesa*.»

A estas palavras do mestre acrescentam os compiladores e editores:

«Êste título foi depois mudado para o de História de Portugal, e o leitor encontrará no tomo II, livro III *ad finem*, a narração circunstanciada dos sucessos a que o A. alude.»

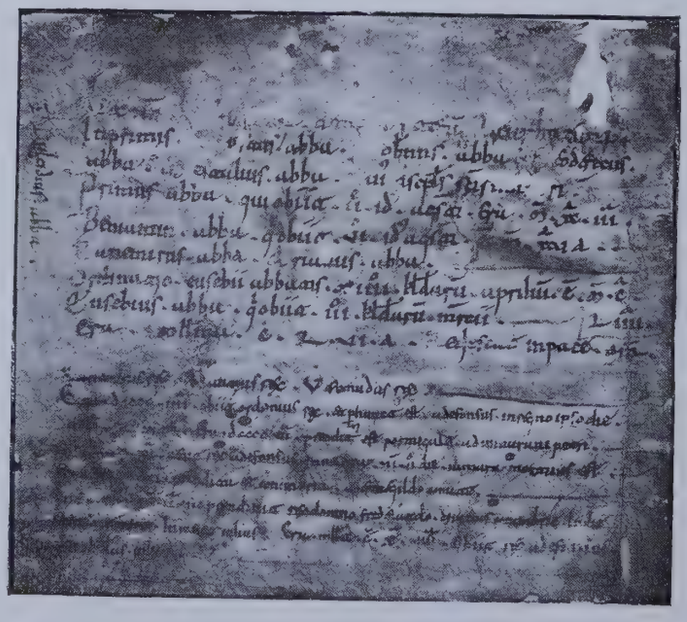
O que poderemos chamar as «obras menores» de Herculano, como são as *Cartas sôbre a História de Portugal* (exceptuada a 5.ª que esboça uma teoria geral da civilização portuguesa) espécie de programa ou manifesto de princípios do historiador, e o estudo sôbre a condição das classes servas na Península, em resposta às teses de Muñoz y Romero, entra no ciclo da Idade Média portuguesa, e no mesmo ciclo entra a colecção dos «*Portugaliae Monumenta*», compilação documental que devia abranger o período decorrido entre o VIII e o XV século.

Os trabalhos que exorbitam do período medieval, como a *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, formam uma parte mínima e quási episódica na obra do historiador.

Herculano foi, não só e essencialmente um medievista, mas o renovador do estudo da Idade Média portuguesa. Pode dizer-se que quási todo o trabalho dos seus continuadores se inspirou fundamentalmente no seu método e nas suas ideas. Esta especialização do autor da *História de Portugal* estava naturalmente indicada pela necessidade de circunscrever o período sôbre que devia incidir o seu esfôrço de investigador e pela simpatia manifesta que sempre lhe inspirou a época da nossa história que fecha com D. João II ou, mais pròpriamente, com as côrtes de 1482, que são para êle a data do estabelecimento do absolutismo.

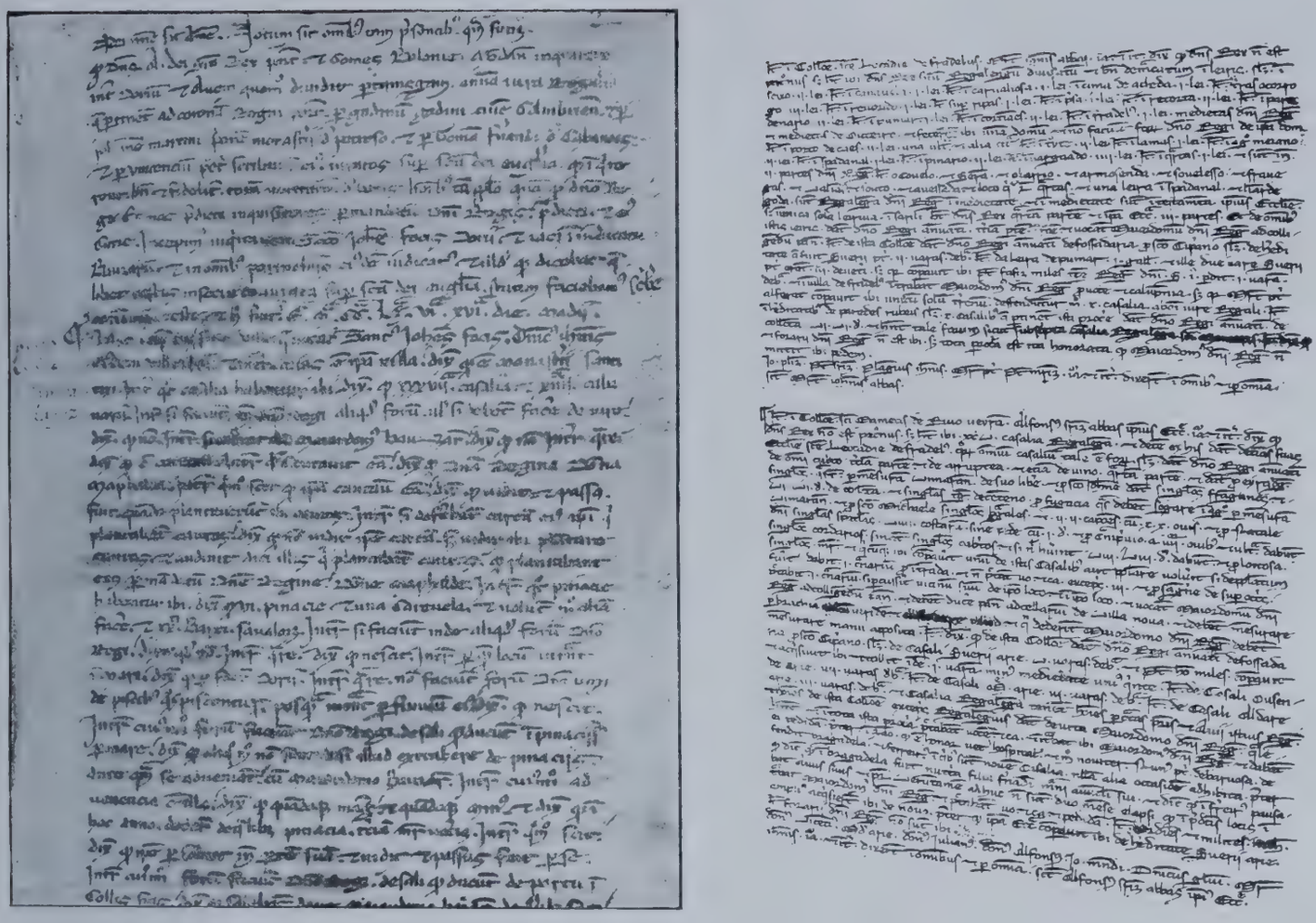
Tem-se procurado explicar até hoje de modo bastante incompleto o que levou Herculano a interromper a sua História de Portugal. Pode afirmar-se que o autor poderia ter levado o seu trabalho muito mais longe, pelo menos até ao fim do reinado de D. João II, dados os elementos que já tinha acumulado sôbre a dinastia de Aviz. Mas conduzir a História de Portugal até aos nossos dias com um desenvolvimento igual ao que mostrou no estudo dos cinco primeiros reinados, teria sido tarefa superior aos seus ombros de Atlante, em vista das insuficiências de que enfermava e ainda enferma entre nós a divisão do trabalho scientífico no domínio historiográfico.

É preciso não esquecer que Herculano, mesmo deixando-nos uma obra truncada, teve de dispender um esfôrço ainda não igualado entre nós por nenhum dos seus sucessores a não ser, talvez, por Gama Barros. A compilação dos *Portugaliae Monumenta*, a restituição crítica dos documentos que os compõem, a tarefa da crítica de fontes, a impressão de documentos inéditos que ali figuram numa percentagem considerável, tudo isto constitue só por si uma tarefa tão gigantesca que ainda se aguarda o seu continuador. Junte-se a isto que Herculano teve de remediar as deformações dos textos publicados pelo seu mestre, o grande diplomatista João Pedro Ribeiro, deformações perfeitamente explicáveis pelas condições precárias em que se realizou o trabalho de cópia e o cotejamento com os originais, extremamente difícil antes da sua concentração no nosso arquivo nacional. Mas dissemos que tôdas as simpatias do historiador iam para a nossa Idade Média e que estas simpatias se patenteavam ainda na antipatia que lhe inspirou a Renascença e o período que ela veiu abrir na História. Para Herculano a palavra Renascença é uma antifrase que encobre mal um período de decadência e de misérias. São quási estas as suas palavras. Na Idade Média, pelo contrário, Herculano via a luta viril dos elementos que haviam de constituir a nacionalidade e operar mais tarde a sua fusão sob a hegemonia da realeza. Não oculta qu êste espectáculo sempre o encantou, acha que êle é profundamente educador e que se a História envolve uma lição no velho conceito cicerónico, essa lição está para Portugal no que êle chamou o ciclo de constituição e que é precisamente a nossa Idade Média. Ainda Herculano insiste nas analogias que ligam a Idade Média e a Idade Contemporânea, antecipando-se neste conceito às ideas formuladas mais modernamente por um dos mestres da historiografia belga Godefroy Kürth, no seu sugestivo opúsculo *Qu'estec que le moyenge?*



OS VELHOS CÓDICES. — CHRONICON LAURBANENSE DO SÉCULO XII, valiosíssimo, e extractado nos *Portugaliae Monumenta Historica*. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

Na Idade Média os elementos em luta eram o rei, a nobreza, a igreja, o povo. Nos nossos dias as fôrças em litígio chamam-se «partidos» e é tôda a diferença.



OS VELHOS CARTÓRIOS DA TÔRRE DO TOMBO. — DUAS PÁGINAS, UMA DO LIVRO V, OUTRA DO LIVRO IX DAS *Inquirições* DE D. AFONSO III. A colecção das *Inquirições* é de grande valor para o estudo da vida medieval portuguesa

Estas analogias são para Herculano a melhor chave para interpretar uma época pela outra. As suas preferências pela Idade Média, já o dissemos, teem a sua contrapartida na antipatia que lhe inspira o Renascimento, e esta antipatia é, se assim nos podemos exprimir, global porque abrange tôdas as manifestações de actividade. Prefere a realeza medieval ao absolutismo do século XVI como prefere o gótico ao manuelino e como antepõe a ingenuidade nativa de Fernão Lopes ao artifício dos cronistas do nosso chamado século de oiro. Citemos as palavras de Herculano a propósito dos Jerónimos :

«Belem é a agonia da arte ; é o estrebuchar descomposto da arquitectura cristã que morria ; e o cancioneiro de Resende o último concêrto dos trovadores em que já se misturam os sons discordes da poesia romana.

É curioso o vêr como êsse monumento de transição da arquitectura, êsse cáos de todos os sistemas que lutavam no princípio do século XVI reunidos, e por assim dizer petrificados de súbito num edifício só, traz forçosamente à lembrança a ruína dum facto da ordem moral que existira inconcusso entre nós por quatrocentos anos — a tolerância da idade-média.»

Pode objectar-se que Herculano se exprimiu àcêrca dos Jerónimos em tom muito diverso noutro passo da sua obra quando a propósito de *Monumentos pátrios* chama ao famoso mosteiro «obra-prima da arquitectura média entre a neo-gótica e a chamada do Renascimento, edifício de uma época de transição na arte». Mas bem vistas as cousas o escritor só admira sinceramente o claustro a que pouco adiante chama «maravilhoso», não podendo negar a magnificência da construção e acentuando que é uma obra prima dum estilo de transição, o que significa, parece-nos, que é uma obra característica dum estilo que lhe não agrada. Ora tudo isto se harmoniza com o tom geral de um artigo como êste em que êle proclama a necessidade de conservar os monumentos nacionais, preservando-os da ruína ou de restaurações e adaptações monstruosas.

Mas se Herculano desadorava os Jerónimos, detestava Mafra e mais ainda a Basílica da Estrêla, sua imitação reduzida, «caricatura de caricatura». Quanto ao manuelino pedimos vénia ao leitor para uma pequena digressão. Nas suas *Arts en Portugal* (1846) diz o conde de Raczynski :

«Je trouve très ingénieuse et très juste l'observation que m'a fait un jour M. Herculano au suget de l'architecture d'Emmanuel : C'est la résistence du style gothique contre le style de François 1.er ; j'ajouterai : et contre ceux de Balthazar Peruzzi, de Bramante et même de Raphaël comme architecte.»

No artigo *Uma vila nova antiga* (1843) de que extraímos o passo acima transcrito fulminando a estética dos Jerónimos, Herculano diz o que segue :

«De feito a tolerância religiosa expirava ao passo que a arquitectura cristã morria, e as bulas da inquisição vinham-nos talvez pelo mesmo correio que trazia aos nossos arquitectos os desenhos puros e materialmente formosos, mas pagãos e peregrinos, de Bramante e de Rafael.»

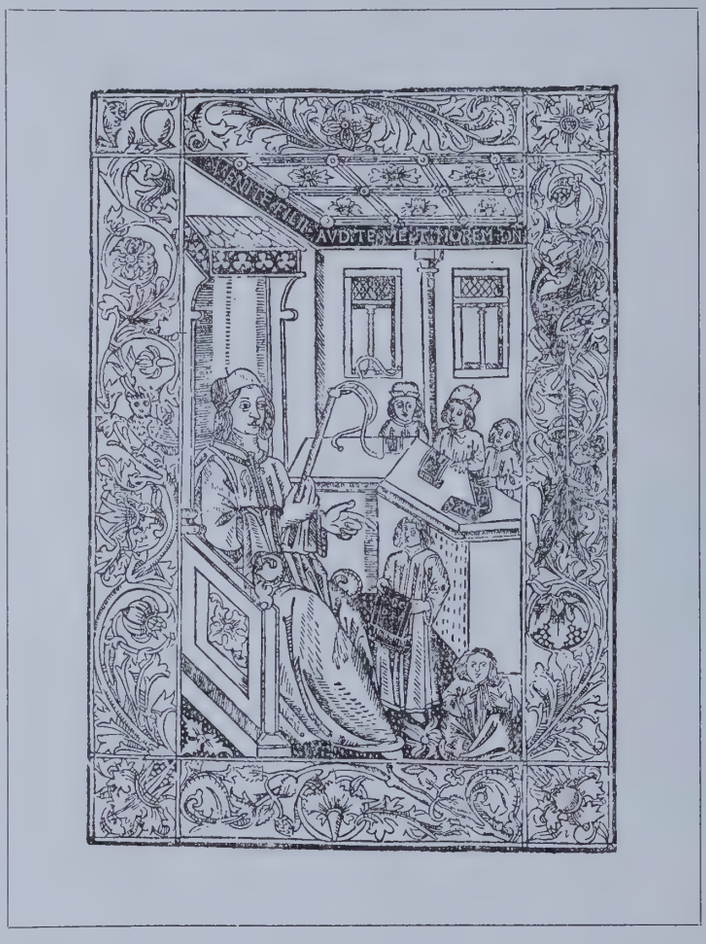
Não nos pareceu destituido de interêsse pela sua quási coincidência transcrever os passos de Herculano e Raczynski. Quanto ao têrmo *manuelino* com que se crismou o estilo de transição e cuja paternidade é justamente atribuida a Varnhagen, julgo curioso trasladar para aqui as palavras em que êste escritor o emprega pela primeira vez num artigo de Fevereiro de 1842, inserto no 6.º volume de *O Panorama:*

«E com efeito as esferas armilares e as cruzes de Cristo são os mais comuns ornatos de tôda essa arquitectura, pertencente sim, em geral, à época anárquica do renascimento, mas constituindo em Portugal um estilo particular, *sui generis,* que ainda se há de caracterizar com o nome talvez de *manuelino* quando por cá se der importância à arquitectura que decerto está mui longe de consistir nas regras materiais de Vignola e seus numerosos comentários seguidos nas escolas.»

No ano seguinte, em 1843, Luís Mousinho, engenheiro de talento, militar intrépido, bom latino, autor das *Geórgicas portuguesas* e restaurador benemérito da Batalha, escrevia a sua célebre «*Memória inédita*» àcêrca daquele monumento, onde dizia:

«Nos edifícios do género muito particular da arquitectura, a que ousarei chamar *emanuelina,* não se observam já as formas gerais ponteagudas nem a tendência decididamente piramidal, que, segundo a judiciosíssima asserção de Murphy, caracteriza essencialmente a arquitectura gótica.»

A designação é, pois, de Varnhagen; e Mousinho, que certamente a conhecia, apenas «ousa» propor uma forma mais latina do neologismo.



A LÍNGUA E O ENSINO MEDIEVAL. — A ESCOLA ESTRANGEIRA. O MESTRE EMPUNHANDO O INSTRUMENTO DO CASTIGO. (Do vol. *Summa artis grammatices* de Cantalycius. Roma, 1494)

Os Municípios. O Povo.

Herculano é considerado pela maior parte dos escritores modernos como o historiador dos municípios portugueses. Parece-nos mais justo dar-lhe o lugar primacial entre os historiadores do povo. Sem negar que os concelhos foram a grande escola política do povo, afigura-se-nos demasiado restrito qualificar o autor da *História de Portugal* apenas sob êste aspecto. O povo viveu, com efeito, agremiado nos concelhos mas esta agremiação não reüniu a população portuguesa nem mesmo na sua maior parte, achando-se o povo distribuido pelos extensíssimos domínios da corôa, pelas terras nobres ou própriamente honras, pelas terras coutadas da igreja, conventos ou catedrais e pelas das ordens de cavalaria.

A classe popular tem próximamente os mesmos caracteres e comporta as mesmas modalidades em tôdas estas condições. O vilão, para usarmos o têrmo genérico, se é que há alguma coisa genérica na Idade Média, que é a época da variedade levada aos últimos extremos, vive nas terras do rei em circunstâncias análogas àquelas em que vive dentro das terras nobres ou privilegiadas. Por isso o grande historiador português se ocupou mais particularmente do viver do povo nas terras do rei com a justificada razão de que a condição da população avulsa não oferecia fora destas terras circunstâncias essencialmente diversas, mas apenas variedades episódicas. E quanto ao homem vivendo em grémios, isto é, nessas repúblicas rudimentares que são os concelhos, dedicou-lhes particularmente um tomo completo, o último dos quatro que compõem a sua obra monumental.

Não é justo esquecer o historiador da nossa população avulsa tal como ela mourejava nos domínios da corôa sob as condições civis mais diversificadas, quando neste trabalho o grande escritor não dispendeu menor esfôrço e paciência, nem menor sagacidade na descriminação e qualificação dos factos que desentranhou de tantos milhares de documentos.

Arrancamos dessa parte da sua obra êste luminoso panorama de «topografia social» para nos servirmos das suas próprias palavras:

«Imaginemos que nos achamos sôbre o viso de uma serra, donde para um e outro lado se descortinam montes, colinas, encostas, cobertas de bosques ou de estevais, vales que verdejam cortados de rios caudalosos ou de pobres arroios, planícies extensas, gandras incultas e bravas, enfim um vasto território, com todos os acidentes de solo mais ou menos montanhoso, como é geralmente o do nosso país. Duas ou três *terras,* ou distritos administrativos, militares e judiciais, dividem essa larga extensão de terreno. Acolá um castelo roqueiro ou talvez apenas fabricado de vigas travadas entre si e que se enlaçam com os panos de barro e pedra, mostrando que a sua fundação remonta acaso ainda do século XI, é como a capital de um dêsses distritos. Em volta dêle ou a certa distância está assentado um grupo de habitações humildes que aí se acumularam e que constituem uma *vila,* denominação genérica tanto de qualquer granja, de qualquer aldeia ou aldeola, como das mais importantes municipalidades, e que corresponde na sua significação vaga ao moderno vocábulo povoação. Em cada um dêstes tractos, que abrangem algumas léguas, e semelhando as orlas de manchas espalhadas sôbre tela de uma só côr, vêem-se as linhas de padrões que descriminam e circunscrevem o couto ou a honra da igreja ou do nobre, da ordem militar ou do mosteiro poderoso, ou que, finalmente, extremam os têrmos de um município antigo ou de novo instituido. Há, porém, lugares onde

se perde o fio dêsses padrões de pedras (patrones, petrones) : é que uma árvore, um côrrego, a corrente de um rio, uma cordilheira marcam os limites dos terrenos immunes, sobretudo dos municípios. Tanto nestes lugares de excepção, como fora dêles, casais, vilares, granjas, terras lavradias, vinhas, soutos de castanheiros, templosinhos rurais e outros vestígios da vida civil nos aparecem recortados nas brenhas selváticas, onde habitam o urso, o javali, o veado, e a caça de tôda a espécie, indício de um país ainda bárbaro e pouco povoado. O que distingue o aspecto do terreno privilegiado é que no centro da houra nobre se erguem acima das cabanas colmadas os paços do senhor, o solar do fidalgo ; no couto eclesiástico surge o mosteiro ou a catedral, que eleva as suas tôrres quadrangulares e maciças sôbre o burgo ou a cidade episcopal ou, ao menos, sôbre uma parte dela quando a povoação é juntamente a cabeça de distrito ; na comenda da ordem militar campeia a bailia ou preceptoria, a mansão dos monges soldados ; no têrmo dos concelhos imperfeitos não-cabeças de distrito e no meio da povoação apinhada dentro das barreiras avultam os paços municipais ou, talvez, só a igreja, em cujo adro o povo se ajunta para deliberar ; enfim, nos municípios perfeitos alteiam-se o castelo e o palatium do alcaide-mor, magistrado e chefe de guerra, que estende um dos braços para o vilão burguês e outro para o rei e une, como um anel de cadeia, estas duas entidades.

A LÍNGUA E O ENSINO MEDIEVAL. — A ESCOLA PORTUGUESA. OS DISCÍPULOS BRINCANDO OU PUGILANDO. (Da *Grammatica* publicada em Lisboa em 1539, e atribuida a João de Barros)

Êste quadro, perfeito nos seus traços gerais, é susceptível de uma pormenorização mais ou menos minuciosa que lhe não altera as linhas mas apenas preenche os vazios de um esquema sumário por sua natureza. Assim, os modos de possuir a terra ou de a fruir vinham a distinguir-se em algumas categorias fundamentais : terras nobres ; terras municipais ; herdamentos na sua tríplice forma de herdades afosseiradas (pela remissão militar que satisfaziam), cavalarias vilãs, e cavalarias colónias ; terras riais ou reguengueiras e as foreiras.

Fora destas categorias havia a classe ínfima dos malados, homens que habitavam casa estranha ou cultivavam o prédio alheio e que compreendiam os homens de criação, os solarengos, jugueiros e mancebos.

É curioso observar que tôda esta nomenclatura revela simultâneamente um complexo de condições civis e militares.

Estão no primeiro caso as expressões herdamento, terras foreiras, colónias e no segundo as herdades afosseiradas, as cavalarias vilãs, as cavalarias colónias e um têrmo que vem já da época leonesa e exprime pura e simplesmente uma idea de apropriação — a presúria.

A Reconquista imprimiu de facto traços indeléveis no modo de ser das formas de uma restituição — outra coisa não é a Reconquista — que se fez palmo a palmo e no solo português devia terminar pela anexação do Algarve no meado de século XIII. O país surge-nos como uma sociedade simultâneamente rural e militar que vai ocupando o torrão e consolidando a posse, pensamento êste que ressalta claramente sob os dois aspectos fundamentais que assume a primitiva sociedade portuguesa : o da sua admirável legislação agrária e o da sua não menos perfeita organização militar.

Outras sociedades, umas mais antigas, outras mais modernas, teem oferecido um espectáculo semelhante mas não mais notável nem mais característico. Estas circunstâncias iniciais que presidiram à impulsão do génio português tinham de repercutir-se, como na mecânica, na forma geral que havia de assumir a curva da civilização portuguesa e das suas mais antigas instituições.

Já se tem acentuado por mais de uma vez quanto a luta secular da Reconquista influiu de modo decisivo na civilização dos estados peninsulares, cristãos que dela nasceram, e foram naturalmente filhos da Cruzada.

O antagonismo específico entre muçulmanos e cristãos devia produzir aqui efeitos de coesão muito diversos dos que presenceamos noutros países, como por exemplo em França. A unidade franca realizada por Clodoveu foi obra de quatro batalhas e pouco mais. O chefe merovingio abatendo os alamanos em Tolbiac, os burgundos em Dijon, os visigodos em Vouillé e os galo-romanos em Soissons realizou a unidade nacional nos seus traços principais.

Tratava-se de amálgama de povos por muitos títulos congéneres, de modo que as guerras de Clodoveu tinham, até certo ponto, o carácter de lutas civis.

Connosco, porém, o facto foi muito diverso. Nós constituimo-nos por uma desintegração leonesa e uma expansão de todos os momentos sôbre um território ocupado por um povo de índole diametralmente oposta.

Com o muçulmano nada havia de comum ; o antagonismo era irredutível. Não se tratava de um trabalho de amalgamação de elementos étnicos diferentes, mas o carácter da luta e a sua inflexível pertinácia determinaram uma coesão moral e política que no pensar dos

nossos maiores historiadores tinha de imprimir um cunho particular às nossas instituições.

A Reconquista não operou a fusão de todos os elementos cristãos da Península, mas êstes elementos, embora actuassem de modo autónomo, adquiriram no embate uma consistência formidável, e as necessidades da acção contra o inimigo tinham de operar uma concentração das fôrças políticas em volta dos soberanos dos estados cristãos que então se constituiram.

Pela fôrça das coisas êstes estados deviam ter uma estrutura fundamentalmente monárquica. Foi êste um dos grandes motivos, certamente, porque o Feudalismo, que teve o seu berço em França e na sua irradiação tinha de transpor necessàriamente os Pirineus, não pôde aqui adaptar-se, gerando no seu contacto com o ambiente político peninsular formas frustes ou truncadas ou incoerentes que poderiam alterar a superfície mas não a estrutura íntima do nosso temperamento político.

Sem entrar numa análise que a natureza desta obra não comportaria, fixemos, contudo, as conclusões gerais a que chegaram os nossos maiores historiadores.

Neste ponto, como em tantos outros, foi Herculano quem estabeleceu as bases da discussão. Porque discussão houve e, como se diz em linguagem parlamentar, o debate não pode dar-se por encerrado. Antes do autor da *História de Portugal* pode talvez dizer-se que o problema nem sequer estava posto. A maioria dos nossos escritores deixara-se iludir pelas palavras, por uma tendência a que poderemos chamar de nominalismo histórico.

A PRIMEIRA GRAMÁTICA PUBLICADA NA LÍNGUA PORTUGUESA. — Rosto e última página. Impressa por Germam Galharde em 1536. O seu autor foi o padre Fernão de Oliveira. É livro de grande raridade e valor. O unico exemplar que se conhece existe na Bibliotcca Nacional de Lisboa, onde foi comprado em 1867 no leilão da livraria de Sir Gubiau, por 70$00. Em 1871, no Porto, os srs. Visconde de Azevedo e Tito de Noronha publicaram, por aquele exemplar, uma 2.ª edição que é também muito rara. Fernão de Oliveira diz no capitulo I.º: *«e como escrevi sem ter outro exemplo antes...»*

Shaeffer pretendeu vêr no «prestamo» uma coisa equivalente ao «feudo» e em volta dêste equívoco verbal construiu uma teoria que não pôde resistir ao primeiro abalo sério.

Êste problema do feudalismo português foi um dos que preocuparam Herculano tôda a sua vida. Dêle se ocupou, ao de leve, nas suas «Cartas sôbre a História de Portugal» ; logo a seguir nos «Apontamentos para a história dos bens da corôa e dos forais» ; apenas três ou quatro anos depois retoma o problema na sua «História de Portugal» ao ocupar-se de Afonso II ; e, finalmente, ainda uma vez a retomava quási nas vésperas da sua morte, deixando-nos incompleta a bela monografia que se insere num dos volumes dos «Opúsculos». No que tem de mais essencial, a tese de Herculano, como ela ressalta do conjunto dos trabalhos em que a versou, vamos condensá-la pela consideração de que um tal assunto não pode ser estranho ao leitor de uma história da Literatura Portuguesa. Já ficou dito que a Reconquista tinha de imprimir um carácter estruturalmente monárquico às nossas instituições políticas, e devemos acrescentar que tal era também a índole do «Código Visigótico», que foi a expressão mais completa do que poderíamos chamar o direito público peninsular até à legislação de Afonso o Sábio, que por seu turno nada tinha de feudal.

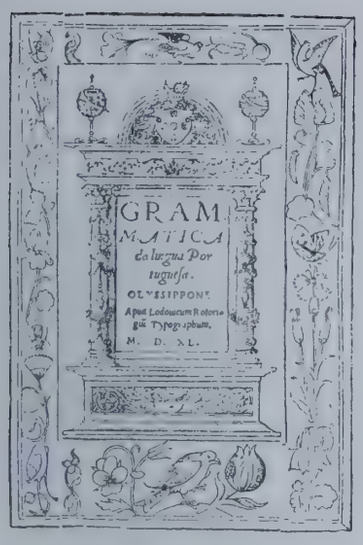
O Rei e o Estado. A nobreza.

A autoridade rial, sempre forte entre nós, cresceu quási ininterruptamente até à constituição do absolutismo. As investidas da nobreza contra esta autoridade tiveram sempre o carácter de rebelião e não de reivindicação. O rei não reconheceu nunca qualquer carácter jurídico a tais demonstrações ; com um ou outro imperante menos forte puderam as sobrelevações da nobreza adquirir uma gravidade maior mas isso não lhes modificou a natureza de actos revolucionários. A realeza surge-nos sempre escudada em princípios de que não abdica um só momento.

Esta afirmação de princípios reveste logo a máxima nitidez com Afonso II que forja, contra as veleidades da aristocracia, as duas grandes armas legais das Inquirições e das Confirmações.

O rei era o símbolo e a consubstanciação efectiva do Estado. As fôrças que contra êle se levantavam alvejando-o, minavam o próprio Estado que se ia organizando. Tudo levou o rei a multiplicar e robustecer as instituições municipais. Elas eram o germen do Estado futuro e o montante legal da monarquia nascente. A monarquia entre nós tinha de ser popular ou municipalista. O que a levava para êste caminho? Um plano? Não: O instinto da própria conservação. Êste instinto levou-a à aliança com o povo por considerações políticas, fiscais e militares. As primeiras são óbvias pelo que deixamos dito ; as segundas transparecem da necessidade da criação de receitas que no regime da monarquia nascente estavam principalmente nos tributos de foral e conseqüentemente na generalização dos forais ; as terceiras nasciam da necessidade de uma organização militar forte e pouco onerosa, isto é, da constituição das milícias concelhias.

Com efeito as fôrças da nobreza eram um ónus muito pesado porque os ricos-homens e os prestameiros, embora



REGRAS
QVE ENSINAM
A MANEIRA DE ESCRE-
VER E ORTHOGRAPHIA DA
lingua Portugueſa, com hum Dialo
go que a diante ſe ſegue em de-
fenſam da meſma
lingua.

AVTOR
PERO DE MAGALHÃES
DE GANDAVO.

EM LISBOA
Nà officina de Antonio Gonſalues.
Anno de 1574.

ORTHOGRAPHIA
DA LINGOA
PORTVGVESA.

Obra util, & neceſſaria, aſsi pera bem ſcreuer a lingoa Heſpanhol, como a Latina, & quaeſquer outras, que da Latina teem origem.

¶Item hum tractado dos pontos das clauſulas.

Pelo Licenciado Duarte Nunez do Lião.

EM LISBOA,
Per Iohão de Barreira impreſſor delRei N. S.
M.D.LXXVI.

ORIGEM
DA LINGOA
PORTVGVESA.

PER DVARTE NVNEZ DE
LIÃO, DESEMBARGADOR DA
CASA DA SVPPLICAÇÃO, NATV-
RAL DA INCLYTA CIDADE DE EVÓ-
RA: Dirigida a el Rei Dom Phi
lippe o II. de Portugal noſ-
ſo Senhor.

EM LISBOA:
Impreſſo por Pedro Crasbeeck.
ANNO ~MDCVI.

A LÍNGUA. — Gramáticas e obras sôbre ortografia do século XVI. — A gramática de João de Barros de que existe um exemplar na Bibl. da Ajuda. A 1.ª edição das *Regras* e os dois livros sôbre a Língua, por Duarte Nunes de Leão

por modo diverso, eram funcionários riais de atribuições complexas e indiferenciadas como sucedia com tôdas as funções públicas daquela época, conquanto as atribuições militares primassem sôbre as outras.

E aqui está uma característica das nossas instituições públicas que não só as priva do carácter feudal mas lhes confere uma côr nitidamente anti-feudal.

Os ricos-homens e os prestameiros, uns em maravedis outros em rendas que cobravam, eram o contrário dos senhores feudais franceses.

O feudalismo em França representava um estado de equilíbrio entre a fôrça centripeta que era o rei e a fôrça centrífuga que era a aristocracia. Era um modus vivendi legal que durou bons três séculos e em que os senhores feudais pela vassalagem deviam ào seu suzerano serviços e ajudas, entre os quais figurava em primeira linha o serviço militar.

Êstes serviços militares eram contrapesados pela hereditariedade dos benefícios, e dos ofícios, que fizeram do feudalismo francês uma quási poliarquia organizada e legal. Entre nós, à semelhança de Leão e Castela, que é necessário não perder de vista, pois foram os nossos naturais ascendentes políticos, houve doações perpétuas e houve doações temporárias ou vitalícias.

Mas as primeiras eram incondicionais e conseqüentemente livres de qualquer obrigação militar; e as segundas eram uma forma de retribuição de cargos públicos, cargos que em Portugal nunca foram hereditários mas amovíveis.

Estavam neste caso os administradores das «terras», as mais altas circunscrições em que o país se achava dividido e a cuja frente se achava o tenens, o rico-homem, de atribuições múltiplas em que sobressaíam naturalmente as de carácter militar; logo abaixo o prestameiro, outro funcionário amovível que das rendas do seu préstamo auferia os recursos para organizar o contingente militar que lhe competia e depois ainda o alcaide, que representava o rei junto dos concelhos e comandava a milícia do município.

Os nobres que se achavam fora dêste quadro administrativo recebiam a carta de contia ao nascer, eram funcionários estipendiados e quando tinham a seu cargo um

REGRAS
QVE ENSINAM
A MANEIRA DE SCREVER A
ORTHOGRAPHIA DA LINGVA
Portugueſa, com hum Dialogo que adiante ſe
ſegue em defenſão da meſma lingua.

AVTOR
PERO DE MAGA-
lhães de Gandauo.

IMPRESSAS COM LICEN-
ça em Lisboa em caſa de Alexandre
de Siqueyra. Anno de 1592.
Vendemſe em caſa de Iohão dOcanha liureiro.

EXEMPLARES
DE DIVERSAS SORTES DE LETRAS,
TIRADOS DA POLYGRAPHIA DE MANVEL BARATTA
ESCRIPTOR PORTVGVES, ACRECENTADOS PELLO MESMO
AVTOR, PERA COMVM PROVEITO DE TODOS

Dirigidos ao Excellentiſsimo Dom Theodoſio Duque de Bragança, & de Barcellos, &c Condeſtable dos Reynos de Portugal.

Acoſtados a elles hum tratado de Ariſmetica, & outro de Ortographia Portugueſa.

¶ Impreſſos em Lisboa, por Antonio Aluarez: A cuſta de Iohão de Ocanha liureyro de Sua Excellencia, onde ſe vendem.

*** *Com licença do Sancto Officio Anno de 1590.* ***

A LÍNGUA. — Outra edição da Ortografia de Gandavo e a Caligrafia de Manuel Barata. (Século XVI)

PORTA LATERAL DA SÉ DE BRAGA. (De *A Arte e a Natureza em Portugal*). — *Cliché* E. Biel

contingente ou mesnada cobravam da corôa uma contia global para manter aquele contingente.

Porque, cumpre não esquecer, só as milícias concelhias serviam de graça ou, mais precisamente, serviam à própria custa e a contia para os homens dos concelhos era o mínimo rendimento taxado que os obrigava a servir como cavaleiros na guerra. Só os concelhos fronteiriços eram retribuídos. A contia dos nobres, isto é, os acontiados constituiam uma tradição castelhana e leonesa, que nós herdámos. Esta organização militar não tinha, pois, nada de feudal; era peninsular e era monárquica, como monárquica era a lei visigótica, como eram monárquicas as «Sete Partidas» e o «Speculum» de Afonso o Sábio, que dominaram durante tôda a Idade Média o nosso modo de ser jurídico. Mas se o rei foi o chefe do exército, foi também o Justiça-mor, não só porque os seus representantes judiciais se hierarquizavam de alto a baixo, em tôda a extensão do país, mas também pela criação dos juizes de fora ou juizes letrados, pelo desenvolvimento das justiças apelatórias e da correição que não sofreram quási a menor quebra até à afirmação suprema das côrtes de Évora de 1482.

Sem esgotar a enumeração dos atributos magestáticos veja-se o que se passava com a moeda.

O rei encarnava a justiça, a fôrça pública, a lei, como tinha o exclusivo da emissão e cunhagem dos valores legais. Havia a moeda do rei e não havia outra. O mesmo se dava nas outras monarquias peninsulares e as excepções que pretenderam alegar provou-se resultarem duma falsa interpretação de documentos.

Transponhamos, porém, os Pirineus. O espectáculo é completamente outro. Emitiram moeda os duques da Normândia, de França, da Gasconha; o arcebispo de Reims, os bispos de Laon e de Beauvais; os condes de Tolosa, de Anjou e de Maine; os viscondes de Narbona e de Chateaudun; a baronia de Pécquigny; as senhorias de Montpellier e de Gien; as abadias de S. Martinho de Tours e de Cluny; o priorado de Souvigny.

São apenas exemplos. Qualquer poderá ver a lista completa em Barthélémy ou no primeiro manual de numismática francesa que lhe venha à mão. E todos êstes senhores transpirenaicos tinham as suas côrtes, algumas brilhantes, como as tinha a poliarquia italiana do Renascimento.

Ora nada disto se via entre nós. Côrte havia uma que no seu nomadismo se multiplicava, estanciando em Évora, Santarém, Coimbra e Tomar. Na esfera económica operou-se a mesma concentração. As feiras criadas em todo o país pela vontade do rei e multiplicadas desde o século XIII, eram o indicador de um activo intercâmbio

TÚMULO DE D. AFONSO SANCHES, filho natural de El-Rei D. Denis, e seu predilecto. Morto em 1329 foi êle o fundador do Mosteiro de Santa Clara, em Vila do Conde, onde repousa

interno. Mas os nossos destinos impeliram-nos depois para o mar, em busca de mundos novos, e então Portugal realiza a grande feira do mundo e essa feira é Lisboa. A própria vida municipal se ressentiu desta tendência.

A proliferação dos concelhos foi, sobretudo, obra do rei. A vida local intensificou-se, a emancipação dos homens de trabalho prosseguiu vigorosamente, a educação política das classes populares iniciou-se.

Mas o rei lá estava não só como fecho da abóbada do Estado mas como elemento de intervenção permanente nas coisas mínimas como nas coisas máximas. Os capítulos especiais apresentados nas côrtes à consideração do soberano ministram-nos todos os elementos para seguir dia a dia as peripécias de uma intromissão minuciosa que nem sempre nos oferecem êsses exemplos da iniciativa concelhia que tantos publicistas teem preconizado como uma idade de oiro da nossa história. Êste facto transparece, com evidência manifesta, na história das nossas corporações de artes e ofícios. Foi ainda por uma atonia das iniciativas da população fabril que as corporações nunca deram no nosso país os resultados brilhantes e fecundos das suas congéneres flamengas, do Nordeste francês, da Espanha, da Itália. A primeira forma que estas agremiações assumiram entre nós foi o arruamento.

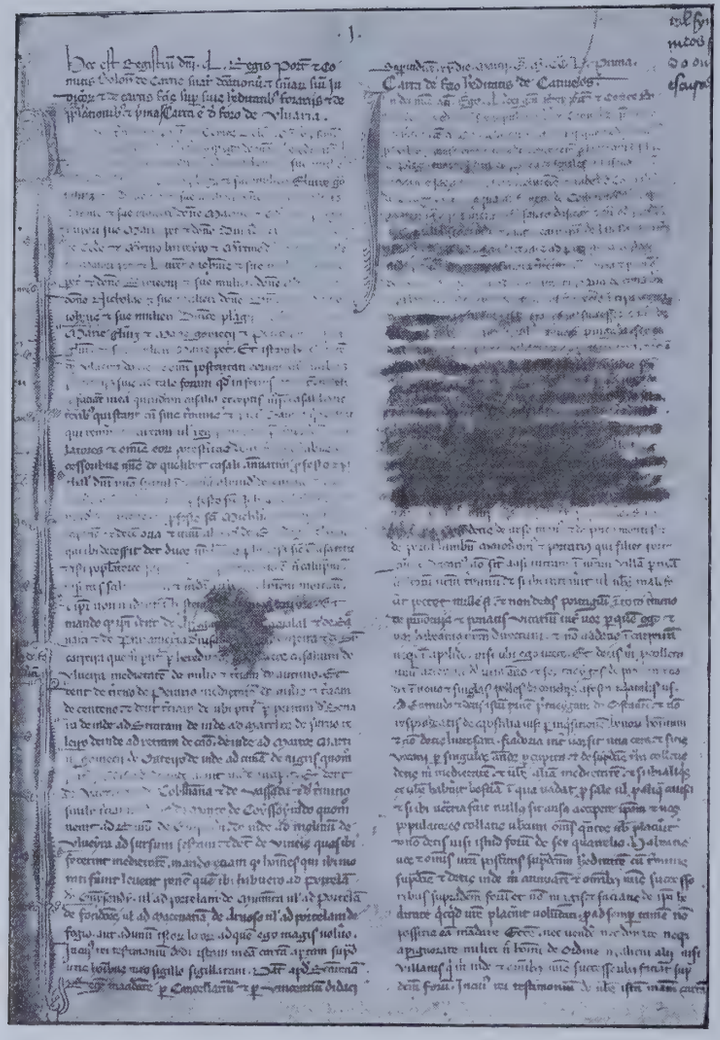
A Sé de Lisboa, antes das obras realizadas e do remate da tôrre da esquerda que tem actualmente

A Sé da Guarda. — Sé fortaleza aparece-nos como o exemplo da época medieval em que a espada e a cruz se uniam para a conquista

O mestre de Aviz, propulsionado por necessidades políticas que não é preciso relembrar, criou em Lisboa a Casa dos Vinte e Quatro, «e foy logo ordenado na Cidade que vinte e quatro homês, dous de cada mester, que tivessem carrego de estar na Camara pera toda a cousa que se houvesse de ordenar por bõ regimêto & serviço do Mestre fosse cõ seu accordo d'elles».

Tais são as palavras de Fernão Lopes na «Crónica de D. João I», nessa mesma Crónica que, para Herculano, é o grande espelho da vida medieval portuguesa, no seu borbulhar, no seu movimento, na sua côr, no seu drama e até na sua poesia.

O povo adquire na obra do cronista o lugar de personagem preponderante, saíndo da subalternidade de comparsa em que até aí se tinha arrastado. E neste povo o cronista torna bem patentes as duas camadas que o compõem: os homens bons, a burguesia, de um lado; a arraia miúda, os mesteirais, os homens de ofício ou mecânicos, do outro. Êstes dois grupos não se entendiam lá muito bem; mas o mestre de Aviz precisava de todos na luta contra Castela e a criação da Casa dos Vinte e Quatro foi não só um meio de honrar os ofícios mas de os organizar e utilizar como fôrça social e política.



OS VÉLHOS CÓDICES. — Primeira página do Livro I da Chancelaria de D. Afonso III. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

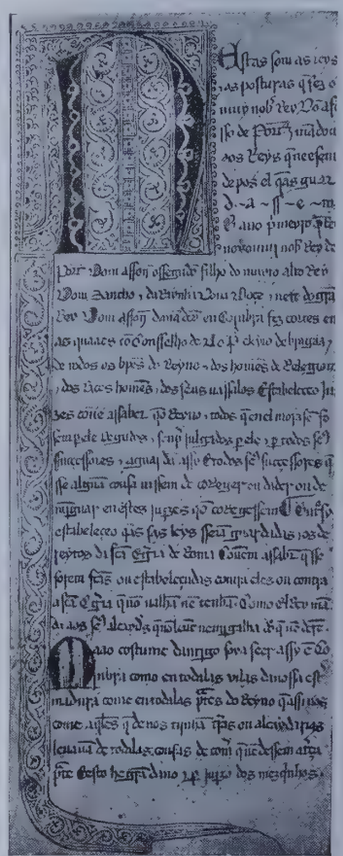
As corporações. Indústrias.

As corporações eram anteriores à criação da Casa dos Vinte e Quatro? Crê-se geralmente que sim; mas um notável professor e jurisconsulto julga que a criação daquela Casa foi mais a causa do que o efeito de uma agremiação regular dos ofícios.

A intervenção dêste no govêrno municipal é que já vinha de longe, embora só a criação da Casa dos Vinte e Quatro desse a esta intervenção uma forma por assim dizer automática por intermédio do juiz do povo e dos dois procuradores que a representavam junto do govêrno municipal. Parece também que os vinte e quatro procuradores que compunham o Senado dos ofícios não correspondiam aos doze ofícios de que nos fala Fernão Lopes. Havia ofícios embandeirados em que reüniam as profissões conexas, e ofícios não embandeirados: aqueles em número de onze que davam dezassete procuradores à Casa (uns davam dois procuradores, outros um) e sete procuradores de ofícios não embandeirados.

A título de curiosidade e porque algumas destas minúcias são geralmente menos conhecidas do que se supõe, transcrevemos êste passo do Curso de Direito Industrial do eminente e malogrado professor Roberto Alves:

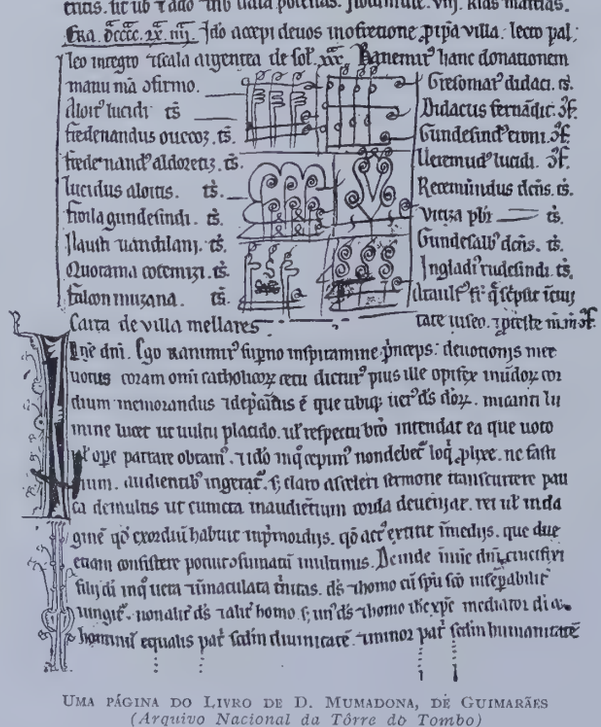
«Cada corporação pelo seu encabeçamento numa confraria fazia parte de uma bandeira, qu tinha o seu patrono: dos funileiros S. Feliz de Valois; dos espingardeiros a Senhora da Vitória; dos serralheiros, anzoleiros e ferreiros a Senhora da Silva, cuja capela ainda sob essa invocação existe, creio, na rua dos Caldeireiros, no Porto; dos barbeiros, fundidores, douradores, etc., S. Jorge, que disputara também o patronato dos espingardeiros à Senhora da Vitória; S. Miguel era patrono de canteiros, luveiros, albardeiros e pentieiros; S. Elói dos ourives; Santa Cecília dos músicos; S. Crispim velava pelos sapateiros e curtidores; Santa Catarina pelos livreiros; Santa Justa e Rufina pelos oleiros e sombreireiros; S. José pelos pedreiros, carpinteiros e violeiros; S. Gonçalo pelos vidraceiros, tintureiros, esteireiros e tecelões.



Livro das Leis e posturas. — Uma parte da primeira página. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

Nossa Senhora tinha extensa clientela: a da Oliveira era padroeira dos confeiteiros, picheleiros e segeiros; a das Candeias dos alfaiates, bainheiros, carapuceiros e algibebes; a da Encarnação dos ensambladores, entalhadores e coronheiros; a da Conceição dos correeiros e seleiros; a das Mercês dos pasteleiros, torneiros e certos latoeiros.»

Sem entrarmos em pormenores sôbre a organização interna dos mesteres nem sôbre a acção que as corporações exerceram no nosso movimento industrial, queremos apenas acentuar que a iniciativa das corporações foi fraca, a tutela do Estado quási sempre absorvente e atrofiadora e que as corporações acabaram



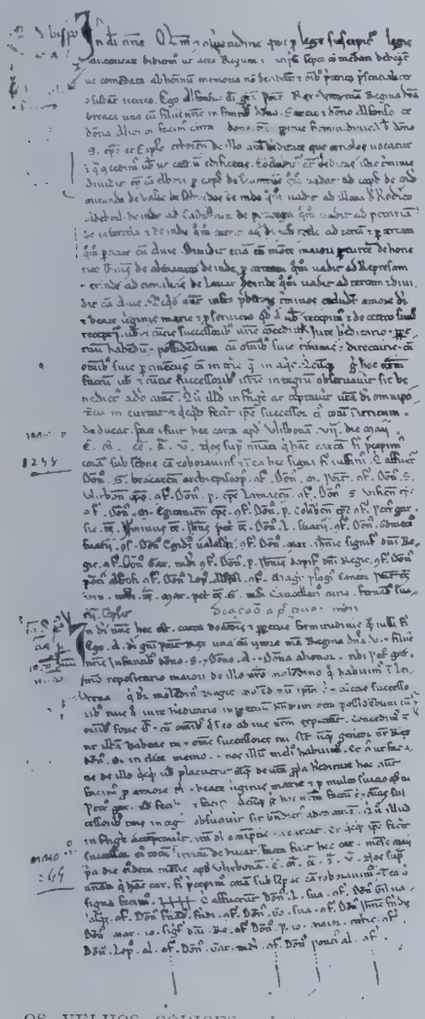
Uma página do Livro de D. Mumadona, de Guimarães *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

por circunscrever a sua acção limitando-se ao culto dos seus patronos até que os alvarás pombalinos prepararam a sua ruína e o advento da liberdade de trabalho.

Sem pretendermos afirmar a irredutibilidade da nossa incapacidade industrial, somos contudo levados mais uma vez a concluir que a nossa vocação mais fàcilmente se encontrará no domínio da actividade agrícola e mercantil. Temos sido principalmente um povo de lavradores — e na Idade Média fomo-lo quási exclusivamente — e um povo de mercadores.

As indústrias que entre nós atingiram algum desenvolvimento devem-no a circunstâncias naturais ou históricas muito peculiares. Bastará citar a olaria, as indústrias extractivas, as metálicas, a da construção naval e mais particularmente as que se relacionam com as necessidades da guerra, o fabrico do linho e a ourivesaria em que fomos eminentes e em que sempre ocupámos um grande lugar.

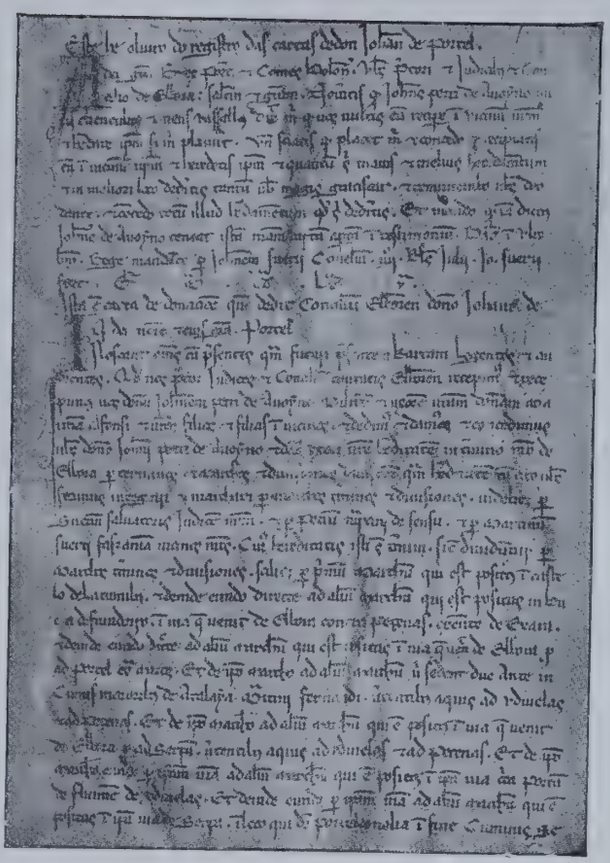
Os nossos destinos históricos fize-



OS VELHOS CÓDICES. — LIVRO VELHO DE FORAIS. — Parte de uma página. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

ram de Portugal um crivo por onde passaram os metais preciosos de uma grande parte do mundo e onde uma outra parte sofreu uma elaboração artística que floresceu em verdadeiras obras primas, principalmente da arte religiosa, como o demonstrou a maravilhosa exposição de Arte Ornamental que há mais de 40 anos se realizou em Lisboa, e congregou as atenções do mundo culto.

Quanto às corporações dissemos já reeditando o conceito do autor que seguimos neste ponto que elas se reduziram a pouco mais que simples confrarias religiosas.

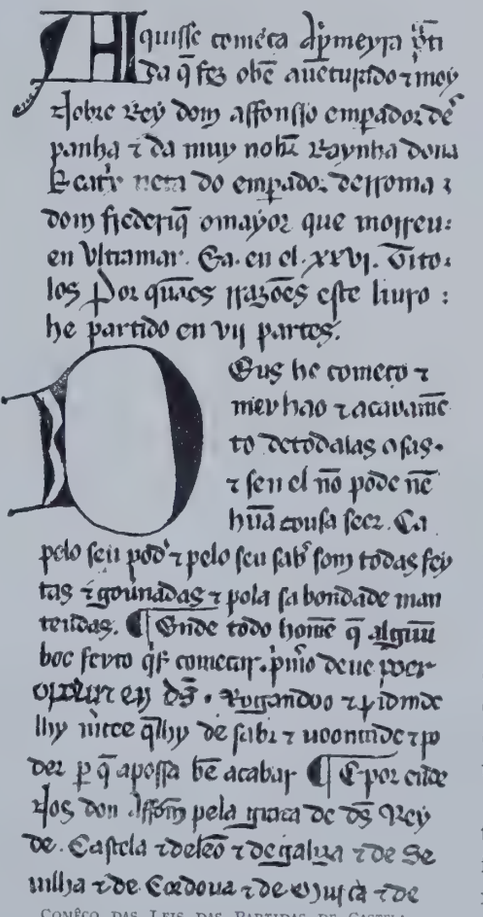


PRIMEIRA PÁGINA DO LIVRO DOS BENS DE D. JOÃO DE PORTEL. Cartulário do século XIII. *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

O sentimento religioso.

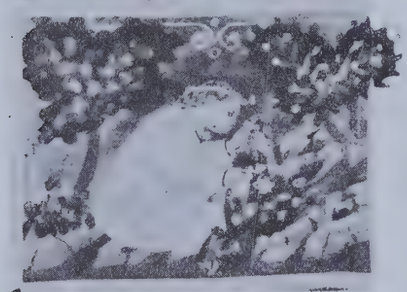
Não está feita a história das manifestações externas do sentimento religioso do povo português. Essa história foi apenas esboçada num sugestivo programa pelo dr. Sousa Viterbo que no seu trabalho colossal de exumador do passado não podia esquecer êste aspecto da vida portuguesa, êle, que foi um dos fundadores da nossa história artística, quer das artes plásticas quer da música, da nossa história industrial, da história dos costumes e que tão variadas e numerosas contribuições veiu trazer para a nossa história literária e da nossa história náutica.

A Idade Média é uma época de paixão religiosa e de profunda afeição por tôdas as exteriorizações cultuais. E poucos espectáculos nos oferece tão sugestivos na sua estranha contextura como o da procissão de «Corpus Cristi» que era ao mesmo tempo um cortejo religioso, uma revista dos ofícios, uma demonstração irreverente da plástica e da imaginação popular, um transbordamento quási saturnalesco das energias mais rudes da multidão. Adquiriu foros de clássica a forte e colorida descrição que nos deixou Herculano no Monge de Cister, calcada sôbre o frio depoimento do



COMÊÇO DAS LEIS DAS PARTIDAS DE CASTELA *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

UNIVERSITY OF ILLINOIS
LIBRARY



A VIDA MEDIEVAL. — ILUMINURAS DO CALENDÁRIO DO MISSAL ANTIGO DE LORVÃO. (Século XV). Cada miniatura representa um mês. Janeiro parece simbolizar a festa dos Reis. Dois comensais embrulhados em roupa forte evocam o frio da estação. Sôbre a mesa um pichel. Ao pé uma fogueira a que se aquecem. Fevereiro representa a pesca. Num batel, dois pescadores. Um rema, o outro colhe as rêdes. Março evoca a Música. Uma dona toca e as roupagens são brancas e leves. Abril é uma paisagem florida «em que um indivíduo coroado de flores as colhe para fazer uma capela». Maio é a simbolização da caça. Um cavaleiro com a sua bôlsa de caça e um falcão no braço despede-se da sua dona. Junho representa a ceifa de uma ceara.

No bárbaro, na rusticidade da sua figuração estas pequenas composições teem um encanto singular. São apenas estas doze miniaturas, de um esquecido artista, que encerram todo o interêsse dêste velho códice-missal esquecido e desenhado se elas não fôssem. O artista simbolizou os meses. Alguns o fizeram antes e ainda hoje almanaques de nome, pela mão de artistas da especialidade repetem o mesmo do velho iluminador medieval, por vezes com menos arte, embora com mais técnica e aparência.

Êste inventariar de miniaturas é a vida do tempo, com as suas ingenuidades e com o seu modo de ser. A côres, miniaturas que são quadrinhos encantadores a que o tempo não desbotou o tom, nem roubou o viço, esta série é um magnífico documento que vale a pena citar e revelar ao público.

«Livro dos pregos da Câmara Municipal de Lisboa».

Êste formidável espectáculo pode reconstituir-se através dos vários Regimentos em que se esmiuça a ordem por que devem enfileirar-se os ofícios na famosa procissão, restando-nos entre outros os do Porto e Coimbra e sendo provável que os possuíssem as câmaras das terras portuguesas em que houve Casas dos Vinte e Quatro (Tavira, Alcácer, Tomar e Setúbal).

Da procissão do Corpus em Coimbra, já no primeiro quartel do século XVI e, cronológicamente, fora do quadro que nos propusemos esboçar, podemos ter conhecimento pelo regimento que o Dr. Gama Barros data, aproximadamente de 1517, e que encerra particularidades que nos abstemos, por brevidade, de referir.

É difícil encontrar na nossa Idade Média demonstrações da vida colectiva que se não entrelacem estreitamente com o sentimento religioso ou, pelo menos, com as práticas religiosas.

Essas demonstrações tinham as incontestáveis rudezas do tempo, rudezas que resistiram tenazmente à acção erosiva da disciplina eclesiástica e que uma prevenção injusta faz muitas vezes redundar em desprestígio da Igreja.

Não falta quem tenha procurado explicá-las por supostas sobrevivências pagãs que, à fôrça de quererem interpretar tudo, acabam por ser um lugar comum que já não ilude tôda a gente.

As explosões e impulsões dos nossos instintos inferiores não teem determinadamente um rótulo pagão; são manifestações profundas e incoercíveis da ntureza humana, que os agentes civilizadores acumulados durante alguns milhares de anos estão muito longe de ter eliminado.

Pelo que toca à Igreja nada pode ser mais insuspeito do que o juizo formulado quanto à sua acção civilizadora, considerada em conjunto, pelo eminente autor da «História da Administração Pública em Portugal», cujas tendências anti-clericais eram evidentes.

As igrejas eram, pois, na nossa idade média focos naturais de concentração da vida social.

As igrejas e seus adros eram pontos de reünião da vida civil, quer se tratasse de audiências civis e criminais, de assembleas políticas, de inquirições de testemunhas, feiras, mercados e outros actos; quer de ágapes, danças, cantos, jogos e representações que se celebravam, tomando como pretexto as festas religiosas.

As Constituïções do bispado da Guarda de 1500, devidas ao bispo D. Pedro, esclarecem-nos sôbre aberrações a que o povo era muitas vezes levado.

Mas é melhor transcrevermos o que a respeito dum costume abominável de alguns lugares daquele bispado se acentua numa daquelas constituições:

«Os fregueses e moradores dêles, nalgumas festas do ano, assim como em dia de Santo Estévão, ordenam e fazem imperadores, reis, raínhas, e vão-se com êles às igrejas levando consigo jograis, que mandam pôr e põem no púlpito, donde dizem muitas deshonestidades e abominações, sem embargo de então se celebrar missa e se fazerem os ofícios divinos.»

Noutra constituïção diz Gama Barros:

«Vemos que, além disso, comiam e bebiam nas igrejas, pondo aí mêsas, e aí cantavam e bailavam a pretexto de vigílias de Santos, ou em dia de alguma festa; e que os próprios reito-

res conservavam nas igrejas, por mais de um dia, trigo, cevada, centeio, vinho, azeitonas, ervanços, cebolas, alhos e outras coisas semelhantes.»

Não havendo teatros para o povo forçoso é que até certo ponto sejamos indulgentes com uma população que trabalhava de sol a sol e tinha algum direito a procurar compensações a uma vida de tão aturado esfôrço.

Entre as festividades que em Portugal atingiram uma grande popularidade não devemos esquecer as festas ao S. João, tão curiosas, na diversidade dos seus aspectos, desde as estranhas cavalhadas de Óbidos, verdadeiros simulacros de combate, até ao S. João bracarense, tão variado, tão heterogéneo nos seus aspectos ; o São Paio da Torreira com os seus vislumbres de festa Báquica ; os círios do sul do País ; os romarias, as peregrinações aos santuários, os arraiais. Justo é dar um lugar à parte às «festas do mar» ainda hoje numa das praias mais típicas do País, o Furadouro, onde a grande festa anual é conhecida por aquela designação. O litoral português está polvilhado de praias em que os pescadores, que em regra são gente devota, celebram as suas festas tão pitorescas e expressivas.

A pesca, a marinha, as navegações

A pesca é uma das mais vigorosas manifestações da nossa vida económica. No meado do século XIV celebramos o primeiro convénio com a Inglaterra e por êsse convénio os nossos pescadores foram autorizados a pescar nas águas inglesas. Assim a pesca longínqua, foi até certo ponto a primeira escola de navegação que tivemos. Quando um dia a história da pesca do bacalhau estiver mais amplamente documentada, é possível que se elucide a nossa obra de descobridores no continente norte-americano.

A organização corporativa dos pescadores tem caracteres que a distinguem das corporações de ofícios, porque as «companhas» não eram meras associações profissionais, mas verdadeiras sociedades de exploração que atingiram por vezes uma prosperidade não vulgar.

O desenvolvimento da nossa marinha mercante e de guerra acompanhou a reconquista gradual, sôbre os moiros, do litoral português e constituiu um objectivo permanente da nação, a contar logo dos primeiros reinados.

O primeiro esbôço duma marinha regular, deve-se ao Bispo Gelmires, espécie de semi-rei na sua diocese e que para aquele fim contratou técnicos genoveses. Dois séculos depois o nosso rei D. Denis recorria ainda aos genoveses para iniciar a obra que devia completar as Bolsas de Lisboa e Porto e a admirável legislação fernandina que no fomento agrário e naval era a continuação da obra do Rei-Trovador.

As duas vocações nacionais, a rural e a marítima, desenhavam-se já nítidamente mas ainda irmanadas, no pensamento daqueles dois monarcas. Pena foi que a segunda acabasse por prevalecer como uma fascinação e não prosseguissem as suas órbitas paralelamente.

As velhas Ordenações não são apenas codificações sêcas e sem vida : são reflectores da vida nacional, registos de aspirações colectivas, esboços de crónicas, resenhas coloridas.

A VIDA MEDIEVAL.—ILUMINURAS DO CALENDÁRIO DO MISSAL ANTIGO DE LORVÃO. (Século XV). (Continuação).—Julho representa a scena da debulha antiga dos mangoais. É a scena, a pesar do tempo em que foi executada tem movimento e vida. Agosto prepara os tonéis, evocando a aproximação das vindimas. São os preparos para a incuba que Setembro mostra já em plena laboração. Outubro, tarefa já a terminar, é o despejar do mosto. Novembro mostra a engorda do porco. Dois campezinos um vareja e o outro colhe, rodeados por uma vara de suinos. Dezembro é finalmente a tradicional scena portuguesa da matança do porco.

Códice curiosíssimo e maravilhosamente conservado foi recolhido do mosteiro de que herdou o nome pelo director do Arquivo da Tôrre do Tombo, José Manuel da Costa Basto.

É um pergaminho, não paginado, regrado horisontalmente e escrito em duas colunas a letra gótica. O calendário é no princípio e as iniciais do princípio de cada capítulo representam santos, a ouro e côres. Dizem Pedro A. de Azevedo e António Baião, no seu excelente livro *O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organisação.* (Lisboa, 1905) «pelas scenas agricolas, assim representadas, podemos conjecturar que este codice fosse iluminado no nosso paiz, mas mais nenhum indicio temos disso». Quanto a nós não nos restam dúvidas de que estas miniaturas são obra de um desconhecido artista português.

Nas Ordenações afonsinas lá surge o mar com o seu feitiço:

«Maravilhosas cousas som os feitos do mar, e assinadamente aquelles, que fazem os homels em maneira d'andar sobre e per mestria e arte, assy como nas naos, e gallees, e em todolos outros navios mais pequenos.»

A sorte estava lançada já desde o reinado de Afonso IV que é o dos primeiros vôos, as duas expedições às Canárias.

No Interregno o Porto intervem com uma grande esquadra que vem defender Lisboa e os interêsses do Mestre de Aviz, que eram os da Nação.

Para a expedição a Ceuta o concurso da capital do norte foi poderoso. Depois veio o Infante. E nós, discípulos dos nautas e cartógrafos do Mediterrâneo — venezianos, genoveses, balearitas e catalães — abrimos escola nossa: a escola da navegação do alto. Dessa escola saíu o reconhecimento da Madeira e dos Açores, o conhecimento do arquipélago de Cabo Verde, o periplo africano.

Depois a Índia, a América, a circunnavegação do globo. Vogamos em pleno mar. Voltemos uma vez ainda à Terra que nunca deveramos perder de vista.

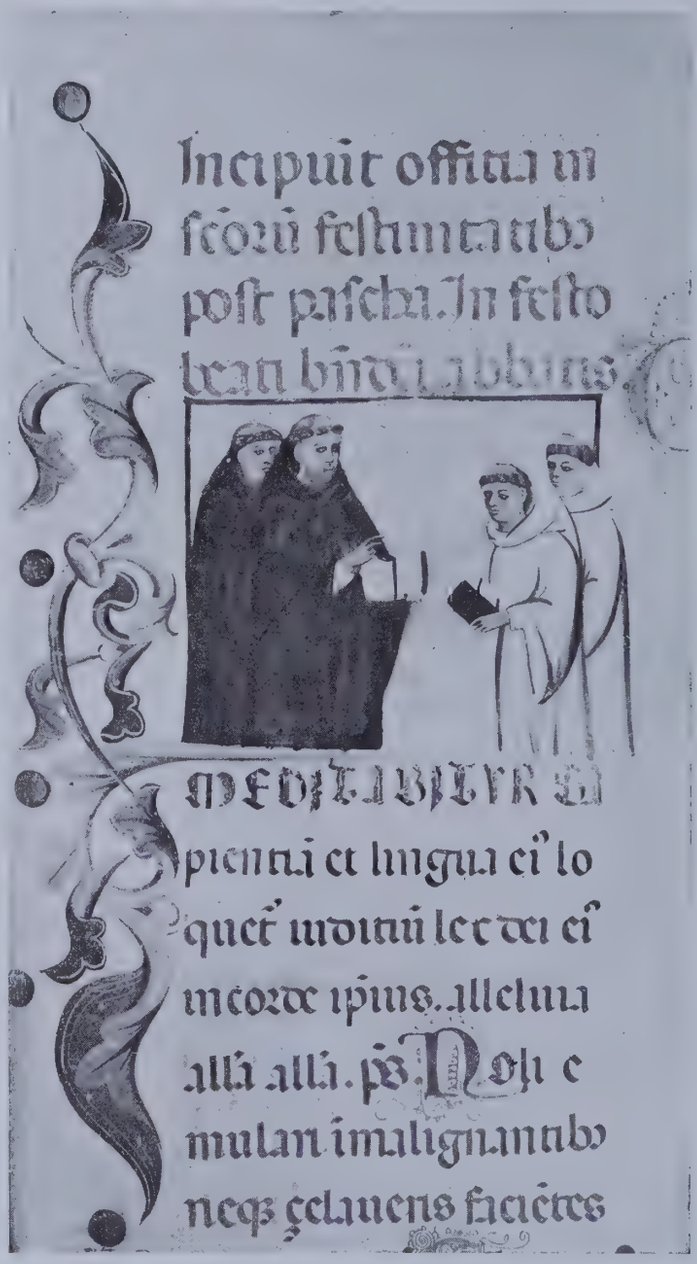
A epopeia do mar não deve fazer-nos esquecer a epopeia da terra e o torrão pátrio arrancado palmo a palmo ao mouro, arroteado, desbravado, cultivado com amor, não é apenas um tema de declamações — é o grande amor dos homens.

A extensão da terra lavradia arrancada ao matagal, à brenha impenetrável, não é emprêsa de menor fôlego do que o avassalamento dos mares. É uma tarefa humilde, obscura, quási subterrânea, mas é formidável na sua simplicidade e na sua abnegação.

Arrotear não é menos do que conquistar, e o arado vale bem a espada.

Das *Leges et Consuetudines*, compiladas por Herculano, extraímos o seguinte passo:

«Nos concelhos de Castelo-Bom, Alfaiates, Castel-Rodrigo e Castelo-Melhor os ferreiros, que desde a festa de S. Cipriano até igual dia do ano seguinte, faziam ou concertavam um número determinado de relhas, trinta na vila e quinze no termo, eram dispensados de todos os encargos e serviços públicos, incluindo o fossado e o apelido.»



FRADES. — ILUMINURA DO *Missal Antigo* de Lorvão. (*Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo*) Século XV. — O fundo da iluminura é a ouro. As figuras a castanho e negro. Os ornatos que ladeiam o pequeno quadrinho são a vermelho, azul, verde, rosa e ouro

E involuntáriamente vemos o Santo Condestável, talvez a figura mais representativa da Idade Média, no momento em que vai travar-se a acção dos Atoleiros. Fala Fernão Lopes de Nuno Álvares e dos seus companheiros:

«E fincou os joelhos em terra, e fêz sua oração à imágem do Crucifixo, e da sua preciosa Madre, que trazia pintada em sua bandeira; e isso mesmo todos os seus, os joelhos em terra, com as mãos alçadas, fizeram sua oração, e muitos dêles choravam; e beijou a terra; e alçou-se em pé; e pôs seu bacinete sem cara, e tomou a lança, que lhe trazia o págem; e disse contra os seus: *Amigos, nenhum não duvide de mim; e todos aqueles, que me ajudardes, Deus seja aquele que vos ajude; e se eu aqui morrer por vossas culpas e míngua, Deus seja aquele que vos demande minha morte.*»

Êste rito, ao mesmo tempo patriótico e religioso, é tão natural, que não nos deve surpreender encontrá-lo já em 1302 na batalha de Courtrai - Groeninghe, uma das duas chamadas *Batalhas das Esporas:*

«No momento de combater, ajoelharam-se (os flamengos) e um padre os abençoou. Tomando as suas mãos um pouco dessa terra que pisavam e pela qual iam combater, levaram-na religiosamente aos lábios, associando-se pelo pensamento, à comunhão que recebiam os seus chefes.»

Tal é o passo que transcrevemos do «Abrégé de l'histoire de la Belgique», de H. — G. Moke.

Êste amor tão entranhado, tão universal como profundo, lá nos aparece na Chanson de Rolland, repercute-se nos «Dois granadeiros», de Heine, e da «gesta» carolina passa para o romance de D. Beltrão.

O cavaleiro francês, ficara naquela «mortandade onde fôra Roucesvalles». É preciso ir buscá-lo, repatriá-lo, para que o cubra a terra da «*douce France*»:

«Deitam sortes à ventura
A qual o há de ir buscar;
Que ao patrir fiseram todos
Jura e promessa no altar,
O que na guerra morresse
Dentro em França se interrar.»

COIMBRA DE HOJE. — A VELHA CIDADE UNIVERSITÁRIA, reflecte-se nas águas do seu Mondego, manso, quieto e sonhador, que no dizer do poeta «escuta a voz de Inês entre os salgueiros». — *Cliché* Rasteiro

II — INSTITUÏÇÕES DE CULTURA

Não pode compreender-se a vida espiritual dum povo sem o conhecimento da mensagem das diversas gerações, cuja influência, transparente ou subterrânea, é contínua, não se lhe furtando o próprio génio, que tantas vezes aparenta uma scissura em face da herança tradicional e é sempre a revelação admirável duma individualidade. Esta mensagem do passado conheceu no decurso do tempo várias formas de sedimentação e transmissão, das quais as mais estáveis e sugestivas tem sido a escola e a biblioteca. Destacando estas duas instituïções do conjunto de factores, cujo dinanismo informa a vida do espírito, não as estudaremos em si, como assuntos independentes, mas na medida em que projectam alguma luz na compreensão dos aspectos e do ritmo da literatura medieval.

a) — INSTITUÏÇÕES ESCOLARES

BIBLIOGRAFIA: Adolfo Coelho, art. «*Portugal, in-Nouveau Dictionnaire de Pédagogie,* de Buisson; D. António da Costa, *História da instrução popular em Portugal.* (1900); M. Vieira Natividade, *D. Fr. Estevam Martins e as escolas públicas do Mosteiro de Alcobaça (Trabalhos da Academia das Sciências de Portugal,* t. II); F. Leitão Ferreira — *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra,* (1729); J. M. de Abreu, *Memórias históricas da Univ. de Coimbra, (O Instituto,* vols. I e II); T. Braga, *História da Univ. de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa.* (vol. I, 1892); António de Vasconcelos, *Um documento precioso. Notícia e descrição. (Revista da Universidade de Coimbra,* vol. I).

Cada época histórica concretiza nas instituïções escolares um ideal pedagógico, de formação humana, e uma concepção do valor e utilidade da sciência. A Universidade foi a expressão pedagógica da cultura medieval, que o século XIII viu nascer e Portugal rápidamente assimilou; mas já antes do seu estabelecimento existia entre nós uma organização docente. Os mais antigos rudimentos de estudos regulares foram as escolas catedrais ou episcopais, funcionando junto das sés, como a de Coimbra, fundada à volta de 1082-1086 pelo Bispo D. Paterno, e cuja existência é ainda acusada em 1192. Precursoras dos seminários, nasceram por exigências eclesiásticas, isto é, a necessidade de habilitar ordinandos, sob a direcção dum prebendado, o mestre-escola, cujo magistério se limitava ao ensino da gramática e dialéctica (lógica). Foram as escolas elementares da nossa idade-média, e embora rareiem os documentos não é duvidoso afirmar que se generalizaram à maioria das dioceses, mórmente depois dos concílios de Latrão, de 1179 e 1215, parecendo mesmo que o clero paroquial acompanhou esta difusão, pois só assim se pode explicar a existência dos *mozinhos,* os modestos escolares dos clérigos. Aparentada intimamente com as escolas catedrais, existiu desde os princípios do século XII uma escola capitular, na colegiada de Guimarães, à qual D. Denis, em 1291, concedeu novos estatutos, consi-

MOSTEIRO DE S.ta CRUZ DE COIMBRA. — Rarissima litografia de Lopes Júnior — Reproduzida no *Boletim Bibliográfico da Bib. da Universidade de Coimbra*. Ano VIII, N.os 7 a 12)

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra foi um propulsor da civilização portuguesa. Teve cartório rico e boa livraria, e por seu intermédio conheceu Coimbra a invenção da imprensa. Levou-lha Germão Gailhard em 1530, continuando-lhe o labor os cónegos D. Estevão e D. Manuel. Dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, vem o mosteiro de 1131. Ali estão sepultados D. Afonso Henriques e D. Sancho I. Santo António viveu nele alguns anos. Rocha Madahil reconstitui no *Boletim*, que publica a rara litografia do seu frontespício a sua livraria. Em 1540 estava ela numa grande casa «toda muy bem terrada e ladrilhada, que tem de comprido 65. covados, E de largo 23. com quatro janellas por banda». Estudou a livraria, que Balbi diz ser de 36.000 volumes, além de Rocha Madahil o Dr. Teixeira de Carvalho. Dispersa pela extinção das ordens religiosas, 26 incunábulos e 111 códices passaram para a Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, onde se conservam.

gnando a obrigação da colegiada manter um mestre de gramática.

Dum outro tipo de organização pedagógica, mais complexo, falam os documentos: as escolas monacais, entre as quais avultam as dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, e Santa Maria de Alcobaça. Êstes mosteiros, cuja história é inseparável da cultura medieval lusitana, foram centros de estudos regulares, que se mantiveram até à aurora da Renascença, — em Santa Cruz, como tudo indica, desde a sua fundação, em 1132, e em Alcobaça, desde 1269, sobretudo por influência de D. Fr. Estevam Martins. Tôdas estas escolas, restritas ou públicas, como as de Alcobaça, tinham um quadro de estudos idêntico, o *trivium* (gramática, retórica e dialéctica), cuja freqüência se completava nalguns mosteiros com o ensino da *sacra pagina* e da teologia. Foi o *trivium*, isto é, a via tríplice para o estudo da teologia, que dominou nas escolas mais antigas. Os documentos anteriores ao século XV não aludem às matérias do *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia) e, por outro lado, os inventários bibliográficos, até àquele século acusam, além das disciplinas teológicas, um predomínio do *trivium*. A gramática, cujo conteúdo abrangia as regras da linguagem e o que em sentido lato se pode chamar o estudo da literatura, foi a disciplina mais cultivada, fazendo-se, porventura, a aprendisagem, pelos textos de Donato, Prisciano, e Alexandre de Villedieu (*Ars minor* e Doctrinal).

Êste ténue ensino nem dissipou a ignorância — ordenavam-se sacerdotes analfabetos,—nem contentou os espíritos mais exigentes. S. Frei Gil estuda em Paris; e nos fins do século XII, em 1192, Sancho I consagra e estimula esta

COIMBRA. — Igreja de Santa Cruz. — Desenho de Nogueira da Silva publicado no *Archivo Pittoresco* em 1865

COIMBRA. - Igreja de Santa Cruz. — Estado actual

COIMBRA. Arco do Almedina. — Restos das antigas muralhas da cidade

emigração intelectual, concedendo ao mosteiro de Santa Cruz 400 morabitinos para se manterem em França os monges que lá fôssem cursar.

Estas escolas eram a repercussão das instituições similares da Europa; e se por elas se atingia já o nível médio do ensino medieval, a organização docente, pelo menos na sua face externa, só ficou completa com a fundação da Universidade de Lisboa, em 1 de Março de 1920. Êste «estudo geral» emanou, sem dúvida, da vontade esclarecida de D. Denis, que à sua volta encontrou o apoio decidido do alto clero, mas não foi apenas

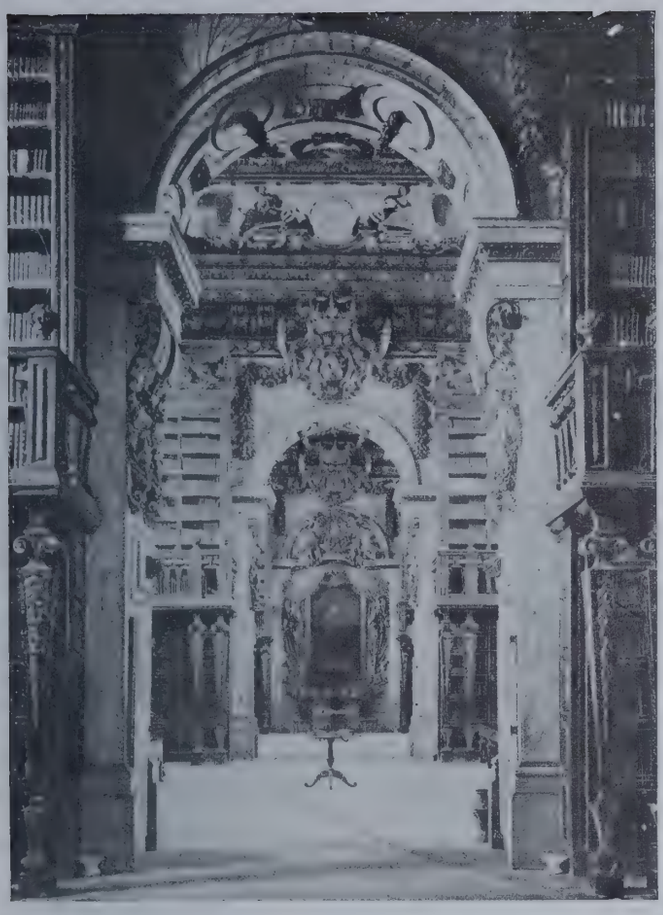
VISTA DA CIDADE DE COIMBRA. — Estampa publicada nos *Annales d'Espagne et de Portugal* de Alvarez de Colmenar (1741) publicada na *Coimbra Antiga e Moderna* de A. C. Borges de Figueiredo

A ARTE MEDIEVAL CONIMBRICENCE
Desenho de António Augusto Gonçalves

um acto de magestade, e muito menos de mera imitação. Entramos no domínio das hipóteses; porém legítimas, porque ao cultivadíssimo espírito do rei seguramente se impuzeram razões de ordem geral. Em 1286, o Bispo Domingos Jardo, preceptor, com Ayneric d'Ebrard, futuro Bispo de Coimbra, da menoridade de D. Denis, instituíu em Lisboa o ensino da teologia que, segundo a inflexível didáctica medieval, pressupunha o magistério das artes *(trivium)* como introdução ao estudo da *sacra pagina*. Havia, portanto, na capital uma população académica; e se pensarmos que o Estado, em franca desorganização, carecia de juristas e altos funcionários esclarecidos, compreende-se que o rei atenuasse as deficiências do ensino, conquistando a autonomia docente da nação e libertando os escolares dos dispendiosos estágios em Paris, Bolonha ou Montpellier, as universidades preferidas para o estudo da teologia, do direito e da medicina.

O estabelecimento duma Universidade impunha-se, assim, como o termo natural destas aspirações; e, efectivamente, por diploma solene de 1 de Março de 1290, o neto de Afonso o Sábio, e seu herdeiro espiritual, funda a Universidade de Lisboa, que em 9 de Agosto dêste ano o papa Nicolau IV sanciona, por bula dirigida já à Universidade dos mestres e estudantes do estudo geral olisiponense.

«Para funcionarem desde logo as aulas, não era difícil encontrar no reino alguns doutores e mestres, habilitados e graduados pelas grandes Universidades, afamados centros de saber humano naquela época; fôram, sem dúvida, êstes os contratados para o novo Estudo. Quanto a alunos, alguns apareceriam, e por certo que apareceram imediatamente ali mesmo, em Lisboa; mas o que convinha era atrair à nova instituição uma freqüência abundante, chamar à mais recente das Universidades a ju-



COIMBRA. — As sumptuosas salas da Biblioteca da Universidade (século XVIII)

ventude portuguesa, que até então se sujeitava a grandes incómodos e trabalhos, para ir ao estrangeiro conquistar a sciência e os graus académicos. É com êste fim que D. Denis, ao mesmo tempo que publica oficialmente... a fundação da Universidade, faz também um convite amplo e geral, concedendo previlégios extraordinários aos que concorrem ao Estudo, e prometendo-lhes, em termos claros e decisivos, a real protecção». (António de Vasconcelos).

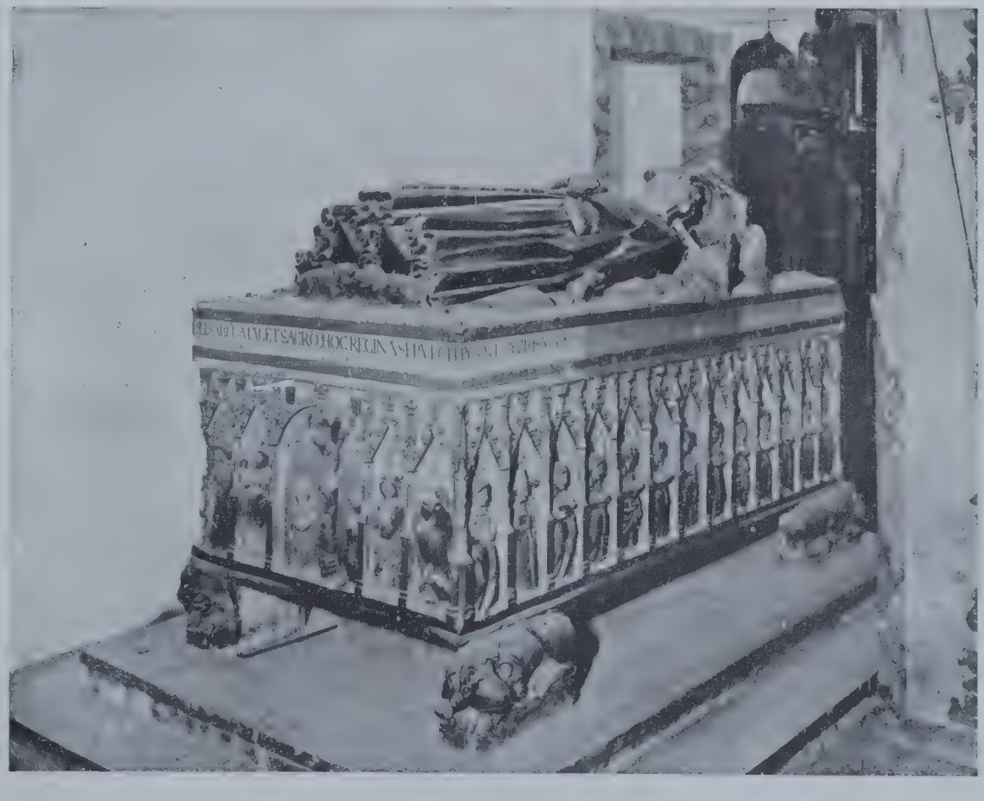
Nas escolas da incipiente Universidade, estabelecidas no bairro de Alfama, no então chamado Campo da Pedreira, desde logo se leram publicamente as artes e, das disciplinas maiores, os dois direitos, civil e canónico, e a medicina, ficando excluida, pela bula de Nicolau IV, a teologia, cujo ensino se confiava aos dominicanos e franciscanos.

Só nos fins do século XIV, por bula de Gregório XI (7 de Outubro de 1377), foi possível oficialmente completar o quadro dos estudos universitários, conferindo graus em tôdas as disciplinas aprovadas pela Igreja. Coube à dinastia de Avis a renovação da estrutura tradicional: D. João I dá-lhe novos estatutos, o infante D. Henrique, seu «protector», subsidia-a e instala-a de novo, e o infante D. Pedro formula perante D. Duarte o problema da sua «emenda», isto é, reorganização. Sob êste impulso forte nem só a Universidade rejuvenesceu, senão também o ensino leigo, com as escolas elementares, particulares e municipais (Évora), e o magistério filosófico livre, como a filosofia de Raimundo Lulo. (Lisboa).

Até à última transferência da Universidade para Coimbra, em 1537 — e dizemos última porque a sua sede se deslocou para esta cidade por duas vezes (1308-1338, e 1354-1377) — a vida universitária é, nas suas várias modalidades, obscura e raquítica. Há sintomas denunciadores duma actividade escolar, como a fundação, em 1291, por Domingos Jardo, dum colégio ou pousada gratuita para 6 estudantes no Hospital dos St.os Paulo, Eloi e Clemente; mas não pode documentar-se o labor docente e só por analogia e induções se divisam vagamente os métodos de ensino e os textos adoptados. «Mas, se em tamanha obscuridade pode arriscar-se alguma conjectura, persuadimo-nos que o direito romano se lia então pelo *Digesto*, explicado principalmente pelas glosas de Irnério e Acúrcio. O *Decreto* de Graciano, as decretais de Gregório IX, ou o *Extra*, e o *Sexto*, constituíam nesta época o *corpus juris canonici*, e deviam por isso lêr-se nos cursos desta faculdade. A medicina de Avicena e a filosofia aristotélica completavam, provávelmente, o ensino académico no estudo geral de Lisboa.» (J. M. de Abreu).

b) — LIVRARIAS

BIBLIOGRAFIA: T. Braga — *História da Universidade de Coimbra*, vol. I. (1892); Sousa Viterbo — *Calígrafos e iluminadores portugueses. Ensaio histórico-bibliográfico. (O Instituto*, vol. 63); Júlio Dantas — *Escri-*

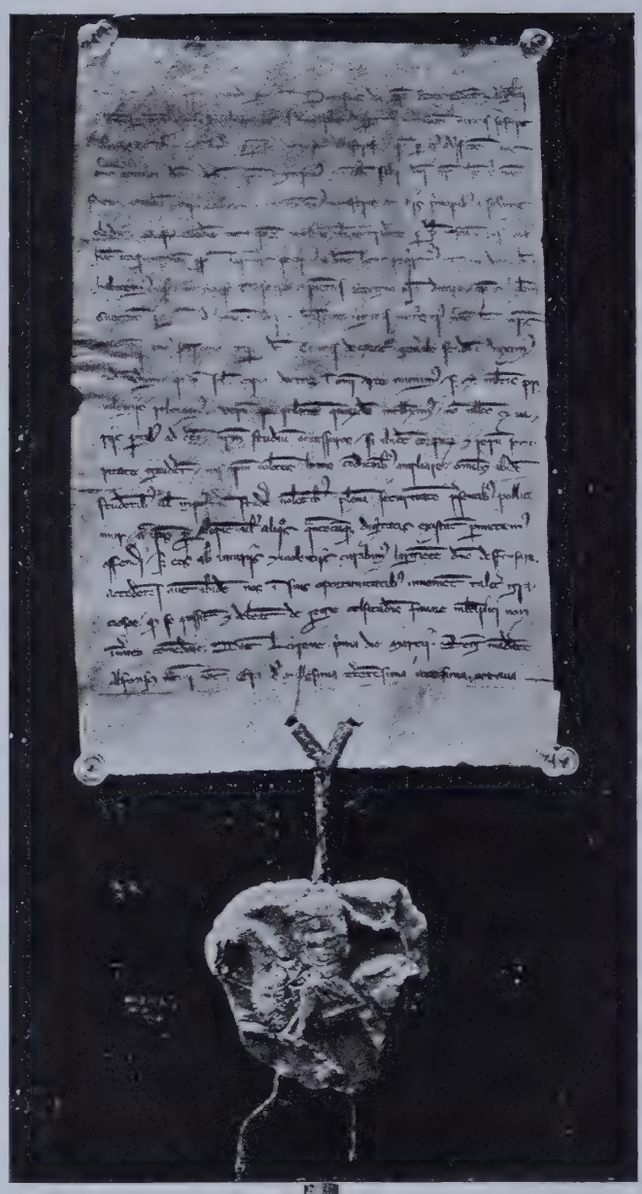


COIMBRA. — O antigo túmulo da Rainha Santa Isabel, padroeira da cidade

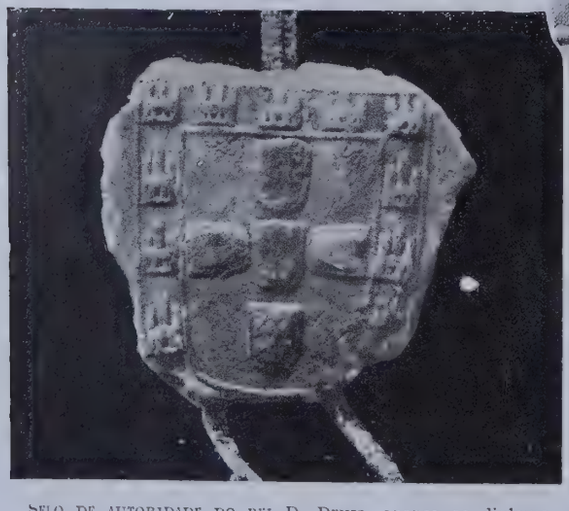
bas e iluminadores. (Anais das Bibliotecas e Arquivos, s. II, vol. I).

A sciência medieval foi uma sciência livresca, para empregar o galicismo, que a crítica de Montaigne europeïzou. O mestre lia, comentava ou glosava; e o estudante decorava e exibia nas *disputationes*, regulamentares ou livres, a sua argúcia e subtileza na compreensão. O livro constituía assim o companheiro de lentes e escolares, e companheiro duplamente valioso, porque juntava à necessidade pedagógica o valor das coisas invulgares. Havia naturalmente, a indústria do livro, cujas oficinas não raro aliavam aos estilos caligráficos a beleza das ilustrações; mas êstes editores, empregando materiais dispendiosos, pagavam-se por altos preços, por forma que só as instituïções poderosas ou altas personalidades logravam organizar livraria. É nos mosteiros e, mais tarde, quando se inicia a secularização da vida intelectual, nos paços régios, que em Portugal se documenta o labor dêstes escritórios medievais. Exercendo plàcidamente o seu meticuloso mister, «assentados à sua estante de arqui-branco, rodeados de tigelas de côres, de fôlhas de ouro, de plumas, de estilètes, de brunidores, de pincéis, de espátulas, de regrões de chumbo», os copistas monásticos «não sabiam o que era a vaidade: se, como o mestre laubarnense Egas ou como o mestre Vasco, pintor-copista de Afonso V, punham o seu nome, e às vezes o seu retrato, nas obras que copiavam, era para que Deus os conhecesse melhor e se lembrasse dêles no céu. (Júlio Dantas). Feitos por devoção ou exigências da Ordem, êstes livros constituíam quási sempre património do mosteiro, enriquecendo-o sem entrarem no mercado. Nesta raridade e carestia, atenuada às vezes pela consulta pública dos *catenati* (livros encadeados) ou pelos empréstimos, encontrariam, de-certo, os estudantes a mais excelente desculpa para as exigências paternas ou do mestre; ¡ mas com que desvanecimento falavam os felizes que os possuíam e com que saüdade se enumeravam nos testamentos!

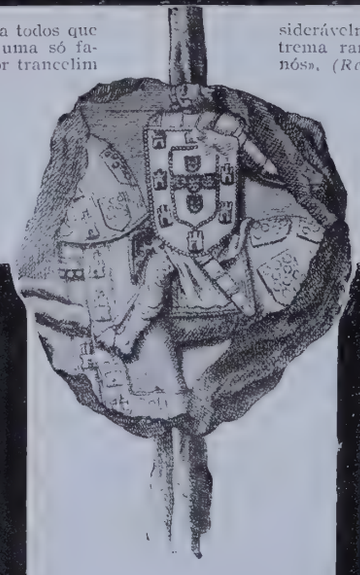
O sentimento da leitura não foi, talvez, em nenhuma época, tão delicado. No *Leal Conselheiro*, o rei D. Duarte moraliza com ternura sôbre o «ler dos bons livros e boa conversação», e seu sobrinho, o condestável D. Pedro de Portugal, mal-aventurado rei de Aragão, lança-se «en el pielago de los estoriografos



PERGAMINHO, «Diploma, original de D. Denis publicando a fundação do Estudo Geral ou Universidade de Lisboa, e prometendo privilégios e favores a todos que o fôssem frequentar». Escrito em uma só face, de 0,20×0,145. «Tem pendente por trancelim de fios de algodão brancos e azuis o *selo de autoridade* de D. Denis, impresso em cera branca, o que aumenta consideràvelmente o valor do diploma, pela extrema raridade desta espécie de selos entre nós». (*Revista da Universidade de Coimbra*).



SELO DE AUTORIDADE DO REI D. DENIS, apenso ao diploma da Fundação da Universidade



DESENHO DO SELO DE AUTORIDADE DE D. AFONSO IV, publicado por D. António Caetano de Sousa na *História Genealogica*. (Reproduções da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. I. (Art.º do prof. António de Vasconcelos)

OUTRA FACE DO SELO DE AUTORIDADE DE D. DENIS, apenso ao diploma publicado acima

Selo de autoridade do Rei D. Denis, apenso a um documento no Arquivo Nacional de Paris (verso e reverso). Ao centro o verso do mesmo selo, reprodução de uma gravura publicada em 1851 pela *Revue Archeologique*. (Reproduções da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. I, artigo do professor António de Vasconcelos). O selo de autoridade de D. Denis é idêntico ao dos reis e grandes senhores da época. Era moda o cavaleiro armado, «costume chevaleresque» lhe chama Langlois no 1.º volume da sua série *La vie en France au moyen âge*. Henri de Grandpré (1217), possuia selo do mesmo costume e como êle Pierre de Chambli (1290), e Gaucher de Chatillon, (1308), todos publicados por Langlois. Eduardo III, de Inglaterra, (1327-1377), o duque de Borgonha, João sem Mêdo, (1371--1419), Carlos, duque de Orleans, 1391-1465), Filipe, o Bom, (1396--1467), Afonso IV, de Aragão. (1327-1336), Huglace, embaixador da Noruega (1295), todos usaram o selo tipo equestre como Leeoy de la Marche lhe chama no seu volume *Les Sceaux*. No capítulo VI dêste seu livro poderemos vêr o de Guilherme, o Conquistador, duque de Normándia, (1069), e de Hugues de Chatillon, conde de S. Paulo, (1289), o de Jaques I, rei de Aragão, (1262), a de Roberto de Veer, conde de Oxford, (1296), o de Luís I, duque de Anjou (1374), o de Filipe de Rouvre (1361), o de Carlos, o Temerário, (1468), o de Thibaut, conde de Champagne e Bric, rei de Navarra, etc. Os nossos antigos chamavam a êste selo do cavallo». (Carta de D. Fernando I, liv. I da sua Chancellaria na Tôrre do Tombo, em que se lê: «dado e outrogado ao dito Estudo por ElRei D. Diniz meu Bisavoo o que Deos perdoe, scripto per latim, o qual era scellado do scello do cavallo do dito Rei em fios de seda branca e verdes e vermelhos» Cit.ª por J. P. Ribeiro). O selo equestre, «costume chevalercsque», ou selo do cavalo, significava o selo de autoridade. Encontramo-lo apenas, enquanto se não fizer uma sfragistica ou sigilografia portuguesa completa, em D. Denis (o que publicamos), em D. Afonso IV (1389), e no infante D. Fernando, conde de Flandres, casado com D. Joana, que foi sem dúvida o seu introdutor entre nós. O infante D. Fernando (1188-1233) viveu quási sempre no estrangeiro, lá casou (o seu casamento consta até de uma iluminura da Chronica de Haissaut, pai de D. Joana e imperador de Constantinopla, pintada por 1446 e hoje na Bibliotheca de Bruxelas), e lá morreu. Não admira que êste civilizado introduzisse entre nós a moda comum aos grandes senhores seus iguais de lá de fora. Em 1694, Luís XIV, ainda delfim, usou também no seu selo de autoridade o tipo equestre

Reduzindo o diploma a uma grafia e disposição regular, temos o seguinte:

VNIVERSIS AD QVOS PRAESENTES LITTERAE PERVENERINT
DIONYSIUS DEI GRATIA REX PORTVGALIAE ET ALGARBII
SALVTEM.

Scientiae thesaurus mirabilis, qui, dum plus dispergitur, incrementum maioris suscipit ubertatis, mundum spiritualiter et temporaliter dignoscitur illustrare, quoniam per eius adquisitionem nos omnes catholici Deum creatorem nostrum cognoscimus, et in eiusdem Filii Domini nostri Iesu Christi nomine fidem catholicam amplexamur, cum etiam Nobis, ipsius ministris, ac allis Principibus a subditis obeditur, ex quorum obedientia uita ipsorum ministerio iustitiae traditae per ipsam scientiam informatur. Hanc itaque, ut cum propheta loquamur, *petiimus a Domino, hanc requiremus, ut in domo Domini habitemus* [1].

Eius autem pretioso thesauro cupientes Regna nostra ditare, apud Vlixbonensem ciuitatem regiam, ad honorem Dei, et Beatissimae Virginis Matris eius, necnon Beati Martyris Vincentii, cuius sanctissimo corpore dicta ciuitas decoratur, Generale Studium duximus ordinandum, quod, non solum copia doctorum in omni Arte munimus, sed etiam multis priuilegiis roboramus.

Verum, quia relatione quorundam intelleximus nonnullos ex uariis partibus ad dictum nostrum Studium accessuros, si ibidem corporum et rerum securitate gauderent, Nos, ipsum uolentes bonis conditionibus ampliare, omnibus ibidem studentibus uel in posterum studere uolentibus, plenam securitatem praesentibus pollicemur; nec ipsos per aliquem uel aliquos, quantaecumque dignitatis existant, permittemus offendi, sed eos ab iniuriis et uiolentiis curabimus, largiente Domino, defensare. Accedentes autem ibidem, Nos in suis opportunitatibus inuenient taliter gratiosos, quod se possint et debeant de Regiae Celsitudinis fauore multiplici non immerito comendare.

Datae Leirenae prima die Martii. Rege mandante, Alfonsus Martini notauit. Era millesima trecentesima uicesima octaua.

(L. ✠ S.)

(Da *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. I Um documento precioso pelo prof. António de Vasconcelos).

(1) *Unam petii a Domino, hac requiram, ut inhabitem in domo Domini omnibus diebus uitae meae: ut uideam uoluptatem Domini, et uisitem templum eius.* (Ps. XXVI, 4).

Selo do bispo de Coimbra
D. Jorge de Almeida
(1483-1543)

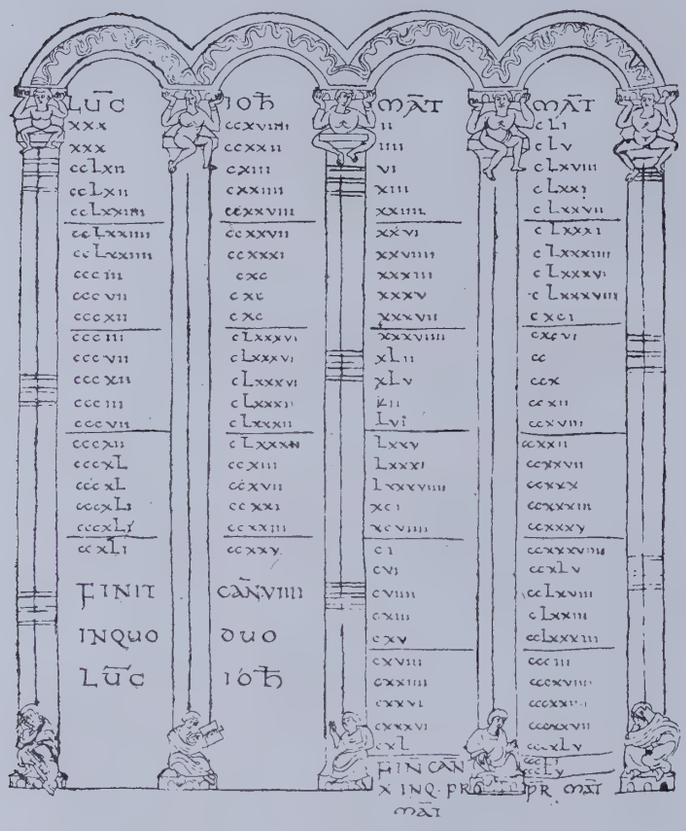
Sinete do bispo
D. Aimèric d'Ébrard
(1279-1295)

Selo do bispo de Coimbra
D. Aimèric d'Ébrard
(1279-1295)

e de los sabios» como lenitivo para as desditas que o torturavam «en la secreta camara de [su] pensamiento». (*Tragédia de la insigne reina Doña Isabel*).

Livrarias monásticas

BIBLIOGRAFIA: António Baião e Pedro de Azevedo — *O Arquivo da Tôrre do Tombo* (1905); *Index codicum Bibl. Alcobatiae* (1775); Fr. Fortunato de S. Boaventura



CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — DESENHO DE ASPECTO ARQUITECTURAL. — *Evangelia IV. Latine cui proemittuntur Canones Eusebii. Accedunt Capitulare Evangeliorum de Circulo Anni; Benedictiones Vestium; Oracio quando abbordinatur in Monasterio et Consecrationes Manuum et Alia.* (Século IX). Dos *Connaissances Nécessaires à un Bibliophile* por Édouard Rouveyre, vol. VII). O desenho arquitectural foi corrente na Idade Média. Vê-se nesta página como nos séculos IX e XI se praticava no estrangeiro, mostrando-se nas seguintes a sua influência em Portugal

— *Commentariorum de Alcobacensi mstorum Bibliotheca libri III* (1827) e *História cronológica e crítica da real abadia de Alcobaça* (1827); António Anselmo — *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional* (1926); A. Rocha Madaíl — *Os códices de Santa Cruz de Coimbra. (Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* vol. VIII).

Não houve um mosteiro sem livraria, mas raras ultrapassaram os meros fins litúrgicos e ascéticos. Destas excepções, as mais relevantes e de mais profunda significação na vida intelectual lusitana, foram as livrarias de Lorvão, Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça.

O mosteiro de Lorvão, num vale onde a estreiteza de horizontes é um permanente convite ao recolhimento interior, foi no século XII residência de beneditinos, que laboriosa e devotamente cultivaram o serviço literário, legando-nos alguns manuscritos, hoje no Arquivo Nacional, que, como o *Livro das Aves* (1183), volucrário atribuído a Hugo de S. Vítor, e o chamado *Apocalipse de Lorvão* (1189), comentário do Beato de Liebano, são dos mais notáveis exemplares de iluminura e da pintura proto-mudejar em Portugal. Lorvão é o tipo da benemerência duma Ordem e da actividade dum convento; mas em Santa Cruz e Alcobaça descobrem-se horizontes mais dilatados.

Em Santa Cruz de Coimbra, (1132), famosa casa dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, assistimos à irradiação da influência intelectual do mosteiro. A livraria já não é apenas o fruto do labor imposto pela constituïção monástica, ou a satisfação duma curiosidade de espírito: é o instrumento de estudos regulares, a sede duma pequena academia sábia.

De alguns mestres que no mosteiro professaram teologia e artes perdura o nome nas crónicas; e dos discípulos, ¿quem desconhece a tradição tão consistente de que Santo António de Lisboa adquiriu nesta escola as bases do seu extenso conhecimento das Escrituras?

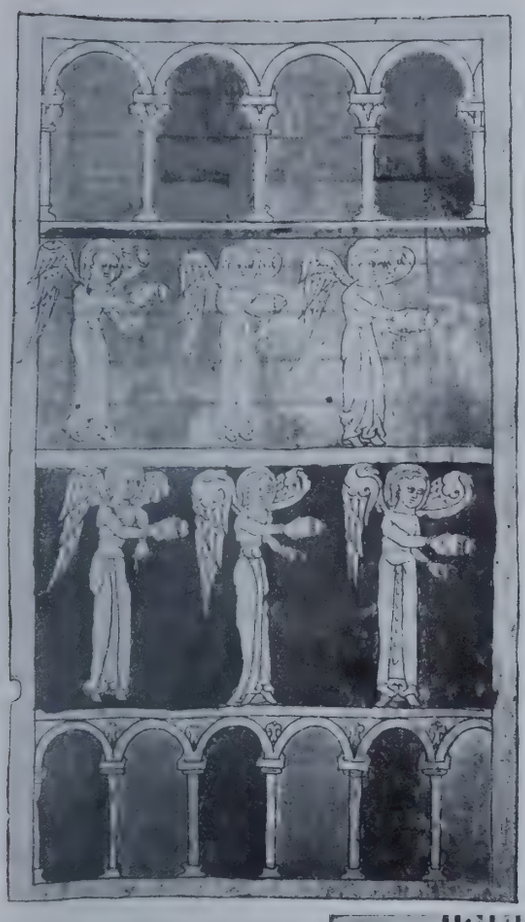
O espólio desta livraria perdeu-se quási inteiramente; mas por sumárias notícias, que mal consentem frágeis induções, pode dizer-se que o mosteiro coimbrão soube aliar aos fins religiosos os fins de cultura, organizando a primeira livraria de alcance pedagógico.

Se a livraria de Santa Cruz foi a *alma mater* dos estudos no centro do país, a do mosteiro de Alcobaça constituíu a biblioteca nacional do Portugal medievo.

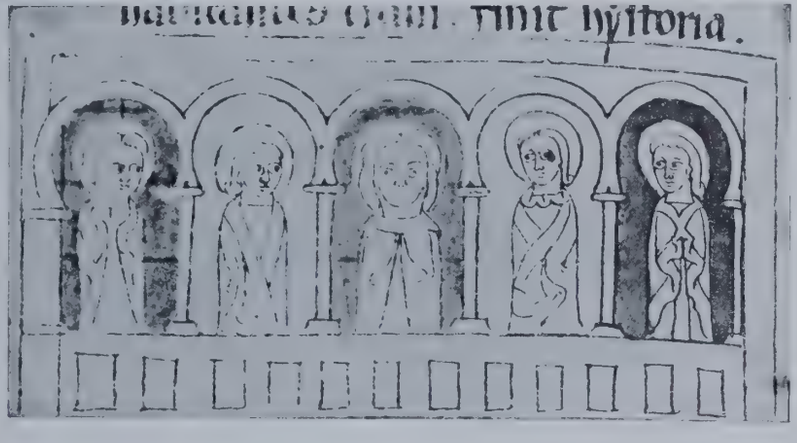
Fundado em 1148 por D. Afonso Henriques, nasceu

MINIATURA DE ASPECTO ARQUITECTURAL. (Século XI). *Evangeliário de Luxeuil.* (Dos *Connaissances Nécessaires à un Bibliophile,* do mesmo volume)

com a própria nacionalidade; e, se sacrificou, como lhe impunha a natureza do seu instituto, ao internacionalismo da *respublica christiana,* enriquecendo-se de disciplinas que, como a teologia, a filosofia e as humanidades, se colocavam num plano supra-nacional, foi no entanto em



CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — O *Comentário do Apocalipse* de Lorvão, donde são tiradas as gravuras desta página, mostra a influência estrangeira entre nós. Também estas decorações são de aspecto arquitectural como se vê. Arcos de porta ou arcadas de claustro, janelas e nichos, e até a gravura da direita nos mostra um curioso aspecto arquitectónico, o do aqueduto, arcos sôbre arcos, existente em vários pontos de Portugal. Reflectindo êste aspecto o *Comentário* português não encerra sòmente as iluminuras que extratamos. As suas páginas ilustradas são plenas de composições onde esta influência se patenteia



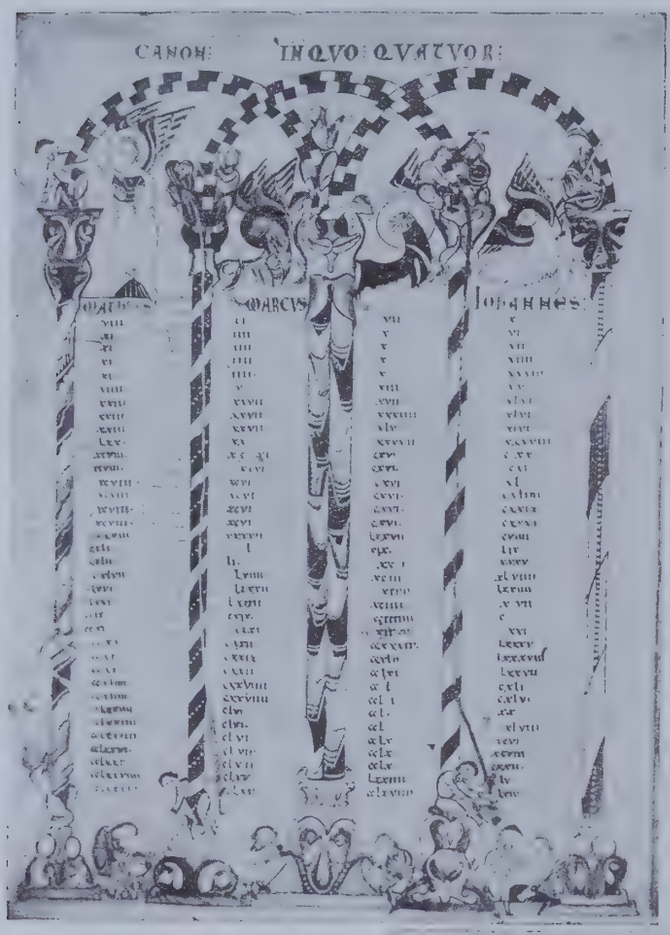
(Do *Comentário do Apocalipse* de Lorvão). *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

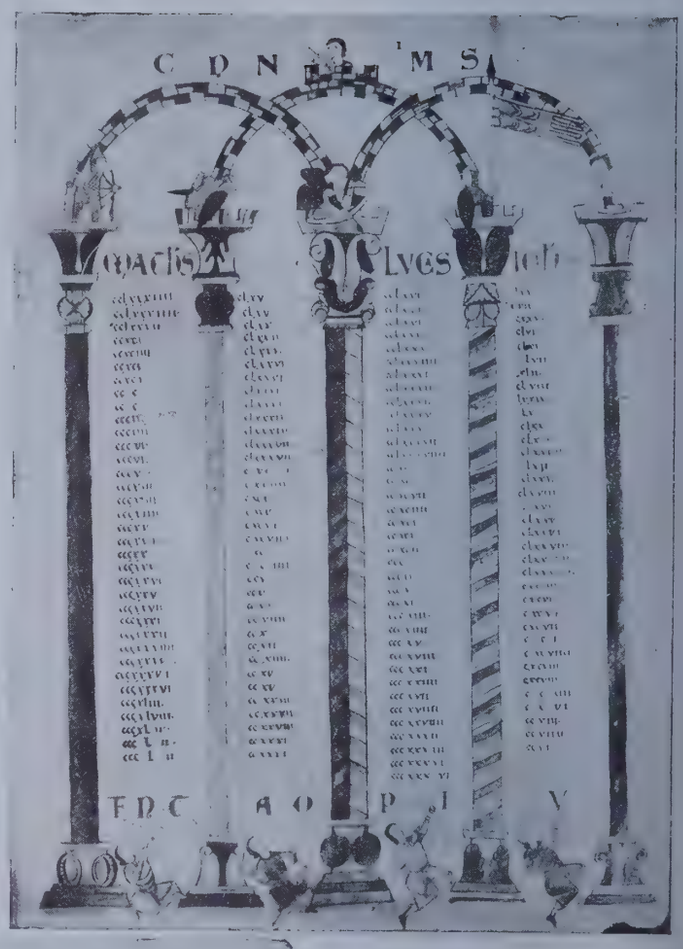
Alcobaça que a memória do passado se registou e reconheceu como sinónimo e cimento da consciência histórica da Nação.

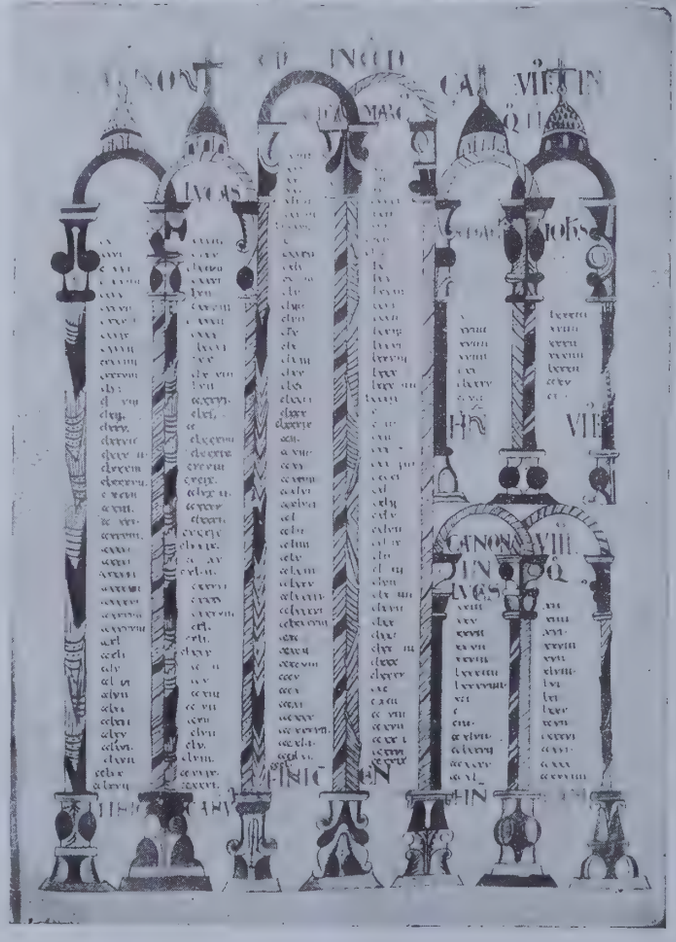
Durante séculos, o labor do escritório alcobacense foi constante, copiando, trasladando ou lançando no pergaminho e no papel as criações dos próprios monges. E assim, pouco a pouco, se foi formando uma notável colecção de códices, que pelo número, variedade e riqueza grangearam a Alcobaça uma dilatada fama. Altas personalidades, como a beata Mafalda, irmã de Afonso II, e o Infante Santo, D. Fernando, aceitavam ofertas ou solicitavam o empréstimo de livros ; e do estrangeiro, Poggio Bracciolini, ardoroso humanista, escrevia em 1441 ao Bispo de Burgos, Afonso de Cartagena, pedindo que lhe desnudasse os códices clássicos do mosteiro, *in quo plurimi esse dicuntur*.

Por volta de 1520, o abade Fr. João Claro, doutor parisiense, numa epístola ao rei, alude à livraria, dizendo não contar 500 códices, dos quais alguns eram «antigos muito verdadeiros e muito solenes».

Os catálogos redigidos no séc. XVIII, o grande século da erudição em Portugal, revelam-nos, a pesar dos erros e defeituosa redacção, algumas das preciosidades desta livraria, que o Visconde de Santarém ainda visitou nos princípios do século passado, e na qual contou do século XI, 1 códice ; do XII, 10 ; do XIII, 72 ; do XIV, 70 e do século XV, 23. Pelas indicações dos bibliógrafos e sobretudo pelo espólio hoje integrado na Biblioteca Nacional (Fundo Alcobacense) e Arquivo da Tôrre do Tombo, num total de 462 manuscritos podemos ajuïzar da actividade desta corporação, cujo trabalho incidiu, no decurso do tempo, sôbre «velhos manuscritos da Bíblia e dos Santos Padres ; exposições, comentários e glosas dos textos sagrados ; colecções de epístolas, sermonários e homiliários dos escritores clássicos medievais ; algumas obras escolhidas dos autores clássicos (Cícero, Vergílio, Aristóteles) ; santorais e monografias agiológicas ; tratados e compêndios de gramática, retórica, poética e filosofia ; curiosas etimologias, ou léxicos, e enciclopédias medievais ; numerosos livros litúrgicos (missais, breviários, saltérios, hinários, colectários, rituais, cerimoniais, etc., segundo o antigo rito cisterciense) ; tratados teológicos, dogmáticos, ascéticos e morais ; livros e colecções canónicas e jurídicas (as *Decretais* com as suas glosas e comentários, as bulas e cartas régias relativas à ordem de Cister) ; traduções portuguesas das regras de S. Bento e Santo Agostinho e das constituïções cistercienses ; cópias dos nossos cronistas (Fernão Lopes, Azurara, Galvão, Rui de Pina), etc...» (A. Anselmo).







CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — PÁGINAS (DOS *déz cânones evangelicos)* da *Bibliorum Sacror secundum vulgatam* traduzida por S. Jerónimo. (Século XIII — 1225?) e pertencente à Biblioteca de Alcobaça, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa. Diz-se riormente feita, que «Fr. Edemundus numa página de frontespício, poste- de Abrantes monachus alcobacensis scripsit». Estas páginas são curiosíssimas porque a primeira nos dá scenas de construção, a segunda motivos guerreiros, atacados e atacantes, e a inferior porque é um exemplo perfeito da iluminura de aspecto arquitectural que em tôdas predomina

Livrarias episcopais e capitulares

BIBLIOGRAFIA: João Pedro Ribeiro — *Dissertações cronológicas e críticas* sôbre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal, volume V (1836); *Censual do Cabido da Sé do Porto* (1924); Alberto Feio — *Os bens dum bispo da meia-idade. Inventário do séc. XIII. (Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga,* vol. I (1920); Júlio Dantas — *Os livros em Portugal na idade-média. A livraria de Mumadona (Anais das Bibliotecas e Arquivos,* II (1921).

Neste movimento de simpatia pela vida intelectual participam também, embora modestamente os bispos e cabidos. Pelos documentos até hoje publicados, são os bispos de Braga, Évora (D. Vasco Perdigão, 1462) e sobretudo os do Porto, designadamente dos séculos XIII e XIV, D. Sancho Pires (1296), D. Vicente (1334) e D. Sancho (1336) os que mais praticam a bibliofilia, ajuntando obras de Padres da Igreja, canonistas e oradores sacros.

Esta bibliofilia, como era natural, ampliou-se aos cabidos. Assim, o cabido do Porto organizou uma biblioteca com o legado bibliográfico do bispo portuense D. Vasco (1331); o de Lisboa, cuja livraria nos é mal conhecida, emprestou em 1423 ao infante D. Pedro uma obra de Avicena em dois tomos, o que parece indicar que o rol dos seus livros contava já disciplinas seculares, e temos por sem dúvida que os 20 códices de Mumadona, a mais antiga livraria de Portugal, legados em 959 ao convento de Guimarães, constituíam o fundo

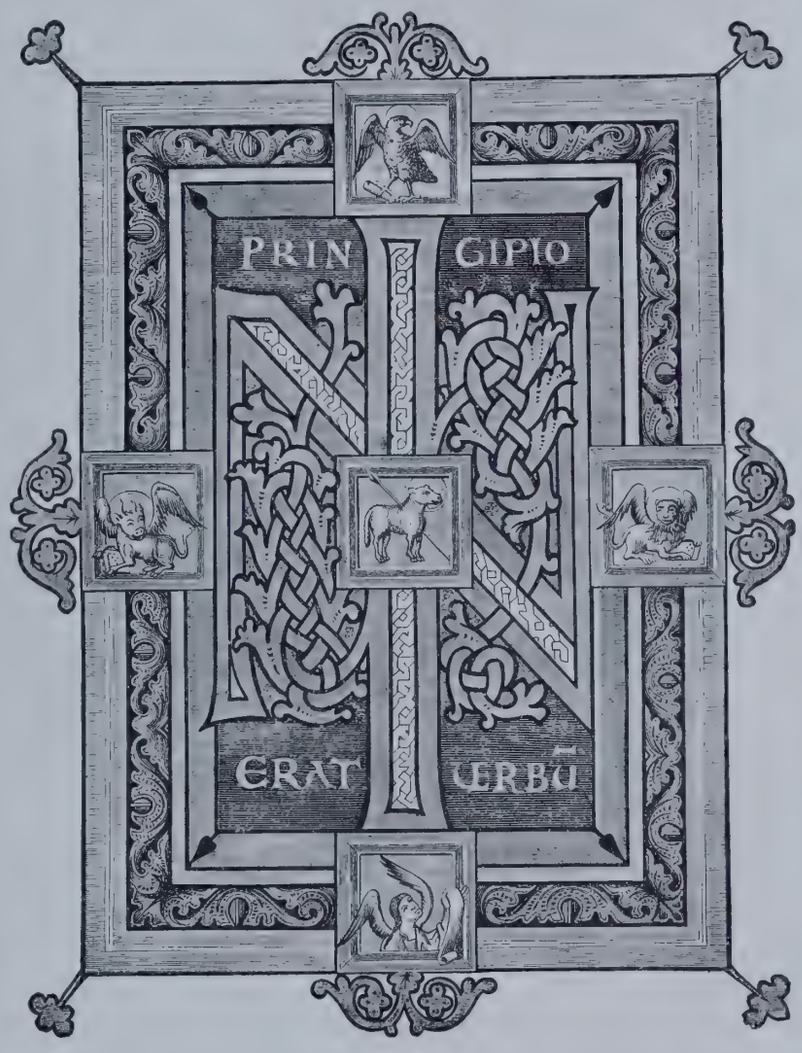
livresco da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, quando no século XII aquele convento se transformou na célebre colegiada.

Estas livrarias eclesiásticas, regulares ou seculares, representavam acima de tudo a cultura religiosa e canónica, essencialmente tradicionalista. Foi principalmente nos paços régios que a cultura literária e scientífica encontrou protecção e ambiente para o seu desenvolvimento; mas como fórmulas de transição, modestas e de ténue projecção, não podem esquecer-se as livrarias seculares.

Livrarias seculares

Teixeira de Carvalho — *Pedro de Mariz e a livraria da Universidade de Coimbra (Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* vol. I).

A Câmara de Lisboa possuíu uma livraria, que, a conjecturar por um empréstimo feito em 1466 a um estudante, deveria ser constituída principalmente por livros de Direito. Da Universidade nada sabemos. Se pudéssemos fazer um juízo retrospectivo pelos inventários feitos em 1532 e 1536, a conclusão não seria honrosa e teríamos de afirmar que o Estudo Geral de Lisboa viveu à margem de tôda a renovação ideológica, fossilizando-se nos velhos textos. Por isso talvez fôsse por ironia maliciosa que em 1537 se falasse tanto na «trasladação» da Universidade para Coimbra, onde após a mudança ressurgiu com vida intensa e gloriosa. É legítimo, porém, supor que os seus professores individualmente ajuntassem livros, como então se dizia. E realmente dum temos notícia, — o Dr. Diogo Afonso Mangancha, uma celebridade da primeira metade do século XV, cuja livraria de decretalista legou em 1447 ao colégio para 10 estudantes pobres, por êle instituído.



CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — INICIAL DE UM MANUSCRITO DA BIBLIOTECA REAL DE BRUXELAS, DO IX OU X SÉCULO. — O I entrelaça-se no N para começar *In principio... (Les arts au moyen age et a l'époque de la Renaissance* por P. Lacroix (Bibliophile Jacob — Paris 1873)

Livrarias reais

BIBLIOGRAFIA: T. Braga, *op. cit.*; Sousa Viterbo — *A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel* (1901); Júlio Dantas — *Os livros em Portugal na idade média. A livraria do Infante Santo (Anais das Bibliotecas e Arquivos,* vol. II); *Livro da Montaria feito por D. João I.* (Ed. Esteves Pereira, 1918).

Com a primeira dinastia, a livraria real, embora traduzisse sempre um desejo de ilustração, foi um património pessoal, livremente disponível, que nascia e desaparecia com a vontade do próprio fundador. No século XV, porém, perde êste carácter pessoal para alcançar o de propriedade da coroa, conquistando uma posição inédita, renovadora, na cultura nacional. Menos policiada que as livrarias monásticas, aberta a novas ideas, satisfazendo novas inquietações de espírito, a livraria real assinala então uma fase intensa de secularização intelectual.

Das livrarias de tipo pessoal a mais notável é a de D. Denis, o rei-poeta, a quem as musas do amor cortês parece terem propiciado as mais cuidadosas realizações práticas. No testamento feito em 1321, deixa a seu filho D. Afonso, dentre outros bens, todos os livros «que pertencem à minha capela».

Êste legado significa que possuía livros litúrgicos; mas é fora de dúvida que a sua livraria deveria exprimir, além das religiosas, outras preocupações de espírito. Pelas citações das suas cantigas e outros documentos contemporâneos, tem-se dito que lera os poemas *Tristão e Isolda, Flores* e *Brancaflor,* as *Cantigas de Santa Maria,* de Affonso, *o Sábio,* o *Roman des Douze Paires,* e como obras históricas, a *Crónica Geral de Espanha.* Dir-se há pequena esta biblioteca; mas não deve considerar-se a escassês de documentos como sinónimo de pobreza ou incultura. A côrte dionisiana foi um centro intelectual, cujos raios nítidamente se desenham nas traduções que D. Denis promoveu, na floração poética do seu tempo e na consagração dos contemporâneos, expressa doridamente no *planh* que o jogral Joham, de Leon, compôs à sua morte:

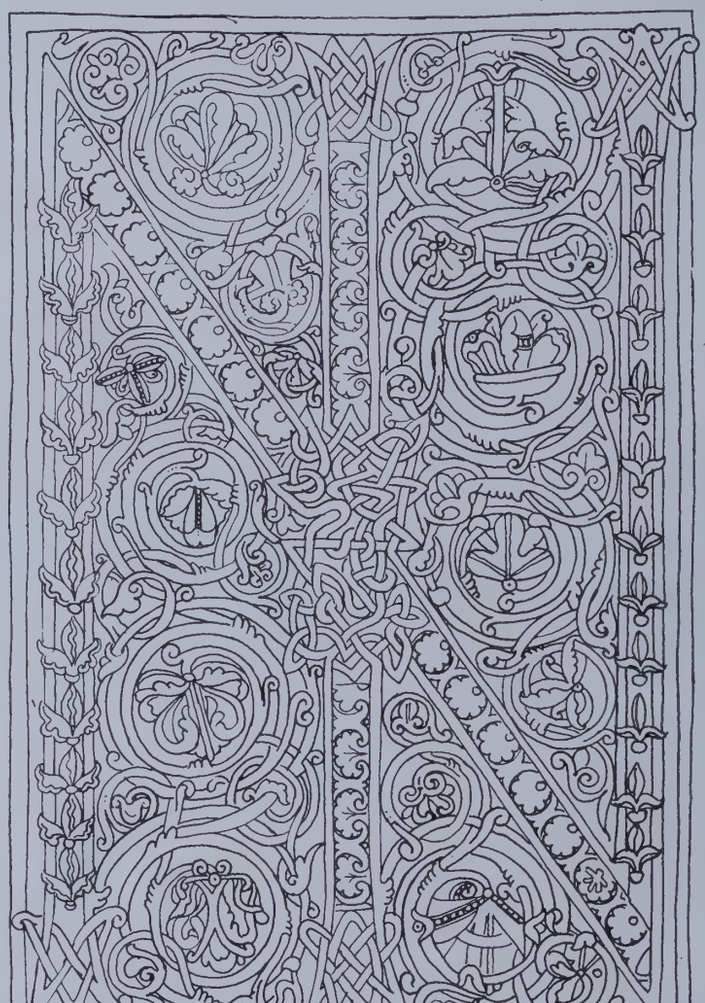
> Os namorados que trobam d'amor
> todos deviam gram doo fazer,
> et non tomar em si nenhum prazer
> porque perderon tam boo senhor
> Com'el-rey D. Denis de Portugal.

Esta corrente mingua após D. Denis, mas com a nova dinastia de Avis redobra de curso, marcando um sulco indelével. Rui de Pina diz na *Crónica de D. Afonso V,* que êste «foi o primeiro rei dêstes reinos que ajuntou bons livros e fêz livraria em seus paços». Esta asserção contraria o que indubitávelmente sabemos dos seus predecesso-

res, devendo interpretar-se como «significando que êste monarca dera maior incremento à livraria rial, franqueando-a aos eruditos, pelo menos às pessoas da côrte mais afeiçoadas ao estudo» (Sousa Viterbo).

É com D. João I que se organiza o primeiro núcleo da livraria da coroa, que D. Duarte e Afonso V conservaram e aumentaram. O exemplo paterno foi uma sugestão viva; e nessa côrte intelectual, onde as inquietações morais se tornam reflexivas e sàbiamente conscientes, tôda a «ínclita geração, altos infantes», no verbo camoniano e no sentir da grei, se consome numa ânsia de saber, convertendo os seus palácios em pequenas cidades de livros, que hoje só por indícios podemos reconstituir, salvo do Infante Santo, D. Fernando, que nos legou a descrição dos 44 códices que doou. Pelo rol dos livros de D. Duarte recompõe-se em parte a livraria de D. João I. Teófilo Braga estudou com sagacidade êste assunto, bastando ao nosso ponto de vista uma rápida visão do panorama que abrangia. Nêle se divisam obras jurídicas, como as *Conclusões de Bártolo*, o *Código*, com o comentário de Cino de Pistoia, e as *Partidas*, de Afonso o *Sábio*; políticas, como o *Regimento dos Príncipes*, de S. Tomás de Aquino, ou de Egídio Romano; religiosas, como os *Evangelhos*; literárias, como o *Livro das Trovas* de D. Denis, a *Demanda do Santo Graal*, e *A Confissão do amante*, do inglês John Gower; históricas, como a *História Geral de Espanha*, e livros de cetraria e venatória. Se se atribuir o *Livro da montaria* a D. João I, e cremos não haver razões para que se não lhe reconheça pelo menos a colaboração neste tratado, recentemente impresso por um dos mais notáveis eruditos da nossa época, o rol indicado por seu filho é pequeno. Analizando esta fonte, teremos de incluir na livraria régia escritos de Padres da Igreja (Santo Agostinho, Beda) e doutores, como S. Bernardo, livros de gramática, retórica, filosofia, isto é de Aristóteles, cujo tratado *Da alma* parece conhecer, e de astronomia, como Ptolomeu, os árabes Albenazar e Ali ben Ragel, traduzido em parte, em 1410-12, e existente na Bodleiana de Oxford, assim como o *Livro de Mágica que compôs Juan Gil de Burgo*, o qual é, sem dúvida, o «grande livro de astronomia» citado no *Livro da montaria*.

Tôdas as sciências se acham, assim, representadas na livraria régia, sendo de notar particularmente a astronomia, confundida ainda com a astrologia. É que a livraria não servia apenas de regalo ou para satisfação duma curiosidade: era uma condição teórica da grande obra de expansão ultramarina, da segurança e probidade dos descobridores, cuja calma reflexão se não compadecia com o espírito de aventura. Foi esta função que conferiu à livraria palatina um valor indelével, convertendo-a num foco de cultura e integrando-a na vida profunda da Nação. Os sucessores de D. João I recolheram e dilataram esta herança, especialmente D. Afonso V, que por assim dizer a abriu ao público, adquirindo livros, curando da sua instalação, estipendiando escrivães e iluminadores e confiando a sua guarda e conservação a Gomes Eanes de Zurara (desde 1451, pelo menos), que nela terminou a *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné* e colheu a erudição histórica e moralizante que peja os seus escritos.



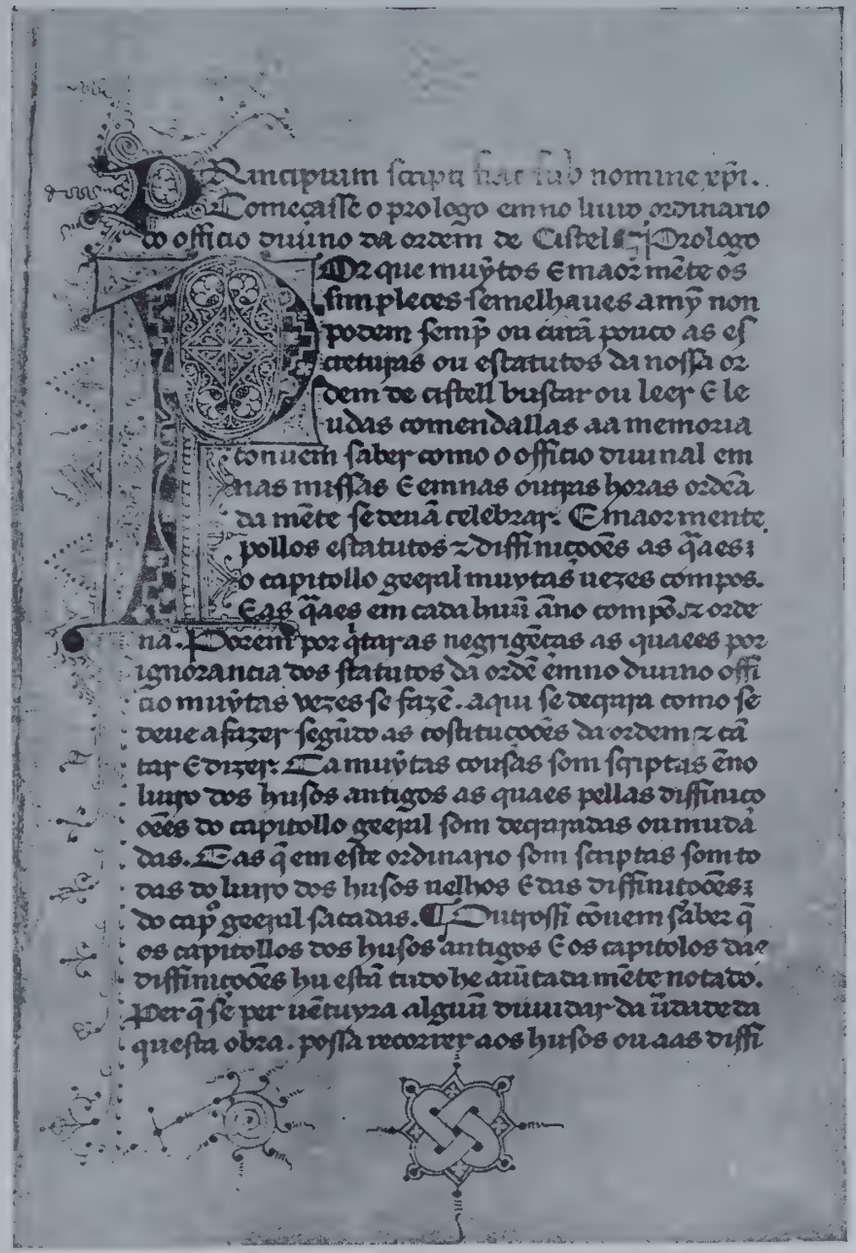
CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — I. N. ENTRELAÇADOS (In principio...). Encontra-se no códice n.º 4 da Livraria de Alcobaça *Bibliorum sacrorum*. Foi seu copista Fr. Edmundo de Abrantes. É iluminura do século XII a vermelho, rosa, azul, verde, castanho e branco. Veja-se para comparação a página antecedente

Tudo o que no século XV teve renome europeu, na literatura, clássica ou contemporânea, na história, na sciência, encontrou um eco de simpatia em Portugal. O fundo da livraria rial, sucessivamente acrescido, e sobretudo as citações dos escritores quatrocentistas, documentam exuberantemente esta ressonância e interêsse pelas novidades e ideas, a tal ponto que não careciam de abonar-se com exemplos estrangeiros os portugueses que no século XVI formaram grandes bibliotecas. Em 19 de Janeiro de 1483, Afonso V concedia o privilégio da isenção de impostos para os livros que Guilherme de Montrete, Francisco de Montrete e Guido importassem e vendessem em Lisboa, porque «ao bem comum» convinha «em nossos regnos aver muitos livros».

Era a consagração oficial da maravilhosa invenção da imprensa, e ao mesmo tempo uma nobre saüdação à nova aurora da humanidade.

c) — TRADUÇÕES MEDIEVAIS

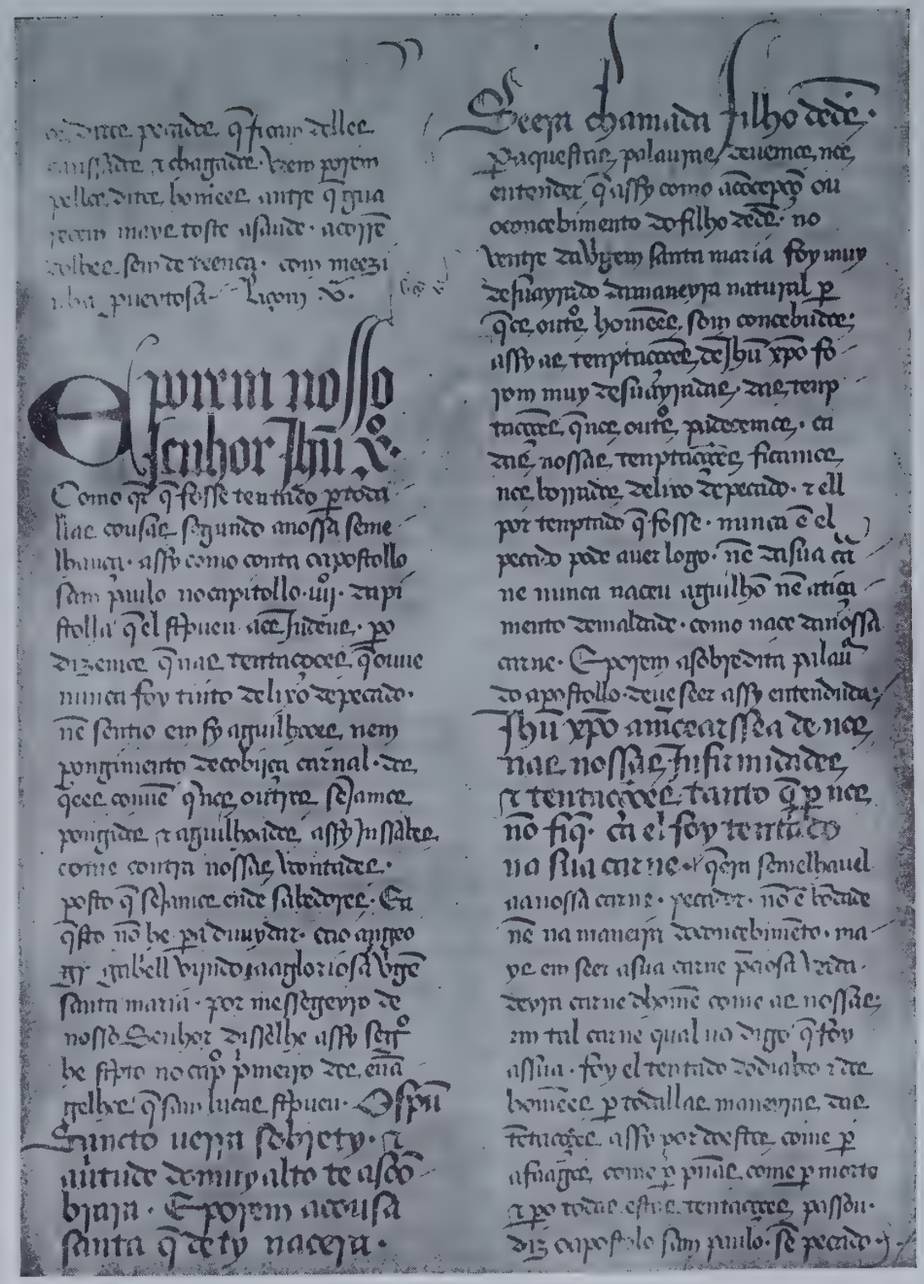
BIBLIOGRAFIA: Teófilo Braga — *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*, (1896).; e *História da Literatura Portuguesa. I — Idade Média*. (1909); José Joaquim Nunes — *Textos antigos portugueses* (in *Revista Lusitana*); Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *Lais de Bretanha (Revista Lusitana*, vol. VI); *Mestre*



Incipiunt scripta hec sub nomine xpi.

Começasse o prologo em no liuro ordinario do officio diuino da ordem de Cistel. Prologo

Porque muytos e maormẽte os simplezes semelhaues amj non podem sempr ou cuidã pouco as escripturas ou estatutos da nossa ordem de castell buscar ou leer e leudas comendallas aa memoria conuem saber como o officio diuinal em nas missas e emnas outras horas ordeada mẽte se deuã celebrar. E maormente pollos estatutos e diffinições as quaes sobo capitollo geeral muytas uezes compostas e as quaes em cada huũ ano compõ e ordena. Porem por quanto as negrigẽcias as quaes por ignorancia dos statutos da ordẽ emno diuino officio muytas vezes se fazẽ. aqui se dequra como se deue a fazer segũdo as constituições da ordem e cãtar e dizer. E muytas cousas som scriptas ẽno liuro dos husos antigos as quaes pellas diffinições do capitollo geeral som dequradas ou mudadas. E as q̃ em este ordinario som scriptas som todas do liuro dos husos nellhos e das diffinitões do cap̃ geeral sacadas. Outrossi conuem saber q̃ os capitollos dos husos antigos e os capitolos das diffinições hu está tudo he aũtada mẽte notado. Per q̃ se per uẽtuyza alguũ diuidir da ũdade da questa obra. possa recorrer aos husos ou aas diffi



ordinte pecade q̃ fiamy dellee
confissõe e chagade. veem poyem
pellee dinte homeee. amte q̃ sua
poem meye toste asdade. acosse
volhee. sem detrença. com meezi
nha. piedtosa. Liçom vj.

E pirm nosso senhor Jhũ x̃.

Como q̃ q̃ fosse tentado pordi
liae cousas. segundo amossa seme
lhança. assy como conta o apostollo
sam paulo no capitollo. viij. da pi
stolla q̃ el screpueu aos hebreus. po
dizemos q̃ nae tentaçoes q̃ nunca
foy tanto deliro depecado.
ne sentio em sy aguilhoes. nem
pungimento de cobiça carnal. de
qees como q̃ nos outros. se amos
pongade e aguilhoade. assy jnsãbe
como contra nossa vontade.
posto q̃ se amos ende sãtedoyes. Eu
q̃sto no he pol duuydar. como aquel
q̃ galbell bẽdito e glorioso arcãjo
sancta maria. por messegeyro de
nosso Senhor. disselhe assy ser
he scripto no cap̃ primeyro dee. ẽna
gelhee q̃ sam lucas screpueu. Ospi
rancto ueyra sobre ty. e
aũtude domuy alto te asõ
braça. E poyem aquela
sancta q̃ de ty naceya.

Seeya chamada filho dee.
Pasquestas palaures teuemos. nee
entender q̃ assy como aconcepçõ ou
aconcebimento do filho dee. no
ventre da bẽy sancta maria foy muy
desiayrado dumaneyra natural. p
q̃ee outre homeee. soy concebidee.
assy ae tentaçoee de jhu xpo so
yom muy desiayradee. nee tenp
taçoee. q̃ nee outre. pecaremee. ca
ne nossae tentaçoes fiamee
nee loyradee. deliro depecado. e ell
por tentado q̃ fosse. nunca e el
pecado pode auer logo. ne assua ca
ne nunca naceu aguilhõ ne aguy
mento demaldade. como nace danossa
carne. E poyem asobredita palau
do apostollo deue seer assy entendida.
Jhu xpo ameeasse de nee
nae nossae fisi mi dee
e tentaçoee. tanto q̃ p nee
no fiq̃ ca el foy tentado
na sua carne. e q̃ya semelhaud
anossa carne. peccador. no e bondade
ne na maneyra deconcebimẽto. ma
ye em seer assua carne posta a reda
deyra carne dhomẽ come ae nossae.
em tal carne qual no digo q̃ foy
assua. foy el tentado do diabo e de
homeee. p todallae maneyra. dae
tentaçoee. assy por deste. come p
afliçoee. come p pinae. come p morte
e po todae estoe tentaçoee. passou.
diz o apostolo sam paulo. se pecado

CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — Os códices de Alcobaça. — Primeira página do códice português em pergaminho *Ordinario do Officio divino da ordem de Cister* (Século XV); página do Códice português *Livro das Colações dos Santos padres do Egito*, por João Cassiano (bispo de Cassia), traduzido em português por Fr. Nicolau, monge de Alcobaça, (1431). Citado no *Leal Conselheiro*. (De *Os Códices alcobacences da Biblioteca Nacional. I. Códices portugueses* por António Anselmo)

CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — Curiosas capitais iluminadas dos séculos XII, XIII e XIV. — Códices de Alcobaça da Bib. Nacional e *Santoral* de Lorvão. Ao centro uma página de um Missal de Lorvão, do Arquivo N. da T. do Tombo. Em baixo a letra U do *Missal Antigo* de Lorvão com um crucificado de cabeça para baixo, mostrando que a letra foi talvez feita por decalque

CALÍGRAFOS E ILUMINADORES. — Algumas capitais iluminadas dos códices de Alcobaça. Séculos XII, XIII, XIV e XV. (Coloridas a amarelo, azul, verde, vermelho, castanho e ouro)

Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria (Revista Lusitana, XIII) e *Geschichte der portugiesischen Litteratur* (in-G. Gröber — *Grundriss der romanischen Philologie,* t. II. (1893); António Anselmo, *ob. cit.*

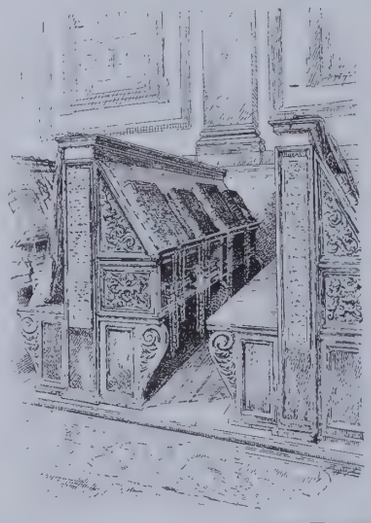
Foi dentro de fronteiras delimitadas, que, em Portugal como alhures, se exerceu a actividade intelectual da idade-média. O sentimento da posse de algumas verdades, religiosas ou objectivas, colhidas estas em geral na enciclopédia aristotélica, satisfez as exigências do espírito, cuja fisionomia confiante não conheceu as dúvidas incitadoras. Os livros bastavam-lhe, e o que hoje se compartilha pelo laboratório e pelo instituto concentrava-se então nas livrarias, cuja maior parte viveu uma existência obscura, confidencial.

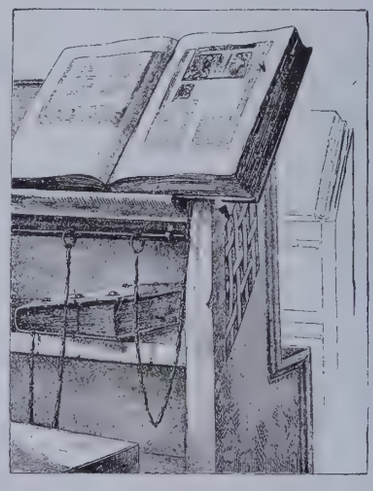
Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça, e as bibliotecas da côrte romperam êste anonimato, colocando-se perante as necessidades da cultura nacional como instrumentos de estudos regulares, auxiliares do trabalho de criação e centros de traduções. A coordenação destas funções, em parte conexas, dar-nos-ia o significado dêstes organismos; porém, no ponto de vista da história da língua e da literatura, é proeminente o movimento de traduções. O latim era a língua das disciplinas sábias, que, pela substância, como pela expressão, alcançaram um verdadeiro internacionalismo; mas é óbvio que só uma minoria podia acompanhar directamente o curso das ideas e das novidades. A tradução impunha-se então, como hoje, como processo de difusão e de nacionalização, exprimindo a variedade de textos o ritmo da adaptação e integração das ideas, sentimentos e géneros literários, embora se não possa dizer em absoluto que os dois movimentos fôssem paralelos e mútuamente mensuráveis. Das livrarias monásticas, é em Alcobaça que mais extensamente se desenvolve esta acção nacionalizadora. Traduzem-se agiografias, como a *Vida de Santa Maria Egipcíaca, Santo Aleixo, Santa Eufrosina,* a *Visão de Tundalo,* as quais, com a *Regra de S. Bento,* também vertida, exprimem com mais frescura a sensibilidade medieval do que a própria poesia; obras místicas e ascéticas, como os livros de S. João Cassiano *(De institutione coenobiorum* e *Collationes),* tão lidos entre nós, o *Orto do Esposo,* o *Espelho da Cruz,* do dominicano Domingos Cavala, e o *De anima,* de S. Bernardo; e escritos dos Padres da Igreja, como os *Diálogos,* de S. Gregório Magno, os *Solilóquios,* de Santo Agostinho, e o *Tratado do ajuntamento dos bons ditos e palavras,* de Santo Isidoro de Sevilha.

Trasladava-se principalmente do latim, mas não se ignoravam outras línguas. Assim, do castelhano, traduziu-se o *Livro das Confissões,* de Martin Perez, que o Infante Santo pediu por empréstimo ao mosteiro para mandar copiar e D. Duarte utilizou no *Leal Conselheiro;* e do francês, o *Castelo perigoso,* obra dum cartuxo. Ao lado desta literatura de edificação ou formação ascética, desenvolveu-se a cultura secular, a que os paços régios deram ambiente e estímulo, promovendo a incorporação na linguagem de escritos, pelos quais se operou um alargamento da visão, convidando os olhos a baixarem do céu à terra, do numinoso às criações da imaginação e aos valores, que, como o estado e o direito, constituem o fundamento da vida civil. Antes de 1252, traduzem-se do castelhano as *Flores das leis,* de Jácome Ruiz, jurisconsulto de Afonso, o Sábio, cujo código das *Partidas,* mandado trasladar por D. Denis, teve larga difusão em Portugal. A estas traduções, impostas por assim dizer pela conveniência do Es-

«CATENATI» OU LIVROS ENCADEADOS

Biblioteca do capítulo da catedral de Hereford (Inglaterra) constituida tôda por livros encadeados. (Da obra de John Willis Clark *The Care of Books,* reproduzida em *Le Livre* de Albert Cim, vol. 4.º). A biblioteca data de 1394.





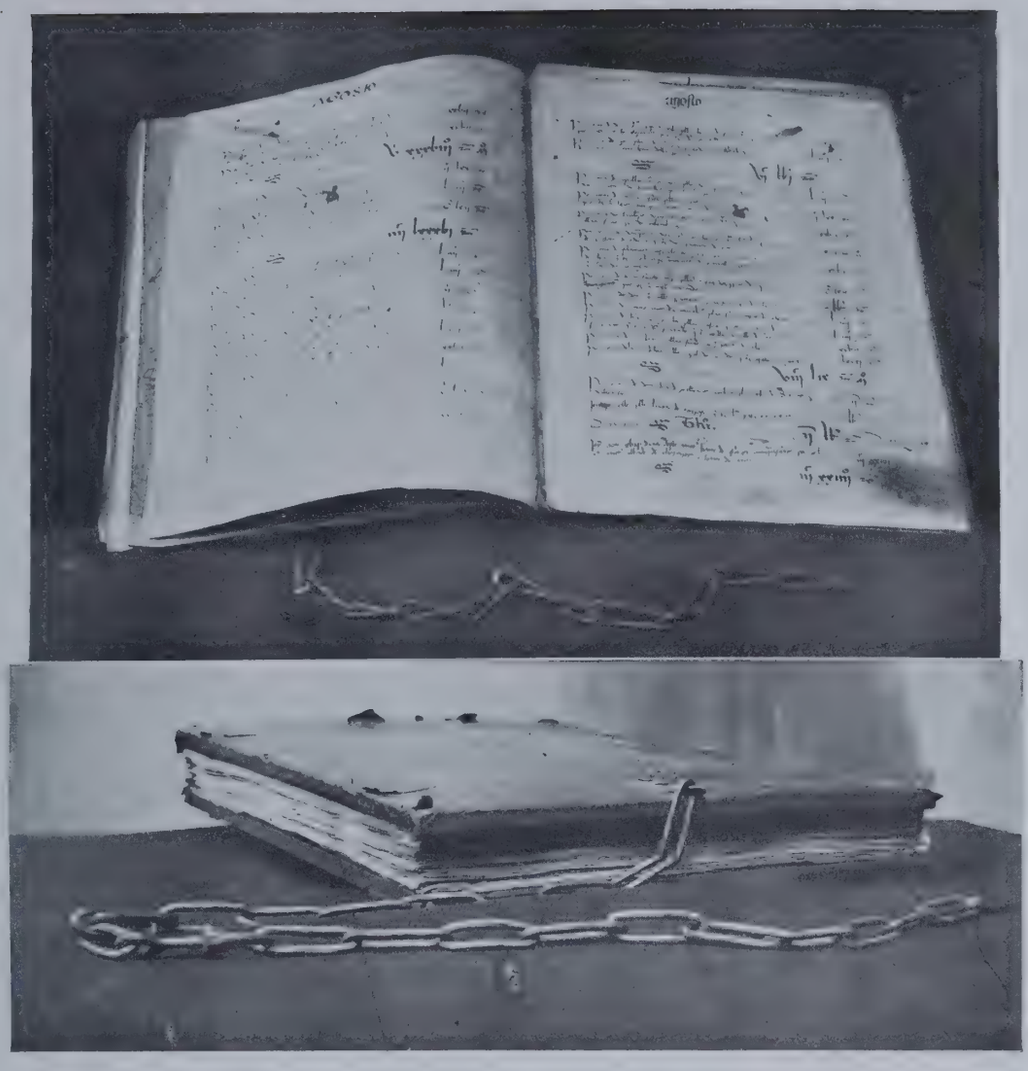
Biblioteca Laurenciana, em Florença (Itália). (De *Le Livre* de Alberto Cim.) — O *Manuel de Bibliothéconomie,* de Graesel, Paris 1907, publica também duas curiosas gravuras da Biblioteca Laurenciana. (Páginas 46-47). — A bibliteca Mediceo-Laurenziana data de 1444.

Biblioteca Malatestiana, em Cesena (Itália). (De *Le Livre* de Alberto Cim). — A bibliotecca Malatestiana foi fundada em 1452 por Dominique Malatesta e é uma das mais típicas e curiosas bibliotecas dêste género de livros que entre nós não tem representação a não ser muito limitada em Braga.

Manuscrito do século XV, proveniente do convento de Ochsenhausen (Würtemberg). — Conserva ainda a cadeia que o prendia, a placa com o título e os cantos de bronze da primitiva encadernação. (Bib. Nacional de Paris)

Sôbre os livros encadeados, anteriores à invenção da imprensa, pode vêr-se com proveito o já citado livro de Rouveyre *Connaissances,* etc., vol. I. Nele se diz que o exemplo típico de uma biblioteca dêste género se encontra na catedral de Hereford, que se conserva ainda no seu estado primitivo. Os livros encadeados prendiam-se por correntes às estantes ou às paredes, e eram quási sempre encadernados em fortes tábuas forradas de couro, com ferragens pesadas e agressivas.

tado, outras se juntam, as quais denunciam uma actividade intelectual desinteressada. D. Denis é o primeiro grande intérprete dêste movimento, mandando traduzir do árabe a *Crónica* do mouro Rasis e o livro das *Concordâncias*, do bispo Gastão Fox, o qual «era repartido em 7 partes, tratando nas três primeiras de Deus e da imortalidade da alma, e nas outras fazia a concordância dos ditos das sibilas com os profetas e discorria sôbre o estado de bem-aventurança e purgatório» (Fr. Francisco Brandão); a *Crónica Geral* ou *História de Espanha*, e tratados de alveitaria e cetraria, de Fr. Teuderique de Valência e Jordão de Calábria, trasladados em 1318 por Mestre Giraldo, físico do rei. No seu século, e porventura no seu reinado, nacionalizou-se, com notável fortuna, a literatura de ficção, tendo chegado até nós os romances do ciclo bretão, a *Demanda do Santo Graal* e *Joseph Ab Arimatia* vertidos, como tudo indica, directametne do original francês (Pseudo Boron). «Da existência dêstes dois códices, não será ilógico concluir a de uma compilação na qual entrasse também o *Merlin* ou *Conto do Brado*, e portanto que as três partes de que se compunha o ciclo foram cêdo vertidas para português. No primeiro dêstes livros, que constitui a primeira parte da trilogia, fazem-se referências ao segundo, e nêste, que formava a terceira, menciona-se o *Conto* ou *Romanço do Braado*, como sendo a segunda; existindo a primeira e a terceira, não é nada crível que a segunda deixasse de ter sido traduzida, aliás a leitura de tôda a colecção perdia grande parte do seu interêsse. (J. J. Nunes).



UM RARÍSSIMO EXEMPLAR DO LIVRO ENCADEADO, EM PORTUGAL
«Catenatus» da Biblioteca e Arquivo distrital de Braga. — Dois aspectos do volume vendo-se no segundo ainda a corrente que o prendia
A Biblioteca de Braga, competentemente dirigida pelo dr. Alberto Feio, encerra obras e documentos valiosíssimos
Publica também um *Boletim* que é excelente

D. Denis é a réplica portuguesa de Afonso, o Sábio. Com a sua morte, êste esfôrço civilizador hiberna, para reviver intensamente na dinastia de Avis. As fundas inquietações morais, ideológicas e políticas de quatrocentos, de tão largas projecções na vida nacional, patenteiam-se então nos vários livros traduzidos em grande parte por mandado ou incentivo da família rial. *O Regimento dos Príncipes*, de Egídio Romano, as *Meditações*, de Santo Agostinho, o *De officiis*, de Cícero, trasladado pelo infante D. Pedro, o *Estímulo do amor divino*, de S. Boaventura, a *Retórica*, de Cícero, traduzida em espanhol pelo douto Alonso de Cartagena a pedido de D. Duarte, o *Livro de Marco Paulo*, são exemplos desta insaciável curiosidade, que se desenfadava da filosofia, da história e da mística, lendo com delícia os romances de *Tristão, Galaaz* e *Merlim*, sem dúvida em vulgar. «Tanto a ordem dos Namorados como a meio-mítica da Madresilva se liga à leitura assídua dos romances do ciclo bretão pelos paladinos do mestre de Avis. O Condestável considerava êste último, antes de 1385, como herói digno de imitação, conforme ensina a sua crónica. E muitos nobres davam a seus filhos aquele e outros nomes românticos, como augúrio de felicidade». (D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos). Quere-se melhor prova desta vulgarização que o juizo severo de Fernão Lopes: «hoje mais não cumpre que se leiam as proezas de Tristam e de Lançarote»?

O século XV foi em Portugal um século amante da erudição e com ela se desperta uma vaga nostalgia da sabedoria clássica. A citação era veneranda, e não raro os livros originais inseriam extractos e passagens traduzidas, que por vezes capitularíamos de plagiatos, se o sentimento de probidade literária não fôsse uma conquista relativamente moderna.

O *Leal Conselheiro* é, sob êste aspecto, um livro típico, incorporando algumas versões, designadamente uma *Homília* de S. Gregório e passagens dos *Estabelecimentos*, de S. João Cassiano, de S. Tomás de Aquino e do *De secretis secretorum*, atribuido falsamente a Aristóteles. D. Duarte indica as suas fontes; mas nas *Crónicas* de

RESTOS DOS PAÇOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, às Escolas Gerais

Azurara, as excursões pela antiguidade e as declamatórias reflexões morais nem sempre deixam perceber onde termina a inventiva pessoal e começa o trabalho do copista.

Êste movimento tem o seu período culminante na época de D. Duarte, que não hesitou em ditar as regras «para bem tornar alguma leitura em nossa linguagem». Era a justificação dêste intenso processo espiritual, que enriquecendo e aperfeiçoando a língua, educou ao mesmo tempo o espírito, sugerindo-lhe por vezes novas vias.

BÍBLIA PEQUENA DE VELINO. Escriba franciscano, trabalhando sôbre um atril de tripé. (Dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.º 4)

A ARTE MEDIEVAL

Arquitectura. Iluminura. Artes menores.

BIBLIOGRAFIA: Comte A. Raczynski — *Les Arts en Portugal.* Lettres adressées a la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et accompagnées de documens. Paris 1846; id. — *Dictionnaire historico-artistique du Portugal,* pour faire suite à l'ouvrage ayant pour titre Les Arts en Portugal. Paris 1847; Joaquim de Vasconcellos—*Historia da Arte em Portugal.* Coimbra 1881-1885; id. — *A Arte Romanica em Portugal.* Porto 1918; id. — *Arte religiosa em Portugal.* Porto 1914-1915, 2 vol.; id. — *Archeologia e Historia da arte peninsular. Subsidios bibliographicos;* id. — *Elencho de Quatro conferencias sobre Historia da Arte Nacional. Estylo romanico archaico. — O Romanico dos seculos* XI *e* XII. Porto 1908; id. — *Toreutica. Elementos para a historia da ourivesaria portugueza e artes dos metaes em geral.* Porto. 1904; Eugenio de Castro e A. Augusto Gonçalves — *Noticia historica e decriptiva dos principaes objectos de ourivesaria existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra.* Coimbra 1911; varios — *A Arte e a Natureza em Portugal.* Porto 1902-1908; A. A. Gonçalves — *Estatuaria lapidar no museu Machado de Castro de Coimbra.* Coimbra 1925; Sousa Viterbo — *Diccionario historico e documental dos Architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal.* Lisboa, 3 vols. 1899-1922; id. — *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra;* id. — *Noticia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros exerceram a sua arte em Portugal.* Lisboa 1903-1911, 3 series; id. — *Artes e Artistas em Portugal;* Lisboa, 1892; Ramalho Ortigão — *O culto da Arte em Portugal.* Lisboa 1896; Fr. Francisco de S. Luiz *Obras completas.* Lisboa 1872-83; Gabriel Pereira — *Estudos eborenses.* Evora 1886-916; D. José Pessanha — *A Architectura byzantina.* Lisboa 1904, 2.ª ed. 1907; id. — *A Sé Velha de Coimbra,* Lisboa 1917.

A índole desta publicação não comporta um estudo especial da história da arte mas apenas algumas notas sintéticas sôbre a evolução das artes plásticas paralelamente à da língua e da literatura nacionais.

Em três séculos e meio de história — da fundação do reino ao reinado de D. João II (que marca já o espírito da Renascença e pelo que respeita à arte, a iniciação através das artes menores do gôsto florentino: Bíblia de Belem, faianças dos Della Robbia, etc.) — a arte da idade média desenvolveu-se em Portugal com ritmo diverso

FRADE LENDO AOS RELIGIOSOS O LIVRO DAS CONSTITUIÇÕES. (Do raro *Livro das constituições e costumes que se guardã em o moesteiro de Sancta Cruz: dos canonicos regrãtes da ordem de nosso padre Sancto Augustinho* impresso pelos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra em 1534). (Do *Diccionario Bibliographico Portuguez,* tomo XIII, 1885.)

conforme o ponto de vista — arquitectura, escultura, pintura ou artes menores.

Nada mais interessante do que surpreender nas origens da literatura e das artes plásticas de um povo o espírito nacional em via de formação, desprendendo-se pouco a pouco do bloco em que estava incorporado para alcançar a originalidade que a história, a paisagem, o ambiente poético e cultural e a própria matéria em que se exprime, definitivamente lhe conferem.

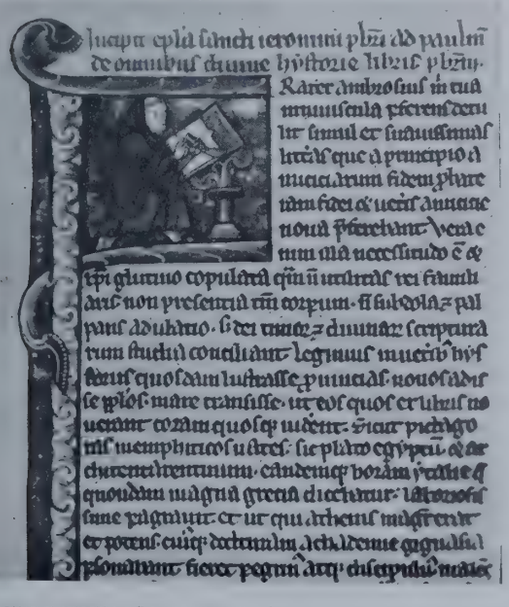
Dentre a linguagem plástica foi evidentemente a arquitectura, verbo colectivo por excelência, logo a forma que melhor traduziu o génio e o sentimento próprio do povo português.

Por isso interpretar a arte românica só através de influências e afinidades estranhas representa uma visão restrita da sua significação colectiva quando, sobretudo nas pequenas igrejas regionais, o sentimento especial das proporções, a matéria e o carácter decorativo, expressivo e sóbrio que as caracterizam, permitem surpreender nas suas originalidades essenciais o espírito e o gôsto do povo que tão fortemente as concebeu e amou. Tão certo é que a arte traduz não apenas a visão naturalista do mundo exterior mas o sentido profundo das concepções mais abstractas—do mundo das ideas e dos sentimentos.

Poder-se-ía descrever o românico em Portugal citando as variedades de planta e número de naves, ábsides quadrangulares, semicirculares, com ou sem absidiolas, a ausência ou saliência dos braços do transepto, cobertura de madeira ou de abóbada, as cúpulas do cruzeiro, a variedade dos pilares, os temas decorativos dos capitéis, impostas e arquivoltas, as arcaturas interiores, os contrafortes dos muros, o teor das cachorradas, etc.

A REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DO AUTOR EM PORTUGAL. MONGE ILUMINADOR ESCREVENDO OU «UM ESCRIBA NO SEU ARQUIBANCO». DO *Testamento velho de Lorvão. (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

CALÍGRAFO ESCREVENDO. Do *Livro 32, 3.º dos Misticos* da série *Leitura Nova* do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. 1516.



A REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DO AUTOR EM PORTUGAL. — ESCRIBA TRABALHANDO. *Bíblia* pequena de Alcobaça *(Biblioteca Nacional de Lisboa)*

No Testamento Velho de Lorvão, em que as freiras carinhosas resguardaram as iluminuras com recortes de sêda, precioso manuscrito do princípio do século XIV, — um monge bento, enquadrado numa suntuosa fôlha de ouro, o hábito cinzento da ordem vestido sôbre uma tunicela azul, a cógula encapuzada, escreve, assentado no arquivo, diante de uma estante que mais parece um facistol enorme, e onde o fólio membranáceo sofre a mordedura fecunda do estilete.

JÚLIO DANTAS — in *Anais das Bib. e Arquivos,* vol. I n.º 4, 1920.

Sousa Viterbo e Júlio Dantas foram os dois estudiosos a quem os pacientes escribas, artistas ignorados do livro, interessaram. Os seus estudos são o pouco que em Portugal existe sôbre o assunto.

Tudo isto, embora indispensável como estudo preparatório, redundaria numa enumeração fastidiosa e sêca, deslocada no relance sintético em que nos propomos abranger, acima de tudo, o carácter da evolução artística, a multiplicidade de influências sofridas e os caracteres nacionais que alcançou.

As mesmas correntes políticas, religiosas e artísticas, irradiando da Borgonha no período áureo da influência monástica, das cruzadas e das peregrinações compostelanas, trouxeram às terras Dentre-Douro-e-Minho não só o Conde borgonhês que havia de lançar as raizes duma futura nacionalidade mas os prelados que ocupariam as suas dioceses e os artistas, que, tantas vezes peregrinos da via sacra de San Tiago, edificariam as Sés de Braga, Coimbra, Lisboa, Lamego, Porto, etc.

Dois centros capitais denunciam de início a expansão da arte românica, — Braga com o prestígio da sua tradição e supremacia de primaz — e Coimbra na segunda metade do século XII, com a importância comercial e política que fez dela a verdadeira capital da monarquia borgonhesa.

De Braga, cujo românico se

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO COM AS INSÍGNIAS DOUTORAIS. (Da *Nova... Grammatices... ars* de Estevam Cavaleiro, Lisboa 1516.)

tem aproximado mais especialmente do de Languedoc, irradiaram as influências que geraram entre outras : Arnoso, Unhão, Manhente, Pombeiro, etc., e que se caracterizam pela riqueza e gôsto ornamental dos seus portais, arquivoltas e capitéis, cobertos de temas essencialmente geométricos, com raros requintes de pensamento simbólico.

Coimbra, dispondo de um calcáreo brando que havia de dar continuidade e finuras de modelação à arte escultural do vale do Mondego, levantou na Sé Velha (1160) um dos mais belos exemplares do românico auvernhês, reflexo simplificado, mas admirável de proporções, de S. Tiago de Compostela, sem nartex nem charola. S. Salvador, S. Cristóvão (1169) e S. Tiago (1183) para só falar das que chegaram até nosso tempo, pertencem ao mesmo ciclo do românico coimbrão. Fora de Coimbra, a Sé de Lisboa foi outro exemplo notável (infelizmente hoje muito deturpado) da influência da mesma origem, senão dos mesmos mestres, Roberto e Bernardo (certamente franceses) que figuram em documentos que interessam as duas Sés.

Enfim, a ordem de Cistèr, enquanto elevava êsse monumento primacial de arte gótica em Portugal que é a igreja do mosteiro de Alcobaça, fundava em S. João de Tarouca (1157), depois em Salzedas (1167), novos mosteiros em cuja arte se inspiraram, entre outros, Travanca e Paço de Sousa (XII-XIII), cujos caracteres os ligam à influência da Borgonha : igrejas de 3 naves, arcos quebrados em ogiva, colaterais de berços transversais e rosáceas borgonhesas nas fachadas.

No românico português, como de resto no românico peninsular, não há escolas, mas grupos. Fora dêles, igrejas como a de Ferreira (cujo portal lembra Zamora), Roriz, S. Martinho de Mouros, etc., para só citar algumas das mais interessantes, tem caracteres próprios que os não permitem incluir, como algumas já citadas e tantas outras ainda, nos grupos de Braga, Coimbra ou da influência cisterciense da Borgonha.

A influência directa da Galiza sente-se nas igrejas fronteiriças do Norte, que reflectem a arte de Tuy, Orense, etc.

Enfim ainda à arte do século XII pertence a igreja dos templários de Tomar, com charola anular, exemplar único entre nós e um dos raros que ainda restam no Ocidente, talvez o mais belo de todos, da influência do templo de Jerusalém em cuja ordem se filiava.

O esfôrço português da conquista do território exprime-o admirávelmente êsse Santuário, herméticamente fechado numa couraça de muralhas, cujo interior encerra, num ambiente de evocações bizantinas, uma das mais altas espiritualizações da arte cristã entre nós. Portugal, obra de templários e de cruzados, está aqui admirávelmente simbolizado no seu duplo aspecto de guerreiro e cristão. É um dos mais elevados e impressionantes poemas da nossa literatura plástica medieval.

Importações peninsulares da arte do Auvergne e da Borgonha, influências regionais da Galiza, gôsto de prelados vindos de Moissac e outros mosteiros de Cluny e Cistèr, artistas enfim que as peregrinações compostelanas trouxeram até nós, tudo isso explica a multiplicidade de influências estranhas que o românico em Portugal, como na própria Espanha, reflecte.

Mas se nas grandes catedrais estas influências teem uma pureza que a importância do monumento e a nacionalidade do mestre explicam, nos edifícios menores, frutos da arte regional, a sua assimilação não se fez sem modificações que lhe deram logo uma feição tão profunda que havia de perdurar como uma das expressões mais sugestivas do génio arquitectónico português. Aqueles que para além das afinidades superficiais das formas procuram a essência e a significação do seu espírito, reconhecerão que Portugal exprimindo-se logo de início em românico, sempre deixou transparecer, em períodos di-

O AUTOR ESCREVENDO. (Do *Reportorio dos tempos em lingoagem Portugues*). Impresso em Lisboa, por Germão Galharde, 1543 ?

versos da sua arte, as origens da língua plástica mãe. É que essa arte, tal como a assimilou, tinha as mais íntimas afinidades com o seu espírito coadunando-se admirávelmente com o sentimento próprio das proporções e das formas, de estrutura robusta, singelas na inspiração e decoração, e com um tal sentido da profundidade e do volume que na própria arte manuelina, aliás saída da

gramática da Batalha, como até no barroquismo de certas construções graníticas do Norte (Sameiro, por ex.), afloram, por vezes, túrgidas reminiscências de um atávico sentimento românico.

Mas a arte românica não foi apenas arquitectura. Se a escultura figurativa foi rara, a decorativa, sobretudo de certos capitéis do núcleo coimbrão, revela requintes de estilização e de gôsto, cheios de reminiscências orientais.

Da pintura da época nada nos resta e os frêscos que ainda hoje se encontram nas igrejas românicas de Chaves, Travanca, Font'Arcada, etc., são do século XVI.

Da iluminura do século XII são notáveis alguns códices de Lorvão como o livro das Aves e sobretudo o Apocalipse, obra de um português Egas, datada de 1186, da série oriunda do Beato de Liébano.

Mas uma das artes menores mais notáveis dêste período é a ourivesaria de que há relíquias preciosas nos museus de Coimbra, Lisboa, Guimarães, etc., dentre as quais a cruz de D. Sancho (Museu de Lisboa) e o cálix de Geda Menendiz (1152, Coimbra) são suficientes para revelarem a que altura de estilo e de *métier* subira a ourivesaria portuguesa logo no início da sua história.

A arte românica estendeu-se, como o corpo da nação, do norte para o sul. Quando, reincarnando-se na sua matéria de eleição, o granito, atingiu Évora nos começos do século XIII, adoptou formas de transição que anunciam já o gótico. Porém as abóbadas não são ainda de ogiva mas um bêrço de arcos quebrados e a tôrre *poitevine* do cruzeiro (como a do *galo* de Salamanca) as rosáceas do transepto, a própria iluminação do interior teem ainda um carácter românico.

Todavia, mais de meio século antes, o estilo ogival levantara em Alcobaça o seu primeiro monumento português, sôbre plano vindo de Claraval, e que reflecte na pureza das proporções e severidade decorativa, destituída de estátuas e de ornatos, a alma austera de S. Bernardo.

Bertaux considarava Alcobaça como a igreja mais pura e majestosa que os monges cistercienses ergueram em tôda a Europa. Nem trifório, nem *clerestory*, as três naves alteando-se igualmente e as abóbadas de puras ogivas. Uma charola rodeava a capela-mor e os arcobotantes sustentam ainda hoje o alto da ábside. Tal é a precocidade estrutural dêste notável monumento do séc. XII, um dos primeiros e mais puros que o ogival

ESCRIBA. (Das *Coplas de Bias contra Fortuna*) 15... (De *O trajo popular em Portugal nos séculos* XVI *e* XVII por Alberto Sousa)

SANTO MÁRTIR. (Da portada do livro de André Resende)

francês inspirou em terra estranha. Entretanto a par da sua construção, sobrevivendo mesmo muito além da sua terminação, o românico continúa de tal modo entranhado no gôsto e na tradição nacionais que o século XIII, o século das grandes catedrais góticas, não só em França mas na própria Espanha, é ainda entre nós um século de românico.

O reinado de D. Denis porém, abre de facto na história da civilização nacional um novo ciclo, não apenas literário e cultural, mas artístico, marcando na arquitectura, na escultura e na ourivesaria a adopção definitiva das formas e do espírito góticos.

Santa Clara de Coimbra, Santa Maria do Olival de Tomar, numerosos castelos que «o lavrador» reconstruíu ou levantou, são exemplos de protótipos ogivais, que só um século depois haviam de desabrochar na Batalha.

O gôsto português nunca sentiu porém muito profundamente o gótico. Uma arte que aspira às alturas, desmaterializa as abóbadas, fragiliza os muros enchendo-os de vitrais e estiliza em elegância o naturalismo das formas ; arte que tudo afina, alonga e subtiliza como o próprio espírito francês — não se coadunava com o espírito lusitano que eu já defini algures — forte, rude, crente e sem requinte.

Portugal falou sempre rudemente românico, nas letras como nas pedras. Por isso a própria Batalha, monumento planeado e de início dirigido por um mestre

português Afonso Domingues, tem no plano, proporções, cabeceira sem charola, (à românico), abóbada de ogiva rudimentar e telhados em terraço, como em Évora, particularidades e arcaismos cheios de sabor nacional.

São os remates e os acrescentamentos do século XV, já concebidos por Huguet ou Ouguête (1402-1438), que marcam um novo canon de proporções e gôsto decorativo, novas modulações dos perfis, outra finura de estilização, traduzindo influências estranhas, mais inglesas que francesas.

Mas precisamente a adopção dessas formas alongadas e outro sentimento do ogival da Batalha, reflectem já um novo idealismo e os requintes de cultura e sensibilidade da «inclita geração» — que ali repousa à sombra do monumento que inspirara e melhor a simboliza.

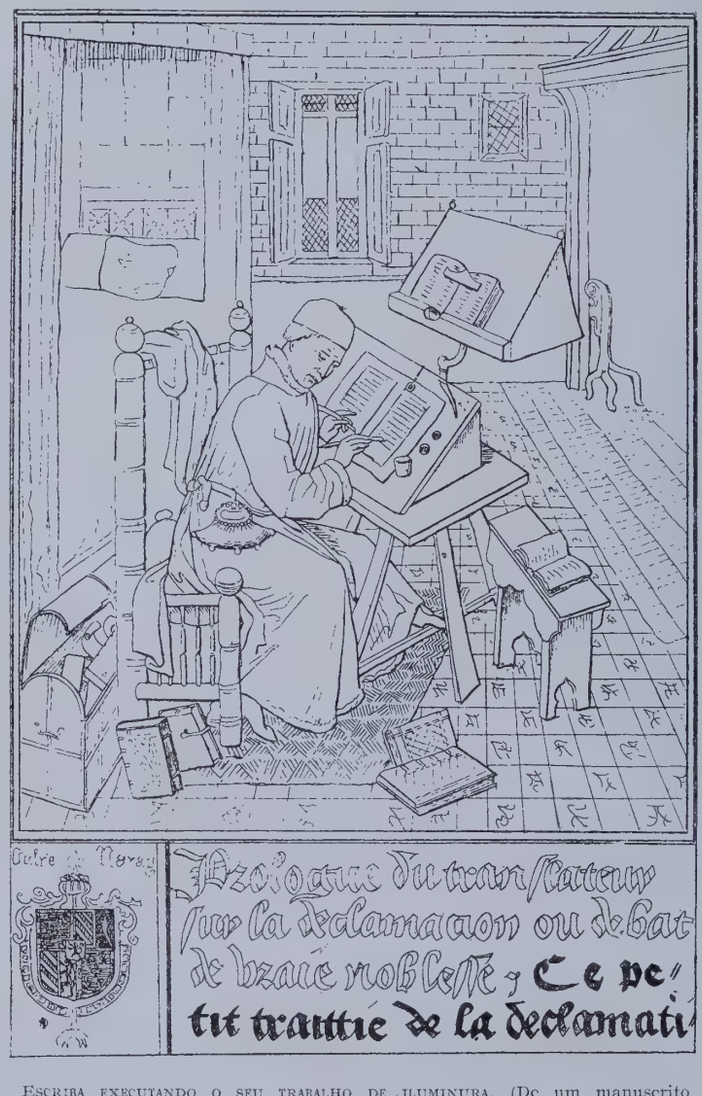
O românico do Norte, atarracado e forte, prêso por raízes de granito à terra que ajudara a conquistar exprime, palmo a palmo, o esfôrço tenaz dos conquistadores do território, enquanto as ogivas góticas se elevam nas asas de novas e mais altas ambições de expansão e sonho de além-mar.

Tão certo é ainda que a arquitectura é o verbo colectivo por excelência.

Se as construções góticas, àparte a Batalha e alguns monumentos hoje alterados ou arruinados como Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães), Carmo (Lisboa), Conceição (Beja), etc., não tiveram a eflorescência fecunda da arte românica, em compensação a escultura — arte mais individual e mais própria dos períodos de cultura — encontrou a partir do ciclo deniziano, sobretudo no século XIV, o período áureo da sua originalidade e estilo.

Pertencem já a êste período os admiráveis capitéis historiados do claustro de Celas (Coimbra) cuja iconografia e lavor são preciosos. Esculpido em madeira e digno de nota é o Cristo crucificado de Santa Cruz (Séc. XIII), (hoje no museu de Coimbra) cujo realismo trágico não exclui um grande estilo. A Virgem da Sé de Braga é um dos mais nobres reflexos da arte francesa do século XIV, envolta numa policromia peninsular.

Mas é sobretudo na escultura tumular que a evolução da estatuária gótica nacional melhor e mais contínuamente se segue, desde as figuras jacentes dos bispos da Sé de Coimbra, túmulo de D. Rodrigo Sanches (Grijó) filho da *Ribeirinha*, túmulos de D. Denis (Odivelas), da Rainha Santa (Santa Clara de Coimbra), de Bartolomeu Joanes, dos Vila Lobos (Sé de Lisboa) enfim, e acima de todos, o do Bispo D. Gonçalo Pereira (Braga). Já assinalei a continuidade e a harmonia desta evolução em que se reconhece sempre a tradição naturalista enobrecida pelo estilo e pela expressão calma, sóbria e elevada que sempre caracterizou a arte nacional nos seus melhores períodos.



ESCRIBA EXECUTANDO O SEU TRABALHO DE ILUMINURA. (De um manuscrito da Biblioteca Rial de Bruxelas). (Dos *Connainances nêcessaires á un bibliophile* por Ed. Rouveyre)

O copista, ou o autor trabalhando, entre nós, poucos mais exemplos tem dos que os que damos e J. Dantas aponta. No estrangeiro são freqüentes e os livros que tratam do assunto veem cheios de uma iconografia tão variada como rica.

Reproduzimos alguns exemplos para elucidação do estudioso a quem o assunto interesse. *Joyaux de l'Enluminure a la Bibliothèque Nationale* por Henry Martin, *Le Livre illustré au XVe siècle* por Leo S. Olschki, Florença, 1926, *Le Livre* por Henri Bouchot, o *Album Historique* de Parmentier e Lavine, a *Iconographie de l'imprimerie et du livre*, volume do Natal de 1927 do *Bulletin Officiel des Maitres imprimeurs*, os *Connaissances*, já citados, de Rouveyre para só citar os mais importantes, dão inúmeras reproduções de Mss. e impressos onde se vêem o iluminador ou o autor. Na colecção de *Evangelhos* gregos da Bib. Nac. de Paris aparecem os evangelistas várias vezes escrevendo a sua doutrina. Evangelhos dos séculos VIII, IX, X, XI e XII. S. João S. Lucas, S. Marcos, S. Paulo e S. Mateus.

No *Psalterio* do duque de Berry (XIV-XV) David ajoelhado compõe os seus psalmos. Os santos, também os copistas representaram, escrevendo. No século XII Santa Radegonda; no XV S. Jerónimo no meio de animais ferozes recebe a inspiração segredada ao ouvido por uma pomba, ou tira um espinho da pata de um leão, entre livros em hebraico, grego e latim; no XV S. Tiago escreve na sua cela, etc. Santo Agostinho não é dos menos representados. Gozzoli figura-o em um dos frescos da sua capela em S. Gimignano, a nossa gravura da página 78 dá-o escrevendo entre demónios, superior às tentações.

Há nessas miniaturas ou gravuras, o autor ora absorvido na sua tarefa de escrever ou iluminar, ora pensando (*Aesopus moralizatus*, 1495, *L'Aventurier rendu à dangier*, 1510, *De more puerorum*, 1581), sòzinho ou com os seus secretários, amigos, tradutores ou discípulos. (O poeta Persa com os seus tradutores Britanicus e Ascensius, Salustio, ladeado pelos seus tradutores Valla e Bri, Erasmo com o seu amigo Cognat). Uma gravura que reproduzimos dá-nos a glória coroando o autor, e na rara edição de Pacificus Maximus d'Ausculem o autor sentado à sua banca escreve já coroado de louros (1523). A iconografia do autor, como se vê, é não só vasta mas curiosíssima.

Clérigo escrevendo (séc. XVI). De um Manuscrito de Laon. Curiosa iluminura de um ingénuo e primitivo escriba medieval. Tôda a iluminura respira não só ingenuidade mas uma técnica antiquada, que o seu tempo não permitia já, tão belos trabalhos se conhecem dêle. É no seu género um exemplar curioso.

Se o túmulo de D. Gonçalo, obra certamente portuguesa, marca o apogeu da estatuária gótica, os túmulos de Alcobaça, de D. Pedro e D. Inês, são na segunda metade do século XIV duas jóias únicas onde a par de estranhas originalidades de composição e simbolismo misterioso (rosácea) se desenrola a vida de S. Bartolomeu, a paixão de Cristo e o Juizo final — êste inspirado na grande tradição da iconografia medieval francesa.

Esculpido por um mestre desconhecido, vemos no estilo e das figuras jacentes e de uma parte da pequena imaginária um reflexo da escultura francesa, em que êste mestre e seus colaboradores certamente tinham sido iniciados. A par disso uma profusão decorativa mais rara na arte francesa e temas claramente muçulmanos (arcos de ferradura e polilobulados) desconhecidos na escultura nacional, supõem uma sugestão peninsular. Tal é a dupla influência, freqüente no séc. XIV em Espanha, que êste artista admirável assimilou e que a sugestão dos temas e do meio em que trabalhou e as originalidades do seu génio próprio transformaram numa obra única, sem par em França ou em Espanha.

O túmulo de D. Fernando (Museu do Carmo) é no fim do séc. XIV o último lampejo desta série única.

Na escultura do séc. XV, cujo centro é agora a Batalha, o decorador substitue o estatuário (portal principal), túmulos da capela do fundador, túmulo de D. Duarte de Meneses (êste em Santarém), embora a figura jacente de D. João I esteja modelada com carácter.

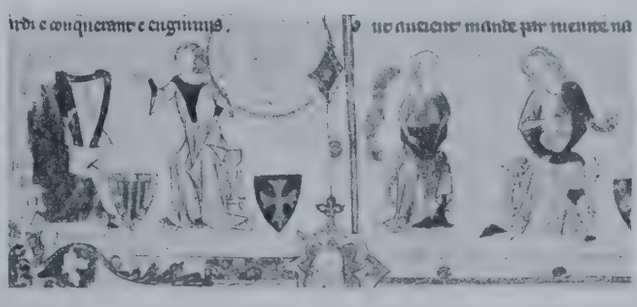
De novo na tradição nacional e já na segunda metade do séc. XV, é enfim o túmulo de Fernão de Meneses, cuja figura jacente se tem atribuido a Diogo Pires-o-Velho, escultor a quem, aliás, se pode dar, com segurança, a Virgem de Leça da Palmeira.

Autor oferecendo um livro a sua dama. Miniatura do romance de *La Poire*. (Bib. Nacional de Paris). (Langlois, *La vie en France au Moyen âge. D'après des romans mondains du temps*. 1 vol. 1926)

A ourivesaria gótica continua a grande tradição românica a que os mestres manuelinos darão novo brilho. Em contraste com a ourivesaria espanhola, sempre se caracterizará mais pela finura de gôsto e estilo do que pela magnificência, a que o impulso dos Arfes a há de levar.

O sábio e o autor. Frontespício de *L'Image du Monde* (Mss. da Bib. Nacional de Paris). (Langlois, *La connaissance de la Nature et du Monde*. 1927)

A evolução da pintura gótica entre nós só nos é hoje conhecida a partir de Nuno Gonçalves, pintor tão formidável que faz supor uma evolução precursora. Todavia, se existiu, desapareceram os vestígios. Só na segunda metade do séc. XV, já ao sôpro do espírito da Renascença que preside à cultura da *élite* portuguesa, à política dos reis e à sciência náutica dos navegadores é que o génio de Nuno Gonçalves vai desabrochar, enfim; e com êle o ciclo áureo dos primitivos portugueses. E é ainda nêsse final do séc. XV, cheio de visões do Maghreb, iniciado nas do Oriente e em que desabrocham ambições de magnificência, que se prepara o advento da arte manuelina.



«Jongleurs et jongleresses» exercendo a sua profissão.

Miniat. do *Roman d'Alexandre*. Mss. da Biblioteca Nacional de Paris. Século XIII.

TROVADORES DA FRANÇA. — JACME, REI DE ARAGÃO, AIMERIC DE PEGUILLAN, PERDIGON E BERNARD DE VENTADOUR. (Iluminuras de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris e reproduzidas na *Histoire de la littérature française illustrée* de Joseph Bédier e Paul Hazard)

A LITERATURA

POESIA GALEGO-PORTUGUESA OU TROVADORESCA

(Séculos XIII a XV)

BIBLIOGRAFIA: *Fragmentos de hum Cancioneiro Inedito que se acha na Livraria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa.* Imp.º á custa de Carlos Stuart, socio do Academia Real de Lisboa. Paris. MDCCCXIII, 4.º III-pag. 41 a 108 numeradas só no verso e I no fim s/numeração. Tem uma *Advertencia* em fl. sôlta de Timotheo Lecussan Verdier, impressa em 1824 ou 25; *Trovas e Cantares de um Codice do XIV seculo ou antes mui provavelmente o Livro das cantigas do Conde de Barcellos:* (com dous facsimiles). Madrid 1849. 16º gr. xlij-340 pg. (Publicação de F. A. Varnhagen); *Post-scriptum. Notas.* Pags. 339 a 369. Madrid 1850. (Supp.º ao anterior); *Novas Paginas de Notas ás Trovas e Cantares i. é. á ed. de Madrid do Canc.º de Lisboa, att.º ao Conde de Barcellos.* Vienna s/d. (1868 ou 70) Pag. de 373-386. (De Varnhagen); C. M. de Vasc. — *Läis de Bretanha.* Cap. inéd.º do *C. da Ajuda.* Porto 1900. *Cancioneiro da Ajuda.* Ed. critica e comm.ª por C. Michaëlis de Vasconcellos. Halle a. S. 1904-XXVIII-924 pg. e 4-1001-1 pg.; C. M. V.ºs *Glossario do Canc. da Ajuda.* Lx.ª 1922 (da *Rev. Luz.ª*) XII-95-1 pg.; Nobiling — *Zu Text und Interpret. des Canc. da Ajuda.* Erlangen, 1906.

Cancioneiro d'El-Rei D. Diniz, pela primeira vez impresso sobre o Manuscripto da Vaticana, com algumas notas illustrativas e uma prefação historico-litteraria, pelo Dr. Caetano Lopes de Moura. Paris. 1847-8.º XXXV-196 pg. e 1 fac-simile; *Cancioneirinho de Trovas Antigas colligidas de um grande cancioneiro da Biblioteca do Vaticano.* Precedido de uma noticia critica do mesmo grande cancioneiro, com a lista de todos os trovadores que comprehende, pela maior parte portuguezes e gallegos. (F. A. Varnhagen); Viena. 1870. 47-170 pg. 2.ª ed. Vienna. 1872. 47-172 pg. Ernesto Monaci — *Canti antichi portoghesi tratti dal codice vaticano 4803* con traduzione e note, a cura di E. M. XI-32 pg. Imola, Galeti 1873; E. Monaci — *Contos de ledino tratti dal grande canzoniere portoghese della Bibliotheca Vaticana.* Halle a. S. 1875; *Il Canzoniere Portoghese della Bibliotheca Vaticana,* messo a stampa da Ernesto Monaci, con una prefazione con fac-simile e con altre illustrazioni. Hall s. S. 1875. XXX-156 pg. com indice e fac-simile; *Cancioneiro Portuguez da Vaticana.* Edição critica restituida sobre o texto diplomatico de Halle, acompanhada de um glossario e de uma introducção sobre os trovadores e cancioneiros portugueses por Theophilo Braga. Lisboa 1875; *Cancioneiro d'El-Rei Dom Denis. Zum ersten Mal vollständig herausgegeben.* Dissertation zur Erlangung der Doctorwürde, eingereicht bei. der philosophischen Fakultät der Kaiserlichen Wilhelms Universität Strassburg, von Henry R. Lang. Halle a. S. 1892. 2.ª edição: *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal.* Zum ersten Mal vollständig herausgegeben und mit Einleitung, Anmerkungen und Glossar versehen von Henry R. Lang. Halle a. S. 1894. J. Leite de Vasconcellos — *Notas ao Cancioneiro de El-Rei D. Diniz.* Barcellos 1894. Tem 2.ª ed.; *Novas Notas ao Cancioneiro de El-Rei D. Diniz,* Barcellos, 1894; Joaquim de Araujo — *A lirica DV do Cancioneiro Portuguez da Vaticana, interpretada por João de Deus. Padova,* 1896.

Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti, publicato nelle parti che completano il Codice Vaticano 4803 da Enrico Molteni, con un fac-simile in eliotipia. Halle a. S. 1880. IX — 3-187-1 pag. e 1 fac-simile; Carolina Michaëlis de Vasconcellos — *Leonoreta fin roseta.*

O REI AFONSO X, O SÁBIO.—(Catedral de Toledo. Capela dos Reis)

Theophilo Braga — *Introducção á historia da litteratura portugueza.* Porto, 1870; id. — *Cancioneiros provençaes: Trovadores galecio-portuguezes.* Porto, 1871; id — *Theoria da historia da litteratura portugueza.* Porto, 1872. 2.ª ed. em introducção ao *Diccionario portuguez* de Fr. Domingos Vieira com o titulo *Ensaio sobre a litteratura portugueza* (vol. I, pags. CCIX a CCXLVIII, Porto 1873.); id. — *Introducção e theoria da Historia da Litteratura portugueza.* Porto, 1896; id. — *Historia da Litteratura portugueza. I — Idade Media.* Porto, 1909; F. A. Varnhagen — *Theophilo Braga e os antigos Romanceiros de Trovadores: Provarás para se juntarem ao processo.* 24 pg. Vienna, 1872; J. J. Nunes — *Cantigas d'Amigo dos Trovadores galego-Portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, commentario, variantes, e glossario, vol. II (texto) Coimbra, 1926 (o 1.º vol. a imprimir); id. — *Chrestomathia archaica,* Lx.ª 1919.

E ainda: José Maria Costa e Silva — *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes.* Lx.ª 1850; Innocencio Francisco da Silva — *Diccionario Bibliographico portuguez,* vols. II e IX; João Pedro Ribeiro — *Reflexões filologicas.* 1835-6; Conde de Sabugosa — *Donas de tempos idos,* Lisboa, 1912; id. — *Gente de Algo.* Lisboa, 1915;

Em várias revistas e publicações periódicas há estudos valiosos sôbre o assunto:

J. da C. Neves Carvalho Portugal — *Noticia de alguns trovadores portuguezes e gallegos nos primeiros seculos da monarchia e de suas poesias consideradas como elementos de progresso. (Panorama* 2.ª serie 1844); *Bibliogra-*

phia critica de historia e litteratura (art.º de Adolpho Coelho); Theophilo Braga — *A canção de Amadis de Gaula (Era Nova,* 1880-1881) (a *Era nova* tem outros estudos sôbre o assunto); Cunha Rivara no *Panorama,* 1842; *Revista de Estudos Livres,* 1885; etc.

Ferdinand Wolf em *Hallische Litteratur Zeitung* e *Nachschrift;* Friedrich Diez — *Ueber die erste portugiesische kunst-und Hofpoesie.* Bonn 1863; W. Grüzmacher — *Zur galicischen Liederpoesie im jahrbuch für romanische und englische Litteratur.* Leipzig. 1865; E. Monaci. — *Il trattato di poetica portoghese esistente nel Canz. Col-Brancuti* (in *Miscel. di Fil. e Ling.* 417-423);

Milá y Fontanals — *De los trovadores en España.* Barcelona, 1889; Menendez y Pelayo — *Antologia de poetas liricos castellanos...* 1890-1908; id. — *Historia de la poesia castellana en la Edad Media.* Madrid, 1913; *Cantigas de Santa Maria de Don Alfonso el Sabio,* 2 vols. *Madrid,* 1889; J. Ribera — *La Musica de las Cantigas,* Madrid, 1922 (3.º vol. da obra antecedente); P. Vindel — *Cancionero de Martin Codax.* Madrid, 1914; R. Menéndez Pidal — *La primitiva poesia lirica española.* Madrid, 1919; id. — *Poesia juglaresca y juglares.* Madrid 1924; Juan Hurtado y J. de la Serna y Angel González Palencia — *Historia de la literatura española.* Madrid, 1925. 2.ª ed.; O artigo de Juan Valera desconhecido por D. Carolina Michaëlis (C. Aj. II, pg. 11) saíu na revista *Defensa de la sociedad* e intitula-se *El Cancionero portugués de la Bib. Vaticana.*

Raynouard — *Des troubadours et des cours d'amour.* Paris, 1817; P. Aubry — *Trouvères et troubadours.* Paris, 1909; Edmond Faral — *Les jongleurs en France au Moyen Age.* Paris, 1910; id. — *Mimes français du XIIIe siecle;* Chabaneau — *Biographie des Troubadours;* Toulouse, 1885; Anglade — *Le Troubadour G. Riquier;* id. — *Les Troubadours,* Paris, 1908; Para a bibliografia francesa do assunto é indispensável consultar as *Bibliographie sommaire des Chansonniers français du moyen âge* e a *Bibliographie sommaire des chansonniers provençaux,* a 1.ª de 1918 a 2.ª de 1916, ambas por A. Jeanroy. Os livros *Le Moyen Age* de F. Funck-Bretano; a collecção *La vie en France au Moyen Age* de Ch. V. Langlois; *La Société Feodale* de Calmette; a *Histoire de la Langue e de la Littérature française des Origines à 1900* de Petit de Julleville; *Les Troubadours et leur influence sur la literature du Midi de l'Europe,* por Baret, Paris 1867; *Les origines de la poesia lyrique en France* de Jeanroy, Paris 1904; *Les origines de la Poésie lyrique en France au moyen-âge,* por M. Gaston Paris; as *Historias da Litteratura* Franceza de Bedier e Hazard, Lanson, Brunetière; *Mélanges de Litterature francaise du Moyen Âge* de Gaston Paris; *Les Légendes épiques. Recherches sur la formation das chansons de geste* por Joseph Bédier; *Les Troubadours et l'Angleterre* por Jean Audiau; *Les Comédiens en France au moyen âge* por Petit de Julleville são valiosissimos para o estudo do que vamos tratar. As colecções *Poèmes et récits de la vieille France* dirigida por Jeanroy e *Les Classiques français du Moyen âge* sob a direcção de Mario Roques são tão acessíveis como interessantes. Na 2.ª estão vulgarizadas as obras de muitos dos trovadores conhecidos.

A. Restori — *Letteratura provenzale.* Milan, 1891; Pio Rajna — *Le Corti d'Amore,* Milão, 1890; Crescini — *Per la questione delle Corti d'Amore* Padua, 1891;

K. Bartsch — *Grundriss zur Geschichte der provenzalischen Litteratur,* Elberfeld, 1872; Prof. Waldemar Vedel — *Ideales de la Edad Media.* 2 vol. (Coll. Labor). Insere uma elucidativa bibliografia alemã; Carolina Michaëlis de Vasconcellos e Theophilo Braga — *Geschichte der portugiesischen Litteratur.* Strassburg, 1892-1893; Dr. Rudolf Beer — *Spanische Literaturgeschichte,* Leipzig, 1903, 2 vols.; Dr. Friedrich Hanssen — *Zum Spanischen und Portugiesischen.* Valparaiso, 1900; id. — *Ueber die portugiesischen Minnesäuger.* Valparaiso, 1899; Beck — *Die Melodien des Troubadours.* Strassbourg 1908.

Iluminura do Livro de Horas do rei D. Duarte, mostrando um interior medieval. Um santo que era um sábio. — *(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)*

I — Espécies de composições e suas características

Sendo a poesia a linguagem do sentimento e predominando êste na infância de cada povo, como na de todo o indivíduo, não admira que por ela comecem em geral as literaturas. A nossa também não fugiu à regra e fê-lo por forma tal que lhe dá direito a enfileirar-se com as mais brilhantes. Com efeito, para os doutos, em especial os que nos seus estudos se ocupavam da cultura dos povos latinos da Idade Média, devia ter sido um verdadeiro deslumbramento o *Canzoniere portughese della Vaticana,* publicado em 1875 pelo filólogo italiano Ernesto Monaci. Embora em edição diplomática, portanto tal qual constava do respectivo manuscrito, com as deturpações e mais defeitos provenientes dos copistas, em parte por se não cingirem rigorosamente ao texto que tinham diante de si, em parte talvez também pelo mau estado em que êste já se encontrava, estava ali uma literatura, desconhecida quási por completo e todavia rica bastante, pois achava-se representada por 1:205 canções e nada menos de 163 autores. Conhecia-se já uma parte dessa antiga literatura galego-portuguesa pelo *Cancionero del-Rei D. Diniz,* pelas *Trovas e Cantares* e *Cancioneirinho das Trovas antigas,* dados a lume, respectivamente em 1847, 1849 e 1870, por Caetano Lopes de Moura e Francisco Adolfo de Varnhagen; isso, porém, era uma porção diminuta daquela brilhante florescência poética e sobretudo quási que nada compreendia do que ali se continha de mais interessante — aquilo em que a imitação estrangeira estava

SANTO AGOSTINHO ESCREVENDO A CIDADE DE DEUS, RODEADO DE DEMÓNIOS. Da tradução francesa de Raoul de Presles, impressa em 1486 em Abbeville por Jean du Pré. *(Iconographie de l'imprimerie et du livre* e J. Grand Carteret—*L'Histoire, la vie, les Mœurs et la curiosité par l'Image, le Pamphlet et le Document* (1450-1900) vol. II. Foi gravura muito divulgada no seu tempo

O AUTOR E O SEU DISCÍPULO. Gravura de *Cato moralisatus*, Lyon, 1497 (Olschki — *Le Livre illustré au XVe siécle)*

WERNER ROLEWINCK, autor do *Fasciculus Temporum* uma das obras que de 1478 a 1500 conta mais de trinta edições. A gravura representando o autor é da edição em francês publicada em Genéve em 1495. (John Grand Carteret — *L'Histoire, la vie, les Mœurs et la curiosité par l'Image, le Pamphlet et le Document* (1450-1900) — Vol. II

P. HISTORIADO DE ANTONIO VÉRARD MOSTRANDO UM AUTOR TRABALHANDO *(Iconographie de l'imprimerie et du livre)*

ausente e se poderia considerar verdadeiramente nacional. A par das trovas de amor, hirtas, quási hieráticas, que pouco se diferenciavam entre si, como se foram um livro de orações profanas, feito de harmonia com os preceitos de um canon amoroso, que regulasse as normas a seguir em tal caso, outras continha o *Cancioneiro Português da Vaticana,* que não obedeciam àquele convencionalismo e, ao contrário, dêle se afastavam pelo seu modo de dizer, simples, sem arrebiques amaneirados, quási primitivo, mas, a pesar disso, em que se sentia palpitar o coração e o movimento era transparente. Enquanto as primeiras fazem lembrar fidalgos que, em ricas salas, dirigiam requebros às damas, curvando-se respeitosamente diante delas, que, quando muito, lhos retribuiam com um simples sorriso, tudo isso, porém, com a gravidade que impunha a pragmática da côrte, nas segundas perpassavam diante de nós mulheres, umas verdadeiramente apaixonadas, que exteriorizam a sua satisfação, ao saberem que são amadas, mas fazem ouvir os seus queixumes, quando traídas ou abandonadas ; outras que, alegres e contentes, ora vão, em romaria, festejar o santo da sua devoção, ora, rindo e cantando, se entregam ao prazer da dança ; para a pintura da vida real ser totalmente completa, lá vamos encontrar até uma namorada, desabafando no canto os seus sentimentos amorosos, ao mesmo tempo que vai bordando um estôfo, scena esta que ainda se repete todos os dias.

São êstes os cantares que os seus autores punham na bôca de mulheres e que, em harmonia com o nome que cá e lá fora se dava então ao que era objecto dêles, se chamam *de amigo,* ao passo que aqueles em que os homens falam são designados por *de amor;* uns são propriamente *cantigas de mulheres,* que os seus autores compuseram, decerto, à imitação daqueloutros que elas faziam ouvir, como actualmente, ou nas suas ocupações domésticas de cada dia ou nas danças que entre si organizavam, e em certo modo vemos continuados pela actual poesia popular que, embora na sua generalidade seja de autoria masculina, é de preferência cantada pelo sexo feminino ; os outros repercutem-se hoje nas canções mais polidas e estilizadas dos poetas.

Mas, embora divergentes na forma, ou melhor, na maneira como eram apresentadas, ambas as espécies de cantigas relacionavam-se entre si pela natureza do seu conteúdo, que em ambas era o mesmo — o amor, o tema eterno de quási tôda a poesia.

Outras canções ainda lá se conteem que tornam muito mais completo o quadro que da sociedade do tempo aquelas traçam ; são as que se ocupam dos ridículos da época, pondo a descoberto, por forma às vezes bastante realista, os vícios e defeitos de vários personagens, com bastas

O COPISTA. (De Horacio *Opera*, edição de Strasburgo, 1498). (Olschki — *Le livre illustré au XV.e siècle*). Esta gravura que faz lembrar vagamente o louco bibliomano é curiosa pela documentação mobiliária do tempo, mesa, cadeira, estante, regrador, etc.

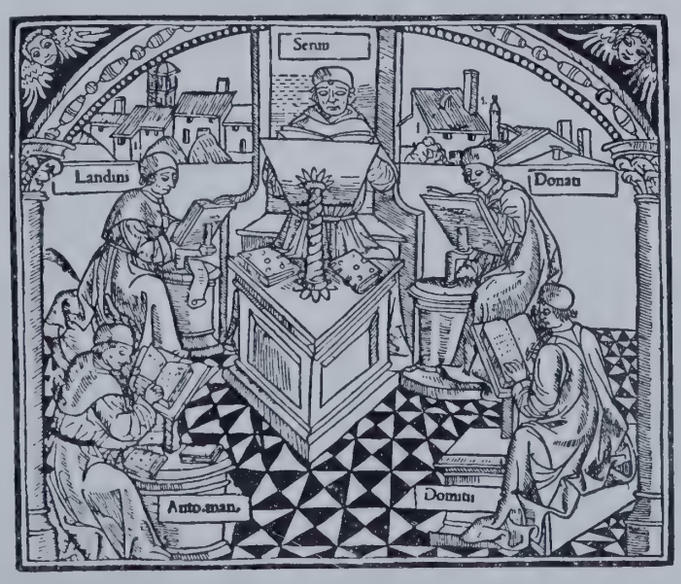
A GLÓRIA COROANDO DE LOUROS O AUTOR, ABSORVIDO NA COMPOSIÇÃO DA SUA OBRA. Herodotus, *Historiarum libri* IX *latine*, ed. de Veneza, 1494. (De *Le livre illustré au XVe siècle*)

O AUTOR, vendo-se sôbre a sua banca o cofre com todos os utensílios de escrita e iluminura. Frontespício das *Decadas* de Tito Livio, edição de Salamanca, de 1497.

referências aos acontecimentos de então. Nestas, que se denominam *cantigas de escárneo e mal-dizer*, os seus autores davam sôltas à veia sarcástica, que, embora comum a outros povos, é muito característica do português, sempre propenso à *má língua*, como se revela em especial nos apodos e alcunhas que uns aos outros se dão e constam já dos mais antigos documentos.

Era nos paços régios e salões dos nobres principalmente que tôdas estas variadas cantigas se ouviam, o que não quer dizer que algumas delas não transpusessem os seus umbrais, chegando até ao povo, como mais tarde havia de suceder a algumas comédias de Gil Vicente (1). Entre as distracções do tempo, figurava de há muito lá fora a, certamente herdada dos Romanos, de alegrar os festins e banquetes por meio de cantos (2), representações scénicas, equilíbrios e outras habilidades, executadas por profissionais. Em seguida ao repasto, de harmonia com um rifão do tempo, que dizia «depois da pança vem a dança», organizavam-se de preferência bailes de roda (*caroles* lhes chamavam os Franceses), nos quais as damas cantavam sós ou acompanhadas por tocadores de instrumentos (3). Ora, sabendo-se a grande influência que a França tem sempre exercido na nossa vida e costumes, quer por personagens vindos de lá, e entre êsses conta-se já o pai do fundador da monarquia, quer indirectamente pelos seus artefactos, modas, livros, etc., não é de estranhar que êsse costume, então subsistente naquele país, se transmitisse também ao nosso e que a côrte portuguesa de então reflectisse a francesa, tanto mais que D. Afonso III, em cujo reinado o culto da poesia atingiu o máximo esplendor, acabava de regressar da França do Norte, onde freqüentára a côrte de Branca de Castela, pondo-se assim em contacto com uma civilização mais refinada e de certo com os troveiros que a freqüentavam (1). Com êle voltavam também os fidalgos que o haviam acompanhado, alguns dos quais é de crer já então possuissem aptidões poéticas que depois revelaram ; a êsses não passaria despercebida a literatura do Norte, nem ainda a do Sul, que por êsse tempo já ali era apreciada e tinha mesmo imitadores.

A estada em França do citado monarca e seus companheiros, junta ao exílio forçado ou voluntário dos fidalgos que, descontentes com as alterações políticas e desassossêgo em que elas haviam lançado o reino nos últimos tempos de D. Sancho I, se tinham acolhido à côrte de Afonso X, deve, a meu ver, ter exercido influência capital na poesia que já cá se cultivava, contrapondo à corrente nacional, já existente, outra estrangeira, em especial a originária do Sul da França, que aqueles aprenderam a conhecer no tempo em que estiveram fora do país e, uma vez regressados a êste, puseram em moda. A existência dessas duas correntes é-nos atestada não só pelas produções poéticas do tempo, as quais acusam técnica e processos diferentes, mas ainda pelos próprios autores, que uma ou outra vez confessam o conhecimento que tinham da estrangeira e até se declaram seus imitadores. É certo que esta não matou aquela, antes



COPISTAS DA IDADE MÉDIA. (*Iconographie de l'imprimerie et du livre*)

(1) Por exemplo a farça *quem tem farelos*.

(2) A respeito de S. Luís conta Joinville : «Quand li menestrier aus riches homes venoient leans et il aportoient lour vielles après mangier il atendoit à oïr ses graces tant que li menestriers eust fait sa lesse : lors se levoit et li prestre estoient devant li qui disoient ses graces» ; cf. edição de Wailly § 668.

(3) Cf. J. Calmette, *La Société Féodale*, pág. 185.

(1) As leis sumptuárias que publicou, as disposições que introduziu no govêrno de sua casa, entre as quais figura a que determina o número de jograis a serem admitidos e a referente à permanência aí de soldadeiras dão bem testemunho de quanto influiu em D. Afonso III a sua permanência lá fora.

continuaram ambas a subsistir, pois na sua quási totalidade os trovadores nos deixaram composições nos dois estilos, dando preferência a um ou a outro, conforme tinham ou não em vista alardear erudição e modernismo. Para se ver quanto influiu na de cá a poesia de lá de fora, preciso se torna conhecer as principais características desta e a razão delas.

II — A poesia provençal e a sociedade do tempo. Conceito especial que uma e outra faziam do amor. Trovadores e jograis.

Com o despontar do século XII surge no Sul da França uma escola poética que não tardou em espalhar-se pelas regiões limítrofes, passando em breve destas a outras mais distantes — a dos chamados trovadores provençais. Semelhante facto não o devemos atribuir a maior grau de cultura que houvesse na antiga província romana, resultante do seu contacto, mais íntimo do que noutras partes, com a civilização grega e latina, mas tão sòmente à sociedade que por êsse tempo aí habitava. Com efeito, enquanto o barão do Norte da França vivia enclausurado no seu castelo, sempre à espera de ser atacado ou preparado êle mesmo para o fazer, os nobres do Sul gozavam de paz e, a realçá-la mais, dum clima suave, aliado a uma paisagem verdadeiramente encantadora. Com excepção de dois ou três condes, de gerarquia mais elevada, eram todos iguais em nobreza; os fartos haveres de que dispunham faziam-lhes a vida fácil e alegre; gostando bastante de festas e sabendo já apreciar a beleza dos conceitos e a harmonia das palavras, davam-se mútuamente freqüentes reuniões nas suas salas, que as damas iluminavam com o brilho da sua formosura e a agudeza dos seus ditos [1].

O ILUMINADOR. Gravura em madeira da obra de Josse Amnsan sôbre os *Officios*. (J. Grand Carteret — *L'Histoire, la vie, les mœurs et la curiosité*, vol. I)

É sabido que em todos os tempos a literatura reflecte os usos, costumes e modos de pensar dos homens entre os quais surge, e a da Provença não devia fazer excepção. A sua poesia, desde o seu aparecimento, apresenta-se-nos dotada de finura e elegância tais que a denunciam logo como produto dum meio no qual essas qualidades eram cultivadas; os seus próprios cultores, quando não pertenciam à classe nobre — e dela fazia parte o primeiro de entre êles, Guilherme IX, conde de Potieres e duque de Aquitania — eram por ela acolhidos, animados e protegidos.

Donde vinha, porém, essa poesia, que desde o princípio veste os trajes e maneiras requintadas de elegância, de nobreza e conjuntamente se mostra serva cheia de respeito, direi mais, adoradora da mulher, chegando a ver nela a inspiradora de todos os sentimentos nobres e elevados? Desde que nos aparece, a poesia trovadoresca revela-se já uma arte perfeita, na posse de tôda a técnica, regras e preceitos próprios, servida por uma língua apta a exprimir os mais elevados sentimentos. Com certeza que ela não nasceu assim, à laia de Minerva, saída armada e equipada da cabeça de Júpiter; um período, mais ou menos longo, devia precedê-la, durante o qual se fôsse aperfeiçoando a pouco e pouco. É de presumir que Guilherme IX, que se aponta como o seu cultor mais antigo, fôsse precedido por outro ou outros, cujos nomes não chegaram até nós, quiçá por não terem tido a salvá-los, como àquele, uma elevada posição social. E êsse ou êsses nada mais fizeram do que imitar certa classe de homens que, em todos os países herdeiros da civilização romana, aparecem, na Idade Média, como continuadores dos antigos *mimi*, *histriones* ou *thymelici*, divertindo os seus espectadores ora com momices, saltos e outras acrobacias, ora com cantos de assunto vário, mas no qual predominava o narrativo e o amoroso.

Já no século VIII um dêsses tais, oriundo da Lombardia, recitava, na presença de Carlos Magno, uns versos que êle próprio havia composto [1]. Foram êstes *joculares* ou *jograis*, como já desde o anterior se lhes chamava, que, na Provença, como aliás em tôda a parte, limando a língua e cultivando a poesia, fizeram que uma e outra atingissem o grau de perfeição que se nota naquele pretenso primeiro trovador.

E êsses mesmos nada mais fizeram do que utilizar os cantos que lá, como noutras partes, andavam na bôca do povo, uns de carácter sacro, profano outros. Entre os vários temas que êstes últimos celebravam havia os que se referiam ao reaparecimento da primavera com os gorgeios das aves e os perfumes das flores, que a caracterizam, e ainda as diversões, que o belo tempo proporciona sobretudo à gente moça, com os seus bailes de roda ao ar livre, temas êstes que figuravam entre os mais apreciados, a julgar da sua reprodução pela poesia artística, que depois surgiu.

Mas êsses homens, saídos em geral das mais baixas camadas sociais e que não obstante pela educação, rece-

---

(1) Cf. Lanson, *Hist. de la littérature française*, pág. 86.

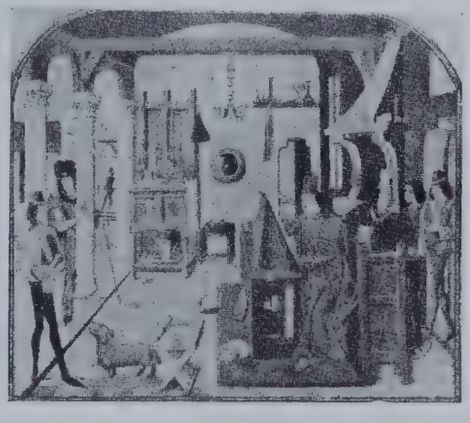
(1) Cf. A. Jeanroy, *La Poésie Provençale au Moyen Age* na *Révue des Deux Mondes*, 1899 (Janeiro).

bida nos conventos (1), estavam acima de muitos dos nobres do tempo, variavam de exibições, cantando aqui, apresentando além animais adestrados ou fazendo exercícios sôbre cordas — se é que não havia duas classes, uma mais elevada, a dos cantores, outra inferior, a dos equilibristas — acomodando-se, portanto, ao gôsto do auditório. Assim é que, enquanto, no Norte, os que cantavam iam de preferência procurar o assunto nas façanhas dos antepassados, sobretudo daqueles em cujos castelos eram recebidos, ou dos que perpetuavam as estátuas que, nas igrejas, cobriam os seus sepulcros, se é que exerciam o seu mister junto do povo, em ocasiões de feiras ou romarias, harmonizando-se dêsse modo não só com o pensar dos seus ouvintes, que apenas os duros trabalhos da guerra, em que quási constantemente se achavam envolvidos, achavam dignos de apreço, no Sul, onde tal se não dava, era o amor que principalmente lhes fornecia o tema para os seus versos. Aqui o seu contacto com uma nobreza que, pela paz que gozava e haveres acumulados pelos antepassados, se fôra limando pouco a pouco, até adquirir hábitos de elegância e sociabilidade, que lhe faziam amar o prazer e o luxo e desdenhar as suas artes bufónicas, fez que êles trocassem estas pelos madrigais, e, imitando os senhores em cujos castelos eram recebidos, cumulassem de louvores as damas a quem se dirigiam.

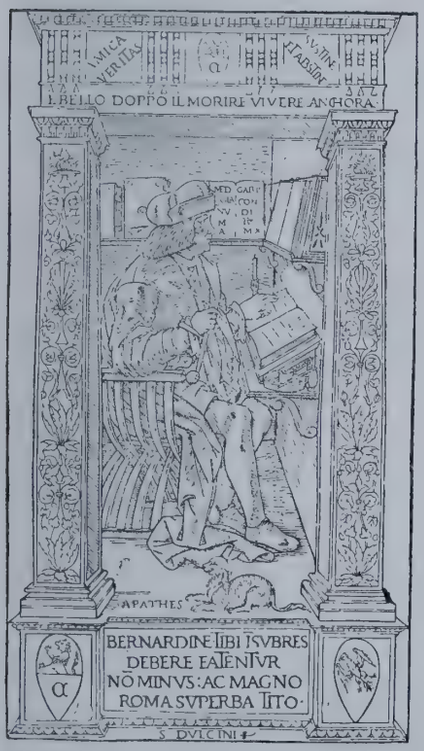
Mas êsse culto pela mulher, que se patenteia na lírica provençal e na que lhe seguiu as pisadas noutros países, está em diametral oposição com a maneira, quási desprezível, como a sociedade do tempo a tratava, pouco mais a considerando do que escrava do homem; embora não represente a realidade, é fora de dúvida que êle denuncia pelo menos um protesto contra semelhante aviltamento e uma tal ou qual aspiração a melhoria de situação e isso só da própria interessada podia provir.

Escritor trabalhando na iluminura da sua obra. Fins da época medieval *(Iconographie de l'imprimerie et du livre)*

Gabinete de trabalho de Jean Miélot, em Haia, copista de Filipe, o Bom, Duque de Borgonha, (1396-1467). Frontespício miniaturado do *Livro des Miracles de Notre Dame*, 1456, da Bib. Nac. de Paris. (Do *Album Historique* de Parmentier e Lavisse, *Iconographie de l'imprimerie et du livre*



Carlos, o Temerário, visitando o escriba David Aubert no seu gabinete de trabalho. Miniatura de Louyset Liédet na *Histoire de Charles Martel*, 1470 (Biblioteca Rial de Bruxellas). *(Iconographie de l'imprimerie et du livre)*



Frontespício do livro italiano *Patria historia* de Corio, impresso em Milão em 1503, mostrando o autor no seu gabinete trabalhando. (Olschki, *Le livre illustré au XVe siècle)*

Efectivamente é nas obras compostas para mulheres ou por elas inspiradas onde se encontram ideias e pensamentos consoantes com êsses desejos e, portanto, favoráveis ao seu sexo; tal a que tem por autor André le Chaplain, e se intitula *Flos amoris* ou *De arte honeste amandi*. «Este livro singular e precioso — diz A. Jeanroy — não é só um tratado teórico, um código do amor cortês; depois de expor os princípios, aplica-os a casos supostos reais, que deviam ser submetidos à arbitragem de senhoras experientes na matéria e cuja decisão ninguém poderia contestar (1).»

E essas senhoras eram não só de posição elevada, mas independente bastante para poderem com desassombro exprimir, por si próprias ou por intermédio dos literatos que protegiam, as ideias que professavam; tais, entre outras, Leonor de Aquitânia, sua filha Maria de Champagne (2), Aelis de França, Ermengarda de Narbonne, etc., tôdas mulheres de reis ou poderosos senhores. E essas pensavam por forma tão livre que só encontram paridade nas mais avançadas *feministas* de hoje, pois opinavam, como Maria de Champagne, que o *amor não pode existir entre casados, porquanto êstes se devem mútuamente, o que entre amantes é favor gracioso* (3) ou sentenciavam que *uma mulher*

(1) Note-se que do *quadrivium*, como na Idade Média se chamava o que hoje denominamos *curso superior*, fazia parte a música e que esta se estudava com grande desenvolvimento, tanto sob o aspecto teórico como prático. Não esqueça também que dos que se destinavam a futuros clérigos alguns abandonavam depois a carreira encetada.

(1) Cf. O artigo III *La Chanson* na Rev. citada (Fevereiro 1903).
(2) Era neta de Guilherme IX.
(3) Restori *Litt. Prov.* pág. 48.

que uma vez deu o seu amor a um cavaleiro e depois desposou outro, nem por isso é obrigada a renunciar à sua primeira ligação (1).»

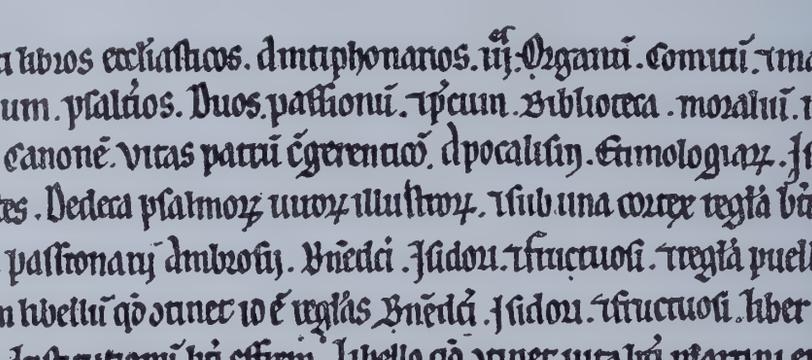
E compreende-se bem que assim pensassem, sabendo-se que, tendo a sociedade feudal o seu principal fundamento na propriedade do solo, o desejo constante, a mira principal dos barões era o acrescentamento das suas terras e, para o conseguirem, os meios de que principalmente podiam dispor eram as armas ou os casamentos. «A mulher, que no Sul da França — diz Restori — podia possuir e transmitir feudos, tornou-se num instrumento de poder e num meio de combinações diplomáticas. Quando mudavam as circunstâncias, o potente barão achava sempre um bispo complacente que descobrisse entre êle e a esposa um afastado grau de parentesco e pronunciasse o divórcio. Daí os freqüentíssimos repúdios e uma indigna posição criada à mulher na família, porque afora outras coisas, em tais matrimónios não entrava para nada o sentimento, e bem pouco a conveniência da idade dos esposos (2).»

Mas as opiniões de liberdade das mencionadas senhoras do Norte da França deviam talvez provir do Sul, onde, pelo menos já desde o século XI, existia o convívio entre os castelãos e êstes se entregavam ao luxo e ao prazer, o que se por um lado contribuia para a relaxação dos costumes (3), de que dão testemunho os prègadores e os satíricos ou moralistas do tempo, por outro fazia substituir por maneiras polidas e corteses a rudeza e grossaria passadas, graças à influência que nesse convívio a mulher exercia, segundo a confissão do trovador Guilherme de Cabestanh, que diz:

«As damas comunicam valor ao que o não tem; tal é franco e gracioso que, se não amasse, seria rude e grosseiro para tôda a gente» (1). Por mais rudes que fôssem os barões medievais, ser-lhes-ia impossível resistir aos encantos e graças feminis e, pelo menos, nas suas maneiras e trato, haviam certamente de corrigir-se, sobretudo diante daquelas a quem pretendiam agradar.

Ao papel importante que a mulher representou na transformação da sociedade do Sul da França deve ainda juntar-se certamente o influxo da cavalaria, que aos seus membros, os *milites*, impunha, na ocasião de receberem as armas diante do altar, entre outras, a obrigação de defenderem a *religião* e os *oprimidos*, fazendo-os, por assim dizer, guardas da fé e da justiça. Como manifestação do primeiro dêstes sentimentos falam bem alto as cruzadas dirigidas quer contra os infiéis, quer mesmo contra os herejes. «Mas — diz Restori — porque a recompensa prometida pela Igreja aos que cumprissem essas obrigações, embora certa, ficava longe bastante e como entre os fracos a defender estavam as mulheres, esta dôce defêsa tornou-se bem depressa prémio a si mesma. O impulso cavalheiresco partiu primeiro da fé, depois da mulher e do amor, mas um amor que, pelo menos em teoria, se ressentiu sempre da sua origem mística e ideal e foi, ou pelo menos forcejou por ser, apenas a inspiração puríssima de nobres pensamentos e de emprêsas generosas» (2).

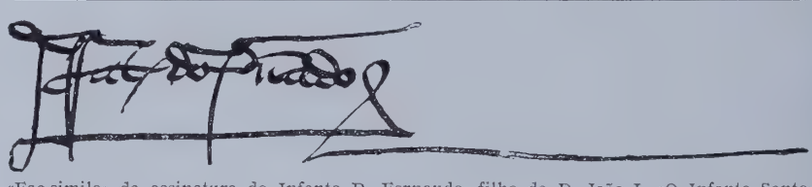
Mas a parte importante que a Cavalaria teve no adoçamento dos costumes revela-se primeiro na sociedade do



LIVRARIAS MEDIEVAIS. — A DA MUMADONA. Traslado do testamento do ano de 959 no Cartulário do cartório capitular da Colegiada de Guimarães. (J. Dantas in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. II, n.º 5, 1921)

«A biblioteca de Mumadona... compunha-se de vinte códices, nos quais se compreendiam cêrca de trinta e uma obras diferentes. Numa época em que muitas comunidades religiosas tinham apenas um Missal (Murratori, *Antiq. Ital.*, III, 833), semelhante núcleo pode considerar-se opulento. Eis, textualmente, na sumária e imperfeita biblionomia do notário, a relação dos códices contidos no *armarium* de Mumadona:

«Viginti libros ecclesiasticos. Amtiphonarios IIIes Organum. Comitum et manuale Ordinum. psalterios Duos. passionum et precum. Biblioteca. moralium regulas II.as Canonem. Vitas patrum cum gerenticon. Apocalisin. Etimologiarum. Istoria ecclesiastes. Dedeca psalmorum. virorum illustrorum. et sub una cortex regula beati pacomii, passionarii Ambrosii. Benedicti. Isidori. et Fructuosi. et regula puellarum et alium libellum quod continet id est regulas Benedicti. Isidori. et Fructuosi. liber dialogorum. Istitutionum beati effrem. Libello quod continet vita beati martini episcopi. et virginitate beate marie virginis.»



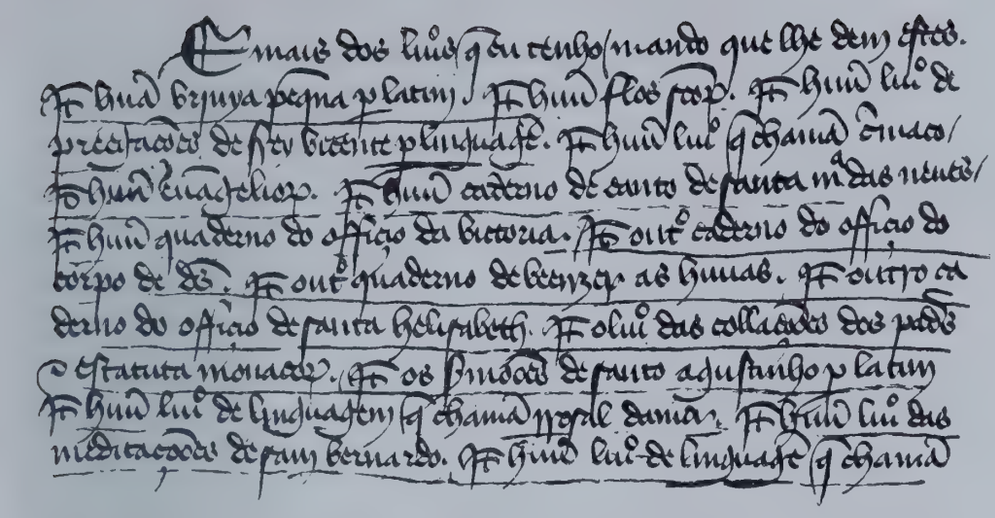
«Fac-simile» da assinatura do Infante D. Fernando, filho de D. João I, «O Infante Santo»

(1) Jeanroy, último artigo citado.
(2) Cf. obra citada, pág. 48.
(3) Jeanroy no artigo referido, todavia Restori diz (pág. 48) «não ter sido aquela uma das épocas mais corrutas, caracterizando-se muito mais pelo luxo, pelas festas, por uma alegria ruidosa e dissipadora, pela plena e alegre satisfação da vida, do que pelas sujidades do vício; mesmo no templo do amor havia então mais intemperança do que corrução.»

(1) Diz assim o texto original:

...dompnas fan valer ades
Los desvalenz e'ls fels engres:
Que tals es francs et agradins
Que, si ja dompna no ames,
Vas tot lo mon fora esquius.

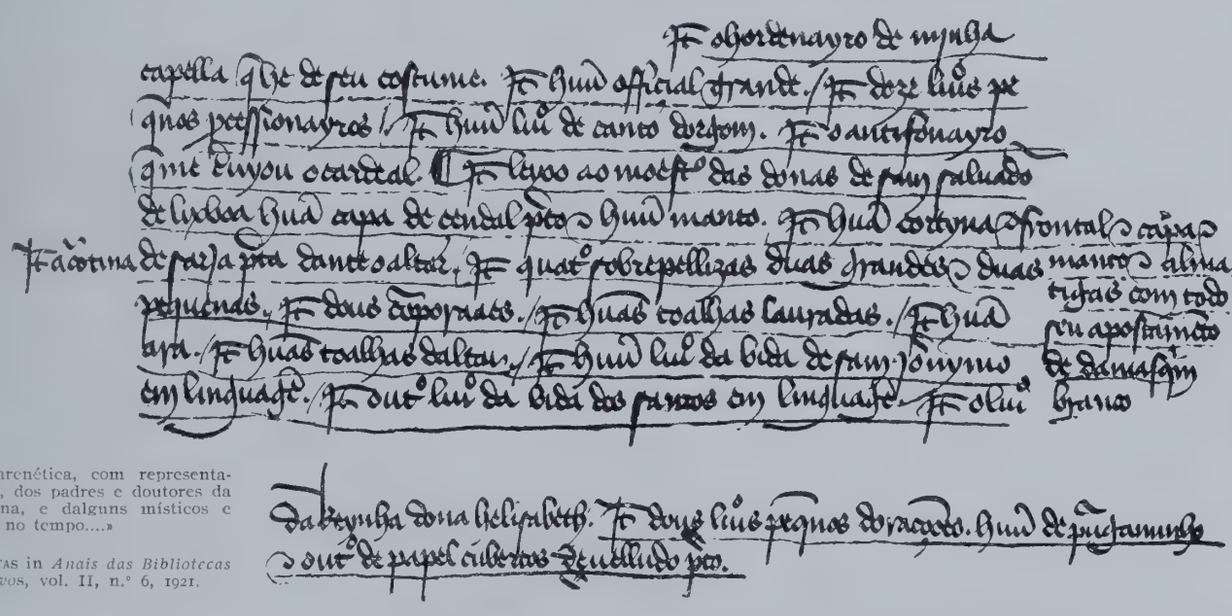
Cf. edição das suas canções por A. Langfors, pág. 9.
(2) Cf. obra citada, pág. 47.



«E mais dos liuro q. eu tenho mando que lhe dem estes.
Item hua brjvya pequena per latim. Item huu flos sanctorum.
Item huu liuro de pregações de frey vicente per linguagem.
Item huu liuro q. chamã crimaco. Item huu evãgliorum.
Item huu caderno de canto de santa maria das neves. Item huu quaderno do officio da victoria. Item outro caderno do officio do corpo de deus. Item outro quaderno de benzer as huuvas. Item outro caderno do officio de santa helisabath. Item o liuro das collações dos padres e estatuta monacorum. Item os sermões de santo agustinho per latim. Item huu liuro de linguagem q. chamão rrosal damor. Item huu liuro das meditações de sam bernardo. Item huu liuro de linguagem que chamã estimullo amoris. Item o solliloquio de santo agustinho e de suas meditações em linguagem. Item outro liuro que chamã jsaac em linguagem. Item huu liuro de papel per latim de mujtas cousas misticas q. foi do thesoureyro devora.»

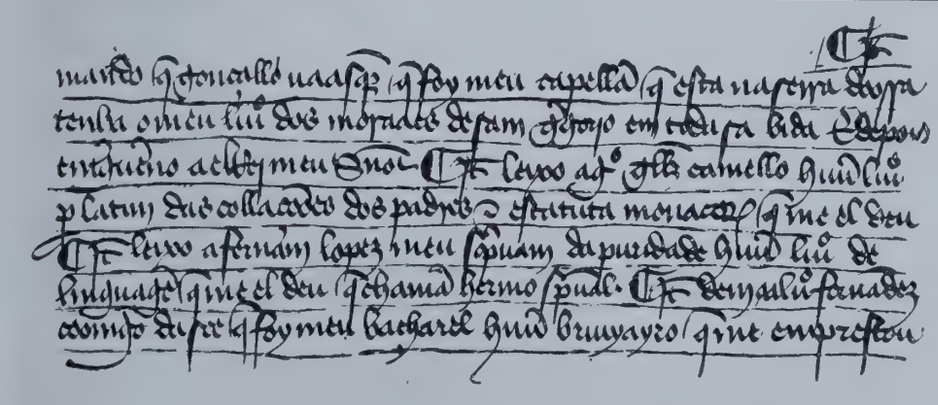
LIVRARIAS MEDIEVAIS. — A livraria do Infante D. Fernando, filho de D. João I, cognominado «O Infante Santo». Trechos do seu testamento, todo do punho do cronista Fernão Lopes. «O Infante Santo» possuia uma opulenta livraria de 44 códices, quási tão numerosa como a do irmão D. Duarte, e entregue a uma espécie de escriba-bibliotecário, o «escrivão dos livros» Vasco Gil, que a conservava e guardava, exercendo ao mesmo tempo, provàvelmente, as funções de copista e de iluminador. ...Todos os códices eram membranáceos, à excepção de dois que, pela raridade (os códices cartáceos apareciam ainda pouco), se declara que são escritos em papel: um livro de orações, e um livro «de muitas coisas místicas», do tesoureiro de Évora. A livraria do Infante era de carácter exclusivamente religioso: vinte e seis códices continham obras litúrgicas, os dezoito restantes, obras de teologia positiva, moral, mística, ascética, parenética, com representação embora limitada, dos padres e doutores da Igreja grega e latina, e dalguns místicos e agiógrafos em moda no tempo....»

Júlio Dantas in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. II, n.º 6, 1921.



Legados à Sé de Lisboa :

«Item o hordenayro de minha capella que he de seu costume Item huu official grande. Item doze liuros pequenos passionayros. Item huu liuro de canto dorgão. Item o antifonayro q. me enuyou o cardeal.» E leyxo ao *Mosteiro das Donas de S. Salvador*..... Item huu liuro da vida de sam jeronymo em linguagem. Item outro liuro da vida dos santos em linguagem. Item a liuro da Reynha dona helisabeth. Item dous liuros pequenos doraçoões. huu de purgaminho e outro de papel cobertos de velludo preto.»



«Item mando q. Gonçallo vaasquez q. foy meu capellã q. está na serra doossa tenha o meu liuro dos moraees de sam gregorio em toda sa vida. E depois entreguemno a ElRej meu senhor. Item leixo a gonçallo gonçalvez camello huu liuro per latim das collaçoões dos padres e estatuta monacorum q. el me deu. Item leixo a fernam lopez meo scripvam da puridade huu liuro de linguagem q. me el deu q. chamã hermo spiritual. Item dem a alvaro fernãdez conigo da see q. foy meu bacharel huu brevyayro q. me emprestou.»

ESCOLAS E UNIVERSIDADES

CAPITULARES ORNADAS DO LIBER SENTENTIARUM de Pedro Lombardo, arcebispo de Paris, livro de manuscrito freqüente em Portugal, no século XV. A primeira representa «um frade na cátedra a explicar, com discípulos à frente, a segunda um professor de direito. Êste códice que se guarda na Tôrre do Tombo é conhecido por «Mestre das Sentenças»

As Escolas e Universidades não falta documentação iconográfica que diga de sua vida e do seu esplendor. Os *retratos de humanistas florentinos*, fresco de Guirlandaio, *Santo Agostinho ensinando retórica em Roma*, fresco de Gozzoli (1420-1498), a pintura de Przezdziecki, do século XV, *Doutores na Universidade de Cracovia*, na pintura; a decoração do túmulo de Filipo Lazzari, executada em 1464 pelos Rosselinos, e outros, na escultura; as miniaturas de escolas inglesas do século XIV, a do Mss. 2813 da Bib. Nac. de Paris, miniatura de fins do século XIV em que se representa Carlos IV, da Alemanha (1346-1378) recebido pelos doutores da Universidade de Paris, prova são do que dissemos. Na gravura a documentação é enorme, e curiosa: Em *La Mer des hystoires*, de 1487, vê-se uma lição no colégio de Navarra. Sentado aos pés do catedrático o porteiro da maça ostenta o seu distintivo. Nas ilustrações de Burgkmair, Maximiliano I aprende as letras e aprende nigromância; no livro de Aliacus, *Concordantia*, impresso em Augsbourg em 1490, um teólogo e um astrónomo discutem, como na *Chirurgia* de Brunschwig, de Strasbourg, 1497, discutem um médico com um boticário; no *Hortus Sanitatis* de Mayença, 1491, de uma assembléa de médicos aparece o que se repete do *Hortus Sanitatis ferbanice* de 1486; em *The Royal Book*, de Westminster, 1484, um santo frade lê à comunidade o que em 1506 em Pavia se vê na *Regula S. Francisci;* no *Commentaria* de S. Tomás de Aquino, de Veneza, 1495, uma assembléa de doutores trata coisas teológicas da sua grei. Escolas diversas aparecem na *Ars distillandi german*, de Strasbourg, 1500, na *Pratica musical* e na *Theoria musical*, de Gafurius, uma de 1496 outra de 1492, ambas de Milão. Podemos à face dessa documentação visionar o que foram as escolas medievais.

Sul, mercê certamente das circunstâncias especiais que aqui se davam e já apontámos; só mais tarde é que a sua influência se estendeu também à do Norte, apondo o seu sêlo, ao lado do feminino, na literatura romântica que, no século XII aí surgiu (1).

Era natural que os jograis que, já o dissémos, acomodavam as suas exibições ao meio onde as punham em prática, acompanhassem também as transformações que no Sul da França se iam operando em volta dêles, tanto mais que, em geral, faziam parte dos servidores dos poderosos barões. E, embora na sua maioria proviessem das baixas camadas sociais, havia entre êles também alguns nobres (2) que, não podendo manter o grau herdado de cavaleiro, por falta de meios, visto serem os filhos mais novos ou terem caído em pobreza — e dêsses havia poucos na Provença — se alistavam na classe, como único recurso para angariarem os meios de subsistência. Foram sem dúvida êstes — jograis e cavaleiros de pequena nobreza — que, quando já integrados nos gôstos refinados da época, inventaram a terminologia característica da poesia provençal, tanto ela se coaduna com o pensar das senhoras do tempo, que, não desdenhando, antes pelo contrário, em harmonia com o aforismo, que diz *não é dama quem não ama*, julgando sinal de distinção ter um amante, sobretudo que a cantasse em verso, nem por isso se consideravam menos livres de dispor do seu afecto e de o conceder nos limites que entendessem, jámais admitindo a igualdade de direitos nas duas partes, antes classificando de favor qualquer concessão feita ao amante que, não obstante essa qualidade, em todos os seus pedidos e súplicas, devia dirigir-se-lhe do mesmo modo que o faria à sua soberana (1).

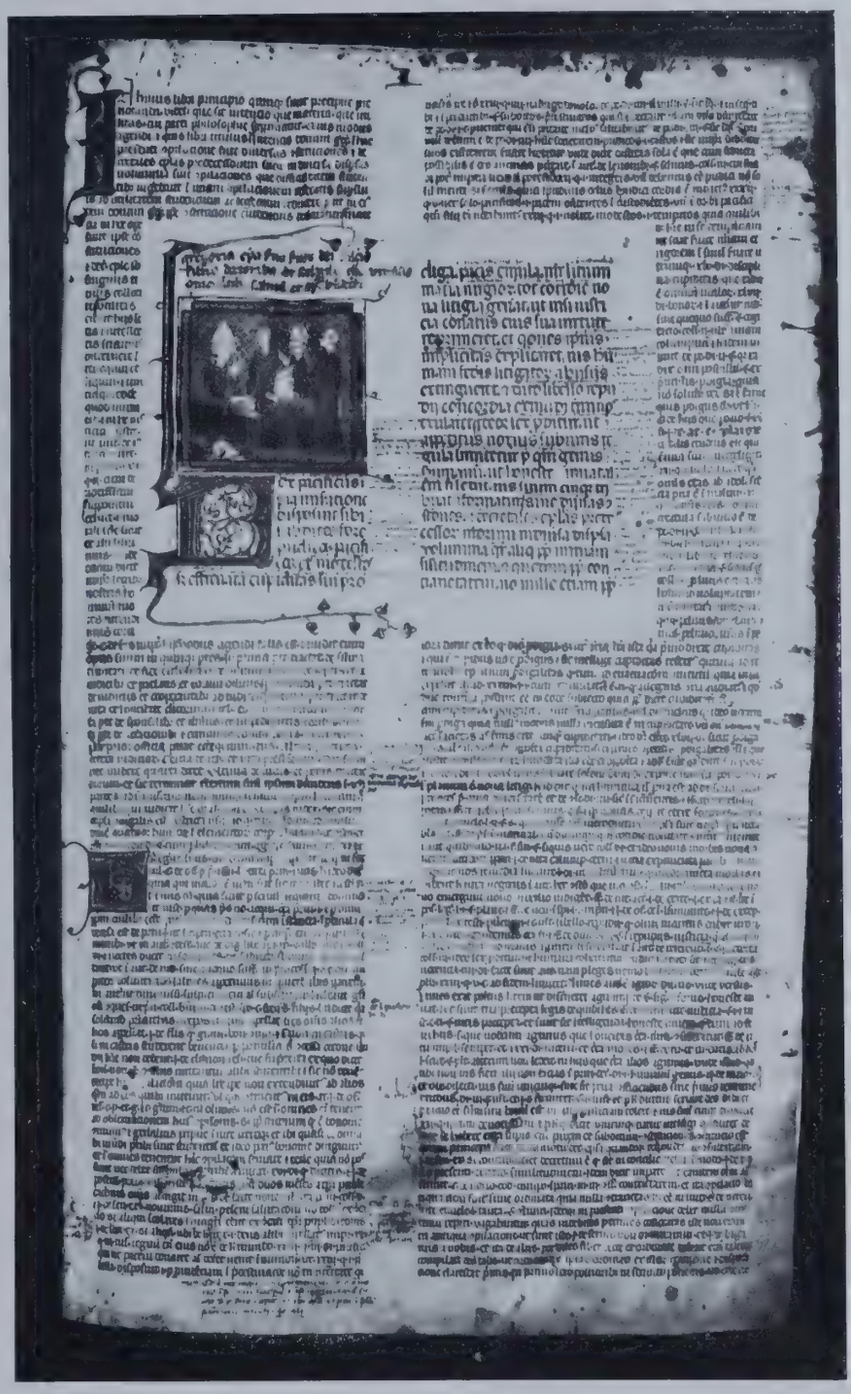
Para êsses, jograis e cavaleiros de pequena fidalguia, a castelã era não só a consorte, mas ainda por vezes a substituta, no govêrno dos seus estados, do poderoso barão a quem êles serviam; a distância social que os separava dêste afastava-os também dela; deviam portanto ser iguais a consideração e respeito que tributavam a um e à outra. Só de homens de condição inferior a ela podiam provir e esta aceitar expressões quási servis, nas quais êles, rebaixando-se a si próprios, exaltavam a sua nobreza; depois, tal vocabulário, considerado como lugar comum, foi imitado e seguido por quantos cultivaram a poesia, quer pertencessem à mais alta nobreza, como Guilherme IX ou Rambaut d'Orange, quer fôssem simples plebeus e até jograis, como Bernardo de Ventadour ou Marcabru. Outra prova ainda da subalternidade dêsses

(1) Assim, por exemplo, nas obras de Chrétien de Troyes, como o *Conte de la Charrette*.

(2) Tais eram, entre outros, Raimundo de Miraval, Peirol Cadenet, Rambaldo de Vaqueiras, etc.

(1) Cf. na *Anthologie des Troubadours* de Jeanroy a interessante discussão entre Maria de Ventadour e Guido d'Ussel, pág. 78.

primeiros cantores vejo no facto de os seus sucessores, ainda os mais poderosos e independentes, seguindo-lhes de certo as pisadas, celebrarem em seus versos apenas mulheres casadas. Com efeito, de quem procurariam êles mais captar as boas graças do que das esposas dos seus senhores, sobretudo sabendo que a elas era agradável o verem-se cantadas e êles sentiam-se, sem dúvida, desvanecidos com os louvores tributados às suas consortes, sempre que, escusado é dizê-lo, não passassem além dos simples galanteios, porque de contrário, como aliás as biografias de muitos trovadores no-lo atestam, a sua vingança não se fazia esperar e por vezes de forma bem cruel.



PRIMEIRA PÁGINA DO VOL. *Decretaes de Gregorio IX*, glosados por Guido de Baiso. A vinheta representa um frade «provàvelmente Guido de Baiso, a apresentar um livro — as suas glosas — a um papa — Gregório 9.º talvez». É em pergaminho, ao meio o texto, ao lado em duas colunas as glosas. Tem anotações de professores portugueses, tendo sido fonte de ensino no século XIV e XV. — (*Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo*)

Foram certamente êsses homens, na sua maioria de condição humilde, mas, repito, já identificados com os costumes da sociedade que freqüentavam, os criadores da poesia amorosa do Sul da França, como provavelmente outros, iguais em humildade, ao mesmo tempo no Norte escolhiam para tema dos seus cantos os feitos guerreiros dos antepassados. Com o fim de entreterem os ócios dos seus senhores e tornarem mais alegres as reuniões que êstes se davam mútuamente, diante dêles e seus convidados, nas salas em que todos se reuniam, exibiam os produtos do seu engenho, que tornava ainda mais atraentes e agradáveis o canto com que os acompanhavam. Os aplausos, mais ou menos quentes, e principalmente a simpatia com que eram acolhidos e os incitamentos que recebiam das damas deviam naturalmente despertar nos fidalgos, que a essas reuniões assistiam, em especial nos que eram dotados de veia poética, desejo de os imitar, quinhoando assim das mesmas honras e proventos. Assim, do jogral nasceu o trovador e a arte poética se foi aperfeiçoando cada vez mais, atraindo ao seu cultivo indivíduos das classes mais altas até às mais humildes, cada um dos quais procurava sobressair entre os seus iguais pela excelência das suas composições. Assim, a par de fidalgos e até de reis, figuram entre os trovadores indivíduos da classe burguesa e simples filhos do povo; o entusiasmo despertado pela nova arte de trovar chegou a tal ponto que não poucos membros do clero se fizeram seus cultores e, o que é mais, mulheres houve até de elevada progenitura que a ela se afeiçoaram, produzindo canções no mesmo estilo que os trovadores.

Era — e continuou a sê-lo — o amor o assunto principal dessas composições, que apenas divergiam entre si na forma por que o tratavam, falando em geral o trovador só, uma que outra vez também a dama, ou discutindo com outro, expondo ambos a sua maneira de pensar; o nome que cada uma delas tinha era o de *canção* (entre nós *cantiga* ou *cantar) de amor*, no primeiro caso, no segundo o de *jocs enamoratz* ou *jôgo enamorado*, isto é, disputa entre dois namorados. «O género nobre por excelência, o mais apreciado e pelo qual se aquilatava o merecimento do seu autor — diz A. Jeanroy — era a *canção de amor*, que equivalia à ode da poesia clássica. Compunha-se ela a princípio de número indeterminado de estrofes, as quais, idênticas quanto à estrutura (pois cantavam-se com a mesma música), divergiam na rima, que ora era diferente em cada uma *(coblas singulars)*, ora repetia-se em cada duas *(coblas doblas)*; era *verso* o nome genérico que a princípio se lhe deu, foi só no fim do século XII que começou a ser conhecida pelo de *canção*. Estabeleceu-se então

o costume de dar a esta composição poética número determinado de estrofes, cinco a seis, tôdas com a mesma rima *(coblas unissonas)* e versos de medida vária, em geral de seis a oito sílabas, livremente associados e cujo número médio era oito ou dez. A canção terminava em geral por uma, duas ou três remessas *(tornadas,* entre nós *findas),* compostas de alguns versos que, na sua estrutura e disposição de rima, reproduziam os últimos da estância precedente; essas remessas dirigiam-se não à mulher cantada até aí, mas a um protector ou amigo.

A forma da canção, um tanto ou quanto modificada, foi seguida em géneros secundários, que não se lhe igualavam em apreço, nem exigiam a mesma perfeição, embora fôssem, como ela, acompanhados de música (1).»

ESCOLAS E UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS. — Uma cátedra no século XV. (Cópia de uma estampa da época. Gabinete rial de estampas de Berlim). (De *La Moda,* de Max von Boehn, ed. espanhola, Barcelona, 1928 e da *Hist. del renacimiento* de J. P. Hervás)

Neste caso está o *sirventês,* um poemeto no qual o seu autor ora aprecia os sucessos políticos e costumes do tempo, censurando-os ou aplaudindo-os, ora se dirige ao fidalgo, ou para lhe censurar acções menos justas ou para o incitar a combater os infiéis, quer na Palestina, quer na Espanha; não raro também ataca nêle um adversário pessoal com as expressões mais ásperas que o despeito lhe inspirava. Mas sucedia também aqui, como no *jocs enamoratz,* figurarem dois adversários na mesma composição, empregando ambos, nas interpelações que um ao outro se dirigiam, a mesma forma e rima; chamava-se a isso *tenção.*

Uma variedade desta era o *jocs partitz* ou *partimen,* no qual cada um dos figurantes tratava de defender a sua opinião contrapondo argumentos a argumentos e deixando por fim ao arbítrio de um juiz, préviamente escolhido, a decisão da sentença. Esta espécie de torneio poético era, na Idade Média, um dos vários modos de entreter nas salas os espectadores e entre nós aparece ainda posteriormente no *Cuidar e Sospirar* do Cancioneiro de Garcia de Rezende (2).

Afora estas composições, havia o *planh* ou *pranto,* o necrológio de hoje, destinado a celebrar as virtudes de um morto (1), e ainda a *alba* ou *alva* e a *pastorela,* que se realmente são de origem popular, como alguns pretendem, na poesia de Provença apresentam cunho verdadeiramente aristocrático. Na primeira destas duas últimas imagina-se que dois amantes são acordados por um personagem por êles encarregado de os avisar de qualquer surprêsa e que realmente existia — era o *gaita* ou vigia cuja ocupação consistia em vigiar os arredores do castelo e anunciar o aparecimento do dia (2); na segunda descreve-se o encontro de um cavaleiro com uma pastora a quem faz declaração de amor, sendo por ela acolhido favorável ou desfavoravelmente. De forma por vezes algo escabrosa, parece certo que a pastorela, quer a do Norte quer a do Sul da França visava a pôr frente a frente as duas classes — a nobre e a plebeia ou *vilana* — com o fim de realçar a elegância e fino gôsto daquela em oposição à baixeza e rusticidade desta (3). Das formosas *canções de história,* bem como das *bailadas,* existentes no Norte, o cancioneiro do Sul apenas raras amostras nos transmitiu, de certo porque, sendo estas espécies caracteristicamente populares, estavam em oposição com os gôstos requintados da fidalguia do tempo, bem manifestos na obra poética que chegou até nós (4). Com efeito, vê-se nela que aquilo que os seus autores tinham principalmente em vista era a beleza da forma, a elegância do estilo, recorrendo para isso a tudo quanto pudesse comunicar às suas canções certa novidade e distinção, como os conceitos invulgares e a complicação estrófica (5); êsse empenho

Mestre Nebrija na sua cátedra. (Página de um códice do século XV da Biblioteca Nacional de Madrid)

(1) Jeanroy, introdução à sua *Anthologie des Troubadours,* pág. 7.

(2) Jeanroy diz no lugar citado que o uso continuou a persistir em França até ao século XVII; em Portugal o último exemplo que dêle conheço é o dado acima.

(1) Na sua *Anthologia* Jeanroy inseriu o de Pons de Chapteuil sôbre a sua dama, de um lirismo verdadeiramente apaixonado, e o de Sordel a respeito da morte de Blacas, seu protector, e que tem todo o ar de um sirventés.

(2) A *alba* de Guiraut de Borneil (cf. Anglade, *Anthologie des Troubadours,* pág. 81), embora aristocrática, revela talvez no estribilho a sua proveniência popular. Havia também a *alba* religiosa, como a composta por Folquet de Marselha (id. pág. 142), se realmente lhe pertence.

(3) Em artigo publicado na *Romania,* vol. XLIX, pág. 204 a 259, afirma E. Faral ter a pastorela sido, desde o mais antigo que dela se conhece, um género não só eminentemente aristocrático, imbuido do espírito cortês da sociedade do tempo, mas ainda erudito, ou seja, influenciado pela técnica vergiliana, contestando que jámais haja sido popular.

(4) A bailada que começa pelo verso *A Ventrada del tems clar, eya* e se compõe de cinco quadras de versos setesílabos agudos, seguidas cada uma de outro sexsílabo grave e mais o refram, afigura-se-me imitação popular; já o mesmo carácter me parece não ter, a pesar do refram, a que começa por êste verso: *En un vergier, sotz folha d'albespi.* Vejam-se ambas em Anglade, *Anthologie des Troubadours,* pág. 11 a 14.

(5) Na introdução citada diz Jeanroy: «As qualidades comuns aos trovadores e por êles mais apreciadas eram a finura, a elegância, um estilo brilhante, a novidade e complicação das formas estróficas; fôram êles os primeiros que na Idade Média tiveram o sentimento da forma, e é por isso que as suas obras alcançaram importância verdadeiramente europeia; sem êles, Dante e Petrarca teriam sido sem dúvida grandes poetas, mas com certeza poetas diferentes do que foram».

As escolas de primeiras letras, teem como as das Universidades a sua representação. Quási nunca porém aparecem sem que o professor empunhe a vara clássica do castigo. Na Aritmética de Calandri, edição de Florença de 1491; na *Ars epistolandi* de Niger, Franc, edição de 1499, de Augsbourg e no *De laniis*, de Molitor, edição de Colonia de 149 e tantos, mestre e discípulos revivem as suas horas pedagógicas para nos mostrarem os bons velhos tempos do passado, os tempos primitivos, medievais.

PROFESSOR ENSINANDO SINGULARMENTE E EM CLASSE. Miniaturas do Mss. 593 da Biblioteca de Rennes (De *La vie en France au Moyen âge* de Ch. V. Langlois, III vol.)

ESTUDANTES DO SÉCULO XV. — Fresco de Benozzo Gozzoli (1420-1493) na igreja de Santo Agostinho em S. Gimignano. Representa os parentes de Santo Agostinho levando êste à escola. Trajos os da época do pintor. (De *Album Historique* de Parmentier e Lavisse)

chegou á tal exagêro que muitos velavam os pensamentos por forma tal que os tornavam verdadeiramente enigmáticos — eram os que seguiam a escola do *trobar clus* em oposição aos que faziam gala de exprimir as ideias mais simples e banais por meio de termos rebuscados e complicação de rimas.

Mas êsse empenho em darem às suas trovas um cunho de perfeição artística tal que atraíssem sôbre elas as atenções da nobreza, requintadamente culta e elegante, à qual, sobretudo os seus autores as destinavam, de certo não provinham só do intento de satisfazerem uma aptidão e gôstos especiais; outras razões, umas mais elevadas que outras, a isso os impeliriam; a uns moveria o desejo de cobrarem fama e glória, a outros seriam as recompensas materiais que sobretudo os seduziriam. E como conseguirem uma e outra coisa? Não havia então, como hoje, a imprensa que fizesse correr mundo os seus produtos literários. O único recurso, pois, era transmitirem-nos êles próprios, indo de castelo em castelo, de cidade em cidade, num peregrinar constante. E, porque essas composições se exibiam em público com acompanhamento de canto, como disse, os trovadores, pelo menos os mais distintos, ao engenho poético acrescentavam também o musical, compondo êles próprios o *motz* e o *so*, para me servir da expressão do tempo; a essa dupla habilidade fazem referência as biografias que nos manuscritos acompanham as poesias; segundo elas, alguns havia até que levavam a sua habilidade a cantarem-nas êles próprios ao som da viola; de um dêles, Peire Vidal, afirma o seu biógrafo que *cantava mielhs d'ome del mon*.

ESCOLA DE DIREITO EM ITÁLIA NO SÉCULO XIV. — Baixo relêvo do túmulo de Lecco Sinibaldi, professor de direito em Bolonha (1272-1337) na catedral de Pistoia. (Do *Album Historique* de Parmentier e Lavisse)

A perfeição que se nota nas poesias dos trovadores é evidente que êles a conseguiriam só depois de porfiados esforços e sob o ensino dos mais peritos. Embora quási todos afirmem, como diz Restori [1], «que o seu único mestre fôra o Amor, nós, concedendo sim muito à inspiração individual, não vemos nesta afirmativa senão uma lisongeira adulação à sua dama. Pode todavia afirmar-se que houve verdadeiras escolas de arte poética; os trovadores aprendiam uns dos outros os preceitos e a prática do canto e do som e as leis da composição. O facto é confirmado desde os mais antigos trovadores. Marcabru, diz a biografia provençal, tanto conviveu com um trovador, chamado Cercamon, que por fim começou a poetar. E de Hugo de S. Circ informa o seu biógrafo que muito aprendeu do saber doutro e de bom grado o ensinava aos outros. Êstes ensinamentos e a elaborada composição das novas poesias e da música respectiva eram especialmente reservados ao inverno, a estação morta dos trovadores. A primavera tornava a trazer-lhes a liberdade e a vida; retomavam então as suas peregrinações de côrte em côrte, de castelo em castelo e a fama das novas canções mais belas e da nova música mais aplaudida precedia-os de longe, tornando agradável a sua visita, e o nome da dama, nelas celebrada, conquanto velado sempre por um pseudónimo, passava de bôca em bôca, sussurrado então, como hoje, entre os sorrisos dos maldizentes. Esta clausura hibernal, afora o verdadeiro sentimento da natureza, explica o ódio dos trovadores ao inverno e os seus repetidos e um pouco convencionais entusiasmos pela dôce estação e pelas rosas de Maio.»

Mas nem a todos os trovadores lhes era fácil *anar per cortz*, como então se dizia; aos grandes senhores, reis, duques e barões era-lhes isso vedado pela posição elevada que ocupavam na sociedade, e dos que o podiam fazer muitos haveria que, possuindo embora o talento poético, não os ajudava a voz; a uns e outros servia de auxiliar o jogral. «Mesmo quando o próprio trovador era cantor-mercenário — diz ainda o autor que acabo de citar [1] — é evidente

[1] *Opus laudatum*, pág. 42 e 43.

[1] Id. pág. 44 e 45.

O REI E O AUTOR

RUI DE PINA, OFERECENDO AS SUAS CRÓNICAS AO REI D. MANUEL «O VENTUROSO». — A iluminura da esquerda é da *Chronica de D. Affonso V*, «por cujo mãdado (de D. Manuel) Ruy de Pina... noua r primeiramente a compos»; a da direita, da *Chronica do rei D. Duarte*, que Ruy de Pina «primeiramente a cõpos». Ambas são da colecção de crónicas do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. A primeira iluminura foi reproduzida já na revista *Luzitania*, vol. I, 1924.

O Rei, o Papa, o Senhor, tiveram sempre em tempos passados a veneração do autor. Em infinidade de miniaturas ou estampas invariavelmente o autor aparece, em Portugal como na França, na Alemanha como na Itália e na Espanha, genuflectindo aos pés do potentado apresentando-lhe humilde a sua produção. Alguns exemplos damos nacionais e estrangeiros, mas muitos nos ficaram por publicar incomportáveis com o tamanho e orientação desta obra. Outros ficaram para quem particularmente ao assunto seus ócios dedique. Lembram-nos Conrado Celtes, na gravura de Dürer, apresentando as suas obras a Frederico III; Sixto IV recebendo o historiador Platina, do fresco da Pinacoteca Vaticana; Filipe de França recebendo as *Chronicas*, do Mss. 782 da Bib. Santa Genoveva de Paris; Froissart recebendo a visita de um grande senhor do n.º 1460 da Bib. do Arsenal de Paris; David Aubert oferecendo um livro a Filipe, o Bom (1462); o imperador Frederico III coroando o poeta Piccolomini, depois Papa Pio II, no fresco da Bib. da Catedral de Siena (1505-1507); um cardeal recebendo de Alcalá a *Arte de lengua arauiga*, Granada, 1505.

Como se vê, esta homenagem ao Mecenas, é comum ao tempo e não deve ser tomada como lisonja mas apenas como uso estabelecido.

que tanto mais lhe convinha espalhar de si a máxima fama e é provável que durante o inverno ensinasse a um ou mais jograis as suas novas composições, afim de que as fôssem cantar nos países aonde êle por então não podia ir. E entre os trovadores em voga não deviam faltar êstes voluntários aprendizes, visto que de certo nenhuma côrte ou castelo se fechava ao jogral que anunciasse trazer no seu repertório uma nova canção amorosa de Bernardo de Ventadour ou uma sextilha de Arnaldo Daniel ou um novo sirventês de Bertran de Born».

Existia portanto uma tal ou qual intimidade entre o trovador e o jogral e não podia deixar de ser assim, visto aquele ter própriamente saído dêste. O contacto com a nobreza, desde que esta o acolhera para lhe proporcionar diversões e passatempos, tinha-lhe como disse, feito perder grande parte da sua antiga rusticidade e o talento natural de que um ou outro era dotado conquistava-lhe simpatia e protecção, nunca, porém, se estabeleceu confusão entre os dois têrmos, sendo o de trovador aplicado exclusivamente àquele que sabia trovar, isto é, inventar ou criar, e o de jogral dado ao que cantava obras alheias, embora por vezes êle próprio compusesse canções; por outras palavras, êste continuava a humildade da sua origem, ao passo que aquele perpetuava a elevação do meio em que se desenvolvera; um vivia de cantar e tocar e, por vezes, ainda das artes de acrobata e prestidigitador; o outro, embora uma que outra vez cantasse em público e recebesse igualmente dádivas, não o fazia por ofício, mesmo sendo pobre; em suma o trovador era o poeta das classes elevadas, o jogral o do povo.

Foram êstes que difundiram pelo Sul e Centro da Europa o conhecimento da nova poesia, um, o trovador, tendo por teatro os salões artesoados dos palácios e castelos, e por auditório nobres donas e cavaleiros, o outro, o jogral, descendo também às praças públicas, onde corriam a ouvi-lo burgueses e mesteirais, aos quais divertia, umas vezes contando histórias de amores célebres e de aventuras guerreiras, outras acompanhando as suas danças com cantigas da própria lavra.

Mas que poesia era essa, que novidade trazia para ser

CURIOSA GRAVURA REPRESENTANDO «D. João III recebendo um livro das mãos dum frade», com a inscrição *Dõ Ioã terceyro*. Do frontispício da rara obra *Manipulo Curatorum*, impresso em Lisboa, por Germão Galharde em 1523. (Da *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século* XVI, por António J. Anselmo. 1926)

recebida não só com agrado, mas com entusiasmo tal que por tôda a parte onde era ouvida criava adeptos e imitadores? Para que assim acontecesse, era preciso que ela possuisse qualidades especiais, alguma coisa que ainda não fôsse conhecido. E assim era efectivamente. Como muito bem diz Anglad (1), «a poesia provençal faz-se notar desde o princípio por uma profunda originalidade. Nem na essência, nem na forma, nada há que se lhe compare na que a precedeu. A forma é perfeita e contudo não tem modelos na poesia clássica dos Gregos ou dos Romanos. As idéas poéticas e os sentimentos que exprimem os primeiros trovadores não denunciam nenhuma imitação; dum extremo ao outro esta poesia viverá por si mesma e não de empréstimos. ...Ela manifesta-se principalmente no modo especial como os trovadores conceberam o amor. Pela primeira vez nas literaturas modernas êles exprimiram com brilho os sentimentos que esta paixão inspira... Êles desde o início conceberam o amor como um *culto*, uma quási *religião* com suas leis e direitos, que formam uma espécie de código do perfeito amante. Êsse código é severo e as suas leis rigorosas; é preciso submeter-se à sua disciplina e a sua inobservância pode acarretar perigos.

Os amantes consideram-se como vassalos do amor, que olham como seu suzerano. Existe um serviço de amor, como existe um serviço de cavalaria. O amante torna-se *homelige* (2) da pessoa amada ou mesmo do amor personificado, satisfaz as suas vontades, obedece às suas ordens, executa os seus menores caprichos. Amar, na poesia dos trovadores, o mesmo é que alistar-se numa milícia. Aceitam-se todos os laços rigorosos que tal juramento impõe, em harmonia com os costumes do tempo.

(1) *Les Troubadours*, pág. 74 e seguintes.

(2) Esta expressão usa o trovador D. Fernão Garcia Esgaravunha no refram de uma das suas cantigas de amor, dizendo assim:

or sachiez veroyamen
que je soy votr'ome-lige

Cf. C. A. n.º 126.

VASCO FERNANDES DE LUCENA OFERECE O SEU LIVRO AO DUQUE DE BORGONHA. Miniatura do Mss. da Biblioteca Nacional de Paris. (De *L'Univers. Portugal* por Ferdinand Denis, Paris 1846)

Do mesmo modo que o cavaleiro, o amante não é escravo, conserva a sua nobreza, mas é um vassalo e, como tal, depende, em corpo e alma do seu suzerano, que pode dispor dêle à sua vontade, sem disso ter de prestar contas a ninguém. A «vassalagem amorosa» é uma invenção dos trovadores provençais; tem o cunho do tempo e os dois termos componentes desta expressão caracterizam o espírito e os costumes dessa época».

Se bem que doutros assuntos a poesia trovadoresca se ocupasse, como já disse, o que ela principalmente cantava era o amor, mas compreendido em harmonia com os usos e costumes da sociedade feudal em que nascera, isto é, um sentimento que tornava quem o possuía vassalo da dama que o inspirava e passava a ser tida na conta de suzerana. Para ela íam portanto tôdas as homenagens do amante; com ela êste realizava preitos, tal qualmente acontecia entre o vassalo e o suzerano. Numa dependência absoluta da sua dama, o trovador atribuía-lhe quanto de bom havia em si, considerando o amor e portanto a dama que o encarnava como fonte de todos os sentimentos nobres, das mais excelsas qualidades e inspirador das suas canções, dizendo com Gaucelmo Faidit:

Mon cor e mi e mas bonas cansos
E tot can sai d'avinen dir ni far
Conosc qu'eu tenc, bona domna, de vós. (1)

ou com Aimeric de Pegulhan:

Bona domna, de vos tenc e d'Amor
Sen e saber, cors e cor, motz e chan
E, s'ieu res fatz que sia benestan,
Devetz n'aver lo grat e la lauzor,
Vos e Amors, qu'm datz la mayestria. (2)

Tomando para tema dos cantos o amor, a poesia provençal seguia na mesma esteira da que a precedera, fôsse qual fôsse a sua origem, e da que se lhe havia de seguir, no que ela po-

(1) «O meu coração, eu próprio e as minhas boas canções e tudo quanto de agradável sei dizer ou fazer, reconheço que de vós, boa senhora, o tenho».

(2) «Bela senhora, de vós e de Amor tenho senso e saber, corpo e coração, poesia e música e, se eu faço coisa que seja agradável, Vós e Amor deveis receber o agradecimento e louvor, que me dais a possibilidade de o fazer».

JOINVILLE APRESENTA A LUÍS X, «O TURBULENTO», O SEU *Livre des saintes paroles et des bons faits de notre saint roi Louis*. Miniatura do Mss. 13568, francês, da Biblioteca Nacional de Paris. (Da *Histoire illustrée de la litterature française* de Bédier et Hazard)

rém divergia duma e doutra era na maneira muito especial de conceber êsse sentimento, maneira que aliás se prendia íntimamente com o modo de ser da sociedade dêsse tempo, e ainda em fazer objecto dêle quási exclusivamente a mulher casada. Daí, como conseqüência natural, o máximo sigilo que todo o trovador tinha de guardar para com a dama a quem dirigia as suas canções, ocultando o seu nome, ou, quando muito, designando-a por um pseudónimo, quási sempre de sentido ao mesmo tempo gracioso e expressivo (1); proceder de modo inverso seria expor-se a ser repelido e caír no seu desagrado. Esta circunstância leva-me a considerar com Diez (2) a lírica provençal no seu conjunto como nascida mais do cérebro que do coração, como um produto brilhante antes da inteligência que do sentimento. Não quero com isto dizer que, entre as cortejadas, não houvesse algumas que não fôssem insensíveis às palavras apaixonadas dos seus adoradores, nem tão pouco que êstes pairassem sempre nas regiões do ideal, contentando-se apenas com um doce sorriso ou outro gesto amoroso de aprovação da parte daquela a quem dirigiam as suas homenagens; afirmá-lo seria desconhecer a natureza do coração humano, além de que dos acentos repassados de verdadeira dor duns, das referências doutros a anteriores prazeres gozados se deduz que êsses amores nem sempre eram platónicos (3) Confirmam-no aliás uma colecção de biografias de trovadores (4), escrita em provençal no século XIII, com algumas indiscrições que contam a propósito dos amores de alguns e as notícias que nos transmitem, demonstrativas da vingança de maridos ciumentos, de assassinatos, por vezes acompanhados de refinamentos de crueldade, como o que ali se atribue ao senhor de Castel-Roussillon sôbre Guilhem de Cabestanh, ou de desterros, como o infligido pelo seu protector ao filho do seu forneiro, Bernardo de Ventadour (1).

Mas a maneira como os trovadores da Provença concebiam o amor sexual, classificando-o de fonte de todo o bem, origem de tôdas as virtudes, podia também e certamente com mais razão aplicar-se ao divino, e as expressões que endereçavam a *sua senhora,* apelando para a sua *mesura,* pedindo-lhe *mercê* e dizendo que só a sua presença os alegrava, apropriavam-se também à *senhora celeste,* isto é, à Virgem Santíssima; não admira, pois, que, convencidos da irrealidade do seu formulário e ao mesmo tempo receosos do clero, que, detestando a civilização de que êles eram a mais brilhante expressão e a

CARLOS V RECEBE DE RAOUL DE PRESLES A HOMENAGEM DO SEU LIVRO (Século XIV). Do Mss. francês, 22912 da Biblioteca Nacional de Paris. (De *Les Manuscrits et la Miniature* por Lecoy de la Marche)

sua arte, à qual atribuíam a corrução dos costumes, os trazia de ôlho, aí pelos princípios do século XIII, alguns, seguindo o exemplo de Guiraut de Borneil, insistissem cada vez mais nos lugares comuns de moral geral, compatíveis com as teorias corteses, e cantassem, não já, como antes, um amor que, embora velado na expressão, nem por isso era menos sensual na sua essência, mas um amor puro e que se proclama unicamente platónico.

(1) Anglade, *Opus laudatum,* pág. 78.
(2) Cf. Restori, *Opus laudatum,* pág. 53 e 48.
(3) «Nos milhares de canções que nos restam da poesia meridional — diz A. Jeanroy — há aqui e ali alguns acentos sinceros, algumas estrofes saídas do coração. Quais? É o que seria quimérico procurar. O amor mais verdadeiro pode manifestar-se em têrmos alambicados e o talento, por outro lado, dar a ilusão da sinceridade. De resto testemunhos doutra espécie provam que a poesia amorosa dos trovadores nem sempre foi um passatempo engenhoso e arguto: há nas obras de Raimon de Miraval, de Hugo de Saint-Circ e ainda outros, endereçadas a uma mulher inutilmente amada, gritos de cólera e dor tão veementes, censuras tão amargas, acusações tão ultrajantes que tudo isso só podia partir duma alma verdadeiramente ulcerada e ávida de vingança». *Revue des Deux Mondes.*
(4) Cf. Restori, pág. 48 e 53.

(1) Embora a crítica moderna recuse crédito a essas biografias, julgando-as compostas sôbre as obras dos trovadores, é possível que nem tudo quanto narram seja falso e que alguma coisa tenham recolhido da tradição os que as compuseram.

Assim se explica também que os últimos, vendo declinar de dia para dia uma poesia que andava intimamente ligada à sociedade em que nascera e, desaparecida esta pela dispersão de muitos dos seus membros e outras circunstâncias, entre as quais avulta a cruzada contra os albigenses, não podia continuar a viver, sentindo-lhe por assim dizer o estertor, à semelhança dos que, tendo dissipado os anos juvenis na dissolução e nos prazeres, se voltam, na velhice, para Deus, celebrassem por vezes a Virgem Maria e quási nos mesmos têrmos de que se haviam servido os seus predecessores em relação às mulheres por êles cortejadas (1).

III — Influências que actuaram na poesia galego-portuguesa. Seus cultores e expansão.

Agonizava na Provença essa poesia, que desde o comêço trazia em si o gérmen da morte, na oposição que estabelecia entre a vida e a realidade, no puro convencionalismo que era a sua essência, surgia, porém, noutras nações, entre elas Portugal, onde chegou, transmitida pelos seus cultores, e foi recebida com agrado tal que logo suscitou

JEAN MAROT OFERECE A ANA DE BRETANHA A SUA *Relation de la Conquete de Gênes*. Miniatura atribuida a Jean Bourdichon do Mss. 5091, francês, da Biblicteca Nacional de Paris

JEAN VAUQUELIN, OFERECE EM 1446 A FILIPE, O BOM, A SUA TRADUÇÃO DAS *Chroniques de Hainaut*, de Jacques de Guise. O infante que está à dircita do rei é o futuro Carlos, «o Temerário». Curiosa miniatura do manuscrito n.º 9242 da Bibliotcca Rial da Bélgica, em Bruxelas. (Da *Histoire illustrée de la litterature française* de Bédier et Hazard)

fervorosos imitadores em todos os seus variados géneros.

Embora não haja notícia certa e positiva de que trovadores oriundos do Sul da França tivessem vindo à côrte portuguesa, há a da sua estada na de Castela e outras de Espanha, e sabido é que não só cavaleiros, mas até príncipes portugueses aí se encontraram, tomando assim contacto com os novos poetas. É contudo possível que algum trovador ou jogral de menos fama cá tivesse chegado; com certeza sabemos de dois jograis irmãos terem estado na côrte de D. Sancho I e o nome de *Bonamis*, por que um dêles é conhecido, mostra-nos que eram franceses, talvez até provençais; à côrte de Afonso III também viriam, como parece deduzir-se da referência que a êles se faz numa das leis dêste monarca; verdade seja que do que os documentos do tempo dizem dos primeiros, êstes seriam apenas mimos ou arremedadores, isto é, autores e representantes de farsas ou comédias. Mas, admitindo mesmo que nem trovadores, nem jograis provençais cá tivessem vindo, o que não é crível, bastavam as nossas relações com a França, para fazerem conhecido dos nossos o novo género de poesia. À estada em França de D. Afonso III e de alguns dos trovadores que figuram nos Cancioneiros já me referi; dos versos de um ou outro dêstes vê-se claramente que estavam em dia com a literatura do Norte. De seu filho foi preceptor Aimeric d'Ebrard, um provençal que não deixaria de apreciar a poesia do seu país e de transmitir portanto ao rial pupilo os seus gôstos. O próprio D. Denis tomou por esposa uma princesa de Aragão, côrte onde a mesma poesia, já então na decadência, gozára de grande estima, e é de crer que no seu séquito alguns jograis viessem, que ainda a cultivassem; afigura-se-me até que dela, sobretudo nos primeiros tempos de casado, o rei-poeta receberia inspiração para algumas das suas cantigas de amor, onde mostra conhecer perfeitamente a escola trovadoresca, segundo se vê não só da referência, que faz numa das suas cantigas, de ser a bela estação, como disse atrás, um dos seus temas mais predilectos, mas principalmente da sua imitação, quando diz:

> Quer'eu em maneira de proençal
> fazer agora um cantar d'amôr, etc.

Por forma idêntica procedem outros trovadores, contem-

(1) Jeanroy no lugar citado. Advirta-se contudo que desde o princípio o amor cortês apresenta uma feição verdadeiramente mística, como aquele que arrebata a alma para Deus, considerado como a perfeição infinita, na qual ela se funde e absorve. De resto, muitas das expressões que se encontram na *Imitação*, referidas ao amor divino, pouco ou quási nada divergem das empregadas pelos trovadores. Cf. G. Lanson, *Histoire de la Litterature française*, pág. 87-8.

O AUTOR DAS *Cent nouvelles nouvelles*, OFERECE A SUA OBRA AO SEU SENHOR, o duque de Borgonha e de Brabante. Gravura da edição princips do livro, publicada em 1486. (Da *Histoire de la litterature française illustrée* de Bédier et Hazard)

porâneos ou anteriores a D. Denis. Embora em número restrito, cantigas há em que são visíveis também as referências a mulheres casadas e daí, como nas provençais, a exigência do sigilo da parte do namorado ou queixa e ameaça de o deixar, se êle ou nos seus cantos ou doutro modo dá a perceber quem é a dama dos seus pensamentos ; até mesmo a obscuridade do sentido, o *trobar clus* dos trovadores da Provença, se encontra igualmente em alguns dos nossos. A imitação vai ainda mais longe ; como os Provençais, os nossos não cantam exclusivamente o amor ; a morte de um alto personagem, sobretudo se se mostrára generoso com o trovador ou o jogral, arranca-lhes por vezes sentidos lamentos ; a política do tempo merece-lhes ora aplausos, ora censuras e não raro os ridículos dos seus contemporâneos são postos a nu e troçados com palavras da mais refinada baixeza ; a própria poesia religiosa, se não foi cultivada por D. Denis, como parece mais certo, encontrou um fervoroso adepto em seu avô, Afonso X de Castela, e na mesma língua de que ambos se serviam, o galego-português ; só a cruzada contra os infiéis da Espanha ou da Palestina não foi imitada aqui, onde aliás mais se impunha.

Não se imagine, porém, que essa imitação é inteiramente servil, sendo a nossa poesia um decalco apenas da provençal. Nada disso. Além da sua forma mais simples, sem os adornos e atavios que esta geralmente ostenta, a nossa cantiga de amor, em que essa imitação mais se revela, apresenta freqüentemente uma feição que se me afigura própria e a separa da estranha, é o refram ou estribilho que a acompanha e esta desconhece. A *pastorela* de cá, ainda que de visível imitação da do Norte e Sul da França (1), delas diverge, sobretudo da primeira destas duas, pelo lirismo que nela predomina. Com efeito, das sete que nos restam (1), quatro são quási exclusivamente lamentos de mulher apaixonada ; nas restantes é que se figura o encontro da pastora com o trovador e a declaração de amor dêste, que, em duas, ela repele, protestando fidelidade ao namorado, aceitando-a na outra, seduzida por promessas de vários presentes, mas em nenhuma delas se encontra uma só palavra ou frase que uma rapariga honesta não possa ouvir, o que nem sempre acontece naquelas. Também a nossa *alba*, pelo menos a que em rigor se pode chamar tal, a da autoria de Nuno Fernandes Torneol, tem um cunho popular, que falta à provençal, que, não obstante o refram de algumas, é verdadeiramente literária ; acresce ainda que o lirismo daquela, em que a amante, em nome das aves, que aqui desempenham a função própria da sentinela dos castelos da Provença, convida o amigo a levantar-se, contrasta com o realismo da maioria daquelas. Ainda nas cantigas de escárneo e mal-dizer se manifesta a diferença do meio ; aquelas, destinadas a serem ouvidas numa sociedade elegante, se por vezes são rudes e vigorosas nas expressões com que certos actos são censurados ou os contendores se dirigem uns aos outros, jámais atingem a liberdade de linguagem que se observa nas nossas. Há, porém, um género de composições que não encontram paralelo na poesia occitânica e portanto se pode considerar exclusivamente galego-português ; são as *cantigas de amigo*, que, compostas, muitas delas, por trovadores que não só conheciam, mas até imitavam os do Sul da França, rescendem às fragrâncias dos campos floridos das duas margens do Minho ou repercutem os murmúrios dos seus regatos e rios.

Embora em certo modo a influência estranha, vinda da Provença, tivesse suplantado a poesia indígena, esta achava-se por tal forma enraïzada nos costumes e mesmo no gôsto, quer dos que poetavam, quer dos seus ouvintes, principalmente os do sexo feminino, que não poucos se subtraíam ao império da moda, para seguirem a corrente nacional. Entre êsses, como era natural, dada a sua procedência, sobressaíam os jograis, o que não quer dizer que alguns dêles desconhecessem a técnica da escola provençal.

Parece-me,

MACAULT, LENDO A FRANCISCO I A SUA TRADUÇÃO DO *Diodoro de Sicile*. Gravura em madeira atribuida a Tory. (De *Le Livre* por Henri Bouchot, e dos *Connaissances*... de Rouveyre, 7.° vol.)

(1) Pedro amigo de Sevilha na única que compôs revela bem a intenção artística que o dirigia e o conhecimento que possuia do nome que lá fora essa espécie de cantigas tinha, quando diz ter feito a *pastorela* por uma *pastora* que vira, indo em romaria a Santiago. Ora, como é sabido, aquela palavra é em rigor o diminuitivo desta, que depois tomou na literatura sentido especial.

(1) Há quem considere tais duas ainda do jogral Lourenço, de certo por que nelas se encontra o vocábulo *pastor*.

portanto, que, como na língua, devemos dividir tôda a poesia dos séculos XIII e XIV em três classes: literária, semi-literária e popular, pertencendo à primeira aquelas cantigas que são desprovidas de refram ou estribilho, as quais os próprios trovadores chamam de *mèstria*, fazendo parte da segunda as que, afora o estribilho, usam de linguagem mais chã e portanto mais inteligível, entrando finalmente na terceira as que pela medida vária, respectivo tom e às vezes também por sua construção especial denunciam origem popular. De tôdas estas três classes encontramos exemplos, sobretudo no mais fecundo dos nossos trovadores, el-rei D. Denis. E, se não, veja-se. Como os provençais, que, ao serem admitidos à presença da sua dama, de enleados, como o mancebo bisonho em amor, se esquecem do que dantes pensavam dizer-lhe, perdendo a côr e tremendo de mêdo, «qual a fôlha agitada pelo vento», como confessa Bernardo de Ventadour (1), êle diz:

Nunca Deus fez tal coita qual eu ei
com a rem do mundo que mais amei,
des que a vi, e am' e amarei.
Noutro dia, quando a fui veer,
o demo lev' a rem que lh' eu falei
de quanto lh' ante cuidara dizer.

Mais, tanto que me d'ant' ela quitei,
do que ante cuidava me nembrei,
que nulha cousa ende nom minguei,
mais, quand' er quix tornar pola veer
a lho dizer e me bem esforcei
de lho contar, sol nom ouvi poder.

Noutra cantiga, de *amor* também, mas já com refram, o mesmo monarca, como os poetas do Sul da França, lamenta o rigor da sua dama nestas palavras:

Que prazer avedes, senhor,
de mi fazerdes mal por ben
que vos quig' e quer'! e por em
peç' eu tant' a Nostro Senhor
que vos mud'esse coraçon
que mi avedes tam sen razon.

Prazer avedes do meu mal,
pero vos amo mais ca mi,
e por en peç' a Deus assi,
que sabe quant' é o meu mal,
que vos mud'esse coraçon
que mi avedes tam sen razon.

Muito vos praz do mal que ei,
lume d'aquestes olhos meus,
e por esto peç'eu a Deus,
que sab' a coita que eu ei,
que vos mud'esse coraçon
que mi avedes tam sen razon.

E, se volo mudar, enton
poss' eu viver [e], se non, non.

Veja-se agora a diferença que, na forma, mais simples e desataviada, apresenta estoutra, ainda da mesma espécie:

Un tal ome sei eu, ai ben talhada,
que por vós ten a sa morte chegada;
vede quem é e seed 'en nembrada:
eu, mia dona.

Un tal ome sei eu que preto sente
de si morte [chegada] certamente,
vede quen é e venha-vos en mente:
eu, mia dona.

Un tal ome, sei [eu]; aquest' oide:
que por vos morr' e vó-lo en partide;
vede quen é [e] non xe vos obride:
eu, mia dona.

De feição inteiramente popular, evidenciada não só no paralelismo que se encontra na precedente, mas ainda no encadeamento dos seus versos, é esta que faz parte das chamadas *de amigo* e na qual o seu autor descreve pela bôca dela própria o contentamento de uma namorada, ao receber notícias do dilecto do seu coração:

Bon dia vi amigo,
pois seu mandad'ei migo,
louçana.

Bom dia vi amado,
pois migu'ei seu mandado,
louçana.

Pois seu mandad'ei migo,
rogu'eu a Deus e digo,
louçana.

Pois migu'ei seu mandado
rogu'eu a Deus de grado,
louçana.

Rogu'eu a Deus e digo
por aquel meu amigo
louçana.

Rogu'eu a Deus de grado
por aquel namorado,
louçana.

Por aquel meu amigo
que o veja comigo,
louçana.

Por aquel namorado
que fosse já chegado,
louçana.

Divergem, pois, as três espécies de cantigas amorosas entre si de forma bem visível; as primeiras sobretudo, ou de mèstria, são puramente convencionais, decalcadas sôbre as provençais, e, para me servir das expressões de Anglade, já citadas, deixando ver, como elas, na sua concepção, original sem dúvida, alguma coisa de factício e artificial, pouco conforme com a realidade (1). Nas segundas essa imitação já é muito menos servil; as terceiras são rigorosamente nacionais, isto é, feitas sôbre modelos populares. É o que pensam todos quantos as teem estudado. Assim T. Braga opina que elas foram colhidas em forma mais rude e agreste da bôca do povo e depois retocadas pelos trovadores com tanta fidelidade que até conservaram intactas as assonâncias; P. Meyer julga-as imitações de tipos populares, feitas por letrados, as quais depois foram aprendidas e cantadas pelo vulgo, por estarem impregnadas de verdadeiros sentimentos populares; D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos vê nelas ecos ingénuos da alma popular; Lang tem-nas na conta de imitações artísticas de canções indígenas; Restori entende que elas ao provençal apenas devem o impulso de terem sido recolhidas e transmitidas; a A. Jeanroy afiguram-se-lhe muito próximas da fonte popular; finalmente J. Anglade crê-as também inspiradas noutras do povo e portanto inteiramente indígenas.

Das primeiras diz ainda D. Carolina M. de Vasconcelos que «embora (2) artificiosas, convencionais e frias, senhorilmente aristocráticas, eram aceites como preito e homenagem pelas damas da côrte, não lhes merecendo todavia a honra de serem ditas e reditas. Para que esta ambição suprema dos poetas líricos se realizasse, é que

(1) Cf. Anglade, *Op. laud.*, pág. 83.

(1) Cf. *Opus laudatum*, pág. 87.
(2) Cf. *Canc. Ajuda* II, 939.

êles beberam ávidos o néctar aromático das flores agrestes — criação espontânea das charnecas e das serras pátrias». A característica popular manifesta-se nas *cantigas de amigo*, onde ela, porém, mais se revela é naquelas que, afora a repetição da mesma idea por palavras semelhantes ou levemente alteradas, pelo que se convencionou chamar-se-lhes *paralelísticas*, apresentam ligação especial dos versos entre si, repetindo-se o 2.º da 1.ª estrofe como 1.º da 3.ª, o 2.º da 2.ª como 1.º da 4.ª e assim por diante, processo êste que, afora tantos outros, o mesmo monarca seguiu na última das reproduzidas.

É prova bem evidente de que elas foram decalcadas sôbre outras cantadas pelo povo é que essa mesma característica, de que acabo de falar, se encontra em muitas que Gil Vicente põe na bôca dos seus personagens rústicos e continua a viver no povo transmontano, como mostram alguns espécimes, colhidos aí por Leite de Vasconcelos. Espelha-se ainda a origem popular daquelas cantigas, que classifico como tais, no assunto que versam e se casa harmónicamente com o das hodiernas, de igual procedência. Tudo quanto hoje faz o prazer do povo lá tem o seu eco; as diversões ainda actualmente mais do seu agrado lá as vamos encontrar; a par das bailadas, ao ar livre, sob a copa virente das árvores, estão as romarias com a sua alegria ruidosa, mas ao mesmo tempo acompanhada de fé viva e intensa. Tôdas estas *cantigas de amigo* respiram ingenuidade e simpleza que nos encantam e aliás eram de esperar de composições, que os seus autores figuravam como lavra das próprias solteiras namoradas, e reflectindo portanto os sentimentos que em todos os tempos fazem bater os seus corações, como são a saüdade pelo ente querido, a alegria da sua volta, a satisfação de ver o seu amor correspondido, o contentamento causado pela anuência da mãe, que sempre é apresentada como guarda vigilante da filha, ao pedido que esta lhe faz de a acompanhar à romaria, onde espera encontrar o seu amigo. Naquelas expressões singelas não raro se adivinha também a tortura do ciume e até mesmo a desesperação do abandono e o arrependimento do afecto consagrado a quem não era merecedor dêle.

O DOUTOR JUAN LOPEZ DE PALACIO OFERECE AO REI O SEU LIVRO *De iusticia et iure...* impresso em Burgos ou Salamanca entre 1500 e 1514

MARIA DE FRANÇA, escrevendo. Miniatura do Manuscrito 3142 da Biblioteca do Arsenal de Paris. (Da *Histoire illustrée de la litterature française*, de Bédier e Hazard)

Sendo, pois, essas cantigas puras imitações doutras que o povo cantava, segue-se que ao tempo em que os Provençais celebravam o amor e as damas da aristocracia em frases quási sempre artificiosas e estudadas, já em Portugal e Galiza poetas rudes tomavam o mesmo assunto para tema das suas composições, nas quais, contrâriamente àqueles, punham tôda a sua alma de amorosos e sonhadores, obtendo pela própria rudeza mais aplausos do que aqueles com todos os seus artifícios.

Êsses que a natureza dotára de veia poética, a par de boa e excelente voz, deviam naturalmente ser os predilectos não só do povo nos seus ajuntamentos, mas ainda dos nobres nas suas reuniões — eram os jograis, que já vimos terem, na Provença, precedido os trovadores e continuado a viver ao seu lado, igualando-os mesmo por vezes no engenho e por isso chegando até a reclamar a mesma consideração de que aqueles gozavam.

CURIOSA FIGURAÇÃO DE UM REI A QUEM UM FRADE OFERECE O SEU LIVRO Do *Buch der Beispiele* de Bidpai, impresso em Urach em 1481. (De *Le livre illustrée au XVe siècle* de *Leo S. Olschki*)

Como na Provença, também na Galiza e em Portugal indivíduos de variadas categorias sociais e profissões, pelo menos desde os fins do séc. XII, cultivavam com entusiasmo a poesia; no que principalmente as duas literaturas divergem é em não terem aqui as mulheres enfileirando com os homens nessa espécie de cruzada artística, o que só pode atribuir-se à instrução, pouco mais que rudimentar, que em geral possuiam as das classes elevadas, porque as plebeias, é claro, nenhuma tinham, como aliás também muitos fidalgos.

Reis e bastardos de reis, como D. Sancho I, D. Afonso X de Castela, D. Denis, D. Gil Sanchez, D. Afonso Sanches e seu irmão, o conde de Barcelos; fidalgos e burgueses, como D. Fernand Garcia Esgaravunha, D. Vasco Gil, D. João Peres de Aboim, D. João Soares Coelho, João Airas, Pero Garcia, Rui Queimado; até eclesiásticos, como D. Gomes Garcia, Rui Fernandes, de mistura com simples jograis, como Lourenço, Lopo, e tantos outros, figuram entre os trovadores; todos êles nos deixaram amostras do seu talento poético, na qualidade de autores de cantares, quer de amor e de amigo, quer de escárneo e mal-dizer, alguns houve mesmo que cultivaram as três espécies.

Mas o que motivaria entre nós o gôsto pela poesia? Obedeceriam os seus cultores apenas à moda, transplantando para cá, embora já um tanto tardiamente, um costume estrangeiro, qual era o de abrilhantar as reuniões palacianas com o canto das suas produções poéticas, ou apro-

veitariam também êsse uso novo para darem largas aos impulsos do coração? Quer-me parecer que uma e outra coisa.

Casamento de Fernando de Portugal com D. Juana de Constantinopla. — Da *Chronica de Hainaut*, de Jacob de Guisa, ilustrada em 1446, pouco mais ou menos, e existente na Biblioteca de Bruxelas. (De *La Moda*, por Max von Boehn. Barcelona, 1928, tomo I)

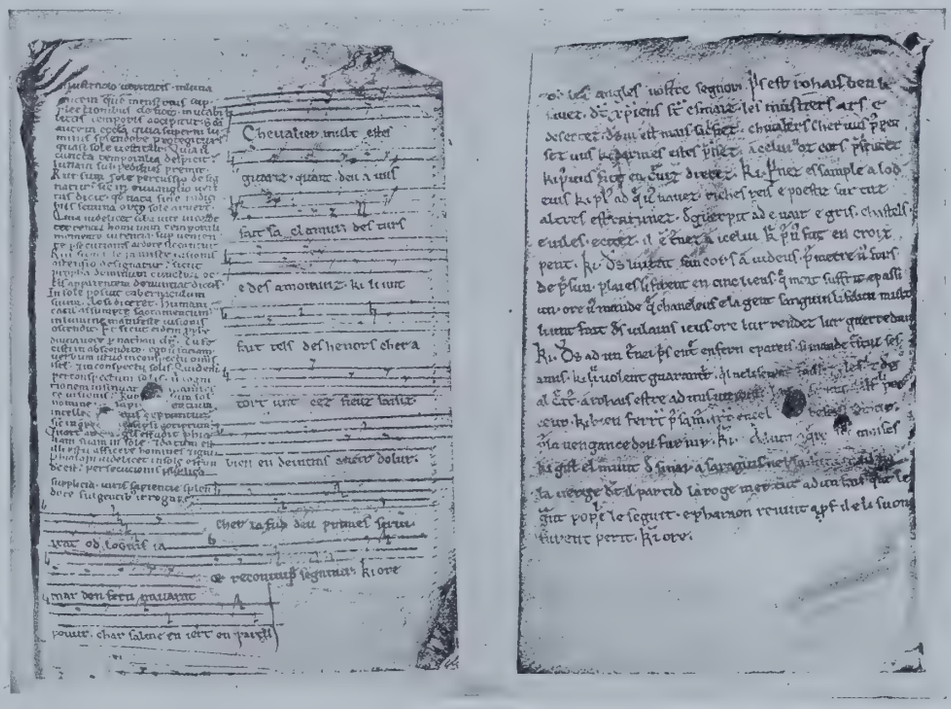
Ao contrário do que muitos pensam, eu tenho como realmente sentidas, em especial, as cantigas de amigo. Que elas não eram simples exercícios literários, destinados exclusivamente a divertir os que as ouviam, mas antes verdadeiras expansões dos sentimentos dos seus autores di-lo a concordância de algumas com o que sabemos da vida dêles; mesmo certos modos de dizer que ocorrem nas de amor, a pesar da monotonia que as caracteriza, fazendo-as parecer quási tôdas iguais umas às outras, muito ao contrário dos modelos que pretendiam imitar, mais finos e artísticos, êsses não podiam saír do cérebro sómente; cá, do mesmo modo que na Provença, mas talvez aqui mais do que lá, dada a feição amorosa do galego-português, se umas eram de pura homenagem às damas, a maior parte seriam verdadeiros protestos de amor. E não invalida o meu parecer o facto de, entre os cultores de uma e outra espécie, alguns pertencerem ao clero, pois esta qualidade, aqui como na Provença, não os inibia de fazer a côrte às damas por forma inteiramente idêntica à dos outros trovadores, aos quais êles não se julgavam inferiores em direitos e liberdades, se não é que por vezes os excediam, dada a grande relaxação de costumes que havia então nos seus membros, tanto seculares como regulares, e fazia que uns e outros com freqüência se lançassem no torvelinho dos prazeres do mundo, trocando a sua profissão por outra inteiramente oposta (1).

Ainda, como no Sul da França, encontramos, na região galego-portuguesa, os jograis ao lado e emparceirados com os trovadores, mesmo os de linhagem; a única diferença que se nota entre os de cá e os de lá é que aqui, de certo pela inferioridade de cultura, por maior que fôsse o seu talento, nunca chegaram a gozar, junto daqueles a quem prestavam o seu concurso com o canto ou com a música, do apreço e estima em que eram tidos os seus colegas da Provença, onde se atendia menos à nobreza do sangue e aos haveres e se tinham em maior conta as aptidões artísticas.

As primeiras notícias seguras que dêles há na Espanha remontam aos princípios do século XII e às côrtes de Leão e Castela. Nesta última existia, no tempo de Afonso VII, um chamado Palha, e da estima e apreço que êle aí gozava é prova o encontrar-se o seu nome entre os de condes, bispos e ricos-homens, na confirmação de um diploma da importância do *Fuero de los Francos*, outorgado em Burgos a 24 de Abril de 1136, pelo qual se concediam vários privilégios e regalias a colonos franceses, residentes em Toledo.

«A arte desconhecida que êsse jogral ali exercia — diz Pidal (2) — era sem dúvida uma primitiva poesia galega, hoje perdida, pois a sua presença no séquito do Imperador não pode ser olhada senão como idêntica à de tantos jograis-poetas, naturais da Galiza, que, nas côrtes de S. Fernando e de Afonso X, fizeram florescer os cantares de amigo e as cantigas de amor ou de mal-dizer. Se

OS CANCIONEIROS, MÚSICOS E TROVADORES

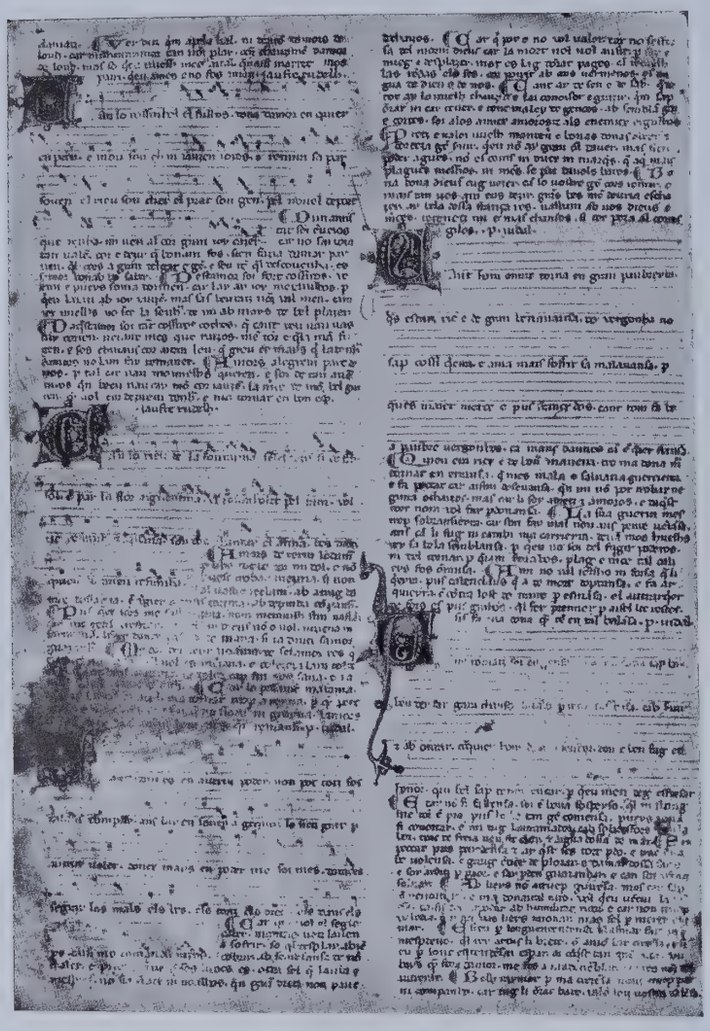


A mais antiga canção francesa. Manuscrito latino da Biblioteca de Erfurt (século XII). — Escrita em anglo-normando, em 1146, é uma exortação a seguir a cruz (Da *Histoire de la littérature française illustrée* por Bédier et Hazard, vol. I)

Berceo, em vez de poeta, se chama jogral, bem podemos supor que Palha, um século mais antigo, indicava no seu

(1) Do *Monge de Montaudon*, que viveu nos fins do século XII, conta o seu biógrafo que os superiores lhe consentiam que saísse do convento a exercer cá fora o ofício de jogral, porque lhes entregava quanto ganhava. No século XIV encontramos no autor do *Libro de buen amor* o tipo perfeito do clérigo-jogral.

(2) Cf. *opus laudatum* pág. 148.



PÁGINA DE UM CANCIONEIRO PROVENÇAL DOS FINS DO SÉCULO XIII, existente na Biblioteca Nacional de Paris. (De *La Musique des Troubadours*, por Jean Beck, Paris)

título de jogral a dignidade do poeta, já que seguramente a sua jograria não o tornava abjecto como um histrião».

Mas êsse Palha de que o cronista de Afonso VII fala não devia representar um caso isolado ; como êle, outros o teriam precedido, cujos nomes ou por menor engenho ou fortuna, ou antes por incúria e desleixo dos historiadores, não passaram à posteridade, e todos êsses seguiam certamente uma tradição poética, já ali existente desde muito e que naturalmente se vinha aperfeiçoando com o tempo.

E circunstância bastante para ponderar é ser êsse Palha não só galego, mas ainda oriundo de Santiago de Compostela, então um dos principais centros de cultura de tôda a Espanha, graças ao seu clero numeroso e em grande parte afrancesado, a uma burguesia abastada e sobretudo ao convívio com a Europa Central e do Sul, que lhe provinha das peregrinações ao túmulo do Apóstolo, que por êsse tempo estavam em todo o esplendor e enchiam a cidade de verdadeiras chusmas de gente. E estas, reunidas no templo, faziam ressoar sob as suas abóbadas não só as preces que murmuravam, mas os cantos que entoavam nas suas diversas línguas. Como diz o papa Calixto II no códice que tem o seu nome, descrevendo o que observára, quando veiu como peregrino a Santiago, sendo então bispo de Vienne, «uns cantavam ao som das cítaras, outros ao das liras, outros ao dos tímpanos, outros acompanhados de flautas, outros de pífanos, outros de trombetas, outros de harpas, outros de violas, outros de rotas britânicas e gálicas, outros de saltérios, outros de diversas classes de instrumentos músicos» (1). Ora semelhante espectáculo, presenceado quási dia a dia, necessáriamente havia de impressionar os habitantes de Compostela e avivar uma qualidade que os distinguia, como aliás a todo o povo galego — e nesta denominação incluo o que demora àquem e além Minho. Essa qualidade é a predilecção que uns e outros, os de cá e os de lá, sentem pelo canto já desde os tempos remotos, como atesta o poeta romano Sílio Itálico, quando, referindo-se aos galaicos, que faziam parte do exército que Haníbal comandava contra Roma, diz que êles cantavam e dançavam ao som de hinos pátrios (2). A ela aludem também outros escritores que se lhe seguiram, entre os quais sobressai o Padre Sarmiento, que, por ser oriundo da mesma região, estava nos casos de bem a conhecer. Ora diz êle que «en Portugal — de certo tinha em mente a parte que confina com a Galiza — es tan natural la poesia... que cada pastor es poeta e cada moza de cantaro poetisa. Esto, comum en toda España, es mas particular en Portugal y Galicia (3).»

O canto, aqui como em tôda a parte e já desde o paganismo, andava intimamente ligado a actos do culto e diversões profanas ; acompanhava-o também muitas vezes naqueles e nestas a dança. Embora não tão perfeitos e harmoniosos como seriam os que os Dórios executavam nas festas nacionais e religiosas, nas reuniões de família, quer por motivos alegres, como o casamento, quer tristes, como o funeral, devia naturalmente haver cantos, ou

(1) Cf. M. Vidal Rodriguez, *La Tumba del Apostol Santiágo*, pág. 104 e 117.

(2) .....misit Gallaecia dives pubem,
barbara nunc patriis ululantem carmina linguis,
nunc pedis alterno percussa verbere terra,
ad numerun resonas gaudente plaudere cetras.

(3) Apud D. Carolina Michaëlis, *Canc. Aj.* II, 902-3.

A PRIMEIRA COLUNA DE TRÊS CANCIONEIROS FRANCESES DOS FINS DO SÉCULO XIII, pertencendo à mesma família de manuscritos. Bibliotecas do Arsenal e Nacional de Paris. (De *La Musique des Troubadours*, cit.°)

Músicos. — De Manuscritos franceses dos séculos XIII e XIV

sós ou em côro, com ou sem danças. A Igreja, do mesmo modo que procedeu com tantas outras costumeiras, vindas do paganismo, não podendo, a pesar dos seus esforços, acabar com as cantigas e danças profanas, procurou dar-lhes orientação religiosa, admitindo-as no culto. E o que sucedia em tôda a Cristandade dava-se certamente na Galiza e em especial em Compostela, sobretudo depois que a pretensa descoberta do corpo de Santiago a constituiu centro de devoção de todo o mundo, não inferior a Roma. Se ainda hoje assim acontece, imagine-se com quanto ardor, nessas épocas de fé ardente, se não entoariam cantos em honra do santo, a princípio mesclados de palavras vulgares e por fim em perfeito romanço. A êsses cantos, naturalmente solenes e austeros, atribui D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos grande influência nos que a poética galego-portuguesa nos transmitiu, quando diz: «O carácter grave, mesurado e casto, um tanto mole das bailadas e de tôda a poesia de amor dos galizianos, sem nenhuma das licenciosidades e «caçurrias» que podiamos prever e que por certo existiram, explica-se talvez pelo influxo da igreja compostelana que, transigindo com as manifestações de carácter religioso dos tempos antigos, nunca varridos da memória do povo, as transformou hierática ou litúrgicamente» (1).

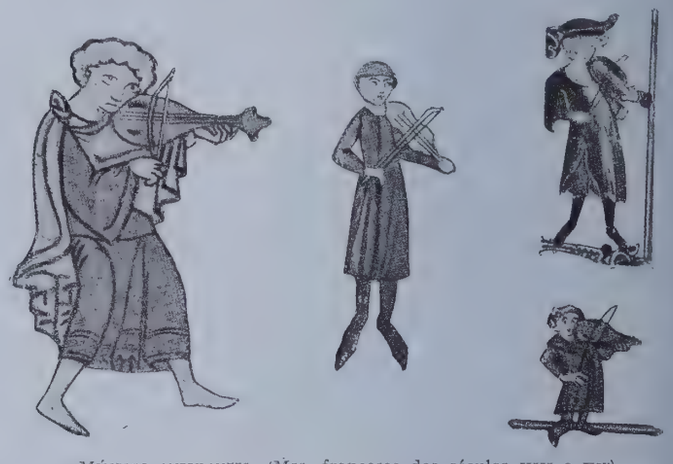
Músicos. — De um tropário do século IX. (Mss. da Biblioteca Nacional de Paris, n.º 1.118). (De *La Musique des Troubadours*, cit.º)

Nas solenidades religiosas ou profanas e portanto no canto e na dança, como ainda hoje, tinham parte preponderante as mulheres; prova-o um passo da *História Compostellana* no qual, a propósito da recepção feita pelos habitantes da cidade, em 1116, ao moço rei Afonso VII, entre outras demonstrações de regosijo *à moda galega*, ou seja, com bailadas diversas, tais como *pelas, folias* e *chacotas*, na opinião da mesma senhora, se conta que saíram ao seu encontro mulheres, certamente das mais distintas, cantando e dançando. «Nas coroações dos reis posteriores — diz ela ainda — coros de donzelas exerciam as suas artes dentro da catedral, cantando, bailando e tocando vários instrumentos, quer em Toledo ou Burgos, quer em Leão ou Santiago» (2).

Existiam, pois, cantos e danças no povo galego-português nos quais as mulheres desempenhavam papel importante, nos princípios do século XII, segundo o testemunho dos cronistas, e êsses cantos e essas danças eram de certo continuadores doutros que os tinham precedido, como foram seguidos posteriormente até os nossos dias. Evidentemente que tais cantos obedeciam a ritmo e ritmo

(1) C. A. II, pág. 773-4.
(2) Cf. Idem, pág. 897.

JOGRAIS (Tirados de diversos manuscritos por H. Suchier e A. Birch-Hirschfeld, *Geschichte der franz. Litteratur*. Leipzig e Viena, 1900)



MÚSICOS AMBULANTES. (Mss. franceses dos séculos XIII e XIV)

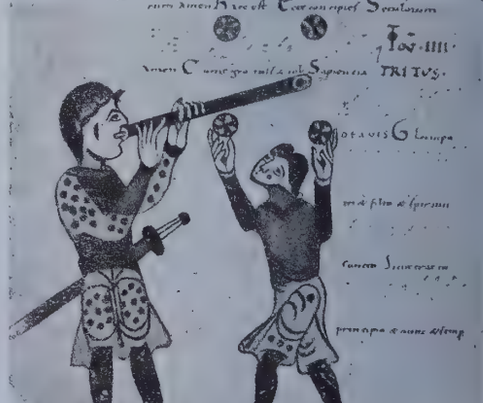
diferente do usado nos de proveniência provençal e seguiam uma cadência de que esta poesia não nos oferece exemplo; ora êste ritmo e cadência vamos nós encontrar em composições transmitidas por Gil Vicente, nas encontradas, como disse, por Leite de Vasconcelos em Parada e Rebordainhos (concelho de Bragança) e finalmente não só em duas, ainda vivas nas Astúrias, das quais uma é conhecido pelo nome de *danza prima*, mas também nas actuais *muïnheiras galegas*, tão queridas do povo da região. Refiro-me, é claro, não só às chamadas paralelísticas em especial, mas ainda àquelas cantigas trovadorescas, que, sem apresentarem a estrutura própria destas, teem contudo feição genuinamente popular e revivem em muitos dos *cantares velhos*, de que Sá de Miranda, Camões e outros poetas dos séculos XVI e XVII se serviram como temas de glosas.

É portanto fora de dúvida que existia em Galiza e Portugal uma poesia indígena, anterior à provençal, e que sôbre ela decalcaram muitas das suas cantigas bastantes trovadores. Nem invalida esta opinião, que não é só minha, como já mostrei, o facto de se encontrarem noutras literaturas não só temas, mas até formas semelhantes; essas concordâncias filia-as D. Carolina Michaëlis nas «origens comuns das civilizações neo-latinas e em parte também na identidade de influências eclesiásticas». O próprio paralelismo não era exclusivo nosso, mas o que é para notar, como observa a mesma senhora, é que em parte alguma êle tomou no povo «um desenvolvimento robusto como aqui. E, o que mais importa é que em parte alguma as criações rústicas entraram nos paços del-rei, desassombradas, na sua desataviada elegância, servindo aí de modelos a reis, filhos de reis, magnates e a enxames de poetas de categoria menor» (1).

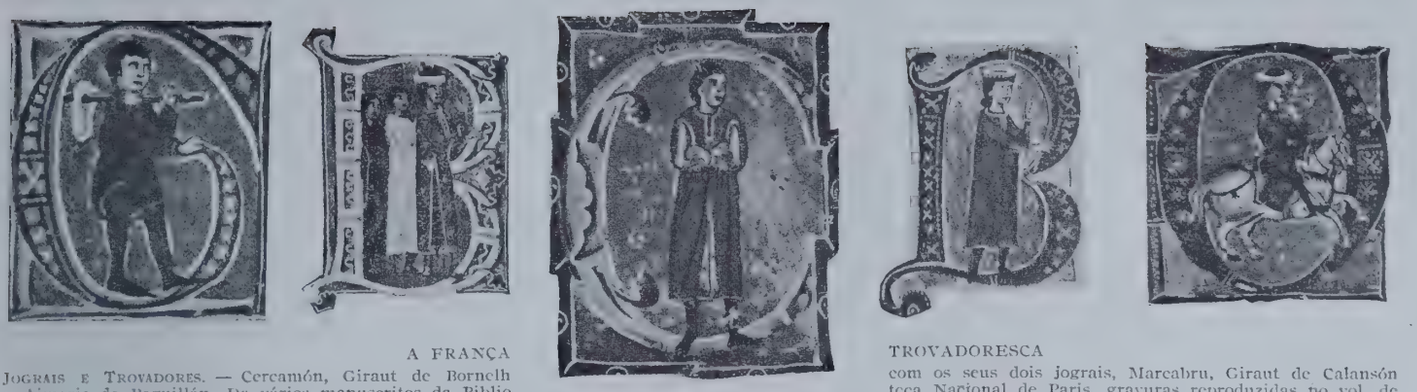
Como seria, porém, que essa poesia de origem humilde chegaria a penetrar nos palácios régios e a ter aí tão grande acolhimento? Quais foram os seus propagadores? Di-lo o próprio carácter e proveniência. Só homens saídos do meio popular e portanto com conhecimento perfeito dos seus cantos é que a poderiam transmitir, e êstes eram os jograis.

Já disse que os vindos da Provença se espalharam pelas côrtes de Espanha, umas vezes acompanhando os trovadores, outras sós; não consta, porém, que nenhum repre-

JOGRAIS E MÚSICOS (De um tropário do século XI, existente na Biblioteca Nacional de Paris. (De *La Musique des Troubadours*, cit.º). Primitivas e bárbaras iluminuras documentam fielmente a conta em que era tida a poesia e a música na infância da arte escrita e musicada



(1) Cf. Idem, pág. 938-9.



A FRANÇA

JOGRAIS E TROVADORES. — Cercamón, Giraut de Bornelh e Aimeric de Peguillán. De vários manuscritos da Biblio

TROVADORESCA

com os seus dois jograis, Marcabru, Giraut de Calansón teca Nacional de Paris, gravuras reproduzidas no vol. de D. Ramón Menéndez Pidal, *Poesia juglaresca y juglares*, Madrid, 1924

sentante das duas classes tivesse vindo até Portugal, nem o nome do nosso país aparece mencionado nas biografias dos trovadores ; apenas nas poesias de dois únicos, Marcabru e Gavaudan, a êle se alude de passagem.

Mas, se não chegaram até às plagas lusitanas os trovadores e jograis de nome, que êsses seriam retidos pelos reis e senhores de Espanha, chegaram com certeza outros menos afamados, pois só assim e pelo contacto havido entre aqueles e os nossos príncipes e fidalgos, nas côrtes de Leão, Castela ou Aragão, é possível compreender a grande influência que exerceram na nossa poesia ; confirma-o, aliás, em relação aos jograis, a disposição, já mencionada, relativa ao número dos que podiam ser admitidos na côrte, evidentemente como oficiais da mesma, de D. Afonso III, inserta no Regimento de 1261. E dessa mesma disposição se infere a existência de tal classe nos paços dos anteriores monarcas. Nem êstes certamente se considerariam inferiores aos fidalgos, que os acolhiam com prazer nas suas salas e chegavam mesmo a ir recebê-los, quando êles chegavam às portas dos seus castelos, como nos mostra uma miniatura das *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X. E que maior e melhor distracção haveria naquele tempo para reis e cavaleiros, donas e donzelas, reunidos nos salões, do que ouvir ao jogral cantar êle próprio, ou acompanhar com a viola ou outro dos variados instrumentos então em uso a cantadeira que o seguia, doces sons de amor, histórias de cavaleiros andantes ou proezas de valentes guerreiros ?

«O JONGLEUR DE NOTRE-DAME»—Mss. da Biblioteca do Arsenal, século XIII. (Da *Histoire de la littérature française illustrée*, de Bédier e Hazard)

É claro que êsse prazer seria tanto maior quanto maiores fôssem o engenho do cantor ou a beleza das canções.

Mas seriam só jograis oriundos da Provença os que assistiram ou visitaram as côrtes dos nossos primeiros monarcas ? O carácter, ao mesmo tempo erudito e popular, das composições que nos são transmitidas pelos Cancioneiros trovadorescos leva-me a crer que, a par dos vindos de fora, haveria-os também de cá e já no tempo de D. Sancho I, a ser realmente dêste monarca a cantiga que lhe é atribuida. Dêste mesmo parecer é Menendez Pidal, quando diz : «A maior dificuldade com que os viajantes occitánicos chegavam à costa atlântica explicaria em parte que lá florescesse mais por sua conta uma jograria lírica indígena ; esta sem embargo existia na côrte leonesa desde tempos anteriores às primeiras viagens conhecidas de trovadores provençais à Espanha, pois já por 1136 devia praticar a poesia galega o já mencionado jogral compostelano Palha, na côrte do imperador Afonso VII, e, quando êste casou a filha D. Urraca com o rei Garcia de Navarra, em Julho de 1144, entre as cantigas, cantadas por grande número de jograis, mulheres e donzelas ao som de órgãos, flautas, cítaras, saltérios e demais instrumentos, é presumível que algumas fôssem em língua galega.

Fora da côrte podemos assinalar outros antigos propagadores desta mesma poesia galega, como Pedro jogral, que figura num documento do mosteiro de Santa Maria do Sobrado (Corunha), no ano de 1210, Paio jogral, que

TROVADORES : BERNARDO DE VENTADOUR, MONGE DE MONTAUDON, JAUFRÉ RUDEL, MARCABRU, ALBERTET, PERDIGO (2 ret.), PONS DE CHAPTEUIL. (De um manuscrito provençal dos fins do século XIII. De H. Suchier e A. Birch-Hirschfeld, *Geschichte der Franz. Litteratur*, Leipzig e Viena, 1900, no vol. *La musique des troubadours*)

confirma uma escritura compostelana do ano de 1216 ou a Maior Perez, cantadeira, que funda um aniversário por sua alma, doando a sua herdade aos Cónegos de Lugo em 1228» (1).

Eu vou mais longe que o ilustre catedrático da Universidade de Madrid. Em vista do grande número de cantigas de feição popular que se encontram nos Cancioneiros da Vaticana e de Colocci penso que os jograis galego-portugueses suplantariam em agrado e protecção aos provençais.

E compreende-se. Êstes cantavam naturalmente na sua língua e esta não devia ser percebida por todos os frequentadores da côrte, que portanto o que mais apreciariam seria o canto, ao passo que os outros o faziam ou em galego ou em português, que então não tinham entre si quási diferença nenhuma. Afora esta circunstância importante, não o era menos a qualidade dumas e outras cantigas: as provençais, mesmo ditas em português, pelo seu estilo artificioso, convencionalismo de expressões e subtileza de linguagem, cuja obscuridade era tida pelos trovadores como distintivo de arte, deixariam de ser compreendidas pelas damas da côrte, cuja ilustração era inferior à das francesas nas mesmas situações; já o mesmo não aconteceria com as de feição popular; estas sim, que pela sua simplicidade, pelo vago idealismo que em geral as caracteriza, seriam por elas não só percebidas, mas sentidas; estas só pela sua feição dolente e melancólica lhes falariam à alma! Se ainda hoje, não obstante o maior grau de ilustração, tal nos acontece, como não seria então? A tôdas as cantigas de amor, ainda as mais artísticas, elas, como nós, prefeririam as que sabiam exprimir o mesmo sentimento sem palavras arrebicadas, nem conceitos abstrusos, tivessem embora aquelas saído da mente de um rei e estas da de um pobre jogral.

CANTIGAS

DE

SANTA MARIA

DE

DON ALFONSO EL SABIO

LAS PUBLICA

LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA.

VOLÚMEN I.

MADRID:—1889.

ESTABLECIMIENTO TIPOGRÁFICO DE DON LUIS AGUADO

8, *Pontejos*, 8.

Rosto da edição das *Cantigas de Santa Maria*. Vol. I. 1889. 4 — 226 — CXXVIII — XXXIV — 214 pág. Vol. II. 1 — De 216 a 795 — 12 pág. Esta edição luxuosa e correctíssima, teve como principal organizador o Marquês de Valmar, que fez a introdução, o estudo e o glossário

Nos mesmos Cancioneiros são expressamente designados como fazendo parte desta última classe os indivíduos seguintes: Afonso (ou Álvaro) Gomes, natural de Sarria, Airas Pais, Diego Pezelho, João, morador em Leon, Lopo, Lourenço, Martim, Martim Vasquez (se não designam os dois nomes a mesma personagem) e um de alcunha Saco, provavelmente pela deformidade do seu corpo, sendo os três ou dois últimos conhecidos apenas por alusões que ali lhes são feitas, enquanto os demais figuram como autores de trovas. Mas, afora êstes, outros há ainda que, já pelo nome, ou só ou acompanhado do da terra da naturalidade, já pelo carácter popular das composições, os que cultivavam a espécie, cantigas de amigo, devem ter exercido a mesma profissão, tais são: Mendinho, João Zorro, Martim Codax ou Codaz, João de Requeixo, Juião Bolseiro, Pero de Veer, Martim de Ginzo, etc.

Mas as próprias composições de género popular não são destituidas de arte e esta devem os seus autores ter aprendido algures. Mas onde? Sem dúvida aos muitos peregrinos que concorriam de tôdas as partes a visitar o túmulo de Santiago. Não eram apenas cantigas sacras as que êles entoavam; essas reservavam-nas decerto para dentro da catedral ou para as procissões; fora dos actos do culto essa multidão tão variada, onde se ouviam línguas diferentes, que continha em si pessoas de tôdas as idades e sentimentos vários, devia naturalmente entregar-se a diversões e a estas não faltariam danças e cantos. Se hoje é frequente o povo aprender e repetir aquelas das cantigas que mais lhe agradam, o mesmo aconteceria então aos habitantes de Santiago no seu constante convívio com gentes tão diversas.

E entre êstes os de mais engenho, sobretudo entre os membros do clero, que sabemos compartilhavam dos folguedos populares, não deixariam de sofrer a influência dessas canções estranhas, retocando e limando as próprias produções, consoante as que ouviam. Mesmo essa abundância de cantos seria um estímulo para quantos sentissem em si alguma veia poética.

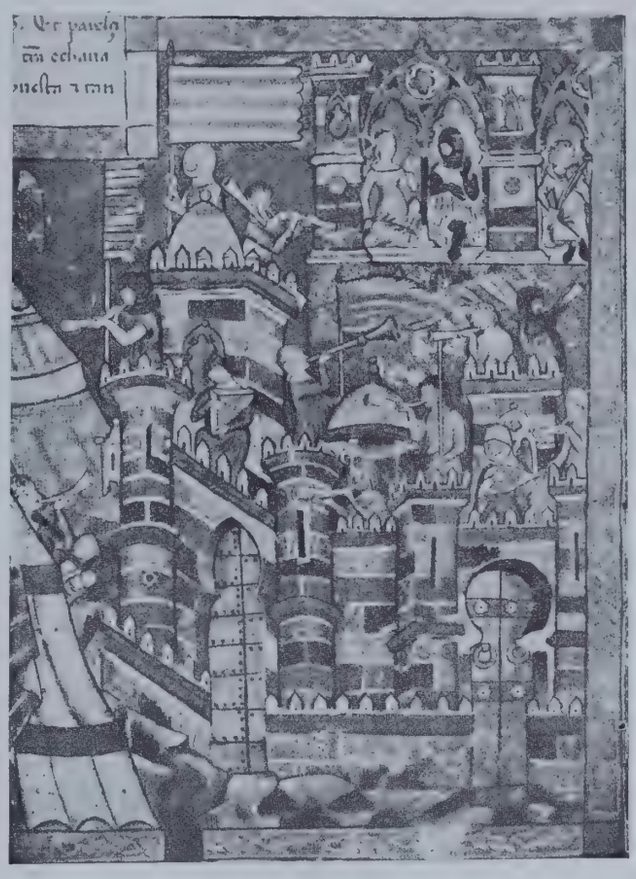
Assim se explica que entre os autores de cantigas de feição popular apareçam alguns clérigos, a par de outros que o não são. Acresce ainda que entre o grande número de romeiros não faltavam por vezes grandes senhores e até reis, como Luís VII de França, Guilherme de Poitou e outros, cuja predilecção pelos troveiros e trovadores é bem conhecida; ora êstes de certo, para lhes amenizarem o tédio da longa jornada, não deixariam de trazer consigo os jograis que andavam ao seu serviço.

Daí uma fonte de conhecimento para os que exerciam cá a mesma profissão e a igualdade de ofícios aproximaria, sem falar na parte importante, que na cultura de Santiago exerciam tantos monges, clérigos e prelados

(1) Cf. *Opus laudatum*, pág. 182-3.

vindos de França, os quais seriam outros tantos propagadores da civilização franca.

O contacto com os estranhos, além de contribuir para maior perfeição das cantigas dos jograis galego-portugueses, devia certamente influir também na música com que as acompanhavam, pois é sabido que entre os predicados que dêles se exigia figurava o de saberem tocar instrumentos vários — e não são poucos os que sabemos estarem por essa época em uso — para o que frequentavam, em geral à custa dos seus senhores, as escolas mais afamadas os que pretendiam não só sobressaír entre os seus iguais, mas sobretudo serem galardoados por aqueles aonde no seu constante peregrinar êles se dirigiam e diante dos quais exibiam a sua arte.



MÚSICOS E JOGRAIS DA «CRÓNICA TROYANA» Mss. de 1350 existente na Biblioteca do Escurial

Como o da Provença, o jogral de cá, se uma ou outra vez viajava por conta própria ou alheia, quási sempre o fazia na companhia do seu amo — o mestre trovador — a cujas produções dava brilho, recebendo não raro em recompensa doestos e afrontas, sobretudo se, espicaçado pelo natural engenho, se atrevia a querer imitá-lo. «Nessa vida aventureira — diz a ilustre senhora a que tantas vezes me tenho referido (1) — tangia um dia em salas principescas cantares de mèstria, outro dia salmos e hinos sacros na capela ; hoje trovas de folgar na praça pública, nas tafurarias e tabernas ; àmanhã no adro da igreja, em terreiro de romaria ou nas eiras dos grandes lavradores, chacotas, bailadas e cantigas de vilão, para em seguida deleitar pastoras serranas, ao passar das cordilheiras. Hoje lautamente agasalhado, àmanhã em cabanas sôbre colmo de palha ou ao relento ; bem galardoado às vezes, outras vezes sem um dinheiro na algibeira, a pé, em bêsta ou a cavalo, segundo as suas posses — verdadeiro boémio e vagabundo.»

CÔRTE LITERÁRIA DE AFONSO, O SÁBIO. (Das *Cantigas*, Mss. do Escurial reproduzido do livro cit. de Menéndez Pidal)

A par do jogral, que faz ouvir, acompanhando-a, a harpa, rota, guitarra, viola, saltério, laúde, rabé ou arrabil, órgão ou outro instrumento, lá estava a cantadeira de profissão, mulher, filha ou amásia dêle, ou alguma das soldadeiras, que andavam no seu séquito, e, além do canto, também vendiam amor por êsses paços e castelos por onde erravam, como se depreende das expressões que lhes dirigem alguns dos trovadores que em suas cantigas a elas se referem.

Estas parecem ter desempenhado papel importante na execução da poesia galego-portuguesa. Com efeito nas dezasseis miniaturas que se encontram no *Cancioneiro da Ajuda,* em quatro apenas se vê o jogral, ou só, tocando ora viola, simples ou de arco, ora guitarra, ora saltério, ora harpa ou acompanhado de outro, que faz soar instrumento diferente do do seu colega, mas do número dos acabados de mencionar, e numa única dum rapaz de saio e manto, na atitude de quem canta ou escuta — talvez algum aprendiz — nas doze restantes lá figura sempre uma mulher, ora cantando, só ou acompanhando-se de pandeiro simples ou de guisos, ora dançando ao som das castanholas, que tem nas mãos erguidas.

À sessão preside o trovador, vestido com brial largo ou também com manto, sempre sentado num escabelo coberto com alcatifa e em acção de ensinar, marcar o compasso ou escutar, enquanto o jogral se representa vestido com um saio mais curto do que o daquele e sempre de pé, excepto se é harpa ou saltério o instrumento que tem nas mãos. A presença do trovador explico eu pór se tratar de canções de amor, únicas que contém o *Cancioneiro da Ajuda,* endereçadas às damas da côrte, e cuja composição era vedada ao jogral, mesmo tratando-se das plebeias,

(1) Cf. *Opus laudatum,* pág. 648.

suas namoradas, o que não quer dizer que alguns de mais talento não saltassem por cima da proïbição. Porém as de cunho popular, essas não só as inventavam, mas de certo as punham em música, aproveitando sem dúvida muitos dos sons que andavam no povo, e não raro também as cantavam, pois entre os requisitos que dêles se exigiam ficontravam que tiveram imitadores, mas — coisa singular — todos êsses «agora fuessen castellanos, andaluços o de la Extremadura, como diz o Marquês de Santilhana, na sua carta proémio dirigida ao condestável D. Pedro, o filho do malogrado vencido de Alfarrobeira, todas sus obras componiam em lengua gallega o portuguesa», (1) o

Página do Mss. do livro das Cantigas de Santa Maria (Escurial). — (Da Ed. da Real Academia). — Na iluminura Afonso X, rodeado de clérigos, cavaleiros e jograis

(Pág. 1 e 3 do 1.º vol.)

Santa María, que est'a mellor
cousa que él fez; e por aquest' eu
quero seer oy máis seu trobador,
e rógo-lhe que me queira por seu

Trobador, e queira meu trobar
reçeber; ca per él quer eu mostrar
dos miragres que ela fez, e ar
querrei-me leixar de trobar des í
por outra dona; e cuid' a cobrar
per esta quant' en as outras perdí.

Ca o amor d' esta Sennor é tal,
que quen o á sempre per í máis ual;
e poil-o gaannad' á, non lle fal,
senon se é per sa grand' ocaion,
querendo leixar ben et fazer mal;
ca per esto o perde e per ál non.

Porén d'ela non me quer eu partir;
ca sei de pran que se a ben seruir',
que nón poderei én seu ben falir
de o auer; ca nunca y faliú
quen ll'o soube con merçée pedir;
ca tal rogo sempr' ela ben oyú.

Onde lle rogo, se ela quiser,
que lle praza do que d'ela disser
en meus cantares, e se ll' aprouguer,
que me dé gualardon com' ela dá
aos que ama; e quen o souber,
por ela máis de grado trobará.

Esta *é a primeira cantiga de loor de santa maria ementando os vij goyos que ouue de seu Fillo.*

Des oge mais quer eu trobar
pola Sennor onrrada
en que Deus quis carne fillar
beeyta et sagrada,
por nos dar gran soldada
no seu reyno, et nos er [dar]

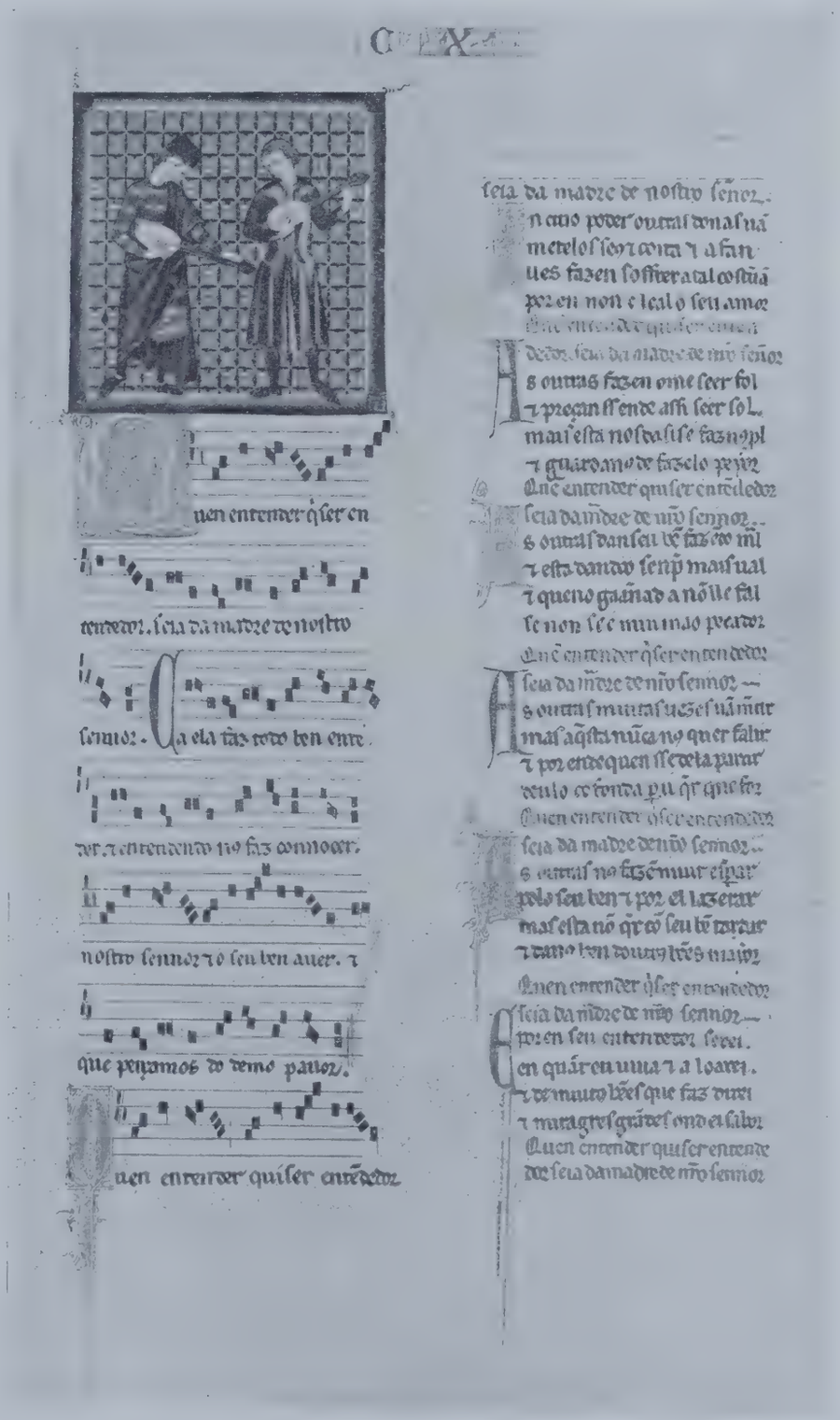
gurava principalmente donaire, voz e memória fiel, para reproduzirem, sem lhes tirar o brilho, os versos que o trovador lhes confiava.

Mas as canções, quer de amor, quer de amigo — é escusado dizê-lo — não se cantavam só nos paços dos nossos reis e grandes senhores; como o tinham feito os jograis da Provença, também os galego-portugueses às levavam às várias côrtes de Espanha e tal agrado aí encontrou que é confirmado pelo Contador de Argote até o tempo de Henrique III ou seja até o princípio do século XV.

Porque esta preferência dada então à língua do extremo ocidental da Península? Não me parece que o seu empenho em imitar os cantares galego-portugueses levasse a tanto os *decidores e trovadores,* na expressão do

(1) Cf. *Letter of the marquis of Santillana* by R. Pastor and E. Prestage, pág. 74.

Marquês, de tôda a Espanha ; algo haveria mais que se lhes imporia e êsse algo, a meu vêr, não seria senão que a língua galego-portuguesa, ao contrário da castelhana, possuía ou afigurava-se-lhes possuir qualidades em harmonia com os seus cantos e portanto com a idiosincrasia do povo que os criava. Êste com efeito, em parte devido sangue que lhe girava nas veias, quer êste no seu substrato, fôsse celta, quer lhe viesse dos que antes dêstes aqui estanciaram, era e é caracterizado por certa tristeza, acompanhada de afectividade de tal maneira transparente que se revela até nos apodos com que alguns dos seus membros passaram à história, como êsse de *grande*



Página das Cantigas de Santa Maria (Ed. da Rial Academia). — Na iluminura dois músicos tocando.

(Pág. 195 e 196 do vol. I)

Quen entender quiser, entendedor seia da Madre de nostro Sennor.

Ca ela faz todo ben entender,
et entendendo nos faz connocer
nostro Sennor et o seu ben auer
et que perçamos do demo pauor.
Quen entender quiser, entendedor...

En cuio poder outra donas uan
metel-os seus, et coita et afan
lles fazen soffrer, atal costum' an ;
porén non é leal o seu amor.
Quen entender quiser, entendedor...

As outras fazen ome seer fol
et préçan-ss' ende, assi seer sol ;
mais ésta nos dá sis' e faz-nos prol
et guárda-nos de fazel-o peyor.
Quen entender quiser, entendedor...

As outras dan seu ben fazendo mal,
et ésta dándo-o senpre máis ual ;
et quen o gaannad' á, non lle fal
se non se é mui máo pecador.
Quen entender quiser, entendedor...

As outras muitas uezes uan mentir,
mas aquésta nunca nos quer falir ;
et porende quen sse d'ela partir'
Deul-o cofonda per ú quer que for.
Quen entender quiser, entendedor
seia da Madre de nostro Sennor.

As outras nos fazen muit'esperar
polo seu ben et por él lazerar
mas ésta non quer con seu ben tardar
et dá-nos ben d'outros bees mayor
Quen entender quizer, entendedor...

E porén seu entendedor serei
eu quant' eu uiua, et a loarei
et de muitos bees que faz direi
et miragres grandes, ond'ei sabor.
Quen entender quiser, entendedor
seia da Madre de nostro Sennor.

ao meio, o mar que ora bate embravecido contra as rochas, ora se espraia languidamente pelas areias da costa ; a terra coberta de arvoredo, sem elevação desmesurada de montes, nem extensão indefinida de planícies, e, a par disso, fértil bastante para proporcionar aos seus habitantes um viver isento de preocupações ; em parte pelo *amor*, pelo qual era conhecido um fidalgo, de nome D. Afonso Ramires [1], e ainda nas lendas que a respeito doutros corriam, como de Pero Rodrigues de Palmeira, que o autor do *4.° L.° de Linhagens* diz ter morrido de

[1] Cf. IV *Livro de linhages* ou *Nobiliario do conde D. Pedro* nos P. M. H pág. 273.

amor por D. Maria Paez de Valadares, sem falar no conhecido Macias, que se tornou o protótipo do verdadeiro *namorado*.

E êsse carácter amoroso em extremo revela-se em tôda a nossa poesia desde os trovadores até nós, assim na dos palacianos, como na dos simples filhos do povo.

E, como a língua é o reflexo da alma de quem a fala, não seria de admirar que os poetas castelhanos a preferissem para cantar o amor, reconhecendo que nela havia qualquer coisa que não poderiam traduzir na sua. Acresce ainda a circunstância de que nesse tempo não eram tão acentuadas as diferenças que hoje existem entre o português e o castelhano; mais uma razão também para essa preferência.

Despertado nos fins do século XII ou princípios do XIII, o gôsto pela poesia foi-se desenvolvendo cada vez mais até atingir o máximo grau no reinado de D. Afonso III, em que encontrou o maior número de cultores. Durante os primeiros anos do de seu filho, D. Denis, persistiu ainda por algum tempo o entusiasmo poético, mas depois de 1300 e sobretudo a seguir à sua morte em 1325, êle entrou a arrefecer (1), apenas de longe em longe dando mostras que ainda subsistia nas produções dos poucos poetas que lhe sucederam e continuaram a servir-se da língua galego-portuguesa, quer fôssem nacionais, quer castelhanos. E todos êstes, embora seguissem de preferência a escola provençal, não desdenhavam a poesia indígena, que imitavam numa ou noutra das suas trovas; comprovam-no assim o *Cancioneiro Geral Galego-Português*, ou seja o conjunto dos três *códices existentes*, o da Ajuda, da Vaticana e de Colocci-Brancuti, como o que se encontra escrito em galego, sobretudo no *Cancioneiro de Baena*, e preenche o espaço que medeia entre a formação, aí por 1350, daquele e o ano de 1448, o mais antigo a que ascendem as poesias recolhidas por Garcia de Rezende, durante o qual se julgava, contra o que era natural, ter de todo emudecido a musa portuguesa. E a progressiva decadência da lírica, depois do citado ano, mostra-se claramente nas últimas produções, que nem pela quantidade, nem pela qualidade se comparam com as precedentes, reduzindo-se a algumas cantigas de amor, uma ou outra de escárneo e das de amigo, tão graciosas e características, apenas uma em forma popular lá se encontrando, em tôdas elas, porém, é visível mais o artifício do que o sentimento; são como flores desbotadas e já sem perfume, cujas pétalas vão caíndo uma a uma à falta de seiva e calor. (1).

JOGRAIS DAS CANTIGAS DE AFONSO, O SÁBIO

JOGRAL TOCANDO VIOLA EM UMA IGREJA

JOGRAL DESPOJADO NO CAMINHO POR SALTEADORES

JOGRAL HÓSPEDE DUM GRANDE SENHOR

JOGRAL CHEGANDO A CASA DUM GRANDE SENHOR

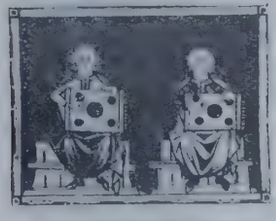
Estas iluminuras, reproduzidas do livro cit.° de Menéndez Pidal, encontram-se no Mss. das *Cantigas de Santa Maria*, do Escurial. Ilustram as cantigas 8 e 194. As figuras do centro, reproduzidas do livro *Les Manuscrits et la Miniature*, de Lecoy de la Marche, representam músicos espanhóis do século XI

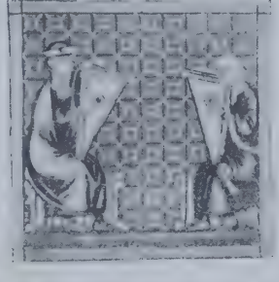
(1) A êsse *arrefecimento* refere-se o jogral João de Leon, que num *pranto* composto em honra do rei defunto, diz:

> Os namorados que trobam d'amor
> todos deviam gram doo fazer
> e non tomar en si nen hun prazer,
> por que perderon tan boo senhor
> como el-rei dom Denis de Portugal
> de que non pode dizer nen hun mal
> homem, pero seja posfaçador
>
> Os trobadores que pois ficaron
> eno seu reino e no de Leon
> no de Castela [e] no d'Aragon
> nunca pois de sa morte trobaron.
> . . . . . .

(1) No seu *Cancioneiro Galego-Castelhano* reüniu H. Lang tôdas as poesias que, escritas em galego, êle pôde respigar em colecções castelhanas; entre os seus autores figuram apenas três portugueses: D. Pedro, o filho do Condestável, caído em Alfarrobeira, e dois anónimos, todos os mais são galegos como o conhecido Macias, alcunhado de *Namorado*, ou castelhanos, como Pero Gonzales de Mendonza, D. Pedro Veles de Guevara, um avô, outro tio do Marquês de Santilhana, êste mesmo, o arcediago de Toro, seu primo Pedro de Valcarcer, Garcia Ferrandes de

Era lírico o carácter predominante da nossa mais antiga poesia, como aquele que mais se adequava à feição sentimentalista dos que a cultivavam, isso todavia não significa que ela desconhecesse por completo o narrativo. Já do século XIII, sem falar em muitas das cantigas de escárneo e mal-dizer [1] um poemeto existe, o chamado *Romance de D. Fernando* [2], composto por um dos trovadores mais notáveis pela variedade das suas composições, Aira Nunes, no qual se versa um assunto histórico e que pode, portanto, filiar-se naquele género, fazendo-nos suspeitar da existência, já então entre nós, dêsses *cantares de antiguo rimar* [3], que tanta voga adquiriram depois. Mas o primeiro poema narrativo de que há certeza absoluta é o que sôbre a *Batalha do Salado* compôs certo Afonso Giraldes, que se diz haver sido testemunha ocular do acontecimento, como fazendo parte da hoste comandada por D. Afonso IV, na qualidade talvez de jogral ou segrel do mesmo monarca, que, na opinião de D. Carolina Micaëlis [1], sabendo-o versado nas *Cantigas* líricas e nos *Cantares de Gesta*, o teria encarregado de pôr em verso aquele feito de armas, de tamanha importância e de tão notáveis conseqüências. Êste poema, de que apenas subsistem escassos fragmentos, transmitidos por Brandão e Bluteau [2], mas que ainda existia completo no fim do século XVII, tratava da vida do rei português e das façanhas praticadas por êle e pelos seus na batalha; pela maneira como o assunto era versado e plo emprêgo do verso setessílabo em quadras, o que o tornava semelhante a cantos populares da mesma espécie, donde provàvelmente o nome de *romance* [3] que lhe davam, pode classificar-se de verdadeira crónica rimada.





Os músicos das *Cantigas* de Afonso, o Sábio. — Os manuscritos da obra do grande rei, que a antiguidade nos legou, estão cheios de curiosas evocações dos músicos medievais. Músicos de tôda a sorte, com tôda a variedade de instrumentos do tempo, formam um museu sôbre o qual vale a pena considerar. Reproduções de *La Musica de las Cantigas*. Estudio sobre su origen y naturaleza con reproducciones fotograficas del texto y transcripcion moderna, por Julian Ribera. Madrid, 1922. Êste volume documentado e eruditamente escrito completa os dois volumes das *Cantigas* que a Rial Academia Espanhola publicára em 1889.

Sôbre tema idêntico e composto igualmente por quem presenciára a batalha, na qualidade de combatente, certo Rodrigo Yanes, apareceu em castelhano outra crónica rimada, sob o título de *Poema de Alfonso Onceno*, ainda hoje existente, embora com falta de algumas estrofes no princípio, a pesar das suas 2.456, que

Gerena, Alfonso Alvares de Vila Sandino, Pedro de Quinhoncs, Gomez Manrique e poucos mais.

(1) Não menciono o célebre *poema da Cava*, porque ninguém, suponho, acredita já nessa e outras mistificações de fr. Bernardo de Brito e quejandos.

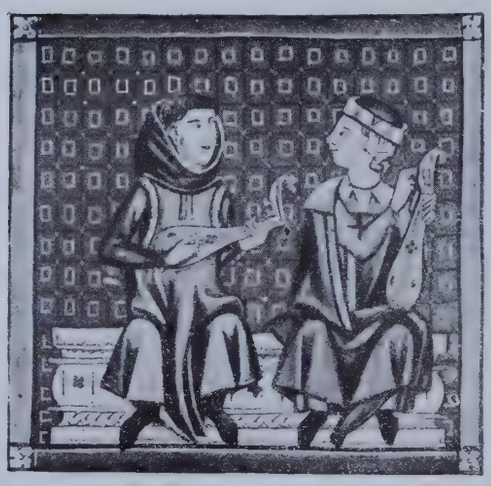
(2) É o n.º 466 do *Cancioneiro da Vaticana*.

(3) Assim denomina Lopez d'Ayala os *romances* ou *rimances* como também se chamavam. Apud T. Braga *Cancioneiro da Vat.*, pág. CIV.

(1) Cf. *Gaschschte der Portg. Litteraturen Grundriss* da Gröber, pág. 204.

(2) Acham-se transcritos na *Anatologia Portuguesa* de T. Braga, sob o n.º 41 mas com falta de uma quadra.

(3) Assim lhe chama fr. António Brandão, na *Monarch. Lusit.* III, livro X. cap. 45.



Músicos das Cantigas de Afonso, o Sábio. (Do manuscrito existente no Escurial. Instrumentos de corda).
O manuscrito das *Cantigas* é, para a História da Música de uma importância capital. Por êle se pode reviver a música semi-bárbara do tempo e os músicos que a executavam. Êsses músicos e essa música tem para a nossa poesia em que influiram, grande valor. O Mss. das *Cantigas* é sob o ponto de vista da iconografia musical o mais completo dos livros do seu tempo e será sempre consultado com proveito, tanto mais que nos escasseiam elementos para reconstituir com precisão o grau de avanço da música e dos seus cultores. Nenhum dos cancioneiros conhecidos, nenhum dos inúmeros Antifonários, Psaltérios ou livros iluminados tem documentação tão abundante. Vê-se por isso o valor que sob todos os pontos de vista possuem os dois códices do Escurial

alguns [1] pretendem ser tradução quási literal de um original português ou galego, talvez o mesmo de Afonso Giraldes, em vista de certas formas de linguagem e até de concordância de alguns versos que nos dois se encontram.

De dizer Afonso Giraldes que

> Outros falam da gram razom
> De Bistoris gram sabedor
> E do abade dom Joam,
> Que venceo rei Almançor

deduz-se a existência no seu tempo de outros poemas, narrativos também, que tratariam, um, de certo sábio desconhecido, de nome Bistoris (ou Abistoris? êrro de leitura por Aristotlis = Aristóteles, que seria uma versão poética dos *Secreta secretorum?*), outro, de um *Abbas Laurbanensis* (= de Lorvão) e sua pretendida defesa de Montemor contra o califa Almançôr de Córdoba (888) [2] mas, se realmente tais romances existiram desapareceram por completo e com êles tudo quanto se lhes assemelhava [3].

---

[1] Essa tentativa de reivindicação para Portugal da obra castelhana, feita por J. Corny e Teófilo Braga (cf. dêste *Hist. da Lit. Portg.* — Idade *Média* — pág. 254 a 260), tem a senhora acabada de citar por decididamente falha (für entschieden verfehlt).

[2] Conta esta lenda Jorge Cardoso no seu *Agiológio lusitano* (pág. 320, edição de 1652), corroborando-a com os versos acima transcritos e com outros ainda de Sá de Miranda e Jorge de Monte-Mor.

[3] D. Carolina Michaëlis, *opus laudatum*, pág. 206.

A PROSA MEDIEVAL

BIBLIOGRAFIA: — Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Commentariorum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca Libri tres.* Coimbra 1827; *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ.* Lisboa 1775; trabalhos de Vieira Natividade e J. de Vasconcelos sôbre Alcobaça e o seu mosteiro e o *Indice dos manuscritos da Livraria de Alcobaça* por A. Anselmo. Fr. Manoel dos Santos — *Alcobaça Illustrada.* Coimbra, 1710 e Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Historia chronologica e critica da Real Abbadia de Alcobaça...* Lisboa 1827 sua continuação.

Portugaliae Monumenta Historica; Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa (Biblioteca Pública Municipal do Porto); J. J. Nunes — *Chrestomathia archaica;* Leite de Vasconcelos — *Textos archaicos.*

Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Vida e milagres de Santo Antonio de Lisboa.* Coimbra, 1830; *Collecção de Ineditos portuguezes dos seculos* XIV *e* XV, *que ou foram compostos originalmente, ou traduzidos de várias línguas, por Monges Cistercienses d'este reino.* Coimbra. 1829 — 3 vols.; G. Pereira — *Mestre Giraldo. Tratado das enfermidades das aves de caça.* Lisboa 1909. (Sôbre o assunto há, publicado também na *Revista Lusitana* um estudo de D. Carolina Michaëlis (vol. XIII págs. 149 a 432); *Cronica da ordem dos frades menores,* mss. do século XV. Pub. pelo dr. José Joaquim Nunes. Coimbra, 1918, 2 vols.; Artur Viegas — *Um codice portuguez da legenda Aurea.* Lisboa 1916.

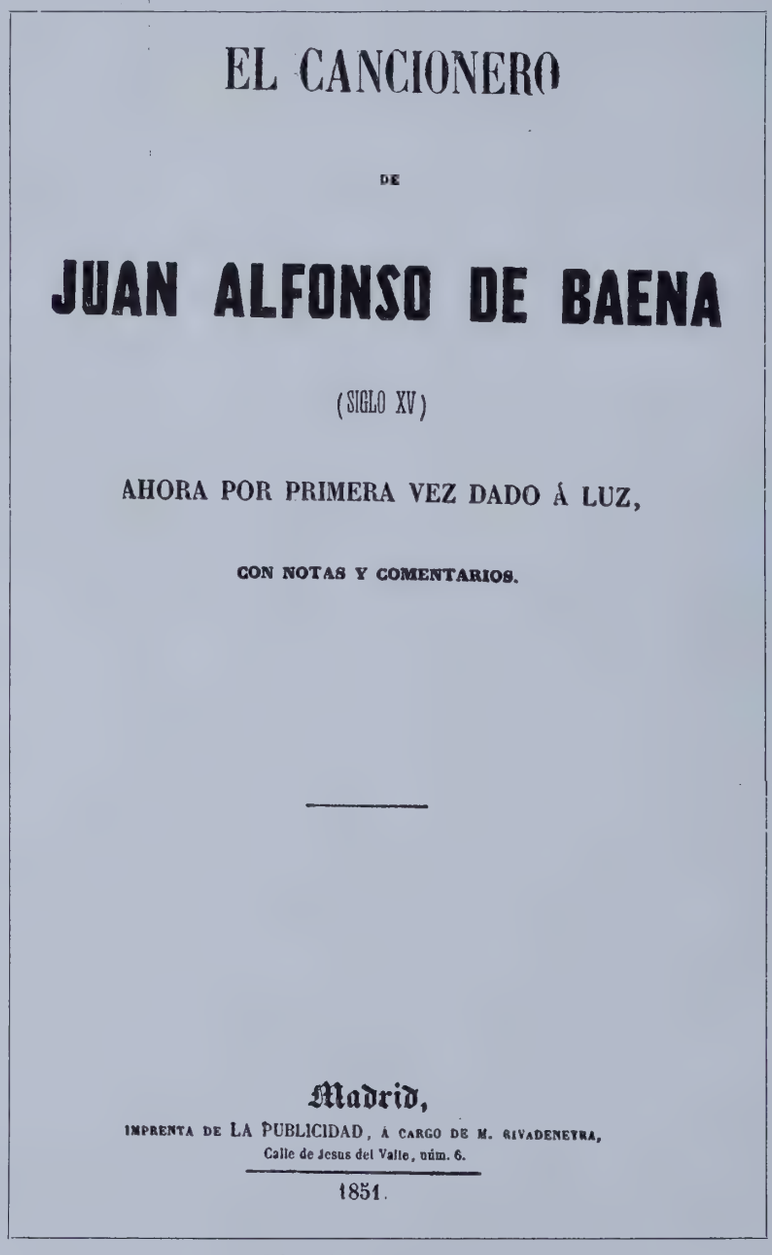
Várias revistas e Boletins teem publicado importantes estudos e excerptos. Entre os mais valiosos veja-se a *Revista Lusitana* onde o prof. J. J. Nunes publicou 8 artigos *Trechos antigos portuguezes;* Esteves Pereira a *Vida de Santo Aleixo, Visão de Tundalo, e Martyrio dos Santos Martires de Marrocos,* Pedro de Azevedo, *Duas traducções portuguezas do século* XIV e *Uma versão portugeza da historia natural das aves do sec.* XIV; e o Dr. Otto Klob *Dois episodios da «Demanda do Santo Graal».* O *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sc. de Lisboa,* publicou trabalhos de Esteves Pereira e Gabriel Pereira, as *Memorias,* o estudo sôbre mss. de Alcobaça de Fr. F. de S. Boaventura, a *Romania* trabalhos de J. Coruu e Otto Klob.

Músicos das Cantigas. — Instrumentos de sôpro. Reproduzidos do livro de Ribera *Los Musicos de las Cantigas* Sôbre a música das *Cantigas* de Afonso, *o Sabio,* é curioso ver o livro de Eduardo López Chavarri *Música popular española* e o estudo de José Rafael Carreras publicado na *Revista Musical Catalana,* de Abril de 1908 e seguintes. Afonso, *o Sabio,* tinha na sua côrte e pagava-lhes jograis mouros e judeus, «especialistas em instrumentos determinados, bandas de trompeteiros, saltadores mouros e jograis de tôdas essas diversas raças e religiões.» Também no belo livro de Chavarri se pode ler além da história da música nos tempos jogralescos, algo sôbre músicos e instrumentos do tempo muito importante para quem queira conhecer a fundo o carácter dos tempos medievais

A prosa desde o seu aparecimento até aos Cronistas

NAS literaturas românicas principalmente foram os humildes cantores do povo, conhecidos pelo nome de jograis, que primeiro lançaram as bases da língua literária, precedendo assim tantos génios imortais que se lhes seguiram e os eclipsaram por completo com o brilho refulgente das suas produções. Até muito tarde na Idade Média foi o latim o idioma usado pela gente culta ou seja pelo clero, então quási que o único detentor da sciência; o seu representante popular, ou a *língua românica rústica*, como se mostra da própria designação, dada por êsse tempo ao que depois se chamaria aqui o francês, além o castelhano, etc., estava reservado a outra gente, que na sua generalidade nenhuma cultura possuia: Dêste modo, em cada um dos países que havia trocado pela dos Romanos a língua que antes lhe era própria, havia duas classes apenas, uma, a mais numerosa, que falava um idioma românico, outra que se exprimia em latim, não pròpriamente o de que se tinham servido em Roma os homens cultos, mas outro que, embora modificado, reproduzia aquele em tôdas as suas partes essenciais. Por êste motivo quaisquer obras que então se produziam só poderiam provir do clero e a pouca mais gente se destinavam do que aos seus membros, visto como a grande massa, o povo, era, na sua quási totalidade, iletrada, e, ainda quando o não fôsse, não as entenderia, por se empregar nelas uma linguagem que já não era a sua (1). Surgiram, porém, aí pelo século IX (1) os jograis e êstes, se bem que pela sua instrução, recebida nos conventos, pertencessem ao mundo dos clérigos (2), porque, nos grandes ajuntamentos, como feiras e romagens, ou nos castelos dos nobres, onde não tardaram a ser recebidos, ao dirigirem-se aos seus ouvintes, usavam naturalmente a língua vulgar, por ser a única que todos compreendiam, contribuiram em grande parte para o seu aperfeiçoamento, limando-a nas suas arestas e enriquecendo-a na sua pobreza vocabular.

O que se dava lá fora devia acontecer também entre nós. Muito antes certamente que abrilhantassem os paços de D. Afonso III e D. Denis os jograis que aí poetavam ao lado dos nobres, outros os precederam (3) e a língua de que êstes se serviam era, sem dúvida, a mesma daqueles. Dos esforços combinados de ambos e dos trovadores que, como noutras partes, lhes haviam seguido o exemplo resultou que, no começo do século XIV o português já se encontrava apto a figurar também em obras em prosa, quer nas de simples imaginação, quer nas históricas ou narrativas e didáticas; o impulso que recebera da poesia distanciara-o imensamente do que fôra antes — língua ainda rude e sobretudo pouco mais possuindo do que os termos indispensáveis à vida material, como evidenciam os documentos mais antigos, que até hoje são conhecidos e datam dos últimos anos do século XII (1192 e 1193). Mas a preferência que nos escritos notariais, antes redigidos exclusivamente em latim, se foi a pouco e pouco dando no idioma nacional, até se tornar definitiva no reinado de D. Denis, contribuiu também bastante para que a prosa se fôsse aperfeiçoando cada vez mais e pudesse substituir


EL CANCIONERO

DE

JUAN ALFONSO DE BAENA

(SIGLO XV)

AHORA POR PRIMERA VEZ DADO Á LUZ,

CON NOTAS Y COMENTARIOS.

Madrid,

IMPRENTA DE LA PUBLICIDAD, Á CARGO DE M. RIVADENEYRA,

Calle de Jesus del Valle, núm. 6.

1851.

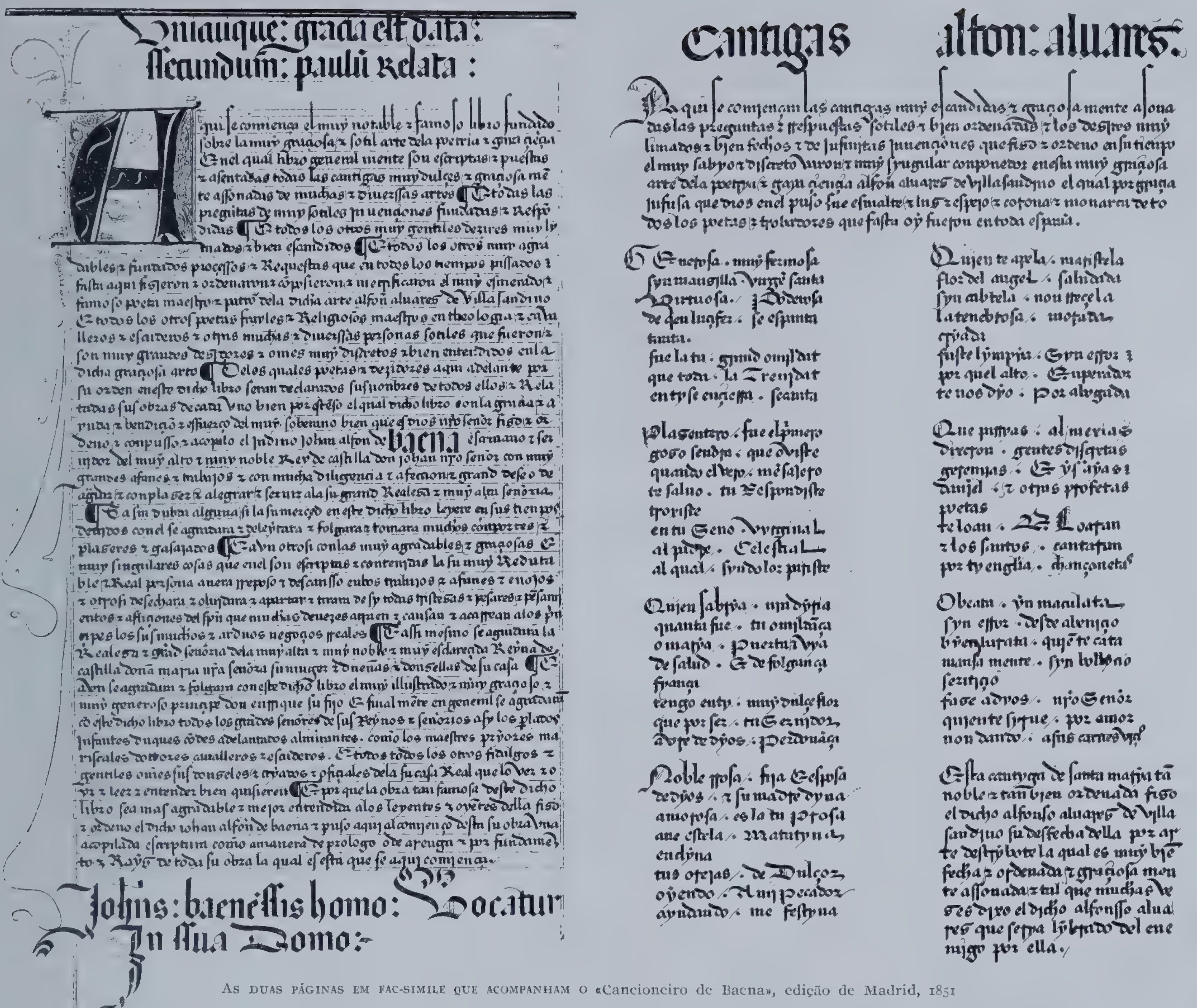
«Johan Alfonso de Baena
Lo conpuso con grand pena».

(1) Como é sabido, a língua da Igreja tem sido sempre o latim e portanto nos primeiros tempos todos o compreenderiam, mas, enquanto o de que ela se servia, continuava mais ou menos estacionário, o do povo ia evolucionando de dia para dia e por essa razão divergindo daquele; não admira, pois, que em 812 o concílio de Tours, seguido nisto por outros, prescrevesse aos padres que, dirigindo-se às suas ovelhas, se servissem da mesma fala que elas. O que sucedeu em França deve ter-se dado nos restantes países, que, como ela, continuavam a exprimir-se na antiga língua dos Romanos. Semelhante prescrição foi como que a consagração oficial da língua popular e, portanto, a primeira pedra lançada do edifício que, passados séculos, devia tornar-se majestoso, das várias literaturas românicas. Cf. G. Paris, *La Litterature Française au moyen age*, § 9.

(1) Embora já antes desta época haja referências a êles (Cf. Pidal *Poesia juglaresca y juglares*, pág. 8, n.º 4), é desde então que começam a ser designados mais claramente como tais.

(2) É o que se deduz da ilustração, revelada por muitos nas suas composições; isso não obstante eram pelos clérigos englobados no mesmo desprêso com que êstes olhavam os que não pertenciam à classe, ou porque falavam a língua do povo, contrariamente ao que êles faziam, ou mais ainda pelas diatribes que lhes dirigiam, fazendo-se éco dos burgueses: Cf. G. Paris, obra citada § 11.

(3) É o que parece deduzir-se do Regimento do primeiro daqueles monarcas, datado de 1261, o qual determina que «ElRey haja três jograres em sa casa e nom mais»; se apenas êste número era permitido, é porque antes, no mesmo ou nos reinados anteriores, mais se consentiam.



As duas páginas em fac-símile que acompanham o «Cancioneiro de Baena», edição de Madrid, 1851

completamente a poesia, quando esta começava a definhar.

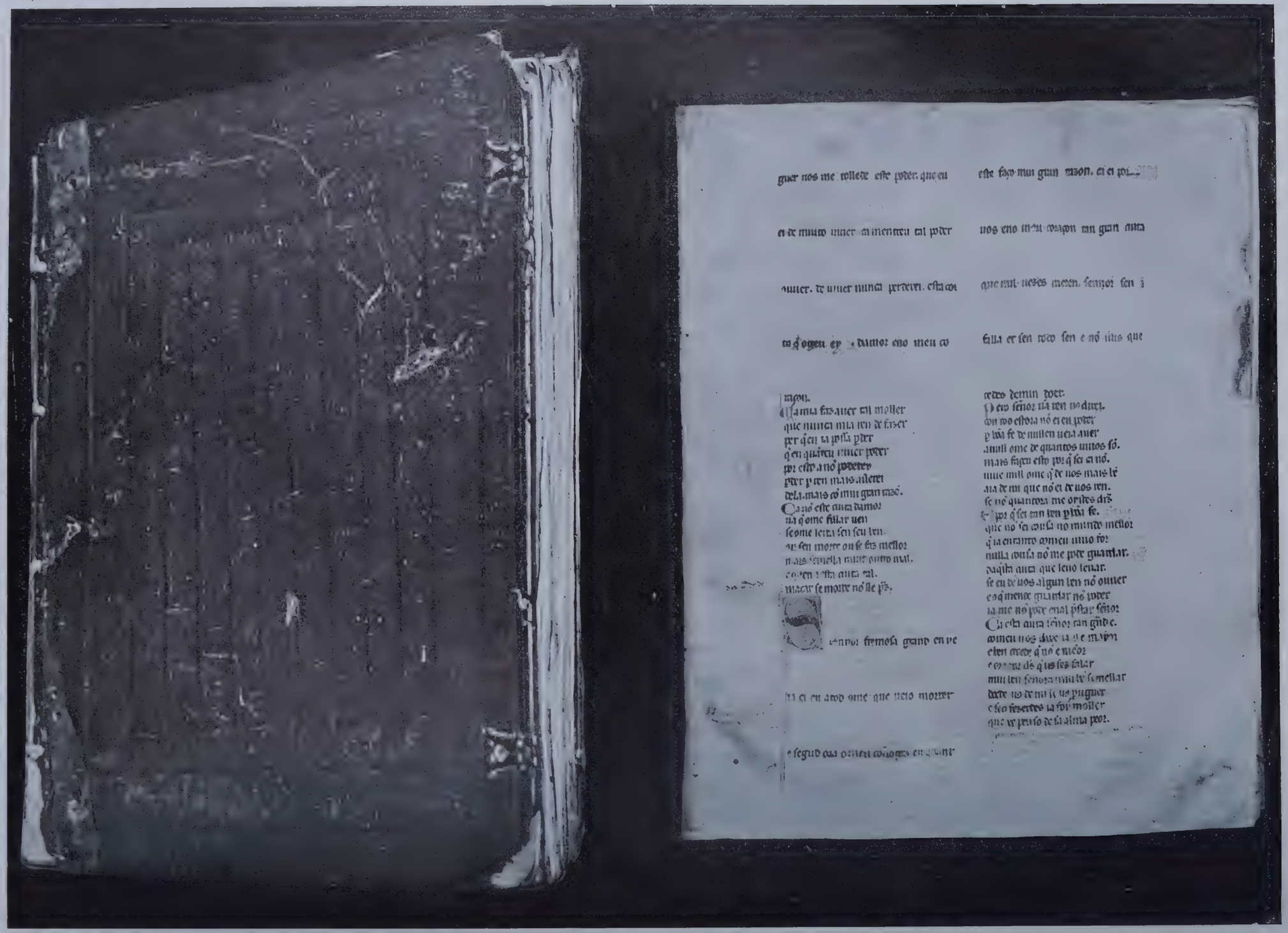
Os documentos em que até então ela entrára tinham todos feição utilitária, isto é, ou diziam respeito a interêsses particulares, como testamentos, partilhas, doações, contratos de venda, etc., ou ratificavam, dando-lhes foros de obrigatórios, usos e costumes, privativos de certas localidades, ou impunham leis que abrangiam o comum dos cidadãos, assim os forais e as ordenações (¹).

Do mesmo modo que lá fora, aqui a cultura era monopólio quási exclusivo do clero e a língua usada o latim; nos conventos, portanto, se confinava principalmente a literatura do tempo. E esta versava, como era natural, assuntos religiosos ou, quando muito, filosóficos; os que, porém, a cultivavam, contentavam-se apenas com copiar os originais estrangeiros, escritos também em latim, só traduzindo-os, quando do seu conhecimento podia advir proveito à religião; nesse caso ou punham todo o seu conteúdo em *romanço* ou *romance*, como se chamava então à língua vulgar, em oposição àquele, que era a culta ou nobre por excelência (¹), ou resumiam-no, ou parafraseavam-no. Fora dos conventos, era na côrte onde, como antes a poesia, encontrava agora a prosa cultores que de preferência se ocupavam de história ou antes da narrativa de factos reais ou de pura imaginação. Consoante, pois, a sua proveniência, que implícitamente contém a sua característica, dividiremos em *conventuais* e *palacianos* os escritos produzidos durante a época que nos ocupa. Embora se não possam comparar em quantidade com os produzidos por êsse tempo noutras nações, principalmente em França, são êles ainda assim bastantes para testemunharem que Portugal, a pesar de pequeno em extensão e de só tarde se haver constituido como país independente, não desacompanhava o movimento literário de lá de fora, produzindo também, quer em verso, quer em prosa, obras que, se por um lado a êle iam pedir inspiração, por outro se revelavam inteiramente independentes, fazendo prever já as qualidades que depois lhe haviam de criar nome imorredouro.

1.º *Escritos conventuais*. Entre os estabelecimen-

(¹) As mais antigas de que há notícia são as de D. Afonso II, que fazem parte do códice *Leis e posturas antigas*, que se encontra na Tôrre do Tombo. Nas colecções *Port. Monum. Hist.* e *Inéditos* da Academia das Sciências estão publicados muitos forais e leis antigos; outros documentos dos séculos XIII e XIV encontram-se dispersos por várias obras e revistas, como o *Censual da Sé do Porto*, *Doc. historicos da cidade de Evora* de G. Pereira, *Inéditos* de O. Guimarães, *Arquivo Histórico Português*, *Arqueólogo* e *Revista Lusitana*.

(¹) O contraste entre as duas línguas e a antipatia que em França uns aos outros se votavam os que as falavam acham-se bem caracterizadas pelas designações que tinham e suas respectivas formas, uma culta *(laica)*, dada pelos clérigos à do povo, outra popular *(clerquois)*, aplicada por êste à daqueles; Cf. G. Paris, obra e parágrafo citados.



guer nos me volleste este poder: que eu este fago mui gram mazon. ei ei poi...

ei de muito auer ca mentem tal poder uos eno meu coraçon tan gram auta

ouuer. de auer nunca perderei. esta co que sempr meses meren. senpor sen ;

ta q̃ ogeu ey damor eno meu co tulla er sen ren sen e nó uus que

mazon.
Ca ma fes auer tal moller
que nunca mia ten de fraer
per q̃en ia possa poer
q̃en quisesse auer poder
por esto a nó poderey
poer p̃en mais adeer
dela mais só mui gran mazé.
Ca nó este auta damor
ma q̃ome fillar uen
se ome leixa sen seu ren
ar sen morre ou se fes mellor
mais semella mui gran mal.
e o ren desta auta tal.
macar se morre nó lle p̃z.

e mor fremosa grand en ve

ta ei eu auo ome que ueio morrer

e segud esta o meu coraçon en q̃ tanr

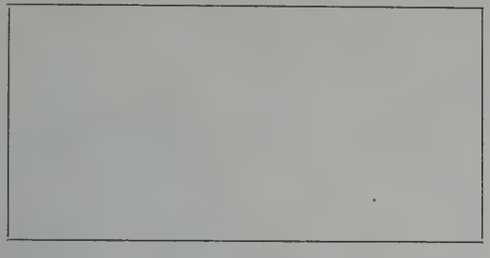
redes demin poer
O ces señor tá ten no dura.
con uos estou nó ei eu poer
p̃ tá fe de mullen uela auer
amall ome de quantos uiuos só.
mais faga esto p̃ q̃ sea nó.
uiue mill ome q̃ de uos mais sé
ma de mi que nó ei de uos ren.
se nó quanto a me orides drz
p̃ q̃ sei tan ten p̃ tá fe.
que no sa outá no mundo mellor
q̃ ia entanto o meu uiuo fo:
mulla outá nó me poer guardar.
daqlla auta que leno leuar.
se eu de uos algun ten nó ouuer
e q̃mente guardar nó poder
ia me nó poer enal p̃ar señor:
Ca esta auta señor tan gñde.
o meu uos duue ia q̃ e mazon
e ten mester q̃ nó e meor
e o ren dés q̃ uos fes fillar
mui ten senora mui ty semellar
dexe uos de mi se uos puguer
e seo fesertes ia foy moller
que ve preso de ta alma peor.

CANCIONEIRO DA AJUDA. — Encadernação e primeira página. *(Cantigas de Vaasco Praga de Sandin.)* pág. 5 a 8 da ed. C. M. Vasconcelos)

Página 188 do "Cancioneiro da Ajuda"

(numeração geral, moderna). (Biblioteca da Ajuda, Lisboa). Cantigas de Fernan Gonçalves de Seabra

O Cancioneiro hoje conhecido por *Cancioneiro da Ajuda* teve antes as denominações de *Cancioneiro do Collegio dos Nobres* por se encontrar então «num edificio que ia servindo de collegio aos moços nobres do reino, na Rua do Monte Olivete.» Lord Stuart chamou «a attenção do mundo culto para tão precioso monumento litterario» e «o governo resolveu transferil-o para a Bibliotheca Real, installada a curta distancia de Lisboa, numa casa contigua ao paço da Ajuda.» Entrou para lá em 5 de Maio de 1832, e em 27 de Junho de 1843 foi adiccionado de onze folhas desmembradas que tinham sido descobertas na Biblioteca Publica de Evora. *O Cancioneiro da Ajuda* «é um grosso e pesado in-folio, no qual... andam juntas duas obras, ou antes fragmentos de duas obras diversas, um *Nobiliario em prosa* e o *Cancioneiro*. Está caligrafado por um unico artista a letra gothico-franceza, a preto, com iniciaes a azul e vermelho. Não contem nenhum nome de autor e está por concluir. É na composição material imitação das *Cantigas de Afonso, o sabio,* executado de 1267 a 1275. As vinhetas estão por acabar, assim como as letras ornadas que as acompanham. Quando á sua escrita diz-nos D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, fonte capital de estudos sobre o Concioneiro, que não hesita em a considerar como a primitiva portugeza. O Codice da Ajuda é de importancia capital por ser escrito com desvello na propria era trovadoresca, quer fosse no ultimo quartel do seculo XIII, quer no primeiro do seculo XIV, à vista de originais muito mais antigos.»



GRAN coita soffr' e vo[u]-a negando;
ca non quis Deus que coita soffresse
que eu ousasse, mentre vivesse,
nunca dizer; e por aquist' ando
maravilhado de como vivo
en tan gran coita com' og' eu vivo!

É esta coita, de que eu jaço
cuidando sempre, des que me deito,
pois me levo, sol non é en preito,
que cuid' en al; e por én me faço
maravilhado de como vivo
en tan gran coita com' og' eu vivo!

Ben sei que ome sol non m'entende
qual coita soffr', e como coitado
eu viv' oge, nem est ome nado
que o soubesse, que non foss(e) ende
maravilhado de como vivo
en tan gran coita com' og' eu vivo!

É no'-no ouso dizer, cativo!
De mais desejo mia mort', e vivo!

NEGUEI mia coita des ua sazon;
mas con gran coita que ouv(e) e que ei,
òuvi-a falar i como vus direi:
enos cantares que fiz des enton
en guisa soube mia coita dizer
que nunca mi-a poderon entender!

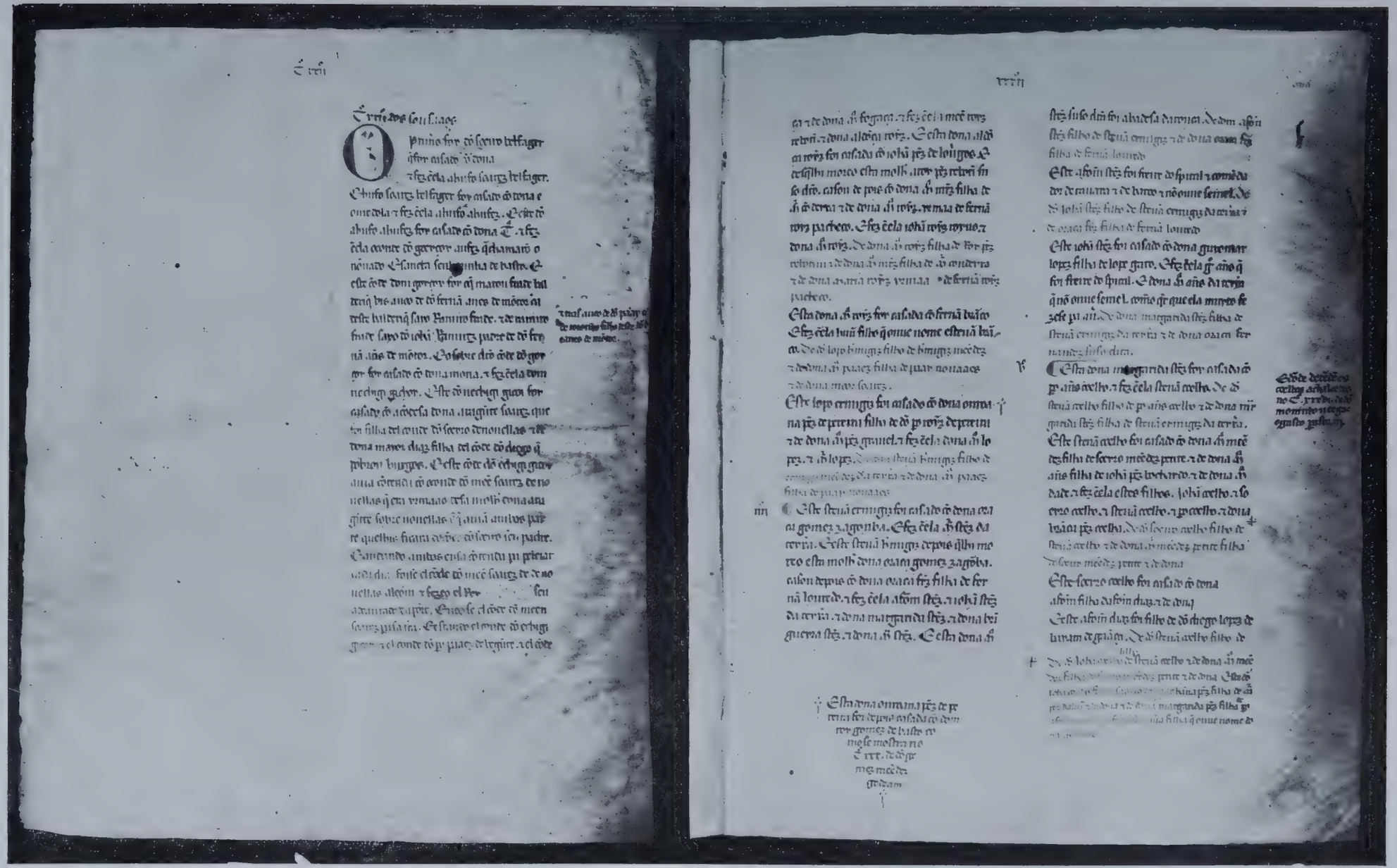
É sabe Deus, quen mui gran coita ten,
com' eu tenho, non á poder d'estar
que non aja i ja-quant' a falar:
enos cantares que eu fiz por én.

CANTIGAS DE (Fernan Gonçalves de Seabra) pág. 188 do *Cancioncíro*. Lição de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Pág. 411, 412, 413 do *Cancioneiro da Ajuda* (ed. C. M. Vasconcelos)

Qual coita so
ffre nõa ne
gando al non quis deus que
coita soffresse que eu ouuesse me
te uencesse nunca dizer e por
a quistando maravillado de como
uiuo en tan gran coita como eu
uiuo.

Esta coita de que eu uasco
andando sempr desq me eu ui
pois me leuo sol nõ e en pleito.
que cuido en al e poren me faço
Maravillado de como uiuo.
Ben sei que ome sol nõ merece
qual coita soffr e como coitado
eu uiuo ogr ne est ome nado
que o soubesse que nõ fosse ende
Maravillado de como uiuo.
E non ouso dizer catiuo.
de mais deseio mia morte e uiuo.

Nenguen mia coita des
ta sazon. mais con gran coita
que ouue e que ei. ouuia falar
y como uos direi. e nos canta
res. que fiz desemon En guisa
soube mia coita dizer. que
nunca mia poderon entender.
E sabe deus quen mui gran coita ten.
com eu tenno nõ a poder de star
que non aia ya quant a falar.
enos cantares que eu fiz poren.



CANCIONEIRO DA AJUDA. — PÁGINAS 1 E 45 DO *Nobiliário* QUE ANTECEDE O CANCIONEIRO PRÓPRIAMENTE DITO. — (Restos do Livro de Linhagens conhecido pelo *Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcelos*). — Herculano falando dêste fragmento diz que êle «é muito mais histórico que meia dúzia de escritos dos nossos historiadores» (Opúsculos V, pág. 123). Referindo-se à edição de Lavanha, Roma, 1640, considera-a «talvez a coisa mais parva que desde o tempo de Guttemberg fez gemer as imprensas da Europa». «O exemplar mais antigo e precioso é o que se acha junto ao *Cancioneiro do Colégio dos Nobres*. Assim êle estivera completo!»

OS TROVADORES E JOGRAIS DO CANCIONEIRO DA AJUDA

«MESTRE TROVADOR; jogral com harpa, sentado» (pág. 107). — «MESTRE; rapariga com castanhetas; jogral com psaltério» (pág. 85). — «MESTRE; bailadeira de braços erguidos dançando ao som das castanholas; jogral com psaltério, sentado» (pág. 109)

tos religiosos sobressai o antigo convento de Alcobaça pela quantidade de volumes que possuía e hoje se encontram, pela maior parte, pois bastantes se perderam, na Biblioteca Nacional de Lisboa e Arquivo da Tôrre do Tombo. Sem cuidados pelas necessidades materiais da vida, porque lhes eram mais que suficientes os réditos que a abadia disfrutava e provinham das extensas terras que tinham arroteado e povoado, desde que as haviam recebido incultas e ermas das mãos de Afonso Henriques em 1153 [1], os monges alcobacenses consagravam à cópia e tradução de obras, cuja leitura achavam útil e até indispensável, o tempo que lhes restava das práticas religiosas. Essa actividade literária parece ter começado logo com a fundação da casa [2], quando, porém, ela mais se exerceu foi nos séculos XIV e XV, a julgar do grande número de códices, a sua maioria pertencentes a essa época.

Como era natural, os monges preferiam copiar obras acentuadamente religiosas, como a Bíblia e respectivos comentários, Santos Padres, epístolas, sermões e homílias de autores eclesiásticos medievais, hagiografias e livros litúrgicos, mas que nem por isso menosprezavam as de carácter literário, filológico e jurídico confirmam-no a existência, entre os seus códices, de alguns onde se encontram obras escolhidas de Cícer, Vergílio e Aristóteles, a par de outros que se ocupam de gramática, retórica, poética, filosofia e língua.

As primeiras produções alcobacenses foram em latim e destinavam-se certamente àqueles dos membros que conheciam a língua, mas bem depressa não tardariam em reconhecer a necessidade de atenderem aos leigos que com êles viviam e cuja instrução era, se não nula, muito rudimentar. A principal obrigação dêstes era conhecer a lei sob que viviam e os deveres que sôbre êles impendiam; êstes ser-lhes-iam indicados pelos dirigentes na língua vulgar, mas isso não bastava; forçoso lhes era terem à mão um códice dêsses preceitos. A tradução, portanto, da *Regra de S. Bento*, que era a observada pela congregação de Cister, a que êles pertenciam, afigura-se-me que talvez tenha sido uma das primeiras, se não a primeira, por êles tentada, todavia em parte já bastante adiantada do século XIV [1]. A maneira por que o latim é vertido em português, conservando-se, contràriamente ao génio dêste, embora então mais livre do que hoje, a ordem que as palavras teem no original, exigida pela regência dos casos, torna o texto, em muitos passos, se não de todo, ao menos quási incompreensível [2]. Foi certamente devido a isso e sobretudo à evolução por que a língua ia passando, que outras versões se fizeram da mesma regra, acomodando-a à fala do tempo [3].

«MESTRE; bailadeira de braços erguidos dançando ao som das castanholas; jogral com psaltério, sentado». (A mesma scena da pág. 109, mas diferente nos seus pormenores). (pág. 111)

(1) «Abaixo de Leiria — diz A. Herculano — para o ocidente, fundou-se, por esta época (1153), um mosteiro, o de Alcobaça, que veio a ser o mais célebre em Portugal e a cujos monges se deveu sucessivamente a cultura de uma extensa parte da alta Estremadura, a qual até aí fôra uma vasta solidão e por muito tempo servira de campo neutro entre cristãos e sarracenos», *Hist. de Portugal*. III, pág. 61

(2) A. Anselmo (*Os códices alcobacenses*, CCC 231 pág. 60), referindo-se ao códice ——, diz que êle se compõe de dois bem distintos, dos quais um, que só contém obras em latim, foi escrito nos fins do século XII.

(1) Fr. Fortunato de S. Boaventura, que foi quem primeiro a deu a lume nos seus *Inéditos*, supõe ter ela sido redigida ainda no século XII, mas nem a língua nem a grafia confirmam tal suposição; cf. o meu intitulado *Evolução da Língua Portuguesa*, edição da Academia das Sciências de Lisboa, em que vem publicada com algumas correcções à do erudito beneditino.

(2) Uma amostra. Diz o original: *Constituenda est ergò a nobis dominici schola seruitii. In qua institutione nihil asperum, nihil grave nos constituturos speramus. Sed et si quid paululum restrictius, dictante aequitatis ratione, propter emendationem vitiorum vel conservationem charitatis processerit, non ilico pavore perterritus refugias viam salutis quae non est nisi angusto initio incipienda*, verteu o tradutor assim: Ergo estabelecedoira é a nós a escola de nostro Senhor do santo serviço, no qual estabelecimento niinte aspero, niinte grave nós estabelecedoiros atendemos. Mays e se algua cousa streytamente, demonstrante per razon d'igualdade espões o emendamento dos viços e o esguardamento da caridade sobrepogar (leia-se sobrepojar), non logo espantado pelo pavor, fugas (leia-se fujas), a carreyra da saude, que non é senon [per] empeço angusto conpeçadoira.

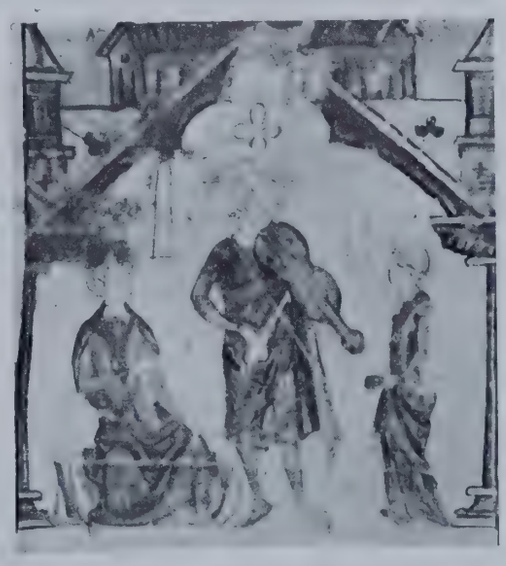
(3) Afora a mais antiga existem na Bib. Nacional quatro códices que a conteem, os quais medeiam uns dos outros

«Mestre trovador; jogral com viola de arco; rapariga com pandeiro» (pág. 119). — «Mestre; jogral com guitarra; cantadeira» (pág. 113). — «Mestre; jogral com guitarra; rapariga (ou rapaz?) com castanholas, escutando» (pág. 135)

Mas não era só os preceitos a que estavam obrigados que os monges leigos deviam conhecer; para sua instrução religiosa e progresso no caminho da virtude outras obras lhes convinha ler, que demais podiam aproveitar ainda aos outros fiéis que não viviam «nos mosteiros so regla ou só abbade» (1) e a cujas necessidades espirituais e devoção os cultos de entre êles deviam também atender, muito especialmente se pertenciam às mais elevadas classes sociais e lhes manifestavam o desejo de verem e possuirem êste ou aquele livro posto *em lingoagem*, como então se dizia, e portanto acessível a todos (2); daí a vulgarização de muitos originais latinos que possuiam, na sua grande maioria de carácter religioso, sem exclusão, contudo, de alguns representantes das literaturas clássicas, como Cícero, Vergílio e Aristóteles.

Como era natural, essa vulgarização deu a preferência àqueles dêsses originais que mais se relacionavam com a história da religião e conseqüentemente com os livros sacros. Um resumo dos do antigo testamento, de carácter acentuadamente histórico (3), que sob o título de *Historia scholastica* tinha composto Pedro Comestor (ou Comedor, falecido em 1179), fazendo-o acompanhar de um comentário explicativo e de sincronismos, foi traduzido, provàvelmente com alguns retoques ou acrescentos que autorizariam a designação nova que lhe deram de *Historias abreviadas do testamento velho*, com que aparece aos *Inéditos*, publicados por Fr. Fortunato de São Boaventura. Os monges Fr. Bernardo e Fr. Nicolau Vieira trasladaram, nos anos de 1422 e 1423, os *Actos dos Apostolos* ou, como lá se lhes chama, *O segundo* (1) *livro que fala de todo o feito e de todalas vidas e das paixões dos apostolos*, e pouco antes (1431), o segundo, parece, empreendeu só a tradução das *Colações dos santos padres do Egito*, de João Cassiano (2).

A agiografia, como então estava em uso fazer-se, isto é, as vidas dos santos entretecidas de lendas e contos os mais fantásticos, não podia deixar de ser muito apreciada numa época de crença profunda e ao mesmo tempo verdadeiramente infantil, porque, além de a robustecer ainda mais, dava pasto saboroso à imaginação de quem a lia, servindo-lhe ao mesmo tempo de edificação e recreio do espírito; não admira, pois, que fôssem os livros que dela faziam parte os preferidos pelos monges alcobacenses nas traduções que faziam. Asim, entram no número destas, as vidas de vários santos *(Aleixo, Bernardo, S. João Climaco, Eufrosina, Maria Egipcíaca, Pelagia, Tarsis* (aliás *Tais)*, etc.,



«Mestre; jogral com viola; cantadeira». (pág. 143).

o máximo um século; dois dêles, os n.os CCC/231 e CCCXXVIII/44 foram por mim dados a lume respectivamente no livro mencionado na precedente nota e na *Revista Lusitana*, XXI, págs. 91 a 145.

(1) Assim define os cenobitas o capítulo IV da Regra.

(2) Foi a pedido de D. João I que êles traduziram os *Evangelhos, Actos dos Apostolos, Epistolas de S. Paulo* e *Vidas de Santos:* em 1445, Fr. Bernardo fez o mesmo à *Vita Christi* de Ludolfo de Saxonia por mandado da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V; cf. D. Carolina Michaëlis, *Geschichte der ptg. Litteratur*, pág. 242 e 251. Isto não quere dizer que por êsse tempo o conhecimento do latim fôsse exclusivo dos padres; na côrte havia quem o entendesse, como o infante D. Pedro que de si dizia *para cavalleiro e não letrado eu arrazoadamente entendo latim;* idem, pág. 246, n.º 9. No catálogo dos livros de uso de D. Duarte figura *hum livro das meditações de Santo Augustinho que treladou o moço da Camara;* cf. *Panorama*, XI, 3.ª série, pág. 317.

(3) Foram portanto excluidos os seguintes: *Josué, Paralipomenos, Esdras, Job, Salmos, Proverbios, Ecclesiastes, Cantico dos Canticos, Sabedoria, Ecclesiastico, Isaias, Jeremias, Barve* e os profetas menores. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos menciona, a pág. 207, sem contudo dizer onde foi feita, a tradução da *Genesi, Evangelhos, Livro de Salomão*, que se inclina a crer seja o humorístico *Salomão e Marcolfo*, e tôda a *Biblia* ou *Blivia*, como se dizia então.

Com efeito no Catálogo da livraria de D. Duarte lá figuram êles juntamente com os *Actos dos Apostolos*, faltam, porém, no dos códices portugueses de Alcobaça, organizado por A. Anselmo.

(1) «O 1.º livro, de que êste é a continuação, deve ser, na opinião da senhora acabada de citar (cf *Romania*, XXVIII, pág. 552 e 553), o *Evangelho de S. Lucas*, que se considera como prólogo dos *Actos dos Apostolos*. Na subscrição final do livro diz-se que seria seguido de um *terceiro* livro sôbre as vidas dos mártires de que não há outro conhecimento». A. Anselmo, pág. 57. Na livraria de D. Duarte existiu um *Livro dos Mártires*, talvez cópia do de Alcobaça, que parece ter-se perdido.

(2) Provavelmente o mesmo livro de que D. Duarte possuiu três exemplares, dois em latim e um em português. No testamento do infante santo D. Fernando faz-se menção também de dois exemplares, um em português, outro em latim, das *Colações dos Padres* e mais os *Estatuta monacorum* ou *Estabelecimentos dos Mosteiros*, logo abaixo citado.

lendas pias (*Visão de Túndalo, Conto de Amaro,* a lenda do fundador da religião búdica, sob o nome de *Vida angélica do infante Josafat, filho de Avenir, rei indiano,* mais conhecida por *História de Barlaam e Josafat*), contos morais (tais os insertos nos livros intitulados *Orto do Esposo* [1] e *Diálogos de S. Gregório Magno*). Feição didática e simultâneamente mística tinham estoutros: *Soliloquios de Santo Agostinho* [2], um *tratado de S. Isidro de Sevilha do ajuntamento de bons ditos e palavras, Meditações de S. Bernardo, O livro das Confissões,* escrito originàriamente em castelhano por Martim Perez, *Espelho da Cruz,* do frade italiano Domingos Cavalca, *Estabelecimentos dos mosteiros,* do citado João Cassiano, *Virgeu de Consolaçon* ou o *Veridarium,* atribuido a S. Pedro Pascoal, bispo de Jaen [3], *Castelo Perigoso* [4], *Espelho dos monges* e *Escada espiritual,* de S. João Climaco, *De contemptu mundi,* de Isaac Sirio [5], fragmentos de carácter moral, entremeados de exemplos [6], etc. A maior parte destas traduções pertencem ao séculos XIV e XV e as línguas em que originàriamente haviam sido escritas são o latim, na maioria dos casos e só num ou noutro o castelhano, o francês e ainda o italiano; a linguagem nelas usada é clara e correntia, em nada se parecendo, quer na construção das frases, quer no estilo, com a da *Regra fragmentária de S. Bento.*

As vidas dos santos, se não tôdas, algumas como as das santas *Tais, Eufrosina, Pelagia* e *Maria Egipcíaca* devem ter sido extraídas ou das *Vidas dos Padres do deserto,* que, originàriamente escritas em copta ou grego, foram depois postas em latim por S. Jerónimo, Rufino e outros [1] ou da colecção intitulada *Vitae Patrum,* [2] que mais tarde englobou essas com as de vários santos ocidentais (*Aleixo, Eloi, Nicolau de Mira,* etc.); é mesmo provável que algumas provenham da *História lombárdica* de Jacobus de Voragine (isto é, Giacomo da Varaggio, 1230-1298), que o entusiasmo com que ao tempo foi recebida crismou de *Legenda áurea,* nome por que é mais conhecida [3] e de

«Mestre; jogral com viola; segundo jogral, a tocar harpa, sentado no chão» (pág. 151). — «Mestre; jogral com guitarra; rapariga a tocar castanholas» (pág. 180). (O mesmo representa a vinheta da página colorida do Cancioneiro reproduzida fora do texto). — «Mestre; jogral com guitarra; segundo jogral a tocar harpa, sentado no chão.» (pág. 171). — Mestre; jogral com guitarra; rapariga com pandeiro de guisos, sentada num escabêlo.» (pág. 173)

(1) Na livraria régia, acabada de mencionar, e na do Condestável D. Pedro havia êste livro, cujo autor e fontes ainda não foram estudados, mas que, segundo parece, era muito apreciado.

(2) O infante D. Fernando possuiu esta obra e ainda as *Meditações* do mesmo santo em português e os seus *Sermões,* mas em latim; da biblioteca de D. Duarte faziam parte também as *Meditações* (dois exemplares) e mais as *Confissões.*

(3) Segundo D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (obra citada, pág. 212, n.º 7), do mesmo tratado se serviu o italiano Bono Giamboni para compor o seu *Giardino della Consolazione.*

(4) A respeito dêste livro, originàriamente composto em francês por um monge cartuxo, observa A. Anselmo, que a data de 1368 nêle exarada, deve ser a da redacção primitiva e não a da tradução ou cópia, como se vê da letra: cf. pág. 52.

(5) Apenas pelos nomes dos respectivos autores, isto é, *Crimaco* e *Isaac,* são estas duas obras designadas no testamento de D. Fernando.

(6) Sob o título de *Traité de dévotion (extratis),* foram publicados por J. Cornu no vol. XI da *Romania,* juntamente com as *vidas das santas Eufrosina e Maria egipciaca,* da mesma proveniência. A propósito notarei que, afora os *Ineditos* de fr. Fortunato de S. Boaventura, onde se encontram, como ficou dito atrás, além da *Historia de abreviado testamento Velho,* ainda os 28 primeiros capítulos dos *Actos dos Apostolos, Catecismo de doutrina cristã, Explicação dos mandamentos que som dictos moraaes e naturaaes, tradução do simbolo chamado athanasiano, Opusculos do dr. fr. João Claro e Fragmentos da Regra de S. Bento,* na *Rev. Lusitana* teem vindo a lume as seguintes narrativas: as *Vidas de S. Aleixo, Santa Pelagia, Santa Tais, hua muy sancta mouja, duque Antioco, huum monge de Roma* e *Santa Maria Egipciaca* (outra versão), a *Vivão de Tundalo, morte de S. Jeronimo, tratado de S. Isidoro do ajuntamento de bons ditos e palavras* acham-se também publicados o *Conto de Amaro* e a *Historia de Barlaam e Josafat;* o que falta não tardará, esperamos, em aparecer, por cuidado de estudiosos que seguirão o exemplo dado pelos que os precederam.

(1) G. Paris, obra citada § 145.

(2) Foram extraídas desta colecção as *Vidas de S. Pelagia, Eufrosina, Tais e Maria Egipciaca,* pelo menos, como tive ocasião de verificar.

(3) No testamento de D. Fernando faz-se menção de uma *Vida dos Santos* escrita em vulgar e de um *Flos Sanctorum,* segundo parece, em latim; é possível que ambos êstes livros sejam o mesmo que, com o título de *Ho flos sctorum em ligoajem português* ou *Ystoria lombarda,* foi impresso em 1513, pois da sua linguagem deduz-se ter a respectiva tradução sido feita em época mais antiga e ainda no século precedente. O catálogo dos livros de uso de D. Duarte regista apenas um *Miracula Sanctorum.* Note-se que o *Speculum historiale* de Vincentius Bellovacensis (Vicente de Beauvais, 1190-1264) era também obra de carácter hagiográfico e muito apreciada ao tempo.

cujo original latino os frades alcobacenses não deixariam de ter adquirido alguma cópia logo em seguida ao seu aparecimento.

Ainda entre as traduções de obras hagiográficas, feitas pelos mesmos monges, deve mencionar-se a da *Vita Christi* do cartusiano Ludolfo de Saxónia, que Fr. Bernardo realizou, para comprazer aos desejos da raínha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, e antes de 1455, ano em que a mesma senhora faleceu. Mas que já antes ela era conhecida na côrte prova-o a intercalação que de um dos seus capítulos fêz D. Duarte no seu *Leal Conselhéiro* e o grande aprêço em que ali a tinham mostra o facto de ter sido mandada imprimir, em 1495, por D. Leonor, esposa de D. João II.

P INICIAL POR COLORIR, de pág. 107 mostrando um jogral, tocando

Quanto às lendas pias ou contos devotos, bebidos em grande parte em fontes gregas ou orientais, pululavam êles já nas mencionadas *Vitae Patrum*, e principalmente em colecções de exemplos, destinadas aos prègadores que com êles entreteciam os sermões e daí extraíam a moralidade.

É de estranhar não ver mencionado entre os livros religiosos do tempo nenhum que se ocupasse, em especial, dos muitos milagres atribuidos à Virgem Maria, mas que êstes não eram desconhecidos na Península mostram-nos os *Milagres de Nuestra Señora*, de Berceo, e as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X (1).

Ocuparam-se ainda os copistas e tradutores alcobacenses com os *Usos, regra, costumes, definições, visitações e estatutos da ordem de Cister* e das leis de Afonso X, conhecidas pelo nome de *Sete Partidas*, trasladaram para português a primeira (1). Que os bons dos frades também não descuravam os assuntos filológicos mostram os códices n.os CDIV e CDIII, escritos, respectivamente, nos meados do século XIV e fins do XV, os quais compreendem, o primeiro, um pequeno dicionário de verbos latinos com o correspondente significado em português e notas sôbre versificação, o segundo, observações à gramática latina com exemplos em vulgar.

«MESTRE; jogral com guitarra, rapariga com pandeiro.» (pág. 197)

«MESTRE; rapariga dançando, com castanhetas nas mãos erguidas; jogral com psaltério, sentado» (pág. 195)

Embora de importância muito inferior à de Alcobaça, outras bibliotecas monásticas, como as de S. Vicente, em Lisboa, Santa Cruz de Coimbra, Lorvão, etc., possuiam igualmente códices que tratavam de assuntos idênticos; afora os muitos que se perderam, chegaram até nós, completos ou apenas fragmentos, aqueles em que se contêm as obras seguintes:

Cronica da fundação do moesteiro de São Vicente de Lixbõa, narrativa baseada noutra mais antiga, o *Indiculum fundationis monasterii S. Vincentii*, que entremeia o assunto principal com a descrição da tomada da cidade e factos milagrosos, como a lenda do cavaleiro Henrique.

Vida de D. Telo e notícia da fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, precedida de outra escrita em latim.

Anterior a estas duas versões, que são do século XV, deve ser a *Relaçam da vida da gloriosa Santa Isabel, rainha de Portugal*, que Fr. Francisco Brandão inseriu na parte VI da *Monarchia Lusitana*, não segundo o texto primitivo, que deve ter sido escrito pouco depois da morte da santa, em 1336, e parece haver desaparecido do convento de Santa Clara, onde existia, mas sôbre uma cópia dêle, feita no mesmo século XV (2).

(1) Entre as várias colecções de milagres da Virgem, existentes ao tempo, sobressai a francesa de Gautier de Coinci (+ 1236), que compreende nada menos de 30.000 versos e o seu autor extraíu principalmente da compilação latina de Hugo Farsit (séc. XII). «É o monumento mais curioso — diz G. Paris — e por vezes mais singular da piedade infantil da idade média; a devoção a Maria é aí apresentada como uma espécie de garantia infalivel não só contra tôda a espécie de males, mas contra as mais legítimas conseqüências dos pecados ou mesmo dos crimes. Nessas histórias, que teem revoltado a piedade mais sensata, assim como a filosofia dos tempos modernos, há que reconhecer todavia um encanto dôce e penetrante, uma ingenuidade, uma ternura e simplicidade de coração que comovem ao mesmo tempo que fazem sorrir». Obra citada, § 142. A colecção popular *Deutsche Volkeit* publicou há pouco sob o título de *Marienlegenden*, algumas dessas interessantes narrativas.

(1) Êste *Livro da primeira partida* vem mencionado entre os de uso de D. Duarte e parece ter sido traduzido já no tempo e por ordem de D. Denis. Uns fragmentos de uma versão da mesma em língua galega dos fins do século XIII publicou Martinez Salazar no *Boletin de la real academia gallega* (Dezembro de 1909 e Janeiro de 1910); outros mais do códice de Afonso X, no mesmo idioma, de igual data e posteriores (séc. XIV e XV) tinham antes vindo a lume na colecção diplomática da *Galicia Historica*.

(2) Entre os livros de D. Fernando enumera-se um da *Rainha Dona Helisabeth*, que provávelmente também foi copiado do primitivo original. Em edição da Academia das Sciências reproduzi a narrativa de Fr. Francisco Brandão, mas dando-lhe quanto possível a forma mais antiga e acompanhando-a de notas explicativas.

A ESTÁTUA TUMULAR DE D. AFONSO SANCHES no Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. (Cliché de Marques Abreu, da *Arte*). O túmulo completo, cliché de E. Biel encontra-se na pág. 48 desta obra. Sôbre o túmulo dêste troveiro, filho bastardo de D. Denis, escreveu na *Arte* o dr. Manuel Monteiro um curioso artigo crítico (Janeiro de 1909). De D. Afonso Sanches (1289-1329) trata, por vezes, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos no seu trabalho *Cancioneiro da Ajuda*. D. Afonso Sanches foi o filho predilecto do rei poeta, com rasão talvez. Quanto ao sarcófago do Conde de Barcelos, o abade Vasco Moreira também em 1911 escreveu na *Arte*, que João Augusto Ribeiro e Marques Abreu dirigiram, um artigo sôbre êle.

Uma *Vida de S. Nicolau de Myra*, traduzida no século XIV de algum agiológio latino, deve ter feito parte dos livros da Ordem de Santiago, a julgar de uns fragmentos contidos numa fôlha de pergaminho que servia de capa a um caderno de despêsas da mesma ordem (1).

De proveniência desconhecida, pelo menos por mim, são os códices que, escritos no século imediato, contêm, traduzidas do latim, as obras seguintes:

Lenda de Santo Eloy (2), texto dos fins do século XV, a que falta o princípio, é tradução de outra em latim, que se diz ter sido composta por um bispo de Ruão, de nome Andoeno ou Dado, contemporâneo e amigo do santo. No fim vem mencionado um *Johãnes*, que designa talvez o copista que a escreveu, por ordem dos mordomos do hospital de Santo Eloi, para a *confraria dos honrrados ourivezes desta muy nobre e leal cidade de Lixboa*. Alfonso Hincker, que a editou (3), pela semelhança de estilo que diz haver entre ela e o usado nos códices de Alcobaça, inclina-se a crer que a tenha traduzido algum monge dêste mosteiro, que estava relacionado com o convento dos Loios, e anteriormente ao ano de 1491, que se lê na cópia existente, sendo, portanto, a sua linguagem modernizada de outra mais antiga.

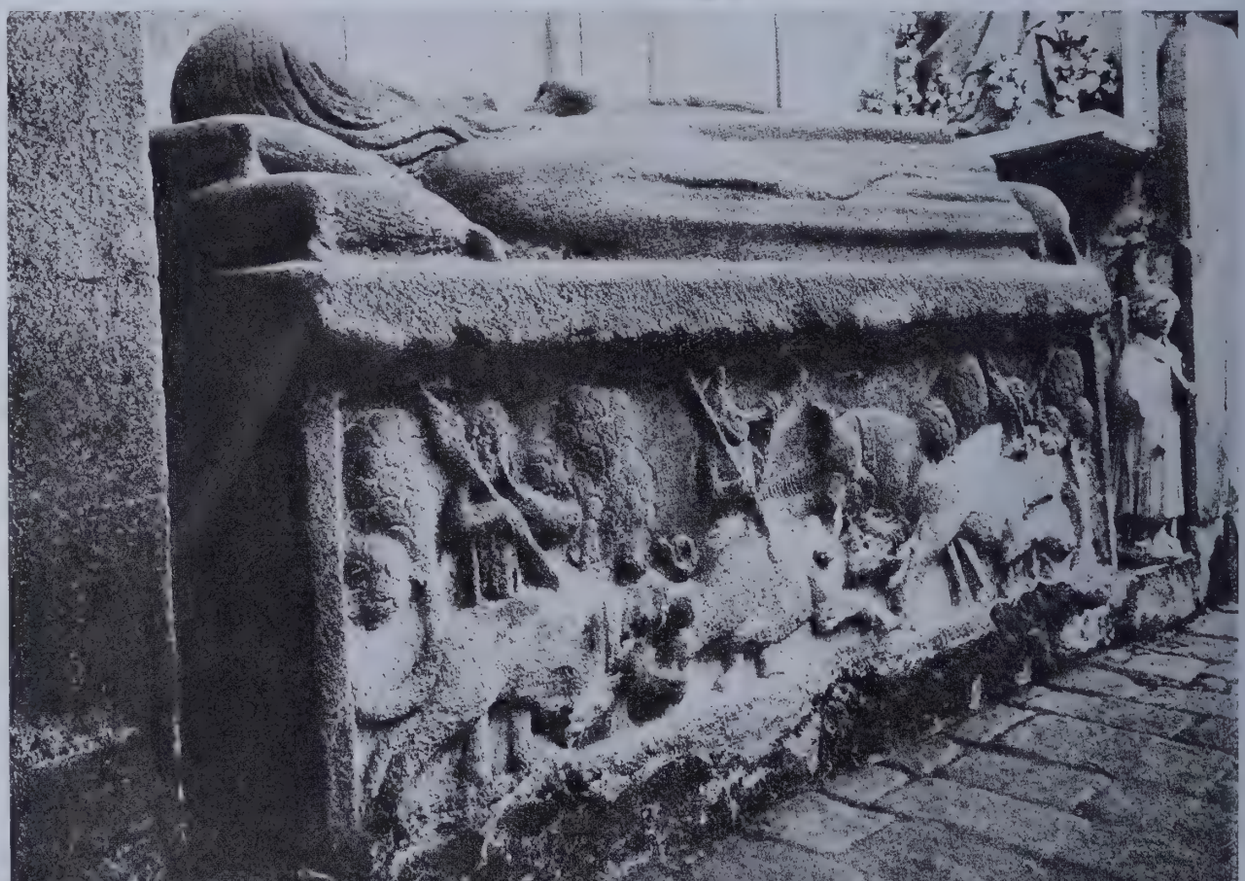
Crónica da Ordem dos Frades Menores ou, consoante o seu verdadeiro título, *Caronicas dos miniistros geraaes da ordem dos fraires menores* (1), versão feita no século XV, mas só em parte, de uma *Chronica* XXIV *Generalium Ordinis Minorum*, cuja redacção se julga terminada no penúltimo quartel do anterior. Compreende a tradução portuguesa a história da Ordem Franciscana desde os seus inícios até o ano de 1285, ou seja, até o décimo geral, feita, porém, à maneira do tempo, isto é, misturando a cada passo o real e verdadeiro com o milagroso e sobrenatural. Como, ao tempo da conclusão da obra, já os filhos de S. Francisco se achavam estabelecidos em Portugal, muito naturalmente lá se descrevem factos passados aqui, cujas notícias o redactor desconhecido deve ter obtido de cá, inserindo-as depois no seu trabalho, tais quais lhas tinham enviado, ou compilando-as, como procedeu, aliás, com outros escritos. Está no primeiro caso a narrativa que faz do martírio dos Mártires de Marrocos, inteiramente idêntica, com excepção do prólogo, que omitiu, à segunda *Legenda*, publicada nos *Scriptores* da colecção *Portugaliae Monumenta Historica*, editada pela Academia das Sciências de Lisboa e na qual se faz referência a outra, mais extensa e prolixa, que a precede e

(1) Pedro de Azevedo publicou êsses fragmentos na *Beausteine zur Rom. Philologie, festegabe für Adolfo Mussafia*.

(2) Encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa entre os livros comprados aos herdeiros do Marquês de Pombal, onde tem o n.º 746.

(3) Começada a publicar no vol. 46 pág. 1072 do *Instituto*, continuou até o volume 48.

(1) Edição da Academia das Sciências de Lisboa, que acompanhei de introdução, anotações, glossário e índice onomástico.



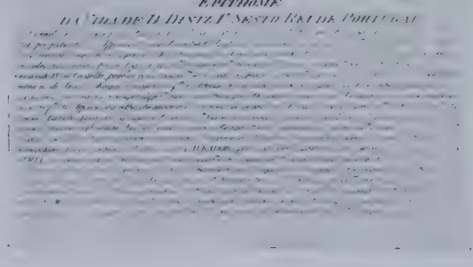
SARCÓFAGO DO CONDE DE BARCELOS na igreja de S. João de Tarouca. (Da *Arte*. Cliché de Marques Abreu)

D. DENIS, DE PORTUGAL, REI POETA E TROVADOR

O PRIMEIRO RETRATO DE D. DENIS. — (Dos *Dialogos de varia historia* de Pedro de Mariz, 1594)

O SEGUNDO RETRATO DO REI POETA. — (Das *Anacephalæoses* e dos *Dialogos* de Pedro de Mariz)

EPITHOME



A iconografia dos reis é longa e complicada e D. Denis não é dos que tem menor número de verbetes no seu catálogo. O primeiro retrato de D. Denis parece ter saído na ed. de 1594 dos *Dialogos de Varia historia* de Pedro de Mariz, retrato que a edição de 1598 repetia em pior, por a chapa estar já cansada. Em 1621 publicava-se em Antuerpia outra imaginativa imagem do rei na *Anacephalæoses* de António de Vasconcelos. Depois as sucessivas edições de Mariz deram-nos retratos vários. 1672, 1749, 1758 e 1806. Nos que apresentamos vê-se o rei com a rainha (Santa Isabel, como Inês tema favorito de poetas e escritores) de 1791 ; o de 1621 ; ao centro um D. Denis feito na Alemanha como a legenda o indica, à esquerda um D. Denis, francês, *Denis le libéral* de Leclet, 1828, um busto de guerreiro e o D. Denis em cobre, de A. I. Quinto. Outros há como o da Litografia de Santos de M. I. Valentim, a litografia de Sá (da Rua Nova dos Martyres), um espanhol, *Don Dionis, el Justo* de 1761, outro de Rousseau, etc. Todos êstes retratos são de volumes ou estampas da Biblioteca Nacional de Lisboa.

D. Denis tem no *Cancioneiro da Ajuda* de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos um interessante estudo sôbre a sua personalidade. Teve casa desde 1278 à qual pertenciam fidalgos trovadores, é o mais fecundo dos poetas de amor e, se imita como reinante seu avô Alfonso, o Sábio, não deixa de imitar, como poeta, provençais, franceses e até poetas nacionais. Impulsionou a poética e foi glorificado como poeta e protector de poetas, nos séculos XVI e XVII. D. Denis foi, pois, o nosso Afonso, o *Sábio*. A sua personalidade ficou, na longa série dos monarcas portugueses, como um bom e inteligente rei que soube dignificar o trono e a nação.

«Os namorados que trobam d'amor
Todos deviam gram doo fazer...
Porque perderon tam boo senhor
Como el rey don Denis de Portugal...

Os Trobadores que poys ficaron
En o seu reyno et no de Leon,
No de Castela et no d'Aragon,
Nunca pois de sa morte trobaron.»

CANCIONEIRO DA VATICANA.

D. SANCHO I DE PORTUGAL

À esquerda o seu primeiro retrato. (Dos *Dialogos de varia historia* por Pedro de Mariz, edições de 1594 e 1598, esta última cansada). À direita um dos melhores retratos da sua iconografia, retrato que tem servido para modêlo da sua representação gráfica. Ao centro um retrato da série dos reis de 1791, também um belo exemplar.

Poeta, autor provável de uma cantiga de amigo, lhe chama D. C. Michaëlis, foi também protector de trovadores e jograis.

termina, dizendo-se tê-la escrito Fr. Francisco de Sevilha, no ano de 1476, segundo se conclui das palavras que vêm logo atrás desta rúbrica e onde se afirma que êle o fizera *dei gratia et diligencia fratris Johanis de Povoa, provincialis observaniae ordinis minorum Portugaliae* (1). É evidente que êste Fr. Francisco de Sevilha apenas copiou a *Lenda*, que foi escrita em data anterior à outra mais resumida e ainda no século XIV, ignorando-se quem fôsse o autor ou autores delas. Note-se que no final da *Crónica do Frades Menores* se informa ter o livro sido escrito em 1470 (2), e lá figura a assinatura do mesmo Fr. João da Póvoa. Na redacção das *cousas notavees e milagres do bem-aventurado santo Antonio, natural da cidade de Lixboa*, deve o autor da *Chronica* XXIV *Generalium* ter aproveitado narrativa diferente da que se encontra também nos mesmos *Scriptores* e aí se diz ser do século XIII.

Versões contemporâneas devem ser duas que se acham num códice, já em parte deteriorado, que há pouco deu entrada na Biblioteca Nacional; intitula-se uma *Vida dos Padres Santos que viveron na cidade de Merida e nas terras que darredor eran que son na provincia de Lusitanea e... aynda alguas vidas de alguns padres sanctos que vio San Iheronimo andando pelo ermo do Egipto* (1); compreende a outra os *Dialogos de San Gregorio*, que já vimos figurarem entre os códices de Alcobaça, traduzidos por autor diferente, como se vê do cotejo dos respectivos textos (2).

Embora impresso em 1515, o livro místico, intitulado *Boosco delleytoso solitario*, pela linguagem nêle usada, deve ter sido redigido muito antes, cem anos, se não mais. Conservado provàvelmente manuscrito todo êste tempo, foi depois reproduzido pelo prelo tal qual, contràriamente ao costume, então seguido, de acomodar à do tempo da sua publicação a língua de qualquer escrito anterior. Do seu contexto parece depreender-se que foi composto na Itália, no segundo quartel do século XIV, por indivíduo pertencente a qualquer ordem religiosa, provàvelmente italiano (3). Sendo assim, teremos de admitir que a língua em que originàriamente fôra redigido era a toscana, e que desta teria seria trasladado para a portuguesa, ainda no mesmo século ou princípios do imediato,

(1) Encontram-se as duas redacções actualmente na Bibiloteca Municipal do Pôrto, havendo antes pertencido ao arquivo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, donde se presume que aí foram escritas por algum ou alguns dos seus membros, coevos dos acontecimentos que referem.

(2) Pela língua reconhece-se que a tradução é de data anterior, talvez do princípio do século, devendo portanto a que hoje existe reproduzir outra mais antiga.

(1) D. Carolina Michaëlis menciona, a pág. 207, um *Livro dos Padres santos*, mas não diz a que claustro pertencia; tal notícia deve ela ter colhido em qualquer parte que não no catálogo de Alcobaça, onde não figura; será a mesma obra?

(2) No vol. XXIV da *Revista Lusitana*, pág. 234 a 250, dei uma amostra destas duas versões.

(3) Devo estas informações ao sr. Abílio Roseira, aluno da Faculdade de Letras, que copiou o livro e se propõe dar dêle uma edição crítica.

Página 64 do "Cancioneiro português" da Biblioteca Vaticana

(Códice n.º 4.803)

Esta página, reprodução do *fac-simile* publicado na edição de Halle, contém poesias de Paay Gomez Charinho e Fernam Velho. Paay Gomez foi um bom poeta e dêle se conhecem 28 poesias. Servidor e valido de Afonso X, foi temporàriamente almirante. Cultivou as três espécies de cantigas então em voga: de amor, de amigo e de escárneo. Esteve na conquista de Sevilha e na tomada de Jaen. Fernam Velho, irmão do trovador João Velho de Pedragaes, tem nos cancioneiros 12 poesias. Viveu, julga-se, na côrte de Castela, e foi também um excelente poeta, inferior, porém, a Paay Gomez.

PÁG. 151 DA EDIÇÃO DE E. MONACI
HALLE a/S, 1875.

LIÇÃO DO PROF. JOSÉ JOAQUIM NUNES

Paay Gomez Charinho (64

....

que o gram mal e maravilho-m'en
e non o pudi, nen posso creer,
ca sofr' eu mal por vós qual mal senhor,
se mi vós ben quises[se] des façer.

E, sse eu ben de vós podess' aver,
ficass' o mal que por vós ey a quen
aquesto diz e o que assi ten
o mal en pouco faça-o viver
deus con mal sempr' e con coita d'amor
e podesse veer qual é peyor,
do mui gram ben ou do gran mal sofrer.

As ffroles do meu amigo briosas van no navyo
e van-ss' as frores d'aqui ben con meus amores
idas som as frores d'aqui ben
con...

As frores do meu amado
briosas van no barco e van-ss' as frores...

Briosas van eno navio,
pera chegar ao ferido,
e van-ss' as frores...

Briosas van eno barco,
pera chegar ao ffossado,
e van-ss' as frores...

Pera chegar ao ferido,
servir mi, corpo velido
e van-ss' as frores...

Pera chegar ao fossado,
(de) sservir mi corpo loado,
e van-ss' as frores...

Par deus, senhor, de grado queria,
se deus quisesse, de vós hua rren,
que non desejas[s]' eu o vosso ben,
como desej' a noyt' e o dia,
por muyt' afan que eu sofr' e sofri
por vós, senhor, e oy mays des aqui
poss' entender que faç' y folya.

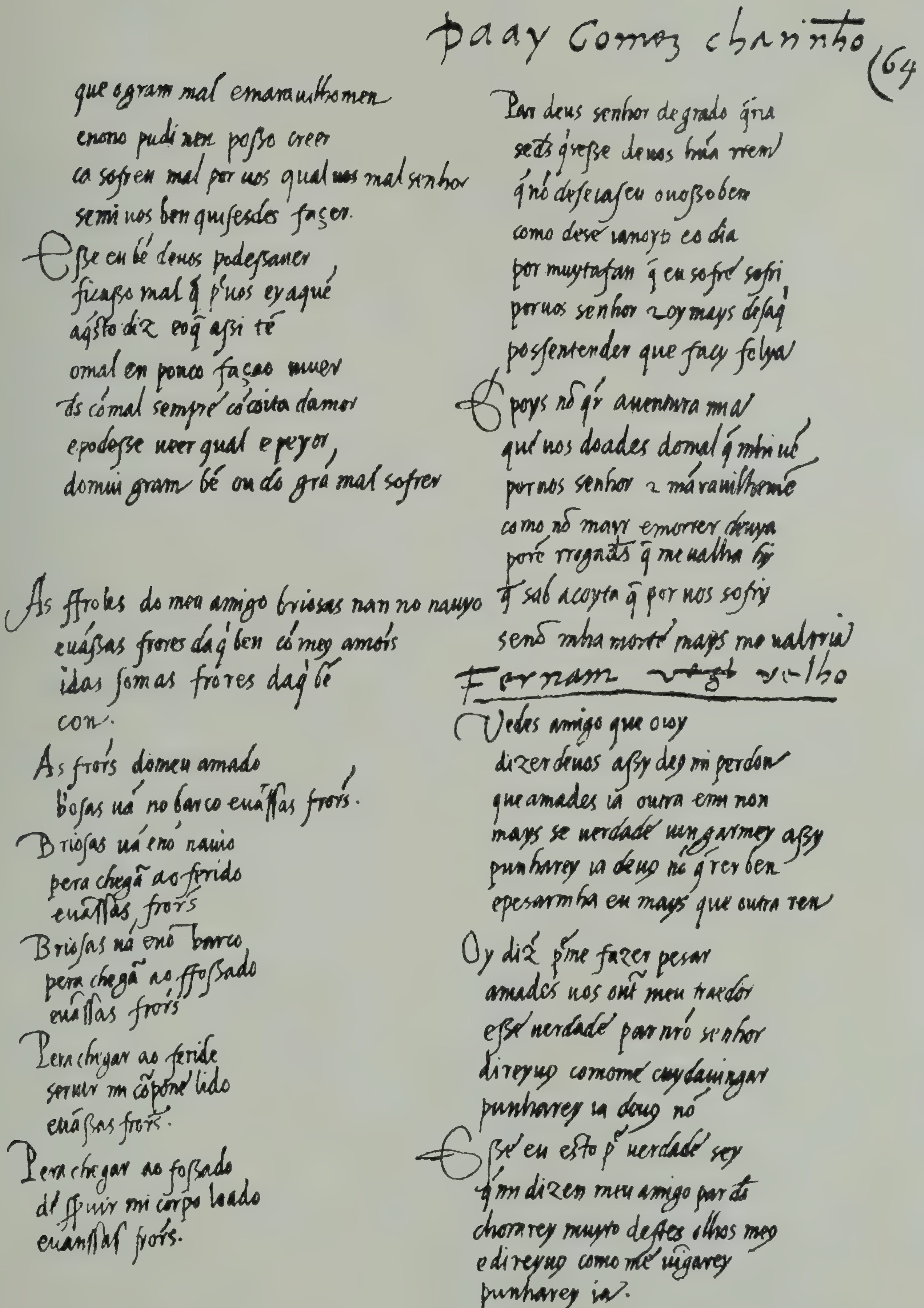
E, poys non quer a ventura mia
que vos doades do mal que mh aven
por vós, senhor, e maravilho-m'en
como non moir' e morrer devya,
por en rrog' a deus que me valha hy,
que sab' a coyta que por vós sofr'y,
se non mha morte mays me valrria.

FERNAM VELHO

Vedes, amig', o que oj' oy
dizer de vós, assy deus mi perdon,
que amades já outra e mi non,
mays, se verdad' é, vingar-m'ey assy:
punharey já de vos non querer ben
e pesar-mh-á eu mays que outra ren

Oy dizer, por me fazer pesar,
amades vós outra, meu traedor,
e, sse verdad' é, par nostro senhor,
direy-vos como me cuyd' a vingar:
punharey já de vos non...

E, sse eu esto por verdade sey
que mi dizen, meu amigo, par deus,
chorarey muyto destes olhos meus
e direy-vos como me vingarey:
punharey já...


Paay Gomez Charinho 164

que ogram mal emarauilhomen
enono pudi ueer posso creer
ca sofren mal per uos qual uos mal senhor
semi uos ben quisesdes fazer.
Esse eu bẽ deuos podessauer
ficasso mal q̄ p̃ uos eyaquẽ
aq̄sto diz eoq̄ assi tẽ
omal en pouco façao uiuer
ds cõmal sempre cõ coita damor
epodesse ueer qual e peyor,
domui gram bẽ ou do grã mal sofrer

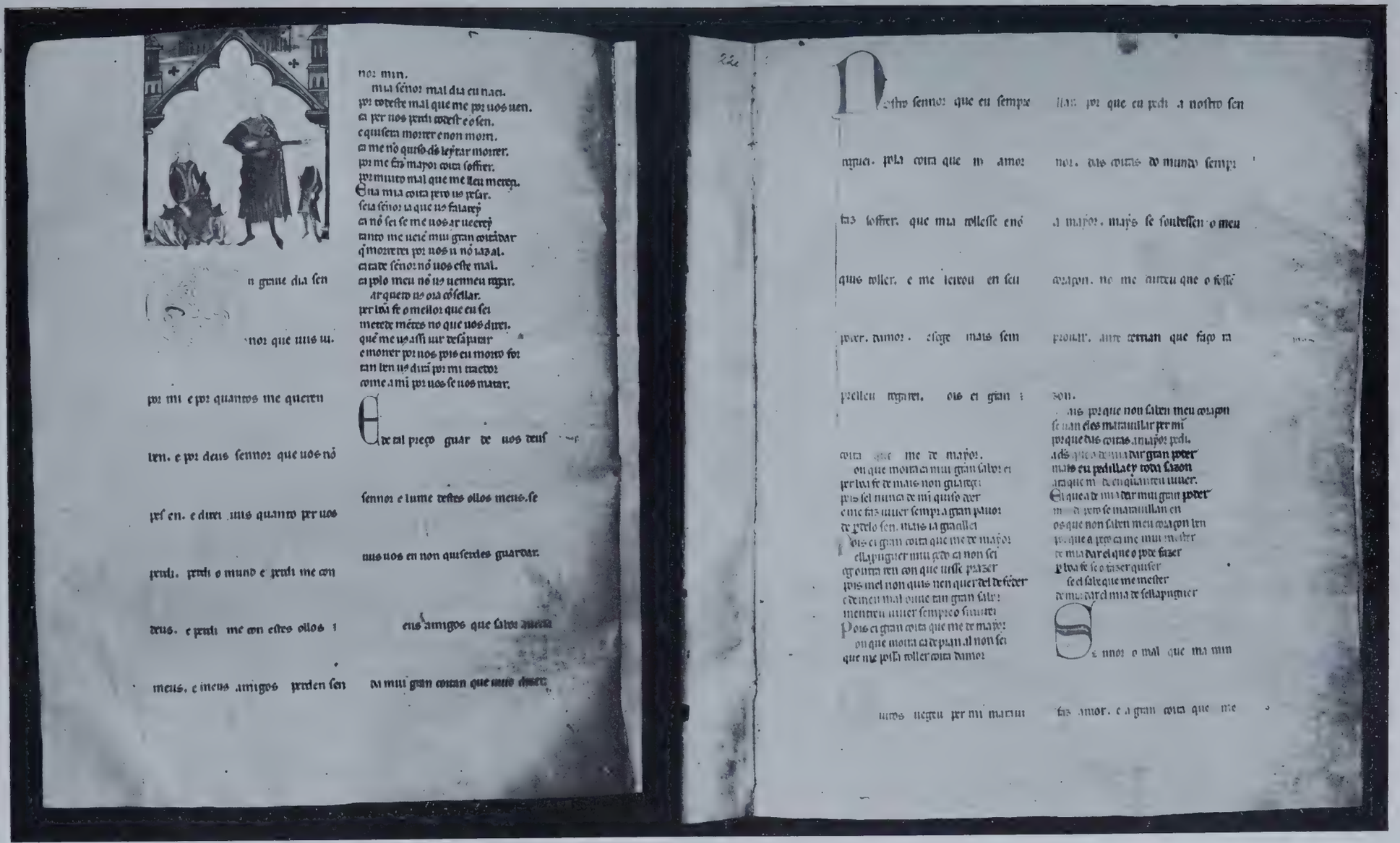
As ffroles do meu amigo briosas van no nauyo
euassas frores daq̄ ben cõ meu amors
idas som as frores daq̄ bẽ
con.
As frors domeu amado
briosas uã no barco euassas frors.
Briosas uã eno nauio
pera chegã ao ferido
euassas frors
Briosas uã eno barco
pera chegã ao ffossado
euassas frors
Pera chegar ao ferido
seruir mi corpo ledo
euassas frors.
Pera chegar ao fossado
dẽ ffuir mi corpo leado
euassas frors.

Par deus senhor de grado q̄rria
seds q̄resse deuos bua rrem
q̄ nõ deseiasseu onosso bem
como dese ianoyte e o dia
por muyta fan q̄ eu sofre sofri
por uos senhor zoy mays desaq̄
possentender que faço folya
E poys nõ q̄r auentura mal
que uos doades domal q̄ mhi uẽ
por uos senhor e marauilhomẽ
como nõ mayr e morrer deuya
porẽ rregnds q̄ me ualha hy
q̄ sab a coyta q̄ por uos sofry
senõ mha morte mays me ualrria

Fernam ~~vaz~~ velho

Vedes amigo que oiiy
dizer deuos assy deꝰ mi perdon
que amades ia outra enn non
mays se uerdade uingarmey assy
punharey ia deuꝰ nõ q̄ rer ben
epesarmha en mays que outra ren
Oy diz p̃me fazer pesar
amades uos out meu traedor
esse uerdade par nro senhor
direyuꝰ comome cuydaui ngar
punharey ia deuꝰ nõ
Esse eu esto p̃ uerdade sey
q̄ mi dizen meu amigo par ds
chorarey muyto destes olhos meꝰ
e direyuꝰ como me uingarey
punharey ia.

Página do «Cancioneiro português da Vaticana»



CANCIONEIRO DA AJUDA — PÁGINAS 158 E 221. — A vinheta da primeira representa um Mestre; jogral com guitarra e rapaz escutando ou cantando, segundo a sábia lição de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Esta página contém as *Cantigas de Joan Coelho* (págs. 317 a 319 da ed. C. M. V.ª). A pág. 221, exemplo de página sem vinheta, insere as *Cantigas de Fernan Velho* (págs. 510 a 514 da mesma ed.). Tôdas as letras grandes desta página são a vermelho com excepção do M da última linha da primeira coluna, que é a azul.

FRAGMENTOS

DE HUM

CANCIONEIRO INEDITO

QUE SE ACHA

NA LIVRARIA DO REAL COLLEGIO DOS NOBRES DE LISBOA.

IMPRESSO Á CUSTA DE CARLOS STUART,

SOCIO DA ACADEMIA REAL DE LISBOA.

Em Paris,

NO PAÇO DE SUA MAGESTADE BRITTANICA.

MDCCCXIII.

A PRIMEIRA EDIÇÃO IMPRESSA DO *Cancioneiro da Ajuda*. — (Lord Stuart, Paris, 1823)

a não supormos que qualquer frade português, que vivesse na Itália, lá o redigira e êle próprio ou os seus superiores o tivessem depois mandado para cá, onde o teriam logo feito estampar, o que não é nada provável. Nesta obra revela o seu desconhecido autor instrução variada, segundo se depreende das referências que faz, quer a livros sacros ou pios, como são o *Velho* e *Novo Testamento*, e alguns santos padres, quer a profanos, que não cita, referentes a coisas do Oriente, se não preferirmos admitir que o que nos conta dessas regiões o ouvira a algum ou alguns dos muitos mercadores italianos, que já nos fins do século XIII, por meio da Pérsia, chegavam à Índia e até à China. Também lhe não eram estranhos os antigos escritores gregos e latinos, em especial aqueles que, de qualquer modo, podiam aproveitar ao seu intento, como Aristóteles e Platão, entre os primeiros, e dos segundos, Cícero, Vergílio, Horácio e Séneca.

Entre os livros *per lingoagem* [1] ou portugueses, segundo parece, que possuia o infante D. Fernando, figuram dois, de conteúdo evidentemente religioso-ascético, como os demais do seu uso; intitulavam-se, um *Rosal d'amor*, outro *Hermo spiritual*, nenhuma indicação, porém, possuimos, donde se possa saber se eram traduções ou originais e quais os seus autores; o seu carácter faz supor que teriam sido compostos por membros de qualquer ordem religiosa, talvez franciscanos que, por humildade, mais que outros, costumavam ocultar os seus nomes; dadas as relações que o seu possuidor mantinha com êsses institutos [1], não seria de estranhar que os tivesse recebido de presente de algum dêles e ainda com títulos diferentes dos com que são mencionados no seu testamento [2].

Escritos palacianos. Como era de esperar da sua proveniência e da qualidade de seculares dos seus redactores, são assuntos profanos de género narrativo os que constituem o objecto dêstes escritos que, não inferiores em quantidade aos religiosos, exce-

[1] Por esta expressão indicava-se ao tempo que a língua em que estavam escritos não era a latina, mas outra das vulgares, como se vê do catálogo de D. Duarte, no qual são assim designados os em castelhano, aragonês e português; os que, sob a mesma rúbrica, nenhuma indicação trazem, entendo que seriam portugueses.

[1] Uma carta existe do infante, escrita em Tôrres Vedras a 10 de Junho de 1431, na qual êle pede ao abade de Alcobaça lhe empreste a tradução de *O Livro das Confissões*, para o mandar copiar; cf. A. Anselmo, pág. 39.

[2] O dr. J. Dantas (*Anais das Bibl. e Arquivos*, vol. II, pág. 101) aventa a hipótese de ser o *Hermo spiritual* o mesmo livro que o *Boosco deleitoso*.

CANCIONEIRO DA AJUDA

EDIÇÃO CRITICA E COMMENTADA

POR

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

DOUTORA EM PHILOSOPHIA (Hon. caus.).

VOLUME I

TEXTO, COM RESUMOS EM ALEMÃO, NOTAS E ESCHEMAS METRICOS.

HALLE A. S.

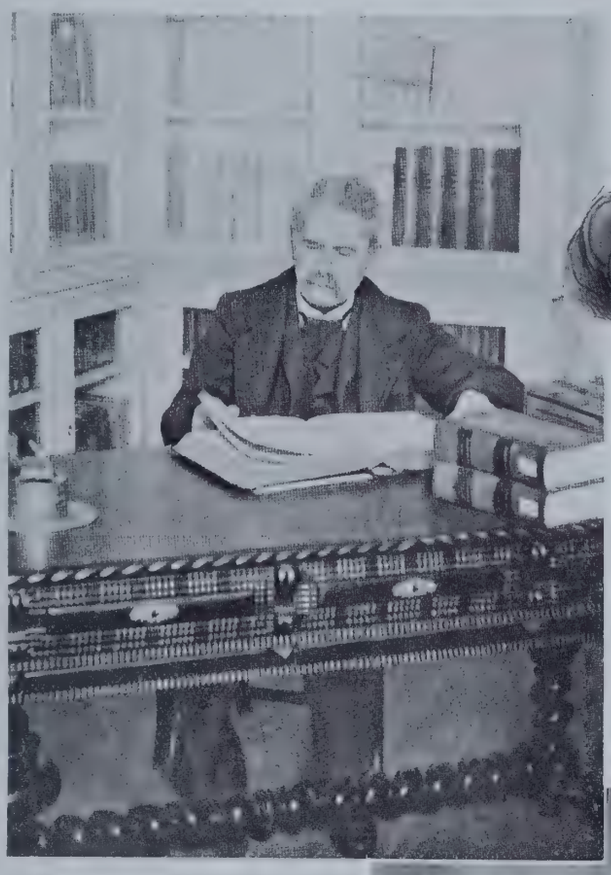
MAX NIEMEYER

1904.

A MAIS COMPLETA E APRECIADA EDIÇÃO DO CÉLEBRE *Cancioneiro*. (Carolina Michaëlis, Halle, a/S. 1904)

dem-nos em importância. Porque dos sucessos que nêles se relatam uns são reais e verdadeiros, pelo menos na sua parte essencial, outros de pura imaginação, dividi-los hei em *históricos* e *românticos*.

Entre os primeiros sobressaem, pelo seu conteúdo, os chamados *Livros de Linhagens*, mais conhecidos pelo título de *Nobiliários*, que se lhes dá desde o século XVI. Eram êles, como o seu nome indica, registos das famílias nobres do tempo, com indicação das suas alianças matrimoniais, serviços prestados ao Estado, direitos e regalias que lhes andavam inerentes e tudo o mais que as distinguia e destinavam-se, assim, a evitar os casamentos entre os parentes até o sexto grau, em harmonia com as prescrições eclesiásticas, como também a fazer conhecer os verdadeiros nobres, isto é, os que eram tais por *foro del-rei* [1].



TEÓFILO BRAGA, o mestre eminente, trabalhador extraordinário que foi a valer o criador da nossa história literária

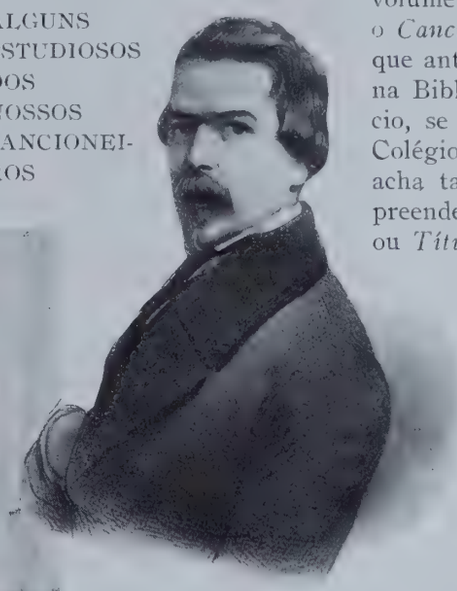
São em número de quatro os livros assim chamados e, embora, como era natural, tenham entre si algo de comum, distinguem-se por outras circunstâncias. Assim:

O primeiro, que por ser o mais antigo, tem o nome de *Livro Velho*, abrange o espaço de tempo que vai dos fins do século XI (1085) ao princípio do XIV (1300) e foi mandado organizar, segundo parece, por um monarca, que seria D. Sancho II ou D. Afonso III [2].

O segundo, que alguns englobam no mesmo título, acha-se incompleto e diferença-se do antecedente no plano seguido.

O terceiro, conhecido geralmente pelo nome de *Nobiliário do Colégio dos Nobres*, por fazer parte do mesmo volume onde se encontra o *Cancioneiro da Ajuda*, que antes de dar entrada na Biblioteca dêste palácio, se guardava naquele Colégio, incompleto se acha também, pois compreende só os capítulos ou *Títulos*, como se lhes chama no texto, XXI a XXXV, e êstes nem sempre inteiros, dá-lhe contudo valor especial a narrativa sôbre a *Batalha do Salado*, que se lê no XXI e T. Braga classifica de «a página histórica mais perfeita a que chegou a literatura portuguesa no século XIV» [1]. Certas semelhanças, existentes entre um e outro, e sobretudo a mesma divisão e remessas freqüentes ao que se dissera antes, fazem supor que sairia da mesma pena que o quarto, denominado *Livro do Conde* ou *Nobiliário do Conde D. Pedro*, porque, se não o redigiu êle próprio, deve ter presidido à sua compilação êste filho de D. Denis, em obediência aos desejos e vontade de seu pai, portanto anteriormente a 1325, ano em que êste se finou, diverge bastante dos dois primeiros, quer em extensão (dez vezes superior à do *Livro Velho*), quer no plano seguido. Com efeito, enquanto êles começam logo por enumerar as várias famílias fidalgas de Portugal, contentando-se em geral com a indicação dos seus progenitores e descendentes e abstendo-se de referir as lendas que a algumas andavam

ALGUNS ESTUDIOSOS DOS NOSSOS CANCIONEIROS



FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (Visconde de Porto Seguro). — Retrato da colecção da Bib. Nac. de Lisboa. Existem outros retratos no *Ocidente*, *Artes e Letras* e *Antologia Brasileira* de Eng. Werneck, 9.ª ed. R. de Janeiro. 1923

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, mestra ilustre e nome inolvidável, a quem a literatura portuguesa deve serviços inesquecíveis

(1) Em nome de Deus Amen. Por saberem os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem vem e de quais coutos, honras, mosteiros e igrejas são naturais e por saberem como som parentes, fazemos escrever êste livro, etc., diz-se no Prólogo do livro 1.º.

(2) Assim conjectura D. Carolina Michaëlis das transcritas palavras *fazemos escrever*. A rúbrica final que diz: Ego Martinus Joan. scripsi istum librum, qui est de Domino meo Decano et debet mihi dare unam tunicam propter istam scripturam et pro aliis scripturis per gratiam suam. era MCCCLXXXI an., ou seja 1343, assim o faz crer.

(1) *História da Literatura Portuguesa*. Idade Média, pág. 376.

ligadas, com excepção, no segundo, da chamada de *D. Ramiro* ou de *Gaia*, denuncia êste o propósito, no seu autor, de escrever uma história universal, principiando pela judaica, de que apresenta um resumo, sob o pretexto de dar *o linhagem de Jesu Cristo des Adam acá*, e continuando com a de Grécia, Roma, Inglaterra, Pérsia, Egipto, até chegar a Espanha, sob o domínio godo e de aí por diante. Também contràriamente àqueles, que só de famílias portuguesas se ocupam, trata êste, nos 76 títulos de que se compõe, de outras de fora, de Castela, Aragão, Leão, Galiza, Navarra e até França, referindo a propósito algumas lendas, tais como, além da de *Gaia*, já mencionada, as da *dona pé de cabra*, *rei Leir* e *mulher marinha*. Evidencia-se igualmente a erudição de quem o redigiu, dando-nos a ver que estava em dia com a literatura do tempo, nas citações que faz de muitas obras, quer nacionais, quer estrangeiras, e à sua diligência e esforços em inquirir as notícias de que carecia para o seu trabalho o mesmo se refere, quando nos diz: «Poren eu, conde D. Pedro... ouve de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que fallavam dos linhagens e veendo as escripturas com grande estudo e em

Cancioneiro
D'ELREI D. DINIZ,

PELA PRIMEIRA VEZ

IMPRESSO SOBRE O MANUSCRIPTO DA VATICANA,

COM

ALGUMAS NOTAS ILLUSTRATIVAS,

E UMA PREFAÇÃO HISTORICO-LITTERARIA

PELO

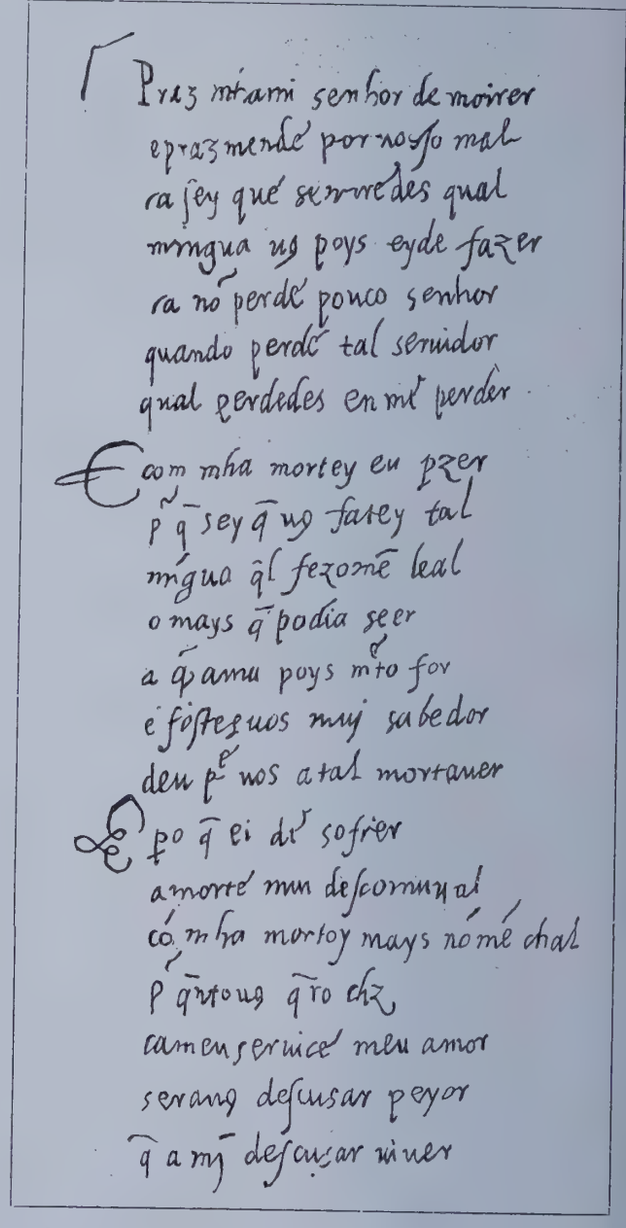
D CAETANO LOPES DE MOURA

PARIZ.

EM CASA DE J. P. AILLAUD,

11, QUAI VOLTAIRE.

1847



Rosto da edição de Paris do *Cancioneiro da Vaticana*, e o fac-simile que a acompanha.

Praz mha mi, senhor, de moirer
E praz m'ende por vosso mal,
Ca sey que sentiredes qual
Mingua vos poys ey de fazer,
Ca nõ perdé pouco, senhor,
Quando perdé tal servidor,
Qual perdedes en me perder.

E com minha mort'ey eu prazer,
Por que sey que vos farey tal
Mingua, qual fez omem leal
O mays que podia seer
A que ama poys morto for,
E fostes vos muj sabedor
D'eu por vos a tal mort'ver.

E pero que ey de sofrer
A morté mui descomunal,
Co' minha mort'oy mays nõ me chal (1)
Por quanto vos quero dizer
Ca meu serviç', e meu amor
Será vos d'escusar peyor
Qu' a mi d'escusar viver.

(1) *Chal* ou *cal*, verbo defectivo ou impessoal da língua romana que significa fazer caso, e que com a negativa e pronome que o precede equivale à frase portuguesa: não se me dá. Pág. 1 e 2 da ed. *Cancioneiro d'ElRei D. Diniz*, ed. de Paris, 1847.

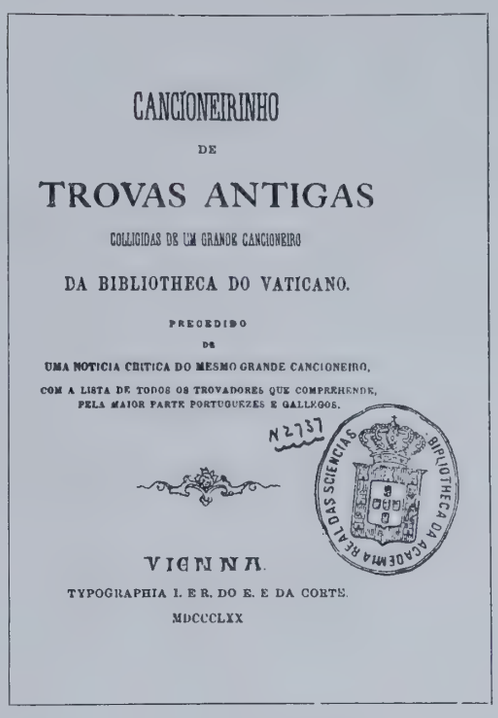
TROVAS E CANTARES DE UM CODICE DO XIV SECULO: OU ANTES, MUI PROVAVELMENTE, «O LIVRO DAS CANTIGAS» DO CONDE DE BARCELLOS:

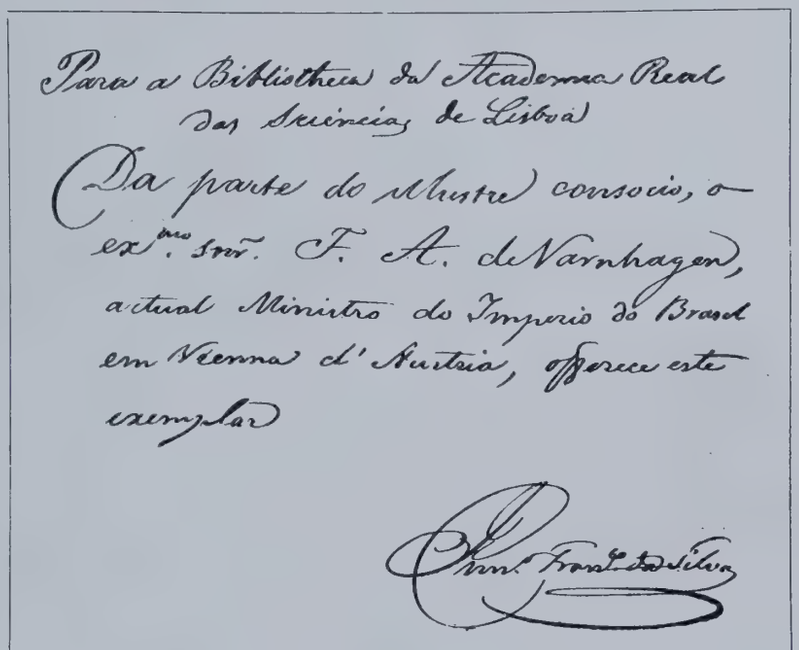
(COM DOIS FAC-SIMILES)

MADRID:
MDCCCXLIX.

Dois trabalhos de F. A. Varnhagen, sôbre os cancioneiros, publicados anónimos, um em Madrid, outro em Viena de Áustria. Do *Cancioneirinho*, exemplar da Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa reproduzimos a oferta devida ao punho de Inocêncio Francisco da Silva, o bibliógrafo ilustre do *Dicionário Bibliográfico*. F. A. Varnhagen, brasileiro ilustre, nasceu em S. João de Ipanema em 1816 e morreu em Viena de Áustria em 1878. Foi, em 1842, despachado adido à Legação de Lisboa, de onde em 1847 foi, até 1858, para Madrid. Ministro em 1859 no Paraguay, depois na Venezuela, Equador, etc., era em 1868 ministro plenipotenciário e enviado extraordinário na Áustria, onde faleceu. Sôbre a sua figura há um trabalho de Elísio de Carvalho, outro de Celso Vieira, *Varnhagen (O homem e a obra)* 1923 e uma bibliografia na *Antologia* de Werneck.

Para os portugueses o nome de Varnhagen é daqueles a quem mais devem. Sempre modesto e estudioso, o erudito brasileiro foi um sábio.


CANCIONEIRINHO
DE
TROVAS ANTIGAS
COLLIGIDAS DE UM GRANDE CANCIONEIRO
DA BIBLIOTHECA DO VATICANO.
PRECEDIDO
DE
UMA NOTICIA CRITICA DO MESMO GRANDE CANCIONEIRO,
COM A LISTA DE TODOS OS TROVADORES QUE COMPREHENDE,
PELA MAIOR PARTE PORTUGUEZES E GALLEGOS.
N 2737
BIBLIOTHECA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
VIENNA.
TYPOGRAPHIA I. E R. DO E. E DA CORTE.
MDCCCLXX


Para a Bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa
Da parte do Illustre consocio, o ex.mo snr. F. A. de Varnhagen, actual Ministro do Imperio do Brasil em Vienna d'Austria, offerece este exemplar

como fallavam doutros grandes feitos, compuge este livro».

Embora redigidos nos séculos XIII e XIV, contêm o primeiro e sobretudo o último dêstes *Nobiliários* algumas alusões a sucessos posteriores, como são, naquele, a referência a Afonso IV, neste a menção de acontecimentos até o reinado de D. Fernando, acrescentos êstes que, no intento manifesto de os pôr em dia, foram de certo feitos pelos que depois copiaram os primitivos originais, hoje inteiramente perdidos [1].

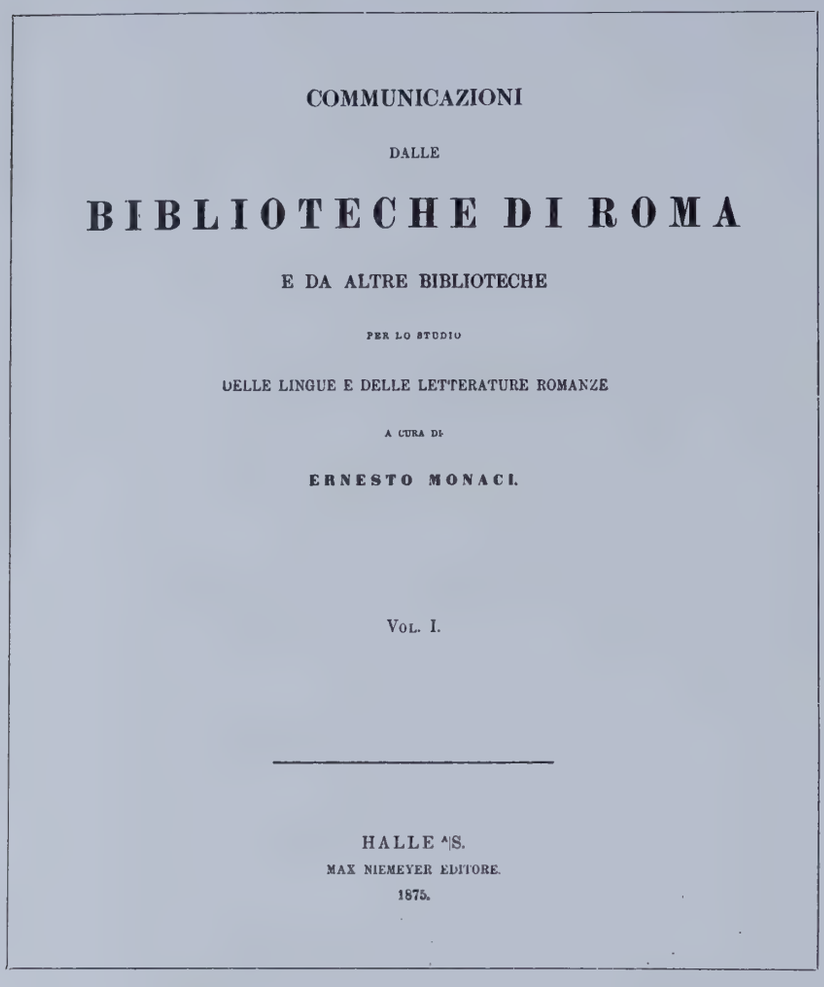
Se bem que de escasso valor como fontes históricas, têm-no e grande êstes livros para o conhecimento dos costumes da época, de que são um perfeito retrato. As anedotas que contam, picarescas umas, trágicas outras, a propósito de alguns dos indivíduos de que fazem a genealogia, são verdadeiros quadros realistas do tempo. As infidelidades de mulheres casadas e o desregramento de algumas solteiras, ainda mesmo vivendo enclausuradas nos conventos, os raptos de outras, seculares ou religiosas, as vinganças, por vezes verdadeiramente ferinas, os ódios que reinavam entre famílias e chegavam a continuar-se por várias gerações, actos de bravura, a par de incidentes cómicos e risíveis, tudo se acha ali descrito em frase singela e despretenciosa. Também lá, ainda que de passagem, porque outro era o intento de quem compunha êstes registos, se faz referência à actividade poética, ao tempo existente ou já no seu declinar, aquilatando-se do merecimento dos trovadores apenas com a simples classificação de *bom* ou *mui bom* e *mui saboroso*. As *cantigas de escárneo* e *mal dizer*, muito mais que às de *amor* e *de amigo*, que nos foram transmitidas pelo *Cancioneiro geral galego-português* [1], servem os quatro *Nobiliários* de comentário indispensável, porquanto têm aí confirmação muitas da scenas realísticas pintadas nas primeiras e ainda não poucas das afirmativas feitas nas segundas [2].

A *Chronica breve do Archivo Nacional*, que anda apensa ao livro IV das *Inquiriições de Afonso III* e foi publicada na parte intitulada *Scriptores, dos Portugaliae Monumenta Historica*, como o seu nome indica, contém apenas um resumo muito sêco dos factos principais, passados entre os anos de 1112 e 1325, ou seja, entre a morte do Conde D. Henrique e a de D. Denis, a pouco mais limitando-se do que a indicar, segundo a sua própria declaração, «quando cada huum Rey começou de rregnar e

(1) No do Conde D. Pedro os acrescentos evidenciam-se pelo conteúdo e exposição; demais êle próprio autorizára a fazê-los, ao exprimir-se assim: E rogo aaquelles que depoys mym veerem e vontade ouverem de saber os linhagens que acrecentem em estes titolos deste livro aquelles que adiante decenderem dos nobres *fidalgos da Espanha e os ponham e esprevam nos logares hu convem*. Na nota 7 da pág. 209 da sua obra citada enumera D. Carolina Michaëlis algumas das interpelações mencionadas.

(1) Chamo assim à reünião dos três Cancioneiros: da Ajuda, do Vaticano e de Colocci-Brancuti.

(2) Cf. por exemplo, a rúbrica que acompanha uma das cantigas de Martim Soares, a 147 (ou 172) do C. B. referente ao rapto de D. Elvira, uma das chamadas netas do Conde D. Meendo, o Sousão, e o que se lê no título 23 do Livro III ou seja a pág. 195 dos P. M. H., *Scriptores* e compare-se a do n.º 455 do mesmo cancioneiro com o que se conta a pág. 174 dêstes.



COMMUNICAZIONI

DALLE

BIBLIOTECHE DI ROMA

E DA ALTRE BIBLIOTECHE

PER LO STUDIO

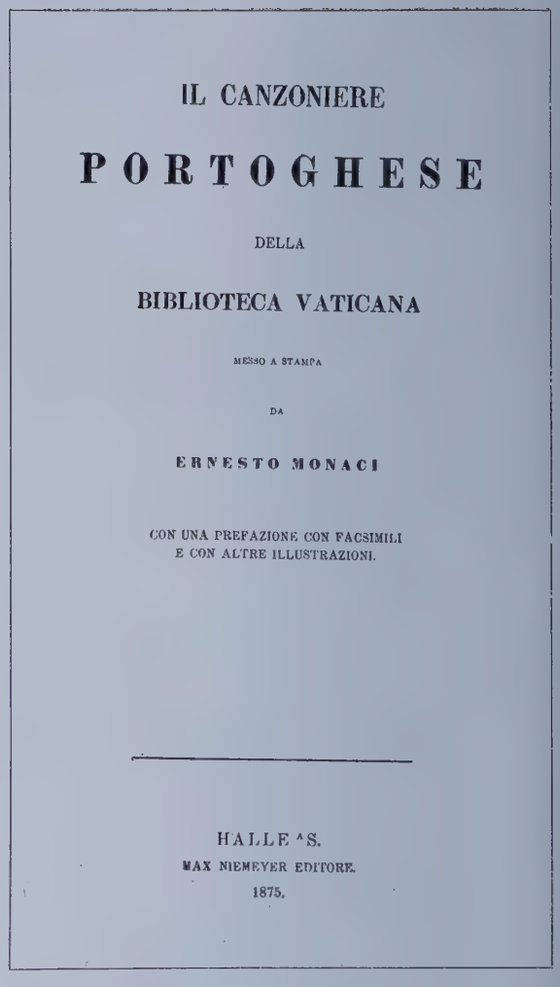
DELLE LINGUE E DELLE LETTERATURE ROMANZE

A CURA DI

ERNESTO MONACI.

VOL. I.

HALLE A/S.
MAX NIEMEYER EDITORE.
1875.



IL CANZONIERE

PORTOGHESE

DELLA

BIBLIOTECA VATICANA

MESSO A STAMPA

DA

ERNESTO MONACI

CON UNA PREFAZIONE CON FACSIMILI
E CON ALTRE ILLUSTRAZIONI.

HALLE A/S.
MAX NIEMEYER EDITORE.
1875.

ROSTO DO *Cancioneiro da Vaticana* PUBLICADO POR MONACI. — Frontespício da Biblioteca italiana de que o *Cancioneiro* é o 1.º volume e do próprio *Cancioneiro*

quando se finou e onde jaz sepultado». Embora redigido em 1429, como lá se diz, em harmonia com a era de César, ao tempo seguida, ou 1391 da de Cristo, é êste verdadeiro apontamento histórico o que, no género, possuimos de mais antigo.

Pertencem já ao século XV as *Crónicas breves* e *Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra,* saídas a lume na mesma colecção, copiadas de um códice que, originàriamente propriedade dêste mosteiro, existe hoje na Biblioteca Municipal do Pôrto. São elas em número de quatro. Na primeira parece quem a redigiu ter tido tenção de apresentar um breve resumo de história universal, porquanto faz uma simples resenha dos principais acontecimentos a seguir ao dilúvio até D. Afonso Henriques, em que se detém mais, ocupando-se em especial das suas conquistas e fundações religiosas, tudo, porém, sem atender à ordem cronológica. A segunda trata apenas dos dois primeiros reis, cujos feitos militares principalmente descreve. A terceira refere-se só a D. Afonso Henriques, mas com bastantes pormenores em alguns acontecimentos. A quarta estende-se até D. Denis, sendo, porém, o primeiro dos seis reis que toma a maior parte dela. É nestas duas últimas que se encontra o episódio que A. Herculano aproveitou, sob o título de *O bispo Negro,* para uma das suas *Lendas e Narrativas.*

O *Livro da Noa,* de idêntica procedência, que D. António Caetano de Sousa inseriu nas suas *Provas da História Genealógica da Casa Real,* é uma relação sucinta de factos, principalmente de ordem meteorológica, sucedidos nos seis primeiros reinados ; aos políticos também ali se faz referência, para êstes, porém, o autor serviu-se da língua latina.

A *Crónica da Conquista do Algarve,* que Fr. Joaquim de Santo Agostinho descobriu em 1788 no Arquivo da Câmara Municipal de Tavira e se encontra no vol. I das *Memórias da Literatura* da Academia das Sciências de Lisboa, parece deduzir-se do seu conteúdo ter sido composta em época não muito afastada dos sucessos que nela se descrevem, o texto, porém, que possuimos, é evidentemente uma cópia do primitivo, feita no século XVII e, em harmonia com o costume, geralmente seguido em tais casos, mais ou menos modernizada na linguagem.

A *Estorea geral,* ou seja, a tradução da *Cronica General de España,* redigida ou antes inspirada por Afonso X, deve ter sido conhecida em Portugal logo após a sua composição ; é até tradicional que seu neto, D. Denis, a mandára traduzir em português, mas o exemplar que consta haver feito parte da livraria de D. Duarte reproduzia provàvelmente, não a primeira redacção, mas uma segunda, organizada em 1344 [1], como acontece com os três códices

(1) No respectivo catálogo menciona-se, afora a *Coronica d'Espanha* (dois exemplares), uma *Estoria Geral,* que parece ser obra diferente daquela, provavelmente a *General e gran Estoria,* começada em 1270, quando a *Corónica* ou *Estoria d'Espanna* já estava composta ; divergem ambas entre si no seu conteúdo, pois, enquanto aquela começa com a criação e chega só até os tempos apostólicos, ocupando-se de factos tão antigos como o império babilónico e a ruina de Troia, estende-se esta desde o povoamento da Europa pelos filhos de Jafet até à morte de S. Fernando, ou seja, até o reinado anterior ao de Afonso X ; cf. Fitzmaurice-Kelly, *Hist. de la Lit. Española,* traduzida e anotada por A. Bonilla, pág. 105.

existentes em Portugal, um em pergaminho do século XV, pertencente em tempo aos Marqueses de Castelo Melhor e hoje à Academia das Sciências, e dois em papel, do séc. XVII, na posse, respectivamente, das Bibliotecas de Lisboa e Évora. De mandado do mesmo rei o clérigo Gil Perez e certo mestre Mohámed traduziram uma obra que em língua arábica havia composto Ahmed Benmohámed Arrazi e é geralmente conhecida pelo nome de *Crónica do Mouro Rasis*, essa versão, porém, que existia ainda no século XVI (1), hoje considera-se inteiramente perdida, subsistindo apenas numa tradução castelhana. Por esta se conhece que constava de três partes, a primeira das quais, que é hoje por vezes ininteligível, devido ou a imperícia dos tradutores ou a defeito dos copistas, contém a descrição topográfica da Espanha ; compreende a segunda, atribuida por Gayangos e Dozy, ao mesmo Gil Perez, que se teria servido de tradições e livros árabes, a história da Península, desde a chegada de Espan, filho de Jafet, até D. Rodrigo ; relata a terceira, que se julga tradução de um compêndio de Arrazi, os sucessos posteriores ou seja desde a conquista da mesma por Taric e Muza até o reinado de Alháquem II (1).

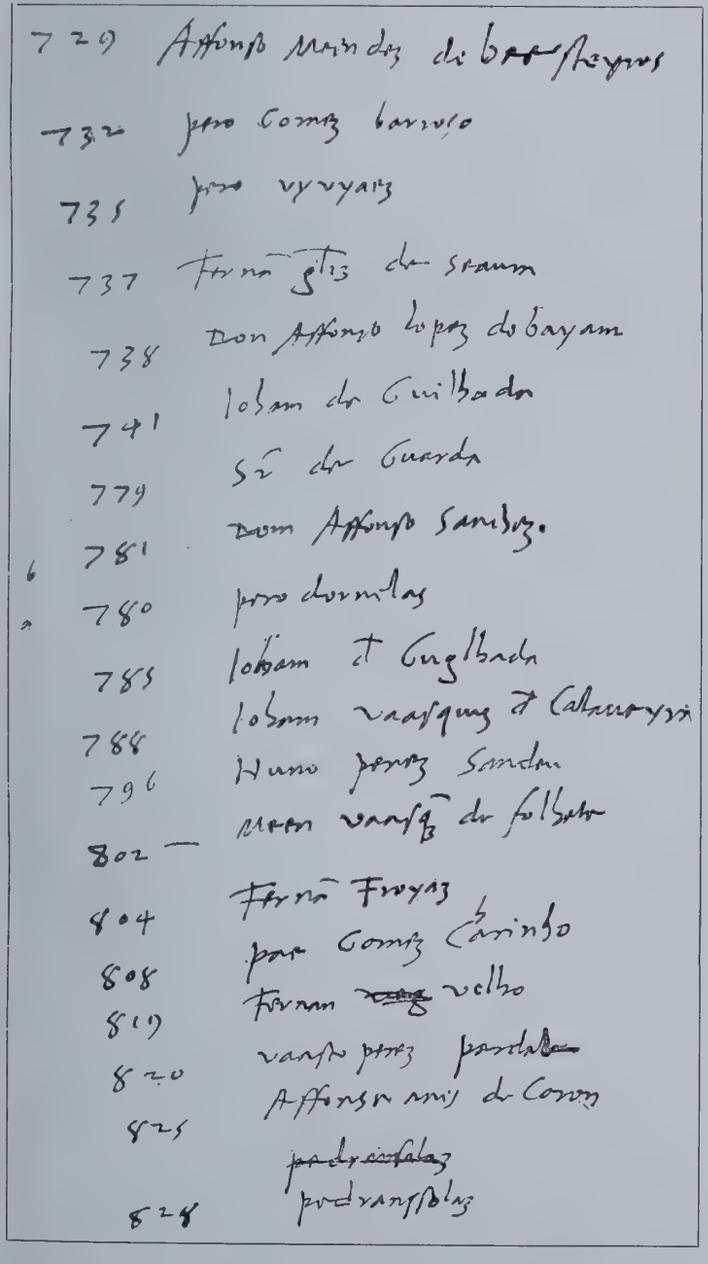
Entre as obras narrativas de assunto puramente romântico ou fantasista devemos distinguir os três conhecidos ciclos em que, conforme a feição, nelas predominante, é costume dividi-las. E assim :

O *carolino*, embora bastante representado nos romances em verso em que por êsse tempo começaram a diluir-se os antigos poemas e conhecido na sua fonte primária, a *Chanson de Roland*, como se infere de algumas referências ao seu herói principal (2), parece não ter despertado entusiasmo nos escritores do tempo, talvez porque o seu carácter guerreiro se não harmonizava com a índole portu-

(1) André de Resente, nas suas *Antiguidades de Évora*, declara, nos cap. XI e XIII, que possuia um exemplar.

(1) Cf. A. G. Palencia, *Historia de la literatura arabigo española* (colecção *Labor*), pág. 130-1.

(2) No epitáfio de D. Rodrigo Sanches, filho de D. Sancho I e da Ribeirinha, entre outras qualidades que lhe são atribuidas, figura a valentia, comparando-o ao herói francês (*alter Rotlandas*). Na cantiga de mal-dizer, n.º 1.066 do C. V., entre outros lugares, faz-se menção de *Roncesvales* e de *o poio de Roldam*. É também conhecida a paródia à célebre gesta feita por D. Afonso Lopes de Baiam, n.º 1.080 do C. V.



PÁGINA DO *Cancioneiro da Vaticana*, edição de Monaci. Halle a/S. 1875

CANCIONEIRO

PORTUGUEZ

DA VATICANA

EDIÇÃO CRITICA

RESTITUIDA SOBRE O TEXTO DIPLOMATICO DE HALLE,
ACOMPANHADA DE UM GLOSSARIO
E DE UMA INTRODUCÇÃO SOBRE OS TROVADORES E CANCIONEIROS
PORTUGUEZES

POR

THEOPHILO BRAGA

Professor de Litteraturas modernas e especialmente de Litteratura portugueza,
no Curso superior de Letras

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
MDCCCLXXVIII

O ROSTO DA EDIÇÃO DO *Cancioneiro da Vaticana* publicado por Teófilo Braga em 1878

guesa, mais propensa a afectos doces do que a façanhas bélicas, pois que não há conhecimento de qualquer escrito que nêle se possa filiar.

Contràriamente a êste, o *bretão* gozou de grande popularidade nas duas fases que o caracterizam, a *amorosa* e a *cavalheiresca*. Com efeito, tanto o trovador João de Guilhade, como D. Denis, revelam conhecimento dos poemas franceses, concernentes a Tristão e Iseu e Flores e Brancaflor, visto como os citam como protótipos dos verdadeiros amantes (1), todavia de nenhumas composições, expressamente a êles respeitantes, há notícia; apenas nas rúbricas que acompanham alguns dos lais, transcritos no *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, se fazem referências a alguns episódios, atribuidos aos dois primeiros, e dos segundos subsiste a história, mas em prosa e só na literatura de cordel, porventura traduzida de algum texto estrangeiro, castelhano ou francês. Maior admiração despertaram as lendas arturianas e as místicas do Santo Graal, dando origem a adaptações portuguesas de algumas das muitas obras em que andavam escritas. Ao feiticeiro *Merlim* e à *besta ladrador*, nascida dos amores de uma donzela com o diabo, aludem os trovadores Estevam da Guarda e Fernando Esguio ou Esquio; os nomes de outros heróis do mesmo ciclo, como *Galvão* e *Lançarote*, encontram-se em uso já nos séculos XIII e XIV; o condestável Nuno Álvares Pereira, no reinado de D. Fernando, toma para seu modêlo a Gallaz e D. João I, no cêrco de Coria, celebra, junto dos seus companheiros de armas, as virtudes da Tavola-Redonda; já antes o conde de Barcelos, no seu *Nobiliário*, dera mostras de conhecer êstes personagens, assim como a *Historia regum Britaniae*, as façanhas atribuidas ao rei Artur, o romance de *Brut*, a *isla Avalon*, os *Dôze Pares*, etc., sinal evidente de quão populares se tinham tornado entre nós estas narrativas, que provàvelmente aprenderam pela primeira vez a conhecer os fidalgos que acompanharam Afonso III, na sua estada em França, alguns dos quais depois haviam de abrilhantar a sua côrte com as suas produções poéticas.

Dessa vasta literatura restam hoje apenas dois códices, um, a *Demanda do Santo Graal*, que se guarda na Biblioteca de Viena de Áustria, outro, o *Josep ab Arimatia*, existente no Arquivo da Tôrre do Tombo, mas êsses mesmos cópias de outros mais antigos, sobretudo o último, que, no estado em que o possuimos, é já do século XVI, embora na sua linguagem, que foi adaptada à do tempo, se encontrem vestígios evidentes de outra mais antiga (1). Do contexto da primeira destas duas obras infere-se que, ao tempo em que ela foi redigida em português, outras mais havia e escritas na mesma língua, pertencentes ao respectivo ciclo, constituindo uma trilogia, formada por ambas e ainda por outra, conhecida pelo nome de *Merlim* ou *Conto do Brado*, que se perdeu, mas que se sabe fazia parte da biblioteca de D. Duarte conjuntamente com outras duas, intituladas *Tristão* e *Galaaz*, devendo, porém, notar-se que, como aliás informa o *Josep ab Arimatia*, êste constituia a primeira parte da *Demanda*, a qual por seu lado formava a terceira, entrando na segunda a *História de Merlim* (2).

O original desta colecção fôra escrito em francês e ins-

Encadernação do exemplar original do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, adquirido para o Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se conserva

IL CANZONIERE

PORTOGHESE

COLOCCI-BRANCUTI

PUBBLICATO

NELLE PARTI CHE COMPLETANO

IL CODICE VATICANO 4803

DA

ENRICO MOLTENI

CON UN FACSIMILE IN ELIOTIPIA.

HALLE A/S.

MAX NIEMEYER EDITORE.

1880.

Rosto da edição do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, publicado por Molteni

(1) Cf. C. V. 115 e 358. As narrativas referentes a Tristão foram cantadas em verso nos meados do século XII por certo Béroul, por Chrétien de Troies e pouco depois por outro poeta anglo-normando de nome Thomas, posteriormente é que as reduziram a prosa. Ao mesmo século pertencem as que se referem a *Floire* e *Blanchefleur*; para mais desenvolvimento cf. G. Paris, obra citada, §§ 55 a 57, 63 e 64 e 51 e 118.

(1) No vol. XI da *Rev. Lusitana* onde publiquei dois capítulos, a pág. 226, nota, aponto alguns dêsses vestígios, colhidos apenas naqueles excerptos, outros mais de certo se encontrarão no resto da obra, que bom seria visse a luz da publicidade.

(2) Na *Demanda* citam-se a mais a *estoria grande de Lançarote* e a *estoria de Parcival*, como se constituissem obras à parte.

Ex-libris de E. Monaci

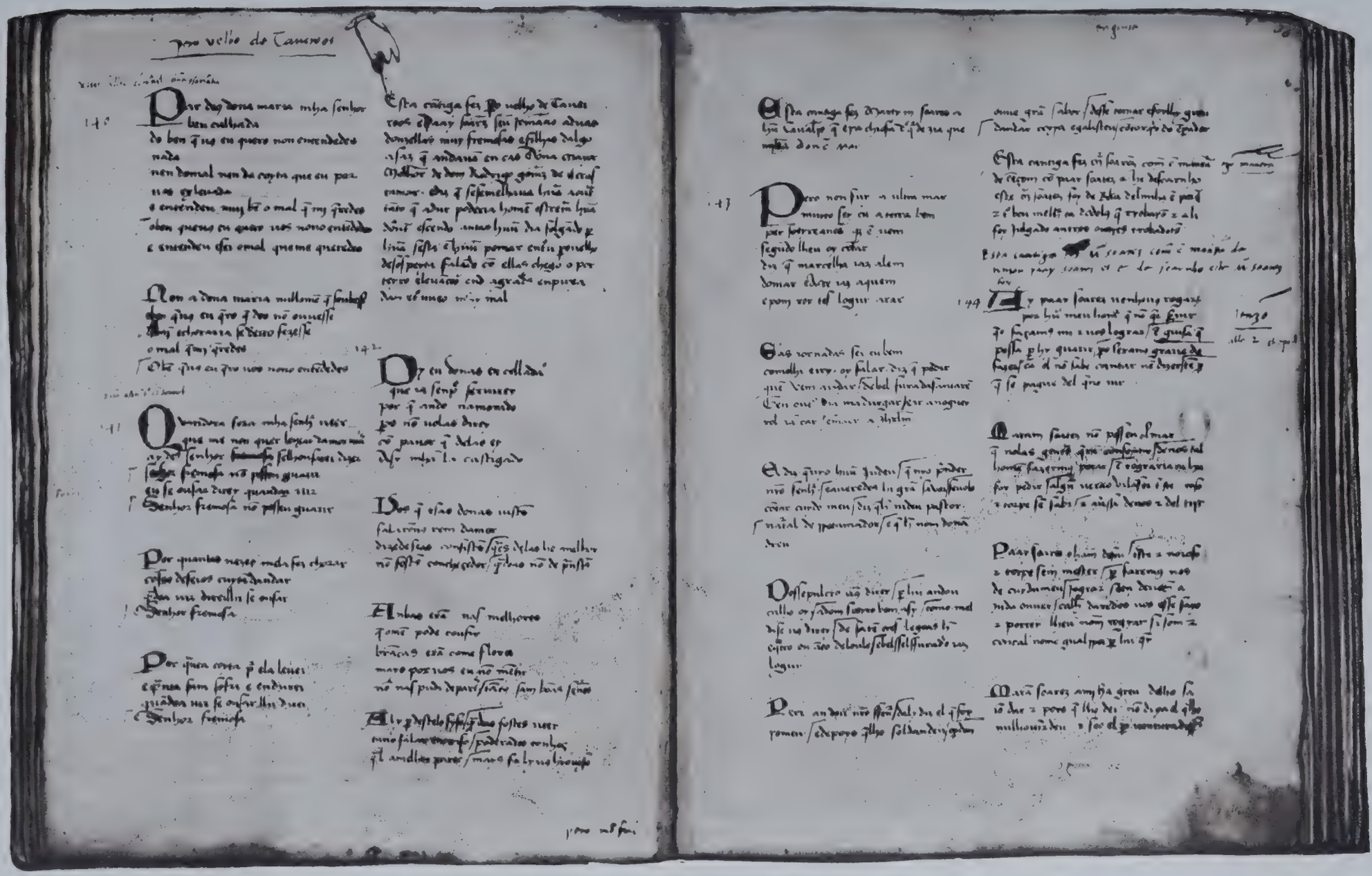
Páginas do Cancioneiro Colocci-Brancuti «mandado copiar por Angelo Colocci, humanista italiano da época do Renascimento, que faleceu em 1549; depois, através dos séculos passou à posse do Conde de Brancuti (séc. XIX), e por último, à do presentemente falecido Professor da Universidade de Roma, Dr. Ernesto Monaci, a cuja família o govêrno Português o comprou para a Biblioteca Nacional.»

O Cancioneiro Colocci-Brancuti foi descoberto em 1878 na posse do Conde Paolo Antonio Brancuti, residente em Cagli, e publicado em 1880 sob o titulo *Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti publicato nelle parti che completano il Codice Vaticano 4803*. Halle A/S. Max Niemeyer editore. 1880. IX-3-187-1 pág. e 1 fac-simile. Abre por um tratado de Poética do séc. XIII a XIV e compõe-se «de dois grupos de poesias: umas que existem ao mesmo tempo no Cancioneiro da Vaticana; outras que existem só nêle ou no Cancioneiro da Ajuda.»

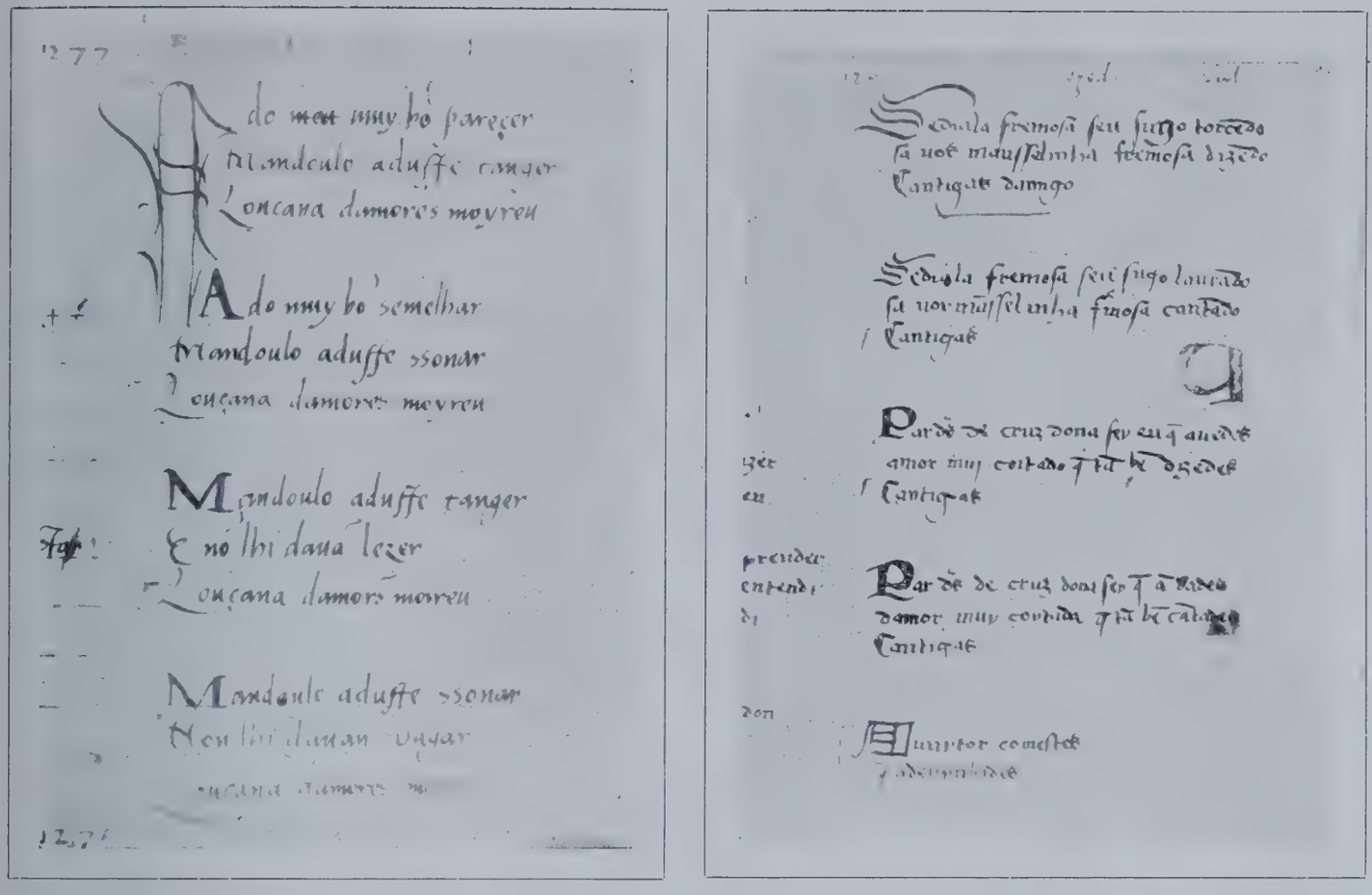
«Do Cancioneiro da Ajuda deu-nos a sr.ª D. Carolina Michaëlis uma edição magnífica em 1904, acrescentada no mesmo ano com um grosso volume de comentários, e em 1920, no volume XXII da *Revista Lusitana*, com o glossário completo. O Cancioneiro da Vaticana foi publicado diplomáticamente em 1875 pelo já mencionado filólogo italiano Ernesto Monaci. Do Cancioneiro Colocci-Brancuti apareceu a lume em 1880 a parte inédita, preparada também diplomáticamente para a impressão por Molteni, e levada a cabo pelo mesmo Monaci, pois Molteni falecera entretanto; a parte comum ao Cancioneiro da Vaticana não foi ainda publicada.» O Dr. José Leite de Vasconcelos, de quem são as citações desta notícia, propôs que o Cancioneiro, que êle considera único, uma riqueza bibliográfica, e que representa o original português perdido dêsse «conjunto de poesias que tanta luz derramam na apreciação da nossa literatura medieval, do nosso carácter, e da nossa vida e história antiga» se passasse a chamar Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Sôbre o valiosíssimo códice pode vêr-se a edição do *Cancioneiro da Ajuda*, de D. Carolina Michaëlis, a revista *Lusitania*, artigo do Dr. J. L. de Vasconcelos, e os *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, de 1921, n.º 5, artigo de D. C. Michaëlis de Vasconcelos.

Reprodução de duas páginas do «Cancioneiro», correspondentes às págs. 54 e 55 da edição de Molteni, de 1880. Poesias de Pero Velho de Taveiroos, Paay Soares de Taveiroos e Martim Soares



Duas páginas do «Cancioneiro Colocci-Brancuti», hoje da Biblioteca Nacional de Lisboa



CANCIONEIRO COLOCCI-BRANCUTI. — Duas cantigas do original que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa. A primeira é de Martin de Ginzo e a segunda de Estevam Coelho. A lição que se segue é a das *Cantigas d'Amigo dos Trovadores galego-portugueses* pelo dr. José Joaquim Nunes. (Coimbra, 1926, págs. 440, 141 e 142)

A do mui bon parecer
mandou lo adufe tanger :
louçana, d'amores moir'eu.

A do mui bom semelhar
mandou lo adufe sõar :
louçana, d'amores moir'eu.

Mandou lo adufe tanger
e non lhi davan lezer ;
louçana, d'amores moir'eu.

Mándou lo adufe sõar
[e] non lhi davan vagar
louçana, d'amores moir'eu.

Sedia la fremosa seu sirgo torcendo,
sa voz manselinha fremoso dizendo
cantigas d'amigo.

Sedia la fremosa seu sirgo lavrando,
sa voz manselinha fremosa cantando
cantigas d'amigo.

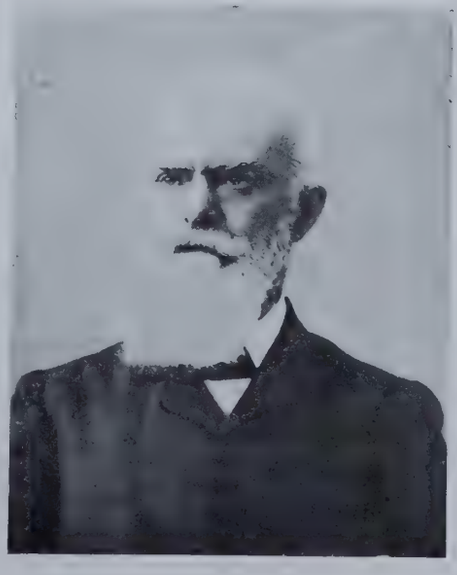
— Par Deus de Cruz, dona, sei eu que avedes
amor mui coitado que tan ben dizedes
cantigas d'amigo.

Par Deus de Cruz, dona, sei [eu] que andades
d'amor mui coitada que tan ben cantades
cantigas d'amigo.

— Avuitor comestes, que adevinhades.

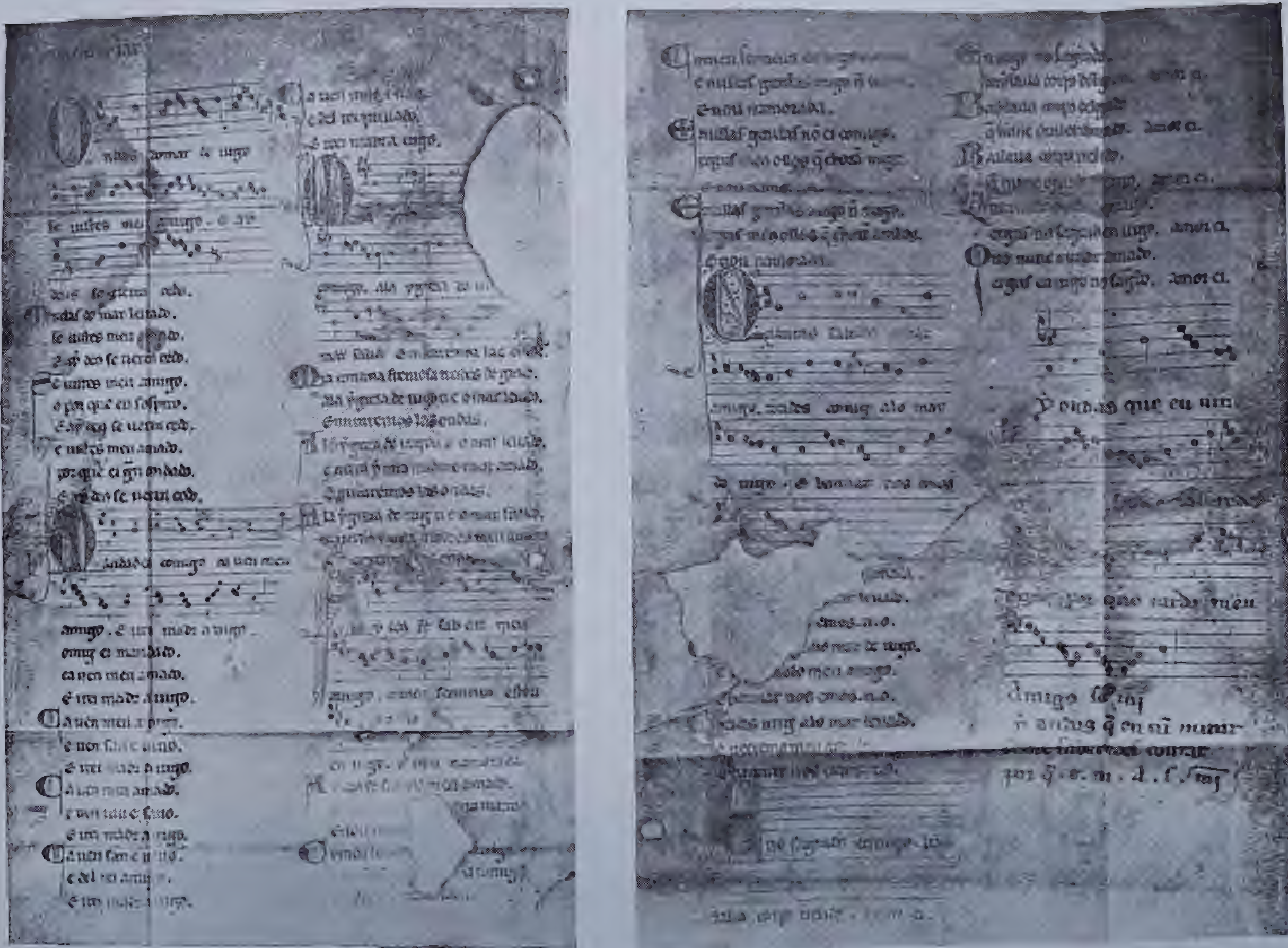
pirado em grande parte pelas lendas insertas numa *História dos Bretões* do século X, atribuida a certo Nennio, e sobretudo na *História regum Britaniae*, composta por Galfrido Artur, que viveu no século XII (1). Redigido primeiramente em verso, no princípio do século XIII, por um poeta franco-contês, Roberto de Boron, não tardou a ser posto em prosa, sendo sob esta forma que passou depois às duas principais línguas da península, a castelhana e a portuguesa. Esta última tradução, pelo menos na parte que compreende o *José de Arimatia*, foi feita no ano de 1313, segundo a declaração exarada no fim do códice ; a das duas partes restantes é de presumir que se lhe seguissem e em espaço não muito distante ; deduz-se isso não só do natural desejo de conhecer a obra tôda, mas principalmente da língua usada na *Demanda*, que é semelhante à de que se servem os trovadores.

Mas terá a versão portuguesa sido feita directamente sôbre o texto francês ou provirá de uma feita em caste-

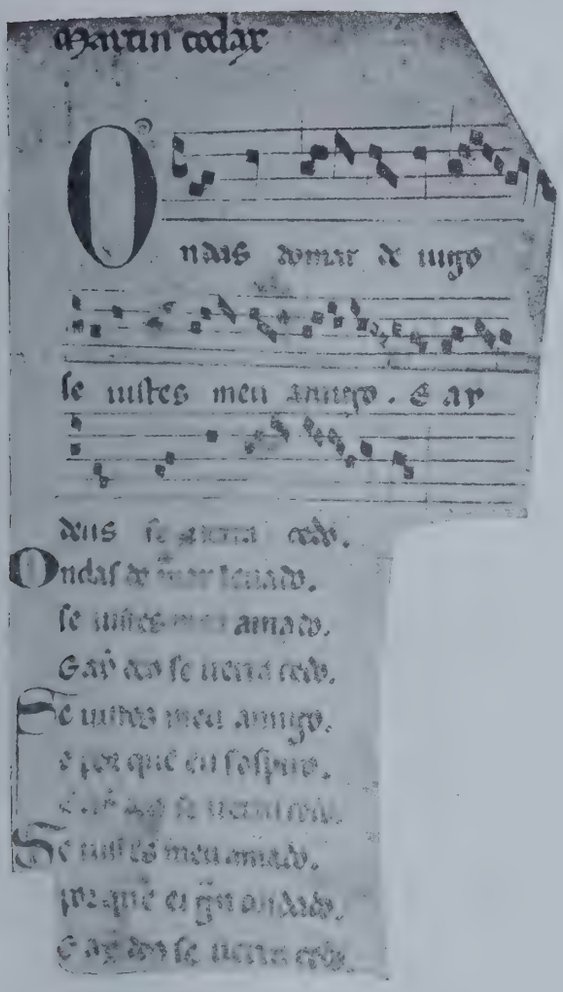


Ernesto Monaci, o sábio filólogo italiano que publicou o *Cancioneiro da Vaticana* e impulsionou a publicação do *Colocci-Brancuti*, em 1905. (Do vol. *Ernesto Monaci*, publicado em Roma, em 1920, pela Società Filologica Romana.)

(1) C. G. Paris, obra citada, §§ 54, 55, 59 a 62.



AS SETE CANTIGAS DE AMOR DE MARTIN CODAX. — [illegible] século XIII, [illegible] Pedro Vindel [illegible] Martin Codax foi um dos jograis que [illegible] de cantos, bailes y musica popular ha llegado hasta nosotros...»



Pedro Vindel quando em 1915 publicou a sua «plaquette» *Martin Codax — Las siete canciones de amor. Poema musical del siglo XII*, além da fotografia do manuscrito completo, deu-nos também para melhor inteligência do texto revelado, fotografias parciais, cada cantiga de per si. São duas as que reproduzimos, *Ondas do mar de Vigo* e *Quantas sabedes amar amigo*, acompanhando-as da lição do dr. José Joaquim Nunes. Poeta singelo e cheio de sentimento, êsse velho jogral, fala-nos após oito séculos em coisas de amor, o assunto eterno de tôdas as almas, e o seu ritmo mais parece de hoje.

Nós conhecemos apenas uma parcela do pensamento da época em que foram escritas aquelas canções e não sabemos quantas mais se tenham perdido. Mas ainda assim sabemos o suficiente para nos orgulharmos de uma tão bela tradição literária como a que êle ajudou a criar.

Duas cantigas de Martin Codax, do pergaminho da página antecedente

ONDAS do mar de Vigo,
se vistes meu amigo!
e ai Deus, se verrá cedo!

ONDAS do mar levado,
se vistes meu amado!
e ai Deus, se verrá cedo!

SE vistes meu amigo,
o por que eu sospiro!
e ai Deus, se verrá cedo!

SE vistes meu amado
por que ei gram cuidado!
e ai Deus, se verrá cedo!

QUANTAS sabedes amar amigo
treides comig' a lo mar de Vigo
e banhar-nos emos nas ondas.

QUANTAS sabedes amar amado
treides comig' a lo mar levado
e banhar-nos emos nas ondas.

TREIDES comig' a lo mar de Vigo
e veeremo-lo meu amigo
e banhar-nos emos nas ondas.

TREIDES comig' a lo mar levado
e veeremo-lo meu amado
e banhar-nos emos nas ondas.

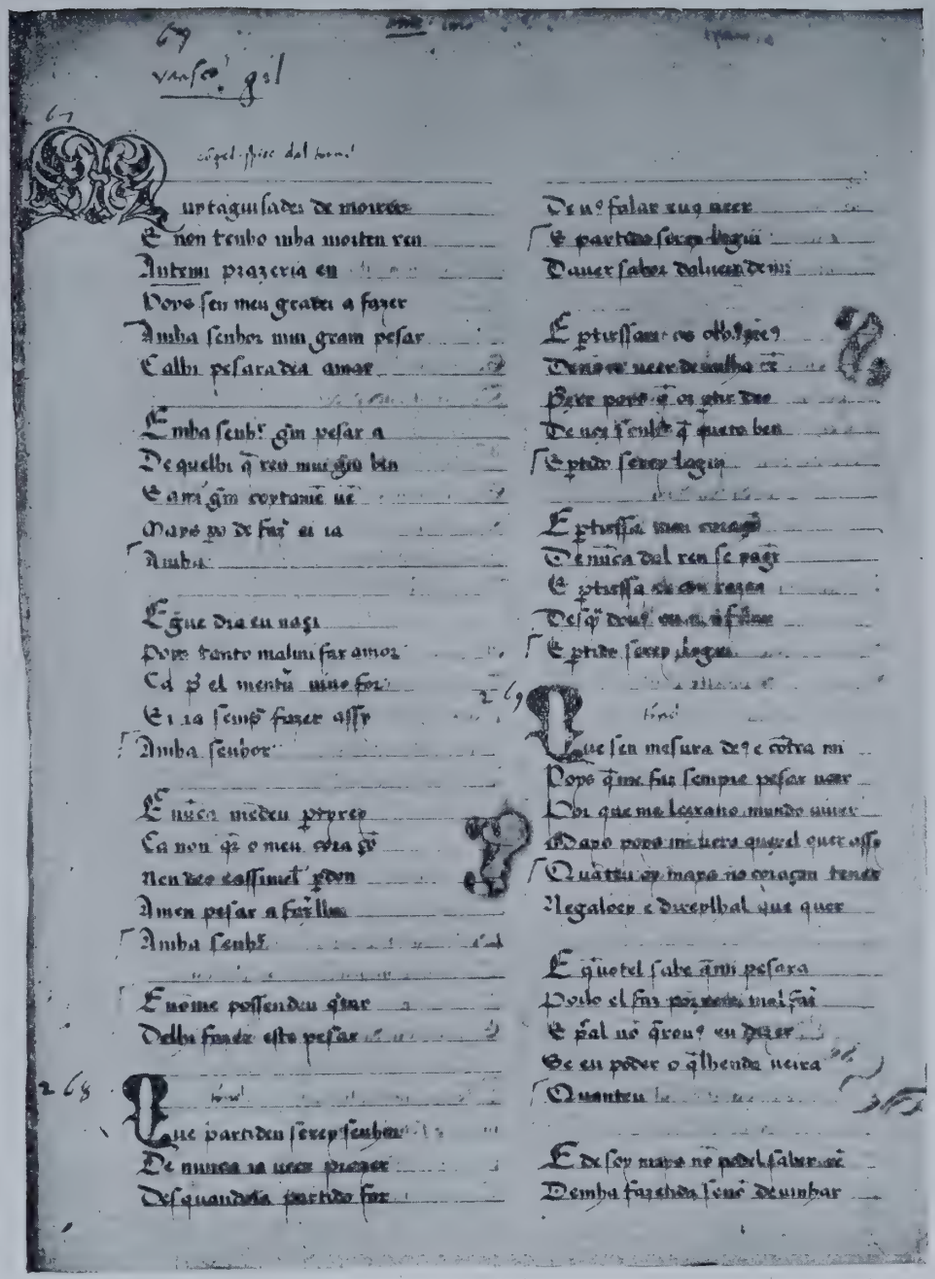
Páginas 441 e 444 das *Cantigas d'Amigo dos trovadores galego-portugueses* pelo dr. José Joaquim Nunes. (Coimbra, 1926)

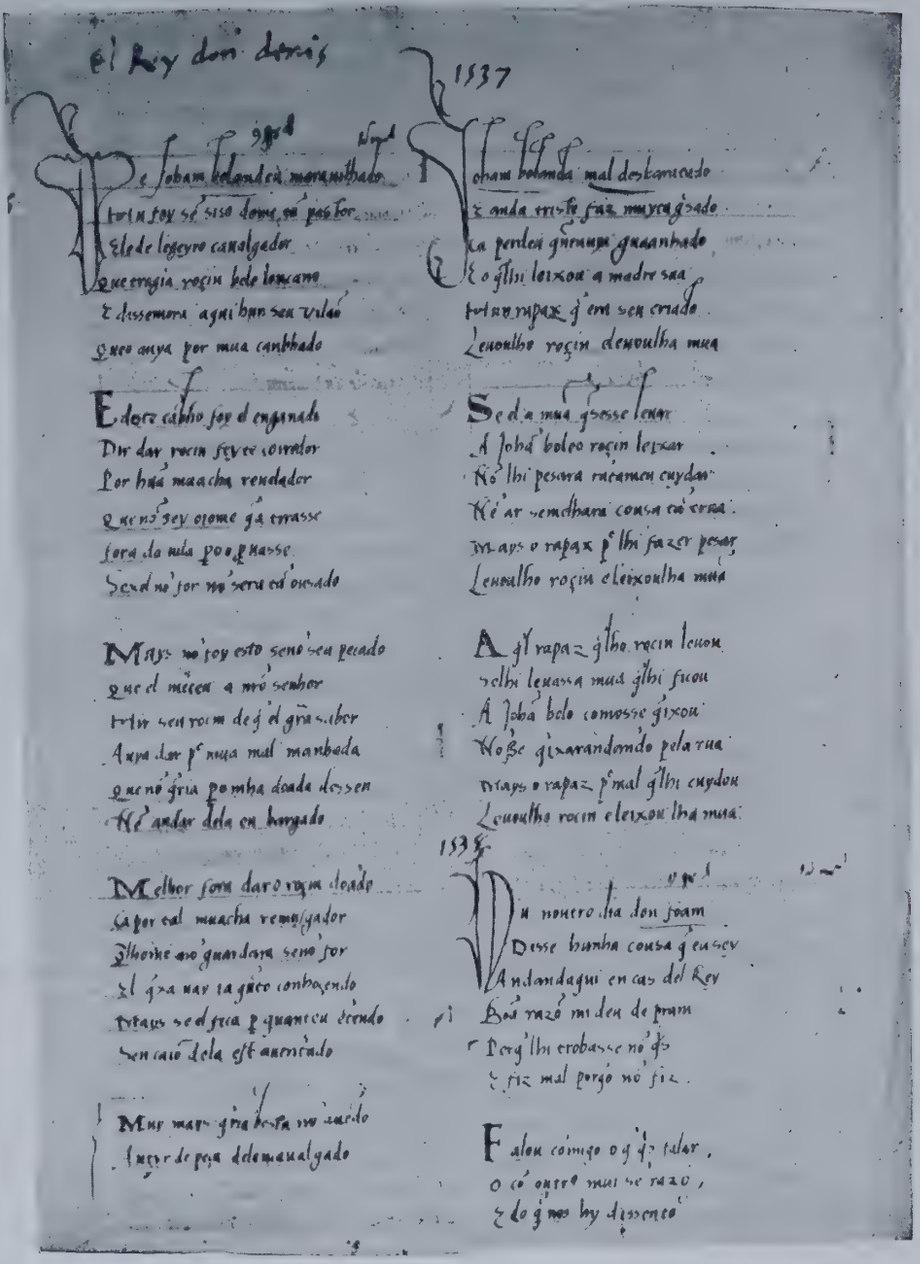
lhano? No seu erudito estudo sôbre *Los Textos españoles y gallego-portugueses* (1) *de la Demanda del Santo Grial*, P. Bohigas Balaguer, que examinou cuidadosamente uns e outros, afirma, a págs. 56 e 94, que «la version gallego-portuguesa y la version castellana no son traducciones independientes del francés, sino que ambas proceden de una misma traduccion en una de estas lenguas peninsulares», todavia, sem dar «como absolutamente evidente la prioridad de la version española sobre la gallego-portuguesa», inclina-se a pensar que realmente assim haja acontecido, em vista do maior número de probabilidades que diz existirem a favor da primeira.

Relaciona-se ainda com as mesmas narrativas, em especial com as que se descrevem no *Josep ab Arimatia*, outro

(1) Eu diria só *portugueses*, não por espírito de regionalismo, como fazem alguns escritores da outra banda do Minho, mas porque do que conheço dos dois textos existentes, a *Demanda* e o *Josep*, posso afirmar que a linguagem que nêles se encontra é genuinamente portuguesa, sem os galeguismos que se observam na dos trovadores, mesmo os nascidos cá, como D. Denis, por exemplo.

CANCIONEIRO COLOCCI-BRANCUTI. — Duas páginas do manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. (Págs. 3 e 37). São as págs. 3 e 57 da edição de Halle a/S, publicada em 1880 por Eurico Wolfram. A primeira é a do tratado poético que antecede o Cancioneiro, a segunda poesias sôltas.





CANCIONEIRO COLOCCI-BRANCUTI (págs. 69 e 321 v.). São as páginas 113, poesias de Vaasco Gil, e 174, poesias do rei D. Denis, da edição de Halle a/S, publicada em 1880 por Eurico Molteni

livro, que igualmente faz parte da literatura francesa medieval (1); é a *História de Vespasiano*, que, embora impressa em 1496, reproduz um texto mais antigo, que deve ter sido traduzido antes do castelhano, em que também existia, do que daquela língua (2).

No número das lendas, oriundas da Gran-Bretanha, que

ALCOBAÇA — VISTA GERAL. — Vê-se distintamente o mosteiro que celebrizou a terra e foi o arquivo da tradição literária portuguesa. Alcobaça teve em nosso tempo o seu cronista que foi M. Vieira Natividade, filho a quem ela muito deve e muito se lhe devotou. Filhos de Alcobaça foram também entre outros, nomes ilustres nas letras, Fr. Bernardo de Alcobaça, Fr. António Brandão e Fr. Fortunato de S. Boaventura

ses, figura a de um cavaleiro, de nome *Amadis*, alcunhado *de Gaula*, pelas façanhas que, no país de Gales, obrara, ajudando o respectivo rei e seu pai, mas que êle desconhecia como tal, a repelir os irlandeses que tinham invadido os seus domínios, e cuja vida é um tecido de aventuras e proezas, do género das que se contam nos romances de cavalaria, consoante um dos preceitos principais a que se obrigavam os que ingressavam na respectiva Ordem, e consistia na defêsa dos fracos. Da existência do nome *Ouroana*, a amada do cavaleiro, na nobreza do século XIII, como informam os *Nobiliários*, deduz-se que por êsse tempo já a lenda bretã era conhecida entre nós, por intermédio certamente dos livros franceses. Ainda mais. A um dos últimos trovadores, João Lobeira, atribui o *Cancioneiro de Colocci-Brancuti* uma cantiga de amor, que ali tem os n.os 244 e 246 bis (ou 230 e 232 bis) e é endereçada a certa *Leonoreta*. Ora, na história dos cavaleiros, figura uma infantinha de igual nome, que era irmã de Oriana, para a qual, como seu pagem por ela escolhido, êle compusera aquela canção,

ALCOBAÇA — FACHADA DA IGREJA. — Descrições da igreja e mosteiro além dos livros citados, *O Panorama*, vol. 4.º, 1840, o Archivo *Pittoresco* vol. VI, 1863, por Vilhena Barbosa, Haupt na *Arquitetura da Renascença em Portugal*, e *O Mosteiro de Alcobaça* por M. Vieira Natividade. Para a iconografia podem ver-se no *Arch. Pitt.º*, cit. desenhos de Nogueira da Silva

maior voga tiveram na Idade Média e, acolhidas primeiramente pela literatura francesa do tempo, se transmitiram depois às de outros paí-

(1) *Vingeance du Sauveur* é o título que lhe dá Gaston Paris (§ 140 da sua obra citada), observando que «se deve sobretudo notar a influência que o *Evangelho* de Nicodemos, cuja primeira parte presta a José de Arimatia papel importante, exerceu no desenvolvimento das narrativas referentes ao santo graal», mas Esteves Pereira, que editou em 1905 a *Historia de Vispasiano*, diz que o texto francês, cuja impressão passa por ser a mais antiga se chamava *Destruction de Jerusalem* ou *La Vengeance de Jesus Christo*, cf. pág. 17.

(2) É o que mostra o confronto dos respectivos textos, pois, enquanto o português reproduz fielmente o castelhano, já o mesmo não sucede com o francês que dêle se afasta bastante. O apreço em que êste livro era tido revela-se bem não só em ter sido o segundo que se imprimiu em Portugal, mas ainda na oferta de 100 exemplares, feita, anos depois, por D. Manuel ao Preste João das Índias, conjuntamente com outras obras puramente religiosas. D. Carolina Michaëlis (pág. 215) supõe que a redacção primitiva teria sido mais extensa do que a existente, apenas composta de 29 capítulos e em geral pouco extensos, mas, a ser assim, êsse encurtamento ascenderia já a francesa e anteriormente às mais antigas cópias manuscritas, que datam do século XV. No final do livro é a história atribuída a *Jacob e Josep ab Aramatia, que a todas estas cousas foram presentes e Jafel, que per sua mão a escripveu* — evidentemente uma invenção forjada pelo desconhecido autor para a tornar mais crível.

ALCOBAÇA. — PORTARIA DO MOSTEIRO, fundado em 1153 ou 1154 por D. Afonso Henriques. — (Clichés da *Arte e Natureza em Portugal* — Comp.ª Portuguesa Editora. Pôrto)

mas pensando na realidade na mulher que verdadeiramente amava a ocultas. Em um dos seus sonetos, o dr. António Ferreira mostra ter lido um livro português que tratava dos *feitos de Amadis,* o namorado; seu filho, Miguel Leitão Ferreira, confirma a existência, na biblioteca da casa de Aveiro, de uma história do mesmo cavaleiro e dá ainda a preciosa informação, decerto por tê-la compulsado, que ela estava escrita *na linguagem que se costumava neste reyno em tempo del Rey D. Diniz.* E já antes do dr. António Ferreira, tinha dado a mesma notícia Gomes Eanes de Zurara, na sua *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses,* provàvelmente por haver visto êsse livro entre os que se encontravam na livraria de D. Afonso V, onde trabalhava. Mas todos êstes chamam *Vasco* e não *João* ao autor do romance, que presentemente existe apenas na redacção castelhana de Montalvo. Depois de muito se ter discutido acêrca da prioridade do texto (1), está hoje geralmente assente que esta pertence ao autor português (2), não tendo o espanhol outra coisa feito que ampliar a obra daquele e ainda acrescentar mais um (1) aos três livros de que esta se compunha ao tempo de Pero Ferrus, isto é, nos fins do século XIV, como êste declara numa poesia dirigida a Pero Lopez d'Ayala (2). Mas êsses mesmos três livros, que se presume estarem escritos em português e serem o *Amadis,* que, como ficou dito, Zurara foi o primeiro a dar notícia, são considerados um acrescento já de Vasco de Lobeira, aos dois que

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA. — CLAUSTRO DE D. DENIS. — (Cliché, como o do *C. do Silêncio,* de *A Arte e a Natureza em Portugal.* Comp.ª Portuguesa Editora — Pôrto)

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA. — A SALA DA LIVRARIA. — «...elegante e formosa sala, lageada do mais fino mármore. Mede 47,70 metros de comprimento, por 12,70 de largura e as suas estantes mediam 3,70 metros de altura. Recebe luz por vinte e duas amplas janelas em duas alturas e por doze frestas clipsoides quási a tocar o teto. A meia altura sai uma varanda interior que rodeia tôda a sala, e que dá para as onze janelas superiores. Nos golpes da parede correspondentes a cada janela, tanto inferiores, como superiores, destacam-se uns frescos admiráveis, umas miniaturas cheias de poesia que fazem muitas vezes lembrar o rasgo de um grande talento». M. V. Natividade — *O Mosteiro de Alcobaça.* Coimbra, 1885. Gravura pub. em 1865 no vol. VIII do *Archivo Pittoresco*

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA. — CLAUSTRO DO SILÊNCIO, mandado construir por D. Denis e modificado por D. Manuel I

(1) Pugnaram pela origem portuguesa da novela principalmente D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (pág. 216) e T. Braga (pág. 299 a 346).

(2) Assim pensam, entre outros, G. Paris, que, no § 64, referindo-se aos vários romances de origem bretã e à sua passagem do francês a outras línguas, enumera o *Amadis* que classifica de «português e depois espanhol» e Fitzmaurice-Kelly, que a pág. 176 opina «segundo plausível conjectura, que foi escrita em português por Joham de Lobeira».

(1) O gôsto com que o público de cá e de Espanha saborcava as façanhas atribuídas a Amadis, o tipo perfeito do cavaleiro andante, foi explorado por vários autores, que lhe foram aumentando a descendência, criando um verdadeiro ciclo. Assim o próprio Garci-Ordoñez de Montalvo, afora o quarto livro, acrescentado aos três de Vasco de Lobeira, compôs ainda um quinto a que deu o título de *Las Sergas de Esplandian,* seguindo-se-lhe outros que elevaram o número a catorze, mas de tôda essa avultada colecção o único que Cervantes salvou da fogueira foi ainda o *Amadis.* Em Portugal, como é sabido, temos a *Cronica do imperador Clarimundo* de João de Barros, o *Palmeirim de Inglaterra* de F. de Morais, e outros da mesma prolífera família.

(2) Diz êle assim: *Amadis,* el muy fermoso
.....
sus proezas fallaredes
en tres libros...

(CANC. BAENA, I., PÁG. 322).

«Barbosa Machado, como os que o precederam atribui natu-

primeiro compusera e nos quais intercalara a cantiga referida o trovador João Lobeira, que se julga ser um ascendente — pai lhe chama T. Braga — daquele, que se identifica com um indivíduo de igual nome que, aos sessenta anos, foi com outros elevado à dignidade de cavaleiro por D. João I, nas vésperas da batalha de Aljubarrota (1).

Na sua ampliação refere Montalvo um caso que comprova ter o romance ou conto de Amadis sido originàriamente escrito em português, e sôbre o qual o dr. António Ferreira compôs o soneto a que atrás me referi. Conta êle que um infante D. Afonso de Portugal, não concordando com a maneira por que o autor na sua história apresenta o herói, não cedendo, por fidelidade a Oriana, aos desejos de uma princesa Briolanja, a quem conseguira restituir o reino perdido, o aconselhara a alterar neste ponto o seu texto. Êste D. Afonso foi pelo dr. António Ferreira tomado por D. Afonso IV, sem dúvida por ser o mais conhecido, porém D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos apurou que se trata de outro, isto é, «do irmão mais novo de el-rei D. Denis, senhor, em Portugal, de Portalegre e Lourinhã e único D. Afonso de Portugal, tanto da primeira como da segunda dinastia, que durante tôda a sua vida teve positivamente o título nobiliárquico de *infante*». A mesma ilustre investigadora achou ainda que João Lobeira, cujo nome completo teria sido João Pires Lobeira de Alvim, assistiu na côrte portuguesa, desde 1258 até 1285 «na qualidade de cavaleiro fidalgo *(miles)*, que era irmão, porém ilegítimo, de outro trovador, Martim Pires de Alvim, que no *Cancioneiro da Vaticana* assina as cantigas 643 a 649», e ainda que «ambos os poetas estavam adidos, como vassalos, à casa do segundo-genito do Bolonhês (1)». Dêste modo se explica que a canção *Leonoreta*, metida talvez pelo seu autor como *intermezzo* lírico no seu romance em prosa e adoptada pelo seu ampliador, se encontre em Montalvo com o mesmo estribilho, embora um tanto ou quanto alterada, visto que omite a primeira estrofe, desloca as duas outras e acrescenta uma terceira, que se afasta do ritmo e número de versos das demais.

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA — Situação actual do túmulo de D. Inês de Castro. — (Cliché de Marques Abreu no vol. Inês de Castro do dr. António de Vasconcelos. Pôrto 1928)

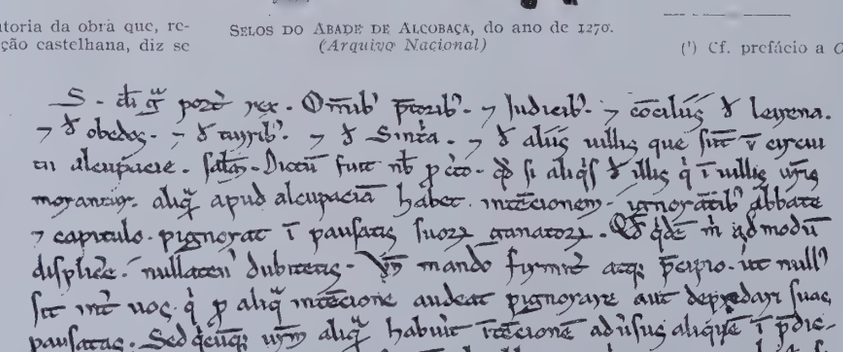
Selos do Abade de Alcobaça, do ano de 1270. *(Arquivo Nacional)*

Conhecidas, como dissemos, nos meados do século XIII, em que do verso em que primitivamente haviam sido cantadas já então estavam reduzidas a prosa, as lendas britónicas nas suas várias feições deveriam, pelo seu carácter romanesco e aventuras, atribuidas aos personagens que nelas entram, ter agradado bastante, e êsse agrado, longe de dimi-

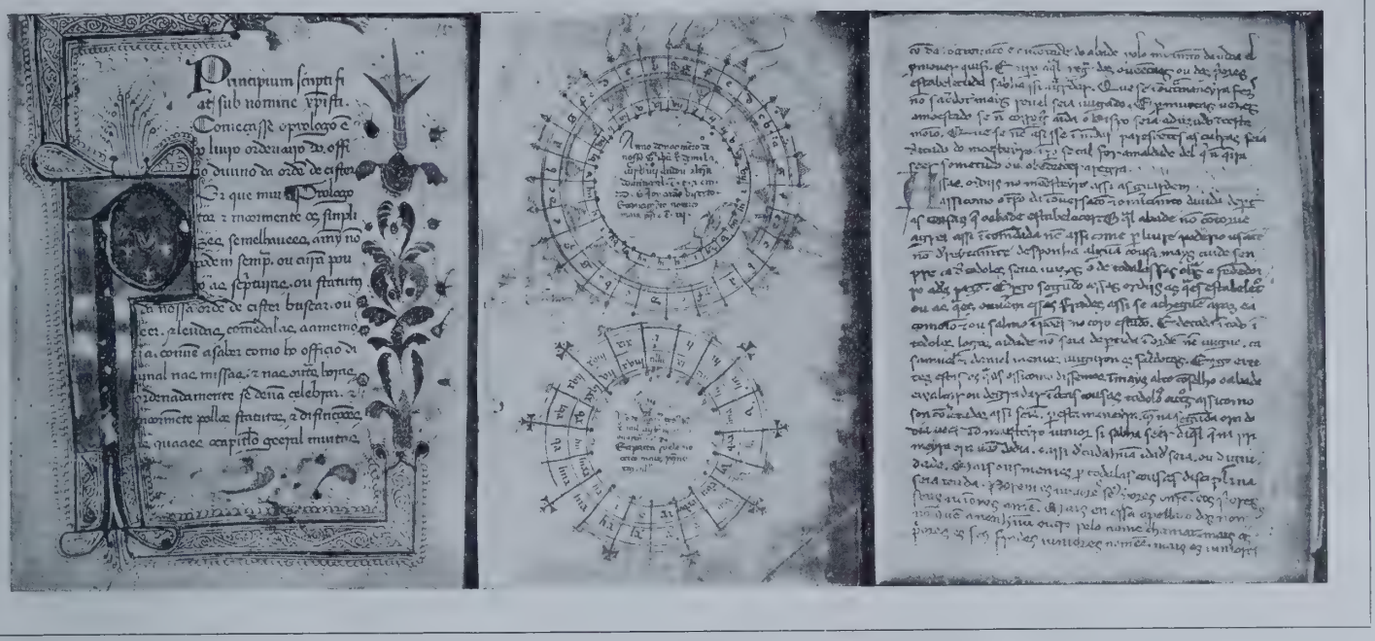
ralmente a Vasco de Lobeira a autoria da obra que, regulando-se sem dúvida pela redacção castelhana, diz se compunha de quatro livros e, fiel à tradição da originalidade portuguesa, observa que os castelhanos a traduziram no seu idioma sem declarar o autor.» De um catálogo da Livraria do Conde de Vimieiro, presente à Academia de História pelo conde de Ericeira, deduz-se a existência ainda em 1686 da obra de Vasco de Lobeira; cf. T. Braga, pág. 346.

(1) Baseia-se esta identificação no facto de dizer Zurara que o autor do *Amadis* viveu no tempo de D. Fernando e de se encontrar o mesmo nome na lista, dada por Duarte Nunes de Leão, dos indivíduos feitos cavaleiros por D. João I. Há ainda quem pretenda vêr uma referência auto-biográfica do autor no personagem *Macandon* da novela, que conta ter sido armado cavaleiro em circunstâncias parecidas com as em que êle o foi e também já em idade avançada.

(1) Cf. prefácio a *O romance de Amadis* de A. Lopes Vieira e *Cancioneiro da Ajuda*, II, 523 a 525. T. Braga (obra citada pág. 297) é doutra opinião. Para êle «o João Lobeira que assinou como testemunha o testamento do bispo de Lisboa D. Aires Vaz em 1258, e que, como filho bastardo de Pedro Soares Alvim, foi legitimado por D. Afonso III em 6 de Maio de 1272 e que assina em 1321 no instrumento de compromisso entre o rei D. Denis e a Câmara de Lisboa, não é o poeta da canção de Leonoreta, cuja imitação dos lais bretões acusa também uma época muito ulterior». Dos documentos achados em Elvas por A. Tomás Pires concluiu êle que o trovador deve ter sido um João Lobeira que ali residia em 1348 e tinha um filho, de nome Vasco, que, nascido em 1324, tinha realmente 60 anos por ocasião da batalha de Aljubarrota, vindo a falecer em 1403.



Carta de D. Sancho II a favor do mosteiro de Alcobaça. *(Arquivo Nacional)*. — (Da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, ed. ilustrada, dirigida por David Lopes)



Três antiquíssimos códices da Livraria de Alcobaça referentes à vida do Mosteiro e existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa

O 1.º é o *Ordinário do Ofício divino conforme o antigo rito da ordem de Cister* (1475) em português e latim. (Pág. 15 mostrando um grande P filigranado a côres e ouro); o 2.º uma página com diagramas referentes ao ano de 1444 do *Livro dos usos da ordem de Cister, em Português*. Uma página dêste códice foi reproduzida por Burnam na sua *Palæographia iberica*; o último é um *Fragmento da Regra de S. Bento, em português*. É dos meados do século XIV e o mais antigo dos códices que contem a Regra de S. Bento em linguagem. Foi publicado nos *Inéditos* por Fr. Fortunato de S. Boaventura

nuir, foi-se certamente com o decorrer do tempo tornando cada vez maior, para o que talvez ainda contribuisse a vinda para Portugal de D. Filipa de Lencastre e das damas do seu séquito, as quais, como era natural, não só não ignoravam essas histórias de cavaleiros andantes, mas sem dúvida as propagariam entre as damas da côrte. Assim se explica a verdadeira paixão que dessa época em diante se apoderou de quantos sabiam ler e se manifesta bem nos nomes de muitas pessoas dêsse tempo, tomados dos personagens, sobretudo os que nas lendas desempenham papéis mais salientes ou a quem são atribuidas façanhas mais atraentes. Talqualmente hoje acontece com a leitura dos romances, às crianças, no baptismo, eram pelos respectivos padrinhos impostos os nomes dos heróis mais simpáticos ou que mais lhes haviam prendido a atenção (1). Outra prova dessa espécie de fanatismo, que não era exclusivo nosso, está também na enorme produção de obras dêsse género, com as quais os seus autores procuravam comprazer com o gôsto do tempo e que só terminou, quando Cervantes a matou a golpes de ironia.

Versão do castelhano (2) e feita no século XIV é a *Crónica Troyana*, que se filia no *ciclo clássico* e provém de uma redacção em prosa, talvez já realizada em França, do poema *Troie*, composto na segunda metade do século XII, por Benoit de Sainte More. A língua em que se acha escrita esta obra, dada a lume, em 1900, pelo erudito André Martinez Salazar, há anos falecido, conforme o respectivo códice, existente na Biblioteca Nacional de Madrid, isto é, com falta dos primeiros capítulos, é acentuadamente galega, como se vê de bastantes formas nela usadas, exclusivas dêste idioma. Que era livro apreciado ao tempo mostra a sua tradução, também em aragonês, da qual um exemplar é enumerado entre os livros do uso de D. Duarte (1).

A biblioteca do mesmo rei possuia ainda um *Aníbal* e um *Júlio César*, que podem representar ou adaptações francesas (2), ou os respectivos originais latinos, que lá coexistiriam com outros que da mesma faziam parte, tais como Séneca e Valério Máximo.

No número das obras clássicas da antiguidade, lidas nas escolas da Idade Média, figuravam as fábulas esopianas, não tais quais nos foram transmitidas pelo romano Fedro, mas alteradas em parte e acrescentadas, no século XI, com outras de carácter inteiramente diverso, com o cunho bem visível do tempo e do cristianismo, às que certo *Romulus imperator* afirmava ter traduzido do grego para seu filho Tiberino e não eram senão a colecção das do poeta latino, posta em prosa, a quando da extrema decadência. Do texto de Rómulo se aproveitou no séc. XII um autor cujo nome é incerto (talvez *Gualter*, o *Inglês*), pondo em dísticos latinos os três primeiros livros. Esta obra, que êle crismou com o nome de *Esopus*, a pesar do seu estilo pretencioso, teve grande vóga, ao tempo e ainda depois, fazendo-se dela bastantes traduções, umas mais livres do que outras, e em vários idiomas (3). No nosso existe uma que, embora escrita no século XV, como se deduz da letra do respectivo original,

(1) Além de *Lançarote* e *Galvam* atrás mencionados, há conhecimento da existência, entre os cavaleiros, destoutros: *Lisuarte, Percival, Artur, Esplandião, Amadis* (Amadis Vasques era o nome de um mordomo de D. Duarte, 1433), e muitas damas chamavam-se: *Iscu, Genebra, Oriana, Viviana, Briolanja*. Cf. D. Carolina Michaëlis, pág. 227, n. 7.

(2) T. Braga (cf. *Hist. Lit. Portuguesa*. Idade Média, pág. 367), é de opinião contrária, mas do cotejo da primeira das duas rúbricas finais do texto com a que lhe corresponde na versão castelhana, de que é tradução fiel, e das datas exaradas em ambas, respectivamente 1388 e 1411, vê-se claramente «que — como diz o editor — que êste códice é tradução quási literal do castelhano escurialense».

(1) Uma versão bilingue, isto é, escrita em galego e castelhano, possuia o escritor espanhol Menendez y Pelayo; dela se utilizou Martinez Salazar para dar o que falta na galega.

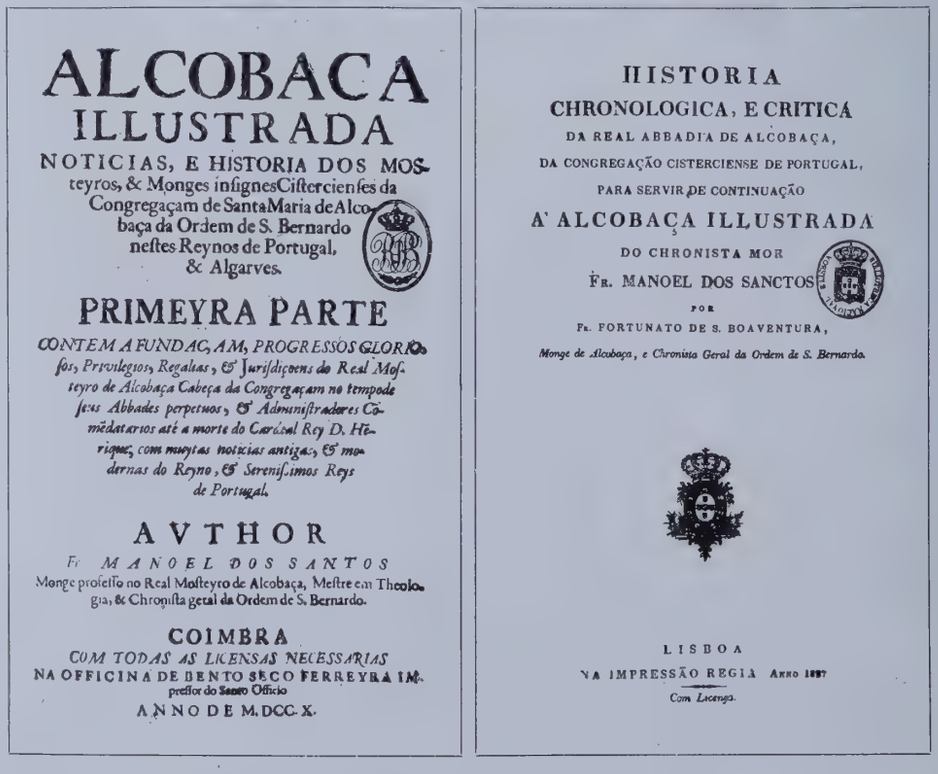
(2) O *Livro d'Anibal*, que o respectivo catálogo diz expressamente estar escrito *per português*, tem A. Herculano como novela de cavalaria; cf. *Panorama*, vol. IV (1840), pág. 7. G. Paris (§ 48 do seu livro citado) menciona um *César* em prosa de João de Tuin em Hainau (aí por 1240), feito segundo a *Farsalia* e outras fontes, com algumas adições, tais como uma história, pormenorizada e inteiramente segundo o gôsto da época, dos amores de César e Cleópatra; daqui extraiu Jacot de Forest (segunda metade do século XIII), o seu poema sôbre Júlio César. É possível também que êstes *César* e *Aníbal* sejam traduções em vulgar respectivamente dos *Commentarii* do mesmo autor e do *de secundo bello punico* de Tito Livio, que figuram no Catálogo de biblioteca do *Condestável* D. Pedro (cf. Braga, pág. 463), como o eram o *Marco Tulio* (isto é Cícero) e *Valerio Maximo* (em aragonês, a par de outro em latim) do da de D. Duarte.

(3) Cf. G. Paris, § 79.

que se conserva na Biblioteca Palatina de Viena de Áustria, pela língua aí usada, parece ter sido feita no precedente; dela deu uma excelente edição o dr. Leite de Vasconcelos, que foi quem, guiado pelo respectivo catálogo, a descobriu e fêz conhecida, contribuindo assim para se evidenciar uma vez mais a intimidade que, com as suas contemporâneas de lá de fora, mantinha a nossa literatura medieval, que até aqui se julgava haver desconhecido tal texto (1).

Escritos de natureza legislativa ou notarial. Conquanto em rigor não sejam considerados produtos literários os documentos desta espécie, é grande a sua importância para o estudo da evolução da prosa. Não sendo a princípio mais do que reprodução doutros em latim, seguindo, portanto, às vezes, na colocação das palavras, a ordem própria desta língua, foram-se a pouco e pouco libertando, até se aproximarem da fala em uso, embora, como ainda hoje, obedecendo no essencial a determinado formulário. Dado o seu destino e fim inteiramente prático, não é de estranhar que a linguagem nêles usada seja em extremo simples e concisa, desconhecendo certas formas que, na poesia, provinham de ser ela cultivada por portugueses e galegos e da influência que uns e outros mùtuamente se exerciam (2).

Mosteiro de Alcobaça.—Florão em estuque que se encontra no teto da sala da livraria. Imagem de S. Bernardo. (*Cliché* do dr. Mesquita de Figueiredo)



ALCOBAÇA
ILLUSTRADA
NOTICIAS, E HISTORIA DOS MOSteyros, & Monges insignes Ciftercienſes da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo neſtes Reynos de Portugal, & Algarves.
PRIMEYRA PARTE
CONTEM A FUNDAÇAM, PROGRESSOS GLORIOſos, Privilegios, Regalias, & Juriſdiçoens do Real Moſteyro de Alcobaça Cabeça da Congregaçam no tempode ſeus Abbades perpetuos, & Adminiſtradores Cõmẽdatarios até a morte do Cardeal Rey D. Henrique, com muytas noticias antigas, & modernas do Reyno, & Sereniſſimos Reys de Portugal.
AVTHOR
Fr MANOEL DOS SANTOS
Monge profeſſo no Real Moſteyro de Alcobaça, Meſtre em Theologia, & Chronifta getal da Ordem de S. Bernardo.
COIMBRA
COM TODAS AS LICENSAS NECESSARIAS
NA OFFICINA DE BENTO SEGO FERREYRA IM. preſſor do Santo Officio
ANNO DE M.DCC.X.

HISTORIA
CHRONOLOGICA, E CRITICA
DA REAL ABBADIA DE ALCOBAÇA,
DA CONGREGAÇÃO CISTERCIENSE DE PORTUGAL,
PARA SERVIR DE CONTINUAÇÃO
A' ALCOBAÇA ILLUSTRADA
DO CHRONISTA MOR
FR. MANOEL DOS SANCTOS
POR
FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA,
Monge de Alcobaça, e Chronista Geral da Ordem de S. Bernardo.
LISBOA
NA IMPRESSÃO REGIA ANNO 1827
Com Licença.

Dois dos livros fundamentais para a história do Mosteiro de Alcobaça, de tão gloriosas tradições literárias

Na legislação do tempo, a que já atrás fiz referência, devem contar-se as chamadas *Sete Partidas* de Afonso X, mencionadas já no *IV Livro das Linhagens*, a primeira das quais figura, como vimos, entre as traduções dos monges alcobacenses. Outra obra do mesmo monarca, mas ainda existente no Arquivo da Tôrre do Tombo, foi traduzida em português; é a denominada *Fuero Real*, mais conhecida por *Fuero juzgo (Forum Judicum)*, cujas disposições, como algumas daquele código, talvez tenham sido adoptadas em Portugal (1). Outra tradução ainda do castelhano é o livro chamado *Flores de direito*, devida à pena de mestre Jacobo das Leis (Jácome Ruiz); nêle se prescrevem as normas a seguir nos processos e mais querelas judiciárias (2).

Escritos de natureza vária. Um médico ou *físico*, como então se dizia (3), de D. Denis, de nome mestre Giraldo, por mandado do monarca, terminou, em 1318, um livro sôbre *Alveitaria*, em que, resumindo, como êle confessa, o que sôbre o assunto tinham escrito, principalmente Fr. Theuderique (ou Teodorico, em francês, Thierry) e Jordão Calaber ou Calabrês, se ocupa da criação de cavalos, doenças que os podem atingir e maneira de as curar. Ao mesmo se atribui outro, mas de menores dimensões, sôbre as *aves caçadores*, onde se descrevem várias mo-

(1) Assim diz o editor a pág. 160 do seu *Livro de Esopo*, no entanto D. Carolina Michëlis de Vasconcelos, no § 70 da sua citada *Geschichte der Portg. Litteratur*, menciona o *Isop* entre os livros que, provenientes de França, se liam em Portugal no século XV, e T. Braga, a pág. 463 da sua já referida obra, enumera um *Liber Ysopetis* entre os existentes na Biblioteca de D. Afonso V. Que de resto Portugal não ficava atrás das outras nações no conhecimento da literatura sacra ou profana da antiguidade e idade média mostra a mesma senhora, que, no parágrafo indicado, aponta as obras que, segundo os catálogos das livrarias riais, claustrais e outras, e referências que nelas há, eram do domínio dos cultos.

(2) Está nêsse caso, afora outros, a terminação em *o* da 3.ª pessoa do singular de certos verbos, como *dizer, fazer, querer*, etc., que era especialmente galega.

(1) Segundo informa Fitzmaurice-Kelly na sua *Hist. de la lit. española*, pág. 98, descobriu-se há anos uma tradução fragmentária do mesmo códice, que também é conhecido pelos nomes de *Lex Gothorum* ou *Gotica, Liber judicum* ou *judicialis* e *Liber Legum*, e cujo texto latino se pode vêr nos P. M. H. (*Leges et Consuetudines*).

(2) Sob o título de *Flores de las leys* publicou-as o dr. J. P. Merea em 1918; o texto original deve ter aparecido num dos volumes da *Biblioteca de jurisconsultos y políticos españoles anteriores al siglo* XVI, editado por Bonilla y San Martin.

(3) Tal designação continuou a persistir até muito tarde, mas aplicada em especial aos cirurgiões militares; se não estou em êrro era adoptada nos respectivos regulamentos, e não há muitos anos perdurava ainda no povo.

léstias, próprias delas e as respectivas medicamentações.

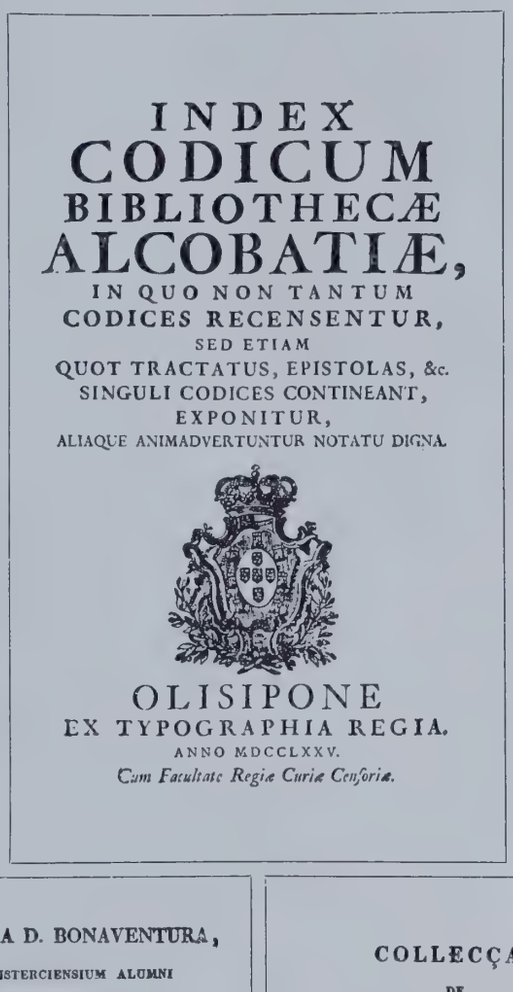
Embora o autor não diga donde extraíu esta segunda obra, presume-se que ainda aqui êle tivesse seguido o primeiro dos autores que cita na outra, porquanto, entre as obras do dominicano, figura uma em que o assunto é igualmente versado; quanto à língua em que os originais de ambas as traduções se achavam redigidos, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que delas se ocupou com a sua costumada erudição, inclina-se a crer que seria antes a latina do que qualquer das vulgares, catalão, provençal, siciliano, castelhano e francês (1).

Sendo a caça, quer das aves, quer do porco montês, uma das distracções mais predilectas da côrte, como é ainda hoje de muita gente, a segunda das obras em especial, de mestre Giraldo, deve ter sido muito apreciada ao tempo e servido de modêlo a outras que sôbre o mesmo assunto depois se publicaram (2). Entre os livros de uso de D. João I havia dois que tratavam da mesma matéria, escritos, um em português (3), outro em castelhano; é possível que aquele fôsse o do físico de D. Denis, embora nos faça duvidar o título de *Livro de Cetraria* com que aparece no catálogo da livraria de seu filho, ou o do falcoeiro de D. Fernando de Portugal, Pero Menino, êste o *Libro de la Caza* do infante D. João Manuel ou o *Libro de la Caza de las Aves* de Pero Lopez d'Ayala.

Ainda com respeito às aves, mas consideradas sob o aspecto descritivo, existem fragmentos de um livro, que se poderia classificar de *Tratado de ornitologia* ou *Volucrária*, que, parece, era o nome especial que na Idade Média se lhe dava, porém, feito à maneira como então se compunham as obras chamadas *Bestiarios*, de que aquela fazia parte, isto é, com muito de fantasia e de religião, tirando ensinamentos morais das suas qualidades, que se comparavam com as dos homens em geral ou pertencentes a certos estados e profissões (1).

Logo de princípio o autor confessa qual o fim que tinha em vista com esta obra, quando diz: «en aqueste livro mais me trabalho eu de prazer aos simplezes e aos rudes ca de dar e d'acrescentar sabença aaqueles que letrados e doctores son».

Era, portanto, um trabalho de vulgarização, como hoje costuma dizer-se, o que êle fazia, e, embora lá se diga que foi *trasladado* do latim, do contexto depreende-se haver sido antes *compilado* de qualquer original, escrito nesta língua, com omissão dos «desvayrados sisos e desvayrados entendimentos que os doctores da theologia poseron, en espoendo as outuridades da escritura santa», porque isso se


INDEX
CODICUM
BIBLIOTHECÆ
ALCOBATIÆ,
IN QUO NON TANTUM
CODICES RECENSENTUR,
SED ETIAM
QUOT TRACTATUS, EPISTOLAS, &c.
SINGULI CODICES CONTINEANT,
EXPONITUR,
ALIAQUE ANIMADVERTUNTUR NOTATU DIGNA.
OLISIPONE
EX TYPOGRAPHIA REGIA.
ANNO MDCCLXXV.
Cum Facultate Regiæ Curiæ Censoriæ.

Fr. FORTUNATI A D. BONAVENTURA,
LUSITANORUM CISTERCIENSIUM ALUMNI
ET CHRONOGRAPHI,
IN CONIMBRICENSI ACADEMIA
LINGUAE GRAECAE P. P. O.
COMMENTARIORUM
DE
ALCOBACENSI MSTORUM BIBLIOTHECA
LIBRI TRES.
IN QUIBUS HAUD PAUCA AD REI LITTERARIAM
ILLUSTRANDAM, AC FORTASSIS AUGENDAM
FACIENTIA, HUCUSQUE ABDITA, RESERANTUR.
CONIMBRICAE,
Ex Typographia Academico-Regia
MDCCXXVII.
Cum Facultate R. Commissionis pro Censura Librorum.

COLLECÇAO
DE
INEDITOS PORTUGUEZES
DOS
SECULOS XIV E XV,
Que ou forão compostos originalmente, ou traduzidos de varias linguas, por Monges Cistercienses deste Reino.
Ordenada e copiada fielmente dos Manuscritos do Mosteiro de Alcobaca
POR
Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA,
Monge do proprio Mosteiro
TOM. I.
COIMBRA,
NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.
1829.
Com Licença da Real Commissão de Censura.

TRÊS DOS LIVROS IMPRESSOS MAIS IMPORTANTES PARA A HISTÓRIA DA LIVRARIA DE ALCOBAÇA. — Êstes volumes com a *Memoria Sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça* de Fr. Joaquim de S. Agostinho, inserta no vol. V das *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa (1793), e o voluminho de António Anselmo *Os Codices Alcobacenses da Bibiloteca Nacional*, mostram bem como aos monges de Alcobaça devemos hoje a mor parte da nossa tradição literária

(1) Cf. *Rev. Lusitana*, XIII, da pág. 149 a 221.

(2) Além dos dois em castelhano, acima mencionados, há ainda o da *Arte de Altaneria*, de Diogo Fernan Ferreira. D. Carolina Michaëlis pelo confronto que faz de vários passos dêste autor e de Lopez d'Ayala mostra claramente que aquele por intermédio dêste se cingira muitas vezes ao trabalho de mestre Giraldo. No prólogo do seu *Livro da Montaria*, alude D. João I a livros de falcoaria, dos quais de certo teve conhecimento.

(3) Afiguram-se-me tais os *livros* que, sob a rúbrica de *lingoaje*, se acham na lista dos de uso *do claro* rei Dom Duarte sem qualquer indicação, embora lá se mencione como tal um único, o citado *Anibal*. As línguas que entram naquela rúbrica são apenas o *castelão* e o *aragoes*.

(1) G. Paris, § 100 da sua obra citada, menciona um *Volucraire*, no qual o seu autor, certo Osmundo, se ocupa apenas de três aves; a tradução portuguesa, que é pena estar fragmentada, tendo desaparecido talvez grande parte, trata na parte existente, que veiu a lume na *Rev. Lusitana*, XXV, pág. 129 a 147, das seguintes: pomba, açor, tortor (ou rôla), galo, ema, andorinha, cegonha, pássaro, pardal, noitibó, pavão e águia. Dos *Bestiarios*, o mais antigo que se conhece, diz o mesmo autor ser o composto por Filipe de Thaon, padre anglo-normando, a êsses seguiram-se outros, entre êles o de Guilherme, o clérigo, (1210 ou 1211), e o de Gervásio (pouco depois), igualmente normando. Os *Lapidários* seguiram na mesma esteira dos *Bestiários*, explicando alegòricamente por vezes as qualidades das pedras. Na Península o mais antigo de que dou fé é o de Afonso X.

afastava do seu intento. Qual fôsse, porém, o original de que se serviu não nos diz o tradutor, em todo o caso, êsse seria talvez algum do género de outro que, igualmente redigido em latim, se encontra num dos mais belos códices, existentes na Tôrre do Tombo, contendo, como êste, ainda que inferiores em merecimento artístico, algumas iluminuras; a letra e a linguagem nêle usadas parecem indicar que teria sido traduzido nos fins do século XIV ou princípios do imediato.

Outra versão, mas provàvelmente directa do texto castelhano do princípio do século XIV, *Gran Conquista de Ultramar*, deve ser um livro que figura entre os de uso de D. Duarte com o mesmo nome, apenas desacompanhado do adjectivo *gran*, e do qual, creio, não existem vestígios. Escrito originàriamente em latim por Guilherme de Tiro (+1184) e com o título de *História do Ultramar*, êste livro, que era um verdadeiro quadro da existência difícil que no Oriente levavam os franceses que aí se tinham estabelecido, não tardou a ser traduzido na língua dêstes, mas à primitiva redacção em breve foram anexados outros escritos, antes independentes (1). Conhecida na Espanha, foi esta obra traduzida ou talvez antes mandada traduzir por Sancho IV nos seus últimos dias, tradução que só veiu a concluir-se depois da sua morte e com acrescentos novos, tomados de uma composição poética provençal, a chamada *Chanso di Antiocha*, o que a tornou uma verdadeira miscelânia de elementos, de procedências várias (2).

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. — Sala da secção *Reservados*, no 2.º andar, onde se encontra instalada a Livraria de Alcobaça, que ocupa tôda precisamente as duas estantes que se vêem na fotografia. (*Cliché* da B. N. de Lisboa)

Pelo seu carácter jocoso, o *Libro del buen amor*, do poeta-jogral João Ruiz, logo a seguir ao seu aparecimento deve ter sido não só conhecido, mas despertado grande interêsse, a julgar de uma tradução que dêle se fêz no último têrço do século XIV e da qual se conservam uns fragmentos apenas em duas fôlhas de pergaminho que serviam de guarda ao códice n.º 785 da Biblioteca do Pôrto e antes do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1), tradução que muito provàvelmente é a mesma que figura no Catálogo dos Livros de D. Duarte, apenas com o nome do autor, isto é, *O acipreste de fysa* (sic por *Fita*).

O mesmo catálogo menciona ainda o *Conde Lucanor*, a obra principal do infante D. João Manuel, neto de S. Fernando e sobrinho de Afonso o sábio. O fim que o seu autor se propõe é o ensinamento da moral, fá-lo, porém, de modo o mais atraente possível, apresentando, a propósito de casos vulgares na vida, exemplos colhidos em fontes várias, entre elas, árabes. Esta circunstância deve ter contribuido muito para a popularidade do seu livro e explica que, de preferência a outros, também lidos entre nós (2), êle tenha sido traduzido para português, talvez pouco depois do seu aparecimento em 1342, tradução, porém, que não chegou até nós.

D. João I passa por ser autor do *Livro da Montaria* que êle, quiçá levado pelo exemplo de Afonso XI de Castela, que mandára compor um com título idêntico, redigiu ou, talvez antes, fêz redigir, sob sua inspiração e de harmonia, como lá se diz, com os pareceres dos que, na côrte, entendiam do assunto. Se bem que tivesse conhecimento da obra escrita em castelhano, como se depreende das razões justificativas da sua composição, que são as mesmas dadas no prólogo desta, e porventura de

(1) G. Paris § 91.
(2) Fitzmaurice-Kelly, pág. 111, e Restori, pág. 127.

(1) Na *Revista de Filologia Española* (vol. I, 1914), publicou o sr. Solalinde êsses fragmentos, que A. Herculano conheceu ao tempo em que esteve empregado na Biblioteca Municipal do Pôrto e T. Braga inseriu, mas imperfeitamente, a págs. 128-136 das suas *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*.

(2) A literautra castelhana, tanto ou talvez mais do que a francesa, dada a vizinhança de territórios e, como conseqüência, a intimidade dos seus habitantes, deve ter sido conhecida entre nós, desde o seu início, à semelhança, porém, das duas línguas, muito maior a princípio, tornava quási completamente desnecessária a versão para português de qualquer das suas obras; se isso aconteceu a algumas, foi talvez porque os seus autores acharam que o seu conteúdo interessava a tôda a gente e não só aos eruditos, que, como é sabido, estavam tão familiarizados com o castelhano que, não poucos, principalmente nos séculos XV e XVI, se serviram das duas línguas. D. Carolina Michaëlis cita, a pág. 229, entre os livros lidos nas côrtes de D. Duarte e D. Afonso, além dos que tenho mencionado, como traduzidos para português, o *Cantar de mio Cid*, a *Crónica rimada*, o *Rimado de Palácio*, de Ayala, e os de Santillana Juan de Mena, Perez de Guzman e sermões de Vicente Ferrer, advertindo que os *Cancioneiros* não se liam, mas se cantavam. A propósito lembrarei que algumas das melodias em voga então e depois se encontram no *Cancioneiro Musical de los siglos* XV *y* XVI, transcrito e comentado por F. A. Barbieri, Madrid.

outra ou outras mais (1), D. João I fêz trabalho próprio, não traduzindo, imitando ou adaptando, segundo o costume seguido geralmente em tais casos (2). Como profundo conhecedor da matéria, o autor, tomando por base a própria observação, junta à dos melhores monteiros, que consultava, compôs um verdadeiro tratado de caça do monte, com tôdas as regras e preceitos conducentes a obter-se nela o resultado que se tinha em vista. Também o mesmo monarca, cuja cultura era variada, como se depreende das citações que fêz nesta obra (3), traduziu do latim as *Horas de Santa Maria* e coligiu alguns salmos para os finados, mas dêstes dois trabalhos só sabemos que existiram pela referência que a êles fazem seu filho D. Duarte e Fernão Lopes. O seu amor às letras revela-se ainda na parte que tomou na vulgarização, levada a cabo pelos frades de Alcobaça, de certos livros religiosos, como os *Evangelhos, Actos dos Apóstolos, Epístolas de S. Paulo* e *Vidas dos Santos;* por sua ordem também foi a *Crónica Geral de Espanha* novamente traduzida e acrescentada com os acontecimentos relativos a Portugal até o ano de 1457 (4).

Herdeiro dos gôstos literários de D. João I foi seu filho, D. Durte, como bem evidenciam as obras que, pelo catálogo delas, chegado até nós, sabemos eram de seu uso, mas principalmente as duas que dêle restam, nas quais revela erudição (1) que não era de esperar nem dos seus poucos anos, nem do seu elevado cargo, que, além dos deveres, a êle inerentes, tornaram sem dúvida mais espinhoso as dolorosas circunstâncias em que o exerceu, roubando-lhe o sossêgo de espírito, indispensável a quem escreve. Na primeira daquelas duas obras, intitulada *Leal Conselheiro,* que confessa ter composto para comprazer a sua mulher, a raínha D. Leonor, colige D. Duarte opiniões de autores vários sôbre assuntos morais e filosóficos principalmente (2), que expõe em linguagem simples e natural, na outra, o *Livro da Ensinança de bem cavalgar,* que compôs, quando ainda infante (3), com o fim, segundo a sua própria confissão, de entreter os ócios, em harmonia com o título, dá as regras e preceitos que deve seguir o bom cavaleiro ou antes *cavalgador,* que é o têrmo por êle empregado.

De se mencionar no referido catálogo um *Livro das Trovas d'El-Rei* alguns (4) deduziram que êste seria igualmente obra sua, mas não autoriza tal dedução nem o indeterminado *del-rei,* que poderia querer denotar apenas posse, nem sobretudo o silêncio dos contemporâneos, que, a ter D. Duarte cultivado

Palácio do Congresso da República, antigo Convento de S. Bento, onde hoje se acha instalado, (à direita), o Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, um dos mais ricos conhecidos. Sôbre êle pode consultar-se o volume de J. P. Ribeiro, *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo,* e sobretudo o trabalho de Pedro A. de Azevedo e António Baião *O archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e organisação.* Lisboa, 1905. — (*Cliché* Serra Ribeiro)

(1) No *Prólogo* da sua obra o rei dá a entender que conhecia o que sôbre o assunto havia provàvelmente de melhor, quando se refere, entre outros, a livros de *Alveitaria* e *Falcoaria;* na biblioteca de seu filho, além do de seu pai, existiam dois livros de *Montaria,* um cópia do mesmo, outro em castelhano, provàvelmente o de Afonso XI e outros dois sôbre *Cetraria,* um na mesma língua, talvez o de Ayala, já mencionado, outro em português, que fôra do uso do rei D. João e, na opinião de Esteves Pereira, continha uma versão abreviada daquele; cf. a sua edição do *Livro da Montaria* de D. João I.

(2) Assim o afirma o editor, a pág. XXIV, porém D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na sua citada obra § 85, diz que só em parte ela é original.

(3) Afora alguns livros santos (Génesis, Isaias, Jeremias, Job, Evangelhos) e Padres da Igreja (S. Agostinho, S. Bernardo e Beda), cita, entre os escritores castelhanos, Afonso X, Lucas de Tuy e D. João Manuel, astrónomos, como Ptolomeu, Albenazar, Ali Ben Ragel e João Gil. No *Prólogo,* além dos livros respeitantes ao assunto, de que já falámos, mostra que conhecia outros que tratavam de gramática, retórica, física e cirurgia.

(4) Cf. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, obra citada, § 85 e n.° 8. Aí informa ela ter o mesmo monarca mandado traduzir a obra do inglês Gower, *Confessio Amantis,* que no catálogo dos livros de seu filho figura sob o nome de *O Amante,* e cujo tradutor diz T. Braga (a pág. 333 da sua Hist. mencionada), haver sido Roberto Payno.

(1) Era realmente bastante vasta a leitura que D. Duarte possuia. No *Leal Conselheiro* cita o Antigo e Novo Testamento (em especial Salomão e S. Paulo), e os doutores da Igreja (S. Gregório, S. Agostinho, S. João Cassiano, S. Bernardo, S. Tomás de Aquino, S. João Climaco, S. Isidoro de Sevilha e outros). Afora isso, conhecia os escritores latinos e gregos, como Cícero, Séneca, Platão e Aristoteles, ao mesmo tempo que os da Idade Média, como Boecio, Fr. Gil de Roma, Hugo de S. Vitor, Vicente de Beauvais, Raimundo Lulo, Gower, Afonso X e outros; eram-lhe igualmente familiares, de certo por traduções, as obras de alguns autores árabes. De alguns dos mencionados êle tomou trechos, como S. Gregório (cap. 7, 89 e 90). Tomás de Aquino (47 e 68), Cícero, *de officiis* (59), Diego Afonso Manga Ancha (59) e Ludolfo de Saxonia (85).

(2) Rui de Pina classifica-o de *abastado de muitas e singulares doutrinas, especialmente para os bens da alma.*

(3) D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na *Rev. Lus.,* XIII, pág. 165, n. 3, diz que D. Duarte começou a obra entre 1433 e 1445, e acrescenta que «durante o seu curto e atribulado govêrno apenas lhe juntou três capítulos. Na parte VI, cap. I (pág. 109), conta como, depois que pela graça de Deus foi feito rei, se passaram quatro anos sem que pudesse continuar a emprêsa. No último (pág. 118), promete falar das malícias das bestas, mas não chegou a realizar o intento».

(4) Por exemplo, T. Braga, cf. a sua citada *Hist. da Lit. Portug.* pág. 413.

ENCADERNAÇÃO DO CÓDICE VI (Bíblia), da Livraria de Alcobaça. É muito curiosa, pesadíssima, em madeira e couro com ferragens trabalhadas. Segundo uma nota manuscrita do tempo lê-se que foi a «Biblia ganhada na Batalha de Aliubarrota por elRey Dom Joam o primeiro de glorioza memoria, a qual era do proprio Rey de Castella, e foi ganhada dentro da sua propria tenda...». Esta nota foi uma mistificação dos frades de Alcobaça, porque tal não é verdade. Veja-se Fr. Joaquim de S. Agostinho, vol. V das *Memorias de Litteratura*

com tanta justiça a classifica o nosso épico, foi seu irmão, o infante D. Pedro, cuja memória, como de grande viajante, vive ainda no povo, no epíteto de *o das sete partidas* [1] com que o crismou. Conhecedor da língua latina [2], entre as obras clássicas que se liam na côrte [3], criou afeição particular às de Séneca e em especial ao seu tratado *De Beneficiis,* que passou para português, sob o título de *Virtuosa Bemfeitoria,* não em simples tradução, mas glosando-o e ilustrando-o com exemplos, tirados da história antiga, bíblia, santos padres, autores escolásticos, cronistas medievais e ainda da própria experiência. Depois de expor a sua doutrina em linguagem simples e correntia, como exigia o assunto, de natureza didática, termina o autor a sua obra com a descrição, que classifica de *poesia,* de um sonho, no qual lhe aparecem seis donzelas, mui formosas, tantas quantos os livros em que ela se divide, trazendo cada uma seu emblema, representrativo das virtudes várias de que nêles se tratára, ao que se segue uma oração à Santíssima Trindade e a Nossa Senhora, em agradecimento de a ter levado a

(1) Na sua citada obra (cf. pag. 247, n.º 4) adverte a ilustre escritora que, nos séculos XIV e XV, havia a expressão *quatro partidas do mundo,* mas aplicada, como era natural, só às regiões celestes, depois estendeu-se às terrestres, passando o número *quatro* a ser substituido pelo simbólico *sete,* de uso freqüente. As viagens do infante, que parece, não se estenderam além da Europa, são contadas num livro de pura imaginação, que, escrito primitivamente em castelhano, nos meados do século XVI, por certo Gomes de Santo Estevão, um dos seus presumidos doze companheiros, figura hoje na literatura de cordel, sob o título *Auto do infante D. Pedro, o das sete partidas do mundo.*

(2) Êle próprio o afirma com certo orgulho, quando diz: «para cavalleiro e não letrado eu arrazoadamente entendo latim» (D. Carolina Michaëlis, obra citada, pág. 246, n.º 9). o que aliás confirma Ruy de Pina por estas palavras: «foy bem latinado e assaz mystico em ciencias e doutrinas de letras e dado muyto ao estudo *(Chronica de D. Affonso V cap. 125).*

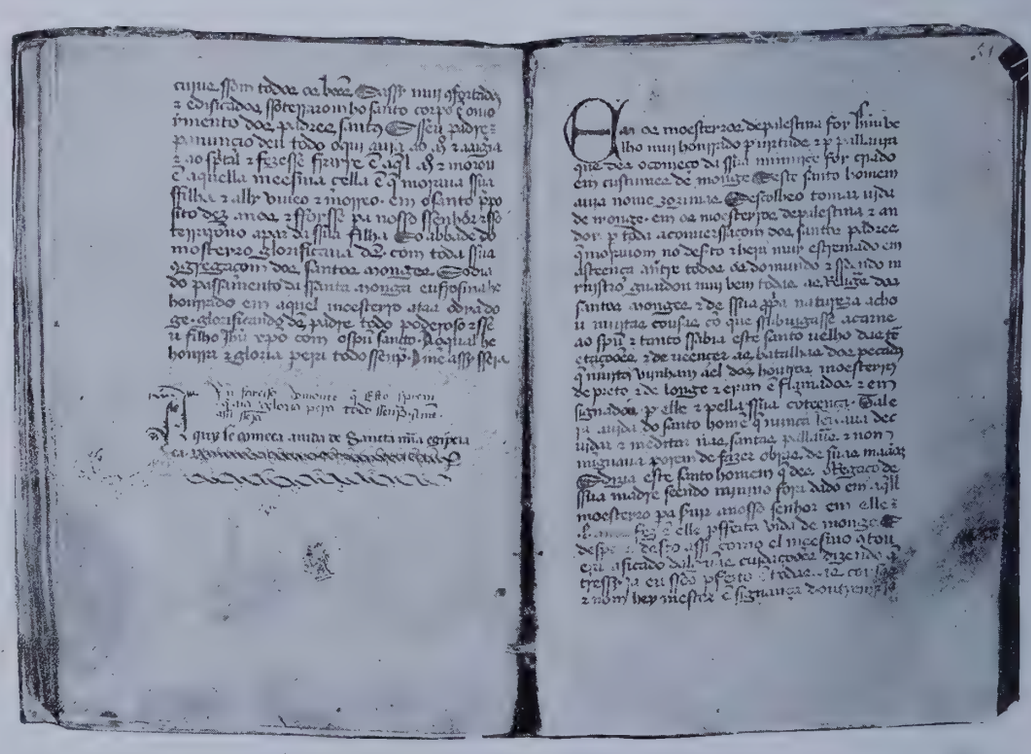
(3) Baseada nos catálogos das Bibliotecas de D. Duarte (84 volumes), de seu irmão D. Fernando (24), do condestável D. Pedro (96) e ainda nas informações dos escritores contemporâneos, a senhora acabada de citar enumera em primeiro lugar Cícero, Séneca, o *Magister Sètentiarum,* depois também Valario Maximo e Vegecio, Silvio, Salustio, Plinio, César, Columella, Josepho, mais raramente Suetonio, Tacito, Quinto Curcio, dos poetas Lucano, Ovidio, Vergílio e Tibullo, dos gregos principalmentê e através do latim Aristoteles, menos vezes Platão e ainda menos Heródito, Hesiodo, Xenofonte, Ptolomeu, Demóstenes e Homero, cf. *Geschichte der Portg. Lit.* § 70. Do filósofo de Stagira menciona o catálogo da livraria de D. Duarte uma *Dialetica* e os *Segredos,* cuja denominação completa era *Secreta Secretorum;* êste pseudo livro de Aristoteles gozava também de grande apreço em Espanha, onde foi traduzido sob o título de *Poridat de las Poridades.*

também as musas, não deixariam, por certo, de o dizer [1].

Existem, é facto, uns versos seus (12 sestilhas em redondilha maior) no *Leal Conselheiro,* mas êsses são apenas tradução de uma reza latina, dada como exemplo «da maneira para bem tornar algua leitura em nossa linguagem», evidentemente com fim prático e não no intento de alardear habilidade poética, aliás avêssa à sua índole que, segundo parece dos seus escritos, lhe fazia preferir a prosa erudita.

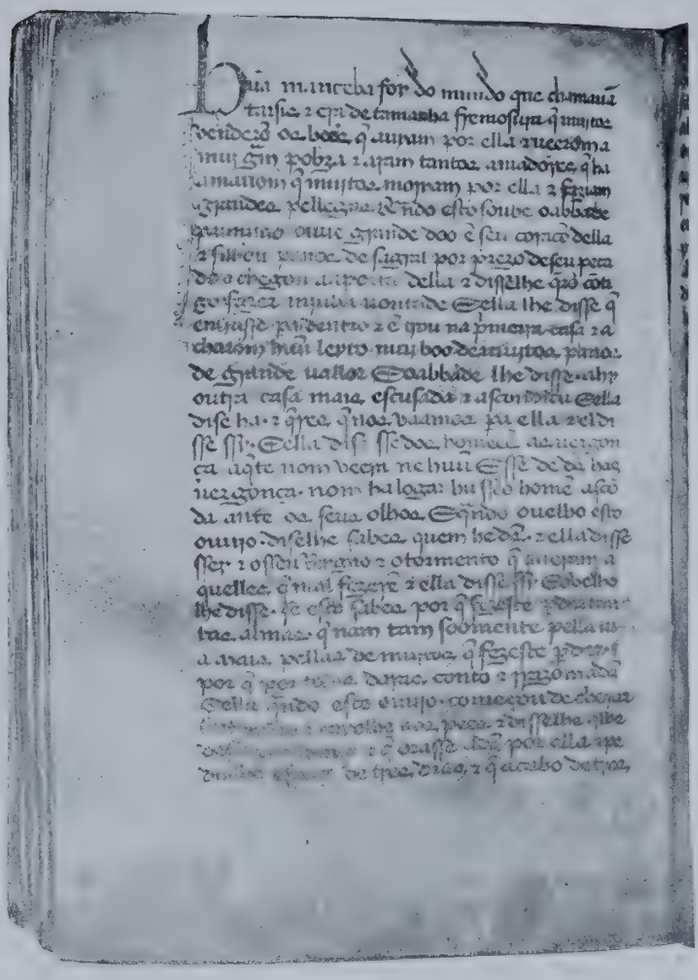
Outro escritor, pertencente a essa *ínclita geração,* como

(1) Sôbre o assunto cf. o *C. A.* vol. II, § 117 da mesma senhora, que alvitra seria porventura um álbum, que, ao lado de produções de D. Duarte, conteria versos dos últimos seguidores da escola galega, Juda Negro, Vasco Pires de Camões, Gomes Aires da Silva e outros que figuram no *Canc. de Baena* e H. Lang reüniu no seu *Canc. gal. castelhano.*



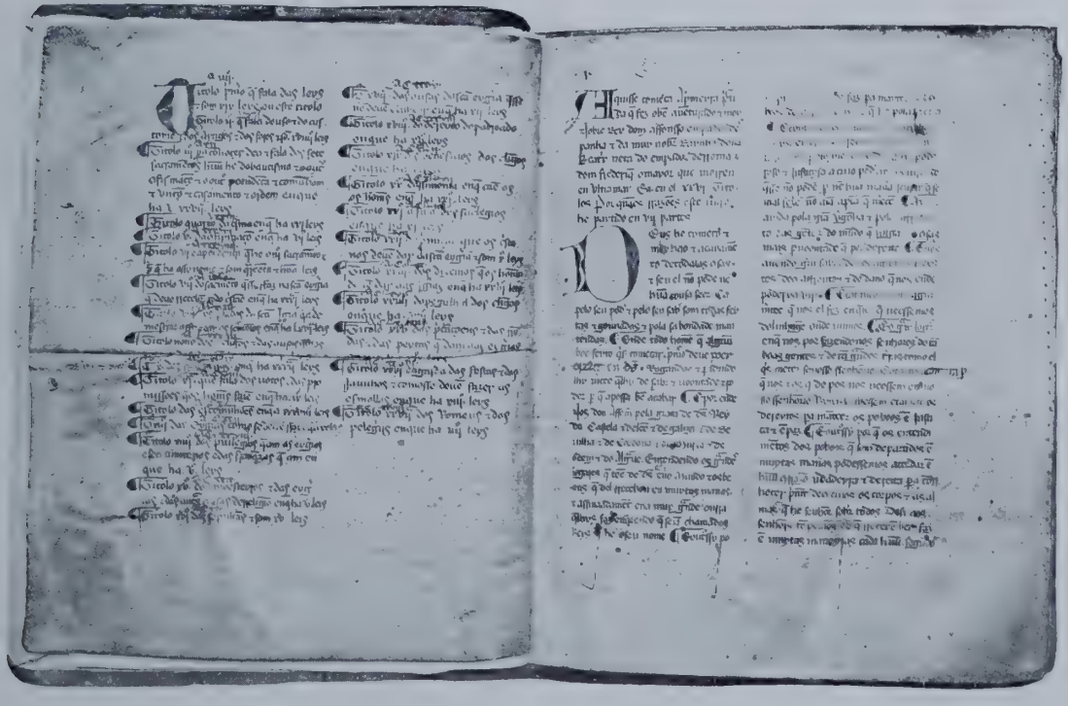
PÁGINAS 50 v. e 51 do Códice n.º 266 da Livraria de Alcobaça existente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Colecção mística* de Fr. Hilário da Lourinhã. Êste códice foi descrito por A. Anselmo a pág. 76-78 de *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional.* Na pág. 51 se começa a vida de Santa Maria Egipciaca

cabo (1). Além dêste livro, caracterizadamente piedoso, que não chegou até nós, compôs outro, e se chama *Oras da Confissom* (2). O referido catálogo da Biblioteca de D. Duarte atribui-lhe ainda a tradução de um *Marco Túlio* (3), que pelo respectivo original, que, juntamente com a *Virtuosa Bemfeitoria*, se encontra em Madrid, na Aacademia Real de História, se reconhece ser o *De officiis*, de Cícero (4). A darmos crédito ao cronista Rui de Pina (5), D. Pedro teria traduzido também o *De re militari* de Vegecio e o *De regimine Principum*, que Fr. Gil Correado (ou Aegedius Romanus) havia composto para educação de Filipe o



VIDA DE S. THARSIS, «molher que foy muyto peccatriz». Página do códice n.º 256 da Livraria de Alcobaça, existente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Collecção mystica*, de Fr. Hilário da Lourinhã

Belo e era livro ao tempo muito apreciado, a julgar da sua tradução em várias línguas (1); é, todavia, mais provável, que destas duas traduções êle tenha sido antes o impulsor, como o foi das dos tratados de Cícero, *De Amicitia* e *De Senectute*, do *Panegyricus Trajano Augusto*, de Plínio, do livro *Instrução para Príncipes*, de Paulo Vergerio, que êle conheceu pessoalmente na Hungria, do *Marco Polo*, com que fôra presenteado pela cidade de Veneza, por ocasião da sua estada ali, e ainda da *Ciropedia*, de Xenefonte (2), as



PÁGINA 1, verso, e segunda página do *Livro primeiro Das Leys Das Partidas de Castella*, códice 324 da Livraria de Alcobaça, existente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Êste códice tem na guarda a seguinte nota: «As quaes mandou recopilar S. Fernando 3.º do nome entre os Reys de Hespanha; e seu filho D. Affonso 1.º chamado o Sabio mandou accrescentar e publicar em Lingua vulgar Hespanhola». (Entrou para a Tôrre no reinado de D. José).

(1) Desta obra que o seu autor concluíu antes de 1433, dedicando-a a seu irmão, o infante D. Duarte, depois rei, existem actualmente quatro manuscritos: um em pergaminho, na Biblioteca Municipal de Viseu, tendo antes pertencido à livraria do Mosteiro da Cartuxa de Évora por doação de D. Teotónio de Bragança, arcebispo da mesma diocese; é um in folio de 129 fôlhas que passa por ser o original; outro também em pergaminho e do mesmo formato que se julga cópia do precedente e está na posse da Academia de História de Madrid; os dois restantes são cópias em papel feitas no século passado e fazem parte respectivamente das bibliotecas da Academia das Sciências de Lisboa e da Câmara Municipal do Pôrto; êste último foi dado à estampa em 1910 na *Collecção de Manuscriptos ineditos*.

(2) Assim informam seu irmão D. Duarte no cap. 27 do *Leal Conselheiro* e Rui de Pina, no cap. citado, onde as classifica de *a qualquer christão muy provevtosas*.

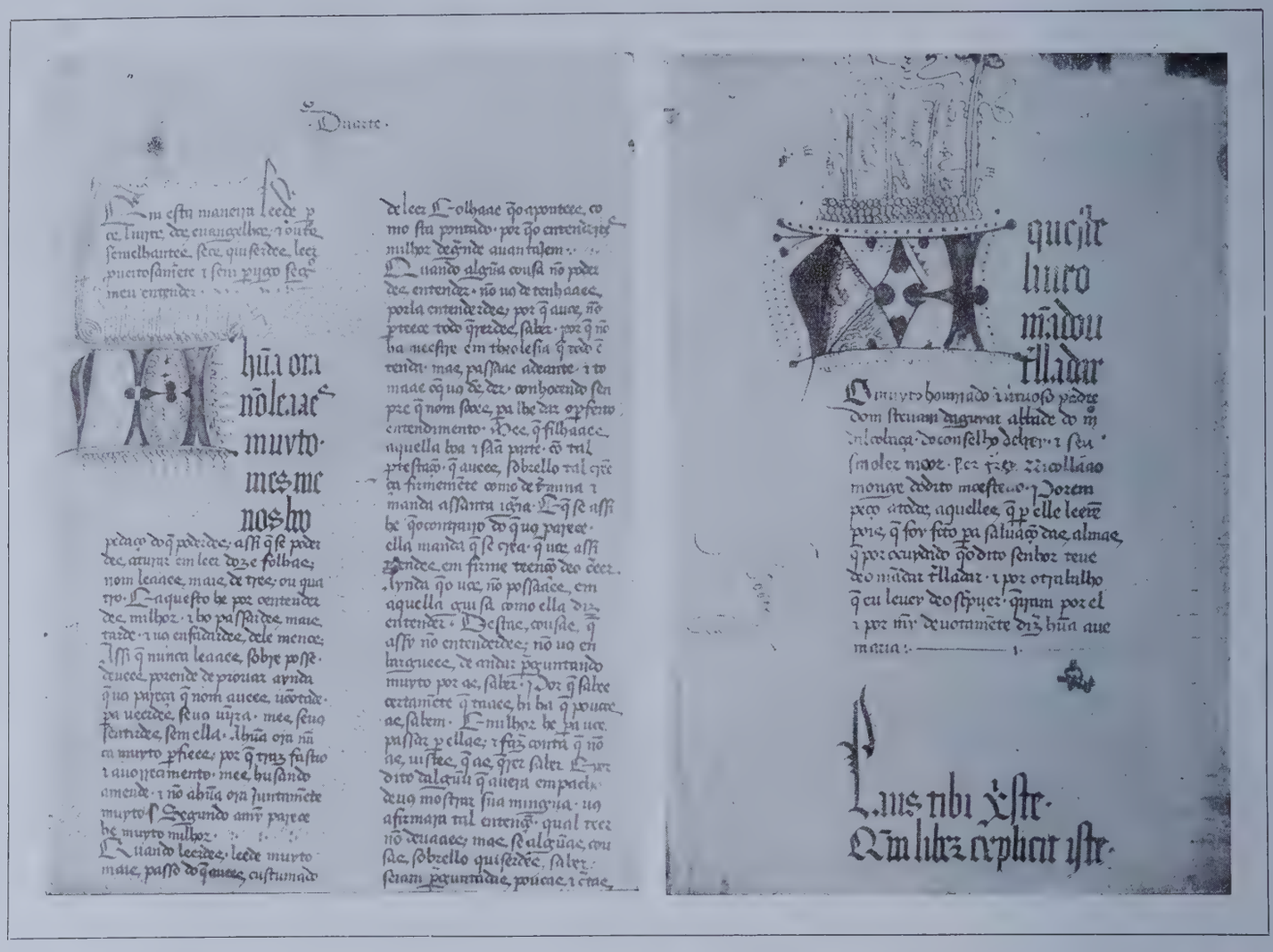
(3) Reza assim a respectiva cota: *Marco Tulio, o qual tirou em lingoajem o ifante D. Pedro.*

(4) D. Carolina Michaëlis, a pág. 245 da sua mencionada obra, diz assim: «D. Pedro traduziu primeiro oralmente para os seus cortesãos, depois por escrito (para o irmão) o tratado filosófico *De oficiis* do seu predilecto Cícero, segundo um codice oferecido ao irmão mais novo Fernando (*o Infante santo*), para que na rica livraria do Paço, ao lado dos muitos e teoréticos livros em lingua estranha, os leigos iletrados podessem ter à mão também um magnífico Manual de Moral em lingua portuguesa, na esperança de que um estilista mais habil completaria mais tarde a sua tentativa» e acrescenta que nas últimas palavras êle pensava no seu servidor, dr. Vasco Fernandes de Lucena. Esta notícia hauriu-a ela na dedicatória a D. Duarte que acompanha a tradução, mas a maneira por que esta se acha redigida faz-me suspeitar que D. Pedro tenha realmente sido o tradutor. Com efeito, afora o emprêgo de *vosso irmão e vossa madre*, em que poderá haver lapso de *u* por *n*, há expressões, a meu ver, aduladoras demais para um irmão (cf. no fim *muy alto e muy excelente Principe antre os mortaaes segundo meu conhecimento mais virtuoso senhor* etc.), inclino-me por isso a crer que outrem a tivesse traduzido, embora por sua incumbência. No entanto D. Carolina Michaëlis afirma não haver motivo para duvidar da atribuição que é feita a D. Pedro, como o faz Innocencio F. da Silva. *A carta dedicatoria a D. Duarte, que eu possuo* — acrescenta ela — *fala bem claramente*, sem contar com a formula *nosso irmão o Infante D. Fernando* que nela se encontra.

(5) Cf. capitulo mencionado. Trabalhando na livraria de D. Afonso V, como o seu antecessor, Gomes Eanes de Zurara, estava Rui de Pina nos casos de conhecer perfeitamente os livros de que constava e êle classifica de *bõos*; quais êstes fôssem ignoramos, pois não existe o respectivo catálogo, apenas sabemos dos títulos de alguns pelas citações do primeiro na sua Crónica da conquista de Guiné e se podem vem em T. Braga, obra citada, pág. 463.

(1) do *Regimento de Principes* havia na Biblioteca de D. Duarte dois exemplares, um em latim luxuosamente encadernado outro em português; como tantas outras obras, também esta parece ter desaparecido por completo; da existência de um fragmento apenas fala A. Herculano (*Panorama*, IV, 7), mas não diz onde.

(2) Diz Oliveira Martins (cf. *Historia de Portugal* de Stephens, pág. 121) que êste livro foi mandado traduzir pelo infante para uso especial de séu sobrinho, D. Afonso V. Não haverá confusão com outro Vasco de Lucena, que estudou em Paris desde 1449 até 1454, como estipendiado, além do *Quinto Curcio*,



PRIMEIRA PÁGINA DA 2.ª PARTE E FINAL (109 V.) DO *Livro das Colações dos Santos padres do Egito* por João Cassiano (bispo de Cassia) traduzido em português por Fr. Nicolau (Vieira?) monge de Alcobaça. São dois códices de pergaminho, esta obra, os n.os 258 e 259 antigo, 385 e 386 moderno, da Livraria de Alcobaça na Biblioteca Nacional de Lisboa. As duas gravuras são do códice 259 onde há um capítulo do rei D. Duarte sôbre a maneira de ler os Evangelhos. É do século XV. (1431-1445). Além de citado muitas vezes no *Leal Conselheiro*, o vol. *Commentariorum* publica o trabalho de D. Duarte e Burnam, na *Palæografia Iberica* dá uma reprodução dêle

as quais encomendou a alguns dos *doctores*, seus subordinados ou amigos, entre êles o seu confessor, Fr. João Verba, e principalmente o professor de Direito civil e canónico, dr. Vasco Fernandes de Lucena (1).

A sua educação humanística patenteia-se claramente, assim nas traduções que lhe são atribuidas como na sua obra principal, a *Virtuosa Bemfeitoria*, mas que também não desconhecia a literatura medieval comprovam-no alguns dos exemplos que nela traz, o que aliás está em perfeita harmonia com a dupla característica dos livros que faziam parte da biblioteca do paço e, portanto, por êle manuseados.

Outra feição ainda do seu talento, verdadeiramente maleável, a de estadista consumado, revelam-nos as cartas que dêle restam, escritas ainda em vida do pai e do irmão, e sobretudo as que datam do tempo em que exerceu a regência, em nome do sobrinho, D. Afonso V, até pouco antes do triste recontro de Alfarrobeira, no qual, como é sabido, perdeu a vida (1).

Embora por índole e educação sobretudo se sentisse mais atraído para a prosa, o infante D. Pedro também fêz versos, pelo menos duas vezes, uma agradecendo ao poeta João de Mena, que nesse tempo brilhava na côrte de Castela, a oferta dos seus livros, outra replicando aos encómios que o mesmo lhe fizera em resposta, versos que Garcia de Resende incluiu no seu *Cancioneiro Geral* (2).

cuja tradução dedicou ao filho de D. Isabel, Carlos o Calvo, para o mesmo vulgarizou também a obra de Xenofonte? Cf. D. Carolina Michaëlis, obra citada, pág. 253.

(1) De fr. João Verba diz esta senhora (§ 87) que prestou a D. Pedro auxilio valioso, já extractando, já redigindo, já copiando, e F. M. Esteves Pereira (cf. a sua edição da *Cronica da tomada de Ceuta* de Zurara, pág. XXIII) que o ajudou no seu acabamento; quanto às traduções das duas obras de Cícero, acima mencionadas, pertence uma *(De Amicitia)* a certo prior do Convento de S. Jorge de Coimbra (1434), outra *(de Senetute)* ao dr. Vasco Fernandes de Lucena, que Barbosa Machado diz ter também vulgarizado o *De officiis* do orador romano, como do mesmo são as do *Panegirico* do Plinio e de P. *Vergerio*, a que ajuntou de sua lavra, como complemento e endereçado a D. Afonso V um *Tratado das vertudes que ao Rey pertencem* (cf. D. Carolina Michaëlis, pág. 246, notas 5, 6, 7 e 252, n. 10), ignora-se, porém, quem traduziu do latim, língua para que Fr. Francisco Pipino o trasladara da toscana, à qual passara da primitiva redacção em francês, feita por Rusticiano de Pisa, companheiro no cárcere do autor, o livro de *Marco Paulo*, de que havia dois exemplares, um em *latim*, outro em *linguagem, em hum volume*, na livraria de D. Duarte. O alemão Valentim Fernandes, que em 1502, imprimiu esta última obra, conjuntamente com o *livro de Nicolao Veneto* e uma *carta que Jeronimo de Santo Estevam escreveo de Tripoli a Joham Jacome Mayer em Baruti*, é por muitos tido pelo tradutor, parece, porém, mais certo, que êle se tivesse aproveitado do texto, que continuava a andar na côrte, a julgar da sua inclusão no inventário del-rei D. Manuel, e, em harmonia com a praxe, em tais casos seguida, por si ou mais provàvelmente por alguém entendido na matéria, lhe houvesse modernizado a linguagem, embora incompletamente, deixando, a exemplo doutros, escapar uma ou outra forma mais arcáica. Desta obra fez a Biblioteca Nacional em 1922 uma reimpressão a que F. M. Esteves Pereira ajuntou um prefácio tão elucidativo como crudito, no qual se ocupa do livro e seu conteudo e ainda das viagens de D. Pedro.

(1) Prestaria serviço relevante às letras pátrias, honrando ao mesmo tempo a memória do ilustre príncipe, quem coligisse e publicasse tôdas as suas cartas, a maioria das quais creio estão inéditas.

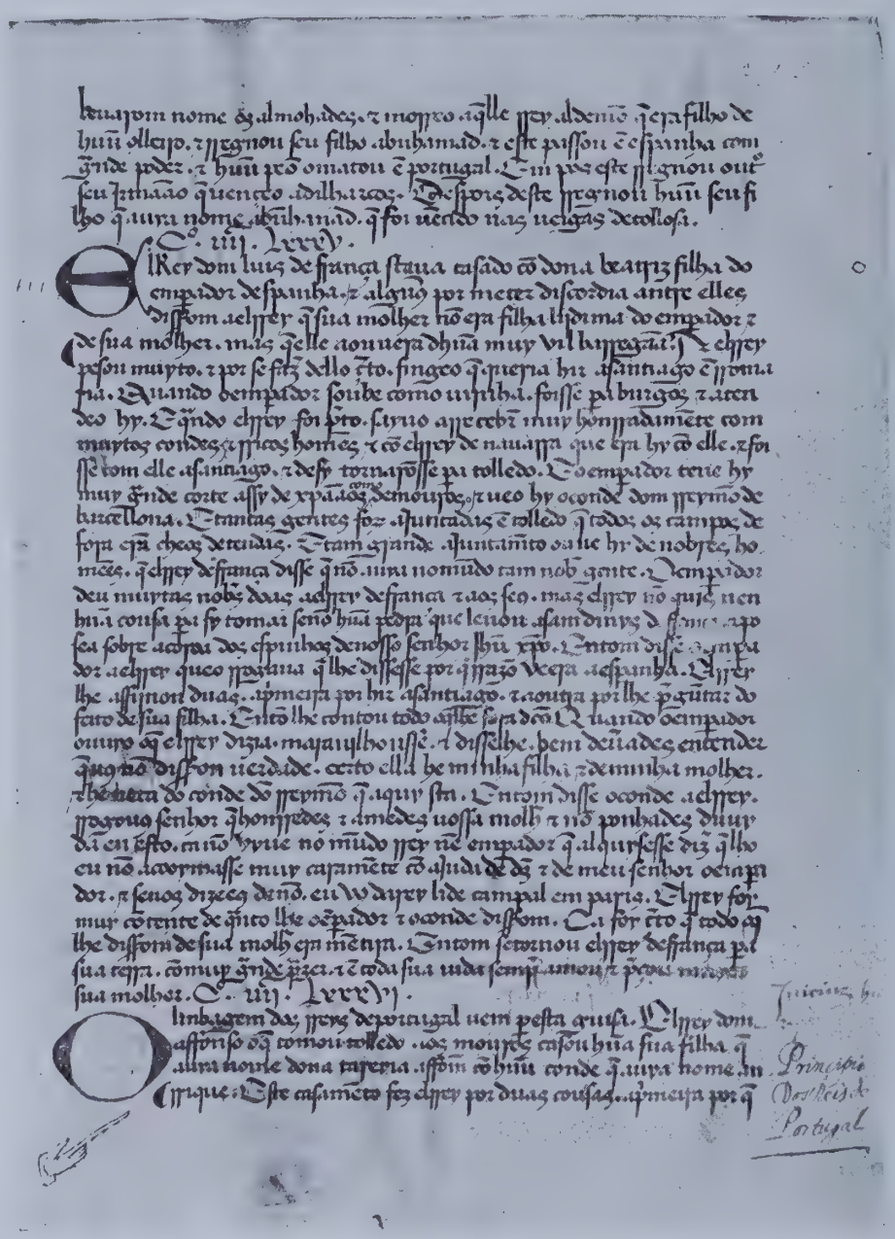
(2) A primeira composição, que o colector classifica de *em louvor de Joam de Mena*, compõe-se de quatro oitavas e uma quadra de remate ou *fim*; a segunda, em que *reprica o ifante*, apenas de uma daquela espécie, outra desta, tôdas em versos setessilábicos; na edição do dr. A. J. Gonçalves Guimarães, veem no II vol. respectivamente a pág. 225 e 228. Ao mesmo atribuiu erradamente G. Resende o poema em castelhano *De contempto del mundo* (id. pág. 229 a 267), que pertence a seu filho, mais conhecido pelo *condestavel D. Pedro*.

«CRÓNICA GERAL DE ESPANHA», MANUSCRITO ILUMINADO, EM PERGAMINHO EXISTENTE NOS RESERVADOS DA BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA. — Pertenceu à Bibliotheca dos Marqueses de Castelo Melhor, tendo sido vendida no leilão de 1879. Compõe-se de 322 pág. e foi de Luís de Alcáçova Carneiro. Julga o dr. José Joaquim Nunes, que dela publicou excerptos (*Revista Lusitana*, vol. 22, 1919, pág. 138) que êste é o mesmo códice que existiu na livraria do Rei D. Duarte (Na gravura acima a 1.ª é uma das suas páginas.)

Ao próprio D. Henrique nem o sonho, que o trazia enlevado, de descobrir novas terras e o levára a alcandorar-se nas rochas de Sagres, para daí, em certo modo, mais fàclimente poder devassar os mistérios do Oceano e achar a solução do problema que de contínuo lhe agitava a mente — a descoberta do caminho marítimo para a Índia — nem o estudo da cosmo — e da geografia, que, como poderoso auxiliar do seu intento, por completo o absorvia, impediram-no de cultivar as letras e de dispensar desvelada protecção à Universidade, alargando o âmbito dos estudos nela professados (1). Pouco é o que nos deixou, apenas dois escritos: uma *Carta*, datada de 22 de Setembro de 1428 e dirigida a seu pai, *dando-lhe conta de como se fizera em Coimbra o casamento do infante D. Duarte, seu irmão*, e, de 1436, uma espécie de dissertação ou *Conselho sôbre a guerra de África*, na qual, com o fim de quebrar a sua irresolução, fazia ver ao rei D. Duarte a possibilidade, o dever mesmo, de atacar os mouros, mas êsse pouco deu-lhe jus a ser contado entre os literatos portugueses (2).

Do infante D. Fernando, a infeliz vítima da desastrosa expedição a Tânger, se nada existe que abone a sua actividade literária, há contudo o catálogo dos seus livros de uso, embora de carácter acentuadamente religioso e em menor número que os de seu irmão, a comprovar que não era destituido do gôsto das letras (1).

D. Afonso V, continuando a tradição familiar e o exemplo paterno, se numa das mãos segurava o sceptro, com a outra manuseava a pena, para o que o habilitava a educação que recebera, esmerada e sobretudo humanística, como aliás era de esperar de quem em parte nela superintendeu, seu tio, o infante D. Pedro. Pena é que das obras que lhe são atribuidas, dois tratados, um *Da Milícia*, outro *Da Constelação do Cão* (2), nada até nós tenha chegado, por onde possamos avaliar do seu saber e qualidades de escritor, sómente umas cartas, escritas em português e castelhano, dão testemunho insuficiente da sua apregoada eloqüência (3), são-no, porém, e bastante, do seu amor às letras, a estima e apreço em que tinha os que as cultivavam,



CRÓNICA GERAL DE ESPANHA E DE PORTUGAL. — Manuscrito português da Bib. Nacional de Paris, (Fundo português, 9). (É a pág. 195 v. publicada na *Palæographia Iberica*, de John M. Burnam. Paris 1912, 1920 e 1925). É um manuscrito do século XV, em pergaminho, com iniciais a vermelho e azul. Compõe-se de 254 fl. e pertenceu ao Cardeal Mazarin. A *Crónica geral de Espanha* foi um dos livros medievais mais apreciados, e como tal existente nas grandes livrarias

(1) Segundo T. Braga, obra citada, pág. 474-5, D. Henrique, em 1431, doou à Universidade casa própria, para nela se professarem as sete artes liberais, a saber: gramática, lógica, rètórica, aritmética, música, geometria e astrologia, e por seu testamento de 1460 instituiu uma cadeira de teologia, dotada com doze marcos de prata, o que lhe valeu ser nomeado *Protector dos estudos* em Portugal por carta de 12 de Setembro do mesmo ano. Mostrou igualmente grande interêsse no progresso do ensino seu irmão D. Pedro, que, numa carta escrita a D. Duarte por ocasião das suas viagens no estrangeiro, lhe lembrava a criação, junto da Universidade, de alguns colégios, *a exemplo dos de Oxonia e Paris*.

(2) Também o fizeram autor de umas instruções sôbre o cêrco de Tanger, as quais rigorosamente pertencem a D. Duarte, e de uma tradução em castelhano da pseudo obra de Aristoteles, *Secreto de los Secretos*, de que já atrás se fez menção, é contudo possível que êle tivesse contribuido para a vulgarização da mesma, que no catálogo dos livros seu irmão D. Duarte figura, sob o nome de *Segredos*. F. M. Esteves Pereira na sua edição da *Cronica da tomada de Ceuta* de Zurara, a pag. XXIV, é de parecer que o cronista teve em D. Henrique auxiliar importante na sua narrativa: «É bem de presumir — diz êle — que êste infante, no último quartel da sua vida, passando a maior parte do tempo no Algarve, ocupado nas expedições marítimas do descobrimento da costa ocidental de África, se comprazeria de recordar os gloriosos feitos de el-rei D. João e os de seus irmãos, os infantes D. Duarte e D. Pedro e os seus, da sua mocidade, do começo da sua cavalaria, na preparação e realização da tomada de Ceuta, e talvez ditá-los ao cronista.» Foi certamente por confusão com o infante D. Pedro que A. J. Viale, a pág. 84 do seu *Novo Epitome da História de Portugal* lhe atribuiu traduções de várias obras latinas, como o tratado de Cícero sôbre as obrigações civis, isto é, o *De oficiis*.

(1) A. Herculano põe ainda em relêvo, como prova do seu amor às letras, a protecção que dispensou a Fernão Lopes e fr. João Alvarez. «Provàvelmente — diz êle — não nos honrariamos hoje dêsses dois homens, dos quais um deu o primeiro impulso à nossa linguagem histórica e outro à nossa linguagem oratória, se a boa sombra de D. Fernando os não fizesse medrar». *Panorama*, vol. citado atrás, pág. 6.

(2) Os títulos completos destas duas obras eram: *Tratado da milícia conforme o costume de batalhar dos antigos portugueses* e *Discurso em que se mostra que a constelação chamada leão celeste constava de vinte e nove estrêlas e a menor de duas*. Segundo Barbosa Machado, a êste último tratado se refere com elogio Zacuto Lusitano.

(3) Em harmonia com os seus biógrafos, diz Sousa Viterbo (cf. *Archivo histórico português*, II, 255) que «D. Afonso V era de seu natural eloqüente, quando falava, como quando escrevia.»

como mostra a carta que dirigiu a Gomes Eanes de Zurara (1), o empenho com que procurou enriquecer a biblioteca do paço (2) e a incumbência, dada aos latinistas estrangeiros, Mateus Pisano e o religioso dominicano, Fr. Justo Baldino, de transplantarem para a língua do Lacio, certamente com o fim de os tornar mais conhecidos, os feitos dos portugueses, já escritos na nacional pelos cronistas oficiais, Fernão Lopes e Zurara, acabado de citar (3).

Mas nesta família, verdadeiramente privilegiada, o gôsto literário e o talento, que nela pareciam hereditários, não eram exclusivos dos homens, comunicavam-se também às senhoras. Assim, uma das filhas do rei D. Duarte, a infanta D. Catarina, além de instruida nas sciências, conhecia bem as línguas grega e latina. Dela se diz que compôs várias obras, a única, porém, que chegou a ser impressa, posteriormente à sua morte, em 1531, foi traduzida desta última língua, em que a escrevera S. Lourenço Justiniani, e trata de assunto puramente ascético; intitula-se *Da Perfeição da vida monástica e da vida solitária* (1). D. Isabel, mulher de D. Afonso V e filha do infante D. Pedro, promoveu a tradução não só da *Vita Christi*, como ficou dito atrás, mas também do *Espelho de Cristina* (2), escrito originàriamente em francês, obras estas que depois, respectivamente em 1495 e 1518, sua nora, a raínha D. Leonor, mulher de D. João II, mandou imprimir. Sua irmã mais nova, D. Filipa de Lencastre, como sua avó, traduziu igualmente do latim e do mesmo autor que sua prima, um *Tratado da vida solitária* e do francês *Evangelhos e homílias de todo o ano*. Neste último livro, que escrito e iluminado pelo seu próprio punho, existia ainda no século XVIII, no convento de Odivelas, onde passou os últimos dezassete anos da sua vida, mas não como professa, enlutada de certo com os trágicos sucessos da sua família, deixára ela, segundo o testemunho de Barbosa Machado, uma amostra mais da sua habilidade poética nestas três quadras:

AO BOM JESU

Non vos sirvo, non vos amo,
Mas desejo vos amar,
De sempre vossa me chamo,
Sem quem non ha repousar.

O' vida, lume e luz
Infindo bem e inteiro,
Meu Jesu, Deos verdadeiro,
Por mim morto em a Cruz.

Se mim mesma non desamo,
Non vos posso bem amar;
A me ajudar vos chamo,
Para saber repousar.

Estes versos sacros foram como que o seu canto do cisne, porque outros de carácter profano, na opinião de

HISTORIA GERAL DE HESPANHA

COMPOSTA EM CASTELHANO POR

EL-REY DE LEÃO E CASTELLA D. AFFONSO, O SABIO

TRASLADADA EM PORTUGUEZ

POR

EL-REY D. DINIZ

OU POR SEU MANDADO, E CONTINUADA NA PARTE QUE DIZ RESPEITO A PORTUGAL ATÉ AO ANNO DE 1455,

NO REINADO D'EL-REY D. AFFONSO V

COPIADA FIELMENTE DO ORIGINAL QUE SE GUARDA NA BIBLIOTHECA IMPERIAL DE PARIZ

PELO CONSELHEIRO

Antonio Nunes de Carvalho

LENTE JUBILADO NA FACULDADE DE DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(e á sua custa impressa)

Sic ubi facta vocant, udis objectus in herbis
Advada Meandri concinit albus odor
OVIDIUS, *Heroidum* Ep 7.

COIMBRA
IMPRENSA LITTERARIA
1863

Direitos de impressão e traducção reservados

FRONTISPÍCIO DA RARÍSSIMA E ÚNICA EDIÇÃO DA HISTÓRIA GERAL DE ESPANHA publicada pelo dr. António Nunes de Carvalho. — A impressão ficou interrompida a pág. 192, sendo a edição parece que destruida pelo seu publicador, pois que é hoje dificílimo encontrar um exemplar. (Liv. de Albino Forjaz de Sampaio, exemplar que pertenceu ao bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás). Numa página de prólogo descreve-se minuciosamente o códice de Paris.

(1) Esta carta em que D. Afonso V responde a outra que o cronista lhe escrevera, na opinião de A. Herculano, «prova quam bella era a alma daquelle monarca, a quem podemos sem receio chamar o ultimo rei cavalleiro... Vê-se nesta carta que D. Afonso V entendia que uma pena vale bem um sceptro e o engenho um trono. De irmão para irmão não houvera mais afável e afectuosa linguagem e mais generosas animações e mercês». Apud *Cronica da tomada de Ceuta*, edição de F. M. Esteves Pereira, pág. LVI, que, a pág. 305 transcreve a carta referida.

(2) De dizer Rui de Pina que D. Afonso V «foy o primeiro Rei destes regnos que ajuntou bõos livros e fez livraria em seus paços» não se deve concluir que êle desconhecesse as bibliotecas dos reis precedentes, mas antes que aumentou a sua consideravelmente com grande numero de obras escolhidas, muitas sem dúvida vindas do estrangeiro, e destinou nos seus paços do castelo de Lisboa um aposento especial para a sua guarda, cuja entrada facultou às pessoas da côrte afeiçoadas aos estudos, mandando pôr aí mesas para maior comodidade dos leitores; cf. a obra mencionada na nota anterior e D. Carolina Michaëlis, pág. 250, n.º 6 da sua *Geschichte*.

(3) Segundo a erudita acabada de citar, pág. 255 (o italiano Baldino teria trasladado para latim uma *Primeira parte* em que Fernão Lopes tratava dos sete primeiros reis, mas tanto o original como a tradução perderam-se. O livro de Pisano, intitulado *De bello Septensi*, é, na opinião de Esteves Pereira, um resumo de Zurara e estava já terminado em 1460; publicado primeiro em latim na colecção *Inéditos* da Academia, tornou a sê-lo há pouco pela Comissão dos Centenários de Ceuta, mas traduzido por Roberto Pinto.

(1) É êste o título da sua reimpressão em 1791; o da primeira diz assim: *Da regra e perfeyçam da conversaçom dos monges, ho qual livro foi copilado per ho reverendo senhor Lourenço Justiniano primeiro patriarcha de Veneza, que foy dos primeiros fundadores da Congregação de São Jorge em Alga. Foi imprimida a presente obra em ho insigne moesteyro de Santa Cruz da muy nobre e sempre leal cidade de Coimbra por Germão Galharde Em o ano de Nosso Senhor Jesus Christo mil e quinhentos e trinta e hun a XXVII dias de abril.*

(2) O seu verdadeiro título é *Livre des trois vertus ou Trésor de la cité des dames* e foi redigido aí por 1407, mas publicado noventa anos depois; das várias obras em prosa de Cristina de Pisan passa esta pela melhor; para mais informes veja-se Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia portuguesa*, pág. 137 e respectiva nota.

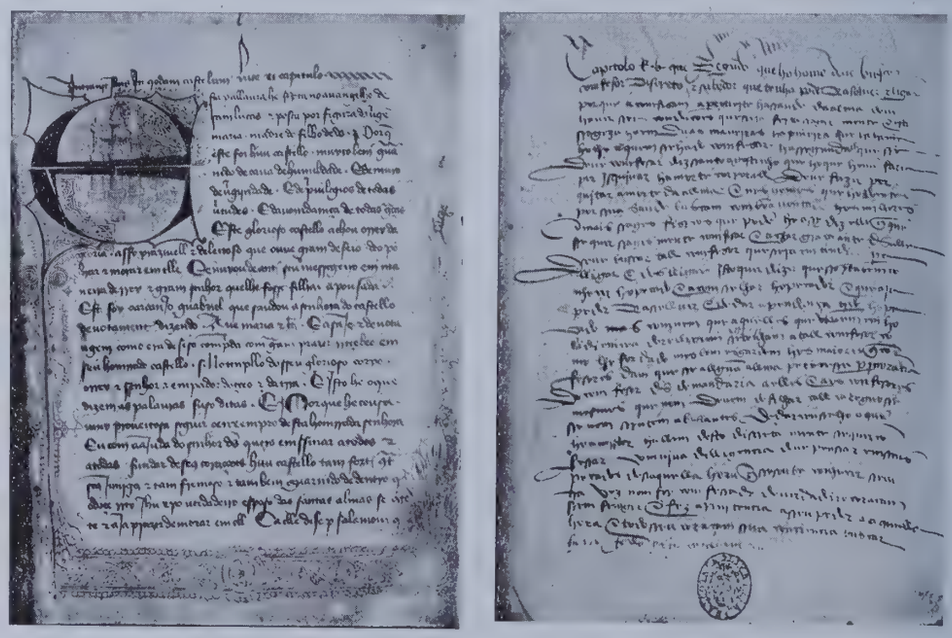
D. Carolina Michaëlis, que a classifica de *a primeira poetisa portuguesa de que há memória*, ela compusera (depois de 1450), quando, na sua mocidade e entre as suas *donzelas* (1), iluminava com o fulgor do seu talento (2) os serões da côrte de seu primo e cunhado D. Afonso V. Outra obra mística, por ela redigida durante o tempo que viveu recolhida, intitula-se *Nove estações* ou *Meditações da Paixão, mui devotas para os que visitam as igrejas quinta-feira de endoenças* (3). «Ainda em vida de D. João I, a mesma senhora fêz ouvir a sua voz, incitando o ambicioso príncipe contra Castela (a propósito da libertação de seu filho D. Afonso, criado no castelo de Moura, sob vigilância, depois da derrota de Toro, como penhor de guerra e garantia de paz, e bem assim da sua pequenina noiva, a herdeira castelhana D. Isabel» (4). Diz-se também que dirigira uma *Prática ao Senado de Lisboa em tempo que se receava algum tumulto*, o que tudo abona a sua cultura invulgar e o prestígio de que gosava na côrte e fora dela.

O ATAQUE DO CASTELO PERIGOSO. — MARFIM DO SÉCULO XIII EXISTENTE NO MUSEU DE FLORENÇA. — (Da *Histoire de la Litterature française illustrée* de Bedier e Hazard)

A erudição do tempo, que, como temos visto, abrangia os claustros e o paço, revela-se ainda numa obra que tem sido, mas sem fundamento, contada no número das que D. João I compôs; é a intitulada *Côrte Imperial*, que vem igualmente citada entre os livros de uso de D. Duarte e pela língua se conhece ter sido redigida ainda no século XIV. Provém-lhe o título de se imaginar nela que o imperador celestial convoca, num campo vasto e «todo comprido de verdura e de flores de muitas e desvairadas collores e de precioso odor», côrtes, isto é, uma grande reünião, a que êle preside, cercado por um exército de anjos e almas e na qual toma parte uma raínha vinda do Oriente, simbolizando a Igreja, a qual expõe a doutrina católica à multidão presente, de que faziam parte também gentios, judeus e maometanos, confutando os argumentos por êstes apresentados em contrário, para o que recorre aos livros santos, aos sibilinos, e um pseudo *Ouvidio da Velha* (1), ao grego Hermogenes, ao Alcorão e outros textos arábicos.

Embora fôsse livro apreciado, como se deduz da sua existência na livraria do paço, nem D. João I, nem seus filhos a êle fazem referência (2), ignorando-se, por isso, quem seja o seu autor e se foi originàriamente redigido em português ou traduzido de alguma compilação latina de entre as que ao tempo existiam, destinadas à refutação das doutrinas pagãs ou judaicas, o que é mais provável (3).

Não poucos cultores teve também a oratória neste tempo, assim no campo político como no religioso, em que ela mais freqüentemente se exer-



CASTELO PERIGOSO. — Livro ascético, obra dum monge cartuxo traduzida do francês. Códices da Livraria de Alcobaça, na Biblioteca Nacional. Página 1 do códice em pergaminho, antigo 276 e 199 moderno. Grande *E* capital com um castelo filigranado. Página 2 do códice em papel 275 antigo e 214 moderno da mesma obra. Veja pág. 50-52 de *Os códices alcobacenses...* de A. Anselmo. Êstes códices são tradução do *Chateau perilleux* e dêles J. Leite de Vasconcelos e J. J. Nunes teem publicado excerptos (*Textos arcaicos* e *Chrestomatia arcaica*)

(1) Cf. a sua *Geschichte*, etc., tantas vezes citada. As poesias são as que veem no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, pág. 324, vol. I e 272, vol. IV da edição do dr. A. J. Gonçalves Guimarães (Coimbra). A pág. 253 do IV citam-se às *donzelas* da senhora D. Felipa e transcrevem-se as respectivas *ajudas*.

(2) De ela diz Barbosa: «O penetrante engenho de que liberal a ornou a natureza lhe facilitou brevemente a inteligência das línguas mais polidas com as quais adquiriu a notícia das maiores sciências, sendo a sua continua lição a Sagrada Escritura e Santos Padres.» É de estranhar que nem êste autor, nem Inocêncio F. da Silva se refiram à sua colaboração no *Cancioneiro Geral*.

(3) Esta obrinha diz Barbosa Machado que foi impressa no reinado de D. Catarina, mulher de D. João III, todavia ninguém a viu. D. Carolina Michaëlis (obra citada, pág. 250, n.º 2 aventa a hipótese de talvez ser ela simples tradução dos *Sermones funebres* de João de S. Geminiano impresso em Lião (França) em 1499.

(4) D. Carolina Michaëlis, pág. 249. Intitula-se essa obra *Conselho e voto da Srã. D. Filipa sobre as Terçarias e guerras de Castella*, inserta na *Monarchia Lusitana* por Fr. Francisco Brandão com introdução útil mas não isenta de defeitos, diz a ilustre escritora. A mesma observa ainda a propósito que dessa obrinha ressalta por um lado como êstes príncipes estavam ao facto das suas histórias pátrias e por outro que o ciume, a invcja e o ódio germinavam frequentemente entre Castela e Portugal.

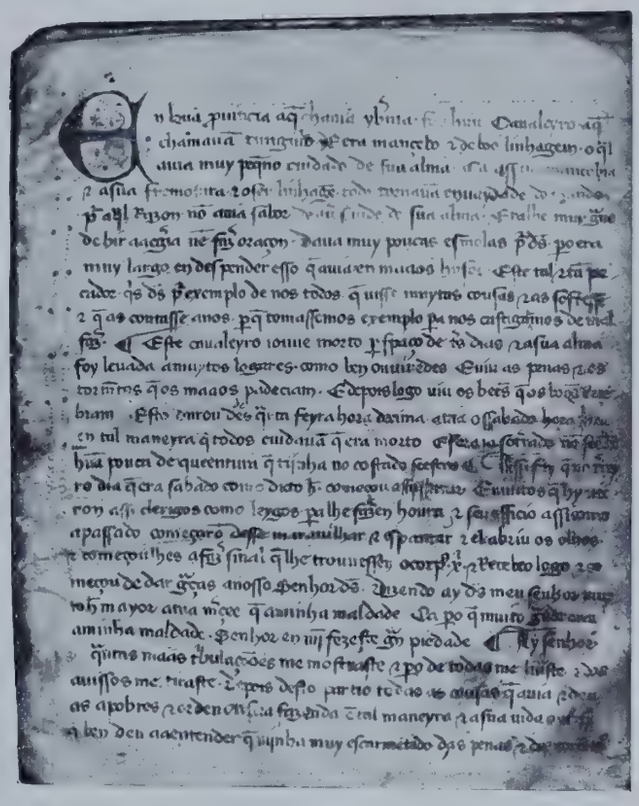
(1) A par de Vergilio, foi Ovidio o poeta predilecto da Idade Média, chegando-se a fazê-lo cristão e a dar às suas obras, ainda as mais licenciosas, interpretações simbólicas. O poemeto *De Vetula* foi composto no século XIII por Ricardo de Fournival (cf. G. Paris in *Histoire litt. de la France*, XXXIX, 456) e de êle se diz no *Cod. Vat. Reg. Lat.* (an 1384-1407) que «in capite... sepulchri casella eburnea est inventa et in e a liber iste nulla vetustate consumptus» ou, como se lê na *Corte imperial* (a pág. 240 da edição da Câmara do Pôrto) «este livro foy achado em no séu mymento com os seus ossos em hua causela de marfim», cf. G. Pansa, *Ovidio nel medioevo e nella tradizione popolare* pág. 58 a 61.

(2) D. Carolina Michaëlis, fundada provàvelmente em alguma informação lida em qualquer escrito, diz, a pág. 242, que D. João I deu impulso à compilação, como a classifica, desta enciclopédia teológica.

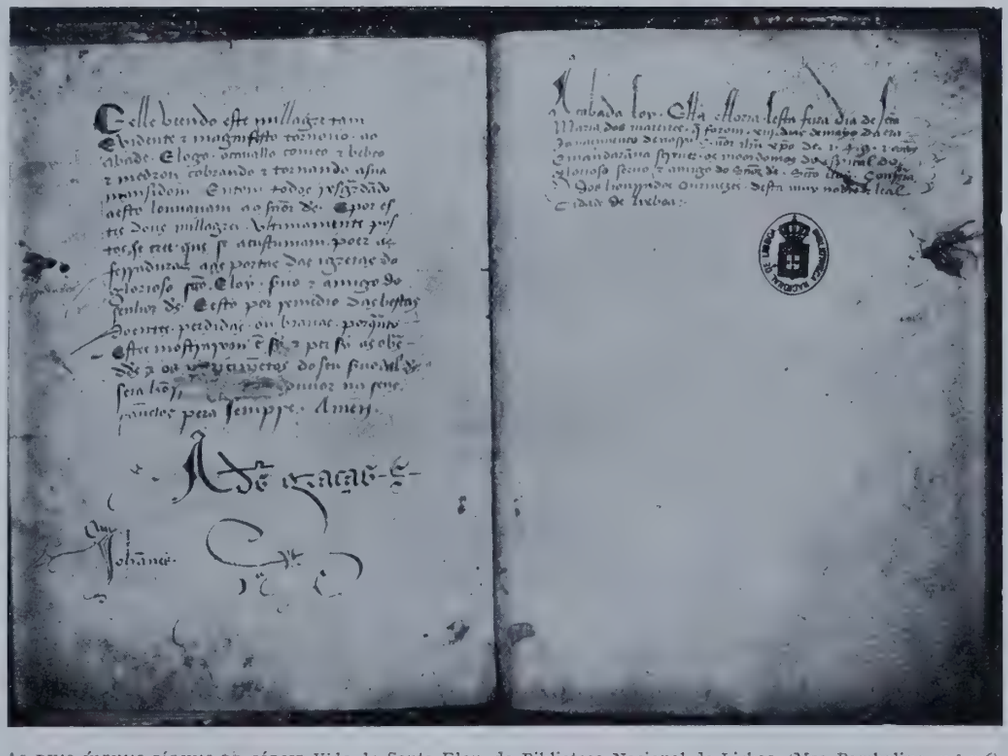
(3) D. Carolina Michaëlis cita *De gentili et tribus sapientibus* de Raimundo Lullo, que o cordovês, Gonzalo Sanchez de Uceda traduziu, por intermédio do catalão, aí por 1318, sob o título de *Libro del Gentil ó de los tres sabios* e outras disputas, tais como *Judaei cum Christiano, Contra Judaeum quendam*; cf. a sua *Geschichte* pág. 251, n. 4.

cia. É de todos sabido que D. João I deveu o trono em parte ao dr. João das Regras, que nas côrtes reunidas em Coimbra, em 1385, advogou com eloqüência os seus direitos, fazendo-o preferir aos outros pretendentes. O dr. Vasco Fernandes de Lucena, já citado como tradutor de várias obras latinas, a pedido do infante D. Pedro, que muito apreciava a elegância do seu estilo e saber (1), foi orador notável, assim, nas côrtes de Tôrres Novas, em 1438, como nas de Évora, em 1485; fêz também ouvir a sua voz, na qualidade de embaixador de D. Duarte e D. Afonso V, em Bolonha, Ferrara, Florença e Basilea e perante os papas Eugénio IV, Nicolau V e Inocêncio VIII; o discurso *De Oboedientia*, que proferiu na presença dêste último pontífice foi tão apreciado, que mereceu as honras da impressão (2). Os altos cargos que desempenhou (*do Conselho e Desembargo delRei, Chanceler da casa do Civel, Chronista-mor, Guarda-mor da Tôrre do Tombo e Livraria del Rei* de 1487 a 1497) dão testemunho do seu alto valor e da consideração em que por isso era tido. Professor como êle, Diego Afonso Mangancha, revelou-se igualmente orador na catedra, na sala do Conselho, em côrtes e concílios. Entre os religiosos merecem especial menção o franciscano Frei Pedro, que no púlpito exaltou a vitória de Aljubarrota por forma tal que o seu sermão era repetido por todo o país com mais ou menos variantes, provocando assim o despeito e a zombaria dos vencidos (1), Fr. Rodrigo de Cintra, que, prègando no funeral de D. João I, comoveu até às lágrimas quantos a êle assistiram, mas de nenhum dêstes e outros oradores chegou até nós qualquer discurso, apenas os seus nomes foram registados pelos que depois trataram dos acontecimentos dessa época.

São exemplos da *epistolografia* do tempo, além das cartas dos filhos de D. João I (2), de que já fizemos menção, a que o cónego de Lisboa, Gonçalo Domingues, escreveu, com simplicidade e graça, ao abade de Alcobaça, Fr. João de Ornelas, dando-lhe notícia da chegada de navios ingleses, carregados de gente e mantimentos, e da peleja havida entre êles e os castelhanos que ocupavam o pôrto (3), quatro do conde de Abrantes, dirigidas a D. Afonso V, e referentes a viagem de sua irmã, D. Leonor, por ocasião do seu casamento com Frederico III, imperador da Alemanha, e outra sôbre o mesmo assunto, de Pedro de Sousa ao duque de Bragança, D. Jaime. Merece também a pena citar-se como modêlo no género o *Diário da jornada que o Conde de Ourem fêz ao concílio de Basilea* (4).



A HISTÓRIA DE TÚNGULO OU TÚNDALO, do Manuscrito de Alcobaça, *Colecção em que se contém várias vidas de santos*, (antigo 266), existente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Códice dos meados do século XV, que tem merecido a atenção dos sábios e eruditos, que por vezes dêle teem publicado excerptos. (V. *Os códices alcobacenses...* por A. Anselmo, págs. 75 a 78).



AS DUAS ÚLTIMAS PÁGINAS DO CÓDICE *Vida de Santo Eloy*, da Biblioteca Nacional de Lisboa. (Mss. Pombalina, n.º 746). É cópia do século XV em pergaminho, com iniciais coloridas a tinta amarela. A nota final é como se segue: «Acabada foi esta ostoria sesta feira dia de Scta Maria dos martyres q. forom XIII dias de Mayo da era de nacimento de nosso snor ihu xpo de 1.4.9.1. anos e mandarãna screuer os mordomos de esprital e o glorioso scruo e amigo do snor d's scto eloy. confria dos honrrados ouriuezes desta muy nobre e leal cidade de lixboa.»

(1) Do seu *bem amado doutor* diz êle, por exemplo: «segundo minha affeição entre todos os letrados deste reyno vós tendes assim na fermosura das palavras como no guardar das verdadeiras sentenças grande perfeição», apud. D. Carolina Michaëlis, pág. 252, n. 9.

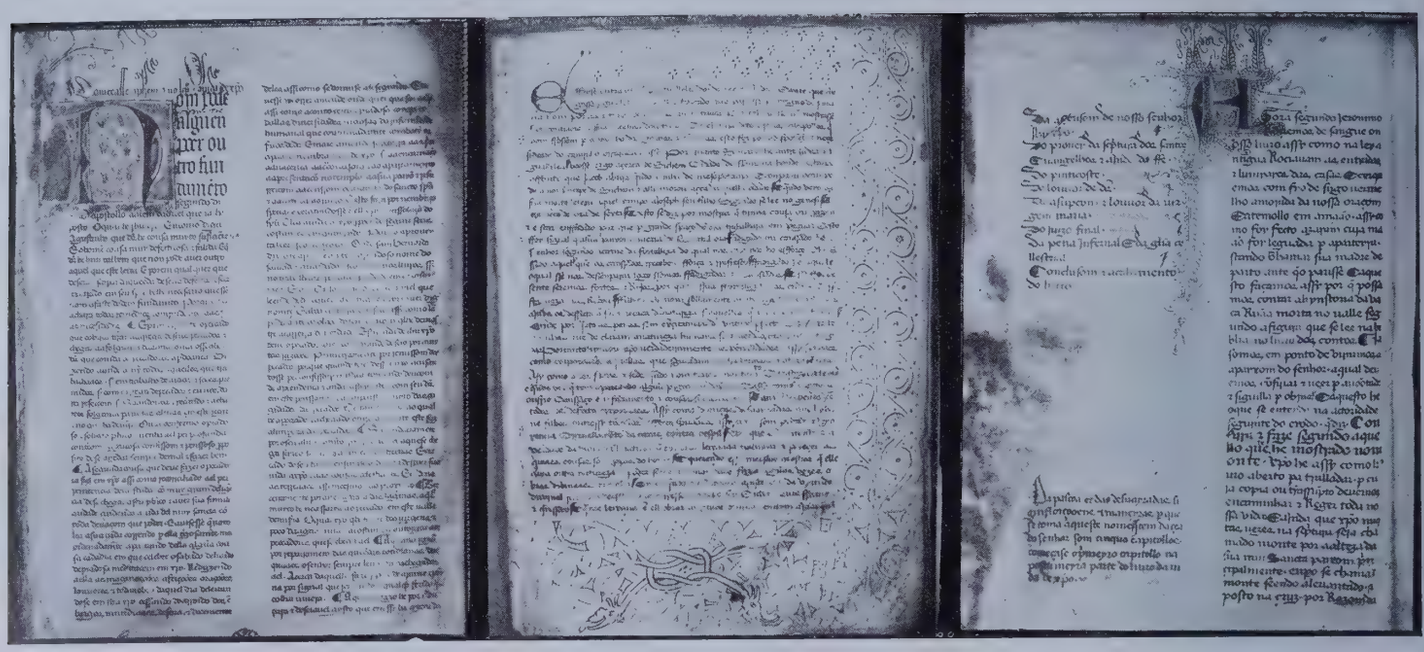
(2) Dos seus escritos informa a mesma senhora que se conservaram na biblioteca real e no Palácio dos Duques de Aveiro até 1755, desaparecendo com o terremoto, salvando-se apenas em copias as cartas-prólogos que os acompanhavam.

(1) Cf. Fernão Lopes, *Cronica de D. João I*, 2.ª parte, cap. 48, pág. 125 da edição de 1644. O espirituoso satírico D. Diego de Mendoza deixou um *Sermon que solia predicarse en Portugal con motivo de la batalla de Aljubarrota*. Apud D. Carolina Michaëlis, 254, n.º 1.

(2) Junte-se ainda a que D. Pedro dirigiu a seu irmão D. Duarte sôbre a tradução de um livro e que se pode ver em Sousa, *Provas*, I.

(3) Acha-se transcrita, no cap. IV da 2.ª parte da citada crónica.

(4) Todos êstes escritos incluiu Sousa nas suas *Provas*, V. 633 a 645 a 648 e 573 a 630.



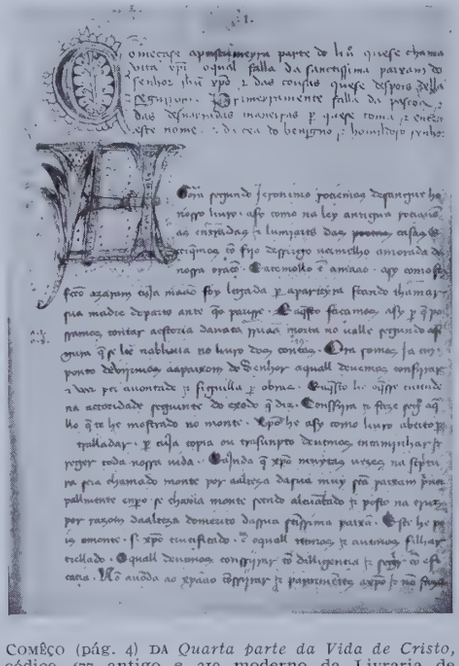
A «VIDA DE CRISTO» EM PORTUGUÊS. — Manuscrito da Livraría de Alcobaça existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. A *Vida de Cristo*, códices antigos 279-281 (1.º, 2.º e 4.º partes), e 451-453 modernos, foi traduzida em português por Fr. Bernardo, de Alcobaça, do original de Ludolfo de Saxónia. Fr. Bernardo, monge cistercience, foi também do antigo mosteiro de S. Paulo, junto a Coimbra. (Os códices que reproduzimos são de 1445-46?). Veja-se sôbre êstes Mss. *Os Códices alcobacenses da Biblioteca Nacional* por António Anselmo. Lx.ª 1926. A *Vita Christi* é o primeiro livro impresso em português, e o nosso mais importante incunábulo»; a obra imortal saída da grande oficina de cultura que foi o mosteiro de Alcobaça. São a 1.ª pág., a pág. 2 (começo), e o verso da 1.ª pág. dos três códices referidos

Dos catálogos do tempo e referências de escritores coevos sabemos com quanto fervor se vulgarizavam obras clássicas ou medievais e a algumas já nos referimos atrás.

A pedido do rei D. Duarte, quando infante, o bispo de Burgos, Afonso de Cartagena, por ocasião da sua estada na côrte portuguesa, como enviado, verteu para castelhano o livro de Bocaccio, *De casibus virorum illustrium*, a *Retórica*, de Cícero, e a *Ética*, de Aristóteles, e Mossen Diego de Valera compôs para D. Afonso V um *Tratado de las armas* (1).

As traduções que do latim principalmente e sobretudo desde os meados do século XIV, se fizeram com actividade sempre crescente e tal que poderia classificar-se de febril, não podiam deixar de actuar na língua, imprimindo-lhe carácter diferente do que até aí tinha. Com efeito, a feição *popular*, que antes era a dominante e provinha das transformações lentas por que, através as gerações, os vocábulos herdados dos Romanos, na sua quási totalidade, tinham passado, quási que foi suplantada pela *erudita* com a adopção de tantos outros que, como era natural, mantinham as formas próprias. No seu desejo de ampliar o vocabulário ou talvez antes por prurido de novidade, os tradutores por vezes introduziram na língua, sem qualquer ou, quando muito, leve modificação, palavras que ela já possuia, embora alteradas consoante as leis fonéticas; uma ligeira mudança de sentido veiu depois tornar muitas delas, não de todo, desnecessárias (1). Por êste meio, o léxico que, mesmo antes, nunca deixára de receber material novo, por êste tempo foi aumentado de forma extraordinária.

Mas a influência das traduções não ficou por aqui; à introdução de vocábulos novos juntou-se a estrutura da

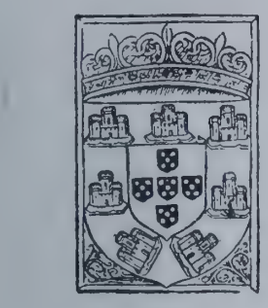


COMÊÇO (pág. 4) DA *Quarta parte da Vida de Cristo*, códice 477 antigo e 219 moderno da Livraria de Alcobaça, na Biblioteca Nacional (fins do séc. XV).

(1) Assim informa D. Carolina Michaëlis, pág. 254, todavia não encontrei noutros livros que consultei, em especial o *Dicionário de Espasa*, qualquer referência ao livro de Bocacio; será o *Memorial de Virtudes* que se diz ter êle também composto para D. Duarte (cf. T. Braga, 458). A *retórica* traduzida é provàvelmente a *Rhetorica ad Herennium* que passava por obra do orador romano. São ainda obra de Afonso de Cartagena, conhecido também por Alonso de Santa Maria de Cartagena (1384-1456), a tradução glosada de cinco livros de *Séneca*, o *Doutrinal de los caballeros*, *Regum Hispaniae Anacephaleosis*, etc., dêle se diz também ter composto *Canciones e decires*. A mesma senhora cita ainda, como existente no Escurial, uma versão portuguesa de Salustio e diz ter visto na Biblioteca da Ajuda outra de Pomponio Mela.

(1) Da concorrência das duas formas provieram como é sabido, os chamados *divergentes*, que aliás não são exclusivos da nossa língua.

A *Vita Christi* foi impressa em Lisboa em 1495 por Nicolau da Saxónia e Valentino de Moravia. A primeira pág. além do título contém as armas riais portuguesas e as da rainha D. Leonor, mulher de D. João II. A obra escrita por Ludolfo de Saxónia foi traduzida por Fr. Bernardo de Alcobaça. No verso da 1.ª pág. contém a gravura do crucificado, o rei e a rainha orando. A pág. *Liuro primeyo* é impressa a vermelho (as 12 primeiras linhas) e a preto. A última pág. é o fêcho do livro com a divisa de D. João II, D. Leonor e outra. A *Vita Christi* é o mais importante incunábulo português, o primeiro impresso em linguagem. A mais completa descrição desta jóia bibliográfica é de José dos Santos na *Bibliografia da Literatura Clássica luso-brasílica*. Lx.ª 1917, págs. 118 a 132



Aqui começa a primeira parte do liuro de vita xpi.

Oliuro primeyro

Começase oliuro da vida de jhesu christo nom aquelle que se chama da minjce do saluador oqual he apocrifo r v. di. mas este que compos ho venerable meestre Ludolfo prior do moesteyro muy honrrado de Argentina da ordem muy excellente da Cartura foe tyrado e ordenado segundo a ordem da estoria euangelical e tenteçam dos sanctos doutores.

Primeyramente da geraçã diuinal e eternal de christo. Capitollo i.

O copumento do uerbo euangelical s. boo o qual rpo ataa este tempo da graça nos gardou: cobijado turalmente sob o teas tomeñ.co meçou na diuinal geraçõ de jesu rpo da q̃l euangelista sam johan especialmẽte falla. porque todas as cousas atras asim. s. q̃ fora declarada adiuinidade do verbo. mayormente contra alguũs hereges que diyã rpo seer puro homẽ. E por cõseguinte por sua nacença tẽporal diyã que nõ era ẽsenp̃ ante de sancta maria. E por tanto começada eternidade do verbo demostrãdo a natureza diuinal de rpo: em aqual eternalmẽte foe ante q̃ sancta maria. E poõe quico cousas das pessoas diuinaas e q̃ sam per ordẽ tocadas em as cousas afundo diz yo yrao

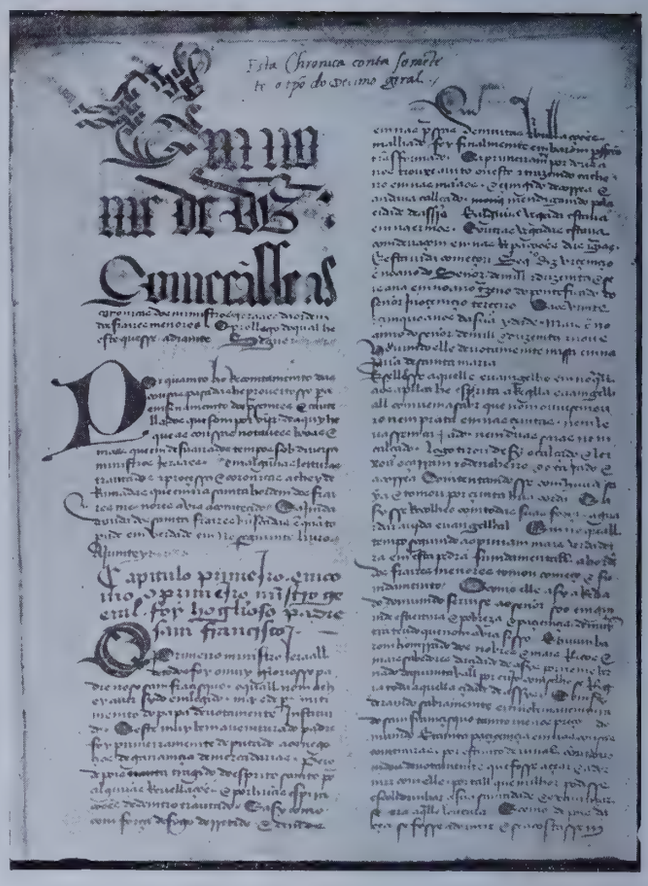
Primeyramente declara a geeraçõ do filho eternal do padre: dizendo. [Em o começo era verbo]. s. em esse de que todos he auydo por primeiro pnicipio necessariamẽte. ergo de dicto verbo he ppria assy como aquelle cujo he. Como se dysesse O filho era no padre coeternal ao padre. e nõ começou seer em maria. mas no pricipio. s. no padre oũ he pricipio sem pricipio e ho filho he pricipio de pricipio. E chama o filho de ds verbo: mas que filho porq̃ o filho soomente diz comparaçõ ao padre. Mas verbo ou palaura nom soo se diz respecto do q̃ odis. mas ainda a aq̃llo q̃ he palaura dicta. e ainda ha respeyto a aros q̃ veste e a aduertina q̃ mediante ho verbo ou palaura he feita em outro. E porq̃ o filho de ds se deue aqui definir ou descripuer nõ soamente em comparaçõ do padre de que procede. mas ainda auendo respecto aas criaturas q̃ fez. e acerca q̃ vesto. e aduertina q̃ deu E por em muy comunhaueimẽte se pode sob nome de verbo. porq̃ este nome a todallas cousas suso ditas ha respeyto. Nom pode ser achado so ceo nome mais cõuenjente. Lomo ergo em esse ds seja. ppriamẽte e pfeyto verbo. e de sua rayõ overbo quer diser cousa pcedente daq̃lle cujo verbo de assy como concebido do cõcebente. E porq̃ verbo e filho sam hũa cousa seguesse q̃ aly seja geeraçã do filho da parte do padre pois q̃ ha hy processo do verbo ou palaura da parte do diẽte. Segundamẽte declara adistinçom pessoal do padre e do filho dyzendo. [E o verbo era acerca de deus]. s. acerca do padre. Semp̃ no padre de filho. e sempre no filho ho padre Nom ha hy cousa de q̃ propriamẽte se possa diser q̃ sta acerca de ssy meesma. assy como se nom pode diser que alguẽ he em ssy meesmo. E porẽ antre overbo e o pricipio acerca do q̃l he verbo ha pessoal distinçom. Nom procede overbo do padre per obra ou procedimento q̃ passe fora. mas per tal que fica dentro. E porem o verbo fica dentro daq̃lle cujo he verbo. po distinto delle. porque overbo era acerca de ds: assy como outro acerca doutro. Tercey ramẽte declara que do padre e do filho he hũa sustancia: dizendo. [E deus era verbo] Este nome ds em esta parte he essencial. assy como overbo he ds. s. a natura he sustancia diuinal. porq̃ nom se diga seer em ds e nom ds. porq̃ nom ha hy cousa em ds que nõ seja ds. E como q̃r que overbo seja acerca de ds nõ he algũa cousa defora nem õ natura assi como he a nossa palaura mas he de natura diuinal aq̃l nõ pode per alguũa maneira seer sẽ nam hũa porq̃ indiuisivel e muy simples he. E assy em esta clausula se contẽe as tres passoas. E padre em este nome de ds se contẽe o filho em o nome do verbo. o sancto spũ em aq̃sta ppolicom acerca. Quarta mẽte declara a coeternidade do padre e do filho em quanto diz este era em pricipio acerca de ds. [Este]. s. [overbo] do qual fallara. [he acerca de deus] pode ds o pricipio da eternidade. s. ante dos segres eternalmente. Assy como se dysesse

Acabase ho primeyro liuro intitullado de vida de rpo em lingoagem portugues. Nom aquelle que se chama da minjce do saluador ho qual he apocrifo. r v. di. Mas este que compos ho venerable meestre Ludolfo prior do moesteyro muy honrrado de argẽtina. da ordem muy excellente da cartura. e foy tyrado segũdo a ordem da hystoria euangelical. O qual mãdou trasladar de latym em lingoagem portugues a muyto alta pjncesa infante dona Isabel duquesa de coymbr. e senhora de monte moor. A muy pobra de virtudes dom abade do moesteyro de sam paullo. E foy corregido e reuisto com muyta diligẽcia por os reuerendos padres da ordem de sam framcisco de emtr obregas de obseruãçia chamados menores. E foy empsso em a muy nobre e sempre leal cidade de Lixboa. apjncipal dos regnos de portugal. Per hos hõrrados meestres e parçeyros Nicolao de saronia. e Valẽtym de moravia. por mandado do muy yllustrissimo senhor el Rey dom Johan ho segũdo. E da muy esclarecida Raynha dona Leanor sua molher. A louuor e gloria de nosso senhor jhesu rpo nosso ds e redemptor e da sua jmmerada e sempre virgem madre gloriosa sancta maria. em cujo nome e louuor ho dicto liuro foe e he cõposto. cujo louuor e gloria regne em seus fieees pasos pera sempre amen. E em no anno do nasçimento do dicto saluador de Mill e quatrocentos e noventa e cinco. A. xxij. dos mes de agosto.

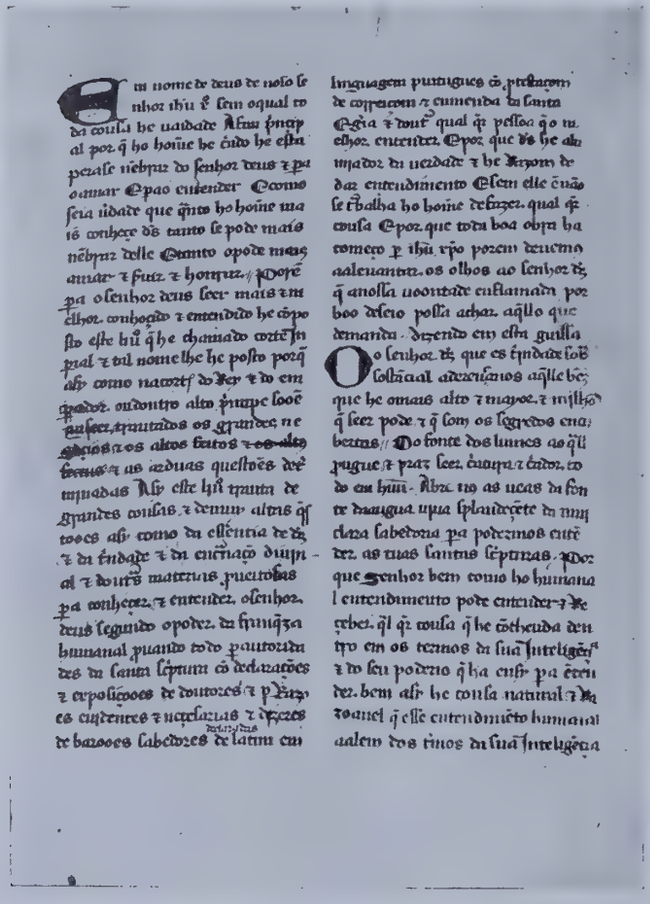
A «Vita Christi», impressa em Lisboa em 1495, a que se refere a nota da página antecedente

frase, que pouco a pouco foi perdendo a antiga rigidez e adquirindo maior maleabilidade e viveza. Os ornatos, que antes eram quási completamente desconhecidos, dizendo-se só o que era preciso, entraram de aparecer, e de singela e desataviada a expressão passou a alindar-se com enfeites novos, que por vezes lhe davam o aspecto de môça garrida, sem contudo lhe tirarem a gravidade de respeitável matrona, de que se revestia, quando o assunto assim o exigia. Foi sobretudo na prosa que estas manifestações mais se acentuaram, fazendo-lhe trocar o aspecto rude e grosseiro, que antes a caracterizava, por outro, cada vez mais fino e apurado, para o que muito contribuiram os têrmos novos, que vieram substituir não poucos dos antigos. As proposições, que antes não raro se apresentavam sôltas e desconexas, prenderam-se agora entre si, constituindo períodos mais ou menos longos, embora alguns dos seus elementos na liberdade da sua colocação, denunciassem bem a imitação de modelos latinos.

Após dois séculos de cultura, cada vez mais intensa, Portugal achava-se, nos princípios do XV, possuidor de uma língua literária, capaz de poder celebrar, em verso ou prosa, os feitos dos seus filhos. E davam bem para contar os que êles haviam já praticado, desde que, acaudilhados por um moço ambicioso e destemido, tinham a pouco e pouco aumentado o território, quási minúsculo, que a princípio possuiam, até que, sempre insatisfeitos e irrequietos, não tendo mais que conquistar, num perfeito sonho de aventura, se lançaram sôbre o mar em busca de novas terras, que não tardaram a aparecer-lhes, em prémio da sua audácia. A história dêste pequeno povo não era



PRIMEIRA PÁGINA DO MANUSCRITO DA *Crónica da ordem das frades menores* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. O dr. José Joaquim Nunes fêz em 1918 uma excelente edição dêste códice pela Academia das Sciências de Lisboa



LIVRO DA CÔRTE IMPERIAL. Fol. pergaminho gótico do século XV, existente na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, talvez o mesmo que pertenceu à livraria do Rei D. Duarte. Está publicado na *Colecção de Manuscritos inéditos...* da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto. É o 1.º vol. da colecção, Pôrto, 1910, com prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno)

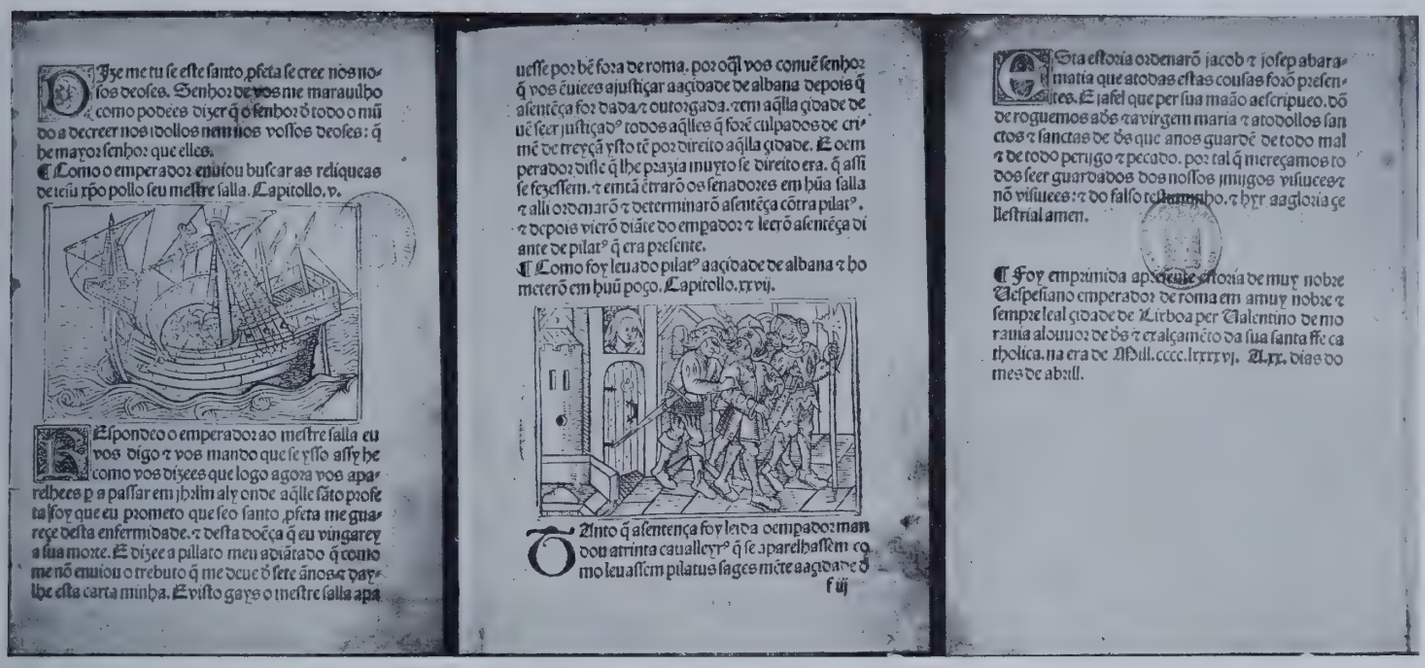
menos gloriosa do que a de outros mais antigos e poderosos, que por êsse tempo andava já sendo escrita; dava, portanto, matéria bastante para também *ser posta em caronica*.

ALVORECER DA PROSA LITERÁRIA SOB O SIGNO DE AVIZ

BIBLIOGRAFIA: Aubrey Bell — *Portuguese Literature*. Oxford, 1922; Theophilo Braga — *Manual da historia da litteratura portugueza desde as suas origens até ao presente*. Porto, 1875; id. — *Curso da Historia da Litteratura Portugueza*. Lisboa, 1885; id. — *Historia da Litteratura Portugueza. I — Edade Media*. Porto, 1909; id. — *Historia da Universidade de Coimbra*. Lisboa, 1892-1902; id. — *Questões de Litteratura e Arte Portugueza*. Lisboa, 1881.

José Leite de Vasconcellos — *Textos archaicos* — José Joaquim Nunes — *Chrestomathia archaica*. Ricardo Jorge — *A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*. Conferência. Porto, 1921; Menendez y Pidal — *Antologia de prosistas castellanos*. Madrid, 1920; C. Malheiro Dias — *Historia da Colonisação portugueza do Brazil; Memorias de litteratura portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa, 1792 a 1814; *Chronicas* de Fernão Lopes, Rui de Pina, Fr. João Alvares, etc.; *Anais das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, etc.

As obras da prosa medieval encontram-se manuscritas em Lisboa na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, provenientes da Livraria de Alcobaça, no Pôrto, idas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e em Viseu (o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*). As impressas encontra-se relação delas no livro de A. Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*.



HISTÓRIA DO MUY NOBRE VESPASIANO, imperador de Roma, raro livro de que só se conhece um exemplar truncado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi impresso em Lisboa por Valentino de Moravia em 1496. E em caracteres góticos como se vê, e com gravuras. (Duas páginas e a página final).

I — Avanço da língua escrita poética sôbre a prosaica

A língua portuguesa, a língua escrita culta, surge para a História no século XII, com a poesia trovadoresca. Esta vai buscar naturalmente o seu meio de expressão à língua oral corrente, e assim a nobilita, promovendo-a a maior grau de cultura, disciplinando-a com regras, começando a impôr-lhe aquele grau de fixidez, sem o qual não pode haver língua escrita.

Assim, pela poesia, a língua oral se sobrepõe ao latim e com êle concorre como instrumento literário. Anteriormente, embora existisse já uma literatura popular *romance*, as suas manifestações eram puramente orais, comunicando-se e transmitindo-se das bôcas aos ouvidos, sem ficarem registadas para a leitura.

O povo, isto é, tôda a gente que não pertencia ao clero ilustrado, cantava os seus desabafos líricos, ou contava as gestas heróicas, as lendas religiosas, as historietas morais ou simplesmente anedóticas. Mas, como ninguém ou quási ninguém sabia ler, nem precisava de ler, não surgira ainda a necessidade de fixar pela escrita aquelas exalações literárias da alma popular e colectiva.

Por isso nenhum documento literário possuímos, da nossa língua, anterior ao que ficou arquivado nos cancioneiros trovadorescos. Vêmo-la, antes disso, através de textos jurídicos ou notariais dos séculos IX a XI — os mais antigos até agora encontrados — «barbarizar» o latim e espreitar, com as suas novas vozes já transformadas e independentes, por entre as formas tabelioas pròpriamente latinas.

FRONTESPÍCIO DO *Espelho de perfeiçam*, raro livro impresso em Coimbra pelos cónegos regrantes do Mosteiro de Santa Cruz, em 1533. É tradução de D. Frei Brás de Barros

Até que, no século XII, os próprios cartórios e oficiais de justiça começam a ceder à pressão da língua oral viva e ambiente, e a exarar no português usual, salvo uma ou outra fórmula estereotipada e latina, as notas que antes eram lavradas por inteiro em latim bárbaro:

In Christi nomine. Amen. Eu, Elvira Sanchiz, ofeiro o meu corpo ás virtudes de Sam Salvador do moensteiro de Vairam, e ofeiro com o meu corpo todo o herdamento que eu hei em Centegãos e as três quartas partes do padroádigo dessa eigleja e todo o herdamento de Crexemil... (Segue-se o fecho do testamento, em latim) (1).

Aconteceu com o português literário o que se tem dado com outras falas que sobem, de meros instrumentos de comunicação prática, à categoria de línguas polidas e cultas, aptas a servirem de veículo, não só das necessidades rudimentares e imediatas do homem social, mas também dos seus sentimentos, ideias e interêsses espirituais ou morais, formulados com um anseio de êxito artístico, que ajude a dominar ou atraia os corações (linguagem do sentimento ou da poesia), e uma pretensão de disciplina e ordenamento, que auxilie a inteligência ou a razão a compreender e seguir as ideias do que escreve, não para comover, mas para doutrinar (linguagem da lógica ou da prosa).

Aconteceu que êste segundo aspecto do papel que desempenham as línguas literárias — o aspecto prosaico — só muito mais tarde se revela com maturidade na evolução da língua que já atingira, ou quási, a perfeição como instrumento

(1) Transcrição ortográficamente simplificada dos *Textos Arcaicos* do dr. J. Leite de Vasconcelos.

de transmissão artística de emoções ou sentimentos, isto é: que já se revelara adulta sob o aspecto poético.

É bem conhecida a trova que D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos provou ser da autoria de D. Sancho I, datando-a do período que vai de 1194 a 1199:

¡Ai eu, coitada, como vivo em gram cuidado
por meu amigo, que hei alongado!
¡Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

¡Ai eu, coitada, como vivo em gram desejo
por meu amigo, que tarda e nom vejo!
¡Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

Não é só que, como observou a citada e ilustre romanista, tôdas as palavras inclusas nesta poesia estão ainda vivas na nossa língua de hoje: a sintaxe e a própria fraseologia são correntes na fala e na escrita dos nossos dias, exceptuada apenas a expressão *hei alongado*, por *tenho longe* ou *tenho ausente*. E, àparte os ritmos poéticos obsoletos, todo o pequeno e ingénuo poema, com os seus seis séculos e meio de idade, nos parece escrito hoje.

«Boosco deleytoso», raro livro impresso por Hermã de cãpos, bombardeiro, em 1515, em Lisboa. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional falto do rosto, conhecendo-se apenas completo o que há poucos anos foi vendido em leilão pelo livreiro Armando Tavares, tendo sido arrematado por 5.000 escudos. Fôra da livraria de Joaquim Pereira da Costa

Assim, esta composição, como tantas outras dos nossos Cancioneiros medievais, revela na língua literária do século XII um grau de disciplina e acabamento expressivo elevadíssimo; ao passo que, pelo mesmo tempo, a expressão prosaica está ainda longe de atingir eficácia correspondente.

Tem, pois, plena razão o eminente historiador e crítico literário sr. Aubrey Bell, quando diz (1): «Com a prosa abre-se um período novo. Se bem que já haja documentos literários portugueses do século XII, e embora antes disso a crisálida latina estivesse numa fase adiantada de evolução, certo é que a prosa, como instrumento literário, não começa antes do século XIV, ou, quando muito, dos fins do XIII. Os fragmentos de uma *Poética* primitiva claramente mostram como era ainda trôpego e ronceiro o movimento da prosa, num tempo em que a poesia já alcançara a mais graciosa expressão».

A *Poética* a que se refere o erudito lusólogo britânico é (para mais eloqüente demonstração do contraste) justamente a que vem inserta no começo do *Cancioneiro* da Biblioteca Nacional de Lisboa, ou de Colocci-Brancuti. Dela transcrevemos em seguida o passo referente às *fiindas* (voltas, cabos ou tornadas) das cantigas trovadorescas, servindo-nos do texto apresentado pelo dr. Leite de Vasconcelos (1):

«As fiindas som cousa que os trobadores sempre husarom de poer em acabamento de sas cantigas, pera concludirem e acabarem melhor em elas as rrazões que disserom nas cantigas: chamando-lhes fiinda porque quer tanto dizer cõme «acabamento de rrazom». E esta fiinda podem fazer de hua ou de duas ou de três ou de quatro palavras. E se fôr a cantiga de meestria, deve a fiinda rimar com a prestumeira cobra (copla); e se fôr de rrefram, deve de rimar com o rrefram. E como quer que digam que a cantiga deve d'aver hua delas, e tais hi houve que lhe fezerom duas ou três, segundo sa vontade de cada hum dêles, e tais hi houve que as fezerom sem fiindas: pero a fiinda é mais comprimento».

É êste um trecho de prosa didática, sem arroubos filosóficos ou metafísicos. No entanto é prosa, quer dizer: expressão de factos, análise intelectual, posição de princípios que, embora não impliquem extravagâncias abstractas — extravagâncias no sentido literal e não pejorativo — distanciam, contudo, a língua das suas funções naturais rudimentares, umas estreitamente práticas, outras já mais elevadas, de carácter sensitivo e artístico, poético, que a fala ainda infantil mais fàcilmente desempenha, auxiliada pelos elementos musicais do som e do ritmo. Aqui a língua, não disciplinada e polida ainda para servir interêsses que a afastam muito das necessidades vegetativas que a fizeram nascer, tropeça e gagueja, desfeando-se (aos nossos olhos e segundo a nossa inteligência, já educada por seis séculos de aperfeiçoamento lingüistico) com repetições, hiatos de sintaxe, pobreza de imaginação construtiva do período, ladaínhas conjuncionais em que a copulativa *e* faz de muleta única e insistente.

II — Papel do estilo narrativo no desenvolvimento da prosa

Alguns dêstes defeitos notam-se menos na prosa narrativa, que está naturalmente mais próxima da vida concreta da língua. Assim o mostrará um trecho de época

(1) *Portuguese Literature*, Oxford, 1922, p. 58.

(1) *Textos arcaicos*, 3.ª ed., p. 35.

próxima à daquele que acabamos de transcrever e comentar. É tirado do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e apenas o alteramos para lhe modernizar a grafia :

DEL REI LEIR, FILHO DEL REI BALDUC, O VOADOR, E DE SUAS FILHAS, E DO QUE LHES ACAECEU

Quando foi morto rei Balduc, *o Voador,* reinou seu filho, que houve nome Leir. E êste rei Leir nom houve filho ; mas houve três filhas mui fremosas, e amava-as muito. E um dia houve sas razões com elas, e disse-lhes que lhe dissessem verdade qual delas o amava mais. Disse a maior que nom havia cousa no mundo que tanto amasse como êle. E disse a outra que o amava tanto como si mesma. E disse a terceira, que era a menor, que o amava tanto como deve de amar filha a padre. E êle quis-lhe mal porém (1), e por esto nom lhe quis dar parte no reino. E casou a filha maior com o duque de Cornualha ; e casou a outra com el-rei de Tóstia ; e nom curou da menor. Mas ela, por sa ventura, casou-se melhor que nenhuma das outras, cá se pagou dela (2) el-rei de França e filhou-a (3) por mulher. E depois seu padre dela, em sa velhice, filharam-lhe seus genros a terra, e foi mal-andante (4), e houve a tornar à mercê (5) del-rei de França e de sa filha a menro, a que nom quis dar parte do reino. E êles receberam-no mui bem, e deram-lhe todas as cousas que lhe foram mester, e honraram-no, mentre foi vivo, e morreu em seu poder. E depois se combateu el-rei de França com ambos os cunhados de sua mulher, e tolheu-lhes a terra. Morreu el-rei de França e nom leixou filho vivo. E os outros dois, a que tolhera a terra, houveram senhos filhos, e (estes) apoderaram-se da terra toda, e prenderam a tia, mulher que fôra de el-rei de França, e meteram-na em um cárcere, e ali a fizeram morrer» (6).

O RARO LIVRO *Marco Tulio ciceron de Amicicia*, impresso por Germão Galharde em Coimbra em 1531. (Sôbre o título a brazão dos Rezendes. Foi traduzido por Duarte de Rezende)

UMA RARA EDIÇÃO QUINHENTISTA DA *Vita Christi*, feita em Espanha

O RARO LIVRO DE MARCO PAULO, impresso em Lisboa, por Valentim Fernandes em 1502

A simples comparação dêste trecho com o que acima transcrevemos sôbre as *fiindas* mostra ao leitor a enorme vantagem que a prosa narrativa levava já contra a sua coeva de carácter mais didático. Aparte a monótona justaposição de cláusulas insistentemente ligadas pela copulativa *e*, a expressão é aqui, ao menos, clara e fluente, se bem que não ainda variada e engenhosa.

Assim se vê bem que é a prosa narrativa que abre caminho ao progresso, disciplina, fixação e expansão posterior da língua escrita culta. E o nosso século XIV literário prepara neste sentido o florescimento definitivo da prosa no século XV, podendo dizer-se de um modo geral que o século XIV é o século dos agiólogos, ou narradores de vidas de santos, e o século XV o dos cronistas, ou narradores da vida nacional. A religião primeiro, e depois o patriotismo (na sua primitiva feição de amor da glória dos reis e dos heróis) são, neste sentido, os grandes animadores da língua escrita prosaica.

As *Histórias abreviadas do Testamento Velho*, a *Vida de Santa Eufrosina*, a *de Santa Maria Egipcíaca*, a *Lenda dos Santos Barlaão e Josafate* são do século XIV ; outras agiografias que nos restam do período arcaico, como a *Vida de Santo Aleixo*, embora já do século XV, podem considerar-se como remodelações de textos do período anterior.

Mas há outros estímulos sociais que favorecem o desenvolvimento da prosa narrativa : a necessidade que sentem as instituições religiosas de conhecer e registar o seu passado, e a que leva a fidalguia a fixar também pela escrita as suas origens mais ou menos fantasiosas e lendárias. Certo é que o facto de ser o latim a língua da Igreja atrasa o benefício que o primeiro daqueles dois impulsos poderia trazer à língua nacional, e assim a *Crónica dos Frades Menores* é tradução feita só no século XV de um manuscrito latino do XIV.

Mas os *Livros de Linhagens* são muito mais antigos, embora só comecem a existir como textos literários (e não já meros catálogos de nomes) no mesmo século XIV.

III — Função literária dos cronistas

O papel dos cronistas na formação da língua culta, na sua conservação e expansão futura, é talvez mais decisivo que o dos poetas. Uma língua em crescimento para

(1) Porende (por isso).
(2) Se agradou dela.
(3) Tomou-a.
(4) Mísero, infeliz, abandonado.
(5) Teve de recorrer à generosidade.
(6) *Port. Mon. Hist., Scriptores*, vol. I, p. 238.

as idades superiores da cultura pode atingir grau elevado na expressão poética e ficar-se por aí, como aconteceu mais ao menos ao provençal e ao galego mediévico. Para que a língua culta se firme e continue, e alcance a consistência e duração da nossa e de outras, parece indispensável que ela se tenha chegado a desenvolver suficientemente como instrumento literário não só poético mas também e sobretudo prosaico, pois só assim ficará apta a satisfazer as necessidades da comunicação administrativa, jurídica, pedagógica, filosófica, etc., de uma colectividade que avança para as complicações de progresso e da expansão.

Para uma sociedade tal avultará primeiro naturalmente, entre essas necessidades, a de conhecer o seu proprio passado, não já por forma lendária, épica, e portanto poética, mas racionalizada, isto é, prosaicamente. É o papel dos cronistas torna-se, portanto, primacial, nesta fase literária da língua, paralela à evolução política da nacionalidade.

O PRIMEIRO RETRATO DE D. JOÃO I (publicado nos *Diálogos de vária história* por Pedro de Mariz) e um dos seus retratos mais apreciados. (Da colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa). — Retrato dos fins do século XVI, mostra-nos como os antigos figuravam o rei eleito pelo povo.

A nação, que literàriamente começara cantando o amor ou o heroismo, num entre-sonho apenas semi-consciente, sente-se agora uma realidade e quer sentir como realidade a sua própria existência. É do seu *nosce te ipsum* que os cronistas se constituem porta-vozes, na sua função cívica de narradores do passado nacional. A prosa narrativa aperfeiçoa-se assim. Mais tarde virão as formas e construções expressivas capazes de comunicar e transmitir perfeitamente o raciocínio scientífico ou filosófico, como conseqüência da plena maturidade, da existência definitivamente desabrochada e assegurada: *cogito, ergo sum*.

IV — A língua acalentada oportunamente pelos reis

O século XV português revela-nos com nítida evidência aquela idade da língua literária. É o século dos cronistas e o século da prosa, na sua maturidade como instrumento narrativo. E sente-se palpitar o génio da Nação na actividade dos seus reis, expressões lídimas das oportunidades nacionais.

Nos séculos XII e XIII tivéramos com D. Sancho, D. Afonso III, D. Denis e seu filho, os reis e príncipes trovadores; agora, nos fins do XIV e princípios do XV, vamos ter, como era necessário, os reis e príncipes doutrinadores e prosadores. E é curioso notar como estes reis e príncipes querem ir, na literatura como na jerarquia, adiante dos seus súbditos. A prosa, quási madura já para a simples narração, não o está ainda para exprimir a cogitação abstracta, técnica ou scientífica. Mas é à escrita dêste carácter, precisamente, que êles se inclinam e aplicam.

PRIMEIRA PÁGINA DO *Livro de Monteria*, atribuido ao rei D. João I. Códice da Biblioteca Nacional de Lisboa (n.º 4352), publicado em 1918 por F. M. Esteves Pereira e pela Academia das Sciências de Lisboa

Fazem escrever as crónicas do Reino por indivíduos escolhidos com acêrto; seguem o verdadeiro caminho da educação da língua ainda infantil para as funções mais complicadas e já adultas, promovendo a tradução em português de obras importantes escritas em latim, que era até então a língua geral ou única da lucubração e discussão scientífica, filosófica, religiosa; e, pela sua parte, dão o exemplo do avanço e da preparação do futuro, traduzindo êles próprios, ou adaptando, ou «ditando», isto é, redigindo originalmente e dirigindo a redacção de alguns tratados de variada espécie e intenção.

Iniciativas verdadeiramente régias eram estas, dignas de reis por sua vez dignos de o serem, isto é, de condutores ou sínteses de uma nação digna de o ser, lídimos intérpretes de uma consciência nacional activa e certeira, que no oportuno momento da sua história sabe encontrar o norte e guiar-se pela sua estrêla decisiva.

El-Rei D. Duarte. O seu primeiro retrato. Publicado em 1594 nos *Diálogos de Vária história*, de Pedro de Mariz

Assim os reis e príncipes de Avis foram os mandatários de Portugal que queria ser inteiramente livre de Castela e do resto da Espanha. Êles nos deram, nos campos de batalha, a Aljubarrota política; êles nos preparam, no campo das Letras, vencendo a supremacia crescente da língua castelhana, a Aljubarrota literária ou mental.

V — A defesa contra o avanço da língua de Castela

Diz o dr. Ricardo Jorge: «Do meado do século XIII ao do XIV ninguém sonharia sequer no ascendente literário da língua castelhana, quando, por via da expansão admirável da língua luso-galaica, de sainete ao mesmo tempo culto e popular, esta gozava de um esplêndido triunfo, impondo-se como instrumento verbal às classes instruídas e cortesãs de Espanha. O século XV desbarata esta fortuna transitória; agora é o castelhano que sobe a língua primaz, que arrasta na sua esteira vitoriosa os próprios portugueses» (1).

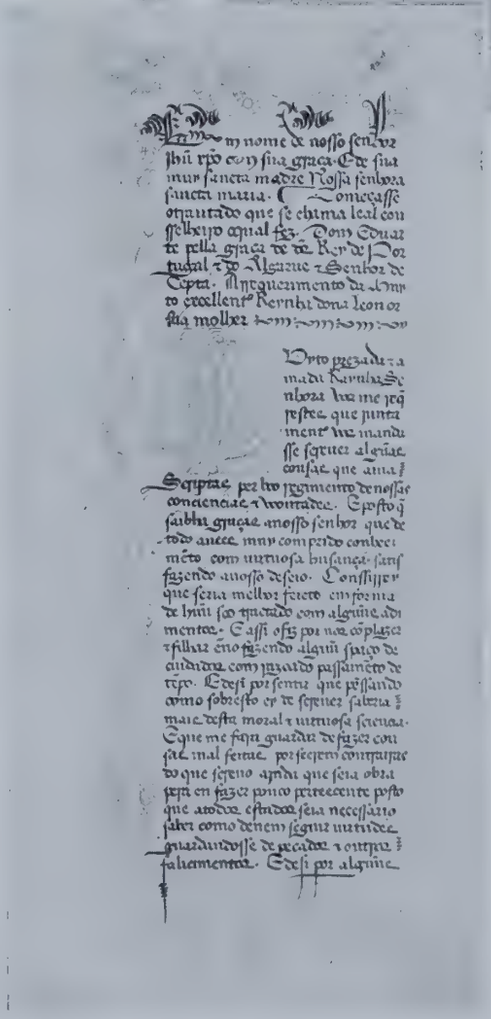
Para esta subida do castelhano a língua literária expansiva da Península muito contribuiram, desde os últimos quartéis do século XIII, os esforços do rei de Castela e Leão, Afonso X, justamente cognominado *o Sábio*. Tendo versejado na nossa língua arcaica ocidental (a dos Cancioneiros trovadorescos), Afonso X tratou ao mesmo tempo o castelhano como língua escrita prosaica, compondo e promovendo que nela se comsessem várias obras de sciência e de técnica (astronomia, jogos, caça, geometria, etc.) ou de história, como a *Crónica General* ou *Estoria de España*, que começou a escrever-se em 1270 e foi sendo continuada até 1289, no reinado de Sancho IV, filho do iniciador.

Um dos mais curiosos retratos do rei escritor e filósofo. (Da colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa)

No primeiro quartel do século XIV (1320) D. João Manuel, sobrinho, admirador e continuador de Afonso, *o Sábio*, faz da *Crónica General* um modesto resumo, que foi como que ensaio para obra mais importante: *El Libro de Patrónio*, também chamado *Conde Lucanor*, ou *Libro de los Exemplos*, escrito entre 1328 e 1332. É um compilação de contos tradicionais da Península, ligados por um fio ténue de enrêdo: o preceptor Patrónio, para incutir bons princípios de moral no jóvem fidalgo Lucanor, seu pupilo, conta-lhe essas histórias «de proveito e exemplo», como o nosso Gonçalo Trancoso chamou mais tarde às do seu livro do mesmo género literário.

D. João Manuel admirava, sobretudo, nas obras compostas ou promovidas por seu tio, a clareza e concisão da prosa: *Et pusolo todo complido e por mui apuestas razones, e en las menos palabras que se podía poner.*

«De vários testemunhos consta (diz o sr. Menéndez y Pidal) que ainda que Afonso *o Sábio* não escrevesse por seu punho, ou ditasse, tôdas as obras que correm sob o seu nome, contudo vigiava os redactores e corrigia o que faziam, curando em especial de que as línguas doutas donde eram tomadas as várias matérias (latim, árabe, hebraico) não alteras-



Fac-simile do Mss. do Leal Conselheiro, da Bib. Nac. de Paris, que acompanha a edição de Roquete publicada em Paris em 1842. Primeira coluna da primeira página, iluminada a côres

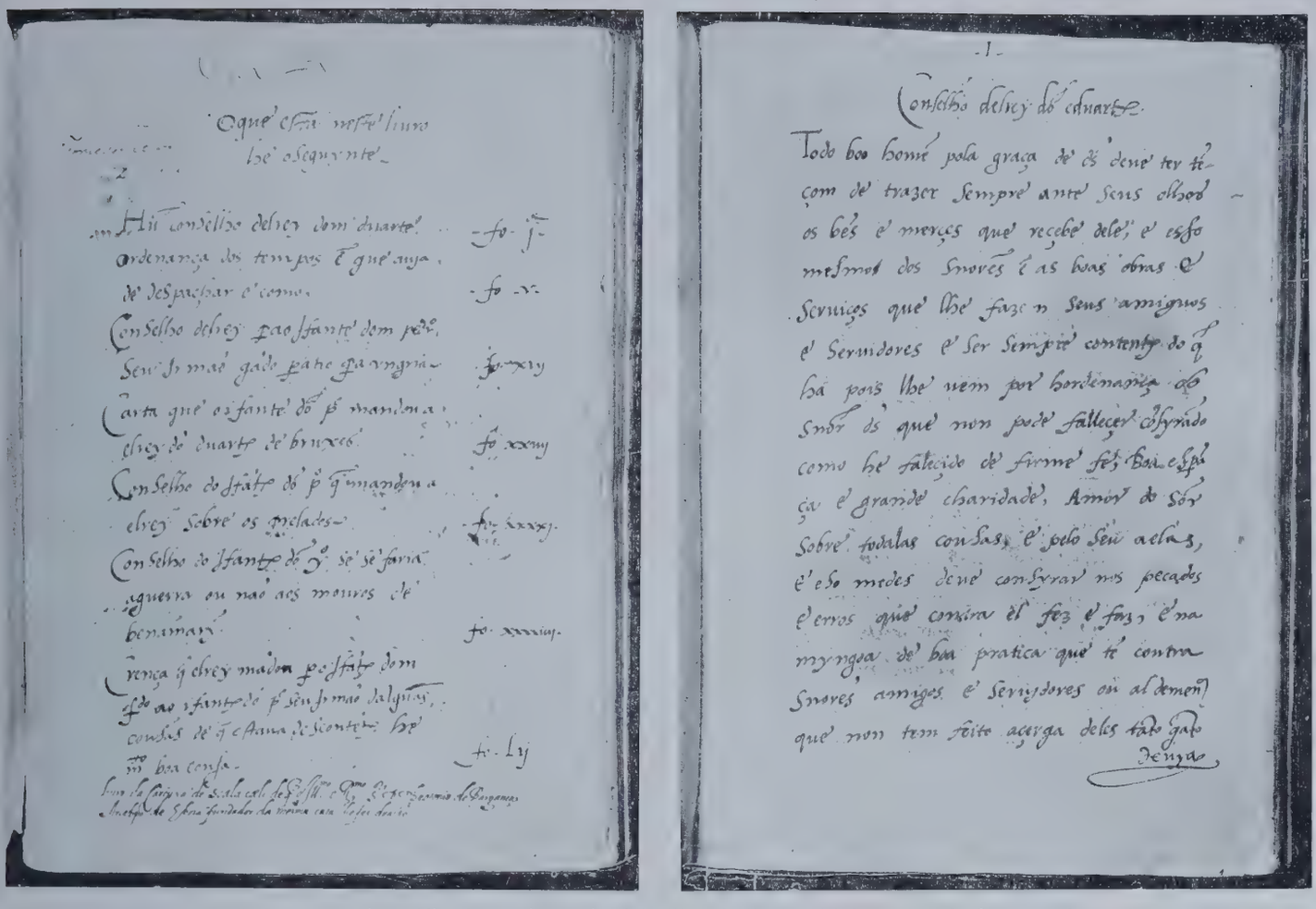
(1) *A interculturа de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, 1921, pág. 12.

zom/ E por que per ella erramos em no
sso cuydado/ falla/ contenença/ ⁊ obra/
pera conhecermos senos cega/ ou for
ça Conssirre cadahuũ oque nos faz pẽ
ssar/ fallar/ ⁊ obrar/ quando ateuermos/
⁊ desque denos se partir/ ⁊ seo bem reguardar
mos sem afeiçom sentindo ojuyzo que so
bre nossos feitos per dignas pessoas dou
toridade he dado. Poderemos com agra
ça de nosso senhor bem conhecer se somos
della storuados ou ajudados. E per os erros
passados nos auisar perao diante. Esse del
la mal nos acharmos/ nom dando lugar
nem autoridade anossos cuidados deuemos
conteer ofallar ⁊ obrar quando ẽnos for.
Esse conhecermos que com ella nom tre
ssaymos ⁊ nos aproueita com grande tẽ
to nom leixemos de penssar/ fallar/ obrar
ainda que assyntamos/ Porem com boo
resguardo segundo for apessoa/ feicto ⁊ lo
gar. Esse nos ueher das mudanças dos
tempos contra nosso prazer. E das cousas
da fortuna conssirremos contra quẽ nos
assanhamos ⁊ deseiamos auer uingan
ça/ por as perdas/ ⁊ desprazer que por
ello recebemos. Essegundo rezom con
tra os tempos/ que nom fazem mais q̃
per nosso senhor lhes he ordenado/ nõ aue
remos fundamento denos assanhar/ ⁊
muyto menos contra el/ que todallas
faz ⁊ ordena/ melhor que per nos podẽ seer
penssadas/ E com tal penssamento/ ou
detodo se leixara/ ou anos atornaremos
entendendo que nos uem por seermos
em aquel caso mal squeençados/ E des
to nom teemos rezom denos assanhar
pois nom he em nosso poder/ ca uem per
ordenança denosso criador oqual nom
deuemos culpar. Esse for por nossos pe
cados/ penssando como per nos seram ẽ
mendados/ com sua graça perderemos
assanha ou assentiremos denos prouei
tosamente/ auendo delles contriçom cõ
proposito dequanto bem podermos/ ma
is nom os fazer. E aquesta maneira
me parece proueitosa pera praticar ẽ
todos casos/ que se recrecerem per que
da sanha seiamos requeridos/ E huũ de
tres modos seendo della tentados/ deue
mos teer primeiro ⁊ melhor he uence
la/ tirandoa detodo per mercee dossen
denossos coraçoões ⁊ obrar nossos feitos
com boo repousamento/ Segundo se
do coraçom anom podemos tirar/ deue
mosla sofrear ⁊ escondendoa fallemos/
⁊ mostremos razoada contenença co
mo se anom teuessemos/ Terceiro se
tam poderosos nom formos espacemola/
callandonos/ ou nos apartando/ assy q̃
tirandonos do aazo/ mais ligeiramẽ
te nos possamos poer em boo assessego/
por nom fazer ou dizer cousa errada. E
aquesto deuem assy obrar os que se te
mem detressayr com ella como dito
he/ ca os outros que per sperienciais
ia passadas conhecem queos ajuda ẽ
certos casos ⁊ nom torua fallem ⁊ obrẽ
com ella oque julgarem por bem./

Capitullo. xvij. Do hodyo.

A este pecado yra se podem apro
priar outras vj. paixoões. O
dio. Tristeza. Noio.
Pesar. Desprazer.
Suydade. Posto que segundo
maneira geeral danossa falla huũ
destes nomes se diz por outro ẽ muy
tos lugares/ amym parece que nom
propriamente som apropriados ao pe
cado da yra/ por que algũas uezes uẽe
sem ella. E porem nom dereitamente
se poõe por seus ramos ante sobressy
decadahuũ me parece razom detrau
tar. Primeiro do odio/ ou segundo
nossa linguagem/ mal querença q̃

O *Leal Conselheiro*, DE D. DUARTE, códice mss. de pergaminho, existente na Biblioteca Nacional de Paris (fundo português n.º 1, fl. 19) século XV.
(Da *Paleœografia iberica* por J. M. Burnam, 3.º f.º Paris, 1925)



Livro de Conselhos do Rei D. Duarte, precioso códice do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Foi da Cartuxa de Évora por doação de D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora, conforme nêle se declara. Página de índice e começo do livro.

sem a pureza do castelhano, e de que a língua em geral fôsse elegante» (1).

E, com efeito, a prosa de Afonso *o Sábio*, ou da sua academia erudita, é, além de castiça no vocabulário e na construção, insinuante na sua simplicidade. Quanto à de D. João Manuel, acentua o progresso que já se notava na segunda parte, mais moderna, da *Crónica General*, e constitui um grau mais avançado de perfeição ou eficácia literária, com mais variadas formas de construção do período, aproveitamento de contrastes e efeitos, e certo sal de ironia.

Compreende-se o êxito enorme que a erudição e a literatura, objectivas e variadas, de Afonso X e D. João Manuel tiveram em tôda a Península, Portugal incluído. De mais a mais a língua de Castela teve a fortuna, com estes dois grandes iniciadores e com o segundo especialmente, de servir de veículo de um género literário capaz de interessar vivamente largas camadas da sociedade peninsular.

Assim, o «desbarato» a que se refere o dr. Ricardo Jorge, no texto acima transcrito, preparou-se no século XIV castelhano; e quando, na centúria seguinte, os nossos reis e príncipes de Avis procuraram, pela iniciativa e pelo exemplo, desenvolver a prosa portuguesa, vê-se bem (pelo que se passava nas Espanhas e vinha trasbordando para Portugal) que o seu propósito era defender a autonomia da nossa língua como haviam defendido a da nossa terra, e que perante os seus avisados e enérgicos espíritos pairava o modêlo eficientíssimo dos dois grandes príncipes letrados de Castela.

VI — Preparação da Aljubarrota lingüística do século XVI

A conservação da nossa autonomia lingüística esteve em sério risco, sobretudo no século XVI, por vários motivos que já arrolámos algures (1) e que (embora tenhamos de antecipar assim a História) convém reproduzir agora, visto que foi a obra, a direcção e a iniciativa literária dos reis e príncipes de Avis que, iniciando a tempo a defesa contra os prestígios e a invasão da língua castelhana, tornaram possível mais tarde que essa defesa continuasse, se completasse e frutificasse.

Os motives referidos parecem-nos ser os seguintes:

1.° — O castelhano atingira cêrca de um século antes do português a excelência literária. Enquanto Ferreira e Miranda, já no século XVI, lutam ainda com a rigidez medieval da nossa língua poética de então, correm mundo e conquistam Portugal obras-primas castelhanas, como as *Coplas* de Jorge Manrique;

2.° — A situação geográfica central do foco lingüístico de Castela favorece a sua irradiação por tôda a Península;

3.° — A maior proximidade da Itália dá ao catalão e ao castelhano vantagem sôbre o português, como portas de

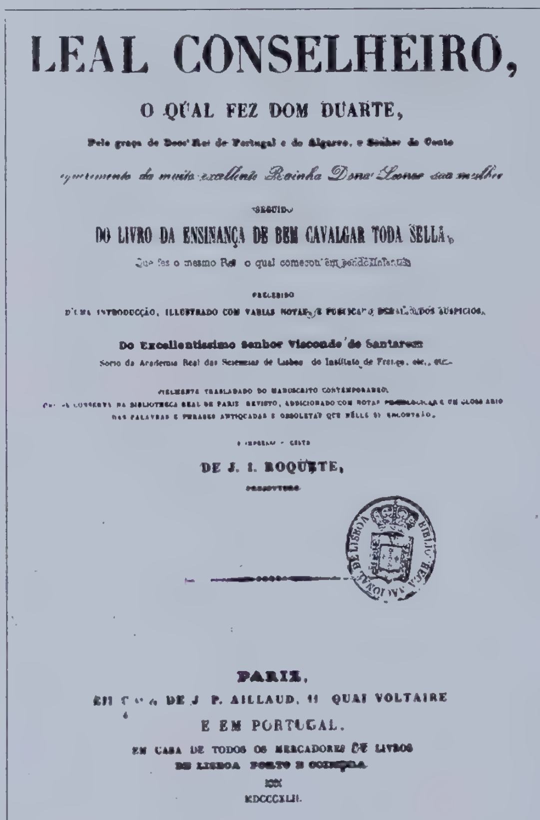
(1) V. *Antologia de Prosistas Castellanos*, 1920, p. 8 e 9.

(1) V. *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, vol. III.

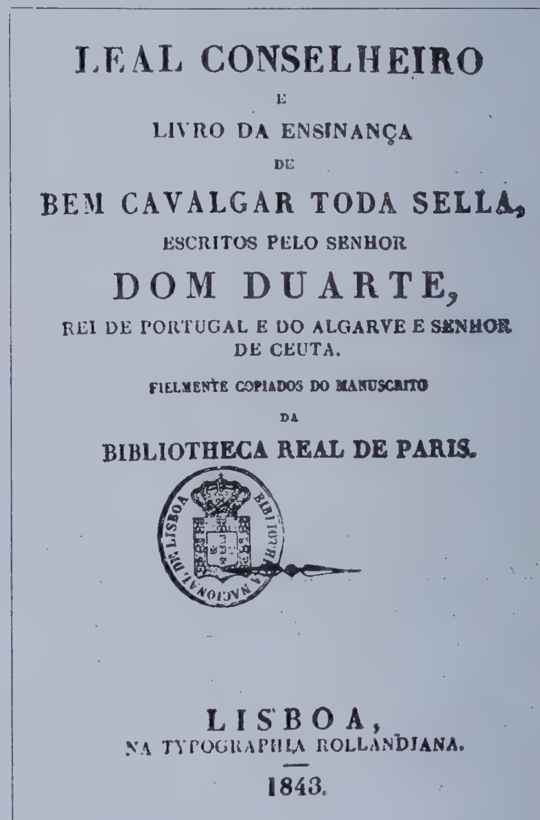
abertura ou veículos para a entrada e transmissão do Renascimento literário e artístico ;

4.º — Colombo descobre a América em 1492, o mesmo ano em que Fernando e Isabel, os reis católicos, expulsam de Espanha definitivamente os Árabes. Carlos V sobe ao trôno em 1516. É o apogeu da grandeza política. «Quaisquer que fôssem (diz Ricardo Jorge) as suas excelências escriturais, gozava o castelhano de uma superioridade indisputável, a preeminência de língua mundial, assegurada pelo imperialismo político da Espanha, na posse directa ou no contacto íntimo dos centros de cultura — o italiano, o francês e o germânico. Tinham largo âmbito de leitura e difùão as suas obras, e maior ainda pela vulgarização das traduções que delas se faziam a flux nas línguas predominantes» ([1]) ;

5.º — Aos prestígios de língua imperial europeia que assim conquista o castelhano, e vêm somar-se à sua soberania de idioma literário já perfeito, acresce ainda, em confronto com o português e em detrimento dêste, a expansiva facilidade prosódica daquele belo idioma, combinada ainda com o nosso pendor ingénito para a aquisição e o domínio das falas alheias. «Os Portugueses têm o dom das línguas. Gloriam-se de saber metrificar em várias. Fazem sonetos em quatro idiomas. Escrevem trechos que, sendo latinos, podem ser lidos como se fôssem português. A mundial língua espanhola falavam-na e escreviam-na com apreciável pureza, com-quanto, naturalmente, nem sempre sem lusismos. Na vida cotidiana compreendiam o vizinho. Êsse, pelo contrário, ria-se de tais habilidades. Seu ouvido, acostumado às cinco vogais nítidas, sonoras e sempre acentuadíssimas do seu idioma, não se conformava com a longa e diferenciada escala do discurso mais apagado de cá» ([2]) ;


LEAL CONSELHEIRO,
O QUAL FEZ DOM DUARTE,
DO LIVRO DA ENSINANÇA DE BEM CAVALGAR TODA SELLA,
Do Excellentissimo Senhor Visconde de Santarem
DE J. I. ROQUETTE,
PARIS,
E EM PORTUGAL.
MDCCCXLII.

Frontespício da edição de J. I. Roquette de 1842. — Nesta edição omitiu-se por esquècimento o capº LV que depois se imprimiu para ser intercalado. Esta edição teve novo rosto em 1854. Tem sob o nome de Roquette os escudos do Brasil e de Portugal e sob êstes. *Paris V.ª J. P. Aillaud, Monlon e C.ª, Livreiros de Suas Magestades o Imperador do Brazil e da Rainha de Portugal. Rua Saint André-des-Arts, 47. 1854.*


LEAL CONSELHEIRO
E
LIVRO DA ENSINANÇA
DE
BEM CAVALGAR TODA SELLA,
ESCRITOS PELO SENHOR
DOM DUARTE,
REI DE PORTUGAL E DO ALGARVE E SENHOR DE CEUTA.
FIELMENTE COPIADOS DO MANUSCRITO
DA
BIBLIOTHECA REAL DE PARIS.
LISBOA,
NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA.
1843.

Rosto da edição feita em Lisboa em 1843 pelo livreiro-impressor Francisco Rolland. — Esta edição foi feita sôbre a cópia que fez em Paris, em 1830 o barão de Vila Nova de Foscôa. Sôbre o *Leal Conselheiro* deve ver-se o trabalho de Cândido José Xavier nos *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*, Paris 1820, tomos 8.º; págs. 3 a 35, e 9.º, págs. 92 a 127, trabalho curioso que bem merecia ser publicado em separado.

6.º — A riquíssima literatura castelhana revela-se, desde o início do seu esplendor, caracteristicamente humana, objectiva, realista, narrativa, teatral e risonha na prosa, e por tudo isto comunicativa e popular — novos penhores de crédito e espalhamento para a linguagem que a exprimia. «A arte e a literatura castelhana não decoraram apenas, como um postiço de moda, a roda distinta dos cortesãos e letrados : conquistaram a roda vulgar, graças à exuberância de uma criação artística de Castela, o *romance* poético que, desabrochando por metamorfose evolutiva dos antigos cantares de gesta, bafejado apaixonadamente pela musa palaciana e pela musa plebeia, se propaga com fúria expansiva por tôdas as regiões hispanas ([1]).

A pesar de tôdas estas fôrças invasivas e avassaladoras do castelhano literário, prestigioso e contíguo, a nossa língua portuguesa, sèriamente ameaçada, conseguiu salvar-se e prosperar, espalhando-se depois pelo mundo. Essa fortuna, assegurada no século XVI, é preparada a tempo e horas pelos príncipes de Avis. Beneméritos da nossa Pátria, que libertaram com grandes feitos, são-no também da nossa Prosa, que se educou para os contar.

VII — D. João I e o seu "Livro da Montaria"

D. João I — Livro de Montaria, feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o Mss. 4532 da Biblioteca Nacional de Lisboa, publicado por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, Imp. Univ.ᵉ, 1918. 4.º de LXV — 465 págs. 4 est. e 1 pg. de correcções.

D. João I promoveu a tradução em português da maior parte do *Novo Testamento* e de algumas obras estrangeiras, como a *Confessio Amantis*, de João Gower, e êle pró-

([1]) Ricardo Jorge, *op. cit.*, pág. 17.
([2]) D. C. Michaëlis de Vasconcelos, prólogo de *A Intercultura*, etc., de Ricardo Jorge, pág. XXII.

([1]) R. Jorge, *op. cit.*, pág. 17.

Prologo dirigido al muy illustre: e reuerendissimo señor en ihesu christo padre: e señor: el señor dõ Alfõso de aragon por la diuina mi: tracion administrador perpetuo dela Eglesia: e arçobispado de çaragoça: lugartenient general del rey nuestro señor: en el regno de aragon: fecho por Anthon durrea que dirige a su alteza el presente libro.

DOs actos strenuos: e muy virtuosos ỏ eterna memoria dignos de vuestra illustre reuerendissima señoria me dierõ causa no solamẽte cõdecẽte. mas necessaria de ser cõtinuamẽte al fuicio de aquella solicito ⁊ muy affectado: e cõ ello en semble recozoãte la singular: e muy excellente deuocion que en los actos diuinos siempre tiene vuestra inclita: e illustrissima señoria: En cuya serenissima y sclarecida psona: la real excellẽcia y virtuosa constancia dela sacra [illegible] magestat de su christianissimo ⁊ victorioso progenitor y delos posterios de su alteza resplãdesce: Deliberé haun tan alto de prosapia real: e reuerẽdissimo señor dirigir las coplas y versos de yuso scriptos inuctados por psonas intelligẽtes: e dela sciẽcia para ello dotados. E ya sea ninguna obra delas aqui contenidas sea mia: Empero acatãdo al fuicio diuino: el qual siempre tiene delãte vuestra loable virtud: e grandeza: trabaje en diuulgar la presente obra: que quasi stava scõdida: la hazièdo emprentar porque della esso mismo resulta a las psonas pudẽtes. haũ apartado saber: e consuelo para la vida humana cõ inclusiõ de obras antigas y actos muy arduos al viuir politico y moral pertenescãtes propinquos: e mucho conformes para alcançar la felicidad eterna: E por ende illustrissimo: ⁊ muy poderoso señor: haun que mi sufficiẽcia no abaste para seruir su tan alta: e reuerendissima señoria humilmente suplico aãlla: digne recebir aquesta pequeña obra en acceptable fuicio por cuya auctoridad mayor perfeccion la dicha obra reciba quedando siempre cõ entera subiecciõ: e obediẽcia: besando las manos de su splendida señoria.

Coplas fechas por el muy illustre Señor infante dõ Pedro de portogal: en las quales ay .xlvii. versos con sus glosas/contenientes del menosprecio: e contempto delas cosas famosas del mundo: e demostrando la su vanidad: e fleble beldad.

De contempto del mundo.

Introduze: e inuoca

Miremos al excelso: e muy grande dios
Deremos las cosas caducas ⁊ vanas
Retener deuemos/las firmes: con nos
Las vtiles sãtas/muy buenas ⁊ sanas
O tu grand minerua/q̃ siempre emanas
Muy veros p̃ceptos/en grão abastãça
Implozo me muestres tus leyes sobranas
Y fiere mi pecho/con tu lucnga lança

El reparador: del pecado del primer: hombre: es el muy grande dios q̃ enseñorea los cielos las tierras los mares: e los vientos e biẽ: e sabiamẽte rodas las cosas de nada ha formado perfecto dios: e pfecto hõbre: sin el qual es fecha ninguna cosa q̃ reyna: e viue eccelsa: e full gẽte cadira por todos los tp̃os sin fin: ỹ aqui assi entẽder se deue caso q̃ los antigos a Ioue fijo de Saturno llamauã el grãde dios como fuesse temido dellos por padre: e por rey delos dioses.

Entiẽde aqui por minerua la insigne sapiencia: la q̃l se pintaua por los antigos cõ luẽga lãça: e escudo cristalino: e roda armada saluo la cabeça:

Inuoca

Da me tu escudo/claro cristalino
Y arma me todo/cõ armas seguras
Paraque contraste/al mortal venino
Y rauias caninas/feroces muy duras
Tu sabia maestra/tu q̃ nos procuras
Sciencias santas/humanas diuinas
Arrieza mi seso/de mũdanas curas
Distila en mi/tus dulces doctrinas

Prosigue
De la mal fiable fortuna

D. PEDRO. COPLAS FECHAS EM CASTELLANO. — Raríssima obra, sem indicações tipográficas mas impressa em Saragoça em 1490. Gótico. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, de onde reproduzimos a 1.ª, a 2.ª e a última página. Conhece-se apenas outro exemplar no Brit. Museum de Londres. O exemplar da Bib. Nacional pertenceu à Livraria dos Clérigos Regulares e fôra de D. José Barbosa. É o mesmo que Diogo Barbosa Machado compulsou

Prosigue concluyendo.

Contrastad con yra/a los feos vicios
Honrrad las virtudes/e leuad la mente
Al padre de dones/y de beneficios
Muy sabio fuerte/pio: e clemente
Tended vuestras preces/en lo eminẽte
No mireys las tierras/cõ tãto cuydado
Mirad a lo alto/mirad lo fulgente
Lo vil de vos sea/menosprecíado.

Necessidad grande/esta a vos puesta
De amar virtud/e seguir bondad
Si dissimular/la verdad no presta
Ni menos fingir/falsa la verdad
Por obrar delante/la grano-magestad
Del omnipotente dios/vno: e trino
Mirante las cosas/en eternidad
Muy justo juez/bueno: e muy digno

Si veys a los malos/ser muy ensalçados
Y a los buenos/venir afliciones
Ni por aquesto/sed vos apartados
De guiar al bien/vuestros coraçones
Porq̃ los puertos/cõ sus falsos bones
Al fin in eterno/sosternan tormentos
Los buenos cobrãdo/vos galardones
Serã fechos dioses/de bienes cõtentos.

Acabãse las coplas fechas por el muy illustre señor infante don Pedro de portogal.

Deo gracias.

ÚLTIMA PÁGINA das *Coplas* do infante D. Pedro de Portugal

prio figura como autor na história da nossa literatura. «O mui virtuoso Rei meu senhor e padre (diz seu filho D. Duarte no *Leal Conselheiro*) fêz um *Livro das Horas de Santa Maria*, e *Salmos* certos para os finados, e outro *da Montaria*». Êste *Livro da Montaria* é a única obra que nos resta, das que se atribuem à autoria de D. João I, e conhece-se ainda mal e desde pouco. O seu estudo literário não está feito.

Herculano aludira ao *Livro da Montaria* no seu *Monge de Cistér*, mas parece nunca o ter visto, pois o cita vaga e inexactamente como «um livro de caça de altanaria». Por felicidade, essa obra encontra-se hoje acessível a todos, em excelente edição crítica de F. M. Esteves Pereira, publicada em 1918 por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, segundo o único manuscrito que se conhece, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (1), escrito no fim do século XVIII ou princípio do XIX e no fim do qual o copista declara enfàticamente que seguiu letra por letra, com a maior atenção, o original, que aliás era já um traslado, feito em 1626 pelo bacharel Manuel Serrão da Paz. Êsse traslado anterior existia na livraria do Colégio da Companhia de Jesus de Monforte de Lemos, província de Lugo, na Galiza. Há no manuscrito muitos caste-

(1) Numeração: P — 3—4 (antiga) e 4352 (moderna).

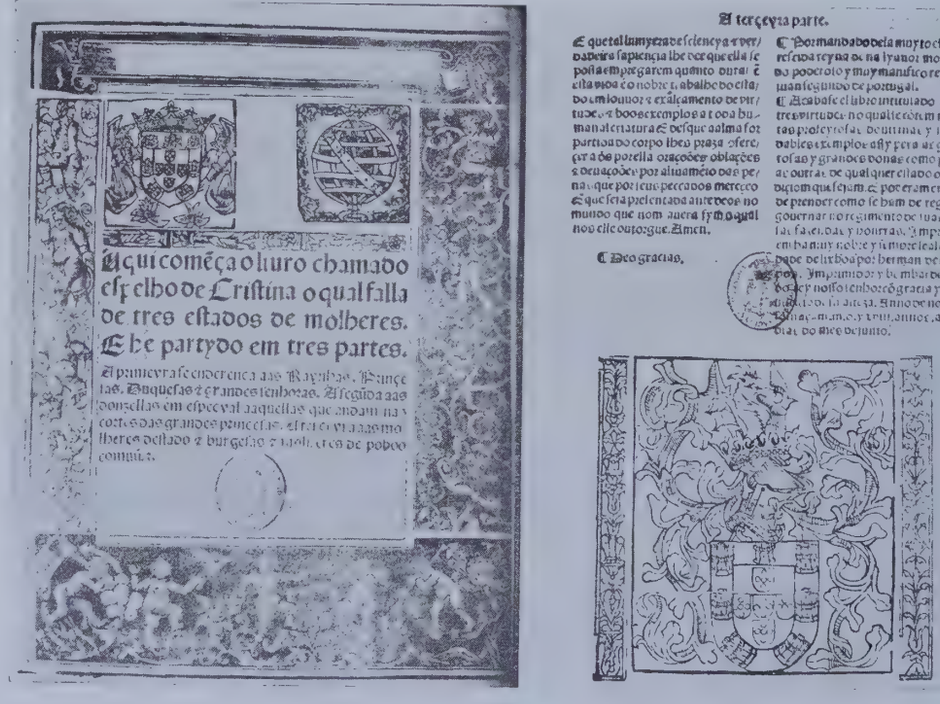
lhanismos e galeguismos de grafia, que Esteves Pereira modificou na impressão, como convinha.

O assunto quási exclusivo da obra, minuciosamente tratado, é constituido por noções e preceitos relativos à caça do porco montês. Diz o autor, em declaração inicial, que o *Livro* «é tomado e ajuntado com acôrdo de muitos bons monteiros» ; e, com efeito, a cada passo o texto nos dá a impressão de ser uma acta ou relatório de discussões e controvérsias entre vários especialistas reünidos em conselho. Isto nos leva a inserir aqui o problema pessoal da autoria. ¿O que se lê no *Livro da Montaria* é realmente do punho de D. João I? ¿Ou temos de agradecer-lhe apenas (e êste *apenas* não quer dizer que não seja isso muito) a glória ou a benemerência de haver promovido e dirigido de alto a compilação das experiências e conhecimentos de um grupo de sabedores?

A própria miudez dêste trabalho técnico exclui a probabilidade de que o soberano tenha tido primeiro a aptidão de conceber e depois a paciência de escrever ou ditar um tratado que, dentro da sua própria especialização, ainda se compartimenta em sub-especializações mais restritas, desde os cuidados com a defesa dos cachorrinhos recém-nascidos contra o estouvamento da mãe, até o microscópico estudo dos vestígios da passagem do porco pelos terrenos mais variados e nas mais diversas condições de hora e meteorologia. Um rei não pode ser, humanamente, tão profundo em tantas matérias ou aspectos de um assunto já especial, por muito règiamente desportiva que a montaria fôsse naquele tempo. É de crer que, assim como devia, para caçar, ter tudo preparado por numerosos servidores bem afeitos às variadas aptidões complementares da montaria, também como tratadista já não haverá feito pouco em tomar a iniciativa da obra, convocando os competentes e encarregando algum «bom rètórico» da redacção definitiva. Contra esta hipótese não parece que devam prevalecer com outro sentido as declarações de D. Duarte, quando diz que seu pai «fêz» um livro da montaria ou «põe alguns avisamentos» nêle, nem tão pouco a verba do *Livro da Cartuxa* de Évora (século XV) : «*Livro da Montaria*, que *compilou* o vitorioso Rei D. João...».

Tirant lo Blanch — Página do raríssimo livro, impresso em 1490 e 1497. Da edição de 1490 há exemplares no Brit. Museum e na Bib. de Valência (incompleto). Do da ed. de 1497 existia um, o único conhecido, na Bib. Pública Municipal do Pôrto donde saíu por empréstimo e nunca mais voltou. Gallardo, o bibliófilo espanhol viu-o nas mãos de D. José de Salamanca, após o que ninguém mais soube o seu paradeiro. (Da *Tipografia ibérica del siglo* XV por Conrado Haebler. Haya-Leipzig. 1902)

Literàriamente, o *Livro* tem contra si o seu próprio carácter profissional ou técnico, feito de especialidades e minúcias sôbre um desporto venatório, como é a caça ao porco montês, que a pouquíssimos leitores pode hoje interessar profundamente. Mas, com esta restrição, fruto do tempo volvido mais do que culpa da obra, pode dizer-se que a sua sintaxe não é tão defeituosa como alguém pretendeu e que o seu estilo é dos melhores da época, apesar do excessivo repisamento da doutrina em muitas páginas. Pode dizer-se que o *Livro da Montaria* está bem escrito e até agradàvelmente escrito muitas vezes. Sirva de exemplo o trecho em que o autor trata da educação dos alãos, nobres cães de correr, que serviam para dominar o porco, depois de descoberto e perseguido pelos sabujos :



Livro chamado espelho de Cristina. — Rosto e última página dêste raro livro que pertenceu a D. Francisco Man. da Câmara, hoje existente na Biblioteca Nacional. Foi impresso em Lisboa por Hermã de Campos em 1518

«E o ensinamento dos alãos, para com êles correrem monte, não está senão em duas cousas : em andar na trela, e em filhar. E portanto não queremos falar nas outras cousas que lhes muitas vezes soem a ensinar os que os trazem, assim como jazer assossegados em-quanto seu senhor comer, que não curem de andar lambiscando... Assim, quando os alãos forem de dez meses em

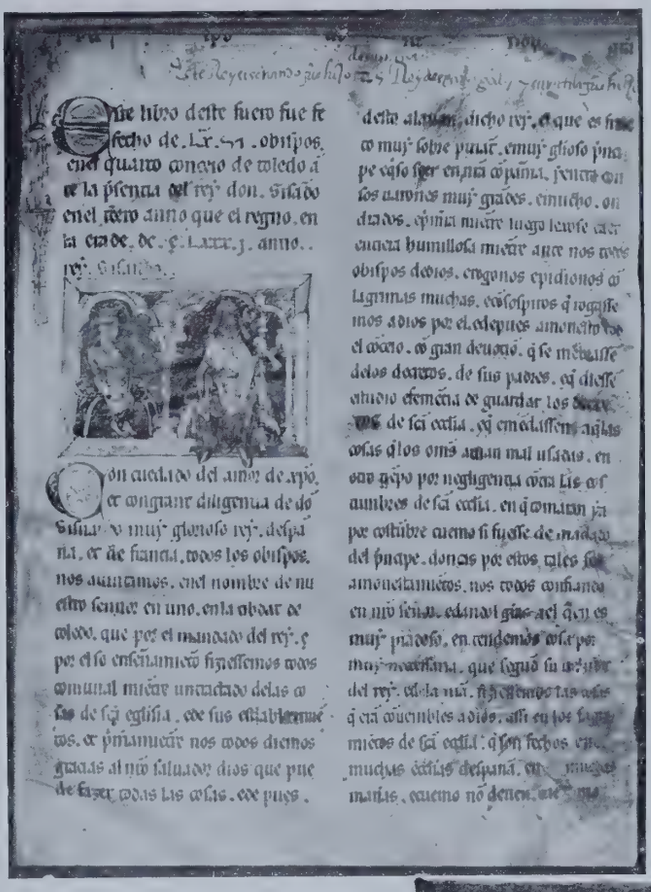
diante, e trouverem colares, aqueles que os houverem de ensinar tragam-nos às vezes nas trelas, e que em trebelhando com êles comecem de correr com êles levando-os nas trelas. E isto não seja em nenhuma guisa por fôrça, senão por seus talantes, que de lho fazer por fôrça se devem de guardar os que os houverem de ensinar. Sejam também certos tôdolos monteiros que os alãos são a mais linda casta de cães que tôdalas outras que Deus fêz e nós conhecemos. E, porque tôdalas cousas se querem castigar segundo sua natureza, assim como em um filho de um grande que fôsse de grande linhagem não cumpria que fôsse castigado como castigam o filho de um azemel, assim não devem castigar um alão como um podengo de mostra, que nunca se castiga senão por couces e pancadas, e isto não cumpre fazer aos alãos... (1)

VIII — D. Duarte e as suas obras

Leal Conselheiro, o quel fez Dom Duarte, pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher; seguido do Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sella, que fez o mesmo Rei, o qual começou em sendo Infante; precedido duma introducção, illustrado com varias notas, e publicado debaixo dos auspicios Do Excellentissimo Senhor Visconde de Santarem,...fielmente trasladado do manuscrito contemporaneo que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, revisto, addicionado com notas philologicas e um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas que nelle se encontrão por J. I. Roquette. Paris 1842. (Há exemplares com frontespício novo datado de 1854.) XXVII-1-672 pg. 1 fac-simile. (Os exemplares completos teem entre pág. 310 e 311 as pág. 310 *a* a 310 *d*.)

Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de bem cavalgar toda Sella, escritos pelo senhor Dom Duarte, rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta. Fielmente copiados do manuscrito da Bibliotheca Nacional de Paris. Lisboa. Na Typographia Rollandiana. 1843, VII-1-118-2 pg. e 1 fac-simile. (Desta edição fizeram-se duas tiragens sendo uma em papel especial.)

Sôbre o rei D. Duarte veja-se o *Diccionario bibliographico*, vol. II, as *Provas* da *Historia genealogica*, a *Revista Universal Lisbonense*, vol. III, 1.ª série (1843) e a crítica de Candido José Xavier nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Lettras*, Paris, 1820, tomos VIII e IX. Em 1905, publicou-se um opusculo de 16-2 pg. intitulado *Ordenações de El-Rei D. Duarte, Manuscripto da primeira metade do seculo XV, pertencente a S. M. El-Rei o Senhor D. Carlos I por Alberto Alexandre Girard. Noticia apresentada á 2.ª classe da Academia Real das Sciencias pelo Ex.mo Sr. Conde de Sabugosa.* Publicou-se, mas foi suprimida a edição que nunca saíu a público. O seu texto, não consta como nêle se diz, do *Boletim da 2.ª classe* da Academia. É muito raro e há exemplares da tiragem especial e da vulgar nos *Reservados* da Livraria da Academia.



Primeira página do *Fuero Juzgo*. — Manuscrito em pergaminho, iluminado, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. (Século XIV)

Iluminuras do códice Fuero Juzgo da Bib. Nacional de Lisboa

Iluminura do códice Fuero Juzgo da Bib. Nac. de Lisboa

Nascido em 1391, falecido com 47 anos de idade e cinco apenas de infeliz reinado (1433 a 1438) o primogénito da ínclita geração fêz, enquanto príncipe e depois de rei, óptimo serviço de protecção das letras portuguesas. Não só mandou traduzir vários livros, como organizou nos seus paços uma excelente livraria, composta de obras que em parte fêz comprar por intermédio das feitorias portu-

(1) Pág. 68. Ortografia modernizada na transcrição.

guesas na Europa, e em parte herdara de seu pai. O catálogo dessa livraria, muito interessante, encontra-se, transcrito das *Provas da História Genealógica* (I, 54) e comentado por Teófilo Braga, a pág. 209 e ss. da sua *História da Universidade de Coimbra,* vol. I.

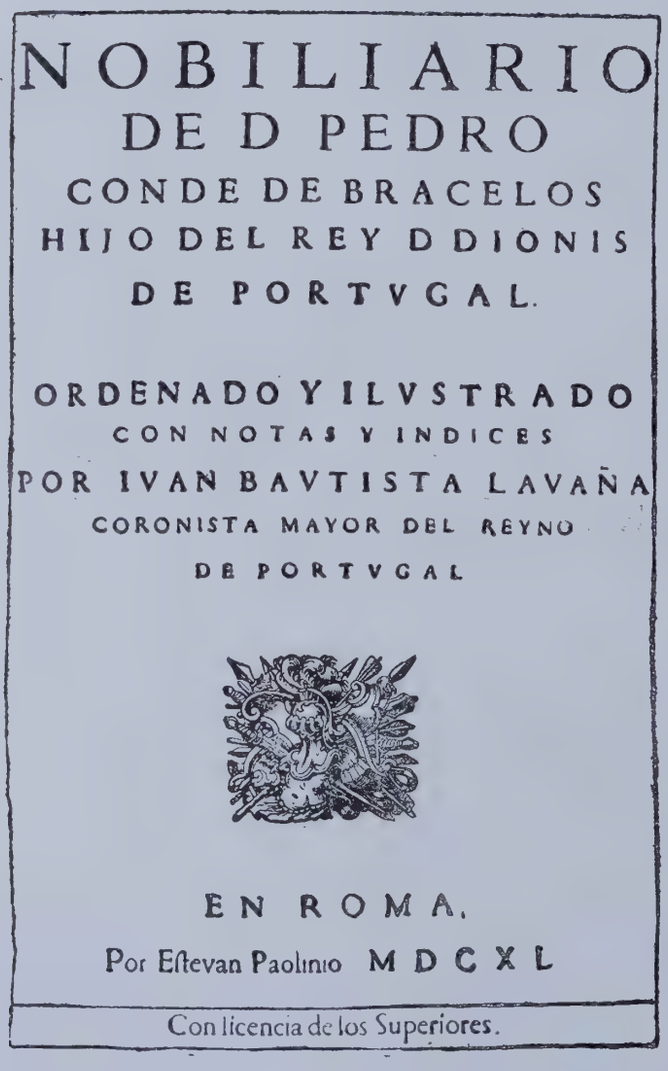
Mas êste rei D. Duarte, à semelhança de seu pai e de seu irmão o Infante D. Pedro, foi também autor e, ao que parece, mais literalmente autor do que êles. Entre as obras da sua biblioteca figura um *Livro das Trovas de El-Rei,* que se perdeu, e do qual, portanto, não se sabe se continha composições métricas suas, ou era, mais provàvelmente, uma compilação de poemas alheios. De versos seus, se alguns mais escreveu, só se nos conservou uma tradução rimada da oração latina do *Justo Juiz,* que D. Duarte incluiu no cap. 99 do *Leal Conselheiro,* onde trata *da maneira para bem tornar* (traduzir) *alguma leitura* (qualquer escrito) *em nossa linguagem.*

Entre os preceitos que neste sentido apresenta, vem o de que se «não ponham palavras alatinadas, nem de outra linguagem, mas tudo seja nossa linguagem, escrita o mais achegadamente ao geral bom costume do nosso falar, que se puder fazer». É a defesa da língua vernácula contra o barbarismo e contra a subserviência às formas latinas eruditas. Mas desta última norma se afastou a nossa língua mais tarde, alatinando-se por instintiva reacção dos escritores portugueses patriotas contra o castelhano. Para a guardarem da influência da língua irmã afastaram-na dela, aproximando-a da materna e criando *a posteriori* o orgulho da maior semelhança com esta. «Com pouca corrupção crê que é latina», escrevia Camões no século XVI *(Lusíadas,* I, 33).

Mas o *Leal Conselheiro,* a obra principal de D. Duarte, não é um tratado lingüístico: compõe-se de muitos escritos diversos, compostos primeiro avulso e ao depois reünidos a pedido da raínha D. Leonor. É o que na linguagem actual se chamaria um livro de «ensaios», no qual se misturam muitos assuntos, embora predominem os de índole e intuito religioso ou moral. Alguns dos capítulos

Cronica da fundaçam do moesteyro de sam Vicente dos conegos regrantes: da hordem do aurelio docto: sctõ Augustinho: é a cidade de Lixboa.

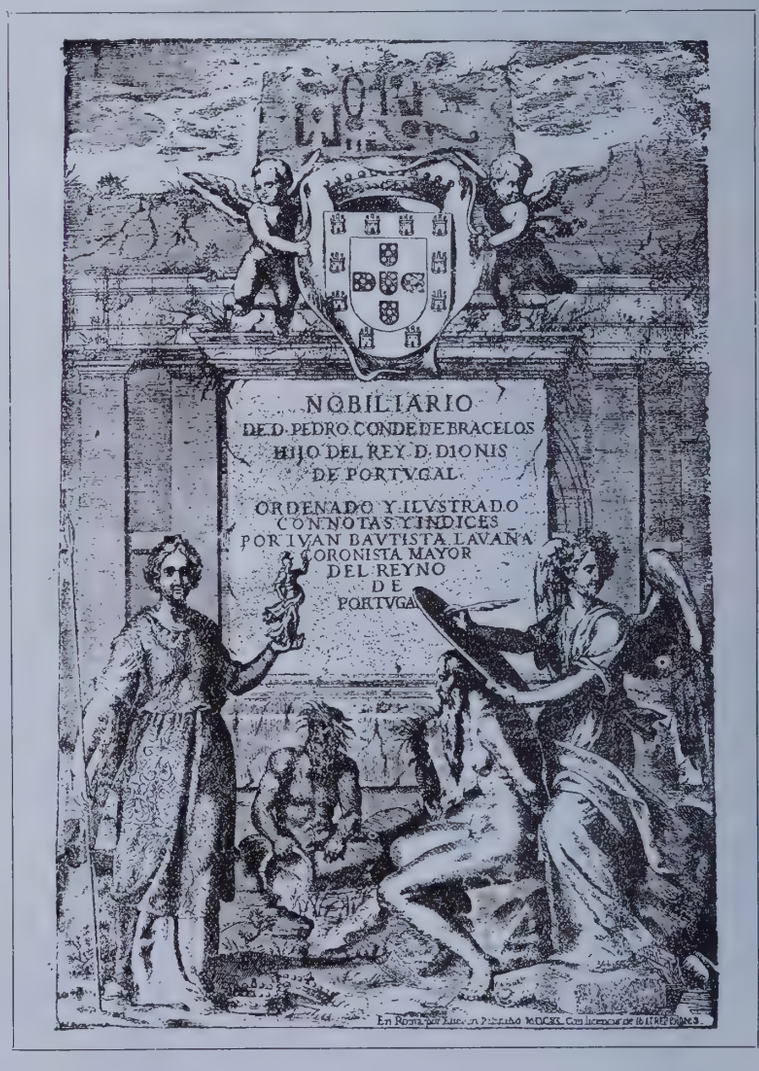
CRÓNICA DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE S. VICENTE. — Impressa no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1538. Portada do exemplar pertencente ao sr. Martinho da Fonseca. Desta obra fez o bibliófilo José Maria Nepomuceno imprimir no Pôrto em 1873 uma edição que constou de um limitado número de exemplares, tendo no fim uma *Advertência do editor* que é uma excelente notícia bibliográfica do livro. Esta reprodução é rigorosa mas não *fac-simile* como se declara na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século* XVI por A. J. Anselmo


NOBILIARIO
DE D PEDRO
CONDE DE BRACELOS
HIJO DEL REY D DIONIS
DE PORTVGAL.

ORDENADO Y ILVSTRADO
CON NOTAS Y INDICES
POR IVAN BAVTISTA LAVAÑA
CORONISTA MAYOR DEL REYNO
DE PORTVGAL

EN ROMA,
Por Eſtevan Paolinio M D C X L

Con licencia de los Superiores.



ROSTO E ANTE-ROSTO ALEGÓRICO DO NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO feito em Roma por João Baptista Lavanha em 1640. A pesar do título e notas serem em castelhano o texto é em português

são versões de Cícero, de S. Tomás de Aquino, da *Vita Christi* ou de outras origens e até contribuïções de portugueses contemporâneos, amigos do rei, como o desembargador Diogo Afonso. Mas a grande maioria dessas páginas constitui-se com lucubrações próprias do rei moralista, pensador e melancólico.

Há ali de tudo, além de religião e filosofia moral: autobiografia (caps. 19 e 98); psicologia (os primeiros caps. e vários outros); regras de bem-viver conjugal (46); higiene (54 e 100); definição da saüdade (25); modo de usar de certa figura que podia servir de relójio (101 e 102); etc., etc.

Não nos é lícito duvidar de que o *Leal Conselheiro* foi inteiramente concebido por D. Duarte e inteiramente escrito por seu punho, pois êle a cada passo assim o declara, o que é peremptório, dado o seu carácter, e aliás seria desnecessário, tão fielmente se retrata em tôdas as páginas a sua alma grande, nobre, sincera e ansiosa de perfeição.

Literàriamente, não foi esta obra analizada ainda como merece, e por isso não é raro verem-se expendidas a seu respeito opiniões contraditórias. Uns consideram-na de pouco valor, pela frouxidão do estilo e arrastamento da frase; outros, como o sr. Aubrey Bell, colocam-na muito alto: «O génio literário de D. Duarte aparentava-se com o de seu pai. Pouco talento poético possuía; faltava-lhe também agudeza de espírito e originalidade; mas, como prosador, enfileira entre os maiores autores portugueses; e foi como que inovador em matéria de estilo, usando as palavras com exactidão e escrupulosa nitidez, desconhecidas até então em Portugal. D. Duarte dava ao assunto longa e séria consideração, e na direitura do seu estilo se reflecte a sinceridade do seu pensar. Os períodos claros e concisos, a cuidada escolha dos vocábulos, mostram um verdadeiro artista, com infalível instinto da prosa. Segundo o desejo manifestado pelo autor, o *Leal Conselheiro* era para ser lido como Sainte-Beuve recomendava que se lêssem os *Caracteres* de La Bruyère: *peu et souvent* («pouco... tornando algumas vezes»). A primeira parte dêste preceito foi seguida à risca; mas, infelizmente para o prosa portuguesa, descurou-se a segunda» (1).

Tal como chegou até nós o texto do *Leal Conselheiro*, o principal defeito da prosa em que está escrito consiste na grande hesitação da sintaxe construtiva. Por outro lado não se vêem ali seguidas inteiramente as duas recomendações que o próprio D. Duarte fazia, no cap. 99, sôbre a arte de traduzir: «que escreva cousas de boa sustância e fremoso o mais que êle puder, e curtamente quando fôr necessário; e para esto aproveita muito *paragrafar e apontar* (pontuar)».

É possível que a dificuldade actual da leitura e os senões que indicamos sejam mais da responsabilidade dos copistas, que da do autor. Parece urgente que se faça uma edição antológica do *Leal Conselheiro*, modernizando a pontuação e ortografia, para aliviar quanto possível o leitor de hoje de tropeços inúteis e evitáveis. Só depois disso poderá assentar-se em qualquer opinião definitiva sôbre o valor literário desta obra. Mas creio poder afirmar-se desde já que a sua virtude estilística máxima está longe de ser a fluência.

Rosto da edição castelhana do Nobiliário do Conde D. Pedro, impresso em Madrid em 1646. Tradução de Manuel de Faria e Sousa

Eis algumas palavras prefaciais e a justificação do título do *Leal Conselheiro*:

> Das obras breves e simples os de não grande entender e pouco saber melhor aprendem, que das subtil e altamente escritas... De minha mão foi todo escrito (tirando as cousas de fora em êle trasladadas)... tendo mais tenção de bem mostrar a substância do que escrevia, que a fremosa e guardada maneira de escrever. Podê-lo heis, se vos praz, chamar *Leal Conselheiro*, porque, ainda que me não atreva a certificar que dá, em todos, bons conselhos, sei que lealmente é todo escrito, quanto o meu pequeno saber (embargado em todo o geral regimento de justiça, conselhos e tôdas as outras providências de meus Reinos e Senhorio) pode percalçar para poer tal obra assim brevemente em escrito; porque algumas cousas se bem podem razoar, que não são tais para se escrever. E filhai-o (1) por um A B C de lealdade... E, porque, ao presente, de Sua mercê (de Deus) tem esta virtude outorgada em estes Reinos, antre senhores e servidores, máridos e mulheres, tão perfeitamente que outros não sei nem ouço que mais e melhor dela usem... me sinto muito obrigado de a sempre manter e guardar a todos... E pôsto que à primeira (vez) pareça não sentirem proveito de o ver (de ler este livro) nem ouvir (ler), saibam que o ler dos bons livros e boa conversação faz acrescentar o saber e virtudes como cresce o corpo, que nunca se conhece senão passando por tempo: de pequeno que era se acha grande, e o delgado fornido. E assim, com a graça do Senhor, o bom estudo, filhado com boa tenção, do simples faz sabedor, (e) do que bem vive, temperado e virtuoso».

(1) *Portuguese Literature*, pág. 91.

(1) Tomai-o.

Um trecho em que D. Duarte pede ao leitor que repare mais na substância e boa tenção do livro do que nos defeitos do seu estilo :

«Prazer-me há que os ledores dêste tratado tivessem a maneira da abelha, que, passando per ramos e fôlhas, nas flores mais costuma de pousar, e dali filha parte de seu mantimento. E não sejam tais como aqueles bichos que, leixando tôdas cousas limpas, nas mais sujas filham sua governança.»

Explica o Autor que deliberou redigir a sua obra em linguagem corrente, o que não agradará a todos, porque os gostos são diferentes, como quando se trata de comida ou de música :

«Acordei de levar esta ordem de escrever na geral maneira de nosso falar ; porém sei que alguma (=qualquer) leitura não pode a todos igualmente prazer, pois teem sobre êlo tanta diferença como no gôsto das viandas e (no) ouvir dos sons.»

Trecho onde declara que transcreveu no seu livro alguns capítulos de outros alheios, observando que a vizinhança dêsses prejudicará os seus próprios escritos, que são de menor valor, e assim se humilharão ainda mais. Não se incomoda porém com isto, porque o que quer não é brilhar, mas ser útil aos outros :

«Conhecendo meu saber para isto não suficiente, não hei por empacho ser ajuda de tais ditos... posto-que o seu mui bom e famoso razoar no por mim escrito faça grande abatimento ; porque mais quero aproveitar aos que o virem, do que encobrir esta minguada maneira de meu escrever.

Definição da saüdade :

«A suidade... é um sentido do coração que vem da sensualidade, e não da razão, e faz sentir às vezes os sentidos da tristeza e do nojo ; e (a) outros vem daquelas cousas que a homem praz que sejam ; e, a alguns, com tal lembrança que traz prazer, e não pena ; e em casos certos se mistura com tão grande nojo, que faz ficar em tristeza.

Para entender isto não cumpre ler por outros livros, que poucos acharão que dêlo falem ; mas cada um, vendo o que escrevo, considere seu coração no que já, por feitos desvairados, tem sentido, e poderá ver e julgar se falo certo.

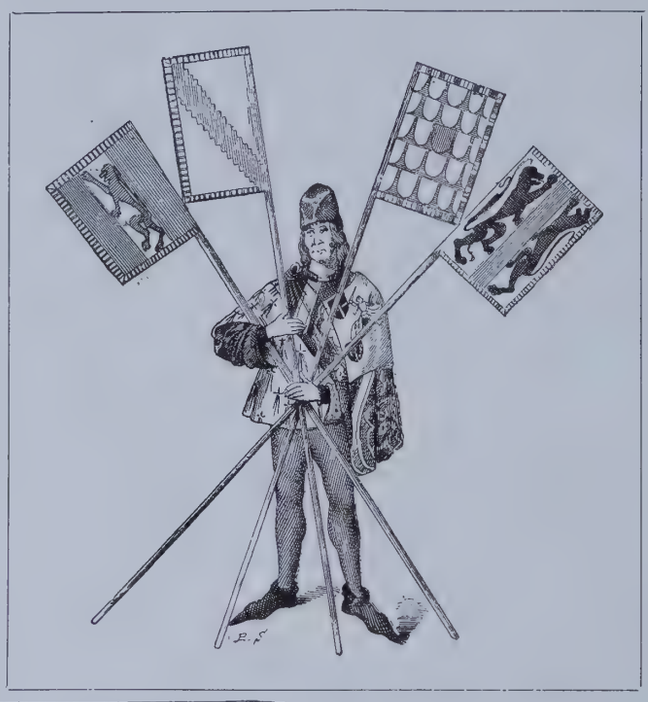
Para maior declaração, ponho dêsto exemplos :

Se alguma pessoa, por meu serviço e mandado, de mim se parte e dela tenho suidade, certo é que de tal partida não hei sanha, nojo, pesar, desprazer, nem aborrecimento, pois praz-me de ser (partida, ausente) e pesar-me-ia se não fôsse. E, por (alguém) se partir, algumas vezes vem tal suidade que faz chorar e suspirar, como se fôsse de nojo. E por isso me parece êste nome de *suidade* tão próprio, que o latim, nem outra linguagem que eu saiba, não é para tal sentido semelhante.

De se haver algumas vezes com prazer, e outras com nojo e tristeza, isto se faz, segundo me parece, por-quanto suidade, propriamente, é sentido que o coração filha por se achar partido da presença de alguma pessoa ou pessoas que muito por afeição ama ou espera cedo de ver. E isto mesmo dos tempos e lugares em que por afeição e deleitação muito folgou, porque são sentimentos que ao coração pertencem, donde verdadeiramente nasce a suidade, mais que da razão ou do siso.

E quando nos vem alguma lembrança dalgum tempo em que muito folgámos, (não geral, mas que traga rijo sentido) e por conhecermos o estado em que somos ser tanto melhor, não dese-

A CAVALARIA, OS TORNEIOS E COMBATES NA ICONOGRAFIA DO TEMPO



ARAUTO DE ARMAS DO SÉCULO XV. (Do mss. da Bib. Nac. de Paris). — Mostra as bandeiras dos cavaleiros que entram no torneio

PREPARATIVOS DE UM TORNEIO. — Manuscrito do século XV do Museu germânico de Nüremberg

ANTES DO TORNEIO. FRANÇA. — O rei de armas e seus ajudantes anunciam publicamente o torneio. Distribuição das insignias aos cavaleiros. (Do *Album Historique* de Parmentier e Lavisse *La fin du Moyen Âge*)

jamos tornar a êle (àquele tempo) por leixar o que possuímos — tal lembramento nos faz prazer. E a míngua do desejo, por juizo determinado da razão, nos tira tanto aquel sentido da suidade, que mais sentimos a folgança por nos lembrar o que passámos, que a pena da míngua do tempo ou pessoa. E aquesta suidade é sentida com prazer, mais que com nojo nem tristeza.

Quando (porém) aquela lmbrança faz sentir grande desejo, outorgado por toda a maior parte da razão, de tornar a tal estado ou conversação, com esta suidade vem nojo ou tristeza, mais que prazer...» (Pág. 81 e 82).

Muito interessante para a história da apologética é o trecho do cap. 34 do *Leal Conselheiro* em que D. Duarte conta ter ouvido ao seu confessor um argumento em defesa da Fé Cristã, idêntico à célebre *aposta* chamada de Pascal. Como se sabe, o *pari de Pascal* exprimia-se por êstes dilemas: ou há vida futura, ou não; se a há, não temos senão vantagem em seguir os mandamentos da Igreja, e tudo perderemos, se os não seguirmos; se não há, não perderemos nada. Oiçamos agora D. Duarte:

«E, sôbre os proveitos que se recrescem de havermos *(procedermos)* segundo pela Santa Igreja nos é mandado, ouvi a Mestre Francisco, meu confessor, em uma prègação, como, em disputando um cristão com um hereje, que da outra vida cousa (alguma) lhe não prazia crer, disse que, sendo verdade o que dizia o hereje, êle cousa (alguma) não perdia, porque a boa esperança da vida eterna e a deleitação das virtudes, que por ela mais se guia, lhe dava mais prazer, sem algum contrário, (do) que a folgança dos pecados e do mal-prazer. E, se verdade era o que nós afirmamos da vida para sempre, que perderia *(êle, hereje)*, por sua descrença, a maior perda que poderia perder...»

Partida para o torneio e volta. — A dama entrega a lança ao seu cavaleiro e cura-o das feridas à volta. Miniatura do *Roman de la Poire* da Biblioteca Nacional de Paris. *(La vie en France au Moyen âge*, 1.° vol. por Langlois)

O *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela* foi começado por D. Duarte sendo ainda infante, mas concluído já depois da sua subida ao trôno, como indicam os passos onde o Autor alude a seu pai «que Deus haja». O estilo é por vezes mais límpido que o do *Leal Conselheiro*, e, quanto à essência, se bem que D. Duarte diga, com a sua habitual e sincera modéstia, que se não fiem mais no que êle escreve do que na experiência de cada um, a *Ensinança* é fruto da própria experiência do Autor, que expressamente declara não falar de ouvido e foi grande cavaleiro em-quanto príncipe sem encargos da administração, tendo também combatido em Ceuta como os mais valentes.

Cavaleiro enamorado deixando que sua dama lhe ate as mãos. — (Do grande Cancioneiro da Universidade de Heidelberg, século XIV. Dos *Ideales de la Idade Média* do prof. Waldemar Vedel, vol. II)

No final do preâmbulo faz D. Duarte a seguinte recomendação, que reflecte os hábitos da época, em que raros sabiam ler e os livros eram raros também:

«E os que esto quiserem bem aprender, leiam-no (ao *Livro)* de começo pouco, passo e bem apontado, tornando algumas vezes ao que já leram, para o saberem melhor. Que, *se o lerem rijo e muito juntamente, como livro de histórias,* logo desprazerá e se enfadarão dêle, por o não poderem tão bem entender nem remembrar, porque regra geral é que desta guisa se devem ler todos os livros de alguma sciência ou ensinança».

Sir Goffroy Louterell recebendo de sua mulher e de sua enteada as peças da armadura antes de entrar em torneio. — Miniatura do psaltério composto para êste Senhor em meados do século XIV. (Do *Album Historique* de Parmentier e Lavisse. *La fin du moyen âge)*

Cavaleiro ferido procurando nas damas a sua enfermeira. Miniatura de um Mss. do *Lancelot*, da livraria de Henry Yates Thompson. (Langlois, ob. cit.)

IX — O Infante D. Pedro e a "Virtuosa Bemfeitoria"

O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Imfante Dom Pedro.

É o vol. II da *Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa* (da *Real Bibliotheca Publica Municipal do Porto*). Porto 1910. 26-308-2 pg. Prefácio de J. P. de Sampaio (Bruno).

Coplas, en Castellano. Saragoça 1490. António Ribeiro

O TORNEIO NA ALEMANHA
FIGURAS DO LIVRO DE TORNEIOS do duque Guilherme IV da Baviera. — (Códice germano da Biblioteca Rial de Munich)

dos Santos na sua *Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo* XV, fala dêste raro livro que Nicolau António nunca viu. O exemplar de que reproduzimos páginas (pg. 161) é o mesmo que o erudito académico descreve. Sôbre *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria* publicou em Coimbra em 1925 (34-2 pg.) o sr. Martins de Carvalho um opusculo sub-intitulado *Esboço de Estudo.*

Sôbre D. Pedro veja-se o *Diccionario Bibliographico,* vol. VI, *Memorias da Litteratura,* tomo VIII, *Memorias para a Historia de Portugal no reinado de D. João I,* por José Soares da Silva, tomo I e IV, *Dissertações chronologicas* de João Pedro Ribeiro, tomo I, *Quadro elementar...* do Visconde de Santarem, tomo III, e *Bibliografia Ibérica del siglo XV* por Conrado Haebler.

Êste Infante D. Pedro, nascido em 1392, foi feito duque de Coimbra em 1415, depois da tomada de Ceuta. Viajou pela Europa desde 1424 a 1428. Foi regente do Reino na menoridade de seu sobrinho D. Afonso V durante dez anos (1438 a 1448) e veio a morrer desastrosamente em Maio de 1449, com 57 anos de idade, no combate de Alfarrobeira, por causa dos enredos de côrte que os inimigos que criara durante a regência contra êle urdiram, e ràpidamente se acenderam em guerra civil.

Foi grave perda nacional esta prematura morte, porque o duque de Coimbra era homem de grande valor e prestígio, figura que o povo fêz lendária pelas suas longas viagens, dizendo que êle percorrera *as sete partidas do mundo.* Era dado às letras e bom «latino», tendo ganho também exagerada fama de poeta, por confusão com seu filho, o condestável D. Pedro (1429-1466).

E, já que aconteceu falarmos dêste, digamos que foi um dos poetas do *Cancioneiro geral,* autor da *Sátira de felice e infelice vita,* da *Tragédia de la insigne Reyña Doña Isabel* (sua irmã, mulher de D. Afonso V) e de outras composições escritas na língua castelhana, porque êste neto de D. João I viveu sete anos em Espanha.

Prova de que a geração de Avis tinha a literatura no sangue, é outra filha do malogrado duque de Coimbra, D. Felipa de Lencastre, a mais antiga poetisa portuguesa que se conhece e uma das trinta damas que figuram como autoras no *Cancioneiro geral.*

Não admira, portanto, que o infante D. Pedro, a-pesar de mais propenso ao movimento e à acção que seu irmão D. Duarte, fôsse como êle tradutor e prosador, além de ser também poeta, como demonstram as suas estâncias a João de Mena, insertas no citado *Cancioneiro* de Rèsende.

TORNEIO NA CÔRTE DE BORGONHA. — Os JUIZES DE CAMPO EXAMINANDO AS ARMADURAS. Códice da Bib. Nac. de Paris (*Idealos de la Edad Media* do prof. Waldemar Vedel, vol. I)

Como obra sua de tradutor deve citar-se a versão do *De Officiis,* de Cícero, que se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid ainda em manuscrito. Mas a obra principal atribuída ao Infante D. Pe-

dro é o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* (1), que o sr. Aubrey Bell define nos seguintes termos:

«...Era primeiro mera tradução feita pelo Infante D. Pedro do *De Beneficiis*, de Séneca. Exceptuada a dedicatória a D. Afonso V, escrita entre 1430 a 1433, a obra, tal como nos chegou com os seus seis livros, não é pròpriamente de D. Pedro, visto não ter êle tido tempo para fazer as correcções e aditamentos que tencionava introduzir-lhe. Passados os papéis originais e a tradução às mãos do confessor do Infante, Frei João Verba, êste fêz as alterações que entendeu necessárias, desenvolvendo o livro, de simples tradução que era, até fazer dêle uma paráfrase do *De Beneficiis*. O leitor que não tivesse isto em mente, ficaria surpreso de ver, numa obra de Séneca, referências a S. Tomás, Nuno Álvares, o nobre cavaleiro Abraão, ou o virtuoso cavaleiro Cid Rui Dias. À obra falta o dom do estilo, que tinha o autor do *Leal Conselheiro*, e que fêz subir esta obra muito acima da prosa contemporânea (2).

Encarando a *Virtuosa Bemfeitoria* antes pelo lado filosófico, diz-nos o eminente prof. dr. Joaquim de Carvalho:

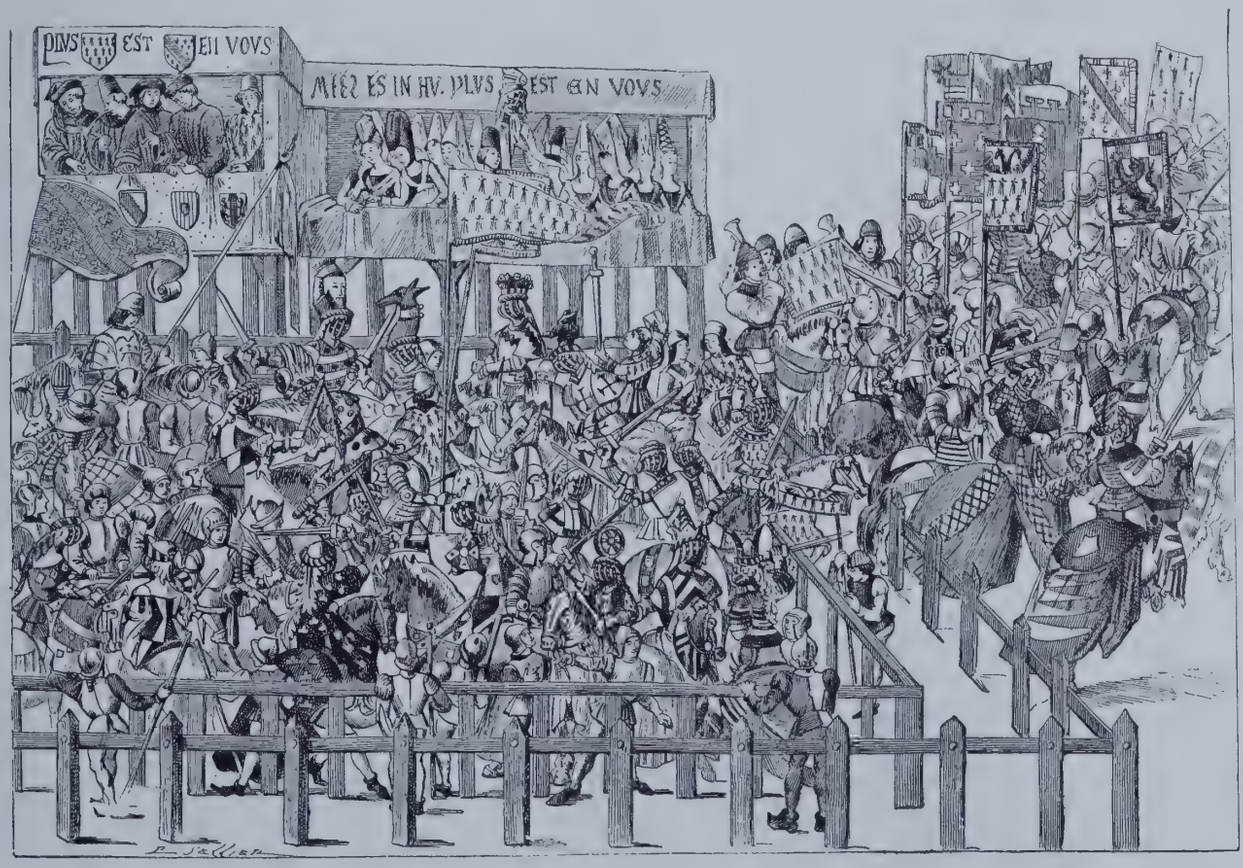
«A sociedade medieval era uma sociedade hierarquizada. Os homens eram socialmente desiguais, e portanto a aproximação dum indivíduo de classe inferior junto dum privilegiado constituía sempre uma benesse. A forma orgânica desta aproximação foi o *benefício*. Se o inferior servia, o privilegiado beneficiava, e esta relação envolvia necessàriamente vínculos morais. Distribuir ignaramente os benefícios seria corromper a própria estrutura social; e, portanto, tornava-se necessário fixar-lhes a natureza, condições e fins. É o que vemos no século XV. Portugal, no início dêste século, gerou a mais profunda revolução da sua vida histórica. Destruíram-se interêsses fortemente enraizados, renovou-se a vida pública da Nação, a começar pela própria dinastia, e ascenderam aos postos dirigentes pessoas até então obscuras. Esta transformação impunha à consciência esclarecida os mais dedicados problemas morais e políticos. Na turbação momentânea não faltaram as guias, das mais nobres que a Nação tem conhecido. Mas os intérpretes mais intelectuais foram o infante D. Pedro e o rei D. Duarte. O infante escreve o tratado da *Virtuosa Bemfeitoria*, no qual desenvolveu de uma forma exaustiva, mas de carácter geral e portanto filosófico, o problema do benefício; e no *Leal Conselheiro*, D. Duarte,

COMBATE DIANTE DAS DAMAS

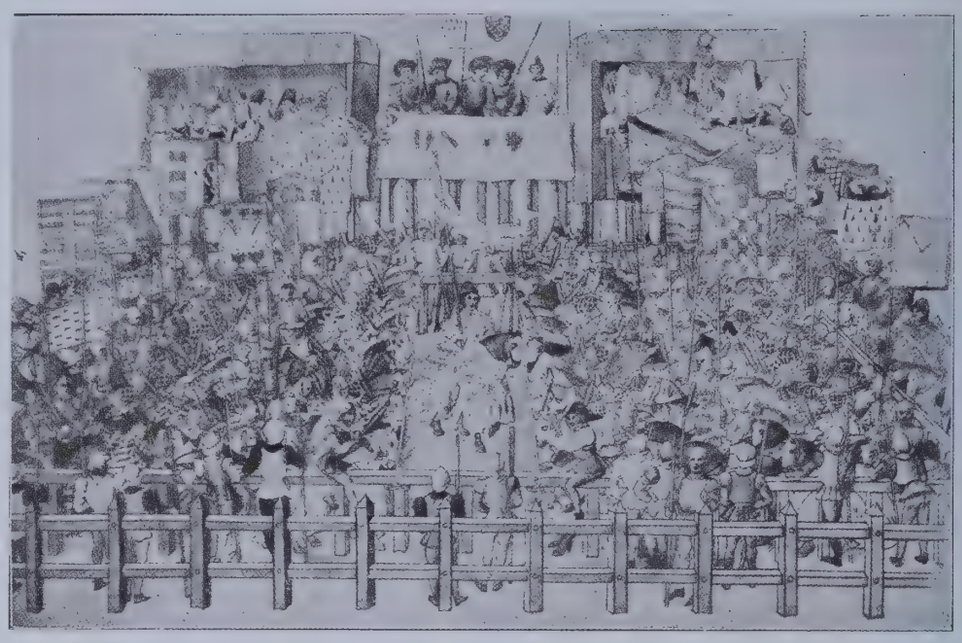
COFRE EM MARFIM existente no Museu Vitoria and Albert, South Kensington, em Londres. (De *La vie en France au moyen âge*. 1.º vol., por Ch. V. Langlois)

(1) Impresso pela primeira vez em 1910, pela Bibl. Púb. Munic. do Pôrto, sob a direcção de J. P. Sampaio (*Bruno*).

(2) *Portuguese Literature*, pág. 92.



UM TORNEIO NO SÉCULO XV EM FRANÇA. — Tribunas, campo do torneio e barreira dentro da qual tomavam lugar os escudeiros e homens de armas. Das duas tribunas uma era reservada aos juizes de campo, outra às damas. Retirada dos lidadores... (Do *Album Historique* de Pernentier e Layisse, *Le fin du Moyen âge*)



TORNEIO NA CÔRTE DE BORGONHA. — O JUIZ DO CAMPO DÁ O SINAL DE COMBATE. Miniatura de um códice da Bib. Nacional de Paris. *(Ideales de la Edad Media* de Vedel e *Album Historique)*

mais descoordenadamente, deixando-se abandonar ao curso das reflexões e estímulos de momento, acusa esta mesma preocupação moral. Eram os dois irmãos eruditos, sem dúvida; mas Séneca, Cicero, a *Ética* de Aristóteles e os livros *De regimine principum*, de S. Tomás de Aquino e de Egídio Romano, para só referir êstes de entre a multidão das suas leituras, não lhes fizeram secar a frescura de espírito, antes lhes robusteceram a ingénua pureza e sinceridade de ânimo» (1).

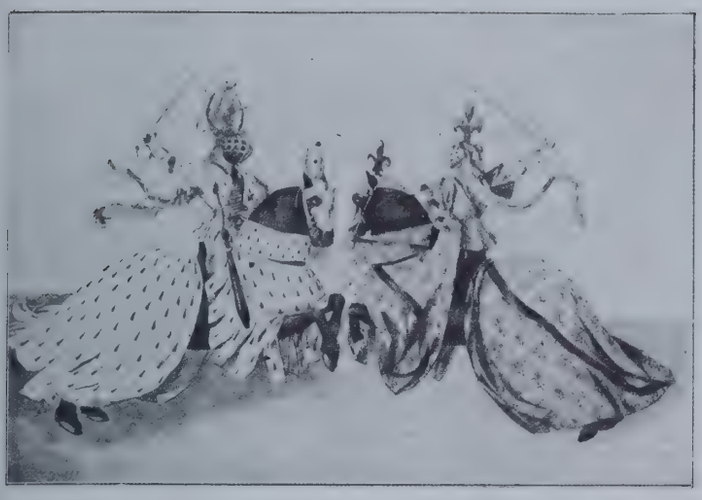
Sob vários aspectos convém que seja bem estudada esta obra, onde até os matemáticos, e não só os filósofos e historiadores da filosofia, encontrarão matéria que os pode interessar, por ser do seu domínio scientífico especial. Tal é, no final, o cap. 10 do 6.º livro, onde o autor explica pelas partes ou quantidades alíquotas ou não alíquotas, o motivo por que dividiu a sua obra em seis livros, e não em cinco ou sete.

Do valor estilístico ou literário da *Virtuosa Bemfeitoria* quási nada há escrito entre nós, o que se explica por ser de data relativamente recente a sua primeira edição impressa (1). Como tentativa de criação de prosa filosófica não há, cremos nós, muito que censurar ao Infante D. Pedro ou a Frei João Verba, pois o raciocínio exposto segue-se em geral sem dificuldade maior. Para tomar a medida do valor literário desta obra deverá ter-se em vista que o Autor só pediu à literatura que lhe servisse de acólita no seu culto da filosofia moral.

(1) V. *Desenvolvimento da Filosofia em Portugal durante a Idade Média*, Coimbra, 1927, pág. 16 e 17.

(1) Leia-se o «esbôço de estudo» intitulado *O livro da Virtuosa Bemfeitoria* e elaborado pelo sr. Martins de Carvalho. (Coimbra, Imp. da Univ., 1925).

TORNEIO ALEMÃO. — Do raro volume de Georg Rüxner, impresso em Frankfurt em 1566. *(Choix de livres anciens rares et curieux* por Leo S. Olschki, 7.me partie, Florence, 1928. Rüxner. *Turnieberbuch)*



TORNEIO NA CÔRTE DE BORGONHA. — Combate entre o duque de York e o duque de Borgonha. (*Ideales de la Edad Media* do prof. Waldemar Vedel)

Para que o leitor ajuíze por si, pô-lo hemos em presença de um trecho do cap. 20 do livro 2.°, *em que se trata se havemos de fazer bem aos maus:*

«Não deve o precioso licor ser espargido em sujo lugar. E porém *(portanto)* é cousa duvidosa se os benefícios podem ser razoadamente feitos aos que em maleza são acostumados. E que êles não devem receber bemfeitorias mostra-se por algumas razões, das quais aquesta é a primeira: àqueles não devemos fazer bem, a que *(quem)* nos é mandado justamente que façamos mal. E, pois no 22.° capítulo do *Exodo* é escrito que não consintamos de os maus viverem, e o Profeta escreve em o Saltério que êle matava trigosamente os pecadores, por serem perdidos da cidade do Senhor os que obravam maleza — segue-se que, pois a estes devem ser tirados os benefícios necessários *(a própria vida)*, não lhes devem ser outorgados os outros.

A segunda razão pertence especialmente aos desagradecidos, e é tal: Nenhum deve outorgar ocasião a outrem para cair em pecado; porém *(portanto)*, como o outorgamento dos benefícios feitos ao desagradecido seja ocasião de a sua maldade ser acrescentada, parece que melhor seria não lhe serem os benefícios outorgados. Em confirmação desto é aquela sentença escrita em o 11.° capítulo do livro da Sabedoria, a saber: êm aquelas cousas deve o malfeitor ser punido, em que êle cometeu o pecado.

TORNEIO DO REI RENATO NA CÔRTE DE BORGONHA. — Damas entregando o prêmio ao vencedor. (De um códice da Bib. Nacional de Paris)

Em contrário desto são outras razões, e a primeira é tal: o preceito manda que amemos os próximos como nós mesmos. E Santo Agostinho diz, em o primeiro livro da Ensinança dos Cristãos, que nosso próximo é aquele com que convimos em natureza; e, pois com todos os homens, bons e maus, temos natural liança, somos teúdos de os amar; e porque o amor seria vão, se lhe bem não fizéssemos, segue-se que lhes havemos de outorgar os benefícios.

Por confirmação desto manda expressamente o nosso Senhor Jesu Cristo, em o 5.° capítulo de S. Mateus, que amemos os nossos inimigos; que não é perfeição ser amado de nós o que nos ama, mas é especial virtude dar benefícios aos que nos querem mal. A segunda razão é fundada em o 6.° capítulo do Evangelho de S. Lucas, onde se escreve: Dai sem esperança de receber, e havereis grande mercê, e sereis filhos do Mui Alto, o qual é benigno sôbre os desconhecidos o sôbre os maus. E pois o nosso Senhor Deus, usando de tal obra, manda que nos afaçamos, segue-se que, obedecendo a Êle, nós o devemos cumprir, outorgando bemfeitorias aos que delas não são merecedores...»

Combate singular. Do livro de Angelo Leónico *L'Amore di Troilo et Griscida, ove si tratta in buona parte la guerra di Troia.* Veneza, 1553. Foi êste poema cavaleiresco que, segundo parece, serviu de inspirador a Shakespeare para o seu drama *Troilus and Cressida.*

Sôbre o mesmo assunto, um trecho do capítulo imediato:

«Porque fazer obra sem causa é vaidade, cumpre-nos de buscar algumas sentenças em que se mostre que as bemfeitorias devem ser geralmente outorgadas aos bons e aos maus. E aprendamos primeiramente que nós devemos dar os benefícios e não onzenar com êles, e porém *(portanto)* não esguardemos sobejamente quais serão agradecedores, que por vezes acontece ser agradecedor o que não dá, e é desagradecido o que outorga; porque o primeiro leixou de fazer por não haver tempo convenhável, e o segundo deu porque lhe pesava de ser obrigado.

Portanto, se não quisermos em este feito cair em error, trabalharemos de ser semelhantes a Deus, que faz nascer o sol sôbre os pecadores, e aos roubadores não nega o mar, e persevera em fazer bem aos desagradecidos.

E, não embargante que alguns d'Êle presumam maldade, dizendo que não tem cuidado do mundo; e outros bradem que não há dêles nembrança *(não se lembra dêles, não lhes acode)*, mas, exalçando os que não mrecm, desampara os que vivem melhor — pero, com todo esto, Êle tem costume de bom gerador, o qual toma riso das palavras néscias que dizem os seus pequenos filhos...»

X — Carácter pouco literário das obras dos três príncipes de Avis

Concluída a resenha da acção literária e das obras dos três príncipes de Avis que foram prosadores, é impossível evitar êste comentário melancólico: eram

todos sérios de mais ; e, com o seu escrúpulo de homens religiosos, de nobres moralistas e de graves doutrinadores, o esfôrço literário que fizeram teve naturalmente (como dito fica) as enormes vantagens do exemplo e do impulso na defesa da língua recém-nascida para a cultura e ameaçada pela irmã vizinha — mas não se desentranhou em literatura perdurável, quer dizer : em verdadeira literatura.

Evaporado o intuito moral ou didático no rodar dos tempos, envelhecida em cinco séculos não só a língua em que as suas obras foram escritas, senão também a mentalidade que as ditou, tôda essa obra é intencional e subjectiva de mais, ou (como no caso do *Livro da Montaria*) prática de mais, para poder atrair hoje algum interêsse, fora dos círculos restritos da erudição, dos especialistas e dos técnicos.

COMBATES DE CAVALEIROS

Da *Histoire du Chevalier Tristan*, impressa em Paris por Antoine Verard em 1499

Da *Historia de Vespasiano*, impressa em Sevilha por Pedro Brun, também em 1499

Faltou nas nossas côrtes joaninas um príncipe como D. João Manuel, sobrinho de Afonso o *Sábio*, que no seu *Conde de Lucanor* preferiu moralizar mais literária do que filosòficamente, e assim deixou um livro de contos e novelas, isto é, de literatura pròpriamente dita.

XI — D. Afonso V

Embora nada nos reste das obras que se diz terem sido escritas por êste rei — um tratado militar e outro de astronomia — é de justiça que o seu nome não falte na série dos príncipes letrados da casa de Avis que viveram no nosso Século da Prosa.

D. Afonso V recebeu as lições do sábio Mateus de Pisa e com elas aproveitou, confirmando assim os pendores literários do seu sangue, como prova o pouco que nos resta escrito por sua mão, e que mais abaixo apresentaremos ao leitor.

Como se fazia a educação cavaleiresca das crianças no século XV. — Torneio de rapazes. Miniatura do breviário do cardeal Grimani. (Do *Album Historique* de Parmentier e Lavisse. *La Fin du Moyen âge*)

Além de proteger as letras vernáculas «ajuntando bons livros» e rodeando de consideração e afecto os bons letrados nacionais, D. Afonso V chegou a mandar vir de Itália o erudito Justo Balduíno, para lhe confiar a tradução latina das *Crónicas* dos seus predecessores, desejoso de fazer registar as glórias pátrias na linguagem universal da sciência ou da erudição europeia daqueles tempos.

Em 21 de Dezembro de 1467 escreveu D. Afonso V ao cronista Zurara (então ausente em Alcácer-Ceguer para se informar dos feitos do conde D. Duarte de Meneses e os pôr em crónica) uma carta de seu próprio punho, a qual, além de excelente e educativo documento literário, é testemunho do nobre e afectuoso carácter do soberano, do seu amor das Letras e da consideração que lhe mereciam os escritores.

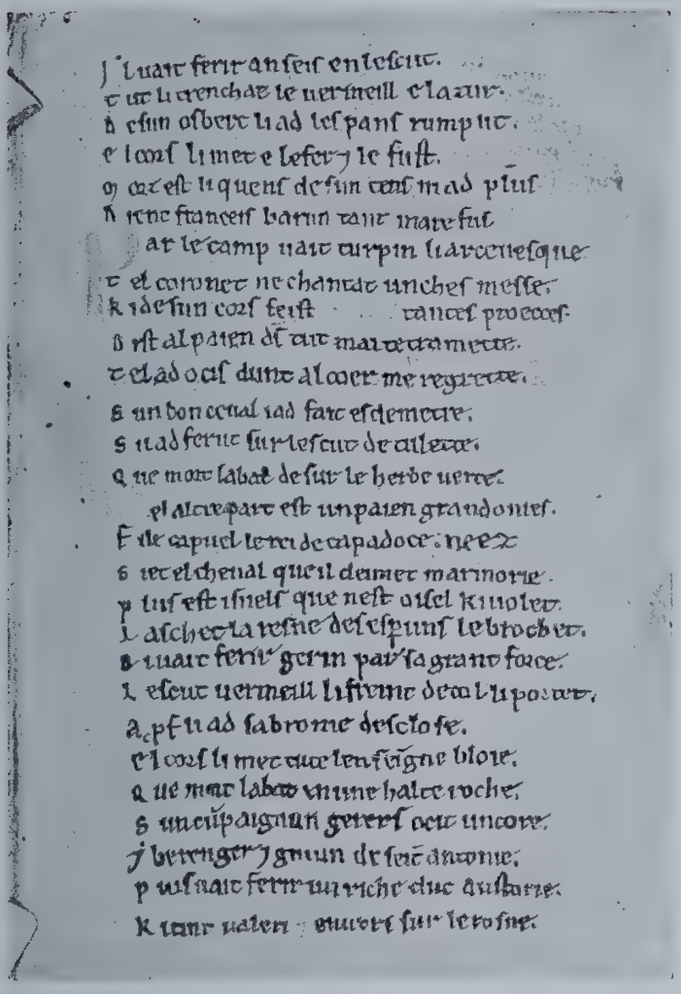
Dela reproduzimos a seguir os trechos principais :

«Gomes Eanes : Eu vos envio muito saudar... Muito me prouve de saber como vos o Conde aposentara e o gasalhado que dêle recebestes. E, pôsto-que o êle deve assi fazer por usar de sua virtude, eu lho aguardeço muito, e vós assi lho dizei de minha parte. Não é sem razão que os homens que teem vosso cargo sejam de prezar e honrar, que, depois daqueles príncipes ou capitães que fazem os feitos dignos de memória, aqueles que depois dos seus dias os escreveram muito louvor merecem. Bem-aventurado dizia Alexandre que era Aquiles, porque tivera a Homero por seu escritor. ¿Que fôra dos feitos de Roma, se Tito Lívio os não escrevera? e Quinto Cúrcio os feitos de Alexandre? Homero os da Tróia? Lucano os de César, e assim outros autores?

Muitas cousas estes fizeram, as quais não são tôdas dinas de memória com são doces de ouvir e ler, plo bom estilo em que foram escritas. Lê-se no primeiro de Tito Lívio (como vós melhor sabeis) que, se não fôra a oração que fêz um nobre barão daquele tempo, quási todo o povo de Roma fôra perdido. Muitos são os que dão ao serviço das armas, e mui poucos ao estudo da arte oratória. Assi que, pois vós sois nesta arte assaz ensinado e a natureza vos deu mui gram parte dela, com muita razão eu, e os príncipes dos meus reinos e capitães, devem de haver a mercê que vos seja feita por bem empregada.

Muitos, certo, vos são obrigados ; porque, ainda que os feitos de Ceuta sejam assaz de recentes, depois que eu vi a crónica que vós dêles escrevestes, a muitos fiz honra e mercê com melhor vontade, por ser certo de alguns bons feitos que lá fizeram, por serviço de Deus, e dos reis meus antecessores, e meu ; e a outros, por serem filhos daqueles que assi lá bem serviram, do que eu não era antes em tão comprido conhecimento. E creio que não menos será aos que depois de mim vierem, quando virem o que haveis de escrever dos feitos de Alcácer.

E se alguns merecem glória por irem a essa terra para servirem a Deus e a mim, e fazerem suas honras, vós assaz sois de louvar, que, com desejo de escrever a verdade do que êles fizeram, vos dispusestes a levar o trabalho que êles suportaram. Vós podereis lá ser bem agasalhado do Conde ; mas, se o desejo que tendes de servir e fazer o que a nosso serviço pertence vos



PÁGINA DA *Chanson de Roland*. Do Manuscrito da Biblioteca de Oxford, que pela primeira vez se imprimiu em 1837. É do século XII, e foi na Idade Média conhecido em tôda a Europa

fizesse lá viver contente, certo é que não pode Alcácer dar o que Lisboa tem. Aquela vida fostes vós buscar, por usardes de virtude, que aos outros em lugar de pena dão por destêrro. Assi que, quanto eu isto melhor conheço, tanto vos mais tenho em serviço de o fazerdes. E não quero que esteis lá mais, que quando sentirdes que é cumpridoiro *(bastante)* para o que tendes de escrever, e vos aprouver...

...Tenho-vos em serviço de querdes saber novas de minha disposição, e graças a Deus eu me acho bem, assi do corpo como das outras cousas. Empero homem *(porém a gente)* anda no mar dêste mundo, onde é contìnuamente combatido das ondas dêle..., pois todos andamos naquela tábua depois do primeiro naufrágio. Assi que ninguém se pode segurar, até aquele verdadeiro pôrto seguro, que homem não pode ver senão depois de sua vida. Ao qual a Deus apraza de nos levar quando vir que é tempo; porque êle é marinheiro e pilôto sem o qual algum homem não pode entrar...

...O meu vulto pintado eu o não tenho para vo-lo agora lá poder enviar; mas o próprio *(o original)* prazeria a Deus que vereis lá em algum tempo, com que vos lá mais deve prazer. A vossa irmã haverei em minha encomenda, segundo me escreveis» (1).

XII — "O Livro da Côrte Imperial"

O Livro da Côrte Imperial. (Vol. I da *Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa (da Real Bibliotheca Publica do Porto).* Pôrto, 1910. 28-274-2 pág. Prefácio de J. P. de Sampaio (Bruno).

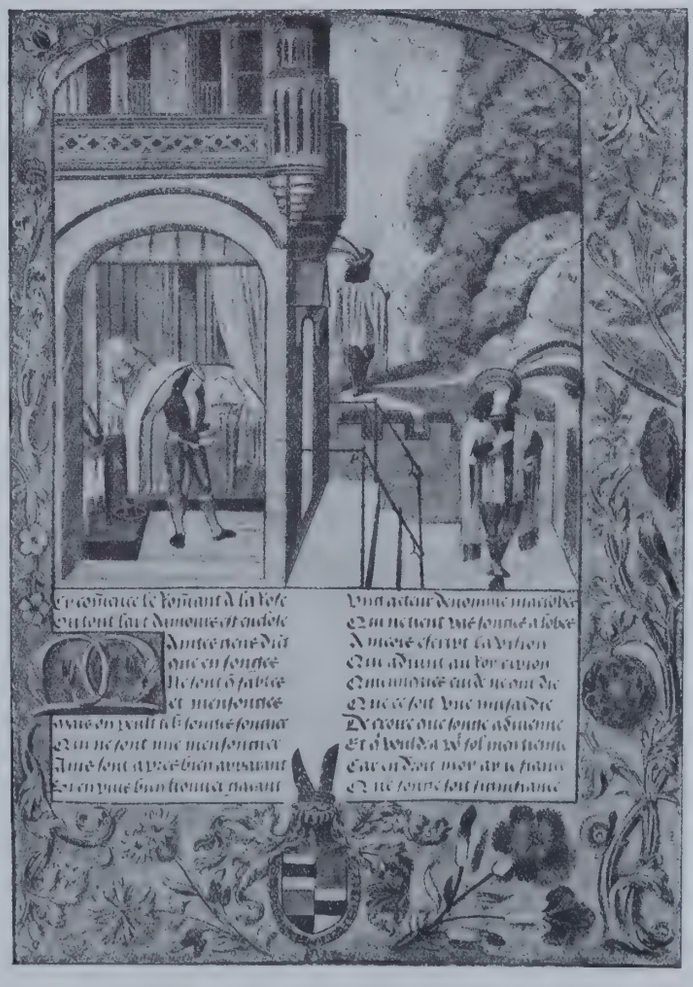
É esta uma obra anónima do período arcaico da prosa portuguesa, pois pertence ao século XIV ou princípios do XV: Tratado místico em que o autor nos apresenta uma spécie de *Summa theologica* resumida, só recentemente foi impresso e se pôde tornar conhecido, graças à edição publicada em 1910 pela Biblioteca Municipal do Pôrto, sob a direcção de José Pereira de Sampaio *(Bruno)*. Não está por-isso bem estudado ainda, de modo que se possa dêle apresentar um parecer literário firme.

No título está a palavra *côrte* no sentido de *parlamento;* e, com efeito, a arquitectura do livro consiste numa discussão ou controvérsia, em que a Igreja Militante, personificada na *Gloriosa Raínha Católica,* discute, na presença do *Celestial Imperador* Jesus Cristo, com a filosofia pagã e as religiões adversas de judeus e maometanos, problemas de fé referentes à natureza e existência de Deus, à ressurreição, ao dogma da Trindade, etc., etc.

«A cultura e o tom elevado e raramente depreciativo das saus páginas emprestam-lhe uma profunda significação moral. A agilidade intelectual que patenteia é grande... A própria forma literária, de natureza dialógica, merece um momento de atenção... Esta ficção (a da *Côrte* ou parlamento) recorda a lenda dos santos Barlaão e Josafat, o *Cúzari,* de Jehuda Halevi, o *Libro del gentil e los tres savis,* de Raimundo Lulo e o *Libro de los Estados,* de D. João Manuel; e, embora não possamos determinar qual dêstes livros a sugeriu, sem dúvida se deve integrar no género literário que êles exprimem» (1).

A *Côrte Imperial* foi atribuída algum tempo ao Infante

(1) Dr. Joaquim de Carvalho, *op. cit.*, pág. 11 e 12.



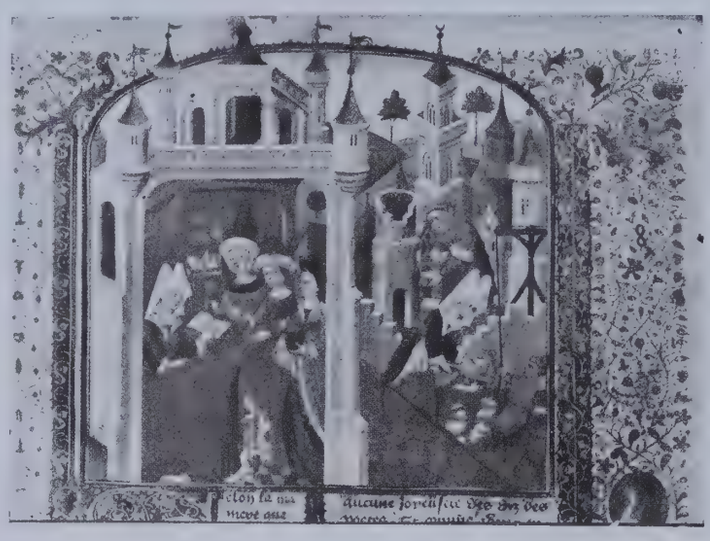
FRONTESPÍCIO DO *Roman de la Rose*, manuscrito do British Museum. (Da *Histoire illustré de la Littérature Française*, por Abry, Audic e Crouzet, Paris, 1926)

(1) *Apud. Cr. da tomada de Ceuta*, 1915, p. 207 a 9.

D. Pedro e a seu pai D. João I. O autor do livro, quem quer que seja, apresenta-se como simples compilador *(simprez ajuntador das cousas em êle conteúdas)*. Da sua significação e alcance literário não temos senão que repetir o que acima dissemos sôbre a fraca perduração que podiam ter como literatura esta e semelhantes obras, cujo intuito principal pouco ou nada tinha de literário, no sentido restrito da palavra.

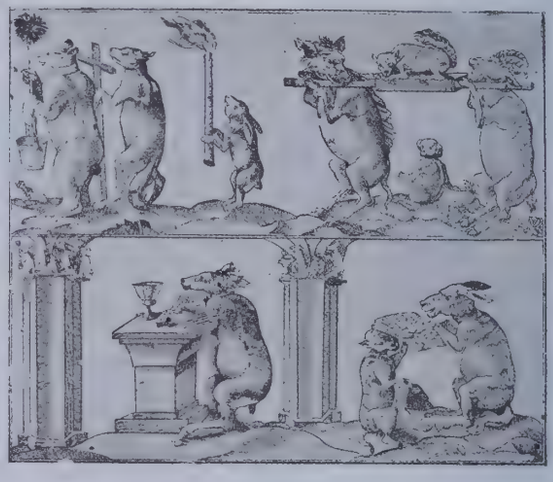
XIII — Outras obras

Boosco deleytoso. Com preuilegio del Rey nosso senhor. Impresso por Hermã de Campos, 1515. O rosto dêste raro livro publicamo-lo a pág. 154. A descrição bibliográfica encontra-se (pág. 118) em A. Anselmo. *Bibli. das obras imp. em Port. no século* XVI.

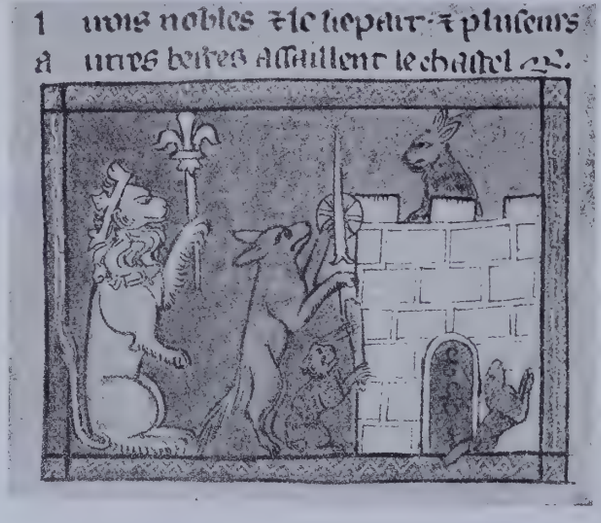


La Cité des Dames, de Cristina de Pisano. Miniatura do Códice francês n.º 8 da Biblioteca Nacional de Munich

Tristão e Isolda, de Godofredo de Strasburgo e Ulrico de Türheim. (Códice germano n.º 51 da Rial Biblioteca de Munich). (*Ideales de la Edad Media*, do prof. Waldemar Vedel, vol. II).



A procissão da Raposa. — Ornamentação de um capitel da catedral de Strasburgo. (Da *Histoire de la Littérature Française illustrée*, por Bedier e Hazard)



Scena do *Roman de Renart*. (Do Mss. da Biblioteca Nacional de Paris). O rei Leão, o Leopardo e outros animais assaltando o castelo da Raposa. (Da *Hist. illustrée de la Litt. Française*, por Abry, Audic e Crouzet. Paris, 1926)

Seria de grande vantagem para o estudo da prosa portuguesa medieval que se imprimissem algumas obras importantes até agora conservadas em manuscritos, e se reimprimissem outras dificilmente acessíveis por se encontrarem em publicações já esgotadas e raras.

Entre as segundas citaremos o *Boosco delleytoso solitario*, elogio da vida do êrmo, libelo contra os gozos e vícios do mundo, que o sr. Aubrey Bell considera escrita com «gracioso engenho, intenso e excelente estilo, fervente humanidade e amor da natureza» (1). É obra raríssima, de que se conhecem apenas dois ou três exemplares, um dos quais na Bibl. Nac. de Lisboa. «Esta obra, ainda que impressa no primeiro quartel do século XVI (1515), representa uma fase lingüística muito mais antiga, dos começos do século XV, ou mesmo dos fins do XIV. Talvez o *Boosco delleytoso* não passe de reprodução de uma obra impressa no século XV, de que se não conheça hoje nenhum exemplar» (2).

Eis um trecho dêsse livro, modernizada levemente a transcrição que encontrámos nos *Textos Arcaicos* do dr. Leite de Vasconcelos:

«¿Que direi dos filósofos e dos poetas filósofos? Digo aqueles verdadeiros, que sempre foram poucos; e não sei se são agora alguns que cumpram por obra aquilo que prometem, convém a saber: amor e estudo da sabedoria. E não digo dêstes filósofos dêste tempo, que lêem nas cadeiras, e são tais como sandeus nos autos e dão mandamentos e preceitos aos outros, e êles são os primeiros que vão e obram contra os seus preceitos, e êles são os primeiros que quebrantam e minguam nas leis que êles mesmos fizeram, e êles são os primeiros que são revéis ao senhorio das virtudes.

«Outro-sim não falo dos poetas que fazem versos de vaidade e de chufas, dos quais há aí tanto avondamento, que é fastidioso; mas entendo os poetas verdadeiros, que sempre foram mais poucos que os filósofos, e é sua mente mais santa, e o seu engenho mais chegado a Deus, que a sua bôca falador de grandes cousas.

«Estes tais poetas e tais filósofos como dito hei, não poderia eu ao tempo de ora mostrar um com o dedo, e se há tais neste tempo, ou houver ao diante, certamente êles fugirão das cidades e seguirão os ermos e os apartamentos solitários.

«Mas, dos filósofos e dos poetas que foram em outros tempos, pregunta a Dom Platão, grande filósofo antigo: certamente êle louva muito a sua aldeia pequena, que chamam Academia e, segundo creio, êle a tem e preza mais que a cidade de Atenas.

---

(1) Obra cit. pág. 93.
(2) Dr. J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Phil. Port.*, pág. 136.

«E pregunta ao grande filósofo Protino, que foi principal com Dom Platão: e êle te responderá que a vida apartada e com vagar que êle fazia em Campânia lhe abastava, e não desejava mais de todo o mundo.

«Pregunta ao grande Pitágoras, e êle te dirá que sempre andou buscando os ermos e os apartamentos solitários, não tão solamente os deleitosos, mas os desertos e espantosos, e sempre buscou lugares estranhos e trabalhosos em os desertos, com vontade e com estudo de inquirir e achar a verdade. E os seus sucessores, que são chamados pitagóricos, sempre se alongavam da multidão das gentes (que é posta a muitas tempestades) e viviam em os apartamentos solitários e em os desertos.

«Pregunta a Demétrio, filósofo, e êle confessará que tirou os olhos a si mesmo, para ver a verdade e para não ver o povo, que é inimigo da verdade...

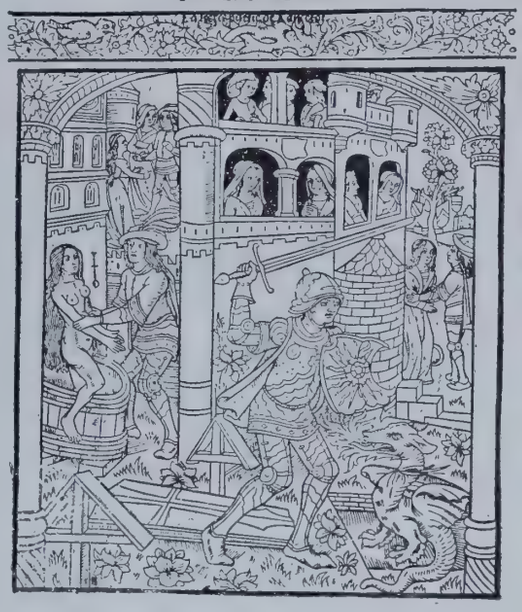
«Muitas vezes o lugar aguça o engenho do homem, e porém *(portanto)* aqueles que querem adequar o seu coração às cousas altas devem desejar lugar pertencente, e livre, e sem embargos, porque entre os povos muitas formas de vaidade premem e apertam o coração, e a morte da alma acha mil carreiras para entrar a ela pelas frestas que são os olhos e os outros sentidos corporais...»

Em seguida fala o Autor da vida de Horácio em Tíbur (Tívoli), sempre com o mesmo tom de modernidade e esta mistura de ascetismo cristão e paganismo renascentista, característica da época de transição em que vivia.

Elogiadas pelo espírito de observação, poder descritivo e originalidade da prosa são as quatro cartas que Lopo de Almeida escreveu de Itália em 1451 a D. Afonso V, como uma das pessoas gradas que acompanharam a Infanta D. Leonor, irmã daquele rei, por ocasião do seu casamento com o imperador Frederico III. Estão, porém, fora do alcance de muita gente, no tômo I, p. 633, das *Provas da História Genealógica*, de António Caetano de Sousa.

DAMAS COM UM CAVALEIRO. Da *Istoyre du vaillant chevalier Pierre de Provence et de la belle Maguelonne*. Lyon. Imp. por Guillaume le Roy, s. d.

Tôdas estas gravuras mostram a divinização da mulher no período áureo da cavalaria. O *Amadis* os *Doze de Inglaterra* são entre nós o seu reflexo.



LANCELOT DU LAC COMBATE CONTRA O DRAGÃO. Do raro livro *Lancelot du Lac*, impresso em 1494, em Paris, por Antoine Vérard. O romance do Lancelot du Lac, composto para perpetuar os feitos dos nobres e valentes cavaleiros que no tempo do rei Artur foram companheiros da Távola Redonda, foi pela primeira vez impresso em Rouen, 1488, o 1.º volume e o 2.º em Paris. Daí em diante reimprimiu-se em 1494, duas vezes, 1520, (sem data entre 1520 e 1533), 1533, 1591, em França e em Veneza 1558-1559. Foi também traduzido em inglês

FIER-À-BRAS DO LIVRO *Roman* DO MESMO TÍTULO. Imp. em Lyon por Guillaume le Roy em 1486. (Reproduções do livro de André Blum, *Les origines du livre à gravures en France. Les incunables typographiques*. Paris-Bruxelas, 1928).

DAMAS VELANDO O SONO A UM CAVALEIRO. Do livro de Jacques Milet, *L'Istoire de la destruction de Troye la Grand*, impresso em Paris por Jean Bonhomme em 1484. Êste raro livrinho foi composto em 1450, sendo 1484 a data da sua primeira edição. Em 1486 imprimia-se a 2.ª ed., em 1490 a 3.ª, em 1491, a 4.ª, em 1498 a 5.ª, em 1500 a 6.ª. Foi pois, como se vê, apreciadíssima uma obra que só de incunábulos tem seis edições

A HISTÓRIA

OS CRONISTAS. I — Fernão Lopes

OBRAS IMPRESSAS — CHRONICA DEL REI D. JOÃO (escrita segundo B. Freire por 1443). *Chronica del Rey D. Ioam de Boa Memoria e dos reys de Portugal o decimo. Primeira parte. Em que se contem a defensam do Reyno até ser eleito Rey... Composta por Fernam Lopez. Anno 1644. A custa de Antonio Alvarez.* IV-412-IV. *Segunda parte.* IV-466-5 pg. (Constitui 3.ª parte a *Conquista de Ceuta* por Azurara); 2.ª edição. Lisboa. 1897. (Bibliotheca dos Classicos Portuguezes, dirigida por Melo de Azevedo), 7 vols.; 3.ª edição. Lisboa. 1915. *Primeira parte da cronica...* (Edição do Arquivo Histórico Português, com introdução de A. Braamcamp Freire. Tiragem de 200 ex. afora os distribuidos com o Arquivo. A melhor e mais perfeita edição, feita sôbre o códice do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo).

CHRONICA D'EL-REI D. PEDRO I. *Chronica delrei D. Pedro I de Portugal, cognominado o Justiceiro, na forma em que a escreveu Fernão Lopes, primeiro chronista mór, copiada fielmente do seu original, e accrescentada de novo pelo P.e Joseph Pereira Bayão.* Lisboa. 1735; 2.ª edição. Lisboa. 1760; 3.ª edição, no vol. IV da *Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza dos reinados de D. Diniz,*

D. Affonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, colecção começada a publicar em 1790 pelo Abade Correia da Serra, na Academia das Sciências de Lisboa. (Esta edição é diversa das do Padre Baião. É feita sôbre o códice mss. da Tôrre do Tombo confrontado com o da Bibliot. Nacional e com outro do Marquês de Tancos. Êste volume reimprimiu-se em 1925, constituindo assim 2.ª edição desta cópia e 5.ª na publicação da Crónica); 4.ª edição, Lisboa, 1895. (Bibliotheca dos Classicos Portuguezes) Prefácio de Luciano Cordeiro; 5.ª edição. A mesma que a 3.ª.

Chronica do Rei D. Fernando. Publicada pela primeira vez no vol. IV da *Collecção de Livros Ineditos da Historia portugueza*. Lisboa, 1816; 2.ª edição. Lisboa, 1895-96, 3 vols. (Bibliotheca dos Classicos Portuguezes); 3.ª edição. A reedição em 1925 do volume da Academia.

Publicado anónimo. *Cronica do condestabre de purtugal Nuno aluarez Pereyra:* Lisboa. Germão Galharde. 1526. Gotico, LXVI-4 pag. a 2 col.; 2.ª edição. Lisboa, por Germão Galharde 1554; 3.ª edição. Lisboa, por Antonio Alvarez, 1623; 4.ª edição. Porto, 1848; 5.ª edição. Coimbra, 1911. (Da colecção *Subsidios para o estudo da Historia da Litteratura Portugueza*.

Estudos sôbre Fernão Lopes. *Antologia Portuguesa*, organisada por Agostinho de Campos. *Fernão Lopes. I — Crónicas de D. Pedro e D. Fernando*. 1921. *II — Primeira parte da Crónica de D. João I*. 1922; José Estevão de Moraes Sarmento — *O Valor Histórico dos Cronistas Medievais e designadamente de Fernão Lopes*, Lisboa, 1923; J. E. de Moraes Sarmento — *D. Pedro I e a sua época*. Lisboa, 1924; M. Gonçalves Cerejeira — *Do valor histórico de Fernão Lopes. Esbôço crítico de «D. Pedro e a sua época», do sr. general Moraes Sarmento, Lisboa, 1924*. Coimbra. 1925; A. F. G. Bell — *Fernam Lopez*. Oxford. 1921; *Fernão Lopes. A sua vida e a sua obra*. Lisboa. 1928. (Colecção Patricia); Edgar Prestage — *The Chronicles of Fernão Lopes and G. Eannes de Zurara*. Watford. 1928.

Deve consultar-se ainda: *O Panorama*, 1839, tomo III; *Revista de História*, vol. V, Lisboa 1916; *Boletim da 2.ª classe*, vol. IX, Lisboa, 1915; Aubrey F. G. Bell, *Studies on Portuguese Litterature*, Oxford, 1914.

Scenas da Lenda do rei Artur. Códice da Universidade de Bonn, procedente de Amiens. Século XIII. (*Ideales de la Edad Media* do prof. Waldemar Vedel, vol. II)

Com êste grande nome, um dos quatro ou cinco maiores da nossa literatura, entramos noutro género de actividade letrada em que a excelência pròpriamente literária pode combinar-se bem com o intuito mais prático do que artístico a que o homem que escreve obedeceu escrevendo, e perdurar liberta e independente da intenção. Êsse género é o da História, que, pelo que respeita à nossa literatura, começa verdadeiramente com Fernão Lopes, e abre assim com chave de oiro; mas o velho cronista foi, além de óptimo historiador que quis ser, escritor e prosador genial que não sabia que era.

Nenhum dos nossos prosadores arcaicos merece e pode, como êste, ser acessível a círculos mais largos do que a roda erudita e, portanto, apreciado e admirado por êles. No entanto deve dizer-se, com alguma vergonha do nosso desleixo, ou da nossa distraída falta de gôsto, que o «descobrimento» literário de Fernão Lopes pelo público geral da nossa terra é facto muito recente. Para êste grande atraso no contacto da maioria dos portugueses razoàvelmente cultos e educados com uma das maiores glórias literárias de Portugal têm contribuído várias causas que não exporemos aqui. Temos de ir direitos ao assunto, que é grande em si mesmo, e por isso nos limitaremos a dizer que, se a incúria não foi ainda de todo sanada, ao menos se atenuou muito.

Tal resultado deve-se em boa parte à iniciativa do erudito Braamcamp Freire, com a sua cuidada edição de uma das obras-primas de Fernão Lopes: a primeira parte da *Crónica de D. João I*. Uma tentativa anterior de vulgarização dos escritos do admirável cronista — a de Luciano Cordeiro e Melo de Azevedo — malogrou-se quási, por ter sido mal executada, e talvez também porque não tinha então soado ainda a hora da necessária adaptação do espírito público à beleza semi-sepulta no pó de vários séculos.

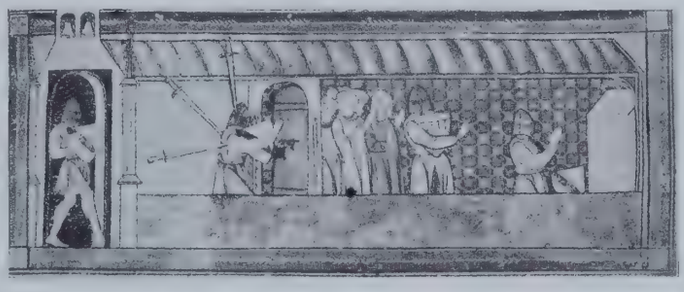
Em três volumes da colecção intitulada *Antologia Portuguesa*, que em edição de Aillaud e Bertrand foram consagrados a *Fernão Lopes*, já o leitor comum de agora pode encontrar, não só muitas páginas de texto escolhido e aliviado de embaraços ortográficos e outros, senão também óptimos estudos literários sôbre o cronista, firmados pelo eminente crítico sr. Jaime de Magalhães Lima, além de extractos das inteligentíssimas observações do lusólogo britânico sr. Aubrey F. G. Bell, e outros elementos de informação e de crítica. Isto nos permitirá condensar aqui, como é necessário, o que teríamos de dizer mais alongadamente, se as actuais possibilidades de contacto com o grande cronista fôssem, como há 15 ou 20 anos, escassas, difíceis, e afugentadoras do maior número.

Biografia — Entre o pouco que se sabe da vida de Fernão Lopes avulta a certeza de que, entre Maio e Novembro de 1418, lhe foi confiada a guarda das escrituras do

Tombo (arquivo ou conservatória) do Reino. Parece ter acumulado êste cargo com o de *escrivão dos livros* (secretário ou notário) do infante e depois do rei D. Duarte, sendo apenas positivo que em 1419 era também escrivão dos livros de D. João I. Num alvará de 1422 aparece já Fernão Lopes intitulado *escrivão da puridade* (secretário particular ou chanceler) do infante D. Fernando, e como tal o serviu até à partida para África do príncipe ao depois martirizado.

Ignora-se onde, quando e de quem o cronista nasceu. Sabemos apenas que era muito velho e fraco em 1459, porque assim o diz a carta régia de D. Afonso V, que em 6 de Junho daquele ano o louva e lhe dá sucessor como guarda das escrituras do Tombo. Supõe-se que teria nessa data mais de oitenta anos de idade. Logo que D. Duarte subiu ao trono encarregou-o de *pôr em crónica* não só a história do reinado de D. João I, mas também a dos reis seus antecessores. Por carta de 19 de Março de 1434 estabeleceu-lhe aquele rei a tença anual e vitalícia de 14.000 réis. Em 1449 D. Afonso V, mantendo esta tença, fêz ainda mercê ao cronista de «500 reais de mantimento por mês em tôda sua vida».

O S. Graal — Miniatura do Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. A scena representa o Cristo no túmulo e José de Arimathia preparando-se para recolher o sangue do Salvador. Uma santa tem na mão o graal, vaso sagrado, que depois de ter corrido tôda a terra e haver sido perdido, só será encontrado pelos cavaleiros de alma pura como Parceval, etc. (Da *Histoire illustrée de la Littérature Française*, por Abry, Audic e Crouzet. Paris, 1926)



Freires do S. Graal em oração. — (Miniatura do *Roman de Lancelot*, manuscrito pertencente à livraria de Henry Yates Thompson)

No ano de 1443 escrevia Fernão Lopes os últimos capítulos da sua *Crónica de D. João I*; a 18 de Agosto de 1439 escrevera por seu punho o testamento do infante D. Fernando, documento que pode ver-se e venerar-se no Arquivo Nacional (gaveta 16, maço 2, n.º 13). Um filho de Fernão Lopes, mestre Martinho, foi físico ou médico do infante D. Fernando, que dedicadamente acompanhou em Marrocos durante o seu cativeiro, velando-lhe por fim o cadáver na noite de 6 para 7 de Junho de 1443, e seguindo-o de perto no túmulo. Êste Martinho deixou um filho bastardo, Nuno Martins, que mais tarde veiu a causar graves dissabores a seu avô paterno.

Fernão Lopes gozou dos privilégios de *vassalo de El-rei*. Devia ser de estirpe humilde, pois foi casado com uma tia de Diogo Afonso, sapateiro de sua profissão.

Suas obras—O trabalho histórico indiscutìvelmente legado por Fernão Lopes compõe-se de três *Crónicas:* a *de D. Pedro I*, a *de D. Fernando* e a *de D. João I*. Estas chegaram até nós como êle as escreveu, salvo o que haja sido adulterado em pormenores secundários por imperícia de copistas. As duas primeiras pecam por sucintas de mais; a última, porém, é obra-prima de história e de literatura, bastante para fundamentar a glória imperecível do autor. Além destas três crónicas, considera-se como assente que Fernão Lopes escreveu mais seis — as *de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Denis* e *D. Afonso IV* — as quais por inteiro se perderam como documentos literários (se não como legado pròpriamente historiográfico) visto o que delas nos resta hoje ser reescritura ou adaptação de outro cronista, Rui de Pina, que se apropriou do trabalho de investigação de Fernão Lopes e inteiramente se substituíu a êle no reordenamento da redacção e do estilo, sem vantagem e antes com irremediável prejuízo das Letras, dado que êsse homem não possuía dotes literários dignos de comparação com os que, excepcional e genialmente, distinguiam o grande

A mocidade abraça o amor. — (Miniatura do *Roman de la Rose*, Mss. da Biblioteca de Santa Genoveva de Paris, Século XIV)

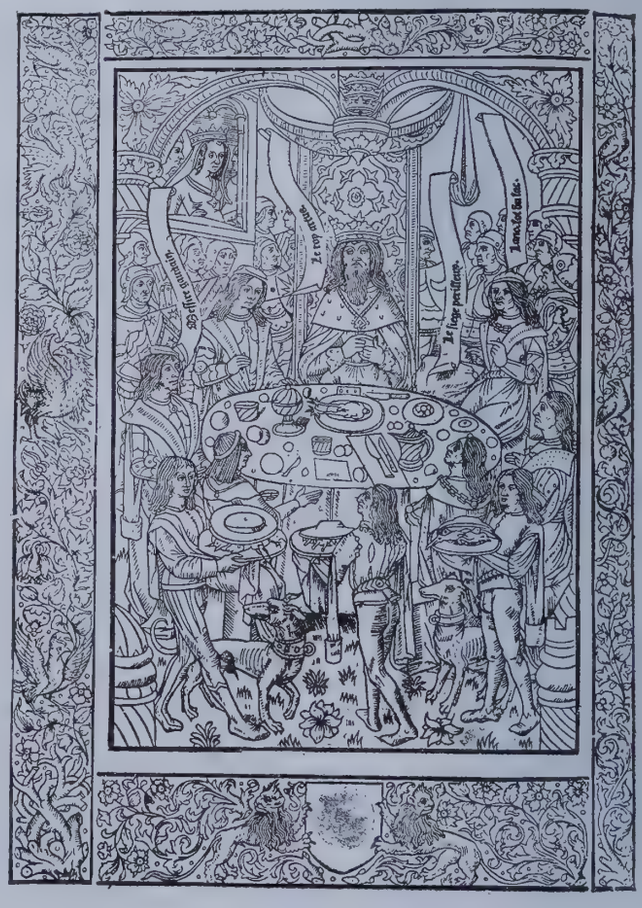
Gravura inserta na edição do *Roman de la Rose*, impresso em Paris, em 1498, por Jehan Petit e Desprez

escritor e historiador. Por êste enorme desastre tem sido incriminado com dureza Rui de Pina; encarados, porém, os factos com serenidade objectiva, devemos calmar a nossa indignação, considerando que assim era o costume do tempo: um cronista via, na herança dos inéditos ou simples apontamentos de outro anterior, nada mais que material jacente, próprio para estabelecer trabalho novo segundo o seu livre critério. Pina não tem, portanto, responsabilidade, porque não teve consciência, do vandalismo que perpretou.

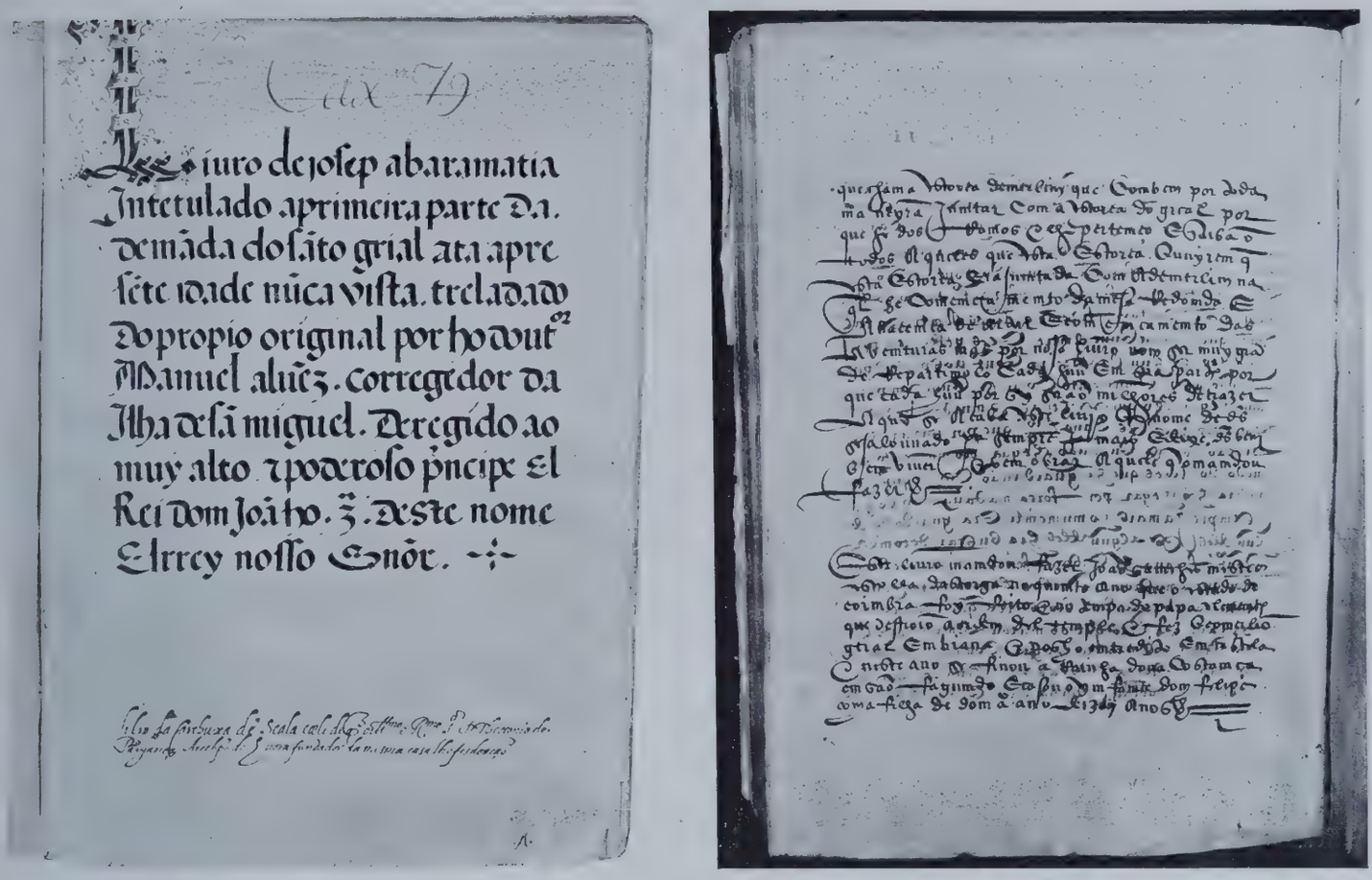
À lista das obras conservadas de Fernão Lopes convém acrescentar a *Vida* ou *História do Condestável D. Nuno Álvares Pereira*. Esta obra tem corrido anónima; muitos passos dela estão, porém, transcritos textualmente na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes; além de que a linguagem e o estilo da *Vida de Nuno Álvares* parecem conformes com os daquela *Crónica*, «como se (diz F. M. Esteves Pereira) fôssem de um mesmo autor». D. Carolina Michaëlis inclina-se a supor que a semelhança se explica por ter Fernão Lopes aproveitado «o que já estava feito»; mas, como o estilo da *Vida* «parece conforme» com o de Fernão Lopes, e como não é fácil que tenha havido dois Fernão Lopes num século, é muito de crer que «o que já estava feito» fôsse feitura de Fernão Lopes. E, assim, os partidários da paternidade comum das duas obras teem a seu grande favor, senão uma qualquer prova documental, o mais forte dos argumentos literários e psicológicos.

GALAAD, PARCEVAL E BOHORT ADORANDO O S. GRAAL. (Mss. da Biblioteca Nacional de Paris. Século XV).

COMO O S. GRAAL APARECE AOS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA. (Mss. da Biblioteca Nacional de Paris, do século XV). (Da *Histoire de la Littérature Française illustrée*, por Bédier e Hazard)



OS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA. (De *Le Roman faict et composé à la perpétuation de memoire des vertueux faict des Chevaliers de la Table Ronde*, impresso em Rouen, em 1488).



Livro de Joseph de Arimathia ou a Primeira parte da Demanda do Santo Graal. Códice do Arq. Nac. da Tôrre do Tombo. Pertenceu à Cartuxa de Évora por doação de D. Teotónio de Bragança. (Rosto e última página). Em Viena de Áustria existe um outro mass. português (N.º 2.594 da Bib. Nac.) que em 1887 foi publicado em Berlim por Karl von Reinhardstoettner: *A Historia dos Cavalleiros da mesa redonda e da Demanda do Santo Graall*

Fernão Lopes e os críticos — Desde longa data que tem sido reconhecido o valor dêste grande homem, não só como cronista, senão também como escritor. Zurara, seu contemporâneo e sucessor, refere-se a êle, dizendo que era *uma notável pessoa, homem de comunal sciência e grande autoridade.* Damião de Góis fala da *obrigação que todos lhe temos,* considera-o *copioso e discreto escritor* e é o primeiro que reivindica para Fernão Lopes a autoria originária das Crónicas dos nossos primitivos reis, reescritas por Pina. Francisco Dias Gomes, o inteligentíssimo crítico literário que honra o século XVIII português, depois de consignar que a grande revolução do Mestre de Avis e a expansão nacional que se lhe seguiu fizeram surgir em face do globo uma nação nova e até (com Fernão Lopes) *um novo idioma,* diz o seguinte, que é, em linguagem

Rosto da rara edição do *Memorial da Távola Redonda,* (Coimbra, 1567), um dos poucos livros de cavalaria que nos deram os prelos quinhentistas (Exemplar da Bib. Nacional de Lisboa)

rètórica antiquada de mais de um século, o primeiro reconhecimento do que julgávamos ter descoberto agora, isto é, a palpitante «modernidade» do velho Fernão Lopes: «Na pintura que faz êste historiador das misérias que passava o povo de Lisboa no grande assédio que lhe pôs el-rei de Castela em pessoa, mostra quanto a língua portuguesa era já capaz para o patético. No famoso arrazoado que nas côrtes de Coimbra fêz João das Regras a favor do Mestre de Avis, se conhece de quanta eloqüência viria a ser capaz no género deliberativo. Na multiplicidade de pinturas bélicas e fúnebres, se patenteia a propriedade que viria a ter para traçar os grandes acontecimentos e catástrofes, que tanto se avultaram nas narrações dos famosos historiadores Barros e Couto. A singeleza de muitos troços de diálogos... mostra a grande e natural propensão que o

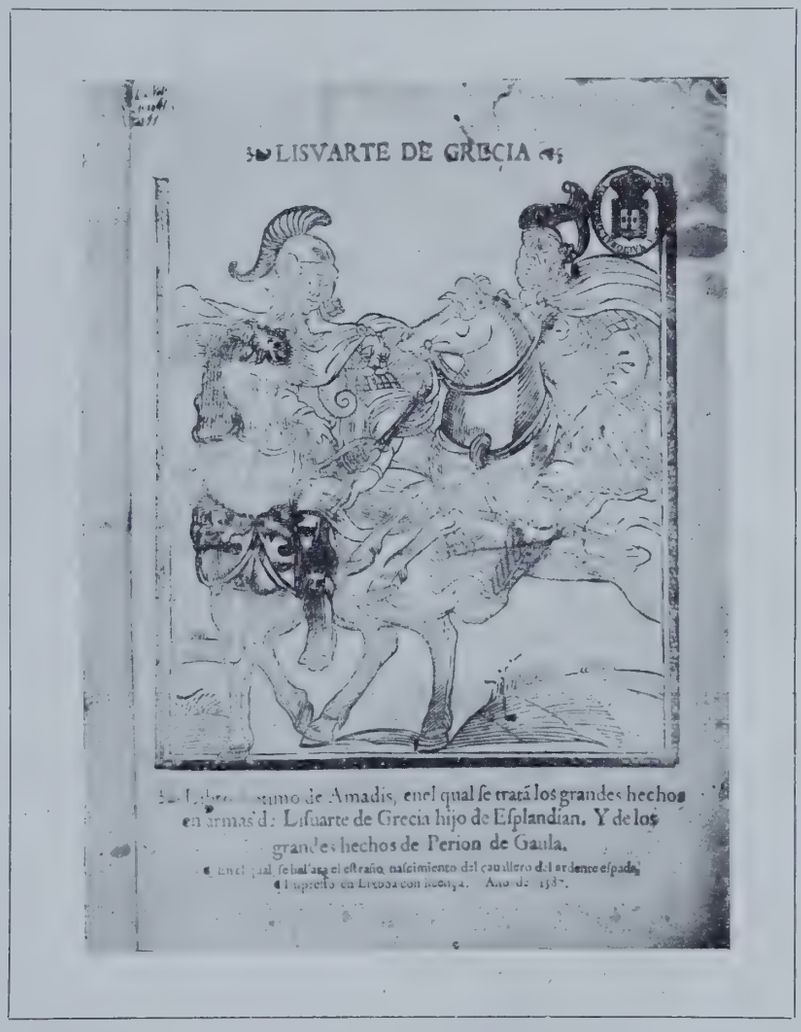
O AMADIS EM ESPANHA. — Rosto e página CCJ, verso, da rara edição do *Amadis de Gaula*, impressa em Sevilha por Jacobo Cromberger, alemão, e João Cromberger em 1526. A portada é a vermelho e preto. Reproduções do exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa

idioma já naquele tempo tinha para o estilo médio e humilde, na composição dramática. A frase com que descreve a batalha de Aljubarrota... e outras, indica a propriedade que (a língua) havia de ter para o terrível, nos rasgos imortais de um Camões... Não falo já no sem-número de elegâncias esparzidas por tôda a obra, das quais se pode inferir e conhecer a futura beleza do idioma em todo o género de composição, e os sais áticos de que era capaz...» Tudo isto equivale a dizer que Dias Gomes achava Fernão Lopes «actual» já no seu tempo, exactamente como nós agora. Esta «actualidade» permanente é privilégio do génio.

Herculano é, contemporâneamente, o primeiro grande reivindicador da excelência literária do cronista: «Poucos homens teem nascido historiadores como Fernão Lopes. Se em tempos mais modernos e civilizados houvera vivido e escrito, não teríamos por certo que invejar às outras nações nenhum dos seus historiadores. Além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes adivinhou os princípios da moderna história: a vida dos tempos de que escreveu transmitiu-a à posteridade, e não, como outros fizeram, sòmente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres. Nas crónicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama; há a Idade-Média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória. Nisto se parece com o quási contemporâneo francês Froissart; mas em todos êsses dotes leva conhecida vantagem... Na crónica de Fernão Lopes há... a história de uma geração: é um quadro imenso de muitas figuras no primeiro plano. Nos degraus do trôno de D. João I estão sentados guerreiros, *sabe-*

Rosto do volume do *Amadis* impresso em Sevilha por J. Crõberger «que sancta gloria aya a 6 de Março de 1546». (Ex. da Bibiloteca Nacional de Lisboa). Impressão a vermelho e preto

dores, e monges, e clérigos, e povo que tumultua e brada com voz de gigante: *Pátria!* Ao pé da imagem homérica de Nunálvares vê-se a fronte serêna e santa do arcebispo de Braga, a face meditabunda e enrugada de João das Regras, e os vultos temíveis do Ajax português, Mem Rodrigues, do esforçadíssimo Martim Vasques, e de tantos outros cavaleiros a quem difícilmente sobrepuja o rei popular, o mestre de Avis. O cronista faz-nos acompanhar as multidões, quando rugem amotinadas pelas ruas e praças; guia-nos aos campos de batalha, onde se dão e recebem golpes temerosos; abre-nos as portas dos paços ao celebrar das Côrtes, ao discutir dos conselhos; arrasta-nos aos templos, onde troa a voz do monge eloqüente; lança-nos, enfim, no existir dos tempos antigos, e embriaga-nos com o perfume da Idade-Média; e, deslumbrando-nos com o brilho da época mais gloriosa da história desta nossa terra portuguesa, evoca inteiro o passado e, rasgando-lhe o sudário em que jaz, com o sôpro do génio, dá alma, e vida, e linguagem, ao que era pó, e morte, e silêncio».

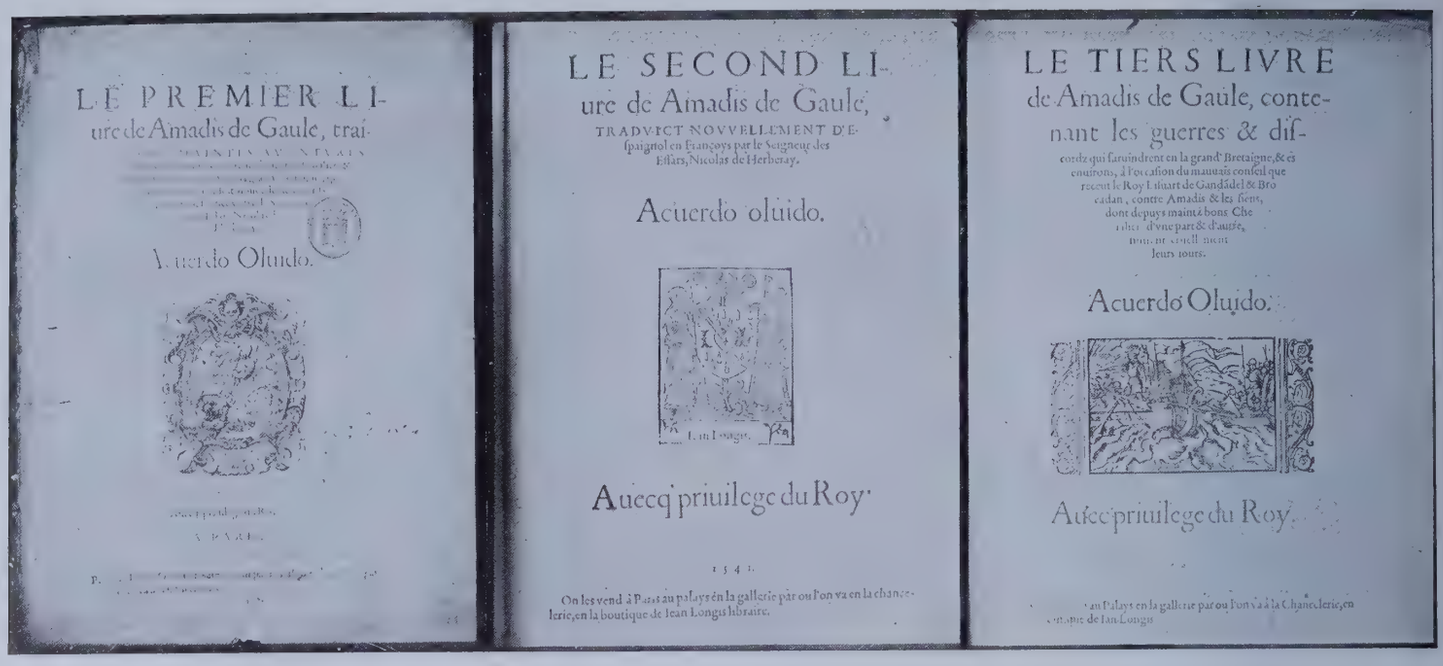


«Lisuarte da Grécia», Livro sétimo do *Amadis de Gaula*, impresso em Lisboa, por Afonso Lopez em 1587. 112 pág. numeradas na frente
(Exemplar da Bib. Nacional de Lisboa)

Fora de Portugal êstes quilates geniais de Fernão Lopes teem sido reconhecidos amplamente por franceses e ingleses. Ferdinand Denis escreve: «Francisco Dias a raison de dire que ce fut le prémier qui écrivit dignement l'histoire en Europe»; diz que Fernão Lopes é «vraiment supérieur au siècle où il vivait»; proclama enfim que «par les qualités de son style, c'est un grand historien, et l'école moderne n'hésite pas à lui donner ce titre». A. Loiseau, autor de uma *Histoire de la Littérature Portugaise,* diz que Lopes «s'est élevé assez haut pour que le Portugal n'eût plus à redouter la France avec son Froissart, ni l'Italie avec son Villani, ni l'Aragon avec Roman Montaner, ni la Castille avec López d'Ayala. En effet, le premier en Europe, Fernão Lopes eût les véritables qualités de l'historien: l'indépendence du caractère, l'autorité du jugement, l'impartialité et la franchise». Já há cêrca de um século um escritor inglês, Roberto Southey (1744-1843), escrevera o redondo elogio de Fernão Lopes, como sendo *the greatest chronicler of any age or nation* — o maior cronista de qualquer tempo ou nação. O prof. Edgar Prestage, num trabalho recente (1), diz que o único rival de Lopes é Froissart, mas, ao passo que o francês encara apenas o lado cavalheiresco da história e só atende às classes elevadas, Lopes escreveu em honra do povo e mostra-nos, senão todos, grande parte dos aspectos da vida: «Froissart é um cronista cortesão; Lopes, um historiador nacional». Já antes, em *Portuguese Literature,* etc. (Londres, 1909) o sr. Prestage tinha escrito: «Lopes, além de historiador, revela-se grande prosador. Dotado de uma alma de poeta e da exactidão de um legista, possuía raro poder descritivo e escreve com estilo simples e directo. Os retratos que apresenta são admiráveis de vida; e não é exagêro dizer que, com êle, tôda uma época ressurge em plena luz».

Minuciosa e entusiástica é a monografia *Fernam Lopez,* escrita por outro benemérito lusólogo britânico, o sr. Aubrey F. G. Bell, e publicada em 1921 pela *Hispanic Society of America.* Resumiremos aqui os trechos mais significativos dêsse erudito e ao mesmo tempo perspicacíssimo estudo, que deve ser lido no original inglês por todos os portugueses cultos e de que o Leitor curioso encontrará mais largos extractos no 2.º volume da nossa *Antologia* de *Fernão Lopes.* O sr. Aubrey Bell considera desleixo nacional que se não possa ainda ler Fernão Lopes numa boa edição; e, para êle, uma «boa edição» será aquela em que se compreendam tôdas as obras do grande cronista, modernizada, porém, a ortografia para facilitar a leitura, porque Fernão Lopes *escreveu para o povo e devia ter em Portugal centenas-de-milhar de leitores.* A prosa de Lopes, como a de alguns outros escritores portugueses arcaicos ou medievais «tem qualidades de concisão, vigor e viva simplicidade que mais tarde amorteceram. E assim o estilista português actual *deve procurar modelos* não só em Frei Luís de Sousa ou Manuel Bernardes, e noutros mestres de Seiscentos e Setecentos, senão também na prosa primitiva dos séculos XIV e XV». Grande conceito, não só artístico, mas até moral, merece Fernão Lopes ao sr. Aubrey Bell: «Do

(1) *The Chronicles of Fernão Lopes and G. E. de Zurara,* Watford, 1928.



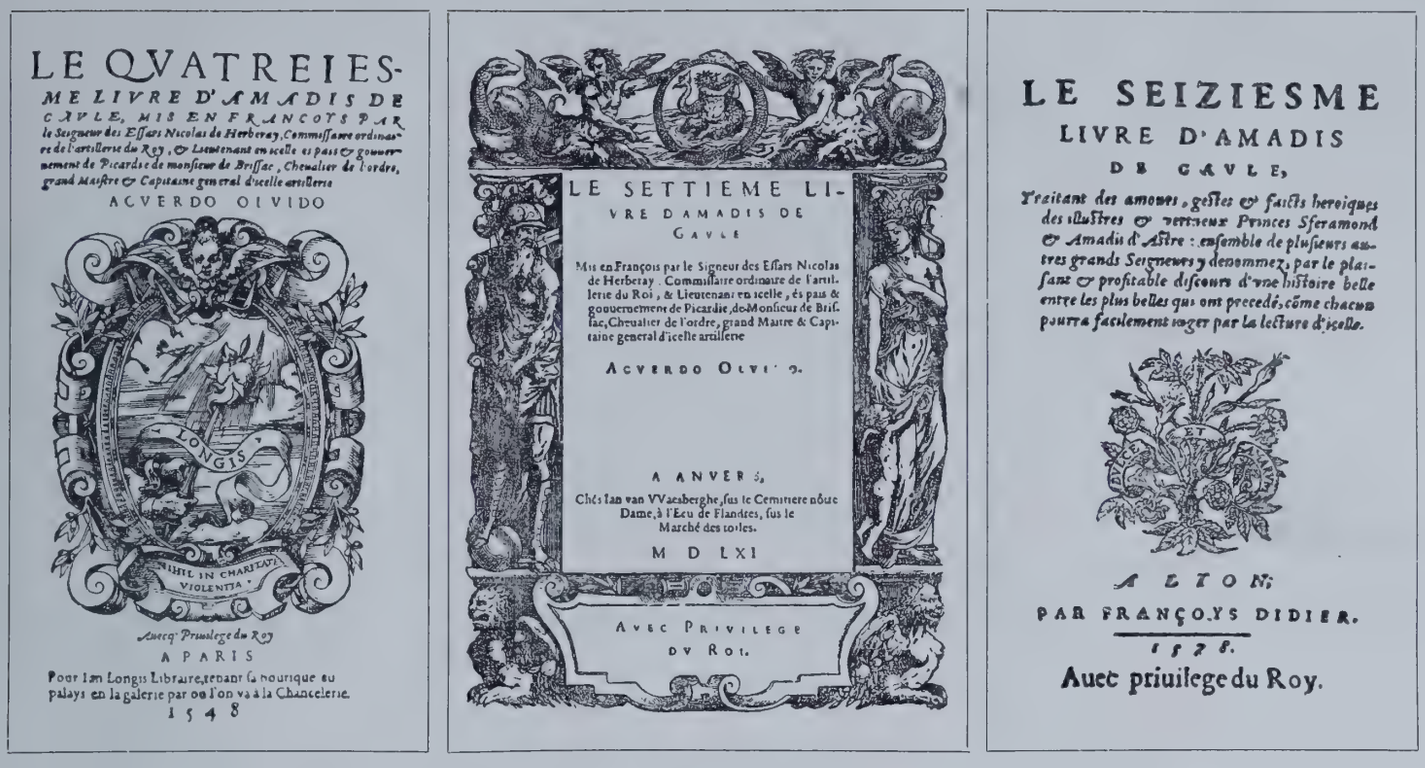
O «AMADIS DE GAULA» EM FRANÇA. — Edições quinhentistas. 1.º, 2.º e 3.º livros

seu carácter falam amplamente o longo exercício do cargo, *a confiança que no cronista depositaram dois soberanos de altos ideais,* D. João I e D. Duarte, e o escrúpulo das suas obras. Não menos favorável é a impressão que produz (através do testamento do Infante Santo, mencionado acima) *a sua letra bellamente clara, forte e decidida,* e também o facto de sabermos tão pouco da sua vida, não obstante a alta posição que ocupou: viveu por demais absorto no encanto da sua tarefa, para poder deixar-nos pormenores de si próprio; contentou-se com bem cumprir a missão que lhe coube, *e somos nós quem nela colhe farta recompensa*». Elogio de Fernão Lopes como prosador: «Êste mestre do estilo está tão compenetrado do poder que exerce no leitor, que não cessa de referir-se à sua *prosa nua,* à ausência, nela, de tôda a rètórica... De facto, *não há um só passo obscuro* nas suas crónicas. Os períodos podem ser por vezes longos, e até pesados; mas *o sentido nunca se apresenta duvidoso...* Fernão Lopes *não só indicou o caminho* aos historiadores modernos, mas é também, pelo seu estilo, *um génio original de primeira ordem*».

Fernão Lopes tem sido comparado com Lopez de Ayala, considerado inferior a êste e acusado de plagiá-lo. O sr. Aubrey Bell põe as cousas no seu lugar, recordando que, de acôrdo com as ideias e praxes da sua época, Fernão Lopes *tinha o dever* de adaptar à sua história Ayala ou qualquer outro cronista anterior que fizesse autoridade. E diz mais: «A propósito de um escritor de génio, e de génio tão constantemente manifesto como o de Fernão Lópes, é impossível tomar muito a sério quaisquer acusações de plágio». Na sua *Portuguese Literature* [1] o eminente lusólogo britânico observa o seguinte: «Fôssem quais fôssem as fontes que utilizou, Fernão Lopes imprimiu às suas obras a sua individualidade própria... Leva grande vantagem a João Villani e Pedro López de Ayala, do último dos quais diz Menéndez y Pelayo (Antologia, IV, p. XX) que *nada hay semejante en las literaturas extranjeras antes de fin del siglo* XV. Estas palavras conveem melhor a Fernão Lopes. Ayala *tem de descer do pedestal* em que Menéndez y Pelayo o colocou, visto que só ocasionalmente *remonta às alturas de Fernão Lopes...* Ao lado da prosa laboriosa e da precoce sapiência de el-rei D. Duarte, esta criatura genial parece dar rédea sôlta à sua pena; mas a sua grandeza e o seu direito a colocar-se *acima de todos os cronistas contemporâneos, não só de Portugal, mas da Europa,* veem-lhe de ter combinado essa espontaneidade com o escrúpulo de um historiador exacto». Os seguintes trechos da monografia já citada, que o sr. Aubrey Bell consagrou especialmente ao nosso grande cronista, acentuam a altíssima conta em que o tem o ilustre crítico e marcam o dever que assiste a todos os portugueses educadores e dirigentes, de venerar e fazer venerar, por todos os meios de propaganda e estudo, os trabalhos que Lopes nos deixou: «O natural génio de Fernão Lopes para contar uma história, carregando nos pormenores dramáticos, delineando carácteres e descrevendo as emoções de um povo — êsse génio, combinado com a magnitude de um tema nacional, faz da *Crónica de D. João I* uma *grande epopeia.* A *Crónica de D. Pedro* não possui a mesma unidade... mas contém algumas das scenas mais memoráveis, postas jámais no papel por Fernão Lopes ou qualquer outro escritor... São inúmeras as scenas que vivem para sempre, nas páginas dêste príncipe de

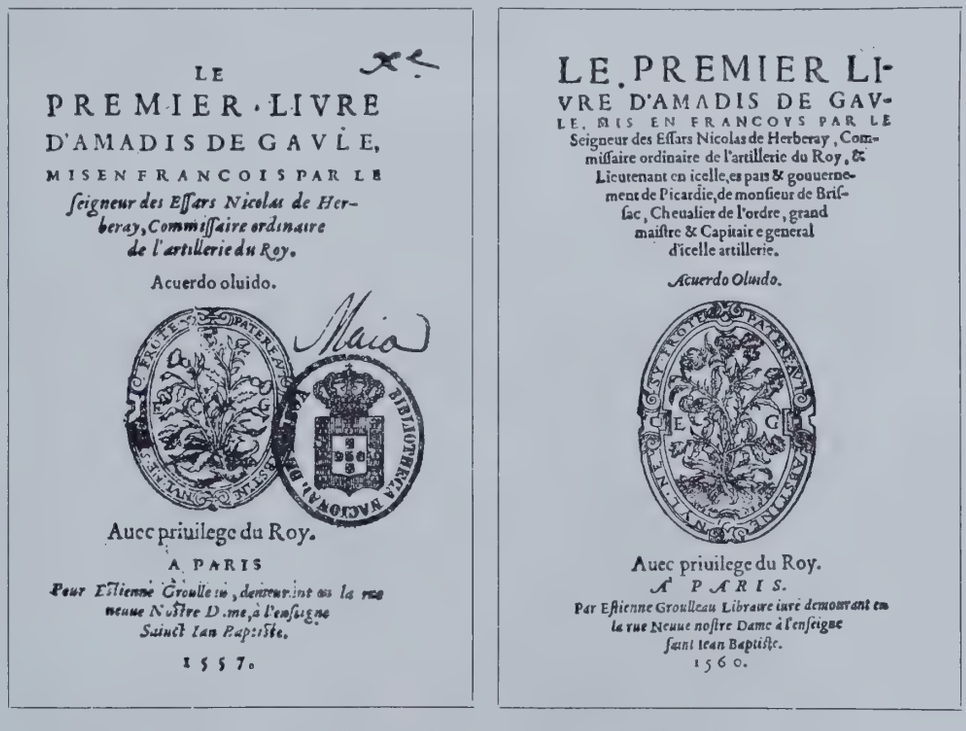
ANTE-ROSTO GRAVADO DOS TRÊS ÚLTIMOS LIVROS (22.º, 23.º e 24.º) do *Amadis de Gaule,* contendo scenas do Amadis, *A Ilha Firme, Perion combatendo contra o dragão,* etc.

[1] Êste belo tratado está sendo traduzido em português por iniciativa do dr. Joaquim de Carvalho, administrador da Imprensa da Univ. de Coimbra.



O 4.º, 7.º E 6.º LIVRO DO *Amadis* em diversas edições quinhentistas de Paris, Anvers e Lyon

cronistas... e colocam Fernão Lopes *entre os maiores escritores do mundo...* Se Portugal não possui epopeias primitivas, como o maravilhoso *Poema del Cid* (com cujo espírito Fernão Lopes tanto tem de comum) pode orgulhar-se ao menos de haver gerado um cronista a cuja fascinação é inevitável que cedam todos os que o leem, e cuja preeminência não foi universalmente reconhecida, só porque êle escreveu numa língua menos universal que o francês. Fernão Lopes é do melhor da Idade-Média. *É um dos mais esplêndidos legados que ela deixou ao género humano e enfileira com as grandes catedrais góticas*, por ser, como elas, mais a expressão de todo um povo que a de um simples indivíduo...:»



DUAS EDIÇÕES DIVERSAS DO PRIMEIRO LIVRO DO *Amadis*, ambas de Paris e quinhentistas

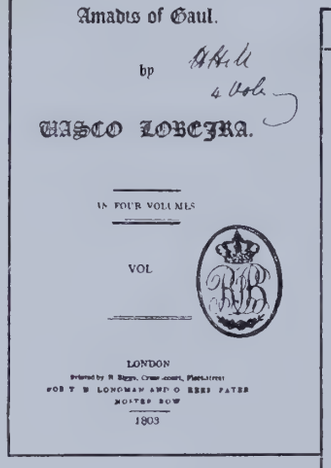
Em 1909, no primeiro volume *(Idade-Média)* da sua *Recapitulação da Hist. da Lit. Port.*, preguntava Teófilo Braga muito inteligentemente, referindo-se a Fernão Lopes: «¿Quando, em uma boa edição crítica das suas *Crónicas*, se restituirá êste vulto à civilização europeia?» Não precisou o sr. Aubrey Bell de esperar pela edição crítica de tôdas as *Crónicas* de Lopes, para restituir à Europa êste vulto, dando-lhe o justo relêvo numa língua tão universal como a inglesa e com a sua autoridade de profundo conhecedor de várias literaturas modernas. E já passaram seis anos depois que, no 2.º vol. da nossa *Antologia* de *Fernão Lopes*, tornámos acessível ao público português o testemunho ao mesmo tempo erudito e entusiástico, documentado e caloroso, do sr. Aubrey Bell, de quem se pode dizer que, restituindo Fernão Lopes à Europa, pareceria devê-lo ter restituído principalmente a nós próprios, portugueses dormentes ou sonâmbulos. Pois não consta que, de 1922 para cá, se tenha fundado qualquer sociedade de admiradores de Fernão Lopes, nem que se haja dado um passo à frente, por iniciativa de qualquer ministro da Instrução ou Faculdade univer-

sitária, no caminho do estudo, da veneração e do culto cívico de que Fernão Lopes é digno. Um estrangeiro veiu ensinar-nos o bom patriotismo, e nem assim o aprendemos.

Nada se fêz, portanto, em seis anos, de positivo e afirmativo, neste sentido de educação nacional, de exaltação de uma das maiores e mais desprezadas glórias pátrias. Em comparação apareceu, já posteriormente a 1922, para detraír Fernão Lopes como historiador e lhe malsinar o carácter, um livro de seiscentas páginas, *D. Pedro I e a sua época*, da autoria do sr. general J. E. de Morais Sarmento. Nesse livro é acusado o admirável cronista, com grande luxo de erudição jurídica retrospectiva e de sciência historiográfica actual, de haver conscientemente diminuído e cavilosamente vilipendiado a figura do rei justiceiro. Segundo o Autor, Fernão Lopes vendeu-se ou enfeudou-se para isto às influências de reacção eclesiástica, poderosas no tempo de D. Pedro I e dos seus antecessores, que todos naturalmente defendiam contra pretensões da Igreja a supremacia do régio poder.

ANTE-ROSTO GRAVADO DA *Histoire de l'Admirable Don Quixotte de la Manche*, de Amsterdam, 1696. A par do célebre D. Quixote vê-se Amadis e Roland

Deve reconhecer-se que a *Crónica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes, tem um defeito grave, que é o de ser excessivamente sucinta; mas também, no contrário sentido, é lícito observar que a figura de Pedro *o Cru*, a-pesar dêste comprometedor apelido, não chegou até nós sobrecarregada de repulsão, nem sequer de antipatia. O pendor de todos os séculos posteriores, até o nosso, tem sido sempre para perdoar ao trágico amante de Inês de Castro os seus excessos, se os teve ou os cometeu. E é Fernão Lopes, com a sua *Crónica*, uma das vias principais, senão quási a única, por que a imagem de D. Pedro se cristalizou, tal como a temos reflectida e viva nas nossas almas. A obra capital de Fernão Lopes, a mais cuidada e querida dêle próprio, é evidentemente a *Crónica de D. João I*. Podemos e devemos supor que o cronista tivesse pressa de chegar a ela e aí se demorar, atabalhoando um pouco, para aproveitar tempo e vida, a história dos reinados anteriores. Também é apressada e rápida a *Crónica de D. Fernando*, e vê-se aliás, por tôda a produção de Fernão Lopes, que no seu carácter literário avulta sempre, não o aspecto de um demorado repisador e ruminador dos factos, mas, pelo contrário, a tendência para a concepção directa e rápida, digamos dramatúrgica, do desenvolvimento narrativo da história.


Amadis of Gaul.

by

4 Vols

VASCO LOBEIRA.

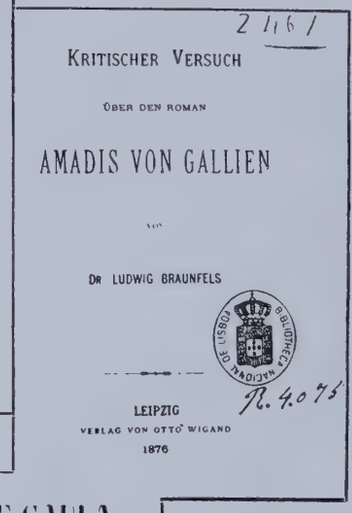
IN FOUR VOLUMES

VOL

LONDON

1803

UMA RARA EDIÇÃO INGLESA DO *Amadis de Gaula*


2161

KRITISCHER VERSUCH

ÜBER DEN ROMAN

AMADIS VON GALLIEN

DR LUDWIG BRAUNFELS

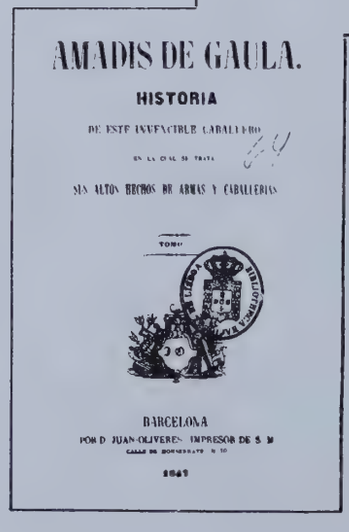
LEIPZIG

VERLAG VON OTTO WIGAND

1876

R. 4.075

UM ESTUDO ALEMÃO sôbre o celebrado romance de Cavalaria


AMADIS DE GAULA.

HISTORIA

DE ESTE INVENCIBLE CABALLERO

Y LAS ALTOS HECHOS DE ARMAS Y CABALLERIAS

TOMO

BARCELONA

1841

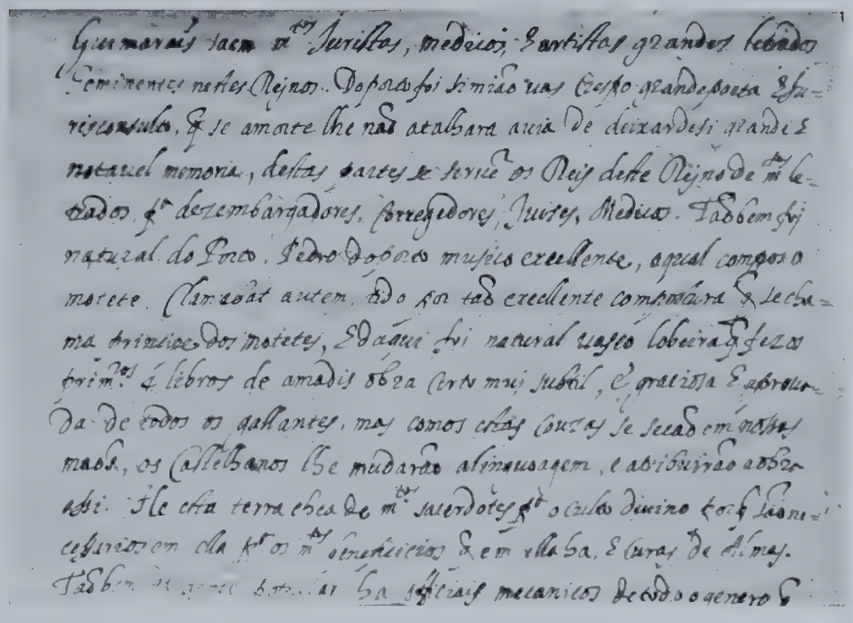
A MAIS POPULAR DAS EDIÇÕES ESPANHOLAS

Outro grave capítulo do libelo contra o historiador de D. Pedro I está em ter misturado com a *Crónica* dêste, em abundância, muitos factos da sangrenta biografia do seu homónimo e contemporâneo, Pedro I de Castela. E afirma-se então que Fernão Lopes procedeu assim para lançar no espírito do leitor ignaro a confusão, prejudicial ao Pedro I português, com o Pedro I castelhano. Esta crítica adoecerá talvez de anacronismo, porque, no tempo em que Fernão Lopes escrevia, não se lia distraìdamente nos combóios, nem os imbecis de então sabiam ler, como os de agora. A difusão dos livros não era tão larga como hoje, e quási só sabia ler quem sabia meditar e criticar o que lia, de modo que é lícito inquirir se nesse tempo haveria número bastante de leitores ignaros, com que valesse a pena contar para obter certo efeito político, beneficioso à «reacção clerical». Também não sei se para tal suspeita ou asserto haverá suficiente alicerce psicológico, pois de mim próprio posso dizer que, da primeira vez que li a *Crónica de D. Pedro* me impressionou com efeito a mistura dos dois Pedros; mas a impressão que colhi é que Fernão Lopes queria, com a aproximação, beneficiar, e não prejudicar o de cá, mostrando que houve ao mesmo tempo outro Pedro mais cruel do que êle e que não exercia a crueldade pelo misticismo da justiça.

Curioso é que, da própria síntese aforística do reinado do nosso D. Pedro, feita ou transmitida por Fernão Lopes na sua *Crónica, (...e diziam as gentes que tais dez anos nunca houve em Portugal como estes que reinara el-rei D. Pedro)* diz o sr. general Sarmento que poderia ser aproveitada como «epitáfio glorioso» do Rei para o seu mausoleu de Alcobaça (pág. 156). ¿Então, que «detractor» é Fernão Lopes, se êle próprio ministra, como súmula da sua «detracção», as palavras com que melhor se pode redigir o epitáfio glorioso do «detraído»?

É também de notar que, a-pesar das queixas que o general tem do cronista, os dois estão bastas vezes de pleno acôrdo. Assim, diz o sr. Morais Sarmento que D. Pedro I era movido pela *ardente aspiração de formar uma pátria melhor, pela extirpação da criminalidade e*

dos abusos (pág. 50). E Fernão Lopes começa, logo no prólogo da *Crónica*, ponderando-nos (na linguagem e do seu tempo, que não era pior) que da *virtude de justiça, que poucos acha que a queiram por hóspeda, usou muito el-rei D. Pedro;* e em seguida acrescenta: «E pois que êle (D. Pedro I) *com bom desejo e natural inclinação refreou os males, regendo bem o seu reino,* ainda que outras mínguas por êle passassem de que penitência podia fazer, de cuidar é que *houve o galardão da justiça,* cuja fôlha e fruto é *honrada fama neste mundo e perdurável folgança no outro*». Nesta altura (pág. 54 e 55 do seu livro) entende o sr. general Sarmento que Fernão Lopes se contradiz, porque o critério geral da *Crónica* é diferente e denuncia no cronista o intuito «caviloso» de *desprestigiar o monarca,* reduzindo falsamente *à modesta função de corregedor,* senão de carrasco, *o modo como se pretende fazer crer que êle exercia as devidas funções régias.* Mas, ¿que importa essa possível confusão das categorias dêste mundo terreno, desde que o cronista já tinha instalado o Rei no Céu, e na *perdurável folgança* do mundo etéreo e eterno?



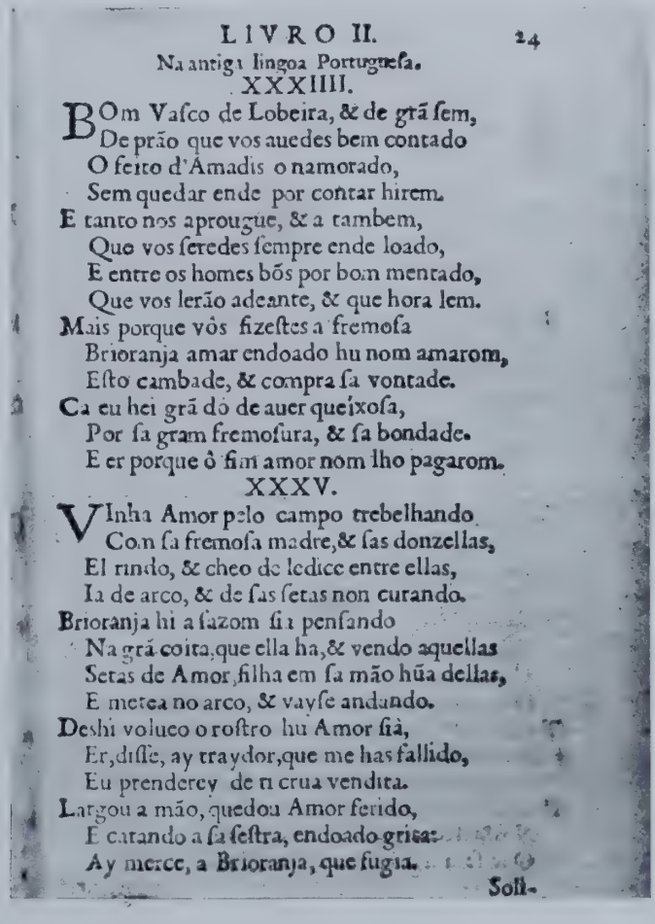
Excerpto do manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa que se refere ao autor do português Amadis. É o códice de João de Barros. *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho,* composto em 1549. Parte da página onde se atribui a Vasco Lobeira os 4 primeiros livros e que «os Castelhanos lhe mudaram a linguagem, e atribuiram a obra a si».

Parece que o clero detestava D. Pedro I, porque o 32.° dos *Artigos que foram acordados em Elvas entre El-Rei e a clerezia* era formal: «...que nenhum não seja ousado de publicar letras do Papa, quaisquer que sejam, sem Nosso mandado». Perante termos tais e a temerosa energia desenvolvida por quem os havia formulado (diz o general Sarmento) tôda a tentativa de reacção tombara inerte, e onde não era lícito à resistência formal surgir, *bem podia ser aproveitada a difamação para demolir e falsear os créditos do férreo monarca* (pág. 152). Mas, ¿com que proveito prático, se

ERRATA.

Fol.16.pag.2.lin.24. o mal sol, digaro meu sol. fol. 41. pa.2.l.7. ocioſoo,ocioſos. fol.35.p.1.li.14 peguna,pequena. fol.37.p.2.l.21. reſt tuda, reſtituida. fol.49.p.1.l.23. guiaſpe, o guiaſte. &l.7.viuas, viuias. fol.78.p.2.l.3.nem, num. fol.17.p.2.l.vlt. eſtendam,eſtendem. fo.56.p.2.l.21 chamu,chame. fol.63. p.2.l.6. diuinidade,diuindade. fol. 35.p.2.l.21. deixaſte,tornaſte. fol.76.p.1.l.17. choraua m, choraram. fol.101.p.1.l.11. vida, vide. fol.126.p.2.l.19. arraſadas, arraſados. fol.136. p.1.l.5. Agiſelao,que Agiſelao. &l.19.della,delle. fol.146.p.2. l.14.roubado,roubando. fol.171.p.2.l.14. cobiço,cobiçoſo. fol.177.p.1.l.4. ſonoros,ſonoroſos. fol.179.p.1.l.21.aquella,aquelle. fol.191. p.1.l.14. o ocioſo,o ocio. fol.192.p.1.l.10. ſeu,teu. fo.193. p.1.l.18.amigo,imigo. fo.201.p.2.l.vlt. cauſa, couſa. fol. 202.p.1.l.18. Rey,Reyno. fol.207.p.2.l.27.eſtes,eſtas. fol. 209.p.2.l.1. repende,reprende. fol.215.p.2.l.14. eſtendo, eſtendendo. fol.139. p.1.l. 5. ſeguro,ſegura.

Em muitos volumes ſe não verâ a môr parte deſtes erros que ſe atalharam no diſcurſo da impreſſaõ. Os dous Sonetos que vão as fol.24.fez meu primo na linguagem que ſe coſtumaua neſte Reyno em tempo del Rey D. Dinis, que he a meſma em que foi compoſta a hiſtoria de Amadis de Gaula por Vaſco de Lobeira, natural da cidade do Porto, cujo original anda na caſa de Aueiro. Diuulgaraõe em nome do Iſfante D. Afonſo filho primogenito del Rey D. Dinis, por quá mal eſte principe recebera (como ſe ve da meſma hiſtoria) ſer a fermoſa Briolanja, em ſeus amores tam maltratada.



LIVRO II. 24

Na antiga lingoa Portugueſa.

XXXIIII.

BOm Vaſco de Lobeira, & de grã ſem,
De prão que vos auedes bem contado
O feito d'Amadis o namorado,
Sem quedar ende por contar hirem.
E tanto nos aprougue, & a tambem,
Que vos ſeredes ſempre ende loado,
E entre os homes bõs por bom mentado,
Que vos lerão adeante, & que hora lem.
Mais porque vôs fizeſtes a fremoſa
Brioranja amar endoado hu nom amarom,
Eſto cambade, & compra ſa vontade.
Ca eu hei grã dó de auer queixoſa,
Por ſa gram fremoſura, & ſa bondade.
E er porque ô fim amor nom lho pagarom.

XXXV.

VInha Amor pelo campo trebelhando
Con ſa fremoſa madre, & ſas donzellas,
El rindo, & cheo de ledice entre ellas,
Ia de arco, & de ſas ſetas non curando.
Brioranja hi a ſazom ſia penſando
Na grã coita, que ella ha, & vendo aquellas
Setas de Amor, filha em ſa mão hũa dellas,
E metea no arco, & vayſe andando.
Deshi volueo o roſtro hu Amor ſiá,
Er, diſſe, ay traydor, que me has fallido,
Eu prenderey de ti crua vendita.
Largou a mão, quedou Amor ferido,
E catando a ſa ſeſtra, endoado grita:
Ay merce, a Brioranja, que fugia.

Soll-

As páginas dos *Poemas Lusitanos do Doutor António Ferreira,* impresso em Lisboa em 1598, que se referem ao português *Amadis de Gaula.* Ao primeiro soneto chama D. Carolina Michaëlis «famigerado» no seu estudo sôbre o Laís *Leonoreta, fin-roseta* (Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

AMADIS DE GAULA

O Romance de Amadis

(RESUMO DA RECONSTITUÏÇÃO PORTUGUESA)

«O ROMANCE DE AMADIS... aquello que se puede reputar como núcleo primitivo de la novela: uma breve narración donde ha concentrado lo que en la obra hubo de ser primitivamente portugués, los episodios más derechamente destinados a sostener el elemento lírico sentimental del amor adorante.»

1928 — R. MENÉNDEZ PIDAL.

O *rei Garinter, da Pequena Bretanha, tinha duas filhas, uma casada com Languines, rei de Escócia; e à mais nova, Elisena, formosíssima, chamavam a* Devota perdida, *pois não queria casar e só cuidava da religião. Um dia veio à côrte de Garinter o rei Perion de Gaula, mui celebrado e honrado cavaleiro; e Elisena e Perion, — que até aí sentira também o coração isento, — de súbito se amaram. Ajudada por sua aia Darioleta — que fez jurar a Perion que desposaria a infanta — e obedecendo todos ao mando de Deus, foi Elisena entregar-se a Perion. Partido êste para o seu reino, veio Elisena a sentir-se grávida, do que sentiu o maior temor.*

Tendo dito aos pais que desejava fazer suas devoções, retirou-se para uma apartada câmara do paço que dava para o rio, e Darioleta acompanhou-a.

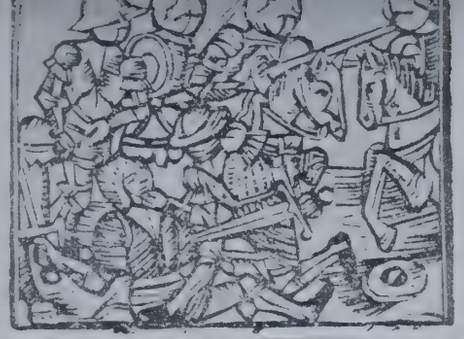
Um menino nasceu — o mais esperto e formoso que jamais se vira, — e Darioleta, contra a vontade da pobre mãe, meteu-o logo numa arca que de ante-mão preparara. Pôs-lhe ao lado a espada do pai, deixada por êste à despedida; pendurou-lhe ao pescoço o anel que Perion, de dois iguais que trazia, dera a Elisena por penhor de amor; escreveu num pergaminho que pôs ao pé do menino — Este é Amadis sem tempo, filho de rei — *e, feito isto, deitou a arca ao rio.*

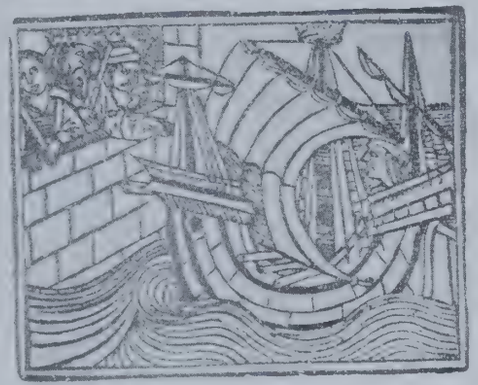
Como a corrente era forte, depressa chegou ao mar e, de manhã, avistaram de bordo duma nau a arca flutuante e mandaram recolhê-la. Nessa nau navegava o bom cavaleiro Gandales, de Escócia, a quem a sorte do menino enterneceu.

— Este é filho de algo. E que espada formosa!

Gandales foi criando o menino na companhia de Gandalim, que pouco antes nascera a Gandales, e êste dava-se como pai do formoso donzel, a quem chamavam o Donzel do Mar. *Entretanto Perion, no seu reino, determinava-se a partir para esposar Elisena.*

O Donzel do Mar era o mais bravo, o mais formoso e o mais leal dos donzéis. Ao tempo em que êste fizera sete anos, albergaram-se no castelo de Gandales o rei Languines e a rainha. Ainda que, por cioso do que tanto amava, Gandales lhes não hou-





Contou-lhes êste a história daquele menino, que êle havia por vindo de grande linhagem, e, segundo a profecia da feiticeira Urganda, destinado a ser honra e flor da Cavalaria e o Perfeito Namorado.

Na côrte de Languines o Donzel do Mar, que para aí fôra com Gandalim por os dois se não quererem separar, era tratado como o próprio filho do rei, e Mabília, a infanta, fizera-se grande amiga dêle. A êste tempo Perion desposara Elisena, que escondera ao marido a história do menino deitado ao mar e lhe dissera que tinha perdido o anel que êle lhe havia dado. Ia o Donzel do Mar nos doze anos quando vieram albergar-se naquela côrte o rei Lisuarte da Grã-Bretanha, a rainha sua mulher, e Oriana, sua filha, de dez anos, e que, por ser a mais linda criatura da terra, era chamada Oriana, a Sem Par. Partiram dali o rei Lisuarte e a rainha, mas Oriana ficou para cobrar fôrças, pois andava enjoada do mar.

Logo o Donzel do Mar adorou Oriana no fundo do coração, e sempre a adorou com Perfeito Amor. Mas tinha-se por ousado em pensar nela, vista sua grandeza e formosura. E Oriana, que muito lhe quis logo também, não falava ao Donzel mais que a outro, por temer que a suspeitassem.

Assim viviam encobertos, e um para o outro viviam. Ora o Donzel do Mar, pensando em sua senhora, desejou ser armado cavaleiro. El-rei Languines escusou-se, mas, tendo mandado recado a Gandales, enviou êste ao Donzel o anel, o pergaminho e a espada com que fôra achado no mar. Neste comenos veio à côrte de Languines, a pedir-lhe ajuda contra o rei de Irlanda, que o guerreava, o rei Perion de Gaula. E o Donzel, que admirava em Perion a fama que êle havia, rogou a Oriana que Perion o armasse cavaleiro. Oriana, encantada, pediu a Perion êste dom, e na capela, na presença de Oriana, de Mabília e outras donzelas, Perion armou cavaleiro o Donzel cuja formosura o maravilhava, e a quem entregou a espada que tinha sido dêle próprio, e com que o menino fôra achado no mar. Armado cavaleiro, quis o Donzel partir na mesma noite. Tardava-lhe empregar aquela espada, para vir a merecer Oriana, a Sem Par.

Oriana e Mabília encomendaram-no a Deus, e o Donzel, cavaleiro sem nome, mais o fiel escudeiro Gandalim, meteram-se a caminho de aventuras.

Embarcando para a Pequena Bretanha, foi o Donzel ter a um castelo onde estava correndo grave perigo um cavaleiro cercado por muitos. O Donzel desbaratou os covardes e reconheceu no cavaleiro o rei Perion de Gaula, que o albergou com muita honra no paço. Entretanto o rei de Irlanda invadia o reino de Gaula. Na batalha tra-

---

ICONOGRAFIA DO AMADIS DE GAULA. — Gravuras da edição de Sevilha de Garci-Ordóñez de Montalvo, 1526, contando a vida e feitos heróicos de Amadis. Foi sôbre êste texto castelhano que Afonso Lopes Vieira tornou *aos portugueses* o português Amadis. As gravuras representam, a começar da esquerda em fila vertical: *O Rei Perion*; *A aia Darioletta*; *Perion, Elisena e Darioletta*; *O Donzel do Mar*; *Briolanja*; *Amadis, Galaor e Florestan*; *A Ilha Firme*; *a Conversão de Beltenebros*; *O Castelo de Miraflores*; *As penas de Amadis*; *A espada e a guirlanda*; *Amadis de terra em terra*; *As sete partidas*; *Imperatriz de Roma*; *O rapto de Ariana*; *O feiticeiro Arcalans*; *Côrtes de Londres*; *Combate com Dardan*. As duas centrais ao alto representam: *Perion e Elisena reconhecem Amadis por seu filho*; *Perion armando cavaleiro Amadis*.

AMADIS DE GAULA

Gravuras de Amadis de Gaula. (Edição de Paris de 1557)

vada pelejaram em combate singular o Donzel do Mar e aquele rei, que era de desmarcada estatura e soberba fôrça. O Donzel do Mar venceu o rei invasor, que morreu da vergonha da derrota. E o povo aclamou o salvador do reino. Uma vez, no Paço de Perion, viu o Donzel do Mar que uma filhinha do rei chorava por ter perdido o anel que o pai lhe dera a guardar enquanto dormia. E, para a consolar, deu-lhe o que trazia no dedo.

— Mas êsse é o que eu perdi, — disse-lhe ela, — ao que o Donzel respondeu que tanto melhor se tanto se pareciam. Quando o rei Perion achou o anel perdido, lembrou-se do que sua mulher lhe havia dito a respeito do anel que êle lhe tinha dado por penhor, e salteou-o horrenda suspeita. Foi ter com a rainha e ameaçou-a de morte. Elisena, cheia de horror, contou-lhe então que tinha tido um filho e o deitara ao mar, com uma espada ao lado e aquele anel ao pescoço. Assim reconheceram ambos que o Donzel era êsse filho.

Rendidas graças a Deus por tal milagre, foi Amadis apresentado como herdeiro do reino de Gaula. Os pais queriam guardá-lo, mas êle só pensava em Oriana, com que saüdades! A êste tempo estava já Oriana na côrte de seu pai, o rei Lisuarte da Grã-Bretanha, para onde Mabília, a sua amiga, a acompanhara. Amadis embarcou para a Grã-Bretanha, com o fiel Gandalim. Uma noite, não achando pousada, pediu albergue a Dardan, o Soberbo, o mais forte cavaleiro da Grã-Bretanha; mas, como êste lha negasse, prometeu que havia de pagar a descortesia.

Veio a saber pouco depois que Dardan, para servir a má mulher que amava, pretendia despojar uma viúva, madrasta daquela, e que no seguinte dia, diante de el-rei Lisuarte, iria sustentar êste falso direito, seguro de que ninguém ousaria contestá-lo, por temor da sua bravura. Chegado a Vindilisora, cidade onde estava a côrte, Amadis subiu a um outeiro sem que o tivessem visto, e olhava em baixo o castelo, pensando em Oriana, com lágrimas nos olhos.

Quando Dardan chegou para sustentar seus falsos direitos, preguntou el-rei Lisuarte à viúva quem combatia por ela. Respondeu que ninguém, do que el-rei teve pena, porque era boa dona. Então apareceu no campo cerrado um cavaleiro a cuja vista todos se maravilharam, formoso e bem armado como outro jamais se vira. Dardan, o Soberbo, e o cavaleiro desconhecido combatem, mas, quando Dardan já recua, Amadis vê Oriana a uma janela do paço e como não pode despregar dela os olhos, está em grave risco de vida. Porém, a lembrança de que esta fraqueza poderia passar por cobardia, salva-o do perigo, e Dardan é morto, com alegria da côrte e do povo. O coração de Oriana adivinhara que aquele cavaleiro era Amadis, e êste, repousando na floresta após o combate, enviou por Gandalim recado a Mabília, que foi avisar Oriana.

— Onde está meu senhor? Que é feito dêle?

— Senhora, — respondeu Gandalim, — dêle será o que quiserdes, pois por vós morre de amor!

Combina então Oriana falar a Amadis nessa noite a uma janela de grades que deitava para o vergel. À noite, os namorados falam-se:

— Meu senhor, sêde bem-vindo...

— A mercê que vos peço não é para meu descanso — é que me deixeis servir-vos e viver só para vós!

No dia seguinte entrou Amadis em Vindilisora, em cuja côrte ficou para servir, encoberto, Oriana, a Sem Par.

Nesta ocasião el-rei Lisuarte determinara fazer côrtes em Londres, e os homens-bons preparavam-se para elas. Ora, na Grã-Bretanha havia um arte-mágico, votado às malas-artes. Derrotara uma vez Amadis as manhas do encantador, e Arcalaus — assim se chama o feiticeiro — jurara vingar-se dêle e perder el-rei Lisuarte. Nas vésperas da partida para Londres veio à côrte um mercador que aí mostrou a el-rei e à rainha uma corôa de tão formoso lavor e um manto de tão ricos bordados que ambos ficaram cobiçosos de possuir tais tesouros.

Disse-lhes o mercador que, não tendo tempo para se deter, nem sabendo o que havia de pedir pela corôa e pelo manto, o melhor era levarem-nos os reis às côrtes de Londres, e que lá lhos tornariam a dar ou lhe pagariam o que pedisse por êles. Estavam as côrtes reünidas em um campo bem plantado de árvores, quando Amadis e Galaor — seu irmão mais velho — foram mandados pela rainha em defesa duma mulher queixosa. Porém, el-rei Lisuarte sentia grave cuidado, pois havendo trazido para Londres a corôa e o manto recebidos, estes se lhe haviam sumido sem que pudesse encontrá-los. Quando Amadis já estava longe, apareceu o mer-

RECONSTITUÏÇÃO PORTUGUESA

Os AMORES DE PERION. — Perion e a rainha Elisena reconhecem o donzel do mar. — Gravuras quinhentistas francesas

cador a reclamar sua fazenda ou o preço dela. Não podendo el-rei Lisuarte entregar-lha, prometeu pagá-la pelo preço que pedido fôsse. E entre o espanto e a dor dos homens-bons e de tôda a côrte, Arcalaus pediu como preço do manto e da corôa — Oriana, a Sem Par. Respondeu el-rei que de mais lhe pedia, mas que antes perdesse a filha — seu dano próprio — que a palavra, — exemplo que seria danoso para todos.

E Arcalaus leva Oriana.

Já a caminho de Londres recebeu Amadis o aflito recado de Mabília.

— Ai! Santa Maria, valei-me!

Corre Amadis em busca do seu bem. Ao fim de muito andar, descobre por um lenhador que Oriana fôra levada ao castelo de Grumen, um primo do Dardan que tinha sido morto. Ao romper de alva, no meio de cinco cavaleiros bem armados, Oriana sai do castelo levada nos braços de Arcalaus, o feiticeiro. E Amadis mata os traidores e dos braços de Arcalaus arrebata Oriana, a Sem Par.

À vista dos maus cavaleiros, estendidos por terra com disformes gestos, Oriana estremece, e Amadis, ajoelhado a seus pés, diz-lhe com doçura:

— Quanto mais custa morrer de amor!

Encaminham-se para um vale onde um ribeiro corria por entre a erva viçosa. E então, mais por ela o querer que por êle o ousar, a donzela se fêz dona sôbre aquela cama verde.

Voltou Oriana para casa dos pais, e Amadis goza com ela o bem do amor escondido. Porém tem de partir, por honra da palavra dada.

A linda princesinha Briolanja fôra esbulhada do seu reino, por horrenda felonia. Em tempo, Amadis prometera a Briolanja que lhe restituïria a corôa, e partiu para esta empresa — com que saüdades de Oriana! Amadis vai nos vinte anos. Realçam agora a sua formosura os nobres sinais das armas. Briolanja amara-o ainda menina, e ama-o agora com amor perdido. Junto dela e servindo-a na guerra, Amadis guarda a fé do seu perfeito amor. Porém Oriana, por um dito de um pagem, convence-se de que Amadis ama a linda Briolanja. Debalde Mabília lhe faz ver a sem-razão. O amor e a pena de Briolanja por Amadis eram tão grandes que o senhor Infante D. Afonso de Portugal desejava que Amadis lhe fizesse dois filhos dum só ventre. Porém Amadis era sempre o mais fiel. Para o obrigar a ceder, Briolanja prendeu-o em uma tôrre. Amadis deixou de comer e esteve à morte. Então Briolanja soltou-o. Mas Oriana, possuida da sua sem-razão, escreveu a Amadis a carta mais cruel e mandou-lha entregar por Durim, irmão de uma boa donzela da Dinamarca que morava na côrte. Entretanto Amadis, com seus irmãos Galaor e Florestan, com Agrajes e outros leais cavaleiros, ganhara o senhorio da Ilha Firme, com seus palácios e tesouros.

Ao ler a carta de Oriana, Amadis perdeu as fôrças. E Oriana não lhe consentia resposta. Despediu-se do fiel Gandalim, que chorava, disse-lhe que tudo perdera ao perder o amor de quem amava, e que o não buscasse pois não mais se veriam.

Parte desarmado e é o cavalo sem govêrno que o guia. Depois de errar tôda a noite na escuridão duma floresta, amanhece-lhe numa verde campina, onde encontra um bom velho, que era monge. Confessa-se ali no santo homem, que o aconselha e o admoesta benévolo. Insiste por que o ermitão o leve consigo para o êrmo da Penha Pobre, o que aquele acaba por aceitar, pondo a Amadis o nome de Beltenebros. *A êste tempo albergara-se na côrte de el-rei Lisuarte o Príncipe de Roma, senhor soberboso e vão, que muito se agradou de Oriana, a Sem Par. E Beltenebros, na solidão marítima da Penha Pobre, ia servindo a Virgem e fazendo penitência, para que Oriana um dia o quisesse. Quando Oriana se convenceu da sua cruel sem-razão e soube que Amadis tinha naturalmente morrido, pois que as suas armas haviam sido achadas ao abandono, arrependeu-se, transida de dôr. Mabília e a donzela da Dinamarca iam-na consolando, e combinaram que esta e Durim iriam em busca de Amadis ao reino de Escócia, ao castelo de Gandales, onde talvez êle se tivesse recolhido. Um dia arribou à Penha Pobre a nau da condessa Corisanda, que trazia formosa companhia de damas e cavaleiros. Repararam todos, com simpatia e piedade, no penitente Beltenebros, e uma noite ouviram-no cantar uma canção tão triste que não mais lhes esqueceu.*

Corisanda navegava com rumo à côrte de Lisuarte. Chegada aí, conversando com Mabília, falou-lhe do moço penitente da Penha Pobre, tão cortês, tão triste e lagrimoso; e como lhe lembrava a canção que lhe ouvira, cantou-a a Mabília, por esta lho pedir. Mabília conheceu a canção como sendo de Amadis

AMADIS DE GAULA

e feita a Oriana, a Sem Par. Foi contar tudo a Oriana, e as duas, abraçadas, sorriem e choram de alegria.

De volta de Escócia, descoroçoados, Durim e a donzela da Dinamarca sofreram no mar uma grande tormenta e a nau arribou à Penha Pobre. Viram aí Amadis e não o reconheceram, mas êle, quando os encarou, caiu desacordado no chão. Julgando-o morto, o ermitão chorava. Apiedada, quis a donzela da Dinamarca ver o penitente na sua cela. Falou-lhe, mas Amadis não respondia para que a voz o não descobrisse e êle não desobedecesse a Oriana. Porém a donzela reconheceu-o pelo sinal dum golpe no rosto, e em lágrimas beijou as mãos de Amadis.

Saiu Amadis da Penha Pobre acompanhado da boa donzela; tão fraco, porêm, se sentia, que teve de cobrar fôrças em um lugar deleitoso do campo.

Disse-lhe a donzela da Dinamarca que Oriana o estava esperando no castelo de Miraflores, ansiosa do seu perdão e do seu amor. Amadis comprou armas e um cavalo, e então foi o cavaleiro Beltenebros. Depressa se encaminhou para Miraflores, onde estavam com Oriana os amigos fiéis — Mabília, Gandalim e Durim. Uma noite entrou por uma varanda no castelo, e ficou prêso num beijo à bôca da Bem-Amada.

Todos o tinham por morto, e o cavaleiro Beltenebros, que nunca tirava o elmo, ganhava tal fama que já ofuscava a do cavaleiro Amadis. Ora, à côrte de el-rei Lisuarte chegara a êsse tempo o velho escudeiro Macandon, que aí mostrara uma espada e uma guirlanda maravilhosas. A espada só poderia desembaïnhá-la o cavaleiro que amasse com perfeito amor, e a guirlanda só poderia reverdecer quando posta na cabeça da dama que o amasse com amor igual. El-rei Lisuarte determinou que se fizesse esta prova entre todos da côrte, e Amadis, que estava com Oriana em Miraflores, decidiu disputá-la com a Bem-Amada — êle com o elmo que o encobria, e disfarçada ela à maravilha. Únicos entre todos os cavaleiros e damas da côrte, Beltenebros desembainha a espada, Oriana faz florir a guirlanda, e ambos ficam como o Perfeito Par que se ama com Perfeito Amor. No fim da prova, el-rei Lisuarte pede à infantinha Leonoreta que baile e cante com as suas donzelinhas a canção de Amadis, que tem por estribilho:

Leonoreta,
fin roseta...

Ao serviço de el-rei Lisuarte, Beltenebros peleja e salva-lhe a vida. Dando-se então a conhecer, entende que o rei lhe não mostra coração agradecido, ou por lhe envejar a glória ou por temer que lhe cobice a corôa. Saüdoso de Miraflores, desgostoso da côrte, determina ir correr as partidas do mundo. Despede-se de Oriana:

— Como sou mais teu que meu, não me mandes ficar, inda que eu morra de dizer-te adeus!

E Amadis pratica as mais famosas proezas, para glória de Deus e da Bem-Amada.

Na Ilha Triste combate e vence o gigante Madarque, inimigo da lei de Cristo, à qual o converte, libertando os prisioneiros do gigante. Extermina na Ilha do Diabo o terrível monstro Endriago, invocando, antes do nome de Deus, o nome de Oriana, a Sem Par. Depois, em Constantinopla, cabeça da Cristandade, o Imperador acolhe-o com grandes honras e cobiça-o para marido da princesa. Por espaço de três anos, Amadis anda de terra em terra e de glória em glória. Mas não vê os mais formosos olhos que o fitam nem os mais belos sorrisos que o chamam. E sem nunca ter novas de Oriana, teve-a sempre presente no coração porque sempre houve nêle — a Saüdade.

Entretanto o Príncipe de Roma subira ao trono do Império, e logo mandou a el-rei Lisuarte uma poderosa embaixada a pedir-lhe a mão da princesa Oriana, a Sem Par. Inclinou-se el-rei a dar-lhe favorável despacho, a-pesar da escusa angustiada da filha, que com a fiel Mabília desafogava em pranto. Os homens-bons, a quem el-rei chamara para os ouvir neste ponto do casamento, mostraram-se contrários a que Oriana fôsse Imperatriz de Roma. Porém el-rei deu a sua palavra aos embaixadores. Neste passo os cavaleiros leais despediram-se do serviço de el-rei Lisuarte e passaram-se à Ilha Firme. No apêrto do seu transe, Oriana pediu aos cavaleiros da Ilha Firme que lhe acudissem na aflição. O povo lastima a infanta. Mas as naves romanas aparelham e largam com rumo ao Império de Roma. Na que leva desfraldada a insígnia imperial, vai Oriana prisioneira em uma câmara rica. A êste tempo Amadis entrava no mar Oceano, e vinha apetecendo para o seu amor a bênção da Igreja, agora que, por bondade de Deus e não por merecimentos próprios, julgava ter merecido Oriana. Por uma nau de mercadores da Grã Bretanha com quem chegaram à fala, soube Amadis que a Oriana a tratam já por Imperatriz de Roma — e desfaleceu nos braços de Gandalim, que considerava que ao mais forte cavaleiro do mundo apenas derribava o maravilhoso amor que o possuia. Então Amadis roga a Deus lhe permita chegar a tempo, e toma o rumo da Ilha Firme. Aí o recebem com glória como a senhor os seus irmãos e pares, a quem êle exorta a que o ajudem contra a sem-razão e agravo que el-rei Lisuarte faz a Oriana. Decididos estavam todos a fazê-lo na ausência de Amadis — e agora sentem que valem o dôbro. As proas romanas fendem as ondas e navegam soberbas as naves. Guardam sempre no meio a mais soberba, em cujo tope se desfralda a insígnia do Imperador. Mas à frente da frota roubadora surge outra que o Amor comanda e guia. Rompe fera a batalha entre as naus abordadas; rendem-se os romanos Então sobe Amadis àquela em que Oriana, tendo ouvido a voz do seu amado, dá graças a Deus, posta em joelhos. E Amadis liberta e leva para a Ilha Firme — Oriana, a Sem Par.

no vos plaze cõbatir / a cõdiciõ q̃ si vencido fueredes os quiteys desta demãda: y si yo muerto fuere algo de vr̃o enojo y mẽgua se satisfaze: yo lo fare porq̃ aq̃l sentimiẽto q̃ vos teneys por el rey abies aq̃l y mucho mas crescido terna amadis por la mi muerte. Dõ florestã dixo lãdin bien veo q̃ aueys sabor d̃ batalla: mas yo la dudo a mas no poder / porq̃ tengo de yr cõ la respuesta desta embaxada a señalado dia: ⁊ tãbiẽ porq̃ aquellos señores me tomarõ fiãça q̃ en otra cosa de afrenta no me entremetiesse: pero si d̃ alli yo saliere biuo auer la he con vos a dia señalado. Lãdin dixo dõ Florestan vos lo dezis como buen cauallero ⁊ honrado: porq̃ los que cõ semejantes mẽsajes vienẽ han de negar su voluntad propia por seguir la de aq̃llos cuyo mandado traẽ: porq̃ d̃ otra guisa aun q̃ a vr̃a honra satisfazer pudiessedes: la suya por vuestra tardança se podria menoscabar / siendo todo a cargo vr̃o: ⁊ por esso tengo por biẽ q̃ sea como lo dezis: y tẽdiẽdo las luas en señal d̃ gajes las dio al rey ⁊ landin la falda del arnes: assi q̃ a cõsentimiẽto de ambos quedo la batalla treynta dias d̃spues q̃ la d̃los reyes passasse: entõces mando el rey a vn cauallero su criado q̃ filispinel auia nombre q̃ en cõpañia de lãdin se fuesse a desafiar aq̃llos q̃ a el desafiaron. Pues partidos estos dos caualleros como oys el rey quedo hablãdo cõ dõ Galaor ⁊ florestan: ⁊ Agrajes: ⁊ otros muchos q̃ enel palacio estauã / ⁊ dixoles q̃ero que veays vna cosa en q̃ aureys plazer. Entõces mãdo llamar a leonoreta su fija cõ todas sus dõzellas pequeñas q̃ viniessen a dancar assi como soliã: lo q̃ nũca auia mãdado d̃spues que las nueuas de ser p̃dido Amadis le dixerã: y el rey le dixo. Fija dezid la cãcion q̃ por vr̃o amor Amadis fizo siendo vr̃o cauall'o: la niña cõ las otras sus dõzellas la començaron a cantar: la qual dezia assi.

¶ Leonoreta fin roseta
blanca sobre toda flor
fin roseta no me meta
en tal cuyta vuestro amor.

¶ Sin ventura yo en locura
me meti
en vos amar es locura
que me dura
sin me poder apartar
o hermosura sin par
que me da pena y dulçor
fin roseta no me meta
en tal cuyta vuestro amor.

¶ De todas las que yo veo
no desseo
seruir otra sinó a vos
bien veo que mi desseo
es deuaneo
do no me puedo partir
pues que no puedo huyr
de ser vuestro seruidor
no me meta fin roseta
en tal cuyta vuestro amor.

¶ Aun que mi quexa paresce
referir se a vos señora
otra es la vencedora
otra es la matadora
que mi vida desfallece
aquesta tiene el poder
de me hazer toda guerra
aquesta puede hazer
sin yo gelo merecer
que muerto biua so tierra.

¶ Quiero que sepays por qual razõ Amadis fizo este villãcico por esta infanta leonoreta. Estãdo el vn dia hablãdo con la reyna Brisena: Oriana ⁊ mabilia ⁊ olinda dixeron a Leonoreta q̃ dixesse a Amadis q̃ fuesse su cauall'o ⁊ la siruiesse muy biẽ no mirãdo por otra nigũa: ella fue a el ⁊ dixole como ellas lo mandarõ. Amadis ⁊ la reyna que gelo oyeron rieron mucho / y tomandola Amadis en sus braços la assento eñl estrado ⁊ dixole: pues vos quereys que yo sea vuestro cauallero dad me alguna joya en conoscimiẽto q̃ me tẽga por vuestro: ella q̃to de su cabeça vn prẽdedero de oro con vnas piedras muy ricas ⁊ diogelo. Todas començaron a reyr d̃ ver como la niña tomaua tan de verdad lo que en burla le auian consejado: y quedando Amadis por su cauallero fizo por ella el villancico

DE AMADIS DE GAVLE. Fueillet. XLI.

Chançon.

Leonor, doulce rosette,
Blanche par sus toute fleur,
Rosette fraische & doulcette,
Pour vous suys en grand' douleur.

Ie perdis ma liberté,
Quand me mis
A regarder la clarté,
Qui soubzmis
M'a au mal qu'ont voz amys:
Lequel pour grand bien i'accepte,
L'ayant pour telle valeur.
Rosette fraische, & doulcette,
Pour vous suys en grand' douleur.

De tout aultre que ie puis veoir
N'ay vouloir,
Estant seulement à vous:
Mais bien voy que mon debuoir
Est d'auoir
Souffrance, par dessus tous.
Soit doncq' amour en courroux,
Et s'il veult tresmal me traitte,
Son mal prendray pour bon heur.
Rosette fraische, & doulcette,
Pour vous suys en grand' douleur.

Encores que mon mal se monstre
A vous dame,
C'est en aultre qu'il rencontre,
Et reclame
L'occasion de sa flamme:
Celle seule a la recepte,
De m'oster de ce malheur.
Rosette fraische, & doulcette,
Pour vous suys en grand' douleur.

Et puis

O LAIS ¡LEONORETA, FIN ROSETA!

Em espanhol. Na edição de Sevilha, 1526, por Jacob e João Cromberger. (Pág. CI, verso)

Em francês. De *Le Second Livre de Amadis de Gaula*. Paris 1541

AMADIS DE GAULA E O «LAIS» DE LEONORETA

O *Amadis* português mereceu do prof. Teófilo Braga um volume *Historia das novellas portuguezas de cavalleria. Formação do Amadis de Gaula.* Pôrto, 1873, e alguns artigos do seu volume *Questões de Litteratura e Arte portugueza.* Lisboa, 1881.

Muito se tem escrito sôbre o «Amadis de Gaula», «obra capital en los anales de la ficción humana, y una de las que por más tiempo y más hondamente imprimieron su sello, no sólo en el dominio de la fantasia, sino en el de los habitos sociales», segundo diz Menendez y Pelayo. O leitor curioso pode compulsar o vol. espanhol *Origenes de la Novela. Tomo I. Introducción. Tratado historico sobre la primitiva novela española* por D. M. Menéndez y Pelayo, Madrid, 1905, e o livro francês *De l'Amadis de Gaule et de son influence sur les mœurs et la littérature au XVIe et au XVIIe siècle* por Eugène Baret. Paris. 2.ª ed. 1873. A mais antiga edição conhecida é de Saragoça, 1508. A novela primitiva compunha-se de 4 livros. Em 1510, em Sevilha publicou-se o 5.º *Las Sergas de Esplandien,* e em Salamanca o 6.º, *Florisando;* em 1514 o 7.º, em Sevilha, *Lisuarte de Grecia;* em 1526 o 8.º, *Lisuarte de Grecia y Muerte de Amadis,* também em Sevilha; em 1536 o 9.º, em Burgos, *Amadis de Gaula* (ed. duvidosa); em 1532 o 10.º, em Valladolid, *Florisel de Niquea;* em 1546 em Sevilha o 11.º, *Rogel de Grecia* (são duvidosas as ed. de 1535 e 1536); em 1546 o 12.º, *Silves de la Selva,* de Sevilha. A primeira edição francesa é de 1540.

*

A canção de Leonoreta, ou *villancico,* como lhe chama Montalvo, encontra-se no Cancioneiro Colocci-Brancuti (n.ºs 230 e 232), em nome de João de Lobeira, trovador da côrte de D. Denis, e cuja vida se identifica de 1258 a 1285. «Segundo a leitura do editor Enrique Molteni, abonada por Monaci, o texto tem no preciosíssimo Códice o teor seguinte:

JOÃ LOBEYRA

una stanza

Senhor genta mi tormenta
Vossamor em guisa tal
Que por menta q eu senta
Outra nõ me ben nen mal
Mays lanossa me mortal
Le noreta fin roseta (bella)
bella sobre toda fror
fin Roseta nõme metta
en tal coi uossa amor.

«Nada mais. Seguem-se outras cantigas de Lobeira. E sòmente na segunda coluna da página imediata (64 v. do original) é que a canção interrompida continua (entre 246 e 247, sem numeração antiga; a moderna é de 232 bis), como se vê claramente da repetição dupla do verso inicial do refran: *Leonoreta fin roseta.* Pois diz:

Das q ueio nõ deeio outra senhor
seuos nõ
e deseio tan sobejo mataria huû leom
Senhor do meu coraçõ.
leonoreta fin roseta
Mha vencca ê loucura
me meteo de uos amar
E loucura q me dura
en qvtar | q me nõ posso
Ay fre musura sem par
leonoreta fin Rosseta.»

Assim escreve D. Carolina Michaëlis que sôbre a canção publicou na *Lusa* de Viana do Castelo, de que em 1918 se fêz uma hoje rara separata: *O lais galego-português ¡Leonoreta, fin roseta! e as origens do adjectivo «fin».* Teófilo Braga em 1873, deu-nos a tradução portuguesa da canção que Montalvo publica. E finalmente D. Carolina Michaëlis, «conferindo a lição arcaica com a moderna, desfazendo as abreviaturas; separando lògicamente as palavras; acrescentando pontuação adequada e alguns acentos como comentário indispensável; repartindo os versos em harmonia com o ritmo e as rimas» deu ao *Lais de Leonoreta* a forma que Afonso Lopes Vieira perfilhou no seu *Romance de Amadis composto sôbre o Amadis de Gaula de Lobeira.* Lisboa, 1922.

Leonoreta sem (*) roseta,
Blanca sobre toda flor,
Sem roseta no me meta
Em tal cuita vosso amor.

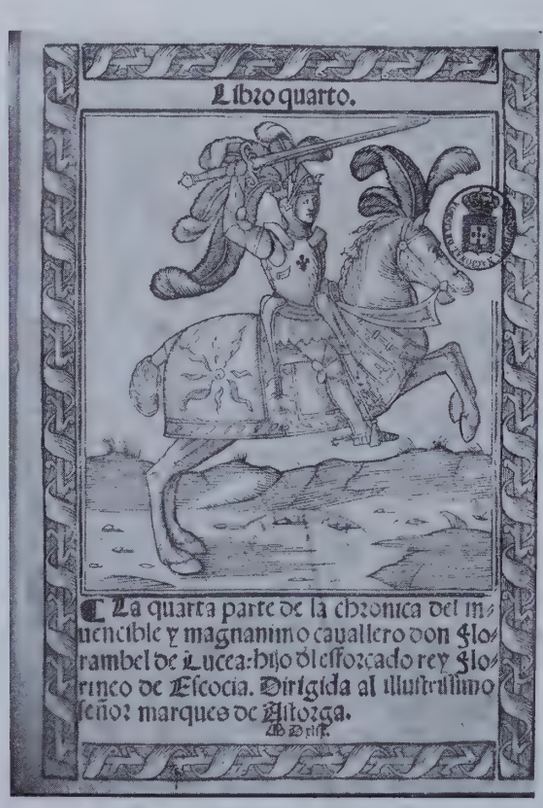
Sem ventura eu em loucura,
Me meti;
Em vos amar ha loucura
Que me dura
Sem me poder apartar;
Oh formosura sem par,
Que me dá pena e dulçor,
Sem roseta não me meta
Em tal cuita vosso amor.

De todas as que eu vejo
Não desejo
Servir outra senão vós;
Bem vejo que meu anceio
É devaneio
D'onde não posso sair.
Pois que não posso fugir
De ser vosso servidor,
Não me meta sem roseta
Em tal cuita vosso amor.

Inda que a queixa parece
Referir-se a vós, senhora,
Outra é a vencedora,
Outra é a matadora
Que me a vida desfallece.
Aquesta tem o poder
De me fazer toda a guerra;
Aquesta pode fazer
Sem eu vol-o merecer
Que morto viva sob terra. (1)

(*) Deve ler-se *fin roseta.*

(1) «*Amadis de Gaula,* liv. II, cap. XI. A fórma hespanhola dá esta portugueza sem alteração nem esforço, o que denota que a nossa é o typo anterior.» — *(N. de T. Braga).*



O QUARTO LIVRO DO AMADIS DE GAULA impresso em Sevilha por Andrès de Burgos em 1548

SENHOR genta,
mi[n] tormenta
voss'amor en guisa tal
que, tormenta
que eu senta,
outra non m'é ben nen mal,
mais la vossa m'é mortal.

Leonoreta,
fin roseta,
bela sobre toda fror,
fin roseta,
non me meta
en tal coi[ta] vosso amor!

Das que vejo
non desejo
outra senhor se vós non.
E desejo
tan sobejo
mataria un leon,
senhor do meu coraçon!

Leonoreta,
fin roseta,
bela sobre toda fror,
fin roseta,
non me meta
en tal coita vosso amor!

Mha ventura
en loucura
me meteu de vus amar.
É loucura
que me dura,
que me non poss'ên quitar.
Ai fremosura sen par!

Leonoreta,
fin roseta,
bela sobre toda fror,
fin roseta,
non me meta
en tal coita vosso amor!

"Instrumento de aprovação do testamento do infante D. Fernando, lavrado por Fernão Lopes, tabelião geral do reino, a 18 de Agosto de 1437.

À esquerda a assinatura do Infante ; à direita o sinal público de Fernão Lopes»

(Tôrre do Tombo. Gaveta 16, maço 2.°, n.° 13)

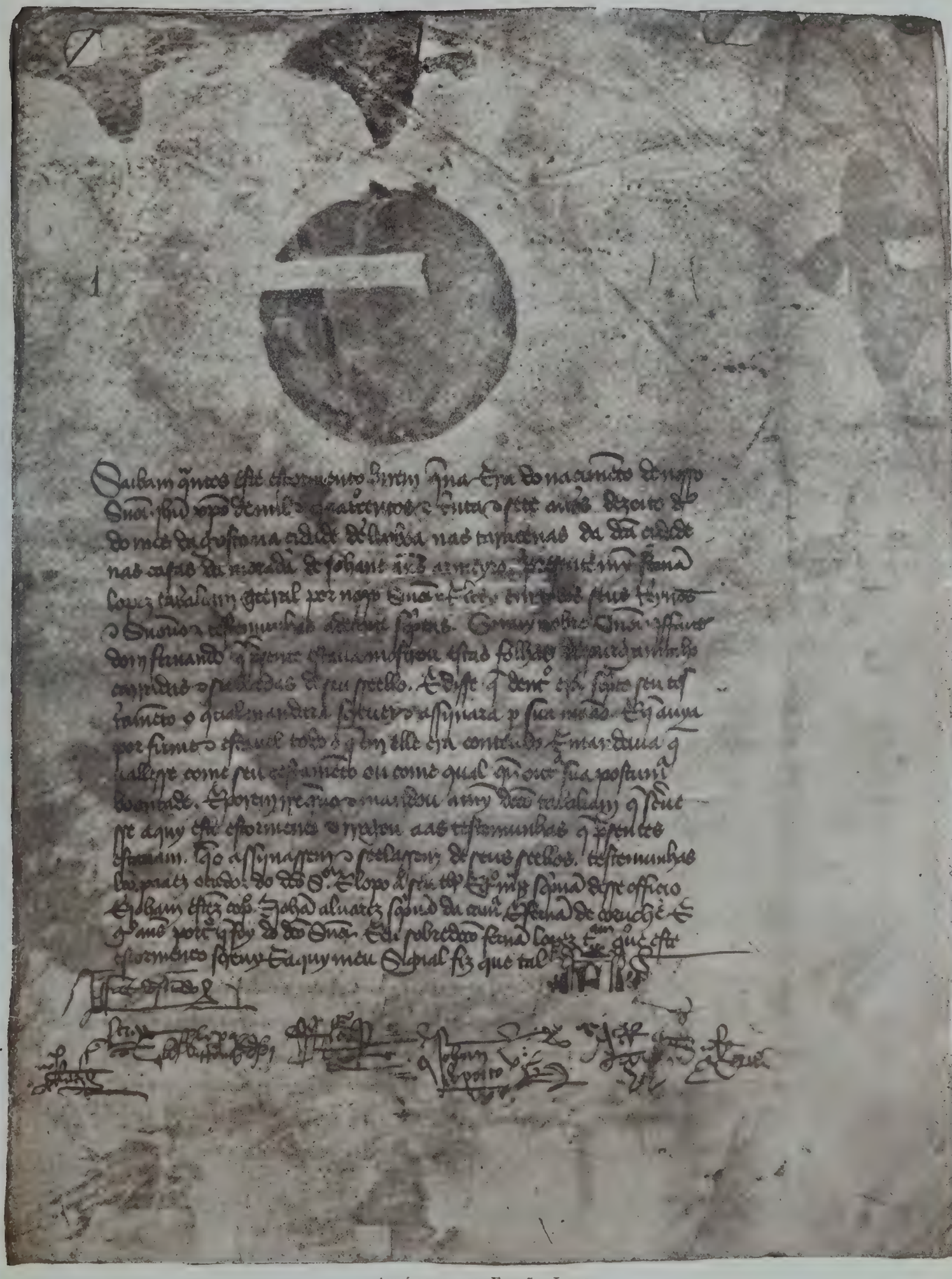
O Testamento do infante D. Fernando, o *Infante Santo,* todo do punho do grande patriarca da História portuguesa conserva-se religiosamente guardado na Tôrre do Tombo. Precioso autógrafo pela mão que o escreveu e pelo que nos mostra do viver medieval, acha-se todo transcrito pelo erudito Anselmo Braamcamp Freire nas páginas que antecedem a *Parte primeira da Cronica del Rei Dom Joam da boa memoria,* publicada em Lisboa, 1915, em edição do *Arquivo Histórico português.* É uma página curiosa que merece bem ser conhecida de todos.

LIÇÃO DE A. BRAAMCAMP FREIRE

Logar do sêlo, desaparecido

«Saibam quantos este estormento virem q no Era do naçimento de nosso Senhor jesus christo de mil e quatrocentos e trinta e sete annos, dezoito dias do mes dagosto na çidade de lisboa nas taraçenas da dita çidade nas casas da morada de johane anes armeyro. presente my fernã lopez tabaliam geeral por nosso Senhor ElRey em todos seus Reynos e Senhorio e testemunhas adeante scriptas. O muy nobre Senhor jffante dom fernando q presente estaua mostrou estas folhas de purgaminho çarradas e seelladas de seu seello. E disse q dentro era scripto seu testamento o qual mandara screuer e assynara per sua maão. E que auya por firme e estauel todo o q em elle era conteudo. E mandaua q ualesse come seu testamento ou come qual quer outra sua postumeyra voontade. E porem rrequerio e mandou a my dito tabaliam q screuesse aquy este estormento e rrogou aas testemunhas q presentes estauam q o assijnassem e seelassem de seus seellos. testemunhas lourenço paaez contador do dito Senhor. E lopo affonsso seu thesoureyro. E gonçallo martins scripuã desse offiçio. E joham esteueez copeyro E johã aluarez scripuã da çamara E fernã de coruche E gonçallo anes porteyro que foy do dito Senhor E eu sobredito fernã lopez tabaliam que este estormento screuy E aquy meu Signal fiz que tal [sinal publico] he. — *Iffãte dõ fernãdo.*

Laurencius — lopo affonso — Gonçallo gonçaluez — Joham do porto — gonçallo martinz — ... gil — ... Rodriguez.



Autógrafo de Fernão Lopes

(Testamento do «Infante Santo» existente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

D. Pedro I já estava morto havia mais de sessenta anos quando Fernão Lopes foi incumbido de *poer em carónica* a vida dêsse e de outros reis? ¿Para desautorizar e aniquilar, não pròpriamente o Rei já aniquilado pela morte (e nela mesma já acompanhado também por dois sucessores) mas, mais vasta e maquiavèlicamente, para «demolir» o próprio prestígio da realeza? Se Fernão Lopes fôsse tão venal ou subserviente como assim o querem pintar, deve antes supor-se que êle preferiria não dar à instituïção régia, que lhe pagava, qualquer pretexto para esta suspeitar que êle a punha, na escala das suas predilecções íntimas, abaixo da clerezia ou da Igreja como fôrça política rival.

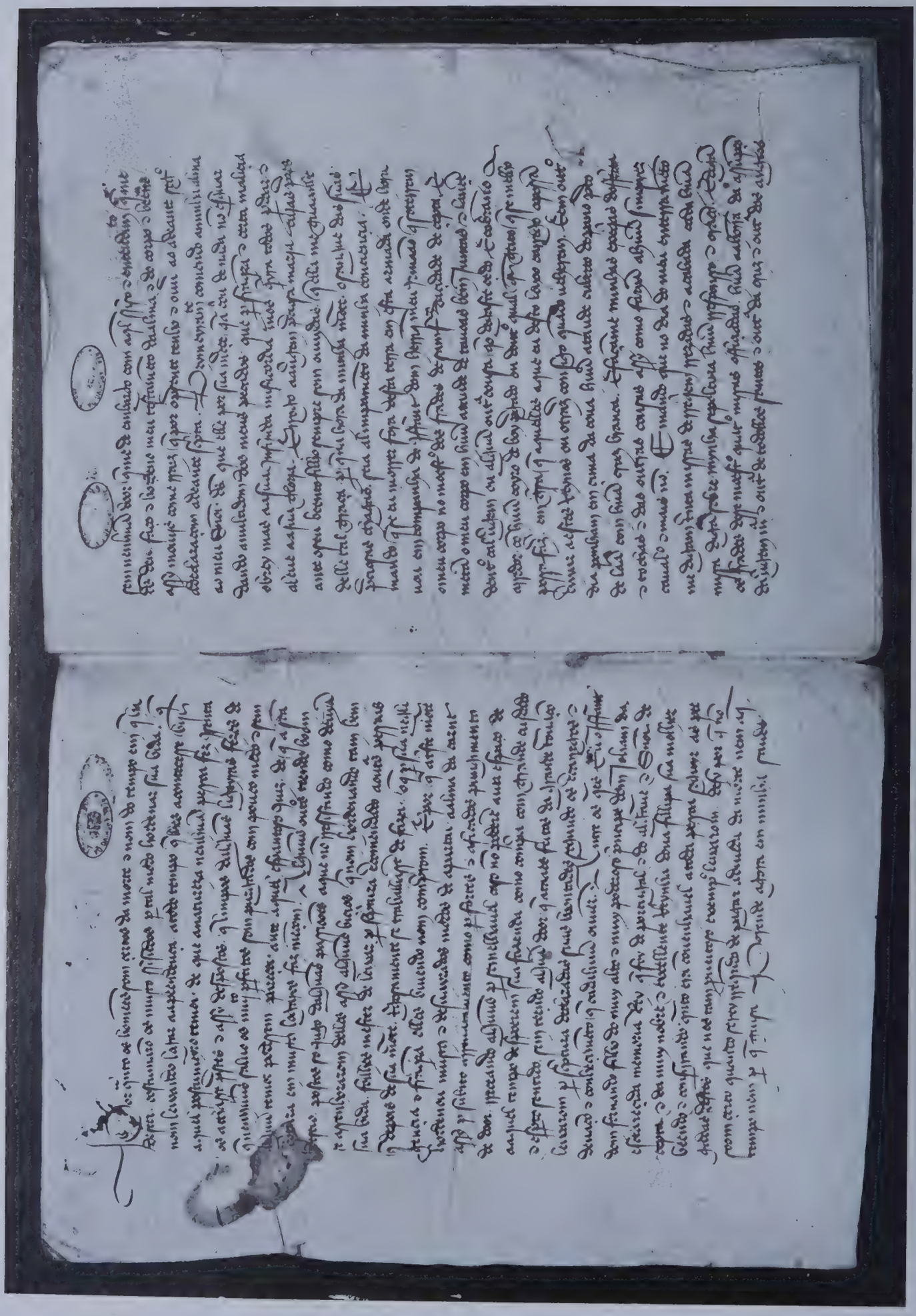
A HISTÓRIA

Estátua no monumento fúnebre a Oliveira Martins, no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa. É um dos mais impressivos trabalhos do grande escultor português Teixeira Lopes (*Cliché* de Júlio Chaves)

Quási metade da obra *D. Pedro I e a sua época* é ocupada com o estudo da evolução do direito público romano na Península e com a exposição dos verdadeiros elementos e métodos da História, como ela se faz modernamente.

Por qualquer dêstes aspectos encontra-se o cronista em manifesta inferioridade, comparado com o seu severo crítico: primeiro, porque, dentro ainda daquela evolução jurídica, o historiador medieval não podia vê-la na perspectiva em que a goza o general do século XX, com todos os planos graduados e as meias-tintas respectivas; e, em segundo lugar, porque o velho e atrasado Fernão Lopes fêz a História com o seu génio precursor, e não com as regras que se descobriram depois, algumas das quais foram aliás aplicadas por êle, com adivinhação maravilhosa, primeiro que por ninguém. O crítico fulmina assim o cronista, aplicando-lhe severamente tôdas as leis, terrestres e celestes, da criminalidade historiográfica: «Fernão Lopes, portanto, batendo à porta dos mosteiros e igrejas para reünir elementos destinados a servirem de alicerce à *Crónica de D. Pedro I*, não cuidou, provàvelmente, de que tal fonte de provas testemunhais lhe estava vedada pelas leis divinas e humanas, as quais não permitem aos inimigos ser ouvidos àcêrca daqueles de quem recebem agravos» (pág. 65).

Seria bom que essas leis formosíssimas se aplicassem em 1928, na escritura da História, com o nobre e ideal rigor com que o crítico as queria seguidas por Fernão Lopes no segundo quartel do século XV. É também conviria ter-se em vista que o cronista não podia dispor de muitos arquivos fora dos de igrejas ou mosteiros, além de ser naturalíssimo que, na infância da História e da Europa moderna, os cronistas se guiassem pelas lendas formadas na sua época ou nas imediatamente anteriores. ¿Foi na tradição geral do seu tempo, ou nos arquivos do clero, que Fernão Lopes se



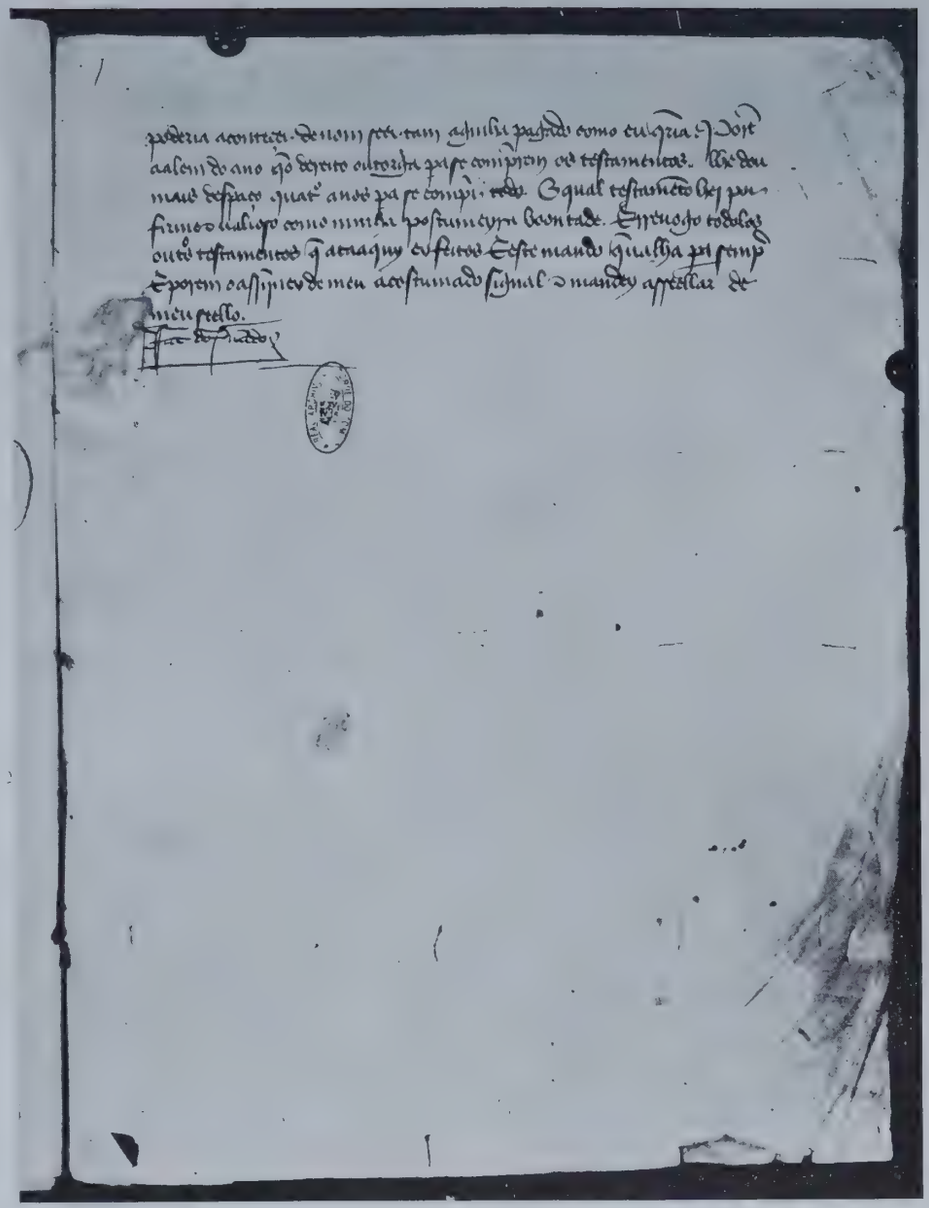
PRIMEIRA E SEGUNDA PÁGINAS DO TESTAMENTO DO INFANTE D. FERNANDO, o infante Santo, que morreu em Fez. Todo escrito pela mão de Fernão Lopes, o cronista, seu escrivão da puridade. (1437). (Valiosíssimo autógrafo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

documentou mais, para nos transmitir as conhecidas anedotas sôbre a fúria justiceira de D. Pedro? Tudo leva a crer que mais, e muito mais, naquela do que nestes. Êsses episódios típicos, sumamente dramáticos, teem o cunho da formação e condensação popular. Seguindo-os, Fernão Lopes fêz muito bem, como historiador, porque não há fumo sem fogo; e fêz melhor ainda como escritor ou poeta, porque os não omitiu nem estragou com ouropeis de pedante, e no-los soube transmitir com fulminante vigor de dramaturgo nato e genial.

Diz mais o ilustre e sábio crítico de Fernão Lopes: «O fundador da crónica nacional, procedendo diferentemente (do que fizeram quatro séculos mais tarde os Herculanos e os Guizot) *só ganhou* o poder ser considerado como um dos precursores de Shakespeare».

Êsse pouquinho!...

Melhor que nós por êle, fala Fernão Lopes por si próprio. Como anteriormente havemos feito, vamos apresentar aqui algumas amostras do seu estilo de narrador. Nos três citados volumes da *Antologia Portuguesa* encontrará abundante cabedal para ajuïzar do seu valor quem por-ventura ainda o conheça mal. Por isso nos limitaremos a transmitir agora, levemente modernizados, dois ou três trechos característicos:



PÁGINA FINAL DO TESTAMENTO DO INFANTE D. FERNANDO, o infante Santo. Outros autógrafos de Fernão Lopes tem a Tôrre do Tombo, mas êste é o mais importante. Anselmo Braamcamp Freire, que nos revelou êste, dá-nos também em «fac-simile», na *Chronica de D. João*, uma ressalva por êle escrita e assinada, no fecho de uma certidão

Esta página contém o fim e a assinatura do Infante: «poderia aconteçer de nom seer tam aginha pagado como eu queria. Porc aalem do ano q. o dercito outorga pera se comprirem os testamentos lhe dou mais despaço ,quatro annos pera se comprir todo. O qual testameto hej por firme & ualioso como minha postumeyra voontade. E rreuogo todolos outros testamentos que ataaquy ey feitos. E este mando q. ualha pera sempre. E porem o assijney de meu acostumado signal & mandey assellar de meu scello — *Iffãte dõ fernãdo.*»

OS ESCUDEIROS SALTEADORES

...Assim aveio que, pousando êle (D. Pedro I) nos paços de Belas, que êle fizera, dois seus escudeiros (que gram tempo havia que com êle viviam) sendo ambos parceiros, houveram conselho que fôssem roubar um Judeu que pelos montes andava, vendendo especiaria e outras cousas. E foi assim, de feito, que foram buscar aquela suja preia, e roubaram-no de tudo; e (o pior disto) foi morto por êles.

Sua ventura, que lhes foi contraira, azou de tal guisa, que foram logo presos e trazidos a El-Rei, ali onde pousava.

El-Rei, como os viu, tomou gram prazer por serem filhados e começou-os de preguntar como fôra aquilo. Êles, pensando que longa criação e serviço que lhe feito haviam, o demovesse a ter algum jeito com êles, não tal como tinha com outras pessoas, começaram de negar, dizendo que tal cousa não sabiam parte.

Êle, que sabia já de que guisa fôra, disse que não haviam por que mais negar; que confessassem como o mataram; senão que, a poder de cruéis açoutes, lhes faria dizer a verdade.

Êles, em negando, viram que El-Rei queria pôr em obra o que lhes por palavra dizia. Confessaram tudo assim como fôra; e El-Rei, sorrindo-se, disse que fizeram muito bem (se tomar queriam mester de ladrões, e matar homens pelos caminhos) de se ensinarem primeiro nos Judeus, e depois viriam aos Cristãos...

E, em dizendo estas e outras palavras, passeava perante êles de uma parte à outra. E (parece que lembrando-lhe a criação que nêles fizera) vinham-lhe as lágrimas aos olhos, por vezes. E assim andou por um grande espaço.

Os que aí estavam, que aquesto viam, suspeitando (agoirando) mal de suas razões, aficavam-se muito a pedir mercê por êles, dizendo que, por um Judeu astroso, não era bem morrerem tais homens; e que bem era de os castigar por degrêdo ou outra alguma pena, mas não mostrar contra aquêles que criara, pelo primeiro êrro, tão grande crueza.

El-Rei, ouvindo todos, respondia sempre que *dos Judeus viriam depois aos Cristãos.*

Em fim destas e outras razões mandou que os degolassem. E assim foi feito.

Do ponto de vista literário é perfeito êste trecho, na sua sóbria e directa simplicidade. Històricamente, a figura do Rei aparece-nos, sem embargo do seu implacável rigor, posta em simpático relêvo: mostra-se que a paixão da justiça lhe não empedernira de todo o coração, visto chorar enquanto cumpria o seu dever, lembrando-se de que êle próprio tinha educado e estimado aquêles assassinos. Além disto, por duas vezes procura e consegue Fernão Lopes justificar a crueza do Rei, pondo-a ao serviço de um alto ideal de justiça

AS CRÓNICAS DE FERNÃO LOPES NO ARQUIVO NACIONAL DA TÔRRE DO TOMBO. — Página iluminada da *Chronica delrei D. Pedro* e primeira página da *Chronica de D. João*. Manuscritos iluminados, como a série da *Leitura Nova*

exemplar e preventiva (Se os dois queriam tomar mester de ladrões, *faziam bem* ensaiando-se primeiro em Judeus, porque lá chegariam depois aos Cristãos). Por outro lado, esta insistência no ácido sarcasmo define com inexcedível poder descritivo o carácter de D. Pedro I.

Não menos característica do feitio dêste, de julgar-se ferido êle próprio pelas lesões da Justiça e os insultos aos ministros respectivos, é a soberba anedota que no-la mostra sentindo pessoalmente a ofensa feita ao seu mais humilde representante:

AS BARBAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Não fique por dizer de um bom escudeiro, sobrinho de João Lourenço Bubal, privado de El-Rei e do seu Conselho, alcaide-mor de Lisboa.

O qual escudeiro vivia em Avis, honradamente e bem acompanhado (abastadamente e com grande casa). E foi a sua casa, por mandado do juiz, um porteiro, para o penhorar; e êle, por cumprir vontade (cedendo ao mau génio) depenou-lhe a barba e deu-lhe uma punhada.

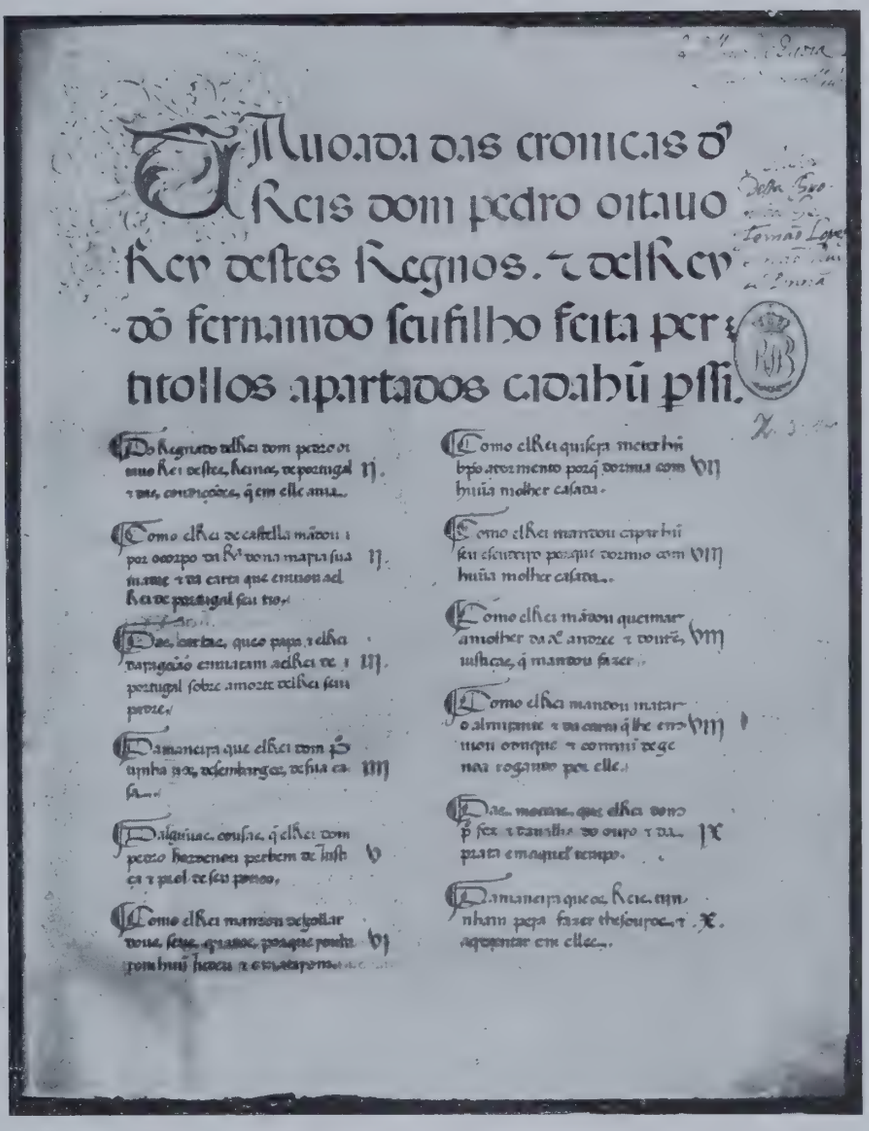
O porteiro veio-se a Abrantes, oude El-Rei estava, e contou-lhe tudo como lhe aviera. El-Rei, que o àparte ouvia (1), como (o porteiro) acabou de falar, começou de dizer contra o Corregedor, que aí estava:

— ¡Acorrei-me aqui, Lourenço Gonçalves, que um homem me deu uma punhada no rôsto, e me depenou a barba!

O Corregedor, e os (outros) que o ouviram (ao Rei) ficaram espantados porque o dizia (porque não compreenderam logo que o Rei estava falando em sentido simbólico).

E mandou à pressa que lho trouxessem preso, e não lhe valesse (como refúgio ou asilo sagrado) nenhuma igreja. E foi assim feito; e trouxeram-lho a Abrantes; e ali o mandou degolar, e disse:

— Dês' que me êste homem deu uma punhada e me depenou a barba, sempre me temi dêle, que me desse uma cutelada. Mas, já agora, sou seguro que nunca ma dará...



CÓDICE QUINHENTISTA DAS «CRÓNICAS DE D. PEDRO E D. FERNANDO», de Fernão Lopes, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa

II — Gomes Eanes de Zurara

Chronica delrei D. João I de Boa-memoria, e dos reis de Portugal o decimo. Terceira parte, em que se contém a tomada de Ceuta. Lisboa, por Antonio Alvares, 1644. fol. de VI-307-8 pg. (Continuação da *Chronica* de Fernão Lopes).

Sahiu na *Bibliotheca dos Classicos Portuguezes* em 1899-1900 em 3 volumes o 8.º, 9.º e 10.º da *Chronica de D. João I* de Fernão Lopes, e depois: *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I,* composta por Gomes Eannes de Zurara, publicada por ordem da Academia de Sciencias de Lisboa, segundo os manuscritos n.os 368 e 365 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, 1916, CXV-I-341-3 pg.

Chronica do conde D. Pedro (de Menezes) continuada aa tomada de Cepta, a qual mandou El-Rey D. Affonso V deste nome, e dos Reys de Portugal XII escrepver.

(Saiu pela 1.ª vez no tômo II da *Collecção de Livros inéditos de Historia Portugueza,* da Academia Real das Sciencias. É dividida em 2 livros, o primeiro com 82 capítulos e o 2.º com 40, ocupando 635 pag.)

Chronica dos feitos de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, e capitão da villa de Alcacer em Africa, etc.

(Saiu impressa no tômo III da mencionada *Collecção de Livros ineditos).*

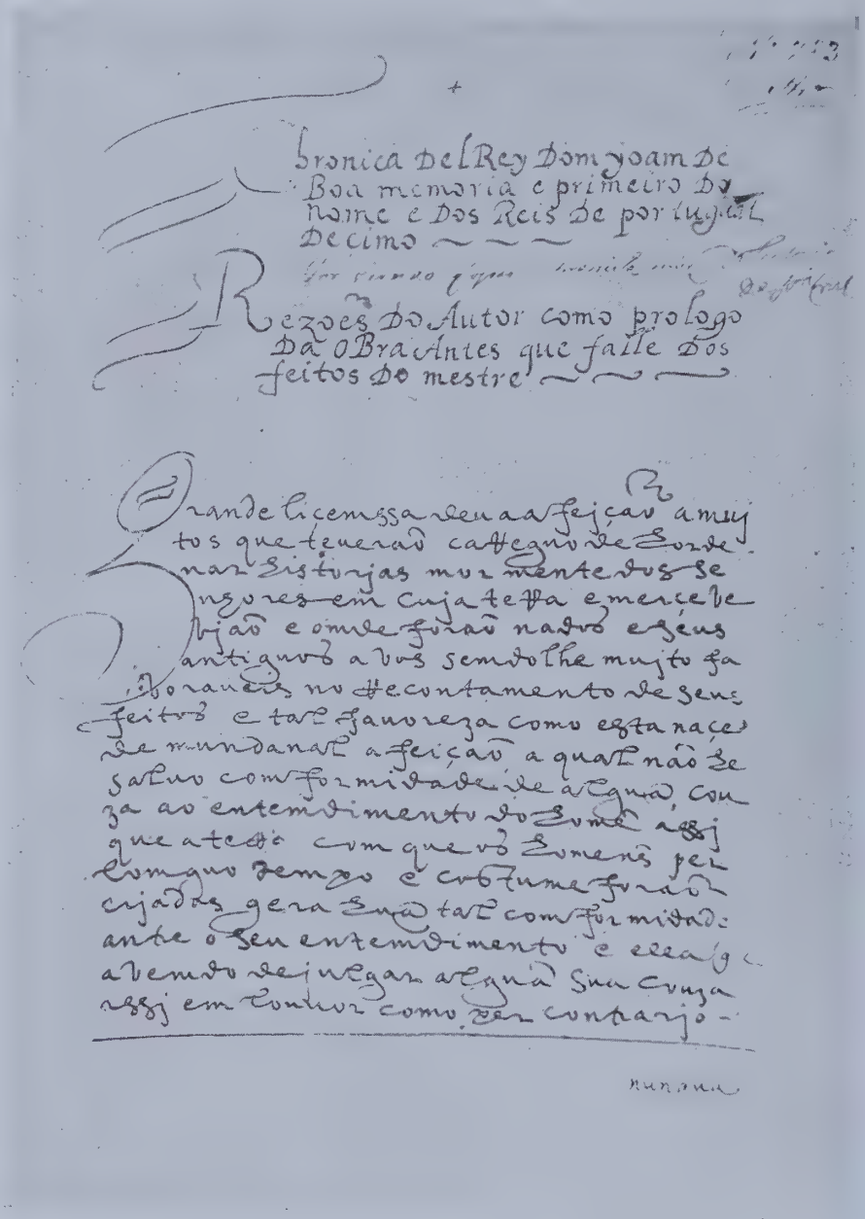
Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escripta por mandado delrei D. Affonso V, sob a direcção scientifica e segundo as instrucções do illustre infante D. Henrique. — Fielmente trasladada do manuscripto original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Paris, e dada pela primeira vez á luz por deligencia do Visconde da Carreira. Precedida de uma introducção, e illustrada com algumas notas pelo Visconde de Santarem, e seguida de um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas (por J. I. Roquette). Paris. 1841, de XXV-474 pg. 1 ret. do Infante e 1 «fac-simile» do mss. original. O mss. existente em Paris foi dado pelo rei D. Afonso V a seu tio D. Afonso, rei de Napoles. Há tiragens em papel especial e em pergaminho, formato grande e páginas ornadas de cercadura. A edição vulgar não tem a tarja e não é acompanhada do «fac-simile», sendo além disso em formato 8.º

Sôbre Gomes Eanes de Azurara consulte-se: *Memorias para a historia do Real Archivo* por João Pedro Ribeiro; Francisco dos Reis, *Curso de Litteratura portuguesa e brasileira,* pags. 193 a 209, tomo I; A. M. de de Castilho — *Seconde étude sur les colonnes ou monuments commémoratifs des découvertes portugaises en Afrique.* Lisboa, 1870; *Diccionario bibliographico portuguez,* vols. 3.º e 9.º; Edgar Prestage — *The Chronicles of Fernão Lopes and G. E. de Zurara,* Watford, 1928, e os

(1) Note-se, por êste pormenor, com que admirável instinto artístico a scena é tôda «posta em pé» diante de nós.

jornais: *O Panorama*, 1839 (pgs. 250 e seg., art.º de A. Herculano); *Annaes Maritimos e Coloniaes*, serie 2.ª, pgs. 23 a 35; *Instituto*, de Coimbra, vol. IX, pags. 72 e 107.

Não pode haver dois Fernão Lopes, dois Gil Vicente, ou dois Camões num só século. Esquecido desta triste fatalidade, Herculano foi severo de mais com os sucessores do genial cronista, assacando-lhes inferioridades que na maior parte resultam da inoportuna comparação com Fernão Lopes e culpas de que, afinal, a maior ou a verdadeira consiste em terem êles vindo depois e perto de um émulo excepcional. São estrêlas, Zurara e Pina, que teem o seu brilho próprio, mas que parecem escuras por estarem muito próximas das radiações do grande sol.



Manuscrito da «Chronica de D. João I», de Fernão Lopes, existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto

Nada se sabe de positivo da naturalidade e data de nascimento de Gomes Eanes de Zurara. Conjectura-se que tivesse vindo ao mundo cêrca de 1410, e hesita-se ainda hoje sôbre se o seu apelido se refere à Azurara da diocese do Pôrto, se à Azurara, ou Quintela da Azurara, do concelho de Mangualde. Quanto a filiação, parece ter sido seu pai um cónego das sés de Coimbra e Évora, João Eanes de Zurara.

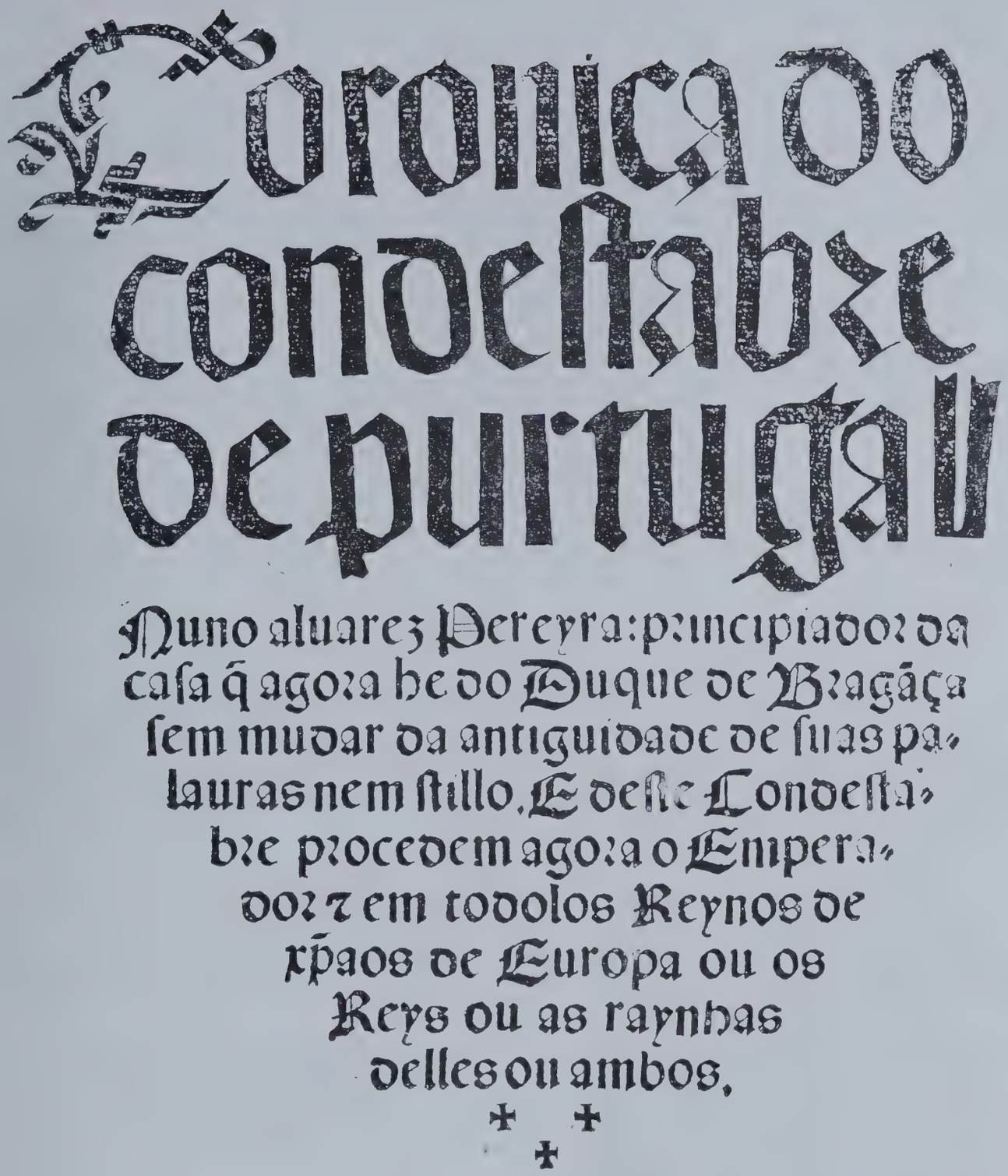
No seu *De bello septensi* escreve Mateus de Pisano que Zurara chegou a idade madura sem ter nenhuma instrução literária. Esta afirmação, porém, não se pode coadunar com o que o próprio cronista diz, nas suas Crónicas *dos condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses*, quando agradece a D. Afonso V a *longa criação e muita bemfeitoria* que dêle recebeu, considerando-se obrigado àquele rei, porque *as suas migalhas o criaram e os seus benefícios o levantaram do pó em que nasceu.*

O que parece justificar o asserto de Pisano é o estendal de erudição que Zurara apresenta nas suas *Crónicas* baseando em autoridades bíblicas, patrísticas ou clássicas as mais simples observações de carácter geral. Os críticos literários viram nessa ingénua exposição de luxo erudito a prova indirecta de um acesso tardio à cultura do espírito, e consideraram Zurara como uma espécie de «novo rico» das Letras.

Aliás não é fácil encontrar unanimidade nas críticas que veem desde Mateus Pisano até hoje. Êste chamou-lhe *magnus historiographus;* João de Barros, o cronista da *Ásia*, entende que o seu estilo é claro; e, pondo-o acima de Fernão Lopes, diz que em matéria de história de Portugal, se alguma coisa havia bem escrita até o seu tempo, era «da mão de Zurara». Damião de Góis verbera a êste os seus pendores rètóricos; José Correia da Serra fala, no mesmo sentido, do seu *estilo de falsete, fruto de mal sazonados estudos.* De Herculano já indicámos que, mal afeito com Fernão Lopes (que muito justamente pôs nos pináculos), julga com severidade o estilo de Zurara: acha nêle *inflexibilidade* e *ausência de graças*, defeitos que a seu ver não compensam a virtude da sinceridade bravia com que êste cronista lança em rôsto aos seus heróis os erros e culpas em que caíram. Vê-se que Alexandre Herculano, a-pesar de saber, como os melhores, escrever a História serena e scientìficamente, não considera crime o escrevê-la, como Fernão Lopes, artìsticamente. Julgava talvez ó nosso grande historiador moderno que a História deve ter muitas virtudes, entre as quais avulta a de poder ser lida com agrado. ¿De que lhe serve ser bem feita, se, por não ser agradàvelmente escrita, lhe faltar o dom de comunicar-se?

No polo oposto de Herculano, o visconde de Santarém declarou *admirável* o estilo de Zurara, citando como exemplos os caps. II e VI da *Crónica da conquista da Guiné;* e Vieira de Meireles exalta-lhe o escrúpulo da verdade, a inteireza exemplar, não vendo razão para que o alcunhemos de prolixo e sempre afectado.

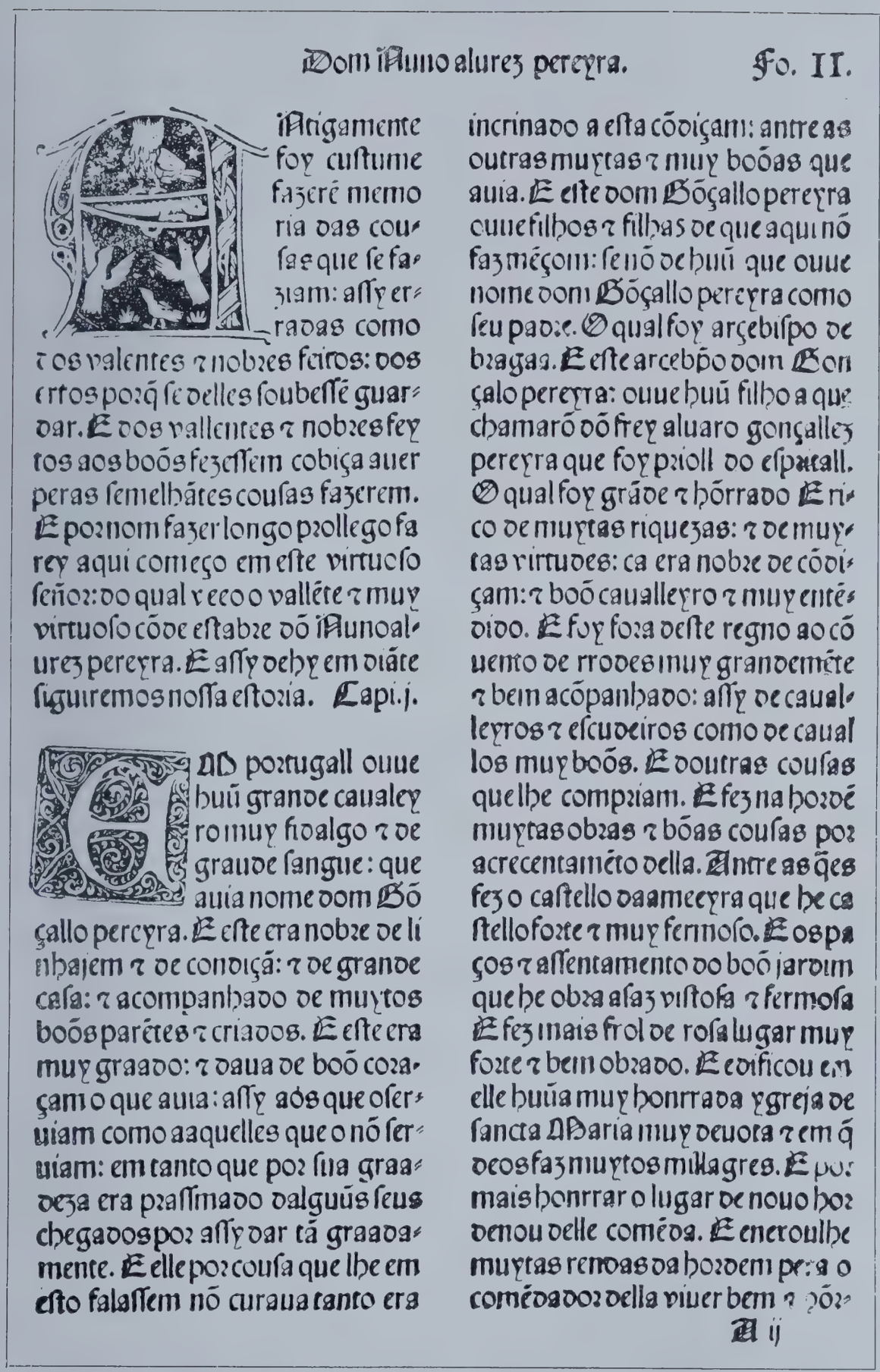
É evidente que o contraste do estilo de Zurara com o de



FRONTISPÍCIO DA EDIÇÃO DA «CORONICA DO CONDESTABRE», impressa em Lisboa em 1526, por Germão Galharde. É esta, ao que se presume com visos de verdade, a primeira obra impressa de Fernão Lopes. (Descripções bibliog. da obra no 2.º vol. da *Bibliog. geral...* por Manuel dos Santos e na obra de A. Anselmo, *Bibliog. das obras impressas em Portugal no século* XVI)

Fernão Lopes é enorme, e naturalmente em desfavor do primeiro. Lopes faz pouquíssimas citações eruditas, escreve despretensiosamente, lança de longe a longe sôbre a narrativa uma discreta pitada de comentário filosófico ou efusivo. Vejamos como, em oposição com tudo isto, um dos mais recentes e mais inteligentes críticos de Zurara, o sr. Aubrey Bell, nos apresenta o estilo dêste cronista, com cujo feitio de historiador aliás simpatiza: «No prefácio (da *Cr. da Conq. de Ceuta)* encontram-se Aristóteles, Avicena e tôdas as Escrituras. Job, Ovídio e Xeno-

VERSO DA FÔLHA DE RÔSTO (TAMANHO EXACTO) DA «CORONICA DO CÒNDESTABRE», IMPRESSA EM 1526. A mais antiga reprodução gráfica de D. Nuno Álvares Pereira. Esta xilogravura saiu nas edições de 1526 e 1554



Dom Nuno alurez pereyra. Fo. II.

Antigamente foy custume fazerẽ memoria das cousas que se faziam: assy erradas como dos valentes ⁊ nobres feitos: dos certos porq̃ se delles soubessẽ guardar. E dos vallentes ⁊ nobres feytos aos boõs fezessem cobiça auer peras semelhãtes cousas fazerem. E por nom fazer longo prollego farey aqui começo em este virtuoso señor: do qual veeo o vallẽte ⁊ muy virtuoso cõde estabre dõ Nuno alurez pereyra. E assy dehy em diãte siguiremos nossa estoria. Capi. j.

Em portugall ouue huũ grande caualeyro muy fidalgo ⁊ de graude sangue: que auia nome dom Gõçallo pereyra. E este era nobre de linhajem ⁊ de condiçã: ⁊ de grande casa: ⁊ acompanhado de muytos boõs parẽtes ⁊ criados. E este era muy graado: ⁊ daua de boõ coraçam o que auia: assy aos que oseruiam como aaquelles que o nõ seruiam: em tanto que por sua graadeza era prassmado dalguũs seus chegados por assy dar tã graadamente. E elle por cousa que lhe em esto falassem nõ curaua tanto era incrinado a esta cõdiçam: antre as outras muytas ⁊ muy boõas que auia. E este dom Gõçallo pereyra ouue filhos ⁊ filhas de que aqui nõ faz mẽçom: se nõ de huũ que ouue nome dom Gõçallo pereyra como seu padre. O qual foy arçebispo de bragaa. E este arcebp̃o dom Gonçalo pereyra: ouue huũ filho a que chamarõ dõ frey aluaro gonçallez pereyra que foy prioll do espritall. O qual foy grãde ⁊ hõrrado E rico de muytas riquezas: ⁊ de muytas virtudes: ca era nobre de cõdiçam: ⁊ boõ caualleyro ⁊ muy entẽdido. E foy fora deste regno ao cõuento de rrodes muy grandemẽte ⁊ bem acõpanhado: assy de caualleyros ⁊ escudeiros como de caual los muy boõs. E doutras cousas que lhe compriam. E fez na hordẽ muytas obras ⁊ bõas cousas por acrecentamẽto della. Antre as q̃es fez o castello daameeyra que he castello forte ⁊ muy fermoso. E os paços ⁊ assentamento do boõ jardim que he obra asaz vistosa ⁊ fermosa E fez mais frol de rosa lugar muy forte ⁊ bem obrado. E edificou em elle huũa muy honrrada ygreja de sancta Maria muy deuota ⁊ em q̃ deos faz muytos millagres. E por mais honrrar o lugar de nouo hordenou delle comẽda. E enexoulhe muytas rendas da hordem pera o comẽdador della viuer bem ⁊ hõr-

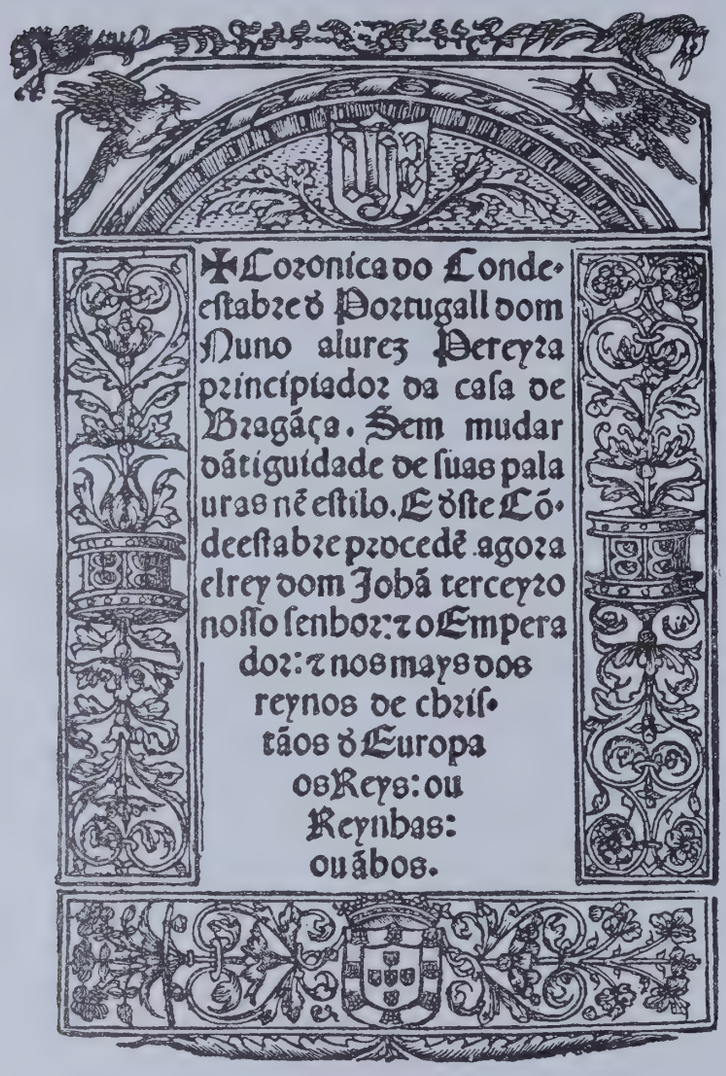
A ij

A PRIMEIRA PÁGINA DE TEXTO DA *Coronica do Condestabre*, impressa em Lisboa, em 1526

fonte, sociedade variegada, juntam-se para carpir a morte da rainha D. Felipa, no cap. 44. Há sermões que enchem capítulos inteiros, embora o cronista tenha o cuidado de dizer que as palavras exactas do prègador não podiam ser ali reproduzidas (cap. 95). Nas narrativas de Fernão Lopes entremeia-se agradàvelmente o comentário filosófico; nas de Zurara amontoa-se a filosofia em rochedos de gêlo que interrompem a História. Quando Zurara pretende dizer que na velhice a memória falha aos homens, parece-lhe indispensável citar em abôno de S. Jerónimo; qualquer simples data pode ocupar meia página, porque vem referida a nove ou dez eras diversas; e o estilo é por vezes a tal ponto empolado, que a simples expressão *na manhã seguinte* incha desta maneira: *como a noite foi trazendo a fim de sua escuridade e o sol começou de ferir no oriental orizam...* (1)

Em compensação diz o sr. Edgar Prestage, num belo estudo recentemente publicado: «É maravilhoso que, cinco séculos depois dos acontecimentos, possamos saber por Zurara que estradas e caminhos os Portutugueses seguiram nas suas incursões em Marrocos, os nomes dos que se distinguiram duma parte e de outra, e até a qualidade das feridas que os combatentes receberam. As narrações de combates navais não são menos comunicativas que as das batalhas em terra.

(1) V. *Portuguese Litt.*, pág. 85.



FRONTESPÍCIO DA *Coronica do Condestabre*, 2.ª edição, impressa por Germão Galharde, no ano de 1554, em Lisboa

Zurara é um escritor *gráfico*, e não seria de admirar que viesse a confirmar-se algum dia a tradição de ter êle sido soldado, quando moço» (1).

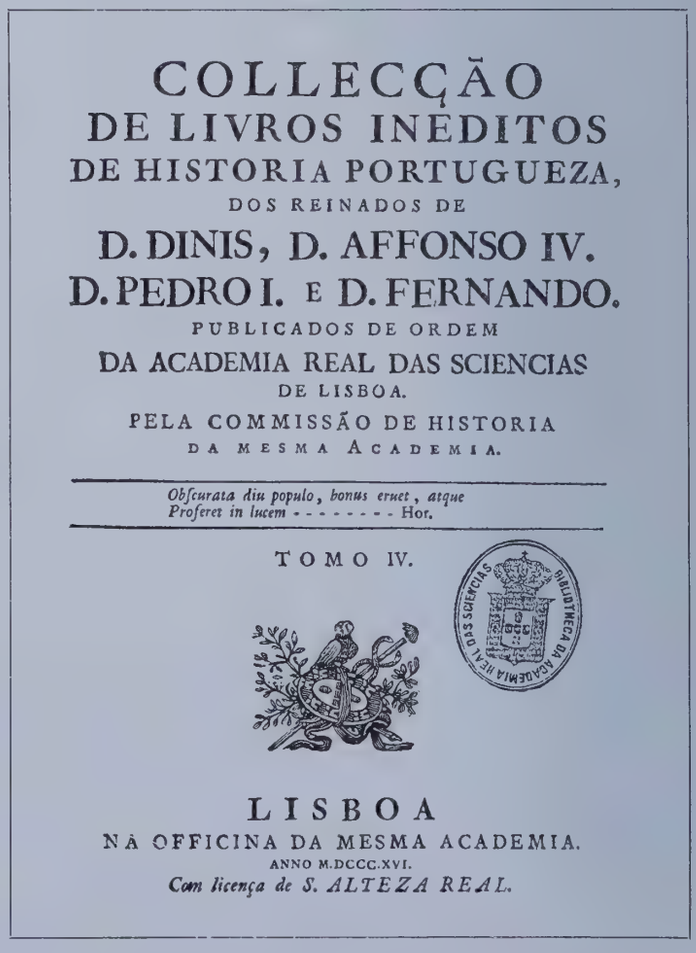
Em resumo poderá dizer-se que, se Fernão Lopes foi tão grande historiador como escritor, Zurara já não fêz pouco sendo bom historiador, embora escritor menos bom. Aliás o sr. Aubrey Bell, no lugar citado, põe em relêvo que êste cronista, sem embargo da inflexibilidade feroz de que o acusa Herculano, tem o seu entusiasmo e o seu herói, que é o Infante D. Henrique.

Para narrar os feitos dos capitães de África, e não se contentando com os dizeres dos cortesãos de Lisboa, passou Zurara a Marrocos em 1467, o que lhe mereceu afectuosa carta de D. Afonso V, acima transcrita, onde está dito que aquêle, como historiador conscienciosо, empreendeu por vontade uma jornada que a outros era imposta por castigo. O prof. E. Prestage (ob. cit., p. 95 a 97) observa ter sido Zurara versado na geografia, tal como ao tempo se ensinava ; que acreditava na influência dos astros nas acções dos homens, a ponto de que o sábio Mateus Pisano dizia que êle era *grande astrólogo;* que Zurara aliava à investigação cuidadosa a inteligência e o bom-senso ; que procurava evitar as expressões grosseiras ocorrentes em Fernão Lopes e que desde Zurara foram banidas da prosa histórica ; que na escolha dos assuntos os dois cronistas se distanciam um do outro, escrevendo Lopes da nação e para a nação, com curiosidade por variados aspectos da vida, ao passo que Zurara se dirige aos príncipes e barões, prefere os feitos militares, por êle estimados com o sentimento de um cruzado, e não mostra interessar-se no comércio que, pelo contrário, parece desprezar. «Na actividade literária (conclui o sr. Prestage) Zurara era um espírito progressivo, porque o seu estilo se foi tornando mais simples e natural com o tempo e o hábito de escrever».

SUAS OBRAS. — Se é certo que Zurara traduziu do original do irlandês Henrique ou Guilherme Frost um romance de cavalaria em três volumes, intitulado *Crónica de D. Duardos de Bertânia,* a lista das suas obras consta, além dessa, das seguintes :

CRÓNICA DEL-REI D. JOÃO I, terceira parte, conhecida geralmente pelo título de *Crónica da conquista de Ceuta,* porque pouco mais contém do que a narração dêsse grande empreendimento, como sendo o facto mais importante da última parte do reinado em que se deu, o de D. João I, que já tinha sido historiado por Fernão Lopes até a paz com Castela, em 1411. Fora da narração da tomada de Ceuta, pouco mais se contém nesta obra de Zurara, além da simples menção da paz com Castela e da narrativa da morte de D. João I. A obra foi tornada acessível em excelente edição de Esteves Pereira, feita em 1915 por ordem da Academia das Sciências de Lisboa.

CRÓNICA DA CONQUISTA DE GUINÉ. — Encarregado em 1452, por D. Afonso V, de pôr em crónica os feitos de seu


COLLECÇÃO
DE LIVROS INEDITOS
DE HISTORIA PORTUGUEZA,
DOS REINADOS DE
D. DINIS, D. AFFONSO IV.
D. PEDRO I. E D. FERNANDO.
PUBLICADOS DE ORDEM
DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA.
PELA COMMISSÃO DE HISTORIA
DA MESMA ACADEMIA.

Obſcurata diu populo, bonus eruet, atque
Proferet in lucem - - - - - - - - Hor.

TOMO IV.

LISBOA
NA OFFICINA DA MESMA ACADEMIA.
ANNO M.DCCC.XVI.
Com licença de S. ALTEZA REAL.

COLECÇÃO DE LIVROS INEDITOS... onde se publicaram as Crónicas de Fernão Lopes, Rui de Pina, Azurara, etc. Saíram em Lisboa em 1790, 1792, 1793, 1816 e 1824 os seus 5 estimados volumes

(1) V. *The Chronicles of Fernão Lopes and G. E. de Zurara,* Watford, 1928.

CHRONICA
DELREY D. IOAM. I.
DE BOA MEMORIA,
E DOS REYS DE PORTVGAL O DECIMO.
PRIMEIRA PARTE
EM QVE SE CONTEM A DEFENSAM
do Reyno atè ser eleito Rey.
OFFERECIDA A MAGESTADE DELREY
DOM IOAM O IV N SENHOR
DE MIRACVLOSA MEMORIA
COMPOSTA POR FERNAM LOPEZ
Anno de 1644.
EM LISBOA. Com todas as licenças necessarias.
Acustta de Antonio Aluarez Impressor DelRey N. S.

IVRAMENTO COM QVE EL REY
Dom Afonso Henriquez confirmou a
visaõ de Christo nosso Saluador,
Em Lisb Cõ licença. Por Ant. Aluarez, Impressor del Rey N S.

A PRIMEIRA EDIÇÃO DA *Chronica de D. João I*. A gravura da aparição de Deus a D. Afonso Henriques já em 1641 fôra publicada no *Ivramento com que ElRey...* que junto também se dá à estampa

tio o Infante D. Henrique, Zurara entregou ao Rei, passado um ano, a obra completa. Para esta rapidez na execução da encomenda régia contribuiu decerto o facto de ter o cronista aproveitado um trabalho anterior de Afonso Cerveira, autor de quem não temos qualquer outra notícia. A obra dêste desapareceu, substituída pela remodelação de Zurara, segundo o costume do tempo. Êste não se contentou todavia com a fonte escrita que encontrara, e procurou novos e importantes esclarecimentos da bôca do próprio Infante, e de vária gente da sua côrte. A narração da longa série das navegações e descobrimentos é aqui levada até 1448 e a obra, uma das mais importantes para o estudo da nossa história e até da história universal, precisa de ser replicada, porque a única edição existente é a de Paris,

Cronica
del Rei dom Joam
da boa memoria
por Fernão Lopez
Parte Prim.ª
Miiij Riij

CAPA DA *Cronica del rei dom Joam*, de Fernão Lopes, publicada por Anselmo Braamcamp Freire no *Arquivo Histórico Português*

1841, já inacessível a quási tôda a gente. Essa edição de Paris é impressa segundo o manuscrito existente na Biblioteca Nacional da mesma cidade, códice que é talvez o próprio manuscrito original, entregue por Zurara a D. Afonso V. Na Introdução da *Crónica* (códice parisiense) encontra-se o belo e conhecido retrato do Infante D. Henrique.

CRÓNICA DO CONDE D. PEDRO DE MENESES. — Êste fidalgo foi o primeiro capitão português de Ceuta, a qual defendeu e conservou por vinte e dois anos (1415-1437), durante dezasseis dos quais nunca despiu a sua cota de malha, porque muitas ocasiões houve em que teve de combater duas vezes por dia. Encomendada pelo Rei em 1458, esta Crónica só ficou concluída em 1463, talvez porque outros deveres

oficiais ocuparam a atenção e o tempo de Zurara. Parece também que o cronista a reescreveu para lhe melhorar a forma, que é considerada superior à das suas crónicas anteriores. A *Crónica de D. Pedro de Meneses* constitui, pela época histórica a que se refere, a seqüência da *da Conquista de Ceuta*. João de Barros elogia-a muito, mas Damião de Góis é-lhe menos favorável. Já dissemos que Zurara foi a Marrocos e ali se conservou algum tempo, para colhêr informações directas.

PORTARIA DO CONVENTO DO CARMO E SEU FRONTISPÍCIO. Vinheta da *Crónica dos Carmelitas* por Fr. Joseph Pereira de Sant'Ana, Tomo I, 1745. (Grav. e desenho de Debric)

CRÓNICA DOS FEITOS DE D. DUARTE DE MENESES. — Êste D. Duarte era filho natural do primeiro capitão de Ceuta, e foi o primeiro capitão de Alcácer-Ceguer, cargo que serviu durante seis anos, de 1458 a 1464. Neste último ano foi morto pelos mouros, em seguida a uma incursão em que el-rei D. Afonso V participara, tendo de retirar-se apressadamente, enquanto o seu heróico e dedicado capitão se sacrificava para assegurar-lhe a retirada e salvar-lhe a vida.

De ambas estas *Crónicas* dos Meneses há apenas uma edição, já raríssima, na série dos Inéditos de História Portuguesa (Lisboa, 1792 e 1793).

Atribui-se ainda a Zurara a autoria de uma *Crónica de el-rei D. Duarte*, que se diz ter sido aproveitada mais tarde pelo seu sucessor Rui de Pina. É possível também que tivesse deixado muitos materiais para a *Crónica de D. Afonso V*, que veio a ser feita por êste último cronista. Na *Crónica do Conde D. Pedro* diz Zurara que pretendeu fazer a história do reinado daquele soberano, seu protector e amigo, mas que D. Afonso V não lho consentiu: «Nunca me em êlo quis deixar obrar segundo meu desejo».

VISTA DE LISBOA CONFORME A ILUMINURA DA PRIMEIRA FÔLHA DA *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, Mss. do Arquivo da Tôrre do Tombo. Desenho feito por José Queirós publicado na edição do *Arquivo Histórico Português*, de A. Braamcamp Freire

Zurara morreu em 1474. Vinte anos antes fôra nomeado sucessor de Fernão Lopes como «guardador das escrituras do Tombo», e de-certo também como cronista-mor. Recebeu de D. Afonso V várias pensões, em recompensa dos seus serviços. Foi cavaleiro de Cristo, com uma comenda próximo de Santarém. Tendo sido adoptado como filho pela viúva dum peliceiro rico, êste facto fêz escândalo, por não ser habitual com pessoas da sua condição. *Maledicere lusitanum est*. Se êle foi ou não sôfrego de dinheiro, é caso em que não interessa directamente a literatura, nem a historiografia.

Segue-se como amostra da prosa de Zurara, um trecho da *Crónica da Conquista de Ceuta*, sôbre o *grande tráfego que havia na cidade* (de Ceuta) *e da maneira que os mouros tinham em seu defendimento* (Cap. 77):

Bem podeis consiirar qual seria o trabalho de uns e dos outros, depois que a fazenda *(emprêsa)* estevesse em tal estado. Antre os quais era um arruído tão grande, que muitos diziam ao depois que o ouviam em Gibaltár; e muitas cousas notáveis se passaram em aquele dia, no revolvimento daquele feito, que foram *(seriam)* bem dignas de memória, se chegaram *(tivessem chegado)* a nosso conhecimento. Câ bom é de consiirar que, onde era tanta boa gente desejosa de bem fazer, que se não passariam cousas senão grandes e boas, quanto mais parecendo o sinal tão manifesto, como era a grande mortindade dos mouros que foi em aquele dia.

Mas deveis de saber que duas cousas houve ali, per que *(por causa das quais)* a bondade *(bravura)* de todos não foi tão perfeitamente conhecida como devera. A primeira e a principal foi ser aquela peleja dentro na cidade, quanto mais ainda sendo as ruas tão estreitas como eram, cuja estreitura não consentia em si senão mui poucos. Câ, se aquela peleja fôra em campo cu em alguma praça larga, muito maior fôra o seu nome.

E a segunda cousa foi a tardança que se pôs em escrever o acontecimento dêste feito, porque (como já disse no Prólogo desta história) a maior parte de tôdolos bons *(valentes)* eram já finados, câ a outra gente do povo não trazia em aquele dia o cuidado senão em roubar, do que achavam bem assaz para fartar suas cobiças. E era êste um caso mui perigoso, por-quanto as casas tinham as portas baixas e estreitas e eram feitas segundo ordenança dos mouros; e os homens, com aquele acendimento da cobiça que traziam, entravam sem nenhum resguardo; e muitos daqueles mouros jaziam em suas casas, dizendo antre si:

— Pois que a minha má ventura foi tanta, que visse a hora de tamanho mal, aqui quero morrer, em esta casa em que morreram meus pais e avós!

E assim andavam os mesquinhos, por meio daquelas casas, em-quanto não chegava a sua derradeira hora. E esguardavam com mortal femença *(punham-se a olhar com veemente pena)* na fremosura das cousas que seus padres e avós em elas *(nas casas)* fizeram. E, quanto a esperança era mais certa da sua perdição, tanto lhes pareciam aquelas cousas mais nobres, porque o desejo, naturalmente, é sempre a cousa que mais desfalece *(periga)*. E, quando as assi olhavam, punham os olhos hirtos em elas, e davam mui grandes gemidos, nembrando-se da sua fim.

— Ah! Santo Profeta (diziam êles) e ¿qual é o outro *(prémio)* que tu nos hás-de dar pela fieldade que guardámos em tua Lei, se tu nos desamparas na hora de tamanho mester?

E tais aí havia que não tinham vagar de acabar êste pensamento, quando já sentiam os imigos. Com aquela lástima tamanha, metiam-se detrás das portas, para matarem os imigos quando quisessem entrar; mas esto não lhes aproveitava muito,

Estado actual da frontaria da igreja do Convento do Carmo, em Lisboa, convento edificado por Nun'Álvares Pereira de 1389 a 1423. Nêle se recolheu o Condestável, quando determinou meter tempo entre a vida e a morte, e nêle foi sepultado. Nas suas ruinas funciona hoje a Associação dos Arqueólogos Portugueses, que lá tem instalado o seu museu. (Gravura do *Elucidário Nobiliarchico*, de Afonso de Dornelas, vol. I, 1928)

cá achavam os Cristãos armados, e assi ligeiramente não lhes podiam *(não lhes podiam fàcilmente)* empêcer.

E com esto *(além disto)* nunca se acertava *(acontecia)* em semelhantes lugares, que um só (Cristão) entrasse, que não achasse outros alguns acêrca de si *(a seu lado)*. E era a mágoa daqueles mouros tamanha, que sem arma nem ferro se lançavam aos Cristãos. E não havia aí tal, nem tão desesperado, nem por grande multidão que visse, que não mostrasse sinal de defensão *(resistência)*. E já jaziam tendidos na terra, e os espíritos quási fora dos corpos, e ainda moviam seus braços para uma parte e para a outra, como quem desejava cortar alguma cousa.

E alguns daqueles mouros tomavam suas riquezas e as alagavam nos poços, ou as soterravam nos cantos das suas casas, maginando que, pôsto-que por então perdessem sua cidade, que a tornariam ainda a recobrar, onde *(de modo que)* lhe aproveitariam aquelas cousas que assi guardavam.

Como êste, muitos outros passos das Crónicas de Zurara, se lhe não dão foros de escritor genial, acobertam-no da má fama de erudito pedante, rètórico inchado, e homem de «inflexibilidade feroz».

III — Rui de Pina

Chronica d'el-Rei D. Affonso o IV do nome, e setimo dos reis de Portugal: assim como a deixou escripta Ruy de Pina, guarda mór da Torre do Tombo, etc. Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1653. VI-73 pg. num. á frente.

Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sancho I, segundo rei de Portugal. Fielmente copiada do original que se conserva no Archivo real da Torre do Tombo. Lisboa, Miguel Lopes Ferreira. 1727, XVI-60 pg.

Publicada outra edição na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes* de Mello de Azevedo, Lisboa, 1906. (É o vol. XXI da collecção).

Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso II, terceiro rei de Portugal. Lisboa, Miguel Lopes Ferreira, 1727. XVI-35 pg.

Esta e a *Chronica de D. Sancho II*, sahiram reünidas no vol. XXII da *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*, Lisboa, 1906.

Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sancho II, quarto rei de Portugal. Lisboa, Miguel Lopes Ferreira, 1928. XVI-26 pg.

Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso III, quinto rei de Portugal. Lisboa, Miguel Lopes Ferreira. XII-42 pg.

Publicada outra edição na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*, Lisboa, 1907.

Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Diniz, sexto rei de Portugal. Lisboa, Miguel Lopes Ferreira, 1729. XII-107 pg.

Publicada na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*, Lisboa, 1907.

Chronica do senhor rei D. Duarte. Foi publicada pela 1.ª vez na *Collecção de Livros ineditos de Historia Portugueza* da Academia Real das Sciências, tomo I, 1790.

Publicada outra edição na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*. Lisboa, 1901. (vol. XII).

Chronica do senhor rei D. Affonso V. — No tomo I da *Collecção de Livros ineditos da Historia Portugueza*, 1790.

Publicada outra edição na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*. Lisboa, 1901, 3 vols. (XXIX a XXXI).

Chronica d'elrei D. João II. — No tomo II da *Collecção de Livros ineditos da Historia portugueza*, 1792.

Compendio e summario das grandezas e cousas notaveis que ha entre Douro e Minho, e em sua Comarca, vistas pelo muito douto Ruy de Pina, Chronista-mór que foi deste Reino, por mandado d'Elrei D. João III. e agora nouamente acrescentadas em algumas partes. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1608. 8º 14 pg.

Bibliotheca Lusitana por Diogo Barbosa Machado; *Diccionario Bibliographico*, vols. VII e XVIII; *Chronica d'el-rei D. Manuel* por Damião de Góis (parte 4.ª, cap.º 38.º); *Diccionario da Lingua Portugueza da Academia das Sciencias de Lisboa; Livraria Classica Portugueza*, tomo X, por J. F. de Castilho; *O Panorama*, 1839 (A. Herculano); *Revista Academica de Coimbra; Jornal do Commercio*, (N.º 15.082 de 1904. Art.º de A. Braamcamp Freire.)

VISTA INTERIOR DAS RUINAS DO CARMO (*Cliché* Carlos Vasques)

VISTA INTERIOR DAS RUINAS DO CARMO E MUSEU ARQUEOLÓGICO. — (*Cliché* Serra Ribeiro)

Nasceu êste cronista na cidade da Guarda, terceiro filho do escudeiro Lopo Fernandes de Pina, em data que os seus biógrafos situam à volta de 1440. Ilustrado e prudente, foi escolhido por D. João II para secretário da embaixada do barão de Alvito a Castela, em 1483, e dois anos depois acompanhou D. Pedro de Noronha na sua embaixada congratulatória ao Papa Inocêncio VIII. Parece que depois desta missão o Príncipe Perfeito o encarregou de escrever as crónicas do Reino, mandando que lhe fôsse

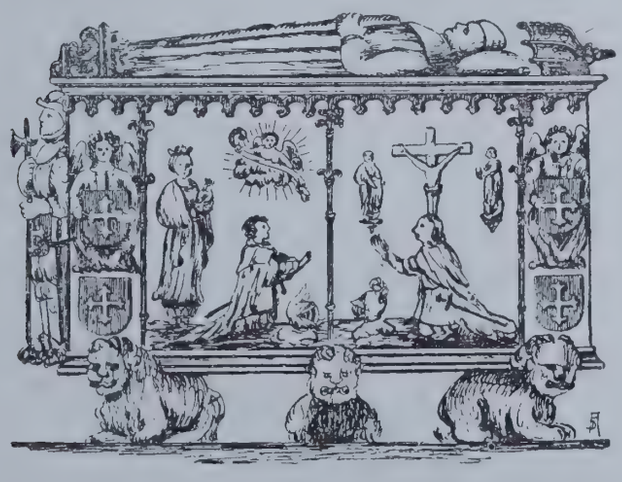
AS RUINAS DO CARMO VISTAS DO LADO DO ROSSIO. — (*Cliché* Carlos Vasques)

dada uma tença de 9.600 réis e 6.000 réis de mantimento. D. Manuel acrescentou depois estas mercês e deu-lhe o cargo de Cronista-mor e Guarda-mor da Tôrre do Tombo. Também se ignora a data certa do seu falecimento, que se considera ocorrido entre 1519 e 1523, data em que lhe sucedeu naqueles cargos seu filho Fernão de Pina.

Atribui-se a Rui de Pina vasta produção historiográfica, pois é dado como autor das *Crónicas* de nove reinados: de *D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Denis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V* e *D. João II*. Mas, infelizmente para a posteridade do seu nome, desde séculos que Rui de Pina vem sendo suspeito e mais ou menos directamente acusado de figurar como autor de trabalhos que não são seus, ou de ter desfigurado trabalho alheio para o apresentar como próprio. Das nove *Crónicas* citadas só as duas últimas, a *de D. Afonso V* e a *de D. João II* passam indiscutidamente como suas; e, segundo Damião de Góis, a parte substancial da *Crónica de D. Duarte* é da autoria de Fernão Lopes, tendo sido escrito por Zurara o que ali em especial se refere à expedição de Tânger. Mas não é só isto: na opinião do citado Góis, tôdas as seis *Crónicas* da primeira dinastia que correm sob o nome de Pina são meras recopilações ou resumos de um primeiro volume de Crónicas de Fernão Lopes, volume que, no áspero dizer de Herculano (*Panorama*, 1839) «ou se perdeu, ou foi aniquilado por Pina, que, ambicioso de pouco suada glória, quis, pobre corvo de D. João II, adornar-se com as brilhantes penas de pavão do Homero de D. João I». Certo é que quem ler o longo, soporífero e ultra-palaciano *Prólogo do Autor* em que Rui de Pina apresenta ao seu patrono D. Manuel a *Crónica de D. Sancho I*, ou tem de considerar infundada a informação de Góis e a acusação de Herculano, ou fica muito mal impressionado sôbre o carácter de Rui de Pina.

Aí diz, repete e repisa êste cronista que não encontrou nada organizado ou composto sôbre a primeira dinastia; que «as louvadas memórias e notáveis feitos dos primeiros e esclarecidos reis de Portugal, ou de seus tempos se não acham compostas, ou nos outros depois dêles por negligência se perderam»; que «não parece que de suas vidas nem de seus feitos se ache história ordenada e composta, como fôra razão e se merecia; mas há sòmente, por lugares mui ocultos, algumas lembranças, cartas confusas e mui duvidosas, cuja verdade quanto fôr possível, ainda que seja com muito estudo e grande trabalho, é necessário que se busque e se apure». Mais adiante insiste ainda uma vez Rui de Pina em repetir a queixa contra a falta de elementos organizados para poder fazer-se a história

Sarcófago de Nun'Álvares, encostado a uma das janelas da capela-mor da igreja do Carmo. (Desenho de Frei Manuel de Sá). (Do *Elucidário Nobiliarchico* de Afonso de Dornelas, vol. I, 1928)



Decalque feito por Afonso de Dornelas do Sarcófago de Nun'Álvares, desenhado por Fr. Manuel de Sá. (Do *Elucidário Nobiliarchico* de Afonso de Dornelas, vol. I, 1928)

dos primeiros reis, e tanto que êle se declara obrigado a meter por «caminhos longos e dificultosos», indo procurar informação aos estranhos: às vidas e registos dos Sumos Pontífices, às crónicas de Espanha, e até às dos «bárbaros infiéis».

Na Introdução ao 1.º vol. de *Fernão Lopes* da nossa *Antologia Portuguesa*, pág. XX a XXVI, se encontram as observações de Anselmo Braamcamp Freire e de Francisco Trigoso de Aragão Morato, confirmativas da suspeita de que Fernão Lopes escreveu as crónicas de alguns, senão de todos os reis da primeira dinastia, além de D. Pedro I e D. Fernando. Em face do que acima se

FERNÃO LOPES, INSPIRADOR DE ARTISTAS. — *Nun'Álvares Pereira,* quadro de Luciano Freire, existente no Museu de Artilharia, em Lisboa. «O futuro herói, o futuro condestável, é uma criança ainda. Está aqui representado qual seria pela volta dos treze para os quatorze anos, idade em que foi armado cavaleiro, vestindo o arnês do Mestre de Aviz, único que lhe servia. Àquela data se estreava contra os castelhanos no cêrco de Lisboa (reinado de D. Fernando)». (Legenda da gravura publicada por E. Biel & C.ª). Fernão Lopes, o pai da nossa História, depois de ter inspirado Alexandre Herculano, foi a fonte onde foram buscar os seus motivos muitos dos nossos grandes artistas. Quanto à iconografia do Condestabre, um livrinho organizado por Alberto Sousa e Mário Salgueiro, *Iconografia Portuguesa—Nun'Álvares,* Lisboa, s/d., dá-nos a mais completa e valiosa

transcreveu do *Prólogo* de Rui de Pina à sua *Crónica de D. Sancho I,* temos de concluir, ou que êsses trabalhos de Lopes estavam perdidos, já ao tempo em que Pina funcionou como cronista, ou que êste os aproveitou para seu uso e glória e, não contente com isto, enfàtica e repisadamente lhes negou a existência.

Menos grave, porque a ela não escapou nenhum cronista régio, é a acusação que também se faz a Rui de Pina, de ter sido adulador de D. João II. João de Barros diz que o grande Afonso de Albuquerque por sua vez adulou o cronista, enviando-lhe jóias ou pedras preciosas, para que Rui de Pina «glorificasse as suas cousas».

Diz Gabriel Pereira, no prefácio da *Crónica de D. Duarte,* edição de 1901: «A Crónica de D. João II, escrita pelo famoso Rui de Pina, é uma condensação dos dramas, tragédias e grandes lutas dêsse reinado memorável. Aparece dominante a grande figura do Rei, homem de guerra e de sala, grande cavalgador de gineta e bem desenvolto em tôdalas danças, sempre rei e grande senhor». Mais adiante, referindo-se a Rui de Pina, diz Gabriel Pereira: «Historiador de palácio, homem de côrte, político, a sua *Crónica* não pode ser imparcial, antes nos representa a opinião corrente entre os parciais de D. João II. Nem pode admitir-se a ideia de imposição, porque do exame da *Crónica* resulta que algumas passagens importantes foram escritas depois da morte de D. João II. O Príncipe Perfeito exerceu influência perturbadora nos espíritos que o cercavam,

Primeira página da "Chronica de D. João I" por Fernão Lopes.

(Mss. do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo).

Ao alto, a vista da cidade de Lisboa, tendo na parte superior, entre nuvens, a esfera armilar, com o escudo português.

GRAMDE LICẼÇA

deu a afeiçom a muitos, que teverõ carrego dordenar estorias, moormente dos senhores em cuja merçee e terra viviam, e hu forom nados seus antiigos avoos; seemdo lhe muito favoravees no rrecomtamento de seus feitos; e tall favoreza como esta naçe de mumdanall afeiçom, a quall nom he, salvo comformidade dalguua cousa ao emtemdimento do home. Assi que a terra em que os homees per lomgo costume e tempo foram criados, geera huua tall comformidade amtre o seu emtemdimento e ella, que avendo de julgar alguua sua cousa, assi em louvor como per contrario, numca per elles he dereitamente rrecomtada; porque louvamdoa, dizem sempre mais daquello que he; e sse doutro modo, nom escprevem suas perdas, tam mimguadamente como acomteçerom. Outra cousa geera aimda esta comformidade e naturall inclinaçom, segundo semtença dalguus, dizemdo que o pregoeiro da vida que he a fame, reçebemdo rrefeiçom pera o corpo, o sangue e spritus geerados de taaes viamdas, tem huua tall semelhança amtre ssi, que causa esta comformidade. Alguus outros teverom, que esto deçia na semente, no tempo da geeraçom; a quall despoẽ per tall guisa aquello que della he geerado, que lhe fica esta comformidade, tam be açerca da terra, como de seus dividos. E assi pareçe que o sentio Tullio quando veo a dizer: *Nos nom somos nados a nos mesmos, porque huua parte de nos tem a terra, e outra os paremtes.* E porem ho joizo do homem, açcerca de

Sôbre êste códice, género dos da Leitura nova, se lê no prólogo à *Cronica del Rei dom Joam da boa memoria* publicada pelo *Arquivo Historico:* «Consta de 5 fôlhas inumeradas com a *Tavoada,* mais 146 numeradas com a narrativa e tem no Arquivo número de ordem 352. Na fl. 42 mede o texto 358 milimetros de alto por 275 de largo, com duas colunas de 124 cada e 42 linhas.» Quanto à página que reproduzimos, Anselmo Braamcamp Freire escreve:

«É muito interessante esta primeira fôlha do códice, não só encarada como produção artística, mas principalmente considerada como memória histórica.

Sob o aspecto artístico encontra-se a iluminura muito prejudicada, pois mãos vandálicas a estragaram em parte, manchando e misturando as côres, e até, para cúmulo da selvajaria, houve quem, pretendendo reproduzir o *G* inicial, não encontrasse outro modo, senão o de picar os contornos da letra com o bico de um alfinete!

Como vestígio histórico apresenta-nos a iluminura um panorama parcial da Lisboa manuelina, o qual melhor se poderá apreciar no desenho à pena, executado com paciência e extremo rigor pelo distinto artista José Queirós, a quem a arte, tão nacional, da cerâmica deve em muita parte a sua história crítica.

Lá temos na vista de Lisboa, à direita, no alto de um morro, os paços da Alcáçova; logo abaixo os da Ribeira junto ao rio, com os seus navios, uns fundeados, outros pairando; por trás, a muralha e tôrres da cêrca de D. Fernando, fechadas no alto pela vasta mole do convento de S. Francisco; mais ao longe, outra vez junto ao Tejo, os paços de Santos.

O paço da Ribeira, apresenta-se-nos com as suas galerias e arcadas, a tôrre central, o fortim na linha marítima, o alto edifício de janelas geminadas onde seriam os aposentos régios, tudo condizendo com a vista mais antiga publicada por Bráunio. Temos pois, dada a data provável da iluminura, o paço como ficou, terminadas as obras complementares nêle mandadas executar por D. João III e que se deram por concluídas em 1541.

O paço de Santos, lá ao longe, mal se percebendo na fotografia, vê-se claramente no desenho. Tem ao fundo o corpo principal, com amplas janelas rasgadas para uma varanda; ao nascente, um corpo lateral incide em ângulo recto sôbre o primeiro e arrima-se da mesma banda de leste ao velho mosteiro das comendadeiras de Santiago, do qual se vê uma porta, provàvelmente a da igreja. Da extremidade desta ala do palácio, segue uma galeria corrida sôbre colunas ou esteios, e que pela frente do edifício avança até ao rio. Compare-se esta vista do paço de Santos, que mais autêntica não pode haver, com as duas, também do XVI.º século, a do desenho de Beninc e a da gravura de Bráunio, e ver-se-há quão caprichosas ambas elas são.

Finalmente, o mais antigo dos três, o paço da Alcáçova, antes castelo roqueiro que estância régia, lá está olhando sobranceiro e desdenhoso para os seus alindados colegas. É a Idade Média viril perante a Renascença elegante.

Assim também Fernão Lopes domina altivo os historiadores quinhentistas, que se lhe seguiram.»

Primeira página da «Crónica de D. João I», por Fernão Lopes

(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

Ao alto, a cidade de Lisboa

FERNÃO LOPES, INSPIRADOR DE ARTISTAS. — *A Alma da Raça*, quadro de João Reis. (Do vol. *Virtudes e heroísmos lusíadas*, da Comp.ª Port. Editora)

a sua acção dominou no seu reinado e impôs-se ainda depois da sua morte».

Pelo que respeita ao valor literário, Herculano coloca Rui de Pina acima de Zurara, mas protesta com tôda a razão contra o abade Correia da Serra, por tê-lo achado superior a todos os cronistas precedentes, desconhecendo assim a incomparável primazia de Fernão Lopes. É evidente que o encanto que comunica a leitura das Crónicas dêste, onde o povo e a nação nos aparecem no primeiro plano, não poderíamos encontrá-lo nas de Pina, porque os tempos eram outros: já não era a nação que fazia o rei, mas o rei que fazia a nação. «Isto equivale a censurá-lo (diz com graça o sr. Aubrey Bell) por se reflectir nas suas crónicas a mudança dos tempos, ou por não ter escrito como se fôsse o avô de si próprio. Diz-se que Pina foi adulador; mas a verdade é que a história do reinado de D. João II tinha inevitàvelmente de fazer-se em tôrno da figura do Rei. Sem embargo da excelência da respectiva *Crónica* e do comovedor incidente da morte do príncipe D. Afonso, a leitura dessas páginas (de Rui de Pina) não podia deixar de ser menos atraente do que a de outras (as de Lopes) em que se historiavam tempos mais livres e animados» (1).

A verdade, porém, é que a Rui de Pina falta o dom de comunicar e que não raro cai naquilo que êle próprio chama *o vício e o avorrecimento da proluxidade*. Não tem o sentimento instintivo da proporção e da gradação artística; a sua alma não penetra na nossa e isto é mau sinal. Literàriamente, a glória de Portugal não perderia uma réstea só do seu fulgor, se Rui de Pina não tivesse nascido.

Vejamos se êle foi capaz de tirar do desastre que custou a vida ao moço príncipe D. Afonso, filho único de D. João II, o partido literário que dêsse golpe da Fatalidade, tão rico de emoção trágica, outro mais feliz temperamento de escritor obteria fàcilmente:

Continuaram em Santarém os senhores reais em muitas festas e grandes prazeres, até segunda-feira, onze dias de Julho, em que El-Rei e o Príncipe passaram a Almeirim, a correr montes, e se tornaram. E à terça logo seguinte, doze dias do dito mês, o Príncipe, fora de sua costumada ordenança, ouviu missa, e comeu mui familiarmente com a Princesa. E, sôbre repouso de ambos, sendo já tarde, El-Rei mandou convidar o Príncipe, se queria ir folgar ao Tejo, onde, pelas grandes quenturas do tempo, às vezes costumava banhar-se. Mas o Príncipe, pelo cansaço do dia passado nos montes, se escusou, pedindo-lhe por isso perdão, com muita reverência e acatamento, como sempre era seu costume.

E em cavalgando El-Rei dentro do terreiro dos Paços, preguntando às portas do Príncipe e Princesa por êles, se deteve um pouco, a que o Príncipe desceu e, mostrando-se ainda desvestido, foi honesta escusa de o não poder acompanhar. E, sendo El-rei já no terreiro de fora, olhou para trás contra os Paços, e viu já o Príncipe e Princesa juntamente, a uma janela. De cuja vista, porque sempre era mui alegre, rindo-se lhes fêz sua mesura. E abalou adiante para o Tejo, caminho de Alfange.

E, parecendo ao Príncipe que aquelas apressadas mostranças de El-rei eram sinais do desejo que tinha, de o êle ir acompanhar, por lhe em tudo obedecer e servir, como sempre fizera, desceu logo. E, não achando ainda uma mula que mandara trazer, cavalgou em um cavalo que aí tinha o seu estribeiro, e com pouca companhia alcançou El-rei, com que foi até a Ribei-

(1) *Portuguese Literature*, pág. 87.

FERNÃO LOPES, INSPIRADOR DE ARTISTAS. — *A peste expulsa os castelhanos de Lisboa,* quadro de Constantino Fernandes

ra, onde o Príncipe, apartado, porque achou o cavalo ligeiro e de bom tento, começou de andar correndo e escaramuçando. E no cabo disso cometeu de correr o *pareo* com D. João de Meneses, comendador de Aljesur.

E por ser já muito tarde, sendo para isso de todos estorvado, prazia-lhe já não correr. E em se mudando do cavalo para uma mula em que queria cavalgar, quebraram os loros de um estribo, pelo qual foi necessário tornar-se ao mesmo cavalo. Não esquecido de todavia correr o porfioso e desventurado *pareo* que tinha acometido, e forçando D. João, o tomou pela mão. E, correndo ambos, o cavalo do Príncipe, caindo, o levou debaixo, de que logo e para sempre ficou sem fala.

E muitos fidalgos que logo sôbre êle acorreram, assim o alevantaram, e meteram aí na primeira casa de um pobre pescador, que a triste fortuna quis então fazer novo paço, a que El-rei, avisado do mortal desastre, logo acudiu.

Subiu logo a triste nova, à Rainha primeiro, a qual, acompanhada sòmente do sr. D. Jorge, com muita turvação e desmaio fêz também dela sabedora a Princesa. E ambas, feridas de mortal dor, com grande desacôrdo e sem o resguardo que a suas reais pessoas se devia, sós cometeram o caminho do Tejo, a que acabaram de chegar em mulas alheias, que no caminho por caso toparam.

E assim chegaram onde jazia o Príncipe, que, por doces e amorosas palavras de uma e da outra, logo nem depois não fêz de si algum sentimento, estando em todo quási amortecido. E quanta dor padeceriam por tal vista os corações reais que eram presentes, pode-se mui mal dizer, pois por sua grande desaventura não se pode cuidar. E assim, esperando que os vitais espíritos retornassem ao Príncipe, estiveram aquela noite em um mui triste silêncio, em que não houve sono, nem fome, nem outras falas, senão de contínuos suspiros mortais...

Procuram em vão os físicos reanimar o Príncipe, e, correndo a triste nova por tôda a vila, passa-se a noite em procissões, rezas e grandes brados de *Santo Deus, misericórdia!,* enquanto as três pessoas reais, em lágrimas, rodeiam o moribundo. No dia seguinte, «sendo já passadas nove horas depois do meio dia», o infeliz pai é prevenido pelos médicos de que a morte se aproxima :

«Com sentença tão cruel disseram-no a El-rei, para que de tão triste e cruel nova fôsse só embaixador e consolador da Rainha e Princesa, para que todos três leixassem o corpo do Príncipe em poder do confessor e capelães que havia mester para ministros da alma. Tomou El-rei a Rainha pela mão e, dando-lhe a triste e desaventurada embaixada, se foram onde em uma cama baixa o Príncipe jazia acompanhado da Princesa, que, mui espertados os sentidos (e muito mais do verdadeiro amor que lhe tinha), não afastando nunca dêle os olhos, sempre o acompanhou. E, postos El-rei e a Rainha em giolhos, e cada um de sua parte, com grande angústia de tão mortal despedida lhe tomaram e apertaram consigo mesmo os braços já de todo caídos.

E El-rei, depois de o beijar na face, lhe deu também a beijar sua mão direita, com que para sempre lhe lançou sua bençam, vendo-lhe já sair a alma da carne. E a Rainha, depois de também lhe dar a sua, com muita dor e amor lhe descobriu os peitos ; e, sôbre o coração que já bem não pulsava, sem se saber nem poder despedir o beijou muitas vezes. E, assim, ambos levantaram a Princesa ; e, em se saindo El-rei da casa, volvendo ainda os olhos para o Príncipe, e com êles cheios de mui dòrosas lágrimas, disse, sem poder mais dizer :

— ¡Aí vos fica o vosso Príncipe, meu filho!

E com isto se alevantou por todos um mui dòroso e descoberto pranto, sem se achar ninguém que confortasse. Ali se depenaram então cabeças de muito siso, e arrancaram barbas de muita autoridade ; ali não ficou rôsto de mulher que, com as próprias mãos e unhas cruéis, não fôsse esbofeteado e feito em sangue...

FERNÃO LOPES, INSPIRADOR DE ARTISTAS. — *Episódio do cêrco de Lisboa.* (Quadro de A. Sousa Lopes existente no Museu de Artilharia). Quando da sua exposição no «Salon», publicou-se em Paris um postal (1184 GR.), com a sua reprodução, saíndo também em revistas de arte alemãs

E logo El-rei dali foi levado a pé, e a Rainha e Princesa, como mortas, atravessadas em mulas, para as casas de Vasco Palha, que são na mesma Ribeira, seguindo (a) todos uma mui escura procissão, entoada por todos de muito dòrosos gritos e mui tristes lamentações. E, em acabando todos de se recolher, veio a El-rei a mortal nova, que já tinha por certa, que a alma do Príncipe seu filho, acabando de receber a derradeira unção, de todo se despedira da carne. E assim acabou o Príncipe, em idade de dezasseis anos e vinte dias, de que sòmente esteve casado os sete meses e vinte e dous dias...

IV — Vasco de Lucena, Frei João Álvares, Duarte Galvão

VASCO DE LUCENA. — *Oração que fez o Deão de Verge, embaixador de Filippe, duque de Borgonha, diante do muito alto... D. Affonso V, rei de Portugal, sobre a morte do infante D. Pedro.* (Nas *Provas* da *Hist. Geneal. da Casa Real,* por A. Caetano de Sousa, vol. VI pg. 364 a 388) e *Valasci Ferdinandi utriusque jurisconsulti, illustrissimi Regis Portugalliæ Oratoris, ad Innocentium Octavum, Pontificem Maximum, de Obedentia Oratio. (Jornal de Coimbra,* 1813). Veja-se *Dicc.º Bibliographico,* vol. VII, pg. 401 e seg. e grav. no *Portugal* de Ferdinand Denis, rep. a pg. 91 da presente obra.

JOÃO ÁLVARES. — *Cronica do Sancto, e virtuoso Iffante dom Fernando filho delRey dõ Iohã primeyro deste nome, que se finou em terra de mouros.* Lisboa, por Germão Galharde, 1527. Edição corrigida e emendada por Jerónimo Lopes e de que se não conhece nenhum exemplar. Gótico; *2.ª edição,* revista e reformada por Fr. Jerónimo de Ramos. Lisboa por António Ribeiro, 1577; *3.ª edição,* Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1730; *4.ª edição. Chronica do Infante Santo D. Fernando.* Edição crítica segundo um códice mss. do século XV por Mendes dos Remédios. Coimbra. 1911. Veja 3 cartas suas nas *Dissertações chronologicas* de João Pedro Ribeiro, vol. I, pg. 352 a 367.

DUARTE GALVÃO. — *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal, composta por Duarte Galvão... Fielmente copiada do seu original que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo...* por Miguel Lopes Ferreira. Lisboa Occidental, 1726. (Há exemplares com a data de 1727 mas da mesma edição). A Inquisição suprimiu-lhe os capítulos XXI, XXII, XXIII e XXIV que todavia saíram em alguns exemplares e que na *Revista Litteraria* do Pôrto, tômo II, foram depois reproduzidas de um códice de Santa Cruz de Coimbra.

Publicou-se em 1906 esta Crónica na *Bibliotheca dos Classicos Portuguezes* e o Conde de Castro Guimarães, Manuel de Castro Guimarães, em comemoração da morte do cronista (1917) também numa edição de 200 exemplares publicou um códice manuscrito da mesma Crónica que possuia e que por sua morte legou á Misericórdia de Cascaes, onde se acha a primeira vista conhecida da cidade de Lisboa: *Cronica delrey Dom Affomsso Hemrriques.* No prólogo desta Crónica, magnificamente impressa, há valiosas notas bibliográficas.

A Rui de Pina sucedeu em 1553, como cronista-mor, seu filho Fernão, o que tem dado lugar a falar-se pejorativamente na *dinastia dos Pinas,* como senhores da Tôrre do Tombo e da história nacional durante mais de uma geração, circunstância que levou alguns a acusarem-nos de se haverem dela aproveitado para administrarem com êxito as glórias familiares em prejuízo de outros, e em especial de Fernão Lopes.

Antes de prosseguirmos (para deixar encerrado o

período da prosa medieval com a menção de Frei João Álvares e Duarte Galvão), convirá recordar que o imediato sucessor de Zurara não foi Rui de Pina, mas sim VASCO FERNANDES DE LUCENA, a quem Barbosa Machado chamou *um dos varões mais famosos da sua idade, assim na profundidade da literatura como na eloqüência da frase*. Acreditamos que o fôsse ; a verdade, porém, é que quási nenhuma das suas obras nos foi conservada. Da sua vida, mais ou menos coïncidente com o século XV, pouco mais se sabe do que isto : que representou D. Duarte no concílio de Basileia, em 1435 ; e, quanto à sua produção literária, consta que traduziu o *De Senectute*, de Cícero, e que dêste trabalho se perdeu o manuscrito com o terremoto de 1755.

FERNÃO LOPES, INSPIRADOR DE ARTISTAS. — *Nun'Álvares na batalha de Valverde*, estudo de A. Sousa Lopes

FREI JOÃO ÁLVARES é o autor da *Crónica do Infante Santo*, escrita a pedido do irmão do Mártir, D. Henrique. Capelão e secretário daquêle desditoso príncipe, João Álvares foi testemunha ocular do seu cativeiro de cinco anos (1437-1443) e nêle o acompanhou até que a morte libertou a ilustre vítima, sacrificada à honra e proveito da Pátria. Cativo êle próprio durante mais de cinco anos depois da morte de D. Fernando, êste seu fiel servidor e biógrafo veio a ser remido, enfim, por influência do infante D. Pedro. Mas não saiu da Moirama sem ter conseguido obter disfarçadamente e pôr a bom recato algumas relíquias do corpo do Mártir, as quais em 1451 veio entregar a D. Afonso V.

Em 1461 foi João Álvares eleito abade do mosteiro de Paço de Sousa, depois do que residiu algum tempo em Bruxelas e Bruges, donde escreveu três cartas aos monges daquêle convento, documentos êstes que J. Pedro Ribeiro imprimiu na sua *Dissertação cronológica* (I, p. 352 a 367) e se consideram valiosos para o conhecimento da vida conventual portuguesa daquêle tempo. Também a Roma se dirigiu Frei João Álvares, por encargo da duquesa de Borgonha, D. Isabel de Avis e Alencastro, com o fim de obter do pontífice Paulo II um breve de indulgências para todos os que assistissem, na Casa de Saúde de Santo António de Lisboa e em cada 5 de Julho, ao aniversário do Mártir, irmão daquela princesa (1).

Como escritor, é Frei João Álvares inferior ao seu assunto, embora possa dizer-se, com o sr. Barbosa de Bettencourt, que a *Crónica é uma singela e tocante narrativa*, ou, com o sr. Aubrey Bell, que *é impossível ler a sangue frio a clara e desataviada história da paixão e morte do cativo de Fêz*.

Superior, literàriamente, é DUARTE GALVÃO, o amigo de Afonso de Albuquerque. Morreu no mar, durante a jornada empreendida como embaixador português ao reino da Etiópia. Na sua qualidade de cronista-mor foi incumbido de rever *a Crónica de D. Afonso Henriques*, a qual se lê com agrado na sua versão, embora o acusem de mau historiador, por haver dado crédito a lendas inadmissíveis.

GARCIA DE RÈZENDE

A sua "Crónica" — O seu "Cancioneiro"

OBRAS IMPRESSAS — CANCIONEIRO GERAL : *...Começouse em almeyrym e acabou-se na muyto nobre e sempre leall cidade de Lisboa. Per Hermã de Cãpos bõbardeyro del rey nosso senhor e empremidor.* 1516 ; 2.ª edição. *Cancioneiro geral. — Altportugiesische Liedersammlung des edeln Garcia de Resende. — Neu herausgegeben von Dr. E. H. v. Krausler.* Stuttgart. 3 vols. ; 3.ª edição. 1904. Ed. em «fac-simile» publicada em Nova-York por Archer M. Huntington ; 4.ª edição, preparada pelo Dr. A. J. Gonçalvez Guimarãis. Coimbra, 1910, 5 vols.

BREVE MEMORIAL DE PECADOS E COUSAS QUE PERTECE HA CÕFISSÃ... Lisboa, por Germão Galharde, 1521 ; 2.ª ed.

(1) Cf. Remédios, no Prefácio da sua ed. da *Cr. do Inf. Santo*, Coimbra, 1911.

O Mestre de Aviz, depois D. João I, a grande figura da crónica de Fernão Lopes. (Gravura de *A Vida de Nun'Álvares*, de Oliveira Martins, publicada pela Parceria António Maria Pereira. Da mesma obra é a gravura de Nun'Álvares depois de ser religioso, que se segue)

com o titulo: *Confessionario novamente empremido* Lisboa, por Germão Galharde, 1545.

Livro das obras de Garcia de Resede *que trata da vida e grâdissimas virtudes: e bõdades: magnanimo esforço: excellentes costumes e manhas e muy craros feitos do christianissimo: muito alto e muito poderoso principe el-Rey dõ Ioão o segundo deste nome: e dos Reys de Portugal o trezeno de gloriosa memoria: começado do seu nascimento e toda sua vida até a hora da sua morte: cõ otras obras que adiante se seguem.* Lisboa por Luiz Rodrigues, 1545; 2.ª edição, Évora, por André de Burgos (Nesta edição aparece a *Miscelanea*, omitindo-se a *Paixão* e o *Sermão sobre a vinda dos Reis Magos)*; 3.ª edição, Lisboa por Simão Lopes, 1596, (sem a *Paixão*, o *Sermão* e a *Miscelanea)*; 4.ª edição, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1607, igual à 3.ª; 5.ª edição. *Chronica dos valorosos e insignes feitos d'el-rei D. João II.* Lisboa, 1622. (Insere a *Miscelanea)*; 6.ª edição, Lisboa, por Manuel da Silva (que lhe chama 5.ª), 1752; 7.ª edição. Coimbra, 1902, Imp. da Universidade; 8.ª edição. *Bibliotheca dos Classicos Portuguezes.* (Conforme a edição de 1622) 3 vols. Da *Miscelanea* só publicou-se uma edição em Coimbra em 1917 com prefácio e notas do prof. Mendes dos Remédios.

Estudos sôbre Garcia de Rèzende — *Livraria classica portugueza*, por António e José Feliciano de Castilho. Lx.ª 1854-1857. (Vols. 8.º a 10.º). (Na 2.ª edição desta obra, Paris-Rio de Janeiro, 1865-67, o vol. de *Garcia de Rezende* é o 3.º; *Cancioneiro Geral, continuação ao de Garcia de Rezende* compilado por António Francisco Barata. Évora, 1902; *A Medicina no «Cancioneiro de Rezende»* por Maximiano de Lemos, Pôrto, 1920; *Em volta de uma carta de Garcia de Rezende*, por Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, 105; *Indice do Cancioneiro de Rezende e das obras de Gil Vicente*, por Júlio de Castilho, 1900; *Curiosidades bibliographicas* — I. *O Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende*, por Tito de Noronha. Pôrto, 1871; *Garcia de Resende* por Albino Forjaz de Sampaio (Colecção «Patricia»). Lisboa, 1926. (Neste último trabalho pode ver-se a bibliografia completa de Garcia de Rèzende).

I

Garcia de Rèzende viveu na privança de três reis, D. João II, D. Manuel e D. João III, e, naturalmente, na intimidade de tôda a vida de côrte. Testemunhou grandes sucessos históricos, que marcaram o apogeu do imperialismo português e assistiu a tôda a elaboração do renascentismo espiritual. Foi essa intimidade e foi êsse testemunho que o fizeram escritor, escritor noticioso, registrador de efemérides e coleccionador dum grande cancioneiro. Mas tôda essa opulenta realidade histórica, ao passar pelo crivo da sua observação e ao ser seleccionada pela sua pena de cronista, sofreu limitações e desfigurações, ou porque o critério do observador não fôsse suficientemente amplo e carecesse daquela noção de valor e de proporção, que só a perspectiva do tempo sugere, ou porque, muito despreocupadamente, sem nenhuma intenção de integridade ou de sistema, apenas quisesse fixar os aspectos das suas preferências. E quais foram êsses aspectos preferidos? Dos três rei-

ESTAHE A FIGVRA DO CONDE ESTABRE, AO NATVRAL, QVANDO ESTAVA EM RELIGIAM, NO CARMO DE LIXBOA, ONDE IAZ.

Retrato de Nun'Álvares, donato carmelita. Xilogravura publicada na *Chronica do Condestabre*, 1554, cópia do retrato original pintado por mestre António Florentino

nados, melhor dito, dos três reis, o primeiro, D. João II; de tôda a vida mental portuguesa, só a actividade poética; de todos os sucessos grandes e pequenos, comuns e novos, apenas os noticiados na *Miscellanea*. Pois, embora possamos atribuir a êste observador um lamentável desperdício do seu cabedal de informações, a sua obra noticiosa é de grande preço por êste mesmo carácter. Temos outros cronistas de D. João II, como Rui de Pina e Damião de Góis, mas nenhum dêles é um cronista privado, como Garcia de Rèzende, que nos fêz da vida do soberano uma espécie de íntima reportagem, que seria para sempre perdida, pois as investigações de arquivo ainda nos afastam mais para a zona objectiva da actuação do soberano, mais do que os cronistas oficiais. Reconstituimos pouco a pouco os mais salientes aspectos da vida cultural portuguesa dos fins do século XV e princípios do XVI, mas a documentação da actividade poética dêsse período seria perdida também, se não fôsse a compilação de Garcia de Rèzende. Possuimos uma cronologia episódica dos vários aspectos — político, social e mental — dessa época, mas a *Miscellanea* de Garcia de Rèzende dá-nos o critério coevo, a relatividade de importância, o significado atribuido, porque, seguramente, ao fazer essa recapitulação de efemérides, Rezende reflectiu bastante do pensar geral, da opinião feita. Êsse longínquo precursor do jornalismo terá sido também um prematuro órgão da opinião.

E são êstes os aspectos capitais da obra noticiosa de Garcia de Rèzende, que estão também a sugerir as curiosidades da crítica, a dar a chave da sua análise e avaliação; como viu Garcia de Rèzende a D. João II? Em que se opõe e em que coïncide essa visão com a de Rui de Pina, Damião de Góis, e dos cronistas castelhanos contemporâneos? Como se caracteriza a actividade poética dêsses decénios, sòmente documentada pelo *Cancioneiro Geral*? Quais as correntes de gôsto e as influências nêle contidas? Que vale a cooperação literária do coleccionador? Que diferença há entre a sua avaliação dos sucessos coetâneos e a que o decorrer dos séculos e a crítica histórica nos tecem hoje, isto é, qual o valor documental da *Miscellanea*?

É a estas curiosidades que vamos diligenciar opôr algumas respostas plausíveis.

II

Quanto se sabe da vida de Garcia de Rèzende — que não é muito — deve-se a êle próprio, que nos deixou algumas notícias na *Crónica de D. João II*, consagrando até um capítulo, o CC, às suas relações com o soberano; a Augusto Filipe Simões, que divulgou duas cartas suas; e a Anselmo Braamcamp Freire, que pelo jovial cronista e pela sua época tinha especial predilecção. Dela fêz como que seu distrito próprio, nas suas investigações,

Fernão Lopes interpretado pelos artistas de hoje. Fernão Lopes por A. Morais. (*Pátria Portuguesa*. Livro destinado para prémio aos alunos distintos nas escolas de instrução primária. Organizado por João da Câmara, Maximiliano de Azevedo e Raúl Brandão. Lisboa, 1905)

Estátua de Fernão Lopes, uma das que circundam a estátua de Luís de Camões, de Victor Bastos, na praça do mesmo nome, em Lisboa. Monumento que marca o talento de um artista, é uma obra cuidada, interessante e digna do nome do escultor que o criou

Curiosa representação da Batalha de Aljubarrota, publicada no livro de Edgar Prestage, *The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara. (The Battle of Aljubarrota; defeat of the French Vanguard of the king of Castile by the Portuguese and English). (From British Museum, late 15 the Cent M. S. 14 E IV)*

De Fernão Lopes não se conhece infelizmente nem um retrato, nem uma iluminura, nem uma descrição da sua figura terrena. Não tem, como Froissart, ou como Vasco Fernandes de Lucena, com que passados séculos nós possamos dizer que o grande pai da História portuguesa era alto, ou era baixo, cego de um olho como Camões ou gordo como Garcia de Rezende. Assim, a sua figura genial é apenas na iconografia resumida, que necessidades várias criaram, fantasia pura e nem sempre consentânea com as suas páginas brônzeas, varonis, vividas e imortais.

e chegou a opôr essa sua dilecta preferência à de Herculano pela época de D. João I.

Como Braamcamp Freire conhecia familiarmente as chancelarias de D. João II e D. Manuel I, os seus dados são sempre autênticos, porque provêm directamente de documentos — exceptuado o primeiro dêles, a data do nascimento do cronista. Segundo Braamcamp Freire, Garcia teria nascido em 1470, porque não seria possível que, antes dos seus vinte anos, D. João II lhe desse o cargo de moço da escrevaninha, deixado por uma personagem do relêvo de Rui de Sande. O argumento é muito contingente, porque, muito ao contrário, os déspotas amam rodear-se de gente moça e subalterna, sem nenhuma preocupação de prioridades e categorias; a data de 1470, proposta, é, pois, muito problemática, porque não tem outro fundamento.

Foi Garcia natural de Évora, onde seu pai, Francisco de Rèzende, era criado do bispo D. Garcia de Meneses, mais tarde vítima da política de D. João II. Entrou muito cêdo para o serviço da côrte como moço da câmara do rei D. João II. Quando o príncipe D. Afonso teve casa àparte, foi por êle escolhido para o acompanhar, mas por sua morte regressou à privança do rei. Em 1491 ascendeu a moço da escrevaninha. Passou ao serviço de D. Manuel I, quando êste ocupou o trono, e acompanhou-o na sua viagem a Castela e Aragão, quando os reis de Portugal acudiram a Toledo para serem jurados herdeiros dos Reis Católicos.

Desta viagem deixou-nos uma circunstanciada narrativa, em que, excepcionalmente na sua obra, passaram alguns castelhanismos: quatro vezes escreve *sombreiro* por chapéu e uma vez *pescado* por peixe pescado. É de ver a minúcia jornalística que põe na sua narrativa e o orgulho, que se lhe trai, de ser testemunha de tais sucessos: a grande recepção em Toledo, a cerimónia na catedral, o serão de 27 de Abril, onde se reüniram todos os magnates de Portugal e Castela, os conflitos em Saragoça, motivados pela resistência dos aragoneses, que queriam aproveitar a ocasião para revalidar os seus foros; o brusco termo dessas dificuldades com a morte da raínha portuguesa, após o parto de D. Miguel. E de registar é também o seu deslumbramento ante a beleza das mulheres de Toledo: «As mulheres formosas eram tantas que não sabia homem onde posesse os olhos, que alem das Toledanas serem gabadas de muito fermosas erão muitas vindas doutras partes, verdadeiramente nunca em nenhuma parte tantas gentis mulheres vi» (fl. 127 da ed. de 1607).

«The Marriage of King João I and Philippa of Lencaster» (From British Museum, MS. 14 E. IV). O casamento do rei D. João I com Filipa de Lancastre. — Do livro de Edgar Prestage, *The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara*. Watford, 1928.

Edgar Prestage, notável erudito inglês, muito amigo de Portugal, revelou ao público estudioso as duas obras de arte que reproduzimos e que o Museu Britânico guarda. São ingénuas e são curiosas, não deixando de ser documentos de valia que muito interessam aos devotados.

Em 1514 vai a Roma, acompanhando Tristão da Cunha, na sua pomposa embaixada a Leão X, como secretário-tesoureiro. Também desta vez, pelo caminho, atesta de novo a sua sensibilidade à beleza feminina; em Iviça, onde a armada do embaixador se abrigou por alguns dias do temporal, também se deixou impressionar duma maiorquina, Esperança, que perpetuou no seguinte vilancete, que se não esqueceu de arquivar no seu *Cancioneiro Geral:*

Que me quieres, Esperança,
aquy me vienes buscar
por me mas desesperar.

Penssaua que me tenyas
del todo ya olvidado,
y aqui diste a mys dias
sobre males mal dobrado.
Seraa triste my nembrança,
pues te alle syn te buscar
para mas desesperar.

Não perdeu o seu tempo em Roma, porque obteve de Leão X a bula *Quanto frequentius,* de 11 de Abril, pela qual eram concedidas indulgências aos que, nas festas de Nossa Senhora do Espinheiro, em Évora, rezassem por sua alma e pelos seus defuntos.

No ano imediato, D. Manuel I desembarga-lhe uma tença anual de 2.000 reais, com o hábito, segundo a linguagem oficial do tempo. Em 1516 já é fidalgo da casa do

Retrato do doutor João das Regras. — (Dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*). O «grão doutor» como lhe chama Fernão Lopes, ou o «astucioso chanceler» como quere Pinheiro Chagas

Rei e continua na côrte, agora como escrivão do príncipe D. João, depois rei. Foi ainda a D. Manuel I que deveu a concessão das propinas correspondentes a êsse cargo, em especiaria — dez arráteis de pimenta, outros dez de cravo e doze de canela. É justamente dum recibo destas propinas, o de 30 de Agosto de 1529, que conhecemos a sua assinatura.

São já de D. João III duas cartas de padrão, de 1522 e 1524, de duas tenças de doze mil reais por ano. Aproximava-se a idade da previdência e da aposentação. As notícias, que possuimos daqui por diante, são de quem ordena a sua vida: em 1525, D. João III autoriza-lhe o trespasse de certa tença à comunidade do Espinheiro; no mesmo ano recebe uma doação generosa, a das pensões que pagavam os capitães e escrivães dos navios que se armavam para Arguim, S. Tomé, Santiago, Malagueta e Guiné, à maneira do estipulado para os da Mina, isto é, mil reais cada capitão, quinhentos cada escrivão. O texto do documento não está suficientemente claro, mas parece deixar entender que o escritor já então cobrava análogas pensões dos navios da Mina — o que hoje nos parece excessivo, desproporcionado sobretudo para a categoria do funcionário e seus serviços. Dêste modo, pôde pensar na perpétua protecção da sua alma e na instituïção dum morgado — o que tudo fêz metódica e seguramente. Construida uma capela em 1520, como reza a seguinte inscrição, encimada pelo seu escudo:

Esta : irmida : e fomte
mandou fazer Garcia
de reesende : em : louvor
de nossa ; snra : ano : 1520,

tratou de constituir fundos para custear a vigilância religiosa pela paz da sua alma. Entabolando relações com o prior do convento de frades jerónimos de Nossa Senhora do Espinheiro para êsse objectivo, compra duas tenças, uma de 5.333 reais e outra de 2.000 e requere a D. João III o seu perpétuo pagamento ao dito mosteiro para retribuïção das missas — o que o rei defere em 1525. Mas em 1536, poucos dias antes da sua morte, voltam estas tenças de 7.333 reais à sua posse, por não haver chegado a acôrdo com a comunidade do Espinheiro. Em 8 de Setembro de 1533 fêz testamento, pelo qual instituiu um morgadio, cuja cabeça era a herdade ou casal de Val de Arcas — o qual existiu até 1817, em que foi incorporado à fazenda real. Esteve sempre na família desde o seu primeiro administrador, Francisco de Rèzende, seu filho, até André Lúcio de Rèzende, que morreu capitão de cavalaria em 1814.

As notícias, que se conhecem dos últimos meses da sua vida, são poucas. O escritor, afastado da côrte e de qualquer actividade pública por falta de saúde, cuidava da sua obra literária. A *Crónica de D. João II* estava concluida

Túmulo do Dr. João das Regras no convento de S. Domingos de Bemfica. (*Cliché* do Dr. Mesquita de Figueiredo)

MOSTEIRO DA BATALHA. — Vista de conjunto. (De *O Mosteiro da Batalha em Portugal* pelo Visconde de Condeixa)

desde 1533, como êle mesmo declara no colofonte da 1.ª edição, suprimido nas posteriores reproduções :

«...ordenado e escripto no anno de mil e quinhentos e trinta e três por Garcia de Rezende, fidalgo da casa del Rey nosso senhor».

Com data de 26 de Janeiro de 1536 foi expedido o privilégio para a impressão de tôdas as suas obras, em prosa e metro. Já então se confessava muito doente, como se lê nas duas cartas do ano anterior, publicadas por Augusto Felipe Simões : por doença faltou à eleição dos procuradores do concelho às côrtes e por doença ainda se justifica ante o camareiro-mór de D. João III, D. Francisco Castelbranco, de não freqüentar a côrte.

O desacôrdo dos frades do Espinheiro ainda lhe deu bom humor para compôr o *Sermão dos três reis magos*, a sua última obra, datada de 15 de Janeiro de 1536. Em 3 de Fevereiro morria.

Foi sepultado na sua capela do Espinheiro, jazendo o seu corpo sob uma formosa tampa de mármore lavrado, com o seu brazão e o seguinte lacónico epitáfio :

SEPOLTURA DE GARCIA DE REEZENDE.

Conta Braamcamp Freire que a sepultura foi profanada em 1834, os seus ossos dispersos e a tampa vendida ; alguns restos foram ainda recolhidos e guardados na Biblioteca Pública Eborense em 1865, e a tampa voltou ao seu lugar em 1903.

Além do privilégio para a impressão das suas obras completas, a que já não pôde proceder, as efemérides literárias da sua vida são bem poucas. O *Cancioneiro Geral* saíra em 1516 dos prelos dum impressor alemão, que viera para Portugal como bombardeiro ou artilheiro, mas que juntava a esta mortífera profissão êsse outro mister benemérito de tipógrafo. O *Cancioneiro* não se reimprimiu mais em sua vida ; teve de esperar o movimento crítico do século XIX para ser apreciado nos seus vários aspectos, de monumento literário, monumento tipográfico e riquíssimo acêrvo de notícias para a vida social do fim do século XV e princípio do XVI. Mais curiosidade pública despertou ou mais fácil de reproduzir foi o *Breve memorial de pecados e cousas que pertence ha cõfissã*, publicado em 1521 e reimpresso em 1529.

III

Publicada pòstumamente, a *Crónica de D. João*, refere-se a matéria anterior à do *Cancioneiro* e mais importante, pelo que principiamos por ela a nossa análise.

Foi tão grande a saudade que deixou o «muito alto e muito poderoso príncipe El-Rey D. João, o segundo dêste

MOSTEIRO DA BATALHA. — Fachada do lado sul. (De *O Mosteiro da Batalha em Portugal* pelo Visconde de Condeixa)

nome e dos reis de Portugal o trezeno de gloriosa memória», que foi necessário que mais alguém dêle escrevesse, além do «cronista real». Assim se justifica o impressor de 1607 na dedicatória a D. Álvaro de Lencastre — único descendente por linha masculina de D. Afonso Henriques, — e dêste modo expõe um novo conceito da função da história, a de matar saudades, criando pela narrativa das suas virtudes, dos seus feitos e mais íntimas peculiaridades, a ilusão da presença dum morto querido, tão querido que logo após o seu passamento foi tido por santo. O seu corpo incorrupto, apesar da cruel moléstia que o vitimou e da grande quantidade de cal com que o cobriram e os muitos milagres que à sua influência se atribuiram, confirmam no juizo de Garcia de Rèzende êsse público sentir : «casi inteiro jaz ainda agora e as cousas que em seu corpo tocam prestam para muitas infermidades, & tem feito muitos milagres, como ditto he» (fol. 120). E falando da sua trasladação para a Batalha : «como corpo santo que era, per experiencia de milagres, que já tinha feito...» (fol. 121 v.). E repetidamente trata o seu cadáver de «santo corpo».

Esta ingénua opinião de Garcia de Rèzende é bem diversa da de outros íntimos e fieis amigos e colaboradores do Rei, o Bispo de Tânger e o prior do Crato, que ao finar-se o soberano, deparando-se-lhes uma boceta fechada, foram abri-la em grande segrêdo para a lançar ao mar, se, como se cria, continha ainda do veneno, com que fôra morto o bispo D. Garcia de Meneses, um dos conspiradores de 1484. Rèzende conta o episódio para opôr à presunção daqueles áulicos, tão fieis como êle, o piedoso desfecho : a boceta continha um confessionário e umas disciplinas.

São estas e outras intimidades miudas, que dão interêsse à crónica, se o leitor se sabe defender do propósito panegírico que a dita. E o mesmo Garcia de Rèzende salienta essa particularidade valiosa da sua privança.

Quando conta de dois livros secretos, que o rei trazia consigo, onde tomava notas de carácter pessoal e confidencial sôbre os seus vassalos, declara um dêles : «êste livro tenho eu em meu poder». No capítulo CC dá algumas notícias das suas relações com o Rei, de cujo serviço apenas se apartou nos curtos meses em que o príncipe D. Afonso teve casa àparte. Aí conta da delicadeza com que o rei o consolou dêsse apartamento, motivado por livre escôlha do Príncipe e como voltou para junto do soberano por morte daquele, e logo ascendeu a moço de escrevaninha, quando o cargo vagou pelo falecimento de Rui de Sande. Era êsse cargo que lhe permitia dizer com ufania : «via tudo ho que elle escrevia, & um dia estando elle escrevendo para ElRey de Castella, & eu só com

elle no escriptorio, por eu ver ser cousa de muyta substancia, estava cõ o rosto virado para outra parte : & elle querendo a pena, quando me vio estar virado disse : Virate para cá, que se me naõ fiasse de ti naõ te mandaria estar ahi : & porem isto naõ te dê presunção se naõ vontade pera milhor servir, & ser milhor ensinado» (f. 112).

Também o testamento do soberano, feito em Alcáçovas, «foy escripto com as minhas pennas & os meus aparos, & eu estava á porta de fora, & acudia quando chamava» (fol. 115). Já em Alvor, o rei delibera juntar ao testamento uma cédula — que «tambem foy escripta com meus aparos e pennas como o testamento» (fol. 117).

MOSTEIRO DA BATALHA. — Interior da Igreja

Como D. João II era bom jogador de xadrês, Garcia de Rèzende foi seu companheiro ao taboleiro muitas vezes, e uma noite, como desenhava bem, acode à dificuldade, que impacientava o rei, suprindo a falta dum taboleiro com um desenho seu. Dessa vez o rei saíu da sua moderação e louvou grandemente o seu fiel servidor : «Para que é trazer taboleiro, nem trazer nenhuma cousa, senão trazer sòmente Rèzende!»

Tocava e cantava, com grande aprazimento do rei, que era homem de bom gôsto a avaliar pela sua predilecção pela famosa elegia de Jorge Manrique :

Recuerde el alma [dormida,
abiue el seso y [despierte
contemplando
cómo se passa la [vida,
cómo se viene la [muerte
tan callando ;

As virtudes, que explicam essa saüdade pública, a cuja consolação se destina a *Chronica*, eram as exemplificadas pelos capitulitos numerosos, em que se narram episódios, bons ditos, sentenças morais, generosidades e agudezas, gratidões e justiças do soberano para com os seus vassalos, as «historietas», como desdenhosamente lhes chamou Herculano e que são a curiosidade da *Chronica;* os feitos, as altas providências governativas, essas estão enumeradas objectivamente pelo cronista no prólogo-resumo da sua obra. E são elas :

1.° — Organização da Capela Real, onde se rezavam as horas canónicas como em igreja catedral, «a milhor que Rey christaõ tem» ;

2.° — Conversão do rei, da raínha, do príncipe e da nobreza do Manicongo ;

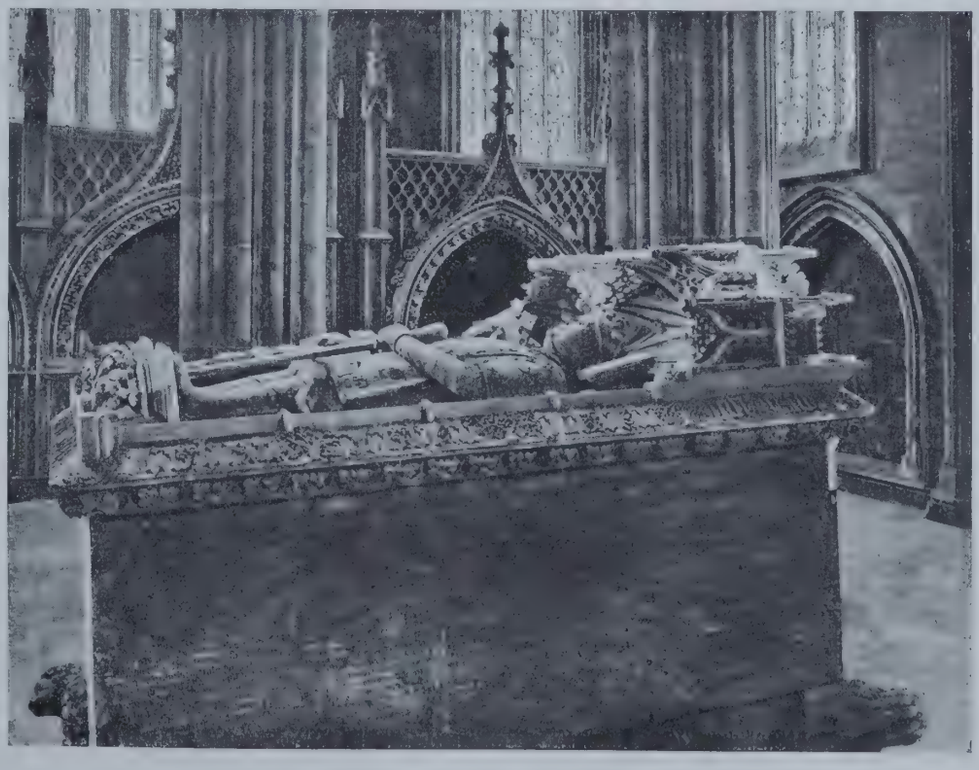
3.° — Edificação da cidade de S. Jorge da Mina ;

4.° — Ordenação do descobrimento da Índia ;

5.° — Vitória do Toro e sôbre muitos perigos no Reino ;

6.° — Princípio da construção do Hospital de Lisboa, como fusão dos vários pequenos hospitais existentes.

Os «muitos perigos» que o rei venceu no reino, como fora dêle vencera a batalha de Toro, são, sem dúvida, as conspirações contra êle tramadas.



MOSTEIRO DA BATALHA. - Túmulo do fundador e da Rainha D. Felipa de Lancastre. — (De *O Mosteiro da Batalha em Portugal* pelo Visconde de Condeixa)

Êste balanço da actividade do rei é modesto, mesmo comparado com o desenvolvimento da crónica, onde se alegam providências administrativas de alcance, do maior alcance na vida económica do país, como a reforma monetária, a sujeição da nobreza ao engrandecimento do poder real,

como trabalhos grandes de urbanização em Setúbal, como a sua hábil política de harmonia peninsular sem prejuizo dos seus mais claros desígnios na política interna. Negoceia o casamento do príncipe com a filha dos Reis Católicos, mas vai tratando com tôdas as honras a pretendente D. Joana — a «Beltraneja» em Castela, a «Excelente Senhora» em Portugal —, mas vai fortificando Olivença, mesmo durante as festas do casamento do príncipe e com protestos dos Reis Católicos; manda pólvora e salitre em auxílio para a tomada de Granada, em que cooperou uma espada gloriosa, D. Francisco de Almeida, depois vice-rei da Índia, mas também acolhe os judeus expulsos e vivamente protesta contra a viagem de Colombo.

A atenção, perseverante e cultíssima, dada pelo rei aos descobrimentos marítimos, rodeando-se de alto pessoal técnico e activando as diligências para contornar a África e para haver notícias do oriente por viajantes terrestres, não tem na *Crónica* o devido relêvo. Pequenos capítulos contam a partida de Diogo da Azambuja para a costa da Mina, a chegada de Diogo Cão ao Zaire, a passagem de Christovam Colombo por Lisboa, depois da sua primeira expedição, os preparativos da viagem para a Índia. Mas êste era também o critério do tempo. Os descobrimentos só se tornaram populares com a chegada de Vasco da Gama a Calicut, sucesso da mais estrondosa repercussão mundial, como refere magistralmente F. Hümmerich.

MOSTEIRO DA BATALHA. — Estátuas tumbais de D. João I e da rainha D. Felipa. — (De *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha...* por James Murphy. Londres, 1795)

As viagens, que então se prosseguiam pela costa africana, produziam muito pouco em relação ao esfôrço que custavam: só revelavam terras desérticas ou mal povoadas de selvagens e de escassa retribuïção. O interêsse só nascia quando, inesperadamente, se deparava uma população densa e acessível ao cristianismo, ou uma civilização bem caracterizada, atractiva nas suas diferenças, tentadora para o espírito comercial e para a aventura militar. Êste critério, a um tempo religioso, pitoresco, mercantil e bélico, reflecte-o Garcia de Rèzende, quando se demora a contar a conversão de Bemohi, rei do Jalofo, que veio a Lisboa e aqui se baptizou; quando dá páginas numerosas às relações com os soberanos do Congo, troca de embaixadas e conquistas do cristianismo naquelas longínquas paragens; quando insiste sôbre a expedição à Graciosa, tanto do agrado do rei, que projectou ir em pessoa comandar.

De resto, é bom não esquecer que Garcia de Rèzende era íntimo do rei, e essa intimidade tanto lhe proporcionou o grande cabedal anecdótico das relações do rei com os seus vassalos, como lhe haverá descoberto algumas das suas ideias mestras e das suas preocupações. E destas era a política de segrêdo, a respeito dos descobrimentos geográficos. Dela se mostra bem inteirado Garcia de Rèzende em vários passos: na referência que faz à partida, *secretamente*, de Afonso de Paiva e Pero da Covilhã — a que o cronista chama João da Covilhã — para a Etiópia; na partida, *secretamente*, da grande expedição de Diogo da Azambuja para a costa da Mina; e sobretudo neste episódio, tão elucidativo, que deve ser transcrito integralmente o capítulo respectivo (CL):

«Do que el Rey fez a Pero Dalemquer Piloto. [El Rey por ter a Mina guardada, fez crer em sua vida que navios redondos não podiaõ tornar da Mina por caso das grandes correntes, sómente navios latinos & isto porque em nenhuma parte da Christandade os ha senaõ as caravelas de Portugal & do Algarve: & os galeões de Roma que naõ saõ pera navegar taõ longe. E hum dia estando el Rey á meza praticando porque navios redondos naõ podiaõ vir da Mina, disse hu Pero Dalêquer muyto grande piloto da Guiné e que bê tinha descuberto, que elle traria da Mina qualquer nao por grande que fosse. E el Rey lhe disse que naõ podia ser, pois já muitas vezes se esprimentara & que todas as que lá mandaron naõ poderaõ vir. E o Pero Dalêquer se affirmou que o faria & se obrigaria a isso. E el Rey disse: A hu villaõ peco naõ ha cousa que lhe naõ pareça que fará, & em fim não faz nada: & depois de comer o mandou chamar só, & lhe disse a causa porq aquillo lhe disséra, & q. lhe perdoasse porq cõpria assi a seo serviço, & q. outra hora naõ dissesse tal, & o tivesse em grãde segredo, & lhe fez mercê de q. elle foy bem contente, & sempre em vida del Rey se teve por muyto certo q. naos naõ podiaõ vir da Mina & dessas partes da Guiné, & por isso teve sempre toda Guiné muito guardado.»

Capela de D. Manuel na igreja da Batalha

Que muito, pois, que um cronista privado, com propósitos de fidelidade submissa a uma memória querida, guardasse também sigilo? É talvez essa a causa do seu silêncio sôbre as complicadas negociações a respeito dos mundos por descobrir, àcêrca da intervenção do Papa Alexandre VI e da assinatura do tratado de Tordesilhas — que de modo nenhum poderia ignorar. Da primeira fase do conflito ainda ministra notícias, quando refere a estada em Lisboa de Colombo «italiano, que vinha do Cipango e Antilhas», — a realidade e a fantástica geografia colombina misturadas! Grandemente se desagrada o rei, porque, com mais seguras noções geográficas, não crê nesse achado do Cipango e suspeita que Colombo se haja atravessado na rota portuguesa pela costa africana abaixo, com vista à Índia. Há quem alvitre o método, muito freqüentemente usado pelo rei, de suprimir Colombo, provocando um conflito. Mas o rei prefere aprestar uma grande armada, que assegure os seus direitos nesses mares, isto em plena vigência da melhor cordealidade com os Reis Católicos. Essa armada seria comandada por D. Francisco de Almeida. Mas os soberanos de Castela reclamam e prestam-se a negociações. Partem os embaixadores portugueses, Doutor Pero Dias e Rui de Pina — que nada concluem; vêm a Lisboa embaixadores castelhanos, Ayala e Garcia Carvajal, sem melhor proveito. Até que uma delegação portuguesa — Rui de Sousa, seu filho João de Sousa, o licenciado Aires de Almada e Estevam Vaz — sentenceiam que a viagem de Colombo não acarreta o menor prejuizo para os interesses protugueses na Guiné. Isto é muito menos do que a assinatura do tratado de Tordesilhas e a fixação das condições scientíficas da sua execução.

Em que medida interveio aqui a usual prudência do cronista, fiel à política de mistério do seu amo, e que papel cabe à sua patente falta de critério de avaliação histórica — não é fácil dizê-lo. Garcia de Rèzende concluiu a redacção da sua crónica já em adiantados anos do reinado de D. João III, em 1533, quando já êsses sucessos avultavam com sua poderosa influência na política colonial, e conservou-a inédita, em seu poder. Essa não publicação da obra em sua vida, é possivelmente sinal, se não é casualidade da morte, da sua prudência. O reinado de D. Manuel I foi, sob certos aspectos, o repúdio da política de D. João II; alguns dos homisiados por motivo das conspirações haviam regressado, plenamente reintegrados na sua consideração pública e nos seus haveres. E dos mortos havia família influente. Tudo isto obrigava o cronista privado à prudência e pode explicar que a obra só em 1545 saísse a público, quando eram mortos todos os protagonistas dêsses trágicos sucessos, meio século depois do passamento do rei.

Ao espírito de Garcia de Rèzende falava mais atraentemente o pitoresco anedótico e o trágico sensacional do que a matéria grave. É um historiador despreocupado daqueles valores universais, que Heinrich Rickert faz presidir a tôda a alta elaboração histórica, em quem a pro-

Túmulo do rei D. João no Mosteiro da Batalha. — (Curiosas gravuras do vol. *Portugal* por Ferdinand Denis, Paris, 1846)

bidade e a prudência atenuassem grandemente êsse senão: a razão e as superioridades do rei estão sempre vivas no seu espírito, mas não deixa de recolher versões públicas, nem envilece na sua narrativa os adversários do rei, com o que nos ganha confiança e até nos faculta dados para julgarmos de modo muito diverso do seu, sem crermos nesse cheiro de santidade do soberano, com metáfora ou sem metáfora...

Por espírito de integridade, referiu-se aos grandes sucessos do reinado, mas sente-se que o seu objectivo não é memorá-los, é revelar os pequenos sucessos, os íntimos, bem como os bastidores dos grandes sucessos trágicos; não é compôr o vasto quadro dum reinado sensacional, com os vários planos na sua situação relativa e as personagens em proporcionado relêvo, mas exalçar a figura central, o rei. Por isto, trata menos do reinado que do rei e se demora na história íntima das conspirações, em que escreve as suas páginas mais impressivas, portanto mais literárias. A execução do Duque de Bragança é uma página forte.

Tal como êle no-lo apresenta, o rei é um déspota iluminado, sem escrúpulos nos meios, mas muito preocupado de altos fins, tão corajoso e tão coerente na prossecução dos seus deveres de govêrno, quão bárbaro e inflexível nas suas práticas e normas. É um Felipe II com scenário mais limitado para a sua actuação, mas mais amplo horizonte espiritual, todo êsse mundo nubloso e sugerente dos continentes e dos mares a reconhecer, carácter também duma peça, íntegro e inflexível, desumano, mas sem fanatismo.

PORTA DAS CAPELAS IMPERFEITAS do Mosteiro da Batalha. — (De *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* por Albrecht Haupt. Frankfurt a. M. 1890)

A fé de D. João II, como no-la descreve o seu moço de escrevaninha, era íntima e sem exageros, nada política, em tudo anterior à exacerbação de intolerâncias que trouxe a reforma. Felipe II enfronha-se demasiado nas intrigas europeias, na perseguição de herejes civilizados; D. João II tem mais saúde e equilíbrio na sua fé, é moderado para com os judeus — aquela muito relativa moderação que os tempos permitiam — e todo se aplica à difusão da civilização cristã pelos mundos desconhecidos, pouco interessado pelas intrigas e ambições europeias. Pouco interessado, mas não indiferente, mesmo quando só o dever de solidariedade cavalheiresca o chamava a intervir, como no caso da prisão do rei Maximiliano, em Bruges. Mas em ambos é dominadora essa presunção da realeza como incumbência divina e por isso infalível nos seus laudos.

Intervinha muito directamente nos processos políticos e quando uma vez alguém o advertia dessa irregularidade, respondeu com a convicção mais serena: «...se eu som a mesma justiça, como hei-de ser parte!»

Perseguia os seus inimigos de modo inexorável, procurando suprimí-los pelo punhal ou pelo veneno e premiando denunciantes e sicários. E fazia-o sem alvorôço, serenamente, como quem cumpre uma missão fatal, sobrehumana, acima de interêsses, parcialidades e paixões. Depois, chorava por êles e, no decurso da conversa, não evitava falar nêles, antes os louvava. Cinismo? Obsessão do seu duro mister, a que a dominante corrente histórica dava uma interpretação tirânica — que Machiavel condensaria em filosofia política?

A proba serenidade de Garcia de Rèzende, não obstante o seu propósito de o beatificar, deu-nos bastos elementos para juizo diferente do seu, principalmente nêsse trágico capítulo das suas relações com os adversários, mais de acôrdo com a coetânea interpretação do ofício de reinar do que com as ideas éticas e jurídicas do seu credo e da sua mesma época.

Grande nitidez de pensamento político, que Garcia de Rèzende não soube salientar, mais não vendo nêsse conflito com a nobreza do que o capricho da visita dos corregedores em terras privilegiadas e das confirmações por nova fórmula; inflexibilidade deshumana na sua execução, certo estoicismo superior à dôr e à emoção, que o impunha à admiração, mas lhe não atraía amizades. Não era cinismo, porque essa dureza coïncidia com virtudes preclaras, a honradez nas contas, a generosidade na retribuïção de serviços, o amor da verdade, a coragem física e moral — esta documentada em Arzila, no Toro, no caso do pesadêlo em Almeirim, no episódio do touro em Alcochete, na tranqüilidade com que arrostou os perigos da conspiração e no projecto da partida para a Graciosa. Para servir o seu pensamento político, excelsas virtudes e peregrinos defeitos: a perseverança, a ilimitada confiança em si e a crueldade e a dissimulação — qualidade eminentemente política em todos os tempos.

Nunca se contradizia, desfazendo num dia o que noutro fizera e desprestigiando a sua autoridade. O cronista dá um frizante exemplo: «...nunca o viram mentir, nem passar hum alvará em contrario doutro, nem o ousava ninguem requerer. E porque hum dia por falsa informaçaõ passou hum alvará em que deu de perda a hum

homem duzentos mil reis, quando se lhe veiu agravar, por naõ passar outro em contrario, lhe mandou dar os duzentos mil reis logo em ouro & lhe disse que acabasse».

Note-se que o rigor de D. João II para com os criminosos fazia clara distinção nestes; inexorável para os seus adversários, sabia ser polìticamente indulgente para os comuns, polìticamente porque era a ideia mestra da sua política que ditava essa indulgência: «como naõ fosse caso feo, ou ladraõ, ou tivesse partes, que désem vida aos homens, que muitas ilhas haviam ali pera povoar, porque hum homem custa muito a crear».

MOSTEIRO DA BATALHA. — Claustro real e capela
(De *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* von Albrecht Haupt. Franckfurt a. M. 1890)

Ao contrário, o rol das vítimas da sua política é longo e negro, mesmo sem saír das incompletas informações do seu panegirista:

1.ª — Em príncipe mandou matar Lopo Vaz de Castelo Branco, alcaide-mor de Moura, que se levantara contra Afonso V e depois regressara à lealdade, já perdoado pelo rei. Os assassinos foram recompensados.

2.ª — Príncipe ainda, tal susto incutiu no ânimo do cardeal D. Jorge da Costa, com ameaças, que êste saíu para sempre de Portugal.

3.ª — Do Duque de Bragança foi carcereiro, parte e juiz. O verdugo foi algum desconhecido condenado, que por tal serviço recuperou o direito à vida.

4.ª — Ao Duque de Viseu mata o próprio rei em Setúbal, que para isso o chama amigàvelmente de Palmela. O seu denunciante foi elevado a Conde de Borba.

5.ª — O Bispo de Évora morre no Castelo de Palmela, «dizem que com peçonha».

6.ª — D. Fernando de Meneses é degolado em Setúbal.

7.ª — D. Guterres morre na Tôrre de Aviz, «segundo fama naõ morte natural, senão arteficial».

8.ª — Pedro de Ataíde é degolado e feito em quartos.

9.ª — Fernão da Silveira conseguiu fugir, mas foi assassinado em Avignon, à ordem do Rei, por um sicário que recebeu «muita somma de ouro que primeiro se concertou» (fol. 36). A influência de D. João II sôbre a justiça francesa não chegou para salvar o assassino da prisão perpétua.

9.ª — Pero de Albuquerque foi degolado em Montemor-o-Novo.

10.ª — O Conde de Penamacôr emigrou a tempo, mas mesmo no exílio foi rudemente perseguido. Como em Inglaterra procurasse interessar armadores ingleses na navegação para a Guiné, lá mandou o rei delegados seus para o matar ou o prender, apenas conseguindo a sua prisão em Inglaterra por algum tempo.

11.ª — Um piloto e dois marinheiros fogem para Castela «com tençaõ de desservirem El-Rey»; manda-os matar.

O arquitecto da Batalha. — Na sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha. (De J. Murphy)

E a êste rol faz um excelente fecho o seguinte comentário do cronista, muito de acôrdo com os processos governativos do tempo, em que as conquistas jurídicas da idade média se perdiam e o despotismo empurrava a sociedade para uma espécie de menoridade civil. Era a contrapartida da infalibilidade dos reis: se êles eram sempre a verdade, quem dêles se afastasse andava por caminho errado. Diz Garcia de Rèzende, filosòficamente: «...por onde nenhum ousava de yr como naõ devia, porque naõ sabiam onde pudessem escapar a El Rey: & com mandar ás vezes matar poucos escusava a morte muytos & outras perdas & damnos que os Reys fazem quando naõ têm medo nem receio; que quanto bem os bons fazem por amor, tanto mal os maus deixam de fazer com temor» (fol. 110).

É precisamente essa a peça essencial da mentalidade política de D. João II, a falta absoluta de «medo nem receio»; não teme a opinião pública, nem as represálias, nem os impulsos da sensibilidade, nem as censuras da consciência, nem o ridículo sequer. Mata o Duque de Viseu, seu cunhado e logo dá explicações amistosas à Raínha e a D. Manuel, seus irmãos, sem nenhum temor e também sem nenhum temor faz essa comédia do processo póstumo: «E de sua morte foy logo feito hum auto por ho Doutor Nuno Gonçalves

como juiz & por Gil Fernandes escrivaõ da camara de el-Rey, em que El Rey verbalmente disse as causas & razões que teve para matar ho Duque, que logo foram escriptas & por ellas logo perguntados por testemunhas o dito D. Vasco & Diogo Tinoco, que com seus ditos aprováraõ & justificaraõ a morte do Duque» (fol. 34).

Êste Diogo Tinoco soubera da conspiração por uma sua irmã, Margarida Tinoco, amante do Bispo de Évora (fol. 35). Na côrte de D. Pedro I ou D. João I, poderia utilizar-se a denúncia, mas êste Tinoco seria punido como proxeneta da irmã, nas mais tôrpes agravantes.

O juizo do rei é que prevalecia sôbre a justiça. Porque não foi generoso para com D. Fernando de Meneses? Porque êste, advogando por sua própria causa, desagradou ao rei em certo passo do seu arrazoado: «Dõ Fernando fez uma falla a El Rey muy elegante, como homem mui prudente & esforçado cavalleiro, & mui isento na qual disse alguas palavras a El-Rey de que ouve desprazer & por isso se não ouve com elle piedosamente como tinha em vontade» (fol. 35).

Também Pero de Albuquerque terá agravado a sua situação com essa audácia de arrostar o rei. Ao Duque de Bragança recusa o fôro especial, que lhe cabia, apesar do réu o reclamar: «lhe quizesse dar juizes conformes a elle e que seu feito mandasse determinar a Principes & Duques, pois elle o era».

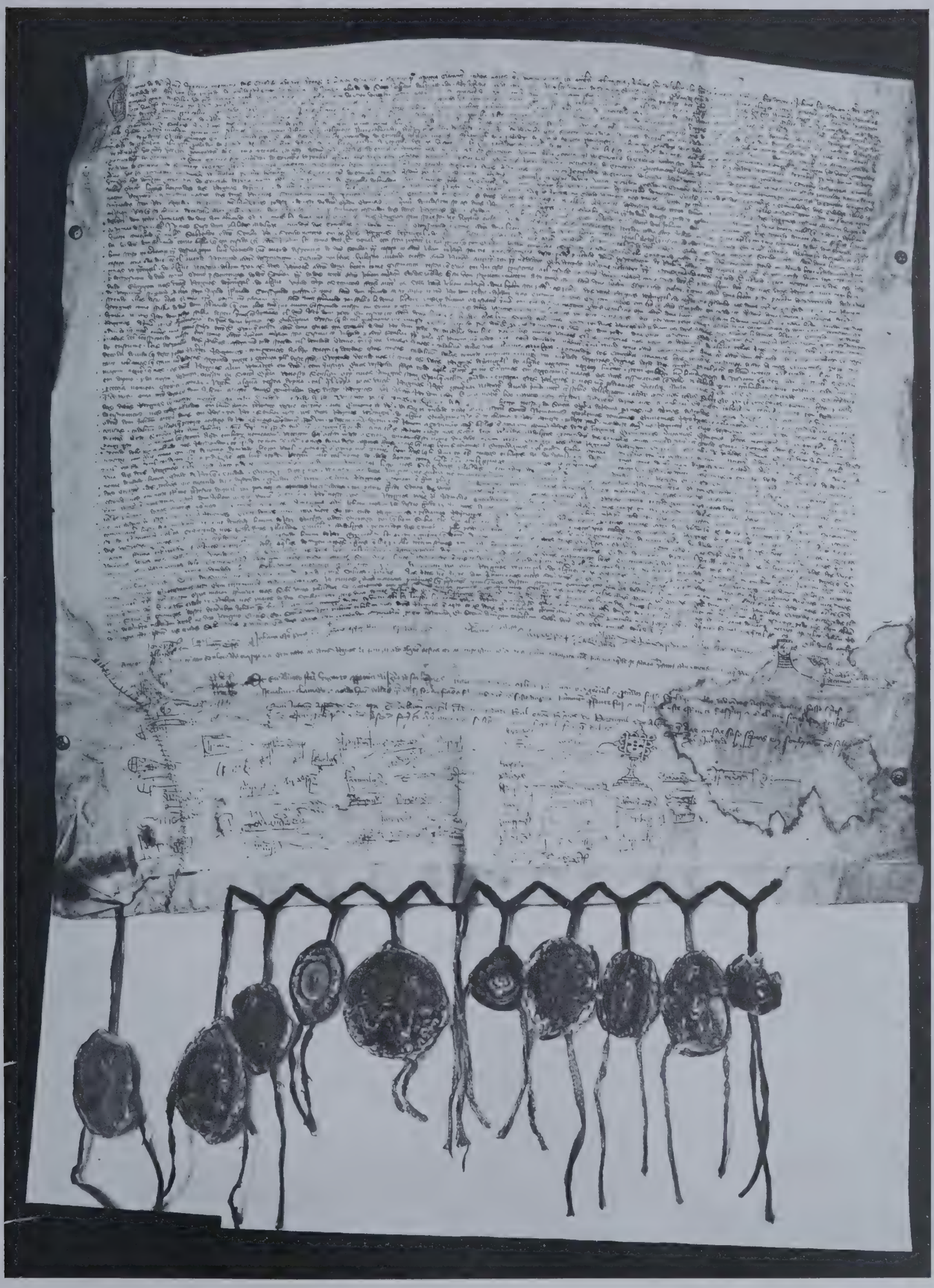
Era assim friamente feroz com os seus inimigos, como Pedro I com os criminosos de amor e exactamente como Felipe II — que degolou o Justicia de Aragon, Llaruza, mas prestou homenagens ao seu cadáver, — e quási tanto como o Marquês de Pombal, que nos seus rigores não tinha a justificação transcendente da magestade régia.

No tempo do Marquês, a recente punição dum atentado contra o rei de Inglaterra dera o modêlo aos rigores contra Aveiro e os Távoras; D. João II tomou também de fora o seu modêlo de cadafalso, da execução do Duque de Nemours, degolado por Luís XI. Por isso o pobre Bragança reconhece o modêlo: «Ah! Como em França!»

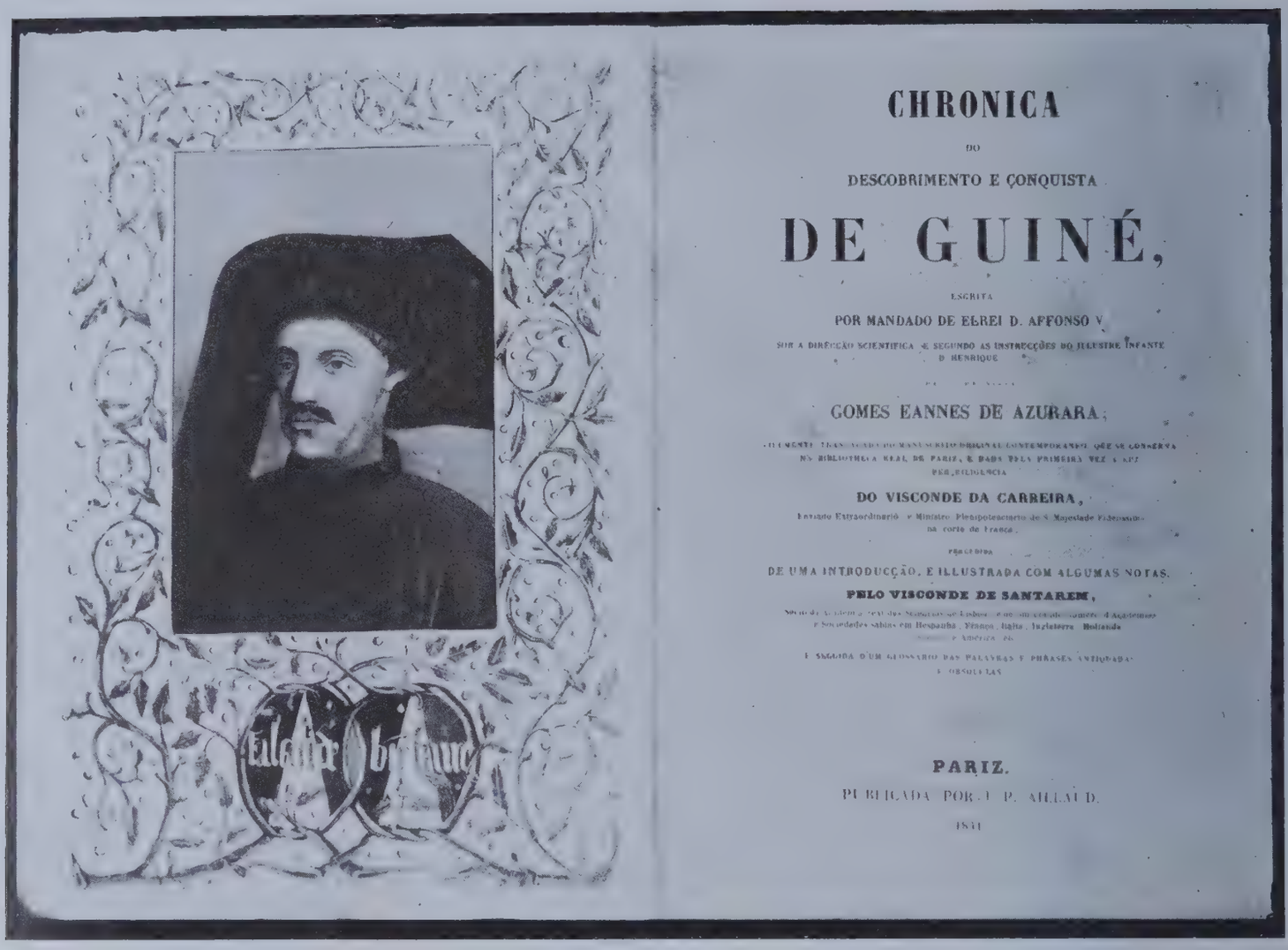
Mas assim, tigrinamente inflexível mesmo no retrato do seu panegirista, o rei ostenta serenidade e virtudes preclaras através dessa miuda reportagem de Rèzende. Em rapaz, corria as suas aventuras e nelas se portava cavalheirescamente; foi depois um marido respeitoso; era sóbrio e só bebeu vinho por medicina; recolhidamente devoto; honrado filho, restituindo a corôa a seu pai e opondo-se à sua fantasia de dividir com êle o reino; metódico e ordenado; adversário do luxo, que proïbiu; grato e justo, generoso e familiar protector dos seus serventuários. A sua servidão inquebrantável ao ofício de reinar, tido por incumbência divina, é que lhe criou êsse feroz acatamento da razão de Estado. Foi, nos catorze anos do seu reinado, o centro da vida portuguesa e a centralização da soberania foi o seu pensamento dominante. Conheceu os homens em uma constante aprendizagem, e da guerra extraiu ensinamentos para o govêrno dêles; por isso, dizia no regresso da guerra com Castela: «Muy necessaria cousa me foy vestir as armas pera conhecer hos homes a que devo de fazer mercê». A má administração particular, as dívidas, mereciam o seu acatamento, como uma necessidade pública, quando se motivavam na sua política. O que proïbira as sêdas e brocados e que mesmo dera o exemplo pela sua abstenção, organizou todo um serviço de importação de artigos de luxo e facilitou a sua venda a prazos aos seus vassalos, quando se tratou das festas do casamento do Príncipe D. Afonso. E como muitos se vissem em perigo de ruina, teve de os defender: «E mais segurou elRey por dois annos as rendas de todos aquelles que para despeza das festas as arrendassem antecipadas, quer fossem ecclesiasticos quer seculares; & deu a todalas pessoas que ás festas per seu mandado viessem espaço de hu anno para a paga de suas dividas, de qualquer calidade q. fossem; & outro anno

UMA VISITA DE D. JOÃO I AO MOSTEIRO DA BATALHA
(Desenho original de Manuel de Macedo publicado no *Occidente*, 1882, n.º 109)

O Mosteiro da Batalha tem nas letras portuguesas uma larga bibliografia. Inspirou Herculano que nele fez decorrer o seu formoso conto *A Abobada* e deu a Frei Luís de Sousa páginas que depois Murphy havia de traduzir. Foi construido de 1386 ou 7 até 1433 tendo nascido de um voto de D. João I em Aljubarrota em 14 de Agosto de 1385. Nêle esteve desterrado Damião de Goes. Murphy foi o seu melhor historiador. (1795). Beckford em 1835 também se ocupou dêle. Veja-se dos trabalhos antigos a *História de S. Domingos* e dos modernos os do Visconde de Condeixa — *O Mosteiro da Batalha em Portugal* (1892); Haupt. — *A Arquitectura da Renascença em Portugal* (trad. portug. 1924); Joaquim de Vasconcelos — *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. 6.º e Albino Forjaz de Sampáio, o resumo da *Colecção Patrícia* — *A Batalha*



AUTO DA ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO I. — Valiosíssimo pergaminho do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. (Publicado o auto no vol. 1.º das *Provas da História Genealógica da Casa Real*. Fotog. comunicada por Afonso de Dornelas). Contém as assinaturas das pessoas gradas da época (Abril de 1385) e alguns curiosos sêlos pendentes.



CHRONICA

DO

DESCOBRIMENTO E CONQUISTA

DE GUINÉ,

ESCRITA

POR MANDADO DE ELREI D. AFFONSO V

SOB A DIRECÇÃO SCIENTIFICA E SEGUNDO AS INSTRUCÇÕES DO ILLUSTRE INFANTE D. HENRIQUE

GOMES EANNES DE AZURARA;

DO VISCONDE DA CARREIRA,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. Majestade Fidelissima na corte de França,

PRECEDIDA

DE UMA INTRODUCÇÃO, E ILLUSTRADA COM ALGUMAS NOTAS,

PELO VISCONDE DE SANTAREM,

E SEGUIDA D'UM GLOSSARIO DAS PALAVRAS E PHRASES ANTIQUADAS E OBSOLETAS

PARIZ.

PUBLICADA POR J. P. AILLAUD.

1841

A «Chronica do Descobrimento da Guiné», publicada em 1841, sôbre o manuscrito de Paris, pelos viscondes da Carreira e de Santarém, ainda hoje a melhor edição do cronista Eanes de Zurara. Esta Crónica contém um fidedigno retrato do infante D. Henrique, que reproduzimos, e, segundo conjectura o Visconde de Santarém, o códice manuscrito que serviu para a sua publicação fôra por D. Afonso V dado de presente a seu tio D. Afonso, de Nápoles, entre 1453 e 1457, tendo sido portador dêle o embaixador Martim Mendes de Barredo. Foi descoberto em 1837 por Ferdinand Denis na Bib. Rial de Paris, tendo anteriormente estado em Espanha

ás demandas» (fol. 67). Esta providência é a revelação da vida económica de uma sociedade.

Assim nos retratou a D. João II, a mais coerente teoria viva de política, o seu biógrafo Garcia de Rèzende. Foi relativamente desordenado e omisso na sua crónica, mas ergueu ante nós um homem, a mais poderosa personalidade que ocupou o trono português ; e fêz assim o que pretendia, com prudente serenidade, sem diminuir os seus adversários, sem perfilhar os ódios do rei, fê-lo em prosa ingénua, invariada e mal travada. Ingénuo prosador foi também Fernão Lopes, mas contando observações que não eram ingénuas, antes eram da mais penetrante crítica e interpretação de um drama histórico. Mas a prosa ingénua de Garcia era retardatária, porque acatando embora o influxo morfológico e sintático do Renascimento, está longe da flexibilidade e da expressão dos nossos prosadores quinhentistas. De resto, nós consideramos, mesmo com João de Barros, o século XVI como um século ainda juvenil no desenvolvimento da prosa, que só no XVII atinge a maioridade, quando, contràriamente, a imaginação poética decai.

Prevendo as críticas várias, que suscitaria a sua obra modesta, Garcia de Rèzende respondeu-lhes antecipadamente e com pouca paciência : «...quem escreve não pode contentar a todos, & não fará pouco se de poucos fôr tachado, que todos querê emmendar, & muy poucos escrever. E pera se isto evitar não devia de haver outra pena senão aos grossadores meterlhes papel e tinta nas mãos e fazellos por força escrever, & seria muy bom freio para os desbocados, que sem saber o que dizem grossão o que não entendem» (fol. 78).

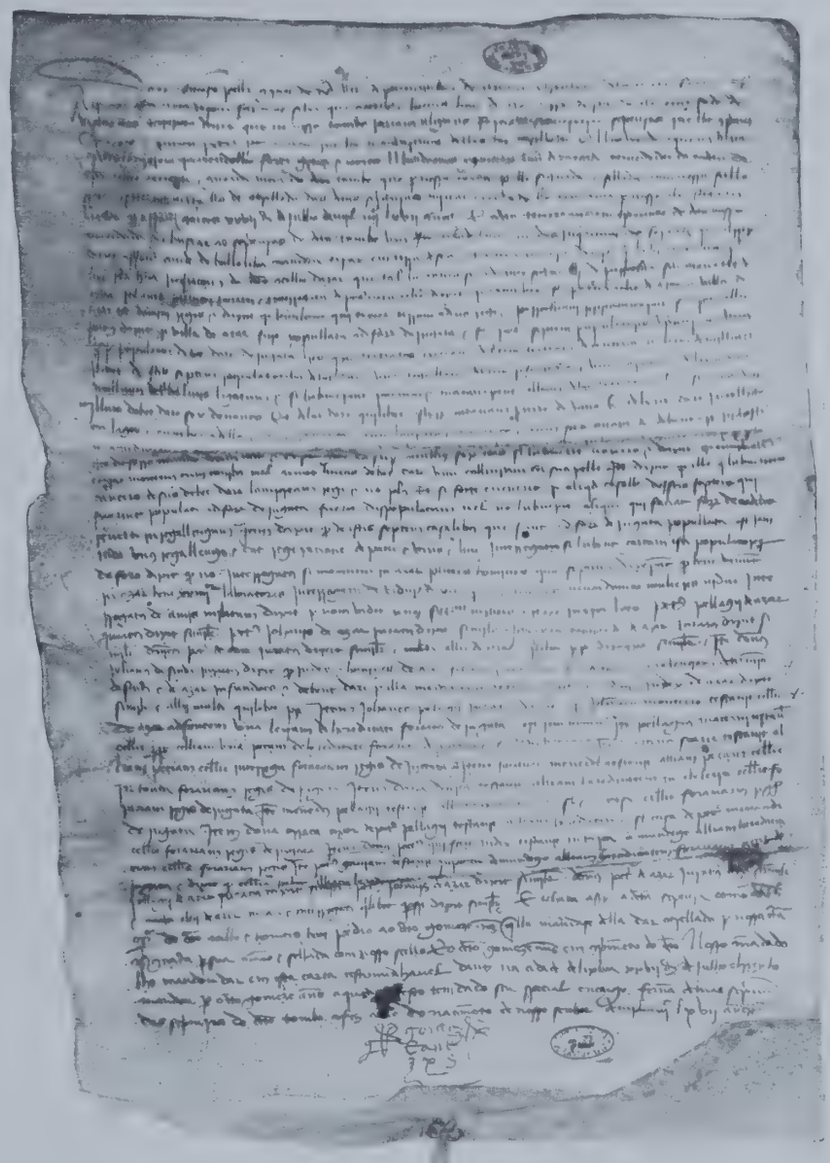
Em que coincidem e em que divergem, ante o de Rèzende, o D. João II, que nos dera Rui de Pina, e o que depois nos completa Damião de Góis ?

O D. João II, de Rui de Pina, é o homem de Estado em acção, movendo-se num grande quadro, a que a pena objectiva do cronista soube dar harmonia e proporção ; o de Garcia de Rèzende é o grande actor discorrendo na periferia do scenário, mas sempre na compostura de quem permanece rei, ainda para os seus íntimos. Nessa deslocação do proscénio para os bastidores, a figura não perde grandeza ; o que há é uma evidente contradição entre o esclarecido e inflexível chefe, que tem a coragem de ir até ao fim da sua lógica, e o possível santo do seu privado. Êste recolherá o sentir de algum sector da opinião, mas, em todo o caso, não falseia os dados biográficos. Há uma perfeita coerência entre os dois retratos, completam-se até, como diversos e flagrantes momentos da mesma fisionomia. A inconseqüência está nessa candidatura para a canonização, que Rèzende apresenta. E a prova da coerên-

cia é que, para os sucessos públicos e notórios, Garcia recorreu a Rui de Pina, cronista oficial, e para o debuxo do perfil tomou com excessiva liberdade o capítulo derradeiro e magistral, do mesmo Pina: *Feições, virtudes, costumes e manhas del-Rey Dom Joham.* Para essa síntese moral já faltaram as fôrças a Rèzende. Não digo que plagiou, porque o sentimento da propriedade individual é muito moderno. Ainda no século de ouro do teatro espanhol, havia decoradores profissionais, que fixavam de memória durante a representação, como podiam, as comédias de Lope e em seguida as editavam e vendiam; e entre nós, no meado do século XIX, um homem, como Herculano, ainda a impugnava.

Damião de Góis, na sua *Crónica do Príncipe D. João,* salientou a precocidade do valor militar e do tino político e prático do soberano, que se empenhou na ida a Arzila com o pai, que foi um hábil regente do reino, que reconquistou Ouguela e que em Toro representou a prudência e a serenidade corajosa. O futuro exterminador dos seus adversários está já patente no Príncipe, que mandou matar o alcaide-mor de Évora, Lopo Vaz de Castelbranco, a quem o rei já perdoara. E o método está bem exemplificado na traição dêsses irmãos Palhas, alvos da maior hospitalidade da sua vítima «que elles pagaram na peor moeda» (fol. 94 v. da ed. de 1567). Mas a figura do Príncipe não tem o relêvo que se espera do título da obra, porque, a-pesar dêle, o que o autor se propôs foi, segundo suas próprias palavras: «reduzir ha Chronica del Rey Dom Affonso Quinto do nome, desno nascimento do Principe Dom João seu filho atté que elle faleceo a melhor modo & maneira da em que anda divulgada» (Prólogo).

Geralmente os cronistas dos Reis Católicos, e até os de Henrique IV, fizeram justiça às superioridades do Príncipe insigne, mesmo escrevendo num período culminante na história das rivalidades peninsulares. A pretensão de Afonso V e a sua invasão puseram em grave perigo a independência castelhana: a batalha de Toro foi saüdada como, entre nós, a de Aljubarrota; e como perpetuámos a recordação de Aljubarrota com o mosteiro da Batalha, assim os castelhanos celebraram Toro com a igreja de S. Juan de los Reys, em Toledo.



CERTIDÃO ASSINADA PELO CRONISTA GOMES EANES DE ZURARA como guarda-mor da Tôrre do Tombo, em 27 de Julho de 1467. Conserva nítida a assinatura do escritor, tendo pendente um sêlo em cera

É um pergaminho do traslado foral de Azar, terra de Cea, dado na era de 1266 por D. Afonso III, conde de Bolonha. (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

A narrativa dêsses sucessos, hoje relegados pela nossa curiosidade crítica a um segundo plano, ocupa lugar primacial nas crónicas coevas. O memorialista, que mais fielmente reflecte a lusofobia da época, é o Bachiller Palma — como é conhecido na história literária — na sua *Divina Retribución sobre la caída de España,* onde peremptòriamente se declara: «...segun la enemistad antigua de las guerras de Portogal, antes se dexarien *(os castelhanos)* sujuzgar de moros ynfieles, dexandoles guardar la fé catolica, que de gentes de Portugal». (Pág. 30, ed. de 1879, Socied. de los Bibliófilos Esp.). Afonso V, para Palma, não é o rei de Portugal, é sòmente «el Adversario». A *Divina Retribución* é um escrito de paixão política; compreende-se que não faça nenhuma alusão ao Príncipe.

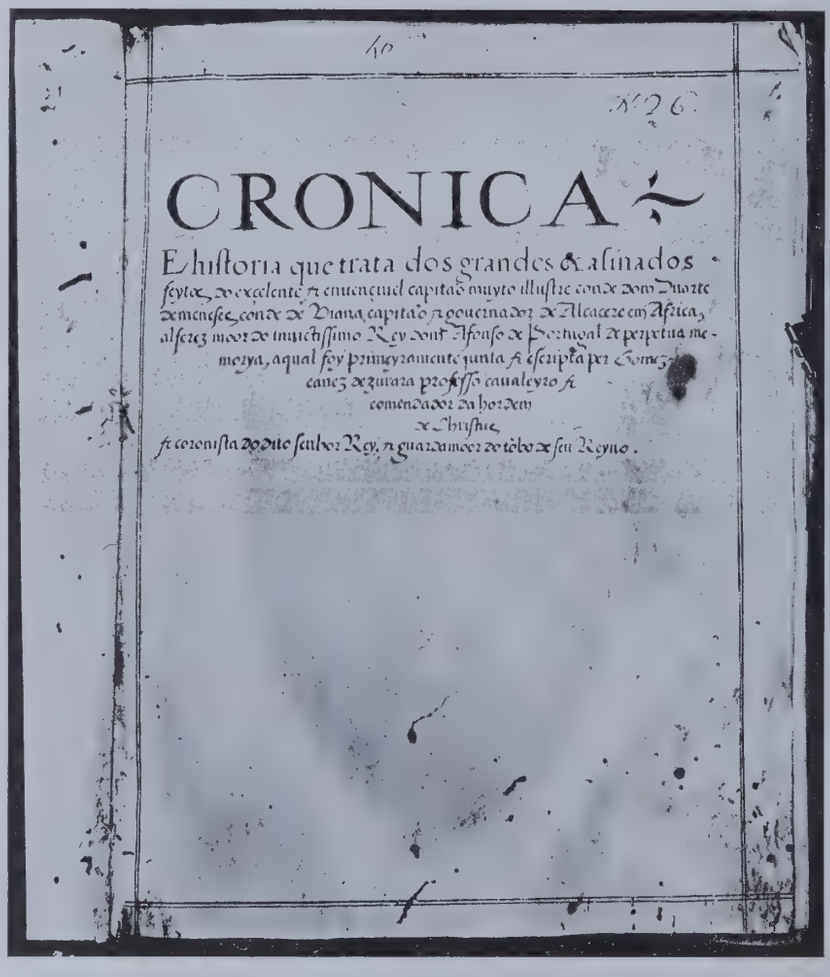
Mosén Diego de Valera, no *Memorial de diversa hazañas,* que não é uma crónica seqüente, apenas refere a iniciativa de Juan Pacheco, Marquês de Villena, que foi quem alvitrou a Afonso V que perfilhasse a causa da Excelente Senhora (Vol. 70.° de *Autores Españoles,* ed. Rivadeneyra, pág. 33).

Diego Enríquez del Castillo, como cronista de Henrique IV, limita-se a contar como se levantou a querela da sucessão *(Crónica del Rey Don Enrique IV,* ed. de 1787, pág. 317-20), e Fernando del Pulgar, na sua *Crónica de los Señores Reyes Católicos,* narra com imparcialidade todos os sucessos (pág. 40-108 da ed. de Valência, 1780) e faz justiça à

serena firmeza do Príncipe no Toro, contra o qual não investiram os castelhanos, antes lhe abandonaram o campo, durante a noite. E é curioso notar como êste historiador soube ver que a rivalidade das duas monarquias peninsulares se deslocava para o mar, a derimir mais altos e humanos interêsses, erguendo-se a uma luta de imperialismos: uma frota castelhana que voltava da Costa da Mina é apresada pelos portugueses, e nas pazes, D. João II faz consignar o monopólio português do comércio da Mina. (Pág. 154).

Em Andrés Bernaldez, que também largamente se ocupou da guerra da sucessão de Henrique IV, acha-se igual reconhecimento da valorosa táctica do Príncipe na batalha memorável. (*História de los Reyes Católicos*, pág. 586-7, ed. Rivadeneyra). Depois, consagrando o capítulo L ao reinado de D. João II (Pág. 604-5) fecha com o seguinte esbôço de retrato: «Este Rey Don Juan era hombre discreto, esforzado, feroz é agudo, sospechoso, deseoso de saber cosas nuevas; traía comunmente muchas carabelas a descubrir por el mundo; las primeras carabelas que fueron é descubrieron la especeria Calecud en Indias al Levante, él las envió, é después de su muerte vinieron en Portugal, reynando el Rey D. Manuel. Este Rey Don Juan desde que por sus manos mató á su cuñado, como he dicho, nunca más se aseguró ni tuvo segura la vida, porque era hermano de su mujer y de su sangra Real; y era viva su madre Doña Phelipa suegra d'el Rey, á la cual dió mal trago. Dió luego á Don Manuel á Viseo, e todo lo que su hermano tenia, é rezóle que tuvies manera de serle leal.»

É, pois, Garcia de Rèzende um biógrafo duplamente verídico, ainda que sem as superioridades de Rui de Pina, verídico nos dados públicos e verídico no critério de relatividade; encontramos nos cronistas portugueses e castelhanos a mesma matéria e o mesmo critério perspectivo, que sobrepunha à política colonial e marítima a intriga interna. Dêste modo, devemos confiar também nos seus dados privados, só prescindindo da canonização do rei...


CRONICA
E historia que trata dos grandes & asinados
feytos, do excelente & enuençiuel capitão muyto illustre conde dom Duarte
de meneses, conde de Viana, capitão & gouernador de Alcacere em Africa,
alferez moor do inuictissimo Rey dom Afonso de Portugal de perpetua me-
morya, aqual foy primeyramente junta & escripta per Gomez
eanez de zurara professo caualeyro &
comendador da hordem
de Christus
& coronista do dito senhor Rey, & guardamoor do tõbo de seu Reyno.

«Cronica» de D. Duarte de Meneses por Gomes Eanes de Zurara. (Códice do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Século XVI). Foi publicado na «Colecção de livros inéditos» da Academia Rial das Sciências

*
* *

A *Miscellanea*, pela primeira vez publicada em 1554 com a *Chronica*, exprime o mesmo sentimento desta: a surprêsa e o orgulho de haver testemunhado sucessos extraordinários e freqüentado altas figuras. O seu interêsse está no critério de apreciação dos mesmos sucessos e pessoas, mas limitado pela, agora, vasta compreensão da ementa. Já não há preferente atenção para o drama da política interna: os novos mundos impressionavam a imaginação de Garcia de Rèzende, que dêles fêz uma pitoresca resenha etnográfica (estâncias 50.ª-121.ª da ed. Mendes dos Remédios), que é a principal novidade da obrinha. E mais ainda gostaria de contar:

Ainda podera contar
outras cousas doutras sor-
[tes,
que haa na terra, & no
[mar,
defferentes no casar,
nos costumes, vidas, mor-
[tes,
tambem nos mãdos, po-
[der,
em seus nojos, & plazer,
em reger, & gouernar,
das quaes por non enfadar
muitas deixo descreuer.
(Est. 121.ª)

A correcção respeitosa do cronista para com as vítimas de D. João II mantem-se: ao Duque de Bragança, D. Fernando, dá por companheiro de desgraça o insigne D. Álvaro de Luna, e do Bispo D. Garcia de Meneses, amo de seu pai, escreve êstes versos comovidos:

Vij ho bpo dom Garcia
Bispo de taes dous Bpa-
[dos:
que honra, que gram
[valia,
que grandes merces fazia
a parentes & chegados!
nas guerras fronteiro
[moor,
nas letras gram sabedor:
que casa, que conuersar!
como foy triste acabar
cõ tanta tristeza & door!
(Est. 163.ª)

O homem que soube medir a excelsa ventura de assistir à revelação de continentes novos, à invenção da imprensa (Est. 179.ª), à maior floração da arte depois da Grécia (Est. 185.ª), e ao alvorecer do teatro poético peninsular (Est. 186.ª), não poderia descer a perfilhar, por miseráveis solidariedades políticas, os ódios alheios.

IV

O primeiro cancioneiro publicado na península foi o *Cancionero General de muchos y variados autores*, de Hernando del Castillo, saído em Valência, 1511, logo reeditado em 1514 e depois diversas vezes reimpresso com variantes; dêle deriva, como ampliação de uma das moda-

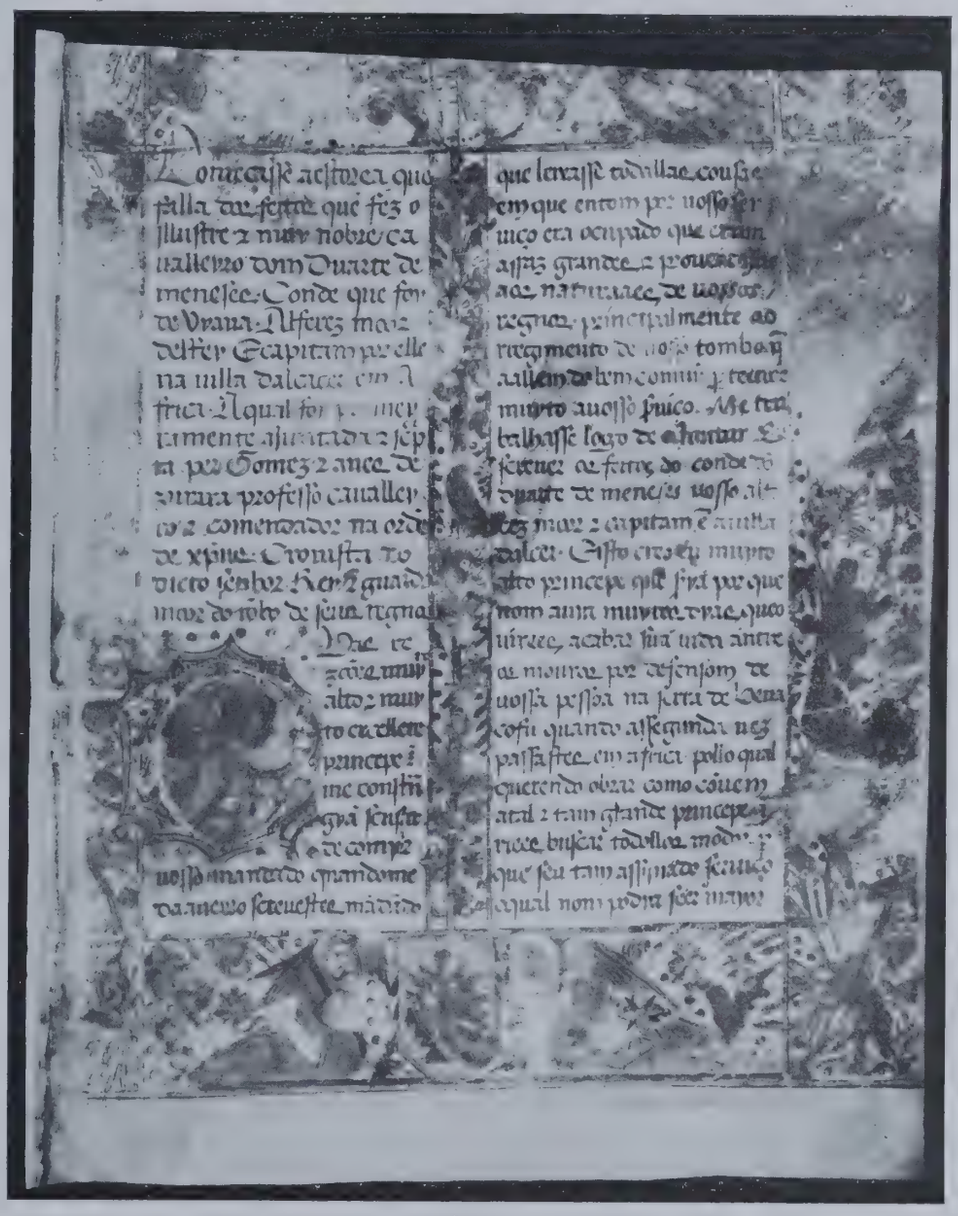
lidades do seu conteúdo, o *Cancionero de obras de burlas provocantes a risa*, também de Valência, 1519. Entre os dois surge o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Rèzende, de Lisboa, 1516, que se filia evidentemente nas mesmas correntes de gôsto, quer quanto à caracterização estética do seu conteúdo, quer quanto à forma de arquivar composições métricas. A compilação de cancioneiros foi, de facto, moda muito generalizada durante a idade média, que ainda vigorou nos primeiros tempos da imprensa, antes do sistema das edições individuais.

A organização dum cancioneiro de obras de um autor único, como o de Gomez Manrique, do fim do século XV, e a publicação de uma colectânea dêsse género, como a de Fr. Ambrósio Montesino, *Cancionero de nuevo trobadas*, Toledo, 1508, podem ser consideradas como excepções e sinais da coexistência dos dois processos, o que morria com o medievalismo e o que nascia com o alvorecer do individualismo literário.

A esta moda elegante da organização dos cancioneiros devemos todo o conhecimento textual da nossa poesia medieva. Dos séculos de predomínio do lirismo galaico-português ficaram-nos as três grandes colecções, Vaticana, da Ajuda e Colocci-Brancuti, das quais é um eco distante, mas directo, o *Cancionero de Baena*, organizado pelo judeu convertido Juan Alfonso de Baena, cêrca do meado do século XV. É com êste que se estabelece a continuidade lírica peninsular e a deslocação da hegemonia poética da língua galaico-portuguesa para a castelhana.

A par do castelhanismo, balbuciante apenas no *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, em que há uma só composição castelhana, a de Afonso XI de Castela, e adulto já no de Baena, a par dêle nascia o italianismo com o *Cancionero de Stuñiga*, organizado em Itália por Lope Stuñiga, no fim do século XV, sob a influência política e espiritual de Afonso V, de Aragão, rei de Nápoles desde 1443 e êle mesmo também fecundo escritor humanístico e italianizante.

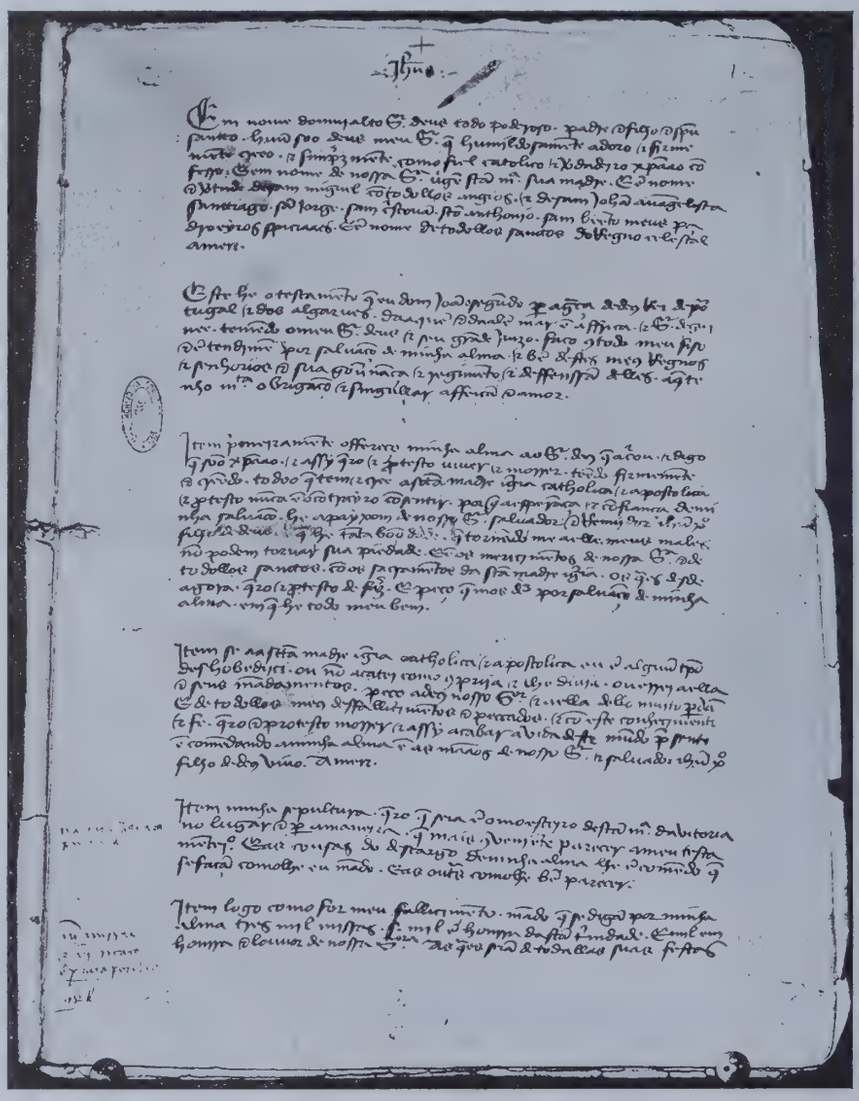
A poesia portuguesa dos séculos medievais ficaria completamente indocumentada na segunda metade do século XIV e no XV sem a organização dêsse precioso cancioneiro de Garcia de Rèzende. Ao mesmo tempo que entravam na vida poética outras regiões da península e que outras influências se exerciam, a língua portuguesa prosseguia a sua elaboração métrica independente, ainda que já sem o predomínio dos séculos anteriores, e também sujeita a influxos novos, como o castelhano, o italiano e o clássico.



PÁGINA ILUMINADA (azul, preto, vermelho, verde, violeta e ouro) da Crónica de D. Duarte de Meneses, de Gomes Eanes de Zurara. (6.ª pág. após o rosto, publicado na página antecedente). (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

É evidente que o *Cancioneiro Geral* se filia nesta corrente peninsular, mas claro é também que o inspirou um sentimento de ufania das glórias de Portugal, então no seu auge de ascendente no mundo. Era o tempo, em que os portugueses falavam menos e faziam mais: «Porque a natural condiçã dos Portugueses he nuca escrevere cousa que façam...» Mas a par de feitos ilustres na navegação e conquista, de que Garcia traça um quadro eloqüente, os portugueses também se davam ao cultivo das artes, elegâncias e gentilezas, sem cuidarem na sua conservação, «muytas cousas de folguar y gentylezas ssam perdidas sem aver delas notycia. No qual conto entra a arte de trovar que em todo têpo foy muy estimada: & com ela nosso senhor louvado como nos hynos & canticos que na santa ygreja se cantam se vera. E assy muytos emperadores Reys & pessoas de memoria. Polos rrymances & trovas sabemos suas estorias, & nas cortes dos grandes princepes he muyto necessaria na jentyleza, amores, jus-

tas & momos & tambem para os que maos trajos & envenções fazem. Per trovas som castigados, y lhe dâ suas emendas como no livro ao diante se veraa. E ssè as que sam perdidas dos nossos passados se poderom aver. E dos presentes se escreveram, creo que esses grãdes poetas que per tantas partes ssam espalhados nam teveram tanta fama como tem. E por que senhor as outras causas sam em ssy tam grandes que por sua grandeza & meu fraco entender nam devo de tocar nelas. Nesta que he a ssomenos por em algua parte ssatisfazer ao desejo que sempre tive de fazer algua cousa em q. Vossa Alteza fosse servido & tomasse desenfadamento. Determiney ajuntar alguas obras que pude aver dalgus passados & presentes. & ordenar este livro. Nam pera por elas mostrar quaes foram & ssam. Mas os q. mays sabê despertarem a folguar descrever. E trazer aa memoria os outros grãdes feytos nos quaes nom sam dino de meter a mão».



PRIMEIRA PÁGINA DO TESTAMENTO ORIGINAL DO REI D. JOÃO II, escrito pelo seu confessor Fr. João da Póvoa. (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

Êste trecho da dedicatória do *Cancioneiro* ao príncipe D. João, depois rei terceiro do seu nome, contém um pequeno mundo de ideas que é útil destrinçar. A compilação e publicação do *Cancioneiro Geral* nasceu dessa vaga ascendente de crédito, que impelia a grande relêvo todos os valores nacionais, em sentido oposto ao das épocas de desalentado pessimismo. Um povo heróico e forte teria também sua poesia; cumpria demonstrá-lo num momento, em que a poesia também subia de aprêço como instrumento de civilização. Vem depois o elogio da poesia, sem esquecer a sua forma satírica pelo seu efeito de emenda de costumes; já não é uma arte supérflua, é adôrno brilhante das côrtes, é memória de feitos ilustres, é meio de louvar Deus. Se Portugal cuidasse em arquivar e divulgar a sua poesia, reduziria bastante a fama dos poetas estranhos. E se a inspiração poética despertar com o seu *Cancioneiro*, poderá haver quem traga à memória outros grandes feitos, em que não se atreve a meter mão. Há aqui ideas do tempo e ideas caracteristicamente portuguesas, que depois tiveram seu pleno desenvolvimento.

É do tempo o conceito da poesia como um útil instrumento cultural e não é uma idea nova. Ela era uma reacção de realidade contra o geral desdém pela arte jogralesca, avultava com a erudição pre-renascentista que dera perspectivas novas à história literária, e tivera o seu primeiro expositor justamente no primeiro documento da história literária peninsular, a carta que o Marquês de Santilhana, D. Inigo López de Mendoza, remeteu ao Condestável D. Pedro de Portugal, como proémio das suas obras, pelo ano de 1449 (1). Esta carta é que contém, em termos precisos e felizes, o pleno desenvolvimento do que só de passagem enunciou Garcia de Rèzende. Aí se faz o panegírico da poesia pela sua beleza, porque só a sentem ânimos gentis, claros engenhos e elevados espíritos, pelo seu poder de fazer realçar a verdade, pela sua maior antigüidade e maior perfeição sôbre a prosa. No século XVIII, os árcades não acharão argumentos novos.

A idea de que Portugal poderia fàcilmente destronar glórias alheias continua-se pelo próprio *Cancioneiro* e precisa-se; a anulação concentra-se nos antigos, no mundo heleno-romano. E com Camões, nos *Lusíadas*, acrescida do mundo mitológico, como ornamento literário, atinge a execução artística perfeita. São os versos

> Cessem do sábio grego
> [e do troiano

e são alusões de outros passos do poema com o mesmo pensamento.

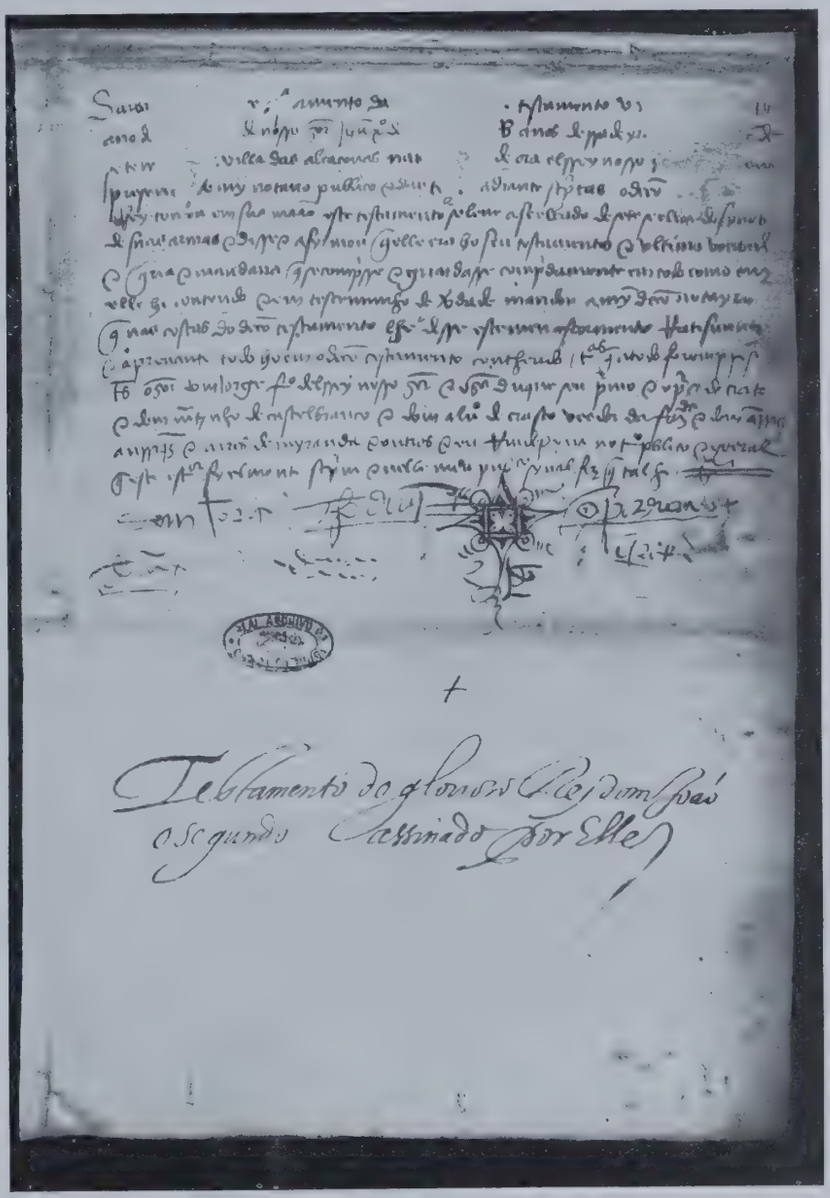
Garcia de Rèzende, neste capítulo de emulação, pensaria bastante nos castelhanos; fôra educado no ambiente de rivalidade da côrte de D. João II, quando os Reis Católicos se correspondiam com os conspiradores.

Finalmente, é mais ainda do ambiente português aquela esperança de que surja quem traga à memória «outros grandes feitos». Com os poetas do primeiro grupo clás-

(1) Deve-se a D. José Amador de los Rios a muito verosímil fixação desta data para a carta do Marquês de Santilhana ao Condestável D. Pedro de Portugal, em oposição a Tomás António Sanchez, que propunha o período de 1455-1458, e a Sarmiento que alvitrava o ano de 1411. Veja-se a discussão dêste pormenor a pág. LXXXIX — XC das *Obras del Marqués de Santillana*, ed. de Amador de los Rios, Madrid, 1852.

sico, esta aspiração concretiza-se nas repetidas exortações que mùtuamente se faziam para realizar uma epopeia nacional. Rastreámos noutro lugar êste pensamento de crítica normativa, que torna o poema camoniano a execução de um alto anseio estético colectivo.

Incorporou Garcia de Rezende no seu *Cancioneiro Geral,* como diz, poetas passados e presentes, o que lhe dá um grande alcance cronológico. O núcleo principal é de poetas da côrte de D. João II e de D. Manuel I, até ao próprio ano 1516; teem essa data uns versos orgulhosos de Diogo Velho sôbre «o que se caça em Portugal» e são precisamente dos que repetem a idea da superioridade dos novos feitos portugueses em relação aos antigos (fol. 201 da 1.ª ed.). Mas também nêle aparece nomeado o rei D. Pedro de Portugal, que morreu em 1367; são-lhe dedicados uns versos por Fernão da Silveira, coudel-mór (fol. 23), personagem do século XV, e claramente atribuídos outros (fol. 72). Suponho excessivo êsse remontar do *Cancioneiro* até ao princípio da segunda metade do século XIV para fazer do rei justiceiro, implacável contra os crimes de amor, um poeta galanteador, modalidade que nenhum historiador lhe atribuiu. Êsses versos, plenamente do gôsto quatrocentista e em castelhano, pressupõem um prestígio literário de Castela, que só na côrte de Juan II se forma.



Autenticação do testamento do rei D. João II, feita por Rui de Pina, como notário público e geral dêstes reinos. (O sinal que êste instrumento nos dá difere de outros que conhecemos de Rui de Pina, como o publicado a pág. 231 da presente *História,* Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. (Nesta fôlha como testemunhas encontram-se as assinaturas de D. Manuel, ainda duque de Beja, e de D. Jorge, filho bastardo de D. João II)

Não pondo de remissa essa atribuïção de Garcia de Rèzende, teríamos de fazer de D. Pedro I o iniciador do nosso bilinguismo literário. Mas Garcia de Rèzende, que com outro Pedro se enganou, também se poderia equivocar com êste; nem Fernão da Silveira foi seu contemporâneo, recordamos de novo.

No *Cancioneiro Geral* há 29 poetas castelhanizantes, com os quais avulta consideràvelmente a tendência embrionária, representada no de Colocci-Brancuti apenas por Afonso XI de Castela. Agora poetam em castelhano e influenciadas pelos poetas castelhanos figuras de grande relêvo social e literário. O primeiro dêles parece ser o Infante D. Pedro, o regente do reino, morto na trágica jornada de Alfarrobeira, comemorada no mesmo *Cancioneiro* por Luís de Azevedo, mas o de mais relêvo literário é seu filho, o condestável D. Pedro. Garcia de Rèzende confunde o filho com o pai, quando atribui a êste o *Contempto del mundo;* não lhe poderemos atribuir igual confusão na peça atribuída ao Regente (1392-1449). É um pedido das obras de João de Mena (1411-1456), semelhante ao que seu filho, em Toledo, fazia ao Marquês de Santilhana (1398-1458). Vale a pena transcrever aqui essa poética correspondência, de muito importante significado na nossa história literária:

Do Ifante dõ Pedro fylho delrrey dom joam em louvor de Joam de Mena.

Nom vs sera gram louvor
por serdes de mym louvado
que nam sam tam sabedor
em trovar que vs deygrado.
Mas meu desejo degrado
a mym praz de vs louvar
& vos o podeys tomar
tal quejando vs he dado.

Sabedor & bem falante
gracyoso em dyzer
coronysta abastante
em poesyas trazer.
Ou de novo as fazer.
Hu cõpre com gram meestrya
de comparar melhoria
dos outros deveys aver.

Damor trovador sentydo
coma quem seu mal sentio
& o ouve bem servydo
& os seus segredos vyo
& de todo departyo
muy fermoso & muy bem
como poode dizer quem
vossas copias ler ouvyo.

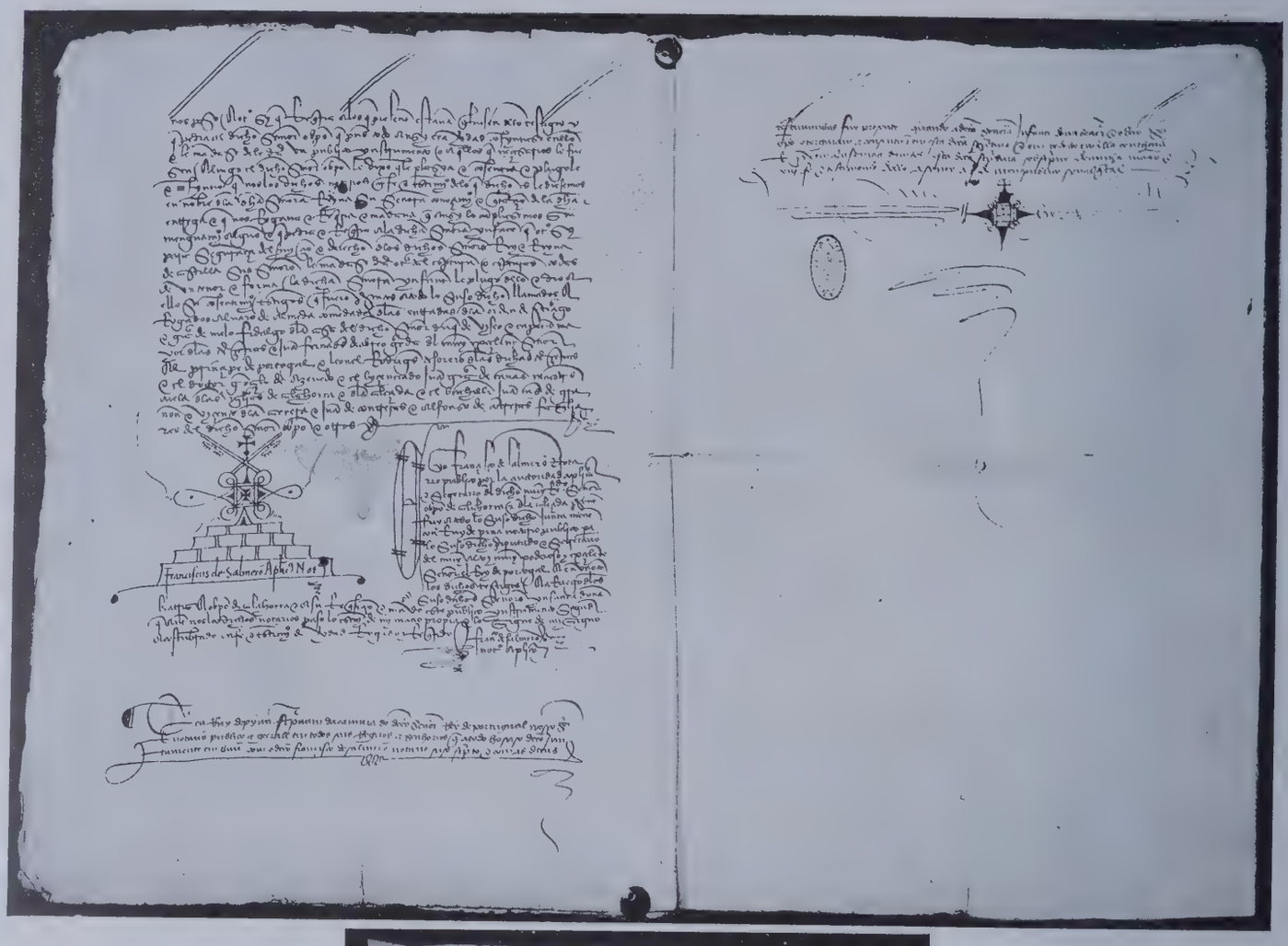
De louvar quê a vos praz
aconselhar lealmente
desto sabeis vos assaz
& fazeylo sajesmente.
& assentar soo presente
creo nam terdes ygoal
de conssoar outro tal
julgueo quem o bem sente.

Fym.

Por todo esto sam contête
das vossas obras que vejo
& as nam vystas desejo
fazeme delas presente.

Reposta de Joam de Mena

Prinçepe todo valyente
em los fechos muy medydo
el sol que naace en oryente
se tyene por ofendido
de vuestro nombre temydo
tanto luze en oçydête.



AUTENTICAÇÃO DA ESCRITURA DE ENTREGA DE D. MANUEL À RAINHA DE CASTELA para ir estar um ano naquele reino, em 8 de Setembro de 1482, feita por Rui de Pina com o seu sinal de notário público e geral de todos os reinos de Portugal. (Doc.° do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Cronológico*, parte 1.ª, masso 1-31). Curiosíssima página sob todos os aspectos.

Soes de quyen nuca os vydo
amado publycamente
tan prefeto esclareçydo
que por syrdes byen rregydo
dios vs fyzo surregyente.

Vos de rreys engendrado
y de rreys engendrador
hyjo dyno muy loado
de rrey santo vençedor
lynaje demperador
cabeça de gram senado.
de lealtad y damor
tam grã fruto aves mostrado
que a vuestro gram onor
dos rreys y huu senhor
son y es muy obriguado.

Nunca fue despues ny ante
quyen vyesse los atavios
y seculos de levante
sus montes jussoas y rryos
sus calores y sus frios
como vos senhor ifante.
Antre moros y judios
esta gram virtud se cante
entre todos tres gentios
cantaram los metros myos
vuestra perfeçyon delante.

Fym

Vos de my no dar loores
mas rreçebyrlos deveis
vos gran senhor de senhores
que aveys fecho y fazeys
tanto que grandes astores
muy acupados teneys.
eu dezyr vuestros dulçores
porque syenpre vs chameys
prinçepe de los mejores
porque creçam los lavores
desse reyno portugues.

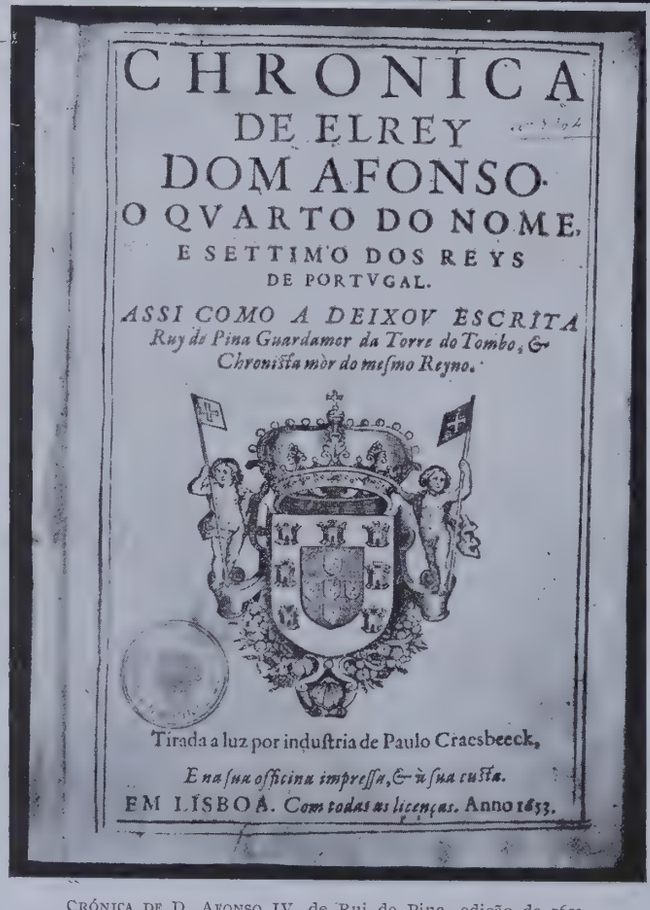
Reprica o ifante

Como terra frutuosa
Joam de mena rrespôdestes
com messe muy abastosa
do fruyto que rreçebestes
mas em esto vos errastes
louvar mais do mereçydo
mas por mym he rreçebydo
que louvando menssynastes

Fym

Aquelo que devysastes
seguyrey a meu poder
se quer que possam dizer
que muyto nam sobejastes.

(Fol. LXXII v.)



CRÓNICA DE D. AFONSO IV, de Rui de Pina, edição de 1653

Esta atribuição ao mártir de Alfarrobeira está bem feita, porque o próprio Juan de Mena alude à sua rial filia-

ção, à sua paternidade de soberanos e à sua qualidade de regente. A que está errada é a do *Contempto del mundo* ao mesmo Regente, porque é de seu filho, o Condestável de Portugal e efémero rei da Catalunha. Podemos deslocar do Condestável para seu pai a prioridade no nosso castelhanismo literário, mas seria imprudente remontá-la a D. Pedro I. Êste castelhanismo acamarada no *Cancioneiro* com declarada castelhanofobia, reflexo das rivalidades da guerra da sucessão do tempo de Afonso V — a traição da ponte de Zamora custou muito a esquecer — e da concorrência nos empreendimentos geográficos. É um representante dessa castelhanofobia Nuno Pereyra nas coplas, que dirige a Henrique de Almeida, recem-chegado de Castela e muito impressionado, ao que parece, pelo ambiente castelhano:

Portugues ou castelhano
Vos venhaes muito embora

(Fol. XXXIV v.)

Saluraria do Convento de N. S. de Jesus de Lisboa

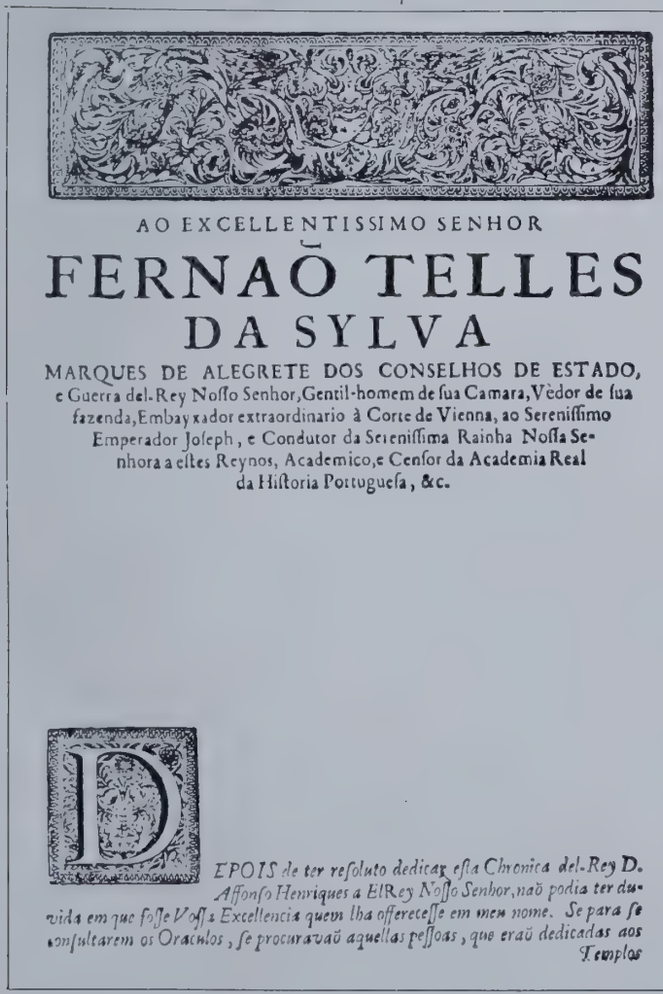
CHRONICA
DO MUITO ALTO, E MUITO ESCLARECIDO PRINCIPE
D. AFFONSO HENRIQUES
PRIMEIRO REY DE PORTUGAL,
COMPOSTA
POR DUARTE GALVAÕ,
Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mor do Reyno.
FIELMENTE COPIADA DO SEU ORIGINAL, QUE se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo.
OFFERECIDA
A' MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DELREY
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR
POR MIGUEL LOPES FERREYRA.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina FERREYRIANA.
M. DCC. XXVI.
Com todas as licenças necessarias.

A PRIMEIRA DAS CRÓNICAS DA OFICINA FERREIRIANA. A de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão

Do *Cancionero*, de Hernando de Castillo, disse Lope de Vega que fôra organizado *a bulto;* o mesmo se poderia afirmar do de Garcia de Rèzende, mais preocupado com o volume do que com a selecção de qualidades, de resto muito difícil, porque os seus 286 autores teem quási todos grande relêvo social. Tal soma de composições não foi fácil de reünir. Umas vezes incorporou peças, que seus autores não lhe enviavam; foi o caso de Afonso Valente, que êle comentou com bom humor (fol. 224 v.), foi ainda o caso de Jorge de Vasconcelos, que Rèzende lamenta seja tão indiferente à nomeada (fol. 223).

Outras vezes utilizou materiais já coligidos; é disso um testemunho o seu lembrete poético a Diogo de Melo, encarregado de lhe trazer de Alcobaça o can-



AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
FERNAÕ TELLES
DA SYLVA
MARQUES DE ALEGRETE DOS CONSELHOS DE ESTADO, e Guerra del-Rey Nosso Senhor, Gentil-homem de sua Camara, Vèdor de sua fazenda, Embayxador extraordinario à Corte de Vienna, ao Serenissimo Emperador Joseph, e Condutor da Serenissima Rainha Nossa Senhora a estes Reynos, Academico, e Censor da Academia Real da Historia Portuguesa, &c.

DEPOIS de ter resoluto dedicar esta Chronica del-Rey D. Affonso Henriques a ElRey Nosso Senhor, naõ podia ter duvida em que fosse Vossa Excellencia quem lha offerecesse em meu nome. Se para se consultarem os Oraculos, se procuravaõ aquellas pessoas, que eraõ dedicadas aos Templos

SENHOR

PROSTRADO AOS Reays pés de V. Magestade, lhe offereço a Chronica do Fundador da sua gloriosa Monarchia o Santo Rey D. Affonso Henriques decimo quinto

DUAS PÁGINAS DA *Crónica de D. Afonso Henriques* por Duarte Galvão. São duas maravilhas de arte estas páginas, dignas de se mostrarem como prova de saber tipográfico no século XVIII entre nós

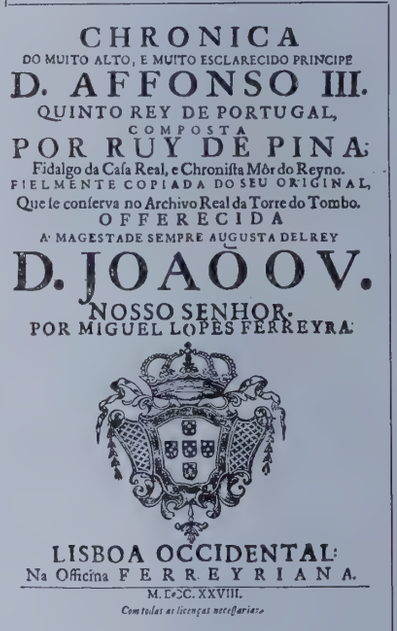
cioneiro de um Fr. Martinho (fol. 223).

Com as próprias deficiências confessadas pelo seu organizador, com as suas desigualdades, que vão do lirismo mais inspirado à mais baixa sátira, chocarreira e imunda, o *Cancioneiro Geral* é um monumento de alto valor, não só considerado històricamente, como o tem sido por quantos o abeiraram, mas também estèticamente, e era isso que eu gostaria de salientar.

Quem faz a sua leitura, após a dos cancioneiros galaico-portugueses, de predominante característica provençalesca, surpreende-se da sua variedade métrica e do escrúpulo da sua versificação. De um modo geral, êle é versificado com grande correcção e por vezes com suprema beleza musical. Quando pela obscuridade de expressão ou pelo arcaismo linguístico, o sentido se não apreende logo, a beleza do ritmo subsiste e é a êle, à sua cadência regular, que o leitor moderno deve recorrer para exumar o conceito, através de uma ortografia anárquica, bárbara, mas fiel por-

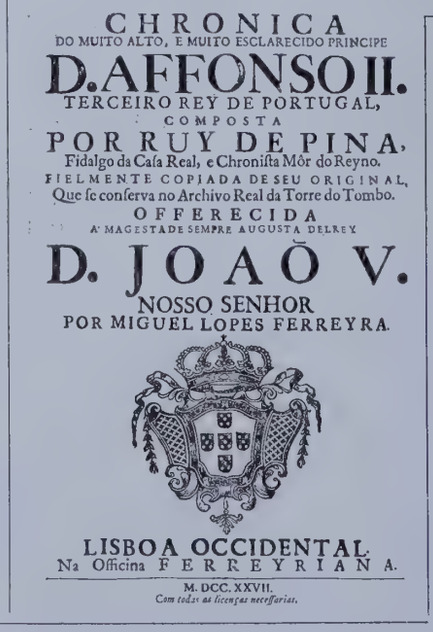
CHRONICA
DO MUITO ALTO, E MUITO ESCLARECIDO PRINCIPE
D. SANCHO I.
SEGUNDO REY DE PORTUGAL,
COMPOSTA
POR RUY DE PINA,
Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mór do Reyno.
FIELMENTE COPIADA DE SEU ORIGINAL,
Que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo.
OFFERECIDA
A' MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DELREY
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR
POR MIGUEL LOPES FERREYRA.
LISBOA OCCIDENTAL.
Na Officina FERREYRIANA.
M. DCC. XXVII.
Com todas as licenças necessarias.

CHRONICA
DO MUITO ALTO, E MUITO ESCLARECIDO PRINCIPE
DOM DINIZ
SEXTO REY DE PORTUGAL,
COMPOSTA
POR RUY DE PINA,
Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mór do Reyno.
FIELMENTE COPIADA DO SEU ORIGINAL,
Que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo.
OFFERECIDA
A MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DELREY
D. JOAÕ O V.
NOSSO SENHOR.
LISBOA OCCIDENTAL:
Na Officina FERREYRIANA.
M. DCC. XXIX.
Com todas as licenças necessarias.


CHRONICA
DO MUITO ALTO, E MUITO ESCLARECIDO PRINCIPE
D. AFFONSO III.
QUINTO REY DE PORTUGAL,
COMPOSTA
POR RUY DE PINA;
Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mór do Reyno.
FIELMENTE COPIADA DO SEU ORIGINAL,
Que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo.
OFFERECIDA
A' MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DELREY
D. JOAÕ O V.
NOSSO SENHOR.
POR MIGUEL LOPES FERREYRA.
LISBOA OCCIDENTAL:
Na Officina FERREYRIANA.
M. DCC. XXVIII.
Com todas as licenças necessarias.

Crónicas de Rui de Pina, da Oficina Ferreiriana, que costumam andar encadernadas juntas. A tôdas elas se seguem páginas de oferta e dedicatória idênticas à da página antecedente, que é a Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão. Crónicas mss. de Rui de Pina e Duarte Galvão, há várias nas nossas Bibliotecas e no Arq.º Nac. da Tôrre do Tombo. Das de Duarte Galvão, a mais importante é a que o Conde de Castro Guimarães fêz publicar e que é hoje, por seu falecimento, da Misericórdia de Cascais. A vista de Lisboa que a acompanha encontra-se nesta obra, a pág. 41

CHRONICA
DO MUITO ALTO, E MUITO ESCLARECIDO PRINCIPE
D. SANCHO II.
QUARTO REY DE PORTUGAL,
COMPOSTA
POR RUY DE PINA,
Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mór do Reyno.
FIELMENTE COPIADA DO SEU ORIGINAL,
Que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo.
OFFERECIDA
A' MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DELREY
D. JOAÕ O V.
NOSSO SENHOR.
LISBOA OCCIDENTAL:
Na Officina FERREYRIANA.
M. DCC. XXVIII.
Com todas as licenças necessarias.


CHRONICA
DO MUITO ALTO, E MUITO ESCLARECIDO PRINCIPE
D. AFFONSO II.
TERCEIRO REY DE PORTUGAL,
COMPOSTA
POR RUY DE PINA,
Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mór do Reyno.
FIELMENTE COPIADA DE SEU ORIGINAL,
Que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo.
OFFERECIDA
A' MAGESTADE SEMPRE AUGUSTA DELREY
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR
POR MIGUEL LOPES FERREYRA.
LISBOA OCCIDENTAL.
Na Officina FERREYRIANA.
M. DCC. XXVII.
Com todas as licenças necessarias.

que é muitas vezes sónica. E houve poetas que atingiram o ritmo e a expressão numa plena concordância de perfeições, como João Rodrigues de Castelo Branco na sua bem conhecida *Cantiga partindo-se:*

> Senhora, partem tam tristes
> meus ollhos por vós, meu bem,
> que nunca tam tristes vistes
> outros sentir por ninguem.

Os motivos ampliam-se, só com exclusão daquela primitiva ingenuïdade das alvoradas, barcarolas e serranilhas. Já não se contenta o poeta em repetir o conceito ingénuo sob uma variante de rima; glosa-o demorada e livremente, em tôdas as formas. Mais desenvolto, mais culto, o espírito tem recursos incomparávelmente maiores de imaginação, de evocação e de amplificação. A metáfora conquista domínios novos e é, nas peças de fôlego, artifício obrigado e com o relêvo maior, parte distinta, até tipográficamente salientada com seu título *Comparaçam.*

A maior fôrça e a maior liberdade de inspiração prolongam o fôlego dos poetas. É o *Cancioneiro* que

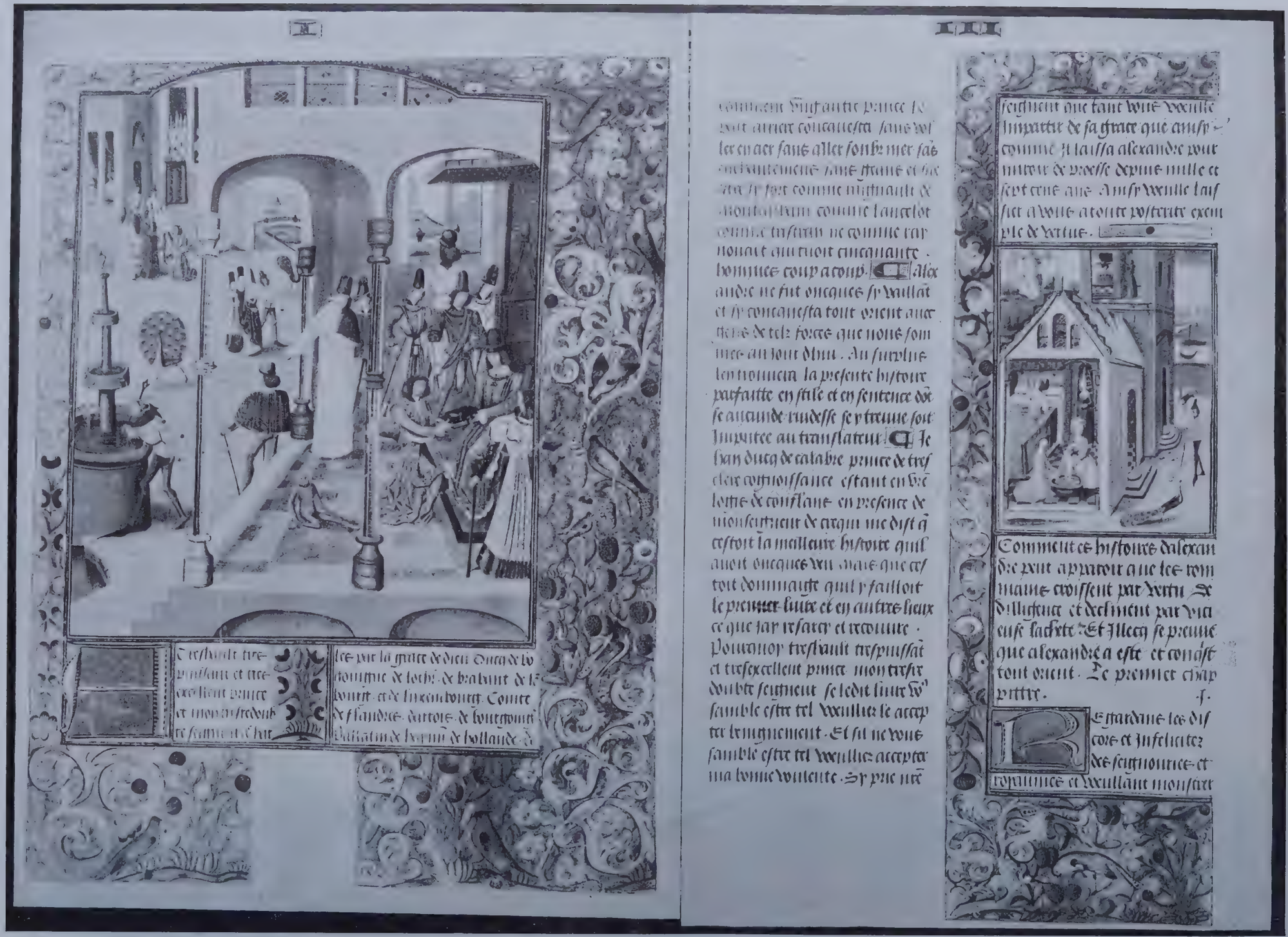
VASCO DE LUCENA

Este *principe (Carlos, depois o* Temerario) *empregou alguns Portuguezes que residião na Corte de Borgonha, entre outros o celebre Vasco de Lucena, a quem encarregou de traduzir em francez a obra de* Quinto Curcio *e a* Cyropedia de Xenophonte. *Barbosa, na sua Bibliotheca Lusitana, não faz menção nem d'este autor, nem de suas obras. Julgâmos por isto opportuno supprir aqui este silencio dando algumas breves noticias ácerca d'este nosso compatriota que tanta honra fez a Portugal nos paizes estrangeiros. A consideração em que elle era tido no seu tempo como sabio transluz nas expressões de que se serve Olivier de la Marchre, que o conheceo, e avaliou. Este historiador tão erudito, diz no seu prefacio ás* Memorias dos Duques de Borgonha *(p. 92, Coll. de Petitot, T. 9, prem. série), o seguinte que transcrevemos litteralmente: « ...Je n'ay, par don de grâce, la clergie, la mémoire, ou l'entendement de ce vertueux escuyer Vas de Lusena (Lucena),* Portugalois, *à présent eschanson de Madame Marguerite d'Angleterre (era a irmã de Duarte IV, e terceira mulher de Carlos o Temerario), duchesse douairière de Bourgogne, lequel a fait tant d'œuvres, translations et autres biens dignes de mémoire qu'il fait aujourd'hui à estimer entre les sachans (sabios), les expérimentés, et les recommandés de notre temps.»*

Na Collecção dos Mss. de Bibliotheca Real de Pariz existem dous magnificos exemplares da traducção de Quinto Curcio, por este nosso compatriota, um em 3 vol. de folio maximo em pergaminho, escripto em duas columnas, ornado de miniaturas admiraveis (Mss. n. 6, 727—6, 728—6, 729). No primeiro volume se diz que fôra composto no anno de 1468, par vénérable personne Vasque de Lucene, Portugalois. *O prologo é dirigido ao principe. Contem 232 capitulos. O texto é precedido de uma grande e bellissima miniatura, na qual se vê Vasco de Lucena de joelhos offerecendo o seu livro a Carlos Duque de Borgonha. Neste precioso Mss. temos pois o retrato d'este Portuguez, retrato que desejariamos que algum nosso compatriota fizesse copiar, afim de ser collocado em alguma das galerias nacionaes, ou que fosse reproduzido pela gravura bem como o* fac-simile *da assignatura da célebre Princeza Portugueza D. Izabel, de que acima se trata, cuja assignatura se encontra em um documento do Codice da mesma Bibliotheca de Pariz, n. 9, 675—D.*

Vasco de Lucena oferecendo o seu livro a Carlos, duque de Borgonha. — Iluminura do Mss. da Biblioteca Nacional de Paris, da tradução do Quinto Cúrcio. Mss. do século XV. Ampliação de uma das páginas que adiante se publicam e que nos foram comunicadas pelo erudito sr. Afonso de Dornelas

Apezar da modestia que se nota em o nosso autor fallando da sua traducção: «l'imperfection et rudesse de mon languaige françois, attendu que je suis portugalois de nacion»; *apezar d'esta modestia não só elle foi considerado no seu tempo como um grande sabio, mas o nosso consocio* M. Paris, *em um artigo que lhe consagrou na sua importante obra intitulada:* Les Manuscrits françois de la Bibliothèque du Roi, *Tom. I, p. 51, diz que fôra um dos escriptores francezes mais elegantes do* XV *seculo. Esta traducção tem alem d'isto o merecí-*



PÁGINAS ILUMINADAS DA TRADUÇÃO DE QUINTO CÚRCIO feita em 1468 por Vasco de Lucena. Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. (Comunicadas pelo sr. Afonso de Dornelas)

Traslado do foral da vila de Lamas de Orelhão, feito em 30 de Janeiro de 1477 e assinado por Vasco de Lucena como guarda-mor da Tôrre do Tombo. O foral é de 1297. (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo). Tem pendente a caixa, em madeira, do sêlo, destruído pelo tempo

mento de ser a mais antiga traducção franceza de Quinto Curcio.

Na mesma repartição, existe outro exemplar d'esta mesma obra, que pertenceo á famosa bibliotheca do Duque de La Vallière, executado com um luxo e magnificencia admiraveis, contendo 86 miniaturas. D'este exemplar existe uma longa e curiosa descripção no excellente catalogo da bibliotheca do Duque de La Vallière, tom. 3, p. 126 (Pariz, 1783), e uma analyse mui importante feita por M. Paris na obra já citada, tom. 2, p. 280 á 281, na qual este sabio Academico reproduz a dedicatoria do autor portuguez ao Duque de Borgonha, na qual se mostra a vasta erudição do nosso autor, e em cuja dedicatoria elle menciona como exemplo a citar a par d'Alexandre Magno, o dos altos feitos d'El-Rei D. João de Portugal, e refere a entrevista, e conversa literaria que tivera em Conflans, com o Duque João da Calabria, em presença de Monseigneur de Crequy, *nos paços do Duque de Borgonha. ..*

Nós examinámos tambem esses dous Codices, e comparámos os dous retratos contemporaneos de Vasco de Lucena, que nelles se achão pintados. Passamos pois a dar uma succinta noticia do resultado das observações que fizemos á vista d'elles, reparando por este modo o silencio dos nossos escriptores, ácerca de um compatriota tão benemerito, pois nenhuma noticia temos encontrado em os nossos escriptores ácerca d'elle.

Em o retrato que se acha no Mss. da Bibliotheca de La Vallière, parece representar um homem de 40 annos. Comparando-os ambos os achámos em tudo quasi semilhantes. A cara é de forma oval, olhos reflexivos e pretos, nariz comprido, sobrancelhas arqueadas, e espessas, barba cerrada, cabellos compridos lisos e negros. Acha-se Vasco de Lucena vestido com uma especie de toga preta com as mangas abertas, e golpeadas de tufo branco, apparecendo o forro encarnado; tem ao pescoço um colar de ouro.

M. de Sainte-Croix, na sua importante obra sobre os historiadores d'Alexandre, diz que a traducção de Quinto Curcio por Vasco de Lucena se imprimira em 1503. Fizemos diligencia por descobril-a, mas até agora tem sido baldadas as nossas investigações a este respeito.

Do «Quadro elementar...» pelo Visconde de Santarém.
Vol. 3.º. 1843 — Pág. 73 e seguintes

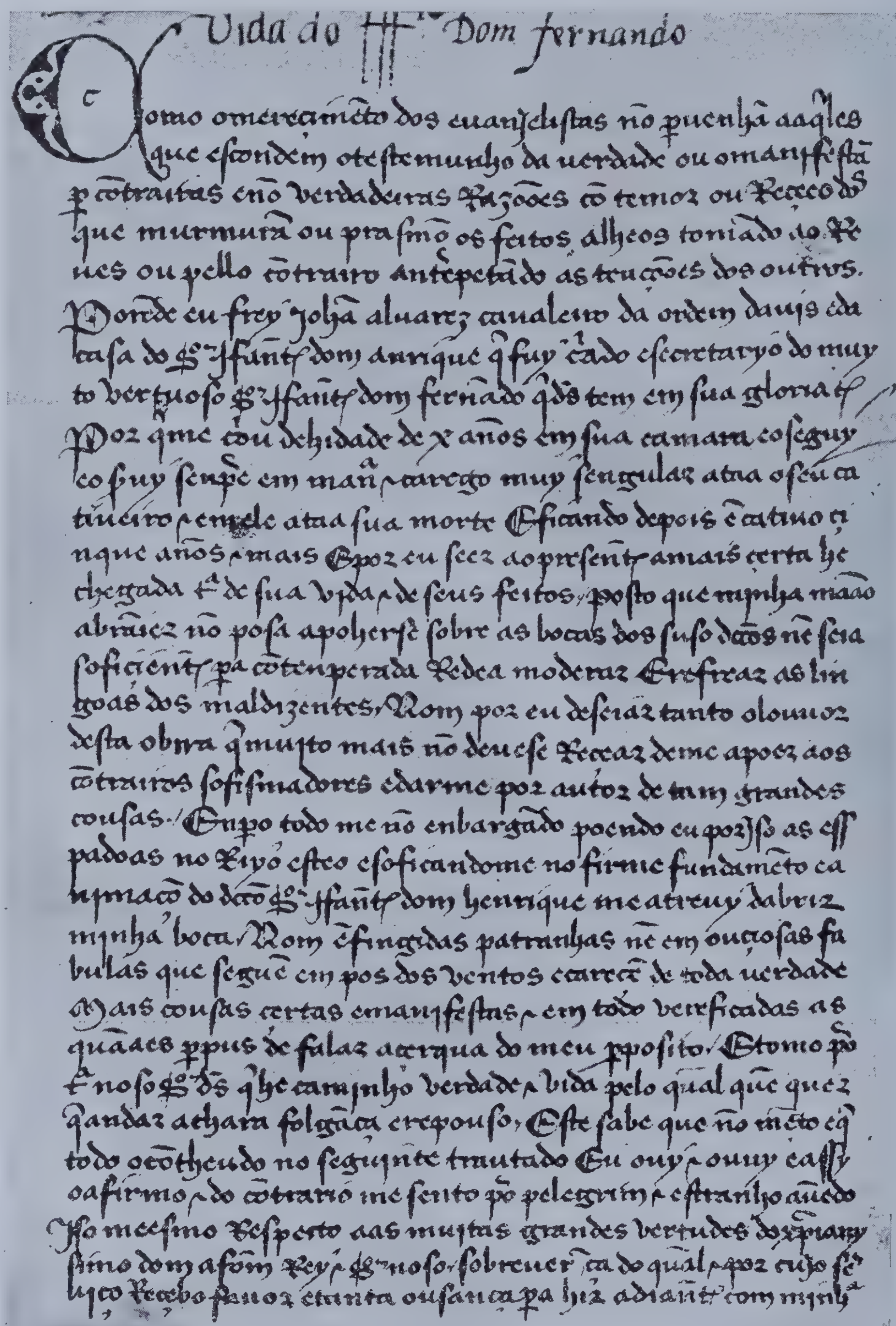
nos revela as primeiras grandes composições da poesia portuguesa. Isto deve-se não só ao próprio desenvolvimento do sentir poético, agora já adulto quási, e a influências estranhas de estímulo e enriquecimento, mas ainda a um factor social : o cultivo da poesia desloca-se das classes populares, desprofissionaliza-se e passa às mãos da nobreza, mais delicada de sensibilidade e gôsto. Afonso o Sabio, de Castela, e D. Denis, de Portugal, com cultivarem a musa provençalesca, não a aristocratizaram : popularizaram o seu régio gôsto.

O amor e a morte, os dois polos dos motivos poéticos, são versados com variedade, riqueza e profundidade. E é talvez êsse o matiz que mais distancía o *Cancioneiro Geral* dos seus antecessores. A imaginação é já bastante inventiva e penetrante para achar muitos dos recursos dessas duas ideas. Deveria dizer dêsses dois mundos, o do amor e o da morte. Convem limitar contudo : a morte não aparece ainda na sua autonomia de tema soberano, com grande inspiração filosófica e moral ; a morte que os poetas do cancioneiro temem e muitas vezes desejam é a morte de amores, a morte em vida.

É o amor o grande tema dêste lirismo, o amor que reveste formas vulgares, que nalguns provoca blasfémias em represália, como em Nuno Pereyra, mas que é já o fulcro da existência para outros dêsses longínquos poetas, que travam pleitos subtis sôbre o cuidar e o suspirar como sinais do amor, e sôbre a possibilidade de amar sem desejar. O neo-platonismo, que no século XVI tem sua expressão literária, filosófica e estética doutrinária, encontra no seu cancioneiro alguns antecedentes nobres ; lá temos uma delicada porfia entre o Conde de Vimioso e Aires Teles sôbre se se pode ou não querer bem sem desejar (fol. 80).

É lógico concluir que a tristeza é a atitude condigna dêsses líricos, para quem penar de amor é uma condição da existência ; efectivamente o sentimento da tristeza é dos mais repetidos e dos mais fecundos por todo o *Cancioneiro*, — representado nos seus mais graves poetas, entenda-se. É por êstes que êle vale, não pela multidão chocarreira e maldizente, pelas trovas de circunstância, efemérides da vida cortesã, pelos pequenos episódios burlescos, cruelmente satirizados.

O aprendizado e os progressos da arte de amar descobrindo as contradições do amor, ensinaram também a expressão literária dela, por meio de paradoxos e paralogismos, agudezas engenhosas, que em Camões encontrariam o culminante momento. E isso faz do *Cancioneiro Geral* o repositório dos primeiros alvores do culteranismo, entre nós. Não é impossível que haja aqui uma influência de Petrarca, o verdadeiro criador do culteranismo poético-amoroso. Petrarca foi conhecido em Portugal muito antes do século XVI, como o revelam os catálogos das livrarias que chegaram até nós ; também com familiaridade e detença o nomeia o Marquez de Santilhana. Mas há principalmente a lógica desenvolução do germe do culteranismo, que na estética clássica se encerra e que, na sua carreira, pode ser fecundo esmalte do estilo e eiva má obscurecedora, forma complicada de uma pobre imaginação. Só houve culteranismo onde houve classicismo heleno-romano ; e, vê-se no *Cancioneiro Geral*, com a proto-Renascença entrou logo êsse germe. Podemos, pois, afirmar, como já o fizemos noutro lugar, que o

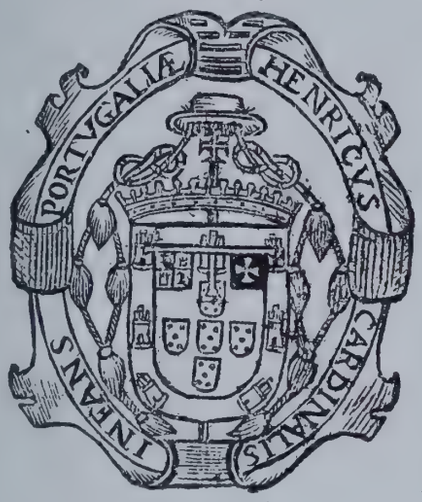

Vida do Iff.te Dom fernando

Como omerecimento dos euangelistas nõ pruenhã aaqles
que esconderẽ otestemunho da uerdade ou omanyfesta
p cõtrairas e nõ verdadeiras Razoões cõ temor ou Reçeo dos
que murmurã ou prasmã os feitos alheos tomado ao Re
ues ou pello cõtrairo antepetãdo as treyções dos outros.
Porende eu frey Johã aluarez caualeiro da ordem dauis eda
casa do s.or Iffante dom anrique q fuy criado escretaryo do muy
to vertuoso s.or Iffante dom fernãdo q ds tem em sua gloria e
Por que com idade de x años em sua camara cõsegui
co fuy sempre em mãao e carrego muy sengular atee oseu ca
tiueiro e com ele atee sua morte E ficando depois em catiuo ci
nque años e mais E por eu seer ao presente amais certa he
chegada testemunha de sua vida e de seus feitos, posto que minha mãao
abrasez nõ posa apoherse sobre as bocas dos suso dictos nẽ seia
soficiente pera cõ tenperada Redea moderar E refrear as lin
goas dos maldizentes, Nom por eu desejar tanto olouuor
desta obra q muyto mais nõ deuese Reçear deme apoer aos
cõtrairos sofismadores edarme por autor de tam grandes
cousas. E porem todo me nõ enbargado poendo eu por escudo as ess
padoas no Ryo estes e sofiçandome no firme fundamento ca
ryrmaçõ do dicto s.or Iffante dom henrique me atreuy dabriz
minha boca, Nom em fingidas patranhas nẽ em ouçiosas fa
bulas que seguẽ em pos dos ventos e carecẽ de toda uerdade
Mais cousas certas e manyfestas e em todo verificadas as
quaaes ppus de falar açerqua do meu proposito. E tomo por
testemunho noso s.or ds q he caminho verdade e vida pelo qual quẽ quer
andar achara folgança e repouso, E este sabe que nõ mento eq
todo o contheudo no seguinte trautado E u ouy e ouuy e assy
oafirmo, e do cõtrario me sento por pelegrim e estranho aueendo
Iso meesmo Resperto aas muytas grandes vertudes do xpianys
simo dom afom Rey e s.or noso sobreuer ca do qual e por cujo se
ruiço Reçebo fauor e tanta ousança pera hyr adiante com minha

PÁGINA DO MANUSCRITO DA *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, de Fr. João Álvares, existente na Biblioteca Nacional de Madrid. (Reproduzida na edição do prof. Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911)

CHRONICA
DOS FEITOS, VIDA, E
morte do Iffante Sancto Dom Fer
nando, que morreo em Feez

Reuista & reformada agora de nouo pelo padre
Frey Hieronymo de Ramos da Ordem dos
Preegadores: de mandado do Sere-
nissimo Cardeal Iffante, &c.
E a elle dirigida.



COM LICENÇA DO COSELHO
geeral do sancto Officio & Ordinario
1577
Vendese em casa de Ioão Despanha

Rosto da *Crónica dos feitos... do infante Santo D. Fernando*, edição de 1577, impressa em Lisboa por António Ribeiro

gongorismo é anterior e independente de Góngora, mesmo de Luís Carrillo de Sotomayor, a quem modernamente se prepõe ao próprio Góngora nas origens pessoais do culteranismo. Êstes apenas interpretaram com relêvo superior uma corrente de gôsto, que estava aguardando fiéis mandatários.

O que constitui a essência do culteranismo — subtileza do conceito, anfibologias e perífrases, trocadilhos e calemburgos, pleonasmos e aliterações, inversões e transposições, obscuridade procurada — está já debuxado com nitidez nos versos do *Cancioneiro Geral*. A própria especiosidade dos temas anuncia o academicismo poético do século XVII. O coudel-mor, Fernão da Silveira, de ordinário sorridente satírico, quere que Álvaro Barreto lhe explique:

Mas com tudo he de saber
qual he vossa concrusam
se partyr dá mays payxam
ou chegar mayor prazer.

(Fol. 22 v.)

Outro espécime do mesmo poeta, que é dos mais fecundos do *Cancioneiro:*

Quyen gana pierde aprêdi
por my mal pues foe en ora
quem ganarvs por senhora
me perdy.

Verme del todo perdido
ganee triste por ganaros
desamado por amaros
por quereros no querydo;
por me ver vuestro me vy
de mys sentydos tam fuera
quen ganaros por senhora
me perdy.

(Fol. XXIII v.)

E Álvaro de Brito:

sem governo governando
todo meu desgovernar.

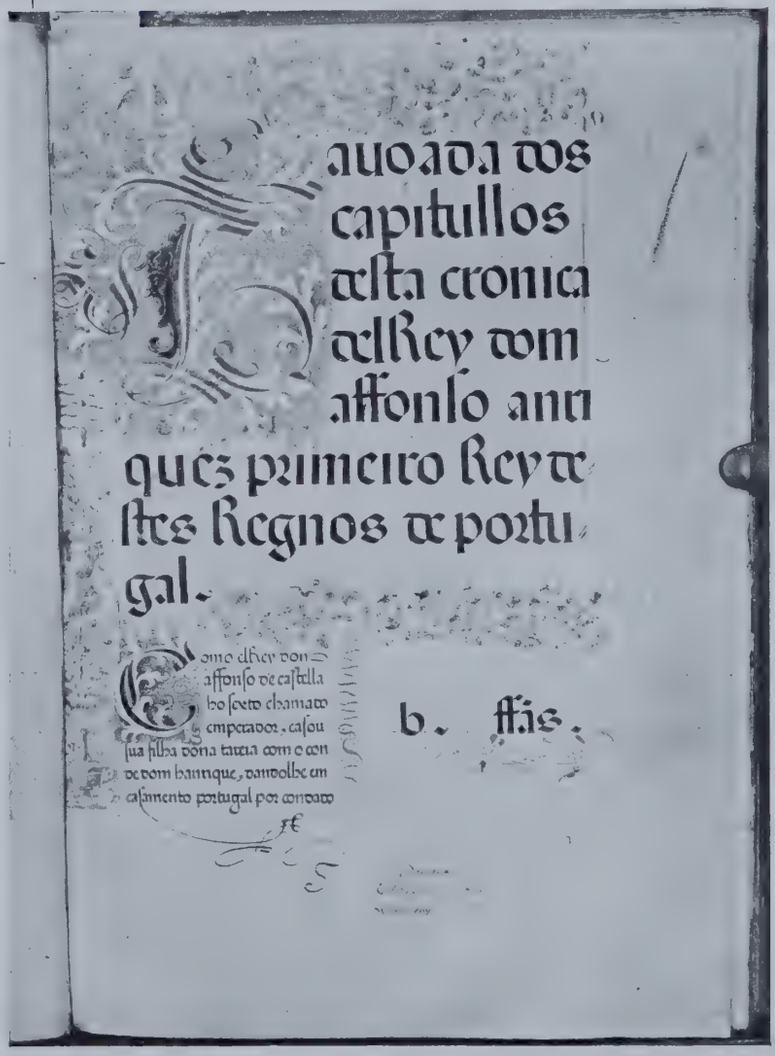
(Fol. XXVII v.)

Êste mesmo dedicou a Fernando de Aragão, o Católico, um acróstico pleonástico e aliterado, que, segundo Garcia de Rèzende, se poderia ler de setenta e quatro maneiras. Quando enumera os sentimentos que sofre por sua dama, Álvaro de Brito faz puro gongorismo, muito antes de Góngora.

São êles:

1.º he o ver y nam vs vendo
dobrar meu padeçymento

2.º desejo sem desejar
mays cousa daqueste mundo
que vosso galardoar



Página iluminada da *Crónica de D. Afonso Henriques* por Duarte Galvão. Manuscrito, da série *Leitura Nova*, existente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo

3.º he falar nam vs falando

4.º he mortal temor temendo

5.º contemprar contempraçam

6.º rreçeo de faleçer
este vyver que mantenho

7.º O sentimento seteno
querer querendo prysam
& forçadamente peno
sem sayr de sogeyçam
Ca por meu conten-
[tamento
descontente
vyvo vida padecente
n a m podendo ser
[ysento
nem servente.

(Fol. XXX v.)

Estas sete penas de amor são uma paráfrase profana dos sete pecados mortais, tema tratado pelos poetas do *Cancioneiro Geral*, como o é pelos do de Hernando del Castillo, em tudo paralelo ao português. Encontramos em D. João Manuel êsse motivo dos sete pecados mortais, por exemplo.

De resto a modalidade religiosa dos dois cancioneiros, o castelhano e o português, é muito viva, principalmente na forma de adoração à Virgem, como se os poetas de ambos os lados ensaiassem a lira para chegar à beleza suprema do hino célebre de Fr. Luís de León e ao de Diogo Bernardes, entoados do cativeiro. Até essa mesma situação de cativos se encontra num dos louvadores da Senhora, que é Álvaro Brito:

Ho virgè madre sagrada
do sobre todos deos vyvo
eu cativo
te chamo minha vogada.

(Fol. XXX v.)

Anton de Montero, espanhol, faz louvores blasfemos a Isabel a Católica, de Castela, e Álvaro de Brito faz-lhe uma glosa aplicada à Virgem, como a reprimendá-lo por endereçar tal panegírico a humana criatura. D. João Manuel e Luís Anriques são também grandes louvadores da mãe de Jesus. Outros aspectos do sentimento religioso apresenta-os o moralismo salomónico em paráfrases ou traduções livres da Bíblia, por exemplo em Luís da Silveira, e em glosas dos sete pecados mortais, por exemplo em D. João Manuel, complicado de uma visão dantesca do inferno.

«Crónica de D. Afonso Henriques» por Duarte Galvão. Manuscrito iluminado, pergaminho, da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto

Há também moralismo nada bíblico, antes manhosamente esópico; tal é o do coudel-mor Fernão da Silveira nos conselhos dirigidos a um seu sobrinho, *Manhas para freqüentar a côrte*, em que não há elevação espiritual, mas há bom senso, experiência e prudência, e perpétua verdade para os Sanchos Pansas de todos os tempos. Já então Álvaro de Brito exclamava muito assertivamente:

Sem pena ou sem
[favor
nem per graça devinal
nam pode bom ser-
[vidor
medrar neste Portu-
[gal.

Era aos que não tinham a «graça divinal» que se destinavam os conselhos sábios de Álvaro de Brito.

É com o lirismo do *Cancioneiro Geral* que surgem os primeiros grandes nomes da poesia portuguesa, primeiros a exprimir com beleza adulta, já livre das faixas do ingénuo primitivismo dos galaico-portugueses, os cuidados do amor, os seus reflexos na vida interior, os encantos e fecundidades da tristeza, primeiros na duração do fôlego. Êsses nomes — Duarte Brito, D. Pedro, Condestável de Portugal, Garcia de Rèzende, Álvaro de Brito Pestana — teem estado injustamente envolvidos no anonimato multitudinário dos poetas do *Cancioneiro*, de que o colector, que lhe deu o nome, ainda não é o principal.

Chronica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão.

Pagina do Prologo dedicado a D. Manuel.

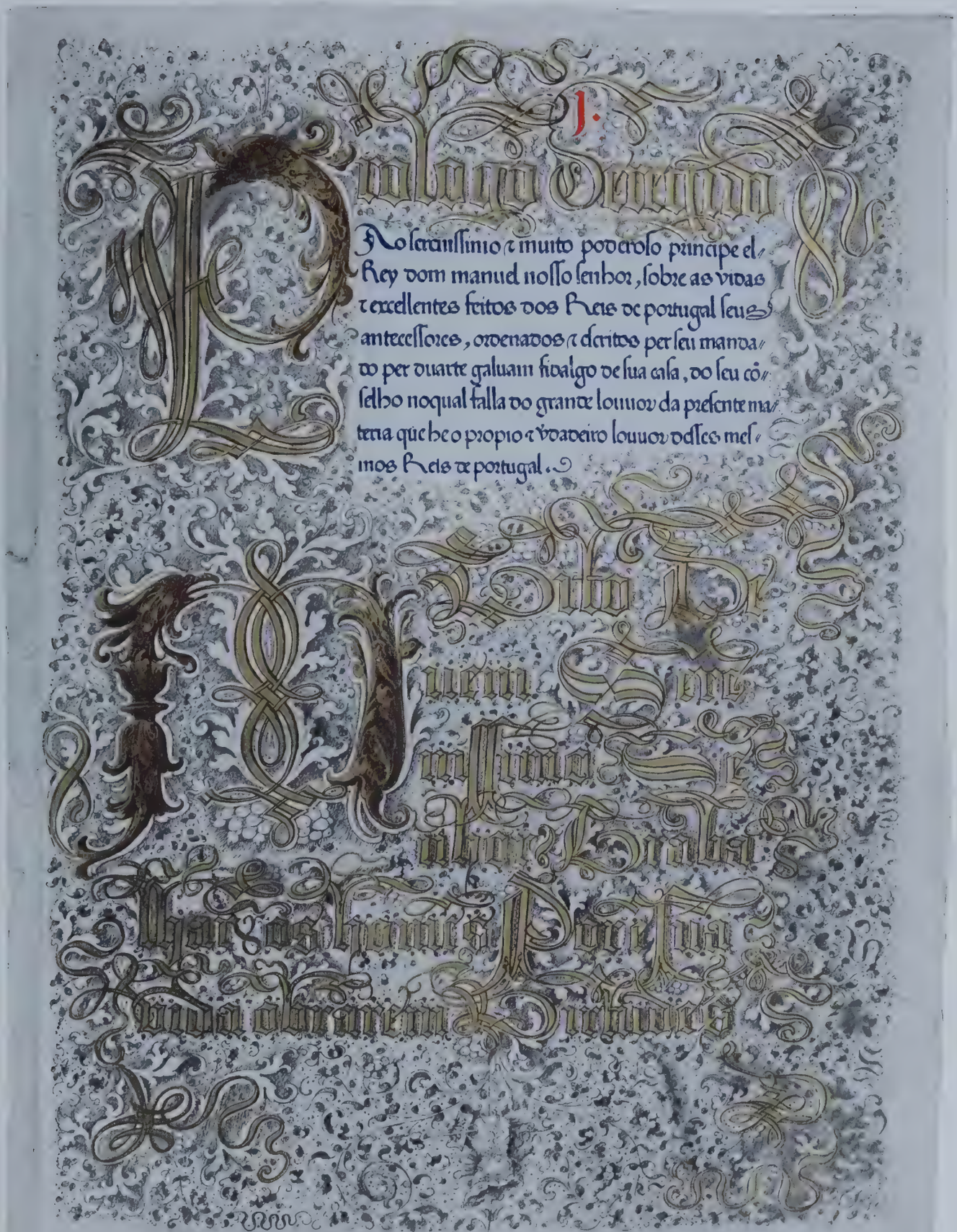
(Da *Colecção das Chronicas dos nossos reis* existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Codice n.º 345 em pergaminho, iluminado, gothico, a duas columnas)

Segundo o erudito Anselmo Braamcamp Freire, na sua introducção á Chronica de D. João I, esta chronica pertenceu provavelmente á guarda roupa do Rei D. Manuel e estava escripta e encadernada no anno de 1525. O aspecto do frontespicio que publicamos «é muito semelhante e perfeitamente analogo ao do *Livro da nobreza perfeiçam das armas dos Reis christãos e nobres linhages dos reinos e senhorios de Portugal*», «ordenado per D. Manuel a Antonio Godinho seu escrivão de câmara».

Esta Chronica foi impressa pela primeira vez em 1726 em Lisboa com omissão de 4 capitulos, suprimidos pela censura ecclesiastica, que mais tarde, em 1838 foram publicados no II vol. da *Revista Litteraria*.

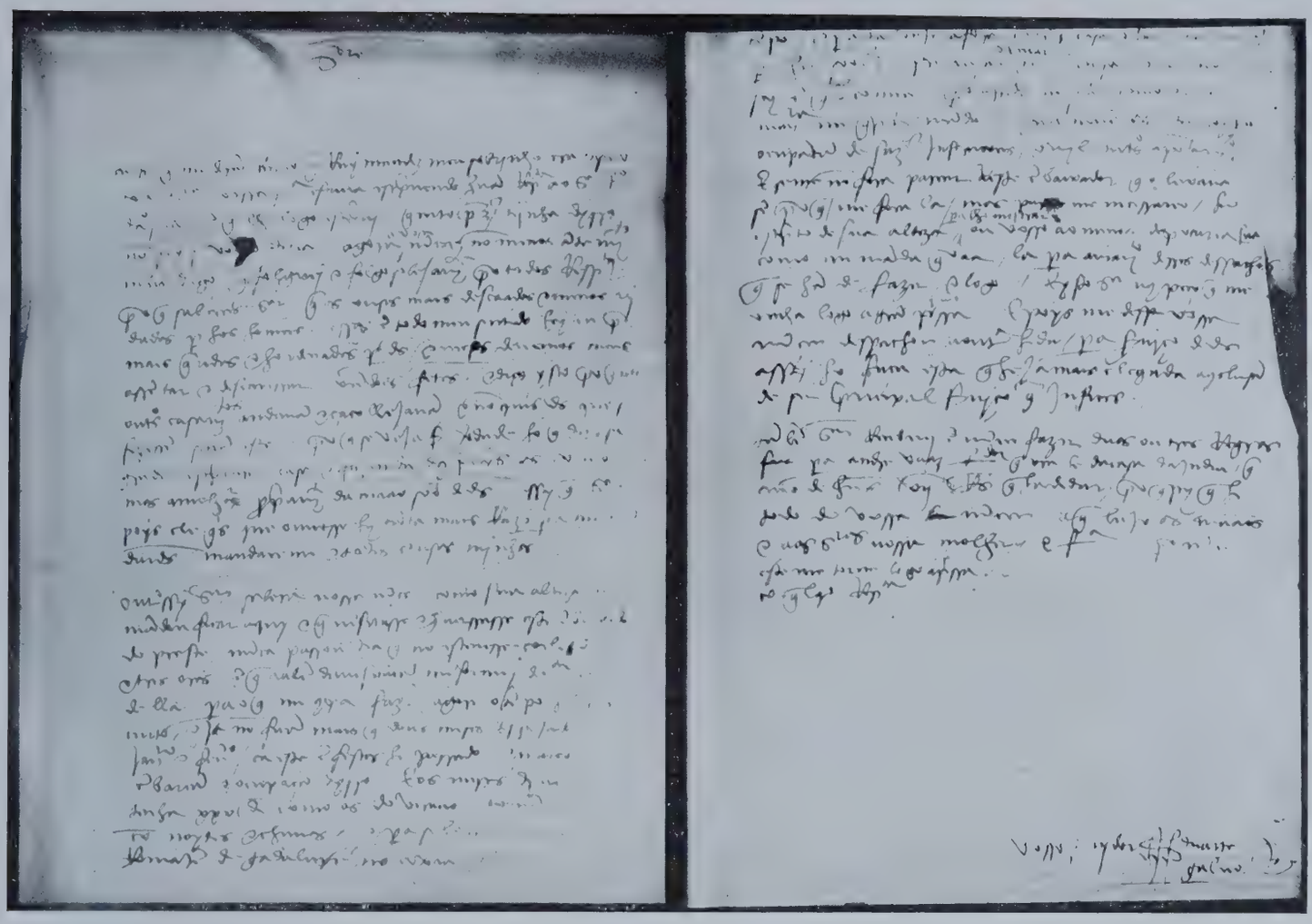
PROLOGO DEREGIDO *Ao serenissimo e muito poderoso principe el Rey dom Manuel nosso senhor, sobre as vidas e excellentes feitos dos Reis de portugal seus antecessores, ordenados e escritos per seu mandado per Duarte galuam fidalgo de sua casa, do seu cõselho no qual falla do grande louvor da presente materia, que he o proprio e verdadeiro louvor desses mesmos Reis de portugal.*

MUITO DEVEM SERENISSIMO SENHOR
TRABALHAR OS HOMẼS POR ẽ SUA VIDA
OBRAREM VIRTUDES



Chronica de D. Affonso Henriques por Duarte Galvão (Começo do Prologo)

(Do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)



Carta de Duarte Galvão para o Secretário de Estado dizendo que muito estimava a notícia de ter casado Rui Mendes, seu sobrinho, com a filha do dito secretário e que El-Rei o deixara para visitar e conversar com o embaixador Preste João. (Publicada no estudo de Sousa Viterbo, *Duarte Galvão e sua família*, 2.ª série. Documento do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

Cumpre-nos exumá-los daquela ganga burlesca a um relêvo de primeiro plano, porque são êles, na véspera da reforma de Sá de Miranda, os representantes superiores da nossa imaginação poética, êles, com um florescimento seu próprio, não os que depois se ilustraram e lá figuram ainda na sua infância artística, como Gil Vicente, «mestre Gil», Sá de Miranda, o «doutor Francisco de Sáa» e Bernardim Ribeiro.

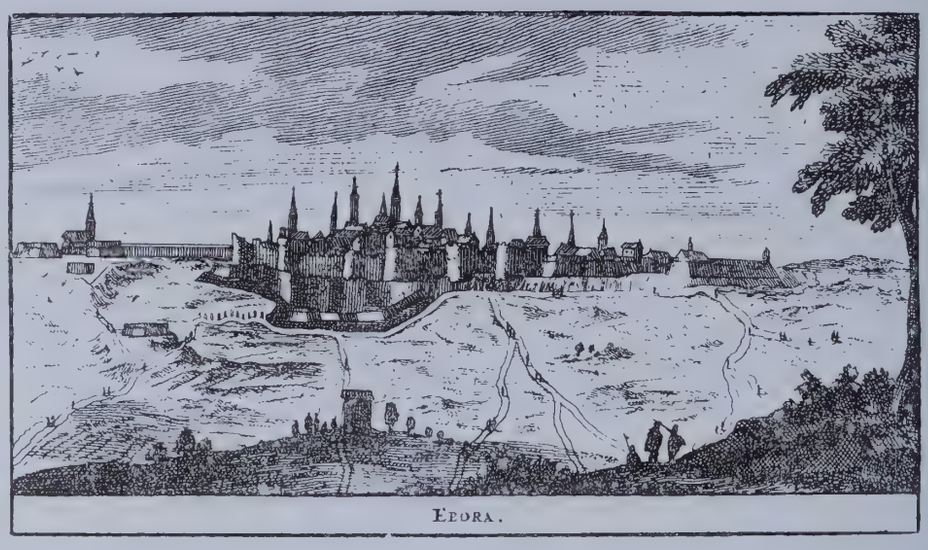
Tem-se ido ao *Cancioneiro Geral* buscar notícias históricas e curiosidades biográficas de grandes figuras, como os ensaios poéticos, infelizes, de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e João Afonso de Aveiro, e teem-se desatendido os seus reais valores líricos, sem que ao menos, a propósito, se faça justiça a outro mérito dêle: a criação da poesia histórica de largo fôlego, ali representada nobremente por D. João Manuel, Diogo Brandão, Luís Anriques, João Roiz de Sá e Luís de Azevedo. O que faz o progresso na literatura é a diferenciação psíquica dos autores, o desenrolar e enriquecer da personalidade com seu temperamento, suas tendências de imaginar e de sentir, sua individual reacção ante a vida. Pois o *Cancioneiro* é que, entre nós, regista o alvorecer da individualidade literária.

Se o lirismo de Camões marca o genial acume da posse da alma humana como causa e fim da criação poética, é fôrça reconhecer que antes dêle poetas, como Duarte de Brito, haviam dado os passos mais consideráveis nesse descobrimento. Há nêle afirmações nítidas dêsse individualismo diferenciado em cambiantes intermédios, que se procurariam em vão nos cancioneiros anteriores. Antes a diferenciação faz-se por géneros, portanto nas mais extremas formas; o relêvo dum poeta documenta-se pela maior fluência ou pela predilecção de um ou outro motivo: Martim Codax, delicado poeta marítimo, Pero Mergo, dado a temas venatórios, por exemplo. Mas nos poetas do *Cancioneiro* de Garcia de Rèzende há já relêvo individual, como o de Fernão da Silveira, coudelmor, grande observador de costumes, satírico ironista, scéptico moderado e risonho, da geração de Esopo, que não se descuidava também das coisas de amor; Álvaro Brito, crítico social; Duarte Brito, o maior poeta de amor do *Cancioneiro*, de todo o mais senhor da expressão literária; D. João Manuel, objectivo, senhor de si, que não crê desejável o enamoramento, que todos lastimam e procuram:

> Se eu fosse muy namorado
> Cousa que Deus nunca mande,

graves panegiristas históricos, como Luís de Azevedo, Diogo Brandão e Luís Anriques, e um hábil descobridor dos recursos líricos da paixão e morte de Inês de Castro, como o mesmo Garcia de Rèzende. Duarte de Brito é seguramente o maior poeta do *Cancioneiro*. Nêle se fundem as influências mais relevantes: o medievalismo, representado na medida de arte menor, o petrarquismo

pela subtileza na pintura dos efeitos dos males de amor, e a alegoria dantesca da descida aos infernos. Inclino-me a crer que as influências italianas tivessem um intermediário no lirismo castelhano, principalmente no Marquês de Santilhana, a cujo *Infierno de los Namorados* se assemelha muito, quanto à composição, o seu longo poema lírico-dramático sôbre o mesmo tema; assemelha-se o preciso para limitar a sua iniciativa, mas deixa-lhe livre a individualidade artística, muito mais forte e inspirada que a de Trigo Lopez de Mendoza. Em Santilhana é Hipólito — o triste enteado de Fedra, — quem guia no inferno o poeta, que ali pode contemplar horrorizado os tormentos dos namorados célebres — célebres na antigüidade, como Dido e Eneas, Hero e Leandro, célebres já na criação moderna, como Francesca de Rimini, como Macias. O poeta português faz uma perfiguração muito mais lírica, muito mais do nosso gôsto ocidental. Dois namorados lamentam-se das suas penas, escuta-os um rouxinol e adverte-os dos maiores riscos que os esperam. Ainda assim perseveram nos seus sentimentos. Então o rouxinol, que não cai extenuado à agua, como o de Bernardim, guia-os através de desertos e espaços etéreos para os levar ao vale onde jazem desesperados os que porfiam em amar. Antes, num rosal, numa visão, deparam-se-lhe a firmeza e a esperança, fôrças que manteem o mortífero amor. Nesse vale encontra êle a sua dama cruel, de suas crueldades punidas:



ÉVORA. — Onde nasceu e morreu Garcia de Rèzende. (Do tomo VI dos *Annales d'Espagne et du Portugal* por Juan Alvarez de Colmenar. Amesterdão, 1741)

Quem me daa vida penada
sem nᵉ seus amores vy
de penas tam lastimada
tam triste tam demudada
que casy a nam conhecy.
Muy triste muyto choroosa
sospyrando desygoal
muy sentyda
por que nunca piadosa
foy de mym nem de meu mal
nesta vyda.

(Fol. XL v.)

Obra bem ordenada, com sua proposição, invocação, desenvolvimento narrativo, relevantes comparações e conclusão, o poema de Duarte de Brito acusa grande domínio da língua como instrumento literário, na sua adjectivação abundante e variada, na sua mitologia sàbiamente moderada. A influência dantesca levou-o a pintar-nos a máquina do mundo e essas suas estrofes astronómicas são uma adivinhação do gôsto de Camões por essa sciência, também presidida por uma musa do Parnaso, como as artes. Camões condensou genialmente tôda a matéria poética — de formas e de motivos, — que girava cíclicamente na sua atmosfera espiritual. Quando inventou, deu-nos um Adamastor, e quando reflectiu, fê-lo com igual relêvo expressivo.

A arte de Camões para pôr em verso uma data — dia, mês e ano — que pressupõe uma mestria suprema na invenção da perífrase e no manejo do verso, tem um digno antecessor em Fernão da Silveira, o coudel-mor (fol. XVIII v. e seg., XXII v., XXIII, XIV, etc.). E há versos camonianos adivinhados no *Cancioneiro Geral:*

Vozes tristes piadosas

(*Duarte de Brito*, fol. XXXIX v.)

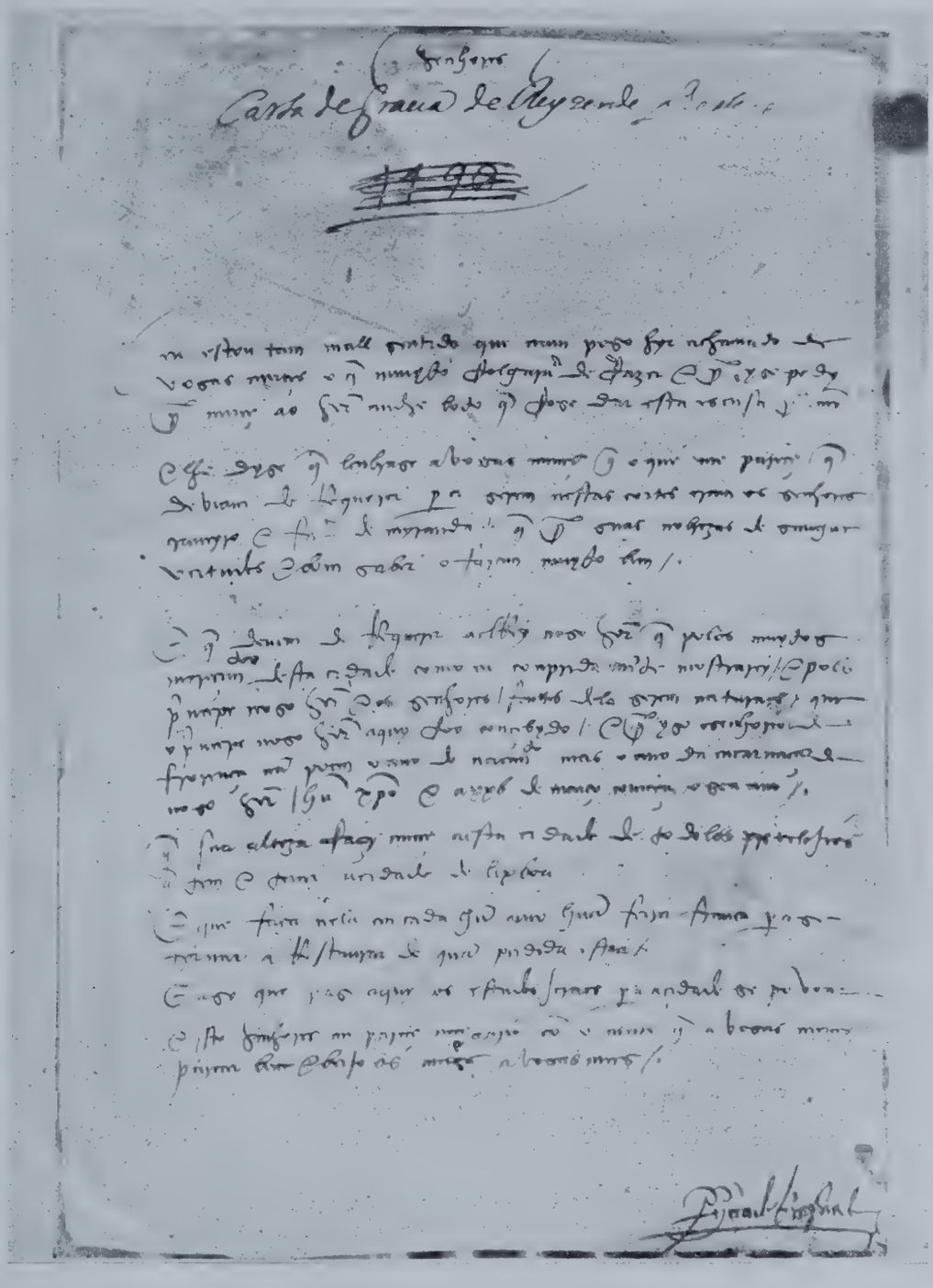
Janela da casa denominada de Garcia de Rèzende e pelo que é conhecida, embora sem fundamento de verdade. (Da *Evora encantadora* por *Celestino David*. Évora, 1923)

A riqueza artística do tema da paixão e morte de Inês de Castro, viu-a primeiro Garcia de Rèzende nas suas formosas estrofes, das mais fluentes, mais emotivas e mais novas da sua colectânea. O aspecto trágico dêsse motivo, tal como o tratou António Ferreira na sua *Castro* e o aspecto lírico-oratório que lhe deu Camões nos *Lusíadas*, já estavam achados pelo poeta eborense; só não foi até ao fim na exploração dos seus achados, porque a hora de ensaiar o género trágico soou mais tarde, em pleno Renascimento, e porque génio só o teve Camões.

Concluindo esta revisão crítica do conteúdo da prestimosa colecção poética organizada por Garcia de Rèzende: o *Cancioneiro Geral*, com a sua variedade métrica, com os seus

grandes progressos na invenção literária e na musicalidade da língua, os seus laivos de humanismo erudito, a sua ornamentação rítmica, com as suas plenas afirmações da personalidade literária, reconstitui-nos a mentalidade artística da época de D. João II, magnífico pórtico da nossa Renascença, como a de D. Juan II de Castela e Afonso V de Aragão. Uma Renascença literária posterior à política e menos nacional que ela. O mar, que já então falava dominadoramente na nossa história, passou quási despercebido a êsses poetas, que liam Dante, Petrarca, Santilhana, os dois Manique e Juan de Mena, mas não sabiam interpretar essa aventurosa busca de terras inóspitas; ela deu, quando muito, duas, três breves metáforas — *Trovas d'Alvaro de Brito fengyndo navegando com tormenta* (fol. XXVII); e os versos expressivos de Duarte de Brito:

Como fazem por [saberem
as frotas por on-[de vam
que de noyte por [se verem
seguem por nam [se perderem
o farol do capi-[tam:
(Fol. XXXVIII).



CARTA DE GARCIA DE RÈZENDE À CÂMARA DE ÉVORA ESCRITA POUCOS MESES ANTES DA SUA MORTE. — Nela se queixa de se achar «tam mall sentido» que não pode comparecer a uma reünião «em que se haviam de eleger os procuradores às Côrtes, então convocadas por D. João III para aquela cidade.» Foi escrita provàvelmente, diz A. Braamcamp Freire que a publica no tomo III do *Arquivo Historico Portuguez* e na separata *Em volta de uma carta de Garcia de Resende*, em Maio de 1535. Foi também publicada na *Revolução de Setembro* de 30 de Dezembro de 1868. (Arquivo da Câmara de Évora, liv. 9.° dos *Originaes*, fl. 551).

Um Rèzende, que depois da separação de Portugal e Castela, em 1640, continuou ao serviço da dinastia de Áustria, dirigiu a Felipe IV um memorial, em que pedia protecção para a sua casa, muito decaída desde que o seu ascendente Gil Vasques de Rèzende incorrera no desagrado de D. Pedro I de Portugal, que o teve por conselheiro de seu sôgro Diogo Lopes Pacheco no assassínio de Inês de Castro e que, por isso, lhe confiscou a vila de Alpedrinha e outras possessões. Êsse requerente foi D. João de Rèzende de Pereira Pimentel e o requerimento imprimiu-se em Madrid no ano de 1654, sob o título de *Memorial al Rey Nuestro Señor*.

Nêle alega desenvolvidamente D. João Rèzende — sempre se atribui o *dom* — a sua prosápia pelos quatro costados, Rèzendes, Pereiras, Pimentéis e Baiões, partindo de Ramiro II, rei dos godos, como avô de D. Rauzendo, nome que em corruptela deu a forma definitiva do apelido.

No capítulo dos Rèzendes, há uma vaga referência a um Garcia, que pela época e pela qualidade de servidor de D. João II, deve ser o nosso cronista, mas sem que se nos ministre qualquer dado biográfico, nem se aluda aos seus títulos literários — que são de facto uma criação da posteridade. Um José de Rèzende, contemporâneo de D. Afonso V de Portugal, viveu no Pôrto e casou com «doña N. *(sic)* nombrada en las informaciones que se hizieron de la calidade de Antonio de Rezende su nieto para recibir el Abito de la Orden de Cristo en que fué cavallero, y della tuvo a Diego de Porto de Rezende, de que luego se tratará, y a Gracía de Rezende, de quien fueron hijos Sebastian y Gonçalo de Rezende, que sirvieron en la India con puestos honorificos» (fol. 24). E pouco

Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, da ordem de S. Jerónimo, a 4 kilóm. de Évora, «o panteão da fidalguia alentejana», onde Garcia de Rèzende fêz construír a capela para sua sepultura. (Gravuras rep. do vol. *As Sepulturas do Espinheiro*, de Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa, 1901. Tiragem de 250 ex.). O Convento do Espinheiro mereceu de Gabriel Pereira, em 1884, nos *Estudos Eborenses*, e de António Francisco Barata, em 1900, memórias eruditas onde a histórica e antiga casa é estudada. A igreja foi fundada em 1458, seguindo-se-lhe pouco depois o mosteiro, reconstruído e ampliado em 1566. Nêle se alojou D. Isabel, noiva do príncipe D. Afonso, nêle se aquartelou D. João de Áustria, nêle trabalhou Frei Carlos, e nêle, ao que se diz, recebeu D. Manuel as primeiras novas da descoberta da Índia.

adiante, falando de D. João II de Portugal, acrescenta: «a quien servia su hermano Gracía de Rezende...» (fol. 25).

Como se vê, no meado do século XVII, um memorialista da família, muito erudito em crónicas e linhagens, segundo demonstra pelas citações, delineava uma árvore genealógica, em que atribuia ao nosso escritor parentescos e afinidades muito diversas das que Braamcamp Freire, sempre muito scéptico dos genealogistas, depois reconstituia sôbre base documental. Évora, a que estiveram ligados o cronista e os seus, é substituida pelo Pôrto. Alcaide-mor do Pôrto diz também o mesmo que era João Rodrigues de Sá, que celebrou as armas dos Rèzendes nas seguintes coplas:

Num escudo em campo de ouro,
Duas cabras ajuntadas
De gottas de ouro malhadas
Da cor que em hu negro Mouro
Desta mesma cor pintadas.

Quem bem da nobreza entende,
Achará que á de Rezende
Faz grande por sua lança,
A muitos tempos em França
Donde se acha que descende.

(Fol. 3 v.)

As cabras do escudo explicava-as D. João Rèzende pela perpetuação de uma façanha dos tempos da reconquista; D. Rauzendo, fundador da família, construira um castelo em roca inacessível, rodeado de casais de cabras, donde o nome do castelo. (fol. 5.ª). Estas coplas figuram com um texto melhor no *Cancioneiro Geral* (fol. 114.ª), onde João Rodrigues de Sá aparece como especialista em poesia heráldica e tradutor dos clássicos.

Porta da Capela de Garcia de Rèzende erigida na cêrca do Convento. Sôbre a porta, a lápide, que se pode ver na gravura, diz ao forasteiro, atestando a magnificência do coleccionador amoroso do *Cancioneiro*:

«Esta: irmida: e fomte
mandou: fazer Garcia
de reesende: em: louuor
de nossa: snra: ano: 1520.»

ERMIDA DA CÊRCA DO CONVENTO DO ESPINHEIRO. — Aspecto exterior
A Ermida da Cêrca do Convento do Espinheiro foi construída por Garcia de Rèzende para seu jazigo. É «eriçada de ameias e coruchéus, ao lado de uma fonte com seu ar mourisco. Compõe-se de três partes: alpendre, corpo e capela. Azulejos relevados do século XVI (1520). Na campa de Garcia de Rèzende, (veja pág. seguinte), bela lápide com escudo, duas cabras e um paquife ricamente lavrado. Deve ter sido traçada por Martim Lourenço, o mestre das obras régias de S. Brás e dos paços de S. Francisco: são os mesmos coruchéus, ameias, alpendres e torsados, e os mesmos traçados de arcos em quilha. No pavimento do alpendre a campa de Jorge de Rèzende, irmão de Garcia». (*Guia de Portugal*, vol. II, pág. 81-82).

A INVENÇÃO DA IMPRENSA

BIBLIOGRAFIA: *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. IV, N.os 13 e 14; *Gutenberg* (Das *Biografias de homens celebres dos tempos antigos e modernos)* Lisboa, 1884; *A Imprensa em Hespanha no seculo XV*, por J. A. Moniz. Lisboa, 1913. A bibliografia sôbre a invenção da imprensa é enorme e não chegaria um volume para a dar completa. Possuimos porém alguns livros que se referem ao assunto e que o leitor pode frutuosamente consultar: F. Thibaudeau — *La Lettre d'Imprimerie*, 3 vols.; *Encyclopedie — Roret: Nouveau Manuel complet de Typographie* par Émile Leclerc, Paris, 1921; *Traité de la Typographie* par Henri Fournier, Paris, 1919; *Iconographie de l'imprimerie et du livre*, (Bulletin officiel des Maitres imprimeurs. Noel 1917); *Dictionnaire raisonné de Bibliologie*. Paris, 1802, 3 vols.; *Traité élémentaire de bibliographie*. Paris, 1804; *Manuel de Bibliothéconomie* par Arnim Graesel. Paris, 1897; *Le Livre* par Albert Cim, 5 vols. Paris, 1923; *Manuel du Bibliophile Français* par F. C. Lonchamps. Paris et Lausanne, 1927; *La escritura y el libro* do Prof. Dr. O. Weise (Coll. Labor); *Le Livre* de Marius Audin, Paris, 1924; *Dictionnaire de Bibliologie catholique* par Gustave Brunet, Paris, 1860.

Sôbre a tipografia em França, além da *Gallia Typographique*, pode ver-se *Maitres imprimeurs et ouvriers typographes*, Paris, 1903; as conferências de M. A. Christian sôbre as *Origines de l'Imprimerie en France*; os livros de André Blum *Les origines de la*

CLAUSTRO DO CONVENTO DO ESPINHEIRO, onde fidalgos conspiravam contra D. João II. Por uma fresta um frade ouviu, denunciou ao rei a conversa e a conspiração morreu afogada em sangue

gravure en France e *Les origines du livre à gravures en France*, Paris, 1927 e 1928; e *Les trois premiers siècles de l'Imprimerie française (Bulletin Oficiel des Maitres Imprimeurs*, Noel, 1926). Também são úteis os livros de Leo S. Olschki, *Le Livre illustré au XVe siècle*, Florence, 1926; *Incunabula typographica* e *Riche et precieuse collection de livres à figures des XVe et XVIe siècles*, e *Incunables illustrés imitant les Manuscrits*, Florence, 1914. Há muito pouco tempo ainda, 1925, começou em Leipzig a publicar-se um monumental trabalho de que só ainda possuimos 3 volumes: *Gesamtkatalog der wiegendrucke. Herausgegeben von der kommission für den Gesamtkatalog der wiegendrucke.* (É um magnífico catálogo geral de todos os incunábulos). Sôbre incunábulos ainda se pode ver o volume dos *Cimelios* publicado nos Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro e vol. *Incunabulos* da Biblioteca Publica Municipal do Pôrto, além do *Relatorio sobre a Biblioteca Nacional de Lisboa* por Castilho Barreto e Noronha. Êstes são os volumes que temos à mão na nossa livraria e que, como dissemos, o leitor pode com proveito consultar. Sôbre tipografia é modelar o artigo de Antonio Anselmo que os *Anais das Bibliothecas e Arquivos* inserem. Ele é a compendiação de todo o disperso numa forma sintética e agradável que, por isso mesmo e em homenagem ao bibliógrafo insigne que foi o seu autor, transcrevemos:

LÁPIDE SEPULCRAL DE GARCIA DE RÈZENDE

Além do escudo com as duas cabras dos Rèzendes, tem êste singelo epitáfio: Sepultura de Garcia de Rèzende. «A capela foi profanada depois de 1834. A lápide foi arrancada e vendida para Évora, onde ainda hoje serve de mesa de cosinha em casa particular! A sepultura foi revolvida, e alguns ossos do cronista que andavam por lá dispersos, foram guardados por piedade em 1865 na Biblioteca Eborense». Isto escrevia nas *Sepulturas do Espinheiro*, em 1901, A. Braamcamp Freire, transcrevendo António Francisco Barata. Pouco depois, no *Arquivo Histórico*, noticiava-se que a lápide voltara de novo, felizmente, para o Espinheiro

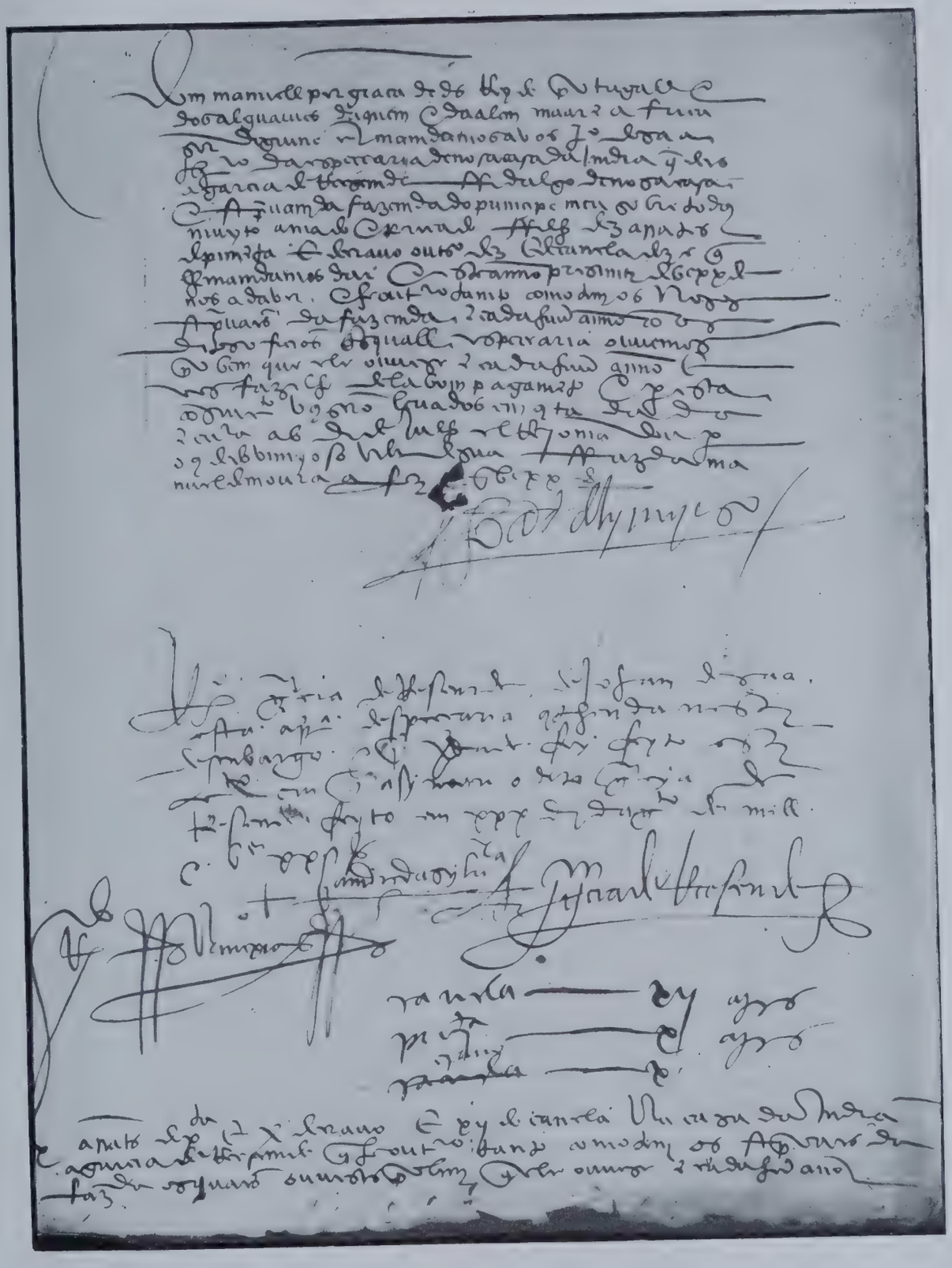
«A cópia manuscrita não era um processo satisfatório de multiplicação do livro. Mesmo no tempo dos romanos, quando dezenas de hábeis copistas transcreviam simultâneamente a mesma obra, o processo não era suficientemente expedito, porque o número de cópias produzidas à voz de um só *librarius* tinha de ser forçosamente muito limitado. Acresciam os freqüentíssimos êrros e a necessidade de rever uma por uma tôdas as cópias, para os corrigir; por tudo isto o processo estava longe de ser satisfatório, tornava-se mister o emprêgo doutro meio capaz de produzir cópias mais rápidamente e com menor despesa, em quantidade que bastasse à procura de livros, que cada vez era maior. Estava-se nos meados do século XV, na aurora da Renascença e dos grandes descobrimentos; os espíritos sentiam-se dominados pela curiosidade de saber, o homem despertava para uma vida nova, mais intensa.

Ora êsse meio, êsse processo mais rápido, económico e produtivo, que foi a imprensa, estava já preparado — pode dizer-se; achavam-se prontos todos os meios para a sua realização, só faltava que um inventor de génio desse o último passo para o atingir. Já os rubricadores do século XI se serviam de estampilhas, ou pequenas chapas gravadas, para imprimir as iniciais; muitos séculos antes dêles tinham os egípcios, os babilónios e os assírios usado também de chapas para imprimir figuras, letras e palavras sôbre moedas e objectos de barro. Os gregos e os romanos tinham ido mais longe, porque já se serviam de chapas humedecidas de tinta *(hypogrammas, laminae interrasiles)*, para imprimir sôbre pergaminho ou papiro. Por êste meio nos aparecem as assinaturas dalguns imperadores dos séculos IV e V estampadas em documentos oficiais. Os retratos das *Hebdomadae* de Varrão eram, segundo parece, obtidos pelo mesmo processo (1).

Na China, país que em muitas invenções nos precedeu, usavam-se, desde remota antiguïdade, chapas inteiriças de madeira gravadas para imprimir sôbre papel. No comêço do século X da nossa era mandou um imperador chinês gravar em tábuas e imprimir os livros sagrados do seu povo. A gravação era em côncavo, de maneira que a impressão saía em branco sôbre fundo negro; mas não muito depois os chineses acharam o processo de esculpir as letras em relêvo. Todavia não souberam passar dêste processo, que conservaram sem alteração até ao nosso tempo.

Nos comêços do século XV, talvez por uma evolução natural do emprêgo da estampilha, é já conhecido e praticado em alguns países da Europa, nomeadamente na Holanda e na Alemanha, êste processo a que se dá os nomes de tabular ou de xilográfico (de *xylos*, madeira). Por meio dêle se imprimiam, em pergaminho ou papel, as cartas de jogar, que são os monumentos xilográficos

(1) As *Hebdomadae* eram uma espécie de revista semanal, com ilustrações, que se publicava em Roma, no século I antes da era cristã.



PROVISÃO DE D. MANUEL para o tesourciro da Especiaria da Casa da Índia para dar a Garcia de Rèzende dez arrateis de pimenta, dez de cravo e dez de canela, e recibo do mesmo. Tem a data de 5 de Julho de 1520 e conserva-se no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. «Em 1516 já Garcia de Rèzende era fidalgo da casa del-Rei e escrivão da fazenda do Príncipe. Êle próprio o declara na última fôlha do *Cancioneiro*. Ainda assim só quatro anos depois é que D. Manuel mandou dar ao escrivão da fazenda do Príncipe, por provisão feita em Évora, a 5 de Julho de 1520, as propinas em especiaria correspondentes às que recebiam os escrivães da fazenda rial, as quais eram dez arrateis de pimenta, outros dez de cravo, e dez de canela. Passou Garcia de Rèzende o recibo desta especiaria em 30 de Agôsto de 1520». (A. Braamcamp Freire — *Sepulturas do Espinheiro*, pág. 72).

mais antigos, e imagens de santos — só as figuras ou figuras com dísticos, versículos ou pequenas orações, umas vezes impressas, outras vezes simplesmente manuscritas. Destas imagens existia um *S. Cristóvão* datado de 1423, na biblioteca de lord Spencer. A impressão fazia-se comprimindo, à mão ou por meio de escova, o pergaminho ou o papel humedecido sôbre a chapa gravada. É fácil de imaginar que a chapa era esculpida em relêvo e ao avêsso, para a impressão ficar ao direito, e préviamente coberta de uma leve demão de tinta gordurosa que apenas humedecia os traços salientes, únicos que deviam ficar impressos. Casos devia haver também em que as chapas fôssem duas ou mais: uma com as figuras e outra ou outras com a inscrição ou inscrições, como se deduz do facto de a mesma imagem aparecer com inscrições diferentes.

Um facto pelo qual pode supor-se que os impressores xilógrafos tinham a peito encobrir o seu processo de trabalho, e pretendiam fazer passar por caligráficas as suas impressões, era o de estas serem cobertas a côres e ouro pelos iluminadores, como se se tratasse de manuscritos. Veremos êste facto repetido até com os próprios livros impressos em caracteres móveis, nos primeiros tempos.

Havia por essa época alguns pequenos livros para uso das escolas e de leitura popular, muito procurados. Imaginou-se imprimir êsses livros pelo processo das tábuas xilográficas, e efectivamente foram assim divulgados o *Speculum humanæ salvationis*, poema ascético; a *Biblia pauperum*, de que existem numerosas edições; a *Vita et passio Jesu Christi*, a célebre *Sintaxe latina* de Ælio Donato, a *Ars moriendi*, a *Ars memorandi*, colecção de estampas simbólicas para o ensino da história sagrada, e outros mais. São livros que se conhece terem sido impressos pelo processo xilográfico, em que a gravura ocupa o lugar principal e todos obras de pequena monta; nem por êste processo se imprimiram nunca obras de grande tomo.

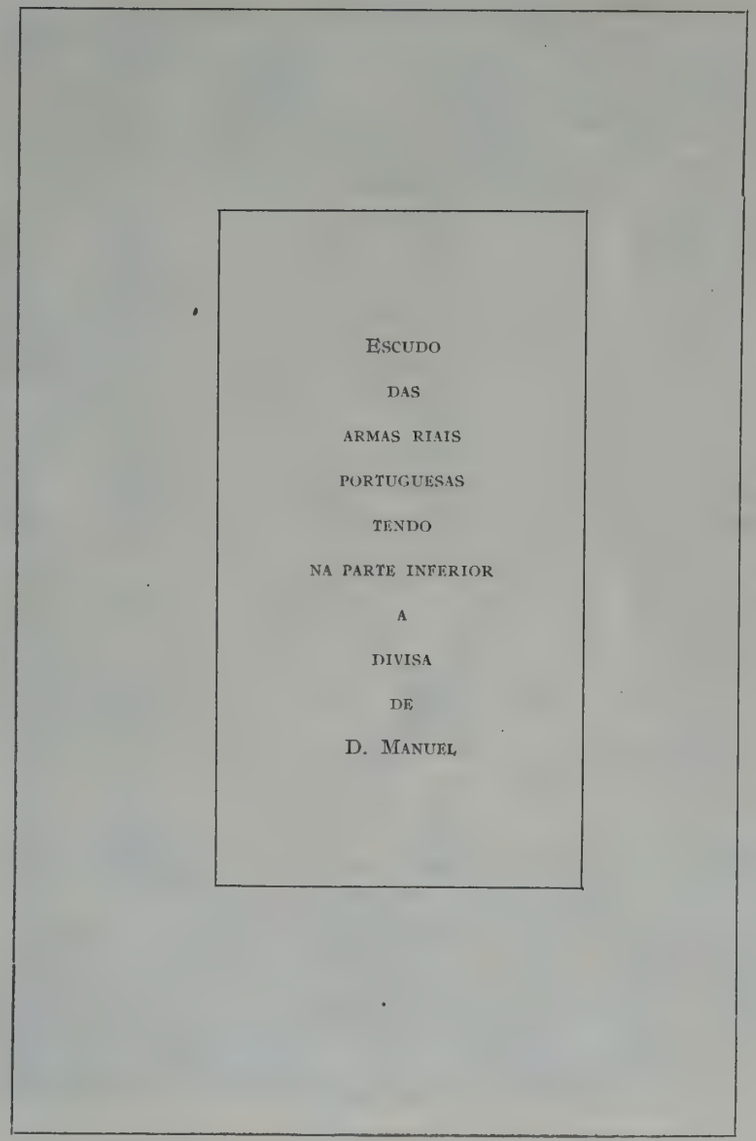
Rosto do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rèzende publicado em Lisboa, por Hermão de Campos, alemão e bombardeiro, em 1516

Estas espécies são tôdas anopistógrafas (impressas dum só lado da folha): para não ficarem à vista as páginas em branco, colava-se o verso de cada folha ao recto da folha seguinte. Tinham também o inconveniente de só à mão se poderem corrigir os êrros, uma vez que a chapa inteiriça permanecia sempre inalterável. Era preciso esculpir na prancha letra por letra, e por mais hábil que o gravador fôsse faltava à letra a perfeita uniformidade. Por tudo isto o processo não correspondia ainda ao que era necessário; tornava-se mister outro meio mais rápido, económico e perfeito, e por isso mais prático. Ora êste meio não podia ser outro senão a mobilização dos caracteres, isto é, o tornar móveis os tipos, formando-os em letras sôltas que pudessem juxtapor-se, para compor palavras e frases, em infinitas combinações. Numa palavra, era a imprensa móvel que se tornava mister inventar.

Um moderno escritor alemão, Schreiber, no seu *Manuel de l'amateur de la gravure sur bois et sur métal au XV siècle*, citado por Fumagalli, pretende demonstrar que os pequenos livros xilográficos, a que nos referimos, não são, ao contrário do que se tem suposto, anteriores mas sim contemporâneos dos primeiros livros impressos com caracteres móveis (1); mas, se para alguns daqueles livros o facto é verdadeiro — o que nada tem de extraordinário — para outros, os não datados, a demonstração de Schreiber é insuficiente, porque, não tendo êsses livros data, tal asserção só pode assentar numa suposição mais ou menos fundamentada. Não vemos, pois, que haja motivo suficiente para se modificar a opinião estabelecida; mas,

(1) «Si è creduto per molto tempo che questi libri silografici rappresentassero il passaggio alla stampa a tipo mobile, ma questo modo di vedere deve essere profondamente modificato dopo gli studi dello Schreiber il quale ha descritto e studiato tutte le edizioni silografiche conosciute nel tomo IV del suo ottimo *Manuel de l'amateur de la gravure sur bois et sur métal au XV siècle*. Dalle ricerche dello Schreiber risulta che i libri silografici, pur rappresentando una forma tecnica primitiva, non sono però, come credevamo illusi dalla loro apparenza arcaica, più antichi della stampa a tipo mobile, ma sono ad essa contemporanei.» Fumagalli, *Bibliografia*, (3.ª ed. do *Manuale de Bibliografia* de Gius. Ottino), Milano, 1916, p. 48-49.

Páginas do «Cancioneiro Geral» de Garcia de Rèsende (fl. 4 v.° e fl. I),
impresso em Almeirim e Lisboa por Hermão de Cãpos, em 1516



O Cuydar, & fofpirar — Folha I

PRegunta que fez Jorge da filueyra a Nuno pereyra, porque hyndo ambos por huu caminho vynha Nuno pereyra muyto cuydofo, & Jorge da filueira doutra parte dando muytos fofpiros, fendo ambos feruidores da fenhora dona Lyanor da fylua.

Pregunta Jorge da filueyra: & rrepofta de Nuno pereyra tudo nefte rifam.

Vos fenhor Nuno pereyra
por quem hys afsy cuydãdo,
Per que vos hys fofpirãdo
fenhor Jorge da filueyra.

Jorge da filueyra

Nam que eu fofpiro jmdo
por quem cuydados me da,
& me vay afsy ferymdo,
que de todo deftroymdo
me vay feu cuydado ja.
Cuydar he caufa primeyra,
mas defpoys deu yr cuydãdo
meus fofpiros vam dobrãdo
ta matar a derradeyra.

Nuno pereyra

Ter poder de fofpirar
afaz he fenhor cunhado
pera mays defabafar,
mas eu nam tenho lugar,
ca mo tolhe meu cuydado,
Porque he de tal maneyra
que por quem eu afsy amdo
deue damdar preguntamdo
morreo ja Nuno pereyra.

Jorge da filueyra

Poys voffo cuydar qres
efforçar, & defemder,
& moftrar no que fazes,
que moor pena recebes
que fofpirar, & gemer:
Com fee de feruyr inteyra
a quem n' fere matando
vamos triftes demandãdo
que julgar ifto nos queyra.

Nuno pereyra

Semdo fa merçe comtete
qua ouuyrnos fe emclyne
ferey mays que rrecomtete,
que noffa queftão prefente
ela veja, & determyne,
& tenhamos nos maneyra
dyrmos petyção formando
de tal forma quem lha dando
ela por nos lho rrequeyra.

De Jorge da filueyra, &
de Nuno pereyra ãbos junta/
mete em modo de petiçam.

Poys q fenhora naçeftes
por dar morte & nunca vyda,
poys q ambos n' vençeftes
cõ voffo mal que n' deftes
da morte não conheçyda:
que no al n' defempare
de todo voffa merçe
fofpirar cuydar decrare
quem fe neles vyr ou ve
cuja morte mays fe cre.

Defebargo pofto nas co/
ftas defta petiçam por mãda/
do da dyta fenhora.

Se estes competidores
querem feguyr efte feyto
ordenem precuradores,
& digam de feu dereyto.

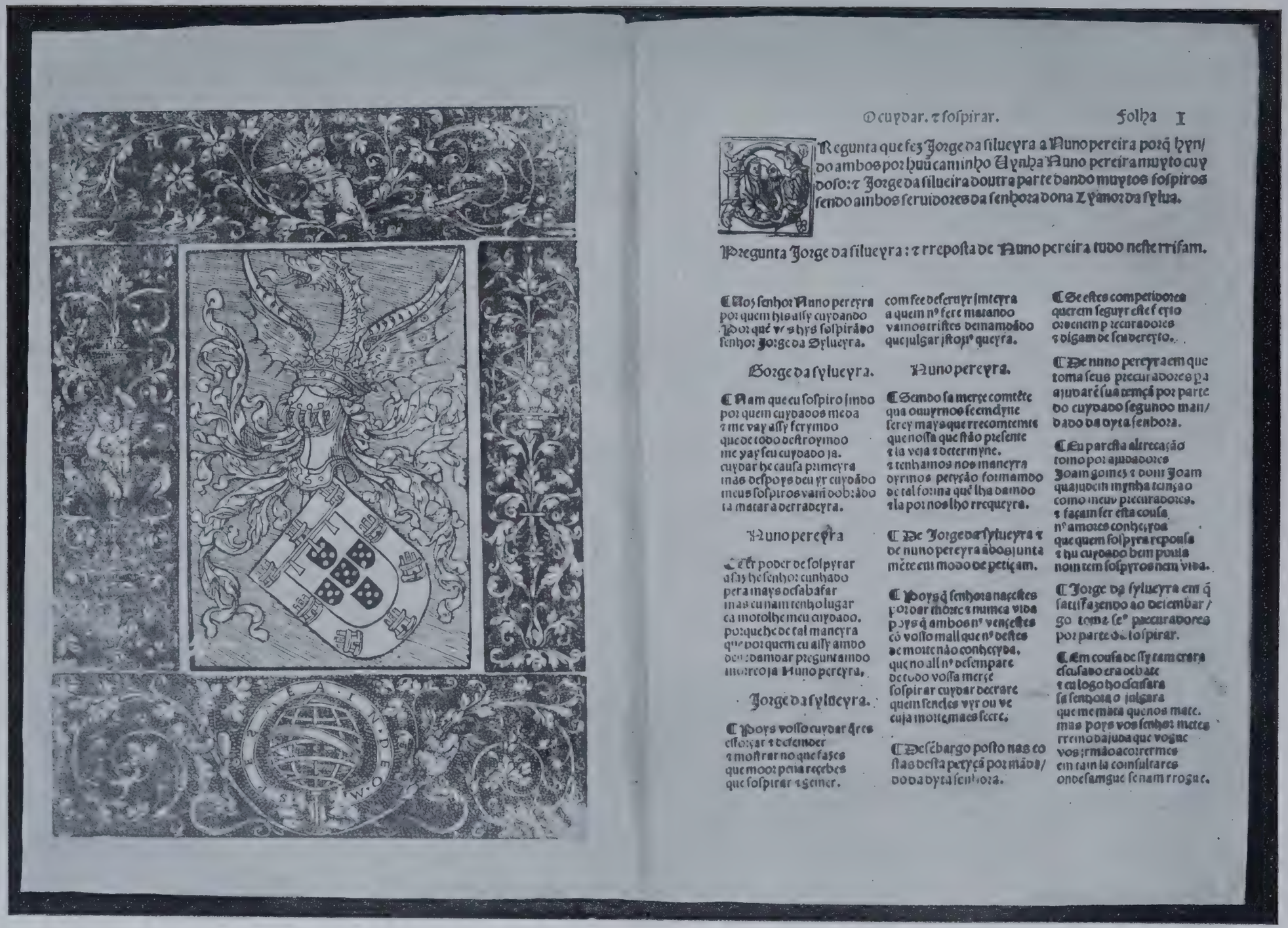
De Nuno pereyra, em que
toma feus precuradores pera
ajudare fua temçam por parte
do cuydado fegundo man/
dado da dyta fenhora.

Eu parefta altrecação
tomo por ajudadores
Joam gomez, & dom Joam,
quajudem minha temção
como meus precuradores,
& façam fer efta coufa
n' amores conheçyda,
que quem fofpyra rrepoufa,
& hu cuydado bem poufa
nom tem fofpyros nem vyda.

Jorge da fylueyra, em q
fatisfazendo ao defembar/
go, toma feus precuradores
por parte do sospirar.

Em coufa de ffy tam crara
efcufado era debate,
& eu logo ho efcufara
fa fenhora o julgara
que me mata que n'mate.
Mas poys vos fenhor metes
rremo dajuda que vogue,
vos jrmão acorrerme hes
emtam la confultares
onde fangue fe nam rrogue.

(Lição do Dr. A. J. Gonçalvez Guimarãis)



O cuydar. ⁊ sospirar. Folha I

Pregunta que fez Jorge da silueyra a Nuno pereira porq̃ hyn/
do ambos por huũ caminho Uynha Nuno pereira muyto cuy
doso: ⁊ Jorge da silueira doutra parte dando muytos sospiros
sendo ambos seruidores da senhora dona Lyanor da sylua.

Pregunta Jorge da silueyra: ⁊ rreposta de Nuno pereira tudo neste rrifam.

¶ Nos senhor Nuno pereyra
por quem his assy cuydando
Por quẽ vos hys sospirãdo
senhor Jorge da Sylueyra.

Jorge da sylueyra.

¶ Nam que eu sospiro jmdo
por quem cuydados me da
⁊ me vay assy ferymdo
que de todo destroymdo
me vay seu cuydado ja.
cuydar he causa primeyra
mas despoys deu yr cuydãdo
meus sospiros vam dobrãdo
ta matar a derradeyra.

Nuno pereyra

¶ Ter poder de sospyrar
asaz he senhor cunhado
pera mays desabafar
mas eu nam tenho lugar
ca motolhe meu cuydado.
porque he de tal maneyra
que por quem eu assy amdo
deu damdar preguntamdo
morreo ja Nuno pereyra.

Jorge da sylueyra.

¶ Poys vosso cuydar q̃res
esforçar ⁊ defender
⁊ mostrar no que fazes
que moor pena reçebes
que sospirar ⁊ gemer.

com fee deseruyr jmteyra
a quem nº fere matando
vamos tristes demamdãdo
que julgar jsto jº queyra.

Nuno pereyra.

¶ Semdo sa merçe comtẽte
qua ouuyrnos se emclyne
serey mays que rrecomtemte
que nossa que stão presente
⁊ la veja ⁊ determyne.
⁊ tenhamos nos maneyra
dyrmos petyção formamdo
de tal forma quẽ lha damdo
⁊ la por nos lho rrequeyra.

¶ De Jorge da sylueyra ⁊
de nuno pereyra ãbos junta
mẽte em modo de petiçam.

¶ Poys q̃ senhora naçestes
por dar morte ⁊ numca vida
poys q̃ ambos nº vençestes
cõ vosso mall que nº destes
de morte não conheçyda,
que no all nº desempare
de todo vossa merçe
sospirar cuydar decrare
quem seneles vyr ou ve
cuja morte maes secre.

¶ Desẽbargo posto nas co
stas desta petyçã por mãda/
do da dyta senhora.

¶ Se estes competidores
querem seguyr este feyto
ordenem p recuradores
⁊ digam de seu dereyto.

¶ De nuno pereyra em que
toma seus precuradores pa
ajudarẽ sua temçã por parte
do cuydado segundo man/
dado da dyta senhora.

¶ Eu par esta altrecação
tomo por ajudadores
Joam gomes ⁊ dom Joam
quajudem mynha temçao
como meus precuradores.
⁊ façam ser esta cousa
nº amores conheçyda
que quem sospyra repousa
⁊ hu cuydado bem pousa
nom tem sospyros nem vida.

¶ Jorge da sylueyra em q̃
satisfazendo ao desembar/
go toma seº precuradores
por parte do sospirar.

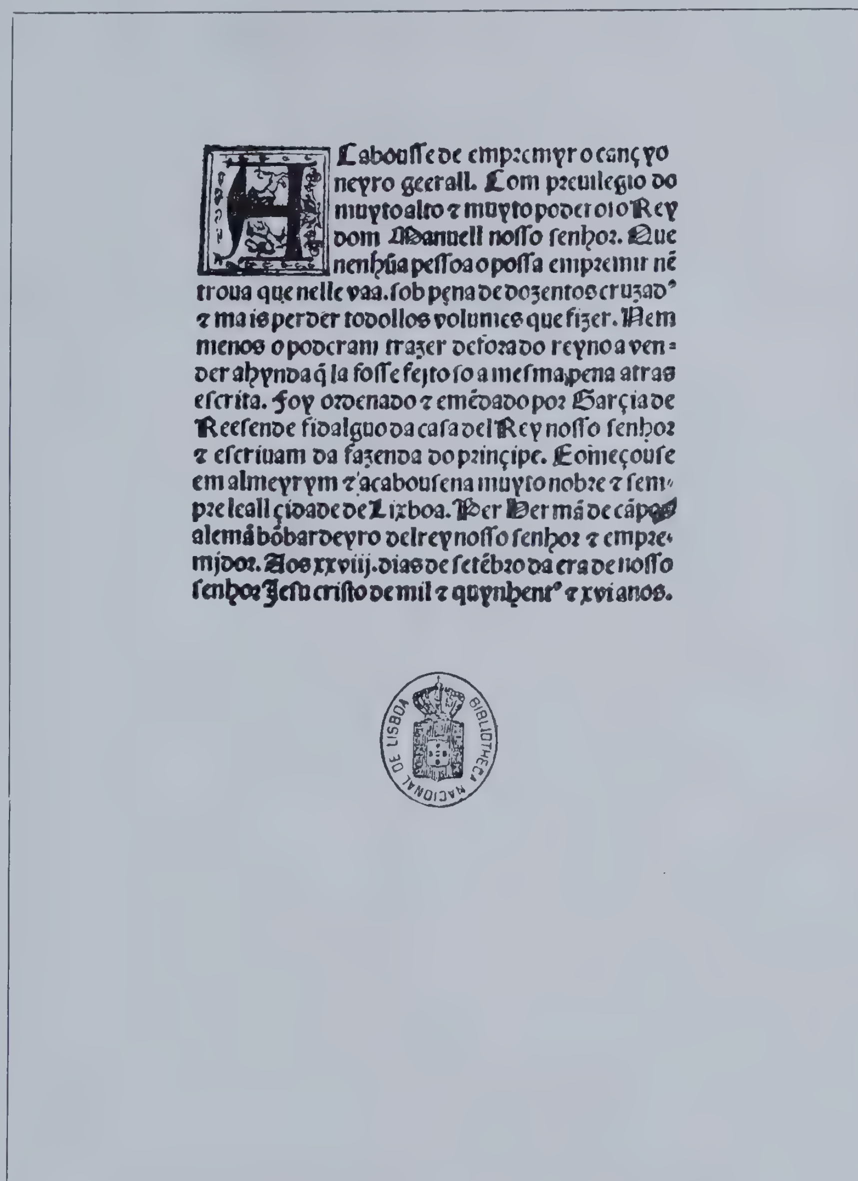
¶ Em cousa de ssy tam crara
escusado era debate
⁊ eu logo ho escusara
sa senhora o julgara
que me mata que nos mate.
mas poys vos senhor metes
rremo da juda que vogue
vos jrmão acorrermes
em tam la comsultares
onde samgue se nam rrogue.

PÁGINAS DO COMÊÇO DO «CANCIONEIRO GERAL» DE GARCIA DE RÈSENDE (Edição de 1516, exemplar da B. N. de Lisboa)

NA PÁGINA DA ESQUERDA O ESCUDO DAS ARMAS RIAIS TENDO NA PARTE INFERIOR A DIVISA DE D. MANUEL. NA PÁGINA DA DIREITA A PRIMEIRA COMPOSIÇÃO POÉTICA DA CELEBRADA OBRA.

mesmo que Schreiber tenha razão, o que é certo é que pelo menos as folhas tabulares isoladas, como o *S. Cristóvão* de 1423, com dísticos mais ou menos extensos saíndo da bôca dos personagens, são de muitos anos anteriores às primeiras impressões com tipos móveis. Isto, que é o suficiente para estabelecer a precedência dos caracteres fixos, não o pode Schreiber recusar, como o próprio Fumagalli implicitamente o reconhece quando diz: «Das tábuas xilográficas, que conteem incisões didascálicas, quer estas sejam os nomes dos santos ou doutras pessoas representadas, quer sejam palavras que se lhes atribuam, quer sejam os versículos bíblicos que as imagens servem para ilustrar, é fácil a transição para a estampa com texto em caracteres móveis; por isso não é improvável a opinião dos que crêem que essa transição fôsse motivada pela necessidade de mudar os nomes ou de corrigir qualquer êrro do gravador.»

Voltando ao nosso propósito, repetiremos que, descoberta a impressão em caracteres fixos, só faltava dar o último passo, que era tornar móveis os caracteres; passo decisivo que realmente fêz da imprensa a invenção mais notável e mais fecunda que o génio do homem tem produzido. Quem deu êste último passo? Quem inventou a imprensa móvel? João Gaensfleich, vulgarmente chamado *João Gutenberg (Joannes Bonimontis*, na metonomásia latina), alemão de Mogúncia, é o homem que reúne em seu favor a maioria das opiniões, mas com segurança, com absoluta segurança, não podemos afirmar que êle o haja sido realmente. Os holandeses pretendem esta glória para o seu compatriota Lourenço Coster de Haarlem, os habitantes de Praga querem-na para um seu patrício, Procóprio Waldfoghel, e os italianos, por seu lado, reivindicam-na para Panfilo Castaldi, de Feltro. Na própria Alemanha, Estrasburgo tenta disputar a glória a Mogúncia, dizendo ter sido o célebre tipógrafo estrasburguês João Mentelin o inventor da imprensa móvel. A-pesar-de tudo, é a Gutenberg que geralmente se atribui a grande invenção.


Acabousse de empremyr o cancyoneyro geerall. Com preuilegio do muyto alto ⁊ muyto poderoso Rey dom Manuell nosso senhor. Que nenhũa pessoa o possa empremir nẽ troua que nelle vaa. sob pena de dozentos cruzad° ⁊ mais perder todollos volumes que fizer. Nem menos o poderam trazer de fora do reyno a vender ahynda q̃ la fosse fejto so a mesma pena atras escrita. Foy ordenado ⁊ emẽdado por Garçia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor ⁊ escriuam da fazenda do principe. Comecouse em almeyrym ⁊ acabousena muyto nobre ⁊ sempre leall çidade de Lixboa. Per Hermã de cãpos alemã bõbardeyro delrey nosso senhor ⁊ empremjdor. Aos xxviij. dias de setẽbro da era de nosso senhor Jesu cristo de mil ⁊ quynhent° ⁊ xvi anos.

PÁGINA FINAL DO *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rèzende
Fecho do impressor Hermão de Campos. (Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

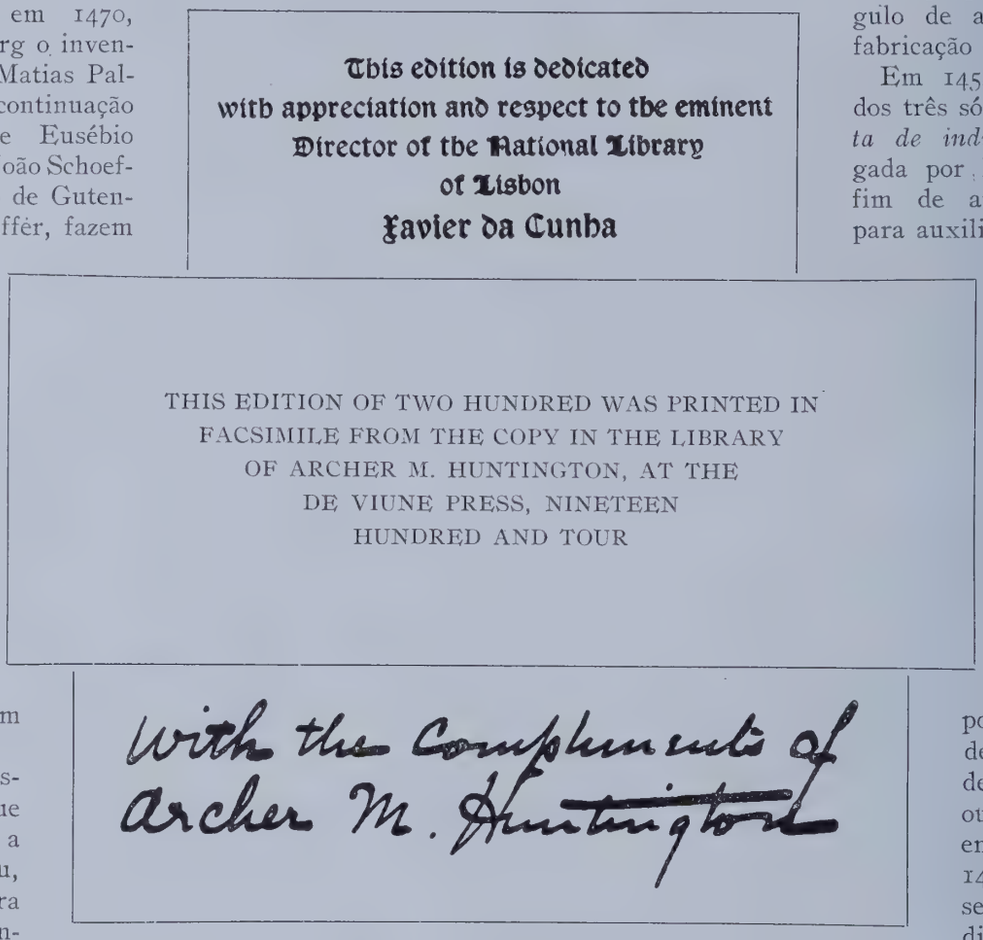
Diremos, no entanto, que é muito provável que Lourenço Coster, ou outro holandês, tivesse conhecido antes de Gutenberg os tipos móveis de madeira. Autorizam esta hipótese as várias edições dos *Donatos*, parte em tipos fixos, parte em tipos móveis, que parece terem sido impressos na Holanda; autoriza-a também a declaração de Ulrico Zell, primeiro impressor em Colónia e discípulo de Gutenberg, que diz haver sido feita em Mogúncia a invenção da imprensa, mas que a idea veio da Holanda e dos *Donatos* que lá se estampavam. Em todo o caso a realização prática do invento, que consiste na adopção dos caracteres móveis de metal, essa pertence, segundo a maior probabilidade, a Gutenberg. Vejamos os factos averiguados.

Sabemos por documentos irrefragáveis que em 1438 estava João Gutenberg em Estrasburgo emigrado por motivos políticos e ali constituia sociedade com João Riffe, André Dritzehen e André Heilmann, para explorar o fabrico de *espelhos (Spiegeln)*. É preciso notar que *espelho* (em alemão *Spiegel* e em latim *speculum)* tanto pode interpretar-se como significando o objecto que realmente tem êste nome, como a primeira palavra do título da obra então muito divulgada pela xilografia, o *Speculum humanæ salvationis*. Por morte de André Dritzehen levantou-se questão por parte dos herdeiros dêste contra Gutenberg. Existe o processo autêntico desta questão, no qual depuseram várias testemunhas. Uma declara ter fornecido chumbo para a sociedade, outra refere-se claramente à existência de fôrmas e de uma prensa *(Formen, Presse)*, na oficina da sociedade, outra ainda, um ourives, diz ter recebido uma soma superior a 100 florins pelo fornecimento de artigos destinados à *imprensa, das zu dem Trucken gehœret;* uma quarta testemunha, finalmente, pinta Gutenberg como um homem taciturno e solitário que escondia dos associados *certas artes*. O que

em resumo ressalta de todos êstes depoïmentos é que Gutenberg realmente praticava a impressão e se servia de uma prensa e quási certamente de caracteres metálicos (1). Acrescem ainda, a favor de Gutenberg, as declarações de autores seus contemporâneos: Guilherme Fichet, prior da Sorbona, que conviveu com discípulos de Gutenberg e que numa carta posta à frente do *Gasparini Pergamensis orthographiae liber,* publicado em 1470, proclama Gutenberg o inventor da imprensa. Matias Palmerius, na sua continuação das *Histórias* de Eusébio (Veneza, 1483), e João Schoeffer, filho do sócio de Gutenberg, Pedro Schoeffer, fazem a mesma afirmativa; e, o que é mais, o próprio Pedro Schoeffer, ex-sócio e rival de Gutenberg, proclama êste e Fust os inventores da imprensa, numa poesia impressa no final da sua edição das *Institutas* de Justiniano, em 1468 (2).

Dos sucessos posteriores sabemos que Gutenberg perdeu a demanda e voltou, talvez em 1444, para Mogúncia, onde continuou os seus trabalhos. São dêste período alguns preciosos fragmentos, reconhecidamente impressos em tipos móveis, sem indicação de tipógrafo, mas muito provàvelmente de Gutenberg: um poemeto alemão sôbre o *Juízo Final,* porventura a mais antiga impressão em tipos móveis, a que se atribui a data de 1445 ou 46, e que se guarda no Gutenberg-Museum de Mogúncia; um *Calendário* para o ano de 1448, e alguns *Donatos.* Mas poucos anos imprimiu só. A falta de recursos, provàvelmente, para trabalhos de maior monta levou-o em 1449 a constituir sociedade com o seu compatrício João Fust, com o qual contratou imprimir uma Bíblia. Parece que as primeiras tentativas não deram grande resultado; mas em 1452 a entrada de um novo sócio, Pedro Schoeffer, calígrafo habilíssimo, que fôra discípulo da Universidade de Paris, veio contribuir decisivamente para remover as últimas dificuldades. Podemos ter como certo que nesta altura já Gutenberg tinha resolvido os problemas de obter folhas nítidas, opistógrafas, por meio da prensa, e de conseguir caracteres mais resistentes e de fabricação mais fácil que os de madeira, caracteres metálicos; o que lhe faltaria (e foi provàvelmente a contribuïção de Schoeffer) seria resolver a questão de fabricar caracteres mais perfeitos por meio da matriz e do punção, em vez do molde de barro de que até então se tinha servido, e de encontrar uma liga metálica mais própria (chumbo e régulo de antimónio) para a fabricação dos caracteres.

Em 1454 saíu da oficina dos três sócios a célebre *Carta de indulgências* promulgada por Nicolau V com o fim de angariar donativos para auxiliar o rei de Chipre na guerra contra os turcos, e da qual há umas 11 edições tiradas em 1454 e 55, em 30 e 31 linhas. Ao mesmo passo os sócios trabalhavam na impressão da *Bíblia* que efectivamente veio a ser concluída e posta à venda em fins de 1455 ou princípios de 1456 (1). Mas um ou dois meses antes, em Novembro de 1455, já Gutenberg se havia desentendido com os colegas, saíndo da sociedade para ir montar oficina à parte. Assim Fust e Schoeffer, que parece não haverem procedido muito lisamente com o pobre inventor, foram afinal os únicos a tirar proveito do trabalho, e mais uma vez Gutenberg se viu a braços com tôdas as dificuldades.



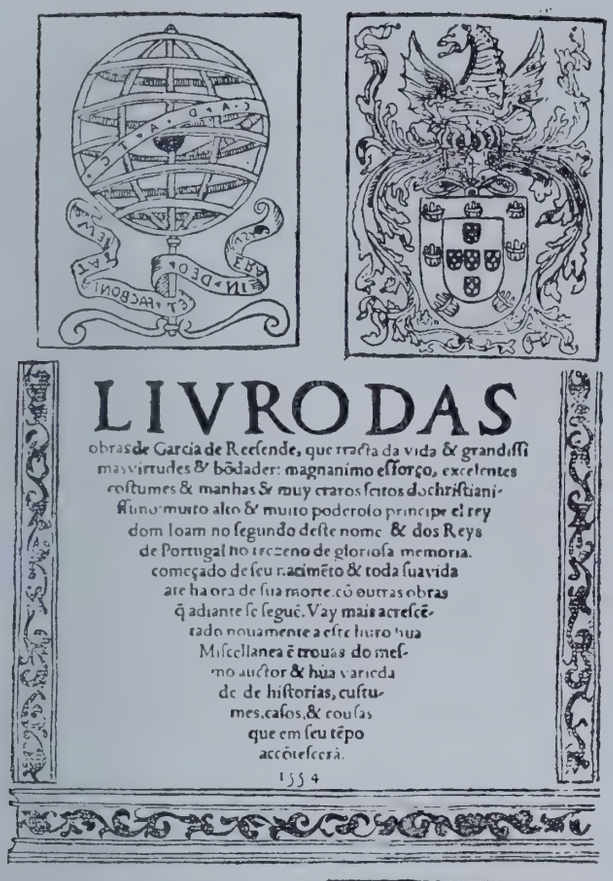
Do *Cancioneiro Geral* fêz o milionário americano sr. Archer M. Huntington uma rara reprodução facsimilada, de que as Bibliotecas Nacional de Lisboa e da Universidade de Coimbra possuem exemplares. Essa rara edição contem uma dedicatória ao dr. Xavier da Cunha e uma justificação da tiragem, que reproduzimos. Damos também o fac-simile do cartão de oferecimento do sr. Huntington que acompanha o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa

A Bíblia de 1455, trabalho principalmente de Gutenberg e o mais célebre de todos os livros impressos, conhecida por *Bíblia das 42 linhas* ou *Bíblia Mazarina,* por ter sido o exemplar do cardial Mazarino o que serviu para os primeiros estudos em França, é a mais antiga obra de tomo impressa pelo processo dos tipos móveis. Dela existem ainda hoje uns 41 exemplares, dos quais 12 em pergaminho, sendo em papel o que pertence à Biblioteca Nacional de Lisboa. É êste exemplar em dois volumes, compreendendo 639 folhas, a 2 colunas, com 42 linhas por coluna na maioria das páginas e mais duas folhas brancas, caracteres góticos, sem foliação, reclamos nem assinaturas, e com epígrafes e letras capitulares escritas

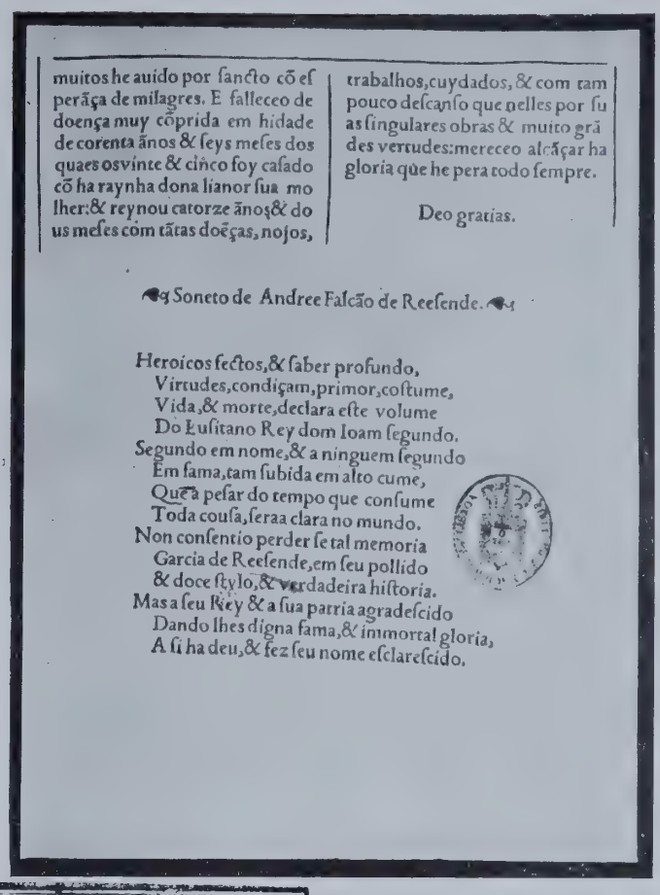
(1) O processo foi publicado por Léon de Laborde, nos seus *Débuts de l'imprimerie à Strasbourg,* Paris, 1840.

(2) Pedro Schoeffer não menciona positivamente os nomes de Gutenberg e Fust; mas, dizendo que os inventores da imprensa foram *dois homens de nome João,* certamente é a João Gutenberg e a João Fust que se refere. V. *La Grande Encyclopédie* (Berthelot); *sub-vb.°* Imprimerie.

(1) O exemplar que foi do cardial Mazarino tem uma nota manuscrita do vigário da igreja de Santo Estêvão de Mogúncia, em que êste diz ter acabado de encadernar e iluminar, por suas próprias mãos, o 1.° volume, no dia da festa de S. Bartolomeu (13 de Junho) de 1456, e o 2.° no dia 15 de Agôsto. V. H. Bouchot, *Le Livre,* Paris, s. d., p. 30-32.



Rosto do *Livro das obras* de Garcia de Rèzende, edição de 1554


muitos he auido por sancto cõ es perãça de milagres. E falleceo de doença muy cõprida em hidade de corenta ãnos & seys meses dos quaes os vinte & cinco foy casado cõ ha raynha dona Ianor sua mo lher: & reynou catorze ãnos & do us meses cõm tãtas doẽças, nojos, trabalhos, cuydados, & com tam pouco descanso que nelles por su as singulares obras & muito grã des vertudes: mereceo alcãçar ha gloria q̃ he pera todo sempre.

Deo gratias.

Soneto de Andree Falcão de Reesende.

Heroicos sectos, & saber profundo,
Virtudes, condiçam, primor, costume,
Vida, & morte, declara este volume
Do Lusitano Rey dom Ioam segundo.
Segundo em nome, & a ninguem segundo
Em fama, tam subida em alto cume,
Que a pesar do tempo que consume
Toda cousa, seraa clara no mundo.
Non consentio perder se tal memoria
Garcia de Reesende, em seu pollido
& doce stylo, & verdadeira historia.
Mas a seu Rey & a sua patria agradecido
Dando lhes digna fama, & immortal gloria,
A si ha deu, & fez seu nome esclarecido.

Página do *Livro das obras* de Garcia de Rèzende, edição de 1554

e ornadas à mão, a vermelho e azul. A impressão é perfeitíssima; inexcedíveis o registo e a justificação (1). Os diversos exemplares da *Bíblia Mazarina* diferem entre si em vários pormenores da composição, no trabalho dos rubricadores e na disposição dos livros que a compõem. Os raríssimos exemplares aparecidos à venda nos últimos tempos têm atingido preços elevadíssimos; por um dêles, em pergaminho, deu o ilustre bibliófilo norte-americano Archer Huntington a soma de 50.000 *dollars*. O da Biblioteca Nacional de Lisboa custou apenas 700$000 réis, em 1805, e foi comprado aos livreiros Borel & Borel, de Lisboa, que o haviam adquirido em Paris pouco tempo depois da extinção dos conventos em França.

(1) *V.* a notícia dêste exemplar, por Aquilino Ribeiro, publicada no n.º 3 dos *Anais*.

Rosto do *Livro das Obras* de Garcia de Rèzende impresso em Lisboa, por Luís Rodrigues, em 1545 (vermelho e preto)

Dezoito meses depois da publicação da Bíblia, em Agôsto de 1457, concluiram Fust e Schoeffer a impressão do Psaltério *(Psalmorum codex)*, que provàvelmente foi ainda começada com o auxílio de Gutenberg e que é o primeiro livro que tráz a data e os nomes dos impressores Fust e Schoeffer. Trabalho ainda mais perfeito que a Bíblia, o Psaltério abona grandemente a habilidade de Schoeffer, que em tão pouco tempo conseguia elevar a impressão móvel a tão alto grau de perfeição. São incompletos os poucos exemplares que dêle existem. Seguiram-se, em 1458, um *Canon missae* e, em 1459, uma 2.ª edição do *Psalmorum codex* e o *Rationale divinorum officiorum*, de Durand. Neste último livro manifesta-se um novo progresso na arte da impressão: as iniciais a vermelho são também impressas. O

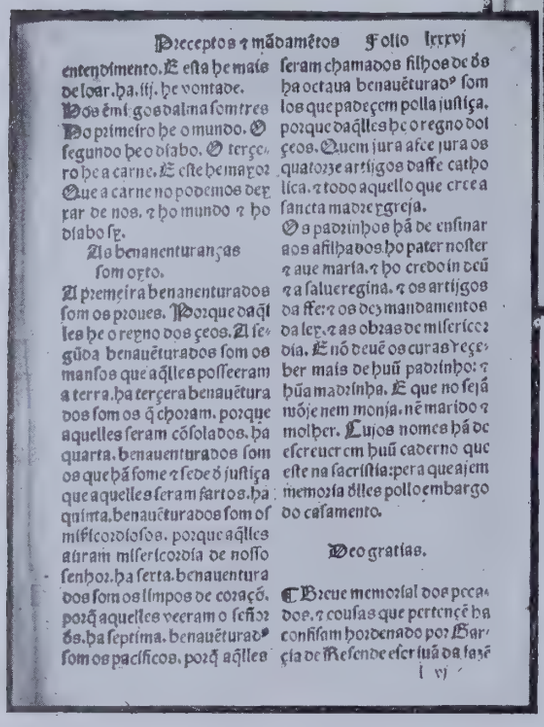
Rationale marca o início da impressão a côres.

¿Entretanto que fazia Gutenberg? Perante o êxito dos seus antigos companheiros aliava-se a um novo sócio, Conrado Humery, síndico de Mogúncia, trabalhava afincadamente, segundo se julga, na impressão de uma Bíblia que parece ser a famosa Bíblia das 36 linhas a que mais adiante nos referimos (1), e conseguia em 1460

C Manuale secundū consuetudi nem alme Colymbricñ. ecclesie.

ROSTO, IMPRESSO A VERMELHO E PRÊTO, DO *Manuale fecundu confuetudinem alme Colymbrieñ. ecclefie*, impresso em Lisboa, no ano de 1518, por Nicolau Gazini, piemontês. Brasão de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra. (Ex. da Bib. Nacional de Lisboa).

Dêste impressor Nicolau Gazini, que do Piemonte veio procurar fortuna neste longínquo Portugal, não se conhece outro trabalho mais do que êste *Manuale*. Insere uma estampa no verso de fl. xv que representa Jesus crucificado, tendo aos pés a Virgem e S. João. A página lxxxvj desta obra começa o *Breue memorial dos pecados*, ordenado por Garcia de Rèzende, e que foi das suas obras, no seu tempo, a mais editada.



Preceptos ⁊ mãdamẽtos Folio lxxxvj

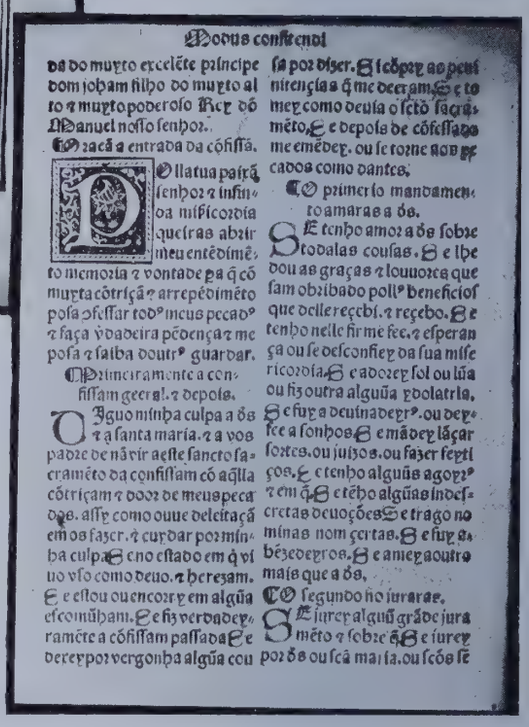
entendimento. E esta he mais de loar. ha. iij. he vontade.
Dos ẽmigos da alma somtres
Do primeiro he o mundo. O segundo he o diabo. O terçeiro he a carne. E este he mayor Que a carne no podemos deyxar de nos. ⁊ ho mundo ⁊ ho diabo sy.
As benauenturanças som oyto.
A primeira benauenturados som os proues. Porque daq̃lles he o reyno dos ceos. A segũda benauẽturados som os mansos que aq̃lles possseeram a terra. ha terçera benauẽturados som os q̃ choram. porque aquelles seram cõsolados. ha quarta. benauenturados som os que hã fome ⁊ sede ó justiça que aquelles seram fartos. ha quinta. benauẽturados som of misericordiosos. porque aq̃lles aũram misericordia de nosso senhor. ha sexta. benauenturados som os limpos de coraçõ. porq̃ aquelles veeram o sefhor ós. ha septima. benauẽturados som os pacificos. porq̃ aq̃lles seram chamados filhos de ós ha octaua benauẽturados som los que padeçem polla justiça. porque daq̃lles he o regno dos ceos. Quem jura afee jura os quatorze artijgos daffe catholica. ⁊ todo aquello que cree a sancta madre igreja.
O s padrinhos hã de ensinar aos afilhados ho pater noster ⁊ aue maria. ⁊ ho credo in deũ ⁊ a saluerегina. ⁊ os artijgos da fee ⁊ os dez mandamentos da ley. ⁊ as obras de misericordia. E nõ deuẽ os curas de reçeber mais de huũ padrinho: ⁊ hũa madrinha. E que no seja mõje nem monja. nẽ marido ⁊ molher. Cujos nomes hã de escreuer em huũ caderno que este na sacristia: pera que ajem memoria dlles pollo embargo do casamento.

Deo gratias.

C Breue memorial dos pecados. ⁊ cousas que pertençẽ ha confisam hordenado por Garçia de Resende escriuã da fazẽ

[vj]

PÁGINA LXXVJ ONDE COMEÇA O *Breve memorial dos pecados* de Garcia de Rèzende



Modus confitendi

da do muyto excelẽte principe dom joham filho do muyto alto ⁊ muyto poderoso Rey dõ Manuel nosso senhor.
E aca a entrada da cõfissã.
O llatua pairã senhor ⁊ infinita misericordia queiras abrir meu entẽdimẽto memoria ⁊ vontade pa q̃ cõ muyta cõtriçã ⁊ arrepẽdimẽto posa cõfessar todos meus pecados ⁊ faça verdadeira pẽdença ⁊ me posa ⁊ saiba doutro guardar.
C Primeiramente a confissam geral. ⁊ depois.
Diguo minha culpa a ós ⁊ a santa maria. ⁊ a vos padre de nãvir aeste sancto sacramẽto da confissam cõ aq̃lla cõtriçam ⁊ dor de meus pecados. assy como ouue deleitaçã em os fazer. ⁊ cur dar por minha culpa & eno estado em q̃ vi uo vso como deuo. ⁊ he resam. E estou ou encorro y em alguũa escomũham. E fiz verdadeyramẽte a cõfissam passada E dereypor vergonha alguũa cousa por dyser. E cõpry ao penitencias q̃ me deram E tomey como deuia o sancto sacramẽto, E depois de cõfessado me emẽdey. ou se torne aos pecados como dantes.
C O primeiro mandamento amaras a ós.
E tenho amor a ós sobre todalas cousas. E he dou as graças ⁊ louuores que sam obrjbado pollo beneficios que delle reçebi. ⁊ reçebo. E tenho nelle firme fee. ⁊ esperança ou se desconfiey da sua misericordia. E adorey sol ou lũa ou fiz outra alguũa ydolatria. E fuy a deuinadeyro. ou deyxee a sonhos E emãdey lãçar sortes. ou juizos. ou fazer feytiços. E tenho alguũs agoyros em ã. E tẽho alguũas indecretas de deuoções E trago nominas nom certas. E fuy a bẽzedeyros. E a mey a outro mais que a ós.
C O segundo no jurarae.
E jurey alguũ grãde juramẽto ⁊ sobre ẽ. E jurey por ós ou scã maria. ou scós se

PÁGINA ONDE SE CONTINUA A OBRA DE GARCIA DE RÈZENDE *Breve memorial dos pecados*

dar à publicidade o célebre *Catholicon*, de Balbi. O livro é datado, mas não traz o nome do impressor, que a grande maioria dos autores crê ter sido Gutenberg, embora haja quem o atribua ao seu discípulo Henrique Bechtermuntze, que em 1467 imprimiu em Eltvil um *Vocabularium* com os mesmos tipos. Diz no *colophon:* «...foi concluido o Catholicon, êste livro admirável, no ano da encarnação do Salvador M.cccclx, na mãe-pátria Mogúncia, insigne cidade da Alemanha, que Deus na sua clemência se dignou tornar a mais ilustre e a primeira das cidades : e êste livro foi acabado sem o meio ordinário do cálamo ou da pena, mas pela admirável disposição, combinação e modelagem de fôrmas e padrões...» (2). Os caracteres do *Catholicon* são, porém, menos belos que os das impressões de Schoeffer, e as rubricas feitas à mão.

No mesmo ano Fust e Schoeffer publicavam as *Clementis Papae Quinti Constitutiones*, com as glosas e comentários enquadrando o texto, como se usava nos códices manuscritos, o que representa um novo progresso na arte da impressão. Realmente Schoeffer sabia aproveitar e aperfeiçoar de forma notável a idea que Gutenberg havia concebido. Por sua parte Gutenberg, segundo se supõe (porque infelizmente não pôs o nome em nenhum trabalho), imprimia em 1461 a *Summa de articulis fidei S. Thomae* e outros trabalhos, um dos quais deve ser a famosa *Bíblia das 36 linhas*, cujos caracteres são iguais aos das *Cartas de indulgências* de 1454 e que provàvelmente foi impressa com a colaboração do seu discípulo Alberto Pfister, a quem por alguns é atribuida. Êste mesmo Alberto Pfister, indo seguidamente estabelecer-se em Bamberg, ali imprimiu, ainda em 1461, umas célebres *Fabulas* de Bohner, com gravuras, e no ano seguinte o *Livro das quatro historias*. Neste mesmo ano de 1462 imprimiam Fust e Schoeffer em Mogúncia a célebre *Bíblia das 48 linhas;* edição notabilíssima, em dois volumes e a duas colunas, com data e os nomes e divisa dos seus impressores. Desta Bíblia, que também é chamada *Bíblia de Mogúncia*, temos em Portugal dois exemplares : um na Biblioteca da Universidade de Coimbra e outro na Academia das Sciências de Lisboa.

Terminaremos por aqui a história dos primórdios da imprensa... O que queremos acentuar desde já é que os primeiros livros impressos se confundem quási, em muitas das suas características, com os códices manuscritos : a mesma grafia de sinais e abreviaturas, a mesma ornamentação de rúbricas e iluminuras em muitos casos,

(1) Johannes Philippus de Lignamine, na sua *Chronica Summorum Pontificum*, Romae, 1474, diz a fl. 124, referindo-se ao ano de 1459 : «*Jacobus cognomento Gutenbergo patria Argentinus & quidam alter cui nomen Fustus, imprimendarum litterarum in membranis cum metallis formis periti, trecentas cartas quisque eorum per diem innotescunt apud Moguntiam Germaniae civitatem. Johannes quoque Mentelinus nuncupatus... totidem cartas eodem artificio per diem imprimere agnoscitur.*» À parte a circunstância de chamar Jacobus a Gutenberg e de lhe dar por pátria Estrasbrugo, o que principalmente há a notar é dizer o autor que João Mentelin *(Johannes Mentelinus)* imprimia já também em 1459 trezentas folhas por dia, com caracteres de metal. ¿Seria João Mentelin do número dos discípulos que Gutenberg porventura houvesse deixado em Estrasburgo? É possível que sim.

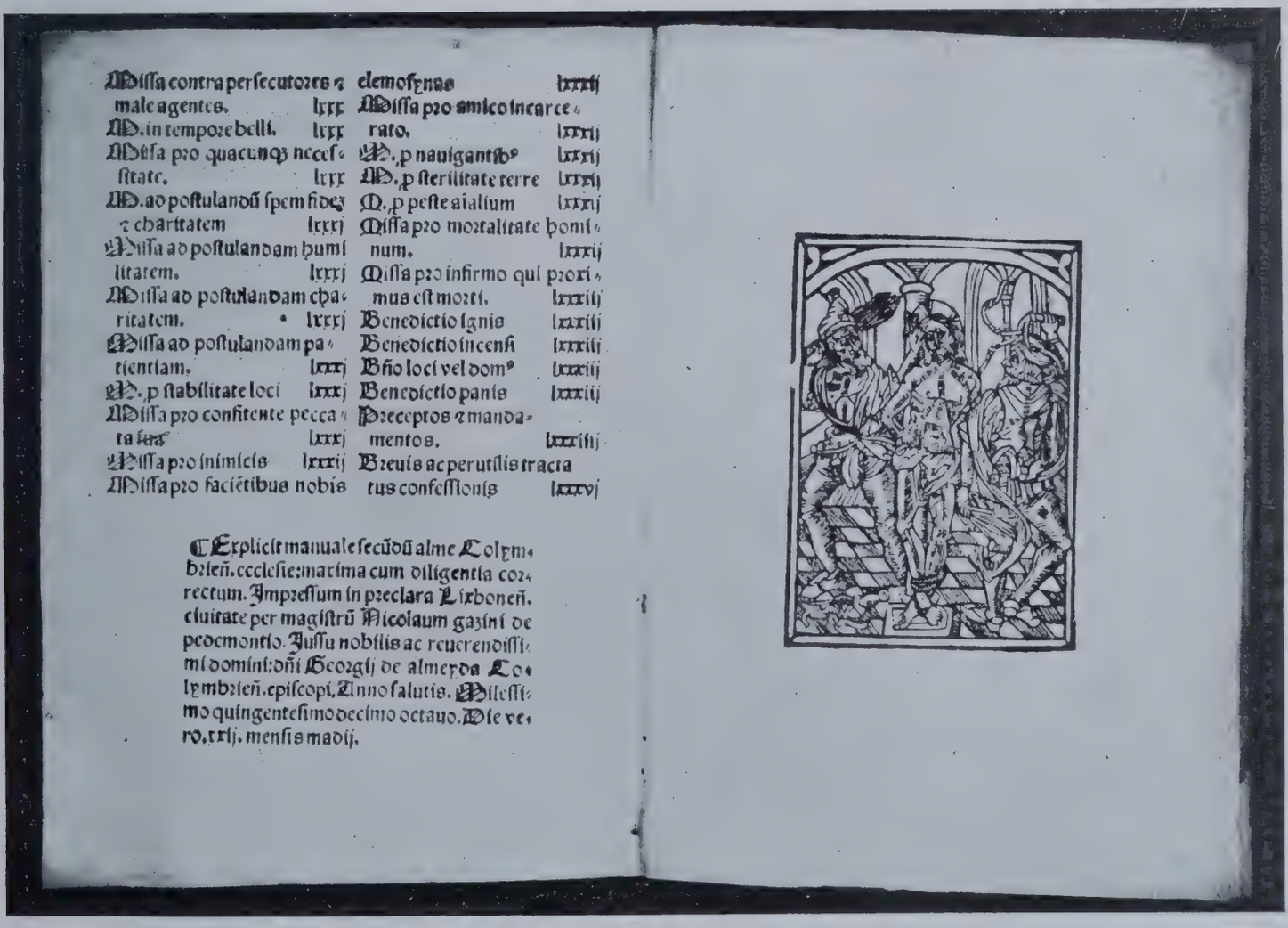
(2) «...*Non calami. ftili. aut penne fuffragio. fz mira patronay formay qz concordia pportione et modulo. impreffus ataz confectus eft.*»

a mesma disposição e a mesma forma nas partes constitutivas do livro. Para mais, falta o nome e a menção de impressão, em muitos casos também. Parece que os primeiros impressores pretendiam inculcar como manuscritos os seus trabalhos, e compreende-se que assim fôsse em face dos descontentamentos que a invenção havia de provocar por parte de todos os que viviam de copiar e iluminar livros. Não faltou quem acusasse de feiticeiros os novos artífices, e com efeito alguma coisa de estranho se dava com êsses homens que, isolados dos olhares profanos, rodeados de caixas e cadinhos, conseguiam com uma rudimentar prensa de parafuso extrair em poucos meses mais exemplares, perfeitos e admiráveis, do que todos os que muitas dezenas de copistas podiam copiar em alguns anos.»

Difusão da tipografia

Descoberta a tipografia, logo o invento famoso irradiou pelo mundo. Aparecida em Mayença a *Bíblia* célebre, começada por 1450 ou 52 e terminada de 1455-56, logo Conrad Sweynheym e Arnold Pannartz a transportaram para o Convento de Subiaco, perto de Roma, onde em 1465 imprimiram o *De divinis institutionibus*. Depois da Alemanha foi a Itália a primeira nação que conheceu a nobre arte tipográfica. Se quisermos ver a ordem da sua introdução nos vários países da Europa encontraremos seguindo-se à Itália a Suiça. Elias Elie com Jean Doerflinger e Ulrich Gering imprimiram em Beromuenster, cantão de Lucerna, em 1470, o *Mammotrectus*. Mas ao mesmo tempo que a Suiça, a França, mercê das diligências de Guilherme Fichet e Jean Heynlin, da Sorbonne, lograva ver pelos prelos de Ulrich Gering, de Constança, de Michel Friburger, de Colmar, de Martin Crantz, de Spire, associados, o seu primeiro livro impresso. Êsse volume, de 1470, intitulava-se *Gasparini pergamensis clarissimi oratoris epistolarum liber*, um in-4.° de 117 folhas úteis. Só em 1476 a França logrou ver impresso, por um impressor francês, o primeiro livro, datado, no seu idioma. Chamava-se o homem Pasquier Bonhomme. Era a obra *Les Chroniques de France (appelées chroniques de Saint-Denys, depuis les Troiens jusq'à la mort de Charles VII, em 1461)* e saíu em Paris.

A Bélgica e a Holanda viram chegar a tipografia no mesmo ano, 1473. A da Bélgica chegou-lhe por Alost, onde Dierick Martenz ou Martens imprimiu o *Speculum conversionis peccatorum*, a da Holanda por Utrecht, onde Nicolas Ketelaer e Gerhard de Leempt imprimiram a *Historia scholastica Novi Testamenti*. No ano seguinte, 1474, chegava a vez a Espanha. Lamberto Palmart e Afonso Fernandez de Córdova imprimiam em Valência alguns livros sem data, nem nome de oficina. Em 1477 chegou a de Inglaterra, pela actividade do seu célebre William Caxton — que, protegido por Thomas Milling, instala na abadia de Westminster o primeiro prelo inglês. A Suécia conheceu a tipografia em 1483. Foi Jean Snell que lha revelou imprimindo os *Dyalogus creaturarum*



Missa contra persecutores ⁊ male agentes. lxxx
M. in tempore belli. lxxx
Missa pro quacunq; necessitate. lxxx
M. ad postulandū spem fidez ⁊ charitatem lxxxj
Missa ad postulandam humilitatem. lxxxj
Missa ad postulandam charitatem. lxxxj
Missa ad postulandam patientiam. lxxxj
M. p stabilitate loci lxxxj
Missa pro confitente peccata sua lxxxj
Missa pro inimicis lxxxij
Missa pro faciētibus nobis elemosynas lxxxij
Missa pro amico incarcerato. lxxxij
M. p nauigantib⁹ lxxxij
M. p sterilitate terre lxxxij
M. p peste aialium lxxxij
Missa pro mortalitate hominum. lxxxij
Missa pro infirmo qui proximus est morti. lxxxiij
Benedictio ignis lxxxiij
Benedictio incensi lxxxiij
Bñio loci vel dom⁹ lxxxiij
Benedictio panis lxxxiij
Preceptos ⁊ mandamentos. lxxxiiij
Breuis ac perutilis tractatus confessionis lxxxvj

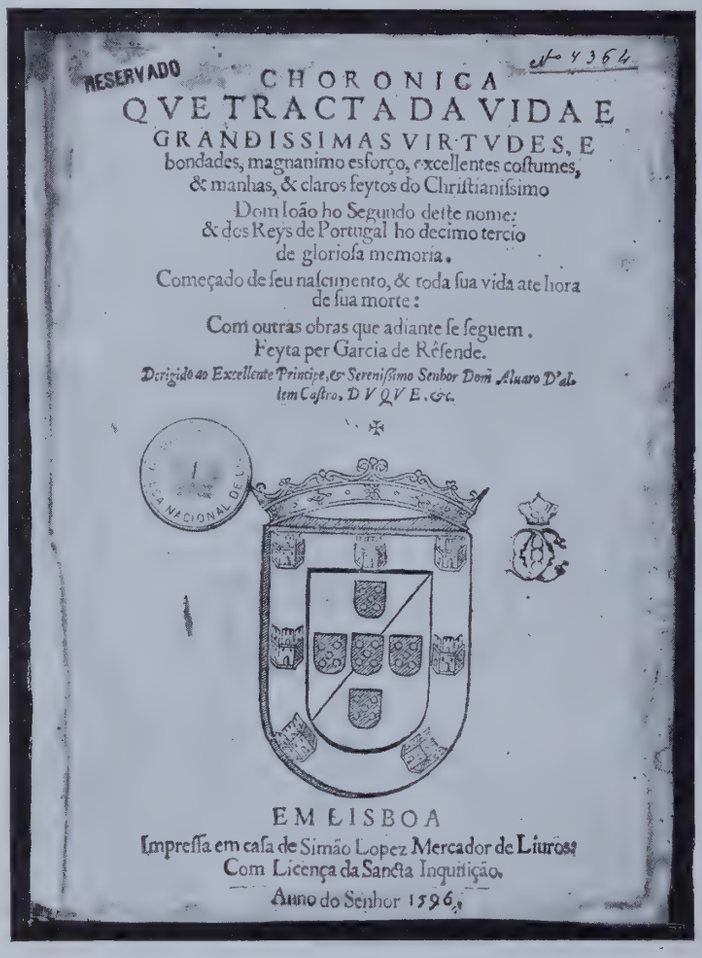
¶ Explicit manuale secūdū alme Colymbrieñ. ecclesie: maxima cum diligentia correctum. Impressum in preclara Lixboneñ. ciuitate per magistrū Nicolaum gazini de pedemontio. Jussu nobilis ac reuerendissimi domini: dñi Georgij de almeyda Colymbrieñ. episcopi. Anno salutis. Millessimo quingentesimo decimo octauo. Die vero. xxij. mensis madij.

PÁGINAS FINAIS DO LIVRO *Manuale fecundu confuetudinem alme Colymbrieñ. ecclefie*, onde se publicou a obra de Garcia de Rèzende, *Breve memorial dos pecados*, em 1518

moralizatus, em Stockolmo. A Dinamarca foi irmã de Portugal na data em que lhe foi revelado o grande invento de Gutenberg. Em 1487 Stephen Arndes, depois de ter trabalhado em Lubeck, imprimia em Schleswig um *Missale secundum ritum Ecclesiæ Slesvicensis*. Em Portugal, um judeu, Samuel Gacon, em Faro, dava-nos práticamente a revelação da descoberta.

Se quisermos a data da introdução da imprensa em algumas das cidades que mais tarde tipográficamente se haviam de tornar célebres encontraremos que os prelos chegaram a Augsbourg, hoje notável pelas suas excelentes máquinas de impressão em 1468, a Nuremberg em 1470, a Florença em 1471, a Nápoles em 1471 ou 1472, a Cremona, donde nos havia de vir um tipógrafo ilustre, o nosso João Pedro Bonhomini, a Pádua, Mântua e Parma, Bruges e Lyon, em 1472, a Louvain em 1475, a Anvers, Bruxelas, Toulouse e Saragoça, em 1476, a Sevilha e Angers, em 1477, a Barcelona, Oxford, Bomberg e Eichstaedt em 1478, a Leipzig, hoje o empório do movimento tipográfico, Poitiers e Lerida em 1479; a Bale em 1480, a Salamanca em 1481, a Munich em 1482, a Gand em 1483, a Harlem em 1484, a Delft e Rennes em 1485, a Abbeville em 1486, a Orleans em 1490, a Dijon em 1491, a Nantes em 1493, a Turim e Tours em 1494, a Limoges em 1496, a Avignon em 1497 e a Perpignan em 1500.

Entre nós, portugueses, a difusão foi de Faro, 1487, para Lisboa, onde se mostrou em 1489. Seguidamente apareceu em Leiria, 1492, em Braga, 1494, e no Pôrto, em 1497. Os primeiros impressores e os primeiros livros impressos foram hebraicos.


RESERVADO

CHORONICA
QVE TRACTA DA VIDA E
GRANDISSIMAS VIRTVDES, E
bondades, magnanimo esforço, excellentes costumes,
& manhas, & claros feytos do Christianissimo
Dom Ioão ho Segundo dette nome:
& dos Reys de Portugal ho decimo tercio
de glorioſa memoria.
Começado de seu nascimento, & toda sua vida ate hora
de sua morte:
Com outras obras que adiante se seguem.
Feyta per Garcia de Rẽsende.
Dirigido ao Excellente Principe, & Serenissimo Senhor Dom Aluaro D'alem Castro, D V Q V E. &c.

EM LISBOA
Impressa em casa de Simão Lopez Mercador de Liuros:
Com Licença da Sancta Inquisição.
Anno do Senhor 1596.

ROSTO DA *Crónica de D. João II*, de Garcia de Rèzende, impressa em Lisboa por Simão Lopes em 1596. (Exemplar da Bib. Nac. de Lisboa)

A tipografia hebraica

BIBLIOGRAFIA: — António Ribeiro dos Santos — *Memoria sobre as origens da typographia em Portugal no seculo* XV. (No tomo VIII das *Memorias da Litteratura da Academia Real das Sciencias de Lisboa)*. Lisboa, 1856; Mosés Amzalak — *A tipografia hebraica em Portugal no seculo* XV. Coimbra, 1922; Tito de Noronha — *Ensaios sobre a historia da imprensa*. Lisboa 1857; *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra...* Lisboa, 1729; e *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.º 3, 1920, *(Bibliografia dos Incunábulos Portugueses*, de Raúl Proença e António Anselmo.

Conrado Haebler: *The Early Printers of Spain and Portugal*. London, 1896; *Die Büchermarken oder Buchdruker und Verlegerzeichen, Spanische und Portugies is che Bücherzeichen der* XV *und* XVI *Jahrhunderts*, Strasburg, 1898; *Tipografia ibérica del siglo* XV. La Haya, 1902; *Bibliografia ibérica del siglo* XV. Leipzig — La Haya, 1904-1917. Mais completa bibliografia pode ver-se nos *Anais das Bib. e Arq.* citados.

A indústria tipográfica foi estabelecida em Portugal pelos judeus. «Esta tipografia — no dizer de Ribeiro dos Santos — começou de luzir com explendor e apuramento; e pelas brilhantes edições que logo apresentou de seus prélos, bem fundadas esperanças nos dava de apostar perfeições e gentilezas em tôdas as oficinas das nações estranhas. Entrou porém em nossos reinos com má estreia, e foi sua existência de curta duração; porque a vio acabar o mesmo seculo que a vira nascer. O odio com que olhavamos os hebreos; a desconfiança em que estavamos de todos os seus livros hebraicos, suppondo ser desvario tudo o que nelles se escrevêra; e o temor de que por meio da impressão se propagassem as doutrinas de Talmud, de que tanto mal se havia dito, excitáram os clamores de alguns cristãos, que, com mais piedade que sabedoria, desaprováram indistinctamente todas as obras do Hebraismo, e trabalháram por arrancar em seu mesmo nascimento este ramo da litteratura sagrada, de que podiamos ter colhido grandes fructos. Por fim o decreto de 1496 que desterrou de Portugal os hebreos, e outro de 1497, por que se prohibio aos que cá ficaram a titulo de conversos todos os livros em hebreo, desanimou inteiramente a litteratura hebraica, tornou inutil os seus prélos e fez sahir de Portugal para estranhas terras huma typographia tão util e vantajosa, que então nos honrou e que ainda hoje nos podia muito ennobrecer em suas obras» (1).

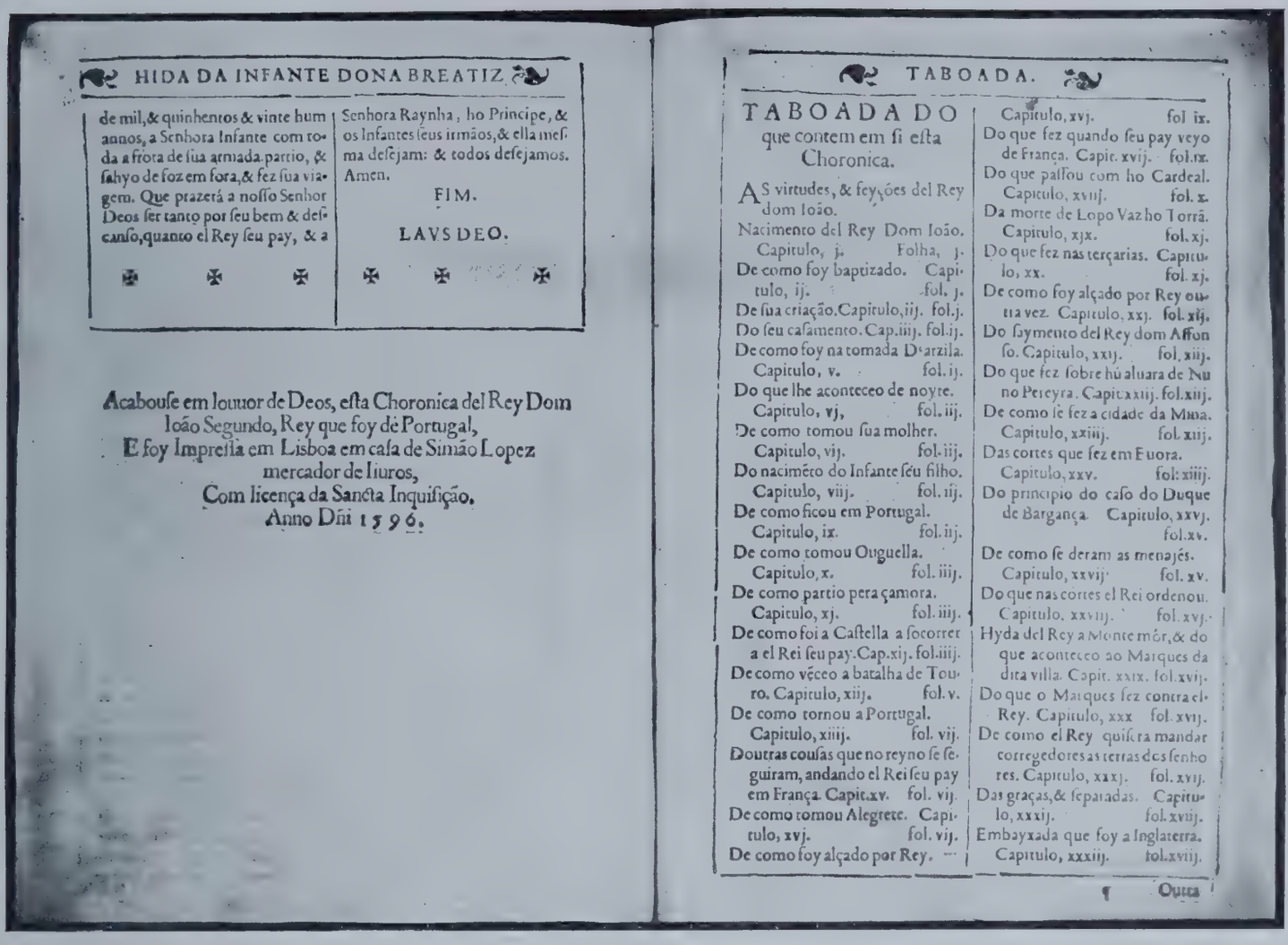
Os primeiros prelos de Portugal vieram, no século XV, de Itália e de Espanha.

A florescência da literatura hebraica era, então, em Portugal tão grande (2), os leitores nas comunidades hebraicas tão numerosos, pois os analfabetos entre os judeus foram sempre raros, que o estabelecimento da tipografia hebraica constituia uma necessidade imperiosa.

Existiram tipografias hebraicas em Faro, Lisboa e Leiria. Sôbre a tipografia hebraica de Faro (1487-1494) pouco se sabe. Há impresso nessa tipografia um magní-

(1) António Ribeiro dos Santos, *Memorias sobre as origens da typographia em Portugal no seculo* XV, nas *Memorias de Litteratura de Academia*; tomo VIII, pág. 17 e seg.

(2) Veja-se o meu livro *A tipografia hebraica em Portugal no seculo* XV. Coimbra, 1922, pág. 9 e seg.



HIDA DA INFANTE DONA BREATIZ.

de mil,& quinhentos & vinte hum annos, a Senhora Infante com toda a frota de ſua armada partio, & ſahyo de foz em fora,& fez ſua viagem. Que prazerá a noſſo Senhor Deos ſer tanto por ſeu bem & deſcanſo,quanto el Rey ſeu pay, & a Senhora Raynha, ho Principe, & os Infantes ſeus irmãos,& ella meſma deſejam: & todos deſejamos. Amen.

FIM.

LAVS DEO.

Acabouſe em louuor de Deos, eſta Choronica del Rey Dom Ioão Segundo, Rey que foy dè Portugal, E foy Impreſſa em Lisboa em caſa de Simão Lopez mercador de liuros, Com licença da Sancta Inquiſição. Anno Dñi 1596.

TABOADA.

TABOADA DO que contem em ſi eſta Choronica.

AS virtudes, & feyções del Rey dom Ioão.
Nacimento del Rey Dom Ioão. Capitulo, j. Folha, j.
De como foy baptizado. Capitulo, ij. fol. j.
De ſua criação.Capitulo,iij. fol.j.
Do ſeu caſamento. Cap.iiij. fol.ij.
De como foy na tomada D'arzila. Capitulo, v. fol.ij.
Do que lhe aconteceo de noyte. Capitulo, vj, fol.iij.
De como tomou ſua molher. Capitulo, vij. fol.iij.
Do nacimẽto do Infante ſeu filho. Capitulo, viij. fol.iij.
De como ficou em Portugal. Capitulo, ix. fol.iij.
De como tomou Ouguella. Capitulo, x. fol. iiij.
De como partio pera çamora. Capitulo, xj. fol.iiij.
De como foi a Caſtella a ſocorrer a el Rei ſeu pay.Cap.xij. fol.iiij.
De como vẽceo a batalha de Touro. Capitulo, xiij. fol.v.
De como tornou a Portugal. Capitulo, xiiij. fol. vij.
Doutras couſas que no reyno ſe ſeguiram, andando el Rei ſeu pay em França. Capit.xv. fol. vij.
De como tomou Alegrete. Capitulo, xvj. fol. vij.
De como foy alçado por Rey. Capitulo, xvj. fol ix.
Do que fez quando ſeu pay veyo de França. Capit. xvij. fol.x.
Do que paſſou com ho Cardeal. Capitulo, xviij. fol. x.
Da morte de Lopo Vazho Torrã. Capitulo, xjx. fol. xj.
Do que fez nas terçarias. Capitulo, xx. fol. xj.
De como foy alçado por Rey outra vez. Capitulo, xxj. fol. xij.
Do ſaymento del Rey dom Affonſo. Capitulo, xxij. fol. xiij.
Do que fez ſobre hũ aluara de Nuno Pereyra. Capit.xxiij. fol.xiij.
De como ſe fez a cidade da Mina. Capitulo, xxiiij. fol. xiij.
Das cortes que fez em Euora. Capitulo, xxv. fol. xiiij.
Do principio do caſo do Duque de Bargança. Capitulo, xxvj. fol.xv.
De como ſe deram as menajés. Capitulo, xxvij fol. xv.
Do que nas cortes el Rei ordenou. Capitulo, xxviij. fol. xvj.
Hyda del Rey a Monte mõr,& do que aconteceo ao Marques da dita villa. Capit. xxix. fol.xvij.
Do que o Marques fez contra el-Rey. Capitulo, xxx fol. xvij.
De como el Rey quiſera mandar corregedores as terras dos ſenhores. Capitulo, xxxj. fol. xvij.
Das graças,& ſeparadas. Capitulo, xxxij. fol.xviij.
Embayxada que foy a Inglaterra. Capitulo, xxxiij. fol.xviij.

¶ Outra

PÁGINA FINAL E COMÊÇO DO ÍNDICE DA *Cronica de D. João II*, de Garcia de Rèzende, impressa em Lisboa por Simão Lopes em 1596. (Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa)

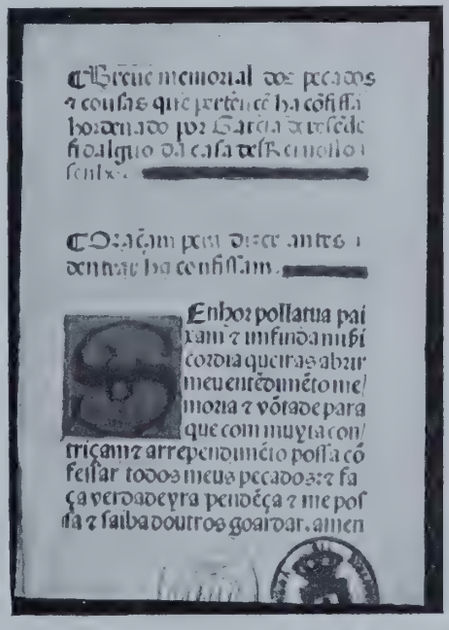
fico *Pentateuco Hebraico* (1487), sabendo-se que Samuel Gacon foi o seu editor e talvez também fôsse compositor e impressor. Haebler (1) supõe ser êste o primeiro livro hebraico impresso com vogais.

Em 1494 o mesmo Samuel Gacon imprimia em Faro um dos tratados de Talmud, o *Tratado sobre o Divorcio (Masseḥet Guitin)*, de que a nossa Biblioteca Nacional possui um fragmento.

A tipografia hebraica de Faro dispunha de duas qualidades de tipo, ambas quadradas e elegantes, porém só na maior é que se colocaram as vogais.

Em Lisboa a única tipografia hebraica que existiu no século XV foi a de Rabi Eliezer Toledano (1489-1492). Esta tipografia chegou a ser a mais importante da península, não sendo de estranhar que a maior parte do material tipográfico de Hijar tivesse vindo para Lisboa.

Rabi Eliezer foi o proprietário da tipografia de Lisboa, onde editou sete livros. No fim de alguns dêsses livros vem relatado em prosa ou verso o nome daqueles

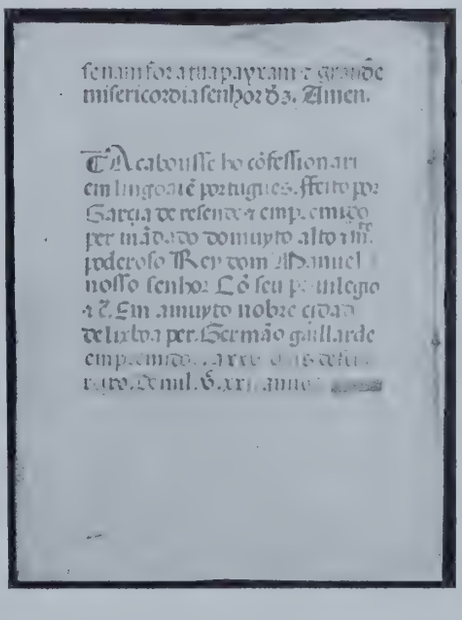


¶Breue memorial dos pecados e couſas que pertẽcẽ ha cõfiſſã hordenado por Garcia de reſẽde ſi alguẽ ho caſa deſejar

¶Oraçam pera dizer antes de fazer ha confiſſam.

Enhor pollatua pai xam e mifinda mibi cordia queiras abzur meu entẽdimẽto memoria e võrade para que com muyta con/ triçam e arrependimẽto poſſa cõfeſſar todos meus pecados e faça verdadeyra pendẽça e me poſſa e ſaiba doutros goardar. amen

«BREVE MEMORIAL DOS PECADOS» de Garcia de Rèzende. Impresso em Lisboa por Germão Galharde em 1521. Conhece-se apenas o exemplar da Bib. Nac. de Lisboa, que não possui a folha do rosto. Gótico com as rúbricas feitas à mão



ſenam foi a tua payxam e grande miſericordia ſenhor dos. Amen.

¶Acabouſſe ho cõfeſſionari em lingoage portugues. ffeito por Garça de reſende e empremido per mãdado do muyto alto e muy poderoſo Rey com dom Manuel noſſo ſenhor. Cõ ſeu preuilegio e ẽ a muyto nobre cidade de lixboa per Germão galharde empremido. a xxv. dias de janeiro. de mil. d. xxi. anno

(1) Entre os livros de Conrado Haebler, devo fazer especial menção da: *Tipografia iberica del siglo* XV, Háia, Leipzig, 1902; e *Bibliografia iberica del siglo* XV, 2 vol., Háia, Leipzig, 1904-1917.

Em Lisboa a única tipografia hebraica que existiu no século XV foi a de Rabi Eliezer Toledano (1489-1492). Esta tipografia chegou a ser a mais importante da península, não sendo de estranhar que a maior parte do material tipográfico de Hijar tivesse vindo para Lisboa.

Rabi Eliezer foi o proprietário da tipografia de Lisboa, onde editou sete livros. No fim de alguns dêsses livros vem relatado em prosa ou verso o nome daqueles

que contribuiram para que êsses livros *«tivessem subido ao altar da impressão»*. Dos impressores que trabalharam na oficina de Rabi Eliezer tenho apenas notícia dos seguintes: Zorba, Zacheo e Moysés, filho de Semtob. O revisor desta tipografia foi o poeta David ben Joseph ben Iahiá, que, após a expulsão dos judeus de Portugal, continuou a ser revisor tipográfico em Constantinopla.

Na tipografia hebraica de Lisboa havia quatro qualidades de tipo: quadrado grande, quadrado de texto, quadrado pequeno e rabínico.

Os livros saídos dos prelos de Rabi Eliezer são todos muito notáveis pela beleza dos caracteres, limpeza de impressão e arte na disposição da mancha tipográfica.

Na tipografia de Rabi Eliezer Toledano imprimiram-se os seguintes livros:

Novas da lei ou Comentario sobre o Pentateuco por Moyses ben Nahman (1489).

Comentario sobre a ordem das Orações por David Abudarham (1489). A Biblioteca Municipal do Pôrto possui um exemplar dêste precioso livro.

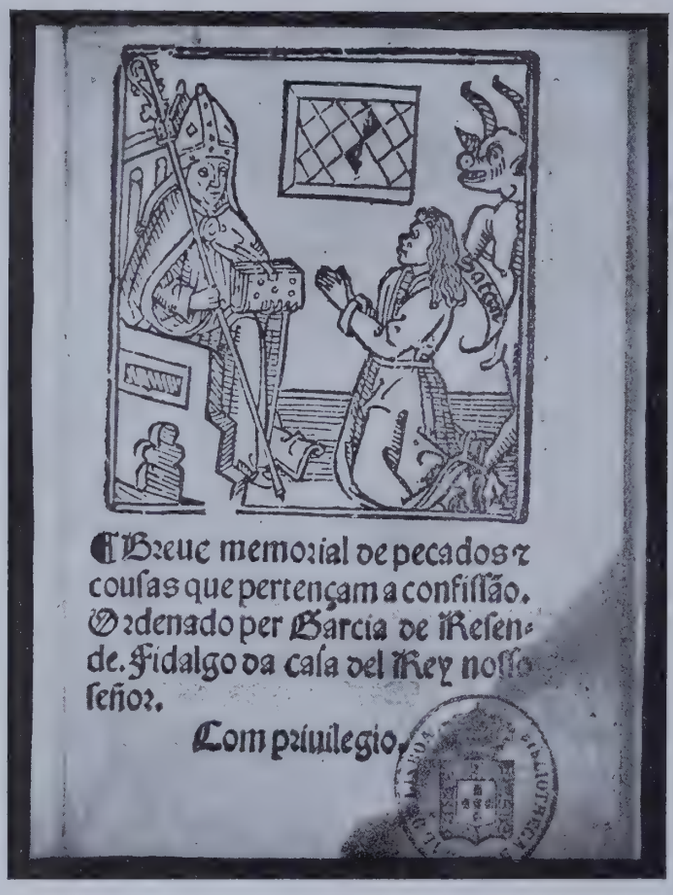
Viagens do Mundo por Josué Levi ben Joseph de Tlemcen (1490).

Pentateuco Hebraico com a versão de Onkelos e o Comentario de Raschi, Lisboa (1491); foi a 2.ª edição do Pentateuco em Portugal, existindo um bom exemplar na Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa.

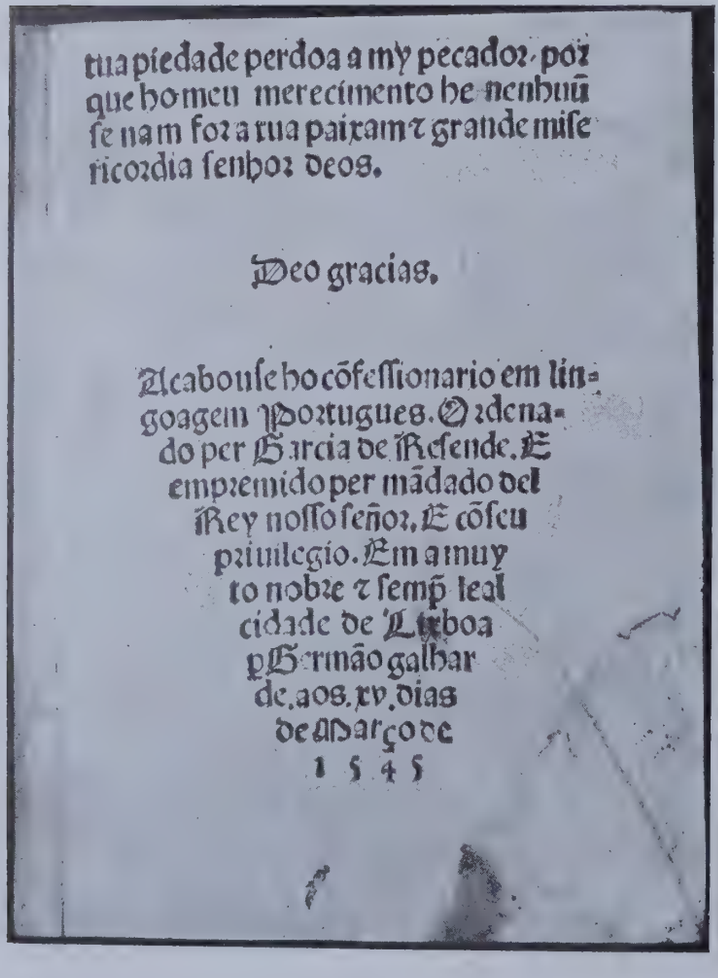
Isaias e Jeremias, com o comentario de David Kimhi (1492). Na Biblioteca Nacional de Lisboa há uma fôlha dêste livro.

Proverbios de Salomão com o comentario de David ben Iahia ben Salomão, Lisboa (1492).

Caminho da Vida (Tur

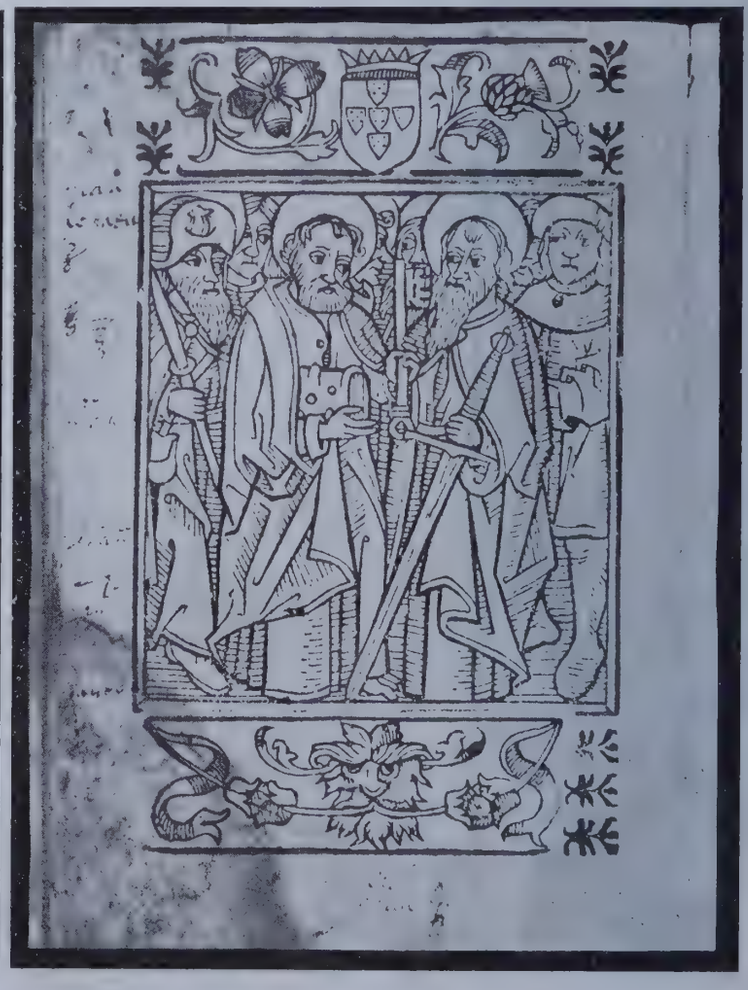


ROSTO DO *Breve memorial dos pecados*, de Garcia de Rèzende, edição de Lisboa, 1545, por Germão Galharde


tua piedade perdoa a my pecador. por
que ho meu merecimento he nenhuũ
se nam for a tua paixam e grande mise
ricordia senhor deos.

Deo gracias.

Acabouse ho cõfessionario em lin-
goagem Portugues. Ordena-
do per Garcia de Resende. E
empremido per mãdado del
Rey nosso señor, E cõscu
priuilegio. Em a muy
to nobre e sempᵐ leal
cidade de Lixboa
pGermão galhar
de. aos. xv. dias
de Março de
1545



PÁGINA DO FÊCHO E VINHETA QUE SE LHE SEGUE, do *Breve Memorial dos pecados*, ed. de 1545. O único exemplar conhecido existe na Biblioteca Nacional, que, segundo Inocêncio, o adquiriu por 25$000 no leilão da livraria de Sir Gubian

Orach Haim) de Jacob ben Acher. Lisboa (1490 ou 1492?).

A tipografia hebraica de Leiria (1492-1495) pertenceu a Abraham ben Samuel Dortas. Os seus prelos, ainda que pouco produtivos, foram notáveis pelas suas obras comparáveis às mais perfeitas dos outros prelos hebraicos da Península. Nos livros hebraicos impressos em Leiria notam-se três tipos de letra quadrada e um de letra rabínica. Nesta imprensa compôs-se o célebre *Almanach ou Taboas Astronomicas* de Abraham Zacuto, e do impressor se faz referência nestes termos: *viri solertis magistri Ortas.*

Como fizemos precedentemente, indicamos as espécies biblíacas hebraicas impressas em Leiria:

Proverbios de Salomão com os comentarios de Menahem Meiri e Levi ben Gerson, Leiria (1492). Esta edição foi feita a expensas de Samuel Kolodro.

Profetas priores (compreendendo os livros de Josué, Juizes, Samuel e Reis) em caldaico por Jonathan e com os comentarios de Levi ben Gerson e David Kimhi, Leiria (1494).

Caminho da Vida (Tur Orach Haim) de Jacob ben Acher, Leiria (1495).

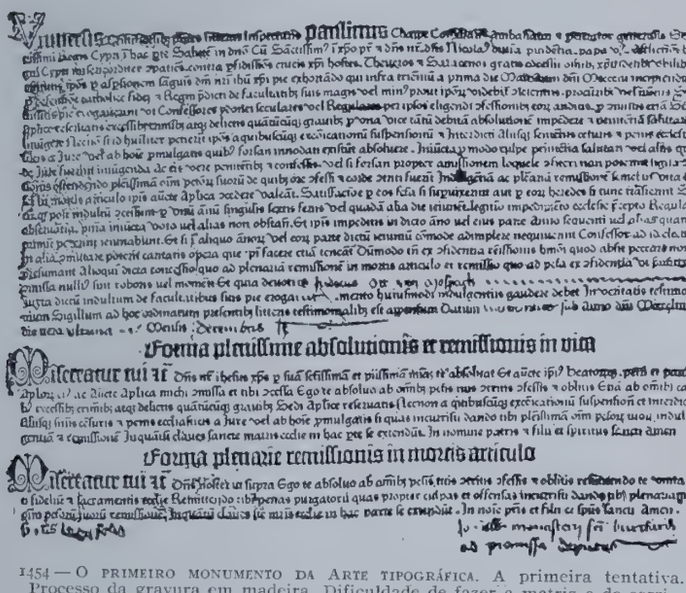
É possivel e mesmo provável que se tivessem composto e impresso mais livros hebraicos, em Portugal, nesta época. Mas a Inquisição e o tempo encarregaram-se de os destruir, se é que existiram alguma vez. Os incunábulos hebraicos portugueses são todos raríssimos, conhecendo-se de cada espécie muito poucos exemplares.

Os srs. Raúl Proença e António Anselmo, num erudito estudo denominado *Bibliografia dos Incunábulos Portugueses* (1), indicam apenas vinte e quatro que se podem classificar pela forma seguinte: doze em hebraico, sete em latim, cinco em português.

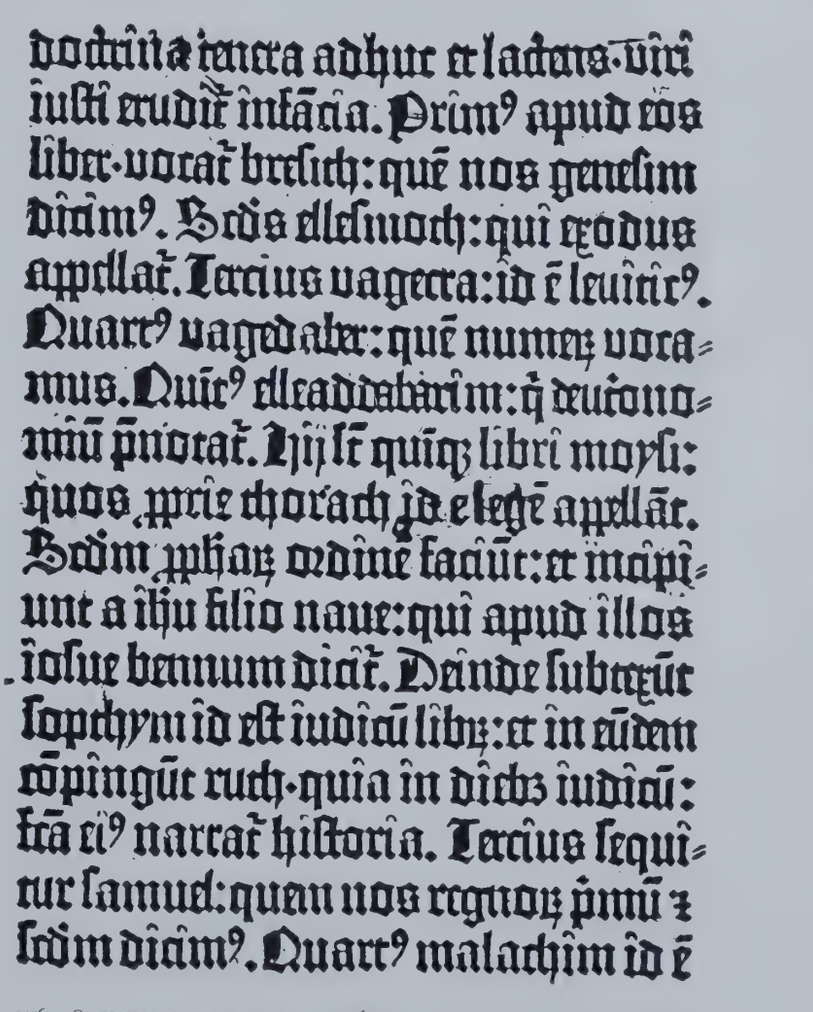
Cronológicamente, os primeiros onze livros que se imprimiram em Portugal foram livros hebraicos.

GUTENBERG (Aguarela de E. Casanova)

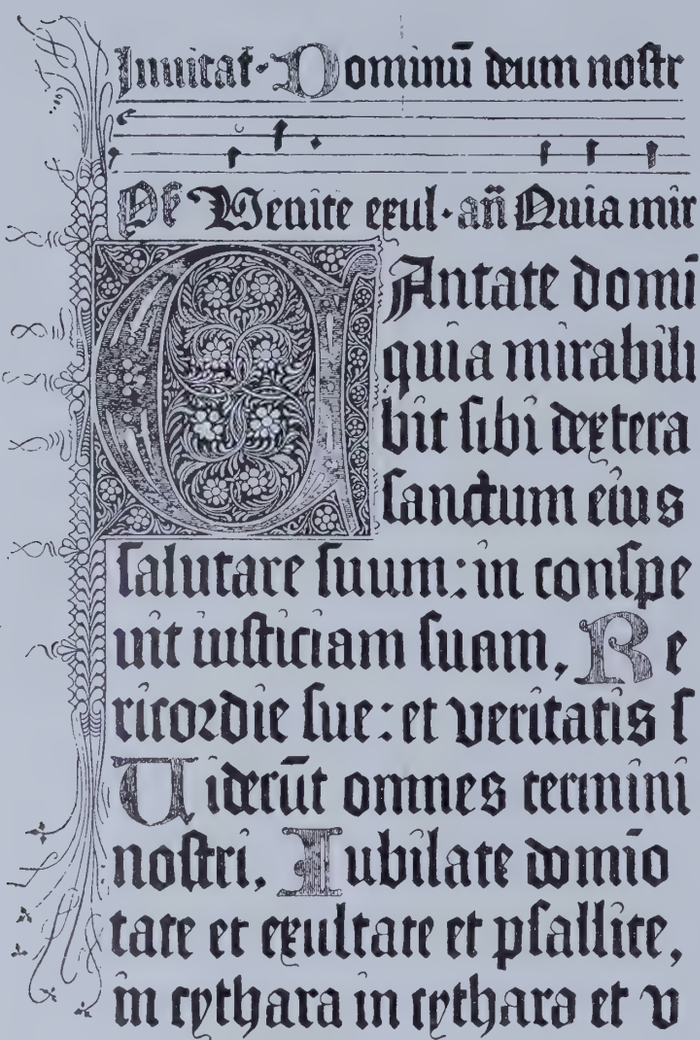
(1) Este estudo foi publicado no n.º 3 dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa 1920, pág. 186 e 191.



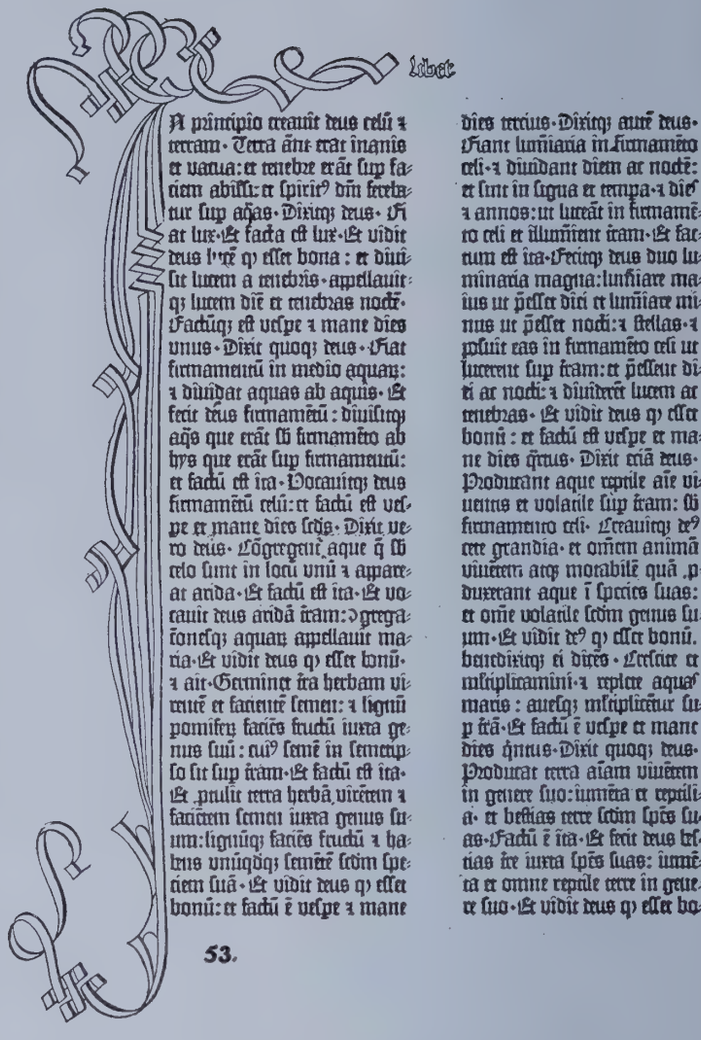
1454 — O PRIMEIRO MONUMENTO DA ARTE TIPOGRÁFICA. A primeira tentativa. Processo da gravura em madeira. Dificuldade de fazer a matriz e de corrigir lapsos e emendas. *Carta de indulgências* do papa Nicolau V. 31 linhas. Aberta a buril, letra por letra, calcula-se quanto tempo e quanto trabalho custava a realização de uma página. Mas foi certamente essa mesma dificuldade que fêz pensar Gutenberg na letra por letra, sôltas, podendo reunir-se. A madeira só em letras grandes dava resultado. Resistia mal à pressão, falhava, partia-se. Descoberto o material resistente, leve, portátil, a luz fêz-se e a imprensa em breve foi uma realidade. Veja-se como dois anos depois corria mundo na Bíblia de 1456



1456 — O PRIMEIRO MONUMENTO TIPOGRÁFICO COMPLETO, EM CARACTERES MÓVEIS. Fragmento da *Biblia Mazarino*, de 42 linhas. Foi começada por Gutenberg, Fust e Schoeffer, e acabada pelos dois últimos sómente. Conhecem-se dêste raríssimo livro, também conhecido pela Biblia de Gutenberg, em todo o mundo 41 exemplares, um dos quais na Bib. Nac. de Lisboa. Pode ver-se um curioso artigo sôbre êle nos Anais das Bib. e Arquivos, n.º 3, de A. R.



1457. — O PRIMEIRO LIVRO DATADO. — Fragmento do *Psalterium*, de Fust e Schoeffer. Caracteres móveis mas em madeira, regressão certamente motivada por dificuldades de fundição da matéria prima usada na *Bíblia Mazarino*



1458. — PÁGINA DA BIBLIA DE MAYENÇA. — 36 linhas, sem data nem nome de impressor. Foi impressa por Gutenberg com caracteres gravados, cunhados e fundidos por êle

A tipografia latino-portuguesa

BIBLIOGRAFIA — Antonio Ribeiro dos Santos — *Memoria sobre as origens da Typographia em Portugal no seculo XV*. (In *Memorias de Litteratura Portugueza* da Academia Real das Sciencias); José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha — *Relatorio ácerca da Bibliotheca Nacional...* 1844); Raúl Proença e António Anselmo — *Bibliografia dos incunábulos portugueses* (in *Anais das Bibliotecas e Arquivos* n.º 3); Jaime Cortesão — *Um novo incunábulo português* (in *Anais das Bib. e Arq.* n.º 1); Artur Humberto da Silva Carvalho — *Catalogo das obras do XV seculo pertencentes á Bibliotheca Publica Municipal do Porto*. Porto, 1897. (Esta obra é mais conhecida por *Incunabulos da Bib. Pub. Munic. do Porto*, título da capa de brochura).

Se dos 24 livros conhecidos impressos em Portugal até 1500, 12 são hebraicos, 7 são latinos e 5 portugueses. As primeiras 11 obras impressas em Portugal são hebraicas, e de 1487 a 1494, nenhuma obra, que nós saibamos, rolou nos prelos nacionais que não fôsse composta em caracteres hebraicos. A 12 de Dezembro de 1494, em Braga, João Gherline dava à estampa o primeiro livro em latim, o que equivale a dizer que esta é a data real da introdução da tipografia entre nós, não a tomando na sua parte mecânica mas na sua alta missão de vulgarizar conhecimentos, levando a tôda a parte a sua difusão. O latim era então língua nacional, a língua nacional erudita, ao passo que o hebraico, apenas o restrito número de judeus o compreendia. Chama-se *Breviarium Braccarense* a obra de que se conhece apenas o exemplar da nossa Biblioteca Nacional.

1462. — FÊCHO DA SEGUNDA EDIÇÃO DA *Biblia*, de Fust e Schoeffer, chamada a segunda bíblia de Mayença

Breviarium Bracharensis ecclesie. Impressum in augusta Bracharensi civitate hispaniarum primate: per magistrum Johãnem gherlim alemanum imprensis petri de barzena. Anno salutis christiane 1494 die XII Decembris.

Seguiu-se-lhe em 1495 — 14 de Maio — 20 de Novembro, a celebrada *Vita Christi*. É a mais famosa edição que os prelos portugueses produziram durante o século XV,

Gótico, impresso em excelente papel, foi êste livro escrito originàriamente em latim por mestre Rodolfo de Saxónia, prior do Mosteiro de Argentina, da Ordem da Cartuxa, e traduzido em linguagem por Fr. Bernardo de Alcobaça, monge cisterciense, por mandado do abade D. Estêvão de Aguiar. «Foi empresso em a muy nobre e sempre leal Cidade de Lisboa a principal dos regnos de portugal per os honrados meestres e parceyros Nicoláo de Saxonia e Valentino de Moravia por mandado do muy yllustrissimo Senhor elRey dom Joham ho segundo e da muy esclarecida Raynha dona Lyanor sua molher.»

Descrição pormenorizada pode ver-se em Ribeiro dos Santos e em José dos Santos, que exgota o assunto. Na acumulava com o de os fazer ou traduzir. Foi também o primeiro tipógrafo que usou entre nós marca ou divisa, as que ao diante se descrevem.

Também Valentim Fernandes, em 20 de Abril de 1496, nos dava a *Estoria do mui nobre Vespasiano emperador de roma*. O único exemplar conhecido, a que falta o rosto, os dois primeiros capítulos e parte do terceiro, existe na Biblioteca Nacional de Lisboa, para onde viera da Livraria dos clérigos regulares da Divina Providência, tendo sido em Agôsto de 1563 de Paulo Heytor de Sousa. É em caracteres meio góticos, papel encorpado e ornado de várias estampas. A *Estoria de Vespasiano* é, pois, o segundo livro português que viu a luz em Portugal.

בראשית ברא
אלהים את
השמים ואת
הארץ: והארץ
היתה תהו ובהו
וחשך על פני
תהום ורוח אלהים מרחפת על פני
המים: ויאמר אלהים יהי אור ויהי אור:
וירא אלהים את האור כי טוב ויבדל
אלהים בין האור ובין החשך: ויקרא
אלהים לאור יום ולחשך קרא לילה
ויהי ערב ויהי בקר יום אחד:
ויאמר אלהים יהי רקיע בתוך
המים ויהי מבדיל בין מים למים: ויעש
אלהים את הרקיע ויבדל בין המים
אשר מתחת לרקיע ובין המים אשר
מעל לרקיע ויהי כן: ויקרא אלהים
לרקיע שמים ויהי ערב ויהי בקר יום
שני:
ויאמר
אלהים יקוו המים מתחת השמים אל
מקום אחד ותראה היבשה ויהי כן:
ויקרא אלהים ליבשה ארץ ולמקוה
המים קרא ימים וירא אלהים כי טוב:
ויאמר אלהים תדשא הארץ דשא
עשב מזריע זרע עץ פרי עשה פרי
למינו אשר זרעו בו על הארץ ויהי
כן: ותוצא הארץ דשא עשב מזריע
זרע למינהו ועץ עשה פרי אשר זרעו
בו למינהו וירא אלהים כי טוב: ויהי
ערב ויהי בקר יום שלישי:

ויאמר אלהים יהי מארת ברקיע ה
השמים להבדיל בין היום ובין הלילה
והיו לאתות ולמועדים ולימים ושנים:
והיו למאורת ברקיע השמים להאיר
על הארץ ויהי כן: ויעש אלהים את
שני המאורת הגדלים את המאור ה
הגדל לממשלת היום ואת המאור ה
הקטן לממשלת הלילה ואת הכוכבים
ויתן אתם אלהים ברקיע השמים
להאיר על הארץ: ולמשל ביום
ובלילה ולהבדיל בין האור ובין
החשך וירא אלהים כי טוב: ויהי ערב
ויהי בקר יום רביעי:
ויאמר אלהים ישרצו המים
שרץ נפש חיה ועוף יעופף על הארץ
על פני רקיע השמים: ויברא אלהים
את התנינם הגדלים ואת כל נפש
החיה הרמשת אשר שרצו המים
למיניהם ואת כל עוף כנף למינהו
וירא אלהים כי טוב: ויברך אתם
אלהים לאמר פרו ורבו ומלאו את
המים בימים והעוף ירב בארץ: ויהי
ערב ויהי בקר יום חמישי:
ויאמר אלהים תוצא הארץ נפש חיה
למינה בהמה ורמש וחיתו ארץ למינה
ויהי כן: ויעש אלהים את חית הארץ
למינה ואת הבהמה למינה ואת כל
רמש האדמה למינהו וירא אלהים
כי טוב: ויאמר אלהים נעשה אדם

דושיהתורה לרב רבינו
משה בר נחמן תנצבה ::

1487. — Página do primeiro livro impresso em Portugal. — É o *Pentateuco*, em hebráico, impresso em Faro a 9 de Tamuz (5)247 (30 de Junho de 1487). Fólio de 110 fôlhas inumeradas, a 2 colunas de 30-32 linhas. Só se conhece um exemplar no British Museum. Foi seu impressor o nobre Samuel Gacon

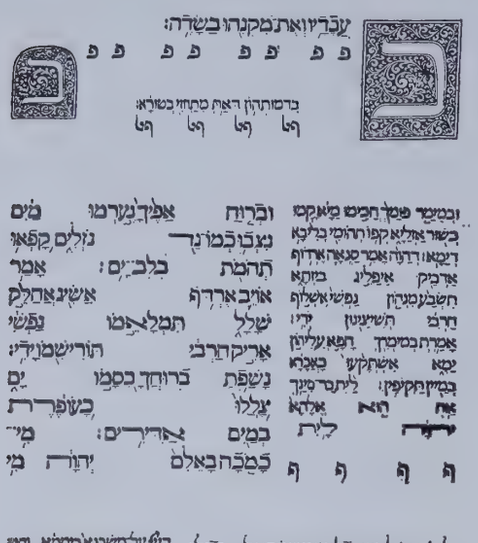
1489. — Página do primeiro livro impresso em Lisboa. — É a obra *Novas da lei* ou *Comentário sôbre o Pentateuco*. Foi impressa em Lisboa por Rabbi Elieser no mês de Ab (Julho-Agôsto) de (5)249 (1489). Fólio de 152+148 (300) pág. a 2 colunas. É de Mose ben Nahmann e conhecem-se 21 exemplares

Reproduções do «Thesaurus typographiae hebraicae saeculi XV». Editor Prof. Dr. A. Freimann. Berlim, 1925. (Estas e as dos restantes incunábulos hebraicos)

Biblioteca Nacional de Lisboa se conservam não só o original, vindo do Mosteiro de Alcobaça, mas 2 exemplares completos e 3 incompletos. 1495 é, pois, a data de impressão do primeiro livro impresso em português.

À *Vita Christi* seguiu-se um livro em latim de que o único exemplar conhecido entrou não há muito para o British Museum, comprado por £ 72. É a *Votivale missarum secundum ritum Romanum*. Foi também impresso em Lisboa, a 10 de Março de 1496, por Valentino de Moravia ou Valentim Fernandes, à portuguesa, o melhor tipógrafo do seu tempo, entre nós. Alemão, da Moravia, Valentim Fernandes foi homem hábil, sabedor de línguas, ilustrado, que, além do mister de imprimir livros,

Alternadamente continuaram a saír obras em latim e obras em português. Afastados os impressores hebraicos, à excepção de Ortas, ficaram, por desaparecimento de João Gherline, que após a sua primeira impressão se perde no anonimato dos tempos, Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia, a quem em 1497 se pode juntar Rodrigo Álvares, no Pôrto. Abraão de Ortas foi o único impressão hebraico que compôs e imprimiu um livro em latim: o célebre *Almanach perpetuum s. tabulae celestium motuum*, dado à estampa em 1496, em Leiria. Nicolau da Saxónia dá-nos as suas derradeiras notícias em 1498 e Rodrigo Álvares já em 1497 dera últimas provas da sua actividade. De todos os tipógrafos do século XV



1491. — PÁGINA DO *Pentateuco*, em hebráico, com a versão de Onkelos e o comentário de Raschi. Fólio de 216+240 (456) páginas, impresso em Lisboa, sem nome de tipógrafo. Está, porém, identificado em Rabbi Elieser, no fim do mês de Ab (5)251 (Julho-Agôsto). Conhecem-se 16 exemplares, dos quais 4 em pergaminho. (Paris, Parma e dois em Londres). Existe um exemplar na Biblioteca da nossa Academia das Sciências de Lisboa, não sendo dos menos estimados incunábulos hebraicos, êste.

um apenas conseguiu entrar no século XVI: Valentim Fernandes cuja actividade vai até 1518. O *Almanach perpetuum de* Abraão Zacuto foi publicado em *fac-simile* em 1915, pelo benemérito e grande erudito sr. Joaquim Bensaúde. Conhecem-se 13 exemplares desta rara obra quatrocentista.

Livros latinos saíram em 1497, a 31 de Maio, o *Breviarium Compostellanum*, e em 1498, a 20 de Junho, o *Missale Bracarense*, dos prelos de Nicolau de Saxónia, e *Epistolae et orationes*, de Cataldo Siculo, em 1500, a 21 de Fevereiro, e *Opera*, do mesmo autor, que sem lugar nem data de impressão, parece do mesmo ano, ambos dos prelos de Valentim Fernandes.

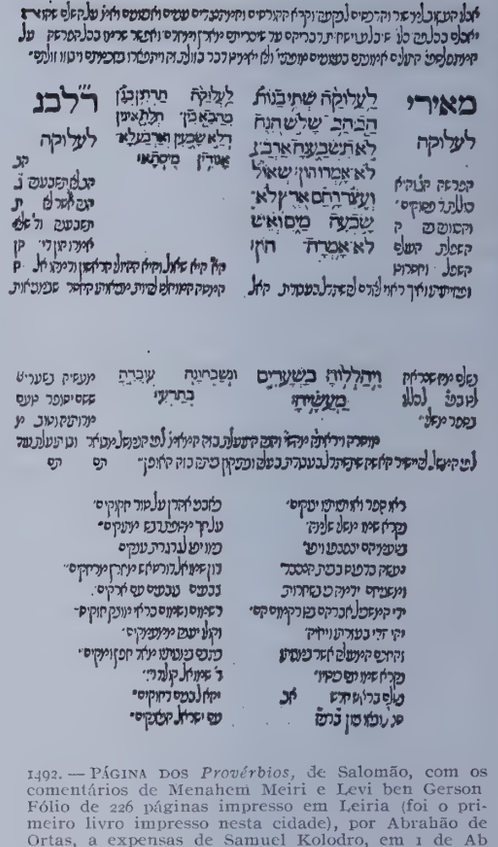
Livros portugueses encontramos as *Constituições que fez ho Senhor dom diogo de sousa bpo do porto. As quaes forom poblicadas no sinado que celebrou na dita çidade. avinte & quatro dagosto de mil & quatrocentos & noventa & seys annos*, impressas em 4 de Janeiro de 1497, de que só se conhecem dois exemplares, e os *Euangelhos e epistolas com suas exposições em romãce*, trasladado por Rodrigo Álvares, que também o imprimiu, bem como o antecedente. Dêstes *Euangelhos* de Gonçalo Garcia de Santa Maria, conhece-se apenas um exemplar. É êste incunábulo, sem dúvida, o mais curioso livro de gravuras do seu tempo, entre nós, e como tal apreciado. Gravuras rudes e originais primitivas que, não tendo a beleza relativa das da *Estoria de Vespasiano*, nem por isso deixam de interessar vivamente o erudito e o estudioso.

Após êstes aparece-nos, impresso por Valentim Fernandes, o primeiro livro de medicina que se imprimiu em Portugal. Kaminto, *Regimento proveytoso contra ha pestenença*. Lisboa s. d. (1498?), de que se conhecem apenas 3 exemplares, um na biblioteca de Évora, outro na de Madrid, e outro que o livreiro inglês Maggs comprou.

Fica, pois, a largos traços, esboçada a evolução da tipografia no século XV, que não tem ainda um estudo completo e definitivo.

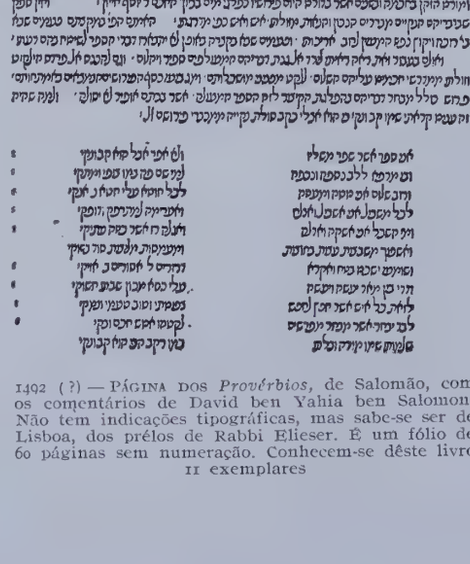
A gravura no século XV

BIBLIOGRAFIA — António Ribeiro dos Santos — *Do ornato das edições do século* XV, *em Portugal* (in *Memoria* nas *Memorias de Litteratura*); Aq. Ribeiro — *As prim. grav. em livros portugueses* (*in* Anais das Bib. e Arq. 1921).



1492. — PÁGINA DOS *Provérbios*, de Salomão, com os comentários de Menahem Meiri e Levi ben Gerson Fólio de 226 páginas impresso em Leiria (foi o primeiro livro impresso nesta cidade), por Abrahão de Ortas, a expensas de Samuel Kolodro, em 1 de Ab (5)252 (25 de Julho). Conhecem-se apenas 4 exemplares

Dos volumes impressos em Portugal até ao começo do século XVI, poucos têm gravuras. Tem-nas a *Vita Christi*, impressa em 1495 por Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia. Tem-nas a *Historia de Vespasiano*, impressa em 1496 por Valentim Fernandes, e tem-nas os *Evangelhos e Epistolas*, por Rodrigo Álvares, impressos no Pôrto, em 1497. As gravuras da *Vita Christi* são alemãs, e a mais notável é o Calvário, já publicada a pág. 151 desta obra. Essa gravura é por Haebler atribuida ao mestre alemão E. S., de 1466, e foi reproduzida em 1498, no *Missale Bracarense*. Não admira que sejam alemãs as gravuras da *Vita Christi*, pois que alemão é o tipo, todo o material empregado e até o próprio impressor e tipógrafo. Das 29 gravuras da *Historia de Vespasiano* também Aquilino Ribeiro conclui a origem alemã «pelo carácter, indumentária das personagens, meio e aquelle emblema da aguia de duas cabeças em escudos e flamulas.» Estas gravuras inspiraram a ilustração do *Vespasiano*, impresso em Sevilha por Pedro Brun, em 1499. Quanto aos *Evangelhos e Epistolas*, são o livro mais curiosamente ilustrado dos incunábulos portugueses, como dissemos. Dúvida não há que são alemãs também as suas gravuras, aventando Aquilino Ribeiro que Rodrigo



1492 (?) — PÁGINA DOS *Provérbios*, de Salomão, com os comentários de David ben Yahia ben Salomon. Não tem indicações tipográficas, mas sabe-se ser de Lisboa, dos prélos de Rabbi Elieser. É um fólio de 60 páginas sem numeração. Conhecem-se dêste livro 11 exemplares

Álvares fôra discípulo de Paulo Hurus, de Saragoça, mestre incontestado da sua arte. É possível.

Se as obras hebraicas trazem tarjas, a *Vita Christi* já encerra as Armas Riais, letras ornadas, divisas, e a *Estoria de Vespasiano* em todos os capítulos traz gravurinhas referentes aos assuntos. Também são gravadas as marcas dos impressores, mas essas só Valentim Fernandes usou. De uma maneira, quando associado a Nicolau de Moravia, imprimiu a *Vita Christi* — «huma tarja de figura paralellogramma, que tem no alto as duas iniciaes *N.* e *V.* cada uma de seu lado, que denotão os nomes de Nicoláo, e de Valentim, e hum menino no meio, com seu escudo pendente em cada mão, que já vem prezo do alto por fitas, ou cordões em varias voltas, e rodeios, e por fóra da tarja em circunferencia pelos quatro lados a letra *Ne projicias me in tempore senectutis cum defecerit virtus mea, ne derelinquas me. Adjuva nos Deus salutaris noster.*»

ספר שופטים

1494. — PÁGINA DOS *Profetas priores* (comprecendendo os livros de *Josue, Juizes, Samuel* e *Reis*), com os comentários de Levi ben Gerson e David Kimji. É um fólio impresso em Leiria por Abraão de Ortas e três filhos em (5)294. Conhecem-se desta rara espécie apenas 8 exemplares

De outra, quando sózinho, na *Vida do Emperador Vespesiano* — «hum leão Coroado, e levantado sobre os pés, com hum escudo nas mãos, e huma cedula no peito, que tem no meio a letra inicial de seu nome; e huma Cruz com bandeira, ou fita enleada, que sahe do angulo da letra com esta legenda em roda pelos quatro lados da Cedula: *Secundum multitudinem dolorum meorum in corde meo consolationes tuæ lætificaverunt animam meam, et factus est mihi Dominus in refugium.*

O século XV é tipográficamente pobre entre nós e a gravura não atingiu o grau de perfeição e maravilha que em outras nações conseguiu alcançar. Mas se é pobre o seu estudo, nem por isso deixa de ser sumamente curioso e interessante.

Os impressores

Dos impressores hebraicos pouco ou nada se sabe. Dos portugueses, pouco mais a história adianta. Tipógrafos efémeros, o século que os viu nascer para a arte, os empolgou consigo quando se foi, à excepção dêsse Valentim Fernandes, o nosso grande, o nosso verdadeiro, o nosso notável impressor quatrocentista. Foi êle apenas que se fixou, enquanto os outros passavam. Foi êle apenas quem procurou viver entre nós e, trabalhando, viveu. As mais completas notícias sôbre o seu labor coordenou-as pacientemente Venâncio Deslandes, na sua obra *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos seculos* XVI *e* XVII, Lisboa, 1888, e são as que se seguem. De 1888 para cá nada se acrescentou ou alterou a não ser que em 1518 ainda entre nós o honrado alemão dava sinais de vida. O resto ficou todo e vale a pena arquivar-se por se tratar do fundador da tipografia portuguesa, o homem que imprimiu, por 1495, com o seu compatriota Nicolau, o primeiro livro em língua portuguesa. Nicolau era da Saxónia, êle da Moravia. Como Valentino da Moravia o assinou.

«Valentim Fernandes, allemão, que exerceu em Lisboa a nobre arte de impressor desde 1495 até 1516, umas vezes só, outras de sociedade com os mestres Nicolau de Saxónia, João Pedro de Cremona e Hermão de Campos, foi da casa e serviço da Rainha D. Leonor, viuva de el-rei D. João II. Não se pode alcançar certeza do anno de sua morte, nem nos escriptos do tempo ficou memoria do logar em que esta occorresse. Apontamos brevemente algumas noticias que d'elle nos chegaram: são as que seguem: — ter feito em 1495 por ordem da rainha D. Leonor, em vida de el-rei D. João II, seu marido, de parceria com o mestre Nicolau de Saxonia, o impressor do *Breviario Eborense*, a estampa dos bellos volumes de folio do famoso livro de Ludolfo de Saxonia, «prior do moesteyro muy honrado de Argentina da ordem muy excellente da Cartuxa», intitulado *Vita Christi*, vertido do latim em linguagem, no anno de 1445, por fr. Bernardo de Alcobaça, monge do mosteiro de S. Paulo, por mandado do abbade D. Estevão de Aguiar, a instancia da infanta D. Izabel, duqueza de Coimbra, senhora de Montemór, e cincoenta annos depois revisto e correcto pelos reverendos padres da ordem de S. Francisco de Emxobregas, a primeira impressão em vulgar, com data, que se estampou em Lisboa, e certamente uma das maravilhas typographicas do XV seculo; — ter publicado no anno de 1496 a *Estoria de muy nobre Vespasiano emperador de roma*, o mais curioso e raro monumento da arte typographica em Portugal nos fins do seculo XV; — ter traduzido do latim e do toscano em linguagem portugueza a celebre viagem de Mario Paulo aos paizes mais orientaes no XIII seculo, bem conhecida dos doutos; o tra-

1495. — PÁGINA DA OBRA *Caminho da Vida (Tur Orah Cayyim)*. É um fólio de Jacob ben Axer, impresso em Leiria por Abraão de Ortas a 2 de Junho. Tem 6 páginas sem numeração, de 32 linhas cada página. Ao contrário do que assevera Haebler, de que só se conhece o exemplar de Franckfurt, os *Anais* apontam outro em Valladolid

tado do dominicano Pepino de Bolonha ; uma carta da India do genovez Santo Estevão ; e as viagens de Nicolau Conti, escriptas por Poggio, florentino, secretario do papa Eugenio IV ; traducção que deu na impressão em Lisboa no anno de 1502, dedicada a el-rei D. Manuel, prestando valioso serviço á litteratura portugueza e á historia dos nossos descobrimentos ; — ter tido a 12 de fevereiro de 1503 o previlegio da impressão dos livros dos Regimentos, e a 21 do mesmo mez e anno haver sido nomeado corretor da praça de Lisboa para intervir em todas as transacções e negocios que sobre especiarias se realisassem entre portuguezes e allemães, e tabellião para

A GRAVURA DOS PRIMEIROS LIVROS PORTUGUESES
fez armar hua fufta pa paffar a jhrl'm.

fezlhe r edeficar hua ygreja a honrra r feruiço d' d's.

lavrar os contractos que os mercadores allemães, entre si, uns com os outros, ajustassem e quizessem pôr em escriptura, e para tirar em vulgar ou latim traslados ou publicas fórmas, que deviam merecer fé como de official publico ; — ter reunido desde 1506 até 1509 uma collecção de *Relações* de viagens realisadas por portuguezes, e na maxima parte por estes redigidas, ácerca dos descobrimentos na costa occidental de Africa durante o XV seculo, relações summamente notaveis tanto pelas noticias que nellas se acham de nossos navegadores, como pelo conhecimento que algumas nos dão das producções d'aquelles paizes e das gentes que os habitam ; — ter sido encarregado, por contracto, da estampa de mil corpos de livros

E logo fe bautizouo emparador em nome d'padre r do filho r do efprito fctô amen.

dos cinco livros das *Ordenações,* das quaes havia de haver setecentos mil reis, a rasão de setecentos reis por cada corpo dos cinco livros, contracto que cumpriu, mandando el-rei D. Manuel que lh'os pagassem, e que o hospital de Todos-os-Santos, a quem os dera, arrecadasse dos concelhos do reino a parte que tocasse a cada um ; — ter vertido do castelhano a portuguez o *Reportorio dos tempos,* que dedicou a Antonio Carneiro, secretario de el-rei D. Manuel ; não é conhecido exemplar algum da impressão feita por Valentim Fernandes, comquanto se deva ter por certo que a houvesse dado á estampa em sua vida ; — ter feito por ordem de el-rei D. Manuel a impressão do Compromisso da confraria da Misericordia de Lisboa, que, de parceria com o mestre Hermão de Campos, acabou por fins do anno de 1516. Este impressor tomou por marca ou emblema typographico um leão coroado, de pé, com a cauda levantada, por supporte a um escudo que lhe pende da cabeça, preso de uma correia : n'esse escudo a inicial do nome do impressor, tendo no meio de uma hastea com fita volteada que parece talvez figurar um M manuscripto, rematando em cruz, com a legenda I S V W H ; por baixo da legenda a rede, empreza da rainha D. Leonor.»

A esta notícia, que dá a vida de Valentino da Moravia, depois o nosso Valentim Fernandes, nada há a acrescen-

r daly caualgarõ ate jherufalem.

(Gravuras da *Historia do imperador Vespasiano*).

Acabados os oyto dias pera que o minimo fe circuçidasse foi chamado feu nome yhu.

r aa hora da çeca mandou feu fervidor a dizer aos conuidados que vieffem

Toda aruore que nõ faz boô fructo fcera cortada *r* pofta no fogo.

pof lhe os dedos nas orelhas *r* cuspindo em terra tocou-lhe a lingua.

E como fe achegaffe aa porta da çidade. Eis aqui que traziam huu finado...

r eis aqui lhe traziam huum tolheito que jazia em huu efcano.

Dos *Euangelhos e epistolas...*, impresso no Pôrto em 1497

tar. Apenas há a fazer uns pequenos reparos. Do *Breviarium Eborense* que Venâncio Deslandes diz impresso por Nicolau de Saxonia, nenhum exemplar se conhece. Aponta-do pelo bibliógrafo distinto que foi Ribeiro dos Santos, nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, só por aí se pode citar. Ninguém sabe onde exista tal incunábulo. Já quanto ao *Reportorio dos tempos*, que Deslandes dizia não ser conhecido nenhum exemplar, se pode hoje dizer que, pelo menos um, existiu na livraria de José Maria Nepomuceno, onde tem, no catálogo, o n.° 683. Exemplar mutilado, pode também dizer-se único. Lá se diz que fôra «Trelladado *r* empremido per Valetym fernãdes aleman», e mais, que fôra «trelladado de castelhano. Tem a data de 1518.

É pois 1518 a última data hoje conhecida da vida do mestre tipógrafo. Teófilo Braga indica-lhe 1514 e Deslandes, não conhecendo o *Reportorio dos tempos*, aumenta-lhe dois anos e aproxima-se da verdade. É de 1512 o penúltimo livro impresso por êle, *O primeyro livro das Ordenações*. Valentim Fernandes imprimiu, além dos do século XIV, dez livros no século XVI.

Com a invenção da imprensa terminava a idade média. Entre nós a idade média prolonga-se mais um pouco do que no resto da Europa e ainda em pleno século XVI vive muito arreigada a época medieval. Não sofre dúvida porém que a invenção da imprensa é entre nós o verdadeiro fecho dessa época. A difusão da sciência, a vulgarização das letras, dando um golpe de morte nos copistas e iluminadores rasgava as trevas de alto a baixo. O que era o livro antes da invenção de Gutenberg? Um objecto de

luxo, para raros apenas, detido por uma *élite* que a seu bel-prazer o cedia ou ocultava conforme lhe prazia. E tão raro que o empréstimo de um dêsses códices que levavam anos a escrever tinha de cercar-se de garantias extraordinárias.

Eduardo Freire de Oliveira nos seus *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa,* citado por Barros Gomes no livro de Oliveira Martins *O Principe perfeito,* diz-nos como em 20 de Janeiro de 1466 isso era :

«Por este publico instrumento se obrigou João Fernandes, *escolar em leis,* dando por fiador a seu pai Fernão de Cintra, *parente bem chegado* do dr. Pero Nunes, a restituir á camara «cinquo livros que som hum corpo de lex, covem a saber : — hun volume, e hun codigo, e hun dejeesto novo, e outro dejeesto velho, e hun esforçado» que a mesma camara lhe emprestara, e á qual tinham sido legados pelo referido doutor, «para por elles aprenderem escollares e filhos de cidadãos e parentes seus que aprender quizessem de direito.» Os ditos livros seriam restituidos, taes como os recebera, *bons, limpos e encadernados,* «sob pena de pagar por elles trinta mil reaes brancos, ora correntes, com todas custas e despezas, perdas e damnos que por ello receberem e fezerem.»

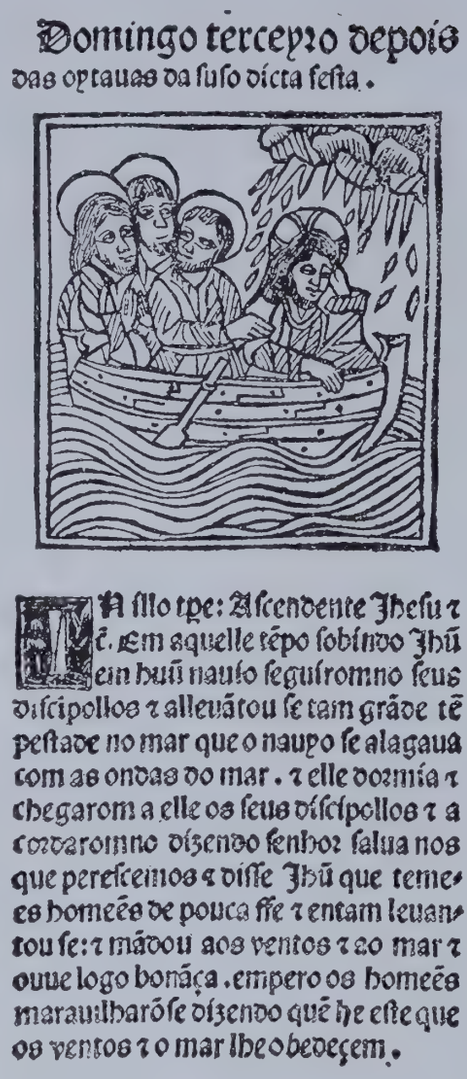
Vivia assim a cultura portuguesa a vinte e um anos de Samuel Gacon em Faro nos dar a conhecer o maravilhoso invento que à data da escritura, 1466, já corria mundo havia pelo menos doze anos.

Garcia de Rèzende, entre as cousas famosas da sua *Miscelanea,* também se refere à invenção da imprensa. A Garcia de Rèzende poeta, compilador de poetas, autor de livros religiosos, historiador, burguês e palaciano e homem curioso, não lhe podia ser indiferente tal acontecimento :

E vimos em nossos dias
ha lettra de forma achada
com que a cada passada
crescem tantas livrarias,
e a sciencia he augmentada.
Tem Alemanha louvor
por della ser o auctor,
daquesta cousa tam digna
outros affirmam na China
o primeiro inventador.

A invenção da imprensa foi um verdadeiro acontecimento que mudou a face do mundo e inaugurou épocas novas ao génio e à facúndia humana.

Quanto ao livro de D. Pedro que lendáriamente se diz impresso «seis annos depois que em Basilea foy achada a famosa Arte de Impressão» e Teófilo Braga aponta, é lenda das muitas que correm e de que hoje o positivo da sciência se não compadece. Em 1460 ainda a imprensa não saíra da Alemanha e é ver no capítulo difusão da tipografia como ela lenta e normalmente nos alcançou. A tipografia teve o seu desenvolvimento como uma grande árvore que se ramificasse. Portugal, geográficamente distante, teve o seu lugar e o seu tempo, 1487, depois da Espanha, o que é lógico e provadamente certo. Nem o contrário poderia ser.

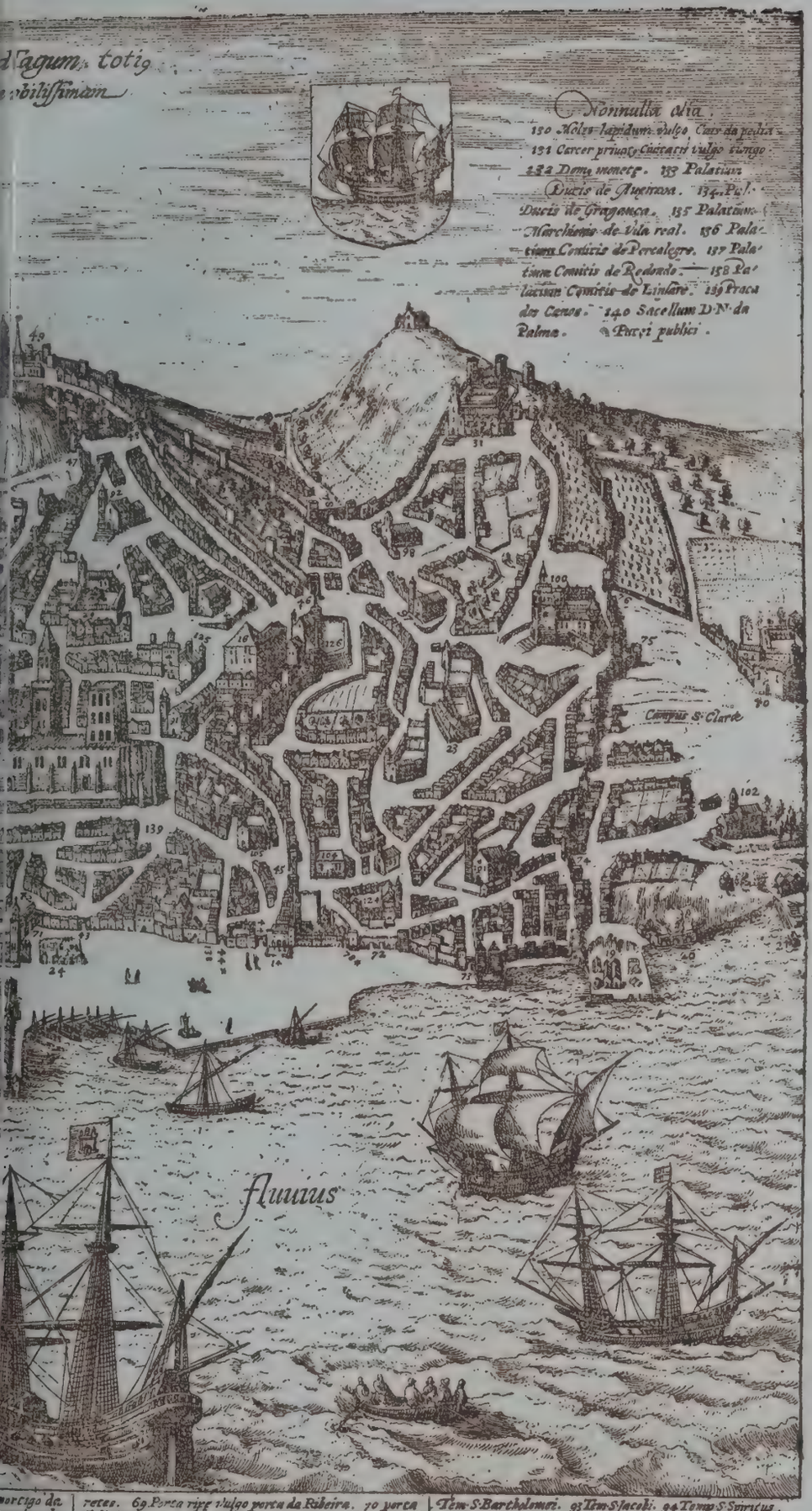

Domingo terceyro depois das oytauas da suso dicta festa.

In illo tpe: Ascendente Jhesu ⁊ c. Em aquelle tẽpo sobindo Jhũ em huũ nauio seguiromno seus discipollos ⁊ alleuãtou se tam grãde tẽ pestade no mar que o nauyo se alagaua com as ondas do mar. ⁊ elle dormia ⁊ chegarom a elle os seus discipollos ⁊ a cordaromno dizendo senhor salua nos que perescemos ⁊ disse Jhũ que temees homeẽs de pouca ffe ⁊ entam leuantou se: ⁊ mãdou aos ventos ⁊ ao mar ⁊ ouue logo bonãça. empero os homeẽs marauilharõse dizendo quẽ he este que os ventos ⁊ o mar lhe obedeçem.

1497. — EVANGELHOS E EPISTOLAS CON SUAS EXPOSIÇÕES EN ROMÃCE, por Gonçalo Garcia de Santa Maria. Gravura e parte do texto de fl. XXIIJ, verso. Fólio pequeno impresso no Pôrto, nos prélos de Rodrigo Álvares, a 25 de Outubro de 1497. Conhece-se apenas um exemplar, e em Portugal. (Artigo de Jaime Cortesão nos *Anais das Bib. e Arquivos,* n.º 1, pág. 10 a 13, *Um novo incunábulo português*).

SELOS MEDIEVAIS E SELOS DE HOJE LEMBRANDO A ÉPOCA MEDIEVAL. — O sêlo da Universidade de Paris em 1398; sêlo da Faculdade de Medicina de Paris (1398), e sêlo da Faculdade, de Decreto, da Universidade de Paris (1398). Sêlo da Universidade de Coimbra e ex-libris da Biblioteca Municipal do Pôrto

Insigniora vrbis Olisiponæ. Regiæ.
1 Castelli regia vulgo pacos do Castello. 2 Ripæ regia vulgo pacos da Ribeira. 3 Statuum regia vulgo pacos des staos vbi nunc est Inquisitio. 4 Sancti Eloi regia vulgo pacos de santo Eloy. Alia insignia. 5 Regium portorium vulgo Alfandega. 6 Domus frumentaria vulgo terreiro do tugo. 7 Domus Indica vetus. 8 Domus Indica noua. 9 Armamentarium vetus nunc Atrium regiæ. 10 Hospitale omnium Sanctorum 11 Platea amplissima quæ vulgo Rosio dicitur 12 Platea q̃ vulgo pilouriuso velho dicitur. 13 Via noua mercatorum amplissima 14 Fons vberrimus sex canalibus deriuatus vulgo chafariz del bei 15 Forum olitorium et piscatorium vulgo Ribeira. 16 Domus Senatoria vbi carcer publicus q̃ vulgo Limoeiro dicitur. 17 Castellum ciuitatis. 18 Circuitus in fumatis montis moenib. circumdatus, q̃ vulgo alcacoua dicitur. 19 moles Carbonis vulgo Cais do carvaõ. 20 Fornaces ad conficiendum calcem. 21 Moles lignorum, vulgo Cais da madr.ª 22 Locus vbi rudentes nauium cõficiuntur vulgo Cordoaria noua 23 Scholæ generales vbi antiquitus scientiæ profitebãtur nunc sunt Conimbriæ. 24 Paco de madeira. Monasteria fratrum. 25 Monasterium S. Francisci ordinis Fraciscani. 26 Monast. S. Mariæ do carmo Carmelitarum. 27 Monast. Trinitatis. 28 Monast. S. Dominici p̃dicatorum. 29 Monast. S. Eloi ordinis sancti Joannis. 30 Monast. S. Vincentij Canonic. regularium. 31 Mon. S. Mariæ da graca, ordin. Augustan. 32 Collegium sancti Rochi Jesuitarum. 33 Collegium et Scholæ S. Antonij Iesuitarum. 34 Collegium orphanorum. Monasteria Vestalium. 35 Monast. Saluatoris. 36 Monast. D.N. da Rosa. 37 Monast. D.N. da nũciada. 38 Monast. D.N. da esperanca. 39 Monast. sanctæ Anæ. 40 Monasterium Sanctæ Claræ. Portæ in veteri vrbe. 41 Porta ferri. 42 Porta maris vetus nunc vulgo postigo da Rua das Canastias. 43 Porta maris ad S. Joanem. 44 Porta fontis regij vulgo portido do chafariz del Rej. 44* Postigo do conde de linhares. 45 Porta sancti Petri. 46 Porta Solis. 47 Porta alfofæ. 47* Porta sancti Georgij. 48 Porta de dom fadrique. 49 Porta do Monis. Portæ in noua vrbe. 50 Porta sancti Laurentij, vulgo postigo de S. Laur. 51 Porta quæ vulgo dicitur da mouraria. 52 Porta Rua de palma. 53 Porta quæ di 54 Porta sanctæ Anæ, vulgo pos Porta sancti Antonij vulgo de san q̃ dicitur da strebaria del Rej. ch vulgo portigo de san Roque. postigo da tundade. 59 Porta sancta Lucis Bragãtiæ. 61 Porta q̃ d 62* Porta q̃ dicitur dos Caberte tur dos Corte reais. 63 Porta A tur do almazem. 65 Portæ quæ 66 Porta q̃ dicitur portigo da m dicitur arco dos prẽgos. 68 Porta



retes. 69 Porta riyę vulgo porta da Ribeira. 70 porta q̃ dicitur portagem. 71 Porta noua Maris vulgo porta do mar. 72 Porta do chafariz dos cauallos. 73 Porta q̃ dicitur postigo da veluora. 74 Porta da Cruz. 75 Porta S. Vincenty. 76 Porta q̃ dicitur portigo de san Vincente. 77 Postago de nossa Suriã da graca. 78 Porta de santo Andre. 78* Postigo dalfama. Ecclesię parochiales. 79 Templum maximũ sedes Archiepiscopalis. 80 Tem. phi sancti Juliani. 81 Temp S. Mª Magdalenę. 82 Tem D.N. a conceptiõ. 83 Tem S. Nicolai. 84 Tem S. Iustę. 85 Temp. S. Matheig 86 Tem S Sebastiani da mouraria. 87 Temp. S. Anchoni de Collegio Jesuitarũ. 88 Tem S. Laurentij. 89 Tem S. Christofori. 90 Tem S. Mametis. 91 Tem S. Georgij. 92 Tem S. Bartholomei. 93 Tem S. Jacobi. 94 Temp S. Spiritus. 95 Tem S. Crucis. 96 Tem Saluatoris cum monasterio Vestalię. 97 Tem S. Thome. 98 Tem S. Andreę. 99 Tem S. Marinę. 100 Tem S. Vincentij in monasterio. 101 Tem S. Stephani. 102 Tem D.N. do paraiso. 103 Tem S. Michelis. 104 Te S. Petri. 105 Tem S. Iohannis degraca. 106 Tem S. Sebastiani da padaria. 107 Templi martyrũ. 108 Tem S. Paul. 109 Tem D.N. da Esperanca in monast. Vestalię. 110 Tem D.N. do loreto. 111 Tem Trinitatis monasterio. 112 Tem dnę nrę da Escada. 113 Tem S. Anę in Monasterio. 114 Tem fidei dei. 115 Temp S. Catharinę. 116 Tem das chagas. 116* Tem D.nrę da victoria. Alia templa vel sacella. 117 Sacel D.N. 118 Sac. Corporis sancti. 119 Sac S. Thomę. 120 Sac D.N. Olivę.

LISBOA NO SÉCULO XVI

Se a iluminura da crónica de Duarte Galvão é a mais antiga vista de Lisboa que se conhece, esta velha gravura de Lisboa, publicada no livro de Georgio Bravn ou Bruin, Civitates orbis terrarum é, sem dúvida, a mais antiga planta da cidade. A obra de Braunio saída em Colónia em 1572, refere-se-lhe Brunet e possuia-a Ricardo Heredia elucidando-nos Brunet que ao mesmo tempo saíram edições em alemão e francês, esta com o título Le grand théatre des différentes cités du monde, em Bruxelas. As gravuras são de Fr. Hogenberg e de Simon von den Noevel (Novellanus). Georg Hoefnagel deu as plantas de cidades europeias e Conr. Chaymon as das cidades alemãs. Os primeiros volumes foram reimpressos em 1612. O livreiro Olschki de Florença tem, num dos seus catálogos (L. de 1900), os três primeiros volumes desta obra, mas de 1577 o 1.º vol., e de 1581 o 2.º e 3.º, edição que Brunet não conheceu.

A planta de Lisboa que se encontra no 5.º volume, é documento precioso. Mostra bem o que era a grande terra das «muitas e desvairadas gentes» e aponta, localizando-os, os principais edifícios ulissiponenses. Assim, sob o n.º 1 encontramos o Castelo, 2 os Paços da Ribeira, 3 Paços dos Estaus, Inquisição, 4 Paços de Santo Elói, 5 Alfândega, 6 Terreiro do Trigo, 7, Casa da Índia, velha, 8 Casa da Índia, nova, 9 Armazém das Armas, 10 Hospital de Todos os Santos, 11 Rossio, 12 Praça do Pelourinho velho, 13 Rua Nova dos Mercadores, 14 Chafariz de El-rei, 15 Ribeira, 16 Casa do Senado e Cárcere (Limoeiro), 17 Castelo da Cidade, 18 Alcáçova, 19 Cais do Carvão, 20 Fornos de Cal, 21 Cais da Madeira, 22 Cordoaria Nova, 23 Escolas Gerais, Universidade Lisboa e 24 Paço da Madeira. Os Conventos, como depois o Padre António Vieira o devia achar, estão largamente representados. 25 o de S. Francisco da Cidade, 26 o do Carmo, 27 o da Trindade, 28 o de S. Domingos, 29 o de Santo Elói, 30 o de S. Vicente, 31 o da Graça, 35 do Salvador, 36 da Rosa, 37 da Anunciada, 38 da Esperança, 39 de Santa Ana, 40 de Santa Clara, além da Casa de S. Roque (Jesuítas), n.º 32, do Colégio de Santo Antão 33, e do Colégio dos Orfãos 34. As comunicações da cidade, portas ou postigos também não faltam. 41 a Porta do Ferro, 43 as Portas do Mar a S. João (Arco Escuro, hoje), 45 Porta de S. Pedro de Alfama, 46 Portas do Sol, 47 Porta da Alfofa, 47* Porta de S. Jorge, 48 de D. Fradique, 49 de Martim Moniz, 51 Porta da Mouraria, 53 do Jôgo da Pela, 55 de Santo Antão, 56 da Estrebaria de El-Rei, 59 de Santa Catarina, 60 do Duque de Bragança, 61 do Corpo Santo, 62 dos Côrte Riais, 62 dos Cobertos, 63 da Oura, 64 do Armazém, 65 do Arco dos Paços, 67 do Arco dos Pregos, 68 do Arco dos Barretes, 69 da Ribeira, 70 da Portagem, 71 Portas do Mar, 72 do Chafariz dos Cavalos, 74 da Cruz, 75 de S. Vicente, 78 de Santo André, e mais os postigos 42 da Rua das Canastras, 44 do Chafariz de El-Rei, 44* do Conde de Linhares, 50 de S. Lourenço, 52 da Rua da Palma, 54 de Santa Ana, 57 de S. Roque, 58 da Trindade, 66 da Moeda, 73 da Pólvora, 76 de S. Vicente, 77 de N.ª Senhora da Graça e 78* de Alfama.

De igrejas paroquiais encontramos: 79 a Sé, 80 S. Julião, 81 Madalena, 82 N.ª S.ª da Conceição, 83 S. Nicolau, 84 S.ta Justa, 85 S. Mateus, 86 S. Sebastião da Mouraria, 87 S.to António do Colégio dos Jesuítas, 88 S. Lourenço, 89 S. Cristóvão, 90 S. Mamede, 91 S. Jorge, 92 de S. Bartolomeu, 93 de S. Tiago, 94 do Espírito Santo, 95 de S.ta Cruz, 96 do Salvador (Conv.º), 97 de S. Tomé, 98 de S.to André, 99 de S.ta Marinha, 100 de S. Vicente (C.), 101 de S.to Estevão, 102 de N.ª S.ª do Paraíso, 103 de S. Miguel, 104 de S. Pedro, 105 de S. João da Praça, 106 de S. Sebastião da Padaria, 107 dos Mártires, 108 de S. Paulo, 109 da Esperança (C.), 110 do Loreto, 111 da Trindade (C.), 112 de N.ª S.ª da Escada, 113 de Santa Ana (C.), 114 dos Fieis de Deus, 115 de S.ta Catarina, 116 das Chagas, 116* da Vitória. Outras igrejas, capelas e ermidas: 117 Ermida de N.ª Senhora (Paulistas); 118 do Corpo Santo, 119 de S. Tomé, 120 de Nossa Senhora da Oliveira, 121 de N.ª S.ª da Consolação, sôbre a Porta de Ferro, 122 de S.to António de Pádua, 123 da Misericórdia, 124 do Espírito Santo de Alfama (Remédios), 125 de S. Martinho, 126 de S. Brás e S.ta Luzia, 127 de S. Luís, 128 do Espírito Santo da Pedreira e 129 de N.ª S.ª do Monte.

Palácios, praças e diversos lá figuram: Sob o n.º 130 o Cais da Pedra, 131 a Cadeia do Tronco, 132 a Casa da Moeda, 133 o Paláccio do Duque de Aveiro, 134 o do Duque de Bragança, 135 o do Marquês de Vila Rial, 136 o do Conde de Portalegre, 137 o do Conde de Redondo, 138 o do Conde de Linhares, 139 a Praça dos Canos e 140 a Ermida de N.ª S.ª da Palma. Como se vê, Lisboa era o grande empório, a terra onde acorriam as gentes sedentas de ouro e de desconhecido, a estrada que levava à famosa Índia e ao riquíssimo Brasil

LISBOA NO SÉCULO XVI. — Gravura publicada na obra de Georgio Braun ou Bruin, *Civitates orbis terrarum. Liber primvs.* Colónia, MDLXXII, de que existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, vindo da Livraria de Alcobaça. Esta obra, muito rara, compõe-se de 6 volumes, intitulando-se o 2.°, publicado em 1575, *De praecipuis, totivs vniversi vrbibvs, liber secundus*, o 3.° e 4.° *Vrbivm praccipvarvm totivs mundi (Liber tertivs 1581 e Liber qvartvs)*, o 5.° *Vrbivm praecipvarvm mvndi theatrvm qvintvm*, onde já o autor se chama Georgio Bravnio Agrippinate e o 6.° *Theatri praccipvarvm totivs mvndi vivivm. Liber sextus.* Ano MIOCXVIII. É no 5.° vol. que se encontram a planta e a vista de Lisboa. Nesta obra acham-se, interessando a Portugal, plantas de Aden, Arzila, Azamor, Calecut, Ceuta, Dio, Goa, Quiloa, Tanger, além das de Braga e Coimbra

SÉCULO DEZASSEIS

ASPECTOS GERAIS

A SOCIEDADE. O REI. A CULTURA. A ARTE. A LÍNGUA.

A TIPOGRAFIA.

Letra ornada do *Livro de Horas* de El-Rei D. Duarte. Inicial do Ofício de Nossa Senhora, tendo ao centro o escudo de armas de Portugal. Foi do infante D. Luís, filho de D. João III, que o deixou ao Mosteiro dos Jerónimos. Está hoje no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo

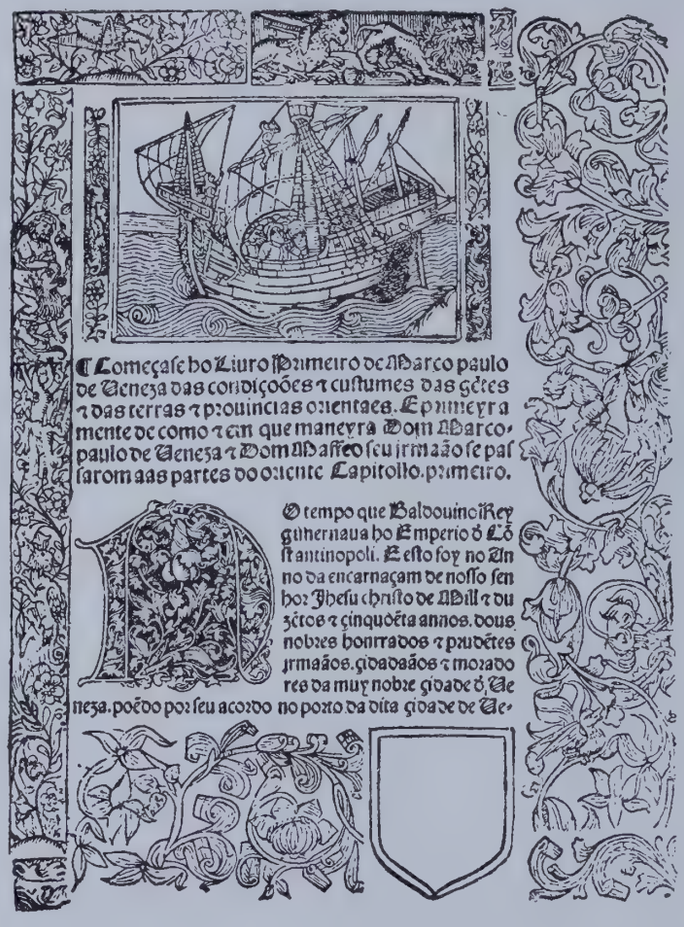
A bibliografia do século XVI daremos nota especificada nos diversos capítulos, apontando aqui apenas as obras de assuntos gerais, ou que em qualquer dêles não tenha cabimento:

Garcia de Rèzende — *Crónica de D. João II* e *Miscelanea;* Damião de Góis — *Crónica de El-Rei D. Manuel* e *Urbis Ulisiponis Descriptio;* Francisco de Andrade — *Crónica de D. João III;* Fr. Luís de Sousa — *Annaes de El-Rei D. João III* (publicados por A. Herculano) Lx.ª 1844; Pinheiro Chagas, Schaefer, etc. — *Histórias de Portugal;* Fortunato de Almeida — *História de Portugal,* tomos III e IV; id. — *História da Igreja em Portugal,* tomo III, partes I e II; Jerónimo Osório — *Vida e feitos de El-Rei D. Manuel (De rebus Emanuelis);* António Caetano de Sousa — *História genealógica da Casa Real; Constituições dos diversos bispados ordenados no século XVI; Ordenações de El-Rei D. Manuel; Leis* (pode ver-se títulos e assuntos na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI,* por António Joaquim Anselmo); João de Barros e Diogo do Couto — *Décadas; Cartas de Afonso de Albuquerque; Alguns documentos do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo;* José Anastácio de Figueiredo — *Synopsis cronológica;* Gil Vicente — *Obras;* Freire de Oliveira — *Elementos para a História do Município de Lisboa;* Alexandre Herculano — *Opúsculos,* tomo VI; Aires de Campos — *Índices e Sumários do Arquivo da Câmara de Coimbra;* Sousa Viterbo — *Artes e artistas,* Lisboa, 1892; id. — *Artes e indústrias metálicas em Portugal: Ourives — Espadeiros — Ourives da gineta — Ferreiros.* Lisboa, 1904; id. — *Artes e indústrias metálicas em Portugal: Serralheiros e Ferreiros.* Coimbra, 1908; id., id. — *Minas e mineiros.* Coimbra, 1904; id. — *Artes industriais e indústrias portuguesas: A indústria sacarina.* Coimbra, 1909-1910; *Indústrias têxteis e congéneres.* Coimbra, 1904; *Tapeçaria.* Coimbra, 1902; id. — *Dicionário histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, ou a serviço de Portugal.* Lisboa, 1899-1904. 3 vols.; id. — *A livraria real, especialmente no reinado de D. Manuel.* Lisboa, 1901; id. — *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII,* e quási tôdas as obras de Sousa Viterbo que foi o minerador dos arquivos no que respeita ao século XVI; Mendes dos Remédios — *Os judeus em Portugal,* 2 volumes; Gaspar Correia — *Lendas da India;* Fernão Lopes de Castanheda — *História do descobrimento e conquista da India;* Manuel Bernardes Branco — *El-Rei D. Manuel;* Faria e Sousa — *Ásia Portuguesa;* João Lúcio de Azevedo — *História dos Cristãos Novos portugueses;* Alexandre Herculano — *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal; O Panorama, Arquivo Histórico Português, Anais das Bibliotecas e Arquivos.* Veja-se ainda os livros de Anselmo Braamcamp Freire, a *Bibliografia Histórica* de Figanière e *A crítica literária como sciência* do prof. Fidelino de Figueiredo.

A TRANSIÇÃO DA ILUMINURA PARA O LIVRO IMPRESSO (gravura). Tôdas estas capitais mostram a influência dos velhos calígrafos mesmo depois de inventada a imprensa. O *A* é da *Vita Christi*, (Lisboa, 1495). É bem um A alemão, letra da família, depois repetida em obras portuguesas, como por exemplo nos *Artigos das Sisas* (Lisboa, 1512), na *Coronica do Condestabre* (Lisboa, 1526), etc. Êste género de letra, menos rendilhado, aparece-nos na 1.ª ed. da *Coronica do Condestabre*, mostrando já como a imprensa de caracteres móveis ia simplificando e uniformizando o tipo. Em 1495, no vol. *Lo primer del Cartoxa*, e em *Lo segon*, e em *Lo quart*, o tipo é o nosso da *Vita Christi*. O *A*, o *Q* e o *C* que se lhe seguem são do vol. *Marco Tulio ciceron de Amicicia*, (Coimbra, 1531) e o *D* final é da *Ordenaçam da Ordem do Juyzo*, (Lisboa, 1526). As duas tarjas desta página mostram bem que tão grande fôra a acção dos calígrafos e iluminadores que muitos anos depois ainda ela não estava de todo esquecida

DESDE o alvorecer do século XVI, a vida social portuguesa, sem perder antigas directrizes, procurava novas esferas de actividade, numa ânsia incoercível de esfôrço e expansão. O descobrimento do caminho marítimo para a Índia foi a empresa máxima que despertou os espíritos para a realidade de esperanças sonhadas por tão dilatado tempo.

Abertas de par em par as portas do Oriente, ficavam patentes as fantásticas riquezas de que no Ocidente existia imperfeita e vaga notícia que exaltava as imaginações. Os mareantes concebiam novos triunfos sôbre a inclemência dos elementos; a gente de guerra ideava novos lances em batalhas tremendas de imarcessível glória; deliciavam-se espèculadores ambiciosos na previsão de negócios fabulosos; viajantes e aventureiros perdiam-se em conjecturas sôbre as novidades que encerravam terras tão



PÁGINA DO LIVRO *Marco Paulo* IMPRESSO EM LISBOA EM 1502 POR VALENTIM FERNANDES. — É, apesar de impressa, a página perfeita de um livro iluminado, a que melhor marca a vassalagem do tipógrafo ao iluminador e ao copista. Muito tempo havia de passar para que êsse domínio se amortecesse e evolasse

longínquas e de tão grande fama; e todos acariciavam a perspectiva de grandezas e prosperidades inesgotáveis.

Nos estaleiros de Lisboa intensificava-se a febre das construções navais; e, como não chegassem para a execução dos trabalhos os artífices portugueses, recorria-se aos estrangeiros, principalmente aos italianos. Trabalhavam afanosamente carpinteiros, ferreiros, calafates, que aparelhavam, dispunham e pregavam materiais ou vedavam juntas. Chegavam batelões carregados de madeira de cerne, de pinho de Alcácere, outros de troncos e pranchas de carvalho, para se formar a ossada dos navios e tôdas as partes que exigiam maior solidez.

Nas ruas acotovelavam-se estrangeiros de diversas nações, inglêses, alemães, flamengos, suíços, franceses, italianos e castelhanos, que vinham procurar na melhor fonte mais circunstanciada

A da *Coronica do Condestabre*, (aves e estrêlas) Lisboa, 1526; *H* e *C* do *Este he o liuro e legenda...* (Lisboa, 1513); o *A*, do *Svmmario da Pregaçam* (Lisboa, 1551), e o *D*, da *Regra e estatutos da ordẽ de Sam Bento* (Lisboa, 1550).

notícia das cousas orientais ; outros aqui se transportavam na esperança de engrossar os seus negócios ou tentar novos tratos mercantis ; muitos alistavam-se ao serviço de El-Rei de Portugal, como bombardeiros e soldados ; não poucos embarcavam com a nossa marinhagem, oferecendo-se a participar de todos os perigos e trabalhos ;

A TRANSIÇÃO DA ILUMINURA PARA O LIVRO IMPRESSO (gravura). — ROSTO DA SEGUNDA PARTE DO RARO LIVRO DE JOÃO DE BARROS, *Espelho de Casados*, impresso na cidade do Pôrto em 1540 por Vasco Diaz Tanco de Frejenal, a mais importante das três obras dêste impressor

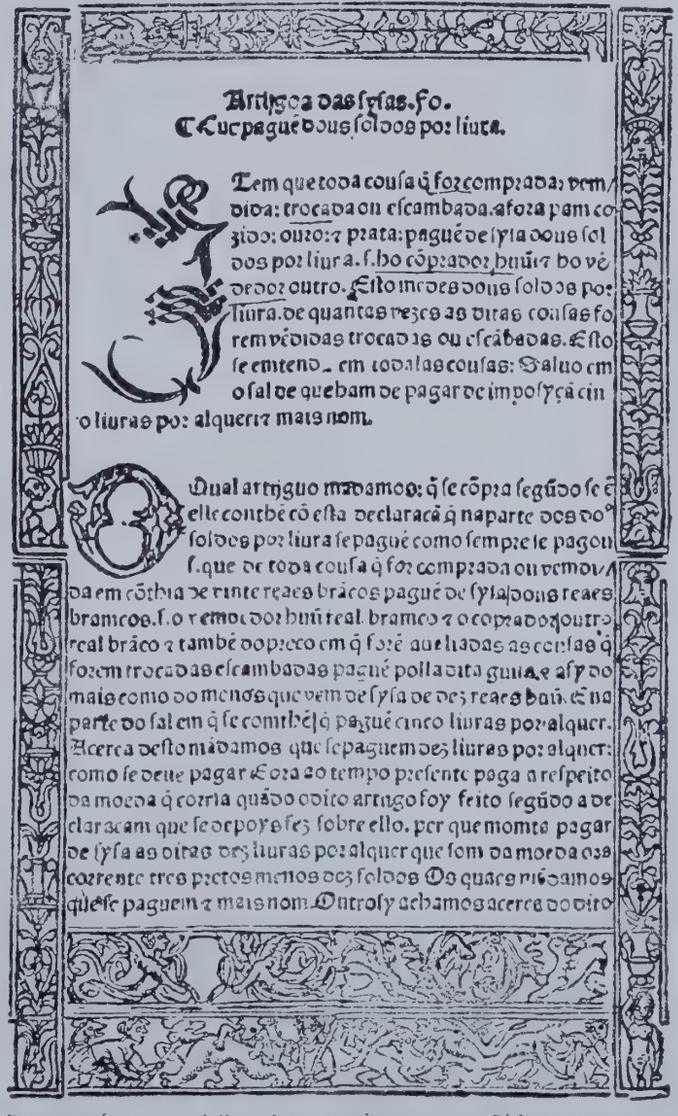
alguns espreitavam e seguiam os estudos dos nossos cosmógrafos, ou pelo sincero desejo de os conhecer, ou pelo oculto propósito de os aproveitar e alardear como próprios. Lisboa era uma cidade cosmopolita, verdadeira terra de promissão para aventureiros.

A chegada e descarga das naus da Índia era sempre motivo de grande alvorôço. Todos ansiavam por notícias dos parentes que tinham partido, — e quantos ficariam sepultados nos abismos do tôrvo oceano! — ; queriam novidades daquela Índia, tão sonhada e tão falada ; procuravam desvendar o mistério que para tantos envolvia aquelas plagas e mares remotos ; pretendiam ver, conhecer, palpar as mercadorias que carregavam as naus, objectos estranhos e de grande preço, especiarias de geral fama que chegavam em quantidades prodigiosas.

Abarrotavam as naus riquezas de tôda a ordem : a pimenta e o gengibre da costa de Malabar, de Samatra e das ilhas de Sunda ; canela de Coulão e Ceilão ; cravo das ilhas de Banda e de Moluco ; noz e maça, de Banda ; cânfora, de Bornéo ; benjoim, de Samatra ; aljôfar, das costas do mar Rôxo, de Calecaré, de Bornéo ; laca, do Pegú ; diamantes, de Narsinga ; rubís, do Pegú e de Ceilão ; ouro e prata, de Etiópia, de Samatra e de Léquio ; panos e roupas, de Bengala ; sêda, de Samatra e de muitos outros lugares ; tapêtes, da Pérsia ; estanho, de Malaca. Da China vinha almíscar, aljôfre, tôda a espécie de setins e damascos, porcelanas, brocados e cousas semelhantes ; de Timôr, sândalo, mel e muita cêra ; de Etiópia, além de ouro, marfim, manteigas, mel, cêra, escravos. Acrescentem-se os corais, o açafrão, sêdas, bordados, panos pintados, marfim esculpido e rendilhado, móveis embutidos, charões, bronzes, bambús, elefantes e outros animais extraordinários ; imensas riquezas e espécies aromáticas, perfumes, porcelanas e objectos de luxo da China, de Java, de Sião e de outras ilhas e terras adjacentes, riquezas cujo trato dava lucros sem conta.

Naqueles dias em que chegavam e descarregavam as naus, aumentava o concurso de transeuntes em Lisboa, principalmente nas ruas que conduziam à Ribeira. Mas a cidade era ordinàriamente bem movimentada ; circulava grande número de peões, escravos, populares, gente de negócio ; frades e sacerdotes que discretamente se ocultavam na gravidade dos seus hábitos negros ; fidalgos que garbosamente montavám insofridos corséis ; damas que ostentavam lindos vestidos, com ricas pedras estratégicamente dispostas onde melhor podiam despertar atenções ; ociosos que afectavam grandeza, na espectativa da fortuna que poderia alcançar um parente que embarcara para a Índia.

A Rua Nova era a mais freqüentada por gente de distinção e de dinheiro. Ali procuravam nas lojas ricos objectos vindos do Oriente, porcelanas finíssimas de vários feitios, conchas, côcos lavrados de diversos modos,



PRIMEIRA PÁGINA DOS *Artigos das sysas*, impressos em Lisboa em 1512 por Hermão de Campos, alemão. A primeira linha a vermelho. Como se vê, não difere muito esta página impressa de uma página manuscrita do tempo

caixinhas guarnecidas de madrepérola e cousas semelhantes. Na rua onde alinhavam as lojas dos ourives de ouro, compravam-se pedras preciosas, diamantes, esmeraldas do mais puro brilho, rubís de suave gôsto e muitas outras gemas de apurado lavor. Os ourives de prata faziam grande negócio, porque muita gente usava pratos, bacias e outros vasos daquele metal.

A êste espírito de ostentação correspondiam nos trajos excessos de luxo, que os monarcas debalde procuravam corrigir em suas pragmáticas. Estava em voga o uso de sedas, brocados, chaparias, bordados e canotilhos. Segundo autorização de D. João II, os homens podiam usar gibões, carapuças e pantufos de sêda; e as mulheres saínhos, cintas e bordaduras de sêda nos seus vestidos. Na prática, porém, excediam-se muito as permissões régias, usando não só as sêdas e os brocados, mas também guarnições de ouro, prata e esmalte.

Nas côrtes de 1525 ou nas de 1535, queixavam-se os povos de que os fidalgos em seus paços alardeavam tratamento luxuoso, incompatível com os meios de que dispunham; e o número dos seus criados era tal, que roubavam à agricultura e às artes os braços indispensáveis.

Nicolau Clenardo, que pouco depois se encontrava em Portugal, escrevia: «Se quisesse condescender com os costumes desta terra, começaria por sustentar uma mula e quatro lacaios: ¿Mas como seria possível? — jejuando em casa, enquanto que brilhava fora como um triunfador, e teria que tragar êste amargo remédio de dever mais do que poderia pagar.»

Encontrando-se o livro em que certo indivíduo fazia o lançamento das suas despesas diárias, verificou-se que em muitos dias apenas se mencionava o gasto de pão, água e rabanetes. «Há aqui uma chusma dêsses faustosos *rabanófagos,* que trazem todavia pela rua atrás de si maior número de criados do que de reais gastam em casa. E até creio que chega a havê-los com menos rendimento do que eu, e que, não obstante, trazem uma comitiva de oito criados, que sustentam sabe Deus como, se não à custa de abundante alimentação certamente à fôrça de fome e por outros processos, que eu sou muito estúpido para aprender nunca em dias de minha vida. E não é muito difícil recrutar uma turba inútil de servidores, porque esta gente prefere tudo suportar a aprender qualquer profissão.

«¿Mas para que serve, preguntar-me heis vós, um tal séquito? — Não falta que fazer a cada um, embora todos levem uma vida regalada: dois caminham adiante; o terceiro leva o chapéu; o quarto o capote, não adregue de chover; o quinto pega na rédea da cavalgadura; o sexto é para segurar os sapatos de seda; o sétimo traz uma escôva para limpar de pêlos o fato; o oitavo serve para enxugar o suor da bêsta, enquanto o amo ouve missa ou conversa com algum amigo; o nono apresenta-lhe o pente, se tem de ir cumprimentar alguém de importância, não vá êle aparecer com a cabeleira por pentear. Dou testemunho de cousas que tenho visto com os meus próprios olhos.»

O Rei. Tal como o figurava a iconografia da Idade Média e do século XVI, e como êle foi quási sempre figurado. Esta gravura é da obra de Littleton, *Tenores Novelli*, Londres, Richard Pynson, 1496. Onde durante a Idade Média o rei é mais vezes representado, é na pedra das estátuas tumbais, mas no manuscrito e no livro impresso também por vezes aparece. No volume do Museu Britânico, *Cárcere de amor*, vê-se o rei distribuindo justiça. Não difere em nada a iconografia estrangeira da nossa, portuguesa

O luxo da côrte excedia quanto é possível imaginar. Quando tinham de acompanhar El-Rei, os fidalgos ostentavam os mais ricos trajos, em que porfiavam grandezas e galantarias, tanto na matéria dos vestidos como nos feitios e invenções. Tudo era brocado, tela de ouro e prata, tecidos de sêda de grande preço. Os veludos, damascos e tôdas as sêdas desmereciam de seu próprio valor pelos muitos passamanes, rendilhas, espiguilhas, torchados e alamares de ouro que lhes punham.

Causava espanto — diz uma Memória antiga — a rica e abundante pedraria que em tais ocasiões se ostentava: os botões de ouro, as tranças dos chapéus cheias de rubís, diamantes e esmeraldas de preço infinito, entresachadas a compasso umas com as outras; os camafeus, medalhas e estampas de feitio singular; as cadeias de ouro grossíssimas aos pescoços, de dez e doze voltas; as couras bordadas de ouro com botões de ouro, cristal, pérolas e demais pedraria; os gibões e coletes sôbre telinha de ouro com invenção de côrte, pique, presponte maravilhoso; os capotes de damasco, setim, chamalote de sêda, bordados com barras de veludo e torçais de ouro.

Eram admiráveis os arreios dos cavalos, com cabeçadas e esporas de prata, esmaltadas de ouro e azul; as estribeiras com mil figuras e maneiras de bichos abertos nelas, trabalhados com arte singular; as nóminas, peitorais, cigolas e cordões com muitas borlas de ouro e torçais; as mochilas com os jaezes e cobertas quando menos eram de veludo com mil franjas de ouro e prata, e os mandis de veludo.

Com êste excesso de luxo relacionava-se a falta geral de escrúpulos em matéria de moralidade. Eram nume-

A Vida Quinhentista. — Gravura simbolizando o Comércio. O Rei, mercadores e o escrivão

Gravura simbolizando a Justiça — O rei, um alabardeiro e três réus encadeados, um dos quais judeu

Gravura simbolizando a Justiça. — O rei, juízes, letrados, regedor, desembargadores, um advogado, o cliente e os escrivães

Gravura representando o autor das Ordenações levando ao rei o seu livro, sôbre o qual o rei jura cumprir

«representa o rei sentado no throno, com o sceptro na mão esquerda, e nos dois dedos indicador e polegar da mão direita sustenta a esphera e uma faxa com a já mencionada legenda. Esta estampa tem cercaduras de folhagens e aves, uma figura de homem e o pelicano ferindo o peito para alimentar os filhos, divisa de el-rei D. João II, o que, por um instante, nos faz crer que a figura que está no throno poderia ser a da rainha D. Leonor, prestando-se o desenho da mesma figura a esta supposição». *A Imprensa em Portugal nos seculos* XV *e* XVI por Brito Aranha. Esta mesma gravura aparece na *Ordenaçam da ordem do Juyzo* impressa em Lisboa em 1526 por João Álvares

rosas as mancebias de homens solteiros e casados, a-pesar das cominações de penas que as leis eclesiásticas e civís fulminavam em tais casos. Os monumentos jurídicos e os processos inquisitoriais revelam-nos as aberrações da sodomia, do safismo e da bestialidade. No próprio clero não era raro o escândalo da mancebia, tal era o desfalecimento geral de escrúpulos em semelhante matéria. Gil Vicente alude muitas vezes às infracções da castidade pelos eclesiásticos; e é desnecessário descontar-lhe exageros impostos pela necessidade de ser jocoso e mordaz, porque os factos conhecidos corroboram largamente as sátiras do poeta.

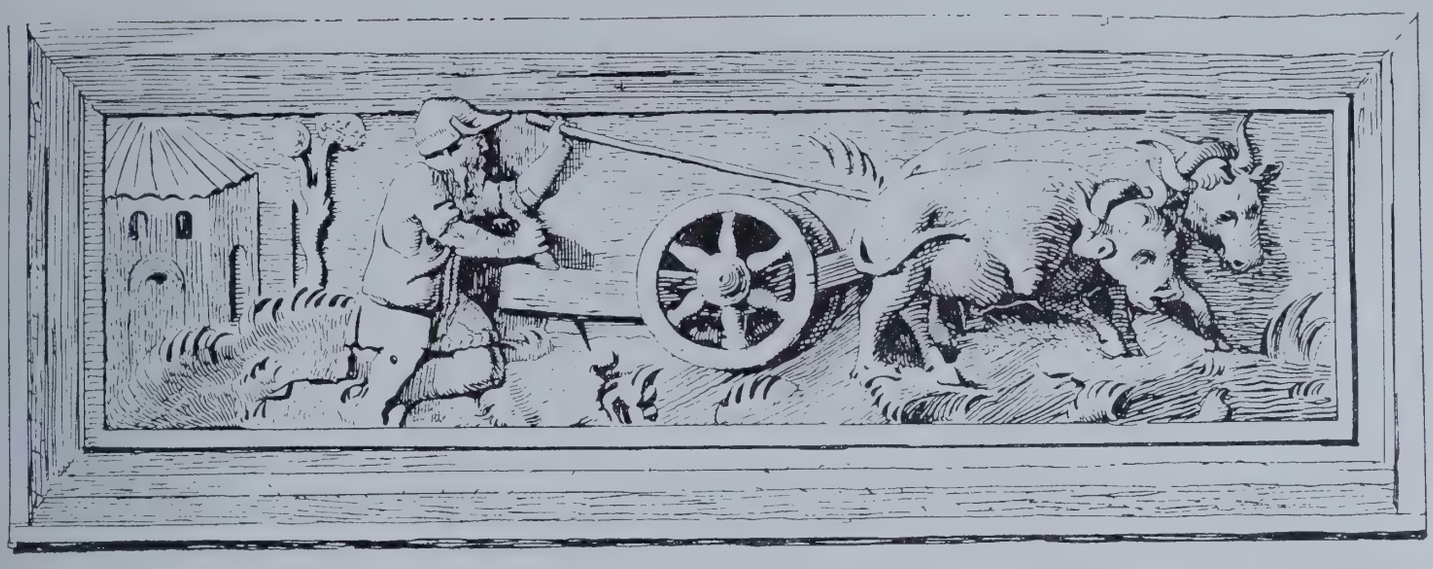
D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, nas suas Constituïções, dá curioso testemunho das liberdades da época em semelhante matéria. Constara-lhe muitas vezes que os clérigos de ordens sacras e beneficiados, na cidade e noutras terras do bispado, iam aos rios e a outros lugares falar desonestamente com as mulheres, «mais que se fôssem leigos». Por isso proïbia que êles fôssem aos rios, ou à porta de Belcouce, ou a outros lugares falar com mulheres suspeitas, sob pena de multa de quinhentos reais, por cada vez, para as obras da Sé e meirinho. Em seguida especializa: «E isto queremos que haja lugar em Montemor e Tentúgal, por quanto nos é dito que os clérigos nas ditas vilas se desmandam por muitas vezes àcêrca do sobredito.»

A gente daquele tempo era muito supersticiosa; e além das outras havia a superstição oficial, que escapava à acção das leis. Assim as Ordenações, punindo muitas superstições, exceptuavam os «astrólogos, que por sciência, e arte de astrologia, vendo primeiro as nascenças da pessoa, disserem alguma cousa segundo juízo, e regra da dita sciência.» Os astrólogos não só eram exceptuados de pena, mas gozavam de favor na côrte e da protecção e munificência régia. Nem de outro modo podia ser, pois que os próprios monarcas os consultavam. Braamcamp Freire cita uma carta régia de 22 de Outubro de 1513, pela qual D. Manuel concedeu a mestre João, «estrolico», desde o 1.º de Janeiro de 1514, «em quanto nossa mercê for e *nos dêlle servirmos* nesta cidade, 12.000 reais de tença assentado no almazem da Índia.»

O jôgo encontrava-se muito vulgarizado, e era, como sempre, causa de funestas conseqüências; por isso as Ordenações Manuelinas e outros diplomas o proïbiram estritamente. Já então se tinha introduzido o uso das cartas de jogar. Ninguém podia jogar cartas, nem as ter em sua casa ou pousada, nem as trazer consigo, nem fazer, nem trazer de fóra, nem vender, sob pena de ser prêso, e, sendo peão, pagar da cadeia vinte cruzados e ser açoutado públicamente com baraço e pregão; e se fôsse de mais grada condição seria degradado um ano para Ceuta e pagaria quarenta cruzados.

Sofreriam as mesmas penas os jogadores de dados, excepto se jogassem «os joguos que se em tauoleiro com tauolas joguam, os quaes joguos de dados com tauo-

O REI. — À esquerda, religiosos de várias ordens. À direita, um autor apresentando um livro; a marinha e a pesca. Em baixo, a agricultura e a caça. Das *Ordenações del-Rei D. Manuel*, Lisboa, 1514



A VIDA POPULAR NO SÉCULO XVI, EM PORTUGAL. — Baixos relevos em madeira do côro da Sé de Évora. — Reproduções desenhadas por Alberto Sousa na obra *O Trajo popular em Portugal nos séculos* XVI *e* XVII. Lisboa. «Homem lavrando. (Chapéu de aba derrubada, gibão, saco de sementeira, charrua); Tosquiadores. (Homem tosquiando carneiros. Gorras de abas derrubadas, pelote e meias altas); Fabrico de vinho. (Ao centro: homem com capa bebendo vinho por um tubo seguro à dorna, vendo-se à direita um rapaz de veste larga e carapuça pisando a uva. À esquerda, rapazinho com saio, conduzindo um cesto vindimo carregado de cachos)».

las em tauoleiro nom Vedamos, porque os homens tenham em que se desenfadarem.»

O mal agravava-se sempre, a-pesar de tôdas as leis, e parece ter chegado ao seu auge no século XVI, quando por um conjunto de circunstâncias se exacerbou a corrupção geral dos costumes. O Visconde de Santarém, citando um dos capítulos das Côrtes de 1525 e 1535, diz que «o vício do jôgo ardia em tôdas as classes, trazendo inevitávelmente como conseqüência de seus delírios, a discórdia doméstica, a miséria, e até o roubo.»

Mas nem tudo eram efeminações e vícios naquela sociedade portuguesa do século XVI. Na massa geral dos

O LIVRO DE "HORAS DE D. MANUEL"

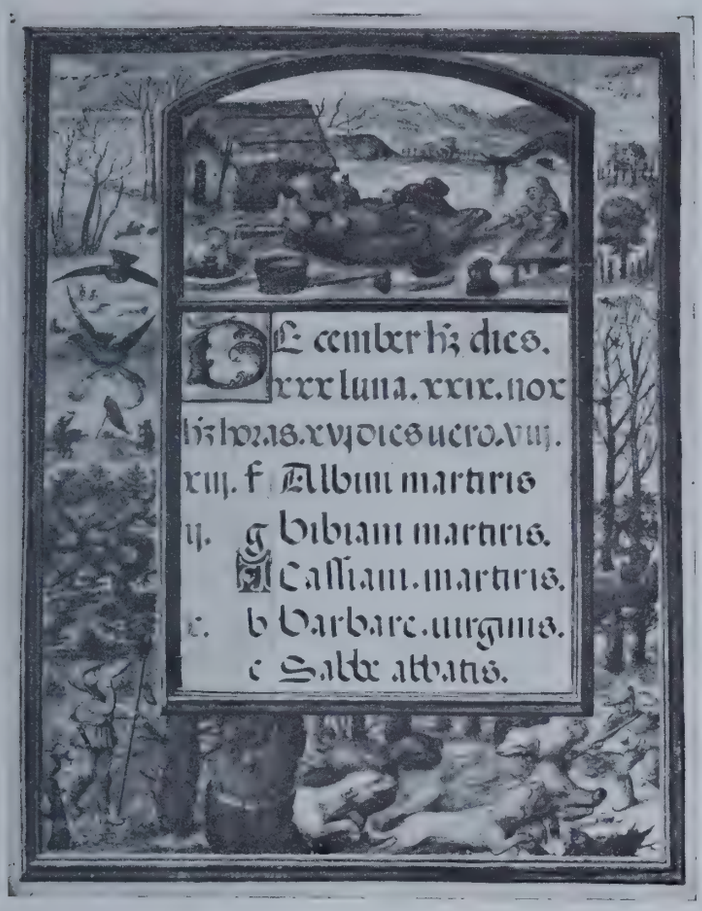
«O *livro de* Horas de D. Manuel, *sendo um dos poucos documentos que nos restam do que produziram os nossos iluminadores do século de Quinhentos, é também a prova do alto grau a que chegou esta arte, entre nós, nessa época.*

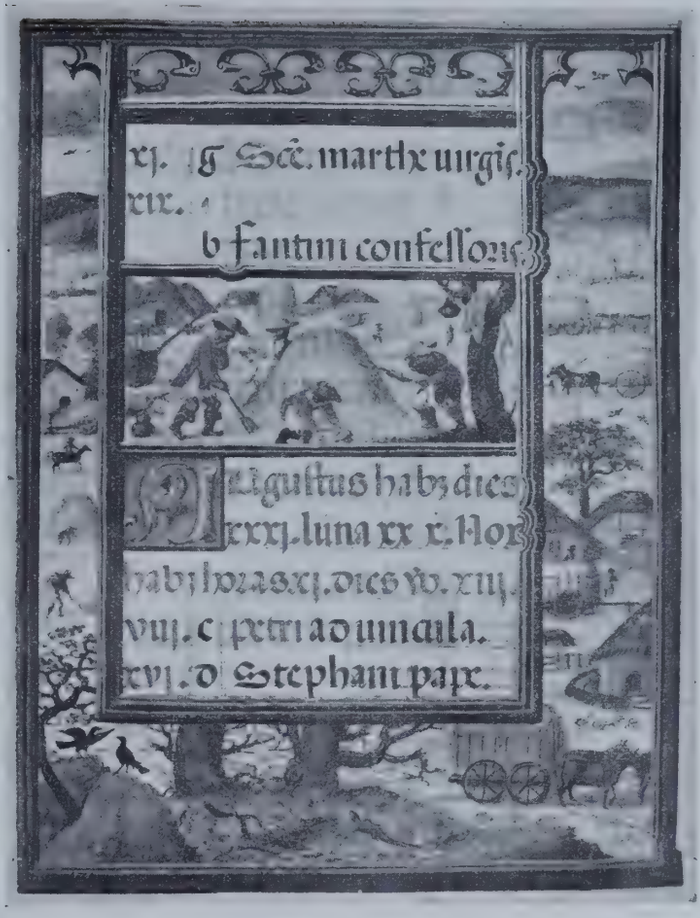
Ainda à espera do estudo que se impõe e que em breve esperamos poder publicar, não temos dúvida em afirmar, desde já, que a primeira série de iluminuras que ornamentam o seu texto é obra de artistas portugueses, sendo, com outras, e, a nosso ver, de Gregório Lopes, a que hoje reproduzimos (a Natividade). *Quanto ao calendário, no estilo da escola ganto-brugeoise, em que foi figura primacial Simon Bening, precisamente, como demonstrámos já, o iluminador do nosso livro de Horas, erradamente dado como da rainha D. Leonor, êsse é, embora, possìvelmente, de António de Holanda, obra acentuadamente portuguesa.*

É ver, na iluminura que reproduzimos, a paisagem que enquadra a scena central e que é, certamente, da mesma mão que iluminou o calendário. Com excepção de um dos personagens, a mulher que fica na extrema direita, e que, no trajo e fisionomia, conserva um sabor nitidamente nórdico, tudo o mais, terreno, atmosfera e ainda mesmo as outras figuras, é profundamente português.

É que o artista que iluminou êsse aspecto invernal da nossa terra realizou-o, como fêz de resto em tôdas as imagens do calendário, segundo apontamentos feitos do natural; e a sua interpretação é de tal maneira viva e exacta, que se conclui que êstes não foram tomados rápidamente, de impressão, mas fixados só depois de largamente estudados e sentidos. E assim o seu autor, quem quer que seja, não é, já apenas nessa sucessão de quadros, que compreendem tôdas as

CALENDÁRIO DO «LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL». (1517 — cêrca de 1540), obra de António de Holanda (?).—Meses de Janeiro, de Abril e Junho. A alegoria do mês de Janeiro mostra um interior bastante curioso para o viver português no século XVI. À esquerda, a lareira; ao fundo, à direita, a cozinha. Na do mês de Abril, a ceifa.





CALENDÁRIO DO LIVRO DE *Horas de D. Manuel.* — Meses de Dezembro e Agôsto. No mês de Dezembro vê-se a matança do porco; no de Agôsto uma alegoria em que há homens jocirando

estações do ano e vão do norte ao sul do país, o simples anotador dos aspectos que mais o seduziram, mas o verdadeiro troveiro que, em face da natureza, fêz da sua emoção um enternecido poema, cantando, comovidamente, de aldeia em aldeia, a maravilha do céu que o cobria e a intimidade típica da vida e fama das regiões que atravessava. No lindo e colorido comentário que Ramalho Ortigão fêz a êste livro, no catálogo da exposição antonina (1895), o grande prosador, sem pretender fazer crítica artística, pôs entretanto bem em relêvo o espírito caracteristicamente lusitano do calendário. Não tendo, porém, estudado os livros análogos que existem lá fora, nem o que já cá existia e a que êle se refere muito ligeiramente nesse catálogo (pág. 79), não fêz, por isso, o escritor português notar quanto, ainda na página consagrada ao mês de Fevereiro (que é aquela em que o paralelismo do nosso com os livros flamengos é mais flagrante), a diferença é aí mesmo fundamental. O moinho representado nessa página é bem nórdico e irmão gémeo do que ilustra as fôlhas idênticas dos livros de Horas neerlandeses, e a neve que nela se acumula, para cá e para lá da casaria, só pode ver-se, entre nós, nas nossas regiões do extremo norte. Menos flamenga é, porém, já a plasticização, em iluminuras dessa época, de um grupo, como o que se vê na mesma página, aquecendo-se ao ar livre, em detrimento de uma scena análoga de interior, em que se compraziam e comprazem os artistas daqueles países, para quem a casa, abrigo da natureza agreste, é sempre o motivo preferido.

Debalde, também, e isso é fundamental, se procurará, na página de Fevereiro do nosso livro, o pormenor demasiadamente realista do homem que «verte águas», visível no primeiro plano da mesma fôlha de todos os livros neerlandeses idênticos dessa época, desde o breviário Grimani, de Veneza, e as Horas d'Hennessy, de Bruxelas, ao livro de Horas do Infante D. Fernando (?), de Lisboa. Em Portugal, e por artistas portugueses ou por estrangeiros aqui aclimatados, isso só seria possível alguns séculos mais tarde.»

J. de F. (Dr. José de Figueiredo) na *Lusitânia* vol. III, fasc.º VIII de 1925.

A RUA NOVA DOS FERROS

A rua Nova dos Ferros é a Lisboa do século XVI. A ela se refere Garcia de Rèzende e sôbre ela traçou Matos Sequeira no seu livro *Tempo passado* um curioso e sugestivo capítulo a propósito das iluminuras do *Livro de Horas de dom Manuel.*

«A iluminura é linda. A parte central da página onde se começa, em gótico, o ofício dos mortos — Incipit officium mortuor — *limitada por um filete que nos cantos superiores se desenvolve em arcaturas ligando com o outro filete extremo, assenta sôbre a composição simbólica que desce pela margem direita, passa na parte inferior e sobe pela margem da costura, representando a quebra dos escudos pela morte de D. Manuel. Dentro da arcatura média, ao alto da página, que fica como um tímpano sôbre o rectângulo de pergaminho onde os caracteres góticos se traçaram, vê-se a* Morte *conduzindo ao ombro um caixão sôbre o qual uma tira de pano passa, voejando as pontas, uma para cada lado, para equilíbrio da composição.*

A capital, *delicadamente feita, deixa ver, no vasio da abertura, a scena solene da* encomendação *de um cadáver que repousa entre tocheiros, e ao qual o clérigo lê o ofício junto do acólito e à frente de outras figuras. Tudo isto é tocado de uma unção e de uma delicadeza admiráveis,*

CALENDÁRIO DO LIVRO DE *Horas de D. Manuel.* — Meses de Setembro e Novembro. O de Setembro é uma curiosa página sôbre o fabrico do vinho. No de Novembro a faina agrícola da estação. Algumas destas miniaturas foram reproduzidas na obra de Alberto Sousa *O trajo popular em Portugal nos séculos XVI e XVII*

realçadas pela justeza decorativa das côres que fazem dessa fôlha de pergaminho do precioso livro uma verdadeira obra de arte.

Ao interêsse artístico sobrepõe-se, porém, o possível interêsse documental, porque além da cerimónia que ali se representa, figura-se também um aspecto, o único aspecto conhecido da notável rua Nova dos Ferros, *nesse tempo a melhor, a mais vasta, a mais rica, a mais comercial artéria de Lisboa, já de há muito cognominada «O chiado quinhentista».*

.....

*
* *

Olhemo-la no meado do século, olhemo-la apenas porque o descrevê-la é impossível. Que movimento! Que animação! Que febre de viver! Estou daqui a imaginá-la. Que multidão de gentes pisa os ladrilhos que em 1515 substituíram as lages portuenses da rua das Flores! Fidalgos, povo, mesteirais, marítimos, mercadores, frades e clérigos de missa em mulas pacíficas, cortesãos em cavalos de brida, de opas de brocado e capuzes lustrosos, vendeiros e regateiras, gentio grado e miúdo, o burrinho mourisco com as quartas de água, a negraria abundante, e depois a gente estrangeira, lombardos, venezianos, flamengos, alemães, castelhanos, franceses, tripulantes e mercadores, viajeiros e melquetrefes, brichotes e peregrinos, cruzavam-na em todos os sentidos, desaguando do Rossio, da Sé e da Ribeira, numa ingresia de vozes formidável, pintalgando o quadro com os seus trajos coloridos e brilhantes.

Da Calcetaria ao Peloirinho contava a rua mais de duzentos metros, tão comprida como a actual rua do Comércio desde a praça do Município à rua da Prata. A largura era muito variável. À entrada do lado poente e defronte do Poço da Foteia, espraiava, mas a média não chegava à da nossa moderna rua do Oiro. Longe de ser alinhada, como o deixa supor a iluminura do «Livro de Horas de D. Manuel», era a rua tortuosa e esquinada. Na face norte, principalmente, havia um grande desencontro nos alinhamentos das casas, avançando sôbre ela as que ficavam a par do Arco dos Barretes, que era o ponto divisório de dois troços distintos pelo nome e pela incorporação paroquial. Para o ocidente era a rua Nova dos Mercadores, *pertencente à paróquia de São Julião; para o oriente era a rua Nova* dos Ferros *incluída na da Madalena. Em 1583, porém, já esta designação abrangia todo o arruamento. Os* Mercadores *passaram então a adstringir-se à rua de São Gião, que por êles se denominou até 1755.*

Com a conquista ao Tejo do novo Campo do Concelho *onde se espalmou o Terreiro do Paço, e com a construção do Paço Rial, da Alfândega, do cais de Pedra, do Terreiro do Trigo, da Casa dos Contos, da Casa da Índia, dos Armazens das Armas e de outras dependências, mais uma vez se alterou a fisionomia da rua, transferindo-se, para a nova praça, a venda das* versas *e mais mantimentos, e mudando-se para aí o baixo tráfego das vendas e o concurso da gente do mar, divorciando do Tejo o* Chiado *de quinhentos e afidalgando-o na escolha dos seus moradores e passeadores habituais.*

As suas duas comunicações para o Terreiro eram canais onde a multidão se escoava: o arco dos Pregos *(antiga porta da Herva), e o* dos Barretes, *que era onde estavam arruados os escambadores desta mercancia. Entre os dois, paralelamente à* rua Nova, *corria a* do Saco, *arruamento dos confeiteiros, que se prolongava para o oriente pelo beco do Desembargador* Francisco Tibau *em direitura à sua tôrre* da Maracote, *uma das antigas tôrres das Tercenas,*

A VISITAÇÃO

A ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS

ILUMINURAS DO LIVRO DE *Horas de D. Manuel*, por Gregório Lopes (?)

Na cercadura da segunda iluminura, moedas portuguesas

passando pela outra, então denominada das Pombas, *para lá da casa do* Tesouro da Moeda, *cujo portal abria em frente aos Ourives do Oiro, no princípio da* rua Nova.

As novas edificações dos paços régios da Ribeira da Casa da Índia erguiam, acima das casas, os seus eirados circundados de ameias e ajardinados, e os seus coruchéus e tôrres, ocupando quási todo o espaço da antiga Judiaria Nova, com varandas sôbre a Calcetaria, para além da qual soava agora o martelar das Ferrarias e das Tanoarias transferidas, no meado e fim do século anterior, para cêrca da porta da Oira.

Para o sul da rua do Saco, *chamada depois da* Confeitaria, *na muralha de D. Fernando, ficavam as portas dos* Remendões *e do* Açougue, *correspondendo aos arcos dos Pregos e dos Barretes, da* rua Nova. *Junto à primeira, onde os tombadores de calçado se alinhavam, e para o lado do Terreiro, ficava o paço da Infanta D. Maria e a praça pública estendendo-se para lá das* varandas *onde se vendiam loiças, porcelanas e vidros. Dentro do Muro corria a* Fonte da Frol. *Imagine-se o que seria o sítio com a gritaria dos moiros-açacais e o bater cantado da sola nas tendas dos remendões!*

A porta do Açougue da Carne, *entre um embrechado de boticas e alpendres, apegados ao muro, já inútil então, abria-se mais ao oriente; junto à* Casa das Carnes, *e, a seguir a estas, rompiam-se as* portas da Ribeira, *que eram duas a par — demolidas em 1619 — que davam para o Peloirinho chamado* velho *desde que, em 1510, se erguera no novo Terreiro um outro. O arco da* Portagem, *pegado aos restos da vetusta torre da Escrevaninha, abria para o largo do seu nome, ao oriente da rua da* Fancaria *e do bêco do* Espera-me rapaz, *bêco que no século XIII se chamava...* a bôca do Inferno!

O que tudo tinha mudado! Se acrescentarmos a estas alterações do progresso, os estragos dos terremotos de 1522, 1531, 1551 e 1571, calcular-se-hão melhor essas mudanças. O de 22 destruira duzentas casas em Lisboa; o de 1531 produziu muitas ruinas e fêz numerosas vítimas, e o de 71, o mais violento de todos, arrasou cêrca de mil e quinhentas moradias.

*
* *

Existem três descrições da rua Nova no século XVI: a da Estatística de 1552, *a dos cavaleiros venezianos Trom e Lippomani em 1583, e a do* scriba *do Cardial Venturino, um pouco antes, afora as indicações ocasionais das crónicas e a narrativa do padre Duarte de Sande. Com êstes elementos é, todavia, ainda trabalho insuperável, pintar para olhos costumados aos scenários banais de agora, esta artéria quinhentista onde foi a síntese da vida lisboeta dessa época, para onde fugiam todos os negociantes dinheirosos e onde a desordem dos ofícios, postos a par dos grandes mercadores, dava o mais singular e extravagante dos contrastes.*

O grande comércio afluira aqui todo, mas ainda no princípio do século (1520) enxameavam nela e nas ruas vizinhas os vinhateiros, adegas e tabernas. É ver a Maria Parda *prantando-se, animada pelo génio de Gil Vicente, e invectivando as tavernas da Ribeira, as da rua dos Fornos, as de S. Gião e as da Ferraria.*

onde as portas eram maias,

exclamando

Oh! travessa zanguizarra
do mata-porcos, escura,
Como estás de má ventura
sem ramos de barra a barra!

ou erguendo as suas súplicas de — ai mana! — à Branca Leda *e à* Falula, *implorando um copo de um certo vinho rosete que as* guelas da coitada *tão bem conheciam.*

Nas noventa moradas de casas que ladeavam a rua Nova, *de 3 e 4 sobrados apoiados nos esteios e arcos, rotas de janelaria variada no recorte e no estilo — ogivadas, lanceoladas, de volta redonda e de vêrga recta — os portais, uns góticos outros chanfrados, alguns lavrados de figuras, folhagens e ornatos, os telhados de bico, e os terraços com infusas floridas, abrigavam-se quási exclusivamente os ricos mercadores da cidade das conquistas. Nas lojas, sob as colunas ou arcos, onde cada um exibia, como tabuleta, amostras de mercadoria, policromando a rua, existiam então (1552) vinte mercadores de panos, trinta caixeiros de sedas, treze marceiros e barreteiros (afora os que havia no* Arco *onde se arruavam) nove boticas, onze livreiros, sessenta serigueiros, e ainda luveiros, tosadores, barbeiros, çapateiros, fanqueiros, correeiros e alimpadores de barretes.*

Figura-se o movimento da rua.

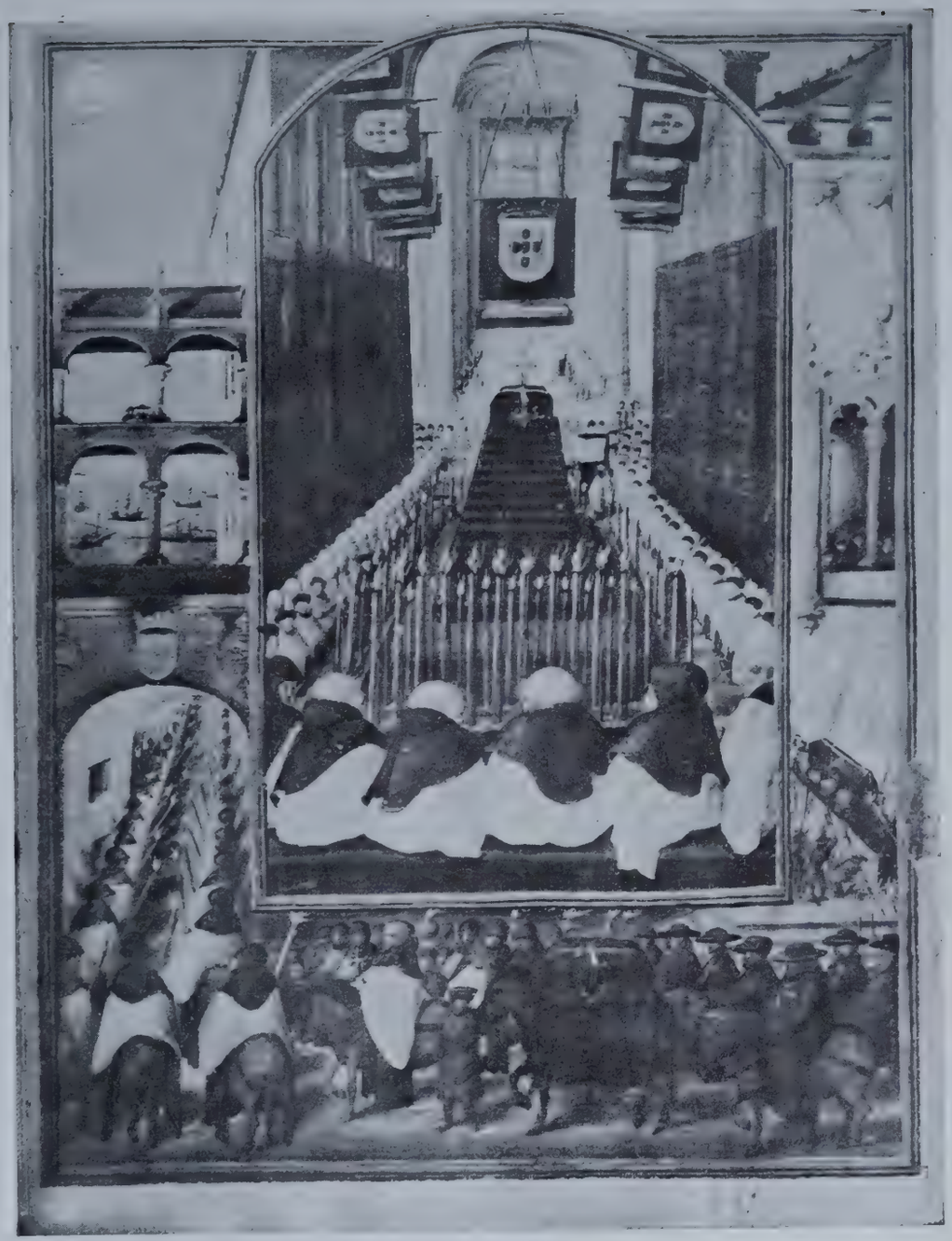
O cheiro que vinha do Mata-Porcos *e do* Lava-Cabeças, *não impedia a concorrência.*

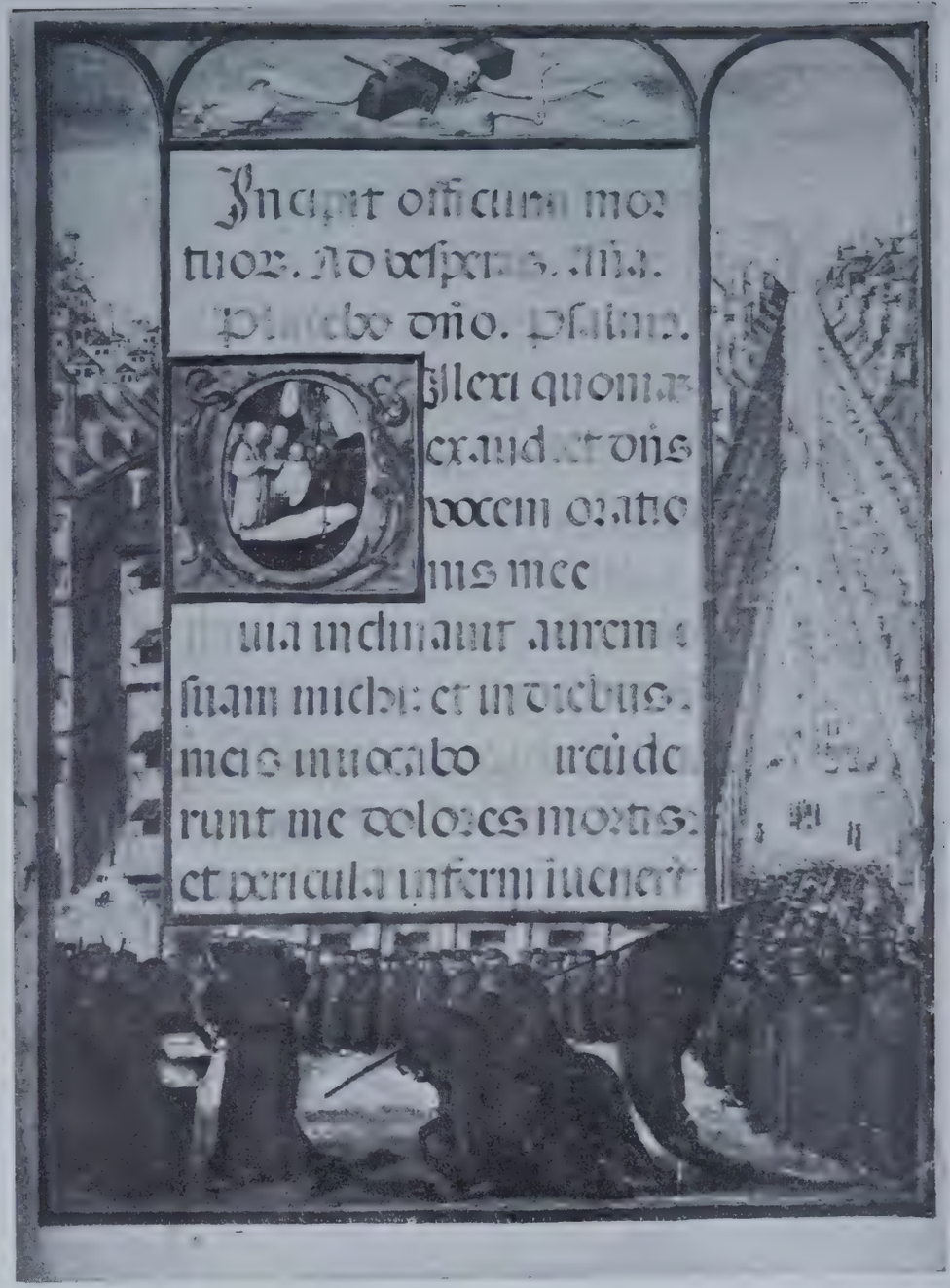
Eram as donas embiocadas em busca dos lenços moiriscos, das telas, canequins e panos de Ruão, dos chapins empapelados de Valência, das luvas frangipanas ou perfumadas de almíscar, dos çapatinhos ponteados e bordados de França, das rendas, laços, fitas, gorgeiras, garavis e gargantilhas, mirando as lojas do Cabanas e do Issay, escolhendo madrepérolas e aljôfares, saltitando de tenda em tenda, pelos ladrilhos, ondeando pelos esteios, passando de largo pelo chafariz que alagava o chão; eram os cortesãos galanteando curvetas em cavalos de brida, ou apreçando marlotas de Constantinopla, escarlatas ingresas, bristois finos, pistoletes de Flandres, razes de Florença, adagas de Toledo, gorros italianos de Nápoles, calças de garambazes e damascos de Lucca para armações; eram os letrados, desembargadores e clérigos correndo os livreiros, em catá de Ordenações, Decretais, Carónicas, Histórias e livros santos, e os estudantes que iam alugar os cartapácios latinos, caros como fogo; eram os burgueses patorneando e ajustando panos baixos, botas de cordovão e chapeirões de envolver; os mercadores da Mina e da Índia indagando, na praça dos Homens de Negócio, *do câmbio de Amsterdão e de Veneza, e do preço das especiarias e dos Lós; e eram os mesteres, todo o gentio raso, todo o povo, cristãos e moiros, brancos e negros, dando a última pincelada forte ao quadro variado que é impossível de pintar. Na* rua Nova *tudo se vendia, tudo se comprava, e o que não havia nela logo ali ao pé se encontrava, como os doces na rua do* Saco *que os galantes mordiscavam acompanhando-os de água gelada nos pucarinhos de barro, ou como as jóias e prataria que luziam nas tendas das duas* Ourivesarias.

Cada variedade exótica das chatinagens de Gôa, Calecut, Ceilão, Ormuz e Malaca, tinha ali o seu mostruário. Os tapetes persas, âmbares, colgaduras chinesas de armar, cânforas, beijoins, charões, porcelanas, móveis, sedas e madrepérolas, luziam ao apetite dos indígenas e dos estrangeiros que aqui vinham locupletar-se de tôda a maravilhosa mercancia oriental.

Dentro da fiada dos Ferros *que isolavam parte da rua, do arco dos Barretes para o levante, era o pousio dos financeiros quinhentistas, bipartindo-a no sentido longitudinal. Aí se tratavam os negócios de monta, as contratações e os escambos de escravaria, cargas de naus, sisas e dízimas; oscilavam os câmbios e fixavam-se preços ao arroz, à pimenta, à canela e ao gengibre. A gradaria dos ferros ia até à* Casa dos Pesos *que tornejava para o Peloirinho onde, nos arcos da antiga Alfândega, cujas portas de bronze tinham sido levadas com os cavalos do* Chafariz de Dentro, *pelos soldados do rei Henrique de Castela, se faziam as arrematações e almoedas da cidade. Neste largo não seria menor a concorrência do que nos Ferros da* rua Nova. *Bastavam os doze Escrivães que em frente a mesas de castanho, redigiam petições, cartas, contratos e recibos, a trôco da reduzida espórtula dos pretendentes, para animá-la a tôda a hora ao correr incansável da pena de pato sôbre o papel de Bayona ou de* Cruzeta.

Era aí que pelo Natal ocupavam também, com tabuleiros e mesas de tesoura, defronte das casas de Gil Eanes *e da rua do* Meimão, *as doceiras ambulantes vendendo fartes, gergelim, alféloa, nogado, marmelada, cidrada e outras*





ILUMINURAS DO *Livro de Horas de D. Manuel*. A da esquerda representa o entêrro de D. Manuel saíndo do Paço da Ribeira para os Jerónimos. «*E ás tres horas depois da meya noite ho levaram a nosa senhora de belem metido em hua atauda em cima de huã azemala com toda a corte que seriam bem dous mil de cavalo e mais de seiscentas tochas com todolos clerigos e capellães e o marques, duque de bragança, mestre de samtiago, mormetido em hua atauda em cima de huã azemala com toda a corte que seriam bem dous mil de cavalo e mais de seiscentas tochas com todolos clerigos e capellães e o marques, duque de bragança, mestre de samtiago, mordomo moor, muitos moços da camara e todos seus criados, levandoo estes grandes senhores, tirandoo eles dazemala á porta da Igreja, e dahy o levaraõ alee a cova os trades, levandoo com grandes lamentações...* (*Historia Genealogica* cit. pelo dr. Reinaldo dos Santos na *Lusitania*, fasc. III, 1924. Ao centro a nave da Sé onde se canta o ofício dos defuntos. A da direita representa a quebra dos escudos na rua dos Mercadores. (Gregorio Lopes (?) 1517 — cêrca de 1540). O *Livro de Horas de D. Manuel* conserva-se no Museu Nacional de Arte Antiga. Estas iluminuras foram reproduzidas na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (a 1.ª), vol. I, no *Tempo Passado*, de Matos Sequeira, e na *Lusitania*, fasc. citado.

gulodices do tempo. Figure-se a singular comédia de costumes cuja acção se desenvolvia neste ponto da cidade flor de todas as flores, *como lhe chama um escritor encomiástico do tempo!*

* * *

A sumptuosidade de todos os festejos e de tôdas as solenidades da era de quinhentos mostrou-se na rua Nova *melhor do que em nenhuma outra parte. As aclamações de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, as «quebras de escudos» pelas mortes-reais, as procissões de Louvor e Graças, as bênçãos dos estandartes que iriam flutuar no Ultramar, as recepções de embaixadores e príncipes, os desembarques festivos, os cortejos de casamentos e baptisados rialengos, tudo nela se estadeou. As colunas colgavam-se de razes e de alcatifas, a rua esparavelava-se de sêda e oiro, espadanava-se o chão, punham-se brocados e telas de prata nas janelas, vedava-se o trânsito aos vendedores e vendedeiras ambulantes de panos, queijos, natas, requeijões, agulhas e bijuterias de Castela, aos pobres e frades pedintes, aos homens de ofício, negras do pote e moiros ribeirinhos; e a rua, areada e limpa, alfaiada luxuosamente, escondendo a mercadoria barata dos púcaros de Estremôs, das linhas de Guimarães, das fitas de Lamego, do barbilho de Trás-os-Montes e dos panos curados do Têrmo da cidade, assistia então ao desenrolar da pompa exuberante do século.*

Lendo as crónicas, far-se há uma ligeira ideia do que aquilo foi, quando da ida da infanta D. Beatriz em 1521, quando do alastrar decorativo da procissão de Corpo de Deus, quando do casamento do príncipe D. João, pai do vencido de Alcácer Quebir! Depois os mil episódios de tão largo período, o espanto e o pavor do Cometa de 1530, a curiosidade popular em ver — exposta na rua Nova — *aquela mulinha de Punhête que alimentava uma cria, os deslumbramentos da partida e da chegada das naus da Índia e do Brasil, as novas de cada façanha ou de cada naufrágio, o sumptuoso funeral da viagem de Alcácer, a chegada da notícia do desbarato, a invasão dos soldados do duque de Alba, que após a batalha de Alcântara saquearam de ponta a ponta a rua não deixando uma porcelana inteira, nem uma mancheia de aljófar, e ainda a vinda do prior do Crato, em 1589, com os inglêses de Isabel Tudor, o temor, a fuga, o abandono, a vergonha, a humilhação! Quem o soubera descrever!*

COMO OS ARTISTAS DE HOJE VÊEM O PASSADO. — Um aspecto da Rua Nova dos Ferros no século XVI. (Desenho de Alberto Sousa, feito conjecturalmente sôbre a prosa de Matos Sequeira).

O Paço da Ribeira, no primeiro terço do século XVI. — «Reprodução do 2.º quadro da série dos Santos Mártires de Lisboa, Verissimo, Máxima e Júlia, que foi da colecção «Conde de Ameal». Pintura em tábua, do século XVI, que devia ter pertencido ao convento de Santos, remontando talvez à época das obras efectuadas, na capela dos Santos Mártires, pela comendadeira D. Ana de Mendonça», Gustavo de Matos Sequeira — *Tempo passado*. Lisboa, 1923.

COMO OS ARTISTAS DE HOJE VÊEM O PASSADO. — A Rua Nova dos Mercadores. — Reconstituïção, segundo o «Livro de Horas», de D. Manuel, por Roque Gameiro. (Da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Pôrto, 1921).

LISBOA NO SÉCULO XVI.— GRAVURA EM COBRE da edição latina da obra de Hans Staden sôbre o Brasil. (Francfort 1592). Reproduzida na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, e em *La Moda*, por Max von Boehn, ed. de Barcelona, 1928, vol. II. Esta é sem dúvida uma das mais curiosas vistas de Lisboa, das mais curiosas e originais.

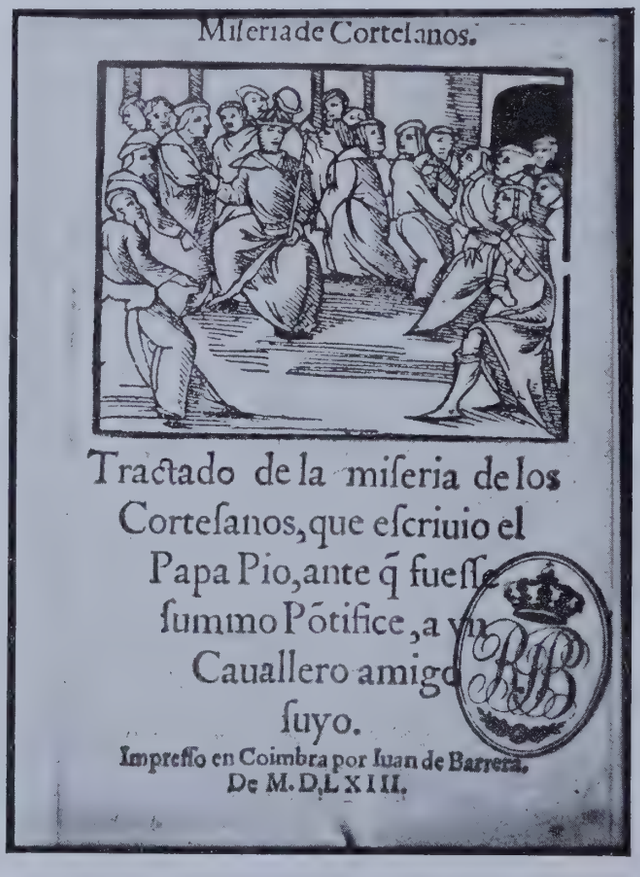
É uma Lisboa de pura fantasia esta que nos apresenta a gravura. Nada tem por onde a nossa velha cidade possa ser identificada, tanto podendo ser a rainha do Tejo como qualquer outra que tenha pôrto de mar. O artista imaginou que Lisboa seria assim e assim a executou. Mas a verdade é que nem por informações sequer ela foi feita. Quem sabe que outra será, e que destino pôs debaixo desta gravura o nome de Lisboa!

costumes entravam muitos daqueles que exigem decisão, destreza e fôrça, qualidades essenciais aos domadores de oceanos e batalhadores da Índia. Alguns dêsses exercícios físicos não eram apenas desportos de galhardia, mas correspondiam a necessidades próprias daquele tempo, como a equitação, meio mais pronto para vencer distâncias.

Os fidalgos davam-se apaixonadamente à caça grossa, monteando ursos, ainda então de alguma freqüência em Portugal; lobos, cervos e javalís. A caça miúda também era perseguida, já para satisfazer necessidades da alimentação, já por defesa das sementeiras e plantações. Foi necessário acudir à conservação das espécies, proìbindo-se que se matassem pombos à besta, negaça e outras armadilhas. Nos meses de Março, Abril e Maio, ninguém podia matar ou caçar coelhos, ou láparos, «com cães, nem com beestas, nem ao piado, nem com foram, nem redes, nem com outra ninhua armadilha, com que os possam matar, auendo respeito a neste tempo seer sua criaçam.»

As touradas eram freqüentes; entravam sempre no programa das grandes festas da côrte e dos povos e despertavam o entusiasmo de tôdas as classes. Os próprios eclesiásticos ainda nos princípios do século XVI picavam touros, nos espectáculos desta natureza; pois só assim se explica que o Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, nas suas Constituïções de 1521, proìbisse tal prática ao clero da sua diocese. Ao findar a primeira metade do século XVI, o Arcebispo D. Manuel de Sousa ordenava que em Braga «houvesse ordinàriamente touros, festas e jogos a que êle assistia e honrava com sua presença». Com êstes e outros factos pretende D. Rodrigo da Cunha demonstrar que aquele seu antecessor era «homem generoso de ânimo e de muito fausto e pompa»; de onde se pode inferir que ainda no meado do século XVII não ficavam mal ao clero tais divertimentos. Ainda nos últimos anos do século XVI ou princípios do século XVII, o Arcebispo D. Agostinho de Castro mandou fazer em Braga um *campo de touros*.

Todavia as Constituïções extravagantes de Lisboa



RARO LIVRO DO SÉCULO XVI, impresso em Coimbra e só descrito por A. Anselmo na *Bibliografia das obras*, etc. Exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa. A gravura representa um rei rodeado de cortesãos

de 1568, proïbindo que nas festas dos santos se corressem touros, publicavam uma Constituïção de S. Pio V, do 1.º de Novembro de 1567, na qual se condenavam aqueles «cruéis e torpes espectáculos de demónios e não de homens» por «serem alheios da piedade e caridade cristã». Sob graves penas ordenava a todos os príncipes que em suas terras não consentissem corridas de touros; e proïbia que a elas assistissem quaisquer clérigos, regulares ou seculares, beneficiados ou constituïdos em ordens sacras.

As justas, o jôgo das canas e o das alcanzias eram mais próprios de nobres, que se apresentavam vistosamente engalanados, praticando os exercícios peculiares de cada jôgo, com formalidades que se tinham por essenciais. Eram desafios e combates simulados entre grupos de cavaleiros; e não se faziam apenas em Lisboa, mas também nas terras de província onde existiam os elementos necessários. Os cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra por vezes prepararam touradas e jogos das canas no largo de Sansão, sob as janelas do convento.

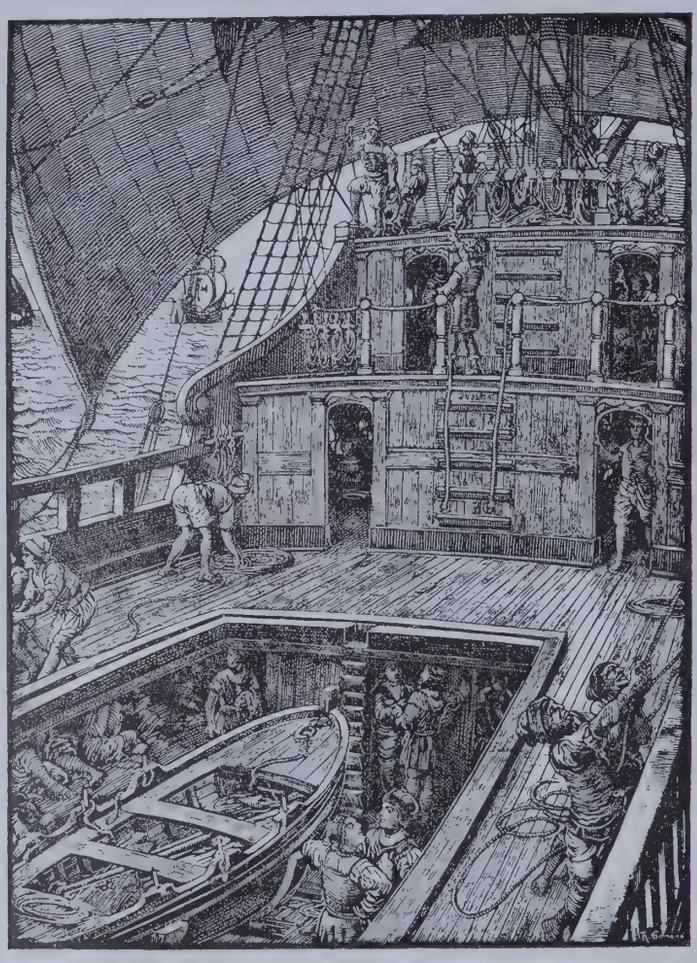
As danças estavam tão radicadas na tradição e tão vulgarizadas, que se tinham como indispensáveis em tôdas as festas, desde a côrte às ínfimas classes populares. Na côrte de D. João III tinha-se como depreciativo não saber dançar. Nas Côrtes de Évora de 1481-1482, representavam os procuradores dos concelhos a El-Rei, que os primogénitos dos fidalgos, criados no paço, aprendessem gramática, a jogar a espada com ambas as mãos, a dançar e bailar e tôdas as outras boas «manhas» e costumes que tiram os moços de vícios e os chegam a virtudes. Nos autos de Gil Vicente aparecem muitas vezes danças, e até se distinguem espécies delas: *chacotas, folias* e *danças de terreiro.*

Nas festas locais costumava haver foliões contratados pelas câmaras para se exibirem em certas solenidades. O chefe da dança era o *rei dos foliões.* Na procissão do Corpo de Deus, em Coimbra, ia na procissão a folia da cidade. Os sapateiros eram obrigados a apresentar na mesma procissão uma dança mourisca, «em que vam moças onestas, de boa fama, e mourisqua bem feita domens, que o bem saibam fazer, com boas camisas, e huma bandeira rica, e um tamboril, ou gaita, e ham de ir apoz los alfaiates, e surradores, e hamde ser sete moiros afora o Rey.»

Quando o Cardial Alexandrino, em 1571, veio como Legado pontifício a Portugal, à entrada de Elvas apare-

COMO OS ARTISTAS DE HOJE VÊEM O PASSADO. — Estaleiro da Ribeira das naus. Desenho de Roque Gameiro na *História da colonização portuguesa do Brasil.* vol. II

ceram-lhe muitos homens e mulheres com trajos especiais e que formavam três corpos de dançarinos. A primeira dança, chamada a *folia* — diz o autor da descrição da viagem — compunha-se de oito homens vestidos à portuguesa, com gaitas e pandeiros acordes e com guizos nos artelhos: pulavam à roda de um tambor, cantando na sua língua cantigas de folgar. Bem merecia a tal dança o nome de *folia* (em italiano esta palavra significa loucura), porque volteavam como loucos, fazendo ademanes uns para os outros, como quem se congratulava da vinda do Legado, para o qual constantemente se voltavam. A segunda dança chamada a *cativa,* era de oito mouros agrilhoados, que, dançando à moda mourisca, se declaravam escravos do Legado. A terceira, chamada a *gitana,* era composta de ciganas vestidas à moda da sua gente. Entre elas vinham duas mouras, trazendo cada uma em pé sôbre os ombros uma rapariga vestida de



A PARTE DE VANTE

A PARTE DA RÉ

INTERIOR DE UMA NAU PORTUGUESA. — Composições de Roque Gameiro

(Da *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. II)

panos cosidos em ouro e talhados de galantes e variados modos. Com aquele pêso bailavam levemente, ao som de um tambor, enfunando-se com o vento os vestidos das raparigas, que faziam esvoaçar um lenço por vários modos, ora com a mão direita ora com a esquerda; ora segurando-o debaixo do braço ora nas costas; mômos êstes que depois repetiram com facas de diversas maneiras.

Em Évora teve o Cardial Alexandrino recepção semelhante, e não faltaram as danças. Junto da cidade — diz o mesmo autor — apareceram dez rapazes vestidos de verde, dançando à mourisca ao som de pandeiro, e logo depois outros dez vestidos de amarelo com tambor e flauta, dançando também, e saltando com um meio arco, que cada um dêles trazia, enredando-se e desenlaçando-se rápidamente. Após êstes vieram mais dez vestidos de romeiros, bailando à roda de um tambor, e cantando os louvores do Legado. Ainda apareceram mais dez egípcias ou ciganas, vestidas com seus trajos próprios, fazendo além da sua dança costumada, e ao som de tambor, vários jogos com lenços e varas. Vieram logo após dez ciganos, que ao som de outro tambor, colocando-se cada um entre duas delas, formaram uma graciosa cadeia. Ultimamente à porta da cidade dez rapazes vestidos de branco com vergônteas nas mãos bailavam à roda de uma cadeira de veludo carmezim franjada de oiro, a qual traziam oito rapazinhos mais pequenos com briais brancos e com auréolas de oiro na cabeça, apresentando-se ao Legado, e curvando-se como todos os outros, que vinham fazer, um por cada vez, sua mesura, e depois todos juntos, enquanto as danças, jogos e cantos continuavam sempre adiante do Legado.

A música era muito apreciada e cultivada naquele tempo em Portugal; atingiu notável perfeição no século XVI. Já nos fins do século antecedente escrevera Garcia de Rèzende na sua *Miscelanea:*

> Musica viimos chegar
> da mais alta perfeição
> Sarzedo, Fonte, cantar
> Francisquilho assi juntar
> tanger, cantar, sem rasam:
> Arriaga que tanger
> ho Cego que gram saber
> nos oragãos & ho Vaena,
> Badajoz, outros que ha pena
> deixa agora descrever.

O dr. Francisco de Monçon, lente da Universidade e capelão de El-Rei D. João III, falando da cultura e gôsto da música na côrte dos nossos reis, escreve: «Y tambien no se pueden excusar musicas de camara, que cantando y tañendo dê alguma recreacion à los Princepes. Segun que quasi cada dia acostubran los Reyes de Portugal de oyr esta suave musica las siestas a tiempo que oyen las principales personas de sus Reynos,

AS NAUS DE QUINHENTOS

Do quadro «Martírio de Santa Ana e suas companheiras», da série da Madre de Deus e hoje no Museu Nacional de Arte Antiga. Pintura de Gregório Lopes. — (Reproduzida na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II)

y depachan los mas importantes negocios que se les offrecen.»

No meado do século XVI executava-se música religiosa, até em casas particulares, como passatempo. Damião de Góis costumava reünir em sua casa alguns músicos nacionais e estrangeiros, pessoas de sua amizade, e ali «se punhão a cantar Missas e Mottetes compostos em canto d'orgão».

Quando o Cardial Alexandrino foi recebido na capela ducal de Vila Viçosa, em 1571, «a música era estrepitosa e retumbante ; o canto era de boas vozes, mas tão altas, sendo os cantores pela maior parte eunucos, que não pareceu sonora, nem bem concertada, como talvez fôra em aposento mais vasto». Chegando ao Tejo com a sua comitiva, aproximaram-se «dez barcas váriamente pintadas e ornadas, nas quais ouvíamos pífanos, trombetas, adufes, timbales e outros instrumentos, com cantores e bailarinos vestidos à mourisca, os quais bailavam com garbo, mas o canto parecia-se com o que cantam os judeus nas suas sinagogas».

Com freqüência se ouviam nas ruas músicas populáres, cantos e instrumentos diversos, principalmente a guitarra, que já no século XV era muito popular e acompanhada de aventuras brèjeiras.

O Rei e a côrte

Volvamos os olhos a El-Rei e à côrte.

O monarca governava em pleno absolutismo, com a maior moderação e benignidade. Conforme a corrente geral estabelecida, a Corôa encontrara-se de facto liberta de tôdas as peias que mais ou menos podiam limitar a sua acção ; mas, ao passo que decaíam as instituïções e influências restritivas da autoridade rial, outras ganhavam nova fôrça e importância para mitigarem o poder do monarca, sem de qualquer modo o constrangerem. Era o próprio Rei que solicitava a colaboração dos seus conselheiros no govêrno, e em casos muito graves tomava o parecer de outras entidades individuais e colectivas. Exemplo bem característico do que afirmamos são as repetidas consultas feitas por D. João III, quando se tratou de abandonar as praças do norte de África.

A vida da côrte decorria num plano superior de intelectualidade que honra as tradições portuguesas. Assim o demonstra o *Cancioneiro geral* de Garcia de Rèzende, colecção de trovas de trezentos autores, nobres na maior parte ; e semelhantemente os famosos autos de Gil Vicente, representados muitos perante a côrte e no próprio

AS ARMAS PORTUGUESAS NO CORTEJO TRIUNFAL DO IMPERADOR MAXIMILIANO. Gravura de Dürer. — (Rep. na obra de Alb. Haupt *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, e na *História da Colonização portuguesa do Brasil*)

palácio rial. A decidida protecção de D. João III aos professores e sábios do seu tempo, e o entusiasmo que tinha a Raínha D. Catarina, sua mulher, pela arte da pintura, constam de factos e documentos irrefragáveis.

Certamente o meio político e social era bem adequado ao desenvolvimento da brilhante cultura intelectual e artística de Portugal naquela época.

Nestas condições se exercia a autoridade rial, fulcro de tôda a vida da nação. Estendia-se aos mais variados negócios e nos termos adequados às necessidades daquele tempo. Quando se procurava dar impulso à agricultura, as determinações régias eram acompanhadas de ensinamentos práticos, que supriam ou atenuavam a falta de diligência individual, como na lei de 12 de Fevereiro de 1564. Se de navegações e descobrimentos se tratava, de El-Rei partiam iniciativas e ordens que estimulavam, e de sua autoridade se faziam negociações e diligências sôbre assuntos que exigiam discrição e tacto, como no caso de Fernão de Magalhães. Em questões diplomáticas, como na partilha dos descobrimentos com a Espanha, não se via apenas a autoridade rial, como também o recurso a meios de que só El-Rei podia dispor com feliz resultado. Em tôda a vida social e colectiva, aparecia sempre a pessoa do monarca identificada com os sentimentos da nação: as mesmas aspirações, os mesmos interêsses, numa unidade que o patriotismo fazia calma e harmoniosa.

RENASCENÇA E HUMANISMO

BIBLIOGRAFIA — Fr. Manuel do Cenáculo — *Memórias históricas do ministério do púlpito*. Lisboa, 1776. *Resumo histórico dos principais portugueses que no século XVI compuseram em latim*, in *Jornal de Coimbra*, v. VI (1814); Teófilo Braga — *História da Universidade de Coimbra*, vol. I, e *História da Literatura Portuguesa*, II, *Renascença*, Pôrto, 1914; Gonçalves Cerejeira — *O Renascimento em Portugal. Clenardo*. vol. II, Coimbra, 1918.

A cultura medieval portuguesa não ignorou completamente a antigüidade clássica, mas desconheceu, como tôda a idade-média, o sentido do classicismo, isto é, não viu nos monumentos da literatura romana um conjunto de valores estéticos autónomos, dignos de serem considerados em si próprios como objecto de estudo ou admiração desinteressada. À antigüidade pediam-se apenas histórias, ficções, ou *exemplos* para a reflexão moral. Assim, no século XV, o malogrado infante D. Pedro, na *Virtuosa Bemfeitoria*, e Zurara, nas suas *Crónicas*, comprazem-se na exibição de um material clássico, colhido por vezes nos originais, porém numa atitude moralizante, que dissolvia, quando não deturpava, o ideal, o ritmo de pensamento e a sensibilidade dos antigos. O sentimento de relatividade histórica obliterara-se: «Troia era um *castelo*, os filhos de Príamo *bons cavaleiros*, Helena uma *fremosa dama*, Eneas um *ricomen*.» (T. Braga).

Os fins religiosos e éticos dominavam tôdas as consciências; e dêste primado, conseqüência do conceito

O REI D. MANUEL ORANDO. — Pormenor da porta principal dos Jerónimos

de uma natureza humana corrupta, surgia espontâneamente o sentimento de que a arte não constituía um fim em si : era uma forma de amenizar o exílio terrestre. Quere-se melhor prova que o *Cancioneiro* de Garcia de Rèzende, cujas poesias, em grande parte, são estéticamente «meros divertimentos festivos, improvisados por fidalgos que aprenderam a *versificar* como aprendiam a dançar, esgrimir, cantar, montar e montear?» (C. Michaëlis de Vasconcelos).

Este calmo equilíbrio entre a vida, o ideal e a arte, quebra-se no século XVI. Procura-se então uma nova fórmula para as relações da arte e da moral, mas sem detrimento da beleza ; e a poesia, a *musa*, como diziam, em si mesma virtude, exigirá do poeta probidade moral e intelectual, e em vez de brincos, galanteios ou censuras jocosas, cantará o homem nos seus esforços e nas suas exaltações, os grandes acontecimentos, ou a vida e as aspirações de um povo, como os *Lusíadas*. A relação entre o espírito e a vida tornou-se mais íntima, acentuando-se, pelo culto do ideal, a atitude militante e uma separação entre a sensualidade impulsiva e a imaginação. Os amores de Bernardim Ribeiro e de Crisfal têm uma subjectividade que transfigura Eros, e em Camões, o entusiasmo emocional, sempre cálido, eleva-se por vezes a um erótico ideal, de inspiração platónica, onde Venus perde a realidade concreta para devir um raio de beleza que não morre.

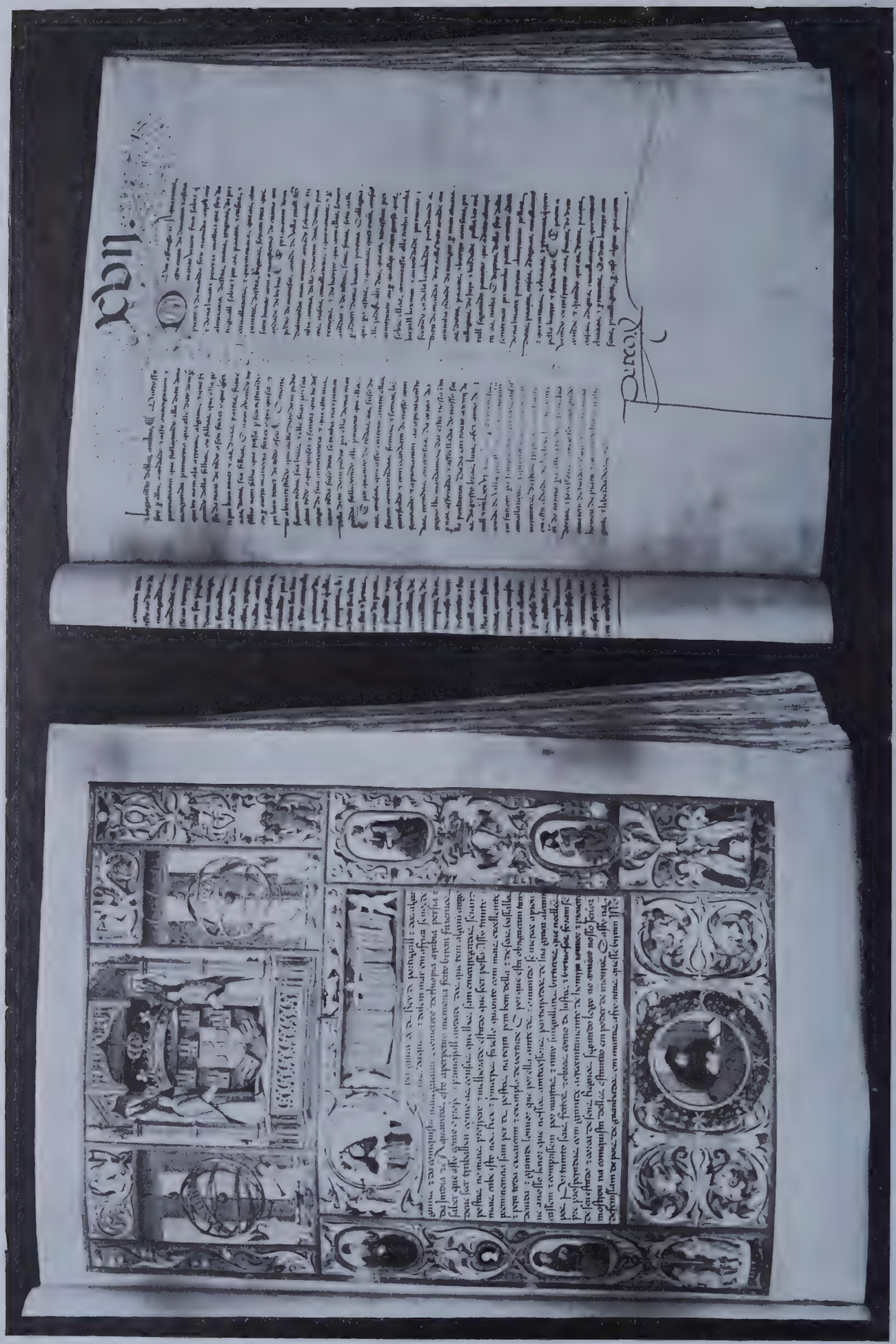
D. João II, D. Manuel, D. João III e D. Sebastião. (Do *Portugal*, por M. Ferdinand Denis, Paris 1846)

Trajos portugueses do século XVI. (Do *Portugal*, de M. Ferdinand Denis)

Isto não significa que tivesse havido em Portugal uma moral renascente, no sentido da revivescência de uma herança pagã. Na *Ropica Pnefma* (Mercadoria Espiritual), de João de Barros, há o conflito do naturalismo e amoralismo com a espiritualidade religiosa, mas a dialéctica é fictícia, não sentida, e é como vitupério que o futuro historiador das *Décadas* escreve que «até ao fim há-de haver Marte, Baco, Príapo e tôdolos outros que sempre houve.»

Sob as novas preocupações e os novos valores flui a substância intacta do mundo ético e religioso da idade-média. Para o nosso espírito quinhentista, a fé e a razão diziam o mesmo : nem independência, nem dupla verdade, nem libertinagem, mas o pacto medieval tornou-se irreconhecível na inédita expressão falada ou escrita, na interioridade consciente da nova dialéctica, no enriquecimento de conceitos e dilatação de conhecimentos, na originalidade e na individualização dos novos valores estéticos.

É que entre as duas atitudes tão diversas se operou uma verdadeira revolução no pensamento : a descoberta da antigüidade, ou antes, para empregar o formoso têrmo consagrado, a Renascença. A sua raíz intelectual, pelo que à literatura respeita, foi o humanismo, isto é, a admiração entusiástica pelas criações greco-romanas, cujo estudo, servido por uma disciplina nova, a filologia, se tornou autónomo, e cuja perfeição clara e serena se concebeu e propôs



CALÍGRAFOS E ILUMINADORES MANUELINOS. — Já a imprensa entre nós produzia maravilhas e ainda os calígrafos e iluminadores da *Leitura Nova* se debruçavam sôbre as suas páginas como se vê destas páginas, a da carta de D. Manuel que ostenta ao alto o escudo português, ladeado por duas esferas armilares, e em baixo um calígrafo escrevendo, (já reproduzido a pág. 73) e a XVII do Livro 32, *Terceiro dos Místicos*. (Miscelânea documental). *Leitura delirey dom edvarte, E delirey dom Afonso o quinto, E delirey dô Johan segundo.* Este códice, em pergaminho, magnificamente conservado, do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, foi acabado a 24 de Julho de 1516

como modêlo e paradigma da imitação. Vituperando a idade-média, fascinados pela Grécia e pela Itália, êstes homens felizes fizeram o milagre de uma ressurreição deslumbrante; mas simultâneamente geravam novos ideais, porque o mesmo espírito, que com o fervor do neófito sentia e compreendia a antigüidade, descobria-se a si próprio, re-criando-se com novas potencialidades de acção e de vida espiritual. Êste intenso movimento, começando por ser nos séculos XIV e XV um acontecimento italiano, tornou-se no século XVI um facto europeu, e uma das origens da Europa moderna. Portugal ofereceu então à curiosidade ilimitada do século e à civilização inauditas fronteiras e novos métodos da conquista da Terra, e com verdade pôde escrever (1531) o panegirista do imperialismo nacional que «se agora cá viesse Ptolomeu, Strabo, Pompónio, Plínio ou Solino com suas três fôlhas, a todos meteria em confusão e vergonha, mostrando-lhe que as parte do mundo, que não alcançaram, são maiores que as três em que êles o dividiram.» (*Ropica Pnefma*). Mas para além dêste horizonte geográfico e scientífico, Portugal conviveu neste banquete augusto, colaborando no movimento humanista de compreensão da antigüidade, e reeducando a cultura pátria num sentido onde maravilhosamente se harmonizou o orgulho nacional com o sentimento universalista, de *Respublica Christiana*. A história, embora brevíssima, desta participação, dá-nos o contacto com um dos momentos mais sedutores da evolução do espírito português, e ao mesmo tempo a compreensão da literatura quinhentista, que oscilou entre duas cousas raras: o amor da beleza e da clareza, e a capacidade indefinida de entusiasmo.

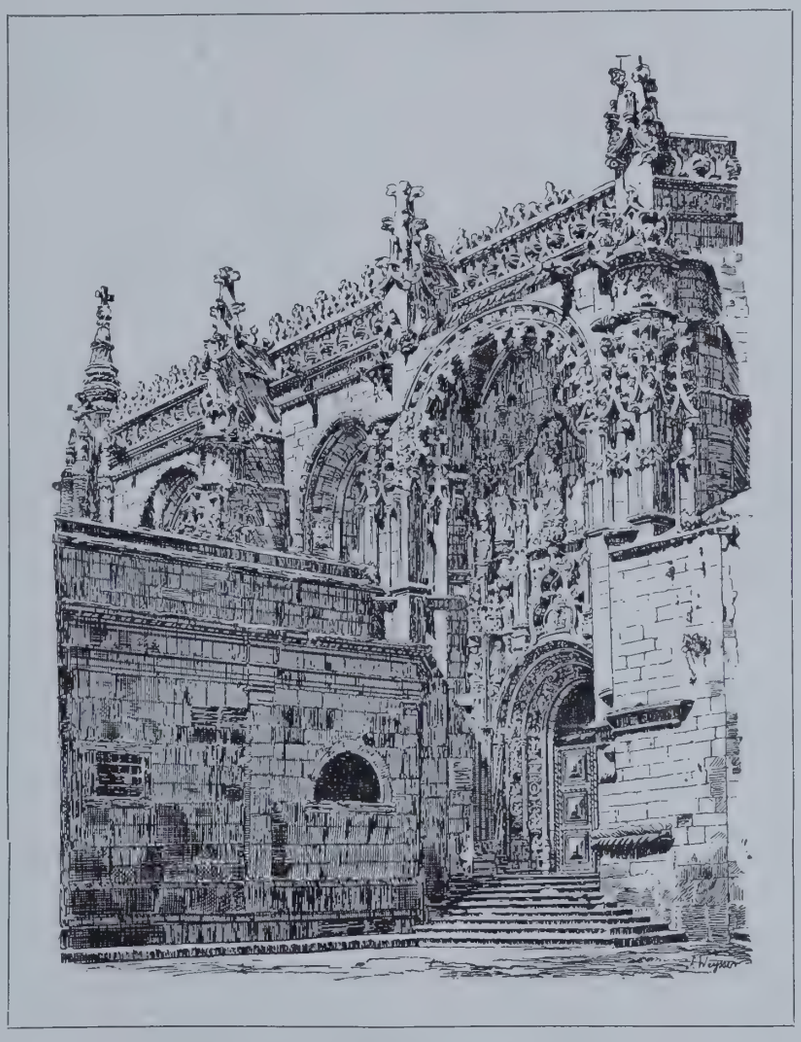
A SEDUÇÃO DE ITÁLIA

BIBLIOGRAFIA — Sousa Viterbo — *A cultura intelectual de D. Afonso V* (*Arquivo Histórico Português*, vol. II); Gonçalves Cerejeira, *ob. cit.*; Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Literatos portugueses em Itália*, publ. por António Portugal de Faria no vol. IV da série *Portugal e Itália* (Lœrne, 1905); Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *Poesias de Sá de Miranda*, Halle, 1885, e *Notas Vicentinas*, IV (Coimbra, 1922); Achille Pellizzari — *Portogallo e Italia nel secolo XVI* (Napoles, 1914); Pietro Verrua — *Umanisti ed altri «studiosi viri» italiani e stranieri di qua e di là dalle Alpi e dal Mare* (Genebra, 1924); G. Vitaleti — Conferência publ. in-*Biblos*, vol. III (Coimbra, 1927); Francisco de Holanda — *Da pintura antigua*, publ. e com. por Joaquim de Vasconcelos (Pôrto, 1918); P. Peragallo — *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI* (Genova, 1908).

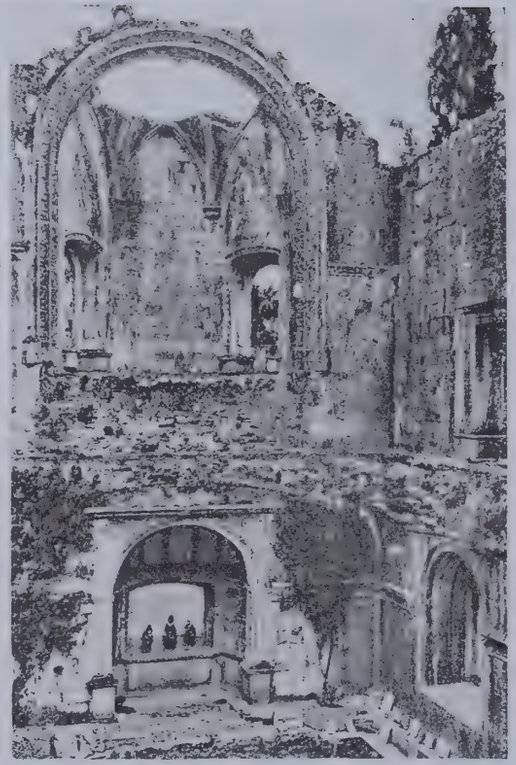
A influência dominante na literatura portuguesa dos meados do século XVI é o italianismo. Petrarca, Sannazaro, Trissino, Bembo, Castiglione, etc., tiveram fervorosos leitores, que se arrebataram até à imitação, não tanto do que liam, mas sobretudo da essência donde procedia a originalidade italiana, isto é, a associação da admiração pelos antigos ao culto da língua materna. Sá de Miranda, fascinado pelos «campos sem fim» de Roma, trará da Itália o *stil nuovo*, provando «que a língua portuguesa é capaz de se elevar até às concepções mais belas do lirismo moderno, como o Soneto e a Canção de Petrarca, os Tercetos de Dante, enlaçados em Elegias e Capítulos segundo o estilo de Bembo, a oitava rima de Policiano, Boccacio e Ariosto, e as Églogas de Sannazaro com os seus *versos encadeados* e variação melódica dos ritmos», introduzindo, demais, «*o endecassílabo jâmbico italiano*», abrindo enfim uma nova era, o terceiro período da poesia portuguesa, que havia de atingir em 1572 o ponto culminante com o poema da nacionalidade e da glória portuguesa, os *Lusíadas* de Camões». (Carolina Michaëlis de Vasconcelos).

Esta imitação não foi servil, nem por ela a literatura portuguesa se converteu em satélite da italiana. Foi antes adaptação de formas, ritmos e tendências, e íntima aspiração à comunidade das mesmas origens, realizada com tanta desenvoltura que se exaltou com alacre independência no culto do vernáculo e dos têmas de inspiração nacional. ¿ Não se desprende desta literatura a nobre ambição de a clareza da frase ser sinónimo da transparência do pensamento, e que a interiorização do sentimento

O ESTILO MANUELINO



PÓRTICO DO CÔRO DO CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR, segundo Haupt «um dos mais considerados trechos da sumptuosidade artística, e a um tempo, o de maior originalidade, que neste ramo se haja produzido em Portugal». (Último período do reinado de D. João III). (De *A Arquitectura da Renascença em Portugal* de Alb. Haupt)



O ESTILO MANUELINO

CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR

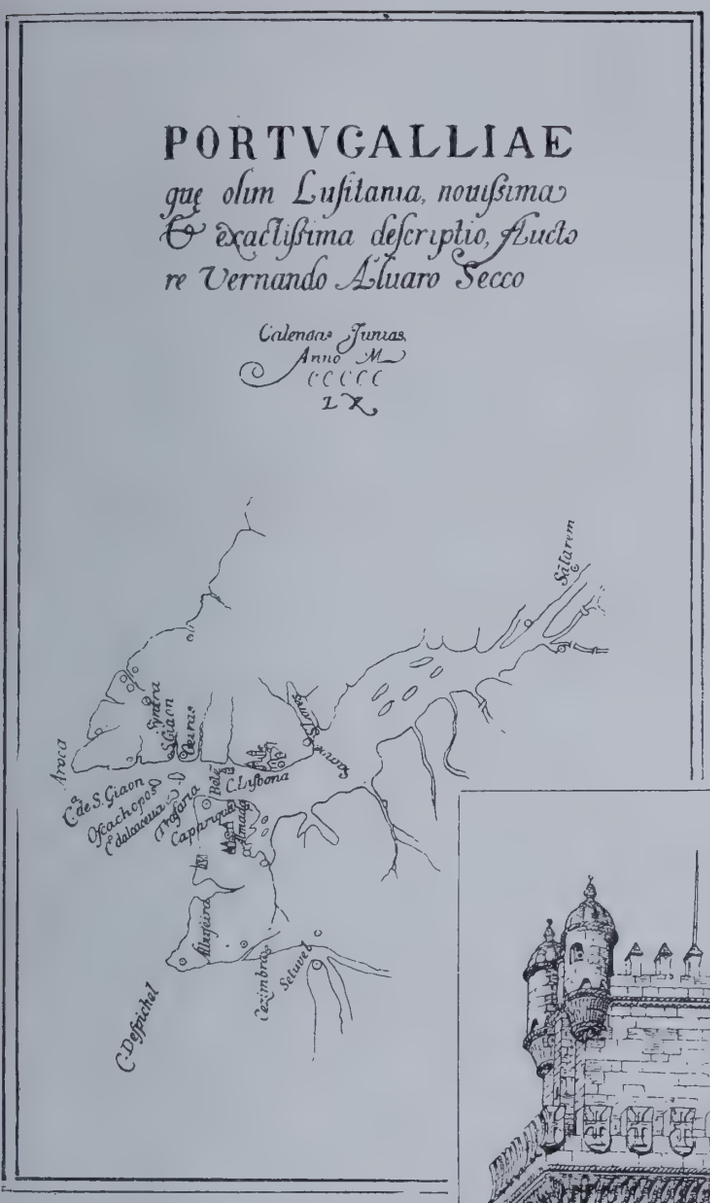
EM CIMA:

À esquerda: Porta da Casa do Capítulo. — *Ao centro:* Igreja do Convento. — *À direita:* Casa do Capítulo. Aspecto interior, visto de norte para sul. (*Lusitânia*, fac.° VII, 1925).

EM BAIXO:

Ao centro: Janela da Casa do Capítulo. — *À direita: Claustro do cemitério.* — (*Clichés* de Biel. De *A Arte e a Natureza em Portugal.* — Companhia Portuguesa Editora. Pôrto).

O Convento de Cristo em Tomar é obra notável do seu género. Teve um grande arquitecto: João de Castilho. Tem hoje um notável e dedicado cronista: Vieira Guimarães. Obra do século XVI, é maravilha do estilo que o seu tempo soube criar. Conhecer êsse estilo e os seus monumentos é indispensável para conhecer a literatura do seu tempo, visto que não é possível isoladamente estudar a história literária de nenhum país.



MAPA QUINHENTISTA (1560) onde se vê a Tôrre de Belém, então isolada no rio. (Do *Estudo histórico e hidrográfico sôbre a barra e pôrto de Lisboa*, por A. A. Baldaque da Silva, *Atlas*. Lisboa, 1893). No *Regimento de pilotos* por Mariz Carneiro, 1642, e em outros mapas da barra de Lisboa até 1811, a Tôrre de Belém aparece no rio, cercada de água. Foi depois desta data que a margem do rio avançou até alcançar a Tôrre

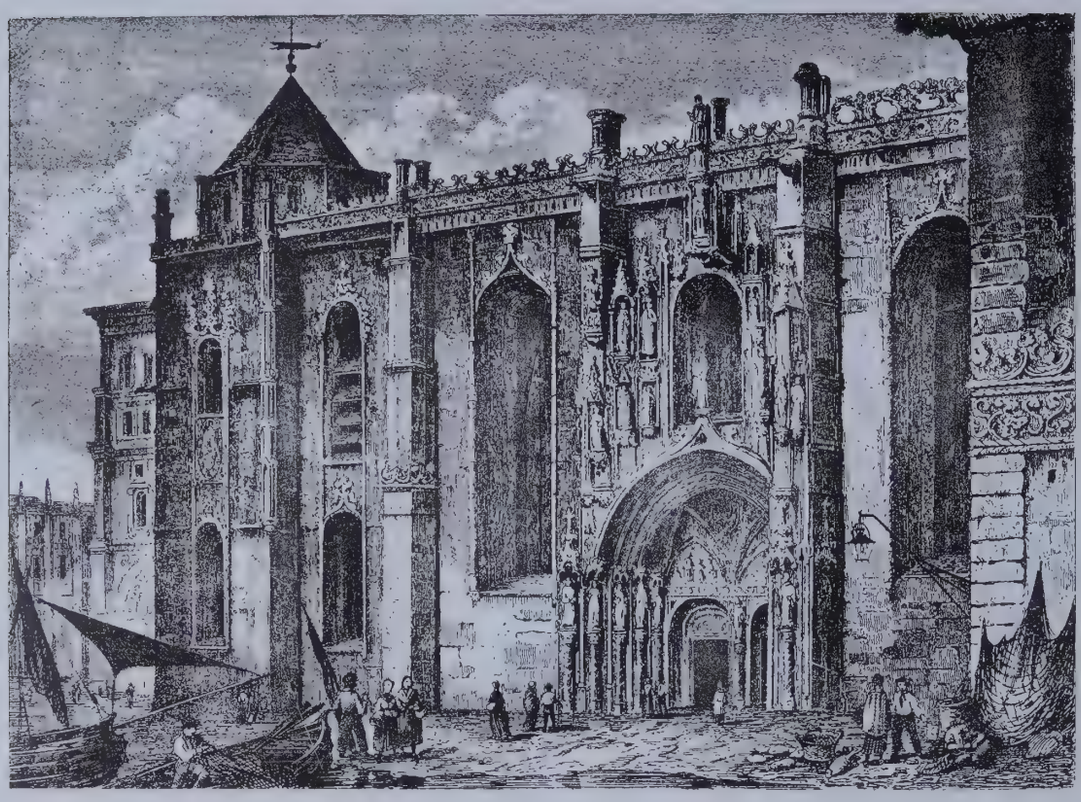
estético importa a originalidade bem pessoal da expressão? Sá de Miranda, ainda rude na frase, não escreve um verso ou um período que não seja consciente, sincero, sentido. A individualização do espírito matava o anonimato da inspiração medieval; e no entanto, quem seguir a produção tipográfica das primeiras décadas do século XVI observa que a imprensa foi a serva fiel das ideas, sentimentos e vocabulário tradicionais.

A história não é favorável às revoluções súbitas, e compreender esta renovação intelectual e literária é seguir a luz, que foi amanhecer nos discípulos portugueses de Ângelo Policiano, em Estêvão Cavaleiro e Sá de Miranda, e claridade meridiana em André de Rèzende, António Luís, Diogo de Teive, Pedro Nunes, Jerónimo Cardoso, Damião de Góis, João de Barros, Garcia da Orta, Heitor Pinto, Jerónimo Osório e Camões.

Os três primeiros livros impressos em Portugal no século XVI, anunciadores do humanismo, são escritos em latim: *Opera* (1500), de Cataldo Áquila Sículo; a *Nova Grammatices... Ars*, de Estêvão Cavaleiro, publicada no mesmo ano (1516) em que a idade-média se despedia literáriamente com o *Cancioneiro* de Garcia de Rèzende, e a *Epistola Plinii secundum veram lectionem ex exquisitissimis et antiquissimis exemplaribus. Ab Angelo Politiano magnis sumptibus et summa diligentia undique perquesitis* (1529), de Martinho de Figueiredo. Dos três, foi êste, verdadeiramente, pelo espírito e pela latinidade, o primeiro livro novo, porque pretende explicar filológica, histórica e literáriamente uma obra antiga na sua própria antigüidade.

É a primeira manifestação portuguesa do conceito de antigüidade, no sentido humanista; e embora o comen-

A TÔRRE DE BELÉM. FACE QUE OLHA PARA O MAR. — (Desenho de *Die Baukunst der Renaissance in Portugal*, por Albrecht Haupt. Franckfurt a. M. 1890). Sôbre a Tôrre de Belém existe uma bibliografia razoável, em que avultam o livro do dr. Reinaldo dos Santos *A Tôrre de Belém*, 1514-1520, Lisboa 1922, e o *Guia de Portugal*, da B. Nacional, 1.º vol. Foi começada em 1515 e terminada em 1521. Foi seu arquitecto Francisco de Arruda e seu primeiro alcaide-mor Gaspar de Paiva. Garcia de Rèzende tinha por mandado de D. João II feito o desenho de uma tôrre no mesmo lugar, desenho que se não aproveitou. Tem por várias vezes servido de prisão



O Mosteiro dos Jerónimos. — (S.ta Maria de Belém. Vol. *Portugal*, por Ferdinand Denis, Paris, 1846). Sôbre o mosteiro pode ver-se o *Guia de Portugal*, vol. I, pub. pela Biblioteca Nacional sob a direcção de Raúl Proença. Aí, a pág. 392 e seg., pode ver-se, além da descrição, a bibliografia principal. Foi construído em princípios do século XVI, sendo seu mestre inicial Boytac, que trabalhou também em Setúbal, em Santa Cruz de Coimbra e na Batalha. Deve-se-lhe o plano e 14 anos de trabalho (1502-1516). Em 1517 dirige a construção João de Castilho, seguindo-se-lhe Diogo de Torralva, Jerónimo de Ruão, etc.

Nascia-se já sob o «signo do latim», e esta educação clássica, e por ela a do bom gôsto, era uma obra de ascendência e influïção italiana. A resposta de Poggio (1459) a um ignorado Velasco de Portugal, que lhe preguntava como se aprendia a eloqüência — estudando Cícero e Quintiliano —, não tem um significado episódico. Zurara, qualificando a Europa do seu tempo, atribui a grandeza à Alemanha, a gentileza à França, a fortaleza à Inglaterra, mas só à Itália reconhece a *sabedoria*.

É um dêstes juizos que transcendem a predicação individual para conquistarem históricamente a generalidade dum conceito. Como exemplificação desta síntese, basta atender a que D. Afonso V foi educado por mestres italianos, Estêvão de Nápoles, Mateus de Pisano, autor do *De bello Septensi*, «poeta laureado e um dos suficientes filósofos que em seus dias concorreram na Cristandade» (Zurara), e por iniciativa régia veio para Portugal o tário se limite ao prólogo (Epístola) das *Histórias Naturais*, de Plínio, pela pureza da erudição, pelo escrúpulo no exame dos códices — três, pelo menos, que Policiano coligira —, êste livro, que constituíu talvez uma surpresa para a cultura mediana, e é hoje desconhecido pela sua raridade, deveria ter sido saüdado com entusiasmo pelo círculo letrado da côrte e da Universidade de Lisboa. É que neste círculo, pouco a pouco, desde os fins do século XV, se infiltraram e generalizaram ideas renascentes, a despeito dos *laudatores temporis acti*, cuja reacção fêz sorrir graciosamente o culto conde de Vimioso:

Estudaes e fugis de mim,
sois latino;
que quedas dá o ensino
do Latim?
Trazeis todo decorado
O Metamorfoseos;
eu trar-vos-hey assombrado
de rir de vós.
Coitado, triste de ti
homem mofino,
que foste nacer em sino
de Latim.

(*Cancioneiro Geral*, de G. de Rèzende)

Os Jerónimos de hoje. — (Cliché Serra Ribeiro)

dominicano Justo Baldino com o encargo, não cumprido, de trasladar para latim as crónicas riais. Com D. João II, êste magistério dilatou-se na côrte, pela lição de Cataldo Áquila Sículo, «grande humanista, que se correspondia com os maiores de Itália, [e] exerceu em Portugal uma acção em favor das letras, semelhante à que desempenhavam ao mesmo tempo na côrte de Castela alguns patrícios seus — podendo talvez chamar-se-lhe o educador da nobreza portuguesa. Do que fêz por elas, tinha êle quiçá exaltada consciência, visto como se gabava de ter trazido para Portugal as belas-letras, tendo matado a sêde a uma «turba imensa» de velhos e de novos... Que eu saiba, ninguém até hoje pôs suficientemente em relêvo (se acaso a suspeitou) a importância da sua missão em Portugal,

Porta dos Jerónimos. — (De *A Arte e a Natureza em Portugal*. Comp. Portug. Editora, Pôrto)

Claustro dos Jerónimos. — Cliché do dr. Felichenfeld, in *Lusitania*, fasc. II, 1924. Trabalho e criação de Boytac (1502-1516)

relegando-o todos para a modesta, exclusiva função de preceptor do bastardo do *príncipe perfeito*. E todavia a isso se não limitou a sua acção ; mas, muito mais extensa e intensa, ela bem merece um lugar de realce na história do humanismo em Portugal. Além da correspondência latina dos dois reis que serviu ; das sonoras orações de sabor clássico que fêz,... além dos castigados poemas que compôs, e lhe não renderam o oiro que esperava,...: dedicou-se com o ardor de um pedagogo do Renascimento a «expulsar a barbaria», já ensinando pública e particularmente, já por meio de cuidada correspondência como tirocínio para apurar o gôsto.» (Gonçalves Cerejeira).

Nesta visão fugitiva do italianismo não basta considerar a existência de italianos em Portugal, cujo número aumentou depois do regresso de Vasco da Gama da Índia ; impõe-se, acima de tudo, a sedução que a própria Itália exerceu no espírito dos que a visitaram. Nas côrtes de 1473, o estado popular denunciava as viagens e os réditos enviados para Itália como uma calamidade económica. «Que se não concedesse licença aos prelados do reino para passarem a Roma, a pretenderem capelos», diziam, e «que os prelados e desembargadores do reino, que estivessem em Roma, se recolhessem a êle para não gastarem as rendas fora.» Com estas viagens, utilitárias, que não desinteressadas, se nem sempre se importava o culto da antigüidade, trazia-se pelo menos a fascinação da exuberante vida italiana. Francisco de Holanda, um dos mais nobres viajantes dêste século de viajantes e cosmopolitas, acentuou como ninguém entre nós o carácter da peregrinação movida apenas por ambições intelectuais ou artísticas, nesse *Tratado da Pintura* (1458), que é um dos grandes livros da Renascença. «Como minha tenção em ir a Itália (1538) não foi por bus-

Claustro dos Jerónimos de João de Castilho (1517-1519). Cliché do dr. Felichenfeld, na *Lusitania*, mesmo fascículo II de 1924, onde sôbre o claustro há um curioso artigo do dr. Reinaldo dos Santos

FACHADA DA IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA. — (Cliché Serra Ribeiro). De velho tem apenas a frontaria, em parte. Foi construída por D. Manuel e D. João III e destruída pelo terremoto de 1755. Esta face que escapou mostra um precioso relêvo alegórico à fundação das misericórdias, relêvo que os frades tinham substituído em 1818 por uma grade e que foi novamente colocado no seu lugar em 1880. Neste relêvo vê-se D. Manuel, a Rainha D. Leonor, o papa Leão X, fr. Manuel Contreiras, etc. Da frontaria, pode ver-se uma descrição no *Santuario Marianno*

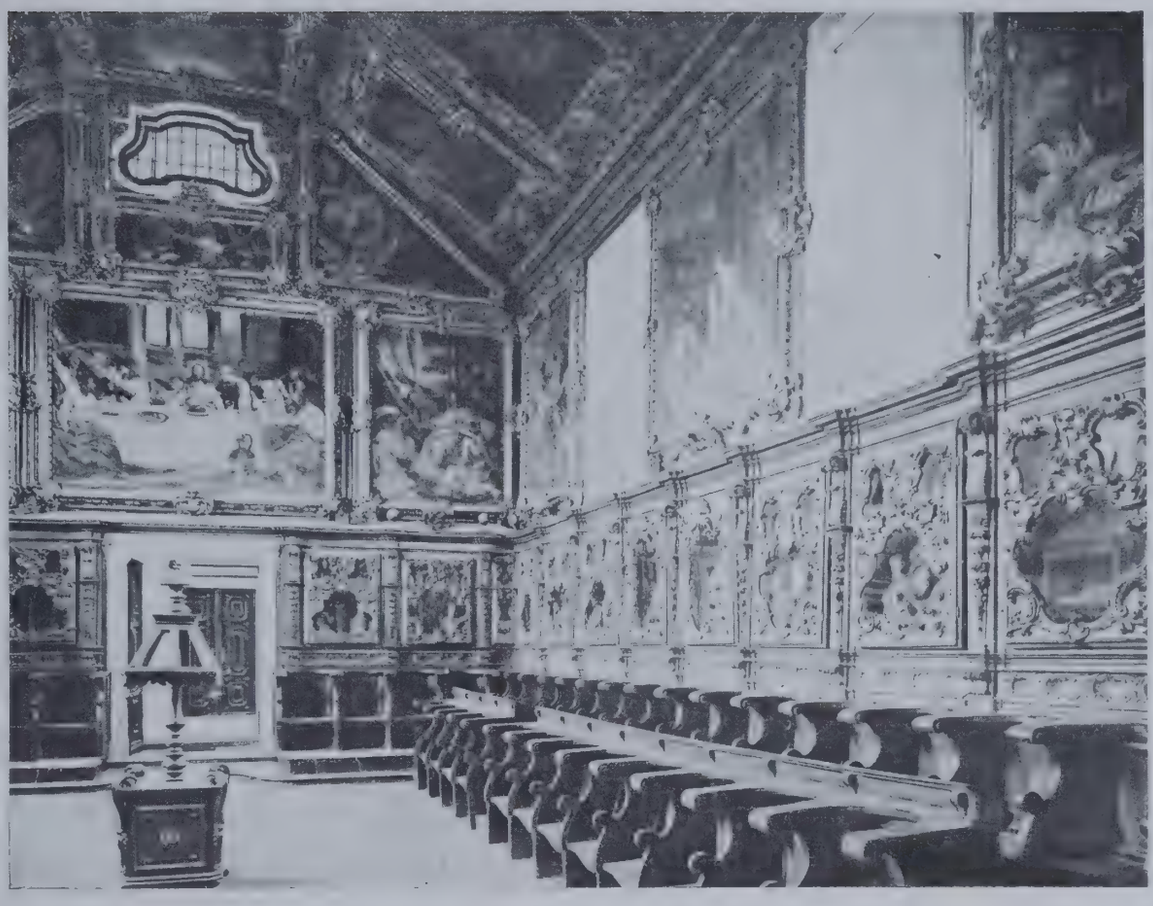
bolseiros do rei, como Holanda, penetrados dêste culto, dessedentaram na Itália a curiosidade de saber e de compreender! A cultíssima e platonizante Florença dos Médicis, tão do agrado de D. João II, foi, nos primeiros tempos desta emigração, a cidade eleita, e dos mestres florentinos, Ângelo Policiano (1454-1494) o preferido. Em 1489 ouviam-lhe as lições os três filhos do chanceler-mor João Teixeira, um dos quais, Luís Teixeira Lobo, mais tarde mestre de D. João III, manteve com Erasmo, na própria Itália, «relações não menos agradáveis que amistosas», como o estupendo sábio de Rotterdam recordou numa epístola ao *piedoso*. João Rodrigues de Sá Meneses, defensor da aliança da nobreza do brasão à das letras, Martinho de Figueiredo, Henrique Caiado, que em Pádua conviveu na roda de patrícios e amigos de Copérnico, com quem porventura teve trato também, reputado em Itália um dos melhores poetas latinos do tempo, julgado por Erasmo *in epigrammatibus felicem, in oratione soluta promptum ac facilem, ad argumentandum dexterrimae dicacitatis,* e cuja morte, não sei se por Baco se por Esculápio, o mesmo Erasmo espirituosamente atribuíu a uma *angina vinaria,* e Aires Barbosa, foram por igual discípulos do humanista de Florença. Na sua escola todos depuraram o gôsto e decantaram a paixão humanista; nenhum, porém, com tanta fama como Aires Barbosa, condiscípulo de João de Médicis, mais tarde Leão X,

car outro mor proveito nem honra que fazer bem, e àquela fôra do meu Rei enviado, nem trazia nenhum outro interêsse ante os olhos de privar com o papa nem cardiais em a côrte. E isto sabe-o Deus e sabe-o Roma, que se eu nela quisera morar, por ventura não me faltara possibilidade, assi por mi mesmo como por favor de principais pessoas em casa do papa. Porém todo êste pensamento andava ante mi tão apagado, que nem sómente mo deixavam passar pela imaginação outros que eu trazia mais nobres e do meu gôsto, os quais muito mais em mi podiam que nenhuma cobiça de benefícios ou speitativas, para siquer trazer comigo, como fazem os que vão a Roma. E o que só me era sempre presente era o em que poder servir com a minha arte a El-Rei nosso senhor, que me lá mandara, cuidando sempre comigo, como poderia roubar e trazer a Portugal roubados os primores e gentilezas de Itália, do contentamento de El-Rei e dos Infantes e do sereníssimo senhor o Infante D. Luís.» (Ed. Joaquim de Vasconcelos).

Estes «primores e gentilezas de Itália» eram sinónimo de requinte espiritual e do culto do *antigo,* tão claro e absorvente que se não compreendia sem o desprêzo pelo *velho,* isto é, o medieval ou bárbaro. ¡Quantos, viajantes ou

CONVENTO DA MADRE DE DEUS. Claustro. — De *A Arte e a Natureza em Portugal.* Comp. Portug. Editora, Pôrto)

e a cujo magistério em Salamanca a Espanha ficou devendo a introdução do helenismo. Apreciando os seus comentários a *Arator* (Salamanca, 1516), escreveu, com autoridade indisputada, Cenáculo: «Diz a substância das matérias; forma um tecido de Escritura, Padres e História com pincel artístico. Semeia, como hoje praticam os sábios, as lições gregas no seu original; usa de frase latina elegante; mistura erudição grata e dá conselhos cuja imitação faria honra a quem a desempenhasse.» *(Cuidados Literários)*.



Côro da Igreja da Madre de Deus. — (De *A Arte e a Natureza em Portugal*. Comp. Portug. Editora, Pôrto). É do mais sumptuoso que possuímos em talha, êste côro. Riquíssimo, encerra também quadros de grande valor artístico, sendo por si só um monumento digno de menção

Porta da Igreja da Madre de Deus. — Desenho de Gonçalves Pereira, gravura de J. Pedroso. In *Artes e Lettras*. O convento foi fundado em 1509 por D. Leonor, pouco existindo do que foi obra do século XVI. São dessa época o claustro e esta porta. É monumento nacional

Mas além dêstes nomes, quantos a recordar! Gonçalo de Azevedo, Fr. Gomes de Lisboa, Simão Afonso de Portugal, Jerónimo Osório, o *Cícero português*, Amato Lusitano, Roque de Almeida, Damião de Góis, que em Pádua, com Buonamici, depurou talvez o latim com que universalizaria alguns feitos da Nação, e Gaspar Barreiros, o geógrafo e memorialista da *Chorographia de alguns Lugares que stam em hum caminho que fez... o ano de 1546, começando na cidade de Badajoz em Castella, até á de Milam em Italia...* (Coimbra, 1561).

Nêste desfile vertiginoso de nomes podem esquecer-se, porventura, os oradores das régias *De Obedientia Orationes*, como Vasco Fernandes de Lucena (1485), tão citado pela referência ao «milagre» de Ourique, D. Fernando de Almeida, que a Alexandre VI (1493) revelou as emprêsas de D. João II, e Diogo Pacheco?

Destas orações perante o pontífice, a mais celebrada foi talvez a do Bispo de Évora, Garcia de Meneses, misto de guerreiro e de letrado, que, ao engrandecer perante Sixto IV (1481) a cruzada contra o mouro de D. Afonso V, levou Pompónio Leto a exclamar: «Santo Padre, quem é êste bárbaro que disserta com tanta vee-

mência?», e cujo discurso, logo impresso, alguns decénios depois o Cardial Sadoleto ofereceria a Gaspar Barreiros como dádiva rara.

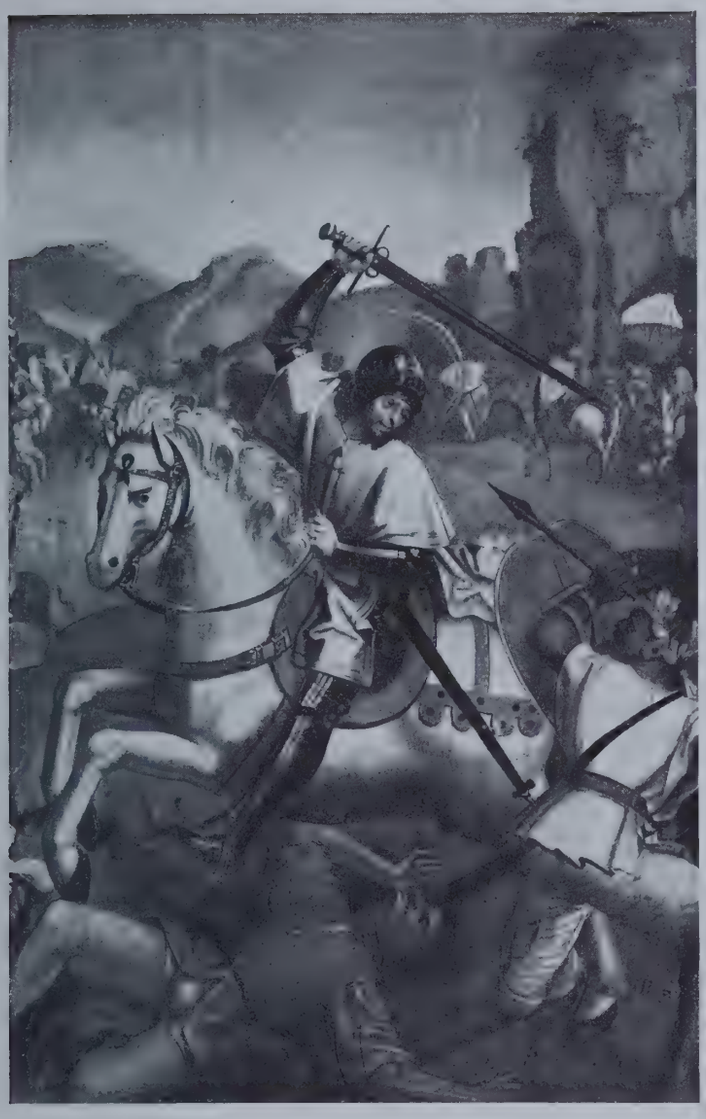
Muitos deixavam-se ficar por Itália, seduzidos e seduzindo pelo espírito ou pelo saber, como *Velasco di Portogallo* (por 1450), celebrado pelo livreiro Vespasiano da Bisticci (1421-1498) nas *Vite di Uomini illustri del secolo XV* pela eloqüência, devoção dos clássicos, petrarquismo e posse de *libri per parecchi migliaia di fiorini perchè voleva tutti i più belli che trovava,* os Cardiais D. Jaime, filho do Infante D. Pedro, e o sumptuoso Alpedrinha, Gomes Hispano, crítico do averroísta paduano Nicoletto Vernia, o exilado Juda Abarbanel, o famoso Leão Hebreu dos *Dialoghi d'Amore,* o Cardial Miguel da Silva, poeta latino laureado e Mecenas dos helenistas, a quem Baldassare Castiglione dedicou (1529) o *Cortigiano,* manual lidíssimo da galantaria e da *virtù* renascente, e Aquiles Estaço, secretário das epístolas latinas de Pio V e comentador, de renome europeu, de clássicos.

A Itália, por seu turno, correspondia a êste movimento, louvando os homens e elogiando a Nação, cujos feitos alguns humanistas desejaram historiar em latim polido. Poggio felicitava o Infante D. Henrique, na esperança de receber informações; Flávio Biondo oferecia a sua pena (1461) a D. Afonso V, e Ângelo Policiano escrevia a D. João II uma epístola, agradável de recordar: «Assim que, rei sem par, vós sôbre todos (estoure embora a inveja)

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA.—A Virgem das Neves, por Jorge Afonso (cêrca de 1508). Curiosíssimo êste quadro para o estudo da época. Arquitectura, roupagens, e na aparição da Virgem ao juiz um quarto quinhentista bastante interessante como documentação da vida do tempo, e onde os que estão no leito dormem ainda nus. M. N. de Arte Antiga

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — Salomé e a cabeça de S. João Baptista, por Gregório Lopes (cêrca de 1540), na igreja de S. João, em Tomar. (Bastante documentativo de trajos, usos e costumes da época: A mesa com dossel, o repasto, os brinquedos dos pagens, a indumentária, etc., tornam êste quadro muito apreciado para julgar do século em que nasceu

vós sôbre todos sois digno de eternas honras. A vós, primeiro do que a ninguém, devem de ser consagradas as nossas vigílias, quero dizer, as de todos quantos somos sacerdotes das Musas. Por tal razão (se, homem desconhecido, mas a vós mui dedicado, encontro alguma fé junto à vossa pessoa) seja incumbido, eu vos esconjuro, a sujeitos idóneos o encargo de pôr em memória (sem dúvida que interinamente), em qualquer língua, em qualquer estilo o assunto tão ubertoso dos feitos praticados por vós e pelos vossos, obra que, mais tarde, tanto os outros em quem ferve o mesmo entusiasmo, como também nós mesmos, envidando tôdas as fôrças, hajamos de pulir e aperfeiçoar. Na verdade, pedi, não há muito, a êstes súbditos vossos que estão aqui, mancebos de subido



ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — *Vida de S. Tiago. Cavaleiro acutilando os mouros*, pelo mestre do retábulo de Palmela, Francisco Henriques (?). (Armaduras e vestes guerreiras. Cavaleiros e infiéis). Museu Nacional de Arte Antiga

talento e elevado carácter, os filhos de João Teixeira, vosso Chanceler-mor, que por sua intervenção me fôssem aí copiadas as memórias (se é que existem) dos vossos feitos ; prometeram êles desempenhar-se cuidadosamente do encargo em respeito da obrigação que devem ao seu preceptor ; todavia não quis eu faltar a mim próprio, mas assentei de vos endereçar eu mesmo esta carta, rei mui indulgente e clemente, a quem já posso dar também o nome de meu, querendo antes poder ser argüido de arrojado, se escrevesse, do que de apoucado de ânimo, se me conservasse silencioso. No que respeita a minha pessoa, não é, certo, ordinária a minha condição, mas, na profissão das letras, também alguns crêem que não é de todo inferior a minha reputação. Quási de menino fui eu criado (e porventura que esta circunstância virá a propósito) no seio da honesta família daquele varão ilustre, o primeiro personagem na sua tão florescente república, Lourenço de Médicis. Não cedendo a ninguém em dedicação à vossa pessoa, soube êle, falando-me de vós, acender em mim entusiasmo tão ardente pelos vossos merecimentos, que, dia e noite, eu não largo de pensar no pregão dos vossos feitos, e o mais fervoroso voto que eu agora faço é que me seja outorgada fôrça, poder e finalmente ensejo, para que o vosso nome tão digno de divinos elogios, os testemunhos da vossa piedade, integridade, rectidão, religião, temperança, prudência, juízo, os da vossa justiça, fortaleza, providência, liberalidade e grandeza de alma, e enfim os de tantas obras, tantas e tão exímias façanhas vossas, tenham monumentos fiéis levantados, ainda que seja por mim, na língua latina ou grega, de modo que não haja vicissitude de humanos acontecimentos, nem assalto de vária e inconstante fortuna nem vetustade de séculos que valha a extingui-los.» (Trad. de Epifânio da Silva, *apud* T. Braga, *Poetas palacianos*).

Foram apenas projectos, porventura sinceros, mas sem realização, e só uma das *Epístolas* do Venturoso, que para deslumbrar o mundo maravilhou Roma com a estupenda embaixada a Leão X, despertou o estro dum poeta, aliás obscuro.

Regressados a Portugal, êstes homens traziam, com o culto da antigüidade e da beleza formal do latim, outras maneiras. A côrte polia-se. «¿ Que farias tu, escreve João de Barros (1532), se visses o modo da côrte no falar, no escrever, e no vestir, quando sómente de um têrmo loução te espantas ? ¿ Como se achariam enleados Demóstenes e Túlio se lhe dessem uma carta de um homem dêstes especiais da côrte ?» *(Ropica Pnefma)*.

A liberdade dos antigos era uma escola, e com o requinte do trato a tolerância despertava e desembaraçava o espírito. O mesmo moralista rompia já contra os «inventores de erradas doutrinas», lembrando o exemplo da «Itália e outras muitas partes, que inventaram e descobriram coisas com que perderam vida e virtuosos hábi-

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — *S. Cosme, S. Tomé e S. Damião*, por Jorge Afonso (cêrca de 1508). (Vestes, cerâmica, uteusílios domésticos, arquitectura). Veio de S. Francisco de Évora, e êste quadro é, sem dúvida, uma das melhores obras do pintor. Museu Nacional de Arte Antiga

A ANUNCIAÇÃO, por Jorge Afonso. (Cerâmica, utensílios de uso, banco, livro e roupas). Obra cheia de encanto e demonstrativa de um adestrado pulso. Notável para a reconstituïção do século XVI entre nós. Museu Grão Vasco, Viseu

GUERREIRO EM ORAÇÃO, pelo mestre do retábulo de Palmela, Francisco Henriques (?)
(Trajos guerreiros, cavalaria). Museu Nacional de Arte Antiga

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA

tos d'alma.» *(ibid.)* Ténues ainda, eram já os primeiros sons das ladaínhas da contra-reforma, cuja ideologia, servida mais tarde por índices e censuras, entorpeceu a inteligência e gerou a vérmina da dissimulação.

A Itália tinha despertado a curiosidade, ensinado o latim, formado o gôsto; o sentido da erudição, da filologia, no conceito amplo da Renascença, estava patente, mas as vias da sua penetração deslocaram-se, seguindo o rumo da França e da Flandres.

OS BOLSEIROS DEL-REI

BIBLIOGRAFIA — Leitão Ferreira — *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* I p. (Lisboa, 1729); II p. inédita, salvo as *Noticias da vida de André de Resende,* pub. e notàvelmente anotada por Braamcamp Freire, Lisboa, 1916. T. Braga — *Historia da Universidade de Coimbra,* cit.; Joaquim de Vasconcelos — *Albrecht Dürer e a sua influência na peninsula.* 2.ª ed. Coimbra, 1929; *Damião de Goes,* Pôrto, 1897; *As Cartas latinas de Damião de Goes (O Instituto,* 1901). Ribeiro dos Santos — *Da vida e escriptos de D. Francisco de Mello (Memorias de Litteratura Portugueza* pub. pela Acad. R. das Sciências de Lisboa, VII, Lisboa, 1806). Maximiano Lemos — *Estudos de historia da medicina peninsular* (Pôrto, 1916); Gonçalves Cerejeira, *ob. cit.;* Sousa Viterbo — *Estudos sôbre Damião de Goes (O Instituto,* 1899); Laranjo Coelho — *Estudantes portugueses em Paris.* Comunicação inédita à Academia das Sciências de Lisboa, 1928. Esta brevíssima resenha deve ser completada com a indicação sumária da bibliografia estrangeira, da qual destacamos:

J. Quicherat — *Histoire de Sainte-Barbe,* I (Paris, 1860). E. Gaullier — *Histoire du Collège de Guyenne.* Paris, 1874. R. F. Michel — *Les Portugais en France et les Français en Portugal,* Paris, 1882. A. Roersch — *L'humanisme belge.* Bruxelas, 1900. Marcel Bataillon — *Erasme et la cour de Portugal,* Coimbra, 1927. Aubrey F. G. Bell — *The Humanist Jeronymo de Osorio.* New York, 1928. (Separata da *Revue Hispanique,* t. 73).

As fontes são numerosas e infelizmente dispersas. Seria um benemérito serviço a formação do corpo epistolar do séc. XVI; em todo o caso impõem uma referência os livros seguintes:

Damiani a Goes Epistolae et aliorum virorum illustrium. Denuo emendatae, auctae summaque diligentia excusae. Portucale, 1912, sumptibus Joaquim de Vasconcellos (Não entrou no mercado).

Nic Clenardi Epistolarum libri duo. Antuerpia, 1566. As cartas que directamente respeitam a Portugal e à cultura portuguesa foram traduzidas por Gonçalves Cerejeira, como apêndice à monografia *O humanismo em Portugal. Clenardo,* de que saíram duas edições: a 1.ª em 2 vols. Coimbra, 1917, 1918; a 2.ª, um vol. Coimbra, 1926.

Hieronimi Cardosi Lusitani Epistolarum familiarium Libellus. Lisboa, 1556; e *Opus Epistolarum Des. Erasmi Roterodami,* ed. Allen, Oxford. (6 vols. pub. 1906-1926).

Infanta D. Maria por Gregório Lopes

(Museu Condé, Chantilly, França)

Da infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel e de D. Leonor, irmã de Carlos V, nascida em Lisboa no Paço da Ribeira a 8 de Junho de 1521 e falecida no Paço de Santos a 10 de Outubro de 1577, conhecem-se (segundo o Dr. José de Figueiredo, *Arte Portuguesa Primitiva — Gregorio Lopes e a Infanta D. Maria,* Separata da *Lusitania)* quatro retratos em Portugal: «os dois da Luz: Igreja e Colégio e os da Encarnação e Museu das Janelas Verdes», e cinco no estrangeiro, e são: Um o de Chantilly, que reproduzimos, e outro, cópia dêste, no mesmo museu. O terceiro nas *Descalzas Reales* em Madrid. Quarto e quinto, «um é o do «recueil d'Arrás», mencionado por M.me Roblot-Delondre, no seu belo livro «Portraits d'Infantes», e em que difícilmente se poderá reconhecer a Infanta, o que é talvez explicável por êsse desenho, como todos os dessa colecção, não passar duma cópia feita no século XVI e ao que parece por Jacques Leboucq, genealogista e pintor mediocre, falecido em 1573. A ser exacto, deve representar a Infanta bastante mais tarde e ter sido feito sôbre um original de Cristóvão Lopes, com cuja arte êsse desenho tem de facto afinidades.» «O outro, a-pesar de bastante estilisado e de época aproximada à do retrato de Chantilly e à dos que existem em Portugal, é do grande gravador flamengo Hieronymus Cook, (1510-1570), amigo e colaborador de Vasari, cuja obra, desconhecida em Portugal, até que nós a revelámos, constitui um dos elementos mais valiosos que conhecemos para a nossa iconografia no séc. XVI. O único exemplar de que temos conhecimento está na célebre colecção Lazaro, de Madrid, e procede da coleção Carderera.»

Examinando os retratos existentes em Portugal o Dr. José de Figueiredo concluíu que, exceptuando o do Museu das Janelas Verdes, «os outros três procedem todos de um retrato perdido e que é provávelmente repetição daquêle cuja recepção a mãe acusa entre fins de 1541 e comêço de 1542; devendo o que existe na Encarnação, e que a representa aproximadamente na mesma época em que a dá o de Chantilly, ser cópia exacta daquele outro, embora essa cópia tenha sido feita por artista inferior e que não soube por isso conservar-lhe o carácter do original. O trajo, que nessa cópia veste a Infanta, é um trajo francês que a mãe de-certo lhe mandou e que a Infanta por isso mesmo escolheu ao *poisar* para o retrato que era destinado aquela. E o da Igreja da Luz, que é da segunda metade do século XVI, foi pintado sôbre o original que serviu aquela cópia, sendo o do Colégio Militar, e que é já do século XVII, uma réplica do daquela Igreja. Todos retratam assim a Infanta na mesma idade, isto é quando ela tinha cêrca de vinte anos. Quanto ao desenho de Chantilly, a admitir-se a data de 1536 que o sr. Moreau-Nélaton lhe dá e que é aceite pela Direcção daquêle Museu, êle seria anterior em quatro a cinco anos aos outros retratos; mas o que serviu de base a essa indicação foi o trajo que, nesse retrato, a infanta enverga e que o sr. Moreau-Nélaton entende ser daquele ano. O sr. Moreau-Nélaton ignorava porém que o atraso com que as modas chegavam então a Portugal era, por vezes, ainda superior ao que seria necessário para que a idade da princesa fôsse também aí aproximadamente a mesma que tinha no retrato perdido.

«Repetindo o êrro de M.me Roblot-Delondre, de ter a Infanta residido na côrte de França, junto de sua mãe, D. Elias Tormo aceita como sendo dos Clouets o retrato de Chantilly, o que lhe pareceria menos crível se soubesse, como escreve a sr.ª D. Carolina Michaëlis, que a Infanta saíu apenas do país uma vez, no comêço de 1558, para ir vêr sua mãe a Badajoz. Ora como não consta que os Clouets tenham estado em Portugal e o desenho é evidentemente feito do natural, o retrato não podia assim ser obra dêles. E com isto concorda ainda o carácter dêsse desenho, que é bem o desenho de um pintor acostumado a vêr sobretudo a mancha e a realizá-la com grande riqueza de matéria, longe portanto da maneira admirável, mas muito mais escrita e *desenhada,* daqueles célebres artistas franceses.

«Assim e eliminada essa hipótese, por todos os motivos inadmissível fica de pé o ter sido o retrato de Chantilly, como aquêle de que o da Encarnação é cópia, obra de artista português em voga na côrte e a que a Infanta teria naturalmente recorrido para mandar à mãe a sua imagem. E êsse artista não podia ter sido senão Gregório Lopes. A situação oficial na côrte dêste pintor e o carácter da sua obra (desenho, movimento e composição) são razões mais que suficientes para se lhe atribuir tanto êste desenho, como o retrato a óleo perdido e mandado para França, entre 1541 e 1542.

«Feito a negro e sanguina e com os cabêlos realçados de amarelo e vermelho, o que está de harmonia com o tom arruivado daqueles, o desenho de Chantilly, se não esquecermos a fascinação que a Infanta parece ter exercido sôbre Brantôme, não está contudo em grande desacôrdo com a descrição lisongeira que dela nos deixou êste célebre aventureiro francês.»

A Infanta D. Maria, a quem as letras tanto devem, foi a amada de Camões, por quem êle foi desterrado, primeiro para o Ribatejo, depois para Ceuta.

INFANTA D. MARIA

ORIGINAL DE GREGÓRIO LOPES (CÊRCA DE 1540)

(MUSEU CONDÉ, EM CHANTILLY, FRANÇA)

A introdução do termo humanista no léxico português deve-se, porventura, se bem indagamos, ao desembargador João de Barros, no *Espelho de Casados* (Pôrto, 1540), e a sua consagração, se de autoridade carecesse, a Fr. Heitor Pinto, nesse livro encantador, de fronteiras indecisas entre a mística e a moral, que é a *Imagem da vida cristã* (Coimbra, 1563). O conceito, porém, precedera em muito a importação do vocábulo; e embora o sentido tivesse então uma área larga, compreendendo tanto as *artes humanitatis* como as *humaniores litterae*, humanista era já sinónimo de cultor das letras clássicas, isto é, das humanidades.

O latim, o grego e o hebreu eram «os primeiros elementos de tôda a sciência (*Ropica Pnefma*), porque só pelo conhecimento directo e profundo das línguas sábias se alcançava a destreza do espírito e o verdadeiro saber. Para muitos, êste conhecimento foi uma técnica, uma coisa exterior, um fim em si; e raros transpuseram o átrio das humanidades, na aspiração que João de Barros tímidamente sentiu de «filosofar a verdade, deixando a própria linguagem dêstes Homeros e Vergílios, em que os presentes gastam a maior parte da vida» (*Ropica Pnefma*).

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — PORMENOR DO QUADRO «A VISITAÇÃO» (1.º quartel do século XVI, de Gregório Lopes. A figura da *Castidade* ostenta o trajo de côrte da época. Museu Nacional de Arte Antiga

A Universidade de Lisboa do primeiro quartel do século XVI possuiu um núcleo de latinistas e gramáticos, sobressaindo Estêvão Cavaleiro, que ousadamente ambicionou desarraigar a gramática do «ridículo» Pastrana, «corruptor da linguagem latina». Debalde, porém, porque a «arte nova» não desterrou a tradição, e foi forçada a viver sob o mesmo teto com a linguagem bárbara da sofistaria nominalista e dos mestres das *Summulas Logicales*, de Pedro Hispano.

João Ribeiro, um dos professores portugueses do Colégio de Santa-Bárbara e discípulo entusiasta de João de Celaya, não ensinaria ainda na cátedra lisbonense de lógica (Fevereiro de 1527-Janeiro de 1530) os «exponíveis», «insolúveis» e idênticas distinções do terminismo nominalista?

A mentalidade humanista nasceu, assim, fora e contra o ensino oficial. A sua primeira conquista foi a clarificação gramatical, e, pelo enlêvo da literatura clássica, a subordinação da lógica à dialéctica e à retórica. A arte de dissertar com clareza e elegância substituia a silogística, porque, confundindo a forma com o fundo, estabelecera-se uma perfeita equivalência entre a ignorância do latim polido e a rudeza e incapacidade do pensamento.

A origem desta atitude, tão clara nos nossos poetas neo-latinos, puros na forma, lúcidos na mente, pobres de sensibilidade e ideas, vimo-lo já, foi uma obra de influição italiana; mas a sua consolidação deve-se à escolaridade de numerosos bolseiros do rei — muitos dos quais regressaram mestres — nas Universidades de Espanha, Bélgica, Inglaterra e, sobretudo, França.

É um dos momentos decisivos na história da mentalidade portuguesa. Por vias múltiplas e convergentes a mocidade, nobre e plebeia, leiga e religiosa, convive com o espírito europeu e importa a nova tábua de valores intelectuais. Em Alcalá de Henares e sobretudo Salamanca, onde a par de Elio António Nebrija e Fernan Nuñes, o *Comendador grego*, professam os portugueses Aires Barbosa e Pedro Margalho, estudam André de Rèzende, Pedro Nunes, Garcia da Orta, Jerónimo Cardoso, João de Barros (o desembargador), Amato Lusitano, Luís Nunes de Santarém, para só referir alguns dos nomes mais ilustres nas humanidades, no direito e nas sciências. Para estudarem teologia em Oxford e Cambridge subsidia D. Manuel, em 1517-1518, os franciscanos Fr. João Guieiro, de Tavira, Fr. Francisco do Pôrto e Fr. Francisco Pessoa — nomes obscuros, sem biografia, mas que

significam a «europeïzação» dêsses dias lamentàvelmente curtos.

Alguns dos mais límpidos eruditos e reformadores do ensino público educam-se em Lovaina, cujo Colégio Trilingue (Buslidiano, 1517) deu a norma para os colégios de artes da renascença ocidental. Lovaina era então o mais brilhante e sedutor centro de humanismo, ao qual presidiam Erasmo e Luís Vives; e foi sob o influxo das suas ideas e dos seus vitupérios contra a barbaridade medieva, que freqüentaram a Universidade lovainiense os jerónimos Diogo de Murça e Brás de Barros (ou Braga), André de Rèzende (1529-31), Damião de Góis (1532) e Aquiles Estaço.

Florença, Salamanca, Lovaina e Paris são inseparáveis da história das humanidades em Portugal: aquelas, pela qualidade dos discípulos; esta, como metrópole, pelo número e qualidade. Paris concentrou a maior parte dos bolseiros do rei e das ordens religiosas. A sua faculdade de Teologia, a *sacratíssima*, tinha uma autoridade e uma missão privilegiada na cristandade, e era como escolares teólogos que a maior parte dos portugueses demandavam Paris, na ambição de conquistarem um grau que representava a coroação dos estudos universitários. Desde os fins do século XV, paulatina e progressivamente, a crítica dos textos — primeiro ensaio do livre-exame —, e a ascendência dos valores da antigüidade, em razão inversa do desprêzo pela técnica literária da idade-média, foram impondo o humanismo, cujos domínios se alargavam à custa das fronteiras da teologia. E assim muitos bolseiros, que partiam com a preparação teológica tradicional, regressavam, sem dúvida, teólogos, mas durante a escolaridade tinham descoberto, para além do Mestre das Sentenças, de Tomás de Aquino ou de Duns Escoto, o mundo dos antigos, que se não avistava dos castelos de silogismos, e só a luz da crítica filológica e estética permitia divisar.

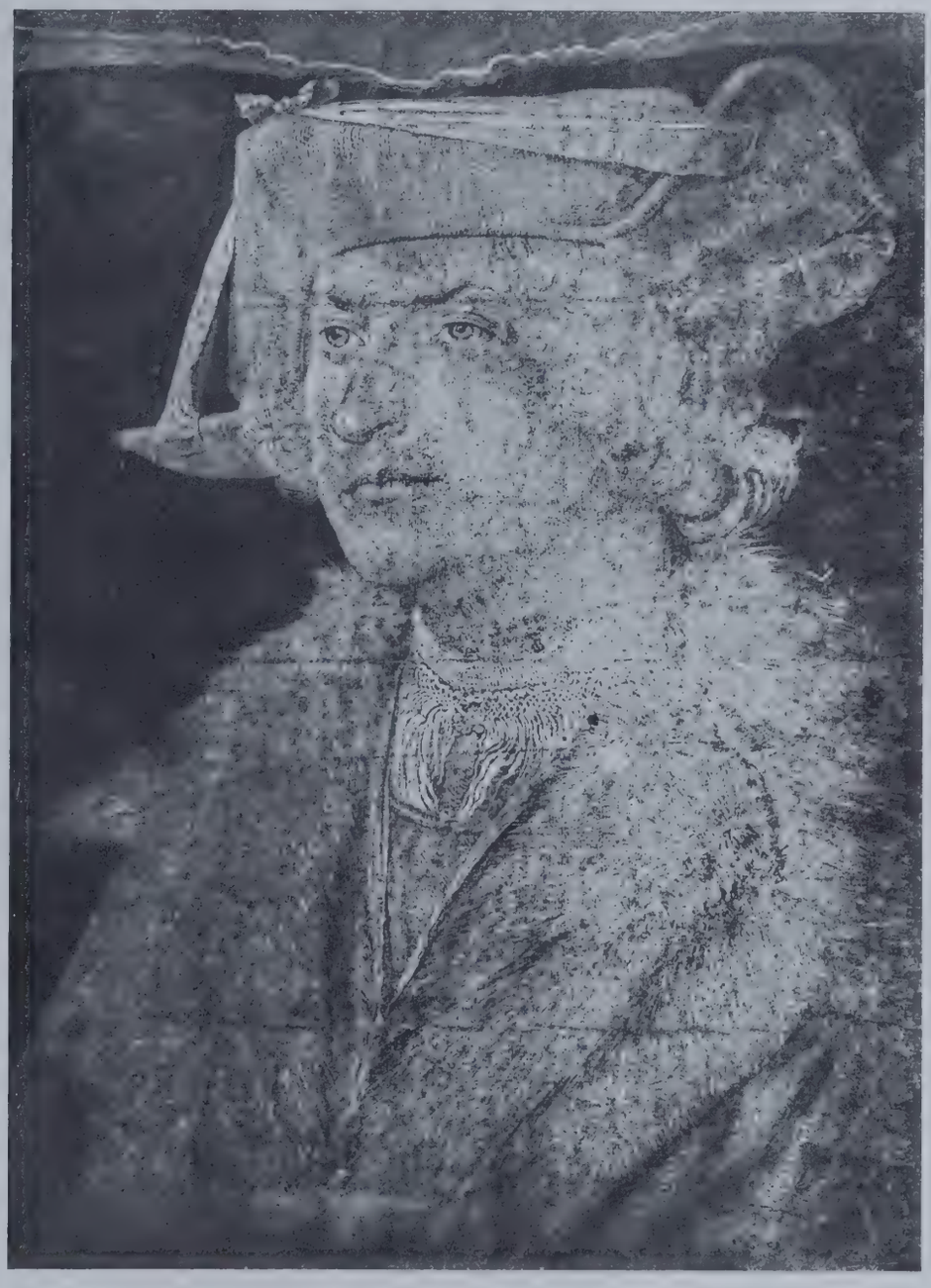
A adoração dos Reis Magos, por Gregório Lopes. São notáveis os retratos dos doadores e do seu séquito, ao fundo, e o orientalismo das jóias que se ostentam no quadro. Museu Nacional de Arte Antiga

Através do catálogo da livraria de Diogo de Murça, por exemplo, adivinha-se um espírito que acompanhou o movimento literário do triunvirato humanista: Erasmo, Luís Vives e Budé. Erasmo, em particular, teve no futuro reitor da Universidade coimbrã um fervoroso admirador, tão variadas são as obras que do estupendo e alacre trabalhador possuiu. Com êsse subtil e fervoroso prazer que só o século de quinhentos conheceu, leria os escritos do príncipe dos humanistas; e ao ritmo desta leitura a sua alma de religioso teria examinado também algumas das questões que aquela pena infatigável suscitou, designadamente as da fidedignidade e valor teológico da versão do Novo Testamento.

Lovaina deu-lhe a admiração por Erasmo e a educação teológica, e com esta a paixão anti-luterana. Pelas vagas indicações do inventário se observa que lhe interessaram algumas polémicas de tendência evangelista, como as de Fabre d'Étaples, Josse Clichtove e Noël (Natalis) Beda. Alberto Magno, S. Tomás de Aquino, Durando, Duns Escoto e o nominalista João Major são os únicos que contam na sua biblioteca, mas em compensação não falta a bibliografia patrística a revelar-nos o abandono das subtilezas escolásticas pelas dúvidas filológicas e exegéticas.

Sob D. João II, a emigração escolar dirigira-se para a Itália; com D. Manuel, porém, inicia-se o rumo da França. Foi *o Venturoso* quem concedeu as primeiras pensões pagas pelo Feitor da Flandres; e, levando mais longe a generosidade, estabeleceu no colégio parisiense de Montaigu, em 1498, uma fundação de 1.300 libras, determinando a João Standonck várias obrigações, entre as quais a de se reservarem perpétuamente lugares para dois escolares pobres portugueses, alojados em quartos independentes, e cujas portas exibiriam as armas de Portugal.

Eram os alicerces da grande obra renovadora, que D. João III dilatou, espontâneamente ou por vaidade, com essa «boa inclinação para as letras e letrados» (Frei Luís de Sousa), onde houve, sem dúvida, muito de pessoal, mas à qual não podia furtar-se, sem desagrado do ambiente intelectual da côrte e dos dirigentes da nação e sem menoscabo da posição de Portugal na cultura do Ocidente. Por uma singular ironia do destino, D. João III, cuja psicologia é um mistério, — fanático, ruim de condição e inepto, sentenciou Herculano — foi o «pai das letras», êle, que a despeito do mérito dos preceptores, nunca apreendeu a «teoria da esfera» e «escassamente se entregava nêle a sombra da língua latina» (António de Castilho).



ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — Retrato de Rui Fernandes. É a estampa 52 do 1.º vol. da obra «Albrecht Dürers» por J. Velh und Dr. Müller, 1918. Foi a êste Rui Fernandes que Dürer ofereceu em 1521 o célebre quadro *S. Jerónimo*, uma das suas obras principais e que se expõe no Museu Nacional de Arte Antiga, por compra em 1882 ao herdeiro dos Almadas, descendente do feitor português de Antuérpia. Na Colecção Albertina, Viena de Austria

De 1521 a 1540, isto é, desde o início do seu reinado até à fundação do Colégio das Artes em Coimbra, contar-se hiam por muitas dezenas os estudantes portugueses em Paris, espalhados por vários conventos e colégios. Os superiores de dominicanos e franciscanos parisienses atestaram a escolaridade de alguns teólogos; a maioria, porém, alojou-se nos vários colégios da urbe universitária, designadamente Montaigu e, sobretudo, Santa-Bárbara.

Em Montaigu, cujo regulamento ascético arruinou a saúde de Erasmo (1495-99) e fêz a indignação de Rabelais *(Collège de pouillerie)*, foram companheiros Francisco de Melo, o matemático, de quem Gil Vicente entre chistes foi dizendo que tinha «sciencia avondo», e D. Martinho de Portugal, o futuro arcebispo e embaixador em Roma, onde além dos negócios do estabelecimento da Inquisição procurou (1535) demover o papa a conceder o chapéu cardinalício a Erasmo.

Na época mais ardida da luta contra a sofistaria, conheceu-os em Paris Luís Vives, um dos triúnviros do humanismo. Acabara de publicar a célebre epístola *In Pseudodialecticos*, verdadeiro panfleto contra a cidadela da escolástica. Esperava a reacção da Sorbona e as hostilidades dos tradicionalistas, e, em seu lugar, com espantosa surprêsa, veio encontrar a admiração e o aplauso dos «engenhos de Paris». Escreve então (Bruges, 4 de Junho de 1520) a Erasmo, e dando-lhe parte da conquista dos espíritos para as humanidades, diz: «...Juán Población conhece a fundo tôda a matemática e com igual sucesso se consagrou às letras polidas; Francisco de Melo faz o mesmo... Fizeram-me grandes elogios, muito àquém do que eu próprio verifiquei, de D. Martinho de Portugal, parente do seu rei. A menção dos seus méritos reclamaria tôda esta epístola. Depois de ter provado o amargor dos sofismas, tomou-lhes tal horror, que se lançou, ou antes mergulhou completamente na erudição natural e verdadeiramente humana, creio que para melhor depurar, pela doçura, o palato do antigo

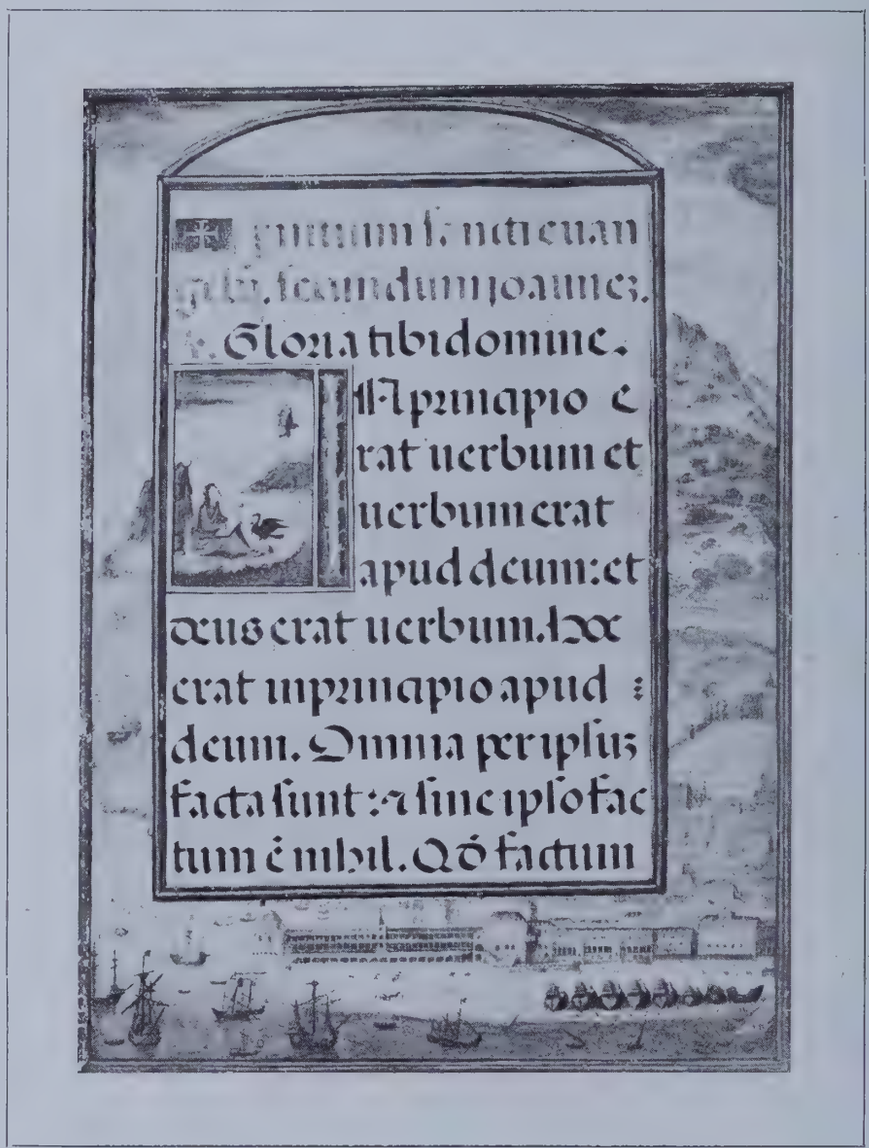
amargor. Fêz nestas disciplinas grandes progressos e como não me reputava inábil nelas, testemunhou-me uma benevolência, uma estima, um favor admiráveis».

De todos os colégios parisienses, Santa Bárbara foi o que alojou e educou maior número de portugueses.

Em 1526, D. João III, incitado por seu irmão, o cardial D. Afonso, helenista e latinista, e por Diogo de Gouveia, o velho, instituiu 50 bôlsas no famoso colégio — liberalidade exalçada em versos, discursos e festas. Se o Colégio de Navarra, dos maiores de Paris, tinha apenas 70 *boursiers!* A Universidade envaidecera-se com a preferência régia e, sem louvaminha, Diogo de Gouveia *(Sénior)* escrevia (1527) a D. João III: «Crea Vossa Alteza que tem ganhado mais nome e gloria que em tomar Fez». Durante vinte anos (1520-1540) a dinastia dos Gouveias regentou Santa-Bárbara, e embora se tivesse frustrado o intento de compra do colégio para o rei de Portugal, na realidade tornou-se uma escola portuguesa pela população discente, docente e dirigente. De muitos dos seus alunos se perdeu o nome; mas de alguns mestres, desconhecê-los é ignorar um dos momentos em que Portugal desfrutou uma ascendência na cultura europeia: Diogo de Gouveia, o velho, reitor da Universidade de Paris; seus sobrinhos, Marçal, poeta latino e gramático, que além de Santa-Bárbara, professou em Poitiers, António, o anti-ramista, «cavaleiro andante da eloqüência e da erudição» e «um dos raros espíritos que constituïrão o eterno ornamento da Renascença», (Quicherat), André, *le plus grand principal de France,* no juizo de Montaigne, e reitor da Universidade de Bordéus, e Diogo *(Júnior),* o mais obscuro; Diogo de Teive, poeta e historiador latino do *Cêrco de Dio,* e António Pinheiro, editor consagrado de Quintiliano.

Diogo de Gouveia, o velho, *duca e maestro,* foi, na confissão de Diogo de Teive (1550), «uma das causas principais de termos as boas letras neste reino». E não só em Portugal, senão também em França, — poderia ter acrescentado o diserto e infeliz humanista, nesse miserável processo que o tinha a ferros da Inquisição.

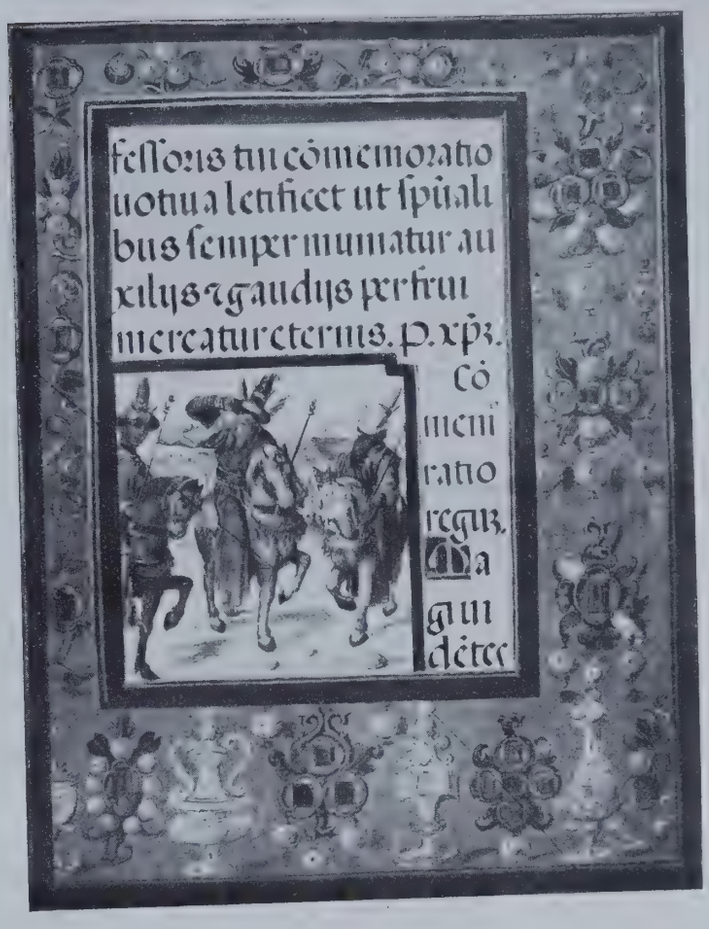
Íntimamente ligado à historia do humanismo, o ensino de Santa-Bárbara, sob o principalato de Gouveia representou um momento capital no desenvolvimento da Renascença em França. Imparcialmente o julgou o sábio Quicherat, nestes períodos, que a erudição hodierna só tem corroborado: «Quando [Diogo de Gouveia, o velho] tomou o govêrno de Santa-Bárbara, iniciava os estudos a grande geração que encheu com as suas ideas o século XVI. Abrasava os corações o desejo de atingir a perfeição em tudo, não se tornando necessário estimular os alunos, que procuravam ultrapassar os mestres. O mérito de Gouveia está em ter favorecido um ardor, que para muitos dos seus colegas era motivo de alarme. Por isso logrou atraír o que havia de mais distinto no magistério e nos escolares, e como nunca o seu colégio foi um viveiro de homens ilustres» *(Histoire de Saint-Barbe,* I).



Livro de Horas de D. Manuel. — Página consagrada a S. João Baptista, por Gregório Lopes. Em baixo, o Paço da Ribeira. Museu Nacional de Arte Antiga

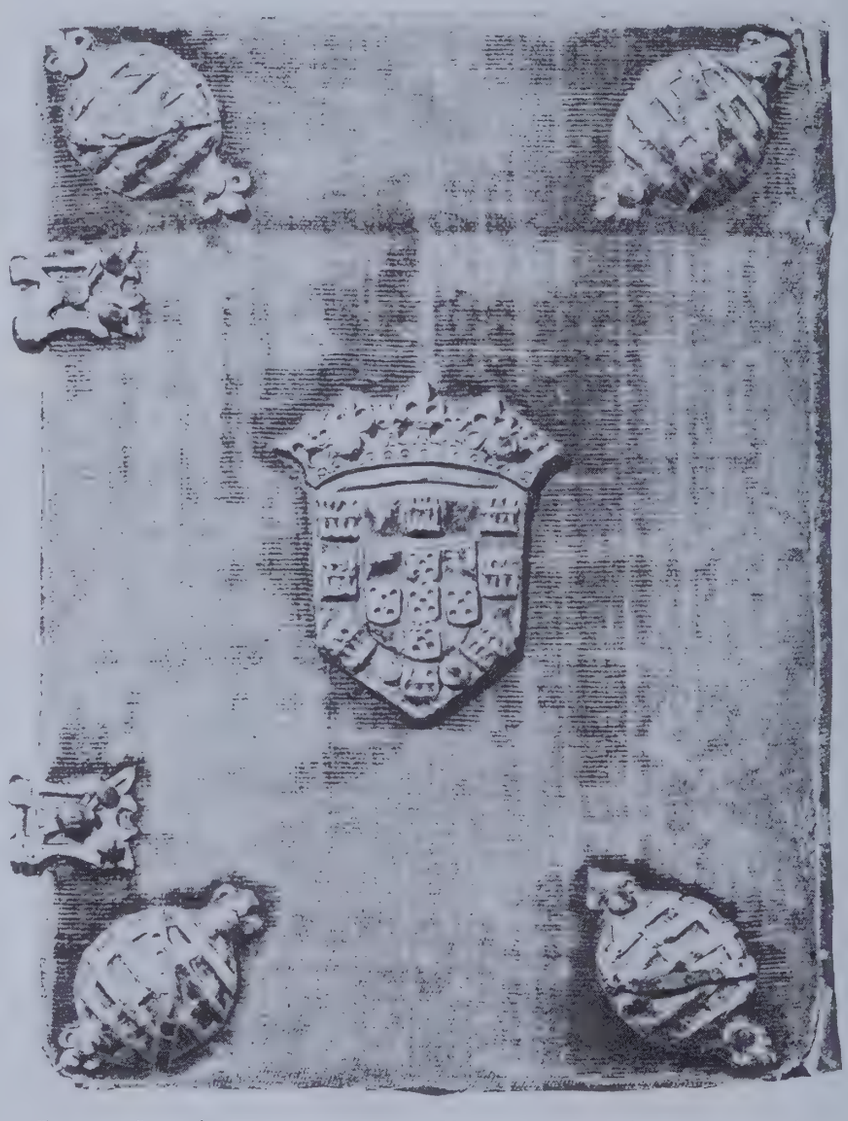
A cátedra, a convivência e as amizades raras foram para muitos dêstes estudantes o prémio da sua ilustração e talento. A Francisco de Melo dedicou Gaspar Lax a *Arithmetica Speculativa* (Paris, 1515), em cuja epístola dedicatória o considera *totius naturae quasi portentum,* e atraído pelo convívio de Paris acompanhá-lo hia para Évora, onde faleceu, o médico famoso Pierre Brissot.

Aquiles Estaço, discípulo em Lovaina de Pierre Nannink (Nannius), é honrado com a amizade de Paulo Manutio, António Mureto, Fulvio Orsini. Buchanan, Turnébe, P. Galland e o Dr. António Ferreira estimam Diogo de Teive, e António de Gouveia, de quem Calvino *(De Scandalis)* diz que, com Rabelais e Des Periers, é um dos negadores da imortalidade, é amigo de Buchanan, Rabelais (a quem a liberdade de espírito de Gouveia, que não ateísmo, provocou os únicos versos latinos que compôs), Briand Vallée, João de Boyssonné, Cujácio, Fer-



PÁGINAS DO «LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL». — Códice iluminado do Museu de Arte Antiga. Páginas atribuídas a Gregório Lopes, notáveis pelo orientalismo que as impregna. A Tôrre de Babel, os Reis Magos, em cima. Repouso na fuga para o Egipto e invocação a Santa Bárbara, advogada contra as trovoadas, em baixo

retti, Minut, etc., e ensina em Paris, Bordéus, Toulouse, Cahors, Valence, Grenoble e Mondovi. Jerónimo Cardoso corresponde-se, de entre outros, com António Saliceto, Álvaro Gómez, Francisco Pacheco, António Luís, Inácio de Morais, Pedro Sanchez, Bartolomeu Felipe, André de Rèzende e Damião de Góis. Rèzende, Osório e Góis privaram com alguns dos maiores espíritos da Renascença. Das suas peregrinações escolares por Espanha, Bélgica, França, André de Rèzende recordaria com saüdade, no retiro de Évora, a convivência ou o epistolário com Fernan Nuñez (Pinciano), Erasmo, Conrado Goclénio, Rutgero Rescio, humanista e impressor, Nicolau Clenardo, João Vaseu, João Campense, João Second, Pedro Bembo, Ambrósio de Morales, etc. Jerónimo Osório priva com Sadoleto, Bembo, António Agustín, Arias Montano e manteve trato epistolar, de entre outros, com o Cardial Hosius e o arcebispo de Canterbury, Reginald Pole. E Damião de Góis, o mais cosmopolita dos portugueses do século, íntimo de Erasmo, que o hospeda em sua casa, priva e corresponde-se com Melanchton, Pietro Bembo, Sadoleto, Paulo III, Luís Vives, Conrado Goclénio, João Vaseu, Rutgero Réscio, Pedro Nannink, Bonifacio Amerbac, o potentado Jacobus Függer, Conrado Peutinger, Segismundo Gelenius, Beatus Rhenanus, Glarianus, o teórico da música, Lázaro Buonamici, Jorge Coelho, etc. Alguns imprimem nas mais famosas tipografias os seus escritos: Góis, em Lovaina (Réscio), António de Gouveia, em Lyon (Gryphe), António Pinheiro, em Paris, Rèzende, em Lovaina, Bolonha e no famigerado Froben (Basileia), o editor de Erasmo.



Encadernação da época, de um foral de D. Manuel, em veludo. Ornamentos em cobre dourado. Oferecido por El-Rei D. Carlos. Colecção do Conde Penha Longa

É um assunto digno e uma grande obra a escrever, a história das relações intelectuais dos portugueses de Quinhentos. Quantas revelações na simples colectânea do epistolário! A substância humana, sensível ao coração e à inteligência, compensa o fastídio da convenção, dos exageros e da ganga dos lugares-comuns. Êstes homens tiveram o orgulho do saber e da inteligência, e o sentimento de que formavam uma comunidade autónoma e sem fronteiras. De vários, como Erasmo, se pode dizer que não tiveram pátria; porém os humanistas portugueses conciliaram o sentimento patriótico com êste sentimento universal da comunidade dos homens. Os factos são numerosos, e alguns, como a obra de Pedro Margalho, tão louvado por Aires Barbosa, seu colega na Universidade de Salamanca, estão a solicitar a atenção e o entusiasmo dum amante da erudição e da sciência. Margalho, no preciosíssimo tratado de cosmografia, *Phisices Compendium* (Salamanca, 1520), invocado como autoridade scientífica na Junta de Badajoz (1524) àcêrca da situação das Molucas, discute com orgulho o problema de saber, *more metaphisicorum*, se os portugueses pelas suas navegações atingirão o paraiso terreal.

Jerónimo Osório, em latim terso e com espírito enfático, propaga a gesta lusitana, levando-a a todos os cantos da Europa: Montaigne considera-o «*non mesprisable historien latin de nos siècles*», Ascham, «*ranck and full writer*», e é citado por Bacon, o instaurador da metodologia scientífica, no *Advancement of Learning*.

Os Gouveias, salvo talvez António, tiveram sempre presente Portugal: Diogo (*Sénior*) tanto participa de mestre, como de diplomata, e André, escrevendo de Bordéus (1537) a Rui Fernandes, o amigo de Alberto Dürer, dizia-lhe que a despeito da situação vantajosa do seu viver, «tudo me parece nada porque não vivo na pátria e faço nela alguns frutos». André de Rèzende, «*non solum curiosissimus, sed etiam scientissimus*» (João Vaseu), vivendo em Évora, emigra da província pelo espírito, convivendo epistolarmente e afervorando o patriotismo no rebuscar de antigüidades — se verdadeiras ou pias fraudes, é outro assunto — e no verberar omissões ou deturpações de estrangeiros.

Nenhum, porém, rendeu tanto culto à Pátria como Damião de Góis. Descreve Lisboa, que com Sevilha reparte o senhorio dos mares; a Pedro Nannink faz a crónica breve da Península Hispânica; defende a gente hispana das acusações de Münster; informa Pedro Bembo da epopeia dos portugueses e disserta sôbre a Abissínia,

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — *Adoração dos Reis Magos*, painel do antigo políptico da Sé de Viseu, por Jorge Afonso. (Séc. XV-XVI). Importantíssimo pormenor o da intromissão de um índio do Brasil no quadro, que é notabilíssimo produto da arte portuguesa de quinhentos. Museu Grão Vasco, Viseu

o cêrco de Dio e as emprêsas lusitanas do Oriente. Com verdade pôde escrever o seu eminente biógrafo, que «pugnou sempre, dentro e fora do reino, pelos interêsses mais elevados da pátria, sem olhar à vida, sem olhar a fronteiras, quando se tratava de salvar as conquistas mais preciosas da civilização europeia. Os seus serviços à Europa nas duas questões dos luteranos e dos turcos, os dois focos de discórdia nos séculos XV e XVI (e XVII) não caberiam num volume; e, se nos lembrarmos dos que êle prestou ainda a esta terra, então não acharemos outro nome para colocar mais próximo de Camões, pela valia dos serviços e pela imensidade do infortúnio. Filho da *Renascença* como Camões, com as grandes qualidades cosmopolíticas do humanista do século XVI e sem os seus defeitos, isto é, um carácter puro de tôda a mácula, servindo de forte coluna a um grande saber, tal é Góis». (Joaquim de Vasconcelos). Esta reivindicação da Pátria, por vezes distante, atraía para Portugal a admiração e o interêsse. As navegações, as descobertas e conquistas, o monopólio das especiarias, o apostolado religioso, o patrocínio das letras eram de per si clamorosas; mas só as conversações, os versos elegantes e o latim polido de Góis, Teive e Osório lhe davam nobreza literária e conferiam cidadania no domínio das curiosidades humanistas. D. João III foi o beneficiário desta aura, e o seu nome viu-se honrado com a dedicatória de dezenas de livros, subscritos por alguns nomes que dominaram o século — Erasmo (*Chrysostomi Lucubrationes*, Basileia, 1527), João Fernel (*Cosmotheoria*, Paris, 1528), Luís Vives (*De Tradentis Disciplinis*, Antuérpia, 1531), João Driedo de Turnhout (*De Ecclesiasticis Scripturis et Dogmatibus*, Lovaina, 1533), para só apontar os mais longínquos. O apetite das liberalidades aguçava, porventura, a pena esurina dêstes homens. Não se viu Erasmo, a quem o rei nem sequer respondera, retirar a epístola dedicatória na segunda edição das *Chrysostomi Lucubrationes*, Basileia, 1530) e Luís Vives apreciar o brinde régio de um gomil cravejado e de uma mesa de ébano? Mas através destas mesquinhas cobiças de oiro reconhecia-se o valor de Portugal, sentindo-o conviva do grande banquete do espírito europeu.

A IMPORTAÇÃO DO HUMANISMO

BIBLIOGRAFIA. — *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas...* Lisboa, 1772; Leitão Ferreira, *ob. cit.*, especialmente a edição anotada por Braamcamp Freire das *Notícias da vida de André de Rèzende*. Lisboa, 1916; Teófilo Braga, *ob. cit.*; Gonçalves Cerejeira, *O humanismo em Portugal. Clenardo*. Coimbra, 1926; C. Michaëlis de Vasconcelos, *A infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Pôrto, 1902; Mário Brandão, *O Colégio das Artes (1547-1555)*. Coimbra, 1924; *Uma oração académica do Renascimento*, in-*Biblos*,

ICONOGRAFIA DA VIDA QUINHENTISTA. — *A Natividade*, por Frei Carlos (cêrca de 1520). Tipos de pastores, indumentária. Museu Nacional de Arte Antiga

D. João III, por Cristóvão Lopes (?). (O protótipo dêste retrato, pintado por António Moro, desapareceu com o incêndio do Palácio do Pardo, perto de Madrid). No côro alto da igreja da Madre de Deus, em Xabregas

vols. I e II; Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Do começo, progressos e decadência da literatura grega em Portugal desde o estabelecimento da monarquia até ao reinado de D. José I*, na *História e memórias da Academia das Sciências de Lisboa*, vol. 8, p. I; Sousa Viterbo, *O movimento tipográfico em Portugal no séc.* XVI. Separata de *O Instituto*, Coimbra, 1924; Marcel Bataillon, *Sur André de Gouveia, Principal du Collège de Guyenne*, in-*O Instituto*, 1929.

As ideas renascentes cêdo conquistaram os melhores espíritos. Sem grande extensão, porém, porque no primeiro quartel do século alcançaram apenas uma pequena sociedade selecta, de áulicos e altos funcionários ou dignitários da Igreja. Esta sociedade tinha por centro a côrte e sem lisonja escrevia em 1533 João de Barros, que «a todos é notório quanto amor às letras, quanto favor, quanto amparo, quantas mercês recebem dêle [D. João III] os letrados de tôda a sciência; êste amor é causa de sua côrte florescer hoje tanto em letras como floresce, êste mesmo o faz cuidar novas maneiras e novas invenções de estudos gerais.» *(Panegírico de D. João III)*. A curta distância do paço, e numa atmosfera áulica, não se via gravitar em tôrno da Infanta D. Maria, que a sua mãe se dirigia em latim, o grupo literário e erudito da portentosa Luisa Sigêa e sua irmã Ângela, Joana Vaz, D. Leonor de Noronha, D. Helena da Silva?

Nas escolas, onde raros mestres sentiram a sufocação do ambiente, respirava-se no entanto uma atmosfera medieval. A instituïção das bôlsas foi a lufada renovadora, e se é certo que a maioria dos contemporâneos louvou o mecenato régio, não lhe faltaram contudo adversativas e críticas. João de Barros, por exemplo, para explicar o verbo neutro, formou, com evidente ironia, a seguinte oração: «Os homens que vão a Paris, e estão no estudo pouco tempo, e folgam de levar boa vida, não ficam com muita doutrina» *(Gramática da língua portuguesa,* 1540).

O sentimento da grande obra, cujos intuitos e resultados encerram uma lição permanente, venceu, porém, a estéril e impotente visão dos pormenores, e se alguma vez esteve em risco de sossobrar foi quando se ergueu a voz do orgulho nacional, expressa pelo magnífico

O PRÍNCIPE D. JOÃO, DEPOIS D. JOÃO III. Do tríptico de Frei Carlos, no Museu Nacional de Arte Antiga. Notáveis as vestes riais e os pormenores de indumentária

Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa. Convidado a contribuir para o sustento dos bolseiros, dirigiu a D. João III (1527) uma longa epístola, que por inédita e pelo seu valor histórico merece ser divulgada:

«...e por isso poderia mal contribuir nem aconselhar, que custa menos que Vossa Alteza fizesse colégio em Paris das rendas de vossa corôa, nem das prelazias de vosso reino, sendo feito em reino estranho que é França, o qual nunca foi mui amigo dêste, nem temos visto sinal de amor, antes de muitas obras contrárias a êle. Olhe Vossa Alteza bem o acrecentamento que vossa corôa e reino recebeu de mui poucos anos a esta parte e que ganhastes novos reinos e senhorios pera vós; e desta maneira que outros reis cristãos ganhassem outros de novo, que nunca foram sabidos nem consentidos senão por muito trabalho dos reis vossos antecessores e morte de seus criados e vassalos naturais. E pois vos Deus fêz tamanho não vos fiqueis vós, Senhor, menos do que vos lhe tem feito, e não cureis de mandar a Paris sessenta escolares a aprender teologia, mas mandai vir dela sessenta lentes, a modo de falar, porque até dez bastariam para tudo, e então fazei um colégio mui comprido e mui grande e de poucas pinturas e lavôres, onde se leia Teologia e todalas artes e sciências que pera ela são necessárias, e faça-se em lugar conveniente pera isso, o que me a mim parece que seja esta cidade de Braga ou o Porto pela qualidade dos ares e temperança da terra. Pagai, Senhor, muito bem os lentes, e aos escolares que bem aprenderem e forem doctos fazei-lhe muita mercê. E não pareça coisa dificultosa trazer aqui os lentes de Paris, pois vêde... como o Cardial e Arcebispo de Toledo... fêz um colégio em Alcalá de dois contos de renda tôda comprada à sua custa, afóra a despesa do edifício, e trouxe de Paris tantos lentes e tão singulares letrados como êle quis escolher e lá ficavam. E com isto olhe como em Itália, em tempo que não era tão perseguida como agora, havia em todas as senhorias dela e assim nos senhorios de duques e marquêses estudos gerais e pessoas e lentes tão doutos, que a um só, que era Bartolomeu Sorino, eu vi dar em Florença mil ducados de conduta por um ano e quási dêste preço eram muitos. E assim saberá Vossa Alteza que de vinte anos a esta parte são feitos em Salamanca seis colégios com rendas, sem fazer nenhum deles rei, nem senhor, nem prelado grande, sómente um bispo de pouca renda..., afora o que faz agora o Arcebispo de Toledo, que será outro Alcalá.

Ora sendo isto verdade como é, como não fará Vossa Alteza um colégio mui grande e mui honrado em seu reino, sem requerer ajuda de prelados nem de cabidos... E não queirais, Senhor, matar este espírito de Deus que vos oferecem diante e se Vossa Alteza pelas rendas de sua corôa a não quiser fazer de todo faça-o pelas de Deus e de sua Igreja que herdou há tão pouco tempo e em tamanha quantidade... Porque Vossa Alteza não diga ou ao menos cuide que faço esta carta tão prolixa para me escusar da pouca despesa dos colegiais que podia manter em Paris... digo e afirmo por verdade como todos sabem que a primeira obra que desejei e tentei de fazer em chegando a esta cidade foi um colégio e sem começar outra o fiz saber a el-rei vosso pai, que Deus haja. Foi disso mui contente e louvou meu propósito e me prometeu renda para mantimento de nove colegiais cada ano e estando assim veio imiguo e sôbre esta boa semente semeou cisânia de que agora não quero dar conta, a qual apagou a boa inspiração e a maneira pera se fazer obra tão necessária e proveitosa; porém se Vossa Alteza quiser fazer o colégio nesta cidade eu despenderei nele de maneira que seja mais necessária redea pera que não despenda tanto que conselho para gastar...».

Retrato da rainha D. Catarina, por Cristóvão Lopes. (Cêrca de 1552). (Curiosíssimo para a indumentária da época). No côro alto da igreja da Madre de Deus

(Documento comunicado pelo sr. dr. P. Laranjo Coelho, existente na Tôrre do Tombo, Corpo Cronológico, p. I, m. 37, doc. 96. Alterámos a grafia e pontuação).

O alvitre do famoso arcebispo representava talvez a voz do bom-senso, e se se tivesse realizado, o ritmo da cultura renascente teria sido diverso, porventura com uma coloração mais tradicional, mas menos brilhante. Frustrado êste plano, que só uma dezena de anos depois teve começo de execução em Santa Cruz de Coimbra e na reforma da Universidade, é incontestável que foram os bolseiros e o espírito de convivência internacional que modificaram a fisionomia das escolas e por elas a da cultura da Nação. Transformação lenta e progressiva, cuja natureza sinuosa se furta à arbitrariedade duma data, e se revelou com plena claridade em 1534.

Neste ano profere André de Rèzende, na abertura da Universidade de Lisboa, a *Oratio pro rostris*. Bela e

elevada oração, que foi simultâneamente a sua estreia em Portugal e a afirmação da conquista do espírito público para as humanidades!

Verdadeiro manifesto do humanismo, Rèzende tem a eloqüência dum pedagogo revolucionário. Com a impetuosidade dum Vives avilta a silogística estrepitosa e bárbara, e aos que a cultivam não se peja de chamar «asnos, que não homens». Palavras inauditas, violentas por vezes, mas sedutoras na intenção, porque além do

Cópia de um retrato perdido da Princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião, por Sanches Coelho. Não só pelas vestes mas pelo pretinho é notável êste quadro. Bélgica. Museu Rial de Pinturas de Bruxelas

vitupério exprimiam o reconhecimento pelos pioneiros e a exortação entusiástica.

Riquezas, honras e glórias nada valiam perante as voluptuosidades dôces, quási místicas, do labor literário: *Literarum studia,* dizia, *labores habent dulcissimos, dulciores fructus, curas animi recreatrices, et ob veri indagationem perspicientiamve, possessionem divinitati simillimam.*

Só as belas-letras formavam o espírito, cuja floração era o sentimento da «comunidade dos homens» e seiva, a verdadeira dialéctica, «vizinha» da retórica, isto é, o pensamento claro expresso em frase elegante.

Em seu conceito, nem só as literaturas grega e romana deviam prezar-se. A admiração absorvente, exclusiva, pela literatura pagã poderia flectir-se moralmente para o epicurismo, e não era acaso uma empresa digna, perante os escombros da escolástica, a ressurreição dos Padres da Igreja? O cristianismo tinha também a sua antigüidade, e Tertuliano, Lactâncio, Crisóstomo, S. Jerónimo, Santo Agostinho, aliavam em «*scripta nitidissima*», a piedade à elegância.

A pureza da linguagem e a teologia não eram inconciliáveis, — *ceu vero cum religione pugnet dictionis ornatus,* mas que a letra não mate o espírito. *Christianus sum, non Ciceronianus,* exclamava, e desta síntese da sua atitude se pode fazer a lei do humanismo lusitano.

O desembaraço e clara ideologia desta oração ressoaram já num auditório dócil. A penetração humanista era um facto, e desde então a sua marcha foi fácil: a côrte dá-lhe amparo e patrocínio, as escolas renovam-se com o magistério de antigos bolseiros, reorganiza-se com espírito moderno o ensino e atraem-se estrangeiros como Nicolau Clenardo e João Vaseu. O contágio atingiu a própria província, e os longos silêncios do isolamento conheceram a volúpia do trabalho intelectual, sem rusticidade nem abandono às ingénuas curiosidades locais ou genealógicas.

João de Barros, na quinta da Ribeira de Alitém, escreve (1531) a *Ropica Pnefma,* sob a forma dum colóquio, não «por os de Erasmo, que êstes já são velhos; mas por alguns novos portugueses, que vós e eu temos ouvido entre homens, que neste trato da mercadoria falam tão solto, como se estivessem em Alemanha, nas rixas de Lutero».

Retrato do rei D. Sebastião aos sete anos. — Gravura de H. Cock. Colecção do Conde da Penha Longa. O dr. José de Figueiredo, na *Lusitania,* aventa que êste retrato seja da autoria de Cristóvão de Morais. É datado de 1561 e o seu gravador «de Antuerpia, que viveu de 1510 a 1579 e publicou toda a obra de Breughel o velho, é um bom artista, profundamente realista e que se impõe pela sua correcção e pelo absoluto escrúpulo com que sempre realiza».

Em 1536, Sá de Miranda converte o exílio da Quinta da Tapada em veemência de espírito renovador, por vezes quási profético, e do «templo das musas» responde aos maldizentes que

> O nome da ociosidade
> sôa mal; mas se ela é sã,
> bem empregada em vontade,
> Sócrates da liberdade
> sempre lhe chamou irmã.

António Pereira Marramaque, em Cabeceiras de Basto, faz-se propugnador da difusão popular da Bíblia, e em 1540, João de Barros, o desembargador, escreve no Pôrto

o *Espelho de Casados* para dissipar o «enfadamento das noites de inverno», iniciando um tema de alguma fortuna na nossa literatura quinhentista. Em Évora, André de Rèzende vive num ambiente de sedução clássica, entre livros e antigüidades, reais ou inventadas, — não jornadeava sem levar um moço de enxada —, repousando num jardim tranqüilo, ou passeando num pórtico. A sua casa foi o solar duma pequena república literária, que doutrinou e exortou, sem dúvida com o espírito entusiasta e sensível à admiração que inunda os seus carmes e epístolas.

Sempre curioso, sem orgulho — *Nam ego homo sum quit ut mea libentissime emendari cupio*, escrevia a Jerónimo Cardoso, — Rèzende teve o ideal do sábio antigo, preferindo a tranqüilidade da sua quinta de Valbom à agitação da côrte. No *De vita aulica*, em 1535, debuxa para Damião de Góis o quadro da vida palatina, censurando-a e criticando com a amargura de Petrarca e Lorenzo Valla a soberba e tradicionalismo dos jurisconsultos, que aconselhavam D. João III a preferir os medievos Bártolo, Baldo e Acursio, dissuadindo-o, por considerações práticas, dos poetas, dos oradores e dos filósofos.

El-rei D. Sebastião aos onze anos. Pintura de Cristóvão de Morais. Nas Descalzas Reales, de Madrid. Sôbre êste retrato publicou o dr. José de Figueiredo no fascículo Camoniano da *Lusitânia* (V e VI-1925) uma eruditíssima nota

Esta crítica foi um ditame do seu temperamento, mas ideológicamente constituia como que um corolário da *Oratio pro rostris*. Dialécticos sumulistas e jurisconsultos glosadores pertenciam à mesma família de medíocres, e o destêrro de uns importava o destêrro dos outros. Por isso ao lado de uma renascença das letras clássicas houve uma renascença do direito romano, como ramos do mesmo tronco. António de Gouveia, no *De jure accrescendi*, foi um dos grandes teóricos desta renovação, que as orações *De disciplinarum studiis* de Melchior Beleago e Jerónimo Cardoso também inculcaram.

Évora foi por alguns anos, à sombra da côrte, o lar do humanismo. Como mestre do infante D. Henrique, o futuro cardial-rei, para lá se dirigiu em fins de 1533 Nicolau Clenardo que, a convite do monarca, Rèzende fôra arrancar ao magistério de Salamanca. Nos anos da sua estadia em Évora, de 1534 a Julho de 1537, o sábio diestense, europeu no espírito e nas amizades, privou com André de Rèzende, seu conhecido desde Lovaina, João Petit, doutor parisiense e arcediago da Sé, Jorge Coelho, poeta latino e erudito, Francisco de Melo, «insigne cultor das letras», Francisco Geraldes e António Felipe, médicos e humanistas, o doutor Rui Lopes de Carvalho, Pedro Margalho, Joana Vaz, a poetisa, e Nicolau Chanterene, o escultor.

Estas relações provam a bonomia de Clenardo, e tanto ou mais que a atracção sentimental do seu carácter depõem àcêrca da mentalidade da roda culta da côrte, na qual êle próprio confessa ter encontrado «muitos varões doutos tanto na língua grega como na latina, a ponto que nem na própria Salamanca se encontrará quem as fale tão correntemente.» (Trad. G. Cerejeira).

Quando em 1536 chegou a Évora a notícia da morte de Erasmo, por cartas de Damião de Góis e Joaquim Polites, o trânsito do príncipe do humanismo foi pranteado com sinceridade e comemorado poéticamente na república das letras eborenses por Clenardo, Rèzende, Jorge Coelho e Joana Vaz.

Círculo reduzido, mas fiel, onde não chegara o clamor dos obscurantes e facciosos que confundiam a crítica e religiosidade interior do sábio de Roterdam com a reforma luterana. Dois ou três anos antes, quando D. João III conversava com Damião de Góis àcêrca da vinda de Erasmo para Coimbra, o passamento do estupendo trabalhador teria tido talvez maior ressonância, a despeito da leviana incompreensão de João de Barros opondo, numa pretensa matéria religiosa, a «sandice Erasma» à «razão portuguesa» (*Rop. Pnefma*); mas justamente neste ano de 1536 o patriarca Aires Barbosa imprimia no prelo de Santa Cruz de Coimbra a *Antimoria*, — condenação nítida, embora deferente, do *Elogio da Loucura*, e com a qual tomava consistência a reacção contra a liberdade crítica do humanismo.

A acção pedagógica dos bolseiros, a bem dizer no seu início, não conhecia ainda entraves, e com o patrocínio régio pôde desenvolver-se na renovação do ensino e na fundação de novas escolas.

Em 1535, auxiliado por D. João III, Diogo de Murça fundou um colégio no convento hieronimita da Penha Longa, no qual professou humanidades Inácio de Morais, o poeta do *Conimbricae Encomium* (1554). Volvidos dois anos, transfere-o para o mosteiro de Santa Marinha da Costa, a par de Guimarães, onde os estudos atingem certo brilho, — porém transitório, porque em 1543 o seu principal vinha reitorar a Universidade de Coimbra, para onde o trasladou com o carácter de recolhimento de escolares jerónimos.

Diogo de Murça, um dos grandes nomes da renascença do ensino, de quem o seu professor e amigo de Lovaina, João Driedo de Turnhout, em epístola a D. João III dizia (1533) ser «doutíssimo, de vida integérrima e exímio teólogo», instaurou neste colégio «o método lovainiense.» Nicolau Clenardo visitou-o; e escrevendo a D. João Petit, informava: «Tem êle [D. de Murça] no mosteiro três lentes, todos portugueses. Conheceis já o Bordalo: êste ensina ética logo depois do almôço e a física antes do meio dia; outro ensina dialéctica; e o terceiro, sob cujas bandeiras milita um filho del-rei [D. Duarte], de catorze anos de idade, a retórica. Assisti às lições de todos êles e quiseram-me parecer bastante desempoeirados no seu assunto.» (Trad. G. Cerejeira).

Os mestres da Renascença italiana. — Dante sentado tem na mão o volume das obras de Vergílio. Cavalcanti, Bocacio, Petrarca, Policiano e Ficino. (De *L'Histoire — La vie — Les Mœurs et la Curiosité par l'Image, le Pamphlet et le Document* (1450-1900), por John Grand-Carteret. Paris, 1927, vol. I, e da *Iconographie de l'imprimerie et du livre. Bul. off. des M. Imp.* Paris, 1927). Gravura impressa em Veneza em 1519

Em 1537, estabeleceu em Braga, onde por então viviam «umas trinta pessoas, que se ocupavam de belas-letras» (Clenardo), uma escola latina. Nela professaram Nicolau Clenardo, João Vaseu, de Bruges, e Marcial de Gouveia, e porven-

O exemplo dos jerónimos repetia-se mais ou menos nas outras ordens religiosas. A expansão das humanidades não conhecia limites. O infante D. Henrique,

PARIS EM 1552

A MARGEM DIREITA — A MARGEM ESQUERDA

(Da colecção *Atlas des anciens plans de Paris*, pl. X. da Biblioteca da cidade de Paris, reproduzidos em *La Vie de François Rabelais*, por Jean Plattard, Paris e Bruxelas, 1928)

tura para os seus alunos teria Clenardo imprimido em 1538 as *Institutiones Grammaticae* (Braga), livro *introuvable*.

Coimbra, porém, foi a detentora dêste movimento de difusão e renovação scientífica, que se desenvolveu em três locais famosos : o mosteiro de Santa Cruz, a Universidade e o Colégio das Artes.

Desde o alvorecer da nacionalidade, Santa Cruz fôra sempre um centro de cultura, mas nunca os estudos se elevaram a um plano tão alto como quando Fr. Brás de Barros (ou Braga, 1484-1559) presidiu aos destinos do poderoso mosteiro. Como Diogo de Murça, seu irmão de hábito e amigo desde a escolaridade de Paris e Lovaina, Fr. Brás foi, além de reformador enérgico dos Cónegos Regrantes (desde 1527), um instaurador do ensino das humanidades. Aos seus esforços e valimento junto de D. João III, a esta hora verdadeiro *pai das letras*, se deve porventura o carácter inconfundível de Coimbra, ao convertê-la, numa hora incerta e no choque de ambições, em cidadela de estudos.

Em 1535, segundo a crítica mais recente (M. Brandão), existia já em Santa Cruz de Coimbra, um corpo de mestres de artes, filosofia e teologia, entre os quais «os franceses que vieram de Paris», cujos nomes se ignoram, salvo, talvez, o do helenista Vicente Fabrício. Por quatro colégios, no mosteiro ou à sua volta, — Todos-os-Santos, S. Miguel, Santo Agostinho e S. João Baptista — se repartia o concurso numeroso dos estudantes. A traça dos edifícios e a selecção dos mestres mostram bem a grandeza do plano de Fr. Brás, e quere-se melhor prova que a fundação da oficina tipográfica no próprio mosteiro? Germão Galharde, impressor francês, fôra (1530-1531) o seu organizador, mas já em 1532 eram os cónegos quem compunha e tirava. Famosa sobretudo até 1536, desta oficina saíram vários livros religiosos e de humanidades, entre os quais as *Institutiones... latinarum literarum* (1535), de D. Máximo de Sousa, e, em 1534, o *De Divisionibus et Difinitionibus*, de Boécio, «em que já veem alguns lugares de caracteres gregos perfeitamente trabalhados, que mostram bem quanto floreciam aqueles prelos» (Fr. Fortunato de S. Boaventura).

Sôbre o valor destas escolas, nas quais era «opróbrio falar, salvo em latim ou grego», legou-nos Clenardo um depoimento notável ao recordar na *Epístola aos Cristãos* a sua passagem por Coimbra (1537) :

«Por êsse tempo andava El-rei empenhado em levantar nessa cidade a nova Universidade. ¿Será necessário alongar-me aqui em elogios, quando El-Rei em pessoa cada dia e cada vez mais se impõe por si próprio à nossa admiração? Era tempo de férias ; portanto não havia aulas nas várias disciplinas. Não posso formar um juízo senão da aula de grego, a qual me deixou assombrado com o novo milagre : — Vicente Fabrício comentava Homero, não traduzindo-o de grego para latim, mas como se o fizesse na própria Atenas! Nunca até então eu vira tal em parte alguma. E os discípulos imitavam o mestre com não menor

aplicação, empregando também a língua grega quási exclusivamente. A julgar por êstes presságios, se me é lícito meter a profeta, Coimbra há-de vir a ser um centro florescentíssimo no estudo das línguas. Quanto à teologia, deram-lhe muito brilho três frades, os quais, tendo frequentado esta Universidade apenas alguns meses, disputaram sôbre um tema que lhes foi proposto, com tanta agudeza, que foram seguro testemunho sôbre quão ilustres mestres êles ali ouviam.

Se é certo que a *glória alimenta as artes*, ¿quem não vê que está reservado a Coimbra ainda um dia vir a sobrepujar a própria Salamanca? El-rei também se não poupa a nenhumas despesas, tendo dotado as cadeiras com proventos tão gordos, que em tôda a Espanha não logram os professores melhores salários». (Tr. G. Cerejeira).

A realidade confirmou o vaticínio do humanista. Com a nova fundação da Universidade (1537), a munificência régia «desterrou tôda a barbaridade dêste reino, convocando para a sua cultura homens doutíssimos» (A. Rèzende), assim nacionais, como estrangeiros, de Alcalá, Salamanca, França e Itália. Coimbra reputava-se uma nova Atenas, e desde então a sua história tornou-se inseparável da história da cultura pátria.

ERASMO. Retrato por Holbein. (1497-1543)
(Museu do Louvre, Paris)

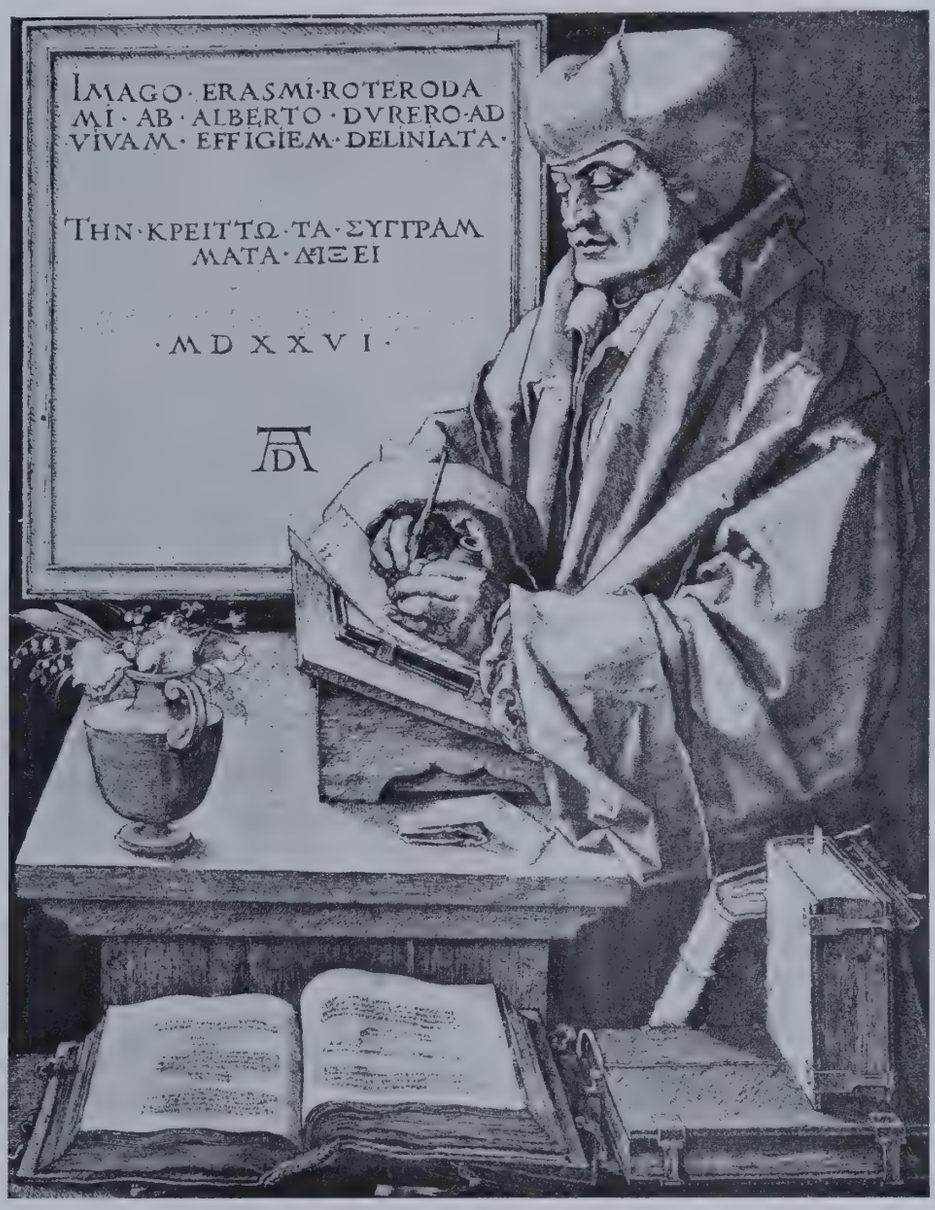
Holbein, além do retrato de Erasmo que se encontra no Museu do Louvre, pintou outro que está na Pinacoteca, em Parma. Retratos de Erasmo há muitos, recordando-nos uma gravura impressa em Bale, «Erasmo e o seu amigo Cognat ou Cousin», que foi seu secretário de 1529 a 1535; outra atribuida a Quentin Metsys (1522); um retrato em cobre por Henrique Hondius publicado na Haia em 1603; e uma estátua antiga em Roterdam. Erasmo, apodado hoje o *Voltaire do século* XVI, foi o escritor mais conhecido do seu tempo

A nova Universidade era o lar dos estudos maiores; mas em 1541 o reitor Diogo de Murça fazia sentir ao rei a deficiência nos «princípios de latinidade». Para a obviar, sem dúvida, e simultâneamente para evitar a emigração de bolseiros, e por ela o contágio luteranista, D. João III completou a reforma universitária com a fundação em Coimbra, *magna cura et impensis* (Buchanan), do Colégio das Artes.

André de Gouveia, grande pedagogo da Renascença e então principal do *Collège de Guyenne*, foi o organizador emérito da nova escola, cujas aulas de latim, grego, hebraico, matemática e filosofia se inauguraram solenemente em 21 de Fevereiro de 1548 com a *De liberalium artium studiis oratio*, de Arnaldo Fabrício (Coimbra, 1548). Verdadeiro Colégio Rial, cuja independência da inspecção universitária significava não só o desembaraço administrativo mas a emancipação da tutela teológica, a sua fundação representou como que a réplica portuguesa do *Collège de France*. Os estatutos de Paris e de Coimbra «quási todos são uns», dizia-se, e para além da semelhança do regimento André de Gouveia quási transplantara em Coimbra um colégio francês. Com êle vieram de Bordéus Nicolau Grouchy, comentador de Aristóteles e futuro tradutor de Castanheda, Guilherme Guerente, Arnaldo Fabrício, Elias Vinet, arqueólogo e matemático, Jorge Buchanan, grande humanista, poeta e historiador escocês, e seu irmão Patrício, os portugueses Diogo de Teive, João da Costa e António Mendes, aos quais agregou, dos mestres estantes em Portugal, seu irmão Marcial de Gouveia e Mestre Eusébio. O Colégio das Artes foi a última grande fundação de D. João III — porém efémera, porque o rei como que se temeu da própria obra.

Em 9 de Junho de 1548 morreu André de Gouveia, e nos dois anos posteriores a vida dos bordaleses de tudo conheceu: suspeitas, competições, invejas, lutas do principal, e por fim a prisão, nos cárceres da Inquisição, «por sentirem mal da fé e serem da seita de Lutero», de João da Costa, o principal, Diogo de Teive e Jorge Buchanan. Acusação exacta para êste, como ao depois se viu, mas não para aqueles, que a-pesar-de familiares de luteranos, e indulgentes para os inovadores e inovações, jámais transpuseram a religiosidade interior que o evangelismo parisiense advogou.

Em 1555 o Colégio das Artes, já desfigurado, teve o seu termo natural: a entrega à Companhia de Jesus. Nascera sob o signo da contra-reforma, e as vicissitudes e dramas da sua história não são mais do que uma conseqüência da nova ideologia triunfante. Começa então, francamente, o reinado da *Ratio studiorum*. Heitor Pinto, na *Imagem da vida cristã*, faz-lhe ainda o elogio; mas escreve no pretérito, objecto de história, que não realidade viva, e ao ritmo de quem julga um acontecimento do passado ou evoca uma recordação da mocidade. O humanismo não fôra apenas erudição e culto da letra. O que o torna inconfundível e sem par é a confiança na natureza e no homem, e pelo desenvolvimento da consciência, a projecção para o futuro. Formalmente, o humanismo triunfara: a contra-reforma herdou-lhe os métodos. A heroica coragem de afirmar e a alacridade do espírito, porém, entravam num crepúsculo, e em vez da criação livre, o confinamento e a atitude comentadora, por vezes notável e até com repercussão europeia, como nos comentários aristotélicos dos *Conimbricenses*.



ERASMO. — Retrato do natural por Alberto Dürer, 1526. (De *L'Histoire — La Vie — Les Mœurs et la Curiosité par l'Image, le Pamphlet et le Document* (1450-1900), por John Grand-Carteret. Paris, 1927. Vol. I

DO NACIONALISMO E UNIVERSALISMO DA ARTE PORTUGUESA NOS SÉCULOS XV E XVI

Carácter da nossa antiga escultura e ourivesaria e novas provas da universalidade da segunda destas artes

BIBLIOGRAFIA: — José da Cunha Taborda: *Regras da Arte da Pintura;* Cirilo Volkmar Machado: *Colecção de memórias relativas às vidas dos pintores;* Raczynski: *Les arts en Portugal, Dictionnaire Historico-Artistique;* Carl Justi: *Miscellaneen aus drei Jahrunderten Spanischen Kunstlebens;* Joaquim de Vasconcelos: *Da Pintura Antigua,* tratado de Francisco de Holanda; *Táboas da pintura portuguesa no século* XV (*Comércio do Pôrto,* 27 e 28 de Julho de 1895), *Relação da embaixada flamenga e viagem de Jehan Van Eyck a Portugal, Arte Religiosa, Arte românica em Portugal, Albrecht Dürer;* Sousa Viterbo: *Notícias de alguns pintores portugueses* (3 séries), *Artes e artistas em Portugal, O orientalismo em Portugal no século* XVI, *Dicionário dos arquitectos;* Albrecht Haupt: *Die Baukunst der Renaissance de Portugal;* Watson: *Portuguese arquitecture;* E. Bertaux: *La Renaissance en Espagne et en Portugal;* António A. Gonçalves: *Estatuária Lapidar;* José de Figueiredo: *O Pintor Nuno Gonçalves, Nuno Gonçalves e as Tapeçarias de Pastrana* (comunicação à Academia das Sciências, em 1915), estudos sôbre *Gregório Lopes, Jorge Afonso* e *Frei Carlos,* na revista *Lusitânia;* Reinaldo dos Santos: *As Tapeçarias da Tomada de Arzila, A Tapeçaria de Tânger,* na revista *Lusitânia; A Tôrre de Belém;* D. Elias Tormo e D. Francisco J. Sanchez Canton: *De la pintura antigua,* por Francisco de Holanda; D. Francisco de Borja de San Roman: *Alonso Sanchez Coello, ilustraciones à sua biografia;* Agostinho de Campos: *Fernão Lopes* (3 vol.); David Lopes: *Crónica dos Reis de Bisnaga; Boletim de arte e arqueologia.*

Como sucedeu por tôda a parte, o desenvolvimento da escultura em Portugal precedeu o da pintura, é isso já porque essa arte plástica está mais íntimamente ligada à arte mãe, a arquitectura, já porque a sua técnica, menos complexa e hermética do que a da pintura, é de mais fácil e rápida apreensão. Depois e embora a técnica da pintura a óleo portuguesa mais antiga que conhecemos, os painéis de Nuno Gonçalves, divirja da flamenga e italiana e seja especialmente caracterizada, ela não podia contudo deixar de reflectir, pelo menos em parte, a evolução da técnica alheia e de lhe estar por isso adstrita; e a pintura, é claro, tanto na Itália

como nas Flandres, só muito depois da escultura é que entrou na posse dos elementos que fizeram dela a arte nobilíssima que hoje é.

Tendo começado, no fim do século XIII, graças a Simão Martini e a Giotto «não a ressurgir mas a mover-se um pouco na cova onde estava», como escreve na sua «Pintura antiga» o nosso Francisco de Holanda, que esquece assim o que um e outro dêstes artistas deviam já a Cimabue, é, na verdade, no começo do século XV, e não na Itália mas nas Flandres, com os Van Eycks, que verdadeiramente se afirmou a pintura a óleo como hoje a consideramos. E isto basta para, sob o ponto de vista da sua evolução, se poder marcar o lugar de uma em relação à outra, pois a escultura era já há muito em Itália e sobretudo em França a maravilha que nos mostra a obra dos seus grandes mestres dos séculos XII, XIII e XIV. Especialmente nestes dois últimos séculos, a escultura de «l'Ile de France» eleva-se ali até ao mais alto ponto, juntando por assim dizer à pureza dos melhores períodos gregos um movimento e uma graça que a tornaram inigualável.

Portanto e ainda que conservássemos documentos picturais da mesma época, o que infelizmente não sucede, nada com certeza poderíamos apresentar de pintura portuguesa que representasse como cultura artística o que representam para nós o túmulo do Bispo D. Gonçalo Pereira, da Sé de Braga (1.ª metade do século XIV), e os de D. Pedro e D. Inês, do mosteiro de Alcobaça (meados do mesmo século).

Com uma das nossas mais nobres artes decorativas, a ourivesaria, o caso é diferente. País outrora rico de minério precioso, de onde procedem, conjuntamente com a Irlanda as peças de oiro mais importantes da idade dos metais (cêrca de 1800 anos antes de Cristo), a nossa ourivesaria medieval, que produziu, no século XII, o admirável cálice de oiro, do museu de Coimbra, e alguns anos mais tarde, no começo do século imediato, a maravilha que é a cruz processional da Santa Cruz da mesma cidade, tornou-se tão famosa que, ainda antes do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, era já conhecida e considerada lá fora nos centros mais cultos (1). Nenhuma melhor prova podíamos dar disso do que o inventário que abaixo transcrevemos e que é agora e pela primeira vez impresso e divulgado em Portugal. É êle de 1457 e refere-se a peças do Palácio de S. Marcos, de Veneza, ou seja de um dos mais célebres centros de arte do mundo na época:

RETRATO DE NICOLAU CLENARDO, humanista notável chamado a Portugal por D. João III para mestre do Infante D. Henrique. Ret. da *Académie des Sciences et des Arts*, de Bullart, 1695, tomo I, rep. no livro do Dr. M. Gonçalves Cerejeifa *O Renascimento em Portugal. Clenardo. (Com a tradução das suas principais cartas)*. Coimbra, 1917 e 1918, 2 vols. reeditados em 1. Coimbra, 1926. Fac-símile da assinatura de Clenardo

«Una cupa magna cum pede, argentea deaurata, de factura Portugalie, cum coopertorio suo sine armis.

«Unum bacille magnum argenteum deauratum de factura Portugalie, valde pulcrum, cum armis, r. d. cardinalis.

«Duodecum tacee deaurate et sculpte, pro fructibus, de factura Portugalie, cum duobus mensibus.

Una confecteria sine pede sculpta, argentea et deaurata ab intus, de factura Portugalie, com armis ipsius cardinalis (2)».

(1) Às razões já dadas por nós há anos (*Atlântida*, n.º 2), para explicar a perda de muitas das nossas antigas obras de arte, há agora a ajuntar, pelo que respeita à ourivesaria anterior aos meados do século XV, a fundição efectuada em 1476 para acudir às despesas da guerra com Castela. O registo dos respectivos documentos, feito pelo erudito investigador sr. João Lopes de Faria na benemérita *Revista de Guimarães* (vol. 32, n.º 2, 1922), tem ainda valor por mostrar também a importância de algumas das peças destinadas, e depois escapas, àquela fundição.

(2) «Uma taça grande com pé, de prata dourada, trabalho português, com sua tampa, sem armas.

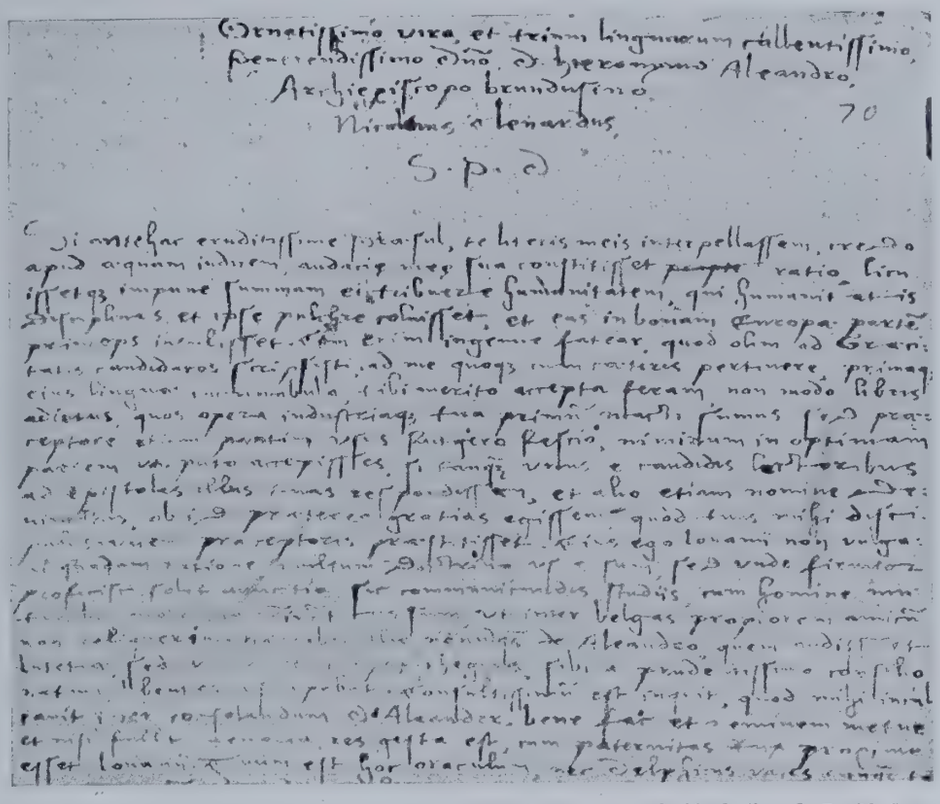
Uma bacia grande, de prata dourada, trabalho português, muito linda, com as armas do Rev. D. Cardial.

Doze fruteiras douradas e esculpidas, trabalho português, com dois *pés*. (Supomos que a palavra *mensibus* (meses), que não faz sentido, deve ser confusão com a palavra *pedibus*).

Uma compoteira sem pé, esculpida, de prata e dourada interiormente, trabalho português, com as armas do mesmo cardial.»

As palavras «de factura Portugaliae» tanto podem significar «trabalho português», como «trabalho à portuguesa», isto é o que imitava o que era feito em Portugal. Mas significando uma ou outra coisa, a conclusão a tirar é a mesma, ou seja a da fama que a nossa ourivesaria já então tinha lá fora.

Descoberto o caminho marítimo para a Índia, com a riqueza que êsse facto nos trouxe e sobretudo com a vinda para cá do oiro e das pedras preciosas trazidas das diversas partes da Ásia, a terra portuguesa, e em especial Lisboa, tornou-se uma excepcional oficina da especialidade, a que acorreram de todos os lados do mundo os melhores ourives, joalheiros e lapidários. E a celebridade da nossa ourivesaria, é claro, ainda mais aumentou. Os factos do século XVI que a comprovam são bem conhecidos dos eruditos. A êsses ajuntaremos nós agora mais um, e valiosíssimo, o da referência que lhe é feita, em 1541, no testamento de um diplomata notável, Jean de Langeac, que, para mais, nasceu e foi Bispo em Limoges, cidade das mais célebres em França pela sua arte da ourivesaria. Enumerando os diversos legados, diz, entre outras coisas, o testador:



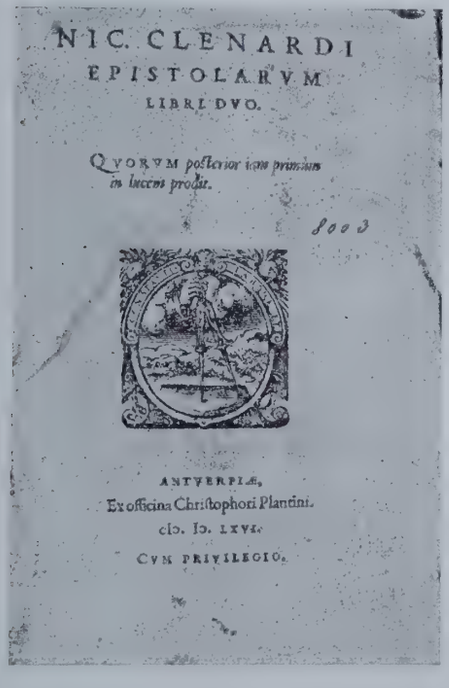
FAC-SIMILE DE UM TRECHO DA CARTA DE CLENARDO AO CARDIAL ALEANDRO reproduzida do livro do Dr. M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, para onde foi fotografada do original autógrafo que se encontra no Arquivo do Vaticano

«A nostre nepveu Françoys, seigneur du Langhac, nostre héritier soubznommé, avons donné à lui et aux siens cinq pièces de vayselle d'argent doré à ouvraige de Portugal, qui sont deux bassins, deux esguières et une couppe avec une esguière d'agatte».

Nuno Gonçalves e Fernão Lopes; identidade do carácter e do significado da obra dum e doutro

Não é preciso esperar até aos anos de quatrocentos para se poder marcar às nossas artes plásticas o seu carácter especial e próprio e a identidade dessas suas características com as que distinguem as nossas artes literárias de igual período. De facto, na escultura e na ourivesaria de períodos anteriores a êsse, o naturalismo doce e elegíaco dos nossos poetas reflecte-se já de modo iniludível na sobriedade e doçura com que êsses nossos artistas compõem e realizam e na expressão e sentimento com que animam as suas obras, sobretudo quando intervem nelas a figura humana.

Mas a-pesar disso é contudo só mais tarde e no meado do século XV, quando as nossas artes plásticas e literárias mais se particularizam, que êsse paralelismo se torna mais nítido e evidente. E é êle então assim tão completo e superior como mesmo talvez nunca mais o tenha tornado a ser. É que a época era excepcional e excepcionais também os seus melhores expoentes, ou sejam as nossas duas mais nobres afirma-



FRONTISPÍCIO DAS CARTAS DE CLENARDO, editadas em Antuérpia por Ch. Plantin. É livro raríssimo, verdadeira preciosidade bibliográfica, de que existe um exemplar na Bib. da Univ. de Coimbra

CRISTÓVÃO PLANTIN, tipógrafo notável que editou o vol. das *Cartas*, de Clenardo. (1514-1589). Da *Acad. des Sciences et des Arts* de Bullart, rep. no livro *O Renascimento em Portugal*, do Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira

João Fernel. — Médico e professor em Paris (1497-1558). Matemático, astrónomo, médico de Diana de Poitiers e de Henrique II, foi um notável propulsor das ideas do Renascimento. Retrato da edição das suas *Obras*

ções culturais dêsse período: — Fernão Lopes e Nuno Gonçalves.

Tudo o que, na verdade, engrandece e singulariza um engrandece e singulariza o outro, marcando-os igualmente o mesmo naturalismo sàdio e forte, só menos áspero e mais tocado de espiritualismo no pintor, o que se explica pela sugestão religiosa que não podia deixar de imprimir-lhe o destino da sua obra e ainda pela necessidade de síntese que a modalidade da sua arte lhe impunha, visto ter de *dizer* em meia dúzia de *páginas,* tantas são as tábuas em que pintou, o que o cronista podia contar e desenvolver em muitas dezenas ou mesmo centenas delas.

Mas onde o *simile* é inteiro e perfeito é no espírito e carácter nacionais que a obra de um e outro revela, espírito e carácter então únicos na Europa em manifestações culturais como esta. E êste espírito e carácter afirmam-se tão idênticos num e noutro que, ao ler-se o que, em 1839, Herculano diz do cronista quando, no «Panorama», compara Fernão Lopes a Garcia de Rèzende, parece estar-se a ouvir, feita pelo grande historiador português, a descrição do políptico do admirável pintor de D. Afonso V, políptico de que Herculano aliás nem sequer suspeitava a existência. Herculano escreve: «Na crónica de Fernão Lopes há a história de uma geração: é um quadro imenso de muitas figuras no primeiro plano. Nos degraus do trono de D. João I estão sentados guerreiros, *sabedores,* e monges, e clérigos, e povo que tumultua e brada com voz de gigante: *Pátria!* Ao pé da imagem homérica de Nunalvares, vê-se a fronte serena e santa do arcebispo de Braga, a face meditabunda e enrugada de João das Regras, e os vultos temíveis do Ajax português, Mem Rodrigues, e do esforçadíssimo Martim Vasques e tantos outros cavaleiros a quem difícilmente sobrepuja o rei popular, o mestre de Avis. O cronista faz-nos acompanhar as multidões, etc.»

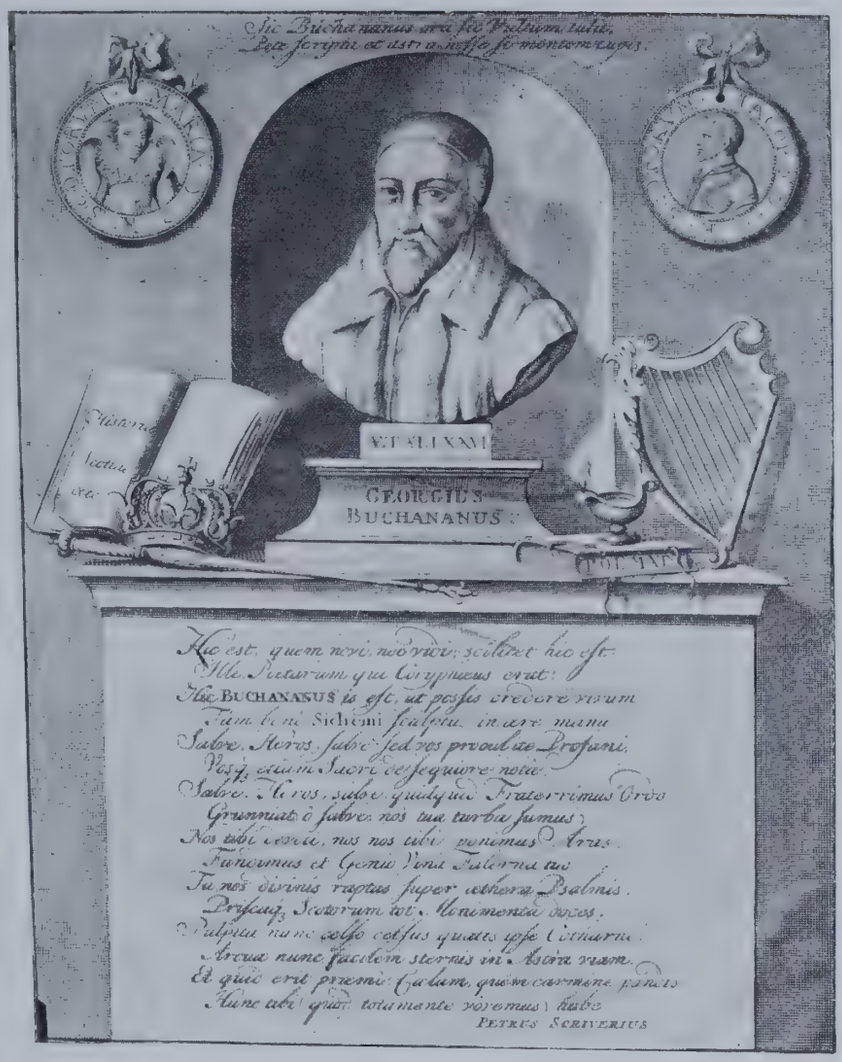
Querem, através da sugestão que a Herculano dá a obra do nosso grande cronista do século de quatrocentos, evocação literária mais perfeita do nosso grande pintor do mesmo século? Não creio que a possa haver. Falta, é certo, nos painéis, o trono em que Herculano imagina sentado D. João I; mas o neto do grande rei e ilustre rei êle mesmo, está já ali e não apenas como rei mas como um dos nossos mais nobres e esforçados batalhadores, tendo junto de si, com o Infante D. Henrique, o mais ilustre de entre os gloriosos filhos do mestre de Avis, muitos dos melhores «guerreiros, *sabedores,* e monges e clérigos e o povo», que se não tumultuam e bradam, como os supõe Herculano na sua evocação, e antes se recolhem contritos no respeito do Santo que veneram, não deixam contudo, e ainda talvez mais fortemente por isso mesmo, de nos fazer sentir que o pensamento que ali os une e anima é o mesmo vislumbrado por Herculano: *a Pátria!*

E para que nada falte do que sonhou Herculano, se já se não podem ver nas tábuas, como o historiador queria, a imagem homérica de Nunálvares e as de alguns dos seus mais heróicos companheiros, temos entretanto nelas, ao lado dêsse semi-Deus que foi o solitário de Sagres e do moço Príncipe que havia de ser o maior continuador da sua obra, alguns dos nossos melhores homens de armas e marinheiros, que, ainda fortes da fé de um mundo a acabar, entreviam já aquele que a mão forte dessa criança lhes ia em breve desvendar.

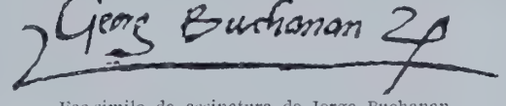
E a razão desta admirável identidade é afinal bem simples. Eram as mesmas causas a produzir os mesmíssimos efeitos; e essas causas definiu-as admirávelmente, no

Luís Vives. — Sábio espanhol natural de Valência. (1492-1540) Foi grande amigo de Erasmo e preceptor de Maria Tudor durante alguns anos

século XVIII, um dos mais ilustres académicos de então, Francisco Dias Gomes, quando, explicando Fernão Lopes escreve, parafraseando Pedro Nunes, que, «novos astros, novos mares e costas, novas ilhas, novos mundos, enchem de admiração todo o Universo. Tantas e tão notáveis circunstâncias, tantos e tão pasmosos acontecimentos quais nunca até aqueles tempos vira o mundo, fizeram aparecer de repente na face do globo uma nação nova e um novo idioma». Portugal constituido definitivamente no século XII, nos limites que hoje tem e com uma coesão que lhe era imposta de um lado pela vizinhança de Castela e do outro pelo mar, era, pelo facto dessa sua *constituição*, um caso único na época, na Europa, que a sua situação no extremo da Península, tornava ainda mais excepcional. E foi essa situação e o destino que ela lhe trouxe, lançando-o através dos mares, primeiro à conquista de África e depois ao descobrimento de novos mundos que, com a conseqüente consciência do seu esfôrço e de si mesmo, tornou possíveis obras como as que nos deixaram Fernão Lopes e Nuno Gonçalves.



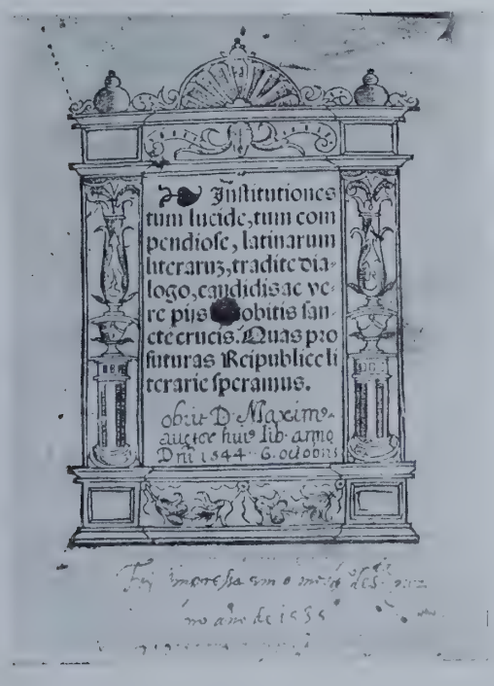
O HUMANISTA JORGE BUCHANAN prof. do Colégio das Artes, de Coimbra (Da *Buchanani ... Opera omnia*, Leyde, 1725). A admiração do vulgo séculos depois.



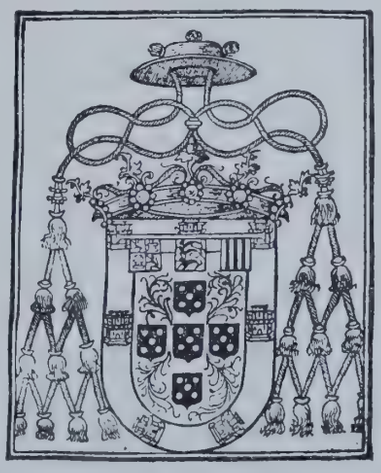
Fac-simile da assinatura de Jorge Buchanan

Teve Nuno Gonçalves relações com Fernão Lopes, como as teve certamente com Azurara, a quem retratou nos painéis de S. Vicente depois de, cêrca de 1542, ter fornecido o retrato do Infante que serviu para a iluminura da «Chronica do descobrimento e conquista da Guiné»? De presumir é que sim, pois em 1450 foi nomeado Nuno Gonçalves pintor do rei e, em 1451, ainda Fernão Lopes era guarda das escrituras da Tôrre do Tombo.

E assim, e levados de novo pela sugestão de Herculano, vemo-nos a dentro do velho Paço da Alcáçova, onde o historiador se supõe também conduzido pela mão do cronista, e sem esfôrço visionamos o pintor e o escritor conversando, ou antes aquele ouvindo êste com o respeito que o saber, os maiores anos e a autoridade e situação oficial de Fernão Lopes não podiam deixar de merecer-lhe. E a tornar mais completa esta visão vem-nos à memória a carta que, alguns anos mais tarde, entre 1461 e 1464, Afonso V escreveu a Azurara, sucessor de Fernão Lopes na Tôrre do Tombo, e em que o monarca, sentindo não poder mandar-lhe o seu *vulto pintado*, dava lugar primacial aos homens que, como Azurara, tinham o *carrego* de escrever os factos dignos de me-



ROSTO DA GRAMÁTICA LATINA DE D. MÁXIMO DE SOUSA, impressa no Convento de Santa Cruz de Coimbra, em 1535, a primeira gramática latina impressa em Coimbra



ARII BARVOSAE
Lusitani Antimoria.

Eiusdem nonnulla Epigrammata.

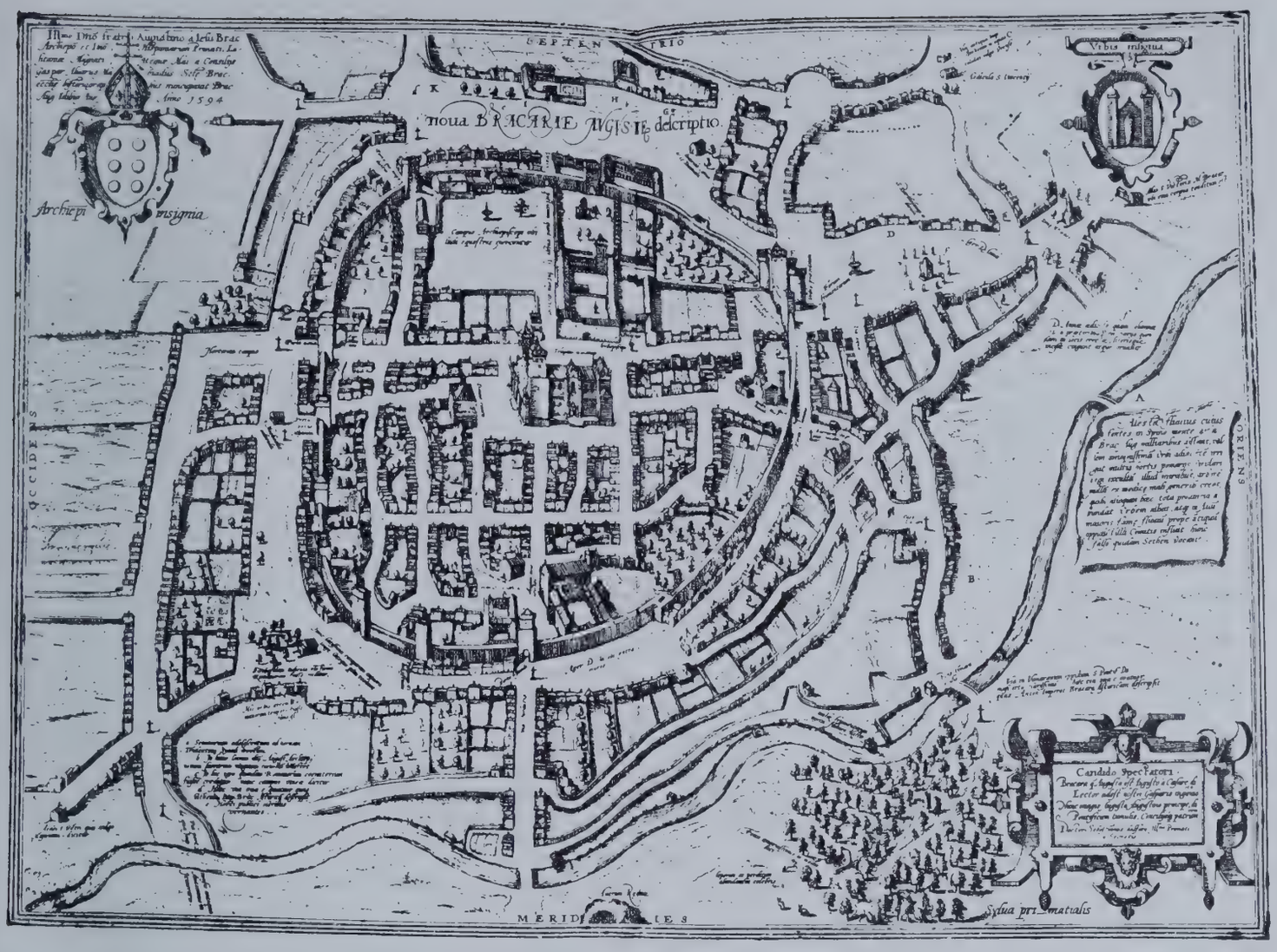
PORTADA DA «ANTIMORIA» DE AIRES BARBOSA, impressa no Convento de Santa Cruz de Coimbra, em 1536. Brasão do Cardial-infante D. Afonso? Existem exemplares na Biblioteca da Universidade de Coimbra e na Nacional de Lisboa. Dêste raro livro se pode ler a descrição na obra de António J. Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. É livro raro e muito apreciado.

COIMBRA NO SÉCULO XVI. (Da obra de Braunio, *Civitates orbis terrarum*, Colónia, 1572)

Esta planta quinhentista permite rápidamente, hoje que conhecemos a vida universitária da época pelos livros de Teófilo Braga, Gonçalves Cerejeira, Mário Brandão, Joaquim de Carvalho, Sousa Viterbo e outros, visionar a cidade mãe da cultura portuguesa. Coimbra aparece-nos assim em plena luz pela identificação precisa dos seus edifícios e pelo que nos evoca topográficamente

Fac-simile da assinatura do rei D. João III

Esta planta, que é também subsídio iconográfico, pela representação de dois dos seus escolares, é um documento precioso, o primeiro que sôbre Coimbra se conhece. Acreditamos que ela deve agradar a todos que não teem à mão da consulta ou não possuem o raríssimo livro quinhentista do celebrado Braunio, que tão bons serviços com a sua obra nos prestou



PLANTA DA CIDADE DE BRAGA (Bracara Augusta). — Da obra de Braun, Bruin ou Braunio, publicada em Colónia em 1572, *Civitates orbis terrarum*

Como o arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa determinasse fundar na cidade uma escola de latim, «não uma vulgar escola qualquer, mas onde se aprendesse o latim com o maior êxito e brilho», consultou Nicolau Clenardo que nela estava, e êste indicou-lhe para a dirigir João Vaseu, mestre em Salamanca. E Nicolau Clenardo, de 1537 a 1538, esteve em Braga orientando o ensino, até que Vaseu tomou a direcção do colégio, que não deixou de ser notável e até popular

mória dos Príncipes ou Capitães capazes de tais acções.

Como quer que seja e à semelhança do que se dá com a de Fernão Lopes, a obra de Nuno Gonçalves, grande como pintura entre as maiores dessa arte em todos os tempos, é, mais do que isso e pelo que respeita ao seu significado histórico, única no mundo. Nesse ponto, nenhuma do seu tempo se lhe pode, na verdade, pôr a par, pois a mais celebrada sob êsse aspecto, o painel de «Nostra Dona dels Concellers», de Dalmau, do Museu de Barcelona, pobre e apagada imagem como obra de pintura em comparação com ela, não ultrapassa como significado a afirmação do sentimento municipalista, o que, sendo ainda muito restrito, é aliás já excepcional na época. E assim é preciso transpor o século XVII, aonde o artista, mesmo na Holanda, não vai ainda além do agrupamento das corporações, e após êsse, o século XVIII, para se lhe poder achar *similes,* mas já sem a mesma contida e vibrante pureza, no século XIX. É só realmente neste século e com a eclosão do romantismo que a história entra de facto na pintura com tal significado. Nesse ponto, portanto, como aliás em outros técnicos da sua arte, Nuno Gonçalves foi, na verdade, um grande e nobilíssimo precursor.

O mar e o Oriente na arte portuguesa dos séculos XV e XVI

Dos dois elementos comuns à nossa arte e literatura do período áureo, e um conseqüência do outro : o mar e o Oriente ; o primeiro, depois de ter feito a sua aparição nos poetas do cancioneiro, surge, no meado do século XV, em tôda a fôrça do seu bom e doce realismo na obra de Nuno Gonçalves.

Traduzido do natural, o mar serve de facto de primeiro plano ou fundo, ou de uma e outra coisa aos quatro cartões que o artista fêz para as tapeçarias da Tomada de Arzila e Ocupação de Tânger, como piso e altar dos marinheiros e guerreiros que povoam as naus da armada que interveio nesses feitos de guerra. E se nos seis painéis pintados que nos ficaram de Nuno Gonçalves e de onde o artista, numa intuição de génio, baniu todo o pitoresco, o mar não se *vê* ali, nem por isso êle deixa de estar aí também presente, e talvez por isso mesmo de forma ainda mais superior. É que não é preciso pintar o mar para se fazer obra de marinhista. Na máscara de um marinheiro ou no costado de um barco abandonado na praia e que o mar marcou do seu contacto típico e inapagável, o verdadeiro marinhista

consegue dar-nos o mar com todo o seu forte e absorvente poder.

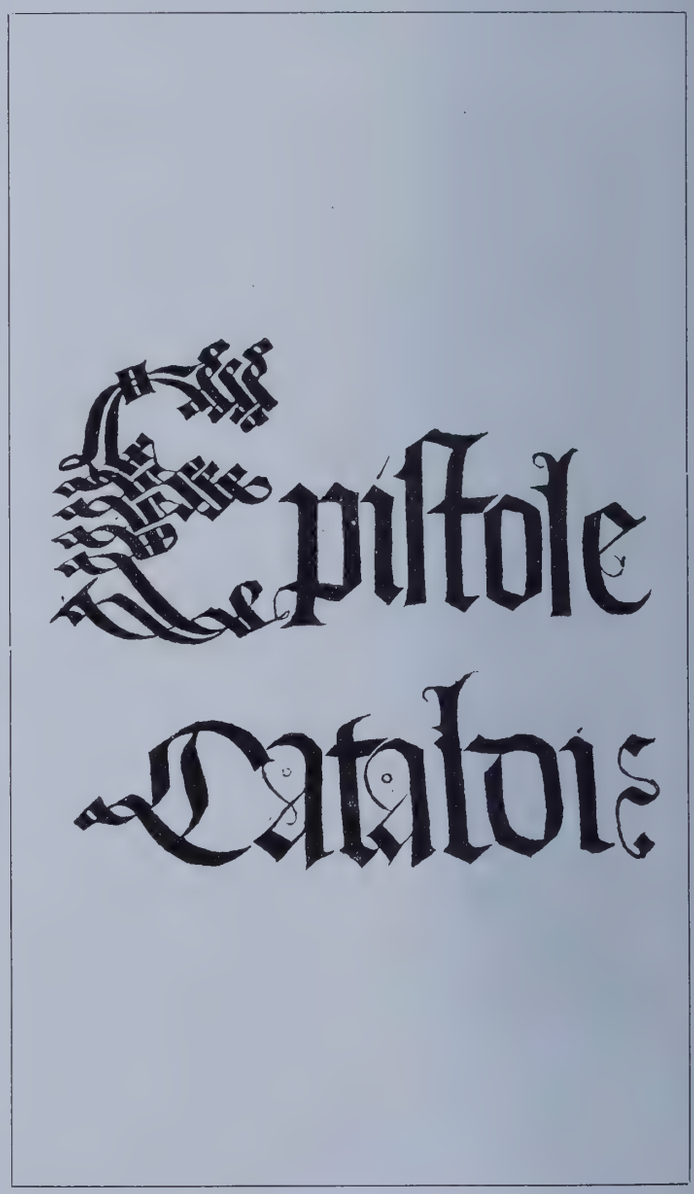
E o Infante e os companheiros do Infante, uns e outros com a pele queimada do sol e dos ventos da costa e do mar alto, e êstes para mais envergando o varino de burel ainda hoje usado pelos pescadores e mareantes do norte

Portada do Comentário de Martinho de Figueiredo ao *Prólogo das Histórias naturais*, de Plinio, impresso em Lisboa na oficina de Germão Galharde em 1529. É dedicado a D. João III e existe um exemplar na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Curiosa pela representação de um professor da época com o seu capelo

do país, e os pilotos e mestres de pescadores envoltos nas redes como em manto rial, tôdas essas figuras, sem esquecer a personagem que de rojos e com as pálpebras roídas de blefarite reza num rosário de camândulas feitas de espinha de peixe, ao lado das outras que enchem os painéis, são talvez das mais belas que o grande mestre realizou e provam bem que o mar esteve sempre, e pelo menos em espírito, presente ao artista quando êle realizou a sua obra.

*
* *

Nas tábuas que nos ficaram dos continuadores mais próximos de Nuno Gonçalves, incluindo Jorge Afonso, o mar não aparece, e a primeira vez que êle nos surge de novo é no reinado de D. Manuel, mas na obra de um iluminador, ou seja a de um dos colaboradores do «Livro de Horas» a que se dá o nome daquele rei e que foi começado a realizar em 1517. Vemo-lo primeiro na página dedicada a S. João Evangelista, em cuja cercadura o artista, dando um aspecto de Lisboa, reproduz com a maior fidelidade o Paço Rial da Ribeira e nos conduz, Tejo abaixo, até ao Oceano, como se quisesse mostrar assim e de forma concreta a importância que Lisboa já então tinha como cabeça que era do nosso vastíssimo império de além-mar. As naus e as demais embarcações aí figuradas, tanto as que navegam no rio como as que estão arrumadas junto a um dos molhes da praia fronteira ao Palácio, e, mais do que essas, o navio fantástico que o artista imagina para além da scena e de que se percebe



Rosto da raríssima edição das *Epístolas*, de Cataldo Aquila Sículo, impressas em Lisboa em 1500. (Exemplar da Biblioteca da Universidade de Coimbra)

só a ponta de um enorme mastro, emergindo ao alto da composição como corôa e remate dela, tornam ainda mais sugestiva e grandiosa essa pequena e preciosa página.

Mais interessante e sugestiva é, porém, a iluminura que, algumas fôlhas mais adiante, decora a página con-

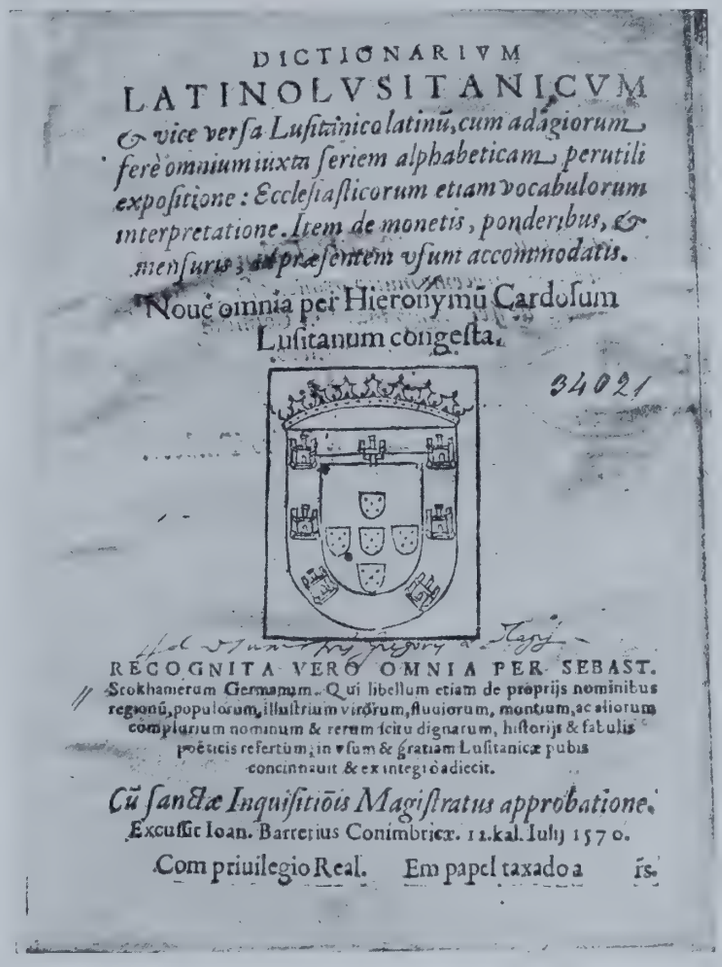
sagrada a Santa Bárbara. No centro, o artista representa a scena tradicional da degolação da Santa pelo pai, sem nada de especial a não ser o sabor oriental do trajo e arma do algoz. Na cercadura fêz contudo já obra diversa ; e esta sua evocação da tempestade a que preside o Padre Eterno, com os ventos soprados de entre nuvens pela bôca raivosa de arcanjos em fúria e as naus e batéis desarvorados e quási submergidos do vendaval, dir-se-hia uma primeira e não menos impressionante visão do famoso episódio do gigante Adamastor, tão belamente cantado por Camões. O carácter estritamente religioso da scena, sem mesclas de eruditas e rebuscadas mitologias, dá-lhe, a nosso ver, maior e mais bárbara grandeza.

Se outras razões mais técnicas e especiais não tivéssemos para isso, bastava o carácter destas iluminuras para se lhes marcar o seu autor. É que poucos anos depois, o mesmo artista, em obra que já identificámos, afirmava

Rosto do raríssimo livro *Epistolarum familiarium libellus*, de Jerónimo Cardoso, impresso em Lisboa por João Barreira em 1556. Só se conhece o exemplar cujo frontispício reproduzimos e que existe na Bib. Pública de Madrid. Havia notícia de um exemplar que pertenceu ao marquês do Alegrete, Manuel Teles da Silva, que é o a que se refere Leitão Ferreira. É livro da maior raridade, referido por Joaquim de Vasconcelos e descrito por Anselmo Braamcamp Freire

igual espírito e o sentimento e conhecimento particularíssimo do mar e das coisas que entre nós e na época diziam respeito a êste. Referimo-nos a Gregório Lopes, genro de Jorge Afonso e pintor régio como êle. Gregório Lopes é o autor do tríptico feito cêrca de 1519 para o altar de Santa Auta do convento da Madre de Deus, de Lisboa, e é êle também o autor do painel pintado depois de 1521, representando a armada portuguesa que levou a Infanta D. Beatriz a Saboya. É êste pintor assim o nosso grande marinhista da época, e como tal e se não tivesse o seu lugar já marcado como ilustre artista que é (retábulo de S. Bento, do museu de Lisboa, retrato-desenho do museu de Chantilly e, entre outras, a sua série de Santos de Santa Cruz de Coimbra), bastaria êsse facto para lhe dar um lugar de destaque entre os melhores pintores do seu tempo, nacionais e estrangeiros.

Na verdade, a visão admirável que o artista, sobretudo no seu painel da viagem da Infanta D. Beatriz, revela


DICTIONARIVM
LATINOLVSITANICVM
& vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum
ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili
expositione: Ecclesiasticorum etiam vocabulorum
interpretatione. Item de monetis, ponderibus, &
mensuris, & præsentem vsum accommodatis.
Nouo omnia per Hieronymũ Cardosum
Lusitanum congesta.

34021

RECOGNITA VERO OMNIA PER SEBAST.
Stokhamerum Germanum. Qui libellum etiam de proprijs nominibus
regionũ, populorum, illustrium virorum, fluuiorum, montium, ac aliorum
complurium nominum & rerum scitu dignarum, historijs & fabulis
poëticis refertum, in vsum & gratiam Lusitanicæ pubis
concinnauit & ex integro adiecit.

Cũ sanctæ Inquisitiõis Magistratus approbatione.
Excussit Ioan. Barrerius Conimbricæ. 11. kal. Iulij 1570.

Com priuilegio Real. Em papel taxado a rs.

Rosto do Dicionário Latino-Português, de Jerónimo Cardoso, impresso em Coimbra por João de Barreira em 1570. Descrito sob o n.º 208 na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século* XVI, por A. J. Anselmo

das águas e da atmosfera marítima e a sua maneira de, em tal meio, agrupar e compor, bem como a posse da dificílima perspectiva aérea que tal pintura exige, e ainda o rigor com que são desenhadas e dadas tôdas as embarcações que reproduz, desde as grande naus até às mais pequenas fustas e batéis, tudo isso é mais que suficiente não só para lhe marcar o grande lugar a que tem direito como nosso marinhista, mas ainda para ser tido como o verdadeiro precursor dos mestres da especialidade lá fora, especialmente da Holanda, no século XVII.

Com as obras pintadas e iluminadas de outros artistas portugueses da época, perderam-se certamente muitas de Gregório Lopes, cuja actividade artística foi longa, estando pelo menos comprovada em cêrca de 35 anos. O que nos ficou dela basta contudo para mostrar que os escritores coevos, ou se chamassem João de Barros ou Gaspar Correia, ou não tivessem sequer nome, como alguns dos anónimos autores da História trágico-marítima, tiveram na obra dêsse artista a imagem plástica e viva dos factos e

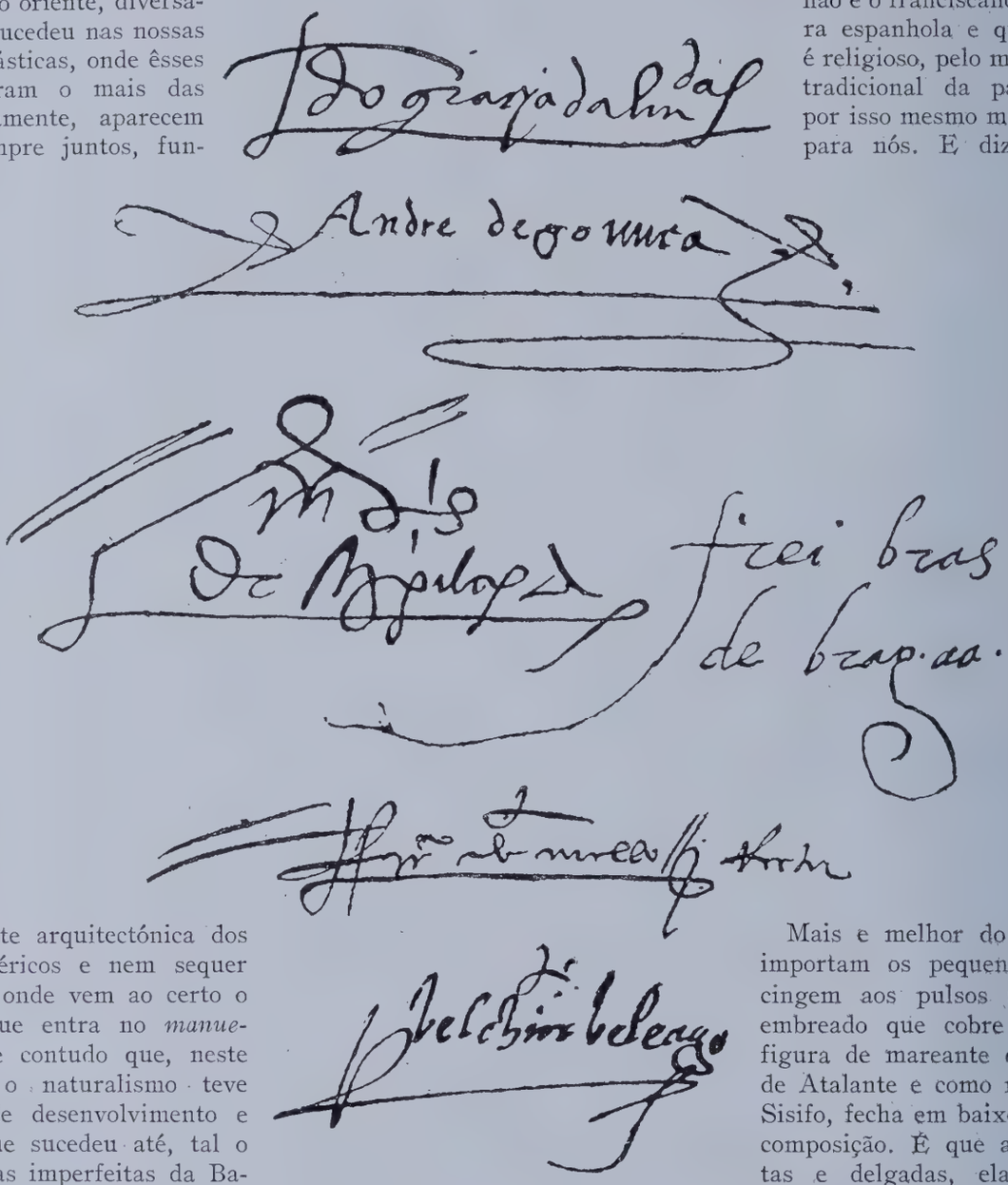
acontecimentos que êles tão admirávelmente souberam por sua vez evocar nas suas sentidas e coloridas narrações.

*
* *

Foi muito propositadamente que deixámos para o fim o mar como elemento a considerar na arquitectura. É que o mar e o oriente, diversamente do que sucedeu nas nossas outras artes plásticas, onde êsses elementos entram o mais das vezes separadamente, aparecem nela quási sempre juntos, fundindo-se um no outro e afirmando por isso uma fôrça e riqueza que, por vezes, sofrem mesmo dêsse seu grande poder.

Ocupando-se do *plateresco* em Espanha, que aproxima do nosso *manuelino*, o erudito arquitecto espanhol Lamperez y Romea, não ousando resolver o problema das origens de um e outro dêsses aspectos da arte arquitectónica dos dois países ibéricos e nem sequer determinar de onde vem ao certo o orientalismo que entra no *manuelino*, reconhece contudo que, neste nosso estilo, o naturalismo teve um tão grande desenvolvimento e importância que sucedeu até, tal o caso das capelas imperfeitas da Batalha, os elementos característicos do estilo se «substituyren (ali) totalmente a los elementos constructivos». Para Lamperez, a-pesar das dúvidas que diz ter em acompanhar Haupt e mesmo Watson no que êstes eruditos de arte pensam sôbre a influência da arquitectura indiana na portuguesa, a explicação que a intervenção da *corda* como símbolo franciscano tem na arquitectura do seu país não é aceitável para Portugal, tal o carácter fantástico e de epopeia que Lamperez acha que êsse elemento reveste na nossa arquitectura.

Para nós e por agora só nos interessa o facto do reconhecimento da importância que têm na nossa arquitectura os dois elementos em questão: o mar e o oriente; e tal facto é na verdade incontroverso. Entretanto diremos ainda, pelo que respeita à célebre janela da casa do capítulo do convento de Cristo, de Tomar, cuja composição, segundo Lamperez, «sobrepasa todos los limites imaginativos», que aí a corda não entra apenas, como pensa êsse ilustre crítico, como elemento decorativo. Tem também carácter simbólico, e êsse símbolo, que não é o franciscano da arquitectura espanhola e que nem sequer é religioso, pelo menos no sentido tradicional da palavra, reveste por isso mesmo mais importância para nós. E dizendo isto não nos referimos aos calabres ou cabos que, em laçadas e nós, enriquecem grandemente a moldura dessa janela ou ao cordame que, só ou de companhia com outros elementos marítimos, corre na parede em que aquela se abre, pois essas *cordas*, a-pesar das suas extraordinárias proporções, não são ali as que mais nos interessam.



«FAC-SIMILE» DA ASSINATURA DE ALGUNS VULTOS NOTÁVEIS DO HUMANISMO EM PORTUGAL. — D. Garcia de Almeida, reitor da Universidade de Coimbra em 1537; André de Gouveia, reitor do Colégio das Artes em 1547; Dr. Martinho d'Azpilcueta Navarro, afamado lente da Universidade; Frei Brás de Barros, o grande propulsor dos estudos no Mosteiro de Santa Cruz; D. Francisco de Melo, reitor da Universidade de Lisboa e mestre de matemática dos filhos de D. Manuel, e Belchior Beleago, professor em Coimbra, no Colégio das Artes

Mais e melhor do que elas, nos importam os pequenos atilhos que cingem aos pulsos as mangas do embreado que cobre essa estranha figura de mareante que, em forma de Atalante e como novo e original Sisifo, fecha em baixo a descomunal composição. É que a-pesar de curtas e delgadas, elas falam mais claro e alto do que as outras e dizem-nos também, melhor do que aquelas, o papel primacial que ao mar deu o artista que imaginou e ordenou êsse conjunto, fazendo dêsse homem, cujo corpo êsses atilhos protegem contra a fúria das vagas do mar, um dos melhores e mais verdadeiros símbolos de Portugal.

*
* *

Depois e com os novos elementos decorativos que o Renascimento italiano trouxe à nossa arquitectura, o mar e o orientalismo, depois de emparceirarem com êsses ele-

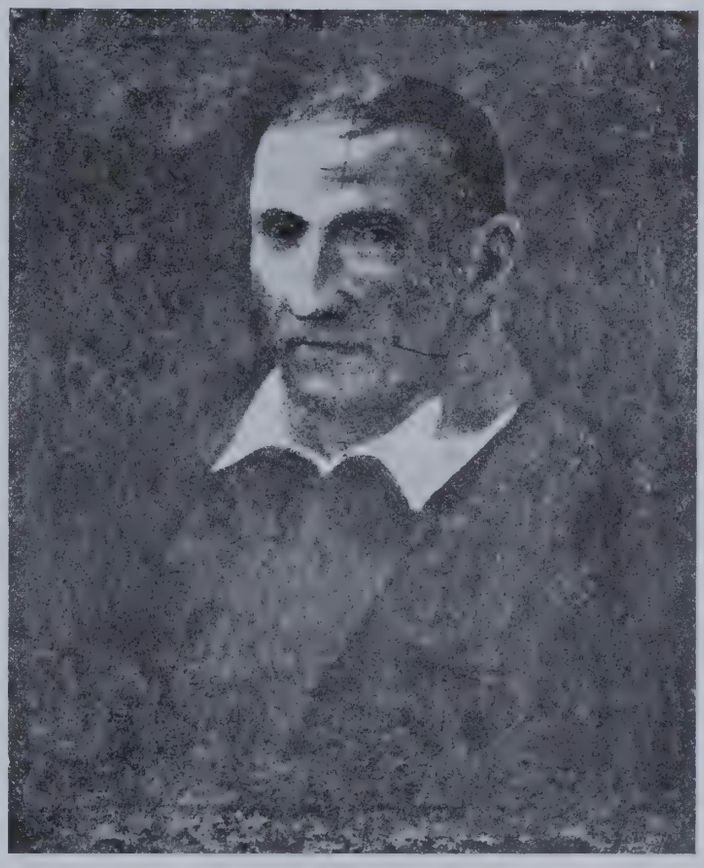
mentos, fundiram-se nêles para acabarem por desaparecer por completo, quando o classicismo triunfou inteiramente entre nós. Mas, pelo que respeita ao orientalismo, êsse ocaso, ainda mesmo na arquitectura, foi então efémero; e tão efémero que logo que o barrôco, dinamizada a arte clássica pelo sentimento cristão, surge entre nós, o orientalismo volta a integrar-se nesse estilo como em velha e antiga amizade. É que, de facto, o *barroquismo*, e a palavra foi pronunciada a propósito do *manuelino* por Lamperez, tinha até certo ponto feito já a sua aparição na Europa naquela nossa modalidade de estilo. E digo muito propositadamente *na Europa*, porque, quando se pensa no barrôco e nas suas características, nada há de mais impressionante do que a visão de certos templos hindus através das descrições que dêles nos dão os nossos viajantes do século XVI. Tão flagrante é mesmo essa identidade que, ao lê-las, parece até, por vezes, estar-se a ouvir as descrições de interiores das nossas igrejas a partir dos fins do século de quinhentos.

Ora se não é de absoluta exactidão chamar-se jesuítico ao estilo barrôco porque esta ordem religiosa não o inventou e nem mesmo se utilizou dêle exclusivamente, como o prova o facto de, no seu princípio de adaptação aos povos que procurava orientar, fazer construir em França, no século XVII, igrejas de estilo gótico, o que não é menos certo é que o barrôco foi, na verdade, para a companhia de Jesus, um dos seus melhores instrumentos de propaganda da Fé. Impressionando como nenhum outro os sentidos pela sua sumptuosidade, o barrôco era realmente o estilo que mais convinha quando os povos a catequizar, e a povos dêsses é que sobretudo a companhia de Jesus então se dirigia, ou se encontravam ainda em estado selvagem (Brasil e parte de África), ou tinham especial receptividade para elementos dessa natureza, como sucedia na Índia, dado o culto tradicional dos seus velhos ritos. E a verdade é que não pode esquecer-se que os jesuitas portugueses e os seus companheiros foram os primeiros que entraram na Índia e por lá andaram a missionar após as nossas descobertas e conquistas.

* * *

O corte que, no decorrer da primeira metade do século XVI, o orientalismo sofreu na nossa arquitectura, não atingiu o florescimento das nossas outras artes plásticas de então. Integrado entre nós com as mais fundas raízes desde o desembarque de Vasco da Gama em Calecut, e com tal repercussão lá fora que, em 1504, isto é apenas seis anos depois dêsse facto, já um francês encomendava a Jehan Grenier, de Tournai, para a dar de presente a outro francês, uma tapeçaria «à la manière de Portugal et de Indie», o orientalismo afirma-se desde essa época, por assim dizer, em tudo, no país, intervindo mesmo nos nossos costumes e maneira de viver; e conseqüentemente, depois de enraízado na nossa literatura, influi também nas nossas manifestações artísticas, ainda as mais secundárias.

É que, como já foi dito, Portugal, ou antes Lisboa, era então um grande e excepcional empório, aonde, simultâneamente com as especiarias, convergiam objectos e coisas do Oriente que, manufacturadas ou não, interessavam sempre, pela sua beleza, carácter ou riqueza, a nossa actividade artística. Tanto como um tapête persa ou um pano de damasco, pesava, nêsse ponto, o oiro de Quíloa e os outros metais e as madeiras ou pedras preciosas que chegavam até nós, vindas de além-mar. Para não citar mais, lembrarei apenas o caso típico da admirável custódia dos Jerónimos. E assim, e principalmente pelo que respeita ao mobiliário, bordados e objectos de ourivesaria, criou-se uma arte *sui-generis*, a que se deu, com propriedade, o nome de indo-portuguesa, por isso que, realizada ou no Oriente ou em Portugal, mas quási sempre com materiais exóticos e por artífices de uma e outra parte, marca bem a fusão dos elementos múltiplos que nela entravam.



AQUILES ESTAÇO

RETRATO EM TELA EXISTENTE NA BIBLIOTECA VALISCELANA (Itália). — Fotografia obtida por intermédio de E. Monaci para o dr. José Leite de Vasconcelos e publicada no seu livro *Da numismática em Portugal*, vol. IX do *Arquivo da Universidade de Lisboa*. Lisboa, 1923

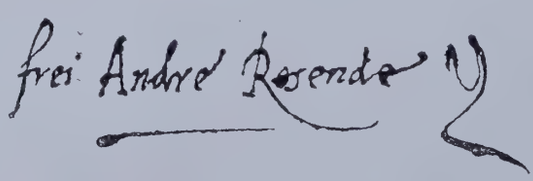
É essa arte, se por isso não pôde deixar de ser híbrida e até por vezes contraditória, pois a êsses humildes e obscuros obreiros faltava o génio poderoso e forte que, pelo mesmo tempo, nos *Lusíadas*, fundiu, num só e formidável bloco, elementos tão desvairados e heterogéneos, em que o oriente, o mar, o cristianismo e a mitologia se encadeavam e davam as mãos, nem assim deixou de revestir um grande carácter, que era a conseqüência lógica do alto momento histórico que traduzia; e de tal forma que, por vezes, transformou mesmo algumas dessas modestas obras em outras tantas sugestivas evocações do maravilhoso meio e excepcional época que lhes deram origem.

* * *

Em pintura, arte que, pela riqueza da côr e matéria, melhor podia dar-nos o Oriente, e antes de Gregório

Casa do Mestre André de Rèzende, em Évora (freguesia de S. Mamede), vendo-se o muro do quintal (a casa é a que tem o candieiro de iluminação pública e o muro do quintal o que se lhe segue). Fonte na quinta de Valbom do Mestre Rèzende. (Está hoje numa quinta denominada do Arcediago, incluida na quinta da Manizola, do visconde da Esperança). As inscrições da fonte estão transcritas na *Biblioteca Lusitana* e na *Notícia da Vida de André de Rèzende* por Leitão Ferreira, publicada por Braamcamp Freire (Lisboa, 1916), de onde são estas estampas

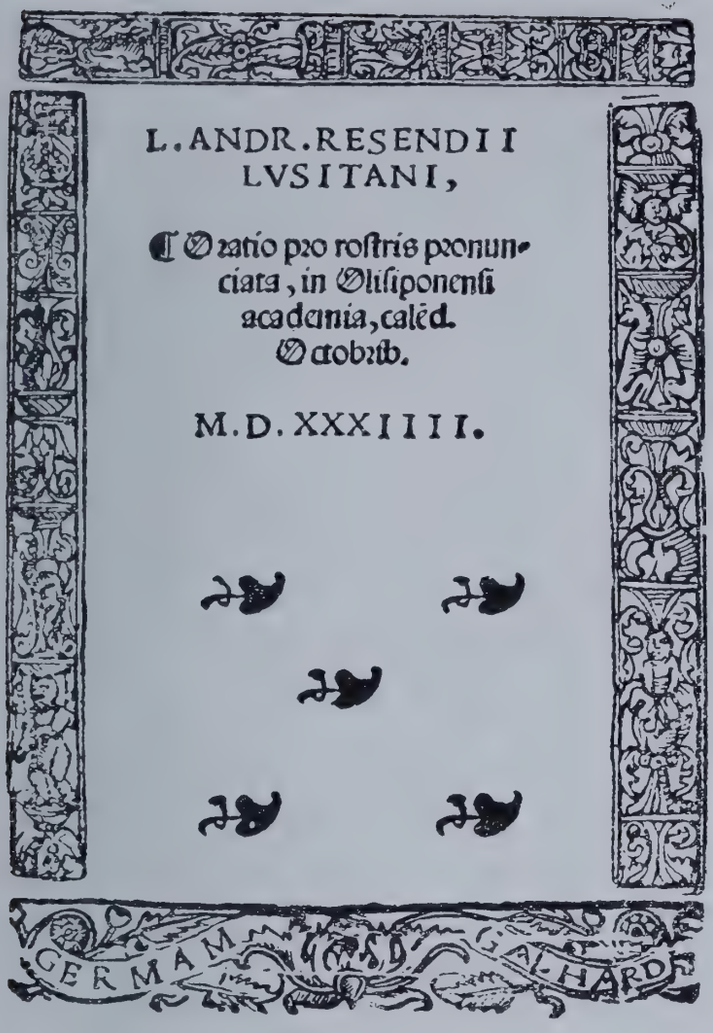
Lopes, em cuja obra êste tem ampla representação, é ainda em Nuno Gonçalves que o encontramos pela primeira vez. E não é só êsse monge fartamente barbado, de face terrosa e emmagrecida, coberto com uma espécie de alto fêz felpudo, que, no «painel dos Frades», tão grande contraste faz com os seus companheiros, nem essa outra cabeça, ainda talvez mais dura e emaciada, do «painel dos cavaleiros», ostentando, como diadema, um reluzente capacete árabe, que nos evocam, nessas pinturas, terras longínquas, aliás sempre na imaginação de quem, olhando as tábuas, não ignore que estas comemoram precisamente as nossas primeiras conquistas africanas. Mais realistamente do que nessas duas figuras, o Oriente está na verdade ali representado pelo tronco de palmeira que, poisando ao lado daquele mesmo monge e como símbolo a êle adstrito, fecha dêsse lado a primeira daquelas composições. E para nós, as descomunais proporções dêsse tronco e a natureza do pavimento em que êle se firma dão-lhe um maior, embora ainda indeterminado, significado.



Assinatura de Fr. André de Rèzende

* * *

O temperamento de Gregório Lopes e a sua situação de pintor régio, e ainda o seu amor pelo mar e pelas coisas que a êste diziam respeito, explicam que seja, na obra dêste artista, que o Oriente teve entre nós, no século XVI, a sua maior e melhor representação. Sendo, na verdade, Gregório Lopes o mais objectivista de entre os nossos melhores pintores do seu tempo, era também por isso aquele que mais podia olhar à volta de si, bastando-lhe estar em Lisboa e em contacto com o Tejo e com os navios que a êste aportavam para poder ver as coisas exóticas que êles contínuamente traziam. A sua freqüência da côrte e as narrações dos que nesta andavam, e em que o Oriente tinha então a primazia, eram também para o pintor, sob êste ponto de vista, um elemento a considerar. Mas tudo nos leva a crer que, como sucedeu com outros nossos artistas da época, Gregório Lopes viajou por mar e que essa viagem não se limitou à que decerto deve ter feito na armada que, em 1521, conduziu a Infanta D. Beatriz a Saboia. O carácter das iluminuras que nos deixou demonstram-no, a meu ver. E isto não porque êle nos dê nelas a essência da alma oriental, pois essa ainda mesmo agora é difícilmente dada na Europa, a-pesar do Oriente ter começado a ser visto com alguma precisão a partir do romantismo para cá; mas a verdade é que Gregório Lopes vai, nestas suas evocações, um pouco além do pitoresco


L. ANDR. RESENDII
LVSITANI,

Oratio pro rostris pronunciata, in Olisiponensi academia, calēd. Octobrib.

M. D. XXXIIII.

GERMAM GALHARD

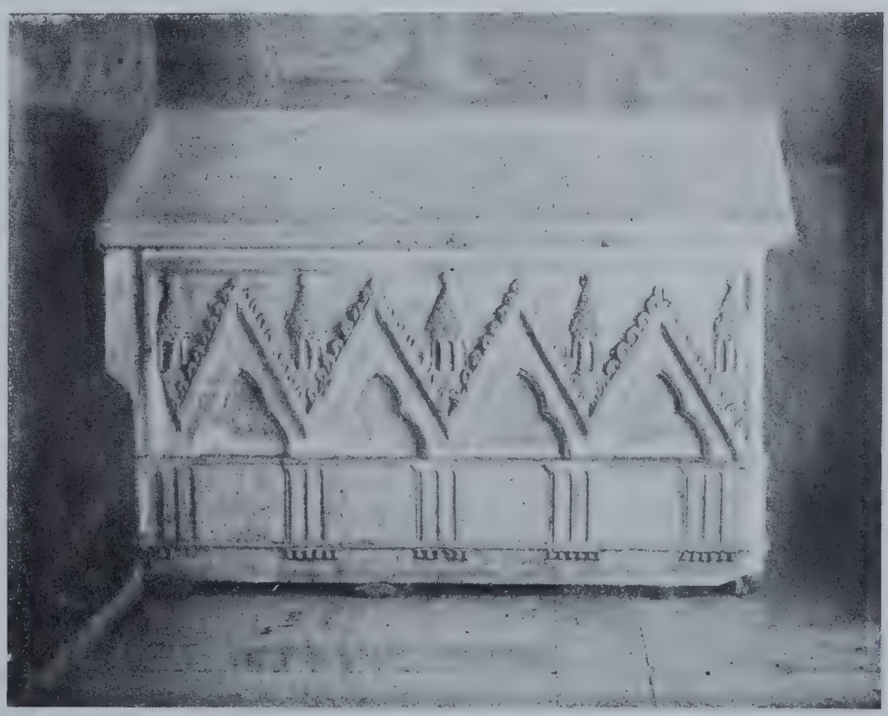
ANTONII GOVEANI IN M. TVLLII CICERONIS ORATIONEM IN VATINIVM TESTEM COMMENTARIVS, AD AEMYLIVM FERRETTVM IVRISCONSVLTORVM FACILE PRINCIPEM.

PARISIIS
Apud Ioannem Lodoicum Tiletanum, ex aduerso Collegij Remensis.
M. D. XLII.

RARO LIVRO DE ANDRÉ DE RÈZENDE, impresso por Germão Galharde em 1534, em Lisboa, e de que se conhecem os exemplares da livraria do visconde da Esperança e o que foi de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos
FRONTISPÍCIO DE UM COMENTÁRIO CICERONIANO DE ANTÓNIO DE GOUVEIA impresso em Paris em 1542 e de que são hoje muito raros os exemplares

em que o Oriente é rico, ou pelo menos dá a êsse pitoresco uma profundidade impossível de conseguir, ainda mesmo a um artista como êle (que podia ver, com facilidade, homens e coisas dali) desde que não tivesse visitado aquelas regiões e apreendido lá a sua verdadeira maneira de ser.

E senão veja-se, no livro de Horas de D. Manuel, a «Adoração dos Reis Magos», página que mais parece a ilustração de um conto oriental do que a iluminura dum texto religioso. Tudo nessa folha, desde a arquitectura clássica do presépio à sagrada Família e aos Reis Magos, se perde em afastados planos, dando o artista, contra o que seria lógico e era costume, tôda a importância ao séquito exótico daqueles, séquito em que se destaca, na extrema direita, a representação plástica mais nobre e bela de índio que conheço. Ao lado dos outros seus companheiros carregados de luxuosas vestimentas e profusos adornos, essa figura, cuja nudez nobre e escultural é ainda mais valorizada pelo branco puríssimo de raras peças de vestuário e pelo oiro quente de pouquíssimas jóias,



TÚMULO DE ANDRÉ DE RÈZENDE NA SÉ DE ÉVORA. — (Os ossos de Rèzende foram trasladados em 1839, do Convento de S. Domingos, então em demolição, pelas diligências de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara). — (Da *Notícia da vida de André de Rèzende* por Leitão Ferreira, Lisboa, 1916)

só podia ter sido concebida e realizada por quem pudesse evocá-la no seu próprio meio, tão grande e justo é o carácter com que ela é dada, como elemento essencial e dominante da composição, que de facto é.

E diante dessa página, a idea de uma outra «Adoração dos Reis Magos» vem-me ao espírito e, com ela, a visão do caminho andado em pouquíssimos anos. Nesta, ou seja um dos painéis pintados por Jorge Afonso para o retábulo da Sé de Viseu, no comêço do século XVI, figura também um índio, mas êsse é brasílico e, a-pesar de já transplantado para cá das plagas de Santa Cruz e com as suas «vergonhas» cobertas, e até mesmo transformado em rei, nem por isso destôa da linguagem em que os primeiros habitantes daquelas nossas novas terras foram descritos por Caminha. Assim e embora ocupando um dos primeiros planos, as suas vestes, singelas e pobres como o casco de fruto em que leva a tradicional oferta, são certamente as que êle mesmo escolheu quando, uma vez em Lisboa, se preparou para ser apresentado na côrte; e a sua humildade e candidez, que não destôa em nada do espírito primitivo da scena, fica por isso muito longe da atitude do seu irmão oriental, pois êsse, a-pesar da quási nudez em que se apresenta, afirma ali bem todo o orgulho da sua maravilhosa e mais que milenária civilização.

A *Ropica pnefma* DE JOÃO DE BARROS, impressa em Lisboa por Germão Galharde em 1532. Existe um exemplar completo dêste raro livro na livraria Fernando Palha, exemplar que foi de Joaquim Pereira da Costa. Êste livro foi incluido no *Catálogo dos livros proibidos*, de D. Jorge de Almeida, em 1581

Mais subjectivo do que Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo revela apenas, que eu saiba, num só dos seus painéis, a influência oriental, mas essa influência reveste ainda assim um outro carácter diverso do que distingue o seu émulo e parceiro. A figura que a traduz não é já um habitante do Industão nem das terras brasílicas, mas sim criatura etiópica e como tal representando, com alguma lógica, êste povo, no séquito que acompanha Cristo no caminho do Calvário. Fazendo parte do antigo retábulo da capela-mor da igreja de Jesus, de Setúbal, essa figura é, em si mesma e pela maneira como é apresentada, bem característica do modo de ser do pintor.

ROSTO DE UMA RARA EDIÇÃO DE DAMIÃO DE GOIS, impressa em Lovaina em 1539

Portugal na arte do Oriente e do Extremo-Oriente

A influência que o Oriente e o Extremo-Oriente tiveram em Portugal e na nossa arte, sobretudo a partir do comêço do século XVI, corresponde, por sua vez, a que nós exercemos nesses povos e nas suas manifestações artísticas, desde que tivemos contacto com êles. Não está ainda bem estudado até que ponto essa influência actuou, e ainda menos como é que a infiltração da nossa arte se fêz ali e, sobretudo, o que de tudo isso actualmente perdura; mas o que é já possível determinar é muito e constitui, por si só, um dos capítulos mais interessantes da nossa cultura artística durante a nossa grande época.

Descoberto o caminho marítimo para a Índia e, pouco depois, o Brasil, e alcançadas as mais extremas paragens, como a China e o Japão, a arte portuguesa foi levada para êsses países, ou no ensino dos nossos missionários, ou na bagagem dos outros nossos viajantes, ou ainda, em presentes, dados aos grandes dessas terras pelos embaixadores dos nossos reis. E entrou também aí sob um outro aspecto mais discreto, mas não menos interessante e importante, com os artífices portugueses que, para essas terras, emigraram e que aí trabalharam, ou só ou em comunidade com artífices da região.

Logo nos dois primeiros decénios do século XVI, os governadores da Índia, como Albuquerque, pedem que se lhes mandem obras de arte para as darem aos príncipes e reis orientais, e D. Manuel, satisfazendo os pedidos com dádivas de valor que remete para ali, não limita a êsses países a sua generosidade e manda, entre outros, também para a Abissínia, em 1512, o célebre presente cuja riqueza quási iguala a do que, um ano antes, mandara ao papa Leão X, por Tristão da Cunha. Só tapeçarias, figuradas, de lã e sêda, sendo uma também tecida a oiro, vão quinze, e, com elas, vão também quatro pinturas e livros iluminados e arnezes doirados e damascos e brocados e até pintores e impressores! É dêle que provém, certamente, o «Ecce Homo» da colecção de sir Robert Holmes, trazido por um oficial inglês daquele reino em 1868, que Sampère y Miquel atribui erradamente a Bermejo e que tem de ser dado, como propôs Bertaux, a Edouard Portugaloys ou a outro português discípulo de Metsys. Os frescos que ainda hoje decoram a igreja de Ankober, êsses nada teem que ver com a nossa arte. Quando, porém, se fixam, ainda mesmo através de imagens, os restos do que foi outrora, na Etiópia, a cidade portuguesa de Gondar, não é necessário um grande esfôrço, ao reconstituir aquele grandioso núcleo

IOANNIS
NTISCI RI S POLO-
itoris, ad Clem. VI. Pont. Max. & Ca
V. Imp. Aug. de nostrorum temporum
ibus SYLVA, Bononiæ ædita,
IX. Decemb. M. D. XXIX.

NNIS SECVNDI HA-
gi de Pace dudum Cameraci confe-
ta, ac Caroli. V. Imp. corona-
tione, Carmina.

G. ANDREÆ RESENDII
Lusitani, Encomium vrbis & aca-
demiæ Louaniensis.

EPITOME RERVM GESTARVM
in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exem-
plum epistolæ, quam Nonius Cugna, dux Indiæ
max. designatus, ad regem misit, ex vrbe Ca-
nanorio, IIII. Idus Octobris. Anno.
M. D. XXX.
Auctore Angelo Andrea Resendio Lusitano.

Louanii apud Seruatium Zassenum, Anno
M. D. XXXI. Mense Iulio. Ad si-
gnũ Regni cœlorum.

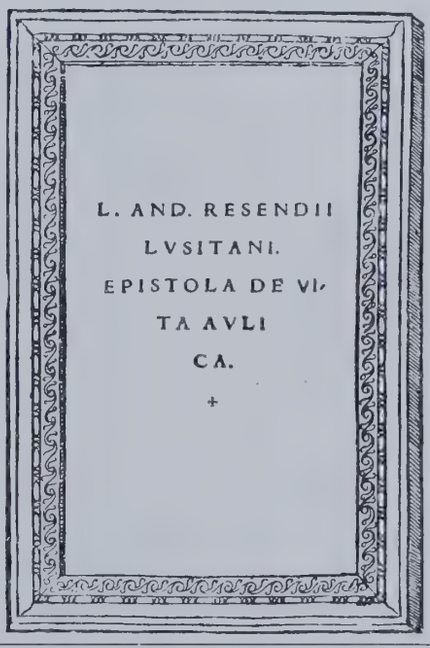
CARMEN ERV-
DITVM ET ELEGANS ANGELI AN-
dreæ Resendij, Lusitani, aduersus sto-
lidos politioris literaturæ
oblatratores.

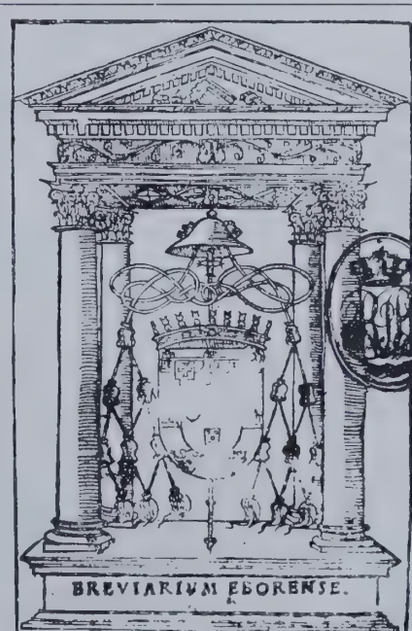
IN OFFICINA PROBENIANA
ANNO M D XXXI
mense Septembri

OS MESTRES DA RENASCENÇA

A OBRA DE ANDRÉ DE RÈZENDE

A obra de André de Rèzende encontra-se estudada no livro de Leitão Ferreira *Notícias da Vida de André de Rèzende*, publicadas, anotadas e aditadas por Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, 1916. Alguns dos rostos dos seus raros livros: *Joannis Dantiscis regis Poloniae Oratoris ad Clem. VII*, impressa em Lovaina em 1529. (O frontispício está todo traçado no ex. da Bib. Nacional, dando por isso uma péssima reprodução); *Epitome rervm gestarvm in India a Lusitanis...*, impresso em Lovaina em 1531; *Carmen eruditvm...*, impresso em Basileia em 1531; *Genethliacon Principis Lusitanis...*, impresso em Bolonha em 1532; *Epistola de vita avlica*, Bolonha, 1533; *De uerboru coniugatione commentarius*, Lisboa, 1540; *Vicentivs levita: et Martyr*, Lisboa, 1545; *Breviarium eborense*, Lisboa, 1588. São livros raros que merecem reprodução, patenteando o formidável trabalho do grande e desventurado humanista português, que tanto amou a sua terra





L. ANDR. RESENDI
Oratio habita Conimbrica
In Gymnasio Regio, anniuersario dedicationis eius die.

Quarto Calendas Iulij.
M. D. LI.

Sanctæ Eliza
bet Portugalliæ quon
dam Reginæ offi
cium.
Resendio auctore.

CONIMBRICAE.
M. D. LI.

HISTORIA, DA ANTIGVIDADE DA CIIDADE EVORA.

Fecta per Meestre Andree de Ree sende.

M.D.LIII.

L. ANDREÆ RESENDII IN OBITVM D. IOANNIS. III. LVSITANIAE REGIS, CONQVESTIO.

PERMISSV ET AVctoritate Reuerendissimorum patrum Inquisitorum.

OLISIPONE, Apud Ioannē Blauium Typographum Regium.

Mense Iulio. 1557.

L. ANDR. RESENDII. LVSITANI, EPISTOLÆ tres carmine.

Duæ ad Lupum Scintillam Iuris consultum pertitissimum.

Vna ad Petreium Sanctium poetam.

Item Epistola prosa oratione pro colonis Pacensi, ad Ioannem Vasæum virum doctissimum.

Permissu & authoritate Reuerendi patris fratris Francisci Forerij, Olisipone, in officina Ioannis Blauij Colonienſis, Typographi Regij.

M. D. LXI.

A OBRA DE ANDRÉ DE RÉZENDE:

Oratio habita Conimbricæ. Impressa por João Barreira e João Álvares em Coimbra, em 1551; *Sanctae Elizabeth Portugalliae...* Coimbra, 1551; *Historia da Antiguidade da cidade de Evora.* Impressa em Évora por André de Burgos, em 1553. Fêz-se segunda edição em 1576 e terceira em 1783. O exemplar da edição de 1553 que existe na Bib. Nac. de Lisboa foi comprado no leilão da Livraria de Sir Gubian por 110$00; *Obitvm D. Joannis III.* Impresso em Lisboa por João Blavio, em 1561. E *Epistolæ tres carmine.* Impresso em Lisboa, em 1561, por João Blavio de Colónia. De tôdas estas obras a Biblioteca Nacional possui exemplares. São obras raras, como as de todos os quinhentistas, e apreciadas como tôdas as de André de Rèzende

arquitectónico, para se visionar o papel importante que as nossas artes plásticas e a influência causada por elas aí devem ter representado.

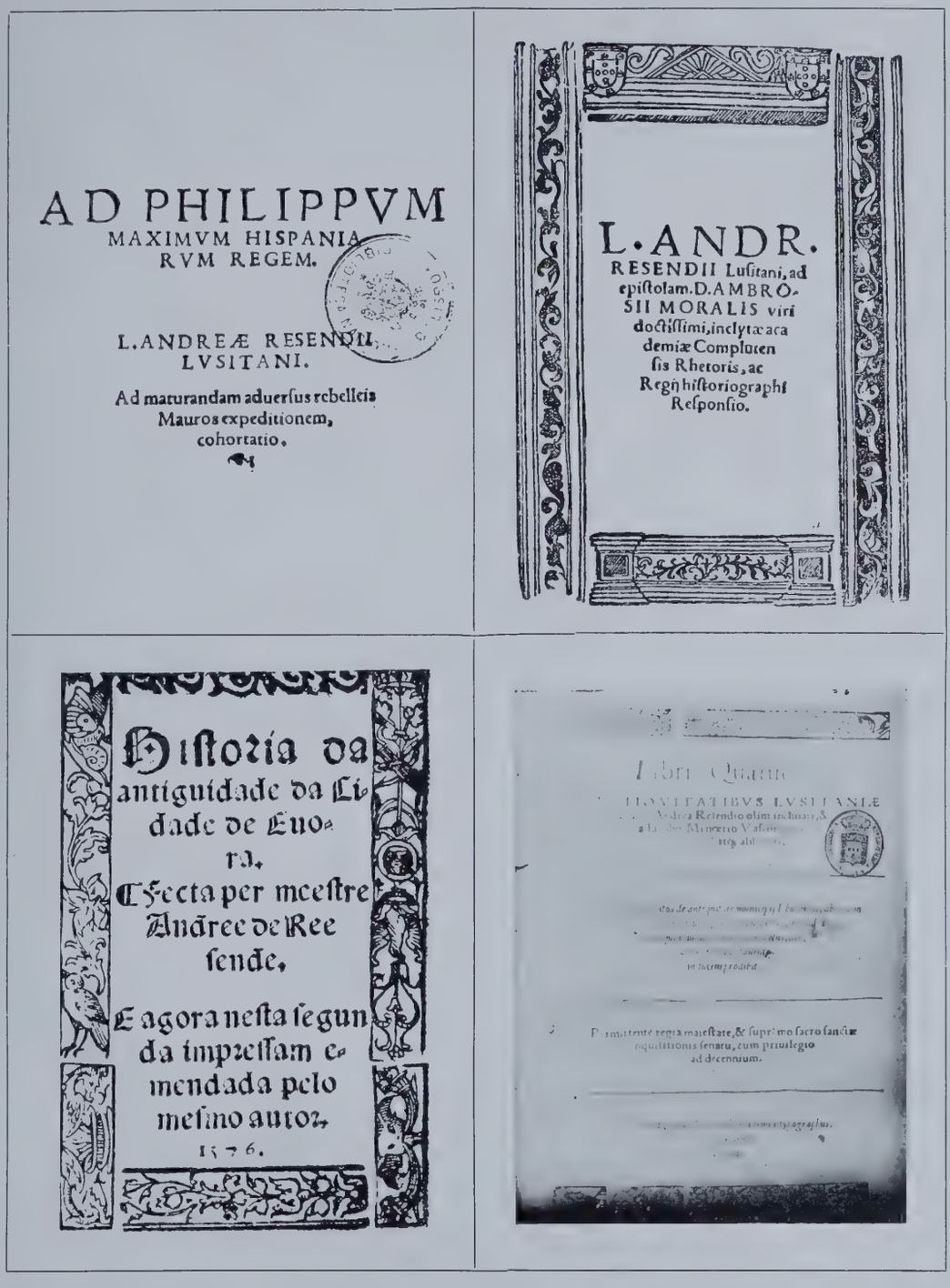
A Pérsia depois de, nos chamados tapêtes de encomenda, ter, como no célebre tapête do museu de Lyon, fixado do natural as nossas caravelas, acaba, ainda no começo do segundo período dessa sua arte (2.ª metade do século XVI), por transformar, estilizando-os, êsses e outros nossos elementos, para, misturando-os com os próprios, tecer tapêtes como o do Ostereiche Kunst gewerk Museum, de Viena, conhecido pelo «tapête português», em que a nossa influência, sob o ponto de vista decorativo, é indiscutível. Também o retrato de «Senhora nobre portuguesa» (1), cuja reprodução acompanha êste texto, e que é do meado do século XVI, é igualmente conseqüência da nossa influência neste país, como o é ainda a linda iluminura do mesmo século representando um moço cavaleiro que, em 1919, fazia, em Paris, parte da colecção Doucet.

A nossa projecção na arte do Japão está superiormente vincada no biombo que também aqui reproduzimos, dando nós a essas reproduções tôda a importância que elas merecem. Representa êle a penúltima estada de Fernão Mendes Pinto nesse país, onde já se encontravam os jesuitas portugueses, que para ali foram em 1549, entre a segunda e a terceira entrada em terras nipónicas do famoso viajante português. Mais tarde, Mendes Pinto saíu, de Malaca para a China, em Abril de 1554 e, da lá, treze meses depois, para o Japão, onde aportou em Junho de 1556. Desta vez,

(1) Como sempre, os coleccionadores persas, sem deixarem de ser admiráveis conhecedores da história da sua arte, sobrepõem, nas suas colecções de iluminuras, peças de épocas diferentes, constituindo *fôlhas* que visam sobretudo o efeito decorativo. E assim, nesta que reproduzimos, o retrato nada tem que ver com a *janela* em que está colado e cujas legendas constituem uma poética saüdação difícil de conjugar com a severidade da personagem. Quanto à *página* escrita que lhes serve de fundo e que é, em si mesma, uma bela afirmação do gôsto artístico persa, essa é bastante posterior às outras duas.

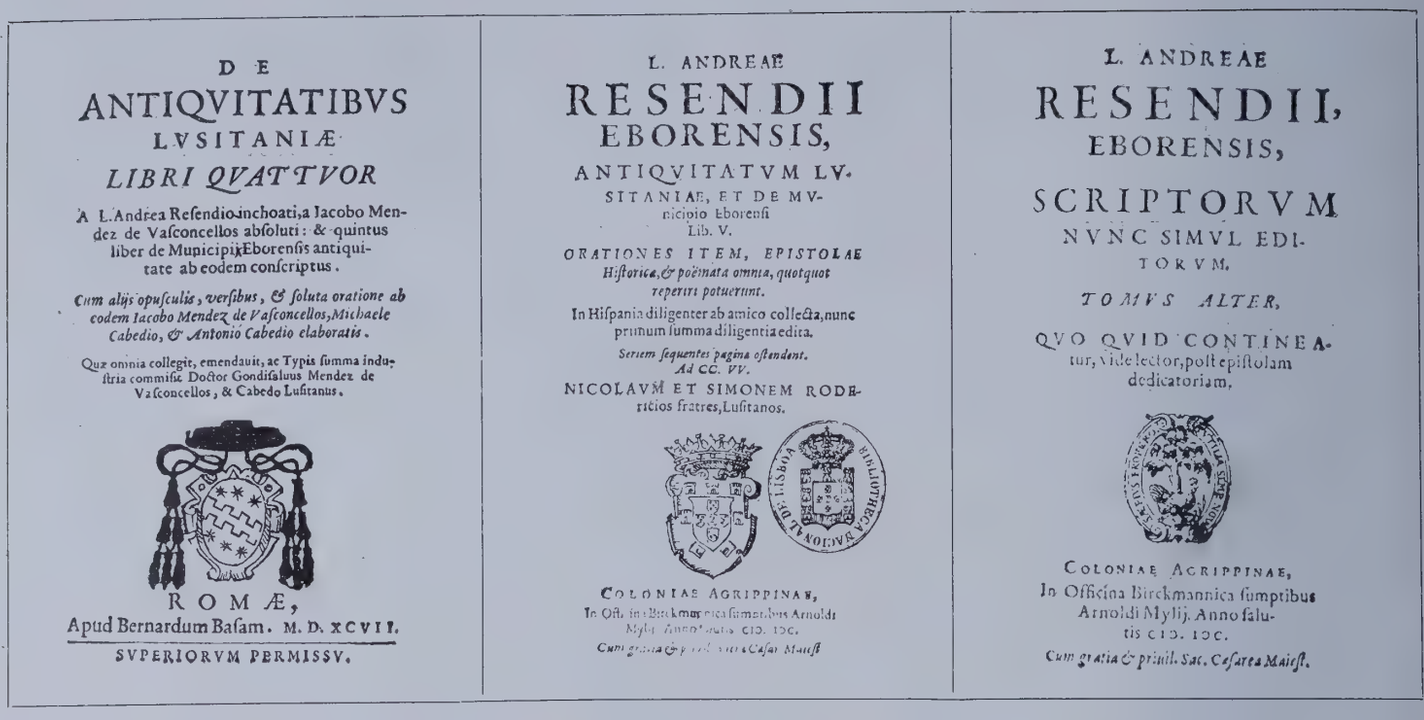
Habitualmente, os coleccionadores persas, depois de as montarem, agrupam estas *fôlhas* fazendo, com elas, minúsculos biombos.

porém, a sua situação, ainda melhor do que na anterior, a terceira, quando, em 1551, aportara a Bengo e de lá regressara a Malaca, com S. Francisco Xavier, na nau de Diogo Pereira, era inteiramente diferente da primeira vez, pois êle não ia já ali, como em 1542, quando, vindo da China, devia, com o seu junco quási a sossobrar, ter chegado ao Império do Sol nascente pouco menos que despido. Agora apresentava-se aos seus amigos de então como embaixador do vice-rei da Índia e, como tal, com tôda a pompa imposta pelo alto papel que representava. E é de facto assim que os artistas japoneses, nos biombos de que tenho conhecimento, o representam sempre, seguindo majestoso, entre o seu séquito, e altivo e orgulhoso debaixo da umbela, como se se abrigasse à sombra de um pálio. E a impressão que o facto produziu nos japoneses foi tal que o assunto tornou-se, por assim dizer, tradicional, tendo sido representado sucessivamente e apenas com maiores ou menores variantes durante muito tempo. As chamadas companhias das Índias, que, no século XVIII e no começo do século XIX, inundaram a Europa com objectos de arte encomendados sobretudo na China, e que eram realizados naqueles e em outros países segundo modelos europeus, que impunham a essas encomendas não só a sua decoração mas até a sua própria forma, tiveram, nos nossos funcionários e comerciantes do século XVI, os seus verdadeiros precursores. E não foi só a China nem o Japão, mas também e sobretudo a Índia, que foram por nós utilizadas nesse ponto. Se são raras as peças chinesas de encomenda anteriores ao século XVIII que ainda subsistem, algumas há, porém, que demonstram datarem essas encomendas do século de quinhentos. E pelo que respeita à Índia, dos objectos que nós aí encomendamos no fim dêste século, fornecendo os modelos, subsistem, felizmente, muitos exemplares. Dos mais notáveis que nos ficaram são, sem dúvida, os seis reposteiros que pertenceram aos marqueses de Távora e que, decerto no século XVIII, passaram para a Casa Real, com a confiscação dos bens daquela família.



Obras de André de Rèzende. — *Ad Philippum...* impresso em Évora por André de Rèzende, em 1570; *D. Ambrosii Moralis...* impressa em Évora pelo mesmo impressor e no mesmo ano; *Historia da Antiguidade da cidade de Evora.* Évora, por André de Burgos, 1576 (é a 2.ª edição); *Libri Quatuor de Antiquitatibus lusitaniæ.* Évora, por Martim de Burgos, em 1593

Não se limitou, porém, a esta acção, forçosamente desconexa, a nossa influência, neste ponto. E disso é prova a descoberta feita recentemente, nos nossos arquivos, pelo Rev. Padre Schilling. Os documentos que êste erudito encontrou e que provam a existência, nos fins do século XVI, de um «colégio das artes», organizado e dirigido pela Companhia de Jesus no nosso oriente, não representam só, o que já seria muito, mais um honrosíssimo brasão para esta ordem religiosa. Melhor do que isso, êles põem, diante de nós, um novo filão, que é talvez a chave de alguns dos mais interessantes



D E
ANTIQVITATIBVS
LVSITANIÆ
LIBRI QVATTVOR

A L. Andrea Reſendio inchoati, a Iacobo Mendez de Vaſconcellos abſoluti: & quintus liber de Municipij Eborenſis antiquitate ab eodem conſcriptus.

Cum aliis opuſculis, verſibus, & ſoluta oratione ab eodem Iacobo Mendez de Vaſconcellos, Michaele Cabedio, & Antonio Cabedio elaboratis.

Quæ omnia collegit, emendauit, ac Typis ſumma induſtria commiſit Doctor Gondiſaluus Mendez de Vaſconcellos, & Cabedo Luſitanus.

ROMÆ,
Apud Bernardum Baſam. M. D. XCVII.
SVPERIORVM PERMISSV.

L. ANDREAE
RESENDII
EBORENSIS,
ANTIQVITATVM LV-
SITANIAE, ET DE MV-
nicipio Eborenſi
Lib. V.
ORATIONES ITEM, EPISTOLAE
Hiſtoricæ, & poëmata omnia, quotquot reperiri potuerunt.
In Hiſpania diligenter ab amico collecta, nunc primum ſumma diligentia edita.
Seriem ſequentes pagina oſtendent.
Ad CC. VV.
NICOLAVM ET SIMONEM RODE-
ricios fratres, Luſitanos.

COLONIAE AGRIPPINAE,
In Offi. in Birckmannica ſumptibus Arnoldi
Mylij. Anno ſalutis CIↃ. IↃC.
Cum gratia & priuil. Sac. Cæſ. Maieſt.

L. ANDREAE
RESENDII,
EBORENSIS,
SCRIPTORVM
NVNC SIMVL EDI-
TORVM.
TOMVS ALTER,
QVO QVID CONTINEA-
tur, Vide lector, poſt epiſtolam
dedicatoriam.

COLONIAE AGRIPPINAE,
In Officina Birckmannica ſumptibus
Arnoldi Mylij. Anno ſalu-
tis CIↃ. IↃC.
Cum gratia & priuil. Sac. Cæſ. Maieſt.

OBRAS DE ANDRÉ DE RÈZENDE. — *De Antiquitatibus lusitaniæ.* Roma, 1579; *Antiquitatum lusitaniæ, et de Municipio Eborensi. Lib.* V. Colónia, 1600; *Scriptorum nunc simv editorum.* Colónia, 1600

problemas que as nossas artes e as do Oriente e extremo-Oriente envolvem a partir dos últimos anos dêsse século.

A escola portuguesa de retrato e a sua projecção em Espanha na 2.ª metade do século XVI

Quando, em 1908 («Algumas palavras sôbre a evolução da arte em Portugal»), afirmámos que Sanches Coelho era português e dissémos que a chamada escola de Madrid era de origem lusitana e, até certo ponto, também portuguesa na sua essência, essas nossas afirmações pareceram demasiado ousadas, ainda mesmo a escritores fundamentalmente nacionalistas, como Ramalho Ortigão. O tempo, que é sempre o mais seguro dos juizes, ia porém encarregar-se de nos dar razão, fazendo-o ainda de maneira que as nossas afirmações fôssem reconhecidas até por aqueles a quem elas podiam desagradar sob o ponto de vista nacional. E assim e para que a comprovação tivesse a melhor *marca* possível, quis um acaso providencial que, poucos anos após a ressurreição e o estudo dos painéis de Nuno Gonçalves, que, em 1910, deram a melhor e secular nobreza à nossa escola de pintura quinhentista, o ilustre erudito espanhol, D. Francisco de San Roman, encontrasse as provas do que disséramos. Forneceram-lhas a descoberta que fêz, nos arquivos de Toledo, da «Información de limpiesa de sangre», do «testamento» e do «inventario de bienes» de Juan Sanches Coello Reynalte, filho do artista.

Aceitando mesmo as conclusões que dêsses documentos tirou êsse historiador de arte, ou seja que Sanches Coelho não nasceu em Portugal, mas veio para cá em pequeno e cá se formou artísticamente, as nossas afirmações ficam de pé e assim o diz, depois de ter resumido o que publicamos, Francisco de San Roman, escrevendo: «Como se vê, las conclusiones del Sr. Figueiredo son de tal natureza que rehacen, por completo, una parte de la biografia de Sanchez Coello; acaso la mas importante, puesto que abarca todo el processo de su formación artistica. Com ser muy solida la argumentación del Sr. Figueiredo, era necesario que viniese a confirmala la prueba documental. Por fortuna, ya poseemos esa prueba, y grande es nuestra satisfacción al poder ofrecerla. Ellos *(a informação de limpeza de sangue, o testamento e o inventário)* nos proporcionan un numero considerable de noticias nuevas sobre la biografia de Sanchez Coello, *al proprio tiempo que sirven para confirmar las opiniones del sabio critico portugués.* La unica de sus hipotesies que rechazan los documentos es la relativa a la naturaleza del pintor precisamente la que le sirvió como de

RETRATO PUBLICADO NOS *«Retratos e elogios de varões e donas»*, Lisboa, na oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1817. Curioso e único retrato do ilustre professor de Coimbra

COMENTARIVS
DE REBVS IN INDIA
APVD DIVM GESTIS
ANNO SALVTIS NOSTRAE
M. D. XLVI.
Iacobo Teuio Lusitano Autore.

CONIMBRICAE.
M. D. XLVIII.

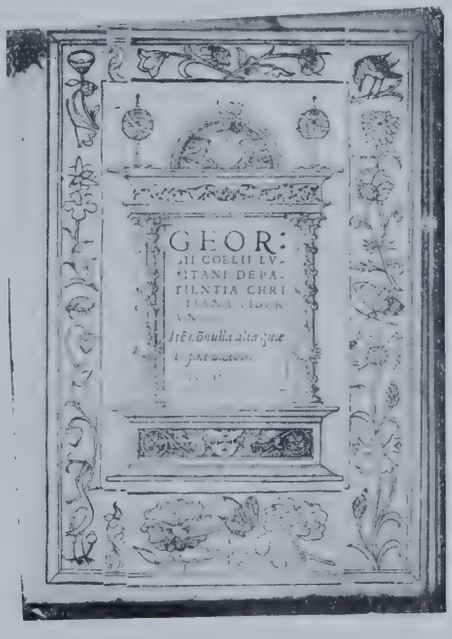
IACOBI
Teuij Braca-
RENSIS OPVSCVLA ALI
SALMANTICAE

IACOBI TEVII
Lusitani. Epodo ſiue lãbicorum carminum *Libri tres.*
Quorum indicem ſequens pagella continet.

Ad Sebastianum primum, inuictiſsimum Luſitaniæ Regem.

Hoc opus examinatum & approbatum eſt tam ſanctæ Inquiſitionis, tam oraria authoritate.

Olyſipone excudebat Franciſcus Correa Typographus Sereniſsimi Cardinalis Henrici.
Anno. 1565.



MANVAL DE
Confeſſores & penitentes,
Que clara & breuemente contem a vniuerſal deciſam de quaſi todas as duuidas q̃ em as confiſsões ſoem occorrer dos peccados, abſoluições, reſtituyções, cenſuras, & irregularidades.

Composto por ho muyto reſoluto, & celebre Doutor Martim de Azpilcueta Navarro Cathedratico jubilado de Prima em Canones, na Vniuerſidade de Coymbra. Pola ordem de hũ pequeno, que fez hũ Padre Portugues, da prouincia da piedade.

Acrecentado agora por ho meſmo Doutor cõ as determinações de muytas duuidas, que despois da outra reforma em lhe forã mandadas.

*Hũa das quaes vay ſinalada com eſte ſinal de eſtrella *. As outras em cinco Comentarios, de Vſuras, cambios, Symonia mental. Deſenſam do proximo, Deſurto notauel, & irregularidade.*

Com ſeu Reportorio copioſiſſimo.

COM PRIVILEGIO APOSTOLICO
Real de Portugal, Caſtela, & Aragão.
Impreſso em Coimbra por Ioam de Barreyra. Impreſſor da vniuerſidade.
M. D. LX.
Vendeſe a Cruzado em papel.

Manual de con
feſſores, & penuẽtes, em ho qual breue & particular, & muy uerdadeyramẽte ſe decidem, & declarã quaſi todas as duuidas, & caſos, que nas confiſſões ſoẽ occorrer acerca dos peccados, abſoluições, reſtituyções, & cenſuras: Compoſto por hũ religioſo da ordem de ſam Franciſco da prouincia da piedade.

Foy viſta, & examinada, & aprouada a preſẽte obra pello Doutor Nauarro, cathedratico de prima ẽ canones na Vniuerſidade de Coimbra.

Por comiſſam do Infante Cardeal inquiſidor mayor destes Regnos.

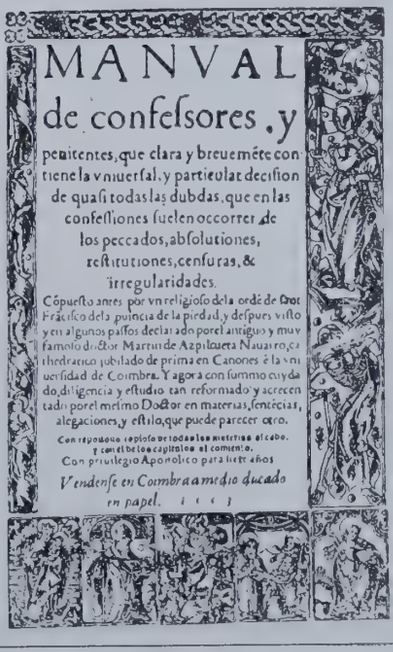
A OBRA DE DIOGO DE TEIVE,
JORGE COELHO
E
MARTIM DE AZPILCUETA
NAVARRO

De DIOGO DE TEIVE: *Cõmentarios de rebvs in India...*, Coimbra, por João Barreira e João Álvares, 1548; *Opuscula in Landcun Joannis Tertij...*, Salamanca, 1558; *Ad Jeannem Alemcastrum...*, Lisboa, por João Barreira, 1563; *Epodo...*, Lisboa. Francisco Correia, 1565.

De JORGE COELHO: *De Patientia Christiana...*, Lisboa. Luís Rodrigues, 1540.

De MARTIM DE AZPILCUETA NAVARRO: *Manuál de confessores y penitentes*, edições de Coimbra 1560, 1549 Coimbra por João Barreira e João Álvares, e 1553 de Coimbra por João Barreira.

Do *Manual de Confessores* e *Capitulo veynte e ocho* fizeram-se inúmeras edições, e pode dizer-se que no seu tempo tiveram voga e aprêço, mostrando bem a consideração em que o seu autor era tido.



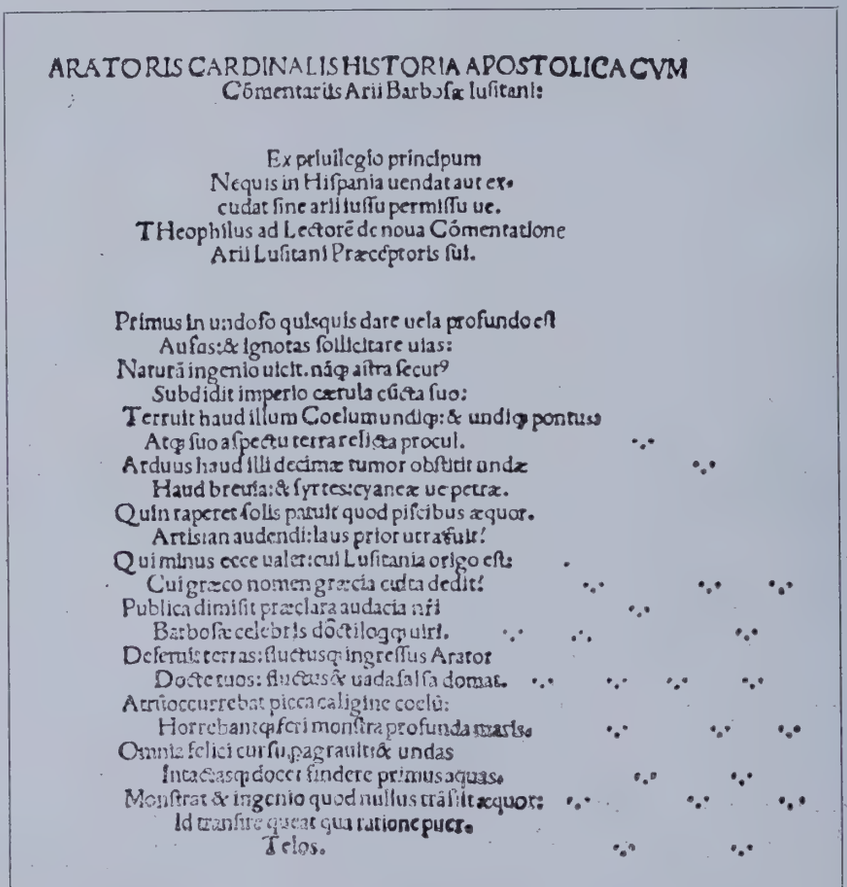
A BIBLIOGRAFIA LATINA DOS HUMANISTAS

A maioria dos letrados portugueses e eruditos da Renascença escreveram em latim. Por isso não só as Histórias da Literatura se não ocupam da maioria das suas obras, como elas não aparecem freqüentemente. Diz D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos no seu *Lucius Andreas Resendius inventor da palavra «Lusiadas»* (Coimbra, 1905) : «são raríssimas tôdas as obras de Rèzende publicadas no estrangeiro, antes de Outubro de 1533, quer em Lovánia, na tipografia de Servatius Sassemus, quer em Basilea, em casa de Froben, ou em Bolonha, nas oficinas de Joannes Baptista Phaellus. Por isso mesmo, muitas questões estão em aberto.» Ora o que D. Carolina Michaëlis escreveu de Rèzende pode escrever-se de todos os outros que em latim pensaram e em latim escreveram, preferindo-o muitas vezes à língua pátria.

Erasmo, o grande homem da Renascença, foi impresso em Portugal em 1541, 1549 e 1592. Em 1541, impresso por Luís Rodrigues, o *Enquiridio; o Manual del cavallero Christiano.* Em 1549, o *Index rervm et verborvm copiofiffimus,* por João da Barreira & João Álvares e, finalmente, em 1592, um *Iiber de copia verborum & rerum,* de que só Sousa Viterbo dá notícia e de que se não conhecem exemplares. Bocácio teve em 1541 a tradução da Fiameta «porque trata delos amores de vna notable dueña napolitana llamada Fiameta» e Clenardo tambem em Portugal viu impressos livros seus : *Institutiones Grammaticæ latinæ,* em Braga, 1538, por Pedro de la Rocha, provavelmente, e *Institutiones Grammaticæ ex Clenardo* que foi impressa em Lisboa, em 1595, por Simão Lopes. Cita-se ainda uma *Institutiones Gramaticæ latinæ Nicolai Clenardi, Per Joannem Vasaeum auctae et recognitae,* impressa em Coimbra em 1546, desconhecida a A. Anselmo mas de que A. Filipe Simões se ocupou no *Conimbricense* de 1858. (Cf. J.m de Carvalho — *Uma epistola de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo,* Coimbra, 1926). É a 2.ª edição da publicada em Braga em 1538. Sôbre Clenardo publicou agora em separata da *Revue Belge de Philologie et d'Histoire,* Alphonse Roersch *La Famille de Nicolas Clenard.*

Aires Barbosa, imprimiu a *Antimoria,* Coimbra, em 1536 e Jorge Coelho, amigo, mas também rival de André de Rèzende, «em poesia, no púlpito, e como mentor dos Infantes em seus estudos humanísticos» segundo o elegante dizer de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos *(Lucius Andreas Resendius)* o seu *De Patientia Christiana* que se imprimiu em Lisboa, por 1540 na oficina de Luiz Rodrigues. Já em 1536 imprimira um poemeto, epigramas, e uma elegia ao *Serenissimi et Illustrissimi Principis. D. Alfonsi. S. R. E. Cardinalis ac Portugalliæ Infantis...* que foi dada à estampa no mosteiro de Santa Cruz. Cita-se ainda da oficina de João Blavio, de 1557, um epigrama à morte do rei D. João e um poemeto à morte de Jesus Cristo, mas desconhecem-se exemplares destas raras espécies bibliográficas. Curioso seria fazer um completo, tanto quanto possível, estudo sôbre os homens da Renascença portuguesa onde a parte bibliográfica fôsse ampla e compietamente tratada. Enquanto isso porém se não fizer pode o leitor buscar informes na *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado e na obra monumental de Nicolau Antonio *Bibliotheca Hispana vetus...* e *Bib. Hispana Nova...* (1788).

Diogo de Teive imprimiu em 1548 os *Cõmentarivs de rebvs in India...* Coimbra por João de Barreira & João Alvares, que a pag. 4 insere uma poesia latina, dedicada, como o livro, a D. João III, por Jorge Buchanan. Em 1553 uma *Oratio in laudem nuptiarum Ioannis, ac Ioannae illustrissimorum Principum...* talvez do mesmo impressor. Dez anos depois em Lisboa, por João Barreira, *Ad Ionnem. Alemcastrum serenissimu Auerij Ducena* etc. Em 1564 duas obras e em 1565 outras duas. As de 1564, ambas de Lisboa e ambas de João Barreira são *Deploratio Consolationi admista.* (Na morte de D. Fernando de Menezes, arcebispo de Lisboa) e uma elegia à morte de Miguel de Menezes, Marquês de Vila Real. (Cat.º da liv. de Sousa Viterbo, n.ª 1371). Em 1565 ou outra edição da elegia, ou então engano dos nossos bibliógrafos na data, e a obra que mais o devia celebrizar : *Epodon...* que Francisco Correia deu à estampa e Francisco de Andrade traduziu e que mereceu uma reedição em 1806 (a 1.ª é de 1786).



ARATORIS CARDINALIS HISTORIA APOSTOLICA CVM
Cõmentariis Arii Barboſæ Iuſitani:

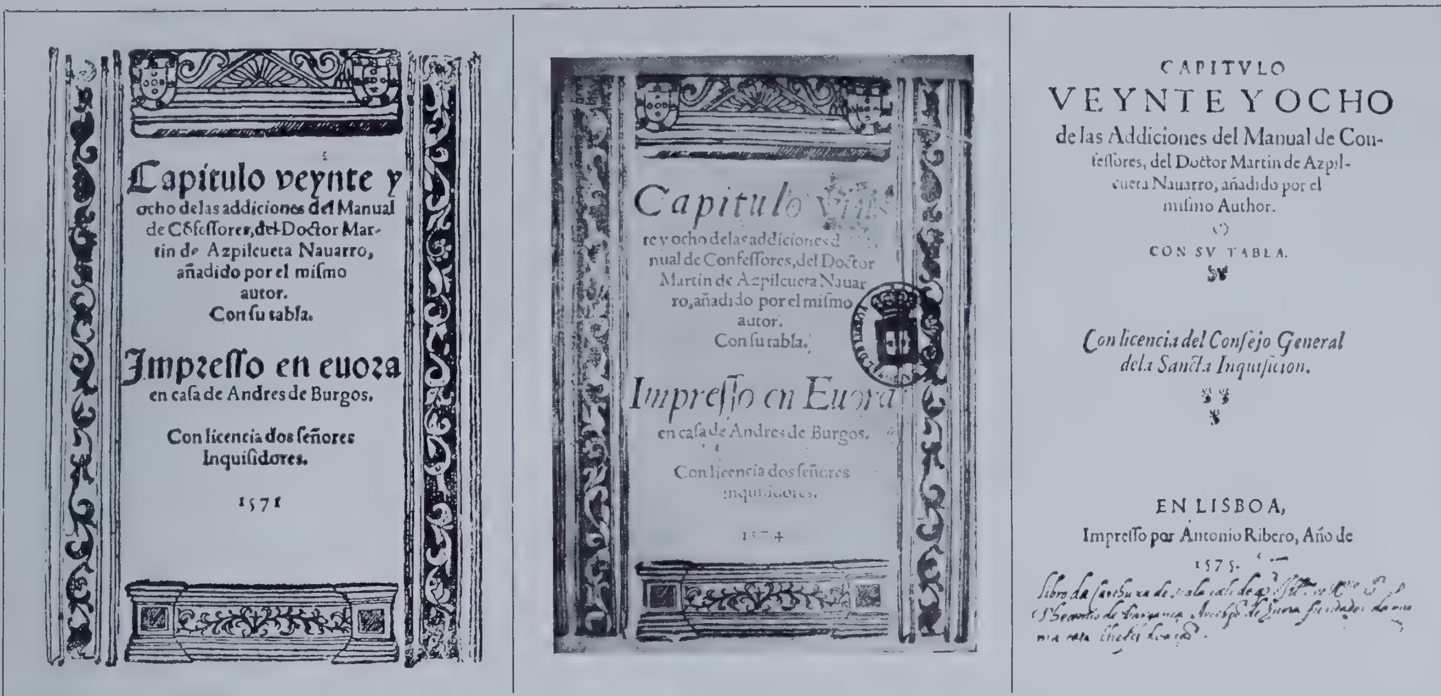
Ex priuilegio principum
Nequis in Hiſpania uendat aut ex-
cudat ſine arii Iuſſu permiſſu ue.
THeophilus ad Lectorẽ de noua Cõmentatione
Arii Luſitani Præcéptoris ſui.

Primus In undoſo quiſquis dare uela profundo eſt
Auſus: & ignotas ſollicitare uias:
Naturã ingenio uicit. náq; aſtra ſecut⁹
Subdidit imperio cærula cũcta ſuo:
Terruit haud illum Coelum undiq; & undiq; pontus
Atq; ſuo aſpectu terra relicta procul.
Arduus haud illi decimæ tumor obſtitit undæ
Haud breuia: & ſyrtes: cyaneæ ue petræ.
Quin raperet ſolis patuit quod piſcibus æquor.
Artisian audendi: laus prior utra fuit?
Qui minus ecce ualet: cui Luſitania origo eſt:
Cui græco nomen græcia culta dedit?
Publica dimiſit præclara audacia nſi
Barboſæ celebris dõctilogq; uiri.
Deſeruit terras: fluctusq; ingreſſus Arator
Docte tuos: fluctus & uada ſalſa domat.
Atrioccurrebat picea caligine coelũ:
Horrebantq; feri monſtra profunda maris.
Omnia felici curſu, pagrauit & undas
Intactasq; docet findere primus aquas.
Monſtrat & ingenio quod nullus trãſiit æquor:
Id tranſire queat qua ratione puer.
Telos.

FRONTISPÍCIO DO RARO LIVRO *Aratoris Cardinalis historia apostolica cvm cõmentariis,* por Aires Barbosa, impresso em Salamanca em 1516

De André de Rèzende fala a bibliografia feita por A. Braamcamp Freire. Pedro Margalho, o lente de Coimbra, publicou um *Tratado dos Mistérios da Missa* que todos citam mas poucos viram, quatro edições nem menos, tôdas de Évora, e tôdas desconhecidas. Aspilcueta Navarro também lente, que de Salamanca veio para Coimbra e por lá se deu tão bem que por lá ficou, indo morrer a Roma, tem impressas em Portugal, no século XVI, nada menos do que 24 edições. As obras mais reimpressas foram o *Manual de Confessores* e as *Addições ao capitulo vinte e otto.* De tôdas, A. Anselmo, na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XV* dá notícia circunstanciada.

Jerónimo Osório de 1542 a 1578 imprimiu em Portugal nove edições. Em 1542 o *De Nobilitat Civili;* em 1549 a *Epistola* a D. João III ; em 1562 a *Epistola... ad serenissiman Elisabetam angliæ reginam;* em 1567 o *Amplissimi Atqve doctissimi viri...;* 1571 *De Regis Institvtione...* e *De Rebvs Emmanvelis,* talvez a sua obra mais célebre. Em 1572 o lib. VIII do *De Regis institutione...* Em 1575 a 2.ª ed. da Carta à Rainha Isabel, e em 1578 *De vera sapientia.* Em 1580 morria o Cícero português, e em 1592 um sobrinho, do mesmo nome, publicava-lhe em Roma as obras completas. *De Rebvs Emmanuelis* além da edição do séc. XVIII foi traduzida por Filinto Elísio. Jerónimo Cardoso, o dicionarista, e Fr. Brás de Barros, o devoto de Santa Cruz de Coimbra e da Ordem a que pertencia, também, não ficaram inéditos. Belchior Beleago publicou em 1548 o seu *De Disciplinarvm Omnium studijs oratio,* e de Estêvão Cavaleiro a *Prosódia* (1505), e o *Ars Virginis Mariæ* atestam o interêsse que seus nomes despertavam. De Damião de Góis falaremos depois, na sua altura, no capítulo que lhe é consagrado.


Capitulo veynte y ocho de las addiciones del Manual de Cōfessores, del Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, añadido por el mismo autor. Con su tabla.
Impresso en euora en casa de Andres de Burgos.
Con licencia dos señores Inquisidores.
1571

Capitulo veynte y ocho de las addiciones del Manual de Confessores, del Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, añadido por el mismo autor. Con su tabla.
Impresso en Euora en casa de Andres de Burgos.
Con licencia dos señores Inquisidores.
1574

CAPITVLO VEYNTE Y OCHO de las Addiciones del Manual de Confessores, del Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, añadido por el mismo Author.
CON SV TABLA.
Con licencia del Consejo General de la Sancta Inquisicion.
EN LISBOA, Impresso por Antonio Ribero, Año de 1575.

Capitulo veynte e ocho... Edições de Évora, por André de Burgos, 1571 e 1574, e de Lisboa por António Ribeiro, de 1575. Vê-se por aqui como foi apreciada, pela gente do seu tempo, a obra do catedrático quinhentista

punto de partida para sus admirables inducciones. Pero, en lo fundamental, la tesis defendida por el Sr. Figueiredo, desde ahora, queda comprobada».

Com o respeito que nos merecem sempre as opiniões do ilustre director do museu e biblioteca de Toledo, diremos que, a nosso ver, os documentos encontrados e estudados pelo sr. San Roman nem essa restrição encerram, por isso que se as testemunhas que depõem no processo se dividem quanto à naturalidade do pintor, afirmando umas que êle é português e outras que é espanhol, a verdade é que a quási totalidade destas tinham interêsse no caso, como parentes que eram do filho do artista, por parte da mãe, procurando servir o seu fito de nobreza dêsse lado. E a naturalidade portuguesa do pintor é ainda comprovada pelo cardial Granvela e pelo embaixador de Portugal em Espanha, Lourenço Pires de Távora, e nem um nem outro, dada a sua situação e o conhecimento que tinham do artista, podiam enganar-se neste ponto. Entretanto e ainda que assim fôsse, Sanches Coelho não deixaria de ter origem portuguesa, pois ou o avô paterno, que já era cavaleiro de Cristo, em 1537, e comendador da Ordem, em Castelo Rodrigo, em 1539, ou, pelo menos, os antepassados dêste, provinham de Portugal. Como quer que seja, Sanches Coelho não deixaria em caso algum (e assim o pensa também o sr. San Roman) de ser português como pintor. E educado na nossa escola de retrato, foi, como produto directo dela, que, saindo de Lisboa para Madrid, ali foi fundar a escola de retrato que teve

COMMENTO EN ROMANCE A MANERA de repeticion latina y scholastica de Juristas, sobre el capitulo Quando. de cōsecratione dist. prima.
Azpilcueta Nauarro, cathredatico de prima ē canones d'la vniuersidad de Coimbra, en el exercicio de todas letras muy sublimado.
CONIMBRICAE. Nonas Octo. M.D.XLV.

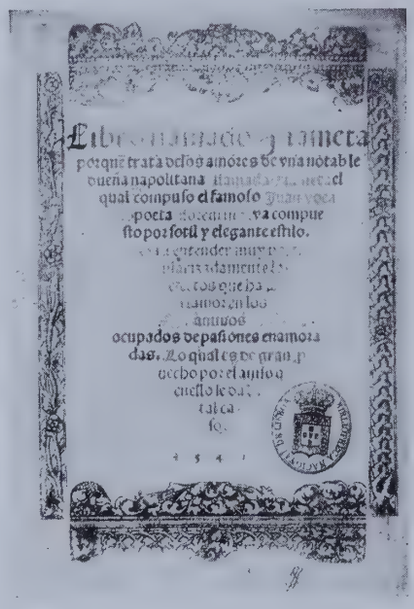
HIERONYMI CARDOSI LAMACENSIS DICTIONARIVM EX LVSITANICO IN LATINVM SERMONEM
VLISSYPONE.
Ex officina Ioannis Aluari typographi Regij. M. D. LXII.

DICTIONARIVM ALIVD: DE PROPRIIS NOMINIBVS CELEBRIORVM VIRORVM, POpulorum, Regionum, locorum, Insularum, Vrbium, oppidorū, montium, fluuiorū & fontium: nec non aliorum compluriū scitu dignorum nominum ac rerum: collegit & adiecit in studiosæ iuuentutis commodum SEBASTIANVS STOCHAMERVS Germanus: vt locupletius omninò, & ex hac etiam parte absolutum prodiret totum hoc Lexicon.
CONIMBRICÆ. Apud Ioannem Barrerium. Calend. Iul. M. D. LXIX.

Commento en romance... Coimbra, por João de Barreira, 1545; OBRAS DE JERÓNIMO CARDOSO. *Dictionarivm ex lusitanico*, de Lisboa, por João Álvares, 1562, e o *Dictionarivm aliud: de propiis nominibus*, de Coimbra, por João de Barreira, 1569

depois, num neto de português, Velasquez, a sua mais alta afirmação, e num filho de português, Cláudio Coelho, o último dos seus melhores cultores.

Visitando Portugal, pela primeira vez, em 1924, o grande historiador da arte espanhola, D. Elias Tormo, sem entrar no fundo da questão, formulou-a, entretanto, com a nitidez e a precisão de quem, ao inteirar-se *de visu* da nossa arte, dispunha já do admirável elemento de comparação que lhe fornecia o conhecimento profundo da sua. E as suas palavras, proferidas diante das telas de alguns dos bons mestres espanhóis do século XVII, no acto da inauguração da sala que, no Museu de arte antiga, é dedicada a essa escola, teem assim um mais palpitante e vivo significado. Ouçâmo-lo: «He aqui un contraste patente que a un tiempo mismo diferencia y liga nuestros pueblos por cabos innumerables. Son estos lienzos muestras de la pintura castiza de España, realista, vigorosa, fuerte, quizá un tanto violenta, un tanto despeinada, demasiado vibrante en ocasiones, talvez implacable y aun intrangisente en muchas de sus notas distintivas; y allá, en frente, vuestros maravillosos pintores primitivos envueltos en la suavidad de vuestra luz, en la serena placidez de vuestro ambiente. Sin embargo, pensad, que de Nuno Gonçalves — el mayor entre los pintores primitivos peninsulares — puede arrancar la tradición gloriosa de nuestros retratistas transmitida — según muy probable opinion del Dr. Figueiredo — por Alfonso Sanchez Coello, de linaje portugués, hasta culminar en Velasquez, hijo tambien de padre portugués, el mas grande retratista conocido».



A CELEBRADA OBRA DE BOCÁCIO, impressa em Lisboa por Luís Rodrigues, em 1541. O *Libro llamado Fiametá* foi muito apreciado em Portugal e Espanha. Esta edição marca a influência da Itália nas letras portuguesas do século áureo. (Exemplar da Bib. Nacional de Lisboa)

Não esquecendo que o falecido director do Museu do Prado, D. Aureliano de Beruete y Moret, tinha já feito afirmações análogas às que acabamos de transcrever, faremos ainda mais uma citação, a que nos fornece o último livro do director do Museu de arte antiga de Munich, Dr. Augusto Mayer: *La Pintura Española*. Além do grande valor que lhe dá a autoridade excepcional do ilustre hispanista que é o seu autor, tem essa obra, que para mais é recente, o de ser o mais importante trabalho de conjunto que existe sôbre esta modalidade da arte do país vizinho. Depois de ter comparado os primitivos espanhóis com os flamengos e italianos, escreve Mayer: «Queremos concluir estas observaciones de introducción aludiendo a un problema dificil no resuelto aún del todo: las relaciones entre la pintura española y la portuguesa. A lo que nos referimos no es tanto a una influencia de obras portuguesas sobre artistas españoles, sino a algo más importante y más decisivo. Muchos de los más famosos pintores españoles tenian en sus venas sangre portuguesa: Alonso Sánchez Coello, Velasquez, Cláudio Coello, Valdés Leal. Es caracteristico que son cuatro artistas cuyas obras se distinguen por un modo de ver puramente pictórico, por una composición vigorosa; maestros en el arte de retratar, que parecen tener su antecessor en aquel Nuno Gonçalves que ha creado los grandiosos cuadros del altar de San Vicente en Lisboa. Y también es digno de observación el hecho de que dos de los más melancolicos maestros españoles, Luís de Morales y Francisco Zurbarán, hayan nacido no lejos de la frontera portuguésa.

Dizendo que Mayer escreve também que «los primitivos portugueses sobrepujan, sin duda, a los españoles», terminaremos lembrando que foi ainda o mar, com as descobertas e conquistas a que nos arrastou, que, tendo feito de nós, pela atmosfera tamisada e graduada da sua humidade, um povo de pintores, mais pesou também na formação da nossa escola de retrato, e isso pela consciência do valor individual e do valor de nação que essas descobertas e conquistas nos trouxeram. E é também isto o que explica, juntamente com o génio dos nossos artistas, os caracteres especialíssimos que marcam esta nossa escola. A concentração do máximo de interêsse sôbre as cabeças dos retratados e essa atmosfera que se interpõe sempre entre êstes e o espectador, particularidades essas notadas por Mayer e Dvorak e que eram então coisas novas na arte, são, na verdade, a conseqüência disso tudo e do espiritualismo que era o mais fundamental da essência dos modêlos. E é igualmente por tôdas essas razões e sobretudo por êsse espiritualismo, origem da atmosfera a que se referem os dois ilustres críticos germânicos, que êsses retratos não se limitam a ser apenas a lição de admirável e viril energia, a que se refere Bertaux. Melhor do que isso, essas figuras dizem-nos que se a energia e a acção são quási tudo, elas, entretanto, pouco ou nada valeriam, se não viessem bem do fundo da alma e não tivessem esta sempre a acomnhá-las para as corrigir e animar.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI

BIBLIOGRAFIA: — Ticknor: *Historia de la Literatura Española;* Teófilo Braga: *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa — Renascença* (e demais obras relativas aos autores da época); Fidelino de Figueiredo: *História da Literatura Clássica,* vol. I; Gonçalves Cerejeira: *O Renascimento em Portugal — Clenardo,* Coimbra, 1918; Ricardo Jorge: *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro,* Pôrto, 1921; Dr. José Maria Rodrigues: *Fontes dos Lusíadas; Os Lusíadas de Luís de Camões,* ed. fac-similada, Lisboa, 1921; *Os Lusíadas,* ed. nacional, 1928; D. Carolina Michaëlis: *Obras de Sá de Miranda,* Halle, 1885; *Obras de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão,* Coimbra, 1923; A. Epifânio da Silva Dias: *Obras de Cristóvão Falcão,* Pôrto; *Sintaxe Histórica Portuguesa,* Lisboa, 1918; *Os Lusíadas de Luís de Camões,* ed. comentada, Pôrto; Dr. Mendes dos Remédios: *Obras de Gil Vicente,* Coimbra; Adolfo Coelho: *A língua portuguesa,* Pôrto; J. Leite de Vasconcelos: *Lições de Filologia Portuguesa,* Lisboa; *Opúsculos,* Coimbra, 1928, vols. I e II; José Joaquim Nunes: *Gramática Histórica — Fonética e Morfologia,* Lisboa; M. F. Estanco Louro: *Os Lusíadas e o Povo Português,* Lisboa, 1927; Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto: *Dicionário dos Lusíadas,* Rio de Janeiro; Agostinho de Campos: *A Língua Portuguesa* [apud. «Histó-

NAUS MANUELINAS

Pintura de Gregório Lopes, de cêrca de 1521. Êste quadro (1,45×0,77), esteve em Portugal até 1911, encontrando-se actualmente em uma colecção da Baviéra. Sôbre ela publicou o dr. José de Figueiredo um estudo na *Lusitânia*, fascículo camoniano, de 1925, em que frisando o valor excepcional da pintura sob o aspecto pictural, crê que ela representa a chegada da armada que levou a infanta D. Beatriz a Ville-Franche (Vila Franca de Niza), onde ela desembarcou com o seu séquito a 27 de Setembro de 1521. Êste quadro é notável ainda por nos dar os trajos dos marinheiros, em faina, da época e pelo rigor «com que são dadas tôdas as embarcações, desde a grande nau que vemos no primeiro plano, ao centro, e que é talvez a «Santa Catherina de Monte Sinay», em que viajava a Infanta, até à pequena fusta que se vê à direita, em plano longínquo». Por êste quadro também se vê que «as naus portuguesas eram características e diversas das flamengas» e das «que povoam os painéis alheios de igual período».

Henrique Lopes de Mendonça, também na *Lusitânia*, fascículo do Natal, 1925, fundamenta a opinião de representar a pintura a armada que levou a filha de D. Manuel, a infanta D. Beatriz, desposada com o Duque Carlos III de Saboia, a Vila Franca de Niza. Mas, diversamente do dr. José de Figueiredo, acredita que o local onde a armada se encontra é o Pôrto de Marselha e crê que o quadro se pode denominar «A armada que transportou a Niza a duquesa de Saboia, D. Beatriz de Portugal, surgindo no pôrto de Marselha, em Setembro de 1521». Quanto à nau *Santa Catarina do Monte Sinai*, Lopes de Mendonça evoca carinhosamente a velha nau quinhentista cuja existência se lhe afigura «sobremaneira interessante, pelas aventuras romanescas por que passou, pela importância histórica das personagens que lhe pisaram o soalho, pela extensão dos mares que percorreu, pela sua nascença envolta de enredos, pelo seu final trágico». Enfim, um curiosíssimo e valioso painel português, de alto valor pictural e iconográfico.

ria da Colonização Portuguesa do Brasil», vol. III]; *Paladinos da Linguagem*, vols. I e II, Lisboa; Fernão de Oliveira: *Grammatica da Lingoagem Portuguesa;* João de Barros: *Compilação de várias obras*, etc.; Pedro de Magalhães de Gandavo: *Diálogo em defensão da língua portuguesa;* Duarte Nunes de Leão: *Orthographia da Lingoa Portuguesa; Origem da Lingoa Portuguesa.*

LADO EXTERIOR DA PORTA DA ESQUERDA DO ANTIGO RETÁBULO DE SANTA AUTA DA IGREJA DA MADRE DE DEUS representando o trausporte das relíquias da Santa, de Colónia para bordo da nau portuguesa que as trouxe a Portugal. (Na Igreja da Madre de Deus)

O português arcaico e o português moderno

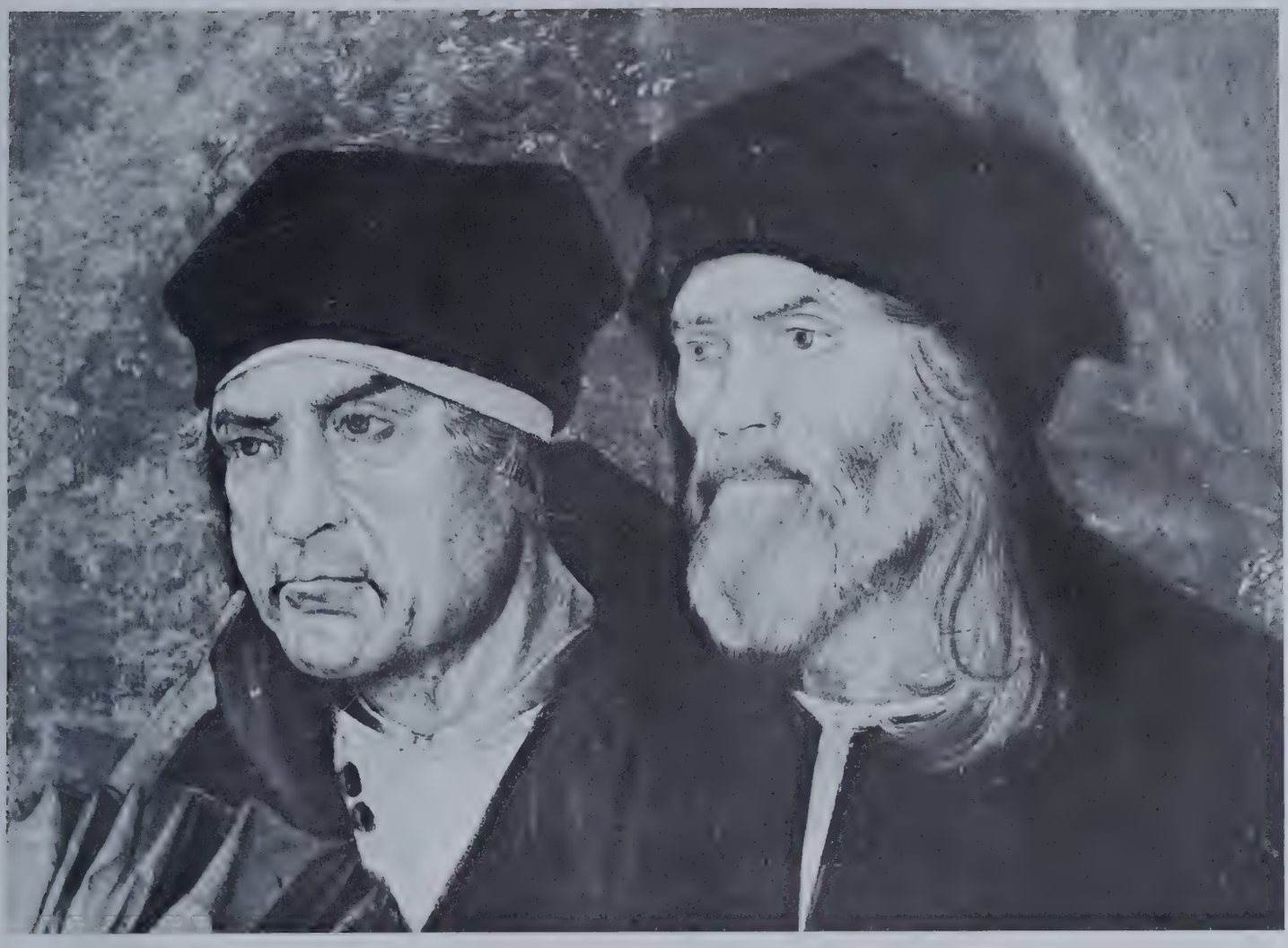
COMPARANDO a linguagem dos escritores, conhecidos e anónimos, das duas primeiras épocas da nossa literatura, isto é: a linguagem da fase arcaica do nosso idioma — que abrange, dum modo geral, a idade-média portuguesa — com a que usaram os escritores do século XVI — primeira fase do português moderno, — notar-se há, desde logo, que muito consideráveis diferenças as distinguem. O estudo comparativo das duas fases, bastante trabalhoso e difícil, está por fazer: apenas se encontra delineado. Para cabalmente nos podermos pronunciar acêrca do estado em que deixaram a língua os homens que a escreveram no século XVI, fôra necessário inventariar meticulosamente o léxico com que lidaram uns e outros dos seus obreiros, as formas que os vocábulos revestiram e as combinações sintácticas que originaram numa e noutra fase, e apurar o grau de beleza que *velhos* e *novos* conseguiram com os materiais de que dispunham, disciplinando cada vez mais o idioma e determinando, dêsse modo, o aparecimento das primeiras gramáticas e dos primeiros trabalhos filológicos, sinais evidentes de que já chegara a hora de serem ditadas aos vindouros as normas fundamentais — só as fundamentais, mas essas eternas — da evolução da língua aqui nascida e criada. São dois problemas, qual dêles o mais importante, cuja resolução pertence a especialistas de profundo saber e beneditina paciência: o primeiro, de carácter morfológico ou lexicológico, é da competência dos filólogos; o segundo, de estética lingüística, não é menos difícil, e requere a sensibilidade dum Remy de Gourmont. Ante uma obra de tamanho vulto, limitar-nos hemos, pois, a traçar um rápido esbôço do assunto.

VASCO DA GAMA. — Pintura portuguesa do primeiro têrço do século XVI. Museu Nacional de Arte Antiga

Influência do Renascimento nos destinos das línguas românicas

O movimento da Renascença exerceu uma extraordinária influência sôbre as línguas românicas e sôbre as respectivas literaturas. Depois do trabalho dos humanistas, que descobriram, comentaram e tornaram conhecidas as obras das duas velhas literaturas grega e latina, reconheceu-se, muito naturalmente, a necessidade de enriquecer as línguas, a-fim-de as pôr em condições de poderem aspirar à perfeição daqueles velhos idiomas. Ao primitivo fundo lexicológico, proveniente do latim vulgar, dos falares autóctones e dos idiomas vizinhos, veio sobrepôr-se, mais ou

NOTA IMPORTANTE: — Por nas máquinas em que êste estudo é composto não existirem as letras *u, e, q, i* com *til* (~) sobreposto, foram estas letras substituidas por letras simples em itálico, na composição em redondo, e em redondo nas palavras compostas em itálico, que o leitor tomará por aquelas.



Os Doadores do Quadro de Cristóvão de Figueiredo: «A deposição de Cristo no túmulo». Dois físicos, um dos quais ostentando as insígnias doutorais. (No Museu Nacional de Arte Antiga)

menos violentamente, uma grossa camada de termos peregrinos, de origem latina e grega, que modificou a fisionomia das línguas escritas. A evolução espontânea, popular, daquele primitivo fundo lingüístico foi, por conseguinte, detida pelos escritores *latinizantes*, do que resultou uma maior separação entre a língua popular e a literária, erudita ou culta, separação que com o rodar dos anos foi por vezes levada ao exagêro, mercê do pedantismo literário de certos escritores ou tertúlias literárias.

Na Itália, o movimento humanístico, precursor do Renascimento, foi importantíssimo e tornou possível um movimento semelhante em França, Espanha e Portugal. Os Petrarcas e os Ângelos Policianos desvendaram à Europa as riquezas das literaturas clássicas e arrastaram-na para o seu conhecimento directo.

Os factos históricos explicam perfeitamente a invasão de italianismos na língua francesa, o culto das línguas clássicas em França e a subseqüente adopção de vocábulos latinos e gregos. Os arautos dêsse movimento naquele país foram o poeta Ronsard e os seus companheiros da «Pléiada». Joachim Du Bellay escreveu a «Défense et Illustration de la Langue Française» (1549), «na qual — escreve Augusto Brachet (1) — propunha um plano de reforma para criar, dum só jacto, uma língua poética, pela importação directa de palavras latinas e gregas para francês». «Este manifesto proclamava claramente o duplo fim dos reformadores: ennobrecer a língua por meio de abundantes empréstimos feitos às línguas antigas; ennobrecer a poesia francesa com a importação dos géneros literários usados entre os antigos».

A influência italiana em Espanha dá-se pela mesma época. As conseqüências foram as mesmas: modificação da língua e nova orientação literária, chefiada em primeiro lugar por Boscán, Garcilaso de la Vega e Diego Hurtado de Mendoza.

Em Portugal. Papel de Sá de Miranda. Sua linguagem

Numerosos factos provam que muitíssimo antes do Renascimento própriamente dito se manifestara em Portugal o gôsto pela cultura clássica, especialmente pela cultura latina. Referências bastante freqüentes a obras e escritores latinos e gregos; traduções do latim; palavras de introdução erudita, em concorrência com as de origem popular correspondentes, claramente indicam que a idade-média portuguesa, em especial a última época, muito deveu ao humanismo, por via da Itália e da Espanha. A época castílio-portuguesa (1434-1502) pode ser considerada, quer sob o ponto de vista literário, quer sob o ponto de vista filológico, como uma época de transição. Na «Virtuosa Bemfeitoria» o Infante D. Pedro confessa que se viu

(1) «Grammaire Historique de La Langue Française», 15.ème édition, pág. 58.

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

«Sala J. — É, como diz Bertaux, um verdadeiro tesouro de arte e de história», pelos dois admiráveis trípticos de Nuno Gonçalves, uma das obras capitais da pintura de todos os tempos, pintados ca. 1460 pelo pintor régio de D. Afonso V, e que até ao começo do século XVII existiram na capela de S. Vicente da Sé de Lisboa.»

No *Tríptico do Infante* (pág. 337), à esquerda de S. Vicente, patrono de Portugal, ajoelha o rei D. Afonso V, cuja tez admiràvelmente bronzeada e tão característicamente portuguesa contrasta com a palidez leitosa da criança que lhe está ao pé, o príncipe D. João, mais tarde D. João II. Por trás dêles o infante D. Henrique, de cabeça coberta por uma grande gorra negra, de cuja copa pendem as pontas extremas do laço que a envolve, e cuja máscara, sem a dureza proverbial, é mais suave e iluminada que a da *Crónica* de Azurara. À direita do Santo a rainha D. Isabel, já morta ao tempo (figura de manequim), por trás da qual se vê a princesa D. Isabel de Aragão, sua mãe. Por trás dêstes, admiráveis de carácter, os homens do Infante, e no último plano, à esquerda, o retrato do próprio pintor, agrupado com outro, talvez de João Gonçalves, seu irmão (?). No postigo da direita, no primeiro plano, uma personagem com a relíquia do Santo, que se guardava na Sé; por trás, sustentando um livro que quere ser o Talmud, José Chaim, rabi da comuna dos judeus de Lisboa, tendo sôbre a samarra, à altura do peito, a estrêla vermelha de seis pontas; à esquerda, um mendigo em frente de um ataúde — o que trouxe o Santo para Portugal; finalmente, ao fundo, dois frades. — No postigo da esquerda, à frente, D. Vasco

Tinoco, esmoler-mór do rei. Atrás dois padres conversos ou barbatos, sendo o último possìvelmente um Frei Luís, astrólogo estrangeiro.

No outro tríptico, o *do Arcebispo*, (pág. 336) vê-se à direita do Santo o infante D. Fernando, irmão do rei, atrás D. Fernão de Almada, 2.º conde de Avranches, capitão-mór do mar; e por trás dêste Duarte de Almeida, o decepado, alferes da bandeira que aí substitui o alferes-mor Conde de Viana. Ao fundo, do lado esquerdo do painel o arcebispo D. Martinho rodeado dos seus cónegos, e à direita o cronista Azurara. À esquerda do Santo, ajoelhado, Rui de Melo, almirante, e por trás dêste D. Fernão Coutinho, marechal; ao fundo, a 2.ª figura da direita, Mestre Afonso Madeira, físico-mor, pois enverga murça de peles, distintivo dos físicos doutores. No postigo da dir., em três planos sucessivos, os 3 primeiros duques de Bragança, e por trás do último, com casco de aço, o Conde de Viana, atrás do qual se vêem ainda 4 frades. No postigo da esq., figuras da irmandade dos pescadores e navegantes. No 1.º plano, um mendigo orando, com a cabeça quási no chão e os cotovelos fincados no ladrilho do pavimento, e tendo na mão um rosário cujas camândulas são formadas dos elos de espinhas de peixe.

(Do *Guia de Portugal*, da Bib. Nacional, actualizada a marcação das figuras dos painéis pelas mais recentes conclusões).

obrigado a usar *palavras latinadas:* «E os que menos letrados forem do que eu som, nam se anojem d'alg*u*as palavras latinadas, e termos scuros, que em taaes obras se nom podem scusar...» (1). Inversamente, D. Duarte, no «Leal Conselheiro», recomenda grande cuidado e parcimónia na adopção de palavras da língua latina, apresentando-se assim, no acertado dizer de Agostinho de Campos, como o mais antigo defensor da vernaculidade e o mais antigo *paladino* da nossa linguagem. São do ilustrado e a tantos títulos simpático monarca os seguintes períodos do «Leal Conselheiro» : «*Da maneira pera bem tornar alg*u*a leitura em nossa linguagem:* Primeiro, conhecer bem a sentença do que ha de tornar, e poê-la inteiramente, nom mudando, acrecentando, nem minguando alg*u*a cousa do que esta scripto. O segundo, *que nom ponha palavras latinadas, nem doutra linguagem,* mas todo seja em nossa linguagem scripto, mais achegadamente ao geeral boo costume do nosso falar que se puder fazer. O terceiro, que sempre se ponham palavras que sejam dereita linguagem, respondentes ao latim, nom mudando h*u*as por outras : assi que onde el desser per latim scorregar nom ponha afastar, e assi em outras semelhantes, entendendo que tanto monta *u*a como a outra, porque grande deferença faz pera se bem entender seerem estas palavras propriamente scriptas» (1).

Nos «Poetas Palacianos» [Pôrto, 1872], Teófilo Braga aponta à poesia do século XV três feições ou caracteres : *erudito* (com referências à mitologia e aos sábios da antigüidade, grande amor pelas traduções latinas, tendência didáctica) ; *casuístico,* «resto tradicional das canções trobadorescas, fortalecido pelo gôsto da alegação jurídica dos doutores romanistas que estudavam na Itália, e do platonismo da primeira Renascença, que os místicos levaram a todos os países românicos, cujo «correctivo foram as coplas *satíricas*» ; e *devoto,* visto que «os poetas escrevem orações ou parafraseiam os hinos da Igreja».

Dentre as traduções do latim são dignas de menção especial as do poeta João Rodrigues de Sá, recolhidas no «Cancioneiro geral» de Rèzende (2).

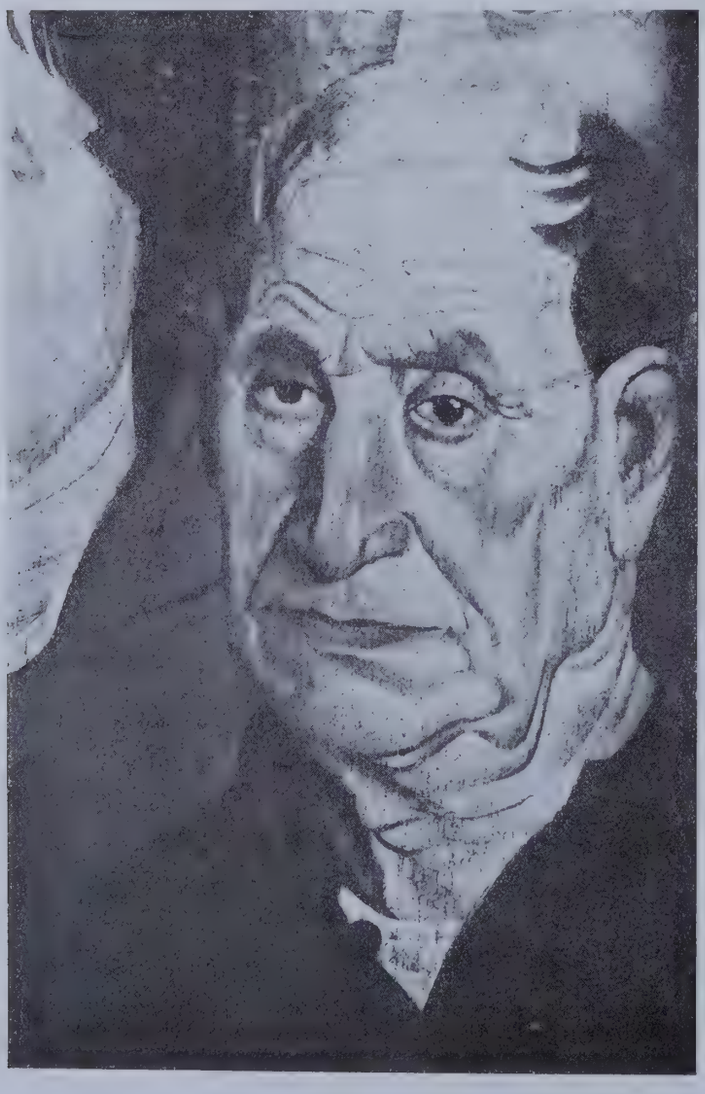
Já em escritos anteriores fica expressa a predilecção de alguns poetas pelo tema dantesco do Inferno e o conhecimento, embora imperfeito, dos poetas da proto-renascença italiana.

A grande época latinizante da nossa língua foi, porém,

(1) «Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa — II — O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro», publicação da Bib. Pública Municipal do Pôrto, Pôrto, 1910, Cap. II, pág. 7.

(1) «O Leal Conselheiro» e «Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela», ed. de J. I. Roquette, Paris, 1842, pág. 476.

(2) «Epistola de Penelope a Olysses treladada do latym em lingoaje» (C. G., ed. de Coimbra, vol. III, pág. 215-228), «Epistola de Laodamia a Protesila tirada do Ouuidio de Latim em lingoajem». Id., id., pág. 228-243), «Epistola de Dido a Eneas treladada de Latym em linguajem». (Id., id., pág. 245-264).

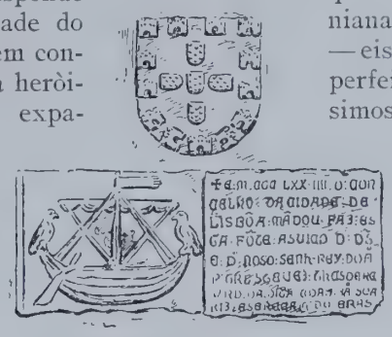


«Um companheiro do Infante». Pormenor do Painel do Infante

Retrato do rei D. Afonso V. Pormenor do Painel do Infante

Mercê de Nuno Gonçalves nos painéis e nas Tapeçarias de Arzila, o rei D. Afonso V é dos que têem mais curiosa e fidedigna iconografia. Falando dos quadros de Nuno Gonçalves, diz o *Guia de Portugal,* excelente publicação da Biblioteca Nacional : «Nêles se vêem representadas tôdas as classes sociais desde o Rei até ao Povo, como para significar a comunhão e participação de tôda a grei na grande emprêsa histórica da nacionalidade».

o século XVI. Durante ela é que a língua extraordinàriamente se transformou, sob o influxo dos grandes escritores, depois da famosa e fecundíssima viagem de Sá de Miranda à Itália e Espanha (1521-1526). ¿Quais os motivos determinantes dessa viagem? Responde D. Carolina Michaëlis: «Foi a curiosidade do poeta, o desejo de estudar a arte, de pôr em concordância a elevação do pensamento com a heròicidade das acções portuguesas que o expatriou» (1). A mesma escritora sustenta, e prova, que o movimento da Renascença, antes da viagem dêste escritor, «foi em Portugal apenas um vago crepúsculo» (2).



O NAVIO DA CIDADE EM VÁRIOS PRÉDIOS ANTIGOS DE LISBOA. — Escultura em pedra. Naus do século XVI, nau e brigue seiscentistas. Do *Tempo passado*, por G. Matos Sequeira. Lisboa, 1923, onde também se publica um estudo sôbre tal

Durante essa peregrinação pelos dois países onde o humanismo já produzira os mais abundantes e variados frutos, privou Sá de Miranda com os mais altos espíritos da época. De volta a Portugal, introduziu na nossa literatura a comédia clássica, com os «Estrangeiros» (1527-1528), e os «Vilhalpandos» (1538); o soneto, a canção, o terceto, a oitava rima e as églogas à maneira de Sannazaro, e tentou a tragédia, como no-lo dá a entender o pequeno fragmento da «Cleópatra». Foram seus sequazes, isto é, seus verdadeiros discípulos, escritores como António Ferreira, Diogo Bernardes, Andrade Caminha, Fr. Agostinho da Cruz, D. Manuel de Portugal, Francisco de Sá e Meneses, Jorge Ferreira de Vasconcelos, e sobretudo Camões. A sua influência sôbre os destinos da língua foi enorme; mas não conseguiu, nos seus ingentes esforços, dar-lhe a maleabilidade que ela veio a adquirir nas mãos de alguns dos discípulos. «As suas poesias não nascem espontâneamente; são filhas dum esfôrço, violento às vezes, e trazem o cunho dum árduo trabalho. Custou-lhe imenso acomodar a língua materna, aquêle português velho e relho dos heróis da África e da Índia que ouvira e falara na sua juventude, às finas e profundas ideias novas e aos metros estrangeiros, que tentou introduzir» (1). «Só depois duma luta porfiada é que a rude fraseologia do Cancioneiro de Rèzende se podia transformar naquela formosa linguagem que admiramos nos *Lusíadas* e na lírica camoniana. Entre Rèzende e Camões está Miranda — eis a explicação da relativa penúria, das imperfeições e desprimores dos seus versos, duríssimos sim, mas populares e arqui-nacionais, quanto à estrutura métrica, arqui-nacionais também quanto à vernaculidade e locução poética; eis também a explicação das muitas variantes, nascidas entre as mil e uma experiências, a que o poeta sujeitou o seu esquivo e duro material, pouco ou nada apropriado a manipulações poéticas, transformações audaciosas e agrupamentos artísticos. Vêmo-lo, trabalhando sempre, à procura de palavras adequadas à sua estética de poeta culto» (2).

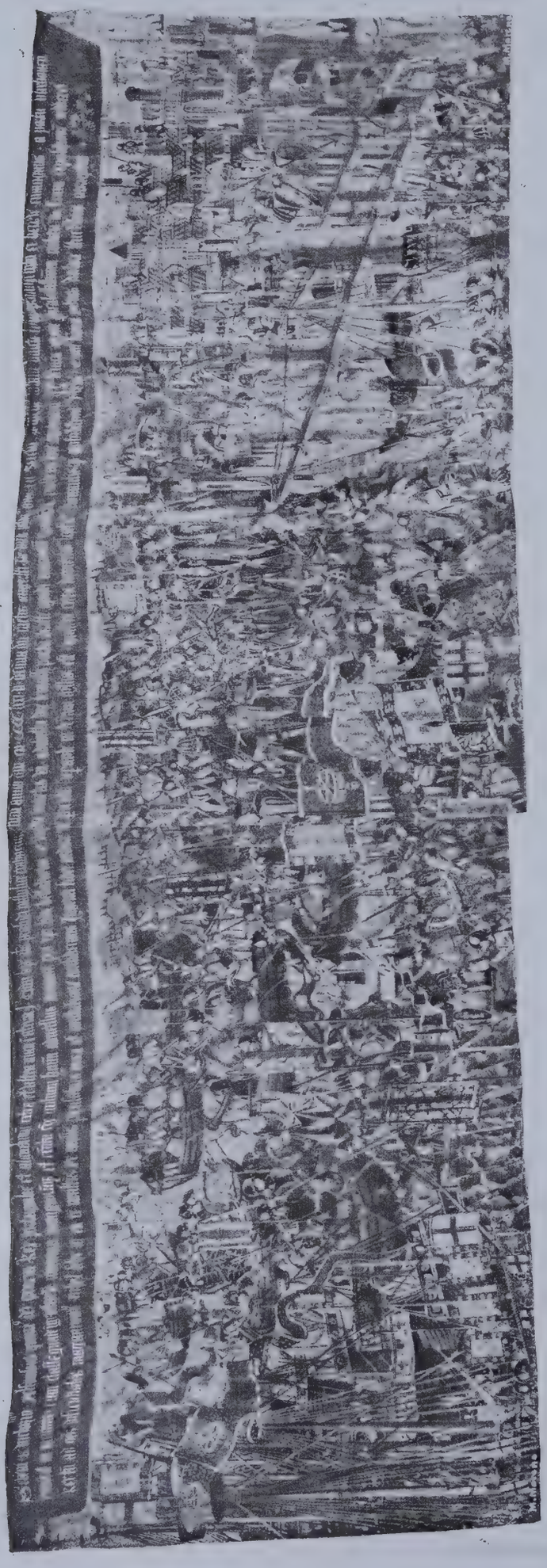
O seu estilo é mais simples, e correntio nas composições tradicionais. «Miranda — escreve ainda D. Carolina Michaëlis — nem por isso desprezou completamente o elemento *nacional*, os versos de arte comum, isto é: a *redondilha maior* e *menor*, o delicioso metro peninsular e suas formas estróficas, representadas em vilancetes, cantigas, esparsas e glosas, e ainda menos o grupo das singelas quintilhas e décimas, adoptadas com seguro instinto artístico por Ribeiro e Falcão nas suas mimosas bucólicas» (3).

O abstruso da sua forma provém mais especialmente da construção latina da frase do que do emprêgo de termos latinos. O léxico de Miranda acusa a existência de muitos, muitíssimos vocábulos ou expressões já arcaicos, ou tirados da linguagem popular, como: *abastar* (bastar), *abeborado*, *abondar* (abundar), *abuiz*, *acoimar* (censurar), *aconhecer* (conhecer), *adeparte* (a de parte, à parte), *adesora*

FIGURA COMEMORATIVA DA CHEGADA DOS PORTUGUESES À ÍNDIA, reproduzida da *Carta marina navigatoria*, de Waldseemüller (Ilacomilus), do ano de 1516. (Da *História da Colonização Portuguesa do Brazil*. 1921.)

(1) «Poesias de Francisco de Sá de Miranda», Halle, 1885, pág. VIII.
(2) Obr. cit., pág. X.

(1) Ob. cit., pág. C.
(2) Ob. cit., pág. CI.
(3) Ob. cit., pág. XV.



(a desora), *adouto* (adopto, adoptado) ; *ahotas* e *aosadas* (por certo) ; *al* (outra coisa) ; *a la fé, abofé* e *bofé* (por boa fé) ; *alembrar-se, alevantar; algua, nenhua, lua,* ua; *menhã, antemenhã; amorcego, amostrar; antão, antonces; antre, antrambos, antremeter; apetito; aperfiar, aprefiar, perfia; arrecear; arrefentar* (tornar frio) ; *artefício; arvorada* (alvorada) ; *assessego* e *assossego; assoprar; asinha* (depressa) ; *asolto* (absolto, absolvido) ; *assi* (assim) ; *atambor; atreiçoadamente, treição; auga; ausoluto* (absoluto) ; *autivo* (activo) ; *avagar* (vagar), *avantagem* e *aventagem; avorrecer; bailo, balhar* (bailar) ; *bever; bívera; brasfemar* (blasfemar) ; *ca* (porque) ; *cagiom* (cajão, ocasião) ; *caje, casi, quage* e *quagi* (quási) ; *camanho* (quão grande) ; *causo* (caso) ; *cidadões; co, cos, coa* e *coas* (com o, com os, com a, com as) ; *com de dia; coma* (como) ; *conciencia; concrudir* (concluir) ; *condanar; condino, dino, contino; contrairo; cramar* (clamar) ; *crareza, craridade* e *craro; crecer; cudado* (cuidado), *cudar* e *cudoso; çarração* e *çarrar* (cerração, cerrar) ; *decer, dereito; des* (desde) ; *desemparo, emparo, emparar* e *emperador; despois; despor; detreminar; dezer; dino, indino, malino* e *sino* (digno, indigno, etc.) ; *denidade* (dignidade) ; *eisprimentar; por em* (por isso) ; *em que* (ainda que) ; *encolheito, escolheito, recolheito* (encolhido, etc.) ; *ende* (disso) ; *entom; enxempro* (exemplo) ; *escuitar, esmaginar* (imaginar) ; *espir-se* (despir-se) ; *esprito; fantesia; feito* (feto) ; *fermoso; fim* (como feminino) ; *fiuza* (confiança) ; *frol* (flor) ; *fruita, fruito; garnição; genela* (jenela, janela) ; *gentar* (jentar, jantar) ; *giolho* (joelho) ; *grosa, grosar* (glosa, glosar) ; *i* (aí) ; *ifante, imigo, inorante; leixar* (deixar) ; *lhe* (plural) ; *liança* (aliança) ; *linguage, Madanela, mal pecado!* (mau pecado!) ; *meizinha* (mèzinha) ; *ó* (ao) ; *pacer* e *pacigo; par* e *per* (por) ; *perla* (pérola) ; *pera* (para) ; *pero* (porém) ; *piadade* e *piadoso; piqueno; poderar-se* (apoderar-se) ; *polo* (pelo) ; *própio; quiçais* e *sicaes* (quiçá, talvez) ; *rapaz* (rapace) ; *renço* (ranço) ; *reposta, reprender, resprandecer* (resplandecer) ; *rezão; samear; samica* e *samicas* (talvez) ; *sesudo; si* (sim) ; *sigredo; simpreza* (simpleza) ; *somana; sonoite* (à noitinha) ; *soterranho* (subterrâneo) ; *suidade; ta* (tua) ; *Taresa; té* (até) ; *tengir* (tingir) ; *tisoura; trasportar; tresquiar* (tosquiar) ; *tromento; truita* (truta) ; *u* (onde) ; *usso* e *ussa* (urso, ursa) ; *véspora;* e as formas verbais arcaicas : *alumea, arça* (arda) ; *dixe, dixeste; di-me* (diz-me, dize-me) ; *estê, estês, estem* (esteja, estejas, estejam) ; *faes* (fazes) ; *feze* (fêz) ; *heis* e *hemos; imos* (vamos) ; *is* (ides e vais) ; *jouve, jouvemos* (jazi ou jazeu, jazemos) ; *mouro* e *moura* (morro, morra) ; *qués* (queres) ; *são* e *som* (sou) ; *sento* (sinto) ; *sigue* (segue) e *sigui* (segui) ; *trouve, trouvera* (trouxe, trouxera) ; *vas* (vás, vais), *veu* (veio).

A defesa da língua materna no século XVI. António Ferreira

Os escritores do século XVI sentiram a necessidade de firmar o idioma nacional, que em frente da língua castelhana, mais desenvolvida e expressiva, corria o grave

TAPEÇARIAS DE ARZILA : A DO DESEMBARQUE. — «À esquerda, as naus portuguesas ; entre elas a do rei com a sua flâmula e cesto da gávea ; ao centro, numerosos barcos transportam os cavaleiros para terra, num batel ; em baixo, com o rei e o príncipe, desfraldam-se o estandarte de Portugal e o pendão régio ; à direita e em cima, D. Afonso V e o príncipe, já em terra, vão a caminho dos muros de Arzila, cuja casaria se entrevê no extremo da composição». Estas tapeçarias são notáveis a todos os respeitos e, segundo a opinião do sr. dr. José de Figueiredo, foram feitas sôbre cartões de Nuno Gonçalves.

risco de perder-se. Não havia outro meio de o conseguir senão latinizando-a, aproximando-a da língua-mãe, o latim, de onde surgira grande parte do primitivo fundo lexicológico. A maior parte dos autores são, pois, latinizantes ; o seu escopo é conseguir a máxima maleabilidade, variedade e beleza, embora com o risco de a língua perder um tanto do seu primitivo aspecto. Muitos dêsses escritores são, ao mesmo tempo, declarados e entusiásticos defensores da fala nacional. Se não tivemos pròpriamente um Du Bellay, que em favor do português redigisse um manifesto, não nos faltou uma «pléiada» que, menos radical e revolucionária do que a francesa, foi contudo mais eficaz, pois impediu, criteriosa e patriòticamente, que a língua de Fernão Lopes e dos Cancioneiros medievais cedesse o passo à sua poderosa rival do país vizinho, *sem se deformar demasiadamente*. Acima de todos os defensores do português está António Ferreira, um dos mais ilustres e nobres discípulos de Sá de Miranda, acêrca de quem, e por ocasião da sua morte, Diogo Bernardes escrevia, em carta dirigida a Andrade Caminha [Carta XXI] :

Ah bom cultor da Musa Portuguesa,
qual foi Vergílio a Roma, a Grécia Homero,
tal foste tu à tua natureza!

Enquanto da triste ausência o fim espero
e Cloto não me corta a mortal teia,
pois te não sei cantar, chorar-te quero.

Verei com secos olhos sêca a veia
que, dando à pátria tantos versos raros,
um só nunca lhe deu em língua alhcia?

Cioso da língua materna a ponto de só desejar que os vindouros o reconhecessem como *amigo da língua* [Ode I do Livro I dos «Poemas Lusitanos»], Ferreira censurava os escritores bilíngües, que se compraziam em escrever em língua estrangeira. Dirigindo-se sôbre o assunto a Andrade Caminha, seu amigo, assim procura chamá-lo ao verdadeiro trilho [Livro I, Carta III] :

Mostraste-te tègora tam 'squecido,
meu Andrade, da terra em que nasceste,
como se nela não foras nascido.

Êsses teus doces versos, com que ergueste
teu claro nome tanto e que inda erguer
mais se verá, *a estranha gente os deste...*

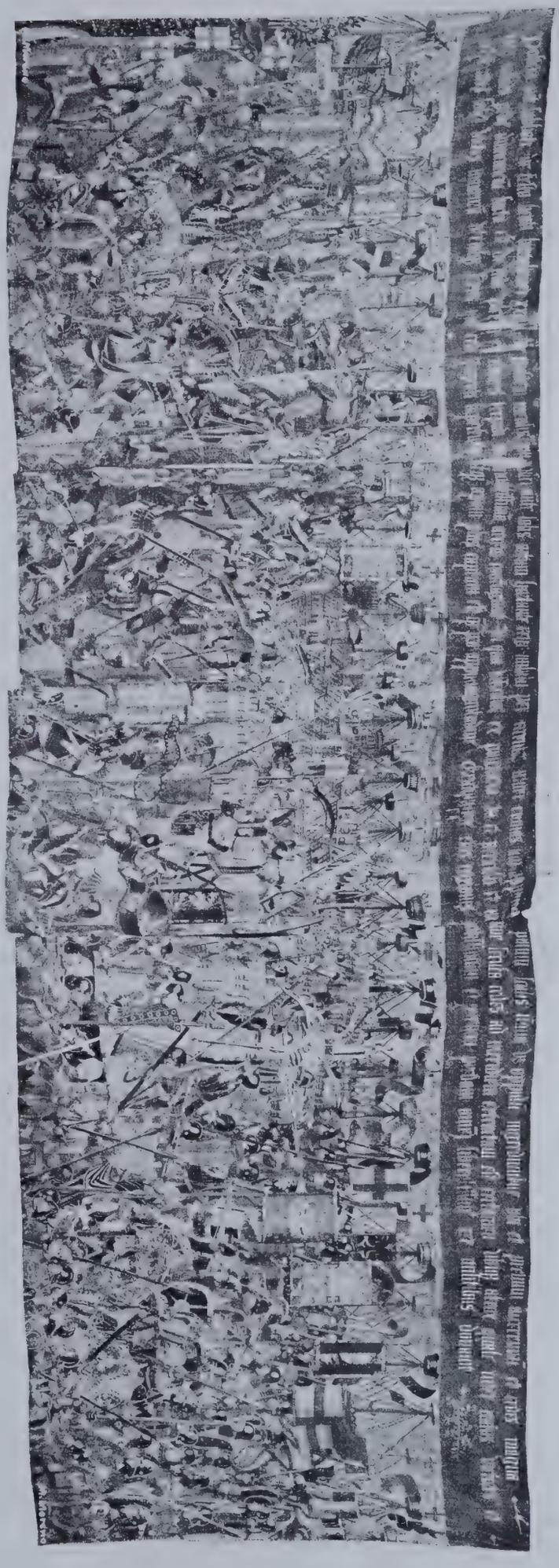
¿Porque o com que podias nobrecer
tua terra e tua língua lho roubaste,
por ires outra língua enriquecer?

Cuida melhor que quanto mais honraste
e em que mais tiveste essa língua estrangeira,
tanto a esta tua ingrato te mostraste.

Volve, pois, volve, Andrade, da carreira
que errada levas (com tua paz o digo)
e alcançarás tua glória verdadeira.

E já antes dissera :

Do que se antigamente mais prezaram
todos os que escreveram foi honrar
a própria língua, e nisso trabalharam.



TAPEÇARIAS DE ARZILA : A DO ASSALTO. — «...inicia-se o assalto, alguns cavaleiros protegidos pelas adargas, trepam aos muros. À direita, D. Afonso V, a cavalo, combate de espada desembainhada no ar, rodeado de estandartes e trombetas, precedido do alferes com o guião da sua divisa. À esquerda, o príncipe, com o bastão de comando». Reinaldo dos Santos.
Reveladas pelo dr. José de Figueiredo, entre nós, em 1915, depois de valorizadas sob o ponto de vista histórico e artístico, com a identificação do autor dos seus cartões : Nuno Gonçalves. Sôbre estas tapeçarias existentes na Colegiada de Pastrana publicou, em 1922, o sr. dr. R. dos Santos uma importante monografia

AS TAPEÇARIAS DE ARZILA

PORMENOR DA TAPEÇARIA DO DESEMBARQUE. — «O rei e o príncipe, num batel, empunham lanças de combate. O alferes-mor, conde de Valença, leva a bandeira do reino». Reinaldo dos Santos

Cada um andava pola mais ornar
com cópia, com sentenças e com arte,
com que pudesse doutros triunfar.

À mesma composição pertencem êstes versos, verdadeiro hino à língua materna, que nós já tivemos o prazer de encontrar à frente de uma gramática portuguesa, redigida por um estrangeiro (1):

Floresça, fale, cante, oiça-se e viva
a portuguesa língua, e já onde fôr
senhora vá de si, soberba e altiva.

Se até aqui esteve baixa e sem louvor,
culpa é dos que a mal exercitaram,
esquecimento nosso e desamor.

Ao mesmo tempo que tão altivamente terçava armas pelo uso da língua, António Ferreira, como bom clássico, dava os seus conselhos àqueles que para os ouvir dêle se abeiravam. Em carta dirigida a Diogo Bernardes [Carta XII, do Livro I] aconselha êle a imitação dos bons autores antigos e o escrupuloso uso da lima, segundo a recomendação de Horácio, para a consecução da arte irrepreensível:

Mas tratarei contigo amigamente
do conselho que pedes, juízo e lima
tem em si todo humilde e diligente.

Quem tanto a si mesmo ama, tanto amima,
que a si se favorece e se perdoa,
que sprito mostrará em prosa ou rima?

Tais são alguns, a que triste a hera coroa,
roubada do vão povo ao claro sprito,
que esconder-se trabalha, e então mais soa.

Aquêle dá de si público grito;
êste cala e se encolhe; o tempo enfim
um apaga, imortal faz doutro o escrito.

A primeira lei minha é que de mim
primeiro me guarde eu, e a mim não creia,
nem os que levemente se me rim.

Conheça-me a mim mesmo; siga a veia
natural, não forçada; o juízo quero
de quem com juízo e sem paixão me leia.

Na boa imitação e uso, que o fero
engenho abranda, ao inculto dá arte,
no conselho do amigo douto espero.

(1) «A Grammar of the Portuguese Language, by Joseph Dunn», Washington, 1928.

Muito, ó poeta, o engenho pode dar-te,
mas muito mais que o engenho o tempo e estudo:
não queiras de ti logo contentar-te.

É necessário ser um tempo mudo:
ouvir e ler sòmente. ¿Que aproveita
sem armas, com fervor cometer tudo?

Caminha por aqui. Esta é a direita
estrada dos que sobem ao alto monte,
ao brando Apolo, às nove irmãs aceita.

Do bom escrever saber primeiro é fonte.
Enriquece a memória de doutrina
do que um cante, outro ensine, outro te conte.

Isso me disse sempre *ua* divina
voz à orelha; isto entendo e creio.
Isto ora me castiga, ora me ensina.

Cada um pera seu fim busca seu meio:
quem não sabe do ofício não o trata.
Dos que sem saber escrevem o mundo é cheio.
.....

Deixa só madurar o doce fruito
um pouco; deixa a lima contentar-se.
Inventa e escolhe então o melhor do muito.

António Ferreira foi, pois, o mais importante dos doutrinários da Renascença portuguesa. A sua linguagem, cuidadosamente castigada, é em geral compreensível, sem as nebulosidades que não raro se nos deparam na do patriarca do movimento reformatório. Na tragédia «Castro» o poeta consegue tirar efeitos da expressão, até aí desconhecidos. No último acto, por exemplo, mostra-se perfeitamente à vontade ao traduzir o estado de espírito do infante D. Pedro após a notícia — terrível notícia! — da morte de Inês.

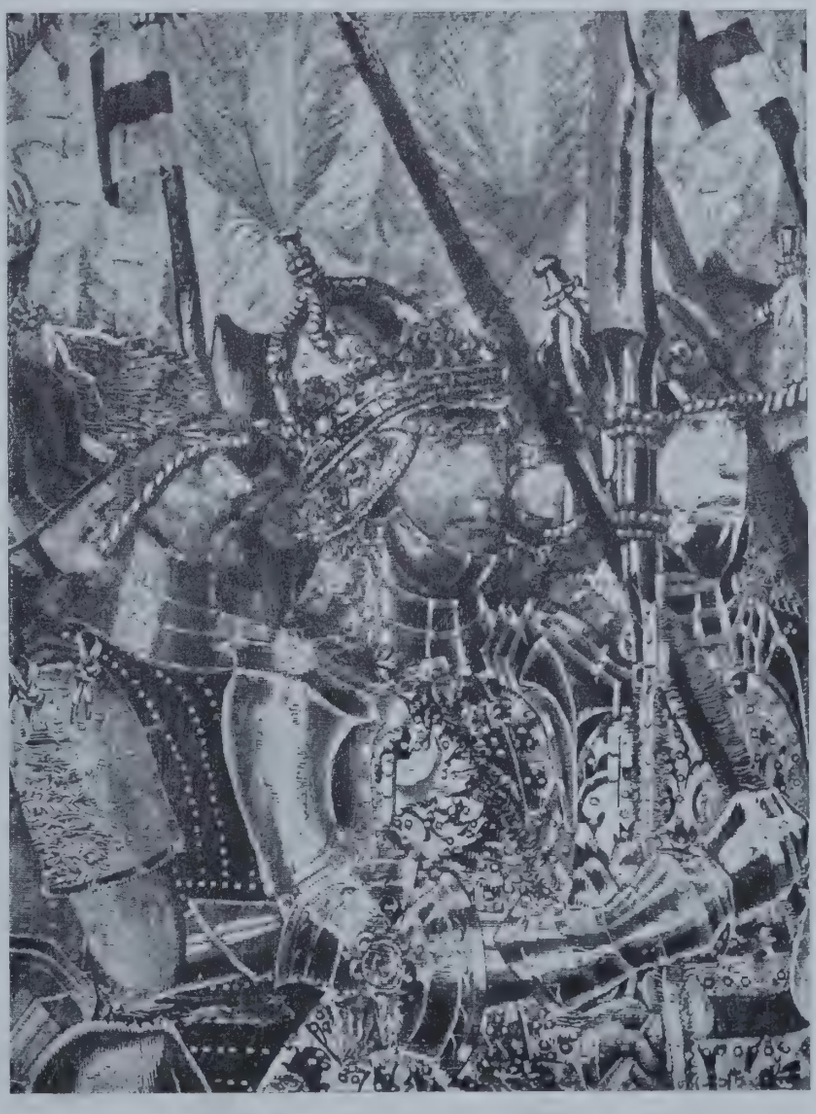
Camões. A linguagem camoniana

Mas o principal papel na fixação da língua pertenceu a Camões, o maior poeta da época, o maior poeta nacional. A êsse respeito escreveu Ramalho Ortigão: — «A língua pode dizer-se que foi Camões quem a criou, tal como ainda hoje se escreve e se fala, disciplinando-a, dobrando-a a tôdas as formas, tornando-a um dos mais poderosos e dos mais belos instrumentos das literaturas modernas. A poesia, na sua forma culta e literária, foi êle que a tornou compreensível e nacional, baseando-a na tradição do lirismo popular, libertando-a do convencionalismo clássico, dando-lhe os metros que mais quadram à locução vernácula, à fala, à cantiga, ao ouvido lusitano, escrevendo-a, não para os eruditos, nem para os reis, nem para os cortesãos, nem para os sacerdotes, mas ùnicamente para o grande e incorruptível juiz supremo da arte — o povo» (1).

Descontando-se neste juízo o que êle tem de exagerado, o resto é profundamente verdadeiro e concorda com as seguintes palavras de D. Carolina Michaëlis: — «A maneira como Luís de Camões executou o seu plano sem caír na melopeia monótona das crónicas rimadas, é de um sábio-artista da Renascença, possuïdor da educação completa dos espíritos mais cultos da época. Imitando modelos da antigüidade, quanto à concepção, e os italianos quanto à forma, é, a-pesar disso, moderno e nacional» (2).

Camões é, pois, o mais clássico de todos os escritores do século XVI, sem deixar de ser um dos mais portugueses. «Vivendo numa época de transição, em que o elemento psicológico, factor capital na vida da linguagem, começava a recuar perante a chamada disciplina gramatical, baseada nas categorias lógicas, o poeta, que conhecia como ninguém a índole, os segredos da sua língua, tomou a resolução de, ao mesmo tempo que escrevia o seu poema no português que ainda é o de hoje, ir deixando dispersos por êle certos esquemas de construção, quási todos em pleno vigor no seu tempo, mas que estavam destinados a desaparecer e até muitos a serem tachados de erros de gramática» (3).

Da mesma maneira que podemos afirmar, com Oliveira Martins, que os *Lusíadas* nos dizem tudo quanto no século XVI se sabia, é-nos lícito asseverar que a língua portuguesa de então se encontra tôda em Camões. Não é hiperbólico o assêrto de Schlegel de que Camões representa, por si só, uma literatura inteira. O vocabulário de Camões encerra muitíssimos ter-



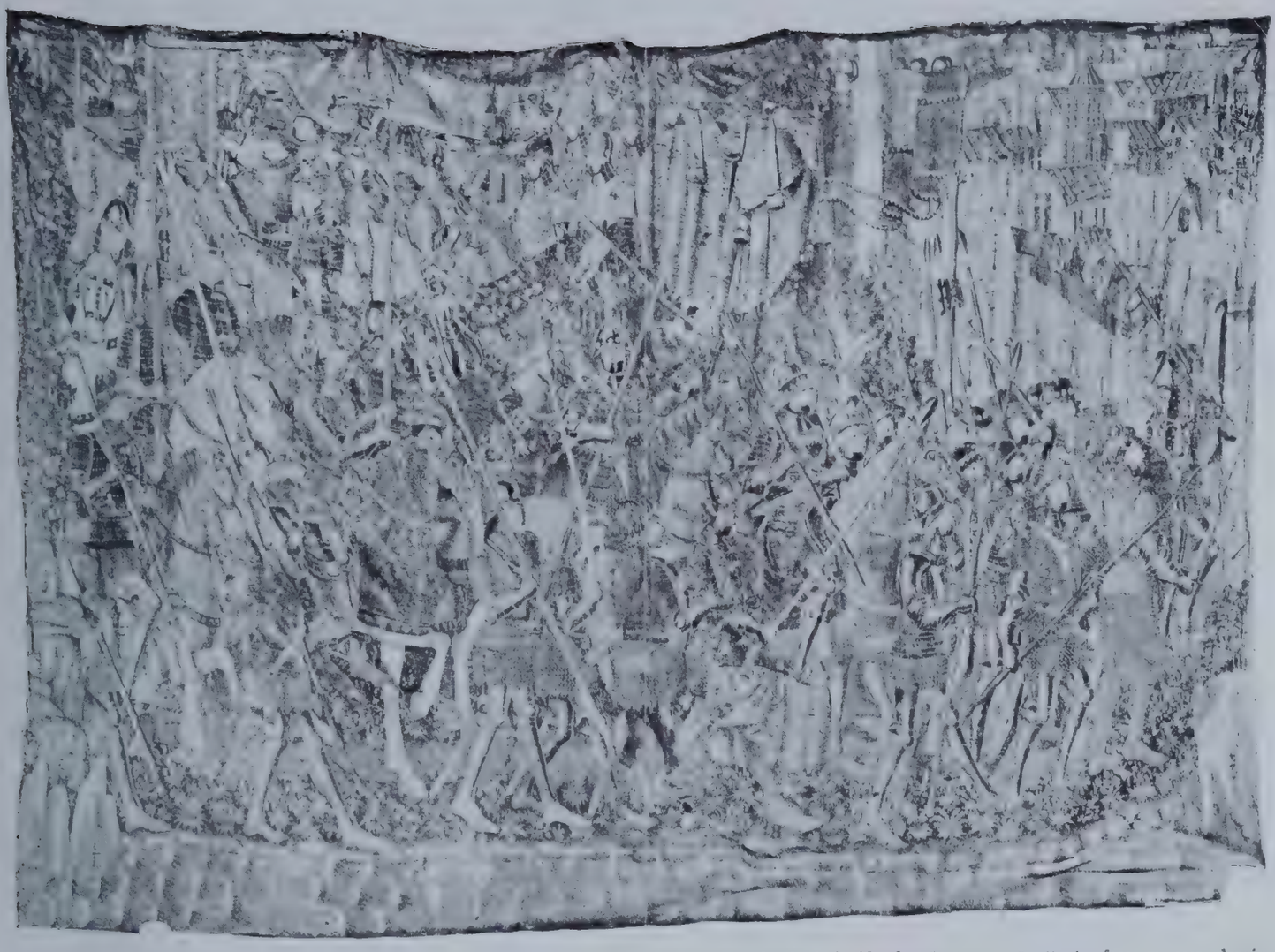
AS TAPEÇARIAS DE ARZILA

D. Afonso V e o príncipe D. João. — «El-Rei com a cara mui segura como seu rial coração era sempre nos perigos», (R. de Pina, *Cron. del-Rey D. Afonso V*, cap. CXLIX). Como se vê, as tapeçarias de Arzila são curiosíssimas, quer sob o ponto de vista histórico, quer sob o aspecto iconográfico

(1) Prefácio dos *Lusíadas*, ed. do Gabinete Português de Leitura, 1880, pág. LXXI-LXXII.
(2) «Os Lusíadas», ed. da «Biblioteca Românica», Estrasburgo, 1908, pág. 16.
(3) Dr. José Maria Rodrigues, «Os Lusíadas», ed. fac-similada da Biblioteca Nacional, 1921, pág. XVIII.

AS TAPEÇARIAS DE ARZILA

PORMENOR DAS TAPEÇARIAS DO ASSALTO. — «O príncipe e João da Silva (?)»



TAPEÇARIA DE TÂNGER. — CHEGADA DA CAVALARIA PORTUGUESA ÀS PORTAS DE TÂNGER. — (Estudo de Reinaldo dos Santos na *Lusitania*, fasc. X, 1927, depois publicado em separata)

mos da língua popular, riquíssima variedade de palavras latinas aportuguesadas e, além disso, como não podia deixar de ser, muitas mais que, em relação à nossa linguagem, e até algumas já em relação à época em que foram escritas, são meros arcaísmos.

Os beneméritos organizadores do «Dicionário dos Lusíadas», os eminentes brasileiros e nobres lusófilos Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto, computam em 5.000 palavras diferentes as que o poeta empregou no seu poema. O ilustrado professor Estanco Louro, no seu opúsculo de «Os Lusíadas e o Povo Português» [Lisboa, 1927], escreve: «Partindo dos números indicados no prefácio do «Dicionário dos Lusíadas» — 5.000 palavras (mais umas duas centenas delas que escaparam aos autores) entre as 55.000 que compõem as 1.102 estâncias dos *Lusíadas* — vemos que os vocábulos da nossa Bíblia se distribuem do seguinte modo, não contando os nomes próprios: *linguagem popular* — 375; *linguagem erudita* — 478; *linguagem em desuso* — 355; pertencendo à *linguagem normal* o restante vocabulário, portanto 3.038 palavras, descontados 954 nomes próprios» [1]. Estas considerações e o exame dos factos habilitam-nos a desmentir a afirmação tão corrente de que Camões só é inteligível com o auxílio do dicionário. A verdade é que o que lhe torna a linguagem obscura, às vezes mesmo bastante obscura, é o aparato mitológico, as referências a obras ou a autores desconhecidos do vulgo, e a sintaxe, a-miúde moldada na latina, com transposições demasiado violentas.

Vamos dar uma ideia do léxico camoniano, colhido nos *Lusíadas*. É um simples esbôço. Mas não se diga que o encaramos unilateralmente, pois pouco mais se encontrará na obra lírica e dramática que se não ache registado no poema. Afrânio Peixoto sustenta, com grande cópia de argumentos e exemplos, que «o Camões lírico foi fonte, aproveitada e seguida, poder-se hia quási dizer encorporada no outro, para glória dos *Lusíadas*. Se é exacto que o poeta dos *Sonetos* e das *Redondilhas* teria, só por êles, uma glória petrarquiana, ou uma glória à João de Deus, com as ampliações da perspectiva, não será exagêro dizer que o das *Églogas*, das *Elegias*, das *Odes* e das *Oitavas* foi apenas o de ensaio e treino para o poeta dos *Lusíadas*» [1]:

FORMAS POPULARES: — *Abastar* (bastar), *abaxar*, *abondança* e *abundança*, *acrecentar*, *adquerir*, *alagoa*, *alâmpada*, *Alanquer*, *afeito* (afecto), *alembrar*, *álemo* (álamo), *alevantar*, *Alexandro*, *alifante*, *alimpar*, *Alveres*, *agardecer*, *alvoraçar*, *ameaço*, *amedrentar* (amedrontar), *amoestar* (admoestar), *Alcáçare* e *Alcácere*, *amostrar*, *Anrique*, *antão* (então), *antre* (entre), *apacentar*, *apetito*, *arrecear*, *arrenegar*, *arruido*, *assoprar* e *assôpro*, *assoviar*, *aqueixar* (queixar), *assi* (assim); *dino*,

[1] Ob. cit., pág 9.

[1] «Camões e o Brasil», ed. da Liv. Bertrand, Lisboa, pág. 139.

TAPEÇARIAS DE D. JOÃO DE CASTRO. — D. João de Castro entrando triunfalmente em Gôa, pela porta de Santa Catarina, sob o pálio levado pelos vereadores da cidade, no dia 22 de Abril de 1547. À esquerda, sôbre a porta, a seguinte inscrição:
BEMAVENTURADO IMORTAL TREVMFO POR A LEI E POR EL REI E POR A GREI

indino; indinado, benino, malino e *sino* (signo); *aventejar* (avantajar), *avorrecer, artefício, asiano, asperíssimo, bailo, barão* (varão), *bautizar, baxo, bívora, bocijar, briguigão* (berbigão); *cangrejo* (caranguejo), *casi* (quási), *caso* (acaso), *Caterina, cereija, ceremónia, ciência* e *ciente, cigueira, citas* (scitas) e *Cítia; co, cos, co a, co as* (com o, com os, com a, com as); *comprir* (cumprir), *companha, contino, Tarquino, contrairo, cua* e *cum* (com ua, com um), *Costantino, crecer* e *crecimento; debaxo, delgaçar, delicado* (delgado), *deligência* e *deligente, desalivar* (aliviar), *decer, desemparar* e *desemparo, desparecer,* (desaparecer), *despois, desposto, desque* (desde que), *dereito, estruir* (destruir), *dexar, dezer, ecelência, ecessivo, edeficar, embaxada* e *embaxador, emparo* e *emperador, encender, encenso,* (incenso), *endereitar, enveja* e *envejoso, enxerir* (inserir), *infiar, ingenho, insinuar, ensoverbecer, enrestar* (enristar), *esbombardear, escuitar, spírito* e *sprito, error* (êrro), *estâmago, estança, exárcia* (enxárcia), *exprimentar, Federico, Felipe, fermoso* e *fermosura, florecer* e *florecente, Frandes* (Flandres), *frauta, fruito, geanalosia* (genealogia), *geolho* e *giolho, gingiva, hipocresia, homecídio, inda, lacivo, lemite, li* (ali), *liança, liar* (atar), *Lianor, longura, lua, manjarona, mártire, menhã, mercar, merencório, mesturar, milhor, mintiroso, missilhão* (mexilhão), *mor* (maior), *mortindade, nacer* e *nacimento, nado, noda* (nódoa), *oucioso, oulhar, oulá!, ouliveira, orfindade, ostrinho, otono* (outono), *pacer, pego* (pélago), *pentem* (pente), *pera* (para), *perfia, perla* (pérola), *pexe, piadoso, pilouro, pranta* e *prantar, preguntar, prepósito, príncepe, pruma* (pluma), *púbrico* e *pubricar, qui* (aqui), *recrecer, refusar, relâmpado, relegioso, reguroso, reposta, reprender, represária* (represália), *resplandor, restituïdor, ressucitar, retenir, revelde, revelar* (rebelar), *rezão, ronco, rudo, saluço, samear, sembrante* (semblante), *sesudo, simpres* (simples), *si* (sim), *strêla, sumerso* (submerso), *sumeter* e *sumetido, sujugar, sutil, sutilmente* e *sutileza, superfícia, súpito, sururgião, Tângere, tarçado, Tavila,* (Tavira), *terreste* (terrestre), *tirar* (atirar), *treição, traspassar, tredor* e *tredoro* (traidor), *Tutuão* (Tetuão), *valeroso, vezinhança* e *vezinho, vertude, voda;* artigo *los* [«vêde los alemães»], etc.

FORMAS ERUDITAS: — *Abominábil, implacábil, incansábil, inexpugnábil, impossíbil, insensíbil, insofríbil, invencíbil, invisíbil, possíbil, terríbil, vendíbil, visíbil, imóbil, volúbil; almo, altíssono, argento; armígero, belígero, carnígero, lanígero; arquétipo, arquitector, avena, aspérrimo; atroce, feroce, veloce, audace, fugace, pertinace, rapace, sequace, tenace, felice; aurífero, ensífero, estelífero, mortífero, odorífero, sagitífero, salutífero; belacíssimo, cancro* (caranguejo), *cipariso* (cipreste), *cônsono, cópia, corruto, crástina, crebro, defensa, defunto, desperto, divo, divícias, doctrina, Emanuel, eoo* (oriental); ADJECTIVOS EM -ÉO, -ÉA, dos tipos latinos *-œus, -œus* [*eritreo* (eritreio), *ideo, lageo, larisseo, nabateo, febeo, sabeo, tifeo, hebreo, leteo, nemeo, ulissco*] e semelhantemente: *europeo, feo, alheo, meo* (meio); ADJECTIVOS EM -EO, -EA, do tipo — *eus (áureo, férreo, cerúleo, plúmbeo, argênteo, aéreo, ígneo, apolíneo, equóreo, níveo, lácteo, purpúreo, sulfúreo, etéreo, funéreo, anfióneo, gramíneo, vulcâneo, faetônteo, virgíneo)* e semelhantemente: *ebúrneo, idóneo; axe* (eixo), *exício, fido, flama, flavo, hórrido, horrífico, horríssono, imoto, íncola, indígete, infando, infido, inimicícia, inópia, ínsula, instructo, Istro, ítalo, jacente, Joane, linfa, mesto, musco* (musgo), *natura, nefando, nilótico, niquícia, noto, obseqüente, obumbrar-se, Pado* (Pó), *Peno, pérsio, plaga, polo* (céu), *ponto* (mar), *potestade, precepto, primo* (primeiro), *prisco, procela, progénie, prossupor, pudicícia, rapto, repugnante, ressonar* (ressoar), *rubicundo, rúbido, salso, sestro, sevo, sículo, sirena, sitibundo, sumo* (supremo), *superbíssimo, superno, Tigris* (Tigre), *Tesifónio, tonante, undívago, vácuo* (vazio), *venusto, grandíloco, tuba, presago, hemisfério, celso, frondente, superar, inerte, malévolo, lúcido, meta, rábido, náutico, celeuma, inopinado, rutilar, dea, pudico, túmido, arúspice, galero, galerno, adamantino, sibilante, cógnito, nítido, pânico, ovante, canoro, fulgente, inerme, recíproco, incauto, egrégio, estelante, vate, tálamo, sórdido, infesto,*

TAPEÇARIAS DE D. JOÃO DE CASTRO. — D. João de Castro regressando a Gôa com as suas tropas depois de ter vencido os cinco capitães do Hidalcão. Num rótulo, da cercadura superior, a seguinte inscrição: IHC. EST. RECESSVS. DÑI. IOÃNIS. DE. CASTRO. 13. PARTIS. INDIE HVBERNATORIS. IN QVO. QVINQE. CAPITANEOS. DÑI. DE. DODALQVANIO. SVBSTAVIT. ACTVM. 1538

férvido, consócio, intonso, hirsuto, fatídico, vociferar, truculento, válido, esquálido, pálido, crepitante, insano, insânia, ignaro, diáfano, rotundo, imbele, profligar, quadrupedante; etc.

ARCAÍSMOS. PARTICULARIDADES DE FLEXÃO: — *Alexandro, asinha, apousento* e *apousentar, bago* (báculo, pop.), *beatilha, Cauchichina, espera* (esfera), *Filipo, madre* (mãe), *represária* (represália), *dões* (dons), *alferezes, põe* (põem), *acude* (acode), *consume* (consome), *esteis* e *estê* (estejais e esteja), *fuge* (foge), *impida* e *impidas* (impeça, impeças), *vás* (vais), *imos* (vamos), *mouro* e *moura* (morro, morra), *produze* (produz), *reluze* (reluz), *sói, sigue,* (segue), *crem* (crêem), *dem* (dêem), *terees* (terês=tereis), *tem* (têm), *detem* (detêm), *mantem* (mantêm), *vem* (vêem e véem), *antevem* (antevêem), *tremolar* (tremular), *val* (vale), *atear* (sem ditongação no ind. e conj.) e semelhantemente *enfrear, ondear, refrear, rodear, semear, senhorear, saltear, voltear; mostra-lhe* (mostrá-lhe=mostrar-lhe), *guarda-se* (guardá-se=guardar-se), *insinalo* (ensina-lo=ensina-no-lo), *vedelos* (vêdes los, vêdes os), *sobolos* (sôbolos, sôbre os), *ó* (ao, pop.), *dous* (pop.) *dezessete, trezeno, cento* (=cem); *ua, algua, nenhua, lhe* (lhes), *mi* (mim), *qual... qual* (um... outro, êste... aquêle), *quem... quem* (êste... outro, êste... aquele), *foca* (masculino; igualmente *China* e *tribu*), *guia* (fem.), *per* e *par* (por), *no mais* (não mais), *sós* (só), *i* (aí), *is* (ides).

PARTICULARIDADES SINTÁCTICAS: — *Particípio a concordar com o complemento directo* [«Despois de ter *pisada* longamente/cos delicados pés a *area* ardente» (V, 47)]; DESEJAR *seguido de infinito regido da preposição* DE [«*Deseja* de comprar-vos pera genro» (I, 16)]; *conjugação reflexa, em vez de passiva, com o agente expresso* [«Por êle o mar remoto navegamos/que só *dos feios focas se navega*» (I, 52), «...às terras que *se regam/das* enchentes nilóticas undosas» (IV, 62)]; QUE... LHE *equivalente a* A QUEM [«O capitão, *que* já *lhe* então *convinha...*» (I, 95)]; QUEM... LHE *equivalente a* A QUEM [«Como *quem* da pregunta *lhe* pesara» (V, 49)]; *orações complementares dos verbos de «impedir» e «proïbir», postas na forma negativa* [«Pera estorvar que a armada *não chegasse*» (II, 19)]; *a preposição* EM *como termo do movimento, nos casos em que o português moderno emprega* A *ou* PARA [«...mas o Rio/que dos montes Rifeios vai correndo/*na alagoa Meotis...*» (III, 7)]; *a palavra* HOMEM *equivalente a* UMA PESSOA, SE [«Ou por segredos que *homem* não conhece» (III, 69)]; *adjectivo no plural, referido a um colectivo* [«Logo *todo o restante* se partiu/de Lusitânia, *postos* em fugida» (III, 82)]; QUERER MAIS *equivalente* a PREFERIR [«*Quis mais* a liberdade ver perdida» (IV, 53)]; *o verbo* ATREVER-SE *seguido de infinito sem preposição* [«Onde não se atreveu *passar* Trajano» (IV, 64)]; *o pronome demonstrativo* O *a representar uma oração de infinito, que se segue* [Eu *o* vi certamente — e não presumo/que a vista me enganava — *levantar-se*/no ar um vaporzinho e sutil fumo,/e do vento trazido *rodear-se*» (V, 19)]; *o verbo* OUSAR *seguido de infinito regido de* A [«Ousou algum *a* ver o mar profundo» (V, 86)]; *o verbo* SOCORRER *com regime indirecto* [«Este, que socorrer-*lhe* não queria» (VI, 48)]; *a conjunção* COMO *com o valor de* QUE, *depois dos verbos de «dizer» e «saber»* [«Lhe *diz como* eram gentes roubadoras» (II, 78)]; *os verbos* OBRIGAR-SE *e* FICAR *equivalentes a* GARANTIR [«...porque eu *me obrigo*/que

TAPEÇARIAS DE D. JOÃO DE CASTRO. — O cortejo triunfal atravessando as ruas de Gôa (continuação); carros com balas de algodão e escadas de assalto, tiros encarretados e carros com pelouros; espingardeiros e soldados portugueses. *As tapeçarias de D. João de Castro* é o título de um estudo de Luís Keil sôbre elas. Lisboa, 1928. Existem actualmente em Viena, no *Kunsthistoriches Museum*. (Gravuras do *Elucidario Nobiliarchico*)

nunca as queiras ver como inimigo» (I, 65), «Tudo *fico* que rompas e sometás» (X, 57)]; etc., etc. (1).

Bernardim, Falcão, Gil Vicente. A linguagem vicentina

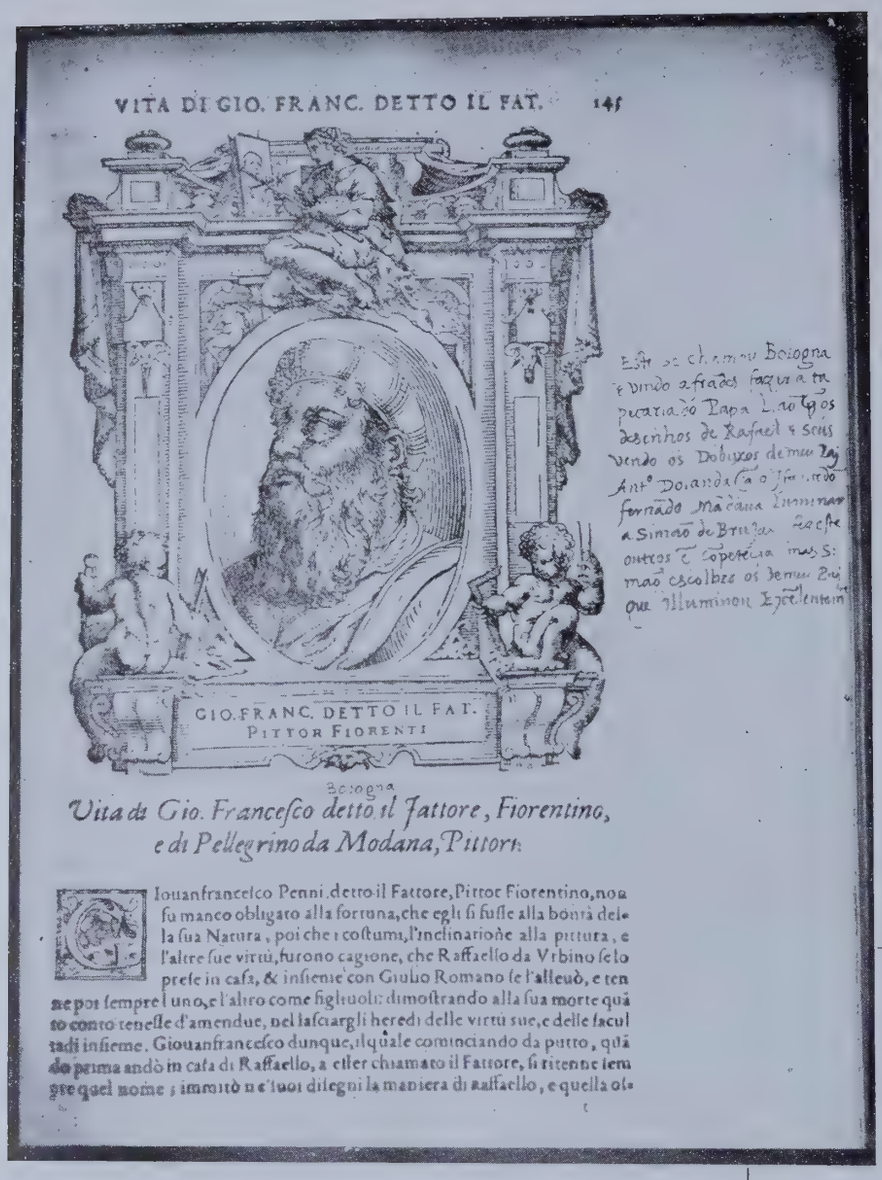
As linguagens de Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão e Gil Vicente — três grandes nomes do nosso século XVI — denotam uma muito menor influência da cultura clássica e estão, por isso, mais próximas da língua tradicional dos cronistas e do «Cancioneiro geral», da época anterior.

Bernardim Ribeiro é um dos poetas mais nacionais que a nossa literatura aponta. «...Exercendo a sua actividade literária quando a imitação clássica não tinha ainda feito desaparecer o amor das coisas simples e actuais nem esquecer as tradições da idade-média, mas, ao mesmo tempo, já no culto século XVI, — guarda nos seus traba-

(1) Anunciou-se no Brasil, já há tempos, uma «Gramática dos Lusíadas», do prof. Jaques Raimundo. Não sabemos se já veio a lume.

PÁGINA DE ILUMINURA DE ANTÓNIO DA HOLANDA

MANUSCRITO. — *Pera que perfeitamente se soubese a uerdadeira genolosia de que decemde O comde dom: Manuel pereira* (Conde da Feira), publicada por Afonso de Dornelas no *Elucidario Nobiliarchico*, vol. I, págs. 52 e seguintes



VITA DI GIO. FRANC. DETTO IL FAT. 141

GIO. FRANC. DETTO IL FAT.
PITTOR FIORENTI

Bologna
Vita di Gio. Francesco detto il Fattore, Fiorentino, e di Pellegrino da Modana, Pittori.

Iouanfrancesco Penni detto il Fattore, Pittor Fiorentino, non fu manco obligato alla fortuna, che egli si fusse alla bontà della sua Natura, poi che i costumi, l'inclinatione alla pittura, e l'altre sue virtù, furono cagione, che Raffaello da Vrbino se lo prese in casa, & insieme con Giulio Romano se l'alleuò, e tenne per sempre l'uno, e l'altro come figliuoli: dimostrando alla sua morte quanto conto teneva d'amendue, nel lasciargli heredi delle virtù sue, e delle facultadi insieme. Giouanfrancesco dunque, il quale cominciando da putto, quando prima andò in casa di Raffaello, a esser chiamato il Fattore, si ritenne sempre quel nome; immitò ne' suoi disegni la maniera di Raffaello, e quella ol-

PÁGINA DO LIVRO *Delle vite de'Piv eccellenti pittori Scultori et Architettori Scritte da M. Giorgio Vasari* exemplar da Biblioteca Nacional. «Este vol. é notável por ter anotações mss. da letra de Francisco de Holanda, (a pg. 31, 81, 83 e 145). V. Raczinski — *Diccionario.*» tem escrito na guarda pela letra de José António Moniz. Uma das mais curiosas anotações.

lhos uma feição tradicionalista, peninsular, e tem simultâneamente um idealismo delicado e uma forma quási perfeita. Escrevendo na cadente redondilha meridional, dando-nos um bucolismo sentido e tocante e criticando as próprias emoções, como um idealista da renovação platónica, Bernardim Ribeiro funde encantadoramente a poesia dos trovadores e a alegoria dantesca, a tradição literária da Península e as primeiras scintilações da Renascença. Está nisto o seu valor e o seu carácter, e o encanto da sua obra» (1).

A linguagem é revestida de grande simplicidade. Numerosos termos da época anterior a esmaltam. Em suas composições se encontram: *alembrar, alevantar, antre, arrecear, asinha, asossegar, algua, nenhua, ua; camanho, como* (=que: «a terra como ia acabar ao mar»), *craro, cuidoso, cuitado, começar de* e *começar* seguido de infinito, sem preposição; *contrairo, desvairo, repairo; desestrado* (desastrado), *derredor* e *derrador; dezer, debar* (dobar: «delas fiando e delas debando»), *descurso* (discurso: «descurso do tempo»), *desque* (desde que), *despois, desaventura, deferente, dereito, edeficio, fantesia, fermoso* e *fermosura, frauta, fruito, grória; homem* (=se: «não pode *homem resistir*»), *i* (aí), *inda, leixar, marteiro* (martírio), *menhã, pola* (pela), *parecer* (aparecer), *promagem* (prumagem, plumagem), *pera* (para), *per* (por), *piadade, prove* (pobre: «prove casa»), *piqueno, rabil, reposta, sós* (só: «das sós deleitosas arvores»), *soidade, tamalaves* (tamalavez, um pouco), *treição, tromento, todolos* e *todalas, té* (até); passiva com *se*, com agente expresso («Se em algum tempo *se achar* êste livro *de pessoas alegres*, não o leam»); *perfeitos já arcaicos ao tempo* (acabarom, acostumarom, andarom, começarom, derom, desempararom, ficarom, fugirom, levarom, magoarom, moverom, ordenarom, passarom, poserom, tornarom, recolherom, vierom); *formas verbais como: podi* (púdi, pude), *dexasse* (deixasse), *sam* (sou); *soem, sohia, suhiamos; i* (=ide: «Hivos, minhas cabras», *mouras* (morras), *sento* (sinto) (1).

Cristóvão Falcão tem a mesma simplici-

(1) D. José Pessanha, «Menina e Moça», Pôrto, pág. XXXI.

(1) Reportamo-nos à *nova edição* das Obras de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, «conforme a edição de Ferrara» (princeps), de 1554, «preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos», Coimbra, 1923, 2 vols. Nesta edição se deve fundar todo e qualquer estudo referente aos dois autores.

RENASCENÇA PORTUGUEZA

ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ARTISTICAS E LITTERARIAS DE PORTUGAL NOS SECULOS XV E XVI

IV

FRANCISCO DE HOLLANDA

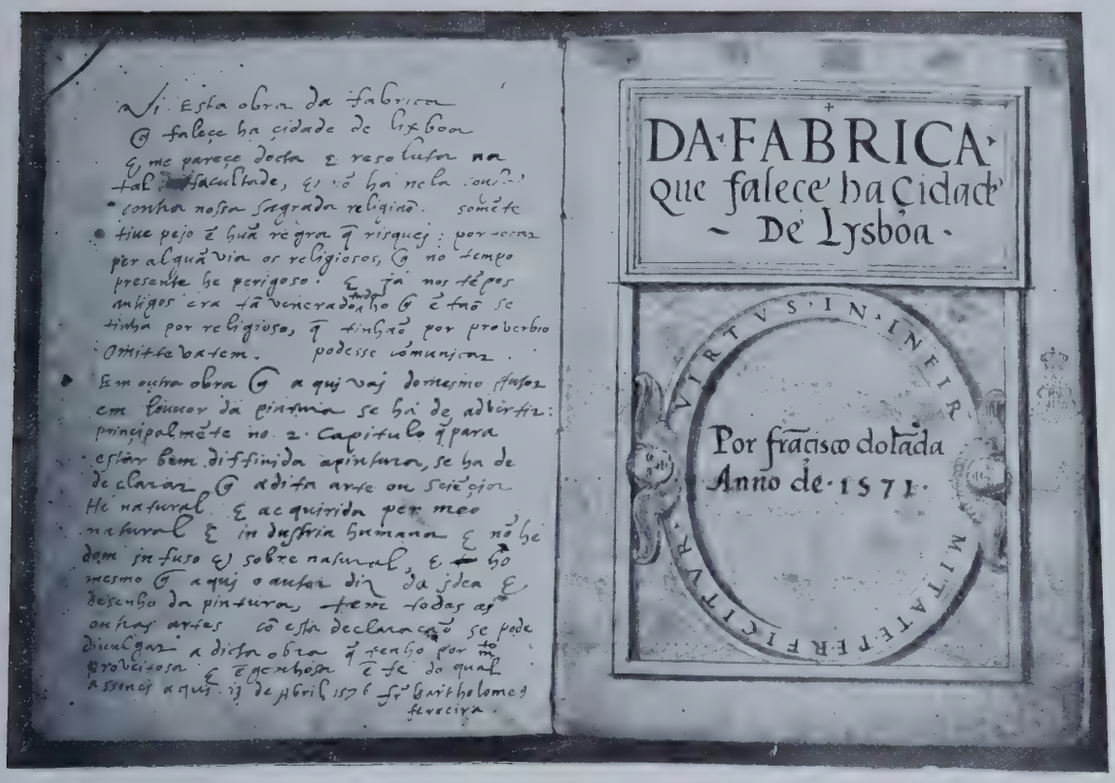
DA FABRICA QUE FALLECE Á CIDADE DE LISBOA
— DA SCIENCIA DO DESENHO

EDIÇÃO CRITICA
(Segundo o autographo inedito de 1571)
POR

JOAQUIM DE VASCONCELLOS

PORTO
IMPRENSA PORTUGUEZA
—
MDCCCLXXIV

A EDIÇÃO DE JOAQUIM DE VASCONCELOS. — Do manuscrito de Francisco de Holanda. *Da Fabrica que fallece á cidade de Lisboa.* Como a de todos os livros publicados por J. de Vasconcelos, a edição foi limitadíssima



Precioso manuscrito *Da Fabrica que falece ha Cidade de Lysboa*, original de Francisco de Holanda. Feito no ano de 1571, com inúmeros desenhos do autor. Existe hoje na Biblioteca da Ajuda. É um trabalho do sonhador de uma Lisboa monumental só comparável no arrôjo conceptivo ao estudo que Fialho de Almeida, na *Ilustração Portuguesa*, em nossos dias publicou. Êste manuscrito foi publicado, sem os desenhos, pelo eminente professor Joaquim de Vasconcelos, em 1879.

está contudo, no que toca à linguagem, perfeitamente ligado à idade-média. Como pôs em scena tôda a sociedade do seu tempo — o que torna as suas obras elementos indispensáveis para o estudo da época, — Gil Vicente deu às personagens a linguagem que lhes competia; e, como o povo nelas desempenha o principal papel, essa linguagem é a-miúde arcaica, mais arcaica do que a de qualquer outro escritor. Nessas circunstâncias, é não raro ininteligível para o vulgar dos leitores e até muitas vezes para os eruditos; em luga-

dade de linguagem e o mesmo encanto de expressão. Pela sua forma correntia, sem alusões mitológicas e despida de neologismos e latinismos que commummente se encontram nos escritos da época, o poeta do *Crisfal* é dos que melhor representam a tradição lingüística nacional; é, portanto, dos escritores mais *portugueses* da longa série dos que manejaram a nossa língua.

Gil Vicente foi outro escritor profundamente nacional. Se bem que vivesse na época do humanismo e possuísse uma cultura clássica relativamente grande [1], o fundador do teatro nacional

A CIDADE DE LISBOA

Desenho de Francisco de Holanda. — No livro *Da Fabrica que falece ha cidade de Lysboa*

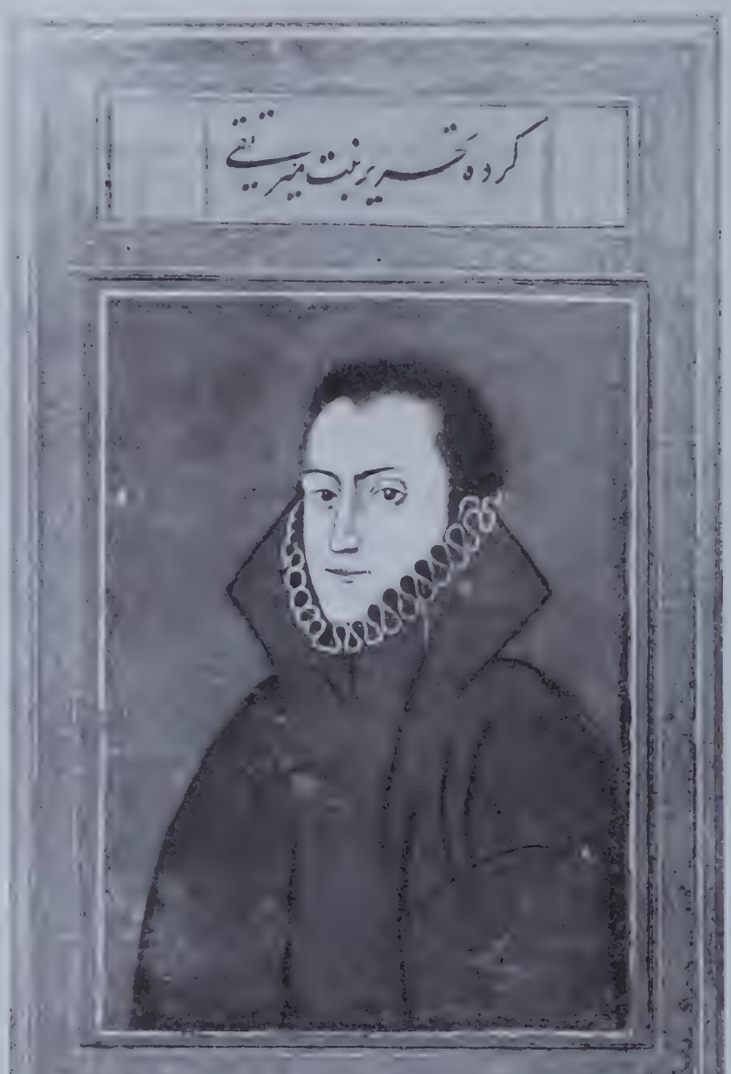
[1] Eis o que D. Car. Michaëlis pensava acêrca do humanismo de Gil Vicente: — «Conhecendo a fundo e directamente, pela prática constante a que o levava o uso de então e a sua congénita religiosidade, a nobre língua universal da sciência, tal como ela — estilísticamente muito diversa da língua de Cícero — refulge nos textos canónicos das Igrejas da Cristandade, sobretudo na *Vulgata*, Gil Vicente estava familiarizado com os hinos poéticos do Velho e do Novo Testamento — os Profetas e os Evangelistas, o Psalmista, o Eclesiástico, o Eclesiastes, o Livro de Job, as Epístolas de Paulo — e também com os livros atribuidos a Santo Ambrósio e Venâncio Fortunato, *a Cidade de Deus* e os sermões de Santo Agostinho e outros; numa palavra, com tudo quanto está encorporado com suma arte nas *Horas do Breviário*, nos textos litúrgicos da Igreja Católica. Vergílio, pelo contrário, conhecia-o mal, indirectamente, quási nada, só de traduções peninsulares. Homero e Platão, só de nome e fama». [«Notas Vicentinas», IV, pág. 7-8]. «¿Pretendo, portanto, reduzir a glória de Gil Vicente? Como erudito, como latinista, sim. Não acredito lesse Plauto e Terêncio. Nego os supostos influxos italianos de Poliziano, Bibbieno, Ariosto e Machiavelli. Nem mesmo os primeiros grandes humanistas — Dante, Petrarca, Bocaccio — aparecem na *Copilação*. Um único dito alado do génio da *Divina Comédia* não é original dêsse, mas de Boécio. Certas noções mitológicas do autor de «*De Genealogia Deorum*», como a relativa ao *Demiurgo*, o arquitecto do Universo, e sua prole, só chegaram deturpadas por imitadores castelhanos aos ouvidos do Português. O pouco que o autor da *Trilogia das Barcas* e do *Auto da História de Deus* soube porventura de *Mistérios, Miracle-plays* e *Moralidades*, inglesas e francesas, era igualmente derivado, de segunda mão». [Id., pág. 9]. «Apeado embora do pedestal de Latinista e Humanista e Mestre de Retórica do futuro monarca, Gil Vicente continua grande, por ter estado em comunhão íntima com a tradição nacional, grande por ter vida, filosofia e poesia. [Id., pág. 10].

res, porém, em que o poeta livremente se expande e não se refere a quaisquer acontecimentos ou personagens da época, a expressão é perfeitamente compreensível, e o verso atinge notável naturalidade, simplicidade e beleza (1).

O estudo filológico das obras vicentinas constitui, portanto, uma ingente tarefa, a que todavia urge lançar ombros, agora que uma edição fac-similada da Biblioteca Nacional de Lisboa tornou conhecido o texto da edição *princeps*, sôbre a qual, d'ora-avante, deverá principalmente incidir a atenção dos estudiosos.

Socorrendo-nos do glossário que acompanha a edição das «Obras de Gil Vicente», de Mendes dos Remédios, apresentamos a seguir três listas de vocábulos populares e arcaicos da linguagem vicentina:

VOCÁBULOS DA LINGUAGEM POPULAR, GERALMENTE USADOS NO SÉCULO XVI E ALGUNS AINDA HOJE VIVOS: — *Aquirir* (adquirir), *adevinha, afeites* (enfeites), *afício* (ofício), *aguçoso* (diligente), *aito* (auto), *alambre* (âmbar), *alicece* (alicerce), *alifante, almário, alvalá* e *alvaral* (alvará), *amaro* (amargo), *Andrel* (André), *arrabil, arrincar, astrolomia* e *estronomia, austinado* (obstinado), *austinente* e *austinência, avangelho, avantagem, avantairo, averso* (adverso), *avondoso* (abundante), *bago* (báculo), *bailo, bautismo* e *bautizado, beatilha, Brívia,* (Bíblia), *broslador* (bordadora), *bulra* (burla), *cambra* (caimbra), *carafate* (calafate), *Catalina* (Catarina, *cavar* (cevar), *ceguidade, concrudir* (concluir), *congeitura* (conjectura), *adversairo, aniversairo, boticairo, breviairo, cossairo* (corsario), *contrairo, campanairo, fadairo, leituairo, repairo, rosairo, trintairo, cramar* (clamar), *craro, currença* (diarreia), *decho* (diabo), *devação, dino, embigo, emparo, encarcelar* (encarcerar), *entirrado* (teimoso), *erco* (=hereo) (herdeiro), *erg u e j a* (igreja), *escândola, escarnejuchar* (zombar), *escôparo* (escopro), *esprital, estromento, estruir, filosomia* (fisionomia), *formento* (fermento), *frol* (flor), *geitar* (deitar), *gentar* (=jentar) (jantar), *geralidade, gerecer* (nascer), *giolho, grosa, hétega* (hética), *increu* (incrédulo), *ingrês* (inglês), *ingüento, jeitar* (lançar), *lua, lumioso, maginar* e *maginação, mano* e *mana* (termos afectivos), *maridança, marteiro* e *marteirar, menencório, meridião* (sul), *minhoto* (milhano), *mochacho* (rapaz), *odiança* e *audiença* (audiência), *olicórnio* (unicórnio), *omagem* (imagem), *oufano, pacer, parouvelar* (parolar), *patornear* (conversar), *pentem* (pente), *percudido* (ferido), *prantar, priol* (prior), *probe* e *proves, púbrico* e *pubricante, querençoso* (que quere muito), *rafião* (rufião), *rapaz* (rapace), *raponso* (responso), *reboto* (muito boto, rude), *reganhar* (gretar), *saborido, salteiro* (psaltério), *salvage, samear, sanguinho* (sanguíneo), *secuta* (escuta), *segré* e *sigro* (século), *sino, sirgo* (sêda), *somana, sumiço, suidade, supitâneo, surlugião* (cirurgião), *tamanhouço* (tamanhão), *tamanino* (pequenino), *tavanés* (turbulento), *tirar* (atirar), *trocolutor* (interlocutor), *trosquia* (tosquia), *ussa* (ursa), *ventureiro* (aventureiro).



RETRATO DE UMA SENHORA NOBRE, PORTUGUESA. — Iluminura persa, do meado do século XVI. (Museu Nacional de Arte Antiga)

VOCÁBULOS E EXPRESSÕES JÁ ARCAICOS NO SÉCULO XVI (OU POPULARES): — *A h o t a s* e *aosadas* (por certo), *al* (outra coisa), *algorrem* (alguma coisa), *aramá, earamá, ieramá eramá* e *muitieramá* (em hora má), *asinha; atás, atá, tá* e *atés* (até); *bonora* (em boa hora); *cagião, casião, caiso* e *cajo* (causa); *camanho; cant'eu, cant'a* e *cant'aquela* (quanto a mim, quanto a, quanto àquela); *cárrego* (cargo), *cás* (casa); *casuso, cajuso* e *a cajuso* (por acaso); *chanto* (pranto), *chantar* (prantar); *coma* (como a), *comego* (comigo); *empero, emperol* e *perol* (porém), *ende* (daí), *por ende* e *per ende* (por isso, por aí), *enha* (=nha) (minha), *sa* (sua), *ta* (tua); *entances* e *entonces* (então); *er* (partícula reforçativa); *guai!* (ai!) *guaiada* (chorosa) e *guaias* (choros); *i* (aí); *mal-pecado* e *mau pecado; nanjeu* (nanja eu), *nega* (senão, a não ser), *nemigalha* (nem migalha, nada), *no mais* (não mais), *ogano* (êste ano); *pardeos, pardez, p a r d e l h a s,* (por Deus!), *perém* (porém); *quiçais, sequais* e *sicais* (quiçá, talvez); *re-não* e *re-si* (partícula reforçativa *re-*); *salvanor* (com o devido respeito); *samicas* (talvez); *senho* (distributivo: cada um o seu); *simprezes* (pl. de simprez, simples); *sois* (só); *soncas* (por certo); *tamalavez, t'ós* (até os), *toste* (pronto); *ulos* e *ulas* (onde os, onde as, em interrogações), *xiquer* (siquer, sequer), *tenchemos* (=chantemos).

(1) «O português de Gil Vicente tem, como o castelhano e como tôdas as línguas vivas, dois aspectos. É culto, livresco, literário, quando pôsto na bôca de serafins, arcanjos, ou figuras nobres, e nesse caso é polidíssimo, escolhido, igual, quando não superior ao dos melhores versificadores do *Cancioneiro*. Poético, sem demasiadas flores de retórica. Tanto para conceitos de metafísica teologal, como para os seus delicados sentimentos individuais, amor da natureza e simpatia pelo povo e todos os perseguidos, o comediógrafo sempre procurava e encontrava expressão adequada, psicològicamente correcta, mesmo onde as proposições subordinadas não estão gramaticalmente ligadas à principal com o rigor desejável... O seu estilo resplandece no *Auto da Alma,* nos *Mistérios da Virgem,* no *Auto da Cananeia* e na *História de Deus.* Mas brilha também pelo desembaraço e ímpeto patriótico, que é único na literatura portuguesa, na *Exortação da Guerra* e em alguns passos patrióticos do *Auto da Fama*» [«Notas Vicentinas», vol. IV, pág. 392]. — «A linguagem da gente-povo essa é, ou quere ser, também transunto da que era corrente na vida quotidiana do vulgo. Claro que, sempre sintàcticamente singela, pitoresca quanto à idcia, na escolha do verbo e do substantivo, também essa é diferençada, conforme a condição e cultura, e o papel que o poeta destina a cada figura». [Id., pág.392-393].

Biombo japonês, do século XVI, reproduzindo o encontro de S. Francisco Xavier com Fernão Mendes Pinto e Duarte da Gama, junto do pôrto de Funai (Bungo), em fins de Setembro de 1551.

O lindo biombo japonês, do século XVI, que reproduzimos e que, segundo a *tabela* do Museu Guimet, onde êle se encontra, representa a «Chegada dos portugueses ao Japão e a sua recepção por S. Francisco Xavier», tem para nós a maior importância como prova que é da nossa superior projecção na arte daquele país. Não dá a guia da célebre colecção parisiense a razão de ser desta identificação, que parece antes ter sido inscrita a título de hipótese. Para nós, porém, e embora com uma ligeira variante (pois a situação em que se encontrava então o Santo não permitia que fôsse êle a *receber* os portugueses, mas sim êstes a *acolhê-lo* a êle) essa interpretação é justa. E a simplicidade que a scena reveste e, o que é mais importante, a sua *intimidade portuguesa,* sem a intervenção de outras personagens, além dos padres da Companhia de Jesus e da gente da nau, impõe-na mesmo, a nosso ver, como a melhor, tanto mais que ela não briga com o que, ao narrar o seu encontro, no Japão, com S. Francisco Xavier, Mendes Pinto escreveu no capítulo 119, das «*Peregrinações*».

Depois e comparado êste biombo com os seis que reproduz e estuda, na sua erudita monografia, o sábio orientalista alemão Dahlmann, a diferença, entre êstes e aquele, é evidente. E assim e enquanto nesses seis biombos, tanto nos da colecção Imperial, como nos de Kioto, Iamagata, Toyama e Tókio, a scena se divide sempre em duas, uma, consagrada à chegada dos forasteiros à terra japonesa, e, a outra, à sua entrada na cidade próxima do pôrto de desembarque — com o fim de pôr em contraste a vida e aspecto dos naturais com o *exotismo* dos estrangeiros —, no biombo do Museu Guimet a scena é, por assim dizer, única, e o navio e a vida dos que nele mourejam em vez de ser centro de um dos aspectos do scenário, é, a-pesar de revestir a maior importância, apenas fundo do motivo principal.

E se o cavalo, ricamente ajaezado, e a umbela, com que se cobre o personagem central, e ainda o cão que um companheiro daquele segura, e que são o mais essencial do pitoresco dêste biombo, não ficavam mal na pompa das embaixadas em que se compraziam, em geral, os artistas nipónicos, quando realizavam êstes aspectos da nossa estada na terra japonesa, a casaria, essa, sobretudo pelas pessoas que nela se albergam, pode-se, sem grande dificuldade, identificar com as «casas dos cristãos em que o Santo pousava» desde que, para se encontrar com os da nau, regressara de Iamaguchi (Mendes Pinto escreve Omanguché) onde prègava há mais de um ano. E a cadeira, que um dos portadores carrega e que devia ser destinada a S. Francisco Xavier, cuja saúde era então muito precária, torna ainda mais verosímil esta versão.

O navio, êsse tem origem anterior, pois não foi a nau capitaneada por Duarte da Gama, que é, a ser certa esta identificação, a que se vê no biombo de Paris, mas sim a de Jorge Álvares, a primeira grande embarcação que aportou ao Japão; e o facto deu-se cinco anos antes daquele que agora nos ocupa, ou seja em 1546, a quando da segunda ida de Fernão Mendes Pinto a êste país. A-pesar de já repetido, não deixou, contudo, aquele acontecimento de impressionar, dessa vez, os japoneses, e disso é prova o modo como a nau de Duarte da Gama é representada no biombo, sendo sobretudo notável a maneira como é dada a âncora, que reveste, na forma como é apresentada, o aspecto de verdadeiro objecto de exposição.

Das quatro estadas (1542, 1546, 1551 e 1556), no Japão, de Fernão Mendes Pinto, a do biombo do Museu Guimet tem, portanto, que ser a terceira, ou seja a de 1551, quando o grande viajante português se encontrou com S. Francisco Xavier, que para lá fôra cêrca de dois anos antes, regressando então ambos na mesma nau à China, para dali seguirem, em outras naus, por Malaca, para Gôa. A última visita, a de 1556, quando, morto já o Santo, Fernão Mendes Pinto voltou ali como embaixador do vice-rei da India, é que deve ter sido a que os artistas japoneses mais glosaram nas suas composições, maravilhados com a riqueza dos trajos e sobretudo com as coisas e animais exóticos que os portugueses consigo levaram. E dessa estada é certamente um dos reflexos mais directos o biombo de Toyama, onde, no mastro central do navio, se vêem, como motivo destacante da composição, as quinas da nossa bandeira. O biombo de Tókio, êsse é já mais tardio, como o mostram os frades franciscanos e capuchos que nêle figuram, pois êstes só entraram no Japão depois de 1591.

Não é, porém, únicamente nos biombos que se afirma a influência da nossa estada no Japão. Os eruditos japoneses teem, de há anos para cá, feito importantes descobertas neste campo, mostrando que a nossa esfera de acção foi muito mais larga do que até agora se supunha, abrangendo mesmo, e sob uma forma que não é já apenas a de simples sugestão, tôdas as modalidades da arte, como a pintura, a escultura e a gravura, e ainda objectos de carácter mais acentuadamente utilitário.

E assim, cêrca de três séculos depois da nossa saída trágica dali, a terra japonesa vem dizer-nos de novo, e agora pela pena dos seus mais ilustres eruditos, a importância que revestiu a nossa estada no país em época já tão longínqua. E não são só os selins japoneses, decorados com pinturas semelhantes às dos biombos do melhor período, nem o sino de bronze português (?), datado de 1577 e que deve provir da Igreja que o padre Gaspar Vilela fundou em Kioto, em 1560, que o afirmam. Melhor do que êstes e do que as gravuras em cobre que ainda subsistem, e que são decerto igualmente de origem europeia, no-lo mostram as medalhas, estatuetas de marfim e pinturas encontradas e estudadas por aqueles historiadores nipónicos, pois estas foram, sem dúvida, realizadas por artistas japoneses sob a nossa imediata influência, que ou era a do nosso ensino ou o das obras de arte que, para lá, eram levadas pelos nossos missionários e viajantes. E, a ajuntar a isto, há também a descoberta de sarcófagos cristãos e, com ela, a da nossa influência na epigrafia do Japão que, caso curioso e posto já em relêvo pelos sábios japoneses, se nacionalizou mais por êsse facto, libertada assim em muito da intervenção dos caracteres epigráficos chineses.

E isto tudo o devemos, como já está dito, à erudição japonesa, e particularmente, sem esquecer Urakawa Wasaburõ, o historiador do renascimento cristão no Japão, a Shimmura Izuru, Hamada Kôsaku e Umehara Sueji, cujos trabalhos publicados pela Universidade de Tókio, merecem da nossa parte um especial registo, que é, além daquele a que lhes dá direito o seu próprio valor, o de nos virem dizer, a nós que tanto ignoramos de nós mesmos, alguma coisa mais do muito que constituiu a nossa tão gloriosa, quanto esquecida, grandeza passada.

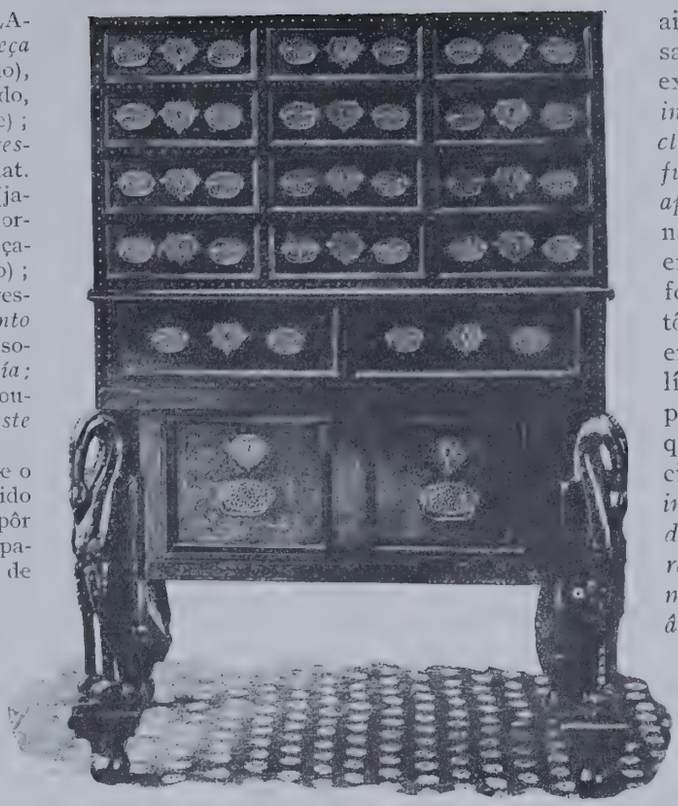
José de Figueiredo.

PORMENOR DO BIOMBO JAPONÊS, DO SÉCULO XVI, REPRODUZINDO O ENCONTRO DE S. FRANCISCO XAVIER COM FERNÃO MENDES PINTO E DUARTE DA GAMA, JUNTO DO PÔRTO DE FUNAI (BUNGO), EM FINS DE SETEMBRO DE 1551

(MUSEU GUIMET, DE PARIS)

FORMAS VERBAIS, POPULARES E ARCAICAS: — *Aqueça* (=acaeça) (aconteça), *arço* (ardo), *avir* (acontecer), *creçudo* (crecido, crescido); *dixe* (disse) e *di* (dize); *estê* e *estem; faes* (fazes); *fige, figeste, figera; gouvir, gouvira* (do lat. gaudere); *jaço* (jazo) e *jouvesse* (jazesse); *minte* (mente), *moura* (morra), *ouvo* (ouço) e *oivamos* (ouçamos); *pês* (pêse); *podo* (posso); *pugeste* e *pugemos; ques-me* (queres-me); *reis* (rides), *roge* (ruge), *sento* (sinto); *sejo* e *som* (sou), *semos* (somos), *sondes* e *sodes* (sois); *soía; trager; traes* (trazes), *trougue* (trouxe), *trouguera* (trouxera), *trouveste* (trouxeste).

É também vulgar em Gil Vicente o emprêgo da preposição *de* em sentido partitivo («semear *das* favas», «pôr *do* junco», etc.), e o emprêgo de palavras com género diferente do de hoje *(clima, fim — femininos)*.



CONTADOR INDO-PORTUGUÊS (Séculos XVI-XVII). — Museu Jacquemart-André. (Instituto de França)

Fontes abundantíssimas de termos e expressões populares são também as obras dos comediógrafos Jorge Ferreira de Vasconcelos, António Ribeiro Chiado e António Prestes, de que nos não ocuparemos.

Os prosadores. João de Barros

Poderíamos ainda tratar com algum desenvolvimento dos principais prosadores do século XVI — Barros, Castanheda, Góis, Fernão Mendes Pinto, Fr. Tomé de Jesus, Fr. Heitor Pinto, Fr. Amadeu Arrais e Samuel Usque. Limitar-nos hemos, porém, a falar do mais importante de todos, João de Barros, o grande historiador da Índia, cuja linguagem «é tão viva, tão popular, tão portuguesa, que a maior parte do seu vocabulário e da sua fraseologia é hoje ainda viva, popular e portuguesa» (1). «Formas vocabulares ou expressões alatinadas *(precepto, ingenioso, infelice, electa, subjecta, aceptar, adjuda, verter a vida, fundir* no sentido de *render* ou *aproveitar)*, quando se encontram nas *Décadas*, surpreendem como excepções. E o que pulula são as formas populares, populares quási tôdas ainda hoje, mas tidas como erros, o que mostra ser a nossa língua culta de agora menos popular e mais alatinada do que a que Barros nos deixou. Bastará citar *chuiva, torvão, cada um ano, indinado, jurdição, té, tôdolos, tôdalas, frol, amoestação, desemparar, represária, lhe* por *lhes, alimária* por *animal, ambre* por *âmbar, devação* por *devoção, arrincar, calidade, espécia, escuita, quêdo, lezira, espedir* por *despedir, page* por *pagem, escampado* por *descampado, em soma* por *em suma, destinto* por *distinto, feitiço* (adj.) por *fictício, contia* por *quantia, jentar* por *jantar, rostro, avoar, arruido, arrodear, estralar, mau* no sentido de *difícil, topar, relâmpado, tornada, obra de* por *cêrca de, remidor* em vez de *redentor*. — Das contracções, tão características do falar do povo, usou João de Barros profusamente: *entrelas, sobrisso, tèli, cadano* por *cada ano, Pedrálvares, Fernandafonso; trás* por *atrás*, etc. — Mil expressões e modismos que são ainda agora vulgares lá se encontram a cada passo nas suas obras: *a olhos vistos, a pé quêdo, às*

(1) Agostinho de Campos, «Antologia Portuguesa, Barros», Prefácio, pág. LXXX.

BIOMBO JAPONÊS DO SÉCULO XVI, reproduzindo o encontro de S. Francisco Xavier com Fernão Mendes Pinto e Duarte da Gama, junto do pôrto de Funai (Bungo), em fins de Setembro de 1551 (Museu Guimet, Paris)

cegas, às escuras, a seu salvo, desta feita, andar de amores, ao lume de água, alevantar a Deus, fazer impressão (impressionar); o homem ficou *feito em salada;* as labarêdas *lambiam* a nau; *despachar-se, barafustar, abalar* (=partir, fugir), *acertar de* (=acontecer), *debalde, escapulir-se ir* ou *vir ter* (=dirigir-se para) *afeito, achegas, passante de*» (1).

Entre os arcaísmos de verbos e nomes apontou o P.e António Pereira de Figueiredo os seguintes: *amercear-se* (compadecer-se), *aquecer* (acaecer, acontecer), *ardego* (fogoso), *ardideza,* (afouteza), *cá* (porque), *caiam (cajam,* desastre), *enderençar* (ordenar), *errores* (erros), *estê* e *estem, exalçamento, guisa* (modo), *i* (ide), *perla, pero* (porém), *soer; português, competidor* e *inventor* (uniformes); *cometa, clima* e *fim* (femininos); *abastar, ante que, atopir* (entupir), *barão* (varão), *colheito,* (colhido), *coseito,* (cosido), *comesto,* (comido), *estérele* (estéril), *frol, imigo, leixar, manencoria, poer, reteudo* (retido), *temorizar, âmbalas* (ambas as), *veo* (veio) (2).

Um fidalgo português na Índia. (Da *Histoire de la Navigation de Jean Hugues de Linscot*). Gravura reproduzida da *História da Colonização Portuguesa no Brasil.*

Da sintaxe e do estilo do escritor far-se há uma ideia pela leitura dum trecho das *Décadas:*

«A qual terra estavam os homens tão crentes em não haver algua firme, ocidental a tôda a costa de África, que os mais dos pilotos se afirmavam ser algua grande ilha, assim como as Terceiras, e as que *se acharam* por Cristóvão Colombo (que eram de Castela), a que os castelhanos commmmente chamam Antilhas. E por se afirmar no certo se era ilha ou terra firme, foi cortando ao longo dela todo o dia e, onde lhe pareceu mais azada para poder ancorar, mandou lançar um batel fora. O qual, tanto que foi com terra, viram ao longo da praia muita gente nua, não preta e de cabelo torcido, como a de Guiné, mas tôda de côr baça e de cabelo comprido e corredio, e a figura do rosto cousa como nova, porque era tão amaçado, e sem a comum semelhança da outra gente que tinham visto, que se tornaram logo os do batel a dar razão do que viram, e que o pôrto lhes parecia bom surgidouro. Pedrálvares, por haver notícia da terra, encaminhou ao pôrto com tôda a frota, mandou ao batel que se chegasse bem a terra e trabalhasse por haver à mão algua pessoa das que viram, sem os amedrontar com algum tiro que os fizesse acolher. Mas êles não esperaram por isso; porque, como viram que a frota se vinha contra êles, e que o batel tornava outra vez à praia, fugiram dela e puseram-se em um teso soberbo, todos apinhoados, a ver o que os nossos faziam. Os do batel, enquanto Pedrálvares surgia um pouco largo do pôrto, por não amedrontar aquela nova gente mais do que o mestrava em se acolher ao teso, puseram-se debaixo no mesmo batel; e começou um negro, grumete, falar a língua de Guiné, e outrós, que sabiam, algumas palavras de arábico. Mas êles nem à língua nem aos acenos, em que a natureza foi comum a tôdas as gentes, nunca acudiram. Vendo os do batel que nem aos acenos nem às cousas que lhe lançaram na praia acudiam, cansados de esperar algum sinal de entendimento dêles, tornaram-se a Pedrálvares, contando o que viram. Tendo êle determinado ao outro dia de mandar lançar mais batéis e gente fora, saltou aquela noite tanto tempo com êles, que lhes conveio levar as âncoras; e correram contra o sul, sempre ao longo da costa, por lhe ser por aquêle rumo o vento largo, té que chegaram a um pôrto de mui bom surgidouro, que os segurou do tempo que levavam, ao qual por esta razão Pedrálvares pôs o nome que ora tem, que é Pôrto Seguro. Ao outro dia, como a gente da terra houve vista da frota, pôsto que tôda aquela fôs-

RUINAS DE GONDAR. — As ruinas da que foi Gondar, no coração da Etiopia, atestam bem a passagem da civilização portuguesa por tão estranhas e bravias terras. São restos de muralhas e casario do século XVI e que ainda hoje mostram o que fomos. (De *The National Geographic Magazine. Agôsto,* 1928).

(1) Agostinho de Campos, ob. cit., pág. LXXXI-LXXXII.

(2) «Espírito da língua portuguesa», extraído das Decadas do insigne escritor João de Barros por António Pereira de Figueiredo. («Memórias de Literatura da Academia Real das Sciências, vol. III, pág. 131-132).

se uma, parece que permitiu Deus não não ser esta tão esquiva como a primeira, segundo logo veremos. Ao segundo dia da chegada, que era domingo de Páscoa, êle, Pedrálvares, saiu em terra com a maior parte da gente, e ao pé duma grande árvore se armou um altar, em o qual disse missa Frei Henrique, guardião dos religiosos, e houve prègação. E naquela bárbara terra, nunca trilhada de povo cristão, aprouve a Nosso Senhor, pelos méritos daquele santo sacrifício, me-

RETRATO QUE SE SUPÕE SER DE D. MANUEL
Iluminura do Livro I da Comarca de Além-Douro (Leitura Nova). (Do Arquivo N. da T. do Tombo)

mória da nossa redenção, ser louvado e glorificado, não sòmente daquele povo fiel da armada, mas ainda do pagão da terra, porque todos se punham em giolhos, usando dos actos que viam fazer aos nossos, como se tiveram notícia da divindade a que se humildavam» (1).

Gramáticos e filólogos: Fernão de Oliveira, João de Barros, Pedro de Magalhães de Gandavo, Duarte Nunes de Leão

A primeira gramática da nossa língua escreveu-a Fernão de Oliveira (1), «bom exemplar daqueles admiráveis homens do Renascimento, que para tudo serviam e em tudo interessavam: foi padre e foi soldado, foi diplomata e latinista, foi navegador e gramático; e escreveu em português, além da citada obra sôbre a língua, um trabalho de arquitectura naval (o *Livro da fábrica das naus*), outro de arte da guerra (*Arte da guerra do mar*) e a tradução dum tratado de agricultura, de Lucius Columella!» (2).

Convém que aqui fique transcrito o

FRUTEIRO — Estilo indo-português do século XVI. (Das *Notas sôbre Portugal*, vol. II, Lisboa, 1908)

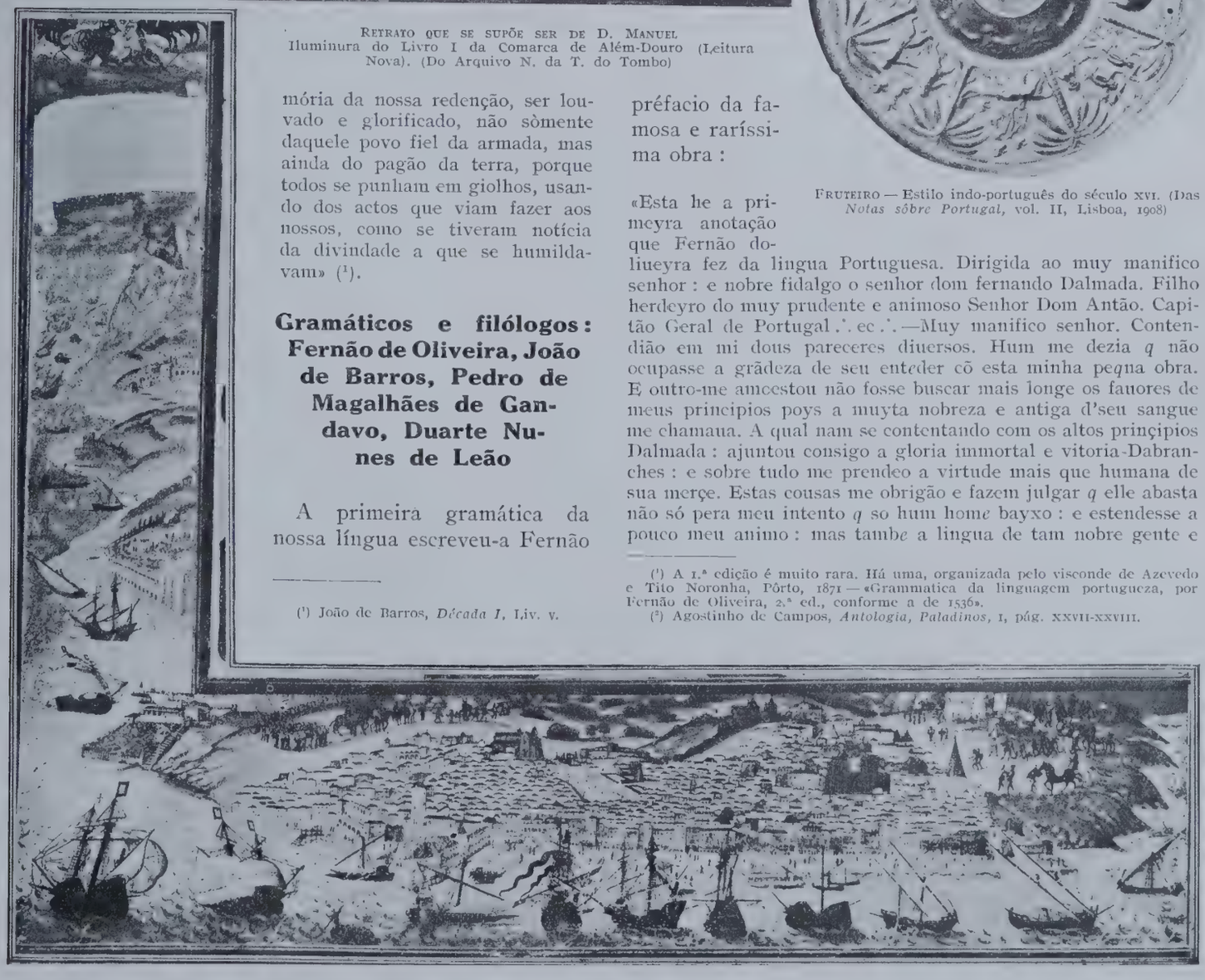
préfacio da famosa e raríssima obra:

«Esta he a primeyra anotação que Fernão doliueyra fez da lingua Portuguesa. Dirigida ao muy manifico senhor: e nobre fidalgo o senhor dom fernando Dalmada. Filho herdeyro do muy prudente e animoso Senhor Dom Antão. Capitão Geral de Portugal .˙. ec .˙. —Muy manifico senhor. Contendião em mi dous pareceres diuersos. Hum me dezia *q* não ocupasse a grãdeza de seu enteder cõ esta minha peqna obra. E outro-me amcestou não fosse buscar mais longe os fauores de meus principios poys a muyta nobreza e antiga d'seu sangue me chamaua. A qual nam se contentando com os altos prinçipios Dalmada: ajuntou consigo a gloria immortal e vitoria-Dabranches: e sobre tudo me prendeo a virtude mais que humana de sua merçe. Estas cousas me obrigão e fazem julgar *q* elle abasta não só pera meu intento *q* so hum home bayxo: e estendesse a pouco meu animo: mas tambe a lingua de tam nobre gente e

(1) João de Barros, *Década I*, Liv. v.

(1) A 1.ª edição é muito rara. Há uma, organizada pelo visconde de Azevedo e Tito Noronha, Pôrto, 1871 — «Grammatica da linguagem portugueza, por Fernão de Oliveira, 2.ª ed., conforme a de 1536».

(2) Agostinho de Campos, *Antologia, Paladinos*, I, pág. XXVII-XXVIII.



LISBOA DO SÉCULO XVI. — Iluminura da *Genealogia*, de Simão Bening, desenhada por António da Holanda. (Da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*)

terra como he Portugal viuera contete e folgara de se estender pollo mundo se leuar nestes primeyros encontros por seu escudo o nome de tão bõs exerçiçios como são os de sua merçe o qual na paz e quietação em *q* viuemos não despende mal: mas aproueita seu tempo ledo bõs liuros para sy e no regimento de sua casa primeyro cria com muyto cuidado dom Antão seu filho a quem deos guarde e prospere: para cuja doutrina com muyta despesa me trouxe a sua casa e graçiosa e cõpridamente me conserua nella: poys quanto carrego tem de sua gete ser bem ensinada: e a fazenda milhor repartida e mays manifesto a todo o mundo do *q* o eu posso dizer. Asim tão resplandeçe em sua merçe o lume da prudecia do senhor capitão seu pay: e a sua louuada velhiçe afremosenta em todos seus filhos a nova idade tanto saber que com muita firmeza quero *q* minhas obras se pubriquem so o titolo de seu nome: e dellas seja a primeyra estas como prolego das outras a notação em alguhas cousas do falar Portugues: na qual: eu nas quaes eu não presumo ensinar aos *q* mays sabem: mas notarey o seu bõo costume para *q* outres muitos aprendão e saybão quanto prima e a natureza dos nossos homes porq ella por sua võtade busca e tem de seu a perfeyção da arte *q* outras nações adquirem com muyto trabalho: e nestas cousas se achara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar alghuas partes neçessarias da ortografia: açento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comu e particularizando nada de cada lição: porq isto ficara para outro tempo e obra. E porem agora primeiro diremos que cousa he linguage e da nossa como e principal antre muitas. O *q* peço a sua merçe ouça com muyta atenção e võtade porque nisso fauoreça o partido de meu trabalho.» (1).

O BRASÃO DE ARMAS DA TIPOGRAFIA.—De A. de Dachenhausen interpretando uma velha e consagrada tradição alemã

O TIPÓGRAFO CHRISTOPHE PLANTIN, (1514-1589), que se correspondia com alguns dos tipógrafos portugueses. Gravura de Henri Goltzius

APRESENTAÇÃO A LUÍS XI DA PRIMEIRA BÍBLIA IMPRESSA EM PARIS. — Gravura de Castelli. (Da *Iconographie de l'imprimerie et du livre. Bulletin officiel des maîtres imprimeurs.* 1927, Natal)

Escrevendo o seu tratando no tempo em que ainda não tinham aparecido os maiores escritores — com excepção de Bernardim Falcão e Gil Vicente—, Fernão de Oliveira versa especialmente a pronúncia, a ortografia, o arcaísmo e o neologismo. Nessa obra manifesta-se um entusiástico defensor da língua vernácula. O «Quarto capitolo» é a êsse respeito importantíssimo:

«O estado da fortuna pode cõceder ou tirar fauor aos estudos liberaes: e esses estudos faze mais durar a gloria da terra em *q* florecem. Porque Greçia e Roma só por isto ainda vive: porq quãdo senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas: e em ellas escreuião muytas bõas doutrinas e não sómete o que entendião escreuião nellas: mas tambem transladauam parellas todo o bõ que lião em outras. E desta feyção *nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esqueçendo-nos do nosso: não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque milhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma:* ainda que ella agora teuera toda sua valia e preço. *E não desconfiemos da nossa lingua porque os homes fazem a lingoa, e não a lingoa os homes.* E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homes as poserão na perfeição *q* agora tem» (1).

No capítulo V, volta a insistir:

«E comtudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingoa e gente e ficara com mayor eternidad' a memoria delle: *e nam trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com bõas doutrinas* q *a possamos ensinar a muytas outras gentes* e sempre seremos dellas louuados e amados porq a semelhança he caũsa do amor e mays em as linguas» (2).

Com não menor entusiasmo defende Fernão de Oliveira a língua portuguesa neste passo do capítulo XXXIII:

«E muytas outras dições começadas n'esta sylba . al . as quaes dizem não ser somete latinas as nossas palauras e castelhanas: e doutras nações nossas vezinhas: mas de Greçia e doutras gentes mays apartadas de nos: e com *q nunca* conuersamos dize estes curiosos ser muitas dições das nossas: e de tal feyção se aleuantão contra a nossa lingua: e a fazem pobre e toda emprestada *q* lhe não deixão nada propio como se não ouuera homes na nossa terra antigos: e nobres: e sabedores: mas por ventura os ossos de seus pais e auos destes que isto dizem não jazem em Portugal: ou se jazem nesta terra não jazem em propia sepultura: por tanto deixemolos ficar com sua magoa acusando-os pore muy afincadamente: porque desfazem muito na gloria do çeptro e coroa do nosso reyno: estes assi como tambe cortão a perpetuidade delle os que de nouo trazem noua lingua a terra: *porq a lingua e a vnidade della he mui certo*

(1) Gramática, 2.ª ed. cit., pág. 3-5.

(1) Gramática, pág. 12-13.
(2) Gramática, pág. 16.

apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos: e o rey ou senhor ainda *q* fosse estrangeyro e viesse de fora senhorear em alghua terra hauia de apartar sua lingua e não na deixar corrõper com alghua outra: assi parelle viuer em paz como tambẽ porque seu reyno fique e perseuere em seus filhos: quanto de minha parte segundo eu entendo *eu juraria* q *quem folga douuir lingua estrangeyra na sua terra não he amigo da sua gente nem conforme a musica natural della:* mas donde isto naçe eu direi mais alghua parte disso *e* outro tẽpo se agora me *q*sere ouuir este pouco» (1).

Uma oficina de impressão, do século XVI. — Miniatura do Gabinete de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris. (Da *Histoire de l'imprimerie par l'imag* de Marius Audin, Tome I. Paris, 1929)

Fernão de Oliveira já considerava as ortografias como transitórias e variáveis, quando escrevia no capítulo XVIII:

«...e Quintiliano assi mãda escreuer *qlqr* lingua como soa: e não somẽte a ortografia he diuersa *e* diuersas linguas mas tãbẽ em hua mesma lingua se muda cõ o costume» (2).

Não lhe escaparam os fenómenos da assimilação e dissimilação, e até certos casos de fonética sintáctica:

«Tambẽ em se mudar huas em outras tem as letras comunicação e guardão a rezão de seu paretesco ou vizinhãça. Como todoudia por todo o dia: e isto assi antre as vogaes, como antre as consoantes das vogaes se trocão. o . e . oo . E . e . e . a . e . a . E assi outras como fermoso e fermosos e fermosa, e alegre e alegria, e amaarão e amarão: poys as consoantes antre si tambẽ se mudão huas em outras como amarano seu d's por amarão o seu d's; no amor de d's por em o amor de d's; pollo conselho de meus amigos, em lugar de por o conselho de meus amigos. Pu-la mão por pus a mão» (3).

Finalmente, sôbre a clareza da linguagem assim disserta o velho gramático:

«...e para que possamos fugir destas e doutras culpas em *q*lquer lingua e muito mais na nossa: saibamos que *a primeira e principal virtude da lingua he ser clara e q a possam todos entender:* e para ser bem entẽdida ha de ser a mais acostumada antre as milhores della: e os milhores da lingua são os *q* mais lerão e virão e viuerão continoando mais antre os primeiros sisudos e assentados e não amigos de muito mudãça» (4).

Atelier de tipógrafo do século XVI, na Flandres. — Desenho de J. Stradan, gravado por Ph. Galle. É vulgar encontrar-se a representação da oficina tipográfica nas marcas dos livreiros ou impressores franceses. Além das que publicamos, lembram-nos as de Le Preux (Paris e Suíça, 1561-1587), Éloi Gibier (Orleans, 1556-1588), Michel de Roigny (Paris, 1565-1591), Conrad Badius (Paris, 1546-1548), etc.

Depois da gramática de Fernão de Oliveira apareceram os trabalhos filológicos de João de Barros — a *Cartinha para aprender a ler,* em que se defende o estudo da língua materna antes de qualquer outra, a *Gramática da Língua Portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* —, publicadas numa «Compilação» (1). Eis o prefácio geral, muito elucidativo:

«Ao muito alto e excelente Principe D. Felipe nosso senhor, João de Barros em a introduçam da Grammatica da lingua portuguesa. — Lemos muy excelete principe na vida de Aesopo fabulador morál, que perguntado per hum ortelã, a causa por que a taerra mais facilmẽte criaua as haeruas *q* nã recebiã beneficio da agricultura, que aquellas cuia semente lhe aera entregue com tantos beneficios e mimmos pera a criar: respondeo, que a taerra aera mádre das haeruas que per si daua, e madrasta das que nós queriamos que daesse. Porque assi punha sua virtude e força na criaçam das proprias, como as mádres em á de seus filhos: e tanta remissam nas sementes alheas, como as madrastas na criaçam de seus enteádos. E a esta razam filosofal, aiudam os medicos com outra da criaçam dos mininos: dizendo, que mayór beneficio e mais nutrimento recaebem do leite de suas proprias mádres, que das amas, posto que mais grósso e de milhor compleissam seia. Próvanse estes segredos e força da natureza em que os mesmos mininos: os quáes quando começam formar nossas palauras, em menos de dous annos sabem toda a linguagem que mammaram no leite. E as aprendidas depois de crecidos, assi lhe ficam em logar de madrástas, que sempre na pronunciaçam tráuam da mádre. Os preceitos da qual, assi lhe sam doces e naturaes: que com deleitaçam os apredem, com amor os recebem, e viua memoria em toda a vida os retem. Qual será lógo a linguágem que nesta tenrra e dilicada idade de nóssa alteza mais

(1) «Compilação de varias obras do insigne portuguez João de Barros, dirigidas pelo mesmo autor ao mui alto e excelente Principe D. Felipe. Impressas em Lisboa em casa de Luiz Rodriguez Livreiro d'Elrey, pelos annos de 1539, e 1540. — E agora reimpressas em beneficio publico pelos monges da Real Cartucha de N. S. da Escada do Ceo. Lisboa. Na officina de José da Silva Nazareth. Ano MDCCLXXXV.» — O assunto da compilação consta da «tavoada do que se contem neste livro»: *Introduçam pera brevemente se aprender a ler;* Pater noster e Avé Maria em latim e linguágem; divisam destes artigos da fe; Salve regina em latim e linguágem; os x. mandamentos da ley, e os v. da igreja; os sete sacramentos da igreja; as xiii. óbras de misericordia; as virtudes theologáes, e moraes; os dões e fruitos do espirito santo; os inimigos d'alma: e os v. sentidos; os pecados mortaes; e as virtudes contra elles; a bençã da mesa: e as grãças; tratado da missa; oraçam á hostia; e oraçam ao caliz; as orações obsecro te: e Juste judex; evangelho de Sam Joam: e o quicumque vult; os dias de jejuar e guardar: com as quatro temporas; *Grâmatica da lingua portuguesa: e ortografia com que se á descrever; hum diálogo em louuor da nóssa linguagem;* hum dialogo da viciosa vergonha.»

(1) Gramática, pág. 72-73.
(2) Id., pág. 42.
(3) Gramática, pág. 42.
(4) Id., Cap. XXXVIII, pág. 86.

natural e obediente uos deve ser, senam a nossa portugueza, de que uos deos fez principe e rey em esperança. Aquella que em Europa ae estimada, em Africa e Assia por amor, armas e leys tam amáda e espantósa: que per justo titolo lhe pertence a monarchia do már e os tributos dos infiaees da taerra. Aquella que como hum nouo apóstolo, na força das mesquitas e pagódes de todalas seitas e idolatrias do mundo, despraega praegão e uencedo as reáes quinas de Christo: com que muitos pouos da gentilidade sam metidos em o curral do senhor. Da qual óbra óra temos hum diuino exemplo, na conuersam de cinquoenta e sete mil almas na terra do Malabár: onde sam Tomae com tanto trabalho e martirio passou desta uida á celestial gloria. Com zelo de aprender a qual lingua, quatro dos principaes deste pouo ueaeram este anno: por mais sem peio dos empedimentos da patria cá nestes reinos a podessem milhor praticar: e per ella aprender os preceitos da ley em que espaeram acabar. Aos quáes elrey uosso padre, como zelador da fae, mãdou recolher na casa de santo Eloy desta cidade, pera ahi aprenderem com os outros Etiopas de Congo de que ia temos bispos e théologos: cousa certo muy nóua pera a igreia de deos, inda *q* profetizáda no salmo seteta e hum. Pois gente em que tanto obrou a lingua portugueza, e *q* o amor della os tráz tantas mil legoas, *q* linguágem per áparte pódem mais facilmente aprender senam aquella que nelles obrou saluaçam? Porquelles com amor do tal beneficio, e os mininos destes reinos, por lhe ser mádre e nam madrásta, mádre e nam ama, nóssa e nam alheia: com tanto amor receberám os preceitos della, que quãdo forem aos da grãmatica latina e grega, nã lhe serãm trabalhósos os que cada hua destas tem, por a conformidade que antrellas á. Como se pode uer nestes preceitos da grammatica da nóssa lingua portugueza que ofereço a nóssa alteza: a quem sam deuidas as primicias de todolos nóuos e proueitósos fruitos. E ante que se tráte da grammatica poerey os primeiros elementos de leteras, em modo de árte memorativa, por mais facilmete aprenderem a ler: e de si [*desi=depois*] os preceitos da ley e os mãdamentos da igreia cõ hum tratado de ouuir a missa. E no fim da grammatica uam dous dialogos, hum em louuor da lingua portuguesa, e outro da sobeia uergonha: mataeria conueniente á idade em cuio proueito esta nossa obra se compos».

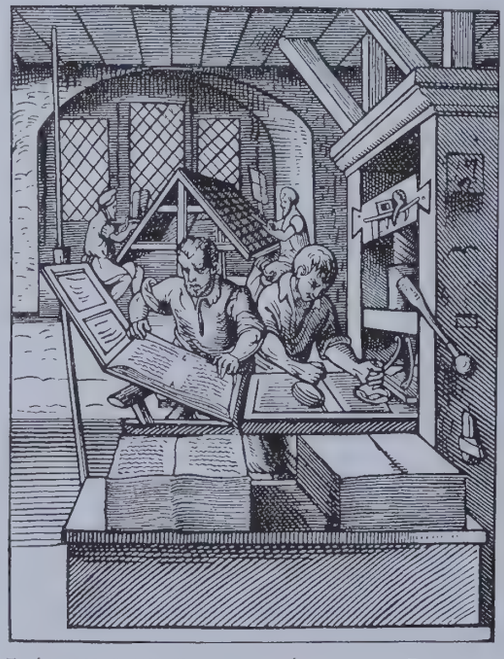
Marca dos livreiros e impressores parisienses. — De Marnef e Bouchets frères, de Poitiers, 1567. Esta marca é a mesma que Conrad Bade (1546-1561), usou. A de C. Bade é porém de forma quadrilonga e esta de circunferência

Depois da *Cartinha,* que ocupa 67 páginas, vem a gramática, cujo prefácio é o que segue:

«Em a cartinha passáda, demos árte pera os mininos fácilmente aprendere a ler: com toda a diuersidade de syllabas *q* a natureza da nóssa linguáge padeçe. E assy lhe apresentamos os preceitos da ley, e os mandamentos da santa mádre Igreia: cõm o tratádo da missa em as quáes cousas cõuem sere elles doutrinados porq como diz sam Bernardo, nam é cousa menos piadósa esinar o animo com sapiencia, *q* dar mantimento ao corpo. Fica agóra darmos os preceitos da nóssa grammatica, de cuio titolo intitulamos a cartinha: como fundamento e primeiros elementos da grammatica. E porq os minimos das escolas de ler e escreuer, tomarão a outra párte, e não esta, por ser o primeiro leite de sua criaçam: parecenos *q* ficáua esta sem fundamento nã declarando aos *q* uirem esta sómente *q* na primeira he o principio onde está dedicada ao principe nósso senhor» (1).

Marca do livreiro e impressor de Gand, Pierre César (1516-1547). — (De Silvestre — *Les Marques Typographiques,* Paris, 1867). Esta marca sem o nome debaixo foi também usada por Jehan Baudouyn, impressor em Rennes em 1524. É semelhante a uma usada por Josse Badius na obra *Prima pars operum Baptiste Mantuani,* de 1507

A orientação da gramática consta da seguinte «Difinçám de Grãmatica e as partes. della» (2):



Tipógrafos e impressores do século XVI. — Da marca de Jost Amman (1539-1591)

«Grammatica, E uocabulo Graego: quer dizer; çiençia das leteras. E segundo a difinçám *q* lhe os Grãmaticos derã: é hu módo certo e iusto de falár e escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. Nós podemos lhe chamar arteficio de palavras póstas e seus seus naturáes lugáres: pera *q*, mediãte ellas, assy na fála como na escritura, venhamos em conhicimeto das tenções alheias. Porq be assy emtram as leteras pela uista, como as palávras pelos ouuidos: instrumeto com *q* o nósso intedimeto reçebe as mais das cousas. E como pera o jogo do enxedrez se requere dous reys, hum de hua cor, e o outro de outras, e *q* cada hu delles tenha suas peças postas em cásas próprias e ordenadas, com leys do *q* cada hua deve fazer (segudo o oficio *q* lhe foi dado:) assy todalas linguagens tem dous reys, diferentes em generos, e concordes e oficio: a hu chamã. Nome, e ao outro Verbo. Cada hu destes reys te sua dama, á do nome chamam Pronome, e á do uerbo, Auerbio. Participio, Artigo, Coniunçám, Interieçã, sã peças e capitães principáes, *q* debaixo da sua iurdiçam te muita pionágem de dições, com *q* comumete seruem a estes dous poderosos reys, Nome, e Verbo. Assy *q* podemos daquy enteder, ser a nóssa linguáge cõpósta destas noue pártes: Artigo, *q* é proprio dos Graegos e Hebreus, Nome,

(1) «Compilação», pág. 70.
(2) Idem, pág. 71-73.

Pronome, Verbo, Aduerbio, Participio, Cõiunçam, Preposiçã, Interieçã, *q* tem os latinos. Os quáes pártem a sua grammatica em quatro pártes, *e* Ortografia, *q* trata da letera, em Prosodia, *q* trata da syllaba, em Ethimologia, *q* trata da diçã e em Sintaxis, a *q* respõde a construçã, á imitaçã dos quáes (por termos as suas partes) diuidimos a nóssa Grãmatica. E por*q* a mais pequenas destas pártes é a letera, dõde se todalas dições cõpõem : ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nã segudo conuc á orde da Grãmatica especulativa, mas como requere a preceitua : usando dos termos da Grãmatica Latina cuios filhos nós somos, por nã degenerar della. E tãbem, por*q* as çiençias requere seus proprios termos per onde se am de apreder, como as óbras mecanicas instrumentos com *q* se fáze, sem os quáes, nenhua destas cousas se póde entender ne acabar».

Marca do impressor Josse Badius de 1520. — Josse Badius teve sempre decidida preferência pela representação da sua oficina como se vê nesta e na seguinte. (De Silvestre — *Marques typographiques*, Paris, 1867)

Na *Ortografia*, que se segue à gramática, lêem-se êstes períodos, suficientes para bem se avaliar do carácter do trabalho (1) :

«A primeira e principal regra da nóssa orthografia é escrever todalas dições com tantas leteras com quantas a pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas : como uemos na escritura italiana e françesa. E dádo que a diçam seia latina, como ã deriuamos a nós, e perder sua pureza, lógo a devemos escreuer ao nósso módo, per semelhante exemplo, orthografia é uocábulo grego e os latinos o escreuem desta maneira atras, e nós o deuemos escreuer com estas leteras, orthografia, porque com ellas ô pronunciamos».

No «*Diálogo em louvor da nossa língua*», João de Barros imagina uma conversa entre *Pai* e *Filho*, tôda de encómios à excelência da língua materna. Nêle declara o autor, pela bôca do *Pai*, que «as armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são e pode-as o tempo gastar. Mas *nada gastará doutrina, costumes, linguagem*, que os portugueses nestas terras deixarem (2).

Pedro de Magalhães de Gandavo escreveu as *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da Lingua Portuguesa com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574). Êste autor limitou-se a seguir as pisadas de João de Barros. No *Diálogo*, em que entram um português, defendendo a língua nacional, e um castelhano, que naturalmente deseja para o seu idioma a prioridade, a nossa língua é mais uma vez cumulada de encómios. Para opor argumentos contra a opinião do personagem castelhano *(Falêncio)*, Gandavo põe na bôca do português *(Petrónio)* referências a autores, seus contemporâneos, com elogios que mais tarde se reconheceu serem justos :

«Pois, se no verso heróico vos parece que a vossa [*língua*] lhe pode fazer vantagem, vêde as obras do nosso famoso poeta Luís de Camões, de cuja fama o tempo nunca triunfará. Vêde a brandura daquele raro espírito Diogo Bernardes. Vêde finalmente as do Doutor António Ferreira, de que o mundo tantos louvores canta ; e em cada um dêstes autores achareis um estilo tão excelente e tão natural, e acomodado a esta nossa língua, que forçadamente haveis de vir a descer-vos dessa vossa opinião, e confessar comigo ser ela indigna dêsse nome que vós lhe dais».

Marca do impressor Josse Badius, livreiro e impressor em Paris de 1503 a 1535, e Jehan de Roigny, livreiro e impressor em Paris de 1529 a 1565

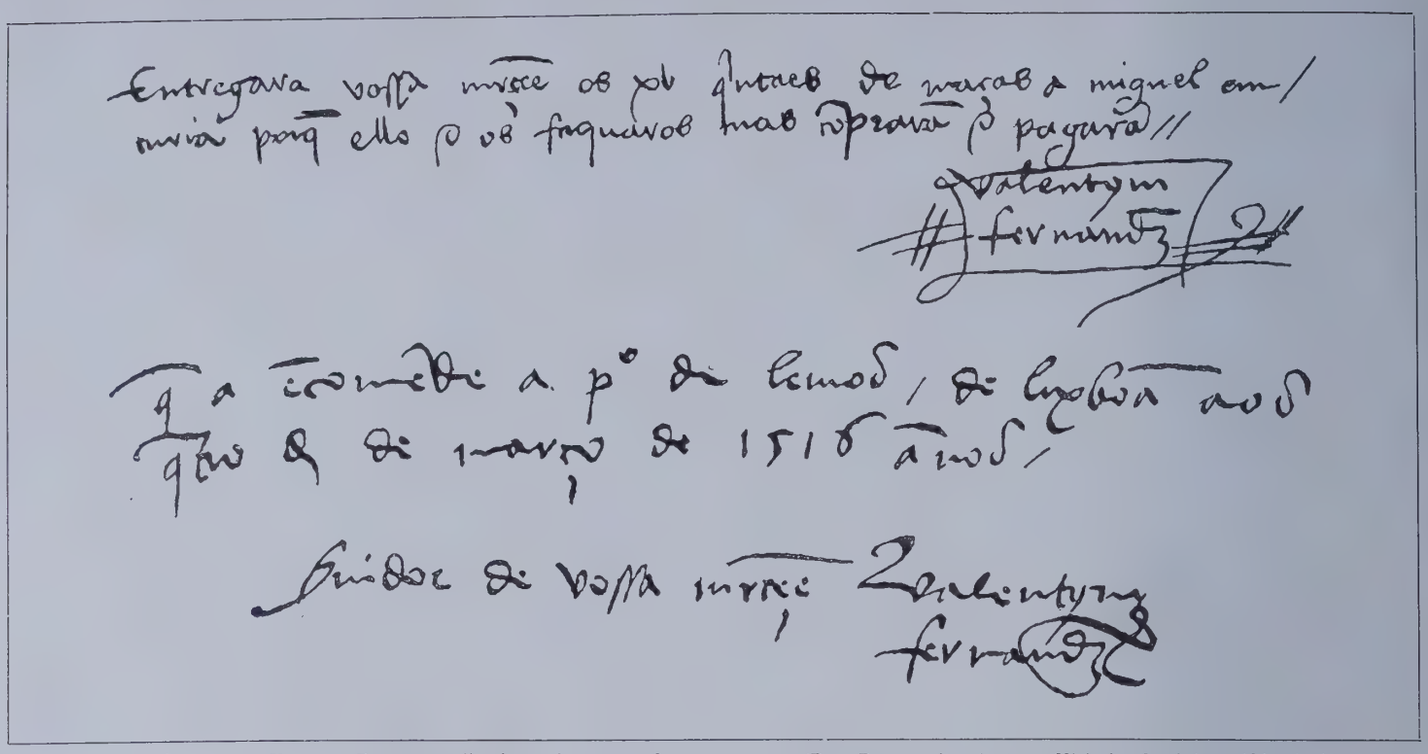
Em 1576 publicou-se a «*Orthographia da Lingua Portuguesa*» de Duarte Nunes de Leão (1), que nela se insurge contra a grafia de muitos escritores. Eis as duas primeiras das «Regras Geeraes da Orthographia da lingoa portuguesa», com que fecha o trabalho :

«1.ª — Do que tratei em particular da força, & natureza de cada letra, podemos inferir a primeira regra da orthografia Portuguesa : que assi hemos de screuer, como pronunciamos, e assi hemos de pronunciar como screuemos. — 2.ª — D'esta primeira regra se infere, *q* nunqua na scriptura accrescentemos, nem mudemos letras a dição alg*ua*, querendonos accomodar aa origem, & scriptura Latina. Porque isso he fazer noua lingoagem, & mudar a commum & usada, que fallamos. Porque não consiste a policia da lingua Portuguesa, em as palavras serem mui conjuntas & parecidas com as Latinas. Mas antes quanto nos desuiamos da Latina, tanto fica teendo mais graça, & sendo mais nossa, como tambem dizer os Italianos da sua. Os quaes a

Atelier tipográfico do século XVI. — Do *Archiv für Buchgerverbe und Gebrauchsgraphik*. Leipzig, 1926. (Da *Histoire de l'imprimerie par l'image* de Marius Audin, Tome I. Paris, 1929)

(1) «Compilação», pág. 184.
(2) Do «Diálogo» há uma edição moderna do falecido prof. Luciano Pereira da Silva, Coimbra, 1917.

(1) «Orthografia da lingoa portuguesa, obra util e necessaria, assi pera bem screuer e lingoa hespanhol, como a Latina, e quesquer outras, que da Latina teem origem. Item hum tractado dos pontos das clausulas. Pelo licenciado Duarte Nunez do Lião. Em Lisboa. Per João Barreira impressor del Rei N. S. — 1576».



Fac-simile de Autógrafos de Valentim Fernandes, livreiro e impressor de 1503 a 1514. (Dos *Documentos para a Historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII* por Venâncio Deslandes, Lisboa 1881)

chegada aa Latina chamão. lingua *pedantesca,* que quer dizer lingua de pascasios. Pelo que he nojenta scriptura, & fora de razão, a dos que dize princepsa, por princesa. & epse por esse. & oclho por olho. & comptar por contar, por ser mais conforme ao Latim. Porque sendo nossa lingoa corrupta da Latina, & fazendo nos desta corrupção noua lingoa propria, & peculiar nossa, *q* pelo uso se foi deriuãdo, & introduzindo, não hemos de mudar, nem torcer os vocabulos, do soido, & uso comu. Qua as palavras são como as moedas, *q* não valem senão as correntes, & as *q* stão em uso» (1).

Do mesmo autor foi publicada em 1606 a «Origem da Lingoa Portuguesa» (1), «obra muito interessante — escreveu Adolfo Coelho —, em que se acham compreendidos alguns dos fenómenos da história da língua e que, a-pesar de numerosos erros, da impossibilidade de o autor se elevar no seu tempo a uma verdadeira teoria da história da língua, é muito superior à maior parte do que se escreveu entre nós até a introdução do método scientífico» (2). Nesta obra também Duarte Nunes de Leão tem palavras de louvor para a nossa língua:

«E manifesto he que como

(1) Ed. cit., pág. 51-51 v.

Entregara voffa mercee os xv quintaes de maças a miguel emcuria porque elle e os Saquaros mas compraram e pagaram. — Valentym Fernandez.

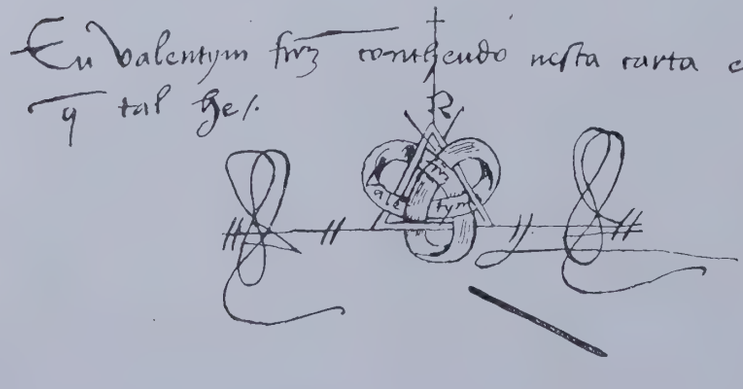
q. a encomende a pero de lemos. De Lixboa aos quatro dias de março de 1516 annos. — Seruidor de voffa mercee. — Valentym Fernandez.

Marca de Nicolau de Saxonia e Valentim Fernandes, da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxonia, Lisboa, 1495

Marca de Valentim Fernandes. — Das *Epistolae* de Cataldus Siculus. Lisboa, 1500. (Parecida com a do impressor Michel Topie que imprimiu em Lyon de 1488 a 1490. Cf. Silvestre. *Marques Typographiques).* Valentim Fernandes, além do seu labor no século xv, foi tipógrafo, autor, revisor e língua no século xvi

(1) «Origem da Lingoa Portuguesa, per Duarte Nunez de Lião, desembargador da casa da suplicação, natural da inclyta cidade de Evora: Dirigida a el-Rei D. Philippe o II de Portugal nosso Senhor. Em Lisboa. Impresso por Pedro Crasbeeck. Anno de 1606».

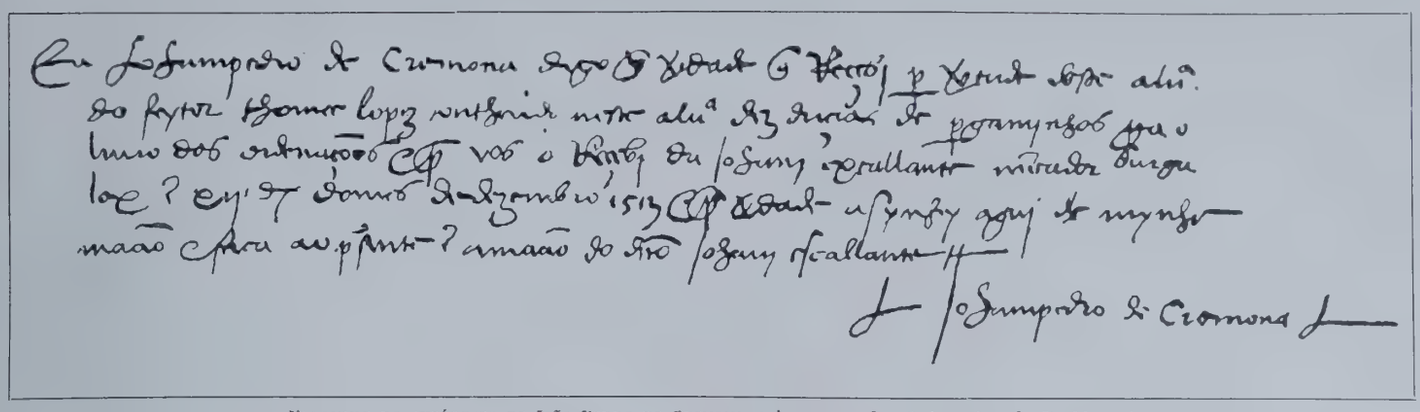
(2) «A língua portuguesa», Pôrto (3.ª ed.), pág. 164.



Eu Valentym Fernandez contheudo nefta carta em cima efprita fiz aqui meu pubrico fynal que tal he.

Fac-simile do autógrafo e sinal público de Valentim Fernandes. — (Dos *Documentos para a historia da typographia...* citados)

Os sinais notariais dos tempos idos são, como se vê, devéras curiosos. Ainda não temos estudo completo sôbre o assunto, se bem que o dr. Leite de Vasconcelos e o dr. Tavares de Carvalho se tenham já ocupado do caso nas revistas que dirigem.



Fac-simile do autógrafo de João Pedro de Cremona, o impressor das *Ordenações* de D. Manuel

Eu Joham pedro de Cremona digo em verdade que Recebi per virtude defte aluara do feytor thome lopez conteudo nefte aluara dez ducias de pergaminhos pera o liuro das ordenações, e por vos o Recebi da Joham excallante mercador burgalex em XII dias do mes de dezembro 1513. E por verdade asynhey aqui de mynha maão e fica ao preſente em a maão do dito Joham escallante. — Joham pedro de Cremona.

entre todas as nações que no mudo ha, nenhua se alõgou tanto de sua terra natural, come a nação Portuguesa, pois sendo do ultimo occidente, & derradeira parte do mundo, onde (como Plinio diz) os elemetos da terra, agoa, aar, fazem sua demarcação, penetrarão tudo o que o mar Oceano cerca, & comsigo leuarão sua lingoa. A qual tam puramente se falla, em muitas cidades de Africa, que ao nosso jugo são subjectas, como mesmo Portugal, & em muitas provincias da Ethiopia, da Persia & da India, onde temos cidades & colonias, nos Syonitas, nos Malaios, nos Maluqueses, Lequeos, & nos Brasiis, & nas muitas & grandes ilhas do mar Oceano, & tantas outras partes, que com razão se pode dizer por os Portuguezes o que diz o Psalmista: In omnem terram exiuit sonus eorum, & in fines orbis terrae verba eorum. E a lingoa Portuguesa com razão se pode ter em muito, & chamar ditosa, pois por ella se anunciou & manifestou a tantas gentes, & de tam remotas & estranhas prouincias, a fé de nosso Senhor Jesu Christo, & foi causa de se tirarem as erroneas & treuas, em que o mundo vivia» (1).

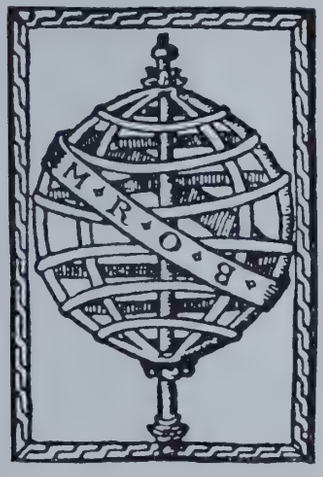
Marca de Luís Rodrigues — Na obra de Lodovici *De re medica*

A crítica do Renascimento. Conclusão

A crítica, principalmente a crítica moderna, nem sempre tem visto com olhos benévolos a obra que os humanistas e latinizantes realizaram a favor da nossa língua, furtando-a à perigosa influência do castelhano e tornando-a, ao mesmo tempo, mais rica e maleável e portanto mais apta a exprimir com precisão as ideias, os sentimentos e os pensamentos dos que a haviam de falar e escrever. Alexandre Herculano, o grande escritor romântico, e em nossos dias o brilhante pensador Jaime de Magalhães Lima (1) deploram a existência de duas linguagens — a literária e a popular —, aliás inevitáveis, enquanto houver arte literária.

Outros críticos, ao contrário, sem caírem no extremo oposto, manifestaram-se a favor. Gonçalves Cerejeira, por exemplo, assim se exprime:

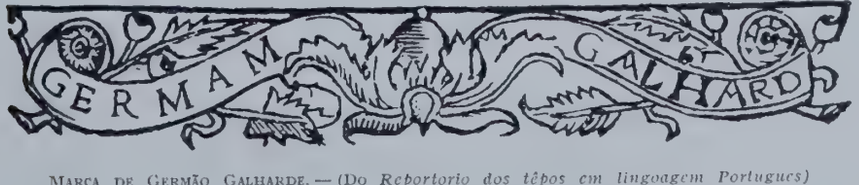
«Com a *Grande Renascença* foi o espírito humano que renasceu. As literaturas nacionais tomam consciência dos seus destinos, afirmando-se agora duma maneira superiormente bela; as línguas, que ganham em esplendor e riqueza, tornam-se harmoniosos instrumentos dum pensamento transparente a si mesmo porque consciente, como liras de que mãos divinas tirassem para carícia do ouvido a subtil gama dos mais variados sons; os géneros literários, renovados segundo os modelos clássicos,



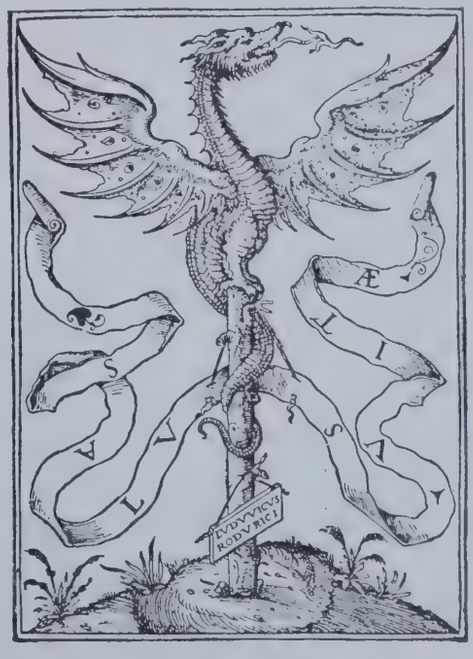
Marca que o Dr. Haebler atribui a Germão Galharde e publicada no *Reportorio dos têpos* do mesmo impressor, não dando na sua obra a tarja que é a verdadeira marca

(1) Cap. XXIII, pág. 136-137. — De cada um dêstes trabalhos ficam reproduzidos nesta obra os frontispícios da 1.ª edição [Páginas 46 e 47].

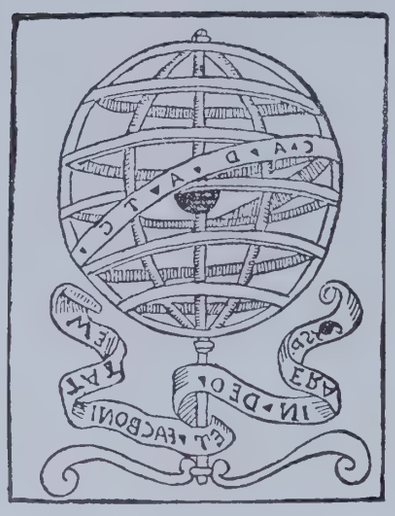
(1) Vidè «A Língua Portuguesa e os seus Mistérios», Lisboa 1923, principalmente pág. 64-65.

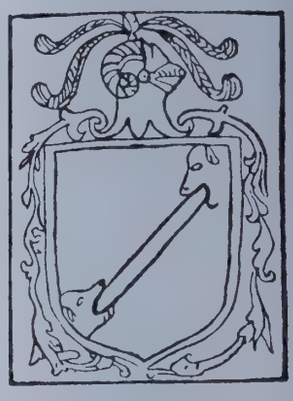


Marca de Germão Galharde. — (Do *Reportorio dos têpos em lingoagem Portugues*)



Marca de Luís Rodrigues. — Na obra de Antonius Lodovici *De re medica*. Lisboa, 1540. Também usada por João Alvares





Marcas do Impressor André de Burgos, de Évora. — Do livro de Garcia de Rèzende, *Livro das obras*, Évora 1554; cabeça da portada do *Libri quator de antiquitatibus Lusitaniæ*, de Lucius Andreas Resende, Eboræ, 1593; pequena marca do *Breve compendio da la sphera*, de Martin Cortes, Sevilla, por António Alvarez, 1551, e do *Livro de obras* de Garcia de Rèzende, de Évora, 1554

observam leis (que ia a dizer eternas) de elegância, ordem e sobriedade, e simultâneamente, pela melhor observação da alma humana e maior poder de expressão literária, adquirem propriedades de intensidade descritiva e revelam a fina, aliciosa arte duma mais nítida análise de sentimentos; as obras literárias constituem-se harmónicamente, consoante regras que respeitam uma certa perspectiva lógica e paralela perfeição literária; o próprio espírito humano se torna duma inquietação febril, tentado pela eterna sedução do *pomo vedado* da sciência do bem e do mal — de tudo saber...» (1).

Mas a clarividência do autor, em face do notável movimento literário do século XVI, mostra-se ainda em vários lugares da sua obra. Segundo êle, todos os que atacam o Renascimento esquecem:

1.º — que a literatura medieval, que aliás não tem os caracteres duma grande literatura, estava morta quando o Renascimento irrompeu gloriosamente; 2.º — que foi depois dêle e por êle que o génio das nações modernas se revelou superiormente» (1).

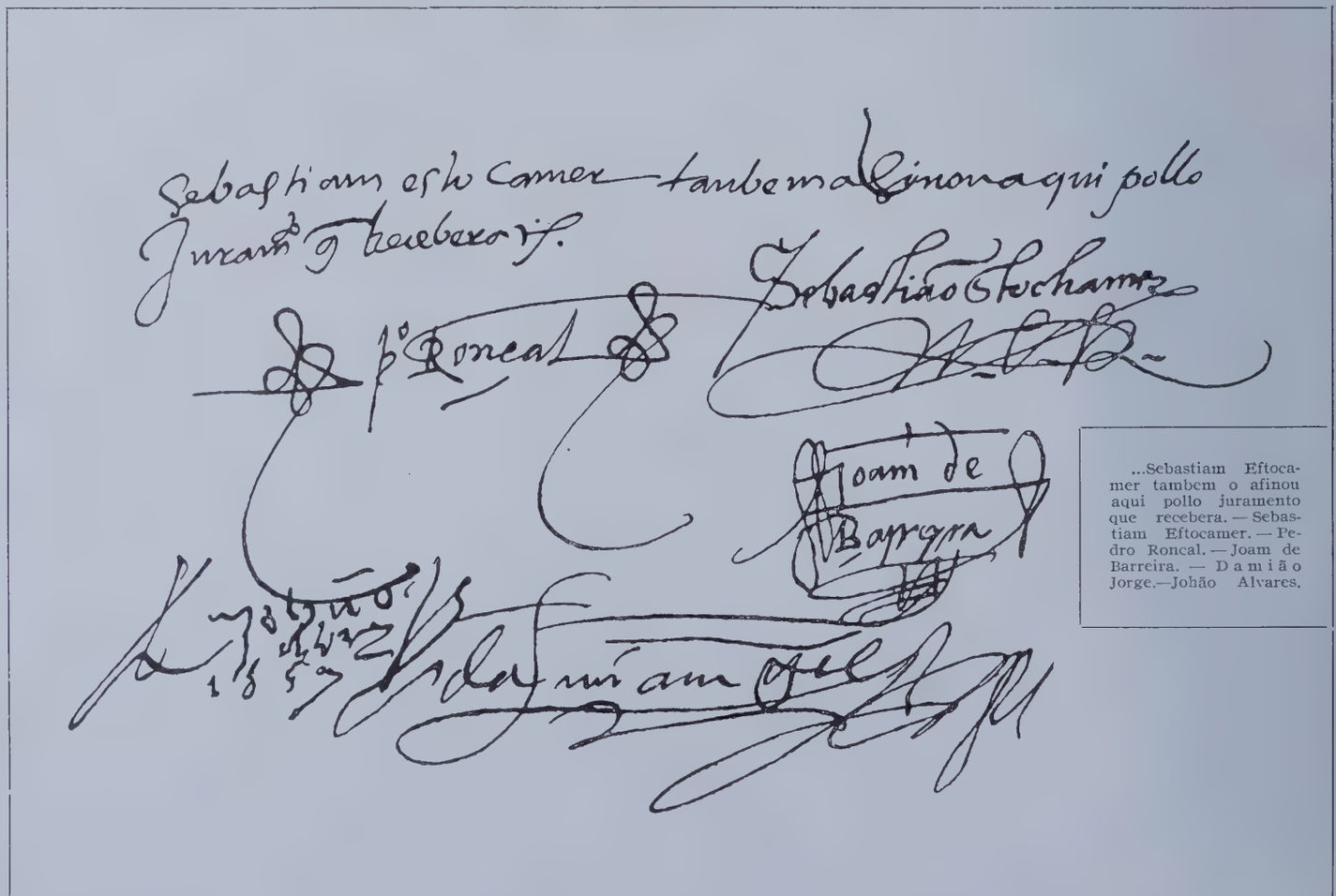
«O humanismo freqüentou os antigos como a escola onde se aprende a adornar e a educar o espírito — e com efeito, se é verdadeira a frase de Taine, o estilo tornou-se de repente belo e o espírito adulto» (2).

Aos que reputam desnacionalizador o Renascimento, opõe Gonçalves Cerejeira o seguinte:

«O Renascimento não foi um movimento desnacionalizador, mas sim integrador de valor novos. A alma europeia renova-se

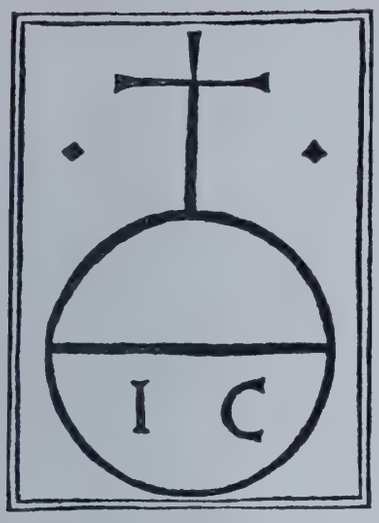
(1) «O Renascimento em Portugal — Clenardo», Coimbra, 1918, vol. II, pág. 4.

(2) Ob. cit., pág. 7.
(3) Ob. cit., pág 34.



...Sebastiam Eftocamer tambem o afinou aqui pollo juramento que recebera. — Sebastiam Eftocamer. — Pedro Roncal. — Joam de Barreira. — Damião Jorge. — Johão Alvares.

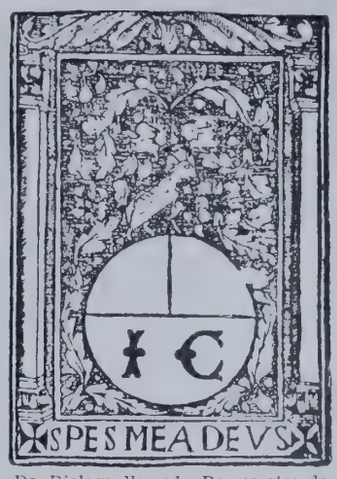
Fac-simile das assinaturas no termo da posse dada a Sebastião Estocamer, «corrector da impresão» da Universidade de Coimbra, (1557). Entre as várias assinaturas vêem-se as de João Barreira e João Alvares, conhecidos impressores do século XVI



De *Morales*, de San Gregorio p. II. Sevilla, 1527

pelo estudo da Antigüidade, mas não se torna antiga; pelo contrário, é desde então que ela se chama moderna; não deixa de ser medieval para se fazer romana, mas para se tornar mais rica, mais livre e mais bela...» (1).

Pelo exposto neste capítulo, vê-se que os escritores e os gramáticos e os filólogos, isto é, os artistas e os teóricos da língua procuraram, cada um a seu modo, enriquecê-la e firmá-la, em face dos outros idomas, indo buscar ao latim — a única fonte legítima, segundo o que mais tarde a respeito da língua francesa havia de afirmar Remy de Gourmont (1) —, novos termos e construções. O exame atento e imparcial dos factos leva-nos a reconhecer que a língua nacional não foi desprezada, pois nenhum dos escritores, nem mesmo os maiores latinizantes, como Camões, se dedignaram de empregar em suas obras numerosíssimos termos e expressões da linguagem popular, quando muito bem poderiam tê-los substituído pelos termos eruditos correspondentes. Não merecem, pois, a nossa censura, êsses homens. São, pelo contrário, crèdores do nosso mais enternecido reconhecimento, — pelo muito que se esforçaram por desenvolver, polir e aperfeiçoar a língua que hoje falamos e que, largamente espalhada no mundo, é, sem dúvida alguma, o mais poderoso sustentáculo da nossa autonomia.

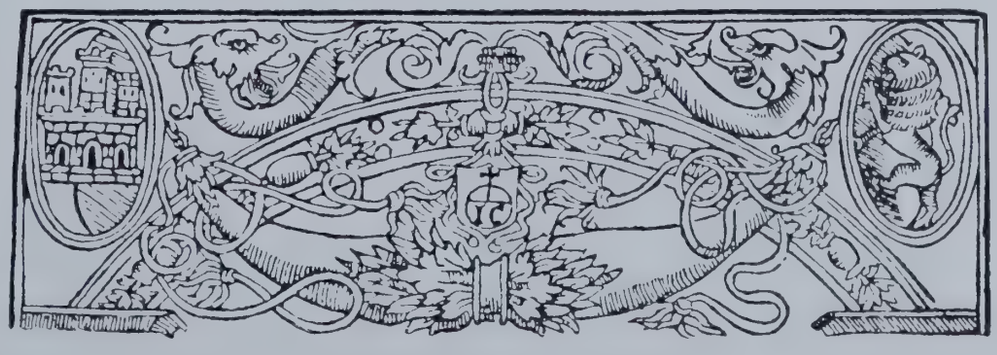


Do *Dialogo llamado Democrates* de Genesio de Sepulveda. Sevilla, 1541
É curiosa de ver a transição da marca simples para a artística, o que nos dá o avanço progressivo da gravura

A TIPOGRAFIA PORTUGUESA QUINHENTISTA

BIBLIOGRAFIA — *Memoria para a Historia da Typographia Portugueza do Seculo XVI*, por António Ribeiro dos Santos (in. *Memorias de Litteratura Portugueza*, Lisboa, 2.ª ed. Tomo VIII — 1856); Joaquim Martins de Carvalho—*Apontamentos para a Historia Contemporanea*. Coimbra, 1868 (A 2.ª parte dêste vol. é constituida pela *Imprensa em Coimbra*, 1531-1868, reprodução e continuação dos artigos publicados em *O Conimbricense*, de 2 de Julho de 1867 a 11 de Agosto de 1868, com o título *Apontamentos para a historia da typographia nesta cidade em 1531 até a presente); Documentos para a Historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*, Lisboa, 1881 — 2 vols.; *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*, publicados por Venancio Deslandes, Lisboa, 1888. (2.ª edição da obra anterior, que saíu sem nome de autor); Tito de Noronha — *A imprensa portuguesa durante o século XVI*. Pôrto, 1874; id — *A imprensa portugueza no século XVI; seus representantes e suas producções: Ordenações do Reino*. Pôrto. 1873; id. — *O Cancioneiro geral de Garcia de Rezende com a traducção do prologo da edição de Stuttgart*. Pôrto, 1871; Brito Aranha — *A imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI. As ordenações d'El-Rei D. Manuel*, Lisboa, 1898; Sousa Viterbo — *O movimento tipografico em Portugal no seculo XVI* (Apontamentos para a sua historia). Coimbra, 1924. (Publicado no *Instituto*, vols. 68 a 71. Tiraram-se da separata 50 exemplares); Alexandre de Albuquerque — *As duas edições dos Lusiadas de 1572*. Rio de Janeiro, 1921; Antonio Joaquim Anselmo — *Bibliographia das obras impressas em Portugal no seculo XVI*. Lisboa, 1926. (Saíu nos *Annaes das Bibliothecas e Archivos)*; Gomes de Brito — *Noticia de Livreiros e Impressores em Lisboa na 2.ª metade do seculo XVI composta em face de um codice da Camara Municipal desta cidade*. Lisboa, 1911. (Tiragem 50 exemplares. Saíu no *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado)*; Alfredo da Cunha — *A Santa Casa da Misericordia do Fundão*. Pôrto, 1925; Xavier da Cunha — *Estudos bibliographicos. Noticia de um precioso livro da Bibliotheca Nacional de Lisboa* («Repertorio dos Tempos», por Valentim Fernandes Alemam. Lisboa, 1552) Coimbra, 1888. (Tiragem de 50 ex.es. Saíu primeiro no *Instituto)*; J. I. de Oliveira — *Curiosidades bibliograficas. Notas sobre a edição da Arte de Reinar e as da Pri-*

Marcas dos impressores alemães Jacob e João Cromberger (tôdas as desta página), quando exerciam a sua profissão em Sevilha. Jacob imprimiu em Lisboa e Évora as *Ordenações* (1521). A primeira filia-se num desenho de marcas muito usadas ao tempo: as de Jehan Clein ou Cleyn, Martin Morin, Georges Wolf, Jehan Treschel, Thomas Anshelmus, Jacques Sacon, Nicolaus de Benedictis, etc.



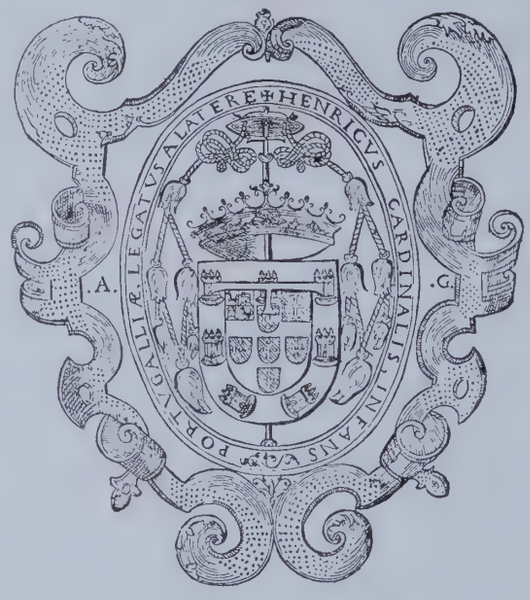
Da *Cronica Troyana* de Guido de Columna. Sevilha, 1549

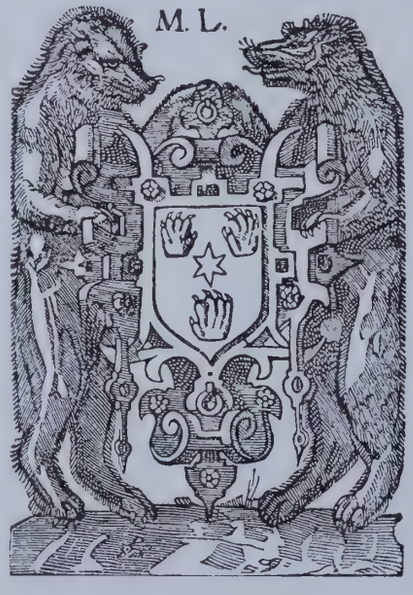
(1) Ob. cit., pág. 38.
(2) «Esthétique de la Langue Française», Paris, 1899.

meira parte de las sentencias, impressas por German Galhardo em Lisboa e Joan Alvarez em Coimbra. 1554 e 1555. Lisboa; J. A. Ismael Gracias. — *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos.* Nova Goa, 1880; Jordão A. de Freitas — *A imprensa de tipos móveis em Macau e no Japão nos fins do século XVI.* Coimbra, 1916; id. — *Francisco de Moraes «O Palmeyrim». Noticia bibliografica.* Coimbra, 1910; Anselmo Braamcamp Freire — *Vida e obras de Gil Vicente, «trovador, mestre da balança»,* Porto, 1919; id. — *Vida de André de Rezende,* Lisboa, 1916; Guilherme José Carlos Henriques — *Bibliografia Goesiana* (Sep. do *Boletim da Soc. Bibliofilos Barbosa Machado);* Anibal Fernandes Tomás — *Cartas bibliographicas.* Coimbra, 1876-1877 (Tiragem de 100 exemplares); Conde de Sabugosa — *Gil Vicente. Auto da festa. Obra desconhecida.* Lisboa, 1906; Dr. António de Vasconcelos — *Nota chronologico - bibliographica das constituições diocesanas portuguesas até hoje impressas.* Coimbra, 1911; Sousa Viterbo — *A litteratura hespanhola em Portugal.*

Silvestre — *Marques typographiques.* Paris, 1853 - 1867; L. Polain — *Marques des imprimeurs et Libraires français du XV.e siècle.* Paris, 1926; Augusto Cardoso Pinto — *O «Missal Bracarense» impresso por Germão Galharde em 1538 (Noticia bibliographica)* — 1928; *Diccionario bibliographico,* de Inocêncio, Catálogos de Fernando Palha, Ameal, Azevedo Samodães, etc.

Konrad Haebler — *Spanische und portugiesische Bücherzeichen des XV und XVI jahrhunderts.* Strassburg, 1898.





MARCAS DOS IMPRESSORES António Gonçalves no *De rebus gestis Emmanuelis regis* de H. Osorius. Lisboa 1571. (Esta marca dada pelo dr. K. Haebler no seu *Spanische und portugiesische bücherzeichen* representa as armas do Cardial Infante não podendo tomar-se por divisa ou marca do impressor mais do que o A. G. que as ladeia). António Ribeiro na *Felecissima victoria concedida del cielo al Senor don Juan d'Austria...* de Hieronymo Corte Real. Lisboa, 1578; Manuel de Lira no livro *La entrada que en el reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Phelipe* de Isidro Velazquez. Lisboa, 1583. Esta última marca foi a usada por João Blávio, a que Manuel Lira substituiu apenas as iniciais

O século XVI, sob o ponto de vista tipográfico em Portugal, tem sido estudado por nacionais e estrangeiros, mas nenhum nos deu o trabalho completo que o assunto exigia, se bem que o velho Ribeiro dos Santos o visionasse na época em que Haeblers e escabichadores da sua plana não tinham nascido ainda. Efectivamente Ribeiro dos Santos toca todos os pontos a tratar no estudo, que não é compatível com as dimensões da sua memória, nem com as de um trabalho subsidiário de uma obra como esta.

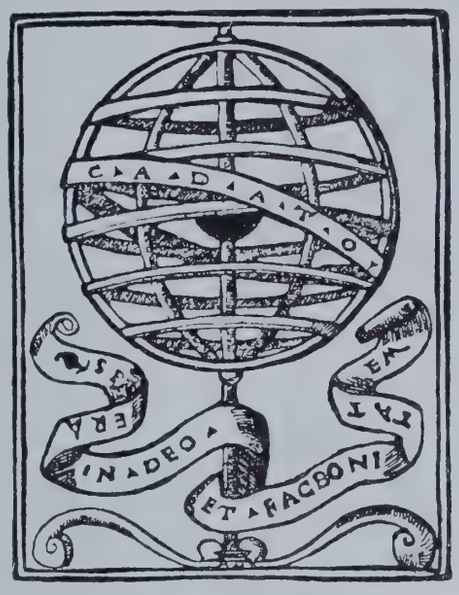
Ribeiro dos Santos ocupa-se da literatura, dos locais onde se imprimia, de quem imprimia, do material que se empregava, das marcas e divisas, do papel, e dos privilégios e honras que se davam a tipógrafos e impressores, isto é, a quem exercia «a nobre arte de impressam». Muitas das suas afirmações estão por terra, mas o esqueleto do estudo ficou, a tentar eruditos pacientes que o revistam de polpa, e que nos dêem tão apetecido como suculento manjar. Podemos também dizer que o erudito que levasse a cabo tal trabalho, como hoje se compreende, ficaria conhecendo de tal maneira o século áureo, que poderia decidir sôbre tôdas as suas particularidades, porque nenhuma lhe seria estranha. A política dos reis, a grandeza dos nobres, a subserviência dos cortesãos, as famílias, a vida social, os brasões, a vida do povo, os gritos de triunfo e os gemidos de queixume, os *miserere* dos vencidos, o recensear dos naufrágios, o tinido das armas, o fogaréu dos autos de fé, a devoção confiada que se exila, a vèlhice desolada que volta, mundos novos, novos perfumes, ambições, cóleras, pragas, cutiladas, tudo vem e sobrenada, e aparece, estudando e folheando os amarelidos papéis que homens como Camões, João de Barros, os Rèzendes, Góis, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Sá de Miranda, Garcia da Orta, Pedro Nunes, Ferreira, Bernardes e outros escreveram e tipógrafos de nomeada, com seu labor modesto e regular, atiraram pelos tempos fora até ao finito ou infinito da imortalidade. Ah! O século XVI é o século esplendoroso, o século sol, em redor do qual a nossa literatura tôda gravita. Se um cataclismo pelágico subvertesse Portugal, nem por isso, se memória da sua vida livresca escapasse, nem por isso Portugal deixaria de ser eterno na História e na vida da civilização. Ainda hoje, em que a tipografia realiza maravilhas, nas quais, da fabricação do papel à fundição dos caracteres, tudo é sábia combinação, ainda hoje não se pode pegar num quinhentista sem que não tenhamos um tremor de comoção. Não é a vetustez que nos embriaga. É a admiração pela arte dos homens simples, que quási cinco séculos volvidos ainda, nos braços do tempo erguidos, o esquecimento não soterrou. Grandes homens e grandes artistas!

Quando o século XV fechou, o livro

impresso era, como o demonstrámos pela gravura, uma subserviência do livro manuscrito. A grande descoberta emocionava o mundo de lés a lés. Não é por isso estranho que os reis, raínhas, príncipes e potentados buscassem atraír e cumulassem de interêsses os homens que da Alemanha genial desciam a correr mundo levando nos caixões das azêmolas os prelos rudimentares e os caracteres que eram para êles as suas lâmpadas de Aladino. Primeiro vieram os judeus, depois veio todo o mundo, com Valentim Fernandes e Nicolau da Saxónia à frente.

Os impressores

Valentim Fernandes era alemão e homem inteligente e culto. De 1495 a 1516 exerceu entre nós a sua indústria e arte, servindo a raínha D. Leonor, viúva de el-rei D. João II, de quem foi escudeiro. Sabia latim e toscano, castelhano e português, foi tradutor e autor, obteve privilégios de impressão. Foi corretor da praça de Lisboa para intervir nas transacções que se realizassem entre portugueses e alemães, foi tabelião para lavrar os contratos entre os mesmos e foi na sua arte dos mais notáveis. Viera da Alemanha, como êsse João Blávio, que ao nome apensa a terra da sua naturalidade —de Colónia. O próprio Valentim Fernandes se dizia da Moravia, como depois muitos o haviam de fazer de Burgos, de Cremona, do Frejenal, de Campania, etc. Mas alemães eram também Hermão de Campos, bombardeiro de profissão, e Jacob Cromberger, que vinha de Sevilha, onde o parente João se ilustrava. Que Cromberger não trocou Sevilha por Lisboa. A 20 de Fevereiro de 1508 requereu e alcançou privilégio de impressor, mas, quatro anos depois, ainda êle, sossegadamente, imprimia em Sevilha os *Prouerbios* de Séneca, e só em 1521 se digna vir até Lisboa e Évora para imprimir as *Ordenações*, primeira e única obra que hoje conhecemos dos seus prelos. Mas nem só os alemães vinham trazer-nos a sua actividade. Flamengo era Pedro Craesbeck, que fôra discípulo do notável Cristóvão Plantino, com quem, de entre nós, se correspondia, e que entre nós casou, morreu e deixou descendência. Era francês Germão Galharde, notabilíssimo e sabedor, e talvez Pedro de la Rocha. Italianos também os houve representados por João Pedro, de Cremona, ou João Pedro Buonohomini e Nicolau Gazini. Buonohomini adicionava ao nome a sua qualidade de lombardo, motivo de orgulho, mesmo na própria Itália. Havia em Veneza um Bernardino de Cremona que imprimiu o *Seneca moralis*. Gazini era do Piemonte. Espanhóis também não faltavam. André de Burgos, que ainda hoje tem o seu apelido numa rua da velha Évora, viera de Sevilha, onde imprimira (1543 a 47), parente, talvez, de um Juan de Burgos que, em 1490, imprimira em Burgos a *Chronica troyana*. André de Burgos, impressor desleixado e pouco perfeito, teve dois filhos também tipógrafos — Martins de Burgos e Cristóvão de Burgos. André de Burgos estivera em Granada, em Sevilha, e era homem diligente. A essa qualidade deveu o favor do Cardial Infante. Morreu em Évora, em 1579, e seu filho Martim foi impressor da Universidade Evorense. Era espanhol também, Vasco Dias Tanco de Frejenal, êle o declara



Marcas dos impressores João Álvares nas *Censuras* de Gaspar Barreiros, impressas em Coimbra em 1561. (Esta marca foi também usada por André de Burgos mas com a gravura gravada às avessas, como se pode ver a pág. 362. A gravura foi decalcada inversamente. É talvez um argumento para exemplificar a edição falsa dos *Lusíadas*. Também João Pedro de Cremona a usou mas sem a alterar). De João de Barreira no livro *Orthographia da Lingoa portvgvesa* de Duarte Nunez do Liõ, Lisboa, 1576; e do mesmo impressor nos *Commentarios* de Affonso Dalboquerque. Lisboa, 1557. (É a base da portada, não nos parecendo representar nenhuma marca, como pretende o dr. K. Haebler)

En Frexenal de la sierra
Nasci...

e espanhóis eram também, ao que se supõe, Manuel de Lira, João de Barreira, Andrés Lobato e Santonio de Santilhana. Êste era, talvez, parente de Pedro de Santillana, que em Burgos imprimia, em 1554, como Craesbeck também talvez o fôsse de um António Craesbeck, que no mesmo ano imprimia em Medina del Campo. Portugueses também podemos citar alguns, como o insigne António de Mariz, António de Barreira, João Álvares, etc.

Os impressores conhecidos, do século XVI, são, por ordem cronológica: Valentim Fernandes (...-1518); João Pedro Bonhomini (1501-1514); Jacob Cromberger (1508-1521); Hermão de Campos (1509-1518); Germão Galharde (1509 a 1561); Roberto Rabelo

Marca do impressor António Álvares

MARCA DO IMPRESSOR António de Barreira. (Da obra *Sphaerae vtriusq*, de André de Avelar, Coimbra, 1593)

(1513-); Nicolau Gazini (1518); Pero Gonçalves Alcoforado (1521); Cónegos de Santa Cruz de Coimbra (1530-1577); João Álvares (1536-1587); Pedro de la Rocha (1537-1539); Luís Rodrigues (1539-1549); Vasco Dias Tanco de Frexenal (1540-41); João de Barreira (1542-1590); Francisco Corrêa (1549-1581); André de Burgos (1552-1579); João Blavio (1554-1563); António de Santilhana (1554); António de Mariz (1556-1599); Frutuoso Pires (1557-1574); João de Endem (1561-1573); João Quinquenio (1561); Herdeiros de Germão Galharde (1561); Viúva de Germão Galharde (1563-1564); Herdeiros de João Blavio (1564); Manuel João (1565-1578); Marcos Borges (1565-1587); António Gonçalves (1566-1576); António Ribeiro (1574-1590); Gonçalo Fernandes (1578-1586); João Fernandes (1578-1579); Manuel de Lira (1579-1599); António de Barreira (1579 a 1597); Herdeiros de André de Burgos; Cristóvão de Burgos (1581); Viúva de André de Burgos (1582-1583); André Lobato (1583-1587); António Álvares (1583-1641); Martim de Burgos (1585-1593); Afonso Lopes (1583-1590); Belchior Rodrigues (1588-1590); Jesuitas de Macau (1588-1590); Baltasar Ribeiro (1590-1591); Simão Lopes (1586-1598); Alexandre de Sequeira (1592-1598); Pedro Craesbeck (1597-1632); Jorge Rodrigues (1598-1600); Manuel de Araújo (1600-1605); Diogo Gomes Loureiro (1600-1650). Individualmente ou de sociedade, a êles se deve tôda a produção literária do mais glorioso século das nossas letras.

MARCA DO IMPRESSOR Pedro Craesbeck, nos *Poemas lusitanos*, de António Ferreira, Lisboa, 1598

MARCA DO IMPRESSOR Manuel de Lira. (Nos *Lusíadas*, ed. de 1584, vê-se esta divisa sem a legenda *Musis sacrum* e as iniciais)

A oficina tipográfica

Em 1560 pediu-se a João de Barreira e João Álvares uma fiança pelo material de tipografia e impressão pertencente à Universidade de Coimbra e que êles tinham em seu poder. Da obrigação existente no cartório da Universidade, que Venâncio Deslandes transcreve, se vê que êles guardavam «duas prensas perfeitas com todo o necessario, e doze caixas para pôr as letras, e setecentas e catorze letras destanho de titulos e começos de capitullos, e catorze quintaes destanho, que pesarão as letras fundidas, miudanças e guarnições, que todo era da fazenda da Universidade, e porque elle lhe pedia ora segurança da dita fazenda, diziam a saber elle João Alvares que tinha em seu poder das sobreditas peças huma prensa e oito caixas e as setecentas e catorze letras destanho de titulos e começo de capitulos e dez quintaes de estanho, e das miudanças e guarnições ametade, e Joam da Barreira dise que tinha huma prensa e quatro caixas das letras, e cinquo arrobas destanho, e ametade das miudanças e guarnições, pollo que diserão que elles se obrigavam como fieis depositarios a dar e a entregar á Universidade e a quem seu poder tiver as ditas cousas, polla maneira que as confessavão ter, todas as vezes que por parte da dita Universidade lhes fossem pedidas e outro si ambos e dous se obrigavão a entregar os dous quintaes e tres arrobas destanho que falta para comprimento das catorze arrobas (quintaes) que lhes foram entregues, e isto com protestação de não renunciarem a quebra do estanho que desminue na fundição.» Isto mostra o inventário de uma tipografia, tão importante para o tempo que chega para dois tipógrafos. Foi em Julho de 1560. Quanto ao que valiam as oficinas tipográficas, ouçamos a voz desapiedada e pessimista de mestre André de Rèzende. Fala-nos de Lisboa, Março de 1547, e as suas palavras endereçavam-se a D. João de Castro. Referem-se à oficina de Luís Rodrigues:

«Attalhou me esta opportunidade ha obligaçam que tenho a ho Iffante Cardeal com que viuo, por ha o presente star embaraçado en lhe imprimir ho breuiario que eu ia per mandado do Cardeal que sancta gloria haia tinha começado a fazer para o arcebispado d'Euora, e com has cousas d'este regno serem todas vagarosas saluo hos desgosto da vida, assi tambeem has artes e exercitios polidos teem tam poucos apparelhos, e maxime esta arte de imprimir, para ca, que me leva tanta aa longa, que passa de huo anno que trabalho na impressam e non tenho chegado a mais que aa meetaje, e a poer bõa deligentia, hei ainda mester sex meses largos. Isto com nunqua sair de casa do impressor, porque soo meio dia que la non vou, arruinam tudo. Et porque en isto me vai ha honra, pois ha obra é minha, e ho deuo a ho principe com que viuo, forçado me seraa chegar a ho cabo.»

É possível que não fôsse tão mau, mas provado está que não era bom. O que se mostra é que o génio dos homens sobreleva as dificuldades do meio e consegue afirmar-se e vencer.

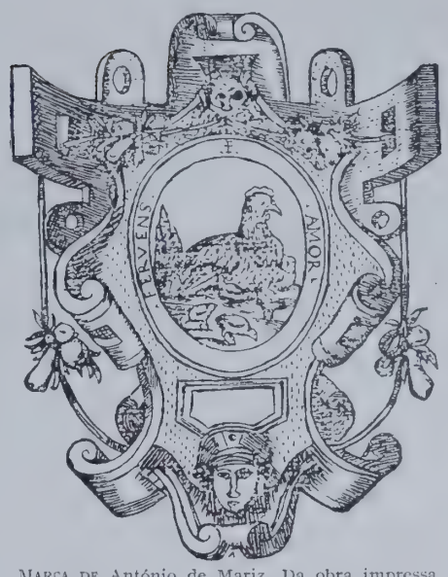
Privilégios e títulos dos impressores

Sempre o interêsse foi a mola real de tôdas as coisas, e a causa de tanto estrangeiro demandar de longes terras a

MARCA DO IMPRESSOR Vasco Diaz Tanco de Frejenal, inserta nas *Cõftituições finodaes do biſpado do Porto...* 1541.

nossa, mais razão não tinha do que alcançar as honras e benesses que os aguardavam cá. Se Luís XII concedeu privilégios especiais aos Livreiros e Impressores da Universidade de Paris em 1513, já em 1508 D. Manuel se lhe antecipara concedendo a Cromberger e a todos os impressores «que tivessem de cabedar 2000 dobras de ouro, fossem christãos velhos, sem sangue de judeu ou mouro, e não suspeitos de heresia ou incursos em infamia, ou crime de lesa magestade», «todas as graças, privilegios, liberdades e honras que então haviam os cavaleiros da Real Casa.» Cromberger foi, pois, cavaleiro da Casa Real, como Luís Rodrigues foi escudeiro. Foi também tipógrafo régio, como Rodrigues, como João Álvares, Marcos Borges, Francisco Correia, João de Barreira, João Blavio, António de Mariz, Germão Galharde, etc. João Álvares acumulava com o cargo de impressor da sua Alteza. André de Burgos foi impressor e cavaleiro da casa do Cardial D. Henrique, como Francisco Correia. Martim de Burgos, filho de André, foi impressor da Universidade de Évora, como João de Barreira, António de Barreira e João Álvares o foram da de Coimbra. Para João de Barreira o ser tipógrafo é pouco. Pomposamente denomina-se *Arquitipógrafo,* no que foi seguido por António de Mariz, que foi familiar do Arcebispo Primaz. Manuel João foi impressor do bispo D. Jorge de Almeida e António Ribeiro também com ufania se declara «Catholicae Majestatis Typographus». Como se vê, nacionais e estrangeiros volitavam em tôrno dos príncipes e dos grandes, para que no mesmo saco coubessem honra e proveito.

Verdade é que nem honra nem proveito lhes eram negados. Os reis, interessados no bem público e muito por emulação, convidavam sábios e tipógrafos a vir servir no reino, davam-lhes privilégios de impressão, isentavam-nos por vezes nos direitos do papel e do material da sua arte. Do papel beneficiaram João Blavio, Francisco Correia e outros. Do material beneficiou João Blavio, a quem D. Sebastião, num alvará, concede que em «Respeyto ao beneficio e vtillidade que he pera este Reyno aver nella a dita Inpresam, que por tempo de dous annos que começaram da feytura deste em diante o dito Joanes Brauio não pague direitos allgus do papell, tintas, balldreus e lletras que lhe vierem de fora do Reyno pera despesa e meneo da dita Inpresam, não passando de quinhentas resmas de papell e de dous quintaes de tinta e tres duzias de balldreus brancos em cada hum dos ditos dous annos; e as letras serão as que lhe vierem em que não pode aver lemitaçam.»



MARCA DE António de Mariz. Da obra impressa em Coimbra em 1582 *F. Hectoris Pinti Lvsitani Hieronymiani in sacra theologia doctoris, Sanctæ feripturae in Coinnbrincenſi Academia profeſſoris, in diuinum vatem Danielem Commentarij*

Como se vê, artes e letras mereciam do poder beneplácito e auxílio.

MARCA DO IMPRESSOR FRANCÊS Gilles ou Gillet Hardouyn, livreiro impressor (1491-1521), nas *Heures a lusaige de Romme avec almanach de 1510 à 1530.* Curiosa marca feita com o escudo e a esfera portuguesa num livreiro que, ao que saibamos, não teve a mais pequena interferência na vida livresco-tipográfica portuguesa do seu tempo. Parece-nos uma subserviência ou tributo pago ao génio português por um seu admirador, distante

Localidades onde se imprimia. Impressores notáveis

Durante o século XVI imprimiram livros, por ordem da sua importância, Lisboa, Coimbra, Évora, Braga e Pôrto, Alcobaça, Goa, Tomar e Viseu, Almeirim, Elvas, Macau e Vila Verde dos Francos, Leiria, Setúbal, Cochim (?) e Sernache dos Alhos. Em Coimbra foi Germão Galharde quem introduziu a tipografia, levando-a aos Cónegos regrantes de Santa Cruz (1530); em Évora, André de Burgos (1552); em Braga, Pedro Gonçalves Alcoforado (1521); no Pôrto, Vasco Dias Tanco de Frexenal (1540); em Alcobaça, António Álvares e Alexandre de Siqueira (1597); em Goa, João Quinquenio e João de Endem (1560); em Tomar, Valentim Fernandes ? (1503); em Viseu, Manuel João (1569); em Almeirim, Hermão de Campos (1516); Elvas, ? (1581); em Macau, os padres jesuitas (1588), que levaram a tipografia ao Japão em 1590; em Vila Verde dos Francos, António Ribeiro (1581); em Leiria, António de Mariz (1575); em Setúbal, Hermão de Campos (1509); em Cochim, ? (1559); e em Sernache dos Alhos, próximo de Coimbra, António de Mariz (1599).

Os três mais curiosos impressores foram João de Barreira, Germão Galharde e António de Mariz. João de Barreira, pai do tipógrafo António de Barreira, imprimiu de 1542 a 1590, em Lisboa, Braga e Coimbra, onde

faleceu, mais de 100 edições. António de Mariz, seu genro, de 1556 a 1599, em Coimbra, Braga, Leiria e Sernache dos Alhos, mais de 90, e Germão Galharde, de 1509 a 1561, em Lisboa e Coimbra, pelo menos 116. Barreira (João), pai de Barreira (António), casou uma filha com António de Mariz, pai do célebre Pedro de Mariz, autor dos *Diálogos*. Mariz, pai, por seu turno casou uma filha com Diogo Gomes Loureiro, também tipógrafo, que, sem a nomeada de seu sogro, lhe continuou as tradições, sucedendo-lhe no lugar da Universidade. Como se vê, a família dos tipógrafos perpetuava-se e Pedro de Mariz, além de bacharel em cânones, presbítero e guarda-mor da livraria da Universidade, era também corrector da sua Imprensa. Trabalhava para a Universidade e para o maior lustre da família. Estas longas e magníficas famílias de tipógrafos não aparecem apenas entre nós. Vejam-se, por exemplo, os Estiennes, livreiros e impressores, que do primeiro Henri ao terceiro Robert e sua viúva levaram um século justo a imprimir e vender (1502-1602). Antes desta a dos Gourmont, também livreiros e impressores (de 1498 a 1587), a dos le Noir (1486-1627), a dos Roffet (1511-1581), ou a dos Du Pré (1481-1612). Em tôdas estas há 6 a 8 membros que viveram e ennobreceram o ofício.

CURIOSO ROSTO DE LIVRO QUINHENTISTA feito de muita vinheta diferente, em 1513, por Hermão de Campos e Roberto Rabelo

Impressores e tipógrafos. Onde moravam

Gomes de Brito informa-nos onde sitavam na velha Lisboa quinhentista João de Barreira, João Blavio, Marcos Borges, João Fernandes, Francisco Correia e António Gonçalves, o famigerado impressor dos *Lusíadas*. Barreira junto ao Arco da Rua de S. Mamede (No *Tratado*... do capitão António Galvão : Impressa em casa de Iaem da Barreira impressor del rey Nosso Senhor, na Rua de Sã Mamede (1573) ; Blavio no Beco de Gaspar das Naus, onde hoje é a rua do Crucifixo, e na Rua dos Escudeiros (1560-62) ; Marcos Borges «detraz de N. Sr.ª da Palma» (1566-7), ermida que ficava onde é hoje a igreja de S. Nicolau, e depois em 1571 no Arco do Caranguejo (à Madalena) ; João Fernandes no Mosteiro de S. Vicente de Fora ; Correia, a S. Cristovão (o segundo volume del memorial dela vida christiana, 1565, diz «em casa de Francisco Correa, impreffor, del Cardenal, en Valuerde»), e António Gonçalves, à Costa do Castelo. Sabemos mais que Manuel João morava a S. Cristovão, Pedro Craesbeck à Madalena, em Lisboa, e na rua das Fangas da Farinha (1609), em Coimbra, talvez no mesmo sítio onde morava António de Mariz, «na rua das Fangas, a porta de Almedina».

Suas marcas e divisas

Muitos dos impressores e tipógrafos tiveram marcas e divisas. Devemos confessar, no entanto, que nem tudo o que parece marcas o é. Às vezes são gravuras que a penúria de material da época forçou a aproveitar e que no fim como divisas ou marcas passam, lá porque têm umas palavras em latim, ou o grifo da moda de então. Valentim Fernandes (pg. 360) usou, no século XVI, um leão coroado, de pé, agarrando um escudo com a inicial de impressor V e, por debaixo dêste, em tarja, as letras I. S. V. W. H. João Álvares e João de Barreira usaram um grifo com a legenda *Salus vite,* marca que também encontramos em Luís Rodrigues (pg. 361), e uma esfera armilar com as letras C. A. D. A. T. C. na elíptica, tendo por baixo, em tarja, a legenda *Spera in deo et fac bonitatem*. Esta marca foi usada também por João Pedro Buonhomini e João de Barreira. André de Burgos, que foi um mau tipógrafo, usou a marca gravando-a às avessas, o que faz lembrar a contrafacção da portada dos *Lusíadas*. João Blavio usou um escudo suportado por dois ursos e no escudo uma estrêla de 6 pontas e 3 garras. Ao alto as suas iniciais I. B. Manuel da Lira usou a mesma marca, substituidas apenas as iniciais pelas suas, M. L. A marca de João Blavio era o reflexo da grande moda internacional. Em França a colecção de marcas dos seus impressores é um jardim zoológico muito variado. Hemon Le Fèvre, que em Paris foi livreiro, de 1509 a 1525, usou também dois ursos mas, ao contrário dos de Blavio, que estão soltos, os seus estão açamados e encadeados. Ursos usaram também o livreiro impressor Jean Bignon (1512-1544) e o livreiro Etienne Auffray ou Anffray (1522 a 1535). Mas encontramos, sempre aos pares, macacos (Felix Baligault, 1492 a 1503, T. Charron, 1519-1560, Jean Lambert, 1493-1514), leões (Pierre Grommors, 1516-1545, Petit, 1492-1540, Jean Barbier, 1496-1515 (talvez influência da sua estada em Londres) e Claude Chevallon, 1506-1537), leoas, galos (Wolfang Hopyl, 1489-1522), leopardos (Th. Charron), cavalos (Chevalon e Gaudoul, 1508-1537), águias (Jean Huguelin, 1516-1550), coelhos (Simon de Colines, 1520-1546), raposas (Jean Frelon, 1500-1518). Há mais duas mulheres, dois negros, dois selvagens, dois licornes, uma galinha, um elefante, uma tartaruga. Como se vê, uma zoologia inteira.

Os herdeiros de Blavio usaram como marca uma espada ligada com uma corda e, por debaixo : *Definit cubito, gladio Dialectica fotum Diuidit, & fotogune reperta ligat.*

Manuel da Lira usou ainda outra marca. A figura de Orfeu tocando lira, emmoldurada numa elipse ao centro duma pequena portada, ornada de figuras com a divisa *Musis sacrum: non vi sed ingenio et arte* e as iniciais M. L., muito conhecida da portada da edição dos *Lusíadas* conhecida pela *dos Piscos*. António Ribeiro usou uma palmeira coroada, com o sol por cima, e ladeando-a as estátuas dos rios Minho e Douro. Em volta a legenda

Media vtroque gavdet virtvs. Germão Galharde usou como divisa o seu nome em tarja (págs. 22 e 361). Haebler publica também como marca sua a esfera armilar com as letras M. R. O. B. Esta gravurinha deve ser mais uma gravura simples do que a marca de Germão Galharde. Pedro de Craesbeeck usou um girasol posto numa oval com o dístico *Thahit sva qvemqve volvptas* ou dois ramos ou palmas cruzadas com a legenda *In vtrumq. paratus*. António de Mariz escolheu para sua uma galinha rodeada de pintos em moldura oval, tendo à volta a legenda *Fervens Amor* e as iniciais do seu nome. António de Barreira usou apenas num livro, *Spherae vtrivsqe* de André de Avelar, «uma elipse que tem gravadas plantas que se dobram pelo impulso do vento junto à água, e ao redor a legenda *Flectimvr sed non frangimvr*». António Anselmo diz, por vezes, que as armas reais com um grifo no timbre constituiam marcas de impressão de João Álvares, Germão Galharde, Hermão de Campos, Roberto Rebêlo e Manuel João. Não é exacto. Essa pretensa marca é apenas uma gravura feita no propósito de exalçar a realeza e dar enfeite ao livro. Aparece também no *Flos Sanctorum* de 1513 e em livros de Cromberger, João Barreira, João Álvares, Luís Rodrigues, António Ribeiro, João Pedro de Cremona, voltado o grifo ora para a direita, ora para a esquerda. Não é marca de um impressor, é a marca de um rei, de um século literário.

Raro livro impresso em 1547 por João de Barreira e João Álvares. Curiosa e artística disposição de ornatos tipográficos. A tarja da dircita é das mais interessantes e originais que os nossos tipógrafos empregaram

A de Vasco Dias Tanco, de Frenegal, pode ver-se a pág. 367. É um complicado escudo simbólico «sustentado por um anjo, cercado de dísticos extraídos de Santo Agostinho, S. Paulo, etc.»

A marca de João Pedro de Cremona é um círculo inscrito num paralelogramo com um pequeno triângulo no centro e no têrço superior do círculo uma linha sôbre que assenta uma cruz. Jacob e João Cromberger usaram as marcas que publicamos e que foram também muito usadas no seu tipo, a que pertence também a de João Pedro de Cremona. Que nos lembre, Jean Granjon (livreiro de Paris, 1506-1551), Martin Morin (impressor em Rouen, 1484--1518), Nicolaus De Benedictis (impressor em Lyon, 1496-1513), Jaques Sacon (impressor em Lyon, 1498-1522) e outros, usaram êste tipo de marcas, êsse padrão, essa moda a que sucedeu a outra em que já falámos — a zoológica. André de Burgos usou ainda a que por vezes aparece na *Miscelanea* de Rezende, ed. de 1554, e que reproduzimos. Nem a dêste impressor, que damos a pg. 362 com a legenda *Conta, peso e medida*, nem a de João de Barreira, que a pág. 365 se publica, nos parecem marcas mas, a primeira, uma cabeça de portada, e a segunda, uma base. Esta, muito mais do que a primeira, no estilo e no género em que há infinitas entre nós e no estrangeiro. Quanto a António Gonçalves, usou também as armas do Cardial Infante ladeadas pelas suas iniciais, dentro de uma original moldura recortada. António Álvares serviu-se também dum grifo pousado num livro sôbre um globo alado.

Línguas em que se imprimia. A produção

Imprimia-se em português, latim e castelhano; e se Tito de Noronha, em 1874, nos dá conta de 900 espécies impressas, António Anselmo, em 1926, nada menos de 1.312 nos cita. Quere isto dizer que 1.312 seja a totalidade da produção livresca de todo o século? De modo nenhum. O tempo, a incúria, ignorância e selvageria dos homens, cataclismos e perigos de guerra, água, fogo e convulsões políticas, fauna bibliófaga e desleixos contumazes, tudo isso deve ter cegado da memória das gentes muita espécie de que só por milagre se terá notícia, como o *Auto da Festa*.

O ano que nos aparece mais fecundo em produção, foi o de 1566, em que mais de 30 obras foram dadas à estampa. De 1500 a 1600, apenas dos anos de 1500, 1506, 1507, 1508, 1511, 1517 e 1524 nós não conhecemos produção alguma. Quanto aos géneros, predominava a teologia, não sendo o que menor número ostenta a jurisprudência. Quanto à Literatura, ela é notável não só como número mas também como valor intrínseco.

Material tipográfico. Ornatos, vinhetas e portadas

O material tipográfico do século XVI não era rico mas não nos envergonhava. O tipo gótico, semi-gótico ou

redondo, é claro, limpo, dando a algumas edições notável relêvo tipográfico. Algumas tipografias, como a do Mosteiro de Santa Cruz, a da Universidade de Coimbra, as de Simão Lopes e Pedro Craesbeck, possuiam caracteres gregos e em vinhetas e ornatos também os mais exigentes não podiam pôr grandes reparos. E mesmo porque não havia muita sorte de tarjas, enfeites e vinhetas é que o génio dos artistas se multiplicava e as portadas ora correm de impressor em impressor durante anos, ora são feitas nas combinações mais felizes ou mais desastradas. Ainda hoje admiramos a correcção de um João de Barreira ou Germão Galharde e nos infunde pena o desmazêlo técnico de um André de Burgos.

Valeria a pena estudar sob o ponto de vista técnico a tipografia portuguesa quinhentista. Encontraríamos a portada que em Lião (França) servia em 1558 para o *Missale Bracarensis,* na mão de António de Mariz, em Braga, em 1566, servindo para a *Historia das vidas & feitos heroicos & obras insignes dos santos.* Teria vindo de Lião para Lisboa, servindo em Fevereiro de 1566 a Manuel João para imprimir a *Primeira parte das Chronicas dos frades menores,* antes de chegar a Braga? Ou seria outra igual que em 1590, nas mãos de Baltasar Ribeiro, imprimiu o *Flos sanctorum?*

A portada do *L. Andreœ Resendii in obitum D. Ioannis III,* que João Blávio imprime em 1557, aparece em 1564 no *Index librorum prohibitorum* e em outras obras da tipografia de Francisco Correia. Bocados dela aparecem em 1600 na oficina de António Álvares, servindo no *Compromisso da irmandade da casa da Santa Misericordia de Lisboa.*

Para André de Burgos não há dificuldades. O que numa portada é coluna sustentando um frontão, noutra é base ou cabeça, sem embargo de ser detestável o efeito e contra tôdas as regras da arte. A gravura que aparece nas *Rythmas* de Camões, por Manuel da Lira, em 1595, é a mesma que três anos depois aparece nas *Rimas,* por Pedro Craesbeck. Se quiséssemos apontar exemplos e combinações teríamos no nosso arquivo mais de uma ou duas centenas de exemplos. As gravuras que acompanham êste estudo mostram o *processo* técnico dos nossos tipógrafos. Veja-se, por exemplo, a portada dos *Lusíadas:* «um plintho com seus adornos; duas colunas, com caneluras na metade inferior, cahindo da esquerda para a direita do leitor, e a meio d'ellas dois capacetes sobrepujados com uns festões que não chegam a pousar na gola dos capiteis; pela parte de tras dos capacetes, em guisa de tropheus, umas alabardas cruzadas; no entablamento vê-se um pelicano, com o colo voltado à esquerda do leitor, entre dois golfinhos de phantasia». Serviu a Germão Galharde, André Lobato, António Ribeiro, António Álvares e Hermão de Campos e António Gonçalves. Seria um estudo curioso sob todos os aspectos, êste da tipografia, feito sôbre as velhas edições, analizando e comparando. Diz Ribeiro dos Santos: «Os ornamentos são muitas vezes allusivos a cousas daquelle Seculo, e podem servir para espalhar luz sobre a sciencia do Brazão, e Armeria, sobre os habitos, trajes, armas, e trem de guerra, e sobre outros costumes do Seculo, e particularidades da antiga Historia, em que tem que aproveitar os Pintores, Gravadores, Imaginarios, Historiadores, Poetas, e os mesmos criticos.» É facto.

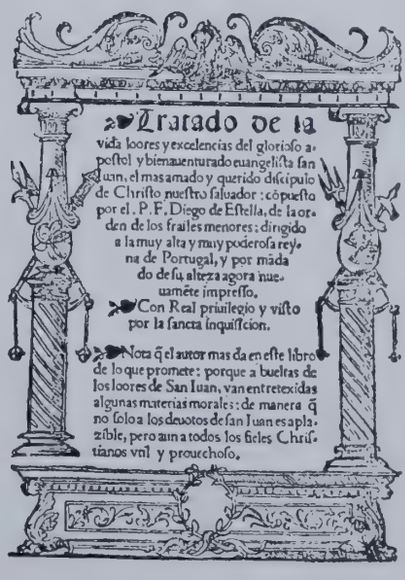
ROSTO DE VÁRIOS LIVROS QUINHENTISTAS. — 1565 a 1600

Curioso aproveitamento do mesmo material tipográfico para a composição de diversas portadas. O primeiro rosto é de António Álvares que com as mesmas vinhetas formou em 1601 a pág. final da *Cronica do Emperador Clarimundo,* e os restantes de Francisco Corrêa que em 1564 imprimiu com a combinação n.º 4 (Regra Geral) o *Index Librorum prohibitorum.* João Blavio em 1557 imprimia na mesma portada da *Regra geral* (3.ª grav.) a obra *L. Andreae Resendii in obitum D. Ioannis III* pub. a pág. 326 desta obra, e António Ribeiro em 1583, usando algumas das várias partes que constituiam estas portadas, imprimia a *Reformacam de Ivstiça*

Livreiros
Seu regimento e moradas. Privilégios

Como todos os ofícios, o de livreiro, de que era patrono S. Miguel, tinha o seu regimento. Êste foi revelado ao público pelo Dr. Virgílio Correia no seu livro *Regimentos dos officiaes mecanicos* (1572) e encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Êsse regimento determinava que ne-

nhuma pessoa «assi natural como estrangeiro» pudesse usar do ofício ou pôr tenda sem primeiro ser examinada. O que se exigia para ser perito no ofício? O regimento o diz: «E todo o official que se examinar quiser primeiramente saberaa fazer hu breviario dourado polas folhas, e saberaa dobrar primeira dobradura e logo o batera etornara a dobrar detodo ebatelo ha muito igoal fem ter ver-



A PORTADA DOS *Lusíadas*, com e sem troféus, em várias obras quinhentistas. As 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª são de Germão Galharde, bem como as 7.ª e 8.ª. — (1551?) 1554, ?, 1552, e 1548 e 1554

ruga algua nas folhas eo coferaa em correas fendidas eascorreas serão conformes aaaltura do breviario E feraa enlomado cõ grude forte e poerhea feus pergaminhos e o cortaraa conforme a grandura do Livro deixandolhe amargem neçefsaria que nãa tenha ponta algua nem cabeça nopée nem em a diantr.ª E afsi lhe poeia as taboas conforme aa altura do breuiario. As quaes ficarão muito igoaes deixando lhe a grofsura necefsaria de manr.ª que não torção pelo meo, e seraa cuberto de bezerro ou cordovão :» Determina mais o regimento que o exame incida ainda sôbre a maneira de encadernar um livro grande de Igreja de pele inteira solfado pelo lombo, que o resultado do exame seja registrado na Câmara e que o examinando pague 300 réis sendo nacional e 600 sendo estrangeiro. Todo o livreiro encontrado sem diploma será prêso 15 dias e pagará 2.000 réis, metade para as obras da cidade e a outra para quem o denunciar. O reprovado só poderia tornar a exame passados 6 meses e as livrarias, mais própriamente oficinas de encadernação, seriam sujeitas a uma visita periódica de inspecção à obra executada. Êste regimento deu lei, até que em 23 de Janeiro de 1733 se fêz outro.

E quem vendia os livros? Quem eram os Bertrands, os Aillauds, os Hachettes e Larousses daqueles recuados tempos? O primeiro de que Tito de Noronha nos dá notícia é Diogo Fernandes, em 1512. O segundo que conhecemos é Luís Fernandes, livreiro e encadernador a quem D. João III, por carta de 27 de Agosto de 1527, fêz livreiro da Casa Real, com todos os privilégios e regalias que tinham e gozavam os demais oficiais mecânicos com moradia. Era homem hábil, filho talvez do anterior, e que se correspondia com o célebre Plantino de Anvers, parecendo que comerciou até ao último quartel do século XVI.

UM CURIOSO ROSTO QUINHENTISTA. — Mostra a arte de, com reduzidos meios, vencer dificuldades com louvor. A-pesar de feita com gravuras e tarjas diversas, o conjunto é bom. *Libro dela verdad e la fé* impresso por Luís Rodrigues. O frontispício é impresso a preto sendo as letras a vermelho, com excepção das que dizem *Herege* e *Judio* que são a preto

Da primeira metade do século XVI sabemos que em 1529 vendia livros Federique Louer, mercador alemão, Luís Rodrigues, que também os imprimia, e Afonso Lourenço. Luís Rodrigues foi «librero del Rey» e teve negócio de 1530 a 1544. Afonso Lourenço foi o livreiro da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, e dêle encontramos rasto de 1523 a 1539. Foi talvez o mais importante dos livreiros do seu tempo e mereceu de tal maneira o favor e interêsse régio que por sua morte e a Gil Marinho, livreiro do infante D. Luís, «no Terreiro do Paço, onde S. A. mora», foi dado o privilégio para imprimir e vender as *Ordenações sobre a ordem do juizo, da defeza das sedas e do comprimento das espadas,* e a João de Borgonha, também «librero del Rey» e seu encadernador, que de 1548 a 1572 sitou na Rua Nova dos Mercadores, o monopólio de encadernar todos os livros brancos para a Fazenda Real, casas da Índia e Mina, armazens da Alfândega e todos os serviços oficiais da cidade de Lisboa, que tinham sido dêle.

Em 1552, João Brandão, o autor da célebre «Estatística de Lisboa», diz-nos que nesse tempo havia na cidade 20 tendas de livreiros. Cristóvão Rodrigues de Oliveira, que no *Summario* se refere ao ano de 1551, aponta-nos o número de 54 livreiros. Tudo pode ser, parecendo-nos o primeiro o número de estabelecimentos e o segundo o total das pessoas donas e empregadas neles.

Salvador Martel, livreiro e encadernador do príncipe D. João, foi estabelecido na Rua Nova, em 1556. Morreu e ficou a continuar-lhe o negócio a viúva, Leonor Nunes, e o filho, Luís Martel, que foi livreiro de D. Sebastião e D. Felipe, e de quem temos dados de 1566 a 1583. Teve o privilégio da venda de tôdas as *Leis e Ordenações* e quando morreu a sua viúva, Isabel de Mendonça, imprimiu na oficina de André Lobato a *Reformação da justiça.*

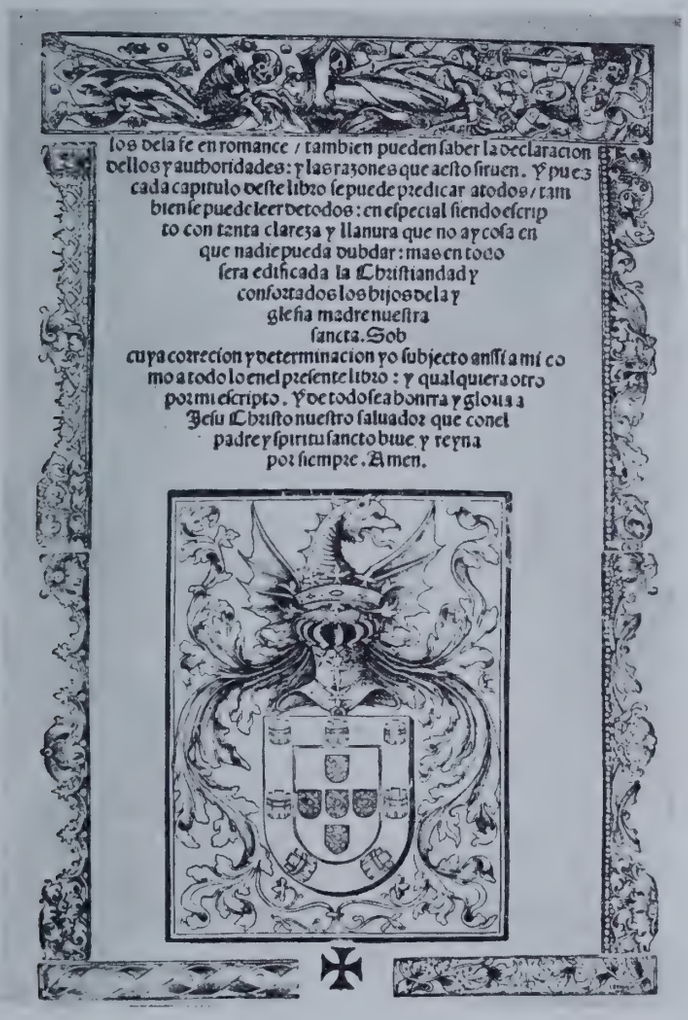
Rua principal, a Rua Nova, nela estavam estabelecidas as tendas dos grandes mercadores de livros. Ali encontramos Sagramor Fernandes (1556), Francisco Grafeo (1559-1565), Francisco Fernandes (1548-1566), Simão Lopes (1583-1598) e Sebastião de Carvalho (1588-1598). Francisco Fernandes tinha, em 1548, um oficial, ou caixeiro, chamado Luís Lasso, castelhano, que com êle testemunhou no processo de Fernão de Oliveira. Simão Lopes foi impressor e livreiro do Arcebispo e Sebastião de Carvalho era talvez filho do livreiro Manuel de Carvalho.

A Rua Nova viu ainda João Lopes, «livreiro do sr. Arcebispo» (D. Miguel de Castro), de 1588 a 90, Diogo Machado, Gabriel de Araujo, Diogo Moniz, Francisco Mendes e Giraldo de Frisa.

Junto da Rua Nova, no Pelourinho Velho, era a loja de Pedro Flores ou Pedro de Flores, de que achamos notícia de 1588 a 1600. De 1563 a 1565 sabemos estabelecido à porta da Sé, Cristovão Lopes, o mais antigo dos livreiros do seu apelido. Lopes, conhecemos um Barto-

lomeu, um Estêvão (1595) e um Simão, que mercava à Rua Nova e que em 1600 era já falecido, pois nesse ano nos aparecem vendendo «sus erederos». João Lopes, crê Venâncio Deslandes que era filho de Cristóvão, e de Estêvão se sabe que morreu muito pobre, perto de 1605, deixando viúva Vicência Lopes e seis filhos.

Muitos mais, nomes de livreiros, aparecem, ricos uns, pobres outros, vivos ainda na memória do tempo por milagre de velhos manuscritos vivediços. Francisco Gracio (1567), João despanha ou João de Molina (1571-1592), Afonso Fernandes (defronte da Misericórdia) (1587-1592), Vasco da Sylva (1587), Domingos Martinez (1594-1598), da Porta do Ferro, Jerónimo de Aguiar, Bautista da Fonseca, Manuel Francisco, António Dias, da Rua da Gibeteria, e Pero Castanho, perto de Valverde, os dois Perez, Francisco e Luís, devem ser dos segundos, dos que viveram modesta e operosamente, não se preocupando com a posteridade, que mal hoje, por isso, tem motivo para se ocupar dêles. Nem todos se podiam corresponder com Plantino como Francisco Mendes, João de Molina, Luís Fernandes e Pedro Craesbeck, ou dar livros a imprimir a Francisco Correia, João de Barreira e Baltasar Ribeiro, em Lisboa, António de Mariz, em Coimbra, e Cristóvão Plantino, em Anvers, como João de Molina. Sebastião



los dela fe en romance / tambien pueden ſaber la declaracion dellos y authoridades: y las razones que aeſto ſiruen. Y pues cada capitulo deſte libro ſe puede predicar atodos / tambien ſe puede leer detodos: en eſpecial ſiendo eſcripto con tanta clareza y llanura que no ay coſa en que nadie pueda dubdar: mas en todo ſera edificada la Chriſtiandad y conſortados los hijos dela y gleſia madre nueſtra ſancta. Sob cuya correcion y determinacion yo ſubjecto anſſi a mí como a todo lo enel preſente libro: y qualquiera otro por mi eſcripto. Y de todo ſea honra y gloria a Jeſu Chriſto nueſtro ſaluador que conel padre y ſpiritu ſancto biue y reyna por ſiempre. Amen.

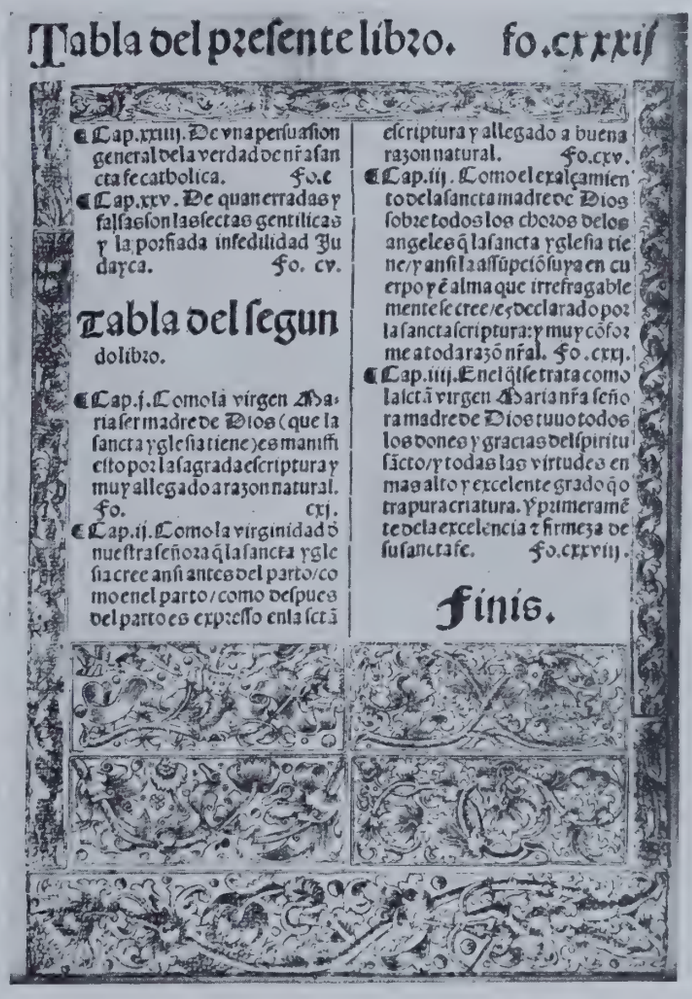


Tabla del preſente libro. fo.cxxxij

¶Cap.xxiiij. De vna perſuaſion general dela verdad de nueſtra ſancta fe catholica. fo.c

¶Cap.xxv. De quan erradas y falſas ſon las ſectas gentilicas y la porfiada infedilidad Judayca. fo. cv.

Tabla del ſegun dolibro.

¶Cap.j. Como la virgen Maria ſer madre de Dios (que la ſancta y gleſia tiene) es manifiſto por la ſagrada eſcriptura y muy allegado a razon natural. fo. cxj.

¶Cap.ij. Como la virginidad de nueſtra ſeñora q la ſancta y gleſia cree anſi antes del parto/como enel parto/como deſpues del parto es expreſſo enla ſcritura y allegado a buena razon natural. fo.cxv.

¶Cap.iij. Como el exalçamiento dela ſancta madre de Dios ſobre todos los choros delos angeles q la ſancta y gleſia tiene/y anſi la aſſupciõ ſuya en cuerpo y ẽ alma que irrefragablemente ſe cree/es declarado por la ſancta ſcriptura: y muy cõforme a toda razõ nfal. fo. cxxj.

¶Cap.iiij. Enel q̃l ſe trata como la ſcta virgen Maria nra ſeñora ama dre de Dios tuuo todos los dones y gracias del ſpiritu ſcto/y todas las virtudes en mas alto y excelente grado q̃ otra pura criatura. Y primeramẽte dela excelencia y firmeza de ſu ſancta fe. fo.cxxviij.

Finis.

PÁGINA 7 DO VOLUME *Libro de la verdad e la fé*. — Por esta página se vê como com reduzido material os nossos tipógrafos faziam luzir o seu trabalho. Ao alto a tarja que a pág. 369 nos aparece como coluna. Aqui faz de cabeça, deitada, contra tôdas as leis. As vinhetas que ladeiam não são iguais mas não faz mal, como iguais não são as que constituem a barra do fundo. A gravura da direita é da pág. CXXXIJ do mesmo livro. Há arte, agrada à vista e é ingénua ainda a forma de rematar a página. Mesmo por isso o livro é um dos mais típicos e curiosos *specimens* do seu tempo

João de Ocanha «livreiro do Ex.mo Sr. D. Theodosio, duque de Bragança e de Barcellos» (1590-92), Cristóvão Ortega (1597), Jorge Valente, livreiro d'el-Rei (D. Felipe III) (1597) e Miguel d'Arenas (1589-91), parecem ter sido dos primeiros, dos ricos, dos que venderam, editaram, ligaram o seu nome a edições hoje disputadas. Miguel d'Arenas fôra empregado de João de Borgonha, estabelecendo-se depois de sociedade com João de Molina, que morava no Poço da Fotéa e há muito vendia livros.

Belchior Fernandes, João Fernandes (1530), Francisco Fernandes (1565), todos parentes talvez, um Pedralves, livreiro à Mouraria (1548), Jorge d'Aguiar ou Aguilar, a quem António de Aguiar (1576) sucedeu, na Rua Direita Carvalho, já em 1600, é o último livreiro de quem temos notícia no século XVI. Teve privilégio para imprimir e vender *El picaro cortezano*...

No Pôrto aparece-nos vendendo livros Giraldo Montez e Bento Fernandes, êste em 1555. Em Coimbra, além de António de Mariz, «impressor & livreiro da Universidade», conhecemos António de Barreira (1597), Geraldo Mendes, livreiro do bispo-conde D. Fr. Marcos de Lisboa (1585-90) e António Corvete, que vendeu livros em Coimbra e Braga. D. João III deu em 1539 aos livreiros da Universidade «os mesmos privilegios que haviam os estudantes e officiaes d'ella, uma vez que tivessem em suas tendas abastança de livros das sciencias que se liam

MARCA DO IMPRESSOR JOÃO PEDRO BUONOHOMINI. Da obra *Este he o liuro r legêda que fala de todolos feytos r payxões...* Lisboa, 1513.

nas faculdades. Pode ver-se o alvará nos *Documentos para a Historia da typographia portugueza,* ed. de 1888. Tito Noronha aponta ainda Jerónimo de Miranda (1569), Melchior Beleago (1549) e João Felipe, livreiro do Cardial Infante D. Henrique (1546). Beleago deve ser, não livreiro, mas o D. Belchior Beleago, lente, e que em 1548 imprimiu em casa de João de Barreira e João Álvares o seu *De Disciplinarvm,* que dedicou a D. João Afonso de Vasconcelos e Menezes. Citados por Tito de Noronha encontramos ainda António Lermet (Évora, 1529?) e João Beltrão (Braga, 1539) em sociedade com Pero Gonçalves, que foi o impressor Pero Gonçalves Alcoforado. Encontramos também um Adrião de Abreu, que de 1596 a 1600 vendeu livros em Évora. Como se vê, era um mundo, um pequeno mas luzido e galhardo mundo, o das artes da impressão e do livreiro entre nós, no século áureo das letras.

Tudo se concitava para que o fôsse. O rei que, cheio de emulação, chamava ao seu reino sábios e artistas, os nobres porque era de molde seguir o rei, os escritores, sábios ou poetas, literatos simples ou jurisconsultos notáveis produzindo como nunca mais em Portugal se produziu e, finalmente, os impressores e tipógrafos, porque, seduzidos por honras, dinheiros e atenções, encontravam aqui, como em todos os meios ricos, incitamento e estímulo para bem servirem a arte que os havia de notabilizar.

Conhecendo os livros propulsores de avanço e cultura, o poder público isentava-os de direitos. Sabendo que os óptimos papéis se não fabricavam entre nós, dava livre acesso nas alfândegas às quantidades que o mercado exigia. Ilustrado de que, para maior desenvolvimento da arte nobilíssima a que alemães, italianos, espanhóis, franceses e portugueses em Portugal se devotavam, era mister importar ferramentas e tipo, saltava por cima do critério fiscal, quási sempre estreito e avaro, e permitia a sua importação sem tributação alfandegária. Obra louvável e útil que ajudou Portugal a imortalizar-se, bem merece que se aponte como obra de superior intuição política e ostentoso desejo de subir e dominar. A tipografia correspondeu ao que se exigia dela. Foi o veículo da beleza e do pensamento, e se não com riquezas e faustos pelo menos com a magnífica e honesta simplicidade dos fortes que não se preocupam senão com o cumprimento do seu dever. Numa *História da Literatura* não é demais um capítulo sôbre a nossa arte de Tipografia e o louvor aos operários humildes que, letra a letra, livro a livro, deram à posteridade as obras imortais dos seus maiores.

UMA DAS MARCAS USADAS PELO IMPRESSOR MANUEL DE LIRA. — De *La entrada qve en el reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe...* Lisboa, 1583. (Veja pág. 366)

ROSTO DE UM RARO LIVRO IMPRESSO EM LIÃO (França), em 1558, por mando de João de Borgonha. A portada é a mesma, com pequenas variantes, que em 1566 serviu para, em Lisboa, Manuel João imprimir a *Primeira parte das Chronicas da ordê dos frades menores...*, em 1566, em Braga, António de Mariz imprimir a *Historia das vidas... dos santos,* e em 1590, Baltasar Ribeiro o *Flos sanctorum*

ÍNDICES
E
CORRIGENDA

TARJA DO ROSTO DA *Ordenaçam da Ordem do Juyzo*, impressa por Germão Galharde em 1526

ÍNDICE

PALAVRAS DE ABERTURA ..... 1 e 2

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DA LITERATURA. O POVO E A LÍNGUA. ÉPOCAS LITERÁRIAS

I — HISTÓRIA DA LITERATURA, por HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA ..... 3 a 16

A linguagem e a literatura, 4. — Influência recíproca da literatura e do meio social, 5. — História da literatura. Sua importância. Paralelismo com a história política. Exemplos, 6. — A literatura e o gôsto público, 11. — A literatura e a língua nacional, 14.

II e III — O POVO E A LÍNGUA, pelo DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS ..... 16 a 34

A terra e o povo. Habitantes antigos da Lusitânia, 16. — Conquista romana, 20.

A língua. Sua origem e formação. O latim — latim vulgar, latim literário, latim bárbaro, 24. — Português pre-histórico e proto-histórico, 25. — Língua literária, 26. — Língua popular, 32.

DOCUMENTOS. — O mais antigo documento latino-português, 8. — O mais antigo documento em português, 9. — Notícia de Torto, 13. — O primeiro documento que se refere à reconquista de Lisboa (Lição do Dr. José Maria Rodrigues), 17 e 386.

IV — ÉPOCAS LITERÁRIAS ..... 34 a 40

Como tem sido feita a divisão da literatura portuguesa (A. C. Borges de Figueiredo, José Agostinho, José Maria de Andrade Ferreira, Teófilo Braga, Mendes dos Remédios, Fernandes Agudo, Fidelino de Figueiredo).

IDADE MÉDIA

ASPECTOS GERAIS: A SOCIEDADE. A CULTURA. A ARTE

I — ASPECTOS GERAIS. A SOCIEDADE, pelo DR. MANUEL DE OLIVEIRA RAMOS ..... 41 a 54

Vida política e social. A Idade média portuguesa, 42. — Os Municípios. O Povo, 44. — O Rei e o Estado. A Nobreza, 46. — As corporações. Indústrias, 50. — O sentimento religioso, 51. — A pesca, a marinha, as navegações, 53.

II — INSTITUIÇÕES DE CULTURA, pelo DR. JOAQUIM DE CARVALHO ..... 55 a 72

a) Instituições escolares, 55. — *b)* Livrarias, 59. — Livrarias monásticas, 62. — Livrarias episcopais e capitulares, 64. — Livrarias seculares, 65. — Livrarias reais, 65. — *c)* Traduções medievais, 66.

DOCUMENTOS. — Diploma, original de D. Denis, publicando a fundação do Estudo Geral ou Universidade de Lisboa, 61.

III — A ARTE MEDIEVAL, pelo DR. REINALDO DOS SANTOS ..... 72 a 77

Arquitectura. Iluminura. Artes menores.

A LITERATURA

POESIA GALEGO-PORTUGUESA OU TROVADORESCA *(séculos XIII a XV)*, pelo Dr. José Joaquim Nunes..... 78 a 108

I — Espécies de composições e suas características, 79. — II — A poesia provençal e a sociedade do tempo. Conceito especial que uma e outra faziam do amor. Trovadores e jograis, 82. — III — Influências que actuaram na poesia galego-portuguesa. Seus cultores e expansão, 93.

DOCUMENTOS. — Páginas das «Cantigas de Santa-Maria, 104-105. — Cantigas do Cancioneiro Colocci-Brancuti, 129. — Páginas 441 e 444 das *Cantigas d'amigo dos trovadores gallego-portuguezes*, pelo Dr. José Joaquim Nunes, 131.

A PROSA MEDIEVAL (A prosa desde o seu aparecimento até aos Cronistas), pelo Dr. José Joaquim Nunes..... 109 a 152

ALVORECER DA PROSA LITERÁRIA SOB O SIGNO DE AVIZ, pelo Dr. Agostinho de Campos..... 152 a 175

I — Avanço da língua escrita poética sôbre a prosaica, 153. — II — Papel do estilo narrativo no desenvolvimento da prosa, 154. — III — Função literária dos cronistas, 155. — IV — A língua acalentada oportunamente pelos reis, 156. — V — A defesa contra o avanço da língua de Castela, 157. — VI — Preparação da Aljubarrota lingüística do século XVI, 159 — VII — D. João I e o seu «Livro da Montaria», 160. — VIII — D. Duarte e as suas obras, 163. — IX — O infante D. Pedro e a «Virtuosa Bemfeitoria», 167. — X — Carácter pouco literário das obras dos três príncipes de Aviz, 171. — XI — D. Afonso V, 172. — XII — «O Livro da Côrte Imperial», 173. — XIII — Outras obras, 174.

DOCUMENTOS. — AMADIS DE GAULA — O Romance de Amadis (Resumo da Reconstituïção portuguesa), pelo Dr. Afonso Lopes Vieira..... 186 a 190

Amadis de Gaula e o «Lais» de Leonoreta, 192. Vasco de Lucena, 235.

A HISTÓRIA

OS CRONISTAS, pelo Dr. Agostinho de Campos..... 175 a 212

I — Fernão Lopes, 175. — II — Gomes Eanes de Zurara, 197. — III — Rui de Pina, 205. — IV — Vasco de Lucena, Frei João Alvares, Duarte Galvão, 211.

GARCIA DE RÈZENDE, pelo Dr. Fidelino de Figueiredo..... 212 a 244

A sua «Crónica» — O seu «Cancioneiro».

A INVENÇÃO DA IMPRENSA..... 245 a 264

Difusão da tipografia, 253.

A TIPOGRAFIA HEBRAICA, pelo Dr. Mosés Bensabat Amzalak..... 254 a 257

A tipografia latino-portuguesa, 258. — A gravura no século XV, 260. — Os impressores, 261.

SÉCULO DEZASSEIS

ASPECTOS GERAIS: A SOCIEDADE. O REI. A CULTURA. A ARTE. A LÍNGUA. A TIPOGRAFIA

I — ASPECTOS GERAIS. A SOCIEDADE. O REI, pelo Dr. Fortunato de Almeida..... 266 a 284

A Sociedade, 265. — O rei e a côrte, 283.

DOCUMENTOS. — O livro de «Horas de D. Manuel», 272-273. — A Rua Nova dos Ferros, 273 a 278.

II — A CULTURA, pelo Dr. Joaquim de Carvalho..... 284 a 311

Renascença e Humanismo, 284. — A sedução de Itália, 287. — Os bolseiros del-Rei, 296. — A importação do Humanismo, 303.

DOCUMENTOS. — A bibliografia latina dos humanistas, 330.

III — A ARTE, pelo Dr. José de Figueiredo 311 a 332

Do nacionalismo e universalismo da Arte portuguesa nos séculos XV e XVI. Carácter da nossa antiga escultura e ouriyesaria e novas provas da universalidade da segunda destas artes, 311. — Nuno Gonçalves e Fernão Lopes; identidade do carácter e do significado da obra dum e doutro, 313. — O

mar e o Oriente na Arte portuguesa dos séculos XV e XVI, 317. — Portugal na Arte do Oriente e do Extremo-Oriente, 324. — A escola portuguesa de retrato e a sua projecção em Espanha na segunda metade do século XVI, 328.

IV — A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI, pelo Dr. José Pereira Tavares..... 322 a 363

O português arcaico e o português moderno, 334. — Influência do Renascimento nos destinos das línguas românicas, 334. — Em Portugal. Papel de Sá de Miranda. Sua linguagem, 335. — A defesa da língua materna no século XVI. António Ferreira, 340. — Camões. A linguagem camoniana, 343. — Bernardim, Falcão, Gil Vicente. A linguagem vicentina, 348. — Os prosadores. João de Barros, 353. — Gramáticos e filólogos: Fernão de Oliveira, João de Barros, Pedro de Magalhães de Gandavo, Duarte Nunes de Leão, 355. — A crítica do Renascimento. Conclusão, 361.

A TIPOGRAFIA PORTUGUESA QUINHENTISTA, por Albino Forjaz de Sampaio..... 363 a 374

Os impressores, 365. — A oficina tipográfica, 366. — Privilégios e títulos dos impressores, 366. — Localidades onde se imprimia. Impressores notáveis, 367. — Impressores e tipógrafos. Onde moravam, 368. — Suas marcas e divisas, 368. — Línguas em que imprimia. A produção, 369. — Material tipográfico. Ornatos, vinhetas e portadas, 369. — Livreiros, seu regimento e moradas. Privilégios, 371.

Páginas do começo da *Croniça do rei D. João* (de Fernão Lopes). Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa

Tarja do rosto da *Ordenaçam da Ordem do Juyzo*, por Germão Galharde, 1526

Tarja da *Coronica do Condestabre*, impressa em Lisboa por Germão Galharde em 1554

ÍNDICE
DAS
GRAVURAS
CONTIDAS NO VOLUME PRIMEIRO

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DA LITERATURA

A LITERATURA PORTUGUESA E BRASILEIRA, alegoria por Alberto Sousa 3

II — A TERRA E O POVO

Estátua de um guerreiro lusitano, 33. — Espada de ferro, com restos de bainha, encontrada em Alcácer do Sal, 33. — Ânfora romana, 33.

Os alicerces da Nacionalidade: O Castelo de Guimarães, 4.

III — A LÍNGUA

O mais antigo documento latino-português, 8. — O mais antigo documento português, 9. — Notícia de Torto, 13. — O primeiro documento que se refere à reconquista de Lisboa, 17, 386.

OS VELHOS CÓDICES: — Primeira página da *Crónica da conquista de Lisboa* (séc. XIII), 34. — Primeira página das *Ordenações del Rey D. Duarte* (séc. XV), 35. — Pág. da *Chronica conimbricense* ou *Livro da Noa de Santa Cruz*, 38. — Pg. 222 v. do *Livro preto*, da Sé de Coimbra, 38. — Pg. do *Livro de direitos reaes...*, 39. — *Chronicon laurbanense* do séc. XII, 42. — Pgs. do livro V e IX das *Inquirições* de D. Afonso III, 43. — Pg. do *Livro de D. Mumadona*, 50. — Primeira pg. do *Livro I da Chancelaria de D. Afonso III*, 50. — Parte da primeira pg. do *Livro de leis e posturas*, 50. — Começo das *Leis das partidas de Castela*, 51. — *Parte de uma* pg. do *Livro velho de forais*, 51. — Rosto do *Portugaliae Monumenta Historica*, 32.

IDADE MÉDIA
ASPECTOS GERAIS

A SOCIEDADE

USOS E COSTUMES. INDUMENTÁRIA. MOBILIÁRIO: — Vestuários e instrumentos de música do século XII, 26, 63. — *Músicos e jograis*, 114, 115, 116, 117, 121. — *Mobiliário*, 26, 74, 79. — *Ourivesaria:* Cruzes e Cálices, 31. — *Frades*, 54, 72, 73, 138. — *Guerreiros*, 21, 27, 29, 33, 64. — *Scenas de justiça*, 27. — *Vida agrícola, pesca*, 28, 52, 53, 64.

O REI: — Divisa do rei D. João II (1495), 2. — D. Manuel recebendo de Rui de Pina as suas crónicas, 90. — D. João III recebendo um livro das mãos dum frade, 91. — Casamento de Fernando de Portugal com D. Joana de Constantinopla, 97. — D. Denis de Portugal (7 retratos), 119. — D. Sancho I, de Portugal, 120. — Situação actual do túmulo de D. Inês de Castro, 136.

SELOS E MOEDAS: SELOS RODADOS: — De D. Sancho I e seus filhos, datado de 1198; de D. Sancho II, tendo por baixo o nome do chanceler Durão Froyaz; de D. Afonso Henriques, datado de 1159; de D. Sancho I, sua mulher e filhos e assinatura de Julião, notário da côrte (1194); de

D. Afonso Henriques, D. Sancho e D. Dulce (1184), 36. — De D. Afonso Henriques e seu filho D. Sancho (1184); de D. Afonso Henriques, D. Sancho, D. Tereza e D. Dulce, datados de 1183, 37. — DE CHUMBO, PENDENTES, DE AUTORIDADE: — De D. Afonso II, D. Afonso III (1261), D. Sancho I (1195), 37. — D. Denis e D. Afonso IV, 60. — De autoridade de D. Denis, 61. — Dos bispos de Coimbra D. Jorge de Almeida e D. Aiméric d'Ebrard, 61. — Sinete do bispo D. Aiméric d'Ebrard, 61. — Do abade de Alcobaça, no ano de 1270, 136. — SELOS UNIVERSITÁRIOS: — Medievais e de hoje lembrando a época medieval, 264. — MOEDAS: — De D. Afonso Henriques, D. Afonso II e D. Sancho I, 40.

INSTITUIÇÕES DE CULTURA

INSTITUIÇÕES ESCOLARES, PROFESSORES E ESCOLAS ESPANHOLAS, FRANCESAS E ITALIANAS: — O mestre empunhando o instrumento do castigo, 44. — Mestre Nebrija na sua cátedra, 88. — Uma cátedra no século XV, 88. — Professor ensinando singularmente e em classe (Mss. de Rennes), 89. — Santo Agostinho levado à Escola pelos parentes, 89. — PROFESSORES EM LIVROS PORTUGUESES E MANUSCRITOS EXISTENTES EM PORTUGAL: — Professor universitário com as insignias doutorais (1516); Capitulares ornadas do *Liber Sententiarium* de Pedro Lombardo (um frade na cátedra e um professor de Direito), 86. — LIVROS DE ENSINO: — *Nova Grammatices ...ars* de Estevão Cavaleiro, 74. — Primeira página do vol. *Decretais* de Gregorio IX, livro mss. de ensino de Direito em Portugal anotado por professores portugueses, 87. — UNIVERSIDADE DE LISBOA: — Restos dos paços da Universidade de Lisboa, às Escolas Gerais, 72. — Diploma original de D. Denis publicando a fundação do Estado Geral da Universidade de Lisboa, 60. — COIMBRA, CIDADE UNIVERSITÁRIA: — Coimbra em 1741, 58. — Coimbra de hoje, 55. — Arcadas do primitivo paço das Escolas, 10. — Arco do Almedina, 57. — Salas da Biblioteca da Universidade, 59. — Mosteiro de Santa Cruz (litografia de Lopes J.or), 56. — Mosteiro de Santa Cruz (Des.o de Nogueira da Silva), 57. — Mosteiro de Santa Cruz (estado actual), 57. — Frade lendo aos religiosos o *Livro das Constituições*, em Santa Cruz, 72. — Selos e Sinete dos bispos D. Jorge de Almeida e D. Aiméric d'Ebrard, 61. — SELOS UNIVERSITÁRIOS: — Da Universidade de Paris (1398) e da Universidade de Coimbra (actual), 264.

LIVRARIAS

LIVRARIAS MONÁSTICAS: LORVÃO — Vista geral do Convento, 22. — Cadeiral do côro, 23. — CÓDICES: *Commentario do Apocalipse:* Reprodução de págs. e iluminuras, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33 e 65. — Nota autógrafa de A. Herculano no *Commentario do Apocalipse de Lorvão*, 24. — Inicial ornada, 41. — *Livro das aves:* — O corvo, 17. — O açor e o pombo, 18. — Avestruz, açor, aguia, abutre, cisne, melro, gralha, fenix, grou, pavão, poupa, perdiz, andorinha, pombo, garça, pato, milhafre, cegonha, galo, pelicano, 19. — A criação da mulher de uma costela de Adão, 20. — Página iluminada, 20. — Duas páginas iluminadas (bèsteiros), 21. — *Missal antigo de Lorvão:* — Iluminuras do Calendário, 52, 53. — Frades, 54. — Iniciais ornadas, 4, 68. — *Missal:* — Página com letras iluminadas, 68. — *Santoral:* — Iniciais ornadas, 42. — *Testamento velho:* — Escriba escrevendo, 73.

ALCOBAÇA: — Vista geral, 134. — Portaria do Mosteiro e fachada da Igreja, 134. — Claustros do Silêncio e de D. Denis, 135; situação actual do túmulo de D. Inês de Castro, 136. — Carta de D. Sancho II a favor do mosteiro de Alcobaça, 136. — Selos do abade de Alcobaça, 136. — A sala da livraria, 135. — Florão em estuque do tecto da livraria, 138. — A livraria como se encontra hoje na Biblioteca Nacional, 140. — OBRAS SÔBRE ALCOBAÇA E SUA LIVRARIA — Rostos de *Alcobaça Ilustrada*, 138. — *História cronológica e crítica*, 138. — *Index codicum bibliothecae Alcobatiae; Commentariorum de Alcobacensi Mstorum bibliotheca* e *Colecção de inéditos portugueses dos séculos* XIV e XV, 139. — Encadernação da *Biblia* de Alcobaça, 142. — CÓDICES DA LIVRARIA DE ALCOBAÇA: — Páginas da *Bibliorum sacror secundum vulgatam*, traduz. por S. Jerónimo, 64. — Páginas do *Ordinario do oficio divino da Ordem do Cister* (séc. XV) e do *Livro das colações dos Santos padres do Egito*, 67. — Três antiquíssimos códices referentes à vida do Mosteiro, 137. — Págs. 50 v. e 51 do Códice n.º 266 *(Vida de Santa Maria Egypciaca)*, 142. — *Vida de S. Tharsis*, 143. — Pág. 1 v. e 2 do Livro I das *Leys das Partidas de Castella*, 134. — Páginas do *Livro das Colações dos Santos Padres (D. Duarte)*, 144. — *Castello Perigoso*, 148. — *Historia de Tungulo ou Tundalo*, 149. — Comêço da *Quarta parte da Vida de Christo*, 150. — *A Vida de Christo em português*, 150. — Iniciais iluminadas de Códices de Alcobaça, 3, 66, 68, 69 e 73. — LIVRARIAS EPISCOPAIS E CAPITULARES. — *A da Mumadona.* Traslado do testamento do ano de 959 que se lhe refere, 84. — LIVRARIAS REAIS. — Trechos do testamento do infante D. Fernando que se referem à sua livraria, 85. — Fac-simile da assinatura do Infante, 84.

O LIVRO. — *«Catenati» ou livros encadeados.* Bibliotecas do Capítulo da Catedral de Hereford, Laurenciana em Florença e Malatestiana em Cesena, 70. — Manuscrito do século XV (Catenati), 70. — *Em Portugal:* — Um raríssimo exemplar de livro encadeado (Braga), 71.

QUEM O ESCREVIA. COPISTA, ESCRIBA E ILUMINADOR — Representação gráfica do copista estrangeiro, 76, 81 e 82. — Gabinete de trabalho de Jean Miélot, copista de Felipe o Bom, 83. — Carlos, o Temerário, visitando o escriba David Aubert no seu gabinete de trabalho, 83. — *Em Portugal:* — Escriba trabalhando sôbre um atril de tripé, 72. — Calígrafo escrevendo (da *Leitura Nova*), 73. — *Escriba* (da *Bíblia pequena*, de Alcobaça), 73. — Monge iluminador escrevendo ou «um escriba no seu arquibanco», 73. — Escriba (Das *Coplas de Bias contra Fortuna*), 75.

QUEM O FAZIA. O AUTOR. — Sua representação iconográfica em mss. e livros estrangeiros, 77, 80, 81 e 83. — A Glória coroando de louros o autor absorvido na composição da sua obra, 81. — Maria de França, escrevendo, 96. — *Em Portugal:* — O autor escrevendo (Do *Reportorio dos tempos*), 74. — *Men endecasylban* de L. Andr. Resendii, 75. — S. Bernardo à mesa de trabalho, 138.

QUEM O PREMIAVA. O REI E OS GRANDES SENHORES. — Reis e magnates estrangeiros aceitando dos autores o seu livro. (Mss. e livros impressos); Autor oferecendo o livro a sua dama, 77. — Carlos V recebendo o livro de Raoul de Presles, 92. — Joinville oferecendo a Felipe, o Bom, as suas crónicas, 93. — Jean Marot oferece a Ana de Bretanha a sua *Relation*, 93. — O autor das *Cent nouvelles nouvelles*, oferecendo a sua obra ao Duque de Borgonha, 94. — Macault, lendo a Francisco I a sua tradução do *Diodoro de Sicile*, 94. — O Dr. Juan Lopez de Palacio oferece ao rei o seu livro, 96. — Frade oferecendo um livro ao rei, 96. — *Em Portugal ou de assunto português:* — Rui de Pina oferecendo as suas Crónicas ao rei D. Manuel, 90. — D. João III recebendo um livro das mãos de um frade, 91. — Vasco Fernandes de Lucena oferece o seu livro ao Duque de Borgonha, 91. — Autor apresentando o seu livro ao Rei (Das *Ordenações del-Rei D. Manuel*), 270.

SELOS UNIVERSITÁRIOS: — Selos medievais e selos de hoje. O sêlo da Universidade de Paris em 1398; Sêlo da Faculdade de Medicina de Paris (1398); Sêlo da Faculdade, de Decreto, da Universidade de Paris (1398); Sêlo da Universidade de Coimbra e ex-libris da Biblioteca Municipal do Pôrto, 264.

A ARTE MEDIEVAL

A ARQUITECTURA. — Castelo de Guimarães, 4. — Igrejas e mosteiros de Cete, 7; Pombeiro, 7; Lourosa, 10; Leça de Bailio, 11; Roriz, 11; Paço de Sousa, 14; Balsemão (vista interior), 15; Santa Cruz de Coimbra, 56 e 57. — Sés: velha de Coimbra, 5; de Lisboa, 49; da Guarda, 49. — Claustro do primitivo paço das Escolas (Coimbra), 10. — Capitéis do Claustro de Celas, da Sé Velha de Coimbra e da Igreja de S. Pedro de Rates, 30. — Portas: lateral da Sé de Braga, 48; da Igreja de Roriz, 11. — Arco do Almedina (Coimbra), 57. — Túmulos: do Conde Sesnando (Coimbra), 6; de Egas Moniz (Paço de Sousa), 14; do bispo D. Afonso Pires (Balsemão), 15; de D. Afonso Sanches (Vila do Conde), 48; antigo da Rainha Santa, 59; do Conde de Barcelos (S. João de Tarouca), 118. — Estátua tumbal de D. Afonso Sanches, 118; de D. Inês de Castro (Alcobaça), 136.

EPIGRAFIA: — Inscrição do Mosteiro de Vairão (1035), 18. — ALEGORIAS: — A Arte medieval conimbricense, por António Augusto Gonçalves, 58. — OURIVESARIA: — Cálice românico (séc. XII), Cruz latina de D. Sancho (1214), Cruz latina de cobre (séc. IX), Cálice de D. Dulce (1187), 31. ILUMINURA: — Do *Livro das Aves*, 17, 18, 19, 20 e 21; do *Commentario do Apocalipse de Lorvão*, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 63; da *Cronica da Conquista de Lisboa*, 34; do *Livro I da Chancellaria de D. Afonso III*, 50; do *Livro das Leis e Posturas*, 50; do *Livro de D. Mumadona*, 50; das *Leis das Partidas de Castela*, 51; do *Missal antigo de Lorvão*, 52, 53 e 54; da *Biblia pequena de Velino*, 54. — Iluminuras de aspecto arquitectural (a influência estrangeira na iluminura portuguesa), 62; portuguesas, 28, 63, 64. — *Biblia pequena de Alcobaça*, 73. — *Testamento velho de Lorvão*, 73. — *Livro de Horas do rei D. Duarte*, 79, 265 — Iluminura referente a Portugal, 97. — *Cancioneiro da Ajuda*, 114, 115, 116, 117, 121. — Crónica geral de Espanha, 145. — *Castelo perigoso*, 148. — *Vida de Cristo*, 150. — *Leal Conselheiro*, 157, 158. — *Fuero juzgo*, 163. — *Cronica dos frades menores*, 152. — Iniciais e letras ornadas, 3, 4, 34, 41, 42, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 101, 117, 137, 144, 148, 150, 152, 157, 158, 265.

A LITERATURA

POESIA GALEGO-PORTUGUESA OU TROVADORESCA (séc. XIII a XV)

CANCIONEIROS FRANCESES E ESPANHÓIS — A mais antiga canção francesa, 97. — Página de um cancioneiro provençal dos fins do século XIII, 98. — A primeira coluna dos três cancioneiros franceses dos fins do século XIII, 98. — *Livro das Cantigas de Santa Maria de D. Alfonso el Sabio.* Rosto da ed. de 1889, 102. — Fac-similes que acompanham esta edição, 104, 105. — *Cancioneiro de Juan Alfonso de Baena.* Rosto da ed. de 1851, 110. — Páginas fac-similadas que acompanham esta edição, 111.

CANCIONEIROS GALEGO-PORTUGUESES. CANCIONEIRO DA AJUDA. — Encadernação e primeira página, 112. — Páginas 1 e 45 do *Nobiliario* que antecede o *Cancioneiro*, 113. — Páginas 158 e 221, 121. — *Edições diversas:* Rosto da ed. de lord Stuart. — *Fragmentos de um Cancioneiro inedito*, 122; *Cancioneiro da Ajuda* (Rosto da ed. C. Michaëlis), 122. — *Os estudiosos do Cancioneiro:* Varnhagen, Teófilo Braga e Carolina Michaëlis, 123. — CANCIONEIRO DA VATICANA. — Fac-similes que acompanham a ed. Lopes de Moura, 124. — Fac-simile que acompanha a ed. Monaci, 127. — *Edições diversas:* Rosto do *Cancioneiro d'el-rei D. Diniz* (Paris, 1847), 124. — *Trovas e cantares de um códice do século XVI* (Varnhagen, 1849), 125. — *Cancioneirinho de trovas antigas* (Varnhagen, 1870), 125. — Dedicatória de Inocêncio Francisco da Silva em nome do A. no *Cancioneirinho*, 125. — *Cancioneiro da Vaticana* (Hale, 1875), 126. — *Cancioneiro da Vaticana* (Lisboa, 1878), 127. — Ernesto Monaci, 129. — CANCIONEIRO COLOCCI-BRANCUTI. — Encadernação do códice original, 128. — Duas cantigas, 129. — Páginas 3 e 37, 132. — Pág. 69 e 321 v., 133. — Rosto da ed. Molteni (Halle, 1880), 128. — AS SETE CANTIGAS DE AMOR DE MARTIN CODAX. — Fac-simile do pergaminho, séc. XII, 130. — Duas cantigas (Formenor), 131.

TROVADORES, MÚSICOS E JOGRAIS. — *Franceses.* — Jongleurs e jongleresses exercendo a sua profissão *(Roman d'Alexandre)*, 77. — Jograis e músicos, 98, 99 e 100. — Músicos ambulantes, 100. — O jongleur de Notre-Dame, 101. — Trovadores e jograis: Jaime, rei de Aragão, Aimeric de Peguillan, Perdigon e Bernard de Ventadour, Monge de Montaudon, Jaufré Rudel, Marcabru, Albertet, Perdigo, Pons de Chapteuil, Carcamon, Giraut de Bornelh, Giraut de Calansón, 78 e 101.

Espanhóis: O Rei Afonso, o sábio, 78. — Músicos e jograis da *Cronica troyana*, 103. — Côrte literária de «Afonso, o sábio», 103. — Músicos, jograis e trovadores das *Cantigas* de Afonso, o sábio, 104, 105, 106, 107, 108 e 109. *Portugueses:* Trovadores e jograis do Cancioneiro da Ajuda, 114, 115, 116, 117 e 121. — Estátua tumbal de D. Afonso Sanches, 118. — Túmulo do Conde de Barcelos, 118. — D. Denis (7 retratos), 119. — D. Sancho (3 retratos), 120.

A PROSA MEDIEVAL

A PROSA DESDE O SEU APARECIMENTO ATÉ AOS CRONISTAS. — Primeira página do *Livro dos Bens de João de Portel*, 51 — Códices de Alcobaça, 67, 137, 144 — Livros referentes a Alcobaça e sua livraria, 139. — A livraria de Alcobaça na B. N. de Lisboa, 140. — Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, 141. — *Vida de Santa Maria Egypciaca*, 142. — *Leis das Partidas de Castela*, 143. — *Vida de S. Tharsis*, 143. — Ataque ao *Castelo Perigoso* (Marfim do séc. XIII), 148. — *Castelo Perigoso*, 148. — *A História de Túngulo ou Túndalo*, 149. — *Vida de Santo Eloy*, 149. — *A Vida de Cristo*, 150, 155. — *Crónica da ordem dos frades menores*, 152. — *Espelho de perfeycam*, 153. — *Boosco deleytoso*, 154. — O raro livro *Marco Tulio ciceron de Amicicia*, 155. — O raro livro de Marco Paulo (Lisboa, 1502), 155. — Livro chamado *Espelho de Cristina*, 162. — Iluminuras do *Fuero Juzgo*, 163. — *Nobiliário de D. Pedro* (ed. de Roma), 164; (ed. de Madrid), 165. — *Crónica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*, 164. — *Tirant lo Blanch*, 162. — *Crónica Geral de Espanha e Portugal* (Mss. de Paris), 146. — Frontispício da edição impressa em Coimbra, 1863; *Crónica geral de Espanha* (Mss. da Academia das Sciências), 145. — *Livro da Côrte Imperial*, 152. — *Coplas do infante D. Pedro*, 161. — *Livro de Monteria*, 156. — D. João I (2 retratos), 156. — D. Duarte (2 retratos), 157. — Fac-simile do *Leal Conselheiro* (Mss. de Paris), 157, 158. — *Livro de conselhos do rei D. Duarte*, 159. — *Leal Conselheiro.* Rosto das ed. de Paris e Lisboa, 160.

O ESPÍRITO CAVALHEIRESCO: *Combates e torneios.* — Arauto de armas do séc. XV, 166. — Preparativos de um torneio, 166. — Antes do torneio, 166. — Cavaleiro enamorado deixando que sua dama lhe ate as mãos; Partida para o torneio e volta; Cavaleiro ferido procurando nas damas a sua enfermeira; Sir Geoffroy Louterell recebendo de sua mulher e de sua enteada as peças da armadura antes de entrar em torneio, 167. — Torneio na côrte de Borgonha, 168, 170, 171. — O torneio na Alemanha, 168, 170. — Um torneio no século XV em França, 169. — Combate diante das da-

mas, 169. — Torneio do rei Renato na côrte de Borgonha, 171. — Dama coroando o seu cavaleiro, 171. — Combate entre o Duque de York e o Duque de Borgonha, 171. — Combate singular, 171. — Como se fazia a educação cavaleiresca das crianças no século XV, 172. — Combates de cavaleiros (Paris, 1499 — Sevilha, 1499), 172.

Chanson de Roland (Mss. de Oxford), 173. — *Roman de la Rose*, 173. — *La cité des Dames, Tristão e Isolda, Roman de Renart, A procissão da Raposa*, 174. — Gravuras e miniaturas do *Roman de la Rose*, 177. — Damas com um cavaleiro, 175. — Lancelot du Lac combate contra o Dragão, 175. — Fier-à-Bras, 175. — Scenas da Lenda do Rei Artur, 176. — O S. Graal, 177. — Galaad, Parceval e Bohort adorando o S. Graal, 178. — Freires do S. Graal em oração, 177. — Como S. Graal aparece aos cavaleiros da Távola Redonda, 178. — Os cavaleiros da Távola Redonda, 178. — *Livro de Joseph de Arimathia*, 179. — Rosto do *Memorial das proezas da Segunda Távola Redonda*. Coimbra, 1567, 179.

Amadis de Gaula: Lisuarte da Grécia. Lisboa, 1587, 181. — Excerpto do Mss. de João de Barros ref. a Vasco de Lobeira, 185. — Páginas dos *Poemas Lusitanos* que se referem a *Amadis*, 185. — Páginas da ed. do Amadis de Sevilha, 1526, 180. — Gravuras da ed. de Sevilha de 1526, 186, 187. — Rosto da ed. de Sevilha de 1546, 180. — Rosto do 4.º Livro de Amadis, Sevilha, 1548; *O Amadis de Gaula em França* — Edições quinhentistas, 182, 183. — Gravuras das edições francesas quinhentistas, 188, 189. — *O Lais ¡Leonoreta, fin Roseta!* na ed. de Sevilha, 1526, e na de Paris, 1541, 191. — Rosto de edições e estudos sôbre o Amadis, 184. — Ante-rosto gravado do D. Quixote, onde se vê Amadis, 184.

A HISTÓRIA

A HISTÓRIA, por Teixeira Lopes..... 193

OS CRONISTAS

I — FERNÃO LOPES. — *Autógrafos:* Primeira e segunda páginas do testamento do Infante Santo, todo do punho de Fernão Lopes, 194. — Página final do testamento, 195. — *Manuscritos:* Página da *Crónica de D. João I* existente na Bib. Pub. M. do Pôrto, 198. — Códice quinhentista das *Crónicas de D. Pedro e D. Fernando*, da Bib. Nac. de Lisboa, 197. — Páginas do começo da *Crónica do Rei D. João* (Mss. da Bib. Nac. de Lisboa), 379. — Página iluminada da *Crónica del Rei D. Pedro* e 1.ª pág. da *Crónica de D. João (Leitura Nova* — T. Tombo), 196. — Vista de Lisboa da Cr. de D. João I, 204. — *Impressos:* Rosto da *Coronica do Condestabre de Portugal Nuno Alvarez Pereyra* (Lisboa, 1526), 199. — Retrato do Condestabre, 200. — Primeira pág. do texto da *Coronica do Condestabre* (ed. 1526), 201. — Frontispício da *Coronica do Condestabre*, 2.ª ed., Lisboa, 1554, 202. — Rosto da *Crónica del Rey D. João I* (ed. de 1644). — *Ivramento com que elrey Dom Afonso Henriquez...*, 203. — Rosto da *Coronica del Rei Dom Joam* (ed. Braamcamp Freire), 203. — *Colecção de livros inéditos da História portuguesa* (tomo IV), 202. — *Iconografia de Fr. Lopes:* Fernão Lopes, por Vitor Bastos e Alfredo Morais, 214. — *Fernão Lopes inspirador de artistas.* «Nun'Alvares Pereira», por Luciano Freire, 208. — «A Alma da Raça», por João Reis, 209. — «A peste expulsa os castelhanos de Lisboa», por Constantino Fernandes, 210. — «Episódio do Cêrco de Lisboa», por Sousa Lopes, 211. — «Nun'Alvares na Batalha de Valverde», por Sousa Lopes, 212. — *O mundo de Fernão Lopes:* Casamento de D. João I com D. Felipa de Lancastre (Iluminura do Museu Britânico), 215. — A batalha de Aljubarrota (ilum. do Museu Britânico), 214. — Auto de Aclamação de D. João I, 225. — O Mestre de Aviz, 213. — Retrato de Nun'Alvares, donato carmelita (1554), 213. — Sarcófago de Nun'Alvares, 207. — Decalque do sarcófago, por Afonso de Dornelas, 207 — O Dr. João das Regras, 216. — Túmulo do rei D. João I, na Batalha, 221. — D. João e a rainha D. Felipa, estátuas tumbais, 220. — Túmulo do rei e da rainha na Batalha, 219.

II — GOMES EANES DE ZURARA. — *Autógrafo:* Certidão assinada por G. E. de Zurara como guarda-mor da T. do Tombo (1467), 227. — *Iconografia:* Painéis do Infante, 336. — *Manuscritos:* Página iluminada da *Chronica de D. Duarte de Menezes* e rosto, 228, 229. — *Impressos: Chronica do Descobrimento e conquista da Guiné* (ed. dos Viscondes da Carreira e Santarém). Rosto e ret. do Infante D. Henrique, 226.

III — RUI DE PINA. — *Autógrafos:* Autenticação da escritura da entrega de D. Manuel à rainha de Castela (1482), 232. — Primeira página do testamento original do rei D. João II (de Fr. João da Póvoa), 230. — Autenticação do testamento de Rui de Pina, 231. — *Impressos:* Rosto da *Chronica de elrey D. Afonso o IV* (Lisboa, 1653), 232. — Rosto das *Chronicas* da oficina Ferreiriana, 234. — *Iconografia:* Rui de Pina oferecendo as suas Crónicas ao rei D. Manuel «o Venturoso» (2 iluminuras), 90.

VASCO DE LUCENA. — *Autógrafos:* Traslado do foral da vila de Lamas de Orelhão, feito em 1477 e assinado por Vasco de Lucena (G.-mor da T. Tombo), 237. — *Manuscritos:* Tradução de Quinto Curcio feita em 1468 (Mss. da B. N. Paris), 235 e 236. — *Iconografia:* Vasco Fernandes de Lucena oferece o seu livro ao Duque de Borgonha, 91, 235 e 236. — FR. JOÃO ALVARES. — *Manuscrito:* Página da *Chronica do Infante Santo D. Fernando* (Bib. Nac. de Madrid), 238. — *Impressos: Chronica dos feitos, vida e morte do Infante Santo Dom Fernando, que morreu em Feez.* Lisboa, 1577, 239. — DUARTE GALVÃO. — *Autógrafos:* Carta de Duarte Galvão para o Secretário de Estado, 241. — *Manuscritos:* Página iluminada da *Chronica de D. Affonso Henriques* (A. N. Tôrre do Tombo — *Leitura Nova*), 239. — Primeira página da *Chronica de D. Affonso Henriques* (Codice da B. P. Municipal do Pôrto, 240. — A mais antiga vista de Lisboa *(Chronica de D. Affonso Henriques*, do Conde de Castro Guimarães, 41. — *Impressos:* Rosto da *Chronica de D. Affonso Henriques* (Lisboa, 1726), 233. — Duas páginas da mesma, 233.

GARCIA DE REZENDE. — Évora (1741) dos *Annales*, de Colmenar, 242. — Janela da casa denominada de Garcia de Rezende, em Évora, 242. — Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, 244. — Claustro do Convento do Espinheiro, 245. Ermida na cêrca do Convento do Espinheiro (aspecto exterior), 245. — Porta da capela de Garcia de Rezende, 244. — Lápide sepulcral de Garcia de Rezende, 246. — *Autógrafos:* Provisão de D. Manuel com recibo de Rezende, 247. — Carta de Garcia de Rezende à Câmara de Évora, 243. — *Impressos:* Rosto do *Cancioneiro Geral* (1516), 248. — Página final do *Cancioneiro*, 249. — Dedicatórias da edição Huntington, 250. — Rosto do *Manuale secundu confuetudinem alme Colymbrieñ. ecclefie* (Lisboa, 1518), 252. — Páginas finais do mesmo Manual (onde se publicou o *Breve memorial de peccados*, de Rezende), 253. — *Breve memorial de peccados* (duas páginas) Lisboa, 1521, 255. — Rosto do *Breve memorial de peccados* (Lisboa, 1545), 256. — Página do fecho e vinheta do mesmo, 256. — Rosto do *Livro das obras de Garcia de Rezende* (Lisboa, 1545), 251. — Rosto do *Livro das Obras*, ed. 1554), 251. — Página da mesma edição (soneto de André Falcão de Rezende), 251. — Página final e começo do índice da *Chronica de D. João II* (Lisboa, 1596), 255. — Rosto da mesma, 254.

A INVENÇÃO DA IMPRENSA

Gutenberg (Aguarela de E. Casanova), 257. — O primeiro monumento da arte tipográfica *(Carta de indulgências*, do papa Nicolau V), 257. — O primeiro monumento tipográfico completo, em caracteres móveis. Fragmento da *Biblia Mazzarino*, 257. — Fecho da segunda edição da *Biblia* de Fust e Schoeffer, 258. — Página da *Biblia* de Mayença, 258. — O pri-

meiro livro datado: Fragmento do *Psalterium* de Fust e Schoeffer, 258.

A TIPOGRAFIA HEBRAICO-PORTUGUESA

Página do primeiro livro impresso em Portugal *(Pentateuco.* Faro, 1487), 259. — Página do primeiro livro impresso em Lisboa *(Novas da lei,* Lisboa, 1489), 259. — Página da obra *Caminho da vida* (Leiria, 1495), 261. — Página dos *Profetas priores* (Leiria, 1494); Página do primeiro livro impresso em Leiria *(Proverbios,* 1492), 260. — Página do *Pentateuco* (Lisboa, 1491), 260. — Página dos *Proverbios,* de Salomão (Leiria, 1492 [?]), 260. — *A tipografia latino-portuguesa — A vita Christi* (Lisboa, 1495), 151. — *Evangelhos e epistolas,* de Gonçalo Garcia de Santa Maria (Pôrto, 1497), 264. — *Historia do muy nobre vespasiano* (Lisboa, 1496), 153. — *A gravura no século XV.* Gravuras dos *Euangelhos e epistolas,* 263. — Da *Historia do imperador Vespasiano,* 262. — *A transição do livro manuscrito para o livro impresso:* Capitais de livros impressos lembrando as manuscritas, 266. — Rosto da 2.ª parte do livro de João de Barros *Espelho de Casados,* 267. — Páginas dos *Artigos das sysas,* 266, e *Marco Paulo,* 267.

SÉCULO DEZASSEIS

ASPECTOS GERAIS

A SOCIEDADE

Lisboa no século XVI (Grav. de Bruin), 265. — Lisboa no século XVI (Grav. de Hans Staden), 280. — A Rua Nova dos Mercadores (Reconstituição de Roque Gameiro), 279. — Um aspecto da Rua Nova dos Ferros (Reconstituição de Alberto Sousa), 281. — Estaleiro da Ribeira das Naus (Desenho de Roque Gameiro), 281. — Interior de uma nau portuguesa. Vante e Ré, 282. — *Indumentária, vida agrícola, interiores, utensílios:* Trajos portugueses do século XVI, 285. — A vida popular, 271. — A justiça, o comércio, a pesca, etc., 269-270. — *A pintura quinhentista como documentário da vida portuguesa: O* Paço da Ribeira, no primeiro têrço do século XVI, 278. — *A Virgem das Neves,* de Jorge Afonso, 294. — *Salomé e a cabeça de S. João Baptista,* por Gregório Lopes, 294. — *Vida de S. Tiago,* pelo mestre do retábulo de Palmela, 295. — *S. Cosme, S. Tomé e S. Damião,* por Jorge Afonso, 295. — *A Anunciação,* por Jorge Afonso, 296. — *Guerreiro em oração,* pelo mestre do retábulo de Palmela, 296. — Pormenor do quadro *A Visitação,* de Gregório Lopes, 297. — *A Natividade,* por Fr. Carlos, 303. — *Adoração dos Reis Magos,* por Jorge Afonso, 303. — Iluminuras do *Livro de Horas de D. Manuel,* 272, 273, 274, 275, 277, 300 e 301, V. Tapeçarias (Arte). — O REI: As armas portuguesas no cortejo triunfal do Imperador Maximiliano, 284. — Rosto do *Tractado de la miseria de los cortesanos,* 280. — O Rei (do *Tenores Novelli,* Londres, 1496), 268. — O Rei (Gravuras das *Ordenações de D. Manuel),* 269, 270. — O Rei (da *Ordenação da Ordem do juizo),* 270. — D. João II, D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, 285. — O entêrro de D. Manuel e a quebra dos escudos, 277. — D. Manuel orando, 284. — O Paço da Ribeira, 278, 300. — O príncipe D. João, depois D. João III, 304. — D. João III, por Cristóvão Lopes, 304. — A rainha D. Catarina, por Cristóvão Lopes, 305. — D. Sebastião, aos 7 anos, 306. — Cópia de um retrato perdido da princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião, 306. — D. Sebastião aos 11 anos, por Cristóvão de Morais, 307. — Painéis do Infante, 336, 337. — D. Afonso V, 338, 342, 343, 344. — Reis portugueses, por A. da Holanda, 349.

A CULTURA

RENASCENÇA E HUMANISMO. — Os mestres da Renascença Italiana (Dante, Cavalcanti, Bocacio, Petrarca, Policiano e Ficino), 308. — *Libro llamado Fiameta,* de Bocacio (Lisboa, 1541), 352. — Erasmo (por Holbein, 310, (por Alb. Durer), 311. — Rosto das *Epistolas* de Cataldo Siculo, 318. — Paris em 1552. Margens direita e esquerda, 309. — João Fernel, 314. — Luís Vives, 314. — Retrato de Rui Fernandes, 299. — Aquiles Estaço, 321. — Rosto de uma rara edição de Damião de Gois, 324. — Coimbra no século XVI (de Braunio), 316. — Rosto da *Gramática latina,* de D. Máximo de Sousa (a 1.ª gram. latina impressa em Coimbra), 315. — Portada do *Commentario,* de Martinho de Figueiredo (gravura de Professor com o seu capelo), 318. — Rosto da *Ropica Pnefma,* de João de Barros, 324. — Fac-simile de assinaturas de professores notáveis de Coimbra, 320. — O humanista Jorge Buchanan e fac-simile da sua assinatura, 315. — Nicolau Clenardo (retrato), 312. — Trecho de uma carta de N. Clenardo, 313. — Frontispício das *Cartas de N. Clenardo,* 313. — Cristóvão Plantino, 313. — Planta da cidade de Braga (1572), 317. — Portada da *Antimoria,* de Aires Barbosa, 315. — Frontispício do *Aratoris Cardinalis Historia,* de Aires Barbosa, 330. — Assinatura de Fr. André de Rezende, 322. — Casa e fonte de André de Rezende, em Évora, 322. — Túmulo de André de Rezende, 323. — Rosto das obras de André de Rezende, 323, 325, 326, 327 e 328. — Rosto do *Comentário ciceroniano,* de António de Gouvêa, 323. — Rosto das obras de Diogo de Teive e Jorge Coelho, 329. — Retrato do Dr. Martin de Azpilcueta Navarro, 328. — Rosto das obras do Dr. Azpilcueta Navarro, 329, 331. — Rosto das obras de Jerónimo Cardoso, 319, 331.

A ARTE

DO NACIONALISMO E UNIVERSALISMO DA ARTE PORTUGUESA NOS SÉCULOS XV E XVI

ARQUITECTURA. — *Alcobaça:* Claustro de D. Denis, 135. Claustro do Silêncio, 135. — *Batalha:* Vista do Mosteiro, 217. — Fachada do lado sul, 218. — Interior da Igreja, 219. — Túmulo do fundador e de D. Felipa de Lancastre, 219. — Estátuas tumbais de D. João I e da Rainha D. Felipa, 220. — Túmulo do rei D. João, 221. — Capela de D. Manuel, 221. — Porta das Capelas imperfeitas, 222. — Claustro real e capela, 223. — O arquitecto, 223. — Uma visita de D. João I ao Mosteiro da Batalha (reconstituição de Manuel de Macedo), 224. *Convento de Cristo (Tomar):* Pórtico do côro, 287. — Aspectos diversos, 288. — *Convento do Carmo:* Portaria do Convento antes do terremoto, 204. — Estado actual, 205. — Vistas interiores e aspecto das ruinas, 206. — *Mosteiro dos Jerónimos:* D. Manuel, orando, 284. — Os Jerónimos (1846), 290. — Os Jerónimos hoje, 290. — Porta dos Jerónimos, 291. — Claustro (de João de Castilho), 291. — Claustro (de Boytac), 291. — *Tôrre de Belem,* 289. — Mapa quinhentista mostrando a Tôrre então isolada no rio, 289. — *Conceição Velha:* Fachada da Igreja, 292. — *Madre de Deus:* Porta quinhentista, 293. — Claustro, 292. — Côro, 293. — O navio da cidade em prédios lisboetas, 339. — Túmulo de João das Regras, em Benfica, 216.

PINTURA. — O príncipe D. João, depois D. João III, 304. D. João III, por Cristóvão Lopes (?), 304. — Retrato da rainha D. Cristina por Cristóvão Lopes, 305. — Ret. de D. Sebastião aos 7 anos, 306. — D. Sebastião aos 11 anos, por Cristóvão de Morais, 307. — Os doadores, do quadro de Cr. de Figueiredo: A deposição de Cristo no túmulo, 335. — Os painéis de Nuno Gonçalves, 336, 337. — Um companheiro do Infante, 338. — Retrato de D. Afonso V, 338.

ILUMINURA. — Vista de Lisboa (Da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, 204. — Curiosa representação da Batalha de Aljubarrota, 214. — Casamento de D. João I com D. Filippa de Lancastre, 215. — *O Livro de Horas de D. Manuel*, 272, 273, 274, 275, 277, 300 e 301. — Página de iluminura de António da Holanda, 349. — A cidade de Lisboa, alegoria de Francisco da Holanda, 351. — Duas págs. do livro *Da Fabrica que fallece ha cidade de Lisboa*, 351. — Rosto da ed. de J.m de Vasconcelos, 350. — Anotações mss. de Fr. da Holanda, 350. — Retrato da *Leitura Nova*, que se julga de D. Manuel, 355. — Lisboa do século XVI, por António da Holanda, 355.

ENCADERNAÇÃO de um foral de D. Manuel, 302.

O MAR E O ORIENTE. — Iluminuras do *Livro de Horas de D. Manuel*, 275, 301. — *As naus de Quinhentos*, 283. — *Naus manuelinas* (De Gregório Lopes), 333. — Lado exterior da porta da esquerda do antigo retábulo de Santa Auta, 334. — Vasco da Gama, 334. — O navio da cidade em vários prédios lisboetas, 339. — Figura comemorativa da chegada dos portugueses à Índia, 339. — Painéis de Nuno Gonçalves, 336, 337. — A adoração dos reis Magos, por Gregório Lopes, 298. Cópia de um retrato perdido da princesa D. Joana, por Sanches Coelho, 306. — Retrato de uma senhora nobre portuguesa, 352. — Contador indo-português (séc. XVI-XVII), 353. — Biombo japonês do século XVI, 353. — Um fidalgo português na Índia, 354. — Ruinas de Gondar, 354. — Fruteiro indo-português, 335.

TAPEÇARIAS. — As tapeçarias de Arzila: A do desembarque, 340; a do assalto, 341. — Pormenor da tapeçaria do desembarque, 342. — D. Afonso V e o príncipe D. João, 343. — Pormenor da tapeçaria do assalto, 344. — Tapeçaria de Tânger: Chegada da cavalaria portuguesa às portas de Tânger, 345. — Tapeçarias de D. João de Castro, 346, 347, 348.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI

Gramática publicada em Lisboa em 1539 e atribuida a João de Barros, 45. — A primeira *Gramática* publicada na língua portuguesa (Fernão de Oliveira). Rosto e última página, 46. — Rosto das *Regras que ensinam a maneira de screver a orthographia...*, de Pero de Magalhães de Gandavo, 47. — Rosto da obra *Exemplares de diversas sortes de letras tirados da Polygraphia de Manuel Baratta*, 47. — Rosto das obras: *Gramática da língua portuguesa*, por João de Barros, Lisboa, 1540; *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portugueza*, Lisboa, 1574; *Orthographia da lingua portugueza* (Lisboa, 1576) e *Origem da lingua portuguesa*, por Duarte Nunes de Leão (Lisboa, 1606).

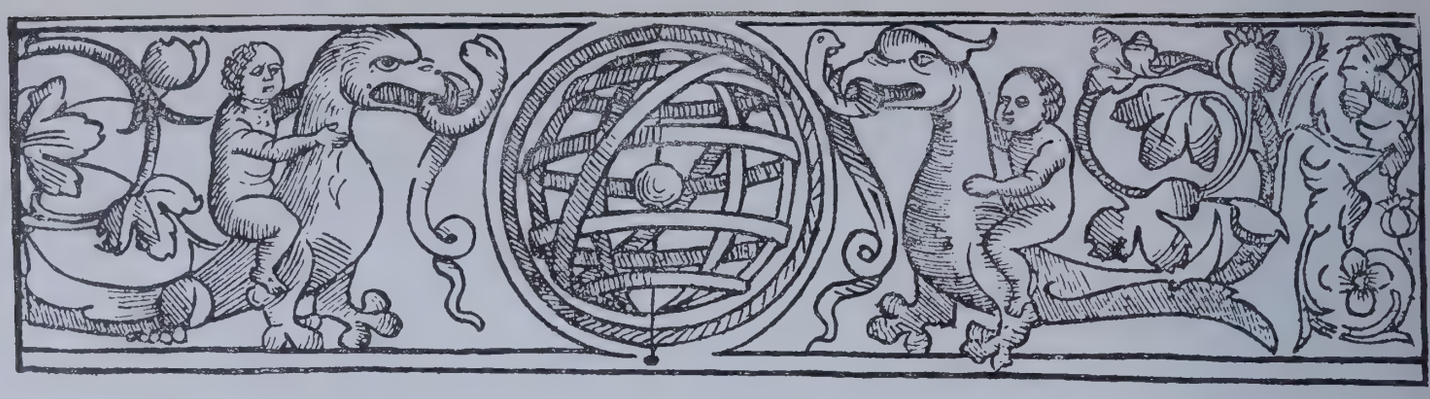
A TIPOGRAFIA PORTUGUESA QUINHENTISTA

O brasão de armas da tipografia, 356.

OS IMPRESSORES E TIPÓGRAFOS. — O tipógrafo Christophe Plantin, 356. — Apresentação a Luís XI da primeira Bíblia impressa em Paris, 356. — A OFICINA TIPOGRÁFICA. — Uma oficina de impressão no século XVI. Miniatura, 357. — Atelier de tipógrafo na Flandres, 357. — Oficinas tipográficas em marcas de impressores e livreiros, 358, 359. — *Autógrafos de tipógrafos notáveis:* de Valentim Fernandes, 360; João Pedro de Cremona, 361; Diversos com João de Barreira e João Álvares, 362. — MARCAS DE TIPÓGRAFOS, LIVREIROS E IMPRESSORES: — *Estrangeiros:* Marnef e Bouchets frères, Pierre Cesar, Jost Ammam, 358; Josse Badius, 359; Jacob e João Cromberger, 363. — Gilles ou Gillet Hardouyn, 367. — *Portugueses ou estrangeiros em Portugal:* Nicolau da Saxonia e Valentim Fernandes, 360; Luís Rodrigues (2), Germão Galharde (2), 361; André de Burgos (4), 362; Jacob e João Cromberger (9) 363; António Gonçalves, António Ribeiro, 364; Manuel de Lira, 364, 366, 374; João Álvares, João de Barreira (2), 365; António Álvares, 365; António de Barreira, Pedro Craesbeck, 366; Vasco Dias Tanco, de Frejenal, 367; António de Mariz, 367; João Pedro Buonohomini ou de Cremona, 374. MATERIAL TIPOGRÁFICO. ORNATOS, VINHETAS E PORTADAS: *Portadas:* da *Meditaçã da inocentiſſima morte r payxã de noſſo Señor*, 369; de diversas portadas iguais, 370; da portada dos *Lusíadas*, 371; do *Libro dela verdad y la fé*, 372; do *Missale* impresso em Lyon, 374; de Páginas do *Libro de la verdade e la fé*, 373. — *Tarjas:* das *Ordenações da Ordem do Juyzo*, 377, 379; da *Cronica do Condestabre*, 380; do Primeiro *liuro das Ordenações*, 386; da 1.ª edição dos *Lusíadas*, 1. — *Letras:* Inicial ornada das obras completas de Gil Vicente, 1562, 1.

ÍNDICE DAS GRAVURAS SEPARADAS

Página do Nobiliário do Conde D. Pedro 32
» 188 do «Cancioneiro da Ajuda» 112
» 64 do «Cancioneiro português» da Biblioteca Vaticana 120
Páginas do Cancioneiro Colocci-Brancuti 128
Instrumento de aprovação do testamento do infante D. Fernando, lavrado por Fernão Lopes, tabelião geral do reino, a 18 de Agosto de 1437 192
Primeira página da «Chronica de D. João I», por Fernão Lopes 208
Crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão. Página do prólogo dedicada a D. Manuel 240
Páginas do «Cancioneiro Geral» de Garcia de Rezende 248
Lisboa no século XVI (de Braunio) 264
Infanta D. Maria, por Gregório Lopes 296
Pormenor do biombo japonês, do século XVI, reproduzindo o encontro de S. Francisco Xavier com Fernão Mendes Pinto e Duarte da Gama, junto do pôrto de Funai (Bungo), em fins de Setembro de 1551 352



TARJA DO FRONTISPÍCIO DE *O Primeiro liuro das Ordenações.* Évora, por Jacob Cromberger, 1521

CORRIGENDA

O documento sôbre a conquista de Lisboa, publicado a pág. 17, foi rectificado na publicação donde foi transcrito e deve ler-se como se segue :

«Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo. Amen. Eu Raol, presbítero, tendo vindo para o cêrco de Lisboa na companhia dos outros Francos, quando a cidade com todo o seu termo ainda se achava em poder dos Serracenos ; sendo o primeiro que desembarquei, longe da cidade e dos que dentro e fora dela moravam ; havendo expulso com o meu arco todos os pagãos, — depois de feita oração, erigi uma cruz em um lugar solitário. E habitando aí, desde êsse dia, embora me não esquecesse de tomar parte, com os outros companheiros, no ataque quotidiano à cidade, — em louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo e com o meu dinheiro e o meu trabalho e suor e não sem a máxima devoção, construi um eremitério e capela, dedicada à Beata Virgem Maria. E no cemitério adjunto foram sepultados os Ingleses, tanto os que morreram de morte natural, como os que sucumbiram às setas dos Serracenos.

Tomada, porém, a cidade e removidas tôdas as imundícies dos pagãos, eu, com o favor de D. Afonso, rei dos Portugueses, e autorizado por D. João, arcebispo de Braga, faço-vos testamento do supradito lugar, com tôdas suas pertenças e posses, em atenção à vossa caridade, a vós, os cónegos de Santa Cruz, que viveis no mosteiro de Coimbra, sob a regra de Santo Agostinho. E isto para remédio da minha alma e das almas dos meus parentes e dos que se dizem estar aí sepultados. Se por acaso alguma pessoa eclesiástica ou secular, ou de qualquer categoria que seja, pretender contestar em algum ponto ou anular êste testamento, seja obrigada pela justiça real a pagar ao mosteiro de Santa Cruz o décuplo (do valor) da sobredita igreja ; e, se não se arrepender, incorra em anátema e seja privado para sempre da comunhão do Senhor e do consórcio dos fiéis cristãos. E isto faço para que tenha vigor perpétuo. E pague cem marcos de prata corrente aos cónegos de Santa Cruz. Foi feita esta disposição testamentária no mês de Abril da era de 1186.

Eu supramencionado Raol, presbítero, mandei fazer êste escrito em presença de testemunhas idóneas, o roboro e faço êste sinal. Os que foram presentes : Eu Afonso, rei dos Portugueses, conf. Fernando Peres, conf. Rodrigo Pais, alcaide, conf. Mendo Afonso, conf. Eu João, arcebispo de Braga, conf. Eu, João, bispo de Coimbra, conf. Eu, Pedro, bispo do Pôrto, conf. Eu, Odório, bispo de Viseu, conf. Eu, Mendo, bispo de Lamego, conf. Salvado, subdiácono, notário.»

(Tradução do dr. José Maria Rodrigues, pub. no *Elucidario Nobiliarchico,* vol. I, pág. 377).

Entre outros erros, devem corrigir-se os seguintes :

Página	40 — Coluna	I — Linha 46	onde se lê *(1111)*	deve ler-se *(1911)*
»	58 — »	I — » 15	» » » *1920*	» » *1290*
»	58 — »	II — » 11	» » » *em franca desorganização*	» » *em franca reorganização*
»	79 — »	II — » 55	» » » *163 autores*	deve acrescentar-se : Êste número é dado por D. Carolina Michaëlis, a pág. 190 da sua *Geschichte der Port. Litteratur,* e compreende também os trovadores constantes do *Cancioneiro da Ajuda.* Não se deve, porém, ter por definitivo, pois nele não estão incluidos uns que apenas de nome são conhecidos e outros que nem mesmo assim, ou de cuja existência temos conhecimento pelas referências que lhes são feitas.
»	86 — »	I — Nota 1	» » » *Chrétien de Troves*	deve ler-se *Chrétien de Troies*
»	88 — »	I — » 4	» » » *A Ventrada*	» » *A l'entrada*
»	88 — »	I — » 4 — 4.ª linha	» » » *A que começa*	» » *A alva que começa*

Página	89	— Coluna	I — Linhas 17 e 18	onde se lê	*não provinham*	deve ler-se	*não provinha*
»	91	— »	I — Linha 17	» » »	*Anglad*	» »	*Anglade*
»	94	— »	II — Nota 1	» » »	*nelas se encontra*	» »	*numa delas se encontra*
»	96	— »	II — Linhas 37 e 38	» » »	*enfileirando*	» »	*enfileirado*
»	96	— »	II — » 49 e 50	» » »	*Fernand*	» »	*Fernam*
»	98	— »	II — Nota 2	» » »	*ad numerun*	» »	*ad numerum*
»	107	— »	II — Linha 10	» » »	*plo*	» »	*pelo*
»	107	— »	II — Nota 1	» » »	*Gaschschte*	» »	*Geschichte*
»	110	— »	II — Linha 52	» » »	*no*	» »	*ao*
»	114	— »	I — » 15	» » »	*a sua*	» »	*na sua*
»	114	— »	I — » 20	» » »	*hogiografias*	» »	*hagiografias*
»	114	— »	I — » 27	» » »	*Cicer*	» »	*Cícero*
»	114	— »	II — Nota 1	» » »	*sequitii*	» »	*servitii*
»	114	— »	II — Linha 2	» » »	*o meu*	» »	*o meu estudo*
»	115	— »	I — Linhas 14 e 15	» » »	*alguns... Aristóteles*	» »	*dos citados representantes das literaturas clássicas*
»	115	— »	I — Nota 3	» » »	*Barve*	» »	*Baruc*
»	115	— »	II — Linha 3	» » »	*aos*	» »	*nos*
»	115	— »	II — » 8	» » »	*apostolos*	» »	*apostalos*
»	115	— »	II — » 11	» » »	*agiografia*	» »	*hagiografia*
»	116	— »	I — Nota 6	» » »	*extratis*	» »	*extraits*
»	116	— »	II — » 6	» » »	*mouja*	» »	*monja*
»	116	— »	II — » 6	» » »	*Vivão*	» »	*Visão*
»	116	— »	II — » 3	» » »	*ligoajem*	» »	*lingoajem*
»	118	— »	I — Linhas 2 e 3	» » »	*agiológio*	» »	*hagiológio*
»	120	— »	I — » 10 e 11	» » »	*observaniae*	» »	*observantiae*
»	134	— »	I — Nota 1	» » »	*Vispasiano*	» »	*Vespasiano*
»	137	— »	I — » 2	» » »	*que... que*	» »	*que*
»	137	— »	II — » 2	» » »	*de biblioteca*	» »	*da biblioteca*
»	137	— »	II — Linha 13	aponha-se esta nota a *romano:* Fedro foi originàriamente grego; reduzido, porém, à escravidão, passou depois à qualidade de *liberto de Augusto,* como lhe chamam os códices.			
»	140	— »	II — Nota 2	onde se lê	*literautra*	deve ler-se	*literatura*
»	140	— »	II — » 2	» » »	*à semelhança*	» »	*a semelhança*
»	141	— »	II — » 3	» » »	*entre 1433 e 1445*	» »	*entre 1415 e 1433*
»	142	— »	II — Nota 3	» » »	*Heródito*	» »	*Heródoto*
»	143	— »	I — Linhas 1 e 2	» » »	*Alem... outro*	» »	*Além dêste livro compôs outro, caracterizadamente piedoso, que não chegou até nós e se chama,* etc.
»	143	— »	I — Nota 4	» » »	*notficia*	» »	*noticia*
»	143	— »	II — Linha 17	suprima-se *as*			
»	143	— »	II — Nota 2	leia-se *estipendiado e além,* etc.			
»	195	— »	II — Linha 7	onde se lê	*tal cousa*	» »	*de tal cousa*
»	197	— »	I — » 9	» » »	*no-la*	» »	*no-lo*
»	201	— »	II — » 22	» » »	*em abono de*	» »	*em Abono*
»	203	— »	I — » 26	» » »	*replicada*	» »	*republicada*
»	213	— »	II — » 10	» » »	*D. Manuel*	» »	*D. Manuel I*
»	224	— »	I — » 57	» » »	*Llaruza*	» »	*Llaruna*
»	224	— »	II — » 4	» » »	*ostenta serenidade*	» »	*ostenta sua unidade*
»	224	— »	II — » 49	» » »	*O*	» »	*O soberano*
»	227	— »	I — » 12	» » »	*individual*	» »	*literária individual*
»	227	— »	II — » 52	» » »	*diversa*	» »	*diversas*
»	229	— »	II — » 8	» » »	*século XIV e no XV*	» »	*século XV*
»	230	— »	II — » 36	» » »	*anulação*	» »	*emulação*
»	241	— »	II — » 8	» » »	*Pero Mergo*	» »	*Pero Mengo*
»	242	— »	I — » 20	» » »	*Trigo Lopez*	» »	*Inigo Lopez*
»	242	— »	I — » 50 e 51	» » »	*punidas*	» »	*punida*
»	243	— »	I — » 26	» » »	*dois Manique*	» »	*dois Manrique*
»	243	— »	I — » 33	» » »	*ela*	» »	*êle*
»	243	— »	I — Após a linha 57 deve ler-se *Addendum*				
»	283	— Linha 2 da legenda da gravura		onde se lê	*Santa Ana*	» »	*Santa Auta*
»	285	— Coluna	I — Linha 24	» » »	*um erótico*	» »	*uma erótica*
»	285	— »	I — » 26	» » »	*de*	» »	*da*
»	298	— »	I — » 15	» » »	*lovainiense*	» »	*lovaniense*
»	326	— »	I — » 10	» » »	*Ostereiche Kunst gewerk*	» »	*Osterreichisches Kunstgewerk*

Acabou de se imprimir êste primeiro volume
da História da Literatura Portuguesa,
ilustrada, em Lisboa, aos 24 de Julho
de 1929, na Tipografia da Socie-
dade Gráfica Editorial,
Rua da Alegria, 30

AILLAUD·1806
1732·BERTRAND

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 122885251